

JORGE MANUEL AFONSO FRAQUEIRO

O SISTEMA POLÍTICO PORTUGUÊS

**RENOVAÇÃO OU ESTAGNAÇÃO
DOS SEUS PRINCIPAIS ACTORES
NO PERÍODO DA DEMOCRACIA 1974 - 2012**

Tese apresentada para obtenção do Grau de Doutor em Ciência Política no curso de Doutoramento em Ciência Política conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Prof..Doutor José Manuel Paquete de Oliveira

Coorientador: Prof. Doutor José Bragança de Miranda

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Lisboa

2014

EPÍGRAFE

Talvez não tenha conseguido
fazer o melhor, mas lutei para
que o melhor fosse feito. Não
sou o que deveria ser, mas
Graças a Deus, não sou o que era
antes.

Marthin Luther King

DEDICATÓRIA

À minha filha Matilde,

Pelo apoio que me deu com seu simples e terno olhar. Quantas vezes desejosa de mais vezes comigo brincar, e eu sem tempo para a ela me dedicar. Pelo tempo que até aqui com ela não dividi, quero aqui e agora redimir-me e dar-lhe a certeza de que nada aconteceu por acaso. Por tudo isso deixo-lhe a certeza de que no tempo que Deus ainda tem para me dar, terei todo o tempo para com ela brincar.

AGRADECIMENTOS

Levar por diante esta tarefa de agarrar e dar corpo a uma tese de doutoramento é algo, na esmagadora maioria das vezes, solitário. O silêncio, com o qual muito nos custa lidar, é, afinal, aquele que mais nos fala, que mais nos ensina e também que mais nos educa. É aquela travessia no deserto que nos obriga a «saltar do cavalo e montar num camelo» que, apesar de lento, aguenta as agruras do tempo e nos conduz um dia ao «oásis».

Quantas vezes montados no cavalo andamos tão depressa que nem reparamos nas coisas belas que nos rodeiam. Que passamos ao lado delas sem as vermos. É para isso que serve o silêncio. Para ver aquilo que o ruído e a pressa não deixam.

Fazer silêncio é ensinar a nossa mente a saber viver e lidar com a angústia, com a solidão e com a dor de não encontrarmos uma resposta logo que achamos precisar dela.

Mas o silêncio é também a melhor arma para a obtenção da resposta no momento certo. No momento que muitas vezes não desejamos, por termos pressa, mas que é aquele que afinal deve ser.

Ao longo deste mais de 24 meses de «travessia» foram muitas as angústias, as tristezas, a vontade de desistir que me passaram pela mente. Só a paciência, a amizade e a sabedoria dos meus orientadores, Professores Doutores José Paquete de Oliveira e José Bragança de Miranda, me fizeram, a cada dia e a cada passo, voltar a apostar no silêncio e em teimar em seguir em frente. Sem qualquer tipo de elogio descabido e imerecido, ao longo deste tempo de orientação, fiquei a conhecer dois homens de uma sapiência extraordinária e de uma paciência inalcançável. Apesar das inúmeras tarefas a que a vida social e pessoal os obriga, jamais viraram as costas às minhas dificuldades, aos meus desesperos. Bem pelo contrário. A sua generosidade e os seus corações sempre abertos a ajudar e a motivação que sempre me incutiram são gestos que jamais algum dia saberei e poderei retribuir.

Falar em agradecimentos é também incluir, de modo muito particular, o meu grande amigo, Eng^o. João Salvado, que se assumiu como a trave mestra no sucesso da organização das bases de dados e dos gráficos que nos permitiram aferir os resultados e partir para as conclusões com a certeza da precisão dos factos. Durante todo este tempo ajudou a carregar bases de dados, elaborou fórmulas e dedicou horas, dias e meses a

ajudar-me nesta difícil e árdua tarefa, prescindindo do seu tempo, da sua vida pessoal e quantas vezes dos seus momentos de merecido lazer.

Obter um número de dados tão alargados e de instituições diversas obriga à colaboração de diferentes instituições, entre as quais não poderei deixar de referir a Direção Geral da Administração Interna (DGAI), na pessoa da Dr^a. Sónia Tavares e da sua equipa que, de forma profissional e num tempo record, nos forneceram elementos preciosos e devidamente organizados relativos às eleições para as autarquias locais.

Foram também importantes as colaborações da Presidência do Conselho de Ministros, na pessoa da Dr^a. Carla Santo, para conseguirmos elementos sobre membros dos Governos, bem como as funcionárias do Arquivo Histórico da Assembleia da República que, de modo profissional e dedicado, nos permitiram a consulta dos arquivos e nos facultaram alguns elementos informáticos disponíveis.

Uma palavra de agradecimento também para a Comissão Nacional de Eleições (CNE) por nos terem facultado, em suporte PDF, as listagens dos nomes dos deputados eleitos à Assembleia da República.

Quero igualmente prestar um agradecimento especial à Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, onde trabalho, em particular aos seus ex-presidente e atual presidente, respetivamente Eng^o. Álvaro Rocha e Eng^o. Armindo Jacinto, pela compreensão e facilidades concedidas para que fosse possível levar por diante este trabalho de investigação.

Seria falha gravíssima a não inclusão, nos agradecimentos, dos nossos entrevistados, todos eles figuras públicas dos mais diversos setores da vida nacional, desde a política, à justiça, à sociedade, à religião, à vida sindical, entre outras. E porque a justiça deve imperar, ainda que sejam em número razoável, atrever-me-ia incluir os seus nomes nestes agradecimentos, por ordem alfabética. Afonso Henrique Ferreira (juíz desembargador); Álvaro Barreto (ex-ministro - PSD); António Capucho (ex-presidente de Câmara - PSD); António Filipe (deputado - PCP); António Ganhão (ex- presidente de Câmara - PCP); António José Seguro (deputado – PS); Arménio Santos (deputado – PSD); Basílio Horta (ex-dirigente - CDS-PP); Carvalho da Silva (secretário geral da CGTP-IN); D. Jorge Ortiga (presidente da Conferência Episcopal Portuguesa); Fernando Correia de Oliveira (jornalista); Figueiredo Lopes (ex-ministro - PSD); Guilherme d'Oliveira Martins (presidente do Tribunal de Contas); Heloísa Apolónia (deputada - PEV); João Proença (secretário geral da UGT); Júlio Miranda Calha (deputado – PS);

Luís Fazenda (deputado – BE); Margarida Salema (ex-eurodeputada); Mário Soares (ex-Presidente da República); Mota Amaral (deputado – PSD); Noronha Nascimento (presidente do Supremo Tribunal de Justiça); Orlando Afonso (juiz conselheiro). A todos eles, sem exceção, os nossos sinceros agradecimentos pelo tempo que nos dedicaram.

Uma palavra de agradecimento também para a Senhora Professora Raquel Andrade pelo rigor, preocupação e dedicação que colocou na revisão textual desta tese.

De entre todos aqueles que contribuíram para que pudesse ser possível levar por diante este trabalho, permitam-me que faça uma menção especial, sem desprimor para todos os outros, ao meu grande e sempre amigo Pe. Amílcar Tavares. A amizade, o ânimo, a força que sempre me deu para seguir em frente foram também fatores de crucial importância para que hoje possa estar aqui a apresentar este “edifício” humilde, pequeno, mas «suado». Sem as palavras dele, sempre a empurrar para a frente, tenho a certeza seria bem mais difícil alcançar este objetivo.

E, porque os últimos são sempre os primeiros, gostaria de dedicar esta tese a toda a minha família, sem exceção, porque todos foram fundamentais, com a sua paciência e compreensão, mas em particular a minha filha (Matilde). Mas, porque as pessoas só morrem quando nós as deixamos de ter em nossos corações, gostaria de hoje, aqui, dedicar também este meu esforço a quatro pessoas que já partiram desta vida, mas sem as quais eu jamais poderia estar aqui. Aos meus avós maternos (José Afonso Lisboa e Maria do Nascimento) e aos meus avós paternos (António Francisco Fraqueiro e Maria José Vicente). Que Deus vos leve esta mensagem de esperança deste vosso neto que vos tem no coração.

Resumo

Traçamos como objetivo da nossa investigação saber qual a veracidade da convicção popular de que os políticos em Portugal se perpetuam nos lugares. E, de acordo com a análise dos dados obtidos, a voz do povo confirma-se.

Em média, no período da democracia por nós estudado (1974 e 2012), quase metade dos atores do nosso Sistema Político ocupam os lugares por mais de doze anos. A média de estagnação, sem distinção de órgão e partido, ultrapassa os 44%. O PCP, com 68%, é o partido mais estagnador. Aquele que menos estagna é o CDS-PP com 37%.

Dos quatro órgãos analisados, conclui-se que são os Presidentes de Câmara aqueles que mais contribuem para a estagnação, com uma percentagem média geral de 64%. Ao invés, como é normal, os Governos, com uma percentagem de 29%, são aqueles que menos afetam a estagnação.

O perfil do ator político português caracteriza-se por ser um homem, com uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, advogado de profissão, licenciado e natural do distrito de Lisboa.

De um modo geral, em termos de idades, os partidos mais à direita do espectro político apostam em gente mais jovem, e os partidos mais à esquerda em elementos com um pouco de mais idade.

A profissão de professor é uma preferência dos partidos de esquerda, ao passo que à direita se escolhem mais atores políticos relacionados com a área jurídica, em geral advogados.

Contacto do autor: Jorge.fraqueiro@sapo.pt

Palavras - chave: Sistema Político; Renovação; Estagnação; Atores Políticos; Profissão; Elites

Abstract

We set as goal of our research the veracity of the popular belief that politicians in Portugal are perpetuated in places. And, according to the analysis of the data obtained, the voice of the people is confirmed.

On average, in the studied period of democracy (1974 to 2012), almost half of the actors of our Political System occupy the seats for more than 12 years. The average stagnation, without distinction of component and party, exceeds 44%. PCP, with 68%, is the most stagnant party. The party with less stagnation is CDS-PP with 37%.

Of the four legislative bodies analyzed, it is concluded that mayors are who contribute the most to the stagnation, with an overall average percentage of 64%. Instead, as normal, the Governments, with a percentage of 29%, are those that least affect the stagnation.

The profile of the Portuguese politician is characterized by being male, with an age ranging between 43 and 52 years old, a lawyer by profession, with a degree and born in Lisbon's district.

In general, in terms of age, the parties further to the right of the political spectrum are betting on younger people, and the parties further to the left in aged elements.

The teaching profession is a preference for parties on the left, while the right chooses more political actors related to the legal area, in general lawyers.

Author's contact: jorge.fraqueiro@sapo.pt

Keywords: Political System; Renewal; Stagnation; Political Actors; Profession; Elites

Abreviaturas e Símbolos

AD – Aliança Democrática
APA – American Psychological Association
AR – Assembleia da República
BC – Bloco Central
BE – Bloco de Esquerda
CD – Centro Direita
CDS – Centro Democrático Social
CDS-PP – Centro Democrático Social/Partido Popular
CE – Centro Esquerda
CECR – Código Eleitoral da Costa Rica
CEE – Comunidade Económica Europeia
CEPA – Comissão Económica para a América Latina e Caribe
CGTP-IN – Confederação Geral Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
CM – Câmara Municipal
CRP – Constituição da República Portuguesa
D – Direita
DN – Diário de Notícias
DRL – Direito Regional Local
E – Esquerda
EPA – Espectro Político Alargado
EUA – Estados Unidos da América
I – Independente
IDEA – Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral
INAMU – Instituto Nacional das Mulheres – Costa Rica
ISCTE – Instituto Superior Ciência Trabalho e Empresa
IUL – Instituto Universitário de Lisboa
MDP/CDE – Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral
MPT – Movimento Partido da Terra
OIG – Observatório Igualdade de Género – Costa Rica
PAN – Partido Pelos Animais e Pela Natureza
PCM – Presidente Câmara Municipal

PCP – Partido Comunista Português
PCTP/MRPP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento
Reorganizativo do Partido do Proletariado
PE – Parlamento Europeu
PEV – Partido Ecologista os Verdes
PPD – Partido Popular Democrático
PPD/PSD – Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata
PPM – Partido Popular Monárquico
PS – Partido Socialista
PSD – Partido Social Democrata
RAE – Revista de Assuntos Eleitorais
RAS – Revista de Análise Social
RBCP – Revista Brasileira de Ciência Política
RE – Roteiro de Estudos
RTP – Rádio e Televisão de Portugal
SIC – Sociedade Independente de Comunicação
SPP – Sistema político português
STAPE – Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral
UDP – União Democrática Popular
UGT – União Geral Trabalhadores

Indice

Capítulo 1 Introdução	49
1.1 Cenário da investigação	49
1.2 Revisão da Literatura	50
1.3 Problema da investigação	54
1.4 Justificação da investigação	54
1.5 Metodologia	55
1.6 Composição da tese	59
Capítulo 2 Enquadramento teórico	61
2.1 Introdução	61
2.2 Regimes Políticos	64
2.2.1 Democrático	65
2.2.2 Autoritário	67
2.3 Sistema Político – Percursos	68
2.4 Sistema Político – Considerações prévias	70
2.4.1 Estado – Considerações gerais	72
2.4.2 Tipos de Estado – Unitário	74
2.4.3 Tipos de Estado – Federal	74
2.4.4 Formas de Governo - República	75
2.4.5 Formas de Governo - Monarquia	76
2.5 Sistema político português	76
2.5.1 Presidente da República	77
2.5.2 Assembleia da República	77
2.5.3 Governo	78
2.5.4 Tribunais	78
	11

2.6 Sistemas de Governo	79
2.6.1 Sistema presidencialista	80
2.6.2 Sistema diretorial	81
2.6.3 Sistema orleanista	81
2.6.4 Sistema semipresidencialista	81
2.6.5 Sistema parlamentarista	82
2.7 Sistemas eleitorais	83
2.7.1 Sistemas eleitorais maioritários	85
2.7.2 Vantagens e desvantagens dos sistemas de representação maioritária	86
2.7.3 Sistemas eleitorais proporcionais	86
2.7.4 Método de Hondt	87
2.7.5 Vantagens e desvantagens dos sistemas de representação proporcional	88
2.7.6 Sistemas eleitorais mistos	89
2.7.7 Critérios para a escolha dos sistemas eleitorais	90
2.8 Sistema eleitoral em Portugal	92
2.8.1 Sistema eleitoral autárquico	94
2.8.2 Limitações do sistema eleitoral em Portugal	96
2.8.3 Reformas/sugestões para o sistema eleitoral em Portugal	98
2.8.4 Círculos eleitorais em Portugal	101
2.8.4.1 Caracterização	101
2.8.4.2 Comparação com países da Europa	104
2.8.5 Sufrágio	105
2.8.6 Fenómeno da abstenção	106
2.8.7 Formas de candidatura – Individual versus por lista	108
2.8.8 Formas de votação	109
2.9 Relação entre eleito e eleitor	109
2.10 Partidos políticos – Caracterização e classificação	111
	12

2.10.1 Partidos de notáveis	114
2.10.2 Partidos de quadros	115
2.10.3 Partidos de massas	115
2.10.4 Partidos de representação individual	116
2.10.5 Partido «catch-all party»	117
2.10.6 Partidos políticos: fechamento e financiamento: Que futuro?	121
2.11 Sistema de partidos	124
2.11.1 Sistema de partidos em Portugal	125
2.11.1.1 Partido Comunista Português	128
2.11.1.2 Centro Democrático Social/Partido Popular	128
2.11.1.3 Partido Socialista	129
2.11.1.4 Partido Popular Democrático/Partidos Social Democrata	130
2.11.1.5 Bloco de Esquerda	131
2.11.1.6 Partido Renovador Democrático	131
2.11.1.7 Partido Popular Monárquico	132
2.11.1.8 União Democrática Popular	133
2.11.1.9 Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral	133
2.11.2 Partidos Políticos – Breve comparação programática e ideológica	134
2.11.3 Partidos Políticos - A seleção dos candidatos (abordagem geral)	135
2.11.4 Partidos políticos – Modos formais de seleção dos candidatos	140
2.11.5 Partidos políticos – Estatutos versus escolha dos candidatos	140
2.11.5.1 Escolha dos candidatos - PSD	141
2.11.5.1.1 Órgãos do PSD e sua função	142
2.11.5.2 Escolha dos candidatos – PS	142
2.11.5.2.1 Órgãos do PS e sua função	144
2.11.5.3 Escolha dos candidatos – CDS-PP	144
2.11.5.3.1 Órgãos do CDS-PP e sua função	145

2.11.5.4 Escolhas dos candidatos – PCP	145
2.11.5.4.1 Órgãos do PCP e sua função	146
2.11.5.5 Escolhas dos candidatos – BE	146
2.11.5.5.1 Órgãos do BE e sua função	147
2.11.5.6 Escolhas dos candidatos – PEV	147
2.11.5.6.1 Órgãos do PEV e sua função	148
2.12 Qualidade da representação versus confiança nos atores políticos	148
2.13 Atividade política – Profissão ou ocupação?	151
2.13.1 Tipologias de Weber sobre profissionalização dos políticos	157
2.14 Limitação de mandatos	158
2.15 Lei da paridade	162
2.16 – Poder e elites versus renovação ou estagnação dos atores políticos	165
2.16.1 O poder	165
2.16.1.1 O poder em Foucault	167
2.16.2 As elites	171
2.16.2.1 Elites tradicionais	175
2.16.2.2 Elites tecnocráticas	176
2.16.2.3 Elites de propriedade	176
2.16.2.4 Elites carismáticas	176
2.16.2.5 Elites ideológicas	176
2.16.2.6 Elites simbólicas	177
2.16.2.7 Elites políticas	177
2.16.3 Renovação ou estagnação dos atores políticos	178
2.17 Hipóteses e Questões de Investigação	180
Capítulo 3 Análise de dados/entrevistas	181
3.1 Entrevistas - Introdução	181

3.1.1 Governabilidade, proporcionalidade, representatividade e qualidade dos atores políticos no nosso sistema eleitoral	181
3.1.2 Proximidade ou afastamento entre eleitores e eleitos	184
3.1.3 Círculos uninominais, plurinominais ou mistos	187
3.1.4 Listas fechadas e bloqueadas ou sistema de voto preferencial	189
3.1.5 Sistema de Governo	190
3.1.6 Caminho da democracia em Portugal	191
3.1.7 Qualidade e credibilidade da classe política	192
3.1.8 O que é ser um bom político?	195
3.1.9 A principal qualidade para um bom político	196
3.1.10 Política como profissão ou ocupação	197
3.1.11 Lei da paridade	201
3.1.12 Fechamento dos partidos políticos	202
3.1.13 Monopólio dos partidos na escolha dos candidatos	205
3.1.14 Função fiscalizadora da Assembleia da República	206
3.1.15 Número de deputados à AR	208
3.1.16 Governos maioritários de um só partido	209
3.1.17 Futuro da Europa: Federalização?	211
3.1.18 Limitação de mandatos também à AR e PE?	214
3.1.19 Ideologia de esquerda e de direita	217
3.1.20 Fenómeno da abstenção	219
3.1.21 Lugares políticos: Renovação ou estagnação	220
3.2 Resultados	223
3.2.1 Introdução – Perfil	223
3.2.2 Perfil do ator político português	226
3.2.2.1 Perfil geral	226
3.2.2.2 Por quadrante	228

3.2.2.3 Partido Socialista	235
3.2.2.4 Partido Social Democrata	236
3.2.2.5 Centro Democrático Social	237
3.2.3 Perfil do deputado AR	242
3.2.3.1 Deputado – geral	242
3.2.3.2 Deputado do PS	244
3.2.3.3 Deputado do PSD	245
3.2.3.4 Deputado do CDS	246
3.2.3.5 Deputado do PCP	247
3.2.3.6 Deputado da CDU	248
3.2.3.7 Deputado do BE	249
3.2.4 Perfil do eurodeputado	250
3.2.4.1 Eurodeputado – geral	250
3.2.4.2 Eurodeputado do PS	252
3.2.4.3 Eurodeputado do PSD	253
3.2.4.4 Eurodeputado do CDS	254
3.2.4.5 Eurodeputado do PRD	255
3.2.4.6 Eurodeputado da CDU	256
3.2.4.7 Eurodeputado do BE	257
3.2.5 Perfil do membro do Governo	258
3.2.5.1 Membro do Governo – geral	258
3.2.5.2 Membro do Governo do PS	260
3.2.5.3 Membro do Governo do PSD	261
3.2.5.4 Membro do Governo do CDS	262
3.2.5.5 Membro do Governo da AD	263
3.2.5.6 Membro do Governo Independente	264
3.2.6 Perfil do Presidente de Câmara	265

3.2.6.1 Presidente de Câmara – Geral	265
3.2.6.2 Presidente de Câmara do PS	267
3.2.6.3 Presidente de Câmara do PSD	268
3.2.6.4 Presidente de Câmara do CDS	269
3.2.6.5 Presidente de Câmara do PCP	270
3.2.6.6 Presidente de Câmara da CDU	271
3.2.7 Perfil do ator político representativo da estagnação	272
3.2.7.1 Geral	272
3.2.7.2 Por Quadrante	274
3.2.7.3 Partido Socialista	281
3.2.7.4 Partido Social Democrata	282
3.2.7.5 Centro Democrático Social	283
3.2.7.6 Partido Comunista Português	284
3.2.7.7 Coligação Democrática Unitária	285
3.2.7.8 Bloco de Esquerda	286
3.2.7.9 Independente	287
3.2.8 Perfil do deputado à AR representativo da estagnação	288
3.2.8.1 Deputado – geral	288
3.2.8.2 Deputado do PS	290
3.2.8.3 Deputado do PSD	291
3.2.8.4 Deputado do CDS	292
3.2.8.5 Deputado do PCP	293
3.2.8.6 Deputado da CDU	294
3.2.8.7 Deputado do BE	295
3.2.9 Perfil do Eurodeputado representativo da estagnação	296
3.2.9.1 Eurodeputado – geral	296
3.2.9.2 Eurodeputado do PS	298

3.2.9.3 Eurodeputado do PSD	299
3.2.9.4 Eurodeputado do CDS	300
3.2.9.5 Eurodeputado da CDU	301
3.2.9.6 Eurodeputado do BE	302
3.2.10 Perfil do membro do Governo representativo da estagnação	302
3.2.10.1 Membro do Governo – geral	302
3.2.10.2 Membro do Governo do PS	304
3.2.10.3 Membro do Governo do PSD	305
3.2.10.4 Membro do Governo do CDS	306
3.2.11 Perfil do Presidente de Câmara representativo da estagnação	307
3.2.11.1 Presidente de Câmara – Geral	307
3.2.11.2 Presidente de Câmara do PS	309
3.2.11.3 Presidente de Câmara do PSD	310
3.2.11.4 Presidente de Câmara do CDS	311
3.2.11.5 Presidente de Câmara do PCP	312
3.2.11.6 Presidente de Câmara da CDU	313
3.2.12 Perfil do ator político representativo da renovação	314
3.2.12.1 Geral	314
3.2.12.2 Por Quadrante	316
3.2.12.3 Partido Socialista	322
3.2.12.4 Partido Social Democrata	323
3.2.12.5 Centro Democrático Social	324
3.2.12.6 Partido Comunista Português	325
3.2.12.7 Coligação Democrática Unitária	326
3.2.12.8 Bloco de Esquerda	327
3.2.12.9 Independente	328
3.2.13 Perfil do Deputado à AR representativo da renovação	329

3.2.13.1 Deputado – Geral	329
3.2.13.2 Deputado do PS	331
3.2.13.3 Deputado do PSD	332
3.2.13.4 Deputado do CDS	333
3.2.13.5 Deputado do PCP	334
3.2.13.6 Deputado da CDU	335
3.2.13.7 Deputado do BE	336
3.2.14 Perfil do Eurodeputado representativo da renovação	337
3.2.14.1 Eurodeputado – geral	337
3.2.14.2 Eurodeputado do PS	339
3.2.14.3 Eurodeputado do PSD	340
3.2.14.4 Eurodeputado do CDS	341
3.2.14.5 Eurodeputado da CDU	342
3.2.14.6 Eurodeputado do BE	343
3.2.15 Perfil do membro do Governo representativo da renovação	344
3.2.15.1 Membro do Governo – Geral	344
3.2.15.2 Membro do Governo do PS	346
3.2.15.3 Membro do Governo do PSD	347
3.2.15.4 Membro do Governo de CDS	348
3.2.16 Perfil do Presidente de Câmara representativo da renovação	349
3.2.16.1 Presidente de Câmara – Geral	349
3.2.16.2 Presidente de Câmara do PS	351
3.2.16.3 Presidente de Câmara do PSD	352
3.2.16.4 Presidente de Câmara do CDS	353
3.2.16.5 Presidente de Câmara do PCP	354
3.2.16.6 Presidente de Câmara da CDU	355
3.2.17 Renovação ou estagnação dos atores políticos	356

3.2.17.1 Introdução – Renovação/Estagnação	356
3.2.17.2 Renovação ou estagnação desde 1974	357
3.2.17.3 Renovação ou estagnação período 1974 -1987 versus 1987 – 2011	360
3.2.17.4 Renovação ou estagnação período 1974 – 1980 versus 1981 – 1990	360
3.2.17.5 Renovação ou estagnação período 1981 – 1990 versus 1991 - 2000	361
3.2.17.6 Renovação ou estagnação período 1991 – 2000 versus 2001 - 2011	361
3.2.18 Renovação ou estagnação por órgão, partido e ano	362
3.2.18.1 Deputado – Geral	362
3.2.18.2 Deputados do PS	369
3.2.18.3 Deputados do PSD	375
3.2.18.4 Deputados do CDS	378
3.2.18.5 Deputados do PCP	382
3.2.18.6 Deputados da CDU	384
3.2.18.7 Deputados do BE	388
3.2.18.8 Eurodeputado – geral	390
3.2.18.9 Eurodeputado do PS	392
3.2.18.10 Eurodeputado do PSD	395
3.2.18.11 Eurodeputado do CDS	397
3.2.18.12 Eurodeputado da CDU	399
3.2.18.13 Eurodeputados do BE	402
3.2.18.14 Membro do Governo – Geral	403
3.2.18.15 Membro do Governo do PS	414
3.2.18.16 Membro do Governo do PSD	418
3.2.18.17 Presidentes de Câmara – Geral	421
3.2.18.18 Presidentes de Câmara do PS	426
3.2.18.19 Presidentes de Câmara do PSD	430
3.2.18.20 Presidentes de Câmara do CDS	434

3.2.18.21 Presidentes de Câmara do PCP	438
3.2.18.22 Presidentes de Câmara da CDU	440
Capítulo 4 Conclusão e Proposituras	443
4.1 Conclusão – Nota introdutória	443
4.2 As Hipóteses de partida	444
4.3 Principais conclusões das entrevistas	446
4.4 Notas conclusivas sobre os principais perfis dos atores políticos	451
4.5 Notas conclusivas sobre a renovação ou estagnação dos atores políticos	453
4.6 Proposituras – Considerações gerais	459
4.6.1 Autarquias locais – limitação de mandatos e sistema eleitoral	460
4.6.2 Assembleia da República – limitação de mandatos e sistema eleitoral	461
4.6.3 Estatuto do deputado à AR	468
4.6.4 Eleição do Presidente da República	469
4.6.5 Denominação dos Ministérios e das Secretarias de Estado	469
4.6.6 Abstenção	470
4.6.7 Eleições primárias nos partidos políticos	471
4.6.8 Remuneração dos atores políticos	471
4.6.9 Programa eleitoral com inclusão do «Governo sombra»	472
BIBLIOGRAFIA	473
Glossário	491
Índice Remissivo	494
Apêndices (constam apenas no CD/DVD)	I
Apêndice I – Guião das Entrevistas (Grandes Temas)	I
Apêndice II – Lista de Entrevistados	II
Anexos (constam apenas no CD/DVD)	III
Anexo I Entrevistas na íntegra e fotos com os entrevistados	III

Índice de Quadros

Quadro 1 - Modo como os entrevistados acham que o sistema eleitoral responde	182
Quadro 2 – Modo como entrevistados encaram a relação entre eleitor e eleito.....	185
Quadro 3 – Modo como entrevistados encaram a atividade política: É profissão ou não?	198
Quadro 4 – Opinião dos entrevistados sobre limitação de mandatos também AR e PE	215
Quadro 5 – Opinião entrevistados sobre renovação/estagnação dos atores políticos.....	222
Quadro 6 – Códigos das profissões	225
Quadro 7 – Mandatos versus nº de deputados a ocupar o cargo	369
Quadro 8 – Eurodeputados versus mandatos ocupados.....	392
Quadro 9 – Governantes versus número de mandatos preenchidos	414
Quadro 10 – Presidentes de Câmara versus mandatos cumpridos	426
Quadro 11 – Percentagem de estagnação geral AR do mandato anterior para o seguinte	456
Quadro 12 – Percentagem de estagnação geral PE do mandato anterior para o seguinte	456
Quadro 13 – Percentagem de estagnação geral dos Governos do anterior para o seguinte ...	457
Quadro 14 – Percentagem de estagnação presidentes de Câmara de um para outro mandato	458
Quadro 15 – Percentagem de estagnação geral por partido em todo o período da democracia sem distinção de órgão	458
Quadro 16 – Mandatos dos partidos com assento parlamentar relativos às últimas eleições legislativas (2011)	463

Índice de Gráficos

Gráfico 001 - Total perfil geral por sexo	226
Gráfico 002 - Total perfil geral por gama de idade	226
Gráfico 003 - Total perfil geral por profissão	226
Gráfico 004 - Total perfil geral por habilitações literárias	226
Gráfico 005 - Total perfil geral por naturalidade	227
Gráfico 006 - Total perfil geral por naturalidade - Apenas dados disponiveis	227
Gráfico 007 - Total perfil geral do BC por sexo	228
Gráfico 008 - Total perfil geral do BC por gama de idades	228
Gráfico 009 - Total perfil geral BC por profissão	228
Gráfico 010 - Total perfil geral BC por habilitações literárias	228
Gráfico 011 - Total perfil geral BC por naturalidade	228
Gráfico 012 - Total perfil geral CD por sexo	229
Gráfico 013 - Total perfil geral CD por gama de idades	229
Gráfico 014 - Total perfil geral CD por profissão	229
Gráfico 015 - Total perfil geral CD por habilitações literárias	229
Gráfico 016 - Total perfil geral CD por naturalidade	229
Gráfico 017 - Total perfil geral CE por sexo	230
Gráfico 018 - Total perfil geral CE por gama de idades	230
Gráfico 019 - Total perfil geral CE por profissão	230
Gráfico 020 - Total perfil geral CE por habilitações literárias	230
Gráfico 021 - Total perfil geral CE por naturalidade	230
Gráfico 022 - Total perfil geral D por sexo	231
Gráfico 023 - Total perfil geral D por gama de idades	231
Gráfico 024 - Total perfil geral D por profissão	231
Gráfico 025 - Total perfil geral D por habilitações literárias	231
Gráfico 026 - Total perfil geral D por naturalidade	231
Gráfico 027 - Total perfil geral E por sexo	232
Gráfico 028 - Total perfil geral E por gama de idades	232
Gráfico 029 - Total perfil geral E por profissão	232

Gráfico 030 - Total perfil geral E por habilitações literárias	232
Gráfico 031 - Total perfil geral E por naturalidade	232
Gráfico 032 - Total perfil geral EPA por sexo	233
Gráfico 033 - Total perfil geral EPA por gama de idades	233
Gráfico 034 - Total perfil geral EPA por profissão	233
Gráfico 035 - Total perfil geral EPA por habilitações literárias	233
Gráfico 036 - Total perfil geral EPA por naturalidade	233
Gráfico 037 - Total perfil geral I por sexo	234
Gráfico 038 - Total perfil geral I por gama de idades	234
Gráfico 039 - Total perfil geral I por profissão	234
Gráfico 040 - Total perfil geral I por habilitações literárias	234
Gráfico 041 - Total perfil geral I por naturalidade	234
Gráfico 042 - Total perfil geral PS por sexo	235
Gráfico 043 - Total perfil geral PS por gama de idades	235
Gráfico 044 - Total perfil geral PS por profissão	235
Gráfico 045 - Total perfil geral PS por habilitações literárias	235
Gráfico 046 - Total perfil geral PS por naturalidade	235
Gráfico 047 - Total perfil geral PSD por sexo	236
Gráfico 048 - Total perfil geral PSD por gama de idades	236
Gráfico 049 - Total perfil geral PSD por profissão	236
Gráfico 050 - Total perfil geral PSD por habilitações literárias	236
Gráfico 051 - Total perfil geral PSD por naturalidade	236
Gráfico 052 - Total perfil geral CDS por sexo	237
Gráfico 053 - Total perfil geral CDS por gama de idades	237
Gráfico 054 - Total perfil geral CDS por profissão	237
Gráfico 055 - Total perfil geral CDS por habilitações literárias	237
Gráfico 056 - Total perfil geral CDS por naturalidade	237
Gráfico 057 - Total perfil geral PCP por sexo	238
Gráfico 058 - Total perfil geral PCP por gama de idades	238
Gráfico 059 - Total perfil geral PCP por profissão	238
Gráfico 060 - Total perfil geral PCP por habilitações literárias	238
Gráfico 061 - Total perfil geral PCP por naturalidade	238
Gráfico 062 - Total perfil geral CDU por sexo	239

Gráfico 063 - Total perfil geral CDU por gama de idades	239
Gráfico 064 - Total perfil geral CDU por profissão	239
Gráfico 065 - Total perfil geral CDU por habilitações literárias	239
Gráfico 066 - Total perfil geral CDU por naturalidade	239
Gráfico 067 - Total perfil geral BE por sexo	240
Gráfico 068 - Total perfil geral BE por gama de idades	240
Gráfico 069 - Total perfil geral BE por profissão	240
Gráfico 070 - Total perfil geral BE por habilitações literárias	240
Gráfico 071 - Total perfil geral BE por naturalidade	240
Gráfico 072 - Total perfil geral I por sexo	241
Gráfico 073 - Total perfil geral I por gama de idades	241
Gráfico 074 - Total perfil geral I por profissão	241
Gráfico 075 - Total perfil geral I por habilitações literárias	241
Gráfico 076 - Total perfil geral I por naturalidade	241
Gráfico 077 - Total perfil geral deputado AR por sexo	242
Gráfico 078 - Total perfil geral deputado AR por gama de idades	242
Gráfico 079 - Total perfil geral deputado AR por profissão	242
Gráfico 080 - Total perfil geral deputado AR por habilitações literárias	242
Gráfico 081 - Total perfil geral deputado AR natural do círculo de eleição	243
Gráfico 082 - Total perfil deputado AR do PS por sexo	244
Gráfico 083 - Total perfil deputado AR do PS por gama de idades	244
Gráfico 084 - Total perfil deputado AR do PS por profissão	244
Gráfico 085 - Total perfil deputado AR do PS por habilitações literárias	244
Gráfico 086 - Total perfil deputado AR do PS natural do círculo de eleição	244
Gráfico 087 - Total perfil deputado AR do PSD por sexo	245
Gráfico 088 - Total perfil deputado AR do PSD por gama de idades	245
Gráfico 089 - Total perfil deputado AR do PSD por profissão	245
Gráfico 090 - Total perfil deputado AR do PSD por habilitações literárias	245
Gráfico 091 - Total perfil deputado AR do PSD natural do círculo de eleição	245
Gráfico 092 - Total perfil deputado AR do CDS por sexo	246
Gráfico 093 - Total perfil deputado AR do CDS por gama de idades	246
Gráfico 094 - Total perfil deputado AR do CDS por profissão	246
Gráfico 095 - Total perfil deputado AR do CDS por habilitações literárias	246

Gráfico 096 - Total perfil deputado AR do CDS natural do círculo de eleição	246
Gráfico 097 - Total perfil deputado AR do PCP por sexo	247
Gráfico 098 - Total perfil deputado AR do PCP por gama de idades	247
Gráfico 099 - Total perfil deputado AR do PCP por profissão	247
Gráfico 100 - Total perfil deputado AR do PCP por habilitações literárias	247
Gráfico 101 - Total perfil deputado AR do PCP natural do círculo de eleição	247
Gráfico 102 - Total perfil deputado AR da CDU por sexo	248
Gráfico 103 - Total perfil deputado AR da CDU por gama de idades	248
Gráfico 104 - Total perfil deputado AR da CDU por profissão	248
Gráfico 105 - Total perfil deputado AR da CDU por habilitações literárias	248
Gráfico 106 - Total perfil deputado AR da CDU natural do círculo de eleição	248
Gráfico 107 - Total perfil deputado AR do BE por sexo	249
Gráfico 108 - Total perfil deputado AR do BE por gama de idades	249
Gráfico 109 - Total perfil deputado AR do BE por profissão	249
Gráfico 110 - Total perfil deputado AR do BE por habilitações literárias	249
Gráfico 111 - Total perfil deputado AR do BE natural do círculo de eleição	249
Gráfico 112 - Total perfil geral eurodeputado por sexo	250
Gráfico 113 - Total perfil geral eurodeputado por gama de idades	250
Gráfico 114 - Total perfil geral eurodeputado por profissão	250
Gráfico 115 - Total perfil geral eurodeputado por habilitações literárias	250
Gráfico 116 - Total perfil geral eurodeputado por naturalidade	251
Gráfico 117 - Total perfil eurodeputado do PS por sexo	252
Gráfico 118 - Total perfil eurodeputado do PS por gama de idades	252
Gráfico 119 - Total perfil eurodeputado do PS por profissão	252
Gráfico 120 - Total perfil eurodeputado do PS por habilitações literárias	252
Gráfico 121 - Total perfil eurodeputado do PS por naturalidade/distrito	252
Gráfico 122 - Total perfil eurodeputado do PSD por sexo	253
Gráfico 123 - Total perfil eurodeputado do PSD por gama de idades	253
Gráfico 124 - Total perfil eurodeputado do PSD por profissão	253
Gráfico 125 - Total perfil eurodeputado do PSD por habilitações literárias	253
Gráfico 126 - Total perfil eurodeputado do PSD por naturalidade/distrito	253
Gráfico 127 - Total perfil eurodeputado do CDS por sexo	254
Gráfico 128 - Total perfil do eurodeputado do CDS por gama de idades	254

Gráfico 129 - Total perfil eurodeputado do CDS por profissão	254
Gráfico 130 - Total perfil eurodeputado do CDS por habilitações literárias	254
Gráfico 131 - Total perfil eurodeputado do CDS por naturalidade/distrito	254
Gráfico 132 - Total perfil eurodeputado do PRD por gama de idades	255
Gráfico 133 - Total perfil eurodeputado do PRD por habilitações literárias	255
Gráfico 134 - Total perfil eurodeputado do PRD por naturalidade/distrito	255
Gráfico 135 - Total perfil eurodeputado da CDU por sexo	256
Gráfico 136 - Total perfil eurodeputado da CDU por gama de idades	256
Gráfico 137 - Total perfil eurodeputado da CDU por profissão	256
Gráfico 138 - Total perfil eurodeputado da CDU por habilitações literárias	256
Gráfico 139 - Total perfil eurodeputado da CDU por naturalidade/distrito	256
Gráfico 140 - Total perfil eurodeputado do BE por sexo	257
Gráfico 141 - Total perfil eurodeputado do BE por gama de idades	257
Gráfico 142 - Total perfil eurodeputado do BE por profissão	257
Gráfico 143 - Total perfil eurodeputado do BE por habilitações literárias	257
Gráfico 144 - Total perfil eurodeputado do BE por naturalidade/distrito	257
Gráfico 145 - Total geral perfil governante por sexo	258
Gráfico 146 - Total geral perfil governante por gama de idades	258
Gráfico 147 - Total geral perfil governante por profissão	258
Gráfico 148 - Total geral perfil governante por habilitações literárias	258
Gráfico 149 - Total geral perfil governante por naturalidade	259
Gráfico 150 - Total geral perfil governante do PS por sexo	260
Gráfico 151 - Total geral perfil governante do PS por gama de idades	260
Gráfico 152 - Total geral perfil governante do PS por profissão	260
Gráfico 153 - Total geral perfil governante do PS por habilitações literárias	260
Gráfico 154 - Total geral perfil governante do PS por naturalidade/distrito	260
Gráfico 155 - Total geral perfil governante do PSD por sexo	261
Gráfico 156 - Total geral perfil governante do PSD por gama de idades	261
Gráfico 157 - Total geral perfil governante do PSD por profissão	261
Gráfico 158 - Total geral perfil governante do PSD por habilitações literárias	261
Gráfico 159 - Total geral perfil governante do PSD por naturalidade/distrito	261
Gráfico 160 - Total geral perfil governante do CDS por sexo	262
Gráfico 161 - Total geral perfil governante do CDS por gama de idades	262

Gráfico 162 - Total geral perfil governante do CDS por profissão	262
Gráfico 163 - Total geral perfil governante do CDS por habilitações literárias	262
Gráfico 164 - Total geral perfil governante do CDS por naturalidade/distrito	262
Gráfico 165 - Total geral perfil governante da AD por sexo	263
Gráfico 166 - Total geral perfil governante da AD por gama de idades	263
Gráfico 167 - Total geral perfil governante da AD por profissão	263
Gráfico 168 - Total geral perfil governante da AD por habilitações literárias	263
Gráfico 169 - Total geral perfil governante da AD por naturalidade/distrito	263
Gráfico 170 - Total geral perfil governante I por sexo	264
Gráfico 171 - Total geral perfil governante I por gama de idades	264
Gráfico 172 - Total geral perfil governante I por profissão	264
Gráfico 173 - Total geral perfil governante I por habilitações literárias	264
Gráfico 174 - Total geral perfil governante I por naturalidade/distrito	264
Gráfico 175 - Total geral perfil PCM por sexo	265
Gráfico 176 - Total geral perfil PCM por gama de idades	265
Gráfico 177 - Total geral perfil PCM por profissão	265
Gráfico 178 - Total geral perfil PCM por habilitações literárias	265
Gráfico 179 - Total geral perfil PCM por naturalidade/concelho eleição	266
Gráfico 180 - Total geral perfil PCM do PS por sexo	267
Gráfico 181 - Total geral perfil PCM do PS por gama de idades	267
Gráfico 182 - Total geral perfil PCM do PS por profissão	267
Gráfico 183 - Total geral perfil PCM do PS por habilitações literárias	267
Gráfico 184 - Total geral perfil PCM do PS por naturalidade/concelho eleição	267
Gráfico 185 - Total geral perfil PCM do PSD por sexo	268
Gráfico 186 - Total geral perfil PCM do PSD por gama de idades	268
Gráfico 187 - Total geral perfil PCM do PSD por profissão	268
Gráfico 188 - Total geral perfil PCM do PSD por habilitações literárias	268
Gráfico 189 - Total geral perfil PCM do PSD por naturalidade/concelho eleição	268
Gráfico 190 - Total geral perfil PCM do CDS por sexo	269
Gráfico 191 - Total geral perfil PCM do CDS por gama de idades	269
Gráfico 192 - Total geral perfil PCM do CDS por profissão	269
Gráfico 193 - Total geral perfil PCM do CDS por habilitações literárias	269
Gráfico 194 - Total geral perfil PCM do CDS por naturalidade/concelho eleição	269

Gráfico 195 - Total geral perfil PCM do PCP por sexo	270
Gráfico 196 - Total geral perfil PCM do PCP por gama de idades	270
Gráfico 197 - Total geral perfil PCM do PCP por profissão	270
Gráfico 198 - Total geral perfil PCM do PCP por habilitações literárias	270
Gráfico 199 - Total geral perfil PCM do PCP por naturalidade/concelho eleição	270
Gráfico 200 - Total geral perfil PCM da CDU por sexo	271
Gráfico 201 - Total geral perfil PCM da CDU por gama de idades	271
Gráfico 202 - Total geral perfil PCM da CDU por profissão	271
Gráfico 203 - Total geral perfil PCM da CDU por habilitações literárias	271
Gráfico 204 - Total geral perfil PCM da CDU por naturalidade/concelho eleição	271
Gráfico 205 - Total geral perfil político estagnador por sexo	272
Gráfico 206 - Total geral perfil político estagnador por gama de idades	272
Gráfico 207 - Total geral perfil político estagnador por profissão	273
Gráfico 208 - Total geral perfil político estagnador por habilitações literárias	273
Gráfico 209 - Total geral perfil político estagnador por naturalidade	273
Gráfico 210 - Total geral perfil político estagnador BC por sexo	274
Gráfico 211 - Total geral perfil político estagnador do BC por gama de idades	274
Gráfico 212 - Total geral perfil político estagnador do BC por profissão	274
Gráfico 213 - Total geral perfil político estagnador do BC por habilitações literárias	274
Gráfico 214 - Total geral perfil político estagnador do BC por naturalidade	274
Gráfico 215 - Total geral perfil político estagnador do CD por sexo	275
Gráfico 216 - Total geral perfil político estagnador do CD por gama de idades	275
Gráfico 217 - Total geral perfil político estagnador do CD por profissão	275
Gráfico 218 - Total geral perfil político estagnador do CD por habilitações literárias	275
Gráfico 219 - Total geral perfil político estagnador do CD por naturalidade	275
Gráfico 220 - Total geral perfil político estagnador do CE por sexo	276
Gráfico 221 - Total geral perfil político estagnador do CE por gama de idades	276
Gráfico 222 - Total geral perfil político estagnador do CE por profissão	276
Gráfico 223 - Total geral perfil político estagnador do CE por habilitações literárias	276
Gráfico 224 - Total geral perfil político estagnador do CE por naturalidade	276
Gráfico 225 - Total geral perfil político estagnador da D por sexo	277
Gráfico 226 - Total geral perfil político estagnador da D por gama de idades	277
Gráfico 227 - Total geral perfil político estagnador da D por profissão	277

Gráfico 228 - Total geral perfil político estagnador da D por habilitações literárias	277
Gráfico 229 - Total geral perfil político estagnador da D por naturalidade	277
Gráfico 230 - Total geral perfil político estagnador da E por sexo	278
Gráfico 231 - Total geral perfil político estagnador da E por gama de idades	278
Gráfico 232 - Total geral perfil político estagnador da E por profissão	278
Gráfico 233 - Total geral perfil político estagnador da E por habilitações literárias	278
Gráfico 234 - Total geral perfil político estagnador da E por naturalidade	278
Gráfico 235 - Total geral perfil político estagnador do EPA por sexo	279
Gráfico 236 - Total geral perfil político estagnador do EPA por gama de idades	279
Gráfico 237 - Total geral perfil político estagnador do EPA por profissão	279
Gráfico 238 - Total geral perfil político estagnador do EPA por habilitações literárias	279
Gráfico 239 - Total geral perfil político estagnador do EPA por naturalidade	279
Gráfico 240 - Total geral perfil político estagnador I por sexo	280
Gráfico 241 - Total geral perfil político estagnador I por gama de idades	280
Gráfico 242 - Total geral perfil político estagnador I por profissão	280
Gráfico 243 - Total geral perfil político estagnador I por habilitações literárias	280
Gráfico 244 - Total geral perfil político estagnador I por naturalidade	280
Gráfico 245 - Total geral perfil político estagnador do PS por sexo	281
Gráfico 246 - Total geral perfil político estagnador do PS por gama de idades	281
Gráfico 247 - Total geral perfil político estagnador do PS por profissão	281
Gráfico 248 - Total geral perfil político estagnador do PS por habilitações literárias	281
Gráfico 249 - Total geral perfil político estagnador do PS por naturalidade	281
Gráfico 250 - Total geral perfil político estagnador do PSD por sexo	282
Gráfico 251 - Total geral perfil político estagnador do PSD por gama de idades	282
Gráfico 252 - Total geral perfil político estagnador do PSD por profissão	282
Gráfico 253 - Total geral perfil político estagnador do PSD por habilitações literárias	282
Gráfico 254 - Total geral perfil político estagnador do PSD por naturalidade	282
Gráfico 255 - Total geral perfil político estagnador do CDS por sexo	283
Gráfico 256 - Total geral perfil político estagnador do CDS por gama de idades	283
Gráfico 257 - Total geral perfil político estagnador do CDS por profissão	283
Gráfico 258 - Total geral perfil político estagnador do CDS por habilitações literárias	283
Gráfico 259 - Total geral perfil político estagnador do CDS por naturalidade	283
Gráfico 260 - Total geral perfil político estagnador do PCP por sexo	284

Gráfico 261 - Total geral perfil político estagnador do PCP por gama de idades	284
Gráfico 262 - Total geral perfil político estagnador do PCP por profissão	284
Gráfico 263 - Total geral perfil político estagnador do PCP por habilitações literárias	284
Gráfico 264 - Total geral perfil político estagnador do PCP por naturalidade	284
Gráfico 265 - Total geral perfil político estagnador da CDU por sexo	285
Gráfico 266 - Total geral perfil político estagnador da CDU por gama de idades	285
Gráfico 267 - Total geral perfil político estagnador da CDU por profissão	285
Gráfico 268 - Total geral perfil político estagnador da CDU por habilitações literárias	285
Gráfico 269 - Total geral perfil político estagnador da CDU por naturalidade	285
Gráfico 270 - Total geral perfil político estagnador do BE por sexo	286
Gráfico 271 - Total geral perfil político estagnador do BE por gama de idades	286
Gráfico 272 - Total geral perfil político estagnador do BE por profissão	286
Gráfico 273 - Total geral perfil político estagnador do BE por habilitações literárias	286
Gráfico 274 - Total geral perfil político estagnador do BE por naturalidade	286
Gráfico 275 - Total geral perfil político estagnador I por sexo	287
Gráfico 276 - Total geral perfil político estagnador I por gama de idades	287
Gráfico 277 - Total geral perfil político estagnador I por profissão	287
Gráfico 278 - Total geral perfil político estagnador I por habilitações literárias	287
Gráfico 279 - Total geral perfil político estagnador I por naturalidade	287
Gráfico 280 - Total geral perfil deputado AR estagnador por sexo	288
Gráfico 281 - Total geral perfil deputado AR estagnador por gama de idades	288
Gráfico 282 - Total geral perfil deputado AR estagnador por profissão	288
Gráfico 283 - Total geral perfil deputado AR estagnador por habilitações literárias	288
Gráfico 284 - Total geral perfil deputado AR estagnador por naturalidade/círculo eleição	289
Gráfico 285 - Total geral perfil deputado AR do PS estagnador por sexo	290
Gráfico 286 - Total geral perfil deputado AR do PS estagnador por gama de idades	290
Gráfico 287 - Total geral perfil deputado AR do PS estagnador por profissão	290
Gráfico 288 - Total geral perfil deputado AR do PS estagnador por habilitações literárias	290
Gráfico 289 - Total geral perfil deputado AR PS estagnador naturalidade/círculo eleição	290
Gráfico 290 - Total geral perfil deputado AR do PSD estagnador por sexo	291
Gráfico 291 - Total geral perfil deputado AR do PSD estagnador por gama de idades	291
Gráfico 292 - Total geral perfil deputado AR do PSD estagnador por profissão	291
Gráfico 293 - Total geral perfil deputado AR PSD estagnador habilitações literárias	291

Gráfico 294 - Total geral perfil deputado AR PSD estagnador naturalidade/círculo eleição	291
Gráfico 295 - Total geral perfil deputado AR do CDS estagnador por sexo	292
Gráfico 296 - Total geral perfil deputado AR do CDS estagnador por gama de idades	292
Gráfico 297 - Total geral perfil deputado AR do CDS estagnador por profissão	292
Gráfico 298 - Total geral perfil deputado AR CDS estagnador habilitações literárias	292
Gráfico 299 - Total geral perfil deputado AR CDS estagnador naturalidade/círculo eleição	292
Gráfico 300 - Total geral perfil deputado AR do PCP estagnador por sexo	293
Gráfico 301 - Total geral perfil deputado AR do PCP estagnador por gama de idades	293
Gráfico 302 - Total geral perfil deputado AR do PCP estagnador por profissão	293
Gráfico 303 - Total geral perfil deputado AR PCP estagnador habilitações literárias	293
Gráfico 304 - Total geral perfil deputado AR PCP estagnador naturalidade/círculo eleição	293
Gráfico 305 - Total geral perfil deputado AR da CDU estagnador por sexo	294
Gráfico 306 - Total geral perfil deputado AR da CDU estagnador por gama de idades	294
Gráfico 307 - Total geral perfil deputado AR da CDU estagnador por profissão	294
Gráfico 308 - Total geral perfil deputado AR da CDU estagnador por habilitações literárias	294
Gráfico 309 - Total geral perfil deputado AR CDU estagnador naturalidade/círculo eleição	294
Gráfico 310 - Total geral perfil deputado AR do BE estagnador por sexo	295
Gráfico 311 - Total geral perfil deputado AR do BE estagnador por gama de idades	295
Gráfico 312 - Total geral perfil deputado AR do BE estagnador por profissão	295
Gráfico 313 - Total geral perfil deputado AR do BE por habilitações literárias	295
Gráfico 314 - Total geral perfil deputado AR BE estagnador naturalidade/círculo eleição	295
Gráfico 315 - Total geral perfil eurodeputado estagnador por sexo	296
Gráfico 316 - Total geral perfil eurodeputado estagnador por gama de idades	296
Gráfico 317 - Total geral perfil eurodeputado estagnador por profissão	296
Gráfico 318 - Total geral perfil eurodeputado estagnador por habilitações literárias	296
Gráfico 319 - Total geral perfil eurodeputado estagnador por naturalidade/distrito	297
Gráfico 320 - Total geral perfil eurodeputado do PS estagnador por sexo	298
Gráfico 321 - Total geral perfil eurodeputado do PS estagnador por gama de idades	298
Gráfico 322 - Total geral perfil eurodeputado do PS estagnador por profissão	298
Gráfico 323 - Total geral perfil eurodeputado do PS estagnador por habilitações literárias	298
Gráfico 324 - Total geral perfil eurodeputado do PS estagnador por naturalidade/distrito	298
Gráfico 325 - Total geral perfil eurodeputado do PSD estagnador por sexo	299
Gráfico 326 - Total geral perfil eurodeputado do PSD estagnador por gama de idades	299

Gráfico 327 - Total geral perfil eurodeputado do PSD estagnador por profissão	299
Gráfico 328 - Total geral perfil eurodeputado do PSD estagnador por habilitações literárias	299
Gráfico 329 - Total geral perfil eurodeputado do PSD estagnador por naturalidade/distrito	299
Gráfico 330 - Total geral perfil eurodeputado do CDS estagnador por sexo	300
Gráfico 331 - Total geral perfil eurodeputado do CDS estagnador por gama de idades	300
Gráfico 332 - Total geral perfil eurodeputado do CDS estagnador por profissão	300
Gráfico 333 - Total geral perfil eurodeputado do CDS estagnador por habilitações literárias	300
Gráfico 334 - Total geral perfil eurodeputado do CDS estagnador por naturalidade/distrito	300
Gráfico 335 - Total geral perfil eurodeputado da CDU estagnador por sexo	301
Gráfico 336 - Total geral perfil eurodeputado da CDU estagnador por gama de idades	301
Gráfico 337 - Total geral perfil eurodeputado da CDU estagnador por profissão	301
Gráfico 338 - Total geral perfil eurodeputado da CDU estagnador por habilitações literárias	301
Gráfico 339 - Total geral perfil eurodeputado da CDU estagnador por naturalidade/distrito	301
Gráfico 340 - Total geral perfil governante estagnador por sexo	302
Gráfico 341 - Total geral perfil governante estagnador por gama de idades	302
Gráfico 342 - Total geral perfil governante estagnador por profissão	303
Gráfico 343 - Total geral perfil governante estagnador por habilitações literárias	303
Gráfico 344 - Total geral perfil governante estagnador por naturalidade/distrito	303
Gráfico 345 - Total geral perfil governante do PS estagnador por sexo	304
Gráfico 346 - Total geral perfil governante do PS estagnador por gama de idades	304
Gráfico 347 - Total geral perfil governante do PS estagnador por profissão	304
Gráfico 348 - Total geral perfil governante do PS estagnador por habilitações literárias	304
Gráfico 349 - Total geral perfil governante do PS por naturalidade/distrito	304
Gráfico 350 - Total geral perfil governante do PSD estagnador por sexo	305
Gráfico 351 - Total geral perfil governante do PSD estagnador por gama de idades	305
Gráfico 352 - Total geral perfil governante do PSD estagnador por profissão	305
Gráfico 353 - Total geral perfil governante do PSD estagnador habilitações literárias	305
Gráfico 354 - Total geral perfil governante do PSD por naturalidade/distrito	305
Gráfico 355 - Total geral perfil governante do CDS estagnador por sexo	306
Gráfico 356 - Total geral perfil governante do CDS estagnador por gama de idades	306
Gráfico 357 - Total geral perfil governante do CDS estagnador por profissão	306
Gráfico 358 - Total geral perfil governante do CDS estagnador por habilitações literárias	306

Gráfico 359 - Total geral perfil governante do CDS estagnador por naturalidade/distrito	306
Gráfico 360 - Total geral perfil PCM estagnador por sexo	307
Gráfico 361 - Total geral perfil PCM estagnador por gama de idades	307
Gráfico 362 - Total geral perfil PCM estagnador por profissão	307
Gráfico 363 - Total geral perfil PCM estagnador por habilitações literárias	307
Gráfico 364 - Total geral perfil PCM estagnador por naturalidade/concelho eleição	308
Gráfico 365 - Total geral perfil PCM do PS estagnador por sexo	309
Gráfico 366 - Total geral perfil PCM d PS estagnador por gama de idades	309
Gráfico 367 - Total geral perfil PCM do PS estagnador por profissão	309
Gráfico 368 - Total geral perfil PCM do PS estagnador por habilitações literárias	309
Gráfico 369 - Total geral perfil PCM do PS estagnador por naturalidade/concelho eleição	309
Gráfico 370 - Total geral perfil PCM do PSD estagnador por sexo	310
Gráfico 371 - Total geral perfil PCM do PSD estagnador por gama de idades	310
Gráfico 372 - Total geral perfil PCM do PSD estagnador por profissão	310
Gráfico 373 - Total geral perfil PCM do PSD estagnador por habilitações literárias	310
Gráfico 374 - Total geral perfil PCM do PSD estagnador por naturalidade/concelho eleição	310
Gráfico 375 - Total geral perfil PCM do CDS estagnador por sexo	311
Gráfico 376 - Total geral perfil PCM do CDS estagnador por gama de idades	311
Gráfico 377 - Total geral perfil PCM do CDS estagnador por profissão	311
Gráfico 378 - Total geral perfil PCM do CDS estagnador por habilitações literárias	311
Gráfico 379 - Total geral perfil PCM do CDS estagnador por naturalidade/concelho eleição	311
Gráfico 380 - Total geral perfil PCM do PCP estagnador por sexo	312
Gráfico 381 - Total geral perfil PCM do PCP estagnador por gama de idades	312
Gráfico 382 - Total geral perfil PCM do PCP estagnador por profissão	312
Gráfico 383 - Total geral perfil PCM do PCP estagnador por habilitações literárias	312
Gráfico 384 - Total geral perfil PCM do PCP estagnador por naturalidade/concelho eleição	312
Gráfico 385 - Total geral perfil PCM da CDU estagnador por sexo	313
Gráfico 386 - Total geral perfil PCM da CDU estagnador por gama de idades	313
Gráfico 387 - Total geral perfil PCM da CDU estagnador por profissão	313
Gráfico 388 - Total geral perfil PCM da CDU estagnador por gama de idades	313
Gráfico 389 - Total geral perfil PCM da CDU estagnador por naturalidade/concelho eleição	313
Gráfico 390 - Total geral perfil político renovador por sexo	314
Gráfico 391 - Total geral perfil político renovador por gama de idades	314

Gráfico 392 - Total geral perfil político renovador por profissão	314
Gráfico 393 - Total geral perfil político renovador por habilitações literárias	314
Gráfico 394 - Total geral perfil político renovador por naturalidade/concelho	315
Gráfico 395 - Total geral perfil político renovador do BC por sexo	316
Gráfico 396 - Total geral perfil político do BC por gama de idade	316
Gráfico 397 - Total geral perfil político renovador do BC por profissão	316
Gráfico 398 - Total geral perfil político renovador do BC por habilitações literárias	316
Gráfico 399 - Total geral perfil político renovador do BC por naturalidade/concelho	316
Gráfico 400 - Total geral perfil político renovador do CD por sexo	317
Gráfico 401 - Total geral perfil político renovador do CD por gama de idades	317
Gráfico 402 - Total geral perfil político renovador do CD por profissão	317
Gráfico 403 - Total geral perfil político renovador do CD por habilitações literárias	317
Gráfico 404 - Total geral perfil político renovador do CD por naturalidade/concelho	317
Gráfico 405 - Total geral perfil político renovador do CE por sexo	318
Gráfico 406 - Total geral perfil político renovador do CE por gama de idades	318
Gráfico 407 - Total geral perfil político renovador do CE por profissão	318
Gráfico 408 - Total geral perfil político renovador do CE por habilitações literárias	318
Gráfico 409 - Total geral perfil político renovador do CE por naturalidade/concelho	318
Gráfico 410 - Total geral perfil político renovador da D por sexo	319
Gráfico 411 - Total geral perfil político renovador da D por gama de idades	319
Gráfico 412 - Total geral perfil político renovador da D por profissão	319
Gráfico 413 - Total geral perfil político renovador da D por habilitações literárias	319
Gráfico 414 - Total geral perfil político renovador da D por naturalidade/concelho	319
Gráfico 415 - Total geral perfil político renovador da E por sexo	320
Gráfico 416 - Total geral perfil político renovador da E por gama de idades	320
Gráfico 417 - Total geral perfil político renovador da E por profissão	320
Gráfico 418 - Total geral perfil político renovador da E por habilitações literárias	320
Gráfico 419 - Total geral perfil político renovador da E por naturalidade/concelho	320
Gráfico 420 - Total geral perfil político renovador do EPA por sexo	321
Gráfico 421 - Total geral perfil político renovador do EPA por gama de idades	321
Gráfico 422 - Total geral perfil político renovador do EPA por profissão	321
Gráfico 423 - Total geral perfil político renovador do EPA por habilitações literárias	321
Gráfico 424 - Total geral perfil político renovador do EPA por naturalidade/concelho	321

Gráfico 425 - Total geral perfil político renovador do PS por sexo	322
Gráfico 426 - Total geral perfil político renovador do PS por gama de idades	322
Gráfico 427 - Total geral perfil político renovador do PS por profissão	322
Gráfico 428 - Total geral perfil político renovador do PS por habilitações literárias	322
Gráfico 429 - Total geral perfil político renovador do PS por naturalidade/concelho	322
Gráfico 430 - Total geral perfil político renovador do PSD por sexo	323
Gráfico 431 - Total geral perfil político renovador do PSD por gama de idades	323
Gráfico 432 - Total geral perfil político renovador do PSD por profissão	323
Gráfico 433 - Total geral perfil político renovador do PSD por habilitações literárias	323
Gráfico 434 - Total geral perfil político renovador do PSD por naturalidade/concelho	323
Gráfico 435 - Total geral perfil político renovador do CDS por sexo	324
Gráfico 436 - Total geral perfil político renovador do CDS por gama de idades	324
Gráfico 437 - Total geral perfil político renovador do CDS por profissão	324
Gráfico 438 - Total geral perfil político renovador do CDS por habilitações literárias	324
Gráfico 439 - Total geral perfil político renovador do CDS por naturalidade/concelho	324
Gráfico 440 - Total geral perfil político renovador do PCP por sexo	325
Gráfico 441 - Total geral perfil político renovador do PCP por gama de idades	325
Gráfico 442 - Total geral perfil político renovador do PCP por profissão	325
Gráfico 443 - Total geral perfil político renovador do PCP por habilitações literárias	325
Gráfico 444 - Total geral perfil político renovador do PCP por naturalidade/concelho	325
Gráfico 445 - Total geral perfil político renovador da CDU por sexo	326
Gráfico 446 - Total geral perfil político renovador da CDU por gama de idades	326
Gráfico 447 - Total geral perfil político renovador da CDU por profissão	326
Gráfico 448 - Total geral perfil político renovador da CDU por habilitações literárias	326
Gráfico 449 - Total geral perfil político renovador da CDU por naturalidade/concelho	326
Gráfico 450 - Total geral perfil político renovador do BE por sexo	327
Gráfico 451 - Total geral perfil político renovador do BE por gama de idades	327
Gráfico 452 - Total geral perfil político renovador do BE - por profissão	327
Gráfico 453 - Total geral perfil político renovador do BE por habilitações literárias	327
Gráfico 454 - Total geral perfil político renovador do BE por naturalidade/concelho	327
Gráfico 455 - Total geral perfil político renovador I por sexo	328
Gráfico 456 - Total geral perfil político renovador I por gama de idades	328
Gráfico 457 - Total geral perfil político renovador I por profissão	328

Gráfico 458 - Total geral perfil político renovador I por habilitações literárias	328
Gráfico 459 - Total geral perfil político renovador I por naturalidade/concelho	328
Gráfico 460 - Total geral perfil deputado AR renovador por sexo	329
Gráfico 461 - Total geral perfil deputado AR renovador por gama de idades	329
Gráfico 462 - Total geral perfil deputado AR renovador por profissão	329
Gráfico 463 - Total geral perfil deputado AR renovador por habilitações literárias	329
Gráfico 464 - Total geral perfil deputado AR renovador por naturalidade/ círculo eleição	330
Gráfico 465 - Total geral perfil deputado AR renovador do PS por sexo	331
Gráfico 466 - Total geral perfil deputado AR renovador do PS por gama de idades	331
Gráfico 467 - Total geral perfil deputado AR renovador do PS por profissão	331
Gráfico 468 - Total geral perfil deputado AR renovador do PS por habilitações literárias	331
Gráfico 469 - Total geral perfil deputado AR renovador PS naturalidade/círculo eleição	331
Gráfico 470 - Total geral perfil deputado AR renovador do PSD por sexo	332
Gráfico 471 - Total geral perfil deputado AR renovador do PSD por gama de idades	332
Gráfico 472 - Total geral perfil deputado AR renovador do PSD por profissão	332
Gráfico 473 - Total geral perfil deputado AR renovador PSD habilitações literárias	332
Gráfico 474 - Total geral perfil deputado AR renovador PSD naturalidade/círculo eleição	332
Gráfico 475 - Total geral perfil deputado AR renovador do CDS por sexo	333
Gráfico 476 - Total geral perfil deputado AR renovador do CDS por gama de idades	333
Gráfico 477 - Total geral perfil deputado AR renovador do CDSpor profissão	333
Gráfico 478 - Total geral perfil deputado AR renovador do CDS por habilitações literárias	333
Gráfico 479 - Total geral perfil deputado AR renovador CDS naturalidade/círculo eleição	333
Gráfico 480 - Total geral perfil deputado AR renovador do PCP por sexo	334
Gráfico 481 - Total geral perfil deputado AR renovador do PCP por gama de idades	334
Gráfico 482 - Total Total geral perfil deputado AR renovador do PCP por profissão	334
Gráfico 483 - Total geral perfil deputado AR renovador do PCP por habilitações literárias	334
Gráfico 484 - Total geral perfil deputado AR renovador do PCP por naturalidade/círculo	334
Gráfico 485 - Total geral perfil deputado AR renovador da CDU por sexo	335
Gráfico 486 - Total geral perfil deputado AR renovador da CDU por gama de idades	335
Gráfico 487 - Total geral perfil deputado AR renovador da CDU por profissão	335
Gráfico 488 - Total geral perfil deputado AR renovador da CDU por habilitações literárias	335
Gráfico 489 - Total geral perfil deputado AR renovador CDU naturalidade/círculo eleição	335
Gráfico 490 - Total geral perfil deputado AR renovador do BE por sexo	336

Gráfico 491 - Total geral perfil deputado AR renovador do BE por gama de idades	336
Gráfico 492 - Total geral perfil deputado AR renovador do BE por profissão	336
Gráfico 493 - Total geral perfil deputado AR renovador do BE por habilitações literárias	336
Gráfico 494 - Total geral perfil deputado AR renovador BE naturalidade/circulo eleição	336
Gráfico 495 - Total geral perfil eurodeputado renovador por sexo	337
Gráfico 496 - Total geral perfil eurodeputado renovador por gama de idades	337
Gráfico 497 - Total geral perfil eurodeputado renovador por profissão	337
Gráfico 498 - Total geral perfil eurodeputado por habilitações literárias	337
Gráfico 499 - Total geral perfil eurodeputado renovador por naturalidade/distrito	338
Gráfico 500 - Total geral perfil eurodeputado renovador do PS por sexo	339
Gráfico 501 - Total geral perfil eurodeputado renovador do PS por gama de idades	339
Gráfico 502 - Total geral perfil eurodeputado renovador do PS por profissão	339
Gráfico 503 - Total geral perfil eurodeputado renovador do PS por habilitações literárias	339
Gráfico 504 - Total geral perfil eurodeputado renovador do PS por naturalidade/distrito	339
Gráfico 505 - Total geral perfil eurodeputado renovador do PSD por sexo	340
Gráfico 506 - Total geral perfil eurodeputado renovador do PSD por gama de idades	340
Gráfico 507 - Total geral perfil eurodeputado renovador do PSD por profissão	340
Gráfico 508 - Total geral perfil eurodeputado renovador do PSD por habilitações literárias	340
Gráfico 509 - Total geral perfil eurodeputado renovador do PSD por naturalidade/distrito	340
Gráfico 510 - Total geral perfil eurodeputado renovador do CDS por sexo	341
Gráfico 511 - Total geral perfil eurodeputado renovador do CDS por gama de idades	341
Gráfico 512 - Total geral perfil eurodeputado renovador do CDS por profissão	341
Gráfico 513 - Total geral perfil eurodeputado renovador do CDS por habilitações literárias	341
Gráfico 514 - Total geral perfil eurodeputado renovador do CDS por naturalidade/distrito	341
Gráfico 515 - Total geral perfil eurodeputado renovador da CDU por sexo	342
Gráfico 516 - Total geral perfil eurodeputado renovador da CDU por gama de idades	342
Gráfico 517 - Total geral perfil eurodeputado renovador da CDU por profissão	342
Gráfico 518 - Total geral perfil eurodeputado renovador da CDU por habilitações literárias	342
Gráfico 519 - Total geral perfil eurodeputado renovador da CDU por naturalidade/distrito	342
Gráfico 520 - Total geral perfil eurodeputado renovador do BE por sexo	343
Gráfico 521 - Total geral perfil eurodeputado renovador do BE por gama de idades	343
Gráfico 522 - Total geral perfil eurodeputado renovador do BE por profissão	343
Gráfico 523 - Total geral perfil eurodeputado renovador do BE por habilitações literárias	343

Gráfico 524 - Total geral perfil eurodeputado renovador do BE por naturalidade/distrito	343
Gráfico 525 - Total geral perfil governante renovador por sexo	344
Gráfico 526 - Total geral perfil governante renovador por gama de idades	344
Gráfico 527 - Total geral perfil governante renovador por profissão	344
Gráfico 528 - Total geral perfil governante renovador por habilitações literárias	344
Gráfico 529 - Total geral perfil governante renovador por naturalidade/distrito	345
Gráfico 530 - Total geral perfil governante renovador do PS por sexo	346
Gráfico 531 - Total geral perfil governante renovador do PS por gama de idades	346
Gráfico 532 - Total geral perfil governante renovador do PS por Profissão	346
Gráfico 533 - Total geral perfil governante renovador do PS por habilitações literárias	346
Gráfico 534 - Total geral perfil governante renovador do PS por naturalidade/distrito	346
Gráfico 535 - Total geral perfil governante renovador do PSD por sexo	347
Gráfico 536 - Total geral perfil governante renovador do PSD por gama de idades	347
Gráfico 537 - Total geral perfil governante renovador do PSD por profissão	347
Gráfico 538 - Total geral perfil governante renovador do PSD por habilitações literárias	347
Gráfico 539 - Total geral perfil governante renovador do PSD por naturalidade/distrito	347
Gráfico 540 - Total geral perfil governante renovador do CDS por sexo	348
Gráfico 541 - Total geral perfil governante renovador do CDS por gama de idades	348
Gráfico 542 - Total geral perfil governante renovador do CDS por profissão	348
Gráfico 543 - Total geral perfil governante renovador do CDS por habilitações literárias	348
Gráfico 544 - Total geral perfil governante renovador do CDS por naturalidade/distrito	348
Gráfico 545 - Total geral perfil PCM renovador por sexo	349
Gráfico 546 - Total geral perfil PCM renovador por gama de idades	349
Gráfico 547 - Total geral perfil PCM renovador por profissão	349
Gráfico 548 - Total geral perfil PCM renovador por habilitações literárias	349
Gráfico 549 - Total geral perfil PCM renovador por naturalidade/concelho eleição	350
Gráfico 550 - Total geral perfil PCM renovador do PS por sexo	351
Gráfico 551 - Total geral perfil PCM renovador do PS por gama de idades	351
Gráfico 552 - Total geral perfil PCM renovador do PS por profissão	351
Gráfico 553 - Total geral perfil PCM renovador do PS por habilitações literárias	351
Gráfico 554 - Total geral perfil PCM renovador do PS por naturalidade/concelho eleição	351
Gráfico 555 - Total geral perfil PCM renovador do PSD por sexo	352
Gráfico 556 - Total geral perfil PCM renovador do PSD por gama de idades	352

Gráfico 557 - Total geral perfil PCM renovador do PSD por profissão	352
Gráfico 558 - Total geral perfil PCM renovador do PSD por habilitações literárias	352
Gráfico 559 - Total geral perfil PCM renovador do PSD por naturalidade/concelho eleição	352
Gráfico 560 - Total geral perfil PCM renovador do CDS por sexo	353
Gráfico 561 - Total geral perfil PCM renovador do CDS por gama de idades	353
Gráfico 562 - Total geral perfil PCM renovador do CDS por profissão	353
Gráfico 563 - Total geral perfil PCM renovador do CDS por habilitações literárias	353
Gráfico 564 - Total geral perfil PCM renovador do CDS por naturalidade/concelho eleição	353
Gráfico 565 - Total geral perfil PCM renovador do PCP por sexo	354
Gráfico 566 - Total geral perfil PCM renovador do PCP por gama de idades	354
Gráfico 567 - Total geral perfil PCM renovador do PCP por profissão	354
Gráfico 568 - Total geral perfil PCM renovador do PCP por habilitações literárias	354
Gráfico 569 - Total geral perfil PCM renovador do PCP por naturalidade/concelho eleição	354
Gráfico 570 - Total geral perfil PCM renovador da CDU por sexo	355
Gráfico 571 - Total geral perfil PCM renovador da CDU por gama de idades	355
Gráfico 572 - Total geral perfil PCM renovador da CDU por profissão	355
Gráfico 573 - Total geral perfil PCM renovador da CDU por habilitações literárias	355
Gráfico 574 - Total geral perfil PCM renovador CDU por naturalidade/concelho eleição	355
Gráfico 575 - Total de participações em lugares de poder dos actores políticos	358
Gráfico 576 – Total particip. lugares poder dos actores políticos – Inclui dados disponives	358
Gráfico 577 - Total participações lugares poder dos actores políticos + duas participações	358
Gráfico 578 – Total particip. lugares poder versus % para duas ou - participações	359
Gráfico 579 - Total de mandatos versus número de actores a ocupar os cargos	359
Gráfico 580 - Comparação entre repetição lugares períodos 1974– 1987 versus 1987-2011	360
Gráfico 581 - Comparação entre repetição lugares períodos 1974– 1980 versus 1981-1990	361
Gráfico 582 - Comparação entre repetição lugares períodos 1981-1990 versus 1991-2000	361
Gráfico 583 - Comparação entre repetição lugares períodos 1991-2000 versus 2001-2011	362
Gráfico 584 - Rovação/estagnação total actores políticos – comparação mandato anterior	362
Gráfico 585 - Renovação/estagnação total AR no período da democracia	363
Gráfico 586 - Análise comparativa da repetição de deputado AR em relação a 2011	363
Gráfico 587 - Deputados à AR - 1976	364
Gráfico 588 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1976 e 1979	364
Gráfico 589 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1979 e 1980	364

Gráfico 590 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1980 e 1983	365
Gráfico 591 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1983 e 1985	365
Gráfico 592 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1985 e 1987	365
Gráfico 593 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1987 e 1991	366
Gráfico 594 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1991 e 1995	366
Gráfico 595 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1995 e 1999	366
Gráfico 596 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1999 e 2002	367
Gráfico 597 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 2002 e 2005	367
Gráfico 598 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 2005 e 2009	368
Gráfico 599 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 2009 e 2011	368
Gráfico 600 - Renovação/estagnação total deputados PS AR/período da democracia	370
Gráfico 601 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1976 e 1979	370
Gráfico 602 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1979 e 1980	370
Gráfico 603 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1980 e 1983	371
Gráfico 604 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1983 e 1985	371
Gráfico 605 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1985 e 1987	372
Gráfico 606 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1987 e 1991	372
Gráfico 607 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1991 e 1995	372
Gráfico 608 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1995 e 1999	373
Gráfico 609 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1999 e 2002	373
Gráfico 610 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 2002 e 2005	374
Gráfico 611 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 2005 e 2009	374
Gráfico 612 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 2009 e 2011	374
Gráfico 613 - Renovação/estagnação total deputados PSD AR no período da democracia	375
Gráfico 614 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1983 e 1985	375
Gráfico 615 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1985 e 1987	376
Gráfico 616 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1987 e 1991	376
Gráfico 617 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1991 e 1995	376
Gráfico 618 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1995 e 1999	377
Gráfico 619 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1999 e 2002	377
Gráfico 620 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 2002 e 2005	377
Gráfico 621 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 2005 e 2009	378
Gráfico 622 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 2009 e 2011	378

Gráfico 623 - Renovação/estagnação total deputados CDS AR no período da democracia	379
Gráfico 624 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1980 e 1983	379
Gráfico 625 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1983 e 1985	379
Gráfico 626 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1985 e 1987	380
Gráfico 627 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1987 e 1991	380
Gráfico 628 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1991 e 1995	380
Gráfico 629 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1995 e 1999	381
Gráfico 630 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1999 e 2002	381
Gráfico 631 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 2002 e 2005	381
Gráfico 632 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 2005 e 2009	382
Gráfico 633 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 2009 e 2011	382
Gráfico 634 - Renovação/estagnação total deputados PCP AR no período da democracia	383
Gráfico 635 - Renovação/estagn. deputados PCP AR - Comparação eleição 1976 e 1979	383
Gráfico 636 - Renovação/estagn. deputados PCP AR - Comparação eleição 1979 e 1980	383
Gráfico 637 - Renovação/estagn. deputados PCP AR - Comparação eleição 1980 e 1983	384
Gráfico 638 - Renovação/estagn. deputados PCP AR - Comparação eleição 1983 e 1985	384
Gráfico 639 - Renovação/estagnação total deputados CDU AR no período da democracia	385
Gráfico 640 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 1985 e 1987	385
Gráfico 641 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 1987 e 1991	385
Gráfico 642 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 1991 e 1995	386
Gráfico 643 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 1995 e 1999	386
Gráfico 644 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 1999 e 2002	386
Gráfico 645 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 2002 e 2005	387
Gráfico 646 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 2005 e 2009	387
Gráfico 647 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 2009 e 2011	387
Gráfico 648 - Renovação/estagnação total deputados BE AR no período da democracia	388
Gráfico 649 - Renovação/estagn. deputados BE AR - Comparação eleição 1999 e 2002	388
Gráfico 650 - Renovação/estagn. deputados BE AR - Comparação eleição 2002 e 2005	389
Gráfico 651 - Renovação/estagn. deputados BE AR - Comparação eleição 2005 e 2009	389
Gráfico 652 - Renovação/estagn. deputados BE AR - Comparação eleição 2009 e 2011	389
Gráfico 653 - Renovação/estagnação total eurodeputados	390
Gráfico 654 - Renovação/estagnação comparada eurodeputados - eleição de 1987 e 1989	390
Gráfico 655 - Renovação/estagnação comparada eurodeputados - eleição de 1989 e 1994	391

Gráfico 656 - Renovação/estagnação comparada eurodeputados - eleição de 1994 e 1999	391
Gráfico 657 - Renovação/estagnação comparada eurodeputados - eleição de 1999 e 2004	391
Gráfico 658 - Renovação/estagnação comparada eurodeputados - eleição de 2004 e 2009	392
Gráfico 659 - Renovação/estagnação total eurodeputados do PS	393
Gráfico 660 - Renovação/estagn. eurodeputados PS - Comparação eleição 1987 e 1989	393
Gráfico 661 - Renovação/estagn. eurodeputados PS - Comparação eleição 1989 e 1994	393
Gráfico 662 - Renovação/estagn. eurodeputados PS - Comparação eleição 1994 e 1999	394
Gráfico 663 - Renovação/estagn. eurodeputados PS - Comparação eleição 1999 e 2004	394
Gráfico 664 - Renovação/estagn. eurodeputados PS - Comparação eleição 2004 e 2009	394
Gráfico 665 - Renovação/estagnação total eurodeputados do PSD	395
Gráfico 666 - Renovação/estagn. eurodeputados PSD - Comparação eleição 1987 e 1989	395
Gráfico 667 - Renovação/estagn. eurodeputados PSD - Comparação eleição 1989 e 1994	396
Gráfico 668 - Renovação/estagn. eurodeputados PSD - Comparação eleição 1994 e 1999	396
Gráfico 669 - Renovação/estagn. eurodeputados PSD - Comparação eleição 1999 e 2004	396
Gráfico 670 - Renovação/estagn. eurodeputados PSD - Comparação eleição 2004 e 2009	397
Gráfico 671 - Renovação/estagnação total eurodeputados do CDS	397
Gráfico 672 - Renovação/estagn. eurodeputados CDS - Comparação eleição 1987 e 1989	398
Gráfico 673 - Renovação/estagn. eurodeputados CDS - Comparação eleição 1989 e 1994	398
Gráfico 674 - Renovação/estagn. eurodeputados CDS - Comparação eleição 1994 e 1999	398
Gráfico 675 - Renovação/estagn. eurodeputados CDS - Comparação eleição 1999 e 2004	399
Gráfico 676 - Renovação/estagn. eurodeputados CDS - Comparação eleição 2004 e 2009	399
Gráfico 677 - Renovação/estagnação total eurodeputados da CDU	400
Gráfico 678 - Renovação/estagn. eurodeputados CDU - Comparação eleição 1987 e 1989	400
Gráfico 679 - Renovação/estagn. eurodeputados CDU - Comparação eleição 1989 e 1994	400
Gráfico 680 - Renovação/estagn. eurodeputados CDU - Comparação eleição 1994 e 1999	401
Gráfico 681 - Renovação/estagn. eurodeputados CDU - Comparação eleição 1999 e 2004	401
Gráfico 682 - Renovação/estagn. eurodeputados CDU - Comparação eleição 2004 e 2009	401
Gráfico 683 - Renovação/estagnação total eurodeputados do BE	402
Gráfico 684 - Renovação/estagn. eurodeputados BE - Comparação eleição 1999 e 2004	402
Gráfico 685 - Renovação/estagn. eurodeputados BE - Comparação eleição 2004 e 2009	403

Gráfico 686 - Renovação/estagnação geral governantes – Comparação mandato anterior	403
Gráfico 687 - Renovação/estagnação total governantes período da democracia	404
Gráfico 688 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. prov. com 1º Governo	404
Gráfico 689 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 1 com 2º gov.	405
Gráfico 690 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 2 com 3º gov.	405
Gráfico 691 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 3 com 4º gov.	406
Gráfico 692 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 4º com 5º gov.	406
Gráfico 693 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 5º com 6º gov.	407
Gráfico 694 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 6º com 7º gov.	407
Gráfico 695 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 7º com 8º gov.	408
Gráfico 696 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 8º com 9º gov.	408
Gráfico 697 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 9º com 10º gov.	409
Gráfico 698 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 10º com 11º gov.	409
Gráfico 699 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 11º com 12º gov.	410
Gráfico 700 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 12º com 13º gov.	410
Gráfico 701 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 13º com 14º gov.	411
Gráfico 702 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 14º com 15º gov.	411
Gráfico 703 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 15º com 16º gov.	412
Gráfico 704 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 16º com 17º gov.	412
Gráfico 705 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 17º com 18º gov.	413
Gráfico 706 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 18º com 19º gov.	413
Gráfico 707 - Membros do Governo do PS – Análise geral	414
Gráfico 708 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação gover. prov com 1º gov.	415
Gráfico 709 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação 1º com 2º gov.	415
Gráfico 710 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação 2º com 9º gov.	416
Gráfico 711 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação 9º com 13º gov.	417
Gráfico 712 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação 13º com 14º gov.	417
Gráfico 713 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação 14º com 17º gov.	417
Gráfico 714 - Membros do Governo do PSD – Análise geral	418
Gráfico 715 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 9º com 10º gov.	418

Gráfico 716 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 10º com 11º gov.	419
Gráfico 717 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 11º com 12º gov.	419
Gráfico 718 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 12º com 15º gov.	420
Gráfico 719 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 15º com 16º gov.	420
Gráfico 720 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 16º com 19º gov.	421
Gráfico 721 - Renovação/estagnação total PCM no período da democracia	421
Gráfico 722 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1976 com 1979	422
Gráfico 723 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1979 com 1982	422
Gráfico 724 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1982 com 1985	422
Gráfico 725 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1985 com 1989	423
Gráfico 726 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1989 com 1993	423
Gráfico 727 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1993 com 1997	423
Gráfico 728 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1997 com 2001	424
Gráfico 729 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 2001 com 2005	424
Gráfico 730 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 2005 com 2009	424
Gráfico 731 - Renovação dos PCM relativamente ao mandato anterior	425
Gráfico 732 - Análise comparativa dos PCM que se foram mantendo até 2009	425
Gráfico 733 - Renovação/estagnação total PCM do PS no período da democracia	427
Gráfico 734 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1976 e 1979	427
Gráfico 735 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1979 e 1982	427
Gráfico 736 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1982 e 1985	428
Gráfico 737 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1985 e 1989	428
Gráfico 738 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1989 e 1993	429
Gráfico 739 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1993 e 1997	429
Gráfico 740 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1997 e 2001	429
Gráfico 741 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 2001 e 2005	430
Gráfico 742 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 2005 e 2009	430
Gráfico 743 - Renovação/estagnação total PCM do PSD no período da democracia	431
Gráfico 744 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1976 e 1979	431
Gráfico 745 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1979 e 1982	432

Gráfico 746 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1982 e 1985	432
Gráfico 747 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1985 e 1989	432
Gráfico 748 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1989 e 1993	433
Gráfico 749 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1993 e 1997	433
Gráfico 750 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1997 e 2001	433
Gráfico 751 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 2001 e 2005	434
Gráfico 752 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 2005 e 2009	434
Gráfico 753 - Renovação/estagnação total PCM do CDS no período da democracia	435
Gráfico 754 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1976 e 1979	435
Gráfico 755 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1979 e 1982	435
Gráfico 756 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1982 e 1985	436
Gráfico 757 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1985 e 1989	436
Gráfico 758 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1989 e 1993	437
Gráfico 759 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1993 e 1997	437
Gráfico 760 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1997 e 2001	437
Gráfico 761 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 2001 e 2005	438
Gráfico 762 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 2005 e 2009	438
Gráfico 763 - Renovação/estagnação total PCM do PCP no período da democracia	438
Gráfico 764 - Renovação/estagnação PCM PCP - Comparação eleição 1976 e 1979	439
Gráfico 765 - Renovação/estagnação PCM PCP - Comparação eleição 1979 e 1982	439
Gráfico 766 - Renovação/estagnação PCM PCP - Comparação eleição 1982 e 1985	439
Gráfico 767 - Renovação/estagnação PCM PCP - Comparação eleição 1985 e 1989	440
Gráfico 768 - Renovação/estagnação PCM da CDU no período da democracia	440
Gráfico 769 - Renovação/estagnação PCM CDU - Comparação eleição 1989 e 1993	441
Gráfico 770 - Renovação/estagnação PCM CDU - Comparação eleição 1993 e 1997	441
Gráfico 771 - Renovação/estagnação PCM CDU - Comparação eleição 1997 e 2001	442
Gráfico 772 - Renovação/estagnação PCM CDU - Comparação eleição 2001 e 2005	442
Gráfico 773 - Renovação/estagnação PCM CDU - Comparação eleição 2005 e 2009	442
Gráfico 774 - Total de participações dos actores políticos	445
Gráfico 775 - Totais Governos	446

Gráfico 776 - Totais Câmaras	446
Gráfico 777 - Totais PE	446
Gráfico 778 - Totais AR	446
Gráfico 779 – Distribuição de mandatos por partido – Eleições Legislativas de 2011	464
Gráfico 780 – Simulação com círculo nacional e 230 deputados AR	465
Gráfico 781 – Simulação com círculo nacional e 180 deputados AR	465
Gráfico 782 – Simulação com círculo nacional de 158 deputados e 22 deputados dos círculos distritais	466
Gráfico 783 – Simulação com sistema atual de 22 círculos/230 deputados/limitação de 6%	467
Gráfico 784 – Simulação com sistema atual de 22 círculos/180 deputados/limitação de 6%	468

Índice de Fotografias

Foto 1 - Dr. Júlio Miranda Calha na AR, após entrevista no dia 03 de Maio de 2011.....	III
Foto 2 - Dr. Basílio Horta na AICEP, após entrevista no dia 03 de Maio de 2011.....	XXII
Foto 3 - Dr. Arménio Santos, na AR, após entrevista no dia 10 de Maio de 2011	XXXIV
Foto 4 – Dr. Afonso Henrique Ferreira, Tribunal da Relação Lisboa, 11 Maio de 2011.....	L
Foto 5 - Engº Álvaro Barreto, no SEMAPA, após entrevista dia 11 de Maio de 2011.....	LIX
Foto 6 - Drª. Heloísa Apolónia, na AR, após entrevista no dia 12 de Maio de 2011	LXXV
Foto 7 - Dr. António José Seguro, na AR, após entrevista no dia 12 de Maio de 2011	LXXXVIII
Foto 8 – Drª. Margarida Salema após entrevista no dia 12 de Maio de 2011	CI
Foto 9 - Dr. Carvalho da Silva, em Fátima, após entrevista no dia 17 de Maio de 2011	CXI
Foto 10 - D. Jorge Ortiga, Paço Episcopal de Braga, após entrevista dia 19 Maio de 2011	CXXI
Foto 11 - Dr. Figueiredo Lopes após entrevista no dia 26 de Maio de 2011	CXXXII
Foto 12 – Dr. Fernando Correia de Oliveira, após entrevista no dia 26 de Maio de 2011	CXLII
Foto 13 - Engº. João Proença, sede da UGT, após entrevista no dia 27 de Maio de 2011.....	CL
Foto 14 - Dr. António Ganhão, C.M. Benavente, após entrevista dia 27 Maio de 2011.....	CLIX
Foto 15 - Dr. Mota Amaral, no gabinete na AR, após entrevista dia 08 Junho de 2011..	CLXIX
Foto 16 - Dr. António Filipe, na AR, após entrevista no dia 08 de Junho de 2011....	CLXXVIII
Foto 17 – Dr. Orlando Afonso, no S.TJ, após entrevista dia 08 Junho 201	CLXXXVIII
Foto 18 - Dr. Guilherme D'Oliveira Martins, T. Contas, após entrevista 16 Maio 2011.....	CC
Foto 19 - Dr. António Capucho após entrevista, em Cascais, dia 16 de Maio de 2011 ...	CCVIII
Foto 20 - Dr. Luís Fazenda, na AR, após entrevista no dia 21 de Setembro de 2011.....	CCXV
Foto 21 - Dr. Noronha Nascimento, Gabinete STJ, após entrevista 17 Novembro 2011	CCXXX
Foto 22 - Dr. Mário Soares, Fundação M. Soares, após entrevista dia 2 Março 2012.....	CCXL

Capítulo 1 Introdução

1.1 Cenário da investigação

A ciência política¹, como disciplina, olha a política de forma objetiva. Recorre ao método experimental, à formulação de hipóteses, às experiências e, finalmente, à elaboração de leis consequentes. Analisa as lideranças (elites políticas) e como elas se movimentam e se articulam para conquistar, aumentar e/ou manter o poder. Por isso, a ciência política tem como objeto tratar a questão do poder e do Estado (Carvalho, 2010).

O trabalho que pretendemos desenvolver acontece no âmbito da ciência política. Por esse motivo, antes de introduzirmos o cenário da investigação propriamente dito, não é demais reforçar a ideia de que a ciência política se dedica ao estudo dos fenómenos políticos e da atividade política em geral. Diz respeito a toda a forma de poder ligado à tomada de decisões que a todos nós influencia (Charlot, 1974, Offe, 1992).

Se olharmos para a ciência política com a visão de Bobbio, ela é compreendida como o estudo dos fenómenos políticos conduzidos com a metodologia das ciências empíricas e utiliza todas as técnicas de pesquisa próprias da ciência do comportamento. Tem uma função essencialmente descritiva ou explicativa. Bobbio apresenta mesmo uma sensível diferença entre a ciência política e a filosofia política, embora a primeira provenha da segunda (Bobbio, 2000).

Tratar de forma ideal do Estado e da política é uma atribuição da filosofia política, ou seja, refletir sobre qual o Governo ideal. Pensadores antigos, como Platão e Santo Agostinho, encarregaram-se de refletir sobre as formas de Governo e de Estado ideais.

A ciência política pode ser definida como o estudo das estruturas, relações dinâmicas entre as pessoas e estas dentro de um contexto político. Importa salientar que esse não vai ser objeto da nossa investigação. O de que a ciência política não se interessa apenas pelas instituições políticas, mas também pelas ideias políticas (Cavalcanti, 1969).

Na verdade, a criação da ciência política é atribuída a Aristóteles (Grécia Antiga). Contudo, mais tarde, no período renascentista e moderno (séculos XV a XVIII), outros teóricos viriam a contribuir para o seu desenvolvimento. Maquiavel, Bodin, Hobbes, Locke, Montesquieu, Tocqueville, etc. viriam a tratar temas específicos da ciência política, como a

¹. Sobre Ciência Política ver Carvalho, 2010, Manual de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais, Lisboa, edições Quid Juris.

questão do poder, do Estado, das formas de Governo, da participação e da democracia.

O trabalho que nos propomos desenvolver insere-se no campo do sistema político português (SPP), particularmente no que toca à maior ou menor incidência do grau de renovação entre os lugares ocupados pelos atores políticos, quer seja por via da eleição direta, quer seja por nomeação.

Para levar por diante o trabalho tomamos como objeto a estudar a estagnação/repetição ou a renovação dos atores políticos nos lugares disponíveis para sufrágio ou à mercê de nomeação.

Sendo a ocupação dos lugares políticos alvo, muitas das vezes, de críticas da opinião pública, pelo modo como as figuras são designadas para os diferentes lugares, é nosso propósito, a partir do universo dos nomes que ocuparam funções na Assembleia da República, Câmaras Municipais (presidentes), Parlamento Europeu e Governos, no período da democracia, aferir do grau de repetição dos mesmos nas sucessivas legislaturas.

1.2 Revisão da Literatura

Sem prejuízo e desprimor pelos excelentes investigadores de Ciência Política, não existe nenhum estudo exaustivo e diretamente dirigido à investigação sobre a renovação ou estagnação dos atores políticos em Portugal no período da democracia (1974-2012). Essa é uma matéria sobre a qual ainda não existem grandes investigações.

São diversos os temas do sistema político português que abordamos na nossa tese. Contudo, na revisão da literatura apenas nos referiremos àqueles que, de uma forma mais ou menos direta, podem influenciar a estagnação e/ou renovação. Na verdade, esse assunto não é tratado e, quando o é, apenas é abordado de uma forma indireta e não com o propósito renovar ou então diz respeito a períodos curtos.

O sistema eleitoral é um deles. Além da sua definição, grosso modo, como conjunto de regras que definem o modo de eleição dos titulares do poder, os autores que sustentam este subcapítulo, alertam também para a inexistência de um sistema ideal. Antes de dar corpo a um sistema eleitoral é necessário perceber aquilo que se pretende. Apostar numa lógica de representação ou de governabilidade. Importa ter em linha de conta que o sistema eleitoral é a base do sistema político. A dimensão dos partidos influi no tipo de sistema eleitoral preferido. Os do arco da governação preferem um sistema menos proporcional e com garantia de uma maior governabilidade. Os restantes partidos políticos defendem uma solução mais

representativa, que permita a inclusão de mais atores políticos de diferentes partidos. A aproximação entre o eleitor e o eleito é outra das mudanças que é reclamada numa eventual alteração do sistema eleitoral. Apesar de muitas serem as discussões em redor duma eventual modificação, os acordos necessários não se concretizam. Nesse caso, não sendo possível uma maior representação, fica em certa medida também limitada alguma renovação (Carvalho, 2010, Pasquino, 2010, Sampaio, 2009, Cardoso, 1983, IDEA, 2005, Martins, 2008, Nohlen, 2007, Dunleavy & Margetts, 1995, Costa, 2009, Freire et al, 2008, Pinto & Freire, 2003).

O recrutamento parlamentar, ou seja a forma como é escolhido o pessoal político, é outra das matérias fundamentais para a eventual renovação ou estagnação dos atores políticos, na medida em que da mesma depende a inclusão das mesmas figuras ou a opção por novas caras. No entanto, apesar de serem diversos os autores que tratam deste assunto, não o fazem numa perspetiva de renovação. Abordam o grande peso que os partidos políticos têm nas escolhas (quase a exclusividade, exceto nas autarquias locais onde pode haver candidaturas independentes) e a necessidade de lhes retirar grande parte dessa influência. Chamam também a atenção para o número elevado de candidatos da esfera interna dos partidos, que tem vindo a aumentar nos últimos anos, sendo atualmente a percentagem de mais de 50% (Teixeira, 2009, , 2001, RAE, 2009, Pinto & Freire, 2003, Miranda, 2007, Duverger, 1970, Michels, 1982, Correia, 2010, Magone, 2000, Best & Cotta, 2000, Cruz, 1998, Lopes, 2004, Pasquino, 2010).

O princípio da representação política é outra das matérias por nós abordada. Ainda que não pareça em que medida esse tema possa ter a ver com a renovação, após algumas leituras, não será difícil entender que a disciplina partidária que os atores políticos cumprem, para com os respetivos partidos, pode dar-lhes como contrapartida a continuidade nos lugares e, como tal, uma diminuição das possibilidades de renovação. Mesmo quando abordam esta temática, os autores com que sustentamos este subcapítulo, mais uma vez, não tratam da renovação. Demonstram preocupação com o fato dos eleitos representarem mais os partidos do que os eleitores, e com a respetiva perda de confiança destes, mas não abordam qualquer relação com o tema da nossa investigação (Teixeira, 2009, Duverger, 1970, Magone, 2000, Teixeira, 2009, Best & Cotta, 2000, Psquino, 2010), os círculos eleitorais (Cardoso, 1993, IDEA, 2005, RAE, 2009, Pasquino, 2010, Pinto & Freire, 2003, RAE, 2010, Teixeira, 2009).

Os círculos eleitorais, sua magnitude e os seus efeitos no processo de representação, governação e proporcionalidade são tratados na fundamentação teórica da nossa investigação. A verdade, é que temos círculos com uma elevada magnitude (ou seja com um número muito elevado de eleitores e logo de lugares) e temos círculos com uma muito baixa magnitude (ou

seja com um número bastante reduzido de eleitores e de deputados a eleger). Esta situação leva a que os partidos mais votados tenham vantagem percentual na conversão dos votos em mandatos. Nos círculos maiores, os partidos mais representativos, conseguem obter maior número de lugares e nos círculos pequenos, os partidos com menor representação não elegem deputados e ficam com os votos desses círculos desperdiçados. Além destas considerações, os autores apresentam-nos os diferentes partidos, caracterizando-os. Caso houvesse uma diferente organização dos círculos, por exemplo organizando um círculo nacional, haveria a possibilidade de surgirem entre os eleitos gente nova dos partidos mais pequenos e assim, ainda que de forma pouco representativa, poderia ser mais um contributo para a renovação. Contudo, os autores não abordam o assunto com esse propósito, mas numa perspetiva de redução dos votos desperdiçados (Cardoso, 1993, RAE, 2009, Pasquino, 2010, Freire, Meirinho & Moreira, 2008, RAE, 2010, Teixeira, 2009, Sousa, 1983).

A profissionalização dos atores políticos é outra das matérias que é abordada. Esta, ainda que de modo indireto, tem relação com o processo de renovação, na medida em que o fazer da política uma profissão, ou não, influi no maior ou menor grau de libertação dos lugares políticos. Apesar de tudo, sobre o processo renovador nada é referido pelos autores nos quais fundamentamos este tema. Abordam de forma exemplar as tipologias de partidos políticos, as várias escolas existentes ao longo dos anos, definem os diferentes modos que nos podem levar a considerar a existência ou não de uma atividade profissional. Entendem os autores que uma profissão existe sempre que se trate de uma atividade a título permanente, principal e remunerada (Freire, 2001, Fidalgo, 2008, Macdonald, 1995, Durkheim, 2010, Carr-Saunders & Wilson, S/a, Rodrigues, 2002, Weber, 1994, Polsby, 1968, Stock et al, 2005, Dogan, 1999, Duverger, 1983, Neuman, 1956, Huntignton, 1968, Cotta, 2008).

Também a lei da paridade, mais conhecida como a lei das quotas, é abordada pelos autores que estudamos, mas não na perspetiva da renovação dos atores políticos em geral. Apenas como forma ação positiva para a inclusão de um maior número de mulheres nas listas apresentadas a sufrágio (Lei 3/2006 de 21 de Agosto, Amaral, 2002, OIG, 2012, Zamora, 2010, Garcia, 2011, CERC, 2009, Martins & Teixeira, 2005, CRP, 2005, Viegas & Farias, 2001 Freire, 2001, Freire e Viegas, 2009, Vicente, 2002).

Manuel Meirinho Martins e Conceição Pequito Teixeira trabalharam a renovação (Martins & Teixeira, 2005) mas por género e por partido no período compreendido entre 1991 e 2002 na Assembleia da República. Não estenderam a sua investigação aos outros órgãos, nem a um período tão alargado. Leonardo Avritzer aborda a questão da revisão de práticas

(Avritzer, S/a,) mas não dos atores políticos propriamente ditos.

Uma das formas de poder haver renovação também se pode processar por via legislativa. Ainda que os seus efeitos possam ser limitados, foi publicada em 2005, a Lei nº 46/2005 de 29 de Agosto, que limita os mandatos (Lei nº 46/2005, de 29 de Agosto,), bem como publicado um trabalho na revista Direito Regional Local (DRL), onde João Amaral e Almeida faz uma interpretação da mesma, além de outros autores que a ela se referem com objetivo idêntico. Contudo a legislação existente refere-se apenas às autarquias locais. E mesmo essa, de acordo com a interpretação jurídica que lhe é dada, não surte o possível efeito desejado (Almeida, 2013, Miranda, 2007, RAE, 2009, RAE, 2010).

Como referimos acima, no início deste subcapítulo, sobre a renovação em concreto são quase inexistentes os contributos. Adriano Moreira aborda o assunto ao tratar dos partidos políticos como organizações que lutam pela aquisição, manutenção e exercício do poder (Moreira, 2009, Pareto, 1916,1968, Maquiavel, 1982).

De forma mais direta, Paulo Otero fala sobre renovação de cargos públicos ao abordar o princípio republicano. Refere que a renovação, enquanto proibição da vitaliciedade, deve abranger todos os cargos públicos, nacionais, regionais ou locais. Afinal de contas, segundo o mesmo autor a renovação evita a personalização do exercício do poder e permite a participação de um maior número de pessoas na vida pública, como é propósito na nossa investigação. Esta é aliás, a única referência direta à renovação, mas abordada de modo teórico e como exemplo de um bom funcionamento da uma República democrática. (Otero, 2010).

As obras, revistas, artigos científicos, e outro material de investigação a que, durante meses, tivemos acesso e nos debruçamos foram imensas. Afinal, a revisão da literatura é uma parte vital do processo de investigação, na medida em que envolve localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia relacionada com a área de estudo a desenvolver. Nessa medida, foi nosso propósito perceber se já existiam trabalhos publicados, em Portugal ou noutros países, sobre a área de investigação a que nos propusemos. A conclusão a que chegamos teve dois efeitos sobre a nossa motivação. Por um lado de frustração, na medida em que as pesquisas se tornaram quase infrutíferas e logo a nossa base de apoio teórico se tornava mais complicada. Por outro, a vontade de desbravar terreno e poder contribuir para o desenvolvimento científico numa área ainda por explorar.

Para podermos aferir da nossa desconfiança relativamente à inexistência de trabalhos sistemáticos sobre a temática de renovação ou estagnação dos atores políticos em Portugal

tivemos que alargar ao máximo o nosso espaço de ação, as visitas a bibliotecas, as consultas on line e algumas conversas com cientistas políticos conhecedores do material científico existente. E, tudo ia tocar no mesmo. Inexistência de bibliografia. Desse modo, no sentido de sustentarmos, teoricamente, a nossa tese consultamos, como acima referimos, inúmeras obras, a maioria delas não referidas na revisão da literatura como mandam as boas regras. Afinal revisão de literatura significa abordar apenas os temas que mais direta ou indiretamente se relacionam com a temática e não cair na tentação e no erro de incluir aqui todos os temas, livros e artigos. Para isso apresentamos o corpo da tese onde, ai sim, poderá perceber melhor os passos e matérias por nós aferidas.

1.3 Problema da investigação

Por via da análise sistemática dos nomes eleitos ou nomeados para os diferentes órgãos dos SPP, é nosso propósito perceber qual o grau de mudança ou de continuidade dos políticos nos lugares. Para esse efeito procedemos a uma análise quantitativa das repetições dos nomes, bem como à elaboração de um perfil de ator político tipo, quer seja para os diferentes órgãos, quer seja por partido e sexo.

Além da resposta ao nosso objeto de estudo que, por estarmos na presença de um universo de 7718 nomes se tornou tarefa difícil, não quisemos também perder de vista o nosso propósito de proceder a uma caracterização, o mais fidedigna possível, do perfil dos atores políticos em Portugal.

A dispersão de dados pelas diferentes instituições públicas e o recuo no tempo que foi necessário fazer, tornou ainda mais difícil o trabalho. Contudo, com muita insistência e horas de dedicação, foi possível obter para todos os órgãos do SPP, no mínimo, 60% dos itens necessários para a elaboração dos perfis. Já no que diz respeito à repetição ou renovação dos nomes, bem como do género, conseguimos recolher e trabalhar sobre a totalidade dos mesmos.

1.4 Justificação da investigação

É do senso comum o comentário de que os atores políticos em Portugal se substituem nos lugares, trocando-os entre si, impedindo assim a entrada na cena política de novos nomes e de novos valores. Um pouco aquilo a que o cidadão comum denomina de «troca de tachos»,

perpetuando os políticos nos mesmos lugares.

Foi precisamente com o propósito de verificar e desmistificar essa convicção que resolvemos deitar mãos à obra e levar por diante este meticoloso e moroso trabalho de recolha de todos os nomes, com o fim último de tentar dar uma resposta cabal a tal incógnita.

O conteúdo desta tese baseia-se, fundamentalmente, no desenvolvimento da parte empírica, pelo que sentimos necessidade de deixar incluído no próprio corpus da dissertação um número considerável de gráficos e quadros. Temos consciência de que esta nossa opção dificulta a leitura do texto, facto que leva alguns orientadores a uma apresentação desses mesmos dados apenas nos anexos ou em suporte CD/DVD.

Importa referir também que este objeto de tese começou a ser desenvolvido muito antes da lei de limitação de mandatos nas autarquias locais ter sido introduzida no quadro legal português.

1.5 Metodologia

Tratando-se de um trabalho científico que pretende servir o comum do cidadão e auxiliar os atores políticos, é exigida uma meticolosa e cuidada metodologia. Numa fase inicial foram recolhidas, junto de diversas entidades públicas, todas as listagens dos nomes dos diferentes candidatos eleitos pelos partidos, nos diversos órgãos de poder, desde Assembleia da República e Parlamento Europeu, bem como os presidentes de Câmara Municipal eleitos e os membros do Governo, desde o 25 de Abril de 1974 até ao último ato eleitoral de Junho de 2011.

Após a recolha destes elementos, foram seriados a partir do número de vezes que os mesmos se repetiram nas diferentes listas dos órgãos que compõem o SPP. Encontrada esta seriação de dados, ou seja tendo na nossa posse os dados relativos ao número de vezes que cada ator político se repetia (em geral e por órgão), conseguimos perceber o grau de estagnação ou renovação geral, por órgão e por partido. Quisemos também saber quais as características comuns e transversais a cada um dos atores políticos, pelo que elaboramos um conjunto de perfis gerais, por partido e por órgão. Por isso, da recolha de dados, fazem também parte outros itens, nomeadamente o sexo, a idade, profissão, formação académica e naturalidade.

Analisámos, a partir dos nomes, a estagnação ou renovação entre os 3058 presidentes de Câmara, 3123 deputados eleitos à Assembleia da República, 144 eurodeputados e 1838

membros dos diferentes Governos, que assumiram funções entre 1974 e 2012.

Esta tese de doutoramento visa dar uma resposta concreta à apriorística afirmação da sociedade portuguesa em geral, de que os cargos políticos são sempre ocupados pelas mesmas figuras. Esta é, aliás, uma das principais motivações que esteve na base do presente trabalho. Perante este cenário de dúvida, entendemos que seria um importante objeto de estudo.

O tema que pretende dar corpo a esta tese apresenta-se como de premente interesse para uma investigação científica, podendo permitir verificar, de acordo com os resultados obtidos a partir do cruzamento de dados, se existe repetição nos lugares e, eventualmente, as motivações que podem estar na base de tais cenários. Designadamente se, em cada uma das áreas de poder – Assembleia da República, Governo, Câmaras Municipais ou Parlamento Europeu, existem um conjunto de características comuns que levem à estagnação ou renovação na ocupação dos lugares.

Para efeitos de estudo, consideramos estagnação, nos casos das Câmaras Municipais, Governos e Assembleia da República, os atores políticos que cumpriram mais de três mandatos. Ou seja que se mantiveram por mais de 12 anos. No caso do Parlamento Europeu, tendo em conta que o mandato é de cinco anos, consideramos estagnação sempre que o ator político tenha feito mais de dois mandatos. Ou seja, tenha ocupado o lugar por mais de 10 anos.

A renovação ou estagnação são apuradas utilizando a totalidade dos nomes eleitos ou nomeados e não apenas uma amostra. No caso da AR, CM e PE foram considerados, para efeitos de estudo, apenas os atores políticos eleitos e não os que tenham entrado em regime de substituição. No caso dos membros do Governo foram estudados apenas os nomes dos elencos na sua tomada de posse inicial e não aqueles que possam ter sido substituídos durante cada um dos mandatos.

O presente estudo refere-se, no caso dos Governos, apenas aos da República e não aos Governos Regionais, o mesmo acontecendo com os deputados, ficando por isso fora da investigação os deputados das Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores. Nas Câmaras Municipais o estudo inclui Portugal Continental e Ilhas.

Para sustentar as teorias, o desenvolvimento desta investigação e respetivas conclusões da presente tese recorreremos a diversos autores e teorias, conforme bibliografia apresentada.

Além da sustentação das teorias sociológicas e políticas, através de nomes de referência naquelas áreas, citamos também autores contemporâneos de relevante interesse e mérito, como forma de sustentar a fundamentação teórica do sistema político português.

Na medida em que poderia ser limitador tratarmos exclusivamente dos elementos estatísticos, entendemos complementar este nosso trabalho com um conjunto de entrevistas diretas e semiestruturadas a alguns dos atores políticos portugueses, bem como a algumas personalidades de relevo da sociedade portuguesa.

Como principal motivação, tomamos como pergunta de partida o seguinte: Há ou não uma significativa estagnação entre os principais atores políticos portugueses no período da democracia (1974-2012)?

Relativamente à organização bibliográfica utilizamos a norma da American Psychological Association (APA).

1.5.1 Entrevistas - Tipos

A entrevista² como uma conversa intencional, em geral, entre duas pessoas dirigida por uma delas com o objetivo de saber algo sobre a outra é uma das diversas formas de podermos explicar o significado da mesma (Bell, 1997, Carmo & Ferreira, 1998, Quivy & Van Campenhoudt, 1992).

Os métodos utilizados pela entrevista, tendo em conta que se consegue estabelecer uma grande proximidade entre o investigador e o entrevistado, e nos permite reformular questões e interagir, proporciona um conjunto de informações mais precisas e ricas, comparativamente ao inquérito, devido à impessoalidade deste último. Foi essa a razão que nos levou a optar pela entrevista no caso direta (feita frente a frente) (Bell, 1997) e semiestruturada (existência de um guião previamente elaborado pelo investigador, mas que não é rígido. Ou seja, de acordo com as reações do interlocutor a pergunta pode ser refeita ou adaptada). Este tipo de entrevista (semiestruturada) tem como pontos favoráveis a melhor perceção que o investigador e o entrevistado têm um do outro, otimização do tempo disponível e até a introdução de novos temas, caso seja do interesse da investigação (Carmo & Ferreira, 1998, Bell, 1997, Pasquino, 2010). Por tal razão, entendemos seguir por este caminho, apesar estarmos conscientes de que o caminho trilhado também nos exigia uma melhor preparação.

Além deste tipo de entrevistas, existem também as não estruturadas (abertas), nas quais o investigador propõe um tema a partir do qual as temáticas de vão desenvolvendo. O guião serve apenas como mera referência geral e abrangente dos assuntos a tratar (Bell, 1997,

². Sobre a entrevista ver Quivy, 1992, Manual de Investigação em Ciências Sociais, Lisboa, edições Grádiva.

Carmo & Ferreira, 1998, Pasquino, 2010). Contudo, necessita de muito tempo para que se consigam obter respostas concretas. Há uma maior dispersão dos assuntos.

Por sua vez, as entrevistas estruturadas, o terceiro tipo existente, caracterizam-se por serem mais rígidas e direcionadas. As perguntas, previamente escritas, apresentam-se fechadas, permitindo uma maior uniformidade nos dados recolhidos. Isso facilita a análise de dados e a sua aplicação ao estudo em causa. Por outro lado, conta com uma reduzida flexibilidade e inviabiliza o aprofundamento de questões (Bell, 1997, Carmo & Ferreira, 1998).

1.5.2 Escolha dos entrevistados

Para que uma entrevista possa ter sucesso é necessário planear cuidadosamente a seleção dos entrevistados. Especificar as variáveis e suas dimensões e elaborar as questões que nos levam até cada um deles (Bell, 1997). É conveniente estudar o modo mais indicado para abordar cada um dos interlocutores para que se possam sentir o mais à vontade possível.

Cada entrevistado deverá ser previamente contactado telefonicamente no sentido de lhe apresentar o convite e os objetivos da entrevista e posteriormente enviar uma carta de apresentação formal. Aceite o desafio pelo nosso interlocutor é necessário marcar o encontro para a conversa. No dia da entrevista impõe-se que o investigador recorde os principais objetivos e que explique o modo como irá registar as respostas obtidas. Escritas, áudio ou vídeo. Em qualquer uma das situações é sempre necessária autorização do nosso interlocutor (Carmo & Ferreira, 1998).

Para manter o entrevistado interessado na conversa impõe-se a utilização de uma linguagem acessível, o tema deve ser conduzido com o maior interesse, mas o investigador deve evitar perguntas que possam influenciar a resposta do entrevistado. Este deve ser livre para opinar sobre a questão que lhe é colocada (Bell, 1997).

Com base nestas breves considerações teóricas sobre os entrevistados e a forma de interagir com eles, tentamos nós mesmos elaborar o nosso plano de entrevistados.

A análise da renovação ou estagnação dos atores políticos carecia, para além dos números que a estatística nos transmite, de algumas opiniões de atores políticos e de personalidades de diversas áreas. Caso contrário, seria limitador das conclusões e deixaria para trás importantes pontos de vista que a realidade da vida vivida, quer na política, quer noutros setores sociais, nos poderiam ser transmitidos. Neste sentido, definimos como

critérios base para escolher os nossos entrevistados, em primeiro lugar, a diversidade partidária/ideológica, ou seja os entrevistados deveriam representar o máximo de partidos políticos com assento parlamentar, além de deverem reunir alguma notoriedade.

Tivemos também, como norma orientadora na nossa escolha, a preocupação de que os políticos não estivessem todos no ativo, mas que houvesse também alguns que já se tivessem retirado da vida política ativa. Outro dos critérios teve também a ver com a idade. Não descendo abaixo dos 40/50 anos, por razões de experiência vivida, procuramos alargar o mais possível as idades até mais de 80 anos. Tivemos igualmente a preocupação de não entrevistar apenas atores ou ex. atores políticos, mas abrir o espectro e ir ao encontro de classes ou profissões que se confrontam diariamente com os políticos. Representantes da Igreja, comunicação social, centrais sindicais, magistrados.

Outro dos critérios passou pela inclusão na lista de entrevistados atores políticos que estivessem na altura ou já tivessem estado, no maior número de órgãos do sistema político. Desde o Governo, Assembleia da República, Parlamento Europeu e Câmaras Municipais.

Relativamente ao número de entrevistados não houve uma preocupação específica. Traçado o perfil dos nossos entrevistados começamos a estabelecer contatos e a proceder às respetivas entrevistas. Como o tempo passava rápido, tivemos que desistir de algumas entrevistas, por limitações de agenda dos entrevistados, chegando por imposição temporal a um número definitivo, imposto pela data em que resolvemos encerrar o capítulo das entrevistas.

1.6 Composição da tese

A tese está organizada segundo o modelo de quatro capítulos. Após a presente introdução (Capítulo 1), onde é definida a estratégia de atuação a seguir ao longo do caminho, no Capítulo 2 fizemos uma breve introdução, que serve de apresentação daquilo que nos propomos fazer. Reforçamos a tão importante e fundamental base teórica de sustentação do trabalho, passando, como não poderia deixar de ser, por uma revisão literária, o mais próxima possível das necessidades da tese, analisando conceitos e autores que nos balizam e ajudam a melhor compreender os resultados práticos obtidos e as entrevistas diretas feitas junto dos nossos entrevistados.

Fazemos por isso um percurso pelos principais conceitos dos regimes e sistemas políticos, não esquecendo as formas e sistemas de Governo, sempre numa ótica de poder.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Além de um espectro mais alargado sobre os conceitos políticos, reduzimos o ângulo de análise ao caso português, objeto do nosso estudo, para procedermos a uma caracterização geral dos partidos políticos, bem como de todo o fenómeno da relação que se estabelece, ou não, entre eleitor e eleito, com as naturais repercussões no fenómeno da abstenção.

Para além da análise do sistema político português, no que toca aos seus diferentes órgãos, desde o Presidente da República, passando pela Assembleia da República, Governo, Autarquias Locais e Tribunais, abordamos também a questão do sistema eleitoral como garante de uma maior ou menor representação, proporcionalidade, governabilidade e qualidade dos representantes políticos.

No capítulo 3 procedemos ao tratamento dos temas das entrevistas, nas quais abordamos diversos assuntos ligados ao sistema político português, desde o modo de funcionamento do sistema eleitoral, passando pela relação entre eleitor e eleito, a relação dos partidos com os eleitores e, entre outros, um que se constituiu como principal objeto da nossa investigação. O da renovação ou estagnação dos atores políticos.

Numa segunda parte deste mesmo capítulo procedemos à análise estatística, a partir dos elementos por nós recolhidos, da renovação ou estagnação dos atores políticos, bem como à apresentação do perfil dominante de cada um deles, não só no geral, como também por órgão e partido.

No capítulo 4 procedemos à apresentação das principais conclusões e avançamos com algumas proposituras.

Capítulo 2 Enquadramento teórico

2.1 Introdução

De todos os regimes políticos, a democracia parece ser aquele em que melhor se pode viver. A verdade é que as eleições livres, a liberdade de imprensa, o respeito pelos direitos civis constitucionais e as garantias de liberdade e de organização e expressão para as oposições constituem sinais de respeito pelas diferenças e abrem espaço a uma sociedade para todos.

O exercício da atividade política, como forma de usar o poder para servir os cidadãos, deve ser a pedra de toque dos regimes democráticos. O poder político, em democracia, é essencialmente a vontade da maioria entregue ao governante para que este possa representar e defender os seus interesses (Lopes, 2004, Carvalho 2010, Cremonese, 2010).

Apesar de tudo, nem sempre, o poder entregue pelos cidadãos aos governantes é exercido de forma a bem representar os seus anseios. É aqui, muitas vezes, que começa a desconfiança em relação aos atores políticos.

É que a democracia participativa, isto é, a democracia como forma de exercício do poder baseada na participação dos cidadãos nas tomadas de decisão (Lopes, 2010) e na qual os cidadãos são parte da decisão, tem vindo a ser substituída por uma democracia mais representativa, que o mesmo é dizer, um regime político em que a sociedade delega nos eleitos as decisões que melhor favoreçam os interesses de toda a população. Além disso, é um regime em que o poder que é conferido ao cidadão é entregue ao seu representante que, a cada decisão, assume as suas tomadas de posição como sendo o resultado da vontade daqueles que representa.

Contudo, apesar das vantagens inequívocas do regime democrático, algumas fragilidades, nomeadamente ao nível do modo como os representantes políticos entendem representar os interesses dos seus eleitores, têm sido alvo de diferentes abordagens e têm motivado contínuas defesas de mecanismos de controlo sobre os atores políticos (Charlot, 1974, Santo, 1997).

Não basta, contudo, pugnar por uma democracia fortalecida e responsável apenas partindo do princípio de que isso depende somente da atuação dos atores políticos. Para que uma democracia seja verdadeiramente o reflexo da vontade de cada um dos cidadãos, é necessário ter a plena consciência de que só podemos falar em democracia se tivermos uma

sociedade bem informada e participativa (Carvalho, 2010).

O sistema eleitoral usado é, em muitos casos, motivo de divergência entre os diferentes atores políticos, de acordo com o quadrante ideológico em que se encontram. De um modo geral, atores políticos pertencentes a partidos do chamado arco da governação advogam sistemas que permitam maior autonomia nas decisões e mecanismos mais simplificados que os reconduzam nos lugares. Ao invés, do lado daqueles cujas expectativas de ocupação dos lugares de poder são mais limitadas, surgem críticas ao modo como as decisões são tomadas em nome da maioria (Cardoso, 1993, Sampaio, 2009).

A liberdade, entendida como o direito de fazer tudo o que as leis permitem, como defendeu Montesquieu, é muitas vezes ultrapassada, levando a abusos de poder e, em consequência, ao afastamento dos cidadãos relativamente aos atores políticos (Bobbio, 2000).

Mais adiante, neste mesmo capítulo, compreenderemos melhor os conceitos e as teorias sobre o sistema político. Contudo, neste texto, mais de apresentação geral daquelas que serão as linhas orientadoras do nosso trabalho, não poderemos deixar de focar, em traços gerais, algumas das questões que se colocam aos regimes democráticos, nomeadamente ao caso português.

Se partirmos do conceito de que a democracia é uma forma de Governo em que os governados são considerados titulares do poder político e o exercem diretamente ou mediante representantes temporários, periodicamente eleitos, teremos que encarar a democracia como um processo de limitação do poder político (Bobbio, 2000).

Apesar de tudo, nem sempre a ocupação dos lugares significa a representação dos interesses daqueles que delegaram o poder, nem a representação é tão temporária quanto seria desejável.

A continuidade dos atores políticos nos lugares de poder, alegadamente para defesa dos seus representados, prolonga-se, em muitos casos, por períodos alargados e cria, no comum do cidadão, a ideia de uma significativa estagnação dos atores políticos que trocam as cadeiras entre si, em vez de darem lugar a novos representantes.

Os partidos políticos que, durante décadas, estiveram próximos dos seus militantes e cuja força os sustenta, com o evoluir dos tempos e com a massificação social, foram-se afastando dos seus militantes e aproximando do Estado. O objetivo de permitir a participação de todos, independentemente da condição social ou económica, levou o Estado ao financiamento das estruturas partidárias, originando, desde então, uma menor dependência financeira dos militantes, mas um aumento considerável da dependência da figura do Estado

(Bessa, 2001, Kirchheimer, 1980).

No ângulo da ação dos partidos, esta modificação transformou estes últimos em máquinas de poder em que os dirigentes passaram a ser mais servidores dos interesses partidários e muito menos representantes dos respetivos militantes. Neste caminho entre os partidos de militantes e os partidos modernos, mais fechados, foi aberto espaço para a transformação da política em carreira. É, aliás, também por esta razão que surgem cada vez mais vozes rotulando a política como uma profissão, motivo pelo qual, também nós, neste trabalho, dedicamos algum tempo a tentar perceber estas alterações (Offe, 1992, Cotta, 2008).

Com o passar dos tempos, os partidos, um pouco por toda a Europa, têm vindo a ver bastante reduzido o número dos seus militantes, com exceção de Portugal, Espanha e Grécia, no caso, as democracias mais recentes. Contudo, mesmo nestes países, o peso das militâncias tem vindo a decair e o afastamento entre eleitos e eleitores tem aumentado.

É comum entre os cidadãos o sentimento de um considerável fechamento dos partidos políticos em si mesmos, com a consequente monopolização das escolhas para os lugares políticos, quer para lugares para posterior sufrágio, quer para ocupação de cargos de nomeação.

O aumento de desconfiança dos cidadãos em relação ao alegado carreirismo político e às tomadas de posição de muitos atores políticos, mais preocupados em servir os interesses dos partidos e das suas clientelas do que os dos cidadãos eleitores, são argumentos inúmeras vezes apresentados como justificação para os níveis de abstenção que se fazem sentir nos atos eleitorais.

Quer a forma como é exercido o poder, quer aquela como a representação é levada a cabo, quer, ainda, a continuada permanência dos atores políticos nos diferentes cargos e lugares de decisão têm contribuído para que, durante anos, em Portugal, se tenha vindo a debater a questão sobre o sistema eleitoral que melhor defende o regime democrático. Por essa razão, quisemos também tentar perceber, de forma teórica, mas também através de entrevistas a atores políticos portugueses, o grau de eficácia do nosso sistema eleitoral (RAE, 2009).

O caminho a seguir pode ser o de círculos plurinominais, atualmente em vigor, um sistema de círculos uninominais ou um sistema misto que congregue os dois anteriores.

Ainda que o objeto do nosso estudo não seja o sistema eleitoral, o facto de este fazer variar, com maior ou menor incidência, a renovação ou estagnação dos atores políticos, vai constituir-se como objeto concreto deste nosso trabalho.

Os níveis de afastamento dos eleitores em relação à política, muitas das vezes por razões de descrença do atual sistema, mas também por os lugares serem, alegadamente, ocupados quase sempre pelos mesmos, levaram-nos a abraçar o desafio de tentar perceber qual o grau de veracidade deste sentimento do senso comum.

A investigação em redor da atividade política é antiga. Muitas opiniões, divergências que bastem nos movem, mas também a certeza de que “(...) se se fazem investigações sobre a política é porque não sabemos o que ela é” (Miranda, 1997, p.49). Os trabalhos que se vão desenvolvendo sobre a política não serão, com certeza, uma forma de “ir distraindo o tempo, cumprindo deveres académicos, mas de algo vital. O problema é que definições não nos faltam [sobre política], são inúmeras, embora os que exercem o poder, a governação, parecem poder dispensá-las completamente” (Miranda, 1997, p.49).

Antes da obrigatória análise de dados, para um melhor enquadramento teórico e uma melhor revisão de conceitos e teorias que suportam o nosso trabalho empírico, dedicamos os subcapítulos seguintes à apresentação de autores e respetivas visões sobre temáticas como a democracia, os partidos políticos, a política como ocupação ou profissão, a abstenção e o sistema político.

2.2 Regimes Políticos

Pode entender-se por regime político³ o “conjunto das instituições que regulam a luta pelo poder e seu exercício, e os valores que sustentam essas instituições. É uma estrutura organizada de poder que estabelece os critérios de seleção daqueles que integram a classe dirigente”. Pode também ser considerado o “conjunto de normas e procedimentos para o acesso e gestão do poder” (Arnoletto, 2007, pp 75-76). Em termos meramente teóricos, é a vontade do povo que ergue o regime político.

De acordo com a classificação clássica de Marcelo Caetano, devemos entender regime político como a forma como “em cada sociedade se estrutura e exerce o poder” (Caetano, 1991, p.350). Deste modo, estamos perante a determinação do regime logo que tenhamos em consideração as conceções fundamentais das relações entre cada individuo e a sociedade em que se integra. Os regimes políticos podem ser democráticos ou autoritários.

Há também quem classifique regime político como um acordo social que, apesar de não se constituir como forma contratual, “pode ser vertido em letra de lei de modo

³ Ver Arnoletto, 2007, Glosario de Conceptos Políticos Usuales, edições Eumed.

convencional, como se de um contrato natural se tratasse”. Nas sociedades atuais, onde é privilegiada a racionalidade, aliada à legalidade e normalidade, o acordo relativo ao regime vai no sentido de uma formulação constitucional (Leone, 2012, p.18).

Na medida em que os regimes não constituem a base central da nossa investigação, trataremos, em seguida, das formas mais comuns de regime, caracterizando-as sucintamente.

2.2.1 Democrático

É complexa a caracterização dos regimes políticos. A diversidade de características e peculiaridades tornam a tarefa um pouco difícil. Contudo, numa classificação geral, o regime democrático⁴ assenta a sua primordial preocupação na defesa dos interesses da pessoa humana. Procura o bem comum e possibilita a amizade que, de acordo com Aristóteles, é a motivação do convívio. O regime democrático alude a dois aspetos: um, de âmbito mais substancial e outro, de âmbito mais formal. O primeiro tem a ver com a valorização do Estado (sociedade natural, no sentido de que decorre do facto de os homens viverem em sociedade e aspirarem à realização do bem comum (Lopes, 2010, p.4), ao passo que o segundo vai ao encontro do conjunto das ferramentas que será necessário utilizar para o cumprimento dos preceitos democráticos. Estamos a falar do direito de voto, dos direitos políticos, entre outros. Contudo, não existe regime democrático perfeito. Haverá sempre diversidade de pensamentos e de vontades. Este facto, aparentemente um óbice ao bom caminho da democracia, quando bem interpretado, poderá assumir-se como uma importante mais valia. Isto porque é das diferenças e da discussão de ideias que se avalia a liberdade e a sua aplicação (Lipset, 1967).

Os regimes democráticos apresentam, como algumas das principais características, “uma relação de troca generalizada entre governantes e governados, onde a massa dos que intervém ativamente no processo de legitimação do sistema no seu conjunto, usando o direito de voto, para apoiar os partidos constitucionais, ou não (...)” (Bobbio, 1988, p.187).

No entender de Bobbio, o consenso através do voto deve ser visto como uma prestação positiva⁵, a qual requer uma contraprestação a favor dos eleitores e que assenta na prestação de um bom serviço ou na remoção de um prejuízo (Bobbio, 1988, Pasquino, 2010, Miranda, 2007).

Em termos teóricos, no regime democrático, o poder político está nas mãos dos

⁴ Sobre regime democrático ver Lopes, 2010, Noções de Teoria Geral do Estado, Belo Horizonte, Roteiro de Estudos.

⁵ O voto como prestação positiva – Ver Bobbio, 1988, O futuro da democracia, Lisboa, edições D. Quixote.

governados, sendo exercido pelos governantes, temporariamente. Esta forma de exercício democrático tem, como base, a liberdade, que é caracterizada por um conjunto de deveres e direitos. Ou seja, se, por um lado, deve ser permitido aos cidadãos fazer, ou não, um conjunto de coisas, ele também tem deveres que deve cumprir, por forma a ser conseguido um respeito mútuo e, conseqüentemente, o bom funcionamento das instituições (Rawls, 1996, Giddens, 1997, Viegas et al, 2004, Miranda, 2007).

Indo mais além na caracterização do regime democrático, Robert Dahl, considera, como necessário para a existência deste regime, um conjunto de requisitos, dirigentes eleitos, liberdade de expressão, acesso a fontes alternativas de informação e uma cidadania inclusiva. Deste modo, a democracia concorre para bloquear a existência do autoritarismo, além de garantir aos cidadãos os seus direitos e impor-lhes os seus deveres. Referimos ainda que, habitualmente, os regimes democráticos são mais propensos a uma riqueza mais distribuída pelos cidadãos (Dahl, 1998). Robert Dahl lembra ainda a importância dos regimes democráticos na defesa da paz que, na verdade, se tem verificado, o que confirma a validade desse prognóstico.

Os regimes democráticos, ou seja, a vigência da democracia implicam sempre liberdade, uma liberdade que vive de direitos, mas também de deveres. “Numa democracia, o amor à República é o amor à democracia; o amor à democracia é o amor à igualdade”. Acresce a isto o facto de “o amor à pátria conduzir à bondade dos costumes, e a bondade dos costumes leva ao amor à pátria” (Montesquieu, 2011, p.178).

O valor da igualdade, como já acima referimos, é uma das principais pedras de toque dos regimes democráticos. No entanto, paralelamente, importa não perder de vista que “o princípio da democracia corrompe-se, não só quando se perde o espírito da igualdade, mas também quando se adquire o espírito da igualdade extrema, e cada um quer ser igual aos que escolheu para o comandar” (Montesquieu, 2011, p.255).

Talvez não haja palavras às quais tenham sido atribuídos tantos significados como à liberdade. Isto, porque nas democracias existe a ideia aparente de que o povo faz aquilo que quer. Contudo, liberdade não significa fazer aquilo que se deseja. “Num Estado, ou seja, numa sociedade onde há leis, a liberdade só pode consistir em poder fazer-se o que se deve querer, e a não ser forçado a fazer o que não se deve querer” (Montesquieu, 2011, p.302).

2.2.2 Autoritário

Muitos dos regimes autoritários são fundados a partir de golpes militares e encabeçados por militares. Caracterizam-se por um Governo forte, mas que admite a existência e a atuação política de certos grupos de interesses bem definidos. Este tipo de regime dá primazia à imposição em detrimento do consenso. Nega a igualdade entre os homens, enfatizando a hierarquia como fonte de ordem. Distingue-se do totalitarismo pelo facto de, neste último regime, existir apenas um único partido, com o monopólio do poder político, sem admitir qualquer tipo de exceção (Arnoletto, 2007).

Neste regime, o grupo ou líder fundador, de um modo geral, é desprovido de qualquer tipo de compromisso ideológico. Possui apenas ideias limitadas e vagas no sentido da manutenção da ordem e da união do país. Toma o poder também com o objetivo de derrotar o regime corrupto e, além disso, não aceita influências estrangeiras (Linz, 1970, p. 137).

Linz classifica o regime autoritário⁶ como um “regime político com pluralismo político limitado, não responsável, sem ideologia orientadora e elaborada, mas com mentalidade distintas, sem mobilização política extensiva ou intensiva, exceto em alguns pontos do seu desenvolvimento”; nele, o líder ou, ocasionalmente, um pequeno grupo “exerce o poder dentro de limites formalmente mal definidos, mas, na realidade, bem previsíveis” (Linz, 1970, p.121).

No autoritarismo, não é comum a existência de um partido institucionalizado, pois o poder é exercido de maneira irresponsável e não competitiva. Dado que não existe uma ideologia, é habitual desmobilizar as massas de qualquer participação. Possibilita, além disso, que os cidadãos busquem a sua realização individual.

Em regimes autoritários, aqueles que conseguem alcançar o poder não chegam lá apenas pela confiança que o líder deposita neles, mas também pelo prestígio e influência. Além de terem uma base eleitoral definida e forte, conseguem neutralizar possíveis concorrentes interessados na cadeira do poder (Linz, 1970).

No que diz respeito à estrutura de organização social e ao tipo de população os regimes autoritários, caracterizam-se, de um modo geral, por uma significativa percentagem da população dedicada à agricultura de subsistência.

⁶ Regime autoritário – Ver Linz, 1970, *An Authoritarian Regime*, New York, Free Press.

2.3 Sistema Político – Percursos

Um trabalho de investigação na área da Ciência Política implica, obrigatoriamente, recordar ainda que de forma breve, alguns dos seus percursos. Platão (428-347 a.C) fala já de algumas modalidades de constituição, matéria esta que desenvolve com detalhe em três diálogos: «A República», «O Político» e «As Leis». Muito se poderia dizer sobre as diversas obras de Platão. Contudo, falando concretamente de «A República», esta representa a descrição de uma República ideal, onde imperam os valores da justiça, no sentido de cada cidadão ser responsável pelas obrigações que lhe cabem (Bobbio, 1980). Porém, ao contrário de Aristóteles, que seguiu o caminho da descrição do Estado ideal, Platão faz referência ao Estado real, procurando entender os princípios que o regiam. Trata-se de uma descrição baseada naquilo que ele achava que deveria ser o Estado e de acordo com a sua ideia do homem e do mundo de então. Cícero (II a. C) acabou por proceder à elaboração de uma análise jurídica e moral do Estado Romano (Bobbio, 1980).

Aristóteles (384-322 A.C.) foi o “fundador da Ciência Política e o seu primeiro politólogo” (Carvalho, 2010, p. 23). Entre as muitas publicações que nos deixou, destacamos A Política, que está dividida em oito livros. O primeiro fala da origem do Estado; o segundo faz uma análise crítica das teorias políticas que o precederam, designadamente Platão; os terceiro e quarto livros dedica-os à descrição e classificação das formas de Governo. Aristóteles aborda o tema das mudanças das constituições, no quinto livro, deixando as diferentes formas de democracia e oligarquia para o sexto livro. Já os sétimo e oitavo livros discorrem acerca das melhores formas de constituição (Bobbio, 1980). Aristóteles já escrevia sobre o Estado, “começando pela organização política de Atenas e Esparta, os órgãos de Governo dessas cidades, chegando a uma classificação de todas as formas de Governo então existentes, e podendo ser considerado o fundador da ciência do Estado” (Lopes, 2010).

Mas a antiguidade clássica não nos deixa apenas os contributos de Platão e Aristóteles: também Políbio, no seu sexto livro da História teve um contributo fundamental, no que se refere ao desenvolvimento das formas de Governo. Contudo, ao contrário de Platão e Aristóteles, Políbio, que viveu no século II a.C, foi mais um historiador do que propriamente um filósofo. Como quer que seja, seria injusto não referir que nos terá deixado “uma das mais completas teorias das formas de Governo que a história nos legou” (Bobbio, 1980, p.55). Chama democracia àquilo que Aristóteles denomina de política. Emprega o termo “democracia” em sentido positivo, ao contrário de Platão e Aristóteles.

Falar de Maquiavel (1469-1527) é também falar de Ciência Política, pois O Príncipe, uma obra publicada em 1513, que terá contribuído para a sua imortalidade, ao fazer referência ao Príncipe, e às suas funções, afirma que “terá de ser simultaneamente homem e animal, já que se o recurso às leis não se apresentar como suficiente terá de apelar à força” (Carvalho, 2010, p.25).

Pode dizer-se que Maquiavel teve um papel crucial na história do pensamento político, apresentando uma nova forma de classificação das formas de Governo. A grande diferença que oferece em comparação com a tipologia clássica é que, para ele, “todos os Estados que existem e já existiram são e foram sempre Repúblicas ou monarquias” (Bobbio, 1980, p.73). Com ele, as formas de Governo passam de três para duas: principados e Repúblicas.

Jean Bodin (1530-1596), com a obra De la République, apresentou aquela que foi a mais importante obra do período de formação dos grandes Estados territoriais. Terá sido mesmo o mais importante trabalho sobre teoria política desde Aristóteles. Contudo, quem possa pensar que Bodin era um aristotélico deve desenganar-se: não haverá tema para o qual Bodin não apresente visões diferentes das de Aristóteles, acabando por passar para a história do pensamento político como o teórico da soberania (Bobbio, 1980).

Até Hegel, Hobbes (1588-1679), precursor do Iluminismo, terá sido mesmo o maior filósofo político da idade moderna. Escreveu diversas obras, de teor mecanicista, de extrema importância política. Para quem queira compreender a figura de Estado moderno, não pode deixar de conhecer «Leviathan» (1651), o Estado, no qual se deve concentrar toda a força e todo o poder.

Hegel concebe o poder como um movimento que gira entre o particular e o universal. É pela anulação do particular que se chega ao poder absoluto e vice-versa. é sempre exercido por uma pessoa real. Considera a monarquia constitucional como a forma mais racional de constituição política. Considera, também, que o poder corporativo é mais racional que a democracia segundo o Governo inglês. Isto quer dizer que Hegel defende que os cidadãos devem participar nos assuntos de Estado como membros de determinadas totalidades subordinadas e não como simples indivíduos. Tal como também já tinha sido para Bodin, o poder soberano é absoluto; caso contrário, não se poderia considerar soberano.

É a Locke (1632-1704) que ficamos a dever a teoria da divisão de poderes. A sua enorme influência inglesa proporcionou-lhe a divisão dos poderes em legislativo, que competia ao povo, e o executivo a cargo do Governo (Lopes, 2010).

Vico (1668-1744) emprega a teoria tradicional das três formas de Governo, com vista

a definir as principais linhas do curso histórico que as nações percorreram desde a barbárie até à civilização. Um dos principais contributos de Vico diz respeito à sua conceção histórica de que a humanidade deixou a fase pré-estatal “correspondente ao Estado da natureza dos jusnaturalistas – a primeira forma de Estado a surgir foi a República aristocrática, seguida pela República popular, que veio a dar na monarquia” (Bobbio, 1980, p.108).

Montesquieu (1689-1755) deu um grande contributo para a Ciência Política e para o Direito Constitucional através da obra O Espírito da Leis, que distinguiu três tipos de Governo: republicano, monárquico e despótico.

2.4 Sistema Político – Considerações prévias

Feita esta breve referência aos precursores da Ciência Política, cabe-nos começar por dizer que o sistema político distingue-se de outros sistemas sociais. Para uma análise comparativa, a definição deve obedecer a duas condições fundamentais. “Tem, antes de mais, que se aplicar a sociedades muito diversas, incluindo aquelas cuja organização não comporta nenhum órgão especializado na atividade política (...)” (Lapierre, S/a, p.42) e que, em cada uma das sociedades, seja possível identificar os elementos do sistema político, fazendo uma distinção em relação aos restantes sistemas sociais.

Um sistema político⁷ “ é o conjunto de processos de decisão que dizem respeito à totalidade de uma sociedade global” (Lapierre, S/a, p.42), os quais podem ser divididos em duas principais categorias: as de regulação ou coordenação entre os grupos particulares, ou ações coletivas que comprometem ou mobilizam a sociedade global. Desta forma, devemos entender como poder político a combinação entre a autoridade legítima e a força pública.

Para um melhor entendimento do sistema político, importa começar por esclarecer conceitos como os de Regime e Sistema de Partidos, sem os quais será bem mais difícil entender a terminologia e as relações estabelecidas entre as diferentes instituições.

É conveniente iniciar esta nossa abordagem, dando especial relevo ao direito constitucional e ao seu papel na orgânica política, um ramo que não se pode dissociar das instituições, pois constitui “a parte do Direito que regulamenta as instituições políticas do Estado” (Duverger, 1985, p.2).

Atrás, falamos em instituições, mas não as definimos. São, portanto, “as organizações

⁷ Para aprofundamento do conceito – sistema político – ver Lapierre, S/a, A análise dos sistemas políticos, Lisboa, edições Rolim.

oficiais da sociedade” (Duverger, 1985, p.2), ou “estruturas de representação de Governo, de administração da justiça e sua operacionalidade” (Pasquino, 2005, p.17).

Apesar da fase incipiente da nossa abordagem do sistema político, já nos apercebemos, com certeza, que a terminologia é, algumas vezes, geradora de ambiguidades, sobretudo quando abordamos os termos “regime” e “sistema”. Deste modo, é de todo conveniente que a distinção entre eles seja clarificada.

Começando pelo termo “sistema”, ele “diz respeito ao conjunto dos elementos de um todo e à sua interação permanente”, ao passo que “regime” “diz respeito ao modo como esse todo se forma e funciona” (Fernandes, 2008, p.143).

Para podermos sistematizar de forma correta o estudo do sistema político, em geral, não nos é possível fazê-lo sem que abordemos o sistema social. Maurice Duverger esclarece-nos sobre o conceito de “regime”. Segundo ele, é o “subsistema assim constituído pelo conjunto das instituições políticas dum sistema social” (Duverger, 1985, p12).

Os partidos políticos⁸ e os sistemas partidários “constituem indubitavelmente o objeto central da ciência política e são quase sempre e em toda a parte os protagonistas da vida dos sistemas políticos” (Pasquino, 2010, p.179).

Não é possível conceber um sistema político, seja ele onde for, que não reserve um espaço fundamental aos partidos e ao modo como procuram e obtêm os votos, ou seja, ao sistema eleitoral vigente. Por isso mesmo, “a democracia moderna só pode ser pensada por referência aos partidos políticos”(Pasquino, 2010,P.179).

Uma vez que o sistema político, como acima verificamos, é a forma de Governo predominante e o conjunto das instituições políticas que o constituem, é na melhor ou menos boa articulação entre elas que se consegue um desempenho político que pode ou não ir ao encontro dos representados (eleitores) ou dos representantes (eleitos) (Weber, 1994, Norris, 1996, Gallagher e Marsh, 1988).

As oportunidades de carreira dos atores políticos e o processo de recrutamento estão intimamente ligados ao sistema político que cada país adota. É, por isso, fundamental estar atento ao sistema de Governo a implementar (presidencial, semipresidencial ou parlamentar). Importa também dar especial atenção ao tipo de Governo (monopartidário ou de coligação), bem como ao tipo de descentralização administrativa a implementar (sistemas federais, sistemas regionalizados ou não), e ainda ao formato, à dinâmica e ao tipo de articulações que se estabelecem entre os principais partidos (Norris e Lovenduski, 1994, Gallagher e Marsh,

⁸ Partido político – Ver Pasquino, 2010, Curso de ciência política, Lisboa, edições Princípia.

1988, Pasquino, 2010). Relativamente a alguns destes termos, principalmente àqueles que mais se impõem ao estudo que pretendemos levar por diante, procederemos, mais adiante, a uma explicação mais detalhada.

Como poderemos, pois, definir o conceito de «status»? Na definição etimológica feita por Dallari, sobressai a ideia de que o conceito tem origem latina. Status significa estar firme. Aparece pela primeira vez no livro O Príncipe de Maquiavel, escrito em 1513. Contudo, o sentido que, atualmente, atribuímos ao termo Estado é relativamente recente, uma vez que só no começo da idade moderna (Sec. XVI – XVII) se começou a tornar realidade (Dallari, 1995)

2.4.1 Estado – Considerações gerais

Para que possa falar-se em Estado, é necessária a existência de povo, poder político e território. Designa-se por povo o conjunto das pessoas que têm um vínculo jurídico com o Estado, seja de nacionalidade ou de cidadania. Por outro lado, considera-se população o conjunto dos nacionais, estrangeiros ou apátridas que estão naquele território. O poder político é a faculdade de ditar as regras em comum, bem como “impor o acatamento das diretivas e das normas estabelecidas” (Carvalho, 2010, p. 57).

Quanto ao território, pode definir-se como espaço jurídico do Estado, significando isso que só poderá existir poder do Estado se este conseguir impor a sua autoridade num determinado território. Por sua vez, é esse mesmo território que define “o âmbito da soberania de um Estado em relação aos outros” (Miranda, 1987, pp. 1178 e 1179).

Mas, afinal, quais são os fins do Estado? Se atendermos a uma classificação clássica, o Estado tem, por fim, assegurar a segurança, a justiça e o bem-estar. O primeiro dos fins visa garantir a defesa contra eventuais inimigos externos. Tenham-se ainda em conta fins de ordem pública e proteção, em caso de eventuais calamidades naturais. A justiça assegura a regulação entre os homens e o arbítrio individual (Carvalho, 2010).

Desta forma, e tendo em conta John Rawls, a sociedade é “um empreendimento cooperativo para obter vantagens mútuas” (Rawls, 1993, p. 114). Contudo, se a sociedade é marcada por interesses comuns, é-o também por conflitos de interesses, razão por que “é necessário recorrer a princípios para escolher entre as várias estruturas que determinam esta divisão de benefícios e para alcançar um acordo quanto à distribuição adequada. Estas exigências definem o papel da justiça”. O terceiro fim do Estado, o bem-estar, não deve ser

entendido apenas na perspetiva material dos cidadãos que o compõem: deve ser tido, também, em linha de conta o bem-estar espiritual e cultural (Rawls, 1993, p. 114).

De acordo com Jorge Miranda, a evolução dos Estados⁹ modernos passou por períodos distintos: a) Estado Estamental ou Monarquia Limitada, b) Estado Absoluto, c) Estado Polícia, d) Estado Constitucional, e) Estado Social de Direito. O a) é uma forma política de transição até o Rei ganhar força e a Monarquia se tornar absoluta, como o comprova a sua afirmação: “O Rei tem a legitimidade como a efetividade do poder central, mas tem de contar com os estamentos ou ordens vindos da Idade Média (...) trata-se de um momento de equilíbrio” (Miranda, 1997, p. 76).

O Estado Absoluto apresenta, como principais características, a máxima concentração de poder no Rei, sendo ele o detentor do poder legislativo, executivo e judicial. A vontade do monarca é assumida como lei, sendo as regras vagas e raramente escritas (Miranda, 1997).

No que diz respeito ao Estado-Polícia, caracteriza-se por ser o modelo do Estado Absoluto levado às últimas consequências. “Agora o fundamento já não é divino, mas racional, recorrendo-se sobretudo à polícia, intervindo o príncipe em todos os domínios no interesse do bem público, em nome da Raison d’Etat, alargando-se a intervenção do Estado a setores até aí ignorados” (Novais, 1987, p.28).

Quanto ao Estado Constitucional, tem por base o facto de que “qualquer sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos, nem estabelecida a separação de poderes, não tem Constituição” (Miranda, 1986, p. 369). Este apresenta, como traços principais, a limitação do poder político, a separação de poderes, o reconhecimento de direitos humanos, igualdade jurídica para todos os cidadãos, o primado da lei, o aparecimento dos partidos políticos, a representação política, através de sufrágio censitário, bem como a abolição de privilégios e o carácter intocável da propriedade privada (Miranda, 1986, p. 369).

Com o final da segunda Guerra Mundial, o Estado Constitucional evoluiu, tendo por base quatro linhas de força: o Estado passa a ter um sentido democrático, intervencionista, social, bem contraposto ao “laissez faire” liberal. Dá-se o aparecimento e, em seguida, o desaparecimento dos regimes autoritários e totalitários, a emancipação dos povos coloniais, bem como a organização da comunidade internacional e a proteção internacional dos direitos do homem (Miranda, 1997a, p.90).

⁹ Para consulta sobre evolução dos Estados ver Miranda, 1997, Manual de Direito Constitucional, Tomo III, Coimbra, Coimbra Editora.

O último estágio de evolução é o Estado Social de Direito. Surge no período entre as duas guerras mundiais, apesar de apenas ter ganho plena expressão constitucional após 1945. De acordo com Marcelo Rebelo de Sousa, o Estado assume a “relevância do bem-estar e da justiça social, prevalecendo sobre o desígnio da segurança jurídica dos cidadãos, no plano interno e no plano externo” (Sousa, 1984, pp. 1189-1190). Indo ao encontro da opinião de Gomes Canotilho, o Estado Social pode caracterizar-se também “pelo equilíbrio das clivagens, pelos estímulos regulativos e materiais do Estado a favor da justiça social, pelo reajustamento das condições reais prévias à aquisição de bens materiais e imateriais indispensáveis (...), bem como ao estabelecimento de regimes jurídicos em prol do emprego e dos direitos dos trabalhadores” (Canotilho, 1999, p. 38).

2.4.2 Tipos de Estado – Unitário

O Estado assume a forma unitária sempre que haja um único poder político para todo o território. Por isso, também se pode denominar Estado simples. O país é governado, constitucionalmente, como uma única unidade. Apesar de ser possível delegar o poder em níveis inferiores, o Governo detém sempre a possibilidade de, legitimamente, chamar a si o poder (Carvalho, 2010).

Apesar de, muitas vezes, se tentar associar a constituição de Estados unitários a países cujos territórios são relativamente pequenos, essa ideia nem sempre tem uma correspondência prática. Para isso, bastará tomarmos como exemplos a Suíça e Bélgica, cujos territórios são de dimensão relativamente reduzida, comparativamente à maioria dos países. Contudo, adotaram um complexo sistema federativo.

2.4.3 Tipos de Estado – Federal

Os Estados federados, em contraposição aos unitários, são constituídos por Estados com alguns poderes e autonomia. Cada um deles tem o seu próprio Governo político, dependente do poder central para efeitos de soberania, e resultam da união de diversos Estados. São exemplos disso, além dos países acima citados, a Argentina, o Brasil, a Índia, a Rússia, os Estados Unidos, etc.

O processo através do qual diversos Estados se reúnem para formar um só denomina-se de federalismo e teve a sua origem no termo latino «foedus»/«foederis» que significa pacto,

aliança, contrato. Há, apesar de tudo, algumas reservas que os vários Estados têm que cumprir como membros de pleno direito da Federação. Apesar da autonomia, têm que respeitar, cumprir e obedecer à mesma Constituição.

Mas se, por um lado, há quem defenda o Federalismo como a melhor solução para um Estado, com o argumento de assegurar uma maior aproximação entre governantes e governados, e de evitar a concentração de poder, por outro, há, apesar de tudo, vozes que se ouvem contra a forma federativa e em defesa do Estado Unitário. As razões invocadas por estes últimos têm a ver com a necessidade, nos dias de hoje, de Governos mais fortes (Dallari, 1995).

Em termos genéricos, aquilo que caracteriza um Estado federado assenta no facto de as mesmas pessoas, num mesmo território [Estado] receberem a ação pública de dois Governos distintos. O Federal e o Estadual (Lopes, 2010).

2.4.4 Formas de Governo - República

Na República¹⁰, é a coletividade que detém o poder soberano, exercendo-o de modo direto ou através de representação, convertida em mandatos. Neste tipo de governação, impera o Governo das leis (Aristóteles, 1977). Por isso, o conceito que se pode usar para definir República vai ao encontro da forma política em que o poder supremo do Estado assenta num colégio de indivíduos, cuja composição e atuação são definidas por lei (Teixeira, 2009, Miranda, 2007).

Temporariedade (o chefe do executivo está mandatado para o exercício de funções por um tempo devidamente delimitado pela Lei) é uma das características da República à qual acrescentamos a eletividade (eleição feita pelo povo através do voto, pelo que não há direito à sucessão hereditária nem é possível impedir o povo de participar na escolha) e também a responsabilidade (o chefe do executivo é politicamente responsável pelas suas decisões, devendo responder perante o povo, uma vez que é mandatado por este e em representação dos eleitores).

São diversos os autores, quer clássicos, quer contemporâneos, a abordar as formas de Governo. Destacamos Montesquieu que, no Espírito das Leis, considerou a República uma forma de Governo na qual a soberania está nas mãos de muitos e onde a principal base de

¹⁰ Ver Teixeira, 2009, O povo semissoberano – Partidos políticos e recrutamento parlamentar em Portugal, Coimbra, edições Almedina.

apoio é a virtude (Montesquieu, 2011).

Embora tenha sido bastante influenciado pelos clássicos, com especial incidência em Aristóteles, Montesquieu tem leituras diferentes sobre as formas de Governo. Considera que a democracia e a aristocracia são do mesmo tipo e agrupa os dois na República.

2.4.5 Formas de Governo - Monarquia

Na Monarquia¹¹, a soberania está entregue a uma só pessoa, cuja vontade é fonte de direito. Estamos, assim, na presença do Governo de um só chefe, de cuja vontade a coletividade (súbditos) depende (Aristóteles, 1977). Montesquieu tem uma interpretação idêntica à de Aristóteles, acrescentando, contudo, que a honra é a base desta forma de Governo (Montesquieu, 2011).

O conceito de Monarquia, propriamente dito, tem a ver com a forma política através da qual a soberania é exercida por uma só pessoa em nome de um direito próprio (Lopes, 2010).

Como principais características da Monarquia, distinguem-se: a vitaliciedade (o monarca pode governar vitaliciamente ou enquanto tiver as condições para isso), hereditariedade (a escolha do monarca dá-se pela linha de sucessão), irresponsabilidade (o monarca é irresponsável politicamente, pelo que não deve qualquer explicação aos cidadãos sobre as suas tomadas de posição (Lopes, 2010).

2.5 Sistema político português¹²

A Constituição determina que Portugal seja uma República Democrática Soberana, “baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária” (Lei Constitucional [LC] nº1/2005).

É um Estado Unitário e possui quatro órgãos de soberania, com a respetiva separação de poderes. Presidente da República; Assembleia da República; Governo e Tribunais.

¹¹ Consultar Aristóteles, 1977, Política, Mem Martins, edições Europa América; Lopes, 2010, Noções de teoria geral do estado, Belo Horizonte, Escola Superior Dom Helder Câmara.

¹² Sobre sistema político português ver Carvalho, 2010, Manual de ciência política e sistemas políticos e constitucionais, Lisboa, editora Quid Juris.

2.5.1 Presidente da República

O Presidente da República é um órgão de soberania eleito por sufrágio universal direto e secreto, para um mandato de cinco anos. Por força da Constituição, não pode ser eleito para um terceiro mandato consecutivo, nem no mandato subsequente ao termo do segundo (Carvalho, 2010).

Em cumprimento das funções que lhe são confiadas, o Presidente da República não pode ter funções executivas, nem programa partidário e “afasta-se de qualquer papel meramente simbólico ou formal atribuído aos chefes de Estado dos sistemas de Governo parlamentares, ou mesmo de alguns (...) semipresidencialistas (Carvalho, 2010, p. 367).

De entre as suas principais funções, constam a possibilidade de dissolução da Assembleia da República e de demissão do Governo sempre que esteja em causa o regular funcionamento das instituições democráticas. O Presidente da República, para efeitos de dissolução da Assembleia da República, tem apenas que cumprir determinados tempos, designadamente a não dissolução nos seis meses seguintes à eleição do Parlamento, no último semestre do seu próprio mandato como Chefe de Estado ou durante a vigência de Estado de sítio ou de emergência (Carvalho, 2010).

São também atribuições relevantes do Presidente da República a nomeação do primeiro-ministro, depois de ouvidos os partidos com assento parlamentar, tendo em conta os resultados eleitorais. Contudo, o Presidente da República não está obrigado a nomear o líder do partido mais votado, exceção feita aos casos em que um dos partidos obtenha maioria absoluta e cujo poder discricionário é praticamente nulo.

2.5.2 Assembleia da República

A Assembleia da República é o órgão de soberania representativo de todos os cidadãos portugueses. Tem, atualmente, 230 deputados, de acordo com a lei vigente, mas poderá ter um mínimo de 180. Podem candidatar-se todos os cidadãos eleitores, desde que tenham mais de 18 anos e que integrem listas partidárias (Carvalho, 2010, Lopes, 2004).

No tocante às eleições para a Assembleia da República, o país divide-se em círculos eleitorais que coincidem com os distritos do Continente e da Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e, em termos externos, estão também constituídos dois círculos: um para os

cidadãos que residem noutros países da Europa e outro, para os que vivem fora da Europa, num total de 22 círculos. Os dois de que acima falámos têm sede em Lisboa.

Os parlamentares são eleitos segundo o método da representação proporcional, usando o método de Hondt, em listas plurinominais, fechadas e bloqueadas, para uma legislatura de quatro anos.

A eleição do Presidente da Assembleia da República é feita por maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções. Compete-lhe, entre muitas outras tarefas parlamentares, nomeadamente, presidir e dirigir os trabalhos, assegurar a substituição interina do Presidente da República.

Cabe à Assembleia da República a elaboração das leis, quer elas sejam constitucionais, orgânicas, moções ou resoluções, bem como conceder ao Governo a possibilidade de legislar naquilo que se designa por reserva relativa. Além disso, a fiscalização das ações do Governo está entre as suas principais funções (Carvalho, 2010).

2.5.3 Governo

Como órgão que tutela a administração pública, ao Governo cabe a condução da política geral do país (poder executivo). É constituído pelo primeiro-ministro, ministros e secretários e subsecretários de Estado e possui um mandato de quatro anos.

O primeiro-ministro tem, igualmente, o dever de apresentar ao Presidente da República o seu programa de Governo. De entre as diversas competências que lhe estão atribuídas, elas serão sempre de carácter político, legislativa e administrativo. No domínio das competências políticas, encontram-se todos os atos que são levados a cabo com o Presidente da República, Assembleia da República, bem como aqueles que exerce no âmbito do cumprimento dos seus deveres (Carvalho, 2010).

2.5.4 Tribunais

Os Tribunais são os “órgãos de soberania, com competência para administrar a justiça em nome do povo, estando, entre as suas incumbências, assegurar a defesa dos direitos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados” (Carvalho, 2010, p. 378).

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, os Tribunais são órgãos

independentes, subordinados apenas à lei. O poder judiciário reparte-se pelas seguintes categorias: Tribunal Constitucional; Supremo Tribunal de Justiça; Tribunais Judiciais de Primeira e de Segunda Instância; Tribunal de Contas; Tribunais Administrativos; Tribunais Fiscais e Tribunais Militares.

2.6 Sistemas de Governo¹³

Sistema de Governo é a maneira pela qual o poder político é dividido e exercido, no âmbito de um Estado, variando de acordo com o grau de separação dos poderes. Refere-se ao modo como os poderes legislativo e executivo se relacionam no exercício das funções governamentais (Carvalho, 2010, Pinto & Almeida, 2001, Leon, 2012).

Apesar de existirem outras formas de Governo, são três as mais vulgares. Presidencialismo, Semipresidencialismo e Parlamentarismo. Portugal integra-se no tipo semipresidencialista. Esta denominação resulta da eleição direta do Presidente da República e dos seus poderes de veto, além da possibilidade de demissão do executivo. Possui três formas de poder que interagem entre si para o bom exercício das funções do Estado, Presidente, Assembleia da República e Governo. Os Tribunais são o órgão de soberano responsável pela justiça (Cardoso, 1993, Carvalho 2010, Freire, 2001).

O sistema de Governo em Portugal tem variado, de acordo com o momento: parlamentarista, em certas alturas, e presidencialista, noutras. O Presidente da República tem tido, por essa razão, intervenções distintas. Esta situação tem, por isso, motivado atenções especiais, no âmbito do sistema de Governo. Os constitucionalistas têm defendido ou uma redução dos poderes presidenciais, ou o reforço dos seus poderes e competências, “para fazer dele um órgão mais interventor” (Revista de Análise Social [RAS], 1994, p. 237).

A implementação em Portugal de um sistema de Governo semipresidencialista baseia-se em diversas questões: desde logo, fatores de ordem histórica. Se, por um lado, o modelo parlamentarista fracassou, na 1ª República, também o presidencialista teve igual sorte, no Estado Novo. Estes resultados revelados pela história levaram os constitucionalistas a adotar uma solução intermédia, pela convicção de que, dessa forma, evitariam os erros do passado, respondiam aos objetivos históricos da oposição e a “uma opinião pública cada vez mais

¹³ Para consulta sobre sistemas de governo em geral e em Portugal em particular ver Cardoso, 1993, Os sistemas eleitorais, Lisboa, edições Salamandra; Carvalho, 2010, Manual de ciência política e sistemas políticos e constitucionais, Lisboa, editora Quid Juris.

carente e sequiosa de participação política” (RAS, 1994, p.238).

Além das importantes alterações ocorridas por força das eleições presidenciais de 1985-1986 (saída de Ramalho Eanes e entrada de Mário Soares), reforçava-se, cada vez mais, o cunho menos castrense e mais civil do cargo de Presidente da República. Veio, depois, juntar-se a isto o derrube do Governo, em 1987, por Mário Soares, com o qual surgiu, também, a oportunidade de “exercer toda a sua capacidade de intervenção, não apenas no sistema de Governo, como também no sistema partidário e parlamentar” (RAS, 1994, p. 253-254).

Durante o denominado período pré-constitucional, Portugal passou por seis Governos provisórios, de que apenas foram protagonistas três partidos. PCP, PS e PSD. Mesmo sem a legitimação do voto popular, conseguiram produzir legislação significativa que acabou por funcionar como linha orientadora do sistema político português, principalmente no que respeita ao sistema eleitoral e aos partidos políticos (Miranda, 1998).

Com esta breve explicação sobre a evolução do sistema eleitoral, percebemos melhor o sistema semipresidencialista em Portugal. Contudo, procederemos, agora, à revisão dos principais sistemas de Governo que podemos encontrar em todo o sistema político.

2.6.1 Sistema presidencialista

São poderes do Estado o executivo, o legislativo e o judicial. Ao primeiro compete governar o povo, administrando os interesses públicos e respeitando cabalmente as leis. Consoante o sistema político em que é exercido, pode assumir diferentes formas (Carvalho, 2010, Lopes, 2010).

O sistema de Governo presidencialista, que surgiu nos Estados Unidos em 1787, caracteriza-se pela existência de dois órgãos políticos: o Presidente e o Parlamento. Neste sistema, o presidente tem uma função marcadamente política, uma vez que não existe Governo, no verdadeiro sentido. É ele mesmo que nomeia uma administração que, sob a sua responsabilidade, exerce o poder executivo. Neste sistema, não há lugar para a figura de primeiro-ministro (Offe, 1992, Sartori, 1976, Lopes, 2010).

Na medida em que não há um Governo, os atos do chefe de Estado ficam dispensados de referenda ministerial. De um modo geral, são os elementos da confiança do presidente que exercem as funções executivas, sendo designados de secretários. Neste sistema, existe uma separação de poderes entre um presidente, como órgão singular, com funções executivas, e um Parlamento que tem a seu cargo os poderes legislativos.

Em termos de hierarquia, no sistema presidencialista, o presidente não tem poderes para dissolver o Parlamento, nem este órgão pode demitir o presidente ou os secretários, ou seja, não existe responsabilidade política entre os dois. O presidente é eleito por sufrágio indireto e universal (Carvalho, 2010, Lopes, 2010, Pinto & Almeida, 2001).

2.6.2 Sistema diretorial

Neste sistema, o exercício do poder executivo (Governo) cabe a um órgão colegial restrito, denominado diretório. É composto por cinco elementos, que resultam da eleição das duas Câmaras do Parlamento, por um período de cinco anos.

Como característica particular, saliente-se que o diretório não pode ser demitido pelo Parlamento, que detém o poder legislativo, nem este pode ser dissolvido pelo diretório.

Trata-se um modelo que vigorou em França, entre 1795 e 1799 (Carvalho, 2010).

2.6.3 Sistema orleanista

Foi o sistema vigente em França, entre 1830 e 1848, e marcado pelo um certo equilíbrio entre o rei e o Parlamento. Neste sistema, há uma responsabilidade política dupla por parte do Governo, por um lado, perante as Câmaras, por outro, perante o rei. O Governo pode, neste sistema, ser demitido pelo Parlamento ou pelo chefe de Estado (Carvalho, 2010).

2.6.4 Sistema semipresidencialista

Este tipo de Governo (caso de Portugal) é constituído por três órgãos políticos: Presidente, Parlamento e Governo. O chefe de Estado é eleito por sufrágio direto e universal, por um período de cinco anos, num sistema maioritário a duas voltas.

De entre os principais poderes que cabem ao presidente, destaca-se a possibilidade de dissolução do Parlamento. Conta, ainda, com a possibilidade de, em certa medida, intervir no sistema de Governo, nomeadamente, ao nível da fiscalização, supervisão e regulação.

É também ao Presidente da República, neste sistema de Governo, que cabe a função de convidar os partidos a formar Governo, de acordo com os resultados eleitorais. Em geral, dá primazia ao cabeça da lista mais votada (Carvalho, 2010, Lopes, 2010, Pinto & Almeida, 2001).

O Governo responde politicamente perante o Presidente da República e perante o Parlamento. Apesar de tudo, o Presidente da República não pode demitir o Governo por razões de discordância política, mas apenas em caso de estar em causa o regular funcionamento das instituições democráticas (Carvalho, 2010, Duverger, 1985).

Como quer que seja, nem todos os especialistas em direito constitucional subscrevem a designação de Governo semipresidencialista para Portugal. Gomes Canotilho, Vital Moreira preferem considerar o sistema de Governo português de regime misto parlamentar-presidencial. Também lhe atribuem a designação de presidencialismo de primeiro-ministro (Carvalho, 2010).

2.6.5 Sistema parlamentarista

Existem, tal como acontece no regime semipresidencialista, três órgãos políticos. Presidente, Parlamento e Governo. Contudo, apenas o Parlamento e o Governo são politicamente ativos. O Presidente ou Rei possui apenas poderes meramente nominais.

Neste regime, o chefe de Estado é sempre eleito de forma indireta. O Governo é um órgão político, por isso, a sua principal função é política. A formação do executivo está dependente dos resultados eleitorais para o Parlamento. O partido maioritário ou a coligação organizam-se para a formação de uma maioria parlamentar (Miranda, 2007, Duverger, 1985, Lopes, 2010).

O chefe de Estado não intervém nas divergências entre o Parlamento e o Governo, na medida em que não lhe cabe, politicamente, essa responsabilidade (irresponsável). Temos por isso, neste tipo de regime um Governo totalmente dependente do Parlamento (Duverger, 1985, Lopes, 2010).

No sistema parlamentarista podemos ainda encontrar três variantes distintas: parlamentarismo de gabinete, parlamentarismo de assembleia e parlamentarismo racionalizado. No parlamentarismo de gabinete existe sempre uma completa concordância entre o gabinete e a maioria parlamentar, na medida em que apenas um partido detém a maioria. O parlamentarismo de assembleia caracteriza-se por uma grande dependência do Governo em relação ao Parlamento, podendo haver diversos Governos durante a legislatura sem necessidade de dissolução do Parlamento. Neste sistema, torna-se impossível o surgimento de maiorias absolutas de um só partido. Finalmente, o parlamentarismo racionalizado tem como particularidade a existência daquilo a que se chama moção de censura

construtiva. A moção de censura construtiva prevê que o partido que apresenta o "cartão vermelho" ao Executivo indique um primeiro-ministro, um Governo e um programa alternativos, ou seja, se não houver uma proposta alternativa apoiada pelo Parlamento, o executivo não cai. Na prática, trata-se de um reforço do sistema parlamentar que retira ao residente da República a responsabilidade de decidir se o Governo merece um novo voto de confiança (Carvalho, 2010, Miranda, 2007, Lopes, 2010, Pinto & Almeida, 2001).

2.7 Sistemas eleitorais¹⁴

Os sistemas eleitorais podem ser entendidos como regras internas que definem o modo de eleição dos titulares dos órgãos políticos (Carvalho, 2010) ou “mecanismos [...] através dos quais o voto [dos cidadãos] se traduz em mandatos e em cargos governativos” (Pasquino, 2010, p.141). Por isso mesmo, proceder à escolha de um sistema eleitoral é talvez uma das questões mais relevantes para qualquer democracia, uma vez que “(...) tem um profundo efeito na futura vida política do país em questão (...)” (Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral [IDEA] (2005), p.4). Trata-se de uma escolha marcadamente política em que as vantagens que cada modelo poderá trazer são um dos principais focos levados em conta nas opções a tomar.

Não há um sistema ótimo na representação eleitoral, pois as soluções encontradas podem ser diversas, mas nenhuma delas responde em absoluto àquilo que seria desejável para todos os cidadãos e partidos (Pasquino, 2010, Sampaio, 2009, Lopes, 2008).

Pelas múltiplas influências que tem na configuração do sistema de partidos e parlamentar, no próprio sistema de Governo, e pela forma como molda o sistema político, o sistema eleitoral é a base de todo o sistema político (Sampaio, 2009, Pinto & Almeida, 2001). É, por isso, uma variável fundamental para a caracterização dos sistemas políticos, sendo visto, nos dias de hoje, como peça chave para as instituições políticas e, por conseguinte, para a governação (IDEA, 2005).

É, contudo, comum entre alguns teóricos a ideia de que não será tanto o sistema eleitoral a modelar o político, mas, sim, o contrário (Cardoso, 1993, IDEA, 2005). A imaginação reformadora procura encontrar nos sistemas eleitorais terreno fértil e promissor para melhorar o funcionamento dos partidos e de Governos e para conferir um maior poder

¹⁴ Sobre sistemas eleitorais ver Cardoso, 1993, Os sistemas eleitorais, Lisboa, edições Salamandra; Sampaio, 2009, O sistema eleitoral português, Lisboa, edições Aletheia.

aos eleitores. No entanto, será fundamental não esquecer que os partidos, conscientes da importância dos sistemas eleitorais, procurarão sempre controlar toda e qualquer reforma (Cardoso, 1993, Martins, 2008, IDEA, 2005, Pinto & Almeida, 2001).

Uma vez que os sistemas eleitorais são estruturas multidimensionais, é necessário ter cuidados especiais ao estudar possíveis mudanças a implementar, designadamente, no que respeita aos elementos normativos e à eficácia da governação (Dunleavy & Margetts, 1995, Nohlen, 2007).

A melhoria das relações entre os eleitos e os eleitores é outra das principais razões apontadas na defesa da reforma do sistema eleitoral. Pretende-se uma maior responsabilização política e uma representação plural das diferentes correntes de opinião. Contudo, apesar de os partidos com menor representatividade eleitoral entenderem a pertinência das razões invocadas para as alegadas mudanças, consideram que os verdadeiros motivos que estão na base das pedidas alterações assentam numa procura da maximização do poder por parte dos partidos mais representativos. (Freite, et al, 2008).

Os sistemas eleitorais contam com diversos elementos normativos, mas aqueles que dizem respeito à influência que podem assumir na escolha dos candidatos revestem-se da máxima importância para as estruturas partidárias. Falamos desde logo dos princípios da representação, das fórmulas de conversão dos votos em mandatos, da magnitude dos círculos e dos tipos de sufrágio a adotar. Se os primeiros (representação) se referem a quem pode aceder aos lugares, os segundos (conversão dos votos) tem a ver com o número daqueles que o podem fazer. Por seu turno, a magnitude dos círculos (na medida em que dita os lugares que estão disponíveis) e o modo de sufrágio (uma vez que pode ser restrito ou universal), assumem importância crucial para as escolhas do tipo de sistema a adotar (Nohlen, 2007).

Na verdade, a discussão em redor dos sistemas eleitorais, em Portugal, há muito que ocupa as forças políticas. Desde a instauração do regime democrático que o assunto tem sido alvo de abordagem por parte dos atores políticos. O objetivo da mudança passa, alegadamente, segundo os partidos do arco da governação, por conseguir um sistema que proporcione mais facilmente a obtenção de maiorias absolutas, ou seja, um sistema que assegure uma maior governabilidade (Pinto & Freire, 2003). Além disso, os partidos do arco da governação defendem também uma maior aproximação entre eleitores e eleitos. Contudo, as razões invocadas por estes mesmos partidos são contestadas pelos partidos mais afastados do arco do poder que alegam que as razões invocadas não passam de meras bandeiras eleitorais.

Acrescente-se que Portugal usa um sistema de representação proporcional, com listas fechadas e bloqueadas, utilizando o método de Hondt.

Convém, ainda, referir que há diferentes tipos ou modelos de sistemas eleitorais, a saber, maioritários, proporcionais e mistos.

2.7.1 Sistemas eleitorais maioritários

Nos sistemas eleitorais maioritários, podemos distinguir três tipos de escrutínio: o maioritário uninominal, o maioritário plurinominal e o maioritário com voto individualizado. No maioritário uninominal, a regra é a do voto único. Cada eleitor dispõe apenas de um voto, podendo, no entanto, ter lugar no quadro do chamado voto alternativo. Neste caso, o eleitor declara, no respetivo boletim, as suas preferências, por ordem da sua simpatia, até à totalidade dos candidatos. Se um candidato obtiver a maioria absoluta com as primeiras preferências, é eleito. Se nenhum o conseguir, o candidato menos votado, como primeira preferência, é eliminado e repete-se a eleição, uma ou mais vezes (as que forem necessárias), até que surja um candidato que obtenha maioria absoluta na primeira preferência (Carvalho, 2010, Cardoso, 1993, Pinto & Almeida, 2001).

Se o tipo de escrutínio utilizado for o maioritário plurinominal, o cidadão eleitor tem o direito de exprimir o seu sentido de voto em relação a uma lista de candidatos previamente submetida ao seu veredicto (voto de lista). Este tipo de voto pode ainda subdividir-se em voto de lista bloqueada, voto em lista incompleta e voto com listas compostas. No primeiro caso, o eleitor escolhe uma delas, vencendo aquela que obtiver a maioria, quer seja simples ou absoluta (Castro, 1994). No caso de voto em lista incompleta, o eleitor deverá proceder à escolha entre listas incompletas, ou seja, que possuem um número de nomes inferior aos mandatos a atribuir. No voto com listas compostas, é permitido ao eleitor votar em candidatos de listas diferentes, sendo admitido que faça ele mesmo a sua própria lista até ao limite de mandatos a preencher (Cardoso, 1993, Costa, 2009).

O terceiro e último dos tipos de escrutínio usado pelos sistemas maioritários é o maioritário com voto individualizado. Neste, o voto pode ser bloqueado e o eleitor dispõe de um número de votos igual aos mandatos a atribuir, mas não poderá votar duas vezes no mesmo. Se o voto a usar for o cumulativo, os eleitores podem utilizar tantos votos quantos os mandatos disponíveis, mas poderão optar mais do que uma vez pelo nome da sua preferência. Usando o voto limitado, o eleitor dispõe de um número de votos inferior ao número de

lugares a preencher (Castro, 1994, Pinto & Almeida, 2001).

Refira-se que existe uma relação estreita entre o sistema eleitoral e o sistema de partidos. Sempre que o sistema usado é o maioritário, a tendência é para o bipartidarismo (Costa, 2009).

A representação maioritária, cujo objetivo principal é a formação de maiorias no Parlamento, visa fundamentalmente a obtenção de Governos monopartidários (RAE, 2009).

2.7.2 Vantagens e desvantagens dos sistemas de representação maioritária

De entre as vantagens do sistema de representação maioritária, salientam-se, no plano teórico, a formação de maiorias políticas, a possibilidade de uma maior estabilidade governativa e de uma simplificação do funcionamento dos Parlamentos. O facto de o partido mais votado se encontrar sobre-representado e obter facilmente a maioria absoluta, conduz a uma menor instabilidade parlamentar. A maior proximidade que o sistema maioritário permite entre o eleitor e o eleito torna mais fácil a responsabilização do ator político pelas suas decisões. A representação maioritária permite igualmente uma maior representação geográfica, oferece uma escolha clara aos eleitores e permite a escolha entre candidatos (Cardoso, 1993, IDEA, 2005).

Como desvantagens, pode citar-se a sobre-representação que o partido vencedor obtém e que distorce o peso político parlamentar, não espelhando o resultado eleitoral. Além disso, exclui os partidos minoritários, as minorias e provoca um grande número de votos desperdiçados. O sistema maioritário poderá conduzir também ao denominado voto útil, levando os eleitores a optarem pelo candidato teoricamente favorito (Carvalho, 2010, IDEA, 2005).

2.7.3 Sistemas eleitorais proporcionais

Os sistemas eleitorais proporcionais visam “assegurar a representação de diferentes orientações e correntes de opinião, em termos que correspondam ao seu peso na sociedade (...) garantindo a expressão das minorias, a partir de um determinado limiar de representatividade” (Cardoso, 1993, p.25).

É oportuno esclarecer que podemos encontrar três tipos de escrutínios utilizados nos sistemas eleitorais proporcionais: os de quociente eleitoral, os de número uniforme, unidade

eleitoral ou método automático e os de divisor ou média mais alta. Para o cálculo dos mandatos, no caso do quociente eleitoral, este determina-se “entre o total dos votos expressos e os mandatos a atribuir – cabendo a cada lista um número de mandatos igual à razão entre os votos por ela obtido e o quociente eleitoral” (Cardoso, 1993, p.25).

O modelo de escrutínio por número uniforme é feito com base numa prévia definição do número mínimo de votos necessários para a obtenção de um mandato, sendo o número de lugares a atribuir “calculado pelo quociente entre o total dos votos obtidos pela lista e o número de votos correspondentes a um mandato” (Cardoso, 1993, p.26).

Para obter o escrutínio a partir do sistema de divisor ou da média mais alta, o terceiro acima referido, o sistema baseia-se na divisão do número de votos obtidos por cada lista, por uma série contínua de números.

De entre os métodos a utilizar, saliente-se o método de Hondt (divisão por 1; 2; 3; 4; 5;...); o método Imperiali (divisão por 2; 3; 4; 5;...); o método de St. Lague (divisão por 1; 3; 5; 7;...); o método de St. Lague modificado (divisão por 1, 4; 3; 5; 7;...); o método Danés (divisão por 1; 4; 7; 10; 13;...) e o método de Huntington (1, 41; 2, 45; 3, 46; 4, 47;...).

Uma vez que o propósito deste estudo é o de analisar com maior detalhe o sistema eleitoral português, apenas nos deteremos no método de Hondt¹⁵.

A diferença entre os métodos reside apenas no número pelo qual se vai dividindo o resultado eleitoral, para o preenchimento dos mandatos. Se, para o método de Hondt, o primeiro e segundo mandatos se obtêm pela divisão dos votos por 1 e por 2, respetivamente, no método de Huntington, esses mesmos mandatos obtêm-se, dividindo o mesmo resultado por 1,41 e por 2, respetivamente.

Na representação proporcional, é comum a formação de partidos múltiplos e independentes uns dos outros. A título de exemplo, o método de Hondt, em Portugal, “favoreceu a existência de um partido dominante, configurando o sistema partidário de multipartidarismo imperfeito” (Carvalho, 2010, p.135).

2.7.4 Método de Hondt

O método de Hondt é um modelo matemático que se utiliza para converter os votos em

¹⁵. Sobre os métodos Imperiali, de St. Lague, de St. Lague Modificado, Danés e de Huntington ver Cardoso, 1993, Os sistemas eleitorais, Lisboa, edições Salamandra.

mandatos, com vista à composição de um órgão colegial. Tem o nome do seu criador, o advogado belga Vitor d'Hondt, nascido em 1841 e falecido em 1901 e integra a categoria dos métodos de divisores (Cardoso, 1993).

Relativamente às vantagens deste método, convém referir a boa proporcionalidade (relação votos/mandatos); a forma simples de aplicar (com apenas uma operação atribui todos os mandatos); os efeitos mais previsíveis.

A principal desvantagem consiste no facto de favorecer os partidos maiores (Lopes, 2004).

Em algumas análises estatísticas feitas ao método de Hondt, ficou demonstrado que este “método, dito de representação proporcional, não exprime, de facto, em termos proporcionais, o voto nacional” (Oliveira, 1981, p.11). Por isso, não poderemos designar o sistema eleitoral português de proporcional puro. Com este modelo de conversão de votos em mandatos, os partidos que tenham 2% ou menos, em círculos de menor dimensão, acabam por ver desperdiçados os seus votos. Ao invés, partidos com uma maior representação eleitoral, principalmente com percentagens superiores a 15% são sobre-representados. Se, por um acaso, um partido ou coligação conseguissem obter 90% dos votos expressos, isso significaria uma ocupação monopolítica do Parlamento (Oliveira, 1981).

Para além disso, na conversão dos votos em mandato, os partidos com uma baixa percentagem veem desperdiçados os seus votos nos círculos mais pequenos. Daí, por exemplo, verificar-se desde 1995 uma tendência para o bipartidarismo em Portugal. Contudo, num sistema eleitoral de representação proporcional, a maioria absoluta já foi conseguida pelos dois maiores partidos.

2.7.5 Vantagens e desvantagens dos sistemas de representação proporcional

Existe nestes sistemas uma maior fidelidade entre os votos expressos e os mandatos obtidos, diminuindo os riscos de grandes diferenças entre as percentagens obtidas pelas forças partidárias ou grupos de cidadãos. É possível obter uma representação de um número bastante razoável de partidos, desde que apresentem uma base mínima eleitoral. Além disso, é possível afastar negociações ou compromissos entre diferentes forças partidárias, motivadas por razões de conveniência eleitoral (Costa, 2009).

De entre as desvantagens dos sistemas de representação proporcional, não deixaremos de referir uma maior pulverização da representação partidária nos Parlamentos, o que poderá

conduzir a um mais difícil entendimento entre as forças políticas que os compõem e maior dificuldade na obtenção de maiorias (Carvalho, 2010, Cardoso, 1993).

A dificuldade na obtenção de mais entendimentos parlamentares poderá também levar à maior instabilidade parlamentar e a uma menor governabilidade.

Podemos mesmo observar que o sistema eleitoral proporcional “limita-se a fotografar a fragmentação dos partidos ou propicia-a, se é que não a produz mesmo?” (Pasquino, 2010, p.173). Por outro lado, os sistemas partidários, já fragmentados, conduzem à fragmentação dos sistemas políticos e ao consequente afastamento entre o deputado e o eleitor. Como consequência deste maior afastamento, surge o reforço do peso dos partidos na gestão das políticas (Carvalho, 2010).

2.7.6 Sistemas eleitorais mistos

Além dos dois sistemas anteriormente mencionados, há ainda os sistemas mistos. Estes, que congregam algumas das características dos dois sistemas anteriores, conjugadas de diferentes formas, são mistos, “quer pela conjugação de modos de apuramento diversos, consoante a natureza dos círculos, quer pela aplicação de um mesmo método em círculos de natureza diferente” (Cardoso, 1993, P.34).

De entre os mistos, há aqueles que se enquadram nos predominantemente maioritários e que se pautam por utilizar círculos uninominais, círculos plurinominais regionais e um círculo nacional.

Os que se definem como mais predominantemente proporcionais, apesar de serem mistos, caracterizam-se por usarem círculos regionais plurinominais e círculos nacionais, “seja com o aproveitamento dos restos nos círculos regionais, seja através de votos diferenciados em que o eleitor vota separadamente para o círculo regional e para o círculo nacional, ou ainda com um voto único, cumulativo para o círculo regional e para o nacional” (Cardoso, 1993, P.36).

De entre os sistemas mistos, o mais conhecido é o alemão, muitas vezes designado de representação proporcional personalizada. Neste caso, o eleitor dispõe de dois votos. Um no escrutínio uninominal e outro no escrutínio na lista.

Quanto mais o sistema de escrutínio beneficiar a inclusão de um maior número de orientações partidárias, menos beneficiará a governabilidade e vice-versa. Por isso, os ajustes no sistema eleitoral poderão não constituir a chave para a resolução de muitos problemas

apontados ao sistema político, mesmo que possam constituir a sua base. Até porque as instituições possibilitam o bom Governo, mas não o podem garantir. Isso depende sempre da atitude política dos seus atores (Sampaio, 2009).

2.7.7 Critérios para a escolha dos sistemas eleitorais

A escolha do sistema eleitoral a aplicar deverá passar por uma prévia análise de avaliação, tendo por base um conjunto de critérios previamente definidos. Desde logo, perceber o que se deseja atingir e o que se quer evitar com a estrutura eleitoral a implementar (IDEA, 2005, Nohlen, 2007, Cardoso, 1993).

De um modo geral, e se tivermos em conta os sistemas eleitorais ao nível mundial, há, de acordo com Nohlen, cinco exigências fundamentais que devem ser consideradas: a) representação; b) concentração e eficácia; c) participação; d) simplicidade; e) legitimidade. No caso do critério a), é fundamental perceber se o sistema que vai ser aplicado garante os interesses sociais e as opiniões políticas nos respetivos órgãos representativos. Isto significa que, no Parlamento, devem estar representados os diferentes grupos sociais, não esquecendo as minorias e as mulheres. Além disso, outra questão que deverá ser avaliada é se existe uma representação mais ou menos proporcional das forças sociais e políticas (Nohlen, 2007, Carvalho, 2010, IDEA, 2005).

O critério b), que diz respeito à concentração e eficácia, tem por finalidade avaliar a agregação de interesses, ou seja, perceber até que ponto a comunidade consegue ter uma ação política. Neste caso, “as eleições são compreendidas como um ato de formação de vontade política, e não como uma forma de medir as opiniões dominantes na população” (Nohlen, 2007, p. 110).

Os parâmetros a ter em conta para uma adequada concentração dizem respeito ao número de partidos que conseguem representação parlamentar e à formação de uma maioria partidária ou de coligação com carácter estável.

O critério c), relativo à participação, deve aferir sobre o grau de possibilidade que os eleitores têm de expressarem a sua vontade, ou seja, em certa medida, perceber o grau de maior proximidade entre eleitos e eleitores (Carvalho, 2010, Nohlen, 2007, IDEA, 2005).

A simplicidade (critério d) é um dos mais difíceis, na medida em que acaba por reunir os três anteriores, sendo, por isso, de considerável complexidade quando comparado com sistemas que apenas pretendam garantir um dos critérios anteriores.

Sobre o critério e) da legitimidade, acaba por abranger todos os outros, ou seja, avalia em que medida existe uma aceitação dos resultados eleitorais. Quer isto dizer que pretende saber se o sistema une ou desune o país. É comum alguns académicos apontarem o abstencionismo como a bitola para essa avaliação. Contudo, é fundamental salientar que a abstenção se apresenta, muitas vezes, como um indicador pouco fiável para que possa proceder a essa avaliação (Nohlen, 2007, Carvalho, 2010, IDEA, 2005).

Apesar de usar designações diferentes para estes critérios apontados por Nohlen, o Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral, acaba por lhes atribuir o mesmo significado, acrescentando outros critérios. A questão da maior ou menor motivação do eleitor, ao encontrar um sistema eleitoral com listas fechadas ou com listas abertas, prende-se com a possibilidade de os eleitores influenciarem os moldes de Governo, passando também pela importância que o sistema eleitoral pode ter, ao promover ou desencorajar o “desenvolvimento do papel dos partidos como um veículo para líderes políticos individuais” (IDEA, 2005).

O sistema eleitoral deverá também ser um instrumento que consiga garantir uma oposição ativa ao poder executivo, não só no sentido de defender os superiores interesses dos eleitores, em geral, como os das minorias, em particular. Juntam-se aos critérios acima referidos a necessidade de um sistema eleitoral sustentável, ou seja, o modelo a definir para um determinado país e que deverá ter em conta “os recursos (...) tanto em termos de disponibilidade de pessoas suficientemente competentes para fazerem parte da administração eleitoral, como em termos das necessidades financeiras do orçamento nacional” (IDEA, 2005).

Ainda que não haja regras-padrão, ao nível internacional, universalmente acordadas, persistem pelo menos alguns critérios sobre os quais é habitual haver consenso, relativamente aos atos eleitorais. As eleições devem ser livres, justas, periódicas, além de deverem garantir o sufrágio universal dos cidadãos adultos, o sigilo quanto ao voto, a não submissão a coerções e um compromisso ao princípio de uma pessoa, um voto (IDEA, 2005).

Saliente-se que não há sistemas eleitorais perfeitos. Todos eles, de acordo com o modelo em causa, para responderem a certos critérios, terão que omitir outros. Essa é uma constatação que necessitamos de extrair das opiniões dos diferentes cientistas políticos e autores que consultamos. Apesar de tudo, ressalta a ideia de que, seja qual for o caminho a percorrer, os sistemas eleitorais irão precisar de se adaptar a novas realidades, por forma a responderem adequadamente a novas tendências e necessidades políticas, demográficas e

legislativas.

2.8 Sistema eleitoral em Portugal

Portugal é uma democracia representativa. O povo é o detentor do poder soberano e delega nos seus representantes as tomadas de decisão através do voto. De acordo com a Constituição da República Portuguesa, votar é um direito pessoal, direto, secreto e periódico [periodicidade varia consoante o órgão a eleger] para todos os cidadãos maiores de 18 anos.

Para eleger o Presidente da República, o sistema usado é o maioritário a duas voltas, ou seja, se, na primeira volta, nenhum dos candidatos obtiver maioria absoluta dos votos expressos, haverá um segundo escrutínio com a participação dos dois candidatos mais votados. As eleições realizam-se a cada cinco anos (Lopes, 2008 & Sampaio, 2009, Carvalho, 2010).

A votação para a eleição a Assembleia da República é realizada de quatro em quatro anos, segundo o sistema proporcional, com listas fechadas e bloqueadas, utilizando o método de Hondt. As listas são apresentadas por 22 círculos, correspondentes aos 18 distritos do Continente, um para cada uma das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e ainda um círculo para os cidadãos portugueses distribuídos pela Europa e outras para os que vivem fora da Europa (Cremonese, 2010, Sampaio, 2009).

Para o Parlamento Europeu, e por cada Estado membro, os partidos políticos apresentam listas, fechadas e bloqueadas, correspondentes, no caso português, a um único círculo. Os mandatos são obtidos através do sistema proporcional, com listas fechadas e bloqueadas, e utilizando o método de Hondt para a conversão dos votos em mandatos. O número de lugares a eleger é estipulado por legislação europeia, para cada Estado membro, e a eleição válida para um mandato de cinco anos (Cardoso, 1993, Carvalho, 2010).

As eleições para as Câmaras Municipais (o mesmo procedimento para Assembleia Municipal) realizam-se, de quatro em quatro anos, com base no sistema proporcional, através de listas plurinominais fechadas e bloqueadas e a conversão dos votos em mandato é feita, utilizando o método de Hondt. Para efeito de eleição dos órgãos autárquicos, o território da respetiva autarquia constitui um único círculo eleitoral. O candidato mais votado é eleito presidente da Câmara Municipal e presidirá ao órgão executivo do município.

A apresentação das listas candidatas às diversas eleições é feita junto dos tribunais comuns, exceto para a Presidência da República e Parlamento Europeu, que deverá ser

entregue no Tribunal Constitucional (Carvalho, 2010).

Não é nosso propósito caracterizar de forma exaustiva todas as etapas da evolução do sistema eleitoral português, mas apenas deixar uma explicação sobre os diferentes momentos, com maior incidência no atual modelo utilizado.

Como acima referimos, o sistema eleitoral indica-nos o modo como procedemos à eleição dos nossos representantes. Em Portugal, optou-se pelo sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt.

Genericamente, o sistema eleitoral português é expressivo das condições históricas e sociais em que a revolução de Abril teve lugar (Revista de Assuntos Eleitorais [RAE], 2010). É pré-constitucional, causal (antecede e infraestrutura o regime democrático saído da revolução), descontínuo (nasce da rutura com o sistema maioritário de lista, vigente no Estado Novo), barométrico (o uso da proporcionalidade cumpriu a função de explicitar a composição e as fraturas políticas da sociedade), tributário da democracia partidária (consagra o monopólio dos partidos na apresentação de candidatos às eleições nacionais) e equilibrante (favorece os partidos mais fortes, ao desproporcionar a relação voto/mandato) (RAE, 2010).

No que se refere aos partidos políticos que habitualmente obtêm menor percentagem de votação, o método de Hondt parece prejudicá-los. Ao invés, partidos com percentagens de votação mais altas são beneficiados (Cardoso, 1993). A conversão dos votos pelo atual modelo parece constituir uma limitação à justa conversão dos votos obtidos em lugares ocupados (Pasquino, 2010).

Qualquer que seja o sistema eleitoral utilizado, “todos (...) favorecem os grandes partidos em detrimento dos pequenos (...)” (Carvalho, 2010, p.136). Contudo, a mudança que se pretenda introduzir nos sistemas eleitorais deve sempre ser encarada com o máximo rigor e introduzida com elevado equilíbrio, uma vez que se trata de estruturas multidimensionais (Dunleavy & Margetts, 1995).

É no seio dos dois maiores partidos portugueses (PS e PSD) que se podem encontrar as maiores divergências quanto à mexida no sistema eleitoral. Se pensarmos que uma qualquer alteração no sistema eleitoral obriga a uma alteração constitucional e, por sua vez, a uma maioria de 2/3 dos votos no Parlamento, não se afigura como tarefa fácil conseguir alcançar esse objetivo (Miranda, 2000, Cardoso, 1993).

Ao longo dos últimos anos, quer académicos, quer políticos têm organizado diversos debates e apresentado diversas propostas, todas elas com o intuito de, alegadamente, melhorarem o sistema eleitoral em Portugal. Contudo, apesar de o sistema eleitoral constituir

um tema bastante importante na arquitetura de funcionamento do nosso sistema político, até ao momento nada se avançou (Martins, 2008, Pinto & Almeida, 2001).

De entre as principais propostas de modificação do sistema eleitoral, encontram-se a redução do número de deputados, mudanças na estrutura dos círculos eleitorais, alteração no modo de conversão dos votos em mandatos e ainda a mudança no tipo de voto (nominal ou lista) (RAE, 2009, Pinto & Almeida, 2001).

Melhorar a governabilidade e as relações entre os eleitos e os eleitores são as principais razões apontadas para que se avance na reforma do sistema eleitoral. Contudo, as alterações que se propõem obrigam a mexer na Constituição, logo, a um acordo que coloque dois terços dos deputados na Assembleia da República a votar a favor de tal proposta.

Apesar de tudo, há quem vá lembrando que a escolha de qualquer sistema eleitoral que possa ser implementado “está longe de ser inocente e menos o é, por maioria de razão, a sua eventual reforma”, como nos refere Conceição Pequito (RAE, 2009).

2.8.1 Sistema eleitoral autárquico

Cerca de 40% do total dos municípios em Portugal têm até 10 mil eleitores. Os que chegam aos 50 mil eleitores deverão representar aproximadamente 48%, ou seja, quase 90% das Câmaras registam uma baixa ou muito baixa magnitude eleitoral (RAE, 2010).

Outra característica deste sistema eleitoral é a desproporcionalidade, que ultrapassa mesmo a Assembleia da República: se, para esta última, a conversão dos votos em mandatos valoriza o vencedor em 4,6%, no caso das Câmaras, essa percentagem atinge os 7,5%. Como se não bastasse, a desproporcionalidade média tem vindo a aumentar, nos últimos anos, registando variações que vão desde os 6,1% em 1991 e os 8,9% em 2001 e 2009 (RAE, 2010).

Com estes valores, nas eleições autárquicas, o vencedor consegue uma sobrerrepresentação significativa.

Se, por um lado, se impõe a reforma do sistema eleitoral, ao nível da Assembleia da República, não será menos necessário proceder, também, a uma profunda reforma ao nível dos municípios. No entanto, a estratégia e os instrumentos para levar a cabo as alterações que se apresentam como fundamentais, não são fáceis de encontrar, tendo em conta que isso implicará o entendimento entre os dois maiores partidos. A somar a tudo isso, e talvez não menos importante, será o de olhar facto as reformas como verdadeiramente necessárias:

“Raramente as reformas se fazem em nome das patologias substantivas dos sistemas eleitorais. Estas perdem sistematicamente perante os interesses dos aparelhos partidários” (RAE, 2010, p. 115).

Olhando para a desproporcionalidade na conversão dos votos em mandatos e comparando as eleições para a Assembleia da República com as municipais, diremos que o sistema eleitoral autárquico favorece a governabilidade e a bipartidarização e dificulta a participação, a competitividade e a proporcionalidade.

O sistema de Governo local caracteriza-se, linhas gerais, por uma menor influência ideológica, devido à maior importância dada ao carisma do candidato, bem como pelas relações face a face, que ainda ocorrem, com alguma frequência, principalmente em pequenos municípios.

Depois da revisão constitucional de 1997, com a abertura da possibilidade de apresentação de candidaturas independentes às estruturas municipais, houve algumas mudanças, fundamentalmente, algum arejamento do espaço político municipal, com uma perda relativa do poder partidário, em favor da sociedade civil.

Apesar de tudo, a atual estrutura privilegia acentuadamente a figura do Presidente da Câmara Municipal, em desfavor do da Assembleia Municipal. Esta carece, a nosso ver, de uma maior capacidade de intervenção na vida da autarquia e de influência junto do executivo.

Em 2001, nas primeiras eleições autárquicas em que foi possível a apresentação de listas independentes, apresentaram-se a eleições 21 candidaturas independentes, tendo esse número aumentado para 27, em 2005, e para 50, nas eleições de 2009. Um sinal claro da resposta da sociedade civil à captura das autarquias pelos aparelhos partidários (RAE, 2010).

Se nos detivermos nos números do último ato eleitoral para as autarquias, facilmente chegamos à conclusão de que temos em Portugal 57.075 autarcas. Basta somar aos 308 presidentes de Câmara, 6577 vereadores, 13.646 elementos das Juntas de Freguesia, entre presidentes, secretários e tesoureiros, bem como 34.489 membros das Assembleias de Freguesia (RAE, 2010).

Nos municípios, “o executivo é um Parlamento forte e o legislativo um Parlamento fraco” (RAE, 2010, p. 136).

Uma forma de atenuar os problemas mais marcantes do sistema eleitoral autárquico, poderia passar por uma solução monolítica, ou seja, a de a governação da autarquia ser assumida por inteiro pela equipa vencedora.

Neste cenário, após as eleições, o candidato vencedor deveria poder recrutar os

vereadores que iriam fazer parte da sua equipa entre a sociedade civil, ou entre os elementos que fizessem parte da Assembleia Municipal. Seguindo um modelo o mais próximo possível das eleições para a Assembleia da República, e numa tentativa de salvaguardar os interesses dos munícipes, deveriam ser consideravelmente reforçados os poderes fiscalizadores da Assembleia Municipal junto do executivo, podendo para o efeito, destituir este, em caso de incumprimento do programa eleitoral com o qual se comprometeu.

O poder atribuído às Assembleias Municipais viria travar algum despotismo presidencial, aproximar o sistema nacional do local, além de permitir um maior envolvimento, ainda que indireto, da sociedade na gestão municipal. Esta solução poderia ter também a vantagem de conseguir conjugar a pluralidade da Assembleia com a estabilidade do Executivo (RAE, 2010).

Esta solução tem por base um único sufrágio direto e universal, dirigido à eleição simultânea da Assembleia e do presidente de Câmara, que seria o cabeça da lista mais votada.

2.8.2 Limitações do sistema eleitoral em Portugal

De entre os sistemas eleitorais usados na Europa Ocidental, o português é um dos que concede menor amplitude de opções ao eleitor. Deste modo, os eleitores ficam impedidos de poder optar pelo candidato da sua preferência. O voto é atribuído a listas fechadas (não pode haver inclusão de novos nomes pelo eleitor) e bloqueadas (não pode ser usada preferência entre os nomes da lista, nem mudada a sua origem), sendo os lugares ocupados pelos candidatos, pela ordem de inclusão na lista e na medida dos mandatos obtidos.

Os cidadãos portugueses têm uma capacidade bastante limitada no sentido de forçarem os partidos políticos a mudanças. São as elites partidárias que determinam os termos das reformas, o seu momento e os resultados desejados (RAE, 2009).

Em Portugal, o número de municípios que não ultrapassa os 10 mil eleitores representa cerca de 40%. Mais ou menos 48% registam números que variam entre os 10 e os 50 mil eleitores. Quase 90% caracterizam-se por baixa ou muito baixa magnitude eleitoral, como nos apresenta o politólogo Manuel Meirinho Martins (RAE, 2010, p.106).

Uma análise baseada numa estrutura diversas vezes abordada, nomeadamente a da proporcionalidade na transformação dos votos em mandatos demonstra que o sistema eleitoral autárquico é bastante desproporcional, ultrapassando claramente os valores registados para a Assembleia da República. O valor médio para o sistema eleitoral autárquico é de 7,5% e, para

a Assembleia da República, de 4,6%. Em termos médios, esta desproporcionalidade tem vindo a aumentar, oscilando entre mínimos de 6,1% em 1993 e os 8,9%, em 2001 e 2009. Estes dados significam que, nas eleições autárquicas, tende a ter uma sobrerrepresentação significativa (RAE, 2010).

Nas democracias representativas, como é o caso de Portugal, os atores políticos procuram maximizar os votos e mandatos no mercado eleitoral visando a conquista e manutenção do poder (Nohlen, 2007, Freire & Viegas, 2009).

O sistema de representação proporcional que caracteriza o nosso sistema eleitoral tem contribuído para o multipartidarismo, além de acentuar a sua rigidez, facto que leva a maiores dificuldades na formação de alianças e coligações. Este mesmo sistema leva à centralização partidária e ao quase anulamento do papel do eleito, originando uma cada vez maior afastamento entre eleitor e eleito.

Se tivermos em linha de conta a desproporcionalidade na conversão dos votos em mandatos e comparando as eleições para a Assembleia da República com as Municipais, diremos que sistema eleitoral autárquico favorece a governabilidade e a bipartidarização e desfavorece a participação, competitividade e proporcionalidade.

Apesar de tudo, a atual estrutura privilegia acentuadamente a figura do presidente da Câmara Municipal, em desfavor do papel da assembleia municipal. Esta carece, a nosso ver, de uma maior capacidade de intervenção na vida da autarquia e de influência junto do executivo (Carvalho, 2010) .

Em 2001, primeiras eleições autárquicas em que foi possível a apresentação de listas independentes, apresentaram-se a eleições 21 candidaturas independentes, tendo esse número aumentado para 27 em 2005 e para 50 nas eleições de 2009. Um sinal claro da resposta da sociedade civil à captura das autarquias pelos aparelhos partidários (Martins e Teixeira, 2005).

Se nos detivermos nos números do último ato eleitoral para as autarquias chegamos à conclusão de que temos em Portugal 57.075 autarcas. Basta somar aos 308 presidentes de Câmara, 6577 vereadores, 13.646 elementos das Juntas de Freguesia, entre presidentes, secretários e tesoureiros, bem como 34.489 membros das Assembleias de Freguesia.

Nos municípios, o executivo é um Parlamento forte e o legislativo, um Parlamento fraco (RAE, 2010).

A possibilidade de participação dos cidadãos na vida política é baixa: 60% dos inquiridos afirmam-no, contra apenas 20% que têm opinião contrária. Mas, se estes valores

nos devem deixar preocupados, devermos ficar ainda mais quando 65% dos inquiridos, no estudo de André Freire e José Manuel Viegas, afirmam que o “regime democrático está prestes a perder a confiança dos cidadãos” (Freire & Viegas, 2009, p.356). O mesmo estudo adianta ainda que 63% dos cidadãos entendem que um número a definir de cidadãos deveria poder levar a cabo um referendo.

De entre as principais críticas ou limitações que se colocam ao sistema eleitoral em Portugal, registam-se, teoricamente, a falta de governabilidade, o número excessivo de deputados e a inexistência de condições propícias às relações entre eleitores e eleitos (RAE, 2009).

2.8.3 Reformas/sugestões para o sistema eleitoral em Portugal

Em geral, as reformas que têm vindo a ser propostas são feitas “geralmente pelos partidos de poder (...) que raramente chegam a consenso sobre os benefícios (e prejuízos) das reformas” (Revista de Assuntos Eleitorais [RAE], 2009, p.12).

Um dos principais objetivos das reformas, quando operadas pelos partidos do arco da governação, é o reforço do poder já detido. Se o sistema existente neste momento em Portugal, utilizando a representação proporcional, através do método de Hondt, é favorável aos maiores partidos, não será de esperar grande vontade, por parte destes, em ver mudada a atual situação (RAE, 2009, Freire & Viegas, 2009).

Com alguns ajustes ao sistema eleitoral, talvez fosse possível reduzir a condição mais limitadora do sistema eleitoral, particularmente, na parte que respeita às listas apresentadas a sufrágio. Se no atual sistema as listas se apresentam fechadas e bloqueadas (Carvalho, 2010), a possibilidade de passar a incluir listas plurinominais com voto preferencial seria uma mais-valia. Esta possível alteração, além de poder permitir uma maior liberdade do eleitor na escolha das suas preferências, porquanto lhe possibilita escolher um de entre os vários candidatos da lista, poderá, por outro lado favorecer a renovação dos atores políticos. Candidatos que talvez por não ocuparem lugares cimeiros nas listas ficassem de fora, pudessem ser eleitos e aumentar as percentagens renovadoras dos atores políticos.

Se, por um lado, se impõe a reforma do sistema eleitoral, ao nível da Assembleia da República, não será menos necessário proceder, também, a uma profunda reforma ao nível dos municípios. No entanto, a estratégia e os instrumentos para levar a cabo as alterações que se apresentam como fundamentais não são fáceis de encontrar, tendo em conta que isso

implicará o entendimento entre os dois maiores partidos. A somar a tudo isso, e talvez não menos importante, será o facto de olhar para as reformas como verdadeiramente necessárias. “Raramente as reformas se fazem em nome das patologias substantivas dos sistemas eleitorais. Estas perdem sistematicamente perante os interesses dos aparelhos partidários” (RAE, 2010, p. 115).

Depois da revisão constitucional de 1997, com a abertura da possibilidade de apresentação de candidaturas independentes às estruturas municipais, houve algumas mudanças, fundamentalmente, algum arejamento do espaço político municipal, com uma perda relativa do poder partidário em favor da sociedade civil.

Numa tentativa de atenuar os problemas mais marcantes no sistema eleitoral autárquico, deveria recorrer-se a uma solução monolítica, ou seja, a governação da autarquia deveria ser assumida por inteiro pela equipa vencedora. (RAE, 2010)

Neste cenário, após as eleições, o candidato vencedor deveria poder recrutar os vereadores que iriam fazer parte da sua equipa entre a sociedade civil, ou entre os elementos que fizessem parte da assembleia municipal.

Em contrapartida, seguindo um modelo o mais próximo possível das eleições para a Assembleia da República, a Assembleia Municipal precisa de ver reforçados os seus poderes fiscalizadores do executivo, podendo, para o efeito, destituir este, em caso de incumprimento do programa eleitoral com o qual se comprometeu. (RAE, 2010).

Na verdade, este poder concreto atribuído às assembleias municipais, viria travar algum despotismo presidencial, aproximar o sistema nacional do local, além de permitir um maior envolvimento, ainda que indireto, da sociedade na gestão municipal.

Esta solução poderia ter também a vantagem de conseguir conjugar a pluralidade da assembleia com a estabilidade do executivo.

Apesar da possível reforma dos mecanismos de delegação de poderes, designadamente do sistema eleitoral poder parecer a solução para todos os males, de nada servirá fazê-lo “sem que seja reformulado o papel das instituições representativas, nomeadamente, o controlo sobre o executivo” (Cardoso, 1993, p.128).

O debate sobre o sistema eleitoral português parece, contudo, apontar no sentido de uma reforma em defesa do interesse geral. É pelo menos essa a convicção do politólogo Manuel Meirinho que aponta a criação de condições para a melhoria da aproximação entre eleitores e eleitos (RAE, 2009). Esta alteração iria criar uma maior responsabilização política e uma representação mais plural, segundo o mesmo politólogo.

No período que medeia entre o ano de 1976 e 2012, foram diversos os ciclos de debate sobre a reforma do sistema eleitoral. Com efeito, houve da parte de figuras públicas, politólogos, partidos, soluções apontadas para a alegada necessidade da melhoria do sistema eleitoral, entre elas, a proposta de mudança para um sistema maioritário a duas voltas até à manutenção do atual sistema, com pequenos ajustamentos (RAE, 2009).

Pelo meio surgiram propostas de redução do número de deputados, alteração na fórmula de conversão dos votos em mandatos, bem como a coexistência de círculos uninominais com um círculo nacional e a introdução do chamado voto preferencial.

Na realidade, apesar dos diversos debates em redor da reforma do sistema eleitoral, as divisões intrapartidárias (sobretudo no seio dos grandes partidos), têm sido um fator decisivo para o falhanço das várias propostas (RAE, 2009).

Como quer que seja, qualquer reforma que venha a ser implementada no sistema eleitoral português deverá ter em consideração a manutenção da simplicidade e da clareza do nosso sistema. Quanto mais fácil se tornar a compreensão do eleitor em relação ao ato eleitoral, mais fácil se torna a aproximação entre as partes. Contudo, simplicidade não deverá significar um sistema eleitoral elementar. É importante ter a coragem de inovar sem complicar. Importa inovar, mas conseguir, ao mesmo tempo, integrar o eleitor no processo (IDEA, 2005).

É preciso, contudo, ter a consciência de que nem sempre a necessidade de dar maior liberdade ao eleitor é sinónimo de simplicidade do sistema. Isso é claro e podemos dar o exemplo da passagem de um sistema de listas fechadas e bloqueadas para um sistema de listas abertas no nosso modelo. Tal implicaria, sem dúvida, uma mais-valia para o eleitor, mas uma complexidade bem maior no processo de escrutínio. É por essa razão importante e fundamental perceber que a tendência geral dos partidos políticos, sempre que têm que discutir possíveis ajustamentos no sistema eleitoral, é a de pensar, de imediato, na fórmula que mais benefício lhe poderá trazer na próxima eleição. Por esse motivo, importa lembrar que a estabilidade a longo prazo e vantagens a curto prazo nem sempre são compatíveis (IDEA, 2005).

Em jeito de remate sobre as possíveis saídas para o sistema eleitoral, os deputados continuam divididos, valendo salientar que qualquer solução encontrada terá sempre que passar por uma revisão da Constituição, que obriga a uma maioria de dois terços dos parlamentares. Contudo, o inquérito já referido, efetuado exclusivamente junto de deputados, indica três caminhos: o primeiro, mais conservador, defendido por 34,2% dos parlamentares,

vai ao encontro da manutenção do “(...) atual sistema com pequenos ajustamentos”, a segunda possibilidade, que representa 27,4%, acha que devem ser mantidos “(...) os aspetos fundamentais do atual sistema, alterando alguns elementos para criar condições mais favoráveis a uma representação mais personalizada; quanto à terceira alternativa, apoiada por 14,7% dos deputados, refere a implementação de “um sistema de representação proporcional personalizado” (Freire & Viegas, 2009. pp.365-366).

2.8.4 Círculos eleitorais em Portugal

Círculo eleitoral¹⁶ é uma circunscrição territorial criada para fins eleitorais, a cujos eleitores inscritos corresponde um determinado número de mandatos, previamente definido, no órgão a eleger (Cardoso, 1993). Os círculos podem também assumir as designações de circunscrições, eleitorados e divisões administrativas (IDEA, 2005).

2.8.4.1 Caracterização

Os círculos podem ser uninominais, geralmente associados a sistemas maioritários, e em cada partido apenas pode apresentar um candidato a sufrágio. Ou plurinominais, na medida em que é apresentada uma lista com diversos nomes, ordenados por ordem de eleição pelos respetivos partidos políticos e cujo sistema utilizado é o proporcional.

O escrutínio maioritário, em círculos uninominais, e sempre que a sua dimensão é bastante variável, produz uma influência considerável na relação entre o número de eleitores e o número de deputados eleitos, o que acaba por conduzir a desigualdades acentuadas na representação (RAE, 2009).

A atribuição de um número de mandatos a cada círculo, proporcional ao número de eleitores, é uma vantagem, pelo menos teórica, do escrutínio de listas em círculos plurinominais.

Pelos motivos referidos, a fixação dos círculos eleitorais é, em geral, controversa, pois pode determinar *a priori* o resultado final de uma eleição, pelo que esta matéria costuma ser reservada para a [Constituição](#) dos Estados ou para leis especiais que apenas podem ser aprovadas com maiorias qualificadas e em certos períodos bem definidos.

A dimensão dos círculos eleitorais e o seu próprio recorte geográfico podem ter também

¹⁶ Ver Cardoso, 1993, Os sistemas eleitorais, Lisboa, edições Salamandra.

uma influência considerável nos resultados. Se é certo que “quanto maior é a dimensão da circunscrição, mais fácil se tornará aos pequenos partidos a conquista de lugares e vice-versa” (Pasquino, 2010, p.164), assistimos, muitas vezes, ao entendimento do significado do resultado eleitoral como “vontade maioritária dos eleitores ou da repartição das diferentes correntes de opinião no seio do universo eleitoral” (Cardoso, 1993, P39). Para que fosse possível haver igualdade na conversão dos votos obtidos em lugares, “seria necessário que todos os círculos agrupassem um número igual de eleitores” (Cardoso, 1993, P39). O processo passaria por dividir o número de lugares disponíveis pelo número de círculos existentes, independentemente da sua dimensão geográfica ou eleitoral. Nesse caso, o número de lugares a eleger seria o mesmo em todos os círculos, independentemente da dimensão territorial ou eleitoral dos mesmos.

Em comparação com outros países onde também é adotado o método de Hondt, os círculos eleitorais em Portugal caracterizam-se por uma elevada magnitude média, apesar de, nos últimos anos, se ter assistido a uma ligeira diminuição da mesma.

Os círculos de Lisboa, Porto, Braga e Setúbal juntos representam mais de 52% dos lugares eleitos para a Assembleia da República. Se lhe juntarmos Aveiro, a percentagem sobe imediatamente para os 60%. Aos restantes 17 círculos de pequena e alguns de média dimensão restam apenas 40% dos lugares.

A elevada magnitude de alguns dos círculos leva a um afastamento considerável entre o eleitor e o eleito, mas principalmente a um benefício considerável dos partidos, na medida em que conseguem um «aprisionamento» maior dos atores políticos.

Os deputados à Assembleia da República são atualmente eleitos em 22 círculos, pelos quais são distribuídos 230 deputados. De acordo com a Constituição da República Portuguesa, esse número pode ter um mínimo de 180 e um máximo de 230 parlamentares. Tendo em linha de conta a amplitude de 50 deputados entre o máximo e o mínimo que a lei prevê, parece-nos de interesse abordar o assunto da manutenção ou redução do número de deputados, no sentido de verificar até que ponto isso pode influenciar a renovação ou estagnação dos atores políticos. Se pensarmos numa possível redução do número de lugares para 180, será que isso implicará a redução da proporcionalidade e da representação? As respostas poderão ser diversas de acordo com o ângulo de visão em que nos coloquemos. Se convertermos os votos em mandatos através de um círculo nacional único, torna-se possível reduzir o número de deputados e simultaneamente manter a proporcionalidade (Freire, Meirinho & Moreira, 2008).

Desde 1974 não se operou qualquer mudança relevante no sistema eleitoral para a

Assembleia da República, com a exceção da redução, em 1991, do número de deputados de 250 para os atuais 230, resultante de um acordo entre PS e PSD, na revisão constitucional de 1989.

Fazer coincidir os círculos eleitorais com os distritos terá sido, muito provavelmente, a forma mais fácil e consensual de encontrar uma solução para Portugal. Contudo, não livre de riscos, desde logo pelo facto de a “dimensão dos círculos poder ser manipulada por determinadas forças políticas em exclusivo proveito próprio” (Nohlen, 2007, pp. 47-52). Talvez esta possa ser, entre outras, a razão pela qual os partidos denominados do arco da governação vão empatando as alterações e mantendo o atual sistema, explicando-se, assim, as contas que fazem entre o “deve” e o “haver”, na matemática das transformações dos votos em mandatos.

Em termos de organização de círculos, os partidos fazem coincidir as suas estruturas distritais tal qual os círculos previstos. Constitui exceção o PS cuja Federação Política do Oeste engloba vários distritos, e o PCP onde as organizações regionais não são exatamente coincidentes com os distritos (Pinto & Freire, 2003).

Para as Câmaras Municipais, a área dos concelhos é considerada um círculo único, perfazendo, no total, um número de 308 Câmaras. Cada partido, em cada concelho, apresenta as respetivas listas, fechadas e bloqueadas para a Câmara Municipal e para a assembleia municipal, sendo a conversão dos votos em mandatos, para cada um dos órgãos, feita através do método de Hondt. Vence o cabeça da lista mais votada (RAE, 2010).

Relativamente às eleições para o Parlamento Europeu, o ato eleitoral processa-se considerando o território português um círculo único. Cada partido apresenta uma lista fechada e bloqueada. O apuramento dos mandatos, estipulado pela lei europeia, é também feito através do método de Hondt.

Uma vez que se torna necessário responder a mudanças originadas pelas dinâmicas populacionais e migratórias, e sendo certo que a redefinição dos círculos pode ser sempre objeto de manipulação, o processo tem toda a conveniência em que seja entregue a organismos independentes. Dessa forma, será possível assegurar o mínimo de independência e evitar desvios prejudiciais a alguns partidos, no que diz respeito à igualdade de voto e representatividade (Teixeira, 2009).

Na medida em que a organização dos círculos exerce a já tão falada influência nos resultados eleitorais e, por conseguinte, na distribuição do poder interno dos partidos, isso condiciona a forma mais ou menos centralizadora dos mesmos e o respetivo recrutamento

parlamentar.

Com o objetivo de ir ao encontro do princípio democrático de «um homem um voto», é habitual a utilização do critério do número de habitantes ou de eleitores para a definição de quantos mandatos poderá eleger cada círculo (magnitude do círculo), exceto quando se trate de um círculo nacional (Teixeira, 2009).

Pelos motivos acima apontados, a influência dos partidos na escolha dos candidatos varia na razão direta da magnitude, tal significando que quanto maior é a magnitude dos círculos, tanto maior é a influência dos partidos, e vice-versa (Teixeira, 2009, Sousa, 1983).

De tudo o que foi dito podemos aferir que quanto maior a magnitude do círculo, menor é o contato entre eleitores e eleitos, menor é a personalização do voto. Ao invés, com círculos de magnitude mais baixa, a maior interação entre os eleitos e os eleitores leva estes últimos a ficarem com uma imagem mais positiva dos atores políticos e a uma maior vontade da participação democrática. Logo a uma menor tendência abstencionista (Teixeira, 2009). Contudo, uma maior magnitude dos círculos é sinónima de uma representação mais diversificada dos atores políticos, de um “menor enraizamento local dos candidatos em relação ao seu círculo (...), maior a competitividade na seleção dos candidatos (...), menor é o grau de democraticidade do processo de seleção dos candidatos (...), e maior é aceitação da disciplina partidária” (Teixeira, 2009, p. 80).

Apesar de Portugal, em termos absolutos, se encontrar dentro do número médio de deputados eleitos no espaço da Zona Euro, talvez seja, em nosso entender, um dado de especial relevância olharmos para o número de deputados em função do número de habitantes.

2.8.4.2 Comparação com países da Europa

O espaço da zona euro representa mais de 341 milhões de habitantes, o que implica uma média superior a 20 milhões de habitantes por país. A média de deputados neste mesmo espaço geográfico, ronda os 241 parlamentares, representando este número uma média ligeiramente superior a 60 mil habitantes por deputado. Portugal está dentro dos parâmetros normais quanto ao peso da representação parlamentar. Itália, com 630 deputados, é de entre os membros da zona euro o que maior número de parlamentares apresenta. Todavia, se tivermos em conta que tem mais de 60 milhões de habitantes, cada um dos deputados representa mais de 95 mil habitantes. Em Portugal cada um dos deputados representa cerca de 46 mil

habitantes, logo o dobro dos representantes de Itália. A Alemanha (82,5 milhões) e a França (63,4 milhões), com 614 e 577 deputados, respetivamente, têm, em comparação com Portugal, 1/3 dos deputados. Na zona euro, apenas a Bélgica (10,7 milhões de habitantes) e a Grécia (11,2 milhões de habitantes) têm número idêntico de habitantes ao de Portugal. Sabendo que cada um daqueles países tem entre 150 e 300 deputados, respetivamente, podemos concluir que Portugal poderá não se encontrar fora do padrão, na medida em que apresenta, em termos comparativos, mais 53% dos deputados que a Bélgica e menos 30% do que a Grécia. (Gradiva e Diário de Notícias [GDN], 2011).

2.8.5 Sufrágio

Na maioria dos regimes políticos, o voto é o ato de participação política mais frequente, e muitas vezes, o único, da maioria dos cidadãos. O sufrágio é o primeiro sinal da soberania popular. O direito de voto deixa de vir do reconhecimento divino e passa a ser legitimado pela vontade dos cidadãos (Cardoso, 1993, Lopes, 2010). “Também significa a participação do indivíduo na vida do Estado e demonstra não só o seu interesse pelos destinos da sociedade política a que pertence, como é ainda a concretização do seu direito a fazer-se ouvir, a influir no Governo, a emitir opinião” (RE, 2010, p.29). A eleição traduz-se na escolha dos titulares dos órgãos políticos pelo voto dos eleitores.

O sufrágio pode assumir vários tipos.: ser restrito (antidemocrático), por contraposição ao universal, uma vez que o voto não é exercido por todos os cidadãos; ou ser igualitário por contraposição ao não igualitário. No caso de sufrágio igualitário, cada eleitor tem direito a um voto, enquanto que, no não igualitário há cidadãos “eleitores que podem votar com mais de um voto (...) (Carvalho, 2010, p.117). Existem também o sufrágio obrigatório, em contraposição ao facultativo, sendo que, no primeiro, os eleitores que não forem votar ficam sujeitos a coimas e, no segundo, essa ausência significa apenas abstenção.

Apesar de não haver convergência no que se refere ao modelo de solução ideal, é comum considerar mais democrático o sufrágio facultativo, uma vez que o voto é um dever cívico, mas não um dever jurídico. (Carvalho, 2010, p.118).

Pode ainda falar-se em sufrágio direto e em sufrágio indireto. No que diz respeito ao primeiro, os eleitores procedem diretamente à eleição dos seus representantes, ao passo que, no indireto, os cidadãos votam para um colégio eleitoral, que terá, depois, a possibilidade de proceder à escolha dos atores políticos (Lopes, 2010).

Como última das possibilidades de sufrágio, existe o uninominal, com apenas um nome a apresentar por cada partido, em contraposição ao plurinominal, onde cada partido pode apresentar um grupo de nomes.

Seja como for, “A igualdade perante a urna eleitoral é para nós a condição primeira da democracia, a forma mais elementar da igualdade, a base mais indiscutível do direito. Ninguém pensaria hoje contestar o bem fundado do sufrágio universal (...)” (Cardoso, 1993 p.15).

Se hoje podemos achar o sufrágio a base da democracia, chegar até essa conquista foi um processo longo e difícil, feito de avanços e recuos, designadamente, no que toca ao direito das mulheres de exercerem o seu direito de voto, tal qual os homens.

“Em Portugal, só em 1913, ao contemplar a capacidade eleitoral, a lei menciona expressamente o sexo, precisando que tinham direito de voto os portugueses do sexo masculino” (Cardoso, 1993, p.16). Depois de longos anos de restrições à capacidade de votar, em Portugal, o sufrágio universal só foi alcançado em 1975.

2.8.6 Fenómeno da Abstenção

A abstenção, como forma de não participar em qualquer ato, designadamente, num ato eleitoral, se atendermos à área política, advém, em geral, do descontentamento relativamente à forma como a prática política se desenvolve (Cardoso, 1993).

Se até à década de 90 do século XX, na Europa ocidental, a participação eleitoral se mantinha mais ou menos estável, a partir de então, os valores da abstenção têm assumido uma dimensão para muitos tida como preocupante. A razão para tal preocupação prende-se com o facto de a democracia ser tanto mais desenvolvida e responsável, quanto maior for o nível de envolvimento dos cidadãos.

A título de exemplo, e relativamente a matérias de abstenção, a participação média nas eleições nacionais, na Europa ocidental, passou dos 84,3%, nos anos 50 do século XX, para 77,6%, nos anos 90 (Gallagher et al., 1995, pp. 259-260).

Na verdade, os partidos e as suas atividades convencionais já não conseguem mobilizar os cidadãos como anteriormente, nem gozam de uma presença significativa no seio da sociedade, em geral. Efetivamente, tornaram-se mais distantes dos cidadãos. E o que é um facto é que, ao mesmo tempo que se afastaram destes, foi notada e é indiscutível a sua grande proximidade e envolvimento relativamente ao mundo dos Governos e do Estado. É aquilo a

que podemos chamar dependência corporativa do financiamento público.

Atualmente, torna-se cada vez mais difícil, nas democracias parlamentares, conceber quais as alianças interpartidárias que poderão estar excluídas à partida, na medida em que assistimos a uma cada vez maior promiscuidade entre partidos (Mair, 1990). Esta convicção de Mair é, também ela, uma evidência e a prova de que a abstenção resulta do modo como tem vindo a ser exercida a atividade política.

Esta situação, que talvez possamos designar mesmo de algum cruzamento ideológico, conduz a uma dificuldade cada vez maior do eleitor em encontrar diferenças entre partidos, ainda que elas possam existir. Desse modo, os cidadãos tornaram-se indiferentes em relação à política e, logo, à própria democracia. Dai até ao aumento da abstenção, é um pequeno passo (Pasquino, 2010).

É ideia quase generalizada, entre diversos autores, que a participação eleitoral não passa de uma das modalidades de participação política e pode mesmo nem ser a mais importante. No entanto, pela forma como se presta ao tratamento estatístico permite proceder a comparações importantes (Pasquino, 2010, P.83).

A verdade é que a abstenção oficial nas eleições autárquicas, em Portugal, tem vindo a aumentar. Tal facto pode contrariar a comummente ideia de que a proximidade entre eleitor e eleito leva a uma maior participação cívica e motivação dos cidadãos.

Os níveis de abstenção variam de acordo com o tipo de eleição e o contexto democrático. A título de exemplo, basta olhar para os níveis de participação eleitoral nas eleições presidenciais de 2011.

O atual Presidente da República, Cavaco Silva, foi eleito por 1 em cada 4 portugueses. Num cenário em que apenas 47% dos eleitores (Abstenção de 53%), votaram e que o segundo candidato mais votado obteve 19,75% dos votos, levou Cavaco Silva a conseguir apenas recolher o voto de pouco mais de metade desses 47% de eleitores (obteve 52,9%).

Em sociedades com uma democracia mais consolidada, muitas vezes, apesar das elevadas abstenções, existe uma forte participação da sociedade civil na vida política, seja através de movimentos, associações ou outras. Assim, os níveis de abstenção nem sempre são o reflexo da falta de solidez e força da democracia, na medida em que, em alguns países, a abstenção é compensada com outros tipos de participação. Contudo, em democracias ainda com baixos níveis de consolidação, como apesar de tudo, poderemos considerar Portugal, a não participação dos cidadãos nos atos eleitorais tem reflexos bem diferentes e muito mais marcantes, porquanto a sociedade civil é fraca e pouco interventiva. Aqui sim, os níveis de

abstenção deverão ser olhados com diferente visão e tidos em linha de conta na estruturação da atuação política (Gallagher et al., 1995).

Deste modo, ainda que de forma breve, entendemos ser também importante falar sobre o tipo de voto exercido pelo eleitor.

Ao manifestar a sua vontade no ato eleitoral, o cidadão poderá exercer um voto de tipo «pertença», ou seja sentir-se parte de uma área sociocultural, traduzindo por isso o seu sentimento, de forma natural, numa determinada linha política.

Outra possibilidade é o eleitor considerar que é capaz, em cada ato eleitoral, de efetuar escolhas conscientes de acordo com as propostas apresentadas pelos partidos e, por esse motivo, poder fazer variar o seu voto de acordo com aquilo que considera a sua linha orientadora. A este poderemos chamar o «voto de opinião» (Gallagher et al., 1995).

No entanto, podemos encontrar, ainda, uma terceira possibilidade que será o voto «permuta» e que significa que o cidadão eleitor ao votar num dado partido ou candidato tem uma prévia relação clientelar, através da qual espera contrapartidas pelo voto exercido (Pasquino, 2010, p83).

Talvez possamos, a partir de todas estas ideias, afirmar que o fenómeno da abstenção poderá ser mais marcante entre cidadãos desmotivados, com pouca informação e cuja condição de vida menos favorável os desmotiva da participação.

As grandes oscilações na participação eleitoral poderão, por tudo isto, ser interpretadas também como consequência da incapacidade dos partidos para manterem uma base de apoio social estável, além de serem também o reflexo da procura, por parte dos eleitores, de novos interlocutores partidários face às desilusões repetidas.

2.8.7 Formas de candidatura – Individual versus por lista

As candidaturas podem ser individuais ou de lista. Esta última pode assumir a forma de listas a) Fechadas, b) Semiabertas e c) Abertas. No caso da a) permite ao eleitor o voto em listas propostas pelos partidos, nas quais a ordenação é um critério dos partidos. Ou seja, cada um deles coloca os nomes no lugar que entender, dependendo a eleição dos seus membros da combinação do lugar que ocupa e da votação obtida, após a conversão através do método utilizado; b) Aqui o eleitor tem a possibilidade de ordenar a lista de nomes que os partidos apresentam da forma que pretender, sendo-lhe assim possível escolher quem quer como seus representantes; c) uma vez que se trata de listas não fechadas nem bloqueadas, o eleitor tem a

possibilidade compor, podendo escolher nomes de vários partidos para elaborar o seu elenco preferido. Aqui as listas partidárias constituem apenas uma proposta (Nohlen, 2007).

Importa referir que as listas semiabertas e abertas contribuem para uma maior concorrência dentro dos partidos, o que pode em alguns casos provocar divergências internas nos mesmos.

2.8.8 Formas de votação

O modo como se processa a votação está diretamente relacionada com a forma de candidatura acima referida. A distinção mais elementar tem por base o voto para um candidato individual ou para uma lista de partido (Nohlen, 2007, Cardoso, 1993).

Quando falamos de listas fechadas e bloqueadas, o eleitor dispõe de um único voto, através do qual procede à eleição de uma lista de candidatos. No caso de outras formas de lista o cidadão possui vários votos para usar. Quando se trata de listas fechadas e não bloqueadas tem pelo menos dois votos. Um que usa para a lista e outro para a escolha do candidato da sua preferência, ou tantos quantos os deputados a eleger no respetivo círculo. Em algumas situações é possível que o eleitor possa dar mais do que um voto ao candidato que mais lhe convém.

Nas listas abertas, em que o eleitor pode construir a sua própria lista, como acima referimos, existem dois tipos de votos. O bloqueado e o alternativo. No caso do primeiro o eleitor tem tantos votos quantos os candidatos a eleger naquele círculo. Quanto ao voto alternativo, o eleitor tem que designar uma ordem de preferência para todos os nomes que compõem a lista. (Nohlen, 2007).

2.9 Relação entre eleito e eleitor

Se por um lado é verdade que do ponto de vista formal os dirigentes partidários são eleitos pelas bases, através de processo eleitoral, também não será menos verídica a ideia de que assistimos a um sistema de recrutamento «autocrático», com os órgãos centrais a comandar as operações. Duverger, sobre este mesmo assunto, entende que a eleição dos dirigentes por um pequeno grupo de delegados não tem o mesmo peso que a eleição direta pela massa dos adeptos (Duverger, 1987, p.177).

Assistimos a uma situação em que o peso dos militantes na escolha dos seus dirigentes

e, consequentemente, daqueles que se apresentarão a sufrágio eleitoral está, cada vez mais, nas mãos de um menor número de militantes (Lobo, 1996).

Num sistema deste tipo apenas os primeiros lugares das listas têm possibilidade de ser eleitos. Deste modo, como também defende Duverger, a posição conseguida nas listas depende muito mais da lealdade e obediência face ao círculo interior do partido do que das suas convicções ou competências pessoais, políticas e profissionais.

As limitações dos sistemas democrático-liberais são agora bem mais conhecidas. Independentemente da forma como se organiza, a democracia representativa significa o poder exercido por grupos afastados do eleitor comum e é, muitas vezes, dominada por interesses político-partidários mesquinhos (Giddens, 1997, p.98).

Não é oferecida ao eleitor a oportunidade de escolher os seus representantes nem sequer de os responsabilizar pelas decisões que toma no exercício do mandato. A situação acaba por gerar uma falta de identificação entre eleitor e eleito e uma consequente aproximação entre os eleitos e os respetivos partidos políticos.

No âmbito da relação entre o eleitor e o eleito, importa avaliar as razões da escolha do eleitorado. Será que o cidadão vota no candidato ou no programa?

Tendo por base alguma experiência empírica, no caso português, por exemplo, Luís Pita Ameixa, do PS, num texto integrado na revista nº 13 de assuntos eleitorais, do Ministério da Administração Interna, entende que os eleitores mais esclarecidos optam, em geral, por um voto na figura do representante, ao passo que os outros se preocupam mais com as propostas apresentadas pelo candidato, observando qual delas lhe poderá vir a proporcionar uma melhor qualidade de vida (RAE, 2010).

Nas questões da relação entre eleitor e eleito, e com o objetivo de promover uma cada vez maior aproximação entre ambos, a comunicação tem um papel primordial.

É por isso importante procurar evoluir de modo a que aqueles que decidem produzam informação de qualidade que mostre aos cidadãos quem agiu, como o fez, quando decidiu, quanto custam as ações e que resultados foram obtidos (Mozzicafredo e Gomes, 2001).

Ao permitir uma informação esclarecedora dos cidadãos, este tipo de atuação está a contribuir para uma relação de confiança entre as partes. O problema é que, na esmagadora maioria das vezes, as informações a que os eleitores têm acesso chegam tardiamente e de forma contraditória.

Se, por um lado, os atores políticos, como é sua função, decidem em nome dos cidadãos, que em si depositaram a sua confiança, por outro, o facto de os atores políticos se

dividirem em opiniões, de acordo com os interesses partidários, conduz ao surto de grandes dúvidas sobre a verdade material das coisas. É também devido a esse esgrimir de visões e opiniões, com respostas completamente opostas, que os cidadãos se afastam dos atores políticos e criam deles uma imagem de falta de verdade.

Também por essa razão, na década de 90, particularmente na segunda metade, reacendeu-se o debate sobre a participação cívica e a reforma do sistema eleitoral, tendo sempre, como justificação, o princípio legitimador e de aproximação dos eleitos aos eleitores (Viegas, 2000, p.141).

São inúmeros os exemplos de como as diferentes visões e factos apresentados variam de acordo com o quadrante político que as divulga. Basta, por exemplo, olhar para os números que são apresentados sobre deficit do país. Ou para as soluções encontradas para a resolução de problemas estruturais, para ficarmos imediatamente sem saber quem fala verdade (Viegas, 2000).

A fraca ou quase nula influência dos militantes de base na escolha dos candidatos é um dos principais problemas do sistema eleitoral. As Direções dos partidos assumem o papel preponderante e decisivo, anulando quase por completo os militantes. Deste modo torna-se mais difícil estabelecer a necessária proximidade entre eleitores e eleitos (Pinto e Freire, 2003, p.191).

Este afastamento, que é sentido pelos eleitores em relação àqueles que serão os seus representantes nos órgãos decisores, tem sido grandemente responsável pelo progressivo afastamento dos cidadãos da vida política.

2.10 Partidos políticos – Caraterização e classificação

O exercício da atividade democrática e da participação cívica dos cidadãos é, em grande medida, da responsabilidade dos partidos políticos. Mas, na verdade, o que são partidos políticos? Quais as suas origens e principais características? Em que medida se distinguem das denominadas fações? Como lidam com a escolha dos candidatos a apresentar aos cidadãos para seus possíveis representantes? Que vantagens e inconvenientes eles podem ter?

Estas e outras questões são colocadas por inúmeros teóricos (Stock et al, 2005).

Entende-se por partido político um “ator unitário que compreende um conjunto bem definido de objetos políticos e de preferências ao nível das políticas públicas” (Cotta, 2008, p.19). Pode considerar-se um partido qualquer grupo político identificado por uma designação

oficial que se apresenta às eleições e é capaz de colocar, através de eleições, candidatos em cargos públicos (Sartori, 1976, Bessa, 2001, Badia, 2006, Lopes, 2010, IDEA, 2008).

No conceção de Sartori, um partido tem, obrigatoriamente, que possuir uma estrutura que permita a participação dos seus militantes; deve formular um programa de políticas públicas e perdurar para além do ato eleitoral (Sartori, 1976, Sousa, 1983).

Jean Charlot elevava mesmo a importância dos partidos políticos à onnipresença. Segundo este teórico, “o partido político é algo de onnipresente: nos regimes autoritários como nos regimes liberais, nos países em vias de desenvolvimento, como nos países industrializados. É difícil citar um Estado onde não haja ao menos um partido político” (Charlot, 1974, p.9).

A importância dos partidos políticos, antes do sufrágio universal, (masculino e, mais tarde, feminino) era quase nula, fora dos períodos eleitorais. Só na fase pré-eleitoral se pode dizer que tinham uma existência efetiva através da captação de votos (Duverger, 1987, Almeida, 1991, IDEA, 2008). Com o alargamento eleitoral a toda a população, os partidos dominados pelos notáveis transformaram-se em partidos de massas (Duverger, 1987) ou em partidos de integração (Neuman, 1956, Lopes, 2010).

Estes conceitos de partidos serão explicados com mais detalhe, mais à frente, neste subcapítulo.

Quanto à sua origem, os partidos políticos tiveram origem nas denominadas «fações» que remontam à segunda metade do século XVIII. Fação deriva do verbo latino «facere», que significa fazer, agir. Por sua vez, partido deriva também dos verbos latinos «partire», que significa dividir e do «secare», que significa separar (Michels, 1982, Offe, 1992, Badia, 2006, IDEA, 2008).

Contudo, ao longo dos anos, os partidos políticos têm passado por diferentes fases e enfrentado críticas diversas no que se refere ao seu funcionamento e importância. No entanto, sem eles não há democracia (Lopes, 2004, Bessa, 2001), uma vez que eles ocupam-se de tarefas políticas, de tal forma que seria quase impossível desenvolver outra organização. Além disso, servem para manter o consenso e garantir a coordenação do pessoal político.

Desde o renascimento até à idade moderna (Sécs. XIII – XVIII), existiam pessoas que, de forma espontânea, se associavam para defenderem os seus interesses particulares (homens de negócios, mercadores, proprietários de pequenos comércio ou de indústrias). Na medida em que não pugnavam pelos interesses gerais, eram, de um modo geral, muito mal vistos, considerados como fações (IDEA, 2008).

Entre a segunda metade do século XVIII e a segunda metade do século XIX, o Estado expresso na figura do monarca, era o único poder político, sendo que “aos partidos lhes restava soberania”. Desta forma, e uma vez que o Estado não tinha corporações, “apenas era legítimo falar em interesses individuais e interesses gerais, mas não de interesses intermédios. Assim, os partidos como veículos intermédios, estavam impedidos” (IDEA, 2008).

Entretanto, com o surgimento dos regimes parlamentares, começam a desenvolver-se na Europa grupos com vista a uma maior coesão interna e à formação de agrupamentos que não defendiam apenas interesses particulares, mas também necessidades da região ou do lugar em concreto. Esta relação entre os interesses da coletividade num mesmo lugar teve, como resultado, a extensão de assembleias representativas e a necessidade de criação de circunscrições territoriais (IDEA, 2008).

Na segunda metade do século XIX, os partidos políticos acabam por surgir como resultado do desenvolvimento industrial, da divisão do trabalho e da extensão do sufrágio. Após o reconhecimento dos agrupamentos, estava o caminho aberto para o surgimento das estruturas partidárias. Até ao final do século XIX, com o crescimento das classes trabalhadoras, surgem na Europa partidos cujo âmbito de influência não está sujeito, obrigatoriamente, às assembleias parlamentares, mas a um discurso inclusivo e com preocupações de classe. É aí que começam os partidos socialistas (IDEA, 2008).

Mas, afinal por que sobrevivem os partidos políticos? Se não é verdade dizer que os partidos gozam de boa saúde, também não é correto afirmar que estão moribundos. A prová-lo, surge o facto de a maioria dos partidos políticos, nas democracias ocidentais, existir há mais de três décadas (Sartori, 1976, Cremonese, 2010, Lopes, 2010, Pinto & Almeida, 2001, Lopes et al, 1980).

No entanto, parece não restarem muitas dúvidas de que “(...) uma certa estabilização da política moderna está a chegar ao fim”, em grande medida devido ao que se tem passado há dezenas de anos com “(...) uma certa «oclusão» da política pelo Estado” (Miranda, 1997, p.50).

Para proceder a uma análise/caracterização dos partidos, poderemos recorrer a alguns critérios definidos por Ignazi: 1º Número de membros inscritos; 2º Estrutura do voto; 3º Oscilações eleitorais; 4º Seleção do pessoal político e governativo; 5º Marcação da agenda política (Ignazi, 1996).

Começemos pelo número de membros inscritos: “Hoje o recrutamento de militantes já não parece tão proveitoso do ponto de vista da relação custo-benefício, a maior parte dos

partidos sofreu ou aceitou uma redução mais ou menos acentuada dos seus militantes” (Ignazi, 1996, Lobo, 1996). A verdade é que a estruturação do voto, entendida como a oferta do programa eleitoral dos partidos, manteve-se mais ou menos estável. As oscilações eleitorais dependem de fatores que, só de forma residual, poderão ser atribuídas à crise partidária. Apesar de tudo, podem ser entendidas como o resultado da incapacidade partidária em manter um apoio estável da parte dos eleitores. Quanto à seleção do pessoal político e governativo, três quartos dos atores políticos são do género masculino, escolhidos dentro dos partidos e com uma carreira partidária atrás de si. Por fim, no que se refere à marcação da agenda política, é muito importante perceber se os partidos políticos têm a última palavra em matéria de políticas públicas ou se são obrigados a aceitar os interesses dos grupos de pressão externos (Castles, 1982, Ignazi, 1996, Lobo, 1996).

Apesar da crise por que poderão estar a passar os partidos políticos e, por conseguinte, a atividade política, as funções que, apesar de tudo, vão desempenhando conseguem mantê-los ativos e sobreviventes. Convém assinalar, desde logo, a importância das suas funções: a função de formação da opinião pública, a tentativa de conciliação entre interesses sectoriais, particulares ou de classes, bem como o seu serviço de representação por via das eleições. Além destas funções, assinale-se, também, o controlo da atividade governamental e parlamentar, tarefas que, com elevada probabilidade de acertar, não conseguiriam ser asseguradas por mais ninguém (Badia, 2006, IDEA, 2008).

Para finalizar este subcapítulo, e antes de entrar na classificação dos tipos de partidos propriamente ditos, citaria José Bragança de Miranda sobre o tema. “A política funda-se na palavra, mas a palavra está a destruir a política. Mas, se é verdade que a linguagem prepondera, não podendo haver alternativa, a via de saída deste dilema tem de ocorrer inteiramente dentro da palavra, tem de procurar o seu caminho por entre as palavras, um pouco como o pretenderam os vanguardistas deste século” (Miranda, 1997, p.64). Posto isto, vamos aos partidos.

De entre os diferentes tipos de partidos podemos considerar os seguintes:

2.10.1 Partidos de notáveis¹⁷

Weber, teorizador dos partidos de notáveis, identifica como característica comum a

¹⁷ Ver Stock at al, 2005, Velhos e novos atores políticos. Partidos e movimentos sociais, Lisboa, Edições Universidade Aberta.

todos os partidos, a luta pela conquista do poder por parte dos líderes e a distribuição de cargos por aquilo a que denomina de «acólitos». Na base dos partidos não estão objetivos ideológicos de nenhuma classe, mas apenas a procura e o exercício do poder. Os partidos de notáveis são compostos, quase exclusivamente, por notáveis (clérigos, professores universitários, advogados, médicos, lavradores abastados, fabricantes). A relação entre eleito e eleitor baseia-se mais na confiança depositada no prestígio e estatuto social, ou na sua capacidade económica, do que em qualquer outro mecanismo de delegação de poder (Stock et. al., 2005, Lopes, 2010, Badia, 2006).

2.10.2 Partidos de quadros¹⁸

Relativamente aos partidos de quadros, Duverger acabaria por atualizar, aprofundar e enriquecer a caracterização weberiana. Segundo ele, o partido de quadros é o espaço onde se inserem os partidos burgueses do século XIX. Esses partidos alicerçam-se em comités pouco amplos, não procurando a multiplicação dos seus membros, nem a integração de grandes massas populares, mas antes agrupar personalidades (Duverger, 1970, Badia, 2006, Lopes, 2010).

2.10.3 Partidos de massas¹⁹

Os partidos de massas orientam-se sobretudo para a educação e mobilização política dos sectores inferiores da sociedade e assentam num sistema de filiação alargado, com uma quotização individual (Duverger, 1970, Lopes, 2010). O essencial da atividade do partido de massas não se esgota na busca do voto e na intervenção parlamentar. Procuram antes, penetrar em diversas áreas da vida social que constituem uma importante base de apoio em tempo de eleições.

A grande novidade do partido de massas reside na sua vocação fundamentalmente societária, com o aumento dos elementos da sociedade civil que se interessam pela política e que fazem desta a sua profissão principal (Duverger, 1970, Lopes, 2010, Badia, 2006).

Alguns dos críticos do partido de massas, designadamente, Ostrogorski, alerta para os perigos da organização permanente (partidos de massas) para o Governo democrático.

¹⁸ Ver Duverger, 1970, Os partidos políticos, Rio de Janeiro, Zahar Editores; Badia, 2006, Manual de ciência política, Madrid, Edições Tecnos.

¹⁹ Ver Lopes, 2010, Noções de teoria geral do estado; Duverger, 1970, Os partidos políticos, Zahar Editores.

Segundo ele, a ação dos partidos modernos sobrepõe os interesses partidários aos interesses dos cidadãos e ao interesse nacional. Diz mesmo que as formações partidárias permanentes, com as suas clientelas, conduzem ao servilismo dos militantes em relação aos seus líderes (Ostrogorski, 1979). Este mesmo autor alerta, ainda, para o facto de os partidos de massas representarem uma resposta inadequada dos regimes democráticos na medida em que implicam empobrecimento da classe política, reforço do servilismo, abandono das minorias ao poder da opinião pública, desenvolvimento generalizado e imparável da corrupção, bem como degradação e total subvenção dos ideais que constituíam a essência da própria democracia (Stock et al, 2005, p.79). Propõe a substituição dos partidos permanentes por ligas temáticas ou agrupamentos «Ad Hoc», i.e. aos partidos deveriam suceder grupos de cidadãos abertos, dinâmicos e participativos. Estes seriam o garante do pluralismo social e político, impedindo assim o monopólio da representação por uma classe política profissional. Quagliariello (La Politica senza partiti, 1993) entende, todavia, que as ligas tendem a repetir os vícios e as patologias que tão veementemente criticam nos partidos políticos (Stock et al, 2005).

Também Duverger entendia haver formação de tendências oligárquicas no interior dos partidos de massas passam também a entrar nos partidos representantes dos grupos de interesses, ou de pressão (Duverger, 1970, Lopes, 2010).

2.10.4 Partidos de representação individual²⁰

Os partidos de representação individual existem nos períodos em que o sufrágio eleitoral é restrito e a concorrência partidária contida e manobrada, estando a sua atividade praticamente circunscrita aos momentos eleitorais (Stock et al, 2005). A função do partido de representação individual consistia essencialmente na seleção dos representantes, os quais, uma vez eleitos, gozavam de um mandato livre e absoluto.

O autor aborda, também, a questão do financiamento dos partidos, que tende a favorecer a formação de tendências centralizadoras e oligárquicas (Stock et al., 2005, p.102).

Até finais dos anos cinquenta do século XX, na verdade, entendia-se que o partido de massas era, ou devia ser, o modelo de partido dominante nos sistemas políticos da Europa ocidental. Julgava-se mesmo ser a resposta mais adequada e desejável face aos processos de

²⁰ Partidos de representação individual ver Stock et al, 2005, Velhos e novos atores políticos. Partidos e movimentos sociais, Lisboa, Edições Universidade Aberta.

democratização desencadeados pelo alargamento do direito de sufrágio (Cotta, 2008, Lopes, 2010).

No entanto, a partir de então, contrariando tal ideia, começam a identificar-se três linhas evolutivas distintas: a primeira seguia a linha de defesa da sobrevivência dos partidos de quadros que, apesar de adaptados às novas condições da manifestação política, continuam a apresentar uma orientação essencialmente parlamentar e eleitoralista e um baixo número de membros (Duverger, 1970, 1985, Lopes, 2010).

Por outro lado, como segunda linha evolutiva, dá-se o recuo dos partidos de massas, caracterizados por uma organização estruturada e estável, um corpo de funcionários permanentes, um programa político sistemático e elevadas taxas de filiação.

A terceira linha evolutiva diz respeito à afirmação de um novo modelo de organização partidária, interclassista e pragmática, dotada de programas vagos e genéricos (o catch-all party) que surge associada à ideia de que os partidos estão em crise e potencialmente à beira de um grande declínio (Charlot, 1974, Duverger, 1985 & Offe, 1992, Lopes, 2010, Badia 2006).

2.10.5 Partido «catch-all party»²¹

Otto Kirchheimer, académico alemão, radicado nos EUA, vem demonstrar como a evolução socioeconómica subsequente a II Guerra Mundial se revela profundamente desfavorável para os partidos de massas, conduzindo à sua transformação no acima citado partido «catch-all party». Como causa para esta mudança, o autor fala nos níveis de bem-estar do segundo pós-guerra, visíveis também na redução dos conflitos de classes e das oposições ideológicas. (RBCP, 2012, Lopes, 2010).

De acordo com a sua visão, assistíamos a uma desideologização e despolitização que obrigaram os partidos de massas a renunciar ao enquadramento intelectual e moral das massas, voltando-se para a conquista do eleitorado, seguindo, por isso, uma estratégia agressiva e desligando-se das suas origens, quer elas fossem à direita, ao centro ou à esquerda. Esta linha de orientação, que surge mais preocupada em captar a atenção dos eleitores do que em manter as suas origens, leva os partidos políticos a apresentar programas mais vagos e flexíveis.

As principais características apontadas pelos teóricos que estudaram este tipo de partido

²¹ Ver Lopes, 2010, Noções de teoria geral do estado, Belo Horizonte, Escola Superior Dom Helder Câmara.

assentam, de um modo geral, na redução drástica da bagagem ideológica, bem como no reforço da liderança de topo. Além dessas características, a redução do papel do militante individual, bem como da importância conferida a um grupo social de referência, em favor do recrutamento de eleitores entre a população em geral, são alguns dos referenciais desta nova linha partidária, à qual se juntava também a abertura a diversos grupos de interesses (Charlot, 1974, Duverger, 1985 & Offe, 1992, Lopes, 2010).

Por estas razões atrás mencionadas, se afirmava que o aparecimento dos partidos catch-all party significava “o fim da noção de partido como representante de sectores específicos e pré-definidos da sociedade” (RBCP, 2012).

Alguns anos mais tarde, aquilo que Kirchheimer denominou de partidos catch-all party, viria a ser chamado por Jean Charlot de «partidos de eleitores» (Kirchheimer, 1980). A razão para esta rápida mudança de linha seria, entretanto, justificada por Offe com o facto de ter havido uma perda de radicalismo ideológico, bem como uma burocratização e profissionalização da política partidária. A estas razões Offe junta também a desativação dos membros de base e a crescente heterogeneidade estrutural e cultural dos apoiantes (Offe, 1992, Badia 2006).

No seguimento das diversas tentativas para encontrar uma correta classificação partidária, no II pós-guerra, será talvez interessante observar também a tipologia proposta por Angelo Panebianco. Ele propõe a distinção entre «partido burocrático de massas» e «partido profissional eleitoral». O primeiro surge devido à generalização do direito de sufrágio aos sectores inferiores da sociedade e à democratização gradual das instituições. O segundo aparece devido às transformações socioeconómicas e culturais, resultantes da passagem do industrialismo ao pós-industrialismo, bem como às transformações tecnológicas no campo da comunicação política (Panebianco, 1995, Lopes, 2010)

Mas, se no decurso do século XX, os partidos de quadros foram impelidos a transformar-se em partidos de massas, no início do século XXI, assiste-se a um processo em sentido inverso. É o regresso a um modelo de partido dotado de uma organização débil, destinado quase exclusivamente à seleção de candidatos a possíveis lugares a que o partido terá que se apresentar em futuros atos eleitorais, tendo em vista garantir a unidade e coesão interna do partido no Parlamento.

É precisamente a partir desta linha que Ruud Koole fala em «partidos de quadros modernos». Estes partidos estão orientados principalmente para a competição eleitoral. Não apresentam um programa com preocupações claras de esquerda, centro ou de direita, tendo

em vista a maior atração para um leque alargado do eleitorado. (Koole, 1996, Lopes, 2010).

Caracterizam-se, em grande medida, por lideranças fortes e altamente personalizadas, resumindo-se o trabalho do partido quase exclusivamente ao apoio e promoção do seu líder máximo.

A crescente debilidade da organização partidária, e o aparente fracasso no desempenho de algumas funções tradicionais, estão na origem do ceticismo de Lawson no que respeita à capacidade dos partidos de manterem intacto o seu papel (Lawson, 2004).

A ideia da tendência oligárquica dos partidos, já atrás referida por Kirchheimer viria, deste modo, a ficar mais reforçada, levando, assim, ao aumento da fragilidade da democracia, em grande parte devido à competição eleitoral.

Segundo Richard Katz fomos passando, em linhas gerais, de partidos de notáveis - internos à sociedade civil, para partidos de massas – posição intermédia entre o Estado e a sociedade e, finalmente, para o partido de cartel, onde os partidos passam a fazer parte integrante do Estado, ficando cada vez mais afastados da sociedade civil. (Katz, 1955).

Neste novo modelo preconizado pelos acima mencionados autores, os recursos fornecidos pelo Estado vieram substituir os apoios dados pelos membros dos partidos. Deste modo, a dependência e, como tal a cumplicidade, até então existente entre os partidos e os seus militantes, foi-se degradando, levando, assim, à diminuição da importância atribuída à militância partidária de base.

Tal como os partidos catch-all, também os de cartel, são marcados por uma autonomização das lideranças de topo (Badia, 2006).

A crescente «estatização» dos partidos políticos levou a política a transformar-se numa carreira ou profissão.

Seguindo esta linha de pensamento atrás descrita, ainda que divergente em muitas ideias, somos levados a referir que se, outrora, os partidos políticos eram considerados cruciais para a manutenção do Governo representativo, hoje, essa ideia entrou em declínio.

De facto, atualmente, com muita frequência se considera que os partidos políticos constituem organizações que dificultam a renovação democrática, quando deveriam apresentar-se como o principal meio de sustentação democrática. Tal convicção advém do facto de se olhar para a classe política como dedicada aos seus próprios interesses.

Apesar de tudo, seria incorreto relegar a importância dos partidos para um plano secundário, esquecendo o trabalho que durante anos desenvolveram em favor da democracia e do bem-estar social. A verdade é que uma série de razões, incluindo mudanças, tanto nos

próprios partidos, como na sociedade, em geral, levaram os partidos a perceber a sua crescente incapacidade para funcionarem como agentes de representação.

A fase das grandes militâncias está a passar e, tanto quanto podemos perceber pelo evoluir da situação, dificilmente ela poderá ser recuperada. Paralelamente, os partidos desempenham um papel importante, que pode até tender a aumentar, no que diz respeito à gestão da democracia (Lopes, 2004, Kirchheimer, 1980, Badia, 2006).

Podemos, a partir de tais orientações, dizer que, se, por um lado, os partidos estão a perder o seu papel representativo, continuam, por outro, a assumir lugar predominante ao nível procedimental. Um dos modos pelos quais podem assegurar o seu futuro passa por aceitarem e enfrentarem as novas circunstâncias, enfatizando, paralelamente, a sua legitimidade como uma forma de garantia da democracia.

Entre os principais sinais reveladores do declínio dos partidos, podemos encontrar a diminuição da filiação. A título de exemplo, entre 13 democracias da Europa ocidental, a filiação partidária, enquanto percentagem do eleitorado nacional, diminuiu de 9,8%, nos anos 80, para 5,7%, nos anos 90. Ou seja, para quase metade (Charlot, 1974, Pasquino, 2010).

É por todas estas razões que os partidos se têm vindo, progressivamente, a reduzir cada vez mais aos seus líderes. Assistimos a uma mudança do centro de gravidade, que passa do partido no terreno para o partido que desempenha cargos públicos.

Na verdade, os partidos de hoje são, regra geral, marcados por uma base organizacional cada vez menos forte, mas por uma face pública cada vez mais reforçada e eficazmente mantida. (Pasquino, 2010, Badia, 2006)

Tal como os partidos mudaram da sociedade para o Estado, as funções que desempenham mudaram de uma Acção principalmente representativa para uma acção principalmente governativa.

Nos dias de hoje, contrariando o que era comum há anos atrás, os eleitores são mais ou menos potencialmente acessíveis a todos os partidos, assim como os partidos estão disponíveis para todos os eleitores. Por isso, a noção política como conflito ideológico poderá ter cada vez menos sentido (Duverger, 1985).

Em suma, a função do poder político deve ser a de “subordinar os interesses particulares ao interesse geral, segundo princípios racionais de justiça traduzidos por um direito comum a todas as sociedades” (Caetano, 1991, p.9).

Mas, afinal por que sobrevivem os partidos políticos? A resposta mais simples e clássica é a de que sem partidos não há democracia. “Para o bem (...) e para o mal (...) os

partidos continuam a ser estruturas e veículos fundamentais e insubstituíveis da política contemporânea” (Pasquino, 2010, p.265).

2.10.6 Partidos políticos: fechamento e financiamento: Que futuro?

A crescente ausência de comprometimento político dos cidadãos, de todas as classes sociais, aliada à indiferença não deixam aos partidos um espaço de comodidade para prosseguirem os seus objetivos. “Confrontados com o enfraquecimento da sua presença organizacional e, finalmente, confrontados também com a persuasiva linguagem de uma nova geração de teóricos democráticos” (Mair, 2003, p.290), o que poderão os partidos fazer? Uma das possibilidades poderá passar pela própria mudança dos partidos políticos, libertando-se mais da sua função representativa e assumindo uma postura de maior abertura a uma democracia participativa.

Antes de tratarmos dos perigos e limitações que os partidos políticos enfrentam, e porque estes são a base da verdadeira democracia, retomamos este mesmo assunto, mais atrás abordado na nossa tese, para melhor compreendermos a sua relação com o futuro da estrutura partidária.

Apesar de todas as definições de democracia irem ao encontro da liberdade do povo, do sufrágio universal e das garantias dos direitos humanos, o modo como a definem varia de acordo com o autor. Pode, por isso, entender-se como a “forma de Governo em que o poder é atribuído ao povo, à totalidade dos cidadãos e em que é exercido de harmonia com a vontade expressa pelo povo, nos termos constitucionalmente prescritos” (Carvalho, 2007, p.59). Também pode ser vista como um regime político que, sendo poder do povo exercido pelo povo, nunca atinge a sua total realização. Porque é uma constante procura e construção, uma permanente atualização que jamais se encontra acabada (Viegas, et al, 2004).

Há, contudo, entre os cientistas políticos definições um pouco diferentes, mas também controversas. É o caso de Gianfranco Pasquino, para quem a democracia é “o método democrático [que] consiste no arranjo institucional necessário para chegar a decisões políticas no qual algumas pessoas alcançam o poder de decidir através de uma competição destinada a obter o voto popular” (Schumpeter, 1947, p.269).

As críticas a esta forma de classificar a democracia não se fizeram esperar. O seu contemporâneo Hans Kelsen considerava a definição de Schumpeter como uma redução da democracia a questões meramente de concorrência eleitoral e a um grupo de pessoas que

controlavam todo o poder (Kelsen, 1966). Ao invés, Kelsen olhava para a democracia como participativa-parlamentar, onde os cidadãos têm possibilidade de dar opiniões, participar ativamente e de modo continuado na elaboração das políticas. Está assim também encontrada uma definição para democracia participativa (Kelsen, 1966). Afinal, é uma forma em que a participação dos cidadãos nas políticas nacionais se regista em alto grau. Ou seja, os cidadãos são parte da decisão política e não meros observadores da atuação dos atores políticos. Eles mesmos são também atores políticos (Kelsen, 1966).

Apesar de tudo, a democracia que se vive nos dias de hoje e há já algumas dezenas de anos é a denominada democracia representativa. Os partidos políticos, através dos seus atores políticos, assumem o papel de representantes do povo ao mesmo tempo que se vão afastando dele. Em Portugal, a democracia representativa teve o seu início em 1976, através da Constituição desse mesmo ano. Aquilo que a distingue da democracia participativa é o facto de, nesta, se verificar sempre identidade entre os titulares do poder e os governantes, “quando os governados tendem a ser, simultaneamente, governantes” (Carvalho, 2007, p.70). Ao invés, na democracia dita representativa, não se verifica essa identidade. Nesta, os governados, através do voto, delegam as decisões nos seus representantes, que cumprem um mandato (estar em representação de alguém) em seu nome (Pasquino, 2010, Carvalho 2007, Pinto & Freire, 2003).

Anteriormente, neste mesmo subcapítulo, colocamos a possibilidade de os partidos mudarem como forma de irem ao encontro das novas realidades sociais e políticas. Mas, não sendo nosso papel especular sobre o assunto, e caso não mudem as suas linhas orientadoras, haverá um conjunto de aspetos aos quais irão ter que se adaptar e assumi-los como dados adquiridos, já que mais não seja num futuro que poderá estar próximo.

Começamos pelas quase inexistentes possibilidades de reconstrução de fortes raízes partidárias de tempos idos. Os partidos de massas, que mais acima já abordamos, não voltam. A sociedade de hoje motiva a um cada vez maior individualismo, o que leva a uma falta de comprometimento com a política tradicional. Junta-se a todos estes óbices a cada vez maior falta de capacidade dos partidos em “preservarem uma identidade organizacional distinta e poderosa” (Andeweg, 1998, p.22).

A possibilidade de os partidos desenvolverem uma identidade partidária forte para, por si só, garantirem legitimidade também parece pouco provável. O tempo das fortes ideologias quase que poderemos dizer que é passado. Não é fácil encontrar uma solução que permita o reforço do papel representativo dos partidos. Afigura-se como mais provável que esse mesmo

papel venha a ficar ainda mais limitado. Talvez esta possa ser mesmo considerada a maior das mudanças que iremos verificar nos partidos políticos (Andeweg, 1998).

Ainda que não seja possível haver democracia sem partidos e ainda que eles assumam papel fundamental na conciliação interna (Carvalho, 2007, Charlot, 1974, Offe, 1992, Michels, 1982), aquilo que lhes poderá vir a restar, em breve, será o assumirem um caráter procedimental. Assim, para os partidos políticos, “é o aspeto democrático da «democracia representativa», mais do que o aspeto representativo, que provavelmente se tornará crucial, se bem que não de modo exclusivo” (Andeweg, 1998, p.26). Contudo nenhum democrata que se preze põe em causa o papel procedimental dos partidos políticos e é graças a isso mesmo que o seu papel continua a ser considerado necessário.

Nos mais de duzentos anos de Constitucionalismo, em Portugal, os caminhos têm sido marcados por avanços e recuos, mas em obediência “(...) a uma orientação tendencial e irreversível, uma afirmação da realidade dos partidos” (Sousa, 1983, p.60).

Por outro lado, sempre existiu e continua a existir “(...) um desfazamento temporal entre a realidade fática dos partidos políticos e a sua regulamentação jurídica” (Sousa, 1983, p.61).

De entre outras razões para o afastamento dos cidadãos da atividade política em Portugal e, por conseguinte dos partidos, referimos o cada vez maior fechamento destes relativamente à sociedade civil.

Depois de alguns anos, no pós 25 de Abril de 1974, em que a vida dos partidos se confundia bastante com a vida dos seus militantes e estes participavam, financeiramente, com o decorrer dos tempos, e com o progressivo aumento das subvenções estatais, os partidos têm-se apresentado consideravelmente menos abertos aos militantes.

À semelhança de qualquer tipo de associação, os partidos necessitam de dinheiro para desenvolverem as suas atividades. Ainda que “em princípio a quantia de tais recursos não devesse ter que ser muito elevada, à medida que os partidos se foram convertendo em protagonistas do sistema político, adotaram um funcionamento empresarial, dando uma cada vez maior importância às disputas eleitorais” (Badia, 2006, p. 360). Esta situação, ainda que podendo ter um sentido perverso, ao aprisionar os partidos a questões de dependência financeira do Estado, tornou-se algo quase irreversível. As estruturas partidárias, vendo-se obrigadas a ter que suportar despesas com edifícios, pessoal e funcionamento, foram-se acomodando à maior facilidade de obtenção de financiamento. Por outro lado, uma maior disponibilidade financeira também implica maiores possibilidades de desenvolver boas

campanhas eleitorais e, como consequência, melhores resultados nas votações e mais poder. O financiamento dos partidos tornou-se vital pelas razões atrás referidas, mas constitui um fator de desigualdade na concorrência eleitoral (Badia, 2006). Tal acontece porque as subvenções a entregar aos partidos estão dependentes dos resultados eleitorais e da dimensão dos mesmos, acabando por desequilibrar as oportunidades entre os mesmos.

Ainda que seja indiscutível a necessidade imperiosa dos partidos para a existência da democracia, uma vez que sem eles, ela não existiria, há que perceber até que ponto uma maior interferência do Estado na vida destes influenciou o fechamento dos mesmos. Contrariamente ao que era comum verificar-se, os partidos foram deixando de ser responsáveis pela formação da vontade política e passaram a ser órgãos de aclamação dos líderes (Viegas, 2000).

A verdade é que, com o decorrer dos anos, a importância do militante foi ficando, na generalidade dos partidos, mais limitada e a do Estado mais ativa. Logo, ainda que de forma inconsciente, mas em certa medida cómoda, os partidos políticos foram-se afastando dos militantes e aproximando do Estado. Ou seja, tal como refere Mair, da mesma forma como os partidos mudaram da sociedade para o Estado, também deixaram de ter uma ação fundamentalmente representativa para uma ação principalmente governativa (Mair, 2003, p.277-293).

Depois do acima exposto será lógico entender que os futuros partidos serão completamente diferentes. Vão primar pela inexistência autónoma no terreno. Ou seja, passarão a permitir que futuras organizações de interesses e/ou movimentos sociais os possam substituir. Esta solução, aparentemente polémica e negativa para os partidos políticos, poderá ser até benéfica. Isto porque essas mesmas organizações não partidárias independentes poderão vir a trazer um *feedback* mais eficaz e libertar os partidos para funções de campanha (Mair, 2003).

O papel de diálogo e de abertura, entre partidos e militantes, que era comum verificar-se no período de consolidação da democracia, foi-se perdendo. Depois de anos de portas abertas e de auscultação das opiniões dos militantes, os partidos passaram a preocupar-se cada vez mais com a sua sobrevivência e do seu pessoal dirigente.

Perante o exposto, talvez possamos vir a observar uma divisão do trabalho distinta da atual, na qual as organizações de interesses canalizam a representação e aos partidos caberá a governação.

2.11 Sistema de partidos

Falar em sistemas de partidos implica abordar uma interação horizontal, concorrencial,

entre o mínimo de dois partidos, assim como numa interação vertical entre partidos, eleitores, Parlamentos e Governos.

Foi com Duverger que se começou a classificar os sistemas de partidos. Tomou como base o critério da quantidade. Assim, os sistemas seriam monopartidários (um partido), bipartidários (dois partidos) e multipartidários (vários partidos) (Duverger, 1987, Sousa, 1983).

Contudo, Sartori viria a discordar que se pudessem classificar os partidos apenas com base na quantidade. E, para complementar o conceito de Duverger, acabaria por classificar o sistema de partidos sob diferentes perspetivas. Por um lado, os partidos concorrenciais, onde as eleições são livres, periódicas e decisivas para conferir mandatos e dar poder aos partidos. Por outro, as não concorrenciais, onde, ainda que haja eleições, estas não têm importância para a atribuição de poder ou de cargos governativos (Sartori, 1976, Sousa, 1983).

Dividindo-os em concorrenciais e não concorrenciais, Sartori acabaria por, finalmente, classificar os sistemas de partidos em quatro divisões distintas: 1) Os monopartidários, onde existe um só partido político; 2) Os hegemónicos, sistema no qual é concedida a possibilidade de existir mais do que um partido, ao qual podem ser atribuídos mandatos, mas cuja influência é quase nula; 3) Os bipartidários, sistema onde apenas dois partidos, e sempre os mesmos, estão em condições de vencer eleições com maioria absoluta. Em geral, há uma rotatividade na governação; 4) Os multipartidários, onde existem vários partidos e as eleições podem ser vencidas por um número mais alargados de partidos (Sartori, 1976, Cotta, 2008, Pinto & Almeida, 2001, Lopes et al, 1980, Badia 2006, Sousa, 1983).

Em termos de configuração, são diversos os fatores que influenciam o sistema partidário: fatores históricos, geográficos, étnicos, religiosos, económicos, sociais, culturais, linguísticos e ideológicos, entre outros. O peso que cada um deles assume na formação do sistema partidário é variável.

2.11.1 Sistema de partidos em Portugal

A caracterização do sistema de partidos em Portugal obriga-nos a proceder a uma avaliação das transformações que ocorreram nos principais partidos durante o período da democracia. Tal facto não nos permitirá deixar de olhar para a dinâmica interna de funcionamento das diferentes estruturas partidárias. Consideraremos, como primeira delas, a resistência de cada um dos partidos à mudança. A outra passa pela relação dos partidos dentro

do sistema político português (Lopes, 2004, Moreira, 2009).

É preciso ter em conta que as alterações sociais refletem-se sobremaneira na forma como os partidos políticos se organizam e estruturam (Lopes, 2004, Cotta, 2008, Kirchheimer, 1980, Sousa, 1983).

Vamos recuar até ao século XIX em Portugal, altura em que a estrutura dos partidos políticos era bem diferente daquela que hoje conhecemos. Os partidos de quadros, com a sua marca elitista e onde militavam os notáveis locais, davam para perceber a existência de uma realidade fechada e bastante distante da que hoje se vive. A limitação censitária do eleitorado é um exemplo. Conseguimos ainda hoje perceber, passados todos estes anos, a influência que os partidos de quadros deixaram nos partidos da ala direita do nosso espetro partidário atual. Basta que olhemos para o número de atores políticos que tomam as decisões e para a flexibilidade da máquina partidária (Moreira, 2009, Lopes et al, 1980, Pinto & Almeida, 2001).

Consideremos, por outro lado, os partidos de massas, com vocação mais virada para a sociedade em geral e para a integração social dos mais desfavorecidos. Estes partidos, com maior pendor inclusivo, são influenciados de forma bastante acentuada pelo pensamento socialista da época. Reclamavam a representação de classe, em desfavor do interesse nacional (Sousa, 1983).

Entretanto, o Estado Novo acabaria por afogar toda e qualquer atividade partidária, com Salazar a criar a União Nacional. Era, alegadamente, uma organização que se apresentava com o argumento de que seria necessário colmatar as divisões que os partidos criavam no seio da sociedade (Sousa, 1983).

Com o surgimento do 25 de Abril de 1974 dá-se o fim da ditadura, o que viria a permitir às estruturas partidárias saírem da clandestinidade em que viviam, a começar pelo Partido Comunista Português PCP e pelo recém-criado Partido Socialista que Vêm assentar arraiais em Portugal. Estas mudanças estruturais na vida do país criaram condições para que, em poucas semanas após a revolução dos cravos, já tivessem sido criadas 60 organizações políticas (Telo, 2007). Mas nem tudo foram rosas. A liberdade que a 3ª República trazia a Portugal, aos portugueses e aos partidos políticos veio também acompanhada de alguma instabilidade para as estruturas partidárias, pelo menos até 1985. Este período constituiu a fase de estruturação da República e consolidação da democracia.

A partir de 1976, o sistema de partidos em Portugal passa, então, a caracterizar-se como “multipartidário, polarizado em torno de quatro partidos políticos eleitoralmente mais

relevantes (PS, PPD/PSD, PCP e CDS), a que em 2005 se vai juntar um quinto, o BE, com destaque para a bipolarização entre o PS (...) e o PSD (...), os partidos alternativos de poder” (Carvalho, 2010, pp.374-375).

As mudanças que foram ocorrendo desde 1974, a todos os níveis, designadamente no sistema social, permitem uma compreensão do sistema e da mecânica de partidos no presente. Para isso, impõe-se destacar a constituição dos partidos e referir algumas das características e história dos mais relevantes no que diz respeito à representatividade eleitoral.

São diversos os desafios que os partidos atravessam, atualmente, em Portugal, a começar pela questão ideológica e passando pela competição entre eles, não esquecendo todo o jogo eleitoral, aliado a questões programáticas. A partilha dos recursos do Estado, entre os partidos do denominado arco da governação, é uma das principais preocupações. Qualquer um deles tende cada vez mais a “neutralizar os temas mais fraturantes e maximizar a utilização dos recursos do Estado” (Lisi, 2011, p.37).

Importa também referir que os partidos políticos, em certa medida, e como resposta à divisão dos círculos, estão organizados, também eles, em organizações distritais e concelhias (coincidente com o município) e numa estrutura nacional à qual respondem as anteriores.

No que diz respeito às principais características do sistema político português, podemos afirmar que mantêm “uma matriz originária, gerada no período pré-constitucional” (Sousa, 1983, p.618).

Quer seja na génese ou na sua manutenção, o sistema partidário português é marcado por uma enorme dependência do poder político do Estado e por grande rigidez do multipartidarismo que o caracteriza. Saliente-se, além disso, a “subalternização de todas as funções políticas partidárias relativamente à função de titularidade e exercício do poder político e à função representativa” (Sousa, 1983, p.618).

Tenha-se ainda em conta que os partidos políticos, em Portugal, caracterizam-se por uma grande rigidez programática, não coincidente com a estratégia definida e muitos menos com a tática usada no exercício da sua atividade. Junta-se, ainda, a estas características partidárias a grande dificuldade de compatibilização entre o exercício político levado a cabo pelos grupos parlamentares e as orientações das respetivas direções dos partidos.

Os partidos de esquerda e de direita em Portugal, apesar de se apresentarem diferentes daquilo que eram na sua génese, são “iguais na clivagem que os distingue. PCP e CDS/PP alargaram até o grau de polarização, PS e PSD tornaram-se amiúde irmãos siameses que o eleitorado premeia ou penaliza ciclicamente” (Machado, 2009a, p. 23).

2.11.1.1 Partido Comunista Português

O PCP era, em 1974, o único partido organizado, possuindo já uma estrutura e um núcleo bastante significativo de simpatizantes e militantes. O facto de viverem na clandestinidade até àquele ano não os impediu de se organizarem, passando a constituir o mais antigo partido português no momento da revolução.

Com uma matriz ideológica bastante vincada, que os distinguia dos restantes partidos, baseava-se num argumentário ideológico e historicista, baseado na ortodoxia da ideologia comunista. Tinha Álvaro Cunhal como um dos principais críticos da Perestroika e defensor do modelo moscovita anterior às reformas de Gorbatchev sempre presente na sua atuação. Contudo, a crise que assolou o país até 1976 obrigou o PCP a adotar uma linha diferente, baseada na luta pura e simples pela democracia avançada, deixando suspensa a revolução democráticas e nacional. Manteve a luta anticapitalista e antimonopolista, com vista à nacionalização de áreas importantes da vida do país, nomeadamente a energia, banca e indústria, sempre com o objetivo de engrossar o poder do Estado (Lisi, 2011).

Em 1999, o BE tenta constituir-se como uma alternativa ao PCP, mais preocupado com matérias pós-materialistas. Apesar de tudo, o PCP continua a proclamar-se baluarte da esquerda, agindo como vanguarda da classe trabalhadora, de acordo com os estatutos do partido no seu ponto 2 do artigo 1º.

2.11.1.2 Centro Democrático Social/Partido Popular

No CDS assiste-se a uma ambiguidade ideológica, desde a sua criação, provocada pela sua peculiar história. A ação de Diogo Freitas do Amaral, Adelino Amaro da Costa e de outros foi ao encontro da fundação de uma estrutura partidária, a partir de uma base spinolista, numa clara tentativa de conseguirem colocar personalidades conservadoras no I Governo Provisório. O CDS foi o partido mais à direita que o MFA admitiu em Portugal (Lisi, 2011). Na sua fase mais embrionária, entre 1974 e 1991, destaca-se pela relevância dada à moral cristã. É contrário a soluções políticas socialistas e situa-se num campo de partido conservador. As suas políticas liberais no setor económico, implementadas entre 1976 e 1979, eram indicativas desse conservadorismo. Apesar disso, as referências ideológicas do CDS mudaram de forma bastante significativa para posições de defesa, principalmente, dos valores

da família e da sociedade, em grande medida devido à liderança de Adriano Moreira (Lisi, 2011, Telo, 2007).

Num futuro quase imediato, os diferentes dirigentes partidários do CDS aprofundaram estas tendências e acrescentaram-lhe a questão do nacionalismo e da tradição rural, ligados à questão da segurança e da imigração.

2.11.1.3 Partido Socialista

Com uma expressão pouco significativa à data da revolução de 1974, o PS, com Mário Soares como seu fundador, é considerado um partido composto por militantes de três principais origens ideológicas: antigos socialistas, ex-comunistas e católicos. Estes últimos tinham preocupações mais sociais. De um modo geral, o PS era composto pela classe média e média-baixa urbana. Um dos grandes objetivos socialistas era a sua entrada no setor sindical, tarefa que não se afigurava fácil devido à força que o PCP tinha ao tempo.

Quanto a questões do foro estritamente ideológico e programático, o PS apresentava um discurso pouco coerente e uniforme, apesar de querer, a todo o custo, a defesa do socialismo democrático. O PS acabaria por ter uma evolução gradual, com vista a atingir o centro do espectro partidário. Contudo, as suas posições iniciais eram, muitas vezes, “mais radicais que as do PCP” (Telo, 2007, p.63).

Aos poucos, o PS foi-se afastando de um legado claramente marxista. Com a formação do I Governo Constitucional, em 1976, e com a crise que se abatia sobre o país, os socialistas foram obrigados a assumir um programa mais moderado, também por conta da cooperação com o FMI e com a CEE. Aos poucos, foram-se afastando de medidas coletivistas e começaram a apoiar uma intervenção reduzida por parte do Estado, “limitada à proteção dos direitos individuais” (Lisi, 2011, p.47).

Após o VI Congresso o PS assumia uma abertura programática diferente, assente na democracia pluralista. Com o evoluir da situação política e à medida que a democracia se ia consolidando, as tendências programáticas foram-se adaptando, cada vez mais, às expectativas do eleitorado. É em 1995, com António Guterres, que o PS transforma os seus eixos de orientação, dando destaque às questões do emprego, à reforma do sistema nacional de saúde, à equidade fiscal e às políticas com importante repercussão económica.

2.11.1.4 Partido Popular Democrático/Partidos Social Democrata

O nascimento do PPD/PSD surge em Maio de 1974, logo após a revolução de abril e explica-se pela necessidade que Spínola invocava de criar partidos à direita do PS, onde ele dizia existir um vazio, ao passo que à esquerda se verificava a existência de alguma pulverização. A criação do PPD/PSD teve também, como fator determinante, Sá Carneiro que, compreendendo a necessidade do momento, concebeu o projeto de tomar também assento no Governo Provisório e não deixar esse espaço apenas à mercê da esquerda (Telo, 2007).

A composição do PPD é marcada, principalmente, por militantes católico-progressistas, sociais-liberais, de que faziam parte Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão e Magalhães Mota, incluindo também nas suas fileiras um considerável número de ex-militantes da Comissão Democrática Eleitoral (CDE). Desta forma, o PPD acabará por ser o único partido que integrou o Governo Provisório e que não era de esquerda, apresentando-se entre a social-democracia e o socialismo (Telo, 2007).

O principal objetivo inicial do PPD era conseguir demarcar-se do PS, reconhecendo, simultaneamente, os valores de abril de 1974. Começou a defender a diminuição do peso do Estado na economia, posição esta defendida pela ala mais liberal. Se, dentro do PPD, por um lado, figurava Sá Carneiro, mais liberal, por outro estava presente Sá Borges, muitas vezes visto como próximo do PCP. É aqui que surge a disputa pela linha ideológica que o PPD deveria seguir. No confronto entre os dois, Sá Borges conseguia levar a melhor e empurrava o partido para um discurso mais de esquerda.

Para a formação do VI Governo Provisório, dominado pelo PS, Sá Carneiro assume uma posição de força no sentido de querer a participação do PCP no elenco governativo. O PREC, em 25 de novembro de 1975, viria a dar também o mote para a entrega do poder aos partidos do centro. Contudo, a instabilidade vivida entre a esquerda e a direita, com uma direita mais organizada, que viria a permitir a formação da Aliança Democrática (AD), logo após o IV Governo Constitucional, liderado por Mota Pinto. Em 1979, a AD acabaria por obter 42,5% dos votos para a Assembleia da República, seguido de um resultado favorável nas autárquicas e do consequente reforço de posição de Sá Carneiro. Entretanto, o trágico acidente de Camarate viria a alterar o cenário político, ficando a AD sem um líder carismático. Foi Pinto Balsemão a suceder-lhe na liderança. Apesar de tudo, este era uma figura que acabaria por se aproximar do PS, causando instabilidade no CDS e no PPD (Telo, 2007, Lisi, 2011).

Apesar de, em 1983, o PPD ter perdido terreno para o PS, de Mário Soares, este acaba por chamar Mota Pinto para formar um Governo de Bloco Central e colocar também no PPD responsabilidades perante a conjuntura difícil que o país atravessava, designadamente, ao nível financeiro. Entretanto, a eleição de Cavaco Silva, em 1985, acaba com o Bloco Central e a moção de censura do PRD, em 1987, acabaria por catapultar Cavaco Silva e o PPD para a maioria absoluta.

PS e PSD têm apresentado programas muito semelhantes nos últimos anos. Esta situação coloca no PSD a necessidade de proceder a alterações, por forma a fortalecer o seu eixo programático, uma situação que se tem tornado difícil devido às mudanças na liderança do partido. Marques Mendes deu maior atenção às políticas de carácter social e a uma matriz social-democrata. Passos Coelho entendeu priorizar o “regresso à inspiração liberal do partido” (Lisi, 2011, p. 50).

2.11.1.5 Bloco de Esquerda

Fundado em 1999, o Bloco de Esquerda resulta da fusão de três organizações políticas já existentes: a União Democrática Popular (UDP) que, nos seus tempos iniciais, era um partido que agrupava maoistas, marxistas de base e outras correntes marxistas. Tinha como seu cabeça de cartaz Mário Tomé; o Partido Socialista Revolucionário (PSR), de base trotskista, proveniente da IV Internacional, que nunca obteve lugar de relevo na cena política portuguesa; a terceira das forças diz respeito à Política XXI, um movimento que agrupou cidadãos dissidentes do PCP e outras organizações do mesmo raio de influência.

Quando foi constituído, o BE dizia-se anticapitalista, democrático e de esquerda marxista, apesar de, muitas vezes, ser criticado com o argumento de não possuir uma linha ideológica própria.. O seu progresso é relativamente rápido. Nas primeiras eleições legislativas em que participaram (1999), obtiveram dois deputados. Contudo, nas eleições de 2009 conseguiram já alcançar 16 mandatos. O seu ponto mais fraco parece mesmo ser a política local (Telo, 2007). Em suma, o BE diz-se um partido de inovação e modernidade, fundamentalmente preocupado com as questões pós-materialistas.

2.11.1.6 Partido Renovador Democrático

A necessidade de um novo partido, principalmente ao centro do espectro político, criou

o espaço para o surgimento do Partido Renovador Democrático (PRD). Como fatores desencadeadores desse aparecimento, estavam alterações consideráveis no cenário da vida social de Portugal. Entre 1983 e 1985, nomeadamente a adesão à CEE trazia mudanças consideráveis. Mota Pinto demitiu-se do PSD, Sá Carneiro morre no trágico acidente de Camarate e Mário Soares, ao prepara-se para se candidatar a Presidente da República, deixava um PS dividido e fragilizado (Lisi, 2011).

Ramalho Eanes, ainda Presidente da República, mas em final de mandato, leva Hermínio Martinho a avançar com o PRD, em Fevereiro de 1985. O intuito seria renovar a jovem democracia portuguesa e ganhar o terreno perdido pelos partidos do centro. Nas eleições legislativas de 1985, o PRD obtinha 17,9% dos votos e passava a ser a terceira maior força política, também ela uma forma de assegurar o Governo minoritário de Cavaco Silva.

Mas, após diversas etapas do seu percurso, o PSD acabaria, em Março de 1987, por apresentar uma moção de censura ao Governo minoritário do PSD, liderado por Cavaco Silva. Talvez se possa considerar esta situação como o início do fim do PRD. A moção, ao invés de vir a permitir a queda de Cavaco e uma possível coligação entre o PS e o PRD, viria a ditar, com as eleições, uma vitória com maioria absoluta do PSD e de Cavaco Silva. Nesta eleição, O PRD acabaria por ficar reduzido a 4,91%, com o PSD a obter 50,22% dos votos, quando precisaria de apenas 43% para obter a maioria absoluta (Telo, 2007, Lisi, 2011).

Em 1989, nas eleições para o Parlamento Europeu, o PRD ainda tentou uma recuperação num acordo com o PS, elegendo um deputado, na altura, Herminio Martinho. No entanto, já não conseguia trazer novamente para a ribalta o PRD dos tempos áureos.

Apesar de ainda ter havido uma nova tentativa de continuar com o projeto, o PRD acabaria por desaparecer, tendo sido integrado por elementos do extinto Movimento de Acção Nacional (MAN), que o transformaram no PNR, uma organização política de extrema-direita.

2.11.1.7 Partido Popular Monárquico

Fundado pouco tempo depois do 25 de abril de 1974, integrava monárquicos ativos “ligados à oposição democrática e críticos da Causa Monárquica” (Telo, 2007, p. 69). Vem já desde a implantação da República e integrava membros da União Nacional. Eram defensores da renovação da sociedade, tendo o ruralismo e o poder descentralizado como grandes bandeiras (Lisi, 2011, Belchior, 2008).

Figuras como Rolão Preto, Henrique Barrilaro Ruas e Gonçalo Ribeiro Teles são

indissociáveis do PPM. Mesmo assim, o partido nunca se conseguirá desligar da sua diminuta expressão. Na primeira eleição para a Assembleia da República, em abril de 1976, o PPM obteve 0,52% dos votos, percentagem correspondente a pouco mais de 28 mil eleitores. Integrou ainda a Aliança Democrática, formada pelo PSD e CDS.

2.11.1.8 União Democrática Popular

A União Democrática Popular (UDP) nasce, em dezembro de 1974, da fusão de três grupos marxistas-leninistas: Comité de Apoio à Reconstrução do Partido Marxista-Leninista (CARP M-L), Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas (CCR M-L) e Unidade Revolucionária Marxista-Leninista (URML).

Com uma marca fortemente maoista, a UDP estava afastada do modelo comunista que surgia, quer na Europa Central, que na Europa de Leste. Em abril de 1975, elegeu um deputado para a Assembleia Constituinte (Américo Duarte) e, no ano seguinte, nas eleições para a primeira Assembleia Legislativa, a UDP elegeu Acácio Barreiros. Num percurso sempre marcado por uma reduzida representação eleitoral, em 1991, a UDP volta ao Parlamento no âmbito de um acordo com o PCP, sendo Mário Tomé o seu representante (Belchior, 2008).

Em 1998, a UDP acaba por se fundir com a UDP (liderada por Luís Fazenda), com o PSR (liderado por Francisco Louça) e com a Política XXI (Liderada por Miguel Portas), naquilo que viria dar o BE em 1999.

2.11.1.9 Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral

A ideologia marxista e socialista eram a base do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE). Congregava vários partidos e organizações, tendo sido uma das mais relevantes organizações políticas que se opuseram ao regime fascista que vigorou no Estado Novo.

O início do seu trabalho remonta a 1969 e 1973, sendo, apesar de tudo, uma força que não se pode separar do PCP. Aliás, era mesmo uma das suas mais importantes forças de vanguarda. Logo após o 25 de abril de 1974, faziam parte desta organização o PCP, o PS e o PSD (Telo, 2007). Mas, em meados de 1974, a existência desta organização era bastante contestada, na medida em que era tida como um elo avançado do PCP. Em agosto de 1974,

quando se legalizou como partido, e se constituiu a sua candidatura às eleições legislativas, promoveu-se o afastamento definitivo do PS e do PSD daquele partido. Contudo, o MDP/CDE controlava ainda um número considerável de autarquias, o que, apesar de tudo, lhe dava algum peso político. No entanto, as eleições autárquicas de 1976 seriam o princípio do fim ao ver-se afastado das autarquias. Foi a partir daí, que se coligou com o PCP, dando origem à Aliança Povo Unido (APU) (Belchior, 2008). Contudo, a divergência entre os dois partidos, em 1987, afastou o MDP/CDE da Coligação Democrática Unitária (CDU). Foi então que surgiu o Movimento Política XXI, mais tarde, um dos fundadores do BE (Belchior, 2008, Lisi, 2011).

2.11.2 Partidos Políticos – Breve comparação programática e ideológica

Após a análise feita a cada um dos partidos políticos portugueses, à sua génese e às principais linhas de orientação, deveremos, numa leitura geral e abrangente, considerar que os partidos em Portugal professam a democracia, quer através dos respetivos programas, quer por outras modalidades de comunicação.

O ideário democrático surge como o embrião dos partidos com representação parlamentar. Apesar de tudo, o modo de exercer a prática democrática não é coincidente entre todos os partidos. A esquerda tradicional, habitualmente ligada, no nosso sistema de partidos, ao PS, consegue fazer sobressair mais os seus valores em comparação com partidos denominados de Nova Esquerda, ou extrema-esquerda. Olhando para o PS, temos consciência que se trata de “um partido socialista estabelecido, que no contexto partidário português evidencia maior adesão aos princípios e aos procedimentos democráticos (Belchior, 2008, p. 148). Significa isto que o PS consegue adaptar-se com mais facilidade às condições sociais e ao ambiente político que caracteriza o momento.

Os partidos do centro apresentam programas e ideologias maleáveis, apesar de os estatutos manterem compromissos. Já no que diz respeito à qualidade da democracia, há alguns autores que coincidem na ideia de que os partidos políticos passam, atualmente, por uma crise complicada. As razões, segundo eles, ficam a dever-se a algum afastamento entre eleitores e eleitos, e ao declínio das militâncias. Toda esta situação leva a uma grande volatilidade do eleitorado, a um crescente sentimento anti-partidário e a uma desilusão no que diz respeito à representação e aos interesses dos eleitores (Belchior, 2008).

Não será de admirar: como já afirmamos anteriormente, o sistema de partidos passa,

atualmente, por algumas mudanças de modo nenhum alheias às próprias transformações sociais a que temos vindo a assistir, nos últimos anos.

Em resumo, podemos dizer que assistimos atualmente a uma tendência para o bipartidarismo, em Portugal, fenómeno que vem já de 1995, numa alternância entre o PSD e o PS “mas com estas forças partidárias raramente a conseguirem obter por si só uma maioria absoluta” (Carvalho, 2010, p.136).

Em suma, o sistema eleitoral vigente em Portugal tem vindo a propiciar o multipartidarismo, polarizado em redor do PS, PSD, PCP e CDS-PP, aos quais se viria a junta o BE, destacando-se a bipolarização entre o PS e o PSD (Carvalho, 2010). Se quisermos caracterizar o sistema de partidos português, deveremos considerá-lo, sem dúvida, multipartidário. Existem cinco partidos com alguma dimensão, alternando à volta de dois deles, o PS e o PSD.

2.11.3 Partidos Políticos - A seleção dos candidatos (abordagem geral)

A complexidade da sociedade atual e a sua dimensão populacional não permitem o Governo pelo povo. Este tem que delegar nos eleitos a escolha dos seus interesses. Por isso, a democracia é representativa (Pinto & Freire, 2003).

Apesar de ser um assunto com significativo interesse, na medida em que das escolhas depende a condução das políticas, a literatura internacional que aborda a seleção dos candidatos ainda não é muito vasta e desenvolvida. É pelo menos a convicção de Reuven Hazan, que justifica a situação com a grande dificuldade no acesso dos investigadores aos dados necessários (Hazan, 2002). Contudo, a literatura existente, de um modo geral, vai no sentido da forte influência, diria mesmo decisiva, dos dirigentes partidários.

A escolha dos candidatos aos diferentes atos eleitorais é uma prerrogativa “da direção dos partidos”, que, segundo Duverger, “tende naturalmente a assumir uma forma oligárquica. Uma verdadeira classe de chefes, ali se constitui uma casta mais ou menos fechada, um círculo interior de difícil acesso”. E vai mais longe ao afirmar que “nenhum candidato tem possibilidade de ser eleito sem a concordância dos comitês dos partidos. Os seus dirigentes desempenham papel essencial na seleção” (Duverger, 1970, p.188).

Também Michels vai ao encontro de Duverger, no que diz respeito à escolha dos atores políticos. “Na vida dos partidos democráticos podem-se observar os indícios de uma indiferença política. Apenas uma minoria insignificante toma parte nas decisões do partido”

(Michels, 1982, p.27) e, consequentemente, na seleção dos atores políticos.

A exceção, em Portugal, limita-se às autarquias locais onde podem ser apresentadas candidaturas independentes. De resto, é uma matéria exclusiva dos partidos políticos. São eles que decidem quem integra os elencos e em que lugares serão colocados nas listas. Esta é uma matéria do foro meramente político, embora sempre condicionada pelo sistema eleitoral, na medida em que nem a Constituição, nem a legislação eleitoral fazem referência a isso. Contudo, “o princípio da democracia interna deveria levar a uma total democratização da designação dos candidatos, com interferência equilibrada dos órgãos centrais e locais dos partidos” (Miranda, 2007, p.251).

O privilégio partidário na escolha dos candidatos tem sido alvo de críticas diversas, designadamente, de figuras públicas que ocuparam já lugares de governação, como é o caso de Ângelo Correia, que, no programa televisivo da SIC Notícias, Plano Inclinado, do dia 6 de novembro de 2010, defendia, sem qualquer hesitação, que “é preciso tirar o monopólio da vida política aos partidos”, ao mesmo tempo que afirmava também que “os partidos tornaram-se máquinas geradoras de emprego” (Correia, 2010).

Durante a vigência, em Portugal, da Monarquia Constitucional, I República e Estado Novo, as eleições [em Portugal] eram completamente manipuladas pelo executivo. Nestas situações, o recrutamento parlamentar era controlado pelo Governo (Magone, 2000).

Foi a partir de 1974, com a revolução de Abril, que surgiu o sufrágio universal e livre. Depois de décadas de regimes opressores, será normal que as instituições partidárias, nas formulações do sistema político, designadamente, na escolha dos candidatos, receosos de um possível retrocesso democrático, tenham querido segurar um dos principais instrumentos eleitorais e de reforço da força partidária. Dito por outras palavras, proceder à escolha de quem deve ser candidato. Desta forma, “é compreensível que se tenha procurado fortalecer o papel dos partidos na representação política (...) (Freire, 2001, p. 106).

Apesar das restrições legais de acesso à carreira parlamentar serem mínimas, na prática, as candidaturas, por exemplo, à Assembleia da República têm de ser propostas pelos partidos políticos. Além disso, importa salientar que, “em termos comparativos, a idade mínima para ser deputado em Portugal é das mais baixas entre os países da OCDE” (Norris e Lovenduski, 1994, pp. 189-190). Portugal é um dos poucos países da Comunidade Europeia onde os partidos políticos gozam do exclusivo da propositura de candidatos (exceto para as autarquias locais).

Os defensores do exclusivo dos partidos na escolha do pessoal político usam, como

argumento, o facto de a abertura das candidaturas a independentes comportar riscos, designadamente, o favorecimento do caciquismo, a influência direta do poder económico e a diminuição das condições de governabilidade (Kirchheimer, 1980, 2008).

As listas fechadas e bloqueadas levam a que os cidadãos votem em partidos e não em candidatos. Por essa razão, a escolha de quem nos representa acaba por ser um privilégio dos partidos e não dos eleitores. A eleição dos deputados depende mais do lugar que ocupam nas listas do que dos votos de cada um dos eleitores (Teixeira, 2009, Cardoso, 1993).

Contudo, numa comparação com outras democracias ocidentais, a influência partidária na escolha dos candidatos, em Portugal, é muito idêntica à de outros países: em média, 40% a 50% dos candidatos são oriundos da esfera interna dirigente dos partidos. (Best & Cotta, 2000, pp. 496-506).

De acordo com o politólogo André Freire, o número de deputados sem cargos nos órgãos dirigentes dos partidos tem vindo a diminuir. Na Assembleia Constituinte e na I Legislatura, esse valor rondava os 75% a 80%. Entre a II e a IV Legislaturas, o limiar desceu para baixo dos 50%, tendo passado para valores abaixo dos 40% desde a VI Legislatura. “Estes dados traduzem uma crescente autonomização da esfera do político face aos outros subsistemas sociais e, por isso, podem ser interpretados como sinónimos de crescente modernização do sistema político português” (Freire, 2001, p. 32). As percentagens acima referidas resultam, também, de uma crescente partidocracia no recrutamento parlamentar.

Há um manifesto reconhecimento “do excessivo poder das direções partidárias na seleção dos candidatos ao Parlamento, uma vez que, em virtude da impossibilidade de candidaturas independentes e da presença de listas fechadas e bloqueadas” (RAE, 2009), os partidos ficam com todo o espaço para elaborar e ordenar listas, “totalmente submetidas à vontade dos aparelhos e dirigentes partidários” (RAE, 2009).

As carreiras dos políticos portugueses poderão passar pelas Autarquias locais, Governos regionais (Açores e Madeira), Parlamento Europeu, Assembleia da República, Governo nacional e Presidência da República. Contudo, a questão vem sempre tocar no mesmo problema: o acesso aos cargos fica, quase sempre, nas mãos dos partidos políticos, com exceção do da Presidência da República e dos das Câmaras e Juntas de Freguesia.

São diversos os politólogos e autores que têm abordado a questão da necessidade de reformular a primazia partidária na escolha do pessoal político (Cardoso, 1993, Miranda, 1998). Apesar de, em contextos diferentes e muitas das vezes utilizando argumentos diversos, as opiniões convergem sempre que se fala na “necessidade de se democratizar o processo de

recrutamento de candidatos aos cargos políticos” (Cruz, 1998, pp. 281-284). Por seu turno, também Jorge Miranda defendeu, já por diversas vezes, quer em intervenções públicas, quer na literatura que publica, a importância que teria projetar nas leis partidária princípios constitucionais que permitissem dissipar dúvidas sobre a obrigatoriedade da democratização do processo. Ou seja, segundo o constitucionalista, a inclusão na lei fundamental (Constituição da República Portuguesa) da obrigatoriedade de os partidos terem em linha de conta a democratização do processo de escolha, prevendo nos seus estatutos, sem perda da autonomia associativa e das suas linhas ideológicas, princípios fundamentais de um ordenamento jurídico nacional (Miranda, 2007).

Como tal, a maior participação dos militantes no processo de seleção dos candidatos a integrar nas listas partidárias não tem apenas a ver com a democratização interna dos partidos. Essa solução poderia constituir-se também como o princípio de alguma autonomia dos deputados no Parlamento e, como consequência, uma maior independência em relação às lideranças partidárias (Miranda, 2007, Cruz, 1998).

São diversas as soluções que os partidos podem adotar sempre que tenham necessidade de proceder à escolha do pessoal político a apresentar ao eleitorado: optar por um sistema centralizado e informal, no qual, apesar das regras estatutárias, a decisão cabe sempre às direções nacionais. Aqui, os órgãos regionais ou locais têm pouca ou quase nenhuma influência.

Os denominados sistemas regionalizados e informais são em tudo idênticos aos anteriores, com a única diferença de darem mais algum poder interventivo aos órgãos regionais (Norris e Lovenduski, 1994, Hazan, 2002).

Existe, também, o sistema localizado e informal. Este é conhecido pela forma mais democrática que é utilizada no recrutamento, dando aos militantes e aos dirigentes locais grande liberdade para a escolha dos candidatos. Os sistemas centralizados e burocráticos, bem como os regionalizados e burocráticos assentam, fundamentalmente, em decisões ao nível nacional e regional, nível abaixo do qual não descem.

Como última possibilidade, surge o sistema localizado burocrático que se caracteriza por o processo de seleção ser nacional e o recrutamento a nível local (Norris e Lovenduski, 1994, Hazan, 2002).

No estudo que efetuou sobre a escolha do pessoal político Pippa Norris, concluiu que, entre outros fatores, o processo de recrutamento é influenciado por três fatores fundamentais: os sistemáticos, que têm a ver com o facto de se tratar de um Estado Unitário ou Federal, bem

como com o tipo de sistema eleitoral e o sistema de partidos. O segundo está intimamente ligado com o tipo de organização interna dos partidos. Em terceiro lugar, outro fator que implica questões internas do partido: saber quem tem mais possibilidades de ser escolhido pelo eleitorado (Norris, 1996).

Retomando um dos fatores que influenciam a seleção, no sentido de explicitar melhor a sua relação com as escolhas, importa referir o caso do sistema eleitoral. A decisão da escolha fica também dependente da estrutura do voto (maioritário ou proporcional), da magnitude dos círculos (número de lugares elegíveis) e da proporcionalidade (número de votos necessários por lugar a eleger) (Norris, 1996).

Certo é que uma mudança na linha de orientação dos partidos, no que toca à escolha dos candidatos, poderia ser benéfica com uma maior integração de indivíduos com experiências diversas e, desde logo, jovens e políticos não profissionais.

Objetivamente, a inclusão de cidadãos comuns, sem carreira feita na política, nas listas dos partidos, não se justifica apenas com o facto de permitir às instituições políticas beneficiar de experiências diversas, mas também evitar o «auto-centramento» da classe política (Pasquino, 2005, p.40-72).

Com a introdução de gente de fora dos meandros da política, seria mais fácil evitar que as elites políticas comesçassem a pautar as suas ações por estratégias de sobrevivência e a aumentar o seu trabalho a favor da causa pública. (Pasquino, 2010, Cotta, 2008, Lopes, 2004).

O papel dos diretórios partidários tem vindo a crescer, com uma cada vez maior força dos partidos nas decisões, em detrimento da vontade individual de cada um dos atores políticos. Um cenário que não favorece o reforço da democracia e que limita o espaço de ação daqueles em quem os eleitores depositam o seu voto. Um voto que deveria ser um ato de confiança entre eleitores e eleitos mas que, por força da cada vez maior intervenção dos partidos nas escolhas e nas tomadas de posição dos atores políticos, se transformou não num gesto de escolha livre dos eleitores mas na legitimação partidária para impor aos atores aquilo que, muitas vezes, nem eles nem os seus representados querem (Duverger, 1985, Bessa, 2001).

Com efeito, Portugal é, hoje, “em consequência da larga reserva eleitoral atribuída aos partidos políticos (...) um Estado democrático de partidos, onde se verifica uma partidarização de todo o processo eleitoral em sentido amplo” (RAE, 2010, p. 257).

Como podemos perceber, por tudo o que foi atrás referido, o problema da escolha do pessoal político assume um papel crucial. Saber qual a forma mais indicada para proceder à

escolha dos representantes a propor aos eleitores é uma tarefa difícil de alcançar. Importa, contudo, que os nomes sejam bem aceites pela população.

2.11.4 Partidos políticos – Modos formais de seleção dos candidatos

Em termos formais, são diversos os tipos de escolhas que podem ser aplicadas para se proceder à seleção dos candidatos: a herança, a cooptação, a nomeação, a inerência e a eleição.

a) Herança – Aqui, a sucessão está assegurada de forma natural. Quer seja nas monarquias, em relação à coroa, quer seja nas aristocracias em relação a outras instituições (Caetano, 1991).

b) Cooptação – Neste tipo de escolha, a pessoa surge a partir da escolha de entre os seus pares. Por sua vez, a cooptação pode ainda subdividir-se em sucessiva (o titular em exercício de funções escolhe o seu sucessor), ou simultânea sempre que o cidadão é o escolhido de entre um órgão colegial.

c) Nomeação – Trata-se de uma escolha (decisão) tomada por livre vontade do decisor de acordo com determinadas condições ou interesses, sejam elas de ordem política, social, económica ou profissional.

d) Inerência – É uma forma de ocupação de um lugar que está dependente da ocupação de outra função, a qual, por questões estatutárias desse mesmo órgão, aquele lugar tem assento obrigatório.

e) Eleição – A escolha acontece a partir de eleições. Ou seja, são os cidadãos que com o seu voto escolhem o ou os representantes, conforme se trate de uma escolha individual ou de uma lista.

2.11.5 Partidos políticos – Estatutos versus escolha dos candidatos

Ao analisarmos os estatutos de cada um dos partidos políticos portugueses, e a partir das entrevistas efetuadas, concluímos, pelo menos no plano teórico, que os partidos políticos em Portugal utilizam critérios diversificados na escolha do seu pessoal político. Contudo, de um modo geral, as escolhas ficam, na esmagadora maioria dos casos, a cargo das direções nacionais.

Para uma melhor compreensão dos diferentes órgãos de que iremos falar, em seguida,

entendemos definir, após a explicação do modo como os partidos fazem as escolhas, o que significa cada um dos órgãos que nesse mesmo texto viermos a mencionar. Realçamos que não definiremos todos os órgãos dos partidos, mas apenas aqueles que têm interferência na escolha dos candidatos e por isso, os referiremos no corpo do texto.

Uma outra nota também para referir: apenas procedermos à caracterização das escolhas dos partidos políticos com assento parlamentar.

2.11.5.1 Escolha dos candidatos - PSD

A escolha dos candidatos do PSD²² aos diferentes órgãos assume um papel relativamente descentralizado. A Comissão Política de Núcleo emite sempre um parecer sobre as candidaturas às freguesias, cumprindo o disposto na alínea d), do nº2 do artigo 60º dos Estatutos do PSD.

Cabe à Comissão Política da Seção propor à Comissão Política Nacional as listas de candidatos às Autarquias Locais, depois de ouvidas a Assembleia da Seção e as Comissões Políticas dos Núcleos (alínea f), do nº 2 do artigo 53º). Está também entre as atribuições da Comissão Política da Seção, em conformidade com a alínea e) do nº 2 do artigo 53º, dar o seu parecer sobre as candidaturas à Assembleia da República.

É da competência da Comissão Política Distrital propor à Comissão Política Nacional as listas de candidatos à Assembleia da República, após audição das Assembleias Distritais e das Seções, conforme alínea c), nº 2 do artigo 41º. O mesmo artigo e número, mas na sua alínea d), confere competência à Comissão Política Distrital para aprovação das listas de candidatos às autarquias locais.

A Comissão Política Nacional tem, como atribuição, entre outras, a apresentar ao Conselho Nacional as listas de candidatura à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, bem como homologar a designação dos candidatos à Presidência das Câmaras Municipais, atribuições estas previstas, respetivamente, nas alíneas b) e i) do nº2 do artigo 21º.

Em última instância, e cumprindo o previsto na alínea g), do nº 2 do artigo 18º, são atribuições do Conselho Nacional, entre outras, a aprovação das propostas referentes às listas à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, previamente indicadas pela Comissão Política Nacional

²² Consultar Estatutos do PSD, versão aprovada em Março de 2010.

Ao analisarmos os estatutos de cada um dos partidos políticos portugueses, e a partir das entrevistas efetuadas, concluímos, pelo menos no plano teórico, que o PSD é aquele que descentraliza mais a escolha dos candidatos a apresentar a sufrágio, na medida em que atribui às estruturas distritais um papel crucial, uma vez que negocia com elas a elaboração das listas (Pinto & Freire, 2003).

2.11.5.1.1 Órgãos do PSD e sua função

O Conselho Nacional “é o órgão responsável pelo desenvolvimento e execução da estratégia política do partido, definida em Congresso, bem como pela fiscalização política das atividades dos órgãos nacionais e regionais” (Estatutos do PSD, nº1 do artigo 18º).

A Comissão Política Nacional “é o órgão de direção política permanente do partido (, nº 1 do artigo 21º).

No que respeita à Assembleia Distrital trata-se do “órgão representativo de todos os militantes integrados nas Seções compreendidas pelos distritos” (nº 1 do artigo 37º).

A Comissão Política Distrital “é o órgão de direção política permanente das atividades do partido a nível do distrito” (nº1 do artigo 41º).

Assembleias de Seção “é a reunião de todos os militantes inscritos na seção” (nº1 do artigo 50º)

Quanto à Comissão Política de Seção “é o órgão de direção política permanente das atividades do partido ao nível da seção” (nº1 do artigo 53º).

Assembleia de Núcleo “é a reunião de todos os militantes inscritos no núcleo (nº1 do artigo 58º).

A Comissão Política de Núcleo “é o órgão de direção política permanente das atividades do partido a nível do núcleo” (nº 1 do artigo 60º).

2.11.5.2 Escolha dos candidatos – PS

Em conformidade com o nº 1, alínea a) do artigo 78º dos Estatutos do PS, cabe à Assembleia Geral da Secção a escolha dos candidatos²³ às Assembleias de Freguesia. O cabeça de lista à Câmara Municipal é uma competência de todos os militantes inscritos na respetiva Comissão Política Concelhia, como refere o nº 1, alínea b) do artigo 78º.

²³ Escolha dos candidatos do PS ver Estatutos do PS, Versão aprovada em Março de 2012.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Importa referir que até ao final do prazo de apresentação das candidaturas, a Comissão Política Nacional, sob proposta devidamente fundamentada do Secretariado Nacional, pode proceder, por maioria de dois terços, à avocação da designação do cabeça de lista a qualquer das Câmaras Municipais (nº 5 do artigo 78º dos Estatutos).

Os deputados à Assembleia da República são escolhidos pelos militantes inscritos na Federação Distrital do partido, mas propostos por esta (nº 1, alínea c) do artigo 78º dos Estatutos). É também competência da Comissão Política da Federação proceder à ordenação dos candidatos na lista, respeitando a lei da paridade e a ordem de eleição dos membros das listas concorrentes, respeitando os resultados verificados (nº 12 do artigo 78º dos Estatutos). Acrescente-se que sempre que se trate da escolha de deputados à AR, a Comissão Política da Federação aprova as listas, de acordo com os objetivos e critérios definidos pela Comissão Política Nacional (nº 8 do artigo 78º).

A escolha dos deputados para o Parlamento Europeu é da competência da Comissão Política Nacional (nº 1, alínea f) do artigo 78º dos Estatutos).

Sem prejuízo do acima referido, a Comissão Política Nacional, sob proposta do Secretário-geral do PS, tem o direito a designar nomes para todas as listas de candidatos a deputados, tendo por base a dimensão do círculo e indicar o lugar que os mesmos ocupam na respetiva lista, além de poder designar 30% do total de nomes a incluir no elenco (nº 15 do artigo 78º). Em cumprimento do nº 16 do mesmo artigo, a Comissão Política Nacional, sob a deliberação de dois terços dos membros presentes pode, através de resolução fundamentada, aprovar a avocação de qualquer dos processos de designação para cargos públicos. Ou seja, pode chamar a si a decisão final sobre a designação dos nomes para todas as listas, quer sejam para as Autarquia Locais, Assembleia da República ou Parlamento Europeu.

Analisando os procedimentos acima referidos, relativos à seleção dos candidatos aos órgãos do sistema político português, e constantes nos estatutos do Partido Socialista, o PS, atribui um papel moderado aos órgãos regionais, no processo de elaboração das listas, apesar de a direção nacional deter um enorme poder no processo, na medida em que pode designar 30% dos candidatos em cada círculo eleitoral e escolher o lugar que estes irão ocupar nas respetivas listas. (Pinto & Freire, 2003).

Pode, por isso, dizer-se que o PS tem uma política de escolha de candidatos moderadamente centralizadora, envolvendo os órgãos locais e regionais no processo, mas deixando sempre para si a última palavra.

2.11.5.2.1 Órgãos do PS e sua função

As seções de residência são estruturas de base local do partido, e podem existir uma ou mais em cada concelho. A Assembleia Geral da Seção é o órgão deliberativo da supra mencionada Seção, e compete-lhe definir, executar e divulgar as matérias de interesse para os seus militantes (Artigos 26º e 29º dos Estatutos do PS).

A Comissão Política Concelhia, em conformidade com o nº1 do artigo 35º dos Estatutos, é o órgão que define a estratégia de coordenação da atividade do partido ao nível municipal.

Quanto à Federação Distrital, trata-se do órgão que define a orientação e estratégia política ao nível de cada distrito ou regionalmente, além de ter a seu cargo a coordenação das ações desenvolvidas pelas Seções e Concelhias da sua área de intervenção (Artigo 38º dos Estatutos).

A Comissão Política da Federação, de acordo com o artigo 47º dos Estatutos, é o órgão deliberativo máximo entre Congressos, competindo-lhe estabelecer a linha de atuação do partido no distrito ou região.

O órgão deliberativo do Partido no intervalo das reuniões da Comissão Nacional é a Comissão Política Nacional (nº1 do artigo 63º dos Estatutos). Já a Comissão Nacional é o órgão deliberativo máximo entre Congressos, cabendo-lhe a definição das principais linhas de orientação políticas nacionais (nº1 do artigo 58º dos Estatutos).

Tratando-se do órgão executivo da Comissão Política Nacional, cabe ao Secretariado Nacional, assegurar a execução das deliberações e decisões dos órgãos nacionais (nº1 do artigos 66º e nº 1 do artigo 67º).

2.11.5.3 Escolha dos candidatos – CDS-PP

Os Estatutos do CDS-PP são praticamente omissos no que diz respeito à forma de escolha dos seus candidatos aos diferentes órgãos do sistema político nacional. Apenas na alínea i) do artigo 29º dos mesmos faz uma breve alusão ao assunto referindo que, entre outras funções, compete ao Conselho Nacional, “aprovar a regulamentação que respeite o primado da vontade dos militantes no processo de escolha dos candidatos²⁴ do partido a eleições locais, regionais e nacionais, quando expressas em termos representativos”.

²⁴ Sobre a escolha dos candidatos do CDS/PP ver Estatutos do CDS/PP, Versão aprovada em janeiro de 2014.

Com o objetivo de perceber da eventual existência de algo mais, não previsto nos Estatutos, endereçamos aos CDS-PP um email a solicitar informação sobre a matéria. A resposta veio pela mesma via, endereçada pelo Secretário-geral do Partido (António Carlos Monteiro). De acordo com o email recebido “a matéria de escolha de candidatos é objeto de regulamento próprio aprovado em Conselho Nacional do Partido, ou resulta de aprovação das listas naquele mesmo órgão (eleições europeias por exemplo (...))” (email Secretário Geral do CDS-PP de 24 de Junho de 2014).

Antes de cada ato eleitoral, cabe à comissão nacional do partido estabelecer as normas a que deve obedecer a elaboração das listas de candidatos a deputados. Por esta razão, o procedimento adotado pelo CDS/PP deixa uma enorme margem de manobra e de decisão ao centro político. Há alguns anos o CDS dava mais espaço aos órgãos regionais no processo de elaboração dos elencos candidatos (Pinto & Freire, 2003). A razão para este «afunilamento» no processo de escolha terá a ver com o facto de nas V e VI legislaturas “a redução da elite parlamentar” ter provocado uma redução de lugares a distribuir e por isso “o recrutamento se tenha reduzido ao círculo mais restrito dos dirigentes máximos” (Pinto & Freire, 2003, p. 201).

2.11.5.3.1 Órgãos do CDS-PP e sua função

O Conselho Nacional do CDS-PP é o órgão deliberativo do Partido entre Congressos, competindo-lhe definir a estratégia do mesmo, a nível nacional, observando a orientação geral fixada pelo Congresso, supervisionando a sua execução, além de estar também no âmbito das suas tarefas a aprovação dos planos de ação política.

2.11.5.4 Escolhas dos candidatos – PCP

Os Estatutos do PCP nada referem quanto à forma de seleção dos candidatos a incluir nas suas listas para os vários órgãos, quer locais, regionais ou nacionais. As referências que os mesmos fazem ao pessoal político a eleger nas listas do Partido dizem apenas respeito à forma como os mesmos devem atuar no desempenho das suas funções (nºs 1 a 4 do artigo 54º dos Estatutos).

Perante a inexistência de informação relativa à escolha do pessoal político, numa tentativa de percebermos se poderia existir alguma determinação escrita concreta,

endereçamos um email ao partido, o qual nos devolveu a resposta pela mesma via.

De acordo com a informação obtida “a escolha dos candidatos²⁵ do PCP às várias eleições é baseada num processo participado e democrático envolvendo as fases de levantamento de nomes, auscultação e decisão”, além de dizerem ainda que o processo “combina a articulação e consulta envolvendo as organizações regionais e locais do Partido (em função da natureza da eleição) e os organismos nacionais do Partido cujo papel de direção [Comité Central] é determinante”.

O PCP, é aquele que apresenta um sistema de decisão mais centralizado. Preveem apenas um papel consultivo para os órgãos regionais e locais, no que toca à elaboração das listas de candidatos a deputados (Freire, 2001, Pinto & Freire, 2003).

2.11.5.4.1 Órgãos do PCP e sua função

Comité Central é o organismo que dirige a atividade do Partido no intervalo dos Congressos, assumindo a responsabilidade de traçar, em conformidade com o decidido em Congresso, a orientação superior do trabalho político, ideológico e de organização do partido (nº1 do artigo 31º dos Estatutos do PCP).

2.11.5.5 Escolhas dos candidatos – BE

De acordo com os Estatutos do BE é atribuição da Mesa Nacional, sob proposta das Assembleias Distritais e Regionais, decidir o cabeça de lista de todas as candidaturas distritais a deputados, nos casos de círculos até três deputados, bem como os primeiros 20% dos candidatos das restantes listas (nº5 do artigo 10º dos Estatutos do BE).

O nº 6 do mesmo artigo refere ainda que tratando-se de eleições para as Autarquias Locais, a Mesa Nacional pode avocar, para decisão final, a listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais, sob proposta das Assembleias Concelhias.

As listas para o Parlamento Europeu são aprovadas pela Mesa Nacional, de acordo com o nº7 do artigo 10º), mas os Estatutos são omissos sobre o processo anterior. Ou seja, até à aprovação pela Mesa Nacional, o documento não refere se é ela diretamente a escolher os nomes ou se algum dos órgãos os propõe previamente.

²⁵ Escolha dos candidatos do PCP – Ver Freire, 2001, Modelos de comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica, Oeiras, Edições Celta.

De acordo com as indicações do nosso entrevistado, Luís Fazenda, no BE, o processo de escolha²⁶ dos candidatos passa por uma pré-proposta distrital, de acordo com os círculos, sobre alguns lugares de candidatura. Antes disso, ou simultaneamente, a comissão política e a mesa nacional costumam fazer uma proposta para os distritos sobre os primeiros lugares das listas de candidatura dos vários círculos eleitorais. Os restantes são preenchidos pelos distritos. Tudo isso passa por um plenário de votação de base. Depois, no final, há uma ratificação final da mesa nacional. Pode acontecer que a distrital não tenha concordado com um ou outro candidato e isso é matéria de nova deliberação da parte da mesa nacional que pode homologar essa decisão da distrital ou não (Cf. Entrevista Luís Fazenda).

2.11.5.5.1 Órgãos do BE e sua função

A Mesa Nacional é o órgão máximo no espaço que medeia duas Convenções Nacionais (nº1 do artigo 10º dos Estatutos do BE), tendo por isso a seu cargo a responsabilidade política nacional.

As Assembleias Distritais e Regionais têm como atribuições dirigir, no âmbito geográfico respetivo, as orientações do Movimento a nível nacional (nº1 do artigo 12º). Por seu turno, as Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais são o órgão que assegura o cumprimento das diretivas da vida quotidiana do Partido, decididas pelas acima referidas Assembleias.

2.11.5.6 Escolhas dos candidatos – PEV

À semelhança de outras situações anteriores já acima mencionadas, também o PEV não inclui nos seus estatutos a forma de seleção dos seus candidatos às diferentes eleições em Portugal. Contudo, seguindo o mesmo procedimento, enviamos igualmente correspondência via email (24-06-2014) para o PEV a solicitar eventuais orientações sobre o tema em causa. A resposta chegou-nos via telefone no dia 01 de Julho de 2014, através do deputado José Luís Ferreira, membro da Comissão Executiva Nacional. De acordo com as informações por ele prestadas (mais tarde também confirmadas via email), no que respeita às autarquias locais, a escolhas dos nomes a apresentar nas listas é da responsabilidade das Assembleias Regionais. São eles que escolhem os nomes. A exceção diz apenas respeito ao cabeça de lista às Câmaras

²⁶ Sobre a escolha dos candidatos do Bloco de Esquerda Cf. Entrevista Luís Fazenda, anexos.

Municipais ou candidatos a lugares de vereação, cujos nomes têm que ser levados pela Assembleia Regional ao Conselho Nacional, para este ratificar.

No caso das eleições Legislativas, as Assembleias Regionais levam as suas propostas ao Conselho Nacional. No caso do primeiro candidato do PEV nas listas de Lisboa e Setúbal cabe à Comissão Executiva Nacional escolher e levar os nomes para aprovação ao Conselho Nacional.

No caso dos candidatos ao Parlamento Europeu, a Comissão Executiva Nacional leva uma proposta ao Conselho Nacional, que decide.

Importa referir que qualquer lista a apresentar pelo PEV, para os diferentes órgãos, é sempre previamente acordada e discutida com o PCP.

2.11.5.6.1 Órgãos do PEV e sua função

A Comissão Executiva Nacional é o órgão político permanente do Partido Ecologista «Os Verdes» (nº1 do artigo 31º dos Estatutos do PEV).

O Conselho Nacional é o órgão a que cabe a responsabilidade sobre o desenvolvimento e respetiva aplicação concreta, bem como a fiscalização, das decisões tomadas nas Convenções (nº1 do artigo 29º).

Assembleia Regional é o órgão político a quem compete definir as intervenções de âmbito regional do partido, observando o programa estipulado pelo PEV.

2.12 Qualidade da representação versus confiança nos atores políticos

O modo como os atores políticos se relacionam com os eleitores e com os partidos, além da forma como agem na cena política são fatores fundamentais na classificação da qualidade dos políticos. Por isso, a forma como os partidos atuam na escolha dos candidatos é crucial para a definição da qualidade da representação (Pinto & Freire, 2003).

Para que possamos falar em representação é necessário que se conjuguem um conjunto de fatores. Desde logo o povo tem que eleger livre e periodicamente os seus representantes. Os governantes terão de ser responsáveis perante os eleitores, nunca esquecendo que são os seus delegados e, como tal, estão no lugar para cumprir um mandato em nome de um conjunto de pessoas. Além disso, para que se verifique uma verdadeira representação o povo terá que

estar em sintonia com o Estado e aprovar as decisões dos seus governantes. Juntamos a estas condições a participação significativa do povo nas políticas (Sartori, 1990, Offe, 1992).

Uma das matérias que também tem ocupado alguns autores passa pela perceção do maior ou menor grau de confiança que os eleitores depositam nos atores políticos em Portugal. Essa é também uma forma de aferir a qualidade dos representantes. Um estudo efetuado em 2008 por André Freire e José Manuel Viegas, é indicativo de que cerca de 51% dos portugueses acham que a legislação produzida pela Assembleia da República não defende os interesses dos cidadãos. Por sua vez a percentagem atinge os 62% no que respeita à falta de confiança no nosso Parlamento (Freire e Viegas, 2009). Grande número de inquiridos entende que “os interesses particulares têm demasiada importância na feitura das leis” (Freire e Viegas, 2009, p.83).

Dado que nos parece relevante é o facto de ser entre os inquiridos que depositam maior confiança na Assembleia da República que se verifica a maior oposição a Governos de um só partido. Para isso alegam que o partido chamado a governar deve coligar-se com outros (Freire e Viegas, 2009).

A composição das denominadas elites parlamentares é matéria que se enquadra perfeitamente sempre que é necessário abordar o tema da confiança dos eleitores naqueles que os representam. É o mesmo que falar nos níveis de credibilidade e preparação técnica e ética dos atores políticos.

No artigo sob o título «Recrutamento parlamentar e representação política», que o politólogo André Freire enquadra na publicação por ele coordenada, em conjunto com António Costa Pinto, na sequência das jornadas internacionais realizadas em 2003, no ISCTE, caracteriza, em linhas gerais, a composição das elites parlamentares. Entre a Constituinte e a V Legislatura, a percentagem de mulheres no Parlamento não atingia os 10%, tendo na VII Legislatura chegado a 19% (RAE, 2009).

Em termos etários, predominam os deputados com uma idade a rondar os 50 anos. Isto poderá ter a ver, segundo o mesmo politólogo, com aquilo a que chamou de «clausura dos mecanismos de seleção política». A maioria possui educação universitária.

A presença crescente de dirigentes partidários nas listas apresentadas a sufrágio tem vindo também a aumentar, sobretudo a partir da V Legislatura, com uma presença sempre superior a 50%. O modo como os cidadãos encaram os principais atores políticos é, de um modo geral, de desconfiança. Junta a isso a necessidade de reforçar os poderes de intervenção

dos próprios cidadãos na vida política e no escrutínio da atividade governativa e parlamentar (RAE, 2009).

Para que seja possível uma participação dos eleitores na vida política é necessário que haja uma abertura dos eleitos para com os eleitores. E esse diálogo passa não apenas por conversas entre ambas as partes, mas também pelo maior ou menor grau de liberdade que os parlamentares detêm no Parlamento. Daí, a classificação de dois tipos de Paramentos. Os de deputados e os de partidos. No caso dos Paramentos de deputados, estes possuem liberdade de voto e autonomia, pelo que a possibilidade de conseguirem ir ao encontro da vontade dos cidadãos é maior. Por outro lado, nos Paramentos de partidos os deputados têm uma autonomia muito limitada, devido à disciplina de voto. Neste caso, a probabilidade de servirem os interesses dos seus eleitores é bem mais limitada (Pasquino, 2010, Miranda, 2007).

Ao nível dos dirigentes da administração pública portuguesa, diretores e subdiretores gerais, também representantes indiretos dos cidadãos, nomeados pelos atores políticos, caracterizam-se igualmente de um modo muito semelhante. Predominam os homens e a sua origem geográfica é a região de Lisboa. Quanto ao tipo de formação, há um domínio claro dos licenciados em Direito. Têm uma idade média superior a 50 anos e são oriundos de classes ditas privilegiadas (Pinto & Freire, 2003).

Este sentimento de degradação da qualidade da atividade política e do modo como o jogo democrático se tem vindo a desenvolver, muitas das vezes com meros jogos de interesses partidários, a maioria das vezes para agradar ao líder, tem sido alvo de um crescendo de críticas vindas de todos os quadrantes da vida nacional (RAE, 2009).

Dentro desta temática da qualidade, será importante perceber que, de acordo com o barómetro da corrupção, da Transparency International, de finais de 2010, 83% dos portugueses considera que a corrupção piorou desde 2007 e 75% considera ineficaz o combate por parte do Governo.

Revela também que os políticos são vistos como a classe menos honesta, sendo os professores, militares e religiosos entendidos como os menos corruptos.

Para que se possa falar na prestação de um verdadeiro serviço público, com a qualidade desejável por parte daqueles que nos representam nas diversas instituições, é preciso assegurar questões como equidade, imparcialidade, a justiça, honestidade, a transparência, rigor, probidade, estabilidade, responsabilidade e proteção das minorias (Mozzicafredo e Gomes, 2001).

Todas estas características, que devem estar contidas numa boa qualidade de representação, ficam, apesar de tudo, muitas vezes esquecidas por muitos dos atores políticos.

O recrutamento de novos membros e a “seleção dos melhores, de entre eles, para ocupar cargos na organização e fazer funcionar a estrutura do partido” (Pasquino, 2010, p. 193) é uma das formas que os partidos políticos poderiam usar para darem vitalidade às suas estruturas organizativas.

Mas a falta de confiança nos atores políticos não é exclusiva de Portugal. A nível Europeu regista-se também uma baixa confiança nos representantes políticos que teve o seu início no começo dos anos 80 do século passado.

2.13 Atividade política – Profissão ou ocupação?

Exercer atividade política é uma profissão ou uma ocupação? Esta é uma questão que tem levantado alguma discussão e, fundamentalmente, divisão de opiniões. Se por um lado alguns atores políticos entendem que a política é um serviço e como tal uma ocupação temporária, também há aqueles que pensam que a política é mesmo uma profissão. (Fidalgo, 2008)

Em termos académicos, é comum distinguir profissão de ocupação com o argumento de que a primeira acontece sempre que estejamos na presença de uma atividade a título permanente, principal e remunerada, ao passo que a outra é desenvolvida em segundo plano (Fidalgo, 2008).

Se tivermos em conta esta perspetiva, grande número dos políticos poderá ser considerado como profissionais. Bastará olhar para autarcas, deputados, quer à Assembleia da República, quer ao Parlamento Europeu, mas também membros do Governo.

Na verdade, o estudo sistemático das profissões na Europa é ainda relativamente recente. No entanto, nos Estados Unidos onde esse trabalho tem já mais tempo, aquilo que distingue a profissão de ocupação tem a ver com a existência, ou não, de um estatuto ou de um código deontológico. Para os americanos, aliado a uma profissão anda sempre o estatuto da mesma ou um código deontológico que a oriente (Fidalgo, 2008).

Existem diversas visões/paradigmas para definir e caracterizar a verdadeira atividade profissional. O paradigma funcionalista, que se preocupa em identificar os principais traços ou atributos de uma profissão. Esta perspetiva defendida, entre outros, por Mac Donald dominou boa parte da sociologia das profissões até finais da década de 60 do século XX. Ela

representa bem o trabalho de Durkheim, que foi o primeiro sociólogo a defender a argumentação sobre a evolução conjunta das atividades económicas. Durkheim defendia que, no futuro, a moderna organização social e política se iria alicerçar numa base exclusivamente, ou quase exclusivamente, profissional (Fidalgo, 2008, Macdonald, 1995, Durkheim, 2010).

No início dos anos 30 do século XX, também dentro da linha funcionalista, Carr-Saunders e Wilson, já se tinham preocupado em identificar os atributos específicos de uma profissão. Consideram que uma profissão emerge quando um número definido de pessoas começa a praticar uma técnica fundada sobre uma formação especializada, dando resposta a necessidades sociais (Carr-Saunders & Wilson, S/a).

Talcot Parsons desenvolve a partir de 1939, um conjunto de traços para caracterizar os profissionais. Distingue profissional de homem de negócios. Considera que o primeiro presta serviços adequados a clientes ou a pacientes, ao invés o segundo está mais interessado no lucro. Além disso, entende que o profissional se baseia na competência técnica (Rodrigues, 2002).

O terceiro aspeto a ter em linha de conta, segundo Parsons, é que as ações profissionais têm uma neutralidade afetiva. Por último, entende que a atividade profissional está orientada para a coletividade.

Outra das linhas de abordagem da problemática das profissões é a do paradigma interacionista (escola de Chicago), representada, entre outros, por E. Hughes. Esta, em oposição à teoria funcionalista, empenhou-se em identificar as circunstâncias segundo as quais as ocupações se transformam em profissões, mais do que perceber o que é uma profissão (Fidalgo, 2008).

Para os interacionistas, é preciso ter em linha de conta que ocupar uma profissão é ter uma determinada capacidade técnica para responder às necessidades sociais. Para eles, a divisão do trabalho resulta das interações e processos de construção social. Por essa razão, pode dizer-se que se preocupam menos com a enfatização da retórica profissional, que procura fazer das profissões uma atividade nobre, e mais com os problemas com que qualquer atividade se depara no processo de definição, ou de autonomização (Rodrigues, 2002).

Na abordagem interacionista, há dois conceitos-chave: a licença, que consiste na autorização legal para exercer uma dada atividade, e o mandato, que é a obrigação de prestar serviço à sociedade, de forma desinteressada, de missão e sujeito a regras de conduta.

Nas décadas de 70/80 do século XX, em oposição aos paradigmas funcionalista e interacionista, surgem os defensores de uma outra perspetiva: o paradigma do poder. Para

estes, questões de mecanismos económicos e do controlo dos mercados e do poder são a base da definição de profissão. Encaram os profissionais como atores coletivos do mundo económico, que conseguiram fechar o seu mercado de trabalho e estabelecer um monopólio de controlo das suas próprias atividades. Tudo isto acaba, segundo eles, por conduzir à elevação do seu estatuto e do aumento do poder. Trata-se de um poder profissional que, segundo os defensores deste último paradigma, é de cariz económico, social e político dos grupos (Rodrigues, 2002).

Dentro desta linha, Claude Dubar e Pierre Tripier falam em quatro sentidos do termo profissão. A declaração, que aponta uma identidade profissional; o emprego, que corresponde a uma classificação profissional; o ofício, que pressupõe uma especialização profissional e, por último, a função, que significa uma posição profissional. Ideias muito semelhantes às preconizadas por Terrence Johnson, Eliot Freidson e Magali Larson, todos eles defensores do paradigma do poder e as principais referências desta linha de pensamento. Embora com naturais diferenças, todos eles procuraram a profissão como forma moderna de monopólio económico e fechamento social.

Johnson, um neomarxista, defende a teoria da autonomia que, em linhas muito gerais, consiste no poder concedido pelo próprio Estado a determinados grupos profissionais.

Por seu turno, Friedson olha para a profissionalização como um processo pelo qual uma ocupação obtém o direito exclusivo de realizar um determinado tipo de trabalho, que passa pela conquista da confiança do público e garantia de credenciação por instituições adequadas.

Magali Larson estuda as profissões como grupos de interesses ligados ao sistema de classes da sociedade capitalista, onde a profissão é, além de um espaço de interesses, também um espaço de estatuto e prestígio. Aqui, o mercado protegido e base de competência são os dois elementos principais que caracterizam a profissão. Por essa razão, dá uma importância crucial às universidades como espaço de certificação de competências.

Na verdade, uma das questões que importa perceber, no que toca à ocupação e à profissão, é o modo como uma ocupação pode evoluir ou ascender a profissão. A esse respeito, podemos usar a perspectiva de outro funcionalista. Wilensky, citado também nas análises, quer de Dubar, quer de Tripier, e que apresenta seis critérios que devem ser sucessivamente preenchidos para que uma ocupação possa ascender a profissão. São eles, nomeadamente, o passar de atividades amadoras a atividades a tempo inteiro, comportar regras, pressupor uma formação científica e escolhas especializadas, possuir organizações profissionais que assegurem a aplicação das regras e façam a gestão de conflitos, garantir uma

proteção legal do monopólio da sua atividade, bem como ter estabelecido um código deontológico (Fidalgo, 2008).

A sociologia das profissões, ocupada durante anos com a definição e construção do seu objeto de estudo, começou, mais recentemente, a ocupar-se do estatuto profissional. Os autores que têm estudado e debatido esta questão dividem-se entre os que apontam para a perda do poder por parte das profissões, e os que consideram que esse poder se tem mantido.

Os primeiros fazem passar a mensagem de que estamos a caminhar no sentido da desprofissionalização. A sua principal representante é Marie Haug que entende que estamos a assistir a uma perda das qualidades únicas das profissões. Segundo ela, esta tendência deve-se a vários fatores: à evolução tecnológica, que torna mais acessível e difundido o conhecimento, à revalorização progressiva dos saberes empíricos, à crescente especialização em muitos domínios profissionais, à crítica crescente por parte dos consumidores ao elitismo e impunidade de muitos profissionais, bem como às progressivas reivindicações dos clientes no sentido de uma maior participação nas decisões dos próprios profissionais (Rodrigues, 2002).

O tema da profissionalização dos políticos tem, como outro marco teórico, a obra de Polsby, The institutionalization of the v.s. house of representation Também aqui são usadas três características principais para definir o mundo da profissionalização dos atores políticos (Polsby, 1968).

A primeira é a ideia de que os membros dos partidos são facilmente identificáveis e é difícil alguém tornar-se membro, pois os seus líderes são recrutados principalmente dentro da organização, onde há carreiras políticas estáveis. Uma forma de proceder a esta verificação é o aumento do número médio de mandatos e a forma como os seus líderes são recrutados (Weber, 1994).

Em segundo lugar, é abordada a questão da complexidade interna das máquinas dos partidos. As funções são internamente separadas em bases regulares. Há divisão do trabalho. Estas são características que podem ser aferidas pela importância e autonomia das comissões parlamentares.

A terceira característica tem a ver com o universalismo. Seguem regras e precedentes e usam códigos impessoais, seguindo o critério daquilo que eles definem como mérito e da senioridade, que acaba por servir de incentivo à formação de carreiras legislativas.

Pode, assim, afirmar-se que este trabalho de Polsby apresenta uma visão otimista do processo de institucionalização da organização legislativa e das carreiras políticas, ao ser pouco crítico em relação aos problemas do carreirismo.

Em contrapartida, Squire apresenta outras variáveis que considera mais importantes que a renovação dos membros dos partidos para a medição da eficiência do legislativo. Segundo ele, pode haver alta renovação e a instituição ser eficiente.

Esta visão mais crítica sobre Polsby pode ser encontrada na obra de Mc-Cornick e Tollison. Os autores apresentam o legislador com uma visão próxima da de um despachante, algo como atores cuja função seria a de espoliadores do bem público, e um malefício para a democracia na medida em que são condições institucionais e económicas que dão um carácter espoliativo à atividade representativa (Fidalgo, 2008).

Segundo os autores, as decisões legislativas têm um preço e os legisladores agem como corretores com a função de promover uma transferência de rendimento, atendendo à procura de algum grupo de interesse. Para eles, o papel de legislador é o de diminuir os custos dos grupos de interesse, sendo ele pago para isso mesmo (Fidalgo, 2008).

A questão da profissionalização dos atores políticos é, portanto, como se pode verificar pelas breves teorias atrás apresentadas, matéria longe de consenso.

Marcello Caetano dizia mesmo que “o pior ainda é a criação do profissionalismo político: os partidos carecem de uns tantos políticos profissionais, isto é, de dirigentes, que se consagram exclusivamente à vida pública, para quem o interesse geral acaba por não ter sentido, ofuscado pelos próprios interesses particulares”, e para os quais é fundamental “manter uma clientela de fiéis seguidores e de procurar satisfazer o eleitorado, fazendo favores à custa do erário público ou do sacrifício da legalidade e da moralidade administrativas” (Caetano, 1991, p 393).

Esta ideia da falta de transparência, em alguns casos, no exercício da atividade política, é um dos principais problemas e grandemente responsável pelo afastamento dos cidadãos em relação à participação cívica, quer em iniciativas dos partidos, quer nos próprios atos eleitorais. “Hoje um político profissional é sobretudo alguém que conhece os meandros e utiliza eficazmente os recursos da máquina estatal e não alguém que dedica o essencial da sua atividade política ao aparelho partidário” (Stock, 2005, p.153).

A política acabou por se tornar mais um emprego ou profissão do que uma vocação, não sendo difícil perceber a necessidade de transformações ao nível do processo democrático.

Atualmente todo aquele que pretender fazer da atividade política a sua profissão terá de estar preparado para lidar com todos os paradoxos éticos a que possa vir a estar sujeito. A dedicação à política implica, nos dias que correm, travar lutas complicadas (Weber, 1994).

Fazer da política profissão tem que estar consciente, como refere Weber, de que se “busca a salvação da sua alma e das almas alheias, não a busca pelos caminhos da política, que tem outras missões completamente diferentes” (Weber, 1994, p. 87).

Ao fim ao cabo, políticos somos todos nós. Não políticos de profissão, mas políticos de ocasião, sempre que depositamos o nosso voto e participamos numa manifestação ou em qualquer atividade política. Mas, temos a nossa profissão, a nossa ocupação diária, à qual nos dedicamos e dela retiramos o rendimento que nos permite sobreviver. Bem diferente daqueles que se dedicam de forma continuada e dependente do exercício político. Contudo, há duas maneiras de fazer da política uma profissão. Ou se vive para ela, ou se vive dela. Os que vivem para ela encaram-na como um serviço aos outros. Uma forma de serem úteis. Estes, em geral, têm fontes de rendimento que não os prende aos lugares. Estão lá para serem úteis. Por outro lado, há quem esteja na política com um objetivo, além de serviço também material. Esses são os que vivem da política. Fazem dela a sua atividade, principal, a tempo inteiro e remunerada.

Na verdade, o exercício da atividade política tem alguma exigência, designadamente no que respeita à diversidade de áreas do saber. Por outro lado, nem todas as profissões são conciliáveis com o exercício da função de ator político em regime de permanência. Há algumas profissões mais compatíveis com essa possibilidade. Ou seja, “poucas são as profissões que permitem interrupções de carreira para ingresso na política ativa sem que isso implique elevados custos em termos de progressão na carreira profissional de base” (Freire, 2001, p.76). Poderá ser também esta uma das razões para que encontremos no desempenho da atividade política, com maior frequência, algumas profissões, como advogados, docentes, profissões científicas e técnicas no âmbito da administração pública. A razão para esta situação prende-se com o facto de serem atividades com alguma flexibilidade para o exercício simultâneo da atividade política (Dogan, 1999).

Há advogados que exercem a atividade em regime de acumulação de funções com o cargo político e que disso acabam, muitas vezes, por retirar prestígio e visibilidade para o maior sucesso na atividade de advogado. No caso dos funcionários públicos, pelo menos em Portugal, ainda que atualmente com alguns condicionalismos, podem interromper as suas funções sem que percam direitos em termos da sua carreira profissional (Dogan, 1999).

Um outro importante elemento a ter em linha de conta para que possamos ponderar a possibilidade de a política se estar a transformar em profissão tem a ver com o facto de “em muitas situações o ingresso na carreira política ativa ser (é) muito anterior ao cargo de

deputado e o indivíduo quase nunca exerceu efetivamente a profissão que declara” (Freire, 2001, p.77). Nestas situações não restam dúvidas de que estaremos a falar de políticos profissionais.

Numa fase embrionária dos partidos, por maior que fosse a vontade de alguns em assumirem atividade política, as condições financeiras não lho permitiam. Além disso, a atividade parlamentar só mais tarde começou a representar um salário razoável. Restava apenas aos mais carenciados a possibilidade de os partidos políticos lhes proporcionarem as condições materiais para se manterem. Será, assim, a partir daqui que começou a surgir a categoria dos funcionários partidários e, como consequência, também a políticos profissionais (Duverger, 1983, Neuman, 1956).

A ocupação de cargos dirigentes por deputados que, com o evoluir do sistema partidário, foi tomando cada vez mais relevo, representa a modernização e o desenvolvimento dos partidos políticos e ajuda à diferenciação da esfera do político face a outros sistemas sociais (Polsby, 1968, Huntignton, 1968, Cotta, 2008). Por outro lado, não deveremos deixar de salientar que essa maior integração dos deputados é igualmente um sinal de algum fechamento dos partidos, designadamente, no que diz respeito ao recrutamento parlamentar.

2.13.1 Tipologias de Weber sobre profissionalização dos políticos

Na obra Profession and vocation of politics, Max Weber (1994) formula uma tipologia sobre os atores políticos, utilizando três critérios. O tempo de permanência nos lugares, a dependência material da atividade e a forma como se dá essa dependência (Weber, 1994, pp 309-369).

No primeiro caso, é feita a separação dos atores que exercem atividades políticas ocasionalmente e os que possuem atividade continuamente. Destes, podem extrair-se os que se dedicam à política em tempo parcial e em tempo integral.

Quanto à dependência material, há aqueles que vivem para a política, tendo uma atividade diversa da qual extraem a sua remuneração. Para Weber, o salário surte um efeito de profissionalização dos políticos, pois passam a ter condições para se dedicarem, a tempo inteiro, à política, mas também um efeito democrático, na medida em que permite às pessoas com menos recursos que exerçam política como profissão.

Por seu turno, no que se refere à forma como se dá a dependência, Weber distingue aqueles que organizam os seus partidos como empresas (políticos integrais) e os que

dependem da máquina do partido (político funcionário).

Max Weber faz a distinção entre políticos de vocação, aqueles que vivem para a política, e políticos de profissão, aqueles que vivem da política. Diz mesmo que, para que alguém possa viver para a política, tem de ser economicamente independente das receitas que esta lhe possa trazer (Weber, 1994).

Perante esta forma de encarar a atividade política, por Max Weber, apenas deveriam assumir a liderança aqueles que vivessem para a política e não à custa dela (Weber, 1994).

2.14 Limitação de mandatos

De acordo com a “forma republicana de Governo (...), deve verificar-se o acesso do maior número possível de cidadãos aos cargos políticos (...), sendo essa “uma salvaguarda contra a personalização e o abuso de poder” (Miranda, 2007). Esta situação está indiretamente implicada com a necessária renovação dos atores políticos, aos quais deve ser limitado o número de vezes que ocupam determinado lugar.

A questão da renovação das figuras que representam os cidadãos nas autarquias locais, quer Câmaras Municipais, quer Juntas de Freguesia, foi, durante muito tempo, uma das matérias sucessivamente discutidas (RAE, 2009 & RAE, 2010).

Se, por um lado, se sucediam os mesmos nomes nos mesmos lugares, com o argumento da experiência adquirida e da necessidade de continuar a obra, por outro, muitas vezes, se levantavam a favor da renovação dos lugares. Destas duas visões sobre a ocupação dos cargos, acabaria por resultar, em 2005, através da lei nº 46, de 29 de agosto, a limitação de mandatos nas autarquias locais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2006.

A partir de então, presidentes de Câmara e de Junta de Freguesia passaram a poder apenas ser eleitos para três mandatos consecutivos. Assim, depois de concluídos os mandatos previstos na lei, deixam de poder exercer funções durante o quadriénio imediatamente subsequente (Lei 46/2005).

Este articulado da lei veio, portanto, em certa medida, forçar alguma renovação das listas de candidatos. Mesmo assim, devido ao facto de a lei permitir a candidatura, para mais um mandato, àqueles que, no momento da entrada em vigor da legislação, estivessem a cumprir ainda o terceiro mandato, a verdade é que dos 308 presidentes de Câmara, apenas 29 não se recandidataram nas eleições de outubro de 2009, representando, portanto, uma renovação de apenas 9,4% (RAE, 2010).

O cenário para o ato eleitoral de 2013 nas autarquias locais irá, apesar de tudo, por força da lei, obrigar a uma mudança significativa dos elencos governativos da administração local. Dos 308 presidentes de Câmara que atualmente estão em exercício de funções, 158 não poderão ser de novo candidatos. Isto irá significar uma renovação superior a 50%.

Há, apesar de tudo, algumas questões que não poderão deixar de ser levantadas, mesmo dentro deste novo cenário imposto por lei, nomeadamente, o facto de a classe política, mesmo com estas condições impostas pelo quadro legislativo, ter uma condição natural para se reproduzir endogenamente. Se assim for, não haverá grandes alterações.

Por outro lado, será talvez um dado interessante de avaliar, não neste trabalho, mas em estudos posteriores, a candidatura de membros das anteriores vereações aos lugares de presidente.

A título de exemplo, nas eleições de outubro de 2009, das 29 Câmaras Municipais em que o presidente não se recandidatou, apenas nove dos candidatos não faziam parte do então executivo camarário, representando portanto uma renovação de apenas cerca de 30%.

Apesar de tudo diferentes interpretações da Lei 46/2005 de 29 de Agosto pode alterar significativamente o cenário da pretendida renovação. Antes da sua aprovação, como é normal, a mesma foi preparada e apresentada em diversas versões por diferentes partidos e parlamentares (Almeida, 2013).

A Lei diz no seu artigo 1º que “o presidente de Câmara Municipal e o presidente de Junta de Freguesia só podem ser eleitos para três mandatos consecutivos” exceção feita se “(...) no momento da entrada em vigor da lei tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o 3º mandato consecutivo, circunstância em que poderão ser eleitos para mais um mandato consecutivo” (Lei nº 46/2005).

Juristas, políticos, partidos e alguns elementos da sociedade têm feito interpretações distintas da Lei. Para uns, o presidente de Câmara e de Junta de Freguesia não pode ser mais candidato após o terceiro mandato consecutivo, independentemente de se tratar daquela Câmara ou Junta ou de outras diferentes. Outros alegam que os autarcas poderão apresentar candidaturas a outras autarquias. Uns interpretam a lei no sentido do impedimento ser relativo à função de presidente, outros dizem que esse impedimento se refere ao território. No caso, ao concelho ou freguesia.

Na verdade, nem os juristas se entendem no que toca ao espírito do legislador que elaborou a lei. Antes da sua publicação, houve diversas propostas apresentadas pelos partidos com um número razoável de alterações (Almeida, 2013). Esta discussão, apesar de a lei ter

tido uma publicação, em 2006, deu origem a uma discussão política, nos últimos dois anos, na medida em que apenas começa a surtir efeito prático nas eleições autárquicas de 2013.

A utilização do «de Câmara» ou «de Junta», em vez dos termos «da Câmara» ou «da Junta» parece ter contribuído para as diferentes interpretações. Olhando para a terminologia, o «de» poderá ser interpretado como dizendo àquela Câmara ou Junta de Freguesia. Ao passo que o «da» poderia, aí, sim, dizer respeito a outras autarquias. Ou seja, neste último cenário, não poderia haver recandidaturas. Esta situação motivou um sem número de divergências com autarcas a avançarem como candidatos a outros municípios ou freguesias. O próprio Tribunal Constitucional, pronunciando-se sobre a questão jurídica, decidiu-se pela possibilidade de poder haver essa recandidatura, fazendo uma interpretação geográfica do impedimento e não da função. Significa isto que, segundo o Tribunal Constitucional, o que a lei impede é que o autarca não volte a candidatar-se, nos termos previstos na lei, naquele mesmo município ou freguesia. Ficou, por esse motivo, arredada a interpretação, utilizando o argumento de que o impedimento era respeitante à função (Almeida, 2013).

Contudo, se atentarmos ao nº 2 da mesma lei, a dado passo, o texto refere-se “aquelas funções” (Almeida, 2013, p. 22), ou seja, vem ao encontro da interpretação de que o espírito do legislador se quis referir à função e não ao espaço onde ela se desenvolve. Aliás, através das diversas propostas de lei que se foram sucedendo no período anterior à publicação da mesma, percebe-se que a maioria delas pretendia considerar o impedimento de recandidatura para a função, como forma de renovar o pessoal político (Almeida, 2013).

Reforçando a linha de pensamento acima, bastará tentar perceber para que serviria esta lei se não fosse para renovar as figuras da cena política? Apenas para impedir um autarca de não continuar naquela concelho ou freguesia, mas pudesse ir ocupar a cadeira do vizinho?

No ano que antecedeu as eleições autárquicas de 2013, não só os próprios autarcas interessados em se recandidatar, como diversos atores políticos, insistiram em que a lei lhes permitia a recandidatura. No entanto, com o devido respeito pela decisão soberana do Tribunal Constitucional, entendemos que o espírito do legislador vai no sentido da renovação. E, sobre a interpretação dos atores políticos que pretendiam recandidatar-se, talvez seja conveniente referir que houve uma maior preocupação em «obrigar» a lei a dar-lhes razão do que em libertarem os lugares e serem eles mesmos os promotores da mudança e renovação.

A este respeito, teremos que concordar com a interpretação do jurista João Amaral e Almeida, quando afirma que “a finalidade da lei, isto é, o motivo da política legislativa que ditou a limitação à renovação sucessiva de mandatos (...) é a de impedir que a excessiva

manutenção temporal da mesma pessoa naqueles cargos crie ou perpetue o carreirismo (...) acrescentando ainda que a continuação nos lugares leva a uma “(...) dependência dos aparelhos partidários e a redes de clientelismos económicos e sociais que gravitam em torno daqueles que detêm essas funções (esse poder) há mais tempo” (Almeida, 2013, p.23).

Não resta, por esse motivo, outra coisa que não seja a de pensarmos que a linha de atuação para conseguirmos alcançar uma maior renovação poderá passar, entre outras medidas, pela limitação de mandatos, neste caso, parcialmente impedida por força da interpretação da lei. “O que os trabalhos preparatórios da Lei nº 46/2005 nos revelam, neste particular aspeto, é justamente que o objetivo pretendido pelo legislador foi o de impor uma limitação à renovação do cargo em si” (Almeida, 2013, p. 24).

Como acima referimos, no período anterior à aprovação da lei, as propostas foram diversas, vindas de partidos distintos e com redações diferentes. Em 22 de abril de 2005 deu entrada na Mesa da Assembleia da República uma versão/proposta do Governo que não se referiria apenas às Câmaras e Juntas de Freguesia, mas a todos os órgãos executivos. Desde logo, as funções de primeiro-ministro e presidentes dos Governos regionais. Ou seja, pelo que se percebe, no embrião da feitura da lei, estaria a intenção de estender a limitação de mandatos também aos Governos da República e do continente. Na exposição que o Governo enviou a acompanhar esta proposta, refere-se que “subjacente, então, à limitação de mandatos ou ao número de mandatos que a mesma pessoa pode exercer sucessivamente está o objetivo de fomentar a renovação dos titulares dos órgãos”. Acrescenta ainda a mesma introdução que a lei em causa visa “o reforço das garantias de independência dos mesmos, e prevenindo-se excessos induzidos pela perpetuação no poder” (Almeida, 2013, p. 25).

Também em 27 de abril de 2005, Jorge Coelho (PS) fez uma declaração política sobre o mesmo assunto na qual deixou claro que “o que pretendemos é prevenir, o que desejamos é renovar” (Almeida, 2013, p.25). Poucos dias depois, foram discutidas diversas propostas de lei, sendo de realçar a intervenção do deputado do CDS/PP, Nuno Magalhães, com um discurso contrário a todos os que temos vindo a referir anteriormente. A ideia que expressava ia no sentido da limitação dizer apenas respeito àquela Câmara e àquela Junta. “O primeiro mandato é sobretudo de planeamento de obra, o segundo, se o povo assim o entender, de execução da obra e o terceiro, de gestão dessa obra (...)” (Almeida, 2013, p. 25).

Posto isto, percebe-se que as propostas foram mudando à medida que eram apresentadas e discutidas, deixando pelos caminhos algumas partes do articulado e ficando apenas a parte respeitante às autarquias. Ora, sendo a limitação de mandatos uma das

principais formas de proceder à renovação de mandatos, e uma vez que o nosso trabalho se insere precisamente na temática da renovação ou estagnação dos atores políticos, parece-nos que algumas propostas iniciais de estender a limitação de mandatos a todos os órgãos executivos seria positiva e poderia contribuir para a não perpetuação das mesmas figuras políticas nos lugares. Mas, talvez porque a Assembleia da República, apesar de não ser um órgão executivo, ser igualmente um espaço de gestão de poder, talvez não fosse despropositada uma abordagem diferente por parte do Parlamento, não só da redação da lei sobre as autarquias locais, mas que a mesma se estendesse também aos Governos e Assembleia da República.

2.15 Lei da paridade

Antes de avançarmos para a questão da paridade propriamente dita, importa começar por explicar, de forma breve, o seu enquadramento geral como medida de ação afirmativa. Podemos denominar programas de ação afirmativa todas aquelas ações positivas que têm como objetivo ampliar a participação de grupos menos integrados. O objetivo destas ações é combater as desigualdades de oportunidades que a sociedade impõe. Com essas medidas pretende-se integrar, ao máximo, esses grupos mais discriminados. É o caso das mulheres na sua participação política (Amaral, 2002).

Designa-se por paridade a “qualidade do que é par; característica do que é igual ou semelhante. Comparação efetuada para provar que uma coisa pode ser igual ou semelhante a outra” (Dicionário Online de Português [DOP] (S/a). São considerados sinónimos de paridade os termos, igualdade, parecença, semelhança, similaridade.

Há oito ou nove décadas a reclamação das mulheres passava pela conquista do direito de voto. Hoje, o descontentamento diz mais respeito a uma equilibrada repartição dos lugares nas listas que os partidos apresentam a sufrágio.

A baixa presença do género feminino e a escassa possibilidade de participação estiveram na origem do diploma sobre a paridade. Apesar de, em termos objetivos não existir nenhuma justificação plausível para essa discriminação, o certo é que sempre as mulheres têm sido preteridas nas escolhas. Tem havido, ainda que atualmente com menor incidência, uma subestima das capacidades femininas no mundo da política. Além disso, os partidos políticos priorizam os homens para candidatos a lugares de eleição ou nomeação (Observatório de Igualdade de Género [OIG], (OIG, 2012).

O grande objetivo deste tipo de iniciativas legislativas passa por favorecer a igualdade de oportunidades, eliminando a discriminação. Terá sido a partir daí que, em 2006, o PS resolveu avançar com este mesmo diploma.

A lei orgânica nº 3/2006, de 21 de agosto, estabelece que as listas para a Assembleia da República, Parlamento Europeu e Autarquias Locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos, promovendo, assim, a paridade entre homens e mulheres. Além disso, as listas não podem conter mais de dois candidatos do mesmo sexo colocados, consecutivamente, na ordenação da lista. A única exceção diz respeito às freguesias com menos de 750 eleitores e aos municípios com menos de 7500 eleitores, onde a paridade não é obrigatória.

De acordo com a Comissão Nacional de Eleições (CNE – dados de 2009 - autárquicas), violaram a lei cinco listas do CDS-PP, duas listas do BE, 19 listas do PS, quatro delas a Câmaras (Ferreira do Alentejo, Alijó, Almeida e Vila Nova de Foz Côa), seis listas do PSD, três delas a Câmaras (Trancoso, Mafra e Arganil), 21 listas da CDU, uma delas à Câmara de Póvoa de Varzim, as listas da coligação PSD/CDS-PP ao município de Almeida e 27 listas de movimentos de cidadãos, uma delas à Câmara de Coruche. Para aqueles que não cumprirem o estipulado na lei estão previstos cortes nas subvenções estatais. Para aqueles que não cumprirem o estipulado na lei, estão previstos cortes nas subvenções estatais. Trata-se de uma medida punitiva talvez demasiado leve para a infração em causa e comparada com o que se passa noutros países.

Na verdade, o problema da discriminação de género não é exclusivo de Portugal. Um pouco pela maioria dos países, a situação não é muito diferente. A título de exemplo, na Costa Rica, devido aos baixos níveis de participação das mulheres nas listas de candidatos, em 1990, foi publicada uma lei que obrigava à inclusão de, no mínimo, 30% de mulheres nas listas. Esta percentagem aumentou, em 1996, com uma alteração legislativa que passou a percentagem para 40%. Contudo, apesar das medidas legislativas, não foi tarefa fácil a alteração do cenário de participação feminina. Por essa razão, o Tribunal Supremo de Eleições (TSE), que é a autoridade exclusiva e excludente da interpretação das normas eleitorais na Costa Rica, acabou, entre 1999 e 2005, através de várias resoluções, por conseguir melhorar os níveis de participação das mulheres. No entanto, devido aos números serem ainda considerados baixos, em 2009, essa percentagem passou para 50% (Zamora, 2010, Garcia, 2011).

Refira-se que a participação do género feminino na Costa Rica era de 5% em 1953, de 10% em 1980 e de 14% em 1990. Quanto às penalizações para o não cumprimento da lei da paridade, enquanto, em Portugal, não vai além de cortes nas subvenções estatais, na Costa Rica, a situação é levada bem mais a rigor. De acordo com o artigo 60 do Código Eleitoral da Costa Rica, os partidos que não cumprirem com o estipulado na lei, ficam impedidos de se inscreverem na Direção Geral do Registo Eleitoral, de inscreverem os seus estatutos e de renovarem a inscrição (Código Eleitoral da Costa Rica -CECR, 2009).

.A exigência da maior participação das mulheres nas listas não é apenas uma questão de igualdade e justiça. Há alguma convicção de que “(...) uma Assembleia da República em que existisse uma representação aritmeticamente igual de deputados de cada um dos sexos funcionaria melhor do que a atual(..)” (Martins & Teixeira, 2005, p. 252). Apesar de tudo, regista-se que, a partir de 1995, começou a haver uma maior integração do género feminino nas listas. A lei introduzida mais não é do que um programa de ação afirmativa a medidas positivas e que se destinam a aumentar a inclusão de grupos historicamente excluídos, no caso concreto, na política.

Ao pretender igualar em direitos e oportunidades todos os grupos pertencentes a uma dada sociedade, a lei da paridade torna-se uma lei controversa. Não porque venha prejudicar alguém em concreto, mas porque, ao pretender impor de modo legal uma determinada visão igualitária, leva a divergência de opiniões. Desde logo, devido à leitura que se faz da Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 23º, nº 2, que dita que “Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual” (Constituição da República Portuguesa - CRP, 2005).

A discussão em redor da necessidade de uma maior participação do género feminino nas listas vem, de forma mais presente e persistente, das décadas de 1980 e 1990. Não só pelas diversas insistências das mulheres em Portugal, como também pelas recomendações das organizações internacionais (Viegas e Farias, 2001), que os partidos políticos, uns em maior percentagem, outros em menor, foram acolhendo, passando no Parlamento a participação das mulheres de uns simples 3% a 5% para valores médios que em 2012 andavam na ordem dos 13%, conforme mais adiante poderemos verificar na parte empírica da presente investigação.

Apesar do seu contributo para efeitos de renovação dos atores políticos em Portugal poder não ter um significado expressivo, o seu cumprimento e o seu reforço terá, com

certeza, um resultado favorável na medida em significa um tratamento igual para quem é igual.

Na verdade, aquando da discussão da lei da paridade, mais vulgarmente conhecida por lei da “quotas”, só o PS a defendeu no Parlamento. Ainda que todos os partidos tenham mais ou menos ficado conscientes da necessidade de aumentar o número de mulheres nas listas (Freire, 2001).

Dados do inquérito por nós já referidos revelam quem 47% dos entrevistados acreditam que a lei da paridade é uma medida necessária para o aumento do número de mulheres na vida política (Freire & Viegas, 2009).

Os exemplos das ações afirmativas estendem-se um pouco aos quatro cantos do mundo. A título de mero exemplo, no Reino Unido, o “Good Friday Agreement” exige que haja igualdade no recrutamento político entre católicos e protestantes. Na Roménia, os cidadãos de etnia cigana dispõem de lugares especiais no acesso ao ensino superior. No Canadá, o “Canada Employment Equity Act” pugna para que seja dado um tratamento especial ao género feminino sempre que seja efetuado recrutamento para indústrias reguladas federalmente (Vicente, 2002).

Um pouco por todo o mundo, desde países mais desenvolvidos, passando por países em vias de desenvolvimento, a discriminação existe. E são também muitos os casos de programas de ação positiva a serem considerados inconstitucionais, alegadamente por beneficiarem certos grupos. Apesar de tudo, mesmo com todos os slogans de democraticidade, nos países democráticos do ocidente a desigualdade tem um lugar especial (Vicente, 2002).

2.16 Poder e elites versus renovação ou estagnação dos atores políticos

Antes de entrarmos no tema da renovação ou estagnação, que se constituiu como base da nossa investigação, pretendemos explicitar alguns conceitos que têm relação direta com a área de estudo.

2.16.1 O poder

Desde as sociedades mais primitivas que o poder era exercido pelos mais fortes. Contudo, com o passar dos tempos, e com a evolução da inteligência, foi-se percebendo que o poder não era só da força das armas, mas também do modo como são usadas. É a partir daqui

que se vão institucionalizando as relações entre os poderes. Aquele que comanda e aquele que é comandado (Duverger, 1983, Arendt, 1951).

O termo poder pode ter ângulos distintos e interpretações diversas, dependendo do seu enquadramento e âmbito de exercício. Mas, em termos latos, deriva do latim «potere» e significa direito de deliberar, agir e mandar ou também, dependendo do contexto, a faculdade de exercer a autoridade, a soberania (Boudon, 1990).

Poder representa basicamente a distinção entre governantes e governados, e a palavra poder designa o grupo de governantes e a função que eles exercem. Todos somos ao mesmo tempo governantes e governados, se nos detivermos no conceito de democracia (Duverger, 1983). Relativamente aos elementos do poder, este pode, em primeiro lugar, considerar-se um fenómeno biológico. E é perceptível nas diversas sociedades, inclusive de animais, a necessidade de se buscar um líder, que represente as diretrizes e planos de todo o grupo.

Apesar de tudo, não deixa de ser também um fenómeno de força, coação e coerção, exprimindo de diversas formas a vontade pessoal sobre os semelhantes, tanto através da força física, quanto económica, religiosa e até moral. Além da representação de virilidade dos mais fortes, é igualmente imposição e domínio (Duverger, 1983, Weber, 1971). No entanto, não existe poder sem legitimidade. Só através dela é possível aos Governos manterem a população crente nos dominantes. Legitimidade, de acordo com Duverger, é o que mais se aproxima da noção de consenso que é a conformidade do povo, ou dito de outra forma a aceitação do domínio (Duverger, 1983, Duguit, S/a).

Segundo Jesus Timóteo Álvarez, podemos encontrar uma “trilogia de fatores nas origens do poder: Uma capacidade que dita as normas, estabelece a ordem, protege perante o caos, condena e castiga” (Álvarez, 2006, p. 209). Mas, também pode ser a capacidade de gerir recursos, ordenar um grupo, fazendo-o crescer e prosperar. Uma terceira capacidade passa por unir o grupo, dando-lhe uma explicação da sua existência (Álvarez, 2006).

As democracias ocidentais situam-se numa nova fase em que o poder se encontra mais diluído. Um conjunto de características, nomeadamente, a responsabilidade do Estado na segurança pública e individual, na justiça, na educação, na saúde, na segurança social, entre outras áreas, está a sofrer alterações. A fé dos cidadãos de que o Estado é o garante de tudo isto está, nos nossos dias, a chegar ao fim. “(...) Os defeitos previstos para a democracia de massas, pelos teóricos do liberalismo, parecem primar sobre as suas virtudes, porque a nova situação está marcada pela falta de credibilidade” (Álvarez, 2006, p. 211).

Neste contexto do poder diluído, podemos introduzir os media, na media em que

também eles assumem um papel decisivo no conhecimento da sociedade em que vivemos, apesar de a informação que nos incutem não ser garantia segura e capaz para orientar os cidadãos nas suas tomadas de decisão, ao contrário daquilo que seria expetável e até mesmo exigível (Santos, 2012).

Podemos, a partir desta nova perspetiva de exercício de poder e de responsabilidade das instituições, entender que se vive uma crise radical de confiança. Por estas razões, consideramos que o novo poder está diluído na medida em que depende de fontes que estão obrigadas a garantir a sua credibilidade.

O conceito de um poder do Estado em que este exercia, verdadeiramente, a sua autoridade e a mesma era respeitada está, nos nossos dias, a ser posto em causa. Quase ninguém espera, a médio prazo, grandes coisas dos Governos e se os cidadãos confiam nalguma coisa é em si mesmos e, talvez, na sua família (Álvarez, 2006). Contudo, em todas as sociedades, existe um sistema de controlo. Esse mecanismo é diferente consoante o grupo de que se trata.

Os processos mais elementares de controlo social podem ser agrupados em duas classes distintas: Por um lado as formas inconscientes e involuntárias e, por outro, o modo consciente e deliberado. Esta última pode denominar-se, também, de sistema de controlo formal, onde podemos incluir o poder (Reis, 1938).

2.16.1.1 O poder em Foucault

Entendemos autonomizar, dentro deste conceito de poder²⁷, a visão Foucault sobre o mesmo. Não por qualquer razão, mas porque para ele, mais do que tratar da teoria do poder, prefere recomendar regras e cautelas metodológicas. Ele define o poder como uma relação assimétrica que institui a autoridade e a obediência, rejeitando a ideia de que o poder é como que um objeto nas mãos de um soberano, que o usa para dominar aqueles que dele dependem. Por isso, Foucault nunca aceitou a ideia de Teoria com T maiúsculo. Preferiu olhar para o poder como um instrumento de conhecimento (Foucault, 1995).

Sempre que trata do poder, de um modo mais sistemático, opta por falar em «precauções metodológicas», «regras», mas jamais em Teoria. “O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, num determinado lugar, ou emanando de um

²⁷ Ver Foucault, 1995, *Microfísica do poder*, Petrópolis, Edições Vozes.

determinado ponto, algo que é um poder, parece-me baseada numa análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenómenos” (Foucault, 1995, p. 248). Mas vai mais longe ao afirmar que “(...) o poder é um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 1995, p. 248).

Pelo atrás referido, não restam dúvidas em afirmar que, para Foucault, o poder não existe. Aquilo que existe, isso sim, são relações de poder. Dito de outra forma o poder é uma realidade dinâmica que ajuda a pessoa a manifestar a sua liberdade com responsabilidade. Por isso acreditava no poder como um instrumento de diálogo.

Se, até Foucault, o poder era encarado como mais negativo do que positivo, com ele, o conceito foi favorecido. A ideia de que o poder é opressor, que as pessoas o temem, que ele omite a liberdade e manipula a vida, não passa de uma forma de esconder a verdadeira realidade.

O problema é que este modo de encarar o poder não tinha em conta “um número considerável de fenómenos”. Ou seja, a ideia que era transmitida sobre poder estava deslocada da realidade originária, na medida em que, para este teórico, poder é algo dinâmico e não estático. Para Foucault, a história conseguiu esconder a verdade sobre o poder dentro de uma redoma de vidro, criando ao seu redor certos mitos e fantasias.

Restava a Foucault desmistificar o conceito e dar-lhe uma nova posição na dinâmica social, de modo a torná-lo algo positivo, capaz de construir e educar. Mas, no que toca à imagem negativa que a história se encarregou de conservar sobre o poder, as críticas do teórico francês não se ficam por aqui. Foucault rejeita, também, a dimensão potencial do poder. Segundo ele, “o poder não é onnipotente, onnisciente, pelo contrário! Se as relações de poder produziram formas de inquérito, análises dos modelos de saber, é precisamente porque o poder não era onnisciente, mas sim cego, uma vez que se encontrava num impasse”. Além disso, acrescenta ainda que “se a gente assistiu ao desenvolvimento de tantas formas de vigilância, é precisamente porque o poder continuava impotente” (Foucault, 2001, p. 629).

Na verdade, a ação de vigiar é a melhor forma de demonstrar a impotência do poder, na medida em que se ele tivesse a força que se lhe atribui, não seria necessário um processo de vigilância permanente com vista a assegurar a sua hegemonia (Foucault, 2001).

Olhando para o poder numa perspetiva tradicional, este apresenta-se com a imagem de uma pirâmide, onde é sempre exercido de cima para baixo. Por isso, Foucault, conduz-nos a um olhar para o poder como algo instável e não repleto de toda a estabilidade que a história

lhe reservou.

Não obstante a ideia de o poder se ter sempre apoiado no tripé constituído pela onnipresença, onnipotência e onisciência, Foucault vem, precisamente, desmontar toda esta estrutura. Segundo ele, os defensores desta ideia nunca conseguiram justificar nem mesmo demonstrar esta realidade do poder. Facto este que, por si só, é demonstrativo de que o poder sempre foi tratado pela sua aparente subjetividade e não pelo que ele é de facto.

Como última crítica, aquele filósofo francês aponta a titularidade do poder. Até então, o poder sempre foi encarado como uma realidade única. No entanto, como Foucault refere, esse poder único não existe. E coloca a questão se “será que o nosso embaraço de encontrar as formas de lutas adequadas, elas não veem que nós ignoramos, ainda, isto que é o poder?”. E vai mais longe afirmando que “depois de tudo, foi necessário esperar o século XIX para saber o que é a exploração, mas não se sabe talvez até agora o que é o poder” (Foucault, 2001, p. 1180).

Foucault interroga-se mesmo sobre “(...) quem exerce o poder? e onde o exerce? Atualmente sabe-se, mais ou menos, quem explora, onde vai o lucro, entre as mãos de quem passa e onde se reinveste, enquanto que o poder... Sabe-se efetivamente que não são os governantes que o detêm” (Foucault, 2001, p. 1180).

Uma vez que, no âmbito da história do pensamento, o poder nunca foi corretamente definido, nem foram fornecidos os dados necessários para o colocar no devido lugar, tornou-se sempre difícil lutar contra o poder, na medida em que fica sempre a sensação de que saímos vencidos e nunca o conseguiremos atingir. É por esse motivo que passa sempre a impressão de que é a força do poder que torna a luta mais difícil. Apesar de tudo, o nosso principal problema prende-se com o facto de combatermos com armas falsas. Melhor dizendo, armas que consideram o acima referido tripé como a base do poder. Desta forma, a conclusão a tirar é que não usamos as armas certas para travar a batalha, acabando, segundo Foucault, por fortalecer a falsa ideia de poder (Foucault, 1995).

Mas, afinal, quem são os grandes responsáveis pela manutenção desta ideia errónea de poder? Para Foucault, são as instituições que, na sua relação com os indivíduos, passam a ideia falsa de poder, valendo-se disso para a manutenção do seu «status quo». Importa, por isso, esclarecer que, no pensamento de Foucault, o exercício correto do poder só é possível se levarmos em linha de conta os fundamentos da condição existencial das partes. Na sua visão, o poder não se limita a ser unicamente um instrumento das relações humanas, mas também uma ação pedagógica. E a justificação que dá para isso tem a ver com o facto de ninguém

nascer com a consciência do poder que tem.

No âmbito das relações humanas, aqueles que percebem mais facilmente a verdadeira realidade do poder, devem ajudar os outros a adquiri-la (Foucault, 1995). Só dessa forma seria possível que o poder deixasse de se desenvolver no meio da irracionalidade e passasse a constituir um processo formativo contínuo. Com base nisso, Foucault, tomou consciência de que era possível traçar um novo caminho, mas eficaz, para o poder.

Para ser possível chegar a um novo rumo, será preciso, antes de mais, entender a forma como Foucault considera o conceito de liberdade. Para ele, liberdade é mais uma arma de proteção do que qualquer outra coisa. Arma, na medida em que constitui um instrumento natural de luta do homem. Na sua visão positiva de poder, apresenta-nos a liberdade como algo que ninguém consegue manipular. A justificação que encontra para esse seu argumento advém do facto, segundo ele, de que quando alguém atinge a nossa liberdade é porque lhe damos o nosso consentimento.

Apesar de a mentalidade da época achar que o poder elimina a prática da liberdade, Foucault segue um rumo diferente e autónomo. Cada um de nós é senhor da sua liberdade e pode administrá-la como bem entender. Por isso, como mais acima já referimos, só é possível desenvolver um conceito errado de poder porque as pessoas não têm consciência do potencial da sua liberdade (Foucault, 1995). Contudo, convém persistir na ideia de que as relações entre as pessoas são relações de poder. Mas, com uma pequena «nuance», na ideia de Foucault: nunca se desenvolveu a verdadeira consciência desse facto nas relações humanas.

Se quisermos assumir como certa a ideia positiva de poder que Foucault nos apresenta, teremos que aceitar que, à medida que o nível de consciência da pessoa se vai desenvolvendo, o poder acabará por incitá-lo a crescer até atingir o nível necessário para o bom exercício da sua liberdade. Nesse sentido, o objetivo das relações humanas jamais poderia ser o de manipulação, mas antes uma troca de liberdade permanente. O problema, segundo aquele filósofo francês, é que as relações humanas não se desenvolveram num espírito de liberdade devido ao controlo exercido pelas instituições.

Esta situação - permitam-me que a denomine de aprisionamento das relações humanas em relação às instituições - terá conduzido a uma falta de consciência de que todas as relações humanas são relações de poder. Desta forma, indo ao encontro da ideia de Foucault, essa falta de consciência terá levado a que o exercício das mesmas se tenha desenvolvido num Estado selvagem. “Quando se fala de poder, as pessoas pensam imediatamente numa estrutura política, num Governo, numa classe social dominante (...) isto não é de nenhum modo aquilo que eu

penso quando falo de relações de poder” (Foucault, 2001, p.1538). Mas explica melhor o porquê dessa sua linha de pensamento quando afirma que aquilo “(...) que eu quero dizer é que, nas relações humanas, quaisquer que sejam, (...) o poder continua presente” (Foucault, 2001, p. 1538). Contudo, entende Foucault, estas relações são móveis e, como tal, não são definitivas. Podem ser alteradas.

De tudo o que acima foi referido talvez seja importante destacar a ideia de que a liberdade de cada um deverá ser um elemento intocável em relação à do outro. Além disso, a partir do pensamento de Foucault sobre o poder, convém salientar, também, que este jamais deve ser utilizado para manipular, mas para fazer crescer o outro. Ou seja, para o levar a tomar consciência da sua própria liberdade. Uma ideia bem diferente daquela que, tradicionalmente, a história nos tem apresentado sobre o mesmo conceito.

Para finalizar, ainda que muito mais houvesse para dizer sobre o pensamento de Foucault acerca do poder, diria, em jeito de considerações finais sobre o tema, que o discurso manipulador não tem por objetivo levar as pessoas a tomar consciência da importância do poder na nossa existência, ou seja, o lado positivo do mesmo, mas tenciona manter o «status quo», na medida em que essa é a única maneira de as elites se manterem acima das massas.

2.16.2 As elites

Elite²⁸ é um conceito que “designa a minoria, mais ou menos organizada, que em toda a sociedade detém a maior parte do poder e da influência, diante de uma maioria que carece praticamente de todo o poder” (Arnoletto, 2007, p. 29). Também se pode dizer que a elite “compreende as pessoas e os grupos que, graças ao poder que detêm, ou à influência que exercem, contribuem para a ação histórica duma coletividade, seja pelas decisões tomadas, seja pelas ideias, sentimentos ou emoções que exprimem ou simbolizam” (Rocher, 1989, p. 104).

O conceito de elite tem vindo a evoluir com o passar dos tempos. Foi em finais do século XIX que Gaetano Mosca (1858-1941), filósofo italiano, introduziu pela primeira vez a teoria das elites. De acordo com a sua visão de pensador político, todas as sociedades são marcadas por uma minoria que detém o poder e por uma maioria que dele é privado. Os

²⁸ Sobre elite ver Rocher, 1989, A organização social, Lisboa, Editorial Presença; Mosca, 1982, Elementi di Scienza Política, Torino, Unione Tipografico-editrice torinese.

governantes (detentores do poder) são poucos e monopolizam o poder, impondo a sua vontade, ao passo que os governados são numerosos e dependentes das decisões da minoria (Mosca, 1982).

A teoria das elites formulada por Mosca pode considerar-se original na medida em que atribui a detenção do poder à classe dirigente pelo facto de serem poucos e, por essa razão, conseguirem manter-se bem organizados (Mosca, 1982). No entanto, as elites estão estratificadas e, por esse motivo, existe um núcleo dirigente no interior das mesmas.

Gaetano Mosca refere-se, de modo crítico, às formas de Governo definidas por Aristóteles, que apontam para a existência de monarquia, aristocracia e democracia. Para ele, existe apenas uma. A aristocracia. E, defende a sua tese com o argumento de que as sociedades políticas são compostas apenas por duas classes de pessoas: os governantes e os governados. Desta forma, as elites conseguem organizar-se no sentido de se perpetuarem no poder (Mosca, 1982, Lasswell, 1984). Ou seja, indo ao encontro do propósito da nossa investigação, esta teoria viria confirmar a tendência estagnadora dos atores políticos.

O poder das elites, de acordo com Mosca, pode reproduzir-se de duas formas: a democrática e a aristocrática. A primeira delas permite a entrada de outras classes sociais. No caso da segunda, as mudanças fazem-se apenas no interior das mesmas. Contudo, mesmo por via da reprodução democrática, Mosca entende que há condições obrigatórias para que seja possível o ingresso. Desde logo, qualidades pessoais especiais e determinação para o exercício do poder.

Além de Gaetano Mosca, e logo após a sua introdução da teoria das elites, outros pensadores usaram o mesmo termo, contudo de maneira diferente, tendo dado origem a novos conceitos e novas teorias. De entre eles, podemos falar de Vilfredo Pareto (1848-1923). Para este, elite “é formada por todos aqueles que manifestam qualidades excepcionais ou que dão provas de aptidões eminentes no seu campo ou em qualquer atividade”, ou ainda “todos aqueles que, graças ao seu trabalho ou a dons naturais, alcançaram um sucesso superior à média dos outros homens” (Rocher, 1989, p.99). A perspectiva de Pareto sobre as elites terá que ser vista de uma forma qualitativa, de acordo com as definições por ele encontradas, facto que nos conduz à sua teoria da circulação das elites. Uma vez que Pareto atribui um valor qualitativo a elite, esta fica dependente da hereditariedade. Logo, nem todos os filhos herdaram as mesmas qualidades dos pais. Esta situação leva, obrigatoriamente, àquilo que ele denomina por circulação de elites, ou seja, a substituição de velhas por novas elites.

Na sua ideia de elite, Pareto procura eliminar ao máximo as diferenças existentes na

sociedade, ao tratá-las todas de igual forma. Reduz as diferenças, mas não coloca de lado a ideia de que são precisamente as desigualdades entre as pessoas que geram a formação das elites, acabando por introduzir uma distinção crucial no conceito. Fala na existência de uma elite governante, responsável pelo exercício do poder político, e distingue-a de uma elite não governante (Pareto, 1916, 1968).

Ainda que essa não seja a realidade das elites, Vilfredo Pareto partia do pressuposto de que o poder estava sempre nas mãos dos mais capazes.

Na sua obra Tratado de Sociologia, teve, como preocupação, o estudo da interação social entre as diferentes classes, considerando como mais importantes as elites políticas e económicas. A explicação de Pareto, relativamente à alegada superioridade destas elites, prende-se com a sua convicção de que as desigualdades sociais são parte integrante da ordem natural das coisas. Do mesmo estudo destaca-se a sua chamada de atenção para a decadência das elites que, segundo ele, lutam entre si, sucedendo-se umas às outras, no exercício da política (Pareto, 1916, 1968).

Foi a partir das teorias de Mosca e Pareto que outras teorias sobre as elites foram surgindo. Desde logo, o estudo do sociólogo alemão Robert Michels (1876-1936) sobre os partidos políticos e as tendências oligárquicas da democracia contemporânea. Através desta investigação, Michels concluiu que os partidos integrados num sistema político democrático apresentam uma tendência apreciável para a elitização, ou seja para a concentração do poder num grupo restrito, a que entendeu chamar de «lei de ferro das oligarquias». Segundo ele, a tendência para a formação de elites, ainda que isso possa parecer contraditório, também ocorre no interior de sistemas defensores dos princípios da igualdade e democracia (Michels, 1982). Esse terá sido mesmo um dos maiores, senão o maior, contributo de Michels para a teoria das elites.

Apesar de a tendência normal da democracia dever ir no sentido da substituição contínua dos mais antigos, por forma a não permitir a acomodação ao poder, acontece precisamente o contrário. A missão temporária acaba por se transformar em cargo e este em posto fixo (Michels, 1982).

Michels entende que, em todas as organizações, há uma tendência para a burocratização. Neste ponto, vai ao encontro de Mosca, na medida em que o grande número torna difícil ou quase impossível a organização. Por outro lado, ao passo que Mosca e Pareto não analisam casos concretos para formular as suas teorias, Michels percorre o caminho inverso. A partir de evidências empíricas, tentou demonstrar que mesmo dentro dos partidos

que funcionam em sistemas democráticos, há uma forte tendência para a formação de elites, como mais acima referimos.

Partindo da burocratização, importa referir que qualquer organização necessita de um quadro de funcionários para assegurar o seu bom funcionamento. É precisamente a partir dessa ideia que Michels fala no surgimento de novos interesses. Se, para os militantes de base de um partido, a organização se apresenta como um meio para atingir um fim, para os funcionários torna-se um fim em si mesmo, na medida em que a organização passa a ser o seu meio de subsistência (Michels, 1982, Lasswell, 1984). Esta situação acabaria por ditar o fim dos ideais revolucionários, na medida em que os líderes atingem uma situação de conforto na sociedade. Além disso, qualquer tentativa revolucionária pode colocar em risco a sobrevivência do partido. Daí, a sua convicção de que o poder é sempre conservador.

A teoria das elites chegou aos EUA pela mão de Lasswell (1902-1978), tendo encontrado, como seria exetável, terreno fértil para a sua implantação. Uma cultura democrática, aliada a uma economia assente no sistema capitalista da livre iniciativa e competição apresenta-se como elemento fundamental para o progresso do elitismo. Para Lasswell há valores que o homem disputa, nomeadamente salário, segurança, deferência, entre outros. Ou seja a disputa de bens económicos, sociais e políticos. Os que os conseguem obter passam a fazer parte da elite. Os outros são a massa (Lasswell, 1984).

Mais tarde Abraham Kaplan, com uma outra teoria das elites, vai mais longe do que as anteriores e introduz uma elite intermédia, a que chama de elite média. Esta tem um poder inferior à elite propriamente dita, mas superior à massa (Kaplan, 1979). Ele vai ao encontro das ideias de Mosca na medida em que encara a democracia como estando ligada à forma como é recrutada a elite.

James Burnham, outro dos autores que aborda o tema das elites, está convicto de que em todas as sociedades organizadas há uma classe que domina, quer seja feudal ou capitalista, possua trabalho assalariado, escravo ou coletivista e independentemente da forma de Governo vigente. No seu livro «Revolução dos Managers» reforça a ideia, já mencionada por outros pensadores acima referidos, de que a sociedade possui um grupo de poder, com características próprias, e bem distinto da massa da população (Burnham, 1992).

Charles Wright Mills (1916-1962), sociólogo norte-americano, junta também a sua teoria às anteriores, acrescentando a ideia de que o político está acima da sociedade e se situa entre a massa e a divindade. Por isso, não depende de nenhum dos dois. Apesar de se situar na linha de Mosca, difere deste na medida em que encara a elite como uma realidade muito mais

complexa e diversificada (Mills, 1973). Para ele, falar de elite como classe, é enganador, uma vez que se trata de simplificar a realidade, nomeadamente confundir elite com classe social. E explica porquê. No entender de Mills é possível identificar elites de classe.

Nesta medida, a contribuição de Mills para a teoria das elites foi importante ao distinguir classe social de elite, bem como ao ter aberto caminho para novas investigações sobre o tema. Por esse motivo, é comum atribuir-se-lhe o pioneirismo da sociologia do poder e das elites.

Apesar de tudo, a teoria das elites, se, por um lado, conta com defensores, por outro não deixam de existir aqueles que a rejeitam. Os que concordam com ela apresentam, como principais argumentos, a ideia de que todas as sociedades organizadas contam com desigualdades e que estas se ficam a dever à diferente distribuição do poder. Fazem igualmente parte dos argumentos a favor das elites a existência de várias formas de poder, sendo o político aquele que predomina. Estes são, de um modo geral, os autores que temos vindo a mencionar neste subcapítulo.

Em oposição a estes, surgem os que discordam da ideologia da teoria das elites. Entre outros argumentos, entendem que o facto de, historicamente, não se terem encontrado sociedades sem elites, tal teoria não nos deve levar a pensar que não existam. Por outro lado, a posição marxista entende que a causa das desigualdades tem a ver com questões de propriedade privada. Se a conseguirmos eliminar, acabamos com as elites. Junta-se a estes argumentos a convicção de que existem vários centros de poder (Dahl, 1982).

Depois do que atrás foi referido, ainda que de forma breve, importa, agora, distinguirmos as principais tipologias de elites que podemos encontrar, referindo em traços gerais as suas principais características.

2.16.2.1 Elites tradicionais

Gozam de uma autoridade ou influência que lhes é conferida pelas ideias, crenças ou estruturas sociais, e cuja origem remonta a um passado longínquo. Segundo esta linha de orientação, toda a aristocracia é caracterizada por uma elite tradicional. Ainda que de forma parcial, as elites religiosas também são do tipo tradicional (Rocher, 1989).

2.16.2.2 Elites tecnocráticas

Apresentam, como uma das principais características, o facto de assentarem numa base dupla. Por um lado, são escolhidas ou nomeadas, tendo por base “leis estabelecidas, reconhecidas e aceites”, por outro, é-lhes atribuída “uma certa importância medida segundo critérios conhecidos” (Rocher, 1989, p. 106). Neste tipo de elites, a competência pode ser determinada por exames, por júri, tendo em conta os resultados escolares ou a experiência adquirida. Inclui as categorias superiores de administradores.

2.16.2.3 Elites de propriedade

Estas obtêm a autoridade a partir dos bens ou dos capitais de que dispõem, o que lhes assegura o poder sobre a mão-de-obra à qual dão emprego. Contudo, o principal poder social advém do facto de terem uma influência considerável sobre as outras elites, designadamente, sobre a tradicional e a tecnocrática. São exemplos disso os latifundiários, os grandes industriais ou os homens da finanças, “cujas decisões podem influenciar tanto a vida política e social como a vida económica (...)” (Rocher, 1989, p. 106).

2.16.2.4 Elites carismáticas

Como indica a própria designação, estão incluídas neste tipo aquelas pessoas que possuem determinados carismas ou qualidades elevadas a um grau excepcional. Além disso, contam com virtudes que quase se poderão classificar de mágicas. Por esse motivo, este tipo de elite está inteiramente relacionado com pessoas concretas e não com cargos ou bens (Rocher, 1989).

2.16.2.5 Elites ideológicas

As elites ideológicas desenvolvem-se a partir de ideologias. São compostas pelas “pessoas e grupos que participam na definição de uma ideologia: são também aqueles que a divulgam, de certo modo os seus porta-vozes ou representantes autorizados” (Rocher, 1989, p. 107).

Apesar de se constituírem como elites, isso não significa que tenham, obrigatoriamente,

que fazer parte da «elite do poder». Em geral, têm a sua influência, mas não adquirem autoridade oficial. Como exemplos, podemos citar as elites da oposição, que o mesmo é dizer, aquelas que se opõem ao poder instalado. Regra geral, procuram opor-se ou adaptar-se às mudanças. Contudo, ainda que apresentem linhas de orientação que levem o poder num sentido diferente, não apresentam alterações consideráveis (Mills, 1973).

2.16.2.6 Elites simbólicas

De um modo geral, os autores que se preocupam com o tema das elites e o tratam costumam dar pouca importância às elites simbólicas. No entanto, estas assumem-se como referências para aqueles que as seguem, ou as combatem, uma vez que têm um modo de vida diferente, ideias e formas de agir peculiares. São exemplos os cantores populares, desportistas conhecidos (Rocher, 1989).

2.16.2.7 Elites políticas

Este tipo de elite integra os atores políticos dirigentes e com funções decisórias na esfera partidária. Além dos políticos no exercício da sua função governativa, seja ela em órgão legislativo ou executivo, acolhe também as personalidades políticas que, pela sua reputação e notoriedade, assumem influência significativa junto dos decisores políticos.

Partindo da formação do Estado Nacional, é possível perceber o modo como se formou a elite política contemporânea. Este veio acrescentar à sociedade uma organização burocrático-institucional com duas vertentes principais. Por um lado, a centralização da burocracia, por outro, a organização de uma violência institucionalizada e racional. Se tivermos em conta José Adelino Maltez, “a legitimidade está para o poder político como a justiça está para o direito” (Maltez, 1996, p. 153). Desta forma, o Estado moderno pode dizer-se que desregulamenta todas as formas de poder que existam na sua esfera territorial.

Se quisermos seguir a linha de pensamento de Maltez, foram quatro os principais problemas que a elite política teve que enfrentar: desde logo, a consolidação das formas e mecanismos de construção do Estado; depois, encontrar estratégias que levassem os cidadãos a aderir, inserindo o conceito de nação; em terceiro lugar, encontrar as formas indicadas de participação dos cidadãos e, finalmente, assegurar o monopólio da força, no sentido de reforçar o seu poder político (Maltez, 1996).

Estes quatro elementos obtiveram legitimidade através da incorporação do território dentro de mecanismos legais, introduzindo a noção de território como propriedade privada. Desta forma, estabeleceram a ligação entre poder e território.

As monarquias do século XVIII foram pioneiras na consolidação desses mecanismos, e a criação do Estado-nação procurou incorporar no seu espaço territorial todo o sistema que garantisse a homogeneização das comunidades regionais. Portanto, o território é a génese do Estado moderno, e cria a ideia de fronteira, estabelecendo com isso o instinto territorial, baseado na dicotomia civilização versus barbárie.

Para Maltez,: “só com o Estado moderno a fronteira adquiria uma dimensão de ordem política, resultante da espiritualização do próprio território” (Maltez, 1996, p. 208).

2.16.3 Renovação ou estagnação dos atores políticos

É comum a qualquer grupo político ou partido que detém o poder querer continuar com ele indefinidamente. Esta era já a convicção de Maquiavel quando referiu que a conquista e a permanência no poder era um dos objetivos do político (Maquiavel, 1982). Para continuarem a exercer funções decisórias (governar), é habitual os políticos servirem-se dos mais diversos instrumentos, nomeadamente, do marketing, por forma a permitir-lhes uma melhor divulgação dos seus projetos e objetivos (promessas) eleitorais. Daí, muitas vezes, a grande dificuldade que novos atores políticos enfrentam para conseguirem entrar nos lugares de escolha, dando origem a uma maior estagnação.

Uma democracia republicana, com a natural legitimação democrática, implica eleições livres e periódicas, através das quais são eleitos os representantes políticos. Contudo, na eleição “não existem titulares vitalícios, impondo-se a temporalidade e, por essa via, implementa-se a mudança dos titulares de todos os órgãos políticos e a alternância democrática” (Otero, 2010, p.82). Assim sendo, e indo ao encontro daquele que é o nosso objetivo – verificar se há ou não continuidade na ocupação dos lugares – “o princípio da renovação enquanto proibição da vitaliciedade, abrange todos os titulares dos órgãos nacionais, regionais e locais” (Otero, 2010, p. 82).

A precaridade e a efemeridade do poder decorrente do princípio da renovação dos titulares de cargos públicos, deverão garantir transparência, imparcialidade e respeito pela juridicidade por parte do eleito, sob pena da sua responsabilização.

São diversas as razões que deverão conduzir à renovação na ocupação de cargos

públicos: em primeiro lugar, evitar a personalização no exercício do poder e, como consequência, a sua aristocratização, além do combate ao abuso de poder e a redução das possibilidades de corrupção. A participação de um maior número de cidadãos na vida pública potencia a alternância e “reforça a democraticidade da democracia” (Otero, 2010, p. 83).

A possibilidade de introduzir novas ideias, com a entrada de novos atores políticos, é também outra das vantagens da renovação, aliada a uma melhoria da eficiência e a uma maior motivação dos cidadãos envolvidos. Tudo isto poderá conduzir a novas ideias políticas e a novas formas de relacionamento com os cidadãos.

Esta preocupação de renovação é algo que vem já a Grécia Antiga e da República Romana. Não é uma novidade introduzida recentemente como forma de democratização do sistema. Neste quadro de renovação, e de acordo com o regime republicano, a proibição de hereditariedade nos lugares, bem como da existência de cargos políticos de exercício por tempo indeterminado está sempre presente no espírito do legislador (Otero, 2010).

Não são raras as vezes que alguns atores políticos se apresentam perante os cidadãos com a ideia de que ocupar funções pública é algo de bastante intenso e cansativo, em que apenas o objetivo do serviço público o move a ocupar os lugares. Contudo, algumas visões sobre esta matéria lembram que “faz parte do ritual corrente do pessoal político declarar que não tem ambições políticas e anunciar o sacrifício e contrariedade com que assume os postos governativos” (Moreira, 2009, p. 189).

Ao invés, e em certa medida contrariando a aparente disponibilidade para libertarem os lugares, sempre que algumas vozes se levantam no sentido de se acharem mais capazes para ocuparem as funções do que aqueles que se encontram nos lugares, são imediatamente classificados pelo pessoal que está em exercício de poder “ambiciosos” (Moreira, 2009, p. 189).

Para perceber toda esta dinâmica da renovação e da luta pelos lugares, convém reconhecer “que a ambição de ocupar o poder é uma característica essencial do político”, na medida em que “o político pratica com frequência o verbalismo de ter sido convidado, solicitado, arrancado às suas ocupações, e não introduz no discurso a afirmação de que lutou pelos cargos, pediu, influenciou, e conseguiu” (Moreira, 2009, p. 189).

Para concluir e diante daquilo que acima fomos percebendo, os eleitos são, de um modo geral, compostos por “forçados que arrastam o peso do poder, do qual não se livram apenas por falta de oportunidade e para não frustrarem as súplicas do povo”. Um discurso contrário à realidade. O político quer o poder, convicto de que tem consigo a solução para os interesses

públicos, apesar de tudo, na forma degenerada ele pretende o poder “porque julga poder satisfazer interesses setoriais e até privados” (Moreira, 2009, p.189).

2.17 Hipóteses e Questões de Investigação

Depois do enquadramento teórico e percorridos alguns dos principais conceitos, designadamente no que toca às características do sistema político português, importa colocar a esta tese o desafio de poder aferir sobre um conjunto de hipóteses que poderão ser firmadas ou infirmadas pela respetiva análise e cruzamento de dados que apresentaremos no capítulo imediatamente a seguir.

Sendo nosso objetivo, em primeiro lugar e principalmente, saber se os atores políticos que se movimentam no espectro político português, nas diferentes instituições do SPP, se perpetuam nos lugares, ou se dão lugar a novos nomes, é a nossa principal tarefa.

Partimos para esta caminhada com a sensação, que nos é incutida pelas opiniões mais generalizadas, de que os políticos se perpetuam no lugar, não abrindo espaço à entrada de novas figuras e de novos atores políticos.

Poderemos, por isso, colocar como hipóteses de trabalho a aferir as seguintes afirmações:

- 1- Existe entre os atores políticos portugueses uma forte permanência dos mesmos nomes nos lugares, ou seja uma elevada estagnação.
- 2- A alegada estagnação dos atores políticos nos lugares é apenas aparente.
- 3- A tendência para a manutenção dos lugares, por parte dos partidos, é maior sempre que o candidato tenha apenas feito um único mandato.
- 4- A estagnação nos lugares políticos varia consoante o órgão do SPP em causa.
- 5- A estagnação nos lugares políticos é idêntica nos diferentes órgãos do SPP.

Capítulo 3 Análise de dados/entrevistas

3.1 Entrevistas - Introdução

Se no capítulo anterior estruturamos as bases teóricas para o enquadramento dos principais assuntos que nos propomos abordar, neste fomos ao encontro não só do tratamento estatístico dos dados que nos possam permitir chegar a uma conclusão sobre o processo de renovação ou estagnação dos atores políticos, como também aferir, através de entrevistas diretas e semiestruturadas, a 22 figuras do quadrante político, social, judicial e até religioso.

Partindo de uma base de assuntos previamente definidos, que de seguida tratamos, fomos ouvir a opinião de diversos entrevistados sobre:

3.1.1 Governabilidade, proporcionalidade, representatividade e qualidade dos atores políticos no nosso sistema eleitoral

A forma como se organizam os sistemas eleitorais é fator decisivo na resposta que é dada a questões como a maior ou menor governabilidade, bem como a matérias como a proporcionalidade e por conseguinte a representação e a qualidade dos atores políticos.

No nosso sistema de representação proporcional, mas onde a proporcionalidade não é puras, os mandatos obtidos resultam da aplicação da média mais alta de Hondt aos votos expressos pelos eleitores. Isto contribui, algumas vezes, para uma distribuição menos vantajosa para os partidos com menor expressão eleitoral, na medida em que acabam por ver desperdiçados muitos dos seus votos que, por força das circunstâncias, não podem ser convertidos em mandatos.

Se isso acontece nas eleições para a Administração Local, é nas eleições para a Assembleia da República que a situação assume maior relevo, não só por se tratar de uma eleição nacional, como pelo facto de ser a AR o mais importante palco e expressão do Portugal democrático. Aqui, os partidos com uma menor percentagem de votos, e porque, apesar de ser uma eleição nacional, os mandatos são atribuídos por círculos eleitorais correspondentes aos distritos, dizem-se prejudicados por os seus votos, em muitos dos distritos, não servirem para mais nada que não seja a expressão da vontade de alguns. Por essa razão, a governabilidade, bem como a proporcionalidade, a representação e qualidade dos atores políticos fez parte das matérias alvo de conversa nas nossas entrevistas.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Quadro 1 - Modo como os entrevistados acham que o sistema eleitoral responde

Nº Entrevistado	Satisfaz a Governabilidade?			Satisfaz a Proporcionalidade?			Satisfaz a Representatividade?			Satisfaz a qualidade da Representação?		
	Sim	Não	N/R	Sim	Não	N/R	Sim	Não	N/R	Sim	Não	N/R
1	X			X			X			X		
2	X			X			X				X	
3	X			X			X			X		
4			X			X			X			X
5		X			X		X			X		
6	X			X			X			X		
7		X		X			X			X		
8	X			X			X			X		
9	X			X			X			X		
10	X			X			X					X
11	X			X			X			X		
12	X			X			X					X
13	X			X			X			X		
14	X			X			X			X		
15	X			X			X			X		
16	X			X			X			X		
17	X			X				X		X		
18	X			X			X			X		
19	X			X			X			X		
20	X			X			X			X		
21	X			X			X			X		
22	X			X			X			X		
TOTAL	19	2	1	20	1	1	20	1	1	18	1	3

Com uma maioria bastante significativa (16 – correspondentes a 72,72%), os nossos entrevistados entendem que o sistema eleitoral, de um modo geral, responde ao pretendido. 18,18% acham que cumpre o seu papel com limitações, dizendo os restantes 9,10% respeito àqueles que acham que não e aos que preferiram não se pronunciar.

Dado curioso é o facto de, do total de 15 políticos, ou ex-políticos, entrevistados, 11 entenderem que o nosso sistema se adequa ao necessário, 3 acharem que o sistema responde com limitações e apenas um acha que é preciso alterá-lo.

Aqueles que advogam a continuação do atual sistema sustentam a sua argumentação no facto de a governabilidade e a proporcionalidade, tantas vezes usadas como forma de pressão para proceder a alterações, serem uma mera bandeira política, na medida em que a boa governação resulta, de certa forma, não tanto da proporcionalidade dos mandatos obtidos, mas da capacidade de entendimento dos atores políticos. Há mesmo alguns que acrescentam a esta sustentação que a possibilidade de governar com estabilidade também depende do sentido de responsabilidade que os políticos tiverem. Afinal, a governabilidade não pode significar ter maiorias absolutas e poder fazer com elas aquilo que se entender.

Aqueles que entendem que é preciso reforçar os mecanismos da governabilidade, defendem-se com o argumento de que o nosso sistema eleitoral não está virado para maiorias absolutas. E, segundo eles, isso não favorece a estabilidade política do país e, por conseguinte, tal situação não concorre para a defesa dos interesses dos eleitores.

Esta linha de orientação é aquela a que o politólogo Arend Lijphart classifica como de democracia maioritária, onde a política é vista numa perspetiva de soma nula, em que é feita a defesa da tese de que deve governar a maioria e, por esse motivo, o vencedor deve decidir em nome de todos.

Entre os que acham que o argumento da falta de governabilidade, por força de uma deficiente proporcionalidade e representação, é algo que não passa de artificialidade e estratégia política dos partidos dominantes, surge a convicção de que o mais importante é uma conceção de governar para os cidadãos e não a ideia de que a democracia é apenas a expressão formal da participação no ato do voto. Aquilo a que Lijphart chama de democracia consensual, onde sobressai a tese de que deve governar o maior número de gente possível, por forma a que todos, mesmo as minorias, se sintam representadas.

Sem que isso seja um argumento diretamente abordado, quer pelos defensores do actual sistema eleitoral, quer por aqueles que o criticam, em abono da verdade, ambos estão a ir ao encontro daquilo a que Dieter Nohlen classifica como sendo os dois grandes princípios da representação inconciliáveis.

Se o sistema proporcional, como ele refere, visa a representação de diversas tendências sociais e políticas, por outro, o maioritário pretende a constituição de maiorias absolutas no Parlamento. Significa isto que, no nosso sistema proporcional não puro se visa tentar

encontrar um equilíbrio entre os dois objetivos. Por um lado permitir a formação de um espectro político o mais alargado possível, mas por outro dar a quem ganha alguma primazia nas decisões. É, no fundo, um sistema híbrido.

Apesar da importância de todos os argumentos manifestados pelos entrevistados, uns num sentido, outros noutra, entendemos trazer aqui, de forma mais direta, o entendimento do Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, sobre o nosso sistema eleitoral e o modo como os atores políticos se pronunciam e usam o argumento da maior ou menor governabilidade. Além de não deixar de também responsabilizar o povo português pelo excessivo afastamento do dever de participar, coloca a responsabilidade da alegada falta de governabilidade no facto de “não existir da parte dos políticos, na minha maneira de ver, uma consciência do bem comum. Não estar a pensar em fazer carreira à espera, porventura, de novas eleições” (cf. entrevista D. Jorge Ortiga).

De qualquer forma, ainda que possa existir, de entre os entrevistados, uma tendência maioritária para a defesa do atual sistema eleitoral, a verdade é que não é pacífica a utilização do método de Hondt para a conversão dos votos em mandatos. E a razão para tal, advém, desde logo, do facto de, segundo alguns, o método utilizado penalizar os partidos com menor representação eleitoral. Quanto menor for o círculo eleitoral onde o método é aplicado, maior será o benefício dos partidos mais representativos.

3.1.2 Proximidade ou afastamento entre eleitores e eleitos

O conhecimento que os eleitores têm, ou não, sobre os eleitos e sobre as suas propostas tem sido, desde há muito, alvo de discussão, não só entre estudiosos da ciência política e da sociologia, mas também entre os diversos atores políticos, de diferentes partidos.

Quadro 2 – Modo como entrevistados encaram a relação entre eleitor e eleito

Nº do Entrevistado	Existe afastamento	Afastamento é um mito/ Ou não existe	Não responde
1		X	
2	X		
3	X		
4	X		
5	X		
6		X	
7	X		
8		X	
9			X
10			X
11	X		
12	X		
13	X		
14			X
15	X		
16		X	
17	X		
18			X
19			X
20	X		
21	X		
22	X		
TOTAL	13	4	5

Entre outros argumentos, o alegado afastamento que alguns dizem existir entre representantes e representados tem sido usado para justificar a aumento do fenómeno da abstenção, mas também para questionar a bondade ou não da democracia representativa, em desfavor da democracia participativa. Ou seja, o crescente alheamento dos eleitores, que ao discordarem das práticas políticas, sem procurarem aumentar a participação, permite aos atores políticos a decisão sobre a sua vida e leva à consequente fragilidade da democracia participativa.

Neste cenário de dúvida sobre os males que afetam a participação dos cidadãos e as consequências do possível afastamento entre eleitores e eleitos, nunca se deverá perder de vista a ideia de que, como defendeu Marcelo Caetano, “a democracia é uma forma de Governo em que os governados são titulares do poder político” (Caetano,1991,p.331).

Entre os 22 entrevistados, 13 (59,10%) são de opinião de que, na verdade, existe um claro afastamento entre os eleitores e eleitos. Cinco deles (22,72%) não se pronunciam direta

ou indiretamente sobre a questão e 4 (18,18%) consideram que o alegado afastamento não passa de um mito ou é algo que não consideram o mais importante.

Os argumentos usados para defenderem as suas posições são diversos. Aqueles que assumem que existe um claro afastamento entre eleitos e eleitores justificam a sua convicção, não tanto com problemas decorrentes do sistema eleitoral, mas mais com a falta de boa vontade do deputado em se aproximar dos eleitores, bem como com a prática política de cada um. Além disso, argumentos como o excesso de «partidocracia» em que os eleitos apenas se lembram dos cidadãos em períodos eleitorais, são igualmente apresentados por alguns dos entrevistados, vindo por isso ao encontro da classificação de Giddens sobre a democracia representativa que diz significar o poder exercido por grupos afastados do eleitor comum (Giddens,1997,p.98).

Há também quem justifique a falta de proximidade com o facto dos candidatos serem figuras pouco conhecidas. Além disso, a existência de uma democracia representativa, na qual, de um modo geral, o eleitor elege e depois fica à espera, é também outro argumento.

Entre os entrevistados há mesmo quem considere, como o ex-jornalista do jornal «Público», Fernando Correia de Oliveira, que nunca a classe política esteve tão afastada do seu quotidiano. Para ele “começa a ser quase maioria aqueles que sabem aquilo que não querem, não se percebendo muito bem o que é que as pessoas querem. Chega-se a este perigo de poder haver Governos, até de maioria absoluta, ou de maioria estável, mas que não representam o país” (cf entrevista Fernando Correia de Oliveira).

Dos argumentos usados para justificar o afastamento entre eleitores e eleitos, todos eles com igual importância e significado, resolvemos destacar o do ex-Presidente da República, Mário Soares, que lembra também que “os próprios primeiros-ministros, ministros e responsáveis políticos, quer nos partidos, quer nos Governos, não me parecem ter a capacidade para resolver os problemas essenciais do país” (cf entrevista Mário Soares).

Para aqueles que entendem que a questão do afastamento entre eleitor e eleito é um mito, surge como razão para tal opinião o facto de os deputados, no caso da AR, terem uma intervenção relativa, na medida o sistema está preparado para funcionar mais em termos de grupo parlamentar. Apesar dos deputados serem eleitos por círculos, coincidentes com os distritos, e serem mais ligados à região por onde foram eleitos, na prática, e de acordo com o sistema, representam o total do país e não apenas uma zona em concreto. Por esse motivo, como forma de atenuar o problema do afastamento, aqueles que acham que neste momento se trata de um mito são defensores da criação de círculos de menor dimensão.

Para ajudar na resolução deste alegado óbice do sistema, há receitas diversas, nem todas partilhadas com igual convicção por todos os entrevistados. Desde logo a criação de círculos uninominais, coincidentes com os atuais distritos. Ou seja, para alguns, esta solução de haver apenas um candidato por partido, em cada distrito, seria uma mais-valia para um melhor conhecimento dos eleitos e por conseguinte para a aproximação.

Uma solução que poderia ajudar a resolver esta lacuna poderia passar pela produção de informação de qualidade que mostre aos cidadãos, de modo mais direto e objetivo, as decisões dos atores políticos, o seu respetivo custo e os resultados obtidos (Mozzicafredo e Gomes, 2001).

De um modo geral, aqueles que assumem o afastamento, acham que é necessário proceder a alterações que levem a um maior conhecimento daqueles que se apresentam a sufrágio. No entanto, mesmo admitindo que será necessário fazer algo para reduzir esta distância entre eleitos e eleitores, há aqueles que veem nos círculos uninominais um caminho perigoso, uma vez que, além da diminuição da proporcionalidade, pelo facto de tal situação favorecer os partidos com maior representação, entendem também que os círculos uninominais poderão favorecer o reforço de algum «caciquismo» local.

3.1.3 Círculos uninominais, plurinominais ou mistos

Outro dos temas por nós abordado com os entrevistados foi a da tipologia dos círculos. Atualmente em Portugal o nosso sistema caracteriza-se por ser plurinominal. Significa isto que, quer nas eleições para a Administração Local, quer para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu são apresentadas listas com diversos nomes, sendo os eleitos o resultado da transformação dos votos em mandatos, através da média mais alta de Hondt.

As opiniões sobre a solução que melhor pode resolver o necessário equilíbrio entre proximidade entre eleitor e eleito, governabilidade e proporcionalidade são diferentes e utilizam argumentos distintos. Na verdade, não há soluções milagrosas nem totalmente equilibradas, na medida em que quando queremos aumentar a proporcionalidade e, por conseguinte, a representação de um maior número de forças políticas, acabamos por dificultar, pelo menos no plano teórico, a governabilidade, uma vez que o entendimento terá que ser feito com maior número de quadrantes. É, portanto, um caminho difícil de trilhar, para não dizermos quase impossível, se quisermos responder a todo um conjunto de variáveis.

No universo dos nossos entrevistados, 11 (50%) são defensores de uma solução de círculos mistos, ou seja a coabitação de plurinominais e uninominais. Seis (27,27%) dizem-se absolutamente contra a existência exclusiva dos círculos uninominais, dois (9,10%) aceitariam os uninominais mas com algumas reservas. Três (13,64%) são apologistas de uma eventual solução intermédia entre os dois, ou não se pronunciam. Curiosamente, nenhum dos entrevistados defendeu totalmente o atual sistema vigente, onde apenas existem círculos plurinominais.

Entre os argumentos para uma solução de tipo misto encontra-se o facto de ser necessário, em caso de existência de círculos uninominais distritais, a de um círculo nacional plurinomial que possa compensar os partidos com menor expressão eleitoral e, por conseguinte, com menor probabilidade de sucesso na eleição uninominal. Isto poderia passar pela existência de um círculo nacional, com 60% ou 70% dos lugares eleitos e os restantes 30% ou 40% para distribuir pelos círculos uninominais. Uma solução deste tipo permitiria também a partição de diversos círculos distritais de maior dimensão, contribuindo assim para uma maior proximidade e conhecimento entre eleitores e eleitos, e ao mesmo tempo compensar os partidos mais pequenos pelas perdas nos círculos uninominais. Com esta solução passaríamos a ter um sistema proporcional na eleição nacional, com igual transformação dos votos em mandatos utilizando igualmente o método de Hondt, e uma solução maioritária no caso dos círculos uninominais, onde venceria o candidato que obtivesse mais votos, independentemente da percentagem obtida.

Há também quem defenda um sistema misto composto por um círculo nacional e outro distrital, ambos plurinominais, atribuindo a cada um deles um número de mandatos. Esta linha de opinião diz que, com este evitar dos círculos uninominais, pretende-se afastar soluções de «queijos limianos» bem como do «caciquismo».

Para os que defendem a existência de um círculo nacional, independentemente da coexistência de outras soluções também distritais, como é o caso do secretário-geral da UGT, João Proença, o argumento contra os círculos uninominais passa, desde logo, pela convicção de que estes poderão levar a “uma maior intervenção do poder político, nomeadamente em termos de eleições legislativas, com uma maior intervenção do poder autárquico no próprio mecanismo de decisão e a uma certa confusão entre o autárquico e o legislativo” (cf. entrevista João Proença).

Também dentro da linha de pensamento totalmente contra a existência de círculos uninominais se encontra o deputado do PCP e vice-Presidente da Assembleia da República,

António Filipe, que argumenta que tal solução “reduziria consideravelmente a representação, para além de ter um efeito perverso ao conduzir a uma bipolarização artificial da vida política nacional” (cf. Entrevista António Filipe).

Os defensores de uma solução intermédia entre os círculos plurinominais e uninominais, acham que deveria ser percorrido, antes de se avançar para um círculo nacional e outro distrital, um caminho prévio de aplicação do voto preferencial nas listas. Desta forma, o eleitor teria a possibilidade de, dentro da lista, poder optar pelo candidato da sua preferência, independentemente do lugar que ocupe na lista apresentada a sufrágio. Esta é uma solução, defendida entre outros por António José Seguro (cf. entrevista António José Seguro).

3.1.4 Listas fechadas e bloqueadas ou sistema de voto preferencial

A questão das listas fechadas e bloqueadas, ou seja a impossibilidade do eleitor poder escolher entre os nomes apresentados na lista, caracteriza o sistema português e poderá também ser mais um dos motivos para o alegado afastamento entre aqueles que elegem e os que são eleitos.

No atual modelo, as listas surgem por partidos ou por candidatura independente, e não com o nome dos candidatos. Esta solução é apontada por alguns dos entrevistados como um entrave à necessária aproximação e participação dos cidadãos.

Nas entrevistas por nós efetuadas, 10 (45,45%) são defensores de uma solução de voto preferencial, através da qual as listas surgem com os respetivos nomes, ordenados por ordem alfabética e o eleitor fica com a possibilidade de escolher qualquer um dos candidatos, independentemente do lugar que ocupe na lista.

Três (13,63%) dos entrevistados assumem-se contra o voto preferencial e 9 (40%) não respondem ou não têm opinião formada sobre tal possibilidade.

Entre os que são apologistas do voto preferencial são apresentados argumentos diversos, desde logo a maior valorização da opinião do eleitor, ao poder optar por quem entender. Um destes é António José Seguro, ao lembrar que “nós temos que fazer o caminho de dar cada vez mais direitos e mais poder ao cidadão” (cf. entrevista António José Seguro).

Mas, faz também parte da justificação apresentada pelos que dizem sim ao voto preferencial, a possibilidade dos cidadãos penalizarem os partidos optando pelos candidatos que conhecem a região e não por aqueles que apenas aparecem na lista por conveniência política.

António Capucho entende mesmo que “o voto preferencial tem a vantagem da lista ser apresentada por ordem alfabética e os eleitores poderem escolher quem muito bem entendem. São eles que colocam na ordem. Isso parece-me um valor acrescentado para o enriquecimento do Parlamento com aqueles que são mais capazes, pelos menos que os eleitores têm por mais capazes” (cf. entrevista António Capucho).

Os que se manifestam contra esta solução chamam a atenção para o aumento da complexidade no apuramento eleitoral, bem como para o grande desconhecimento que os eleitores têm em relação aos candidatos apresentados a sufrágio.

3.1.5 Sistema de Governo

A função de árbitro e de garante da soberania, bem como de responsável pela indigitação, nomeação e demissão do Governo fazem da figura do Presidente da República alvo, algumas vezes, da «ira» de alguns políticos, bem como de alguns cidadãos.

Apesar de não ser dos temas que mais tempo e espaço ocupam na vida da democracia, dos partidos e na mente do comum dos cidadãos, entendemos ser um dado importante perceber o pulsar dos atores políticos quanto ao nosso sistema semipresidencialista.

Ainda que entre alguns comentadores e cidadãos vá surgindo a ideia de alterar a atual situação, na verdade, de entre os nossos 22 entrevistados, quase 91% (20 entrevistados) entendem que devemos manter o sistema semipresidencialista, por este, apesar de tudo, responder àquilo que o país necessita.

Quando lhes é colocada a questão, caso tivessem que optar por uma alteração, se optariam por uma situação presidencialista ou parlamentarista, na verdade, as coisas ficam bastante equilibradas. Contudo, a vantagem vai para os defensores do presidencialismo. E os motivos alegados, de um modo geral, vão para a necessidade do reforço dos poderes presidenciais, nomeadamente ao nível da Defesa e Negócios Estrangeiros.

O juiz conselheiro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Luís Noronha do Nascimento, um dos que concorda com o atual sistema semipresidencialista, defende contudo algumas melhorias que poderiam ser introduzidas e lembra que “os sistemas democráticos europeus nasceram todos com o parlamentarismo. E o parlamentarismo foi desaparecendo. Penso que não tem sido por causa no nosso sistema político que os problemas se têm posto. O sistema presidencialista, nós também não temos uma grande tradição nisso” (cf. entrevista Luís Noronha Nascimento).

Também o Juiz Conselheiro Orlando Afonso, ex-presidente do Conselho Consultivo dos juízes europeus, defende a continuação do sistema semipresidencialista, mas advoga a ideia de que o Presidente da República “não seja só uma magistratura de influência e de ética, mas que tenha uma intervenção maior na vida política, se for necessário e se for caso disso” (cf. entrevista Orlando Afonso).

3.1.6 Caminho da democracia em Portugal

A democracia como o Governo do povo e para o povo é um caminho nem sempre fácil de percorrer e, cada vez mais, com curvas e contracurvas difíceis de desfazer.

Há algumas vezes a tendência para tentar associar a democracia à possibilidade que é dada aos cidadãos de votarem e, por conseguinte, escolherem os seus representantes junto dos órgãos de decisão. Contudo, e é também essa uma das tónicas que os nossos entrevistados fizeram questão de salientar, a democracia é muito mais do que o simples exercício do voto. É, em grande medida, a participação dos cidadãos na vida do país, aos mais diversos níveis. E, de um modo geral, a intervenção do cidadão é quase insignificante.

Os atores políticos, esquecendo-se, muitas vezes, de que um mandato é um ato de representação, assumem decisões e compromissos contrários aos interesses dos seus representados. A coberto do mandato que lhes foi conferido pelo voto acabam, demasiadas vezes, por representar mais os partidos e as suas direções do que aqueles que neles acreditaram ao lhes confiar o seu voto.

É precisamente aqui, no momento da representação, que surge um dos principais problemas. A democracia como o garante da defesa dos interesses coletivos é, algumas vezes, desvirtuada pelo facto dos eleitos se esquecerem dos eleitores, tomando posições, virtualmente em nome do povo, mas na prática em defesa de interesses mais partidários.

Entre as diversas razões que motivam os nossos entrevistados a dizer que existem problemas diversos no funcionamento da nossa democracia coloca-se também a questão da grande ocupação do aparelho de Estado através das clientelas partidárias.

Um conjunto de motivos aos quais se junta também a grande desmotivação dos jovens pela vida política.

Guilherme d’ Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas, um dos entrevistados, lembra que a democracia “é um sistema de valores. Um sistema de valores baseado nos

direitos fundamentais, no valor universal da pessoa humana” (cf. entrevista Guilherme d’Oliveira Martins).

A tudo isto, ainda sobre o Estado da democracia, Álvaro Barreto, acrescenta igualmente que “o país está demasiado ocupado pelos partidos políticos” além de entender também que “os verdadeiros problemas das pessoas nunca chegam cá acima” (cf. Entrevista Álvaro Barreto).

As preocupações relativamente ao atual funcionamento da democracia em Portugal assumem contornos mais gravosos, caso nada seja alterado, como refere o secretário-geral da CGTP-IN, Carvalho da Silva, para quem “a democracia está aprisionada pela força do financeiro e do económico” (cf. entrevista Carvalho da Silva).

Este conjunto de motivos leva a esmagadora maioria dos nossos entrevistados, quase 82% (18) a defender que a nossa democracia tem caminhado com alguns problemas. Apenas 18% (4) entendem que ela tem seguido um caminho normal.

3.1.7 Qualidade e credibilidade da classe política

Quase 70% dos entrevistados consideram que a qualidade e credibilidade da classe política em Portugal tem vindo a diminuir. Dos 22 interlocutores com quem abordamos a temática, 16 entendem que a qualidade é indiscutivelmente menor.

Apenas seis (27,27%) acham que a alegada diminuição da qualidade é uma falsa questão e um deles não se pronuncia.

Entre aqueles que acham discutível falar na redução qualitativa da classe são diversos os argumentos utilizados para defenderem a sua tese. Desde logo o facto de “aqueles que criticam a qualidade são, em geral, aqueles que acham que tinham mais qualidade para estarem naquele lugar do que aquele que lá está” (c.f. entrevista Júlio Miranda Calha).

Também Arménio Santos, outro dos deputados por nós entrevistados, este do PSD, se coloca ao lado daqueles que não aceitam a ideia da diminuição da qualidade, justificando a sua posição lembrando que “os políticos são aquilo que a sociedade é”. Afirma, além disso, que «é fácil criticar os políticos” ao mesmo tempo que diz que “há políticos bons e maus, tal como há bons e maus trabalhadores e bons e maus empresários” (c.f. entrevista Arménio Santos).

Nesta mesma linha de pensamento, contrária à ideia de diminuição da qualidade dos atores políticos, vem também o social-democrata Mota Amaral para quem, à semelhança de

Arménio Santos, entende que a classe política é o reflexo da sociedade que criámos. “Se os políticos têm defeitos, eles refletem os defeitos da sociedade portuguesa, pura e simplesmente” (c.f. entrevista Mota Amaral).

A este coro de discordância em relação à ideia da diminuição da qualidade juntam-se também outras vozes, nomeadamente a deputada do PEV, Heloísa Apolónia, que se afirma revoltada com a generalização que é feita sobre os políticos. “Eu não falo de classe política. Falo de políticos do PSD, políticos do Governo, políticos...não gosto também de ouvir falar de oposição. Gosto de falar em oposições, porque há oposições diferentes” (c.f. entrevista Heloísa Apolónia).

Também os deputados António Filipe (PCP) e Luís Fazenda (BE) partilham esta mesma crítica de generalização quando se fala de atores políticos.

Apesar de tudo, a esmagadora maioria dos entrevistados entende que a qualidade dos políticos tem vindo a diminuir, utilizando para o efeito diversos argumentos. Basílio Horta, antigo dirigente do CDS, e atualmente deputado independente eleito nas listas do PS, não tem dúvidas ao afirmar que atualmente “temos na política a safra dos piores” (c.f. entrevista Basílio Horta).

Neste grupo dos que admitem um decréscimo qualitativo, os argumentos utilizados vão desde a necessidade de alterar o próprio estatuto do deputado, como é o caso de António José Seguro, para quem “uma forma de contribuir para o aumento da qualidade seria a possibilidade do deputado ter liberdade de voto, desde que não estejam em causa questões fundamentais como o orçamento ou o programa eleitoral”. Argumentos aos quais junta o facto de “uma pessoa vir para o Parlamento, ter ideias próprias, e a certa altura começar a ter que votar de uma forma diferente daquela que pensa, aí começa a ser violentado” (c.f. entrevista António José Seguro).

Entre as questões que sustentam a tese da redução da qualidade da classe política surge também a corrupção. Neste ponto em particular, o ex-Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa e Arcebispo de Braga, D. Jorge Ortiga, entende que “as pessoas são compradas muitas vezes por coisas muito fáceis”, mas não deixa, contudo, de reconhecer que existem imensas pessoas que estão na política por autêntica vocação (c.f. entrevista D. Jorge Ortiga).

A falta de preparação daqueles que exercem atividade política em Portugal é outro dos argumentos referidos por diversos dos nossos entrevistados, aos quais se juntam também críticas aos partidos políticos por fazerem avançar aqueles que mais se destacam “não

obedecendo muitas vezes a critérios de qualidade mas de capelinha” (c.f. entrevista António Ganhão).

O sistema formal de incompatibilidades, em que se afastaram aqueles que tinham um envolvimento na vida do dia-a-dia, é também outro dos argumentos daqueles que entendem haver uma diminuição da qualidade dos atores políticos. Significa isto que “a lógica das incompatibilidades é a de que só pode intervir quem não conhece os assuntos. Ora, isto é perverso. Quem tem interesses deve dizer quais são, sem ter que os esconder” (c.f. entrevista Guilherme d’Oliveira Martins).

As recompensas dadas a altos dirigentes partidários que, ao saírem de empresas com capitais públicos, levam chorudas indemnizações é outro dos argumentos a favor daqueles que advogam a redução da qualidade dos políticos. Mas, além disso, também o desconhecimento que os cidadãos têm em relação aos atores políticos é apresentado como justificação. “Hoje não existem figuras. A maior parte das pessoas que estão como deputados não são conhecidas. Agora há cinco, seis ou sete que são conhecidos no país. Não haverá muito mais” (c.f. entrevista Mário Soares).

Outro dos argumentos passa pelo facto de, contrariamente ao que acontecia há 20 ou 30 anos, hoje os lugares políticos são ocupados por pessoas sem conhecimento da realidade do país e sem provas dadas na vida social e empresarial. Apesar deste argumento ter sido, de um modo geral, abordado pelos entrevistados que entendem haver uma clara diminuição da qualidade, há dois deles que lhe dedicam especial atenção, no modo como o integram no centro da actual imagem negativa que os cidadãos têm da classe política.

Álvaro Barreto, que integrou seis Governos, um deles de Bloco Central, é uma voz crítica em relação à redução da qualidade da classe política, lembrando para tal que quando entrou para o Governo, em 1978, os que entraram “eram pessoas que já tinham dado provas na vida real”. Diz ainda que “a filosofia do interesse nacional foi-se degradando”. Nesta mesma linha Álvaro Barreto afirma que atualmente quem vai para o poder “são os jotas. São pessoas que talvez, enfim, que tiveram toda a sua vida na política, mas que não conhecem o país real” (c.f. entrevista Álvaro Barreto).

Posição idêntica tem também o ex-ministro social-democrata, Figueiredo Lopes, para quem o sistema vigente tem vindo a favorecer a mediocridade. Segundo ele a qualidade dos atores políticos “decreceu brutalmente” (c.f. entrevista Figueiredo Lopes).

Faz também parte dos argumentos que leva alguns dos entrevistados a admitir a redução da qualidade o facto de muitos dos políticos, que exercem os diferentes lugares de poder, não terem tido uma carreira na vida pública antes de exercerem os cargos políticos.

Esta mesma convicção da importância da experiência prática da vida vem ao encontro daquilo que também Pasquino defende como condição crucial para a atividade política. A de incluir cidadãos comuns, sem carreira feita na política, como forma de levar para a política diferentes experiências (Pasquino, 2000, p.40-72).

3.1.8 O que é ser um bom político?

Ao abordarmos todo este conjunto de matérias há uma que não poderíamos deixar de refletir sobre ela. Afinal, quando falamos da credibilidade e qualidade da classe política estamos, nada mais, nada menos, ainda que de forma indireta, a tentar perceber o que será que se pode entender por um bom político. Foi precisamente isso que procuramos saber também junto dos nossos entrevistados.

A maioria deles, 12 de entre os 22 (54,54%) entende que um bom político é aquele que melhor consegue assumir o sentido da causa pública. Logo a seguir, com 13,63%, mas também na mesma linha de orientação, vêm os que remetem para a boa interpretação do interesse coletivo.

Além destas características, para definir um bom político, surgem diversas qualidades. Desde o conhecimento da sua área de atuação, ou seja, um ator político que queira desempenhar com rigor a sua função tem que ser extremamente capaz dentro da área onde vai intervir, na medida em que a nobreza do político está, em grande medida, na capacidade que tem de melhorar a vida das pessoas.

O patriotismo é outra das características também apontadas, uma vez que o ator político tem que conseguir colocar os interesses do país acima dos interesses do partido que representa. Tarefa inúmeras vezes difícil de levar a cabo, não pela falta de vontade de o fazer, mas pela enorme influência partidária e pela dependência que os atores políticos acabam por ter dos partidos. Sem eles não há democracia, mas com excesso deles não há liberdade para as consciências de cada um.

Ter um verdadeiro sentido de responsabilidade é outra das condições apontadas. Afinal, ser um bom político significa ter valores, bem como uma dimensão moral e ética e a

consciência do serviço. Características que, segundo alguns, nem sempre se encontram entre os atores políticos.

“O roubo tornou-se legal. A maior parte dos roubos, a apropriação indevida daquilo que é dos outros, ou que é do coletivo, tornou-se legal. É uma coisa espantosa. Assistimos nos últimos anos aos maiores roubos organizados da história. E isto é uma expressão da degradação da nossa democracia” (c.f. entrevista Manuel Carvalho da Silva).

A capacidade de saber ouvir é também apontada como condição para o exercício de uma boa atividade política. Antes de dar a sua opinião, o político tem que recolher informação, tem que ouvir aqueles que representa, e só depois deve decidir.

O prazer de servir deve estar também na base daqueles que ocupam cargos políticos. Sem esse prazer de serviço, um político não pode levar a cabo corretamente a sua tarefa. Um político tem que ter prazer na política. Tem que gostar dela e não dizer que está ali por sacrifício. Quando assim não é, não se pode esperar um bom desempenho. Além disso, o carreirismo político é, muitas vezes, também contrário ao bom desempenho. Não é desejável que se comece numa juventude partidária e se acabe em deputado ou Primeiro-ministro, sem nunca ter trabalhado na sociedade civil, na medida em que o trabalho político tem que ter sempre uma base social.

Um político tem que “ser a voz daqueles que não têm voz. A esses é que o político devia estar atento e ouvir o seu silêncio” (c.f. entrevista D. Jorge Ortiga).

3.1.9 A principal qualidade para um bom político

Interligado com o ponto anterior, quisemos também saber, entre os nossos entrevistados, qual será a principal qualidade que um bom político terá que ter. Serão diversas, com toda a certeza, mas ao pedirmos que nos indicassem aquela que colocariam em primeiro lugar, a honestidade/seriedade foi aquela que mais vezes foi mencionada. De entre os 22, seis deles (27,27%) optaram por ela, logo seguida da verdade com 13,63%.

“O ser humano é feito para a verdade. A procura da verdade. Não a verdade facciosa, mas a verdade de busca sincera e honesta...a verdade é que deve ser o fundamento da democracia”. Foi desta forma que o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. Jorge Ortiga, reagiu ao nosso desafio para falar sobre aquela que considera ser a principal qualidade que não deve faltar a um bom político (c.f. entrevista D. Jorge Ortiga).

O bom senso é também apontado como uma das qualidades. Acima mesmo da inteligência, a sensatez é uma coisa que tem sempre que imperar na mente do decisor. Daquele que representa os outros. Que está em nome de alguém. Só aquele que tiver bom senso conseguirá colocar-se no lugar daqueles que o elegeram. Só com sensatez será possível encontrar as melhores soluções. Ver quais são os interesses que estão em jogo. Muitas vezes as melhores soluções não são as soluções possíveis.

A capacidade de antecipação é também mencionada. O bom político é aquele que tem capacidade de antecipar os acontecimentos e encontrar as possíveis saídas para os problemas antes de eles surgirem. Deste modo a rapidez e eficácia da atuação minimiza os efeitos menos positivos dos problemas dos cidadãos.

Além destas, foram diversas as outras que nos referiram. Desde logo a independência que, segundo alguns, é uma coisa que não existe. “Quando falamos em independência, estamos a falar em todos os planos. Financeiro, mental, espiritual e cultural” (c.f. entrevista Margarida Salema).

3.1.10 Política como profissão ou ocupação

Afinal a política é ou não uma profissão? Será que não passa de uma ocupação, ou nenhuma das duas serve para classificar a atividade exercida pelos atores políticos?

Estas são algumas das interrogações que colocamos a nós mesmos e também quisemos avaliar neste nosso trabalho.

Para 11 dos 22 entrevistados a política não assume nenhuma daquelas duas figuras. Ou seja 50% entendem que não se trata de uma profissão, mas também não a poderemos considerar uma ocupação.

Dez deles (45,45%) não hesitam e apostam na classificação da política como profissão. Apenas um entende que o ator político acaba por desempenhar uma ocupação temporária.

Quadro 3 – Modo como entrevistados encaram a atividade política: É profissão ou não?

Nº do Entrevistado	Política como profissão	Política não é profissão nem ocupação	Política é ocupação temporária
1		X	
2		X	
3		X	
4		X	
5	X		
6		X	
7		X	
8		X	
9	X		
10	X		
11	X		
12	X		
13			X
14		X	
15	X		
16		X	
17	X		
18		X	
19	X		
20	X		
21		X	
22	X		
TOTAL	10	11	1

As opiniões que contrariam a classificação da política como profissão sustentam a sua posição com base em argumentos diversos. Entendem, desde logo, que se trata de uma dedicação a causas, ou seja à resolução de problemas concretos das pessoas, o que nada tem a ver com o exercício de uma profissão.

Como forma de justificar a sua opinião, afirmam que a atividade política é temporária e que nunca está garantida, na medida em que depende de eleições e por conseguinte do voto dos eleitores. É, por isso mesmo, algo de incerto.

De entre aqueles que entendem que a política não é uma profissão nem uma ocupação, há quem ache que é muito mais do que as duas. E a razão para tal tem a ver com a convicção de alguns de que a política deve ser entendida como algo muito nobre e que tem a ver com o desígnio coletivo.

O problema, muitas vezes, é que, como refere o juiz desembargador, Afonso Henrique Ferreira, “as pessoas perdem muito o sentido de que estão em representação de outros. Não propriamente numa ocupação ou numa profissão. Por isso lhe chamamos mandato. E um mandato, em termos jurídicos, significa que está a trabalhar em nome de...ou está a fazer um trabalho em nome de...” (c.f. entrevista Afonso Henrique Ferreira).

Apesar de tudo, também há quem entenda que, ainda que não possa ser considerada uma profissão, o grau de exigência a que obriga a atividade política, nomeadamente ao nível parlamentar, exige um cada vez maior profissionalismo. Esta visão de uma crescente evolução em direção à profissionalização vem ao encontro daquilo que Durkheim preconizou, defendendo que no futuro a moderna organização social e política iria alicerçar-se numa base exclusivamente, ou quase exclusivamente, profissional. (Fidalgo,2008,p.15)

Sobre a questão da profissão, e da sua relação com a renovação, importa referir que uma das virtudes de um bom político passa, em grande medida, por saber avaliar quando está chegado o momento de se retirar. Uma das qualidades que deve assistir ao actor político é a de se demitir do cargo de serviço público que ocupa, logo que entenda que não está a cumprir devidamente as suas funções, mesmo que ainda lá possa permanecer durante mais algum tempo.

Considerar a política uma profissão é, para alguns, algo de menos positivo. A política deve ser uma ocupação temporária. É fundamental para o bom exercício da função que aquele que ocupa um cargo político não esteja dependente dele para viver. O cidadão que exerce, durante algum tempo, as funções políticas deve sentir-se livre e independente. Caso contrário, se não tiver o seu trabalho, fora da política, cria nele uma dependência que o leva a encarar a atividade com carreirismo e, como tal, a prestar um pior serviço.

Não depender da política para viver dá uma independência de espírito que permite seguir as suas convicções e dizer não no momento certo. Aquele que não tiver a sua profissão fora da política sujeita-se a tudo, contrariando mesmo, muitas vezes, os seus próprios valores, para manter garantido o seu lugar. Isso jamais será positivo para aqueles a quem presta um serviço. Esta visão vem ao encontro da distinção que Max Weber faz entre políticos de vocação e políticos de profissão. Segundo ele, para que uma pessoa possa viver para a política tem de ser economicamente independente das receitas que a política lhe possa trazer (Stock et al.,2005,p.85).

Por outro lado, para aqueles que acham que a política é uma profissão, apesar de não concordarem com esse caminho, dizem que, infelizmente, não se trata apenas de um problema exclusivamente nacional. Noutros países da Europa e do mundo o rumo é idêntico.

Aludindo diretamente aos lugares de deputados à Assembleia da República, o ex-ministro Álvaro Barreto acha mesmo que “hoje, se olharmos para os nossos deputados, eu não sei o que é que eles fizeram na vida. Eles têm feito a sua vida na política. E não digo isto com carácter depreciativo” (c.f. entrevista Álvaro Barreto).

A este argumento crítico sobre o exercício da política como profissão juntam-se outros, nomeadamente aqueles que dizem que “os piores políticos são os profissionais da política”. Aqueles que exercem a atividade política fazendo dela a sua profissão são aqueles que apresentam a “pior performance no exercício da função” (c.f. entrevista Figueiredo Lopes).

Desejavelmente a política deveria ser exercida como uma atividade de culminar de carreira. No entanto, muitas vezes, encontramos-nos com essas carreiras que são construídas desde os bancos da escola das juventudes partidárias.

Por essa razão, e para evitar também algum carreirismo, há quem aponte o caminho do fim das juventudes partidárias, substituindo-as por verdadeiras escolas de civismo e de aprendizagem dos principais desígnios da atividade política.

Entre aqueles que se assumem como políticos profissionais, o ex-Presidente da República, Mário Soares, vai dizendo que hoje é um político assumido e profissional. Acha que até ao 25 de Abril de 1974 era quase profissional. Mas, hoje entende que o é na sua plenitude.

Na verdade, se quisermos utilizar conceitos de índole académica teremos que colocar em causa as opiniões manifestadas por alguns dos nossos interlocutores que descartam a classificação de profissão, mas também não aceitam a de mera ocupação. E teremos que o fazer na medida em que uma profissão implica que a atividade desenvolvida aconteça a título permanente, principal e remunerada. A ocupação assume um cariz mais de segundo plano.

Se partirmos deste princípio, e olhando para o facto de muitos dos atores políticos desenvolverem a sua função à luz daquelas três condições, não restarão dúvidas sobre a classificação. Contudo, se atendermos à corrente americana de classificação das profissões, talvez possamos encarar a situação de outra forma. Isto porque, para esta linha de orientação, uma profissão tem que ter na base um estatuto ou um código deontológico. E, na verdade, os atores políticos têm um estatuto próprio, mas não um código deontológico.

Talvez aqui, ainda que esta visão sirva para poder dar alguma razão aos que se manifestam discordantes da classificação da política como profissão, possamos deixar como reflexão a necessidade de ser criado um código de conduta próprio da atividade política.

3.1.11 Lei da paridade

A Lei 3/2006 de 21 de Agosto, mais conhecida como lei da paridade, surgiu alegadamente para equilibrar o mais possível a representação, por género, dos candidatos apresentados à Assembleia da República, Parlamento Europeu e Câmaras Municipais.

Segundo o quadro legal vigente nenhuma lista poderá conter menos de 33% de candidatos do mesmo sexo. Além disso, a disposição nas listas não permite a colocação de mais de dois candidatos do mesmo sexo consecutivamente na ordem de seriação. Caso isso não seja cumprido estão previstas penalizações de acordo com as percentagens de inclusão dos dois géneros nas listas.

Apenas as freguesias com 750 ou menos eleitores e as Câmaras municipais com 7500 ou menos eleitores estão isentas do cumprimento do acima exposto.

Este cenário da paridade, introduzido alegadamente para equilibrar a participação de pessoas de diferente sexo, principalmente para levar à participação e inclusão de mais pessoas do género feminino, não foi acolhida da mesma forma por eleitores e atores políticos.

Se por um lado há quem defenda a lei como forma de forçar a maior entrada de mulheres na vida política que, de outra forma, dizem ser quase impossível, há aqueles que discordam que esse caminho tenha que ser imposto pela lei e não pela vontade autónoma dos partidos políticos.

Entre os entrevistados as opiniões dividem-se. Se por um lado há 11 (50%) que concordam com lei, há 10 (45,45%) que discordam da solução encontrada para integrar mais mulheres nas listas. Apenas um não tem opinião formada.

Aqueles que defendem a lei da paridade como forma de trazer para a política mais mulheres acham que, se não houvesse uma imposição legal, as senhoras teriam imensas dificuldades em ser integradas. Acham, portanto, que a lei se torna necessária para cumprir, por força da lei, aquilo que não se cumpria voluntariamente.

No entanto, alguns deles, não deixam de referir que, com o passar do tempo, a tendência para a inclusão de mulheres nas listas deveria ser natural e não por imposição legal.

Visão curiosa é também a de que, no futuro, a lei que hoje funciona para integrar e proteger a participação das mulheres nas listas, vai passar a servir para defender a inclusão de homens.

Apesar de tudo há quem alerte para o facto de, principalmente ao nível autárquico, haver alguma engenharia eleitoral que alguns partidos implementam ao candidatarem mulheres nos lugares que depois se demitem. “Há uma espécie de perfídia da parte de alguns partidos” (cf. entrevista Luís Fazenda).

Os argumentos utilizados por aqueles que discordam da introdução da lei da paridade são também diversos. Ainda que todos estejam de acordo sobre a importância do equilíbrio de género na constituição das listas, têm uma visão discordante relativamente ao caminho para alcançar o objetivo.

Acham que se trata de uma solução depreciativa para as mulheres e, muitas vezes, inadequada a cada realidade em concreto. Significa isto que a obrigatoriedade de colocar um determinado número de mulheres ou de homens nas listas é limitador da qualidade que as mesmas devem apresentar. Se uma lista tiver que ter apenas mulheres, ou homens, desde que sejam a solução mais capaz, não deveria ser algo a rejeitar.

Há, portanto, de entre aqueles que discordam da imposição legal, a convicção muito clara de que, muitas vezes, as pessoas não são escolhidas pelas suas próprias aptidões e pela sua participação no partido mas sim por serem homens ou mulheres.

“Andam à caça de mulheres para enfiar nas listas”, como refere a deputado do PEV Heloísa Apolónia, uma das entrevistadas que se diz discordante relativamente à lei da paridade (c.f. entrevista Heloísa Apolónia).

A solução para muitos daqueles que se manifestam contrários a este quadro legal passaria por uma adaptação estatutária dos partidos a essa necessidade, ou mesmo por práticas internas que tivessem esse tipo de preocupação de equilíbrio, dentro dos princípios da qualidade da representação.

3.1.12 Fechamento dos partidos políticos

Uma das razões inúmeras vezes apontada para o afastamento dos cidadãos da atividade política, bem como para o crescente aumento da abstenção é, entre outras, o cada vez maior fechamento dos partidos à sociedade civil.

Depois de alguns anos, no pós 25 de Abril de 1974, em que a vida dos partidos se confundia bastante com a vida dos seus militantes e estes participavam financeiramente, com o decorrer dos tempos, e alegadamente para permitir a participação de todos e não apenas daqueles que tivessem dinheiro, o Estado começou a financiar, cada vez mais, a atividade partidária.

Ainda que seja indiscutível a necessidade imperiosa dos partidos para a existência da democracia, uma vez que sem eles, ela não existiria, há que perceber até que ponto a maior interferência do Estado na vida destes, por força das subvenções cedidas, não influenciou o fechamento dos mesmos. Esta opinião de alguns dos entrevistados vem na linha daquilo que Klaus Von Beyme referiu, quando acusa os partidos de terem deixado de ser responsáveis pela formação da vontade política e terem passado a ser órgãos de aclamação dos líderes.

A verdade é que, com o decorrer dos anos, a importância do militante foi ficando, na generalidade dos partidos, mais limitada e a do Estado mais ativa. Logo, ainda que de forma inconsciente, mas em certa medida cómoda, os partidos políticos foram-se afastando dos militantes e se entregando nas mãos do Estado. Ou seja, tal como refere Mair, da mesma forma como os partidos mudaram da sociedade para o Estado, também deixaram de ter uma ação fundamentalmente representativa para uma ação principalmente governativa (Mair,2003, p.277-293).

Do total dos nossos 22 entrevistados, cerca de 60% acham que eles hoje se encontram mais fechados do que há alguns anos atrás.

Há mesmo quem não hesite em afirmar que hoje os partidos políticos estão a perder importância na vida democrática. “Eles não têm cuidado das várias funções, nomeadamente da função pedagógica, que é das funções mais importantes” (cf. entrevista Basílio Horta).

Nesta mesma linha daqueles que encaram a vida dos partidos como instituições mais fechadas em si mesmas, há aqueles que acham que se cingiram a um desempenho muito primário que é o poder. Ou seja, quando os candidatos são eleitos, acham que têm o poder e esgota-se aí o mandato.

Esta linha de orientação de alguns dos entrevistados vem também ao encontro de algumas das justificações que Farelo Lopes encontra para o fechamento dos partidos, como seja, desde logo, a exclusiva representação política a cargo dos partidos, principalmente nas suas direções, o que contraria a vontade de participação de novas camadas sociais (Viegas,2000,p.142).

Na verdade, este mesmo grupo de entrevistados, que encara a vida partidária como mais fechada, defende que os partidos políticos não deveriam estar apenas preocupados com as eleições, mas ter uma atitude de maior abertura fora dos períodos eleitorais, por forma a dialogarem mais com as pessoas e ouvirem mais os seus reais problemas.

Se os partidos políticos não se abrirem, não se organizarem de forma diferente, e não funcionarem de um modo diverso, “estão condenados a serem exércitos eleitorais, mas que são dispensáveis durante o período da governação”. Alega António José Seguro, para quem, além disso, os partidos acabam muitas vezes por ser “espaços onde é difícil entrar para fazer política do ‘P’ grande. São espaços fáceis de entrar se for para alinhar em esquemas de repartição de poder” (c.f. entrevista António José Seguro).

Por outro lado, fazem também parte dos argumentos dos críticos ao fechamento dos partidos o facto de estes estarem demasiado preocupados em se digladiarem entre eles e muito pouco em apresentarem propostas concretas às pessoas.

Há mesmo quem entenda que temos política a menos e partidos a mais. Ou seja, há uma excessiva dependência das lideranças, o que motiva o fechamento e a resposta a um número cada vez mais restrito e seleccionado de clientelas.

Os partidos políticos deveriam dispor de uma verdadeira escola de quadros. Escola no sentido efetivo da palavra. Um local onde as pessoas que se queiram dedicar à política possam estudar os princípios gerais da cidadania, do serviço público, da organização do Estado e, claro está, das linhas de orientação de cada uma das ideologias. Um espaço que não fosse as juventudes partidárias nos moldes atuais, mas um espaço de aprendizagem organizada e não apenas empírica das máquinas partidárias e, por força da sua participação desde cedo, conseguirem um lugar de poder como prémio.

Apesar das diferentes visões sobre o atual Estado dos partidos e do seu maior ou menor fechamento, há quem não tenha dúvidas de que hoje os grandes partidos estão demasiado transformados em instrumentos de poder.

O corporativismo que hoje se coloca a certas profissões pode também colocar-se em relação à vida política. Aos partidos políticos. A opinião é assumida pela juiz conselheiro e Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Noronha do Nascimento, que chama a atenção para o facto de no século XIX o político não tinha pensão. A pensão de reforma era uma consequência normal de se trabalhar durante uma vida.

Aqueles que encaram o alegado maior fechamento dos partidos políticos como uma mera questão teórica, entendem que essa é também a ilusão que surge na medida em que hoje

os partidos trabalham muito com as novas tecnologias e, por força disso mesmo, têm outros mecanismos para chegar junto das pessoas que há anos atrás não tinham. Mecanismos esses que não obrigam a uma proximidade física tão cuidada, mas que não deixa de ser próxima das pessoas.

Há também quem entenda que se deve fazer uma distinção entre partidos no que toca a esse alegado fechamento. Ou seja, na opinião deles, esse mal de que hoje tanto se fala, quando em causa estão as instituições partidárias, não se aplica a todos, designadamente aos deles. Este sentimento vem, fundamentalmente, de entrevistados posicionados, principalmente na linha do PCP, PEV e BE.

Por razões completamente opostas, ainda que concordantes quanto ao facto de os partidos não estarem mais fechados, vem a posição de António Capucho, para quem, ao contrário daquilo que entende ser desejável, há até uma abertura maior. E, a título de exemplo, fala no seu próprio partido. “Hoje em dia é militante do PSD quem quer...os partidos têm uma quota muito baixa. Acabamos por criar partidos que, nalguns casos, são partidos de ‘barrigas de aluguer’ e não de militantes a sério” (c.f. entrevista António Capucho).

3.1.13 Monopólio dos partidos na escolha dos candidatos

A primazia que os partidos políticos têm na escolha dos candidatos a apresentar às eleições é motivo de divergência não só entre cidadãos, mas entre atores políticos dos diferentes quadrantes ideológicos.

Na verdade, apesar de algumas críticas sobre esse monopólio partidário, com exceção apenas das autarquias locais, onde podem ser apresentadas candidaturas independentes, quase 60% (13 entrevistados entre 22) concordam com essa primazia.

Os argumentos usados são diversos, nomeadamente a necessidade de garantir alguma governabilidade. Falando das eleições à Assembleia da República, imagine-se, como alguns lembram, que era possível a apresentação de candidaturas independentes e que eram eleitos 60 ou 70 deputados fora da orientação partidária. Quem, num cenário destes, poderia garantir a governabilidade?

Argumentos que se apresentam contrários à opinião de Ângelo Correia que, em entrevista à SIC Notícias, no programa ‘Plano Inclinado’ do dia 6 de Novembro de 2010, não tem dúvidas em reclamar que se retire o monopólio da vida política aos partidos. (Correia,2010)

Há também quem veja essa questão como algo que não seria problema de maior se dentro dos partidos políticos se tivesse a coragem de proceder a escolhas com base na competência das pessoas e das provas já dadas.

A possibilidade de apresentação de listas independentes às autarquias locais não tem, contudo, sortido os efeitos desejados. É pelo menos essa a convicção de alguns, para quem as candidaturas independentes às Câmaras municipais, nas últimas três eleições, não demonstraram haver verdadeiras figuras independentes a concorrer. Isto porque, segundo afirmam, “não houve nenhuma que não tenha sido uma candidatura dissidente de um partido político”. Significa isto que foram utilizadas como manifestações de discordância de algumas pessoas em relação ao partido que integravam (c.f. entrevista António José Seguro).

Para além destes argumentos a favor da exclusividade dos partidos políticos na escolha dos candidatos, há também quem lembre que essa é uma falsa questão. E justifica porquê, lembrando que é muito fácil constituir um partido em Portugal, pelo que essa desculpa apresentada por alguns não passa de algo irrealista.

Entre aqueles que discordam dessa primazia partidária há justificações que vão desde a necessidade de motivar mais a participação cívica independente, passando também pela «tirania» dos partidos na forma como fazem as suas opções. “Há minorias com ideias interessantes e com capacidade e que, ou se incorporam num partido, ou são logo marginalizados” (c.f. entrevista D. Jorge Ortiga).

Os argumentos usados por alguns dos nossos entrevistados, mais abertos a retirar aos partidos o monopólio que detêm na escolha dos candidatos, vem corroborar a ideia de António Pinto e André Freire de que as direções partidárias anulam quase por completo os militantes no que diz respeito às escolhas. (Pinto e Freire, 2003, p.191).

Ainda que nos novos estatutos que o PS aprovou em Abril de 2012 esteja contemplada a participação dos militantes na escolha dos candidatos a deputados e presidentes de Câmaras municipais, importa não perder de vista a certeza de que a influência partidária terá sempre uma palavra decisiva nas escolhas.

3.1.14 Função fiscalizadora da Assembleia da República

Entre outras, uma das principais funções da Assembleia da República passa pela fiscalização da atividade desenvolvida pelo Governo. Isso faz dela um espaço de discussão e de garante da defesa dos cidadãos e, por conseguinte, do reforço da democracia.

No entanto, a capacidade de fiscalização que o conjunto dos deputados tem em relação ao Governo varia de acordo com o momento político. Um Parlamento com uma maioria absoluta de um só partido ou em coligação, leva a uma maior dificuldade parlamentar de fiscalização, uma vez que na base do Governo está o Parlamento de onde ele emana. Sempre que a maioria acontece, as oposições encontram maiores resistências.

Apesar de tudo, ao invés, quando no Parlamento não existe uma maioria poderá ficar mais fragilizada a governabilidade. Ou seja, apesar de haver um maior espaço de diálogo entre os partidos, com vista à obtenção de acordos, a instabilidade governativa é também mais provável.

Contudo, há uma outra questão a que esta necessidade de equilíbrio entre a representação e a governabilidade nos pode levar. É preciso perceber até que ponto a alegada falta de governabilidade de alguns partidos, principalmente daqueles que constituem o eixo da governação, não é mais uma desculpa e um argumento, ainda que escondido, para não se verem obrigados a dialogar com os partidos da oposição.

As opiniões entre os entrevistados são diversas. Há um grande equilíbrio entre aqueles que acham que hoje a Assembleia da República exerce uma maior fiscalização, do que há anos atrás, e aqueles que entendem que não. 36,36% acham que a fiscalização é hoje maior, 27,27% mais ou menos igual, 27,27% menor e os restantes cerca de 9% não tem opinião formada ou não respondem.

Para os que encaram hoje a função fiscalizadora como mais reforçada justificam a sua convicção, desde logo, com a obrigação que o Primeiro-ministro tem em ir à Assembleia da República de 15 em 15 dias e os membros do Governo, no mínimo, quatro vezes por legislatura. Uma situação que, há anos atrás, seria impensável. Para um membro do Governo ir à Assembleia da República era necessário que a maioria dos deputados o aprovasse. E isso, em situações de maioria absoluta, era uma tarefa quase impensável.

Há, por outro lado, aqueles que continuam a achar que a fiscalização exercida pela AR foi sempre má. “Um papel fiscalizador não pode ser só de oposição. Se queremos Governos de maioria, o papel de fiscalização tem que ser até mais da maioria, sob pena de não haver fiscalização” (c.f. entrevista Basílio Horta).

As críticas à AR não ficam por aqui. Há aqueles que viram a sua atenção para a falta de desempenho de uma das funções mais nobres da AR, que é a de legislador. A razão para tal prende-se, alegadamente, com o facto de a AR quase ter deixado de assumir esse papel de legislador. O que acontece nos dias que correm é que o Governo pede autorização legislativa

ao Parlamento e depois, nos gabinetes ministeriais, são feitos os projetos de lei. Quando chega às comissões da AR já está desenhado.

Por outro lado, como também nos foi referido, os grupos parlamentares são, em geral, braços armados do Governo e dos partidos políticos. O facto de muitas vezes as pessoas irem para a política para depois arranjamem ‘tacho’, leva a que “andem ali às ordens e não tenham espaço para manifestarem a sua própria opinião, logo em momentos de tomar posição na AR não o conseguem fazer, sob pena de perderem o lugar” (c.f. entrevista Álvaro Barreto).

3.1.15 Número de deputados à AR

O número de deputados à Assembleia da República pode, de acordo com o quadro legal em vigor, variar entre os 180 e os 230.

Reduzir ou manter o atual número é outro dos assuntos que tem ocupado os atores políticos e alguns estudiosos, mas que não deixa também indiferente o comum do cidadão.

Apesar da vontade do atual Governo de passar os parlamentares para 181, a medida promete não ser pacífica. Num retrato da divisão de opiniões, que se sente entre os atores políticos, também entre os entrevistados as opiniões se dividem. Se 50% (11 entrevistados) acham que o número deve ser mantido, mais de 40% é de opinião que deveríamos reduzi-lo. Apenas menos de 10% não define a sua orientação.

Aqueles que defendem a manutenção do atual número de deputados dizem que a dimensão do nosso Parlamento, em termos comparativos com Estados de dimensão idêntica, está na média. Além disso, a redução do número de parlamentares viria governamentalizar ainda mais a AR, além de reduzir a representação, principalmente dos partidos com menor expressão eleitoral, por força da alteração da proporcionalidade.

Para alguns dos críticos relativamente à redução dos deputados, os partidos que defendem isso, querem ter administrativamente uma proporção maior de lugares, que lhes facilita a formação de Governos. “O seu objetivo é o pote, não é exatamente o mel que é a representação democrática do país” (c.f. entrevista Luís Fazenda).

A dificuldade em operacionalizar a AR com 230 deputados, na medida em que não há espaço para a intervenção de todos, é um dos argumentos daqueles que defendem a redução do número.

Há mesmo dentro deste grupo de entrevistados, favoráveis a diminuir a representação, quem entenda que 80% dos parlamentares fazem figura de corpo presente, votando aquilo que

lhes mandam. Estes têm, por essa razão, duas leituras sobre o número de deputados. Se for por razões de representação dos seus eleitores o número poderá estar adequado. No entanto, se tivermos em conta o trabalho desenvolvido 120 ou 130 chegariam.

3.1.16 Governos maioritários de um só partido

A existência de Governos maioritários de um só partido é, pelo menos no plano teórico, garante de governabilidade. Sempre que um só partido obtém maioria absoluta dos lugares do Parlamento tem garantida a aprovação dos diplomas e representa uma plataforma de estabilidade governativa.

Ainda que por razões de prática democrática o partido que tem a maioria, algumas vezes, procure alargar o espectro de apoio parlamentar a outros partidos, na prática não necessita de mais apoio que não seja o seu. Apenas por razões que, na esmagadora maioria das vezes se prendem com imagem perante a opinião pública, o partido detentor do poder procura consensos. Não os obtendo, fica sempre com a possibilidade de avançar com a sua proposta e de a aprovar.

Num cenário deste tipo está garantida a governabilidade, mas fica bem mais distante a representação. Se em democracia o povo é o detentor do poder, num cenário de maioria absoluta, e tendo em conta as dificuldades das minorias em se imporem, é caso para perguntar como se conseguirá encontrar o equilíbrio.

Em abono da verdade, sempre que pensemos em abordar os equilíbrios entre a governabilidade e a proporcionalidade e, por conseguinte, a representação teremos primeiro que fazer um exercício mental no sentido daquilo que queremos para a gestão do país. Queremos Parlamentos maioritários, que dão estabilidade governativa ao país, ainda que com decisões, muitas vezes, unilaterais, esquecendo aqueles que representam as minorias? Ou queremos Parlamentos onde há um número alargado de forças políticas representadas, mas que, muitas das vezes, não responde à governabilidade?

A resposta não se afigura fácil. Talvez fiquemos tentados a dizer que queremos as duas. Governabilidade e representação. Contudo, ainda que essas não sejam as melhores notícias, é difícil, para não dizer quase impossível, conseguir as duas. A única coisa que poderemos fazer é tentar um equilíbrio. Uma governabilidade menos fortalecida, mas com uma representação equilibrada.

Entre os entrevistados que defendem maiorias os argumentos usados para a sua opinião andam muito em redor da alegada necessidade de governabilidade. Há, contudo, também quem ache que, mesmo num cenário de maioria de um só partido, os Governos não devem incluir gente apenas desse partido. A razão, claro está, tem a ver com o facto de, dessa forma, estarem representados nos executivos um número mais alargado de tendências políticas.

Nesta mesma linha há quem entenda que as maiorias devem ser «temperadas» para evitar excessos de poder. Mota Amaral, que também é dos que acha que a obtenção de maiorias se tem mostrado eficaz, não deixa de lembrar que “se um partido que tem maioria pensa que é dono do país vamos no mau caminho”. É precisamente por esse motivo que as coligações têm a vantagem do poder ser articulado, conversado, negociado. “Os partidos, mesmo quando têm maioria absoluta, não podem esquecer a oposição e menos ainda o país que governam” (c.f. entrevista Mota Amaral).

Há também quem, apesar de defender maiorias de um só partido, alerte para a sua grande convicção e defesa de coligações pré-eleitorais. As razões prendem-se com o facto de ser assim mais honesta a corrida eleitoral, uma vez que os eleitores ficam previamente a saber com aquilo que poderão contar. Além disso, o facto de durante a campanha haver, algumas vezes, agressões verbais, mesmo entre os futuros coligados, isso não concorre para a boa imagem da classe política e para a credibilidade da equipa governativa.

Para os que são claramente contra as maiorias o argumentário usado é também diverso. Há quem se interrogue sobre se essa condição leva a melhores Governos. A resposta nem sempre é positiva. Aliás, há quem entenda precisamente o contrário e ache mesmo que essa alegada necessidade de maiorias prova, algumas vezes, que há falta de exercício democrático efetivo.

Uma maioria absoluta só não é perigosa se houver mecanismos de controlo externos que possam contrabalançar os efeitos mais ou menos nocivos. Se assim não for “a maioria absoluta transforma-se em tirania. Ditadura do partido. E isso é indesejável” (c.f. entrevista Orlando Afonso).

Dos entrevistados há também aqueles que fazem depender a sua opinião sobre o assunto da situação concreta. Quando existe um Parlamento forte, mesmo num cenário de maioria absoluta, não devemos ter receio. O problema coloca-se quando a qualidade dos parlamentares já é discutível com Governos minoritários, o que se poderá dizer quando estamos num cenário de maioria? Apenas que, nessas situações, o Parlamento “é uma voz silenciada” (c.f. Entrevista Guilherme d’Oliveira Martins).

Em termos estatísticos, as opiniões dos nossos entrevistados são muito variadas. Apesar da maioria (38,10%) ser defensora de Governos maioritários, aqueles que são contra essa solução também representam quase 25%.

3.1.17 Futuro da Europa: Federalização?

O futuro do atual modelo europeu tem sido tema de análise e discussão aos mais diversos níveis e por diversos atores, políticos e não só.

Desde que Portugal entrou para a Comunidade Europeia, conjuntamente com Espanha, em 1986, a abertura das fronteiras e a liberdade de movimentos de pessoas e bens veio trazer novas oportunidades, mas também novas concorrências e novas dependências.

O facto de pertencermos à União Europeia, além das teóricas vantagens por termos uma moeda forte, um mercado mais alargado, liberdade de movimentos e uma segurança comum, também nos tem vindo, a nós e aos outros Estados Membros, a obrigar a prescindir, progressivamente, de alguma soberania.

A crescente inclusão política, ainda que bastante ténue, por forma a termos um verdadeiro Governo europeu, tem sido motivo de acesas discussões entre líderes europeus, com os mais fortes, por terem um maior ascendente de participação financeira, a conseguirem exercer domínio sobre os mais fracos.

Com o evoluir dos tempos os cenários na Europa têm-se vindo a ajustar. De cimeira em cimeira os líderes dos países mais fortes têm vindo a ganhar posições no terreno. Os países mais frágeis economicamente, por força das circunstâncias, têm-se visto obrigados a prescindir de uma parte cada vez maior da sua soberania. É precisamente aqui que se colocam algumas das principais questões sobre o futuro europeu. Os mais fortes cada vez com mais poder, e os mais fracos, por força da sua fragilidade económica, cada vez mais dependentes das decisões da União, ou seja dos líderes da União.

Manter um cenário em que, mesmo pertencendo à União Europeia, os países continuam com a sua própria soberania, podendo por isso beneficiar da sua inclusão no espaço europeu sem grande influência política do exterior ou, ao invés, aceitar uma progressiva dependência política do exterior, é uma das questões que se coloca à União Europeia.

Na verdade, no atual momento, a Europa encontra-se numa encruzilhada. Ou consegue manter um ponto intermédio de equilíbrio onde os países, apesar de pertencerem à União, conseguem manter as suas autonomias políticas, ou então só restam duas soluções. Voltar à

estaca zero, em que as fronteiras se voltam a fechar e cada um volta a lutar por si, ou avançar para um cenário de uma maior integração europeia em que a soberania será entregue ao Governo da União, sendo cada país um Estado da mesma. Aquilo a que se chama Federação de Estados da Europa.

Aqui começam precisamente as divergências. Uns querem uma maior integração, ou integração plena, outros entendem que não podemos libertar mais soberania para terceiros.

As opiniões dos 22 entrevistados apresentam-se bastante divididas. Mais de 45% (10 entrevistados) são favoráveis ao caminho da Federação de Estados para a Europa. Cerca de 40% dizem-se totalmente contra. Os restantes 5% ainda não têm uma opinião totalmente definida.

Os que defendem o caminho da Federação argumentam que se isso já tivesse sido feito, possivelmente, o espaço europeu não estaria a atravessar uma situação de tão grande instabilidade.

Há mesmo quem interprete a crise europeia como o resultado da falta de uma verdadeira Federação. Além disso, a juntar a tudo isto, os defensores da união política integral acham que a Europa está vazia de lideranças fortes. Desde a saída de Delors que os presidentes da Comissão Europeia têm sido pessoas de compromisso. Pessoas que não chateiam os grandes poderes. Aliás, é também essa uma das causas que apontam para o atual Estado da Europa. Vão mesmo ao ponto de afirmar que, hoje, com estas lideranças, não seria possível chegarmos à moeda única.

Este cenário de crise europeia, poderia, segundo os federalistas, ser bastante atenuado com uma verdadeira união política. No entanto, com este caminho, e sem as tão desejadas lideranças fortes, poderemos estar prestes a encontrar duas respostas. “Ou vai para uma Federação de Estados com todos, ou vai para união política e de Estado Federado de alguns países do norte da Europa, que já têm uma mentalidade Federal, deixando para trás os outros”. Esta última solução, a que Álvaro Barreto alude, seria, segundo ele, dramática para os que ficassem de fora (c.f. entrevista Álvaro Barreto).

Na verdade, não há registo de nenhum exemplo de uma união económica e monetária que tenha sobrevivido sem uma união política. Em abono da verdade, e essa é também a convicção de alguns dos entrevistados, sempre que a Europa teve lideranças fortes avançou, e sempre que teve lideranças fracas andou para trás.

“A Europa só sobreviverá se claramente, dentro de si, arranjar soluções de federalismo. Deve haver um Governo da Europa, solidária, sem uma germanização, mas uma Europa

verdadeiramente federada”. Esta é a opinião de Guilherme d’Oliveira Martins que também se assume como um verdadeiro federalista (c.f. entrevista Guilherme d’Oliveira Martins).

Por seu turno, ainda na linha daqueles que são pró-federalismo, há quem vá, no entanto, chamando a atenção para, apesar desse ser o caminho desejado, a tarefa se afigura bastante difícil. E as razões prendem-se desde logo com o facto do espaço europeu ser composto por países com culturas muito diferentes, com línguas muitos diferentes, hábitos e regras completamente diferentes. Todas essas são características que poderão dificultar bastante a criação de um espaço federado.

“O Federalismo é uma tendência quase inata à cultura dos povos do norte da Europa. Porque, ao contrário do que pensamos, os EUA não são só de influência saxónica, mas também alemã, holandesa”. Esta é a justificação que Noronha do Nascimento encontra para corroborar as dificuldades que se colocam à criação da Federação de Estados (c.f. entrevista Noronha Nascimento).

Os mais célticos em relação a uma solução federalista encontram argumentos que vão desde a necessidade de manter uma Europa da Nações, uma Europa com as suas especificidades, as suas identidades, passando pela repulsa em relação a soluções de submissão aos interesses hegemónicos de alguns. Nomeadamente da Alemanha e da França, que nos tornariam ainda mais subservientes.

São estes mesmos que dizem nunca ter concordado com o caminho que estava a ser traçado para a Europa, onde não havia verdadeira solidariedade dos mais ricos em relação aos mais pobres e, com o decorrer do tempo, ficou provado que tivemos uma Europa a caminhar a pelo menos duas velocidades.

Estas críticas estendem-se também ao facto de a Europa nos ter dado “tanto dinheiro para construirmos betão e para delapidarmos a nossa atividade produtiva, sabendo que aquele dinheiro que nos estavam a dar era bem empregue porque ganhariam um mercado inteiro” (c.f. entrevista Heloísa Apolónia).

Entre os que não advogam o caminho da Federalização surgem também argumentos como a falta de maturidade do espaço europeu para seguir esse caminho, bem como o excessivo alargamento/abertura levando, por força disso mesmo, a que a solidariedade se fosse tornando cada vez mais difusa.

A Europa, que se apregoa do terceiro pilar, continua subjugada ao primeiro e não perdeu as suas ligações à Comunidade Económica Europeia. Acaba por ser uma CEE melhorada em alguns aspetos. A isso junta-se a certeza de alguns dos nossos entrevistados de que o caminho

que tem sido escolhido nos últimos anos só nos levará à divisão e não à aproximação entre Estados.

Quando a União Europeia avançou, passou a ideia de que não seria importante apenas o primeiro pilar (economia), mas também a criação de um espaço de liberdade e de justiça. O problema é que, com o avançar dos anos, rapidamente se percebeu que essa ideia que se tinha sobre a União não correspondia à realidade. Aquela ideia de que seria um espaço de igualdade em que a economia estaria ao serviço da criação de uma região onde, verdadeiramente, os Direitos Humanos seriam acautelados, acabou por se esfumar.

Mas, afinal, porque estará a falhar aquele tão nobre objetivo de fazer da Europa um espaço solidário? Essa é também uma das interrogações que, de entre os entrevistados, houve quem a colocasse a si mesmo. E, a resposta, de acordo com a sua análise, deverá ter a ver com os lobbies. “Os tais lobbies económicos acharam muita piada, riram-se muito. Achavam que havia uns poetas bem-intencionados em Bruxelas, mas que quem mandava eram eles” (c.f. entrevista Orlando Afonso).

3.1.18 Limitação de mandatos também à AR e PE?

A Lei 46/2005, de 29 de Agosto, veio estabelecer limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais. Com esta Lei nenhum poderá fazer mais de três mandatos consecutivos.

O novo quadro legal, que entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006, vai produzir efeitos práticos nas eleições autárquicas agendadas para o final de 2013. Se até aqui, apesar da existência da lei, o assunto tinha passado, em certa medida, despercebido agora, volvidos seis anos, saltou para a ribalta por força da aplicação da lei.

Quadro 4 – Opinião dos entrevistados sobre limitação de mandatos também AR e PE

Nº do Entrevistado	Defende limitação de mandatos também AR e PE	Contra a limitação de mandatos na AR e PE	Não Responde
1		X	
2	X		
3		X	
4	X		
5	X		
6		X	
7		X	
8	X		
9		X	
10	X		
11		X	
12	X		
13			X
14		X	
15	X		
16		X	
17		X	
18		X	
19	X		
20		X	
21		X	
22	X		
TOTAL	9	12	1

As interpretações que são dadas à lei variam de acordo com a leitura daqueles que a observam. Para uns a sua aplicação, que impede as candidaturas a mais de três mandatos consecutivos, refere-se ao território e não à função. Ou seja, um presidente de Câmara ou de Junta de Freguesia poderá ser novamente candidato desde que não seja no mesmo espaço geográfico. Podem, por exemplo, candidatar-se ao município vizinho ou a outro.

Posição, contrária têm aqueles que interpretam o espírito do legislador de outra forma. Para estes a lei diz respeito à função e não ao território. Significa isto que, para aqueles que assim encaram a lei, nenhum presidente da Câmara ou de Junta de Freguesia se poderá recandidatar, mesmo que seja a outro concelho ou freguesia, se já tiver cumprido três mandatos consecutivos.

Na verdade, para a nossa análise, e tendo em linha de conta uma das colunas dorsais desta nossa investigação (renovação ou estagnação dos principais atores políticos no período

da democracia), mais importante do que analisar o espírito do legislador, é apreciar o modo como a classe política procura dar à lei uma interpretação que a possa perpetuar no poder. E, na verdade, a maioria dos atores políticos, com especial relevância para os partidos do chamado eixo do poder, têm dado à lei uma interpretação contrária ao desejado espírito de renovação.

Ainda que no espírito do legislador também esteja a necessidade de atenuar eventuais vícios com a continuidade das mesmas figuras nos mesmos órgãos de poder, parece-nos que o seu principal objetivo passa mesmo pela renovação. Assim sendo, se quisermos assumir esta linha interpretativa da lei, a mesma aplica-se à função e não ao território. Logo, mais do que apenas interpretações legais, ou opiniões discutíveis, importa assumir posições tendentes a dar sinais claros de que existe uma verdadeira vontade de renovar, não por força da lei, mas por imperativo democrático.

Apesar de tudo, e porque a lei apenas se aplica às autarquias locais, quisemos saber até que ponto o espírito renovador da mesma não deveria ser também aplicado a outros órgãos como os deputados à Assembleia da República ou ao Parlamento Europeu.

As respostas dos nossos entrevistados, mesmo contra eventuais opiniões discordantes, foram, na maioria (54,54%), no sentido de discordar da limitação de mandatos à AR e PE. Aqueles que partilham desta ideia, acham que os mandatos devem apenas ser limitados nos órgãos executivos (Câmaras e juntas) e não em órgãos legislativos como sejam a AR e o PE.

Pouco mais de 31% defendem a limitação de mandatos também à AR e PE, 9,1% têm dúvidas e 4,54% dizem não ter ainda uma opinião bem definida relativamente ao assunto.

Alguns daqueles que advogam uma solução de mandatos ilimitados dizem mesmo que a limitação deveria ser apenas em ditadura, uma vez que nos regimes democráticos as pessoas são escolhidas e analisadas por força do voto livre. Mostram-se, por isso, desfavoráveis ao alargamento da limitação à AR e PE e, há mesmo entre eles, quem diga que mesmo nas autarquias locais não deveria existir.

Nesta mesma linha de análise sobressai a ideia de que a rotatividade tem que ser algo que resulta da própria dinâmica política do sistema a funcionar. Isso pode não responder à vontade das populações e pode até haver casos em que o autarca está a funcionar bem e não pode continuar.

Para os defensores do não à limitação de mandatos, além dos argumentos já referidos, entendem que a democracia, ao reger-se pela vontade popular, não deve impor limites por força da lei, mas apenas haver mudanças por vontade de quem vota.

Entre aqueles que admitem a possibilidade da limitação de mandatos também à AR e PE, mais do que apenas a necessidade de renovação dos atores políticos, chamam a atenção para a necessidade de mudança dos partidos. Se assim não for, não adianta limitar mandatos porque a qualidade dos atores políticos ainda poderia ficar mais fragilizada. Por esse motivo, acham que a limitação deve avançar sim, mas paralelamente a uma verdadeira reforma interna dos partidos políticos.

O facto dos atores políticos saberem até onde vai o seu mandato também pode, em grande medida, para aqueles que são favoráveis à limitação, servir para que criem alguma equidistância do poder. A tal equidistância que melhor pode permitir a necessária isenção e independência.

3.1.19 Ideologia de esquerda e de direita

A democracia em Portugal, ainda que para alguns seja já adulta, com os seus 38 anos, se a compararmos com exemplos de largas dezenas de anos, ainda é bastante jovem.

Com o alegado afastamento, que se diz ter vindo a aumentar nos últimos anos, entre partidos e militantes, é comum na opinião pública surgir a ideia que as velhas ideologias se têm esbatido bastante.

Na verdade, mesmo sem um estudo aprofundado e com uma análise atenta das tomadas de posição que os partidos vão assumindo, sobre os mais variados temas, não é difícil ficar com a sensação de um crescente esbatimento ideológico. É cada vez mais comum partidos políticos, de áreas ideológicas opostas assumirem posições idênticas sobre as mesmas matérias. Ou seja, começa a ser habitual alguns partidos manifestarem uma posição contrária àquela que seria tradicionalmente esperada sobre determinados assuntos.

Foi precisamente para tentar perceber até que ponto o esbatimento ideológico é mesmo real, ou não passa de mera impressão de senso comum, que quisemos incluir o assunto nos temas a abordar com os nossos entrevistados.

Certo é que quase 65% admitem a existência de algum esbatimento ideológico entre a esquerda e a direita. Pouco mais de 30% acham que as ideologias continuam intactas.

Para aqueles que acham que temos vindo a assistir a algum esbatimento, os argumentos apresentados são diversos. Desde logo a certeza de que, contrariamente aos anos pós 25 de Abril de 1974, em que se discutia a verdadeira ideologia, agora o que se discute são mais modelos de sociedade. Não tanto as doutrinas.

Na linha daqueles que encaram as ideologias de hoje como mais ‘leves’, alguns, como Álvaro Barreto, acham que os aspetos fraturantes da política já não têm a ver com os princípios. São aspectos mais de carácter moral, como o aborto ou o casamento homossexual. “Nos discursos ainda existe, que é a presença do Estado na vida empresarial. Se ler no discurso do PS ainda existe. Na prática, não existe nada. O PS fez mais privatizações do que o PSD fez até agora” (c.f. entrevista Álvaro Barreto).

Apesar de fazer todo o sentido a existência de esquerdas e de direitas, a verdade é que a prática política dos partidos tem contrariado isso. Há partidos que, tradicionalmente, são arrumados à esquerda e que podem até ter políticas e discursos de direita e vice-versa. Esta é a convicção de António José Seguro para quem isso acontece devido à “necessidade de alargarem a caça ao voto, diminuindo a guarda ideológica” (c.f. entrevista António José Seguro).

Esta orientação insere-se naquilo a que Otto Kirchheimer, um académico alemão radicado nos EUA, definiu como a desideologização e despolitização dos partidos de massas, que renunciaram ao enquadramento intelectual e moral das massas para conquistarem eleitorado. Por essa razão optaram por seguir uma estratégia agressiva e desligada das suas origens. Isso levou também, por parte dos partidos, a seguirem uma estratégia de apresentação de programas eleitorais mais vagos e flexíveis. (Kirchheimer, 1965)

Em abono da verdade, a ideologia foi sempre uma coisa bastante complicada em Portugal. E, a razão para que alguns assim pensem, prende-se com o facto de o PSD não ser social-democrata, o CDS não ser liberal e por o PS ter dentro de si uma enorme amálgama ideológica. Esta é a convicção do jornalista Fernando Correia de Oliveira, para quem as grandes ideologias fracassaram (c.f. entrevista Fernando Correia de Oliveira).

Também Mota Amaral entende que a esquerda afrouxou muito e que hoje em dia há dificuldade em perceber aquilo que é de esquerda e aquilo que é de direita. “Quando o PS diz que é um partido de esquerda, o PS é um partido central que tem uma ala de esquerda e uma ala de direita, tal como o PSD também é um partido central, que tem uma ala de esquerda e uma ala de direita” (c.f. entrevista Mota Amaral).

Por seu turno, da mesma forma o social-democrata António Capucho, que também se encontra na linha daqueles que encaram as ideologias como mais esbatidas, lembra que isso acontece mais ao nível dos partidos do eixo governativo. Os restantes, apesar de algumas diferenças, mantêm mais ou menos a mesma linha de orientação (c.f. entrevista António Capucho).

Entre os que assumem que hoje as diferenças entre esquerda e direita são muito menos vincadas há quem ache que, com o avolumar da crise económica, as ideologias vão assumir linhas mais duras e novos adeptos.

Os que contrariam esta linha de análise, e continuam a assumir as diferenças ideológicas como intactas, acham que as ideologias estão cada dia mais vincadas. Além disso, como é o caso da deputada do PEV, Heloísa Apolónia, entendem que o chamado centro é coisa que não existe (c.f. entrevista Heloísa Apolónia).

3.1.20 Fenómeno da Abstenção

Quais as razões que levarão os eleitores a faltarem cada vez mais à chamada às urnas? Por outras palavras, o que será que pensam as pessoas para se absterem de votar? Será mero comodismo, dúvidas sobre a melhor escolha, ou será a desilusão em relação à prática política dos seus representantes?

Foi para tentar perceber um pouco melhor isso mesmo que quisemos incluir na lista de temas a abordar com os nossos entrevistados o assunto da abstenção.

As respostas para justificarem o seu significado variaram. Mas, no essencial, a esmagadora maioria, ainda que encontre justificações diferentes, o resultado é o mesmo. Descrença em relação aos atores políticos.

Metade do nosso universo de entrevistados diz que as pessoas não vão votar porque entendem que o seu voto não irá ter qualquer utilidade. Com cerca de 18%, cada uma, surgem a questão da falta de credibilidade política, mas também a abstenção técnica, por força dos alegados erros existentes nos cadernos eleitorais.

A ausência de motivação da sociedade civil em se envolver nos atos políticos, bem como a falta de cultura democrática dos cidadãos e a ausência de novos mecanismos mais simplificados, que permitam o voto à distância, o voto antecipado, além do voto eletrónico são também argumentos apontados como justificação para os elevados níveis de abstenção que Portugal tem registado.

Há mesmo quem entenda os níveis de abstenção como um sinal de alarme que os políticos deverão ter a humildade de interpretar bem. Mas, contudo, não deixam de alertar para o facto de os políticos serem pessoas com defeitos e virtudes como todos os cidadãos. “Não são pessoas criadas numa proveta. A proveta é a sociedade, com todos os males e bens que possui”. A convicção, em tom também de chamada de atenção, é do deputado social-

democrata, Arménio Santos, para quem se deve olhar para os políticos como alguém que não está imune aos defeitos e à crítica (c.f. entrevista Arménio Santos).

Além destes argumentos, muitos outros são apontados. Desde logo o facto das pessoas não se sentirem representadas. Acharem que não adianta nada votar. Que nada se vai modificar com o seu voto. Dizem, por isso, que uma das formas que deveria ser encontrada seria também a dos políticos fazerem tudo o que pudessem para mostrarem às pessoas que as ouvem. Que estão em sintonia com a sua vontade, ainda que nem sempre a possam cumprir.

A alegada falta de fomento da escola em relação à cultura de participação cívica dos alunos é igualmente apontada.

O voto em branco, daqueles que decidem ir votar, mas não direccionam a sua opção, é apontado como um sinal de que “as pessoas querem a democracia mas não concordam com a oferta partidária” (c.f. entrevista António José Seguro).

Também há quem entenda que a abstenção se deve, em grande medida, ao facto dos portugueses serem abstémios por natureza. Não porque tenham tomado uma atitude prévia de abstenção, mas sim por um juízo de indiferença que os caracteriza.

Sobre a abstenção técnica acima referida como uma das alegadas causas, há quem questione a credibilidade dos cadernos eleitorais com o argumento de que um país de 10 milhões de habitantes não poder ter 9 milhões de eleitores. “Há eleitores fantasmas em grande quantidade. São centenas de milhares” (c.f. entrevista Mota Amaral). A convicção é de Mota Amaral que, junta a esta sua leitura, a ideia de que o recenseamento deveria ser facultativo. Aquele que não se quisesse recensear não o deveria ter que fazer. Deveria haver a possibilidade das pessoas dizerem não a isso, com o normal aviso de que só poderia participar na vida política aquele que estivesse recenseado. Não perderia os seus direitos sociais e humanos, mas ficaria interdita a possibilidade de eleger e de ser eleito.

3.1.21 Lugares políticos: Renovação ou estagnação

É voz comum na opinião pública de que os lugares políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos. Que os partidos escolhem para os lugares eletivos e de nomeação aqueles que estão mais próximos dos líderes ou que dominam as máquinas partidárias.

A perpetuação no poder é, portanto, um dos temas políticos que mais ocupa a mente dos cidadãos. Deputados que não largam o lugar, presidentes de Câmara que se mantêm no poder há largos anos, membros do Governo que libertam os lugares de deputado a favor de outros

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

que já estão na fila a aguardar. Aquilo a que as pessoas chamam a ‘dança das cadeiras’ do poder que gira sempre à volta dos mesmos.

Ainda que esse seja o sentimento geral da opinião pública, em abono da verdade, não é do nosso conhecimento que exista em Portugal um estudo aprofundado sobre a renovação ou estagnação dos atores políticos. Por essa razão, e para podermos responder a essa dúvida, fizemos do tema a nossa principal linha de investigação. Saber se há renovação ou estagnação dos atores políticos portugueses no período da democracia. Ou seja desde o 25 de Abril de 1974 até ao último ato eleitoral em Portugal, registado em meados de 2011.

Para tentarmos perceber qual a opinião que os atores políticos, bem como outro tipo de responsáveis, têm sobre a temática fizemos do assunto mais um motivo da nossa conversa com os entrevistados.

Em contra ciclo com aquela que é a opinião do senso comum, quase 80% (17 em 22 entrevistados) dos nossos entrevistados acham que essa não é uma ideia que corresponda à verdade. Ao invés, entendem que tem havido renovação entre os atores políticos em Portugal. Curiosamente, neste universo de 22 entrevistados, em que 15 são políticos ou ex-políticos, 13 deles defendem que os lugares políticos se têm renovado.

Quadro 5 – Opinião entrevistados sobre renovação/estagnação dos atores políticos

Nº do Entrevistado	Entende que há renovação	Entende que não há renovação
1	X	
2	X	
3	X	
4		X
5	X	
6	X	
7	X	
8	X	
9	X	
10		X
11	X	
12	X	
13	X	
14		X
15	X	
16	X	
17		X
18	X	
19	X	
20		X
21	X	
22	X	
TOTAL	17	5

Entre os que entendem haver renovação na ocupação dos lugares, há quem ache que ela se tem verificado mais nos últimos anos. Há cerca de 20 ou 30 anos era muito menor. Mas, em contrapartida, chamam a atenção para o facto da tão desejada renovação não ter vindo a corresponder à necessária qualidade dos atores políticos. Para estes, as mudanças maiores no elenco de figuras tem sido prejudicial à qualidade dos atores políticos. Nesta mesma linha de orientação há quem chame a atenção para a importância de ainda hoje existirem na Assembleia da República deputados da Constituinte.

Entre os que entendem haver renovação na ocupação dos lugares, há quem ache que ela se tem verificado mais nos últimos anos. Há cerca de 20 ou 30 anos era muito menor. Mas, em contrapartida, chamam a atenção para o facto da tão desejada renovação não ter vindo a corresponder à necessária qualidade dos atores políticos. No grupo dos entrevistados que dizem haver renovação há também quem, apesar da rotatividade e mudança, lembre o facto de essa sensação das pessoas ser um resultado de alguma estagnação nas lideranças partidárias.

Apesar da renovação que dizem existir não têm dúvidas de que o problema se coloca sim pelo facto de não haver novas práticas, novas culturas, novas formas de estar.

Significa isto que se confunde muitas vezes a imagem dos lugares políticos com o chefe e não se presta atenção aos subordinados. Além disso, há quem entenda que essa sensação da opinião pública sobre a alegada estagnação acaba por ser um erro de paralaxe dos cidadãos que têm 30 ou 40 anos e que veem aqueles que são da sua geração, ou um pouco mais novos, que se vão mantendo nos lugares por alguns anos.

Para alguns dos que dizem concordar com a ideia que passa na opinião pública de que os políticos são quase sempre os mesmos, também importa referir que esse não é, infelizmente, um problema apenas da política. Também o é de outros sectores da vida do país.

“Abre-se a televisão são sempre os mesmos apresentadores, os mesmos jornalistas, os mesmos convidados, a dizerem as mesmas verdades ou as mesmas asneiras. Os globos de ouro são atribuídos sempre aos mesmos. Uma grande atriz que recebe um globo de ouro. Uma coisa espantosa. Daí a dois anos a mesma senhora está a receber outro globo de ouro” (c.f. entrevista Orlando Afonso).

3.2 Resultados

Além das entrevistas, elaboramos um conjunto de perfis dos atores políticos que nos ajudarão a perceber de forma mais precisa quem são os nossos políticos.

3.2.1 Introdução – Perfil

Neste nosso trabalho, além da resposta à pergunta de partida, relativa à renovação ou estagnação dos atores políticos em Portugal, procuramos também proceder a uma caracterização do seu perfil, não só em termos gerais, mas também por partido, quadrante político e órgão de poder.

Para melhor compreensão das conclusões obtidas, a partir dos dados por nós conseguidos, vamos sempre tentando ilustrar as nossas revelações estatísticas com o máximo de gráficos e quadros possível.

Importa referir que, contrariamente à renovação ou estagnação dos atores políticos, em que as conclusões são o resultado da totalidade da análise dos nomes, no caso dos perfis, e tendo em linha de conta o conjunto de itens necessários para a sua feitura, não conseguimos

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

obter a totalidade dos dados. Contudo, os perfis que apresentamos dizem respeito a amostras bastante representativas, pelo que os resultados poderão ser considerados fidedignos.

Por exemplo, em termos médios, para o item sexo trabalhamos também sobre a totalidade dos dados. No caso das idades, trabalhamos com base em 76% da totalidade, nas profissões com 74% dos elementos, nas habilitações literárias com 49% e no item naturalidade com 62% dos dados totais.

Além disso, para que melhor possamos compreender as características dos atores políticos que mais são responsáveis pela tão falada estagnação e pela renovação, procedemos também à elaboração, ilustrada, com os respetivos gráficos, do perfil dos atores políticos, em geral, e por partido, que mais vezes surgem em lugares de poder, mas também dos que mais se renovam, considerando, para efeito, todos os atores políticos que ocuparam funções no mínimo quatro vezes durante o período da democracia. Os restantes consideramos que são atores políticos que concorrem para a renovação. Ou seja, para efeitos de construção destes perfis, no caso da estagnação, são apenas estudados os políticos que ocuparam cargos no número mínimo de quatro mandatos e para os que caracterizam a renovação todos aqueles que não os ocuparam mais de três vezes.

Quadro 6 – Códigos das profissões

Código	Designação	Código	Designação
0	Sem dados	27	Contabilista
1	Administrativo	28	Professor Ensino Superior
2	Jurista	29	Funcionário Partidário
3	Jornalismo, Comuni., Editores e Escritores	30	Turismo, Desporto, Act. Culturais
4	Arquitecto	34	Comercial
5	Engenheiro	36	Farmacêutico
6	Advogado	37	Historiador
7	Militar	40	Geologia e Geografia
8	Economista	41	Relações Públicas
9	Professor	42	Notários e Solicitadores
1	Gestores	44	Técnico
1	Enfermagem e Assistência Social	45	Não definida
1	Medico	56	Informático
1	Banca e Seguros	57	Magistrado Ministério Público
1	Funcionario Publico	58	Magistrado Judicial
1	Empresários, Técnicos	59	Desportista
2	Sociologo	60	Investigador
2	Psicologo	67	Funcionário Empresa Pública
2	Outras Profissões Tradicionais	69	Veterinário
2	Consultor	71	Sacerdote

Apenas no caso do Parlamento Europeu consideramos haver estagnação sempre que o ator político ocupou funções três ou mais vezes. No caso do eurodeputado que mais renova, na elaboração do seu perfil, consideramos apenas aqueles que ocuparam lugares no máximo duas vezes. A razão para que consideremos, no caso do PE, estagnação a ocupação de três e não quatro mandatos prende-se não só com o facto do número de lugares a distribuir ser menor, como também o período bem mais reduzido de estudo, na medida em que apenas em 1987 tiveram lugar as primeiras eleições para o PE em Portugal.

Parece-nos, por isso, que a caracterização, que de seguida apresentamos, é um retrato fiel do perfil dos atores políticos portugueses.

Para que estatisticamente fosse possível proceder à leitura das profissões dominantes, e a respetiva análise estatística, atribuímos a cada uma delas um código/número, cuja tabela apresentamos atrás.

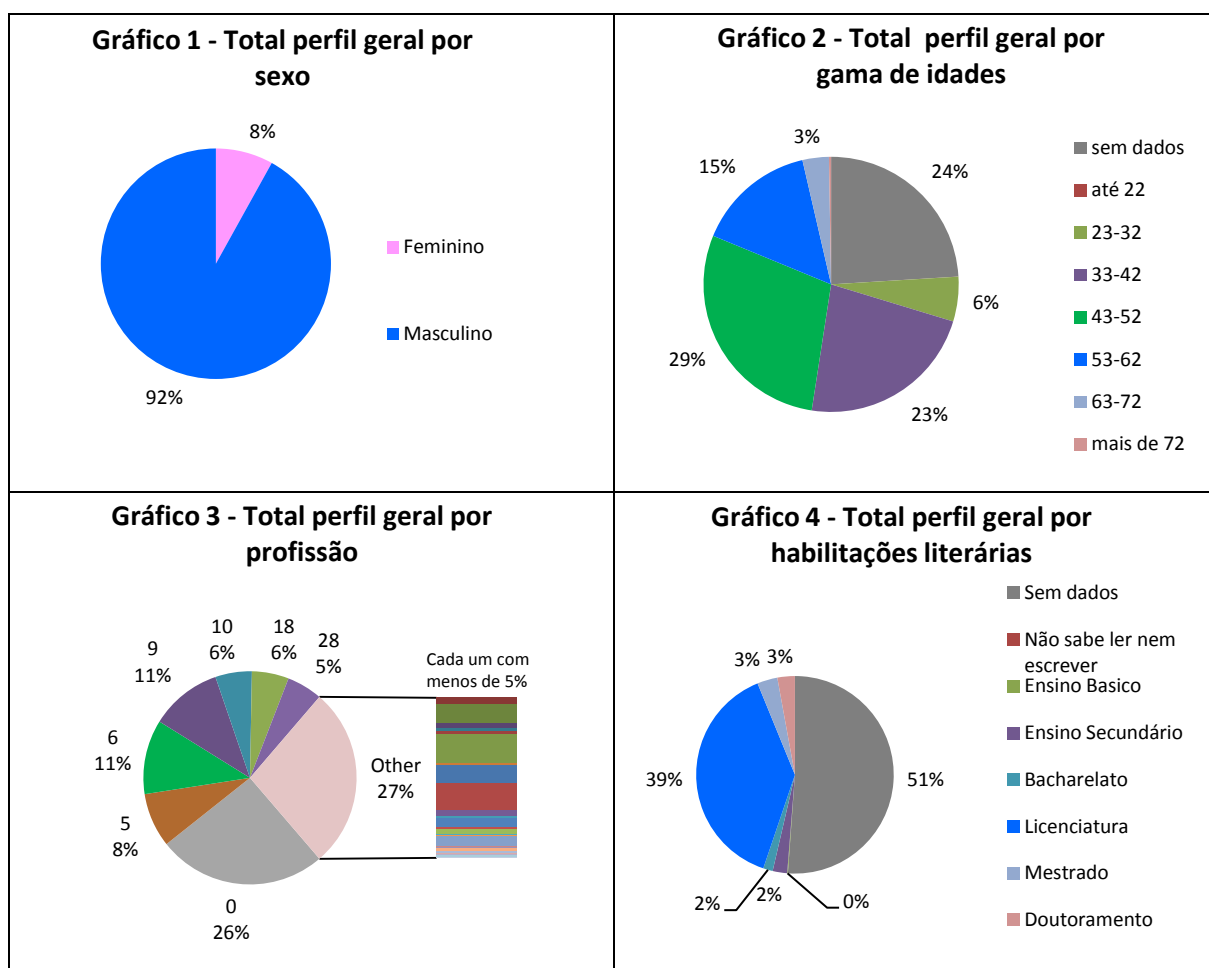
3.2.2 Perfil do ator político português

O perfil do ator político é muito idêntico em todos os elementos que fazem parte dos diferentes partidos políticos.

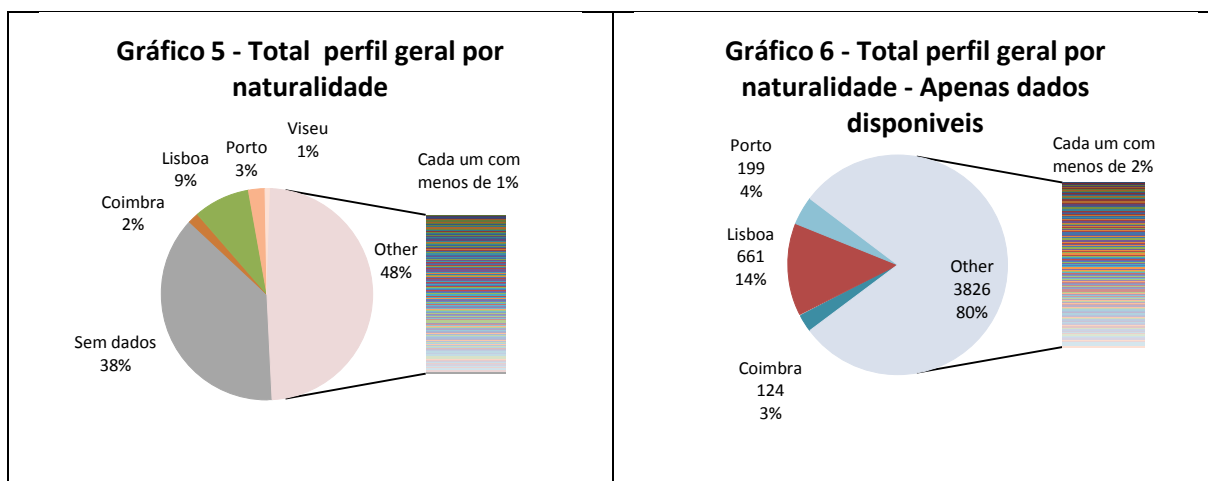
3.2.2.1 Perfil geral

O ator político português caracteriza-se, maioritariamente, por ser do sexo masculino, apresenta uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, é advogado ou professor, é licenciado e a naturalidade, apesar de em termos percentuais parecer pouco significativa, vem provar o grande domínio de Lisboa, logo seguido do Porto.

De entre os registos sobre os quais temos elementos disponíveis, é também dado relevante que 26% dos atores políticos são naturais de apenas sete concelhos.



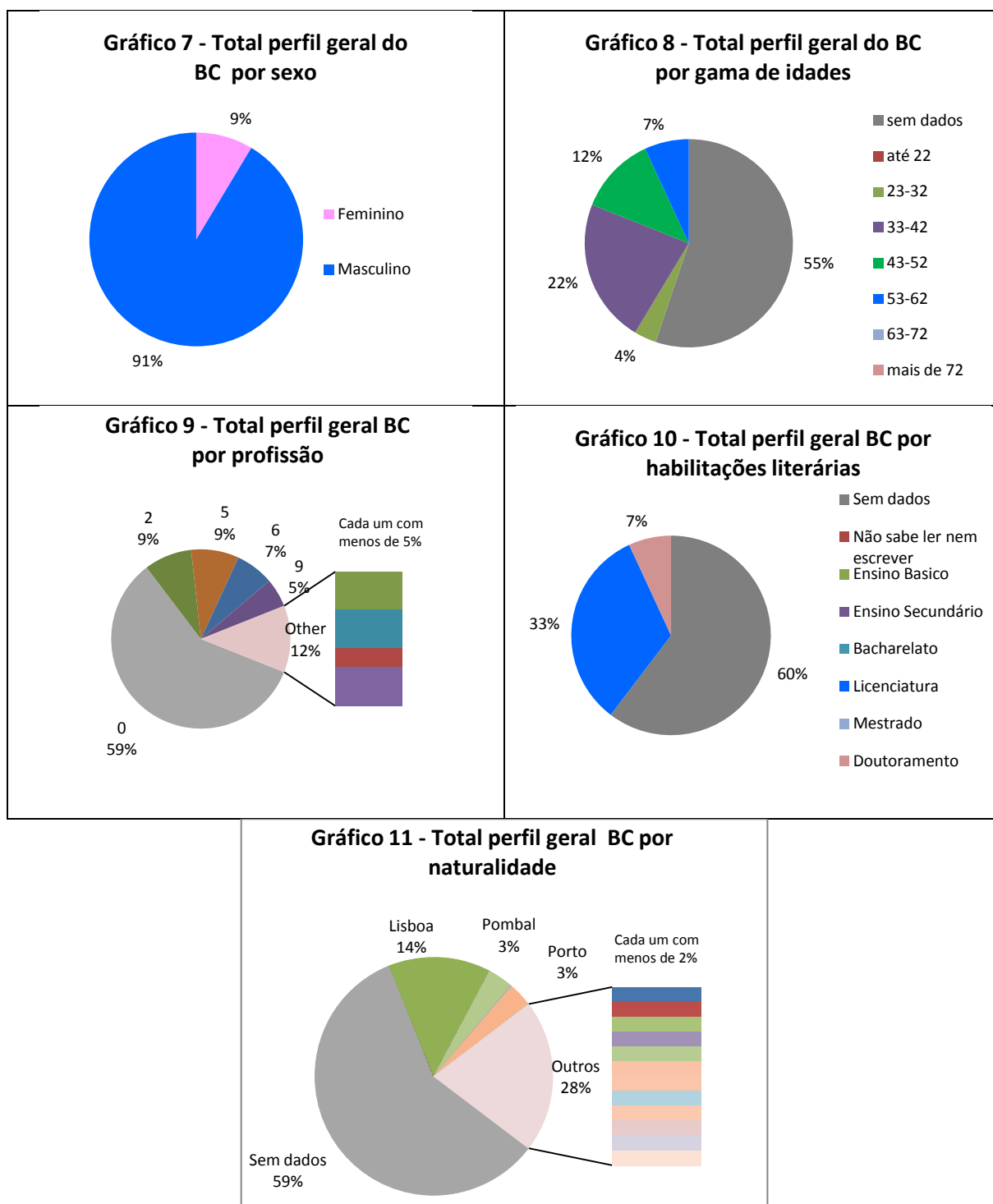
**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



3.2.2.2 Por quadrante

Bloco Central

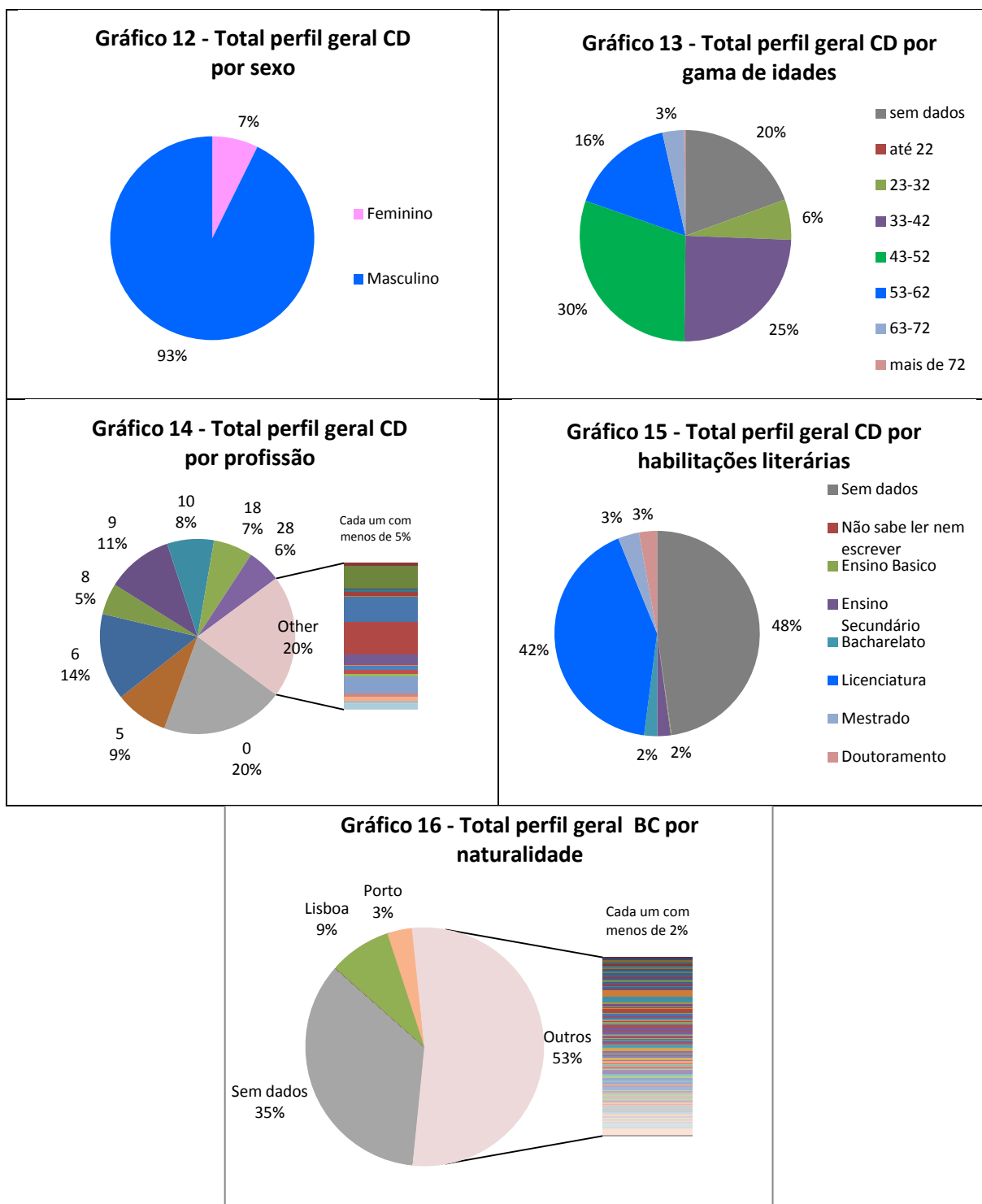
O ator político do chamado Bloco Central caracteriza-se, maioritariamente, à semelhança do perfil geral, por ser do sexo masculino, ter entre 33 e 42 anos, ser advogado ou jurista, ter como habilitações literárias a licenciatura e ser natural de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Centro Direita

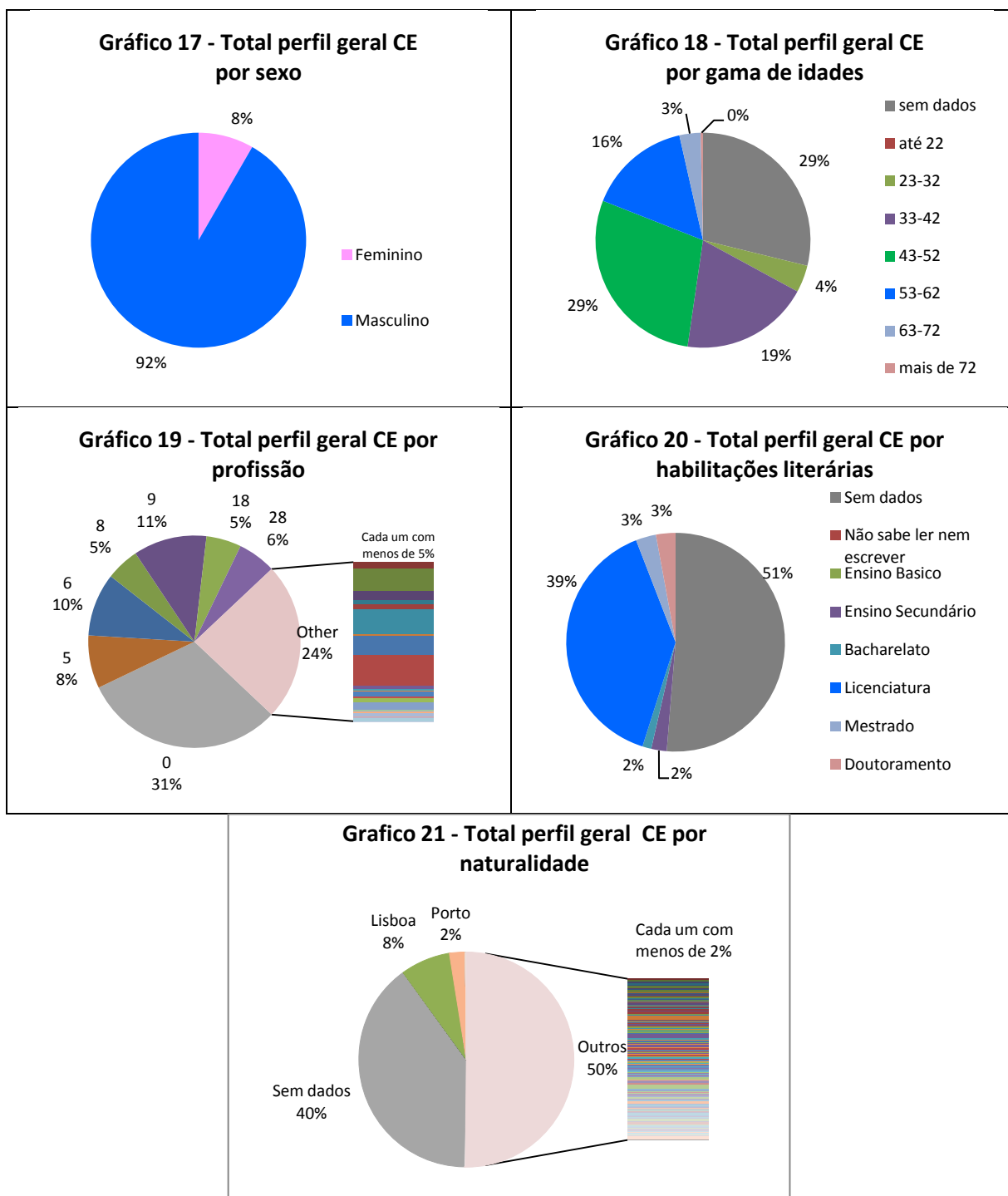
O perfil do ator político do Centro Direita é do sexo masculino, tem, maioritariamente, entre 43 e 52 anos, é advogado, tem como habilitações literárias a licenciatura e é natural de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Centro Esquerda

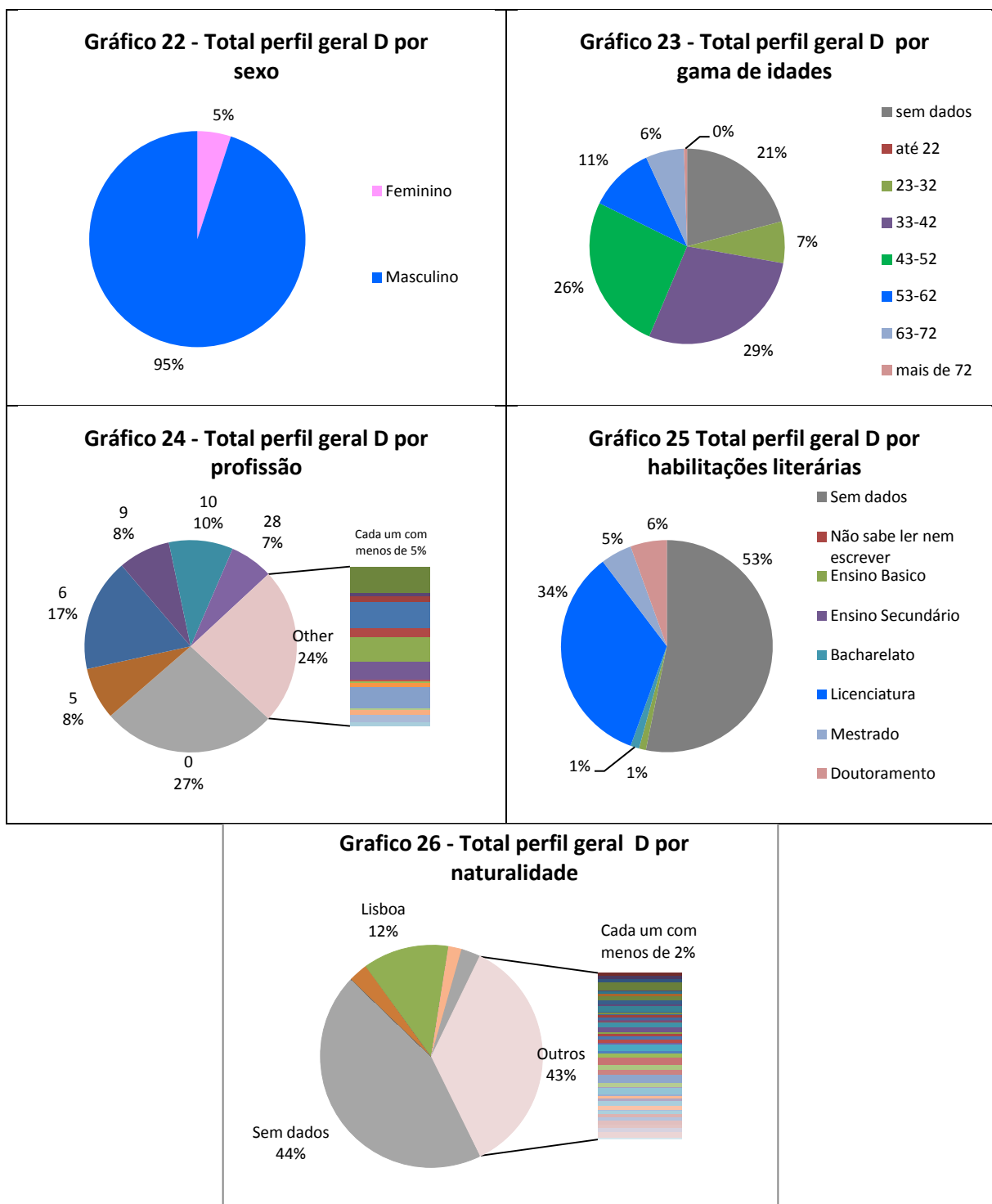
Quanto ao perfil do actor político do denominado Centro Esquerda caracteriza-se por ser, maioritariamente, do sexo masculino, ter entre 43 e 52 anos, ser professor, licenciado e natural do concelho de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Direita

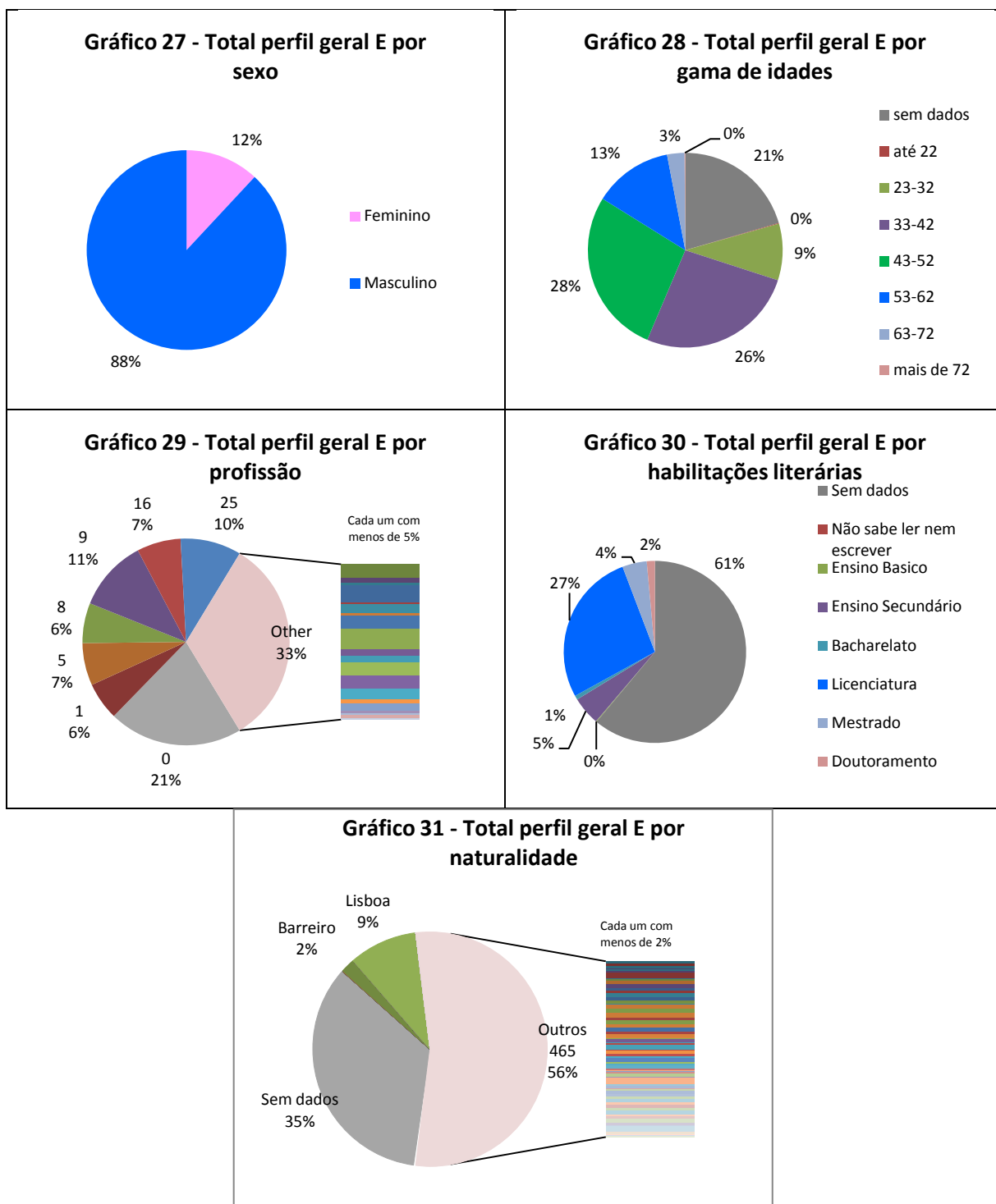
O actor político que representa a Direita portuguesa é, maioritariamente, do sexo masculino, tem entre 33 e 42 anos, é advogado, tem como habilitações literárias a licenciatura e é natural do concelho de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Esquerda

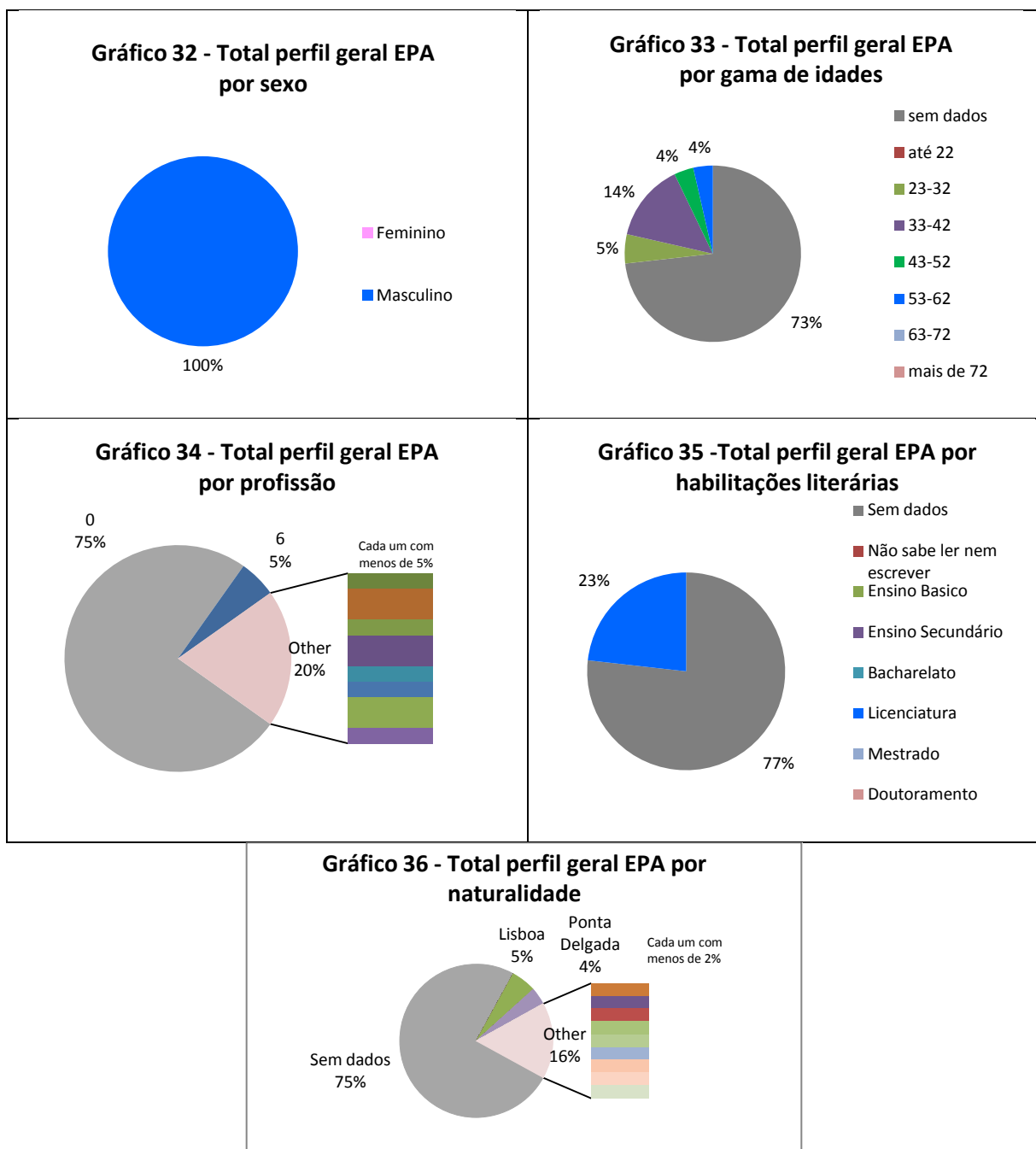
O actor político que caracteriza a Esquerda portuguesa é, maioritariamente, do sexo masculino, tem entre 43 e 52 anos, é professor, tem como habilitações literárias a licenciatura e é natural do concelho de Lisboa.



Espetro Político Alargado

Nos perfis dos atores políticos resolvemos fazer uma caracterização específica para aqueles casos em que o órgão integrava figuras de cores políticas à direita e à esquerda, dentro do espectro político português.

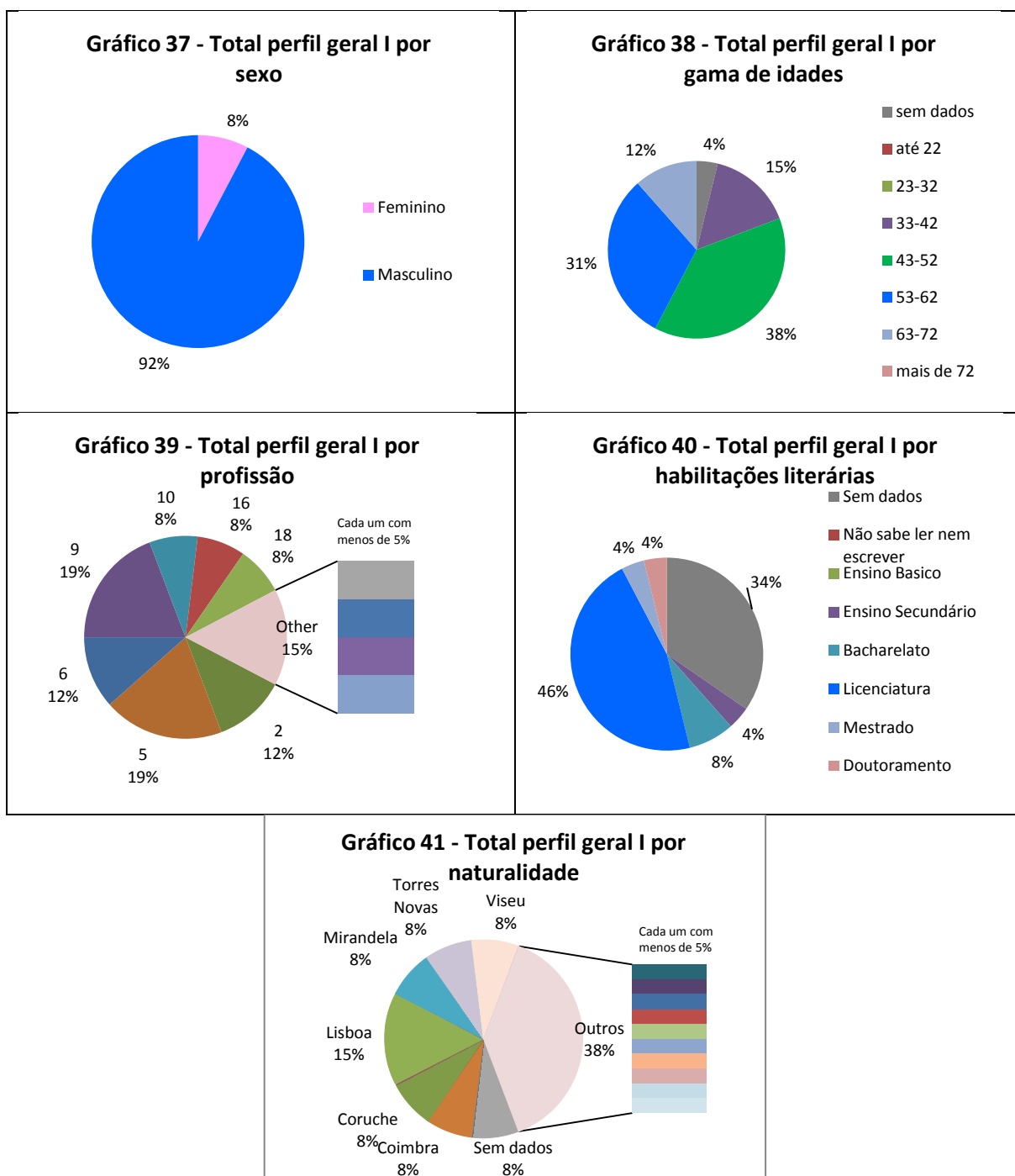
Assim, o perfil deste tipo de actor político é dominado, maioritariamente, pelo sexo masculino, tem entre 33 e 42 anos, é advogado, tem como habilitações literárias a licenciatura e é natural de Lisboa.



O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores no período da democracia (1974 – 2012)

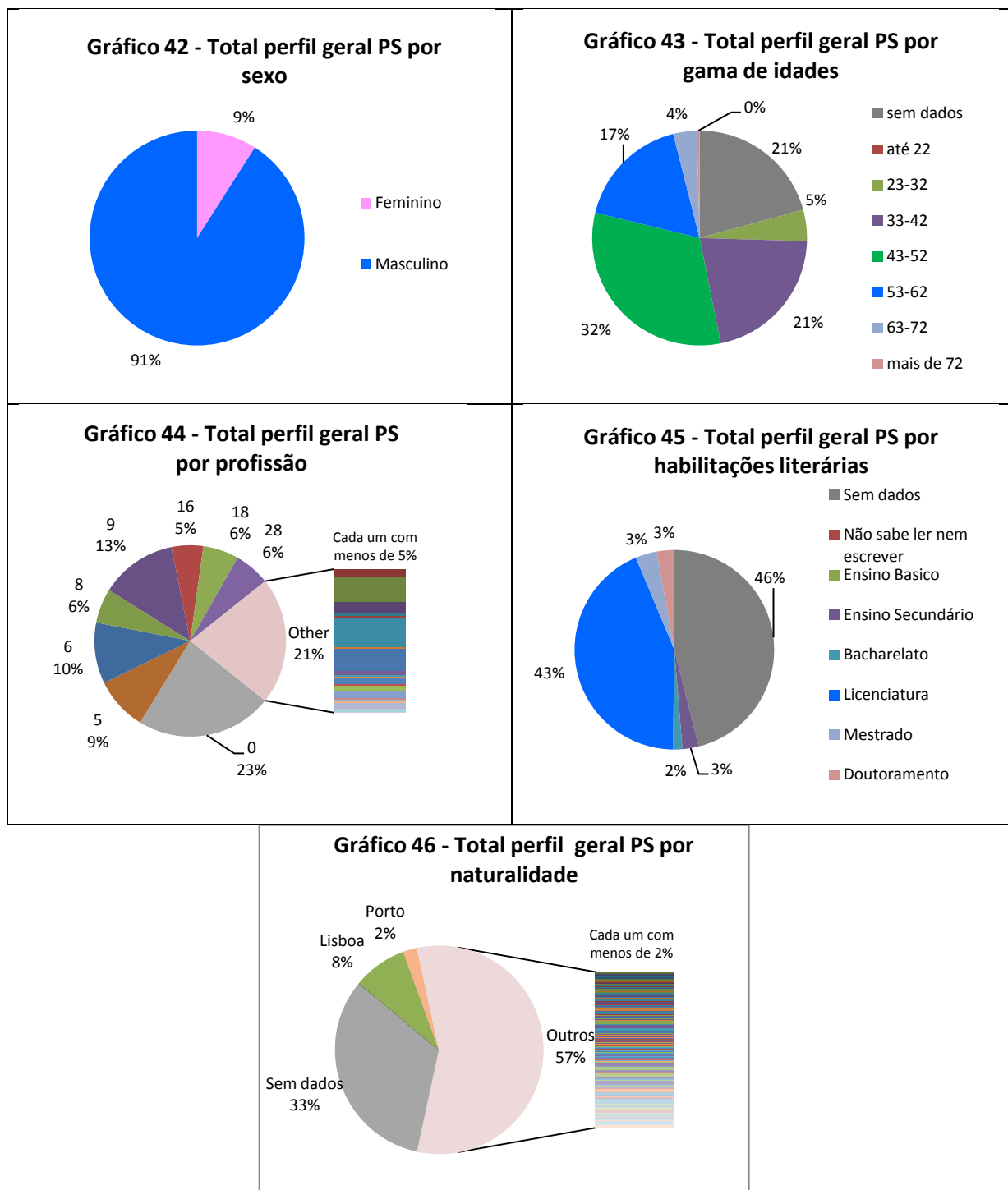
Independentes

Entre os perfis que elaboramos apresentamos também um específico para os atores políticos que, de forma directa, não representavam nenhum partido político. Aquilo a que comumente se chama de independentes. Estes são, maioritariamente, do sexo masculino, têm entre 43 e 52 anos, são engenheiros ou professores, têm como habilitações literárias a licenciatura e são naturais de Lisboa.



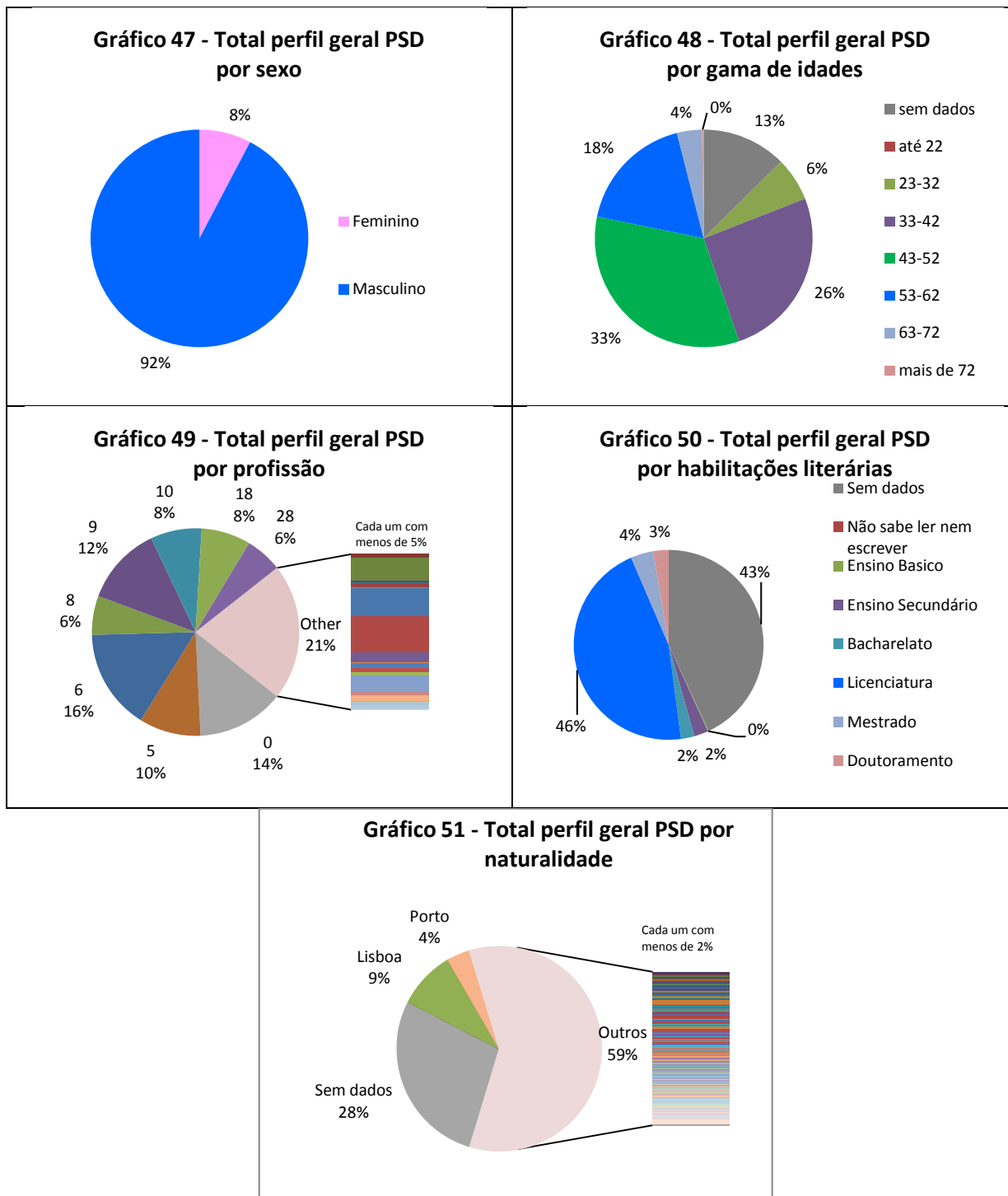
3.2.2.3 Partido Socialista

Em termos gerais, sem distinção do órgão que representa, o perfil dominante do ator político do Partido Socialista é, maioritariamente, do sexo masculino, tem uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, é professor, tem como habilitações literárias a licenciatura e é de Lisboa.



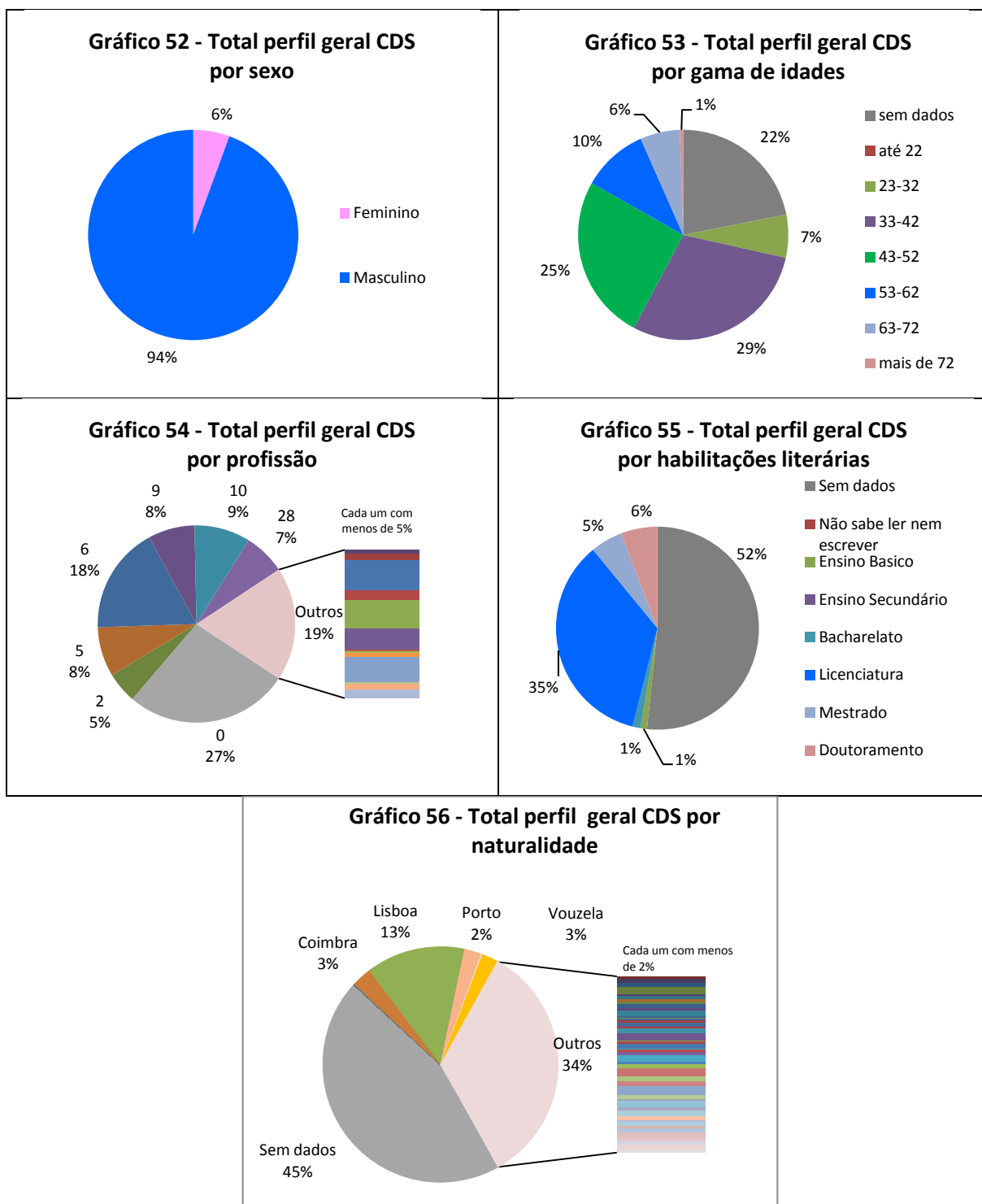
3.2.2.4 Partido Social Democrata

No seguimento da análise por partido, em termos gerais, sem distinção do órgão que representa, o perfil dominante do ator político do Partido Social Democrata é, maioritariamente, do sexo masculino, tem uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, é advogado, tem como habilitações literárias a licenciatura e é de Lisboa.



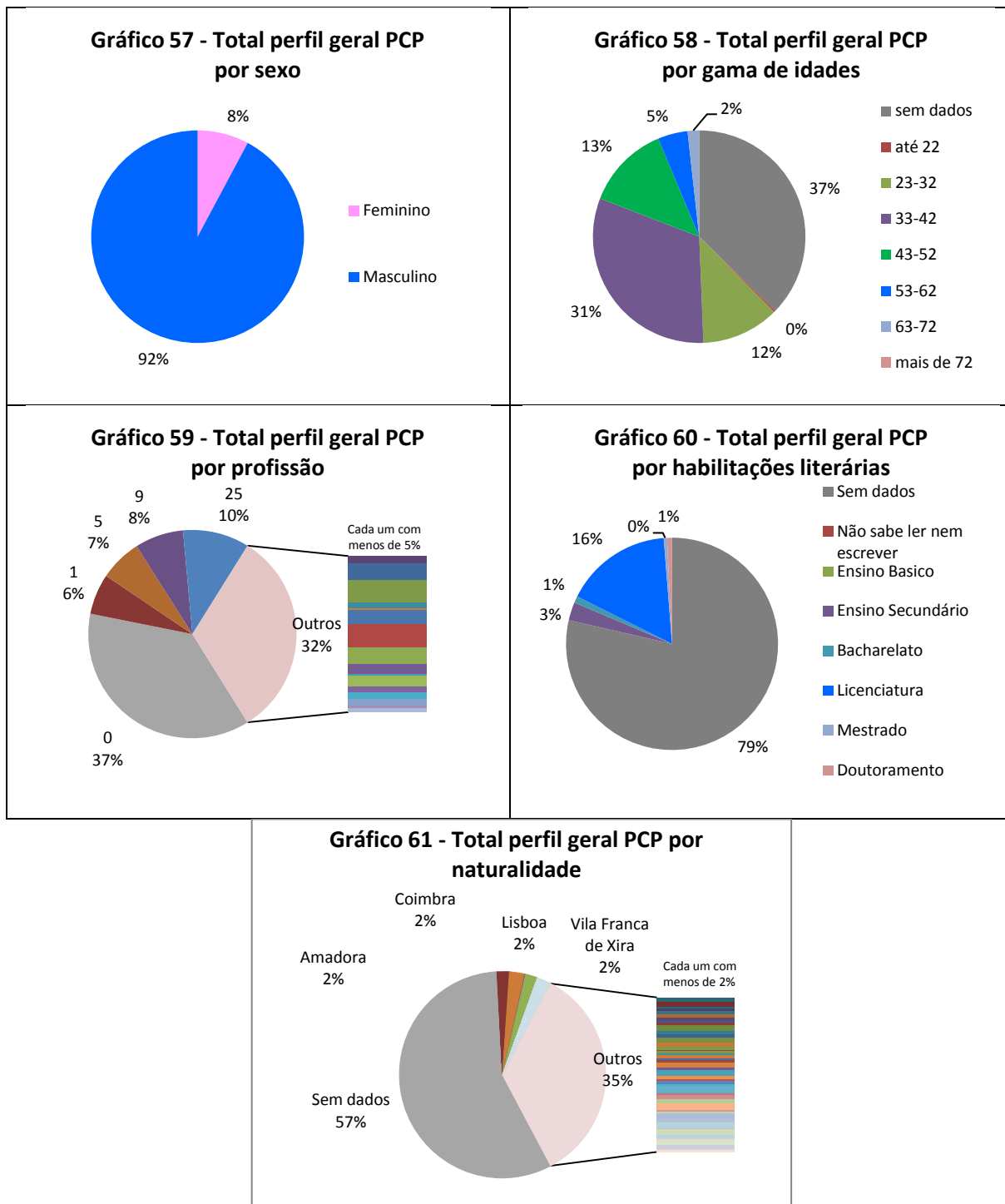
3.2.2.5 Centro Democrático Social

O perfil dominante do ator político do Centro Democrático Social é, maioritariamente, do sexo masculino, tem uma idade que varia entre os 33 e os 42 anos, é advogado, tem como habilitações literárias a licenciatura e é de Lisboa.



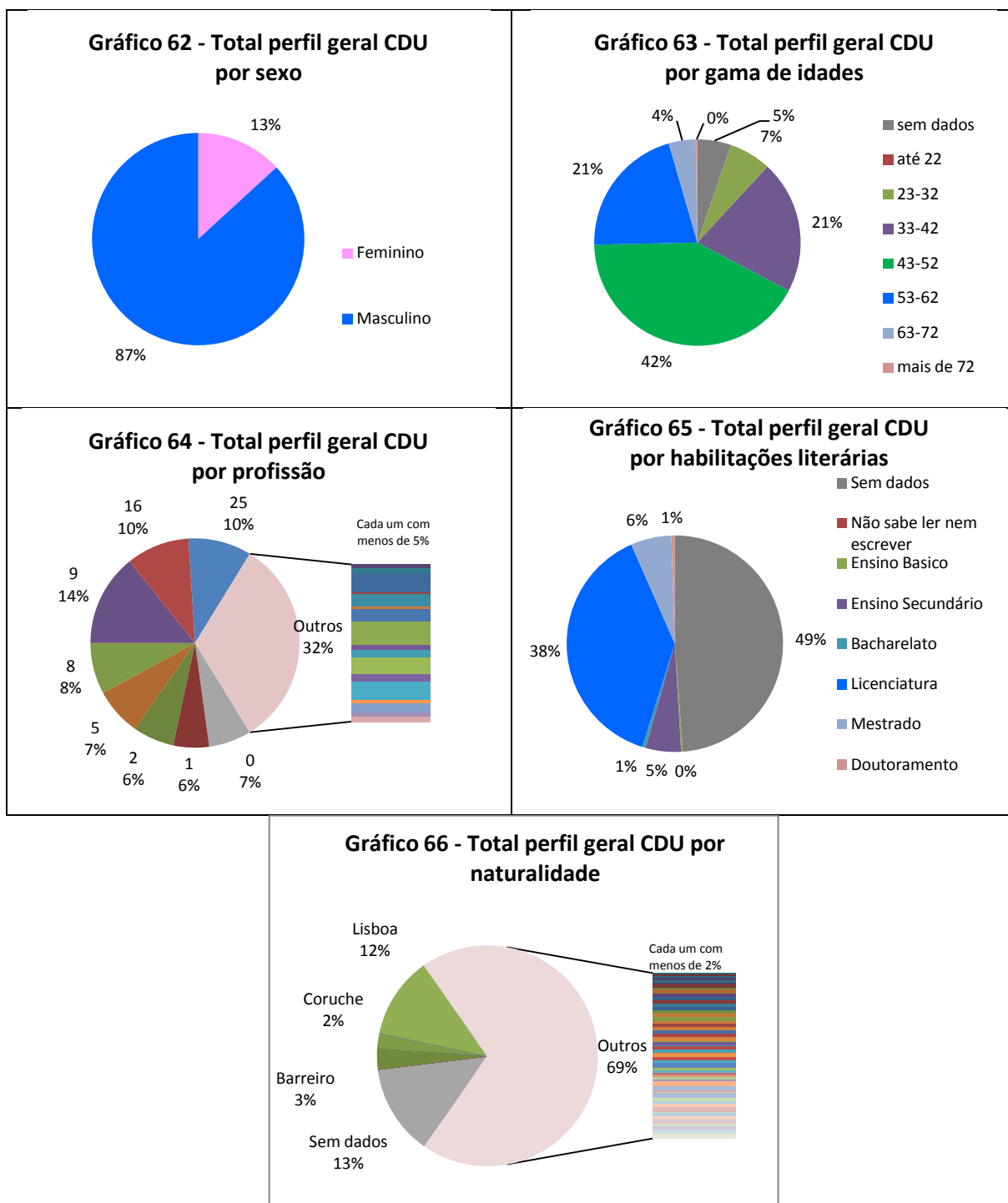
3.2.2.6 Partido Comunista Português

No que diz respeito ao Partido Comunista Português, os seus atores políticos apresentam como perfil dominante, igualmente sem distinção de órgão, serem, maioritariamente, do sexo masculino, terem entre 33 e 42 anos, ocuparem outras profissões tradicionais, serem licenciados e naturais de Coimbra ou Vila Franca de Xira.



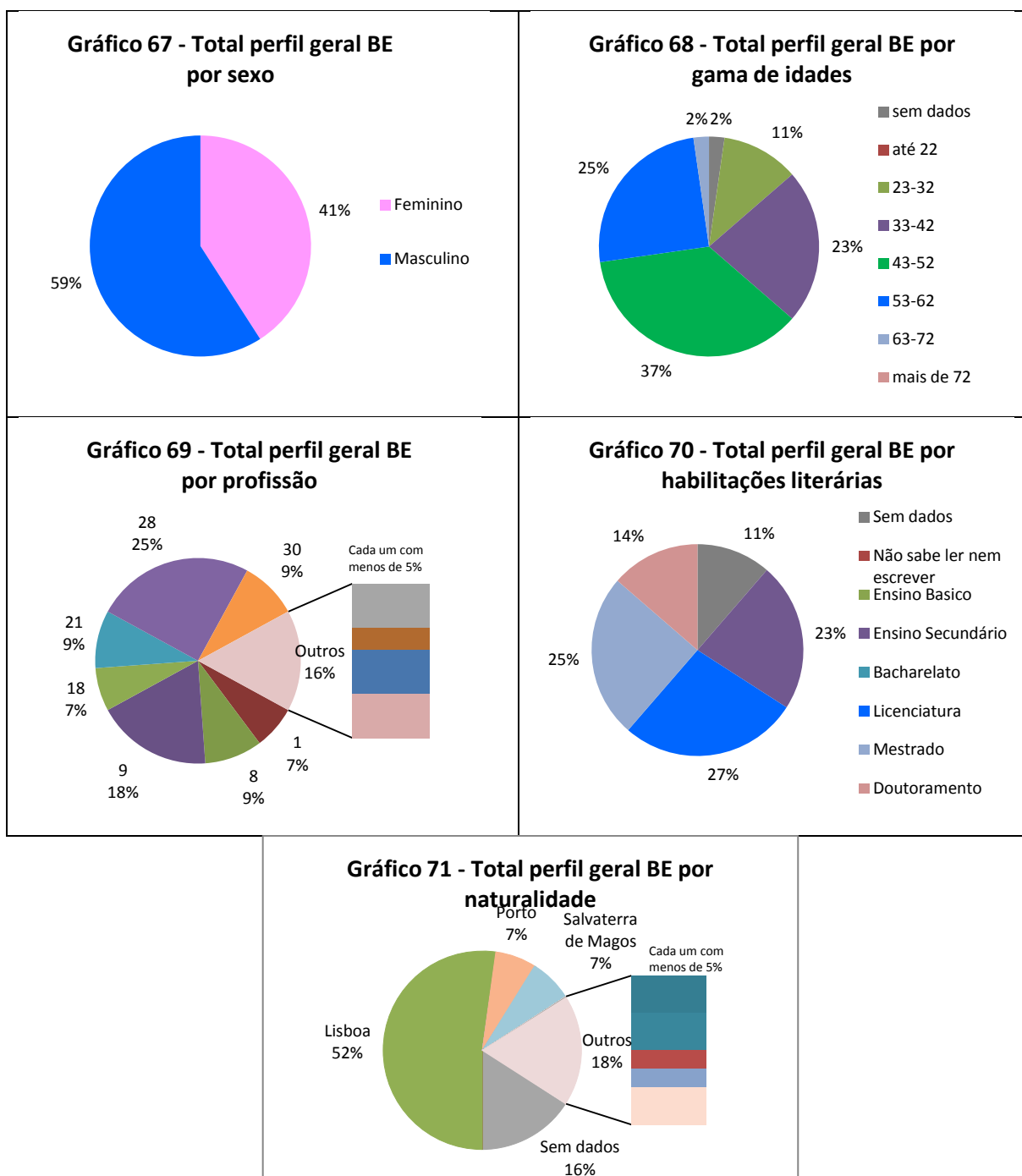
3.2.2.7 Coligação Democrática Unitária

Quanto ao perfil dominante do ator político do Coligação Democrática Unitária caracteriza-se por ser também, maioritariamente, do sexo masculino, ter uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, ser professor, licenciado e natural de Lisboa.



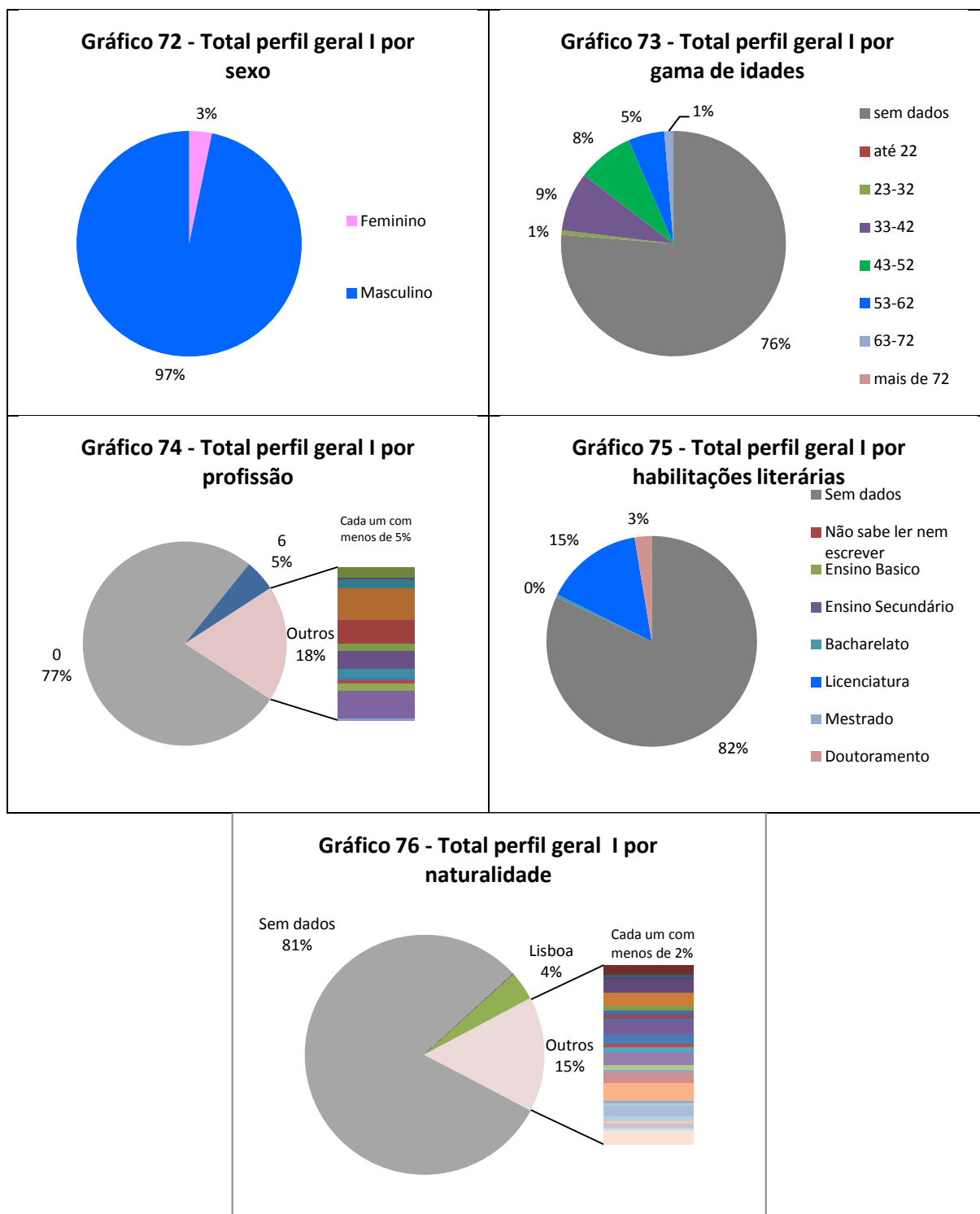
3.2.2.8 Bloco de Esquerda

No caso do Bloco de Esquerda continua a dominar o género masculino. Contudo, em termos percentuais, e com uma diferença considerável em relação aos outros partidos políticos, o BE apresenta apenas 59% das suas figuras do sexo masculino. Os atores políticos têm, maioritariamente, entre 43 e 52 anos, são professores do ensino superior, licenciados e naturais de Lisboa.



3.2.2.9 Independente

As figuras que se apresentam, nos diversos órgãos, como independentes são, maioritariamente, do sexo masculino, têm entre 33 e 42 anos, são advogados, têm como habilitações literárias a licenciatura e são, para não fugir à regra, de Lisboa.



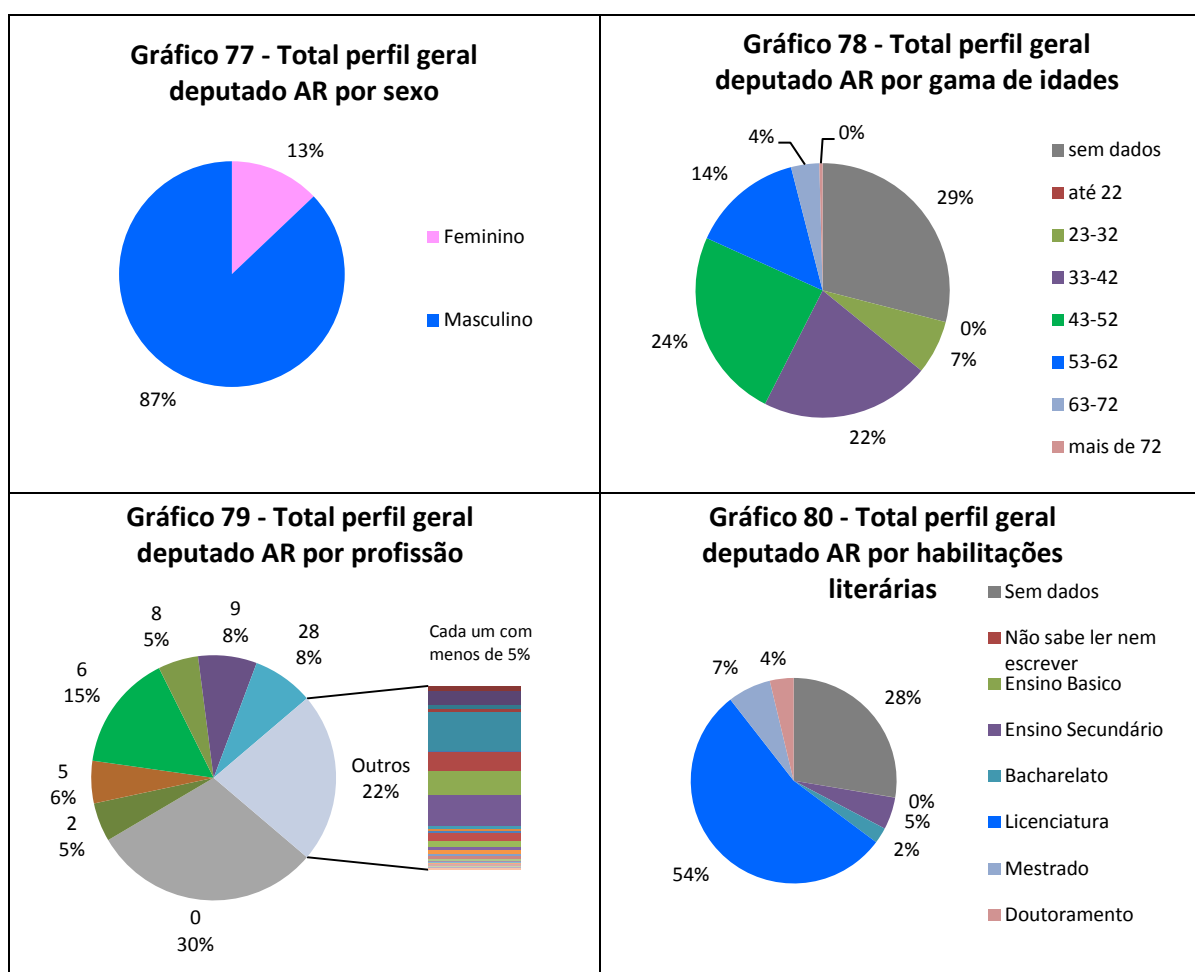
3.2.3 Perfil do deputado AR

Os deputados à Assembleia da República, independentemente do partido, apresentam também perfis muito idênticos.

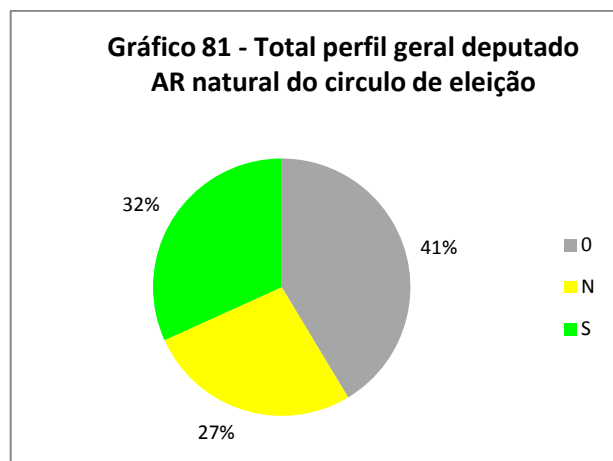
3.2.3.1 Deputado – geral

Após uma caracterização do perfil geral dos atores políticos, sem distinção de partidos, passamos a uma análise do perfil dominante por órgão. Primeiro com uma caracterização geral dos atores políticos desse órgão e, na fase seguinte, por cada partido em particular.

Assim, podemos dizer, a partir dos dados disponíveis, que o perfil geral dominante do deputado português à Assembleia da República é, maioritariamente, do sexo masculino, tem entre 43 e 52 anos, é advogado, tem como habilitações literárias a licenciatura e é natural do círculo de eleição.

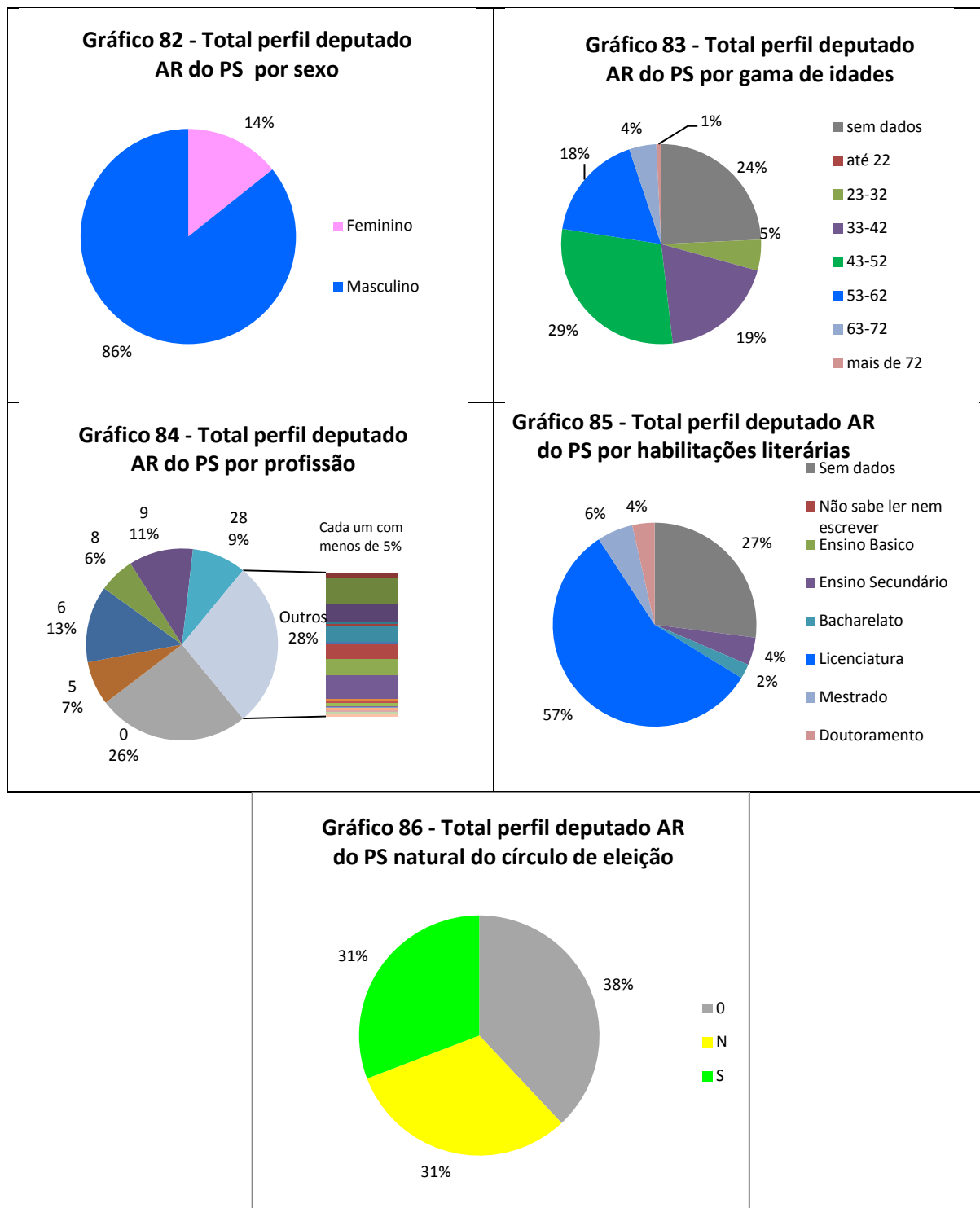


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



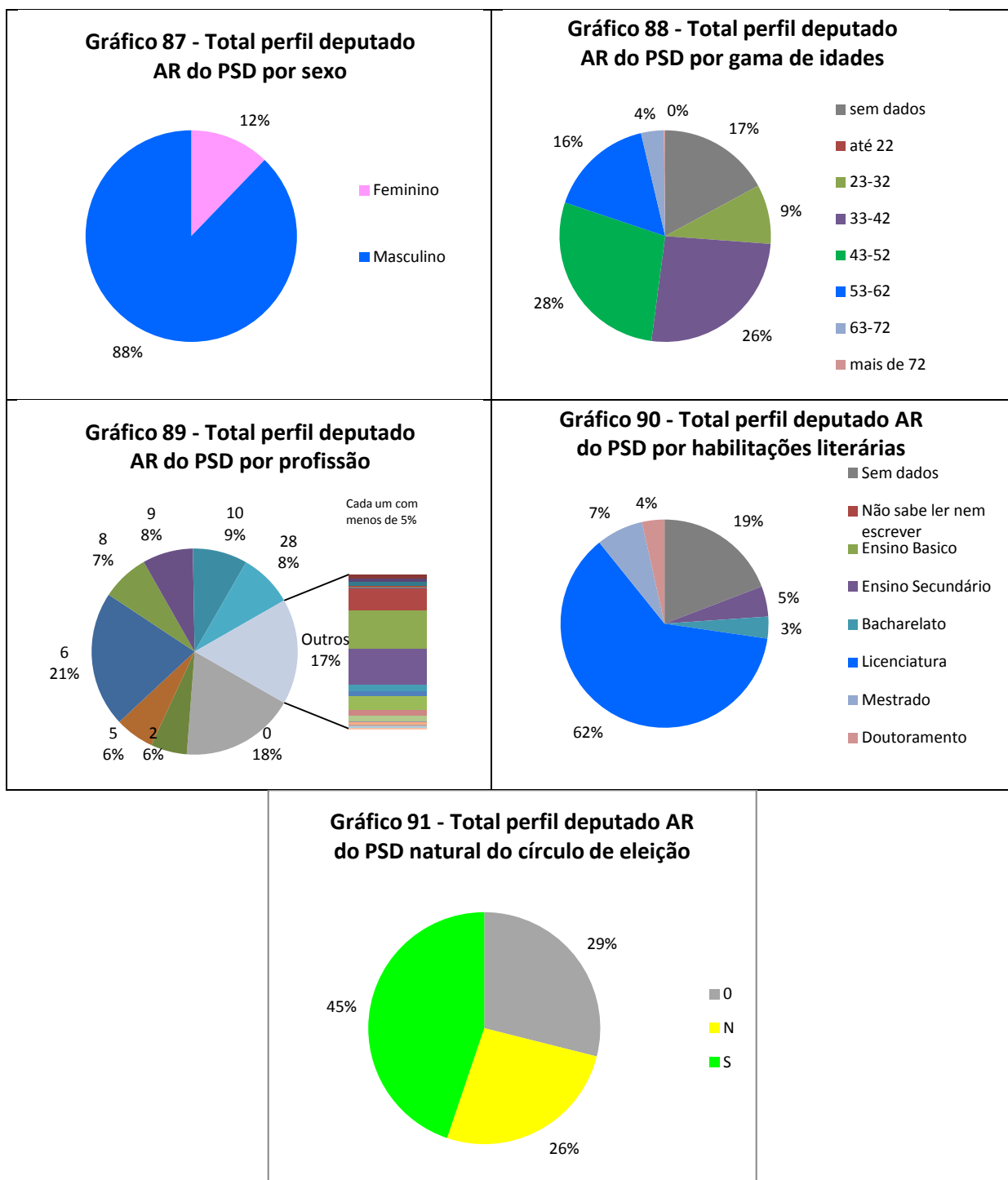
3.2.3.2 Deputado do PS

O deputado do PS eleito para a Assembleia da República é, maioritariamente, do sexo masculino, tem entre 43 e 52 anos, é advogado, licenciado, sendo o número daqueles que são naturais do círculo de eleição muito semelhante ao dos que não o são.



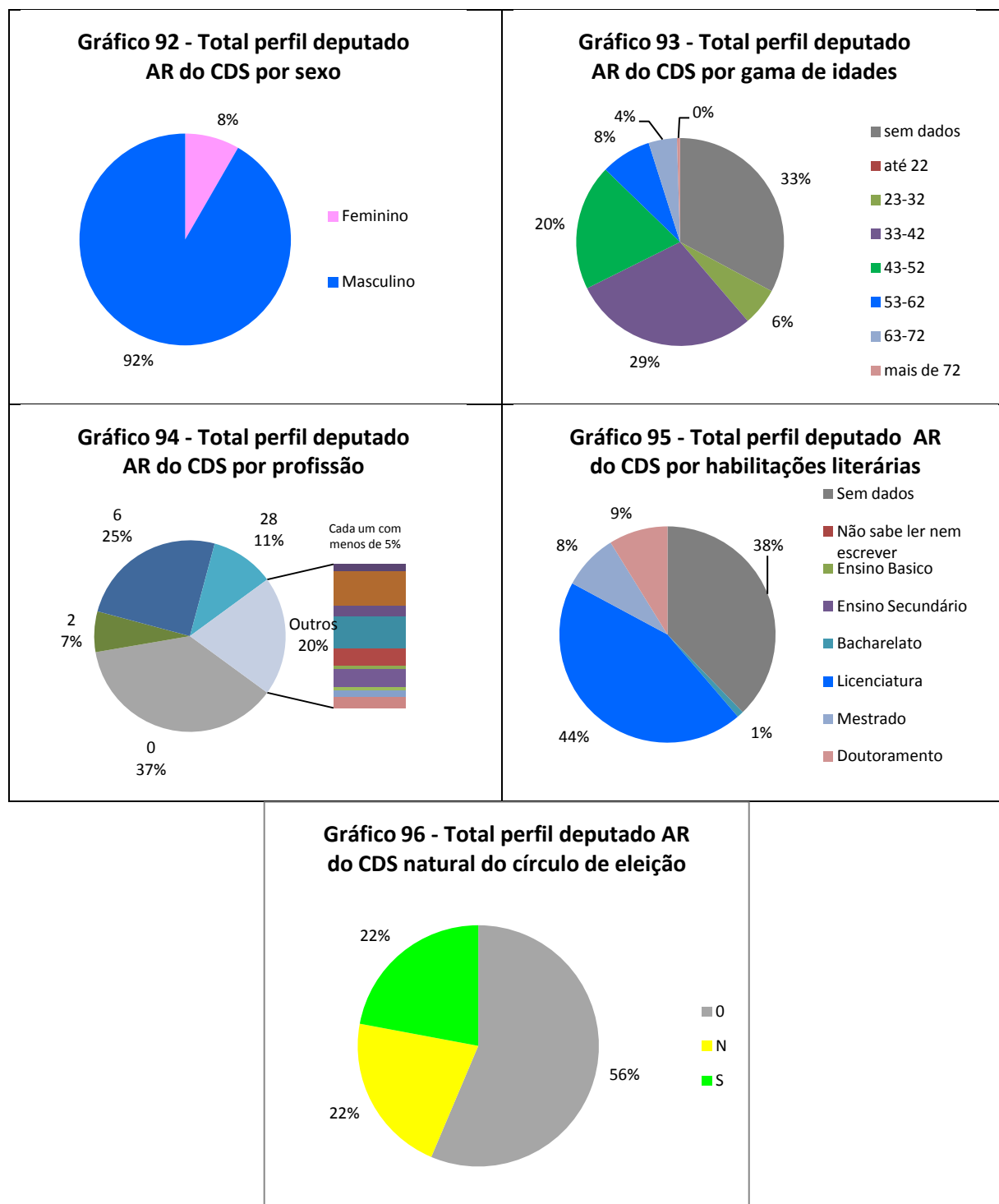
3.2.3.3 Deputado do PSD

No que diz respeito ao deputado do PSD à AR é, maioritariamente, do sexo masculino, tem também entre 43 e 52 anos, é advogado, é licenciado e natural de um dos concelhos do círculo eleitoral por onde se candidatam.



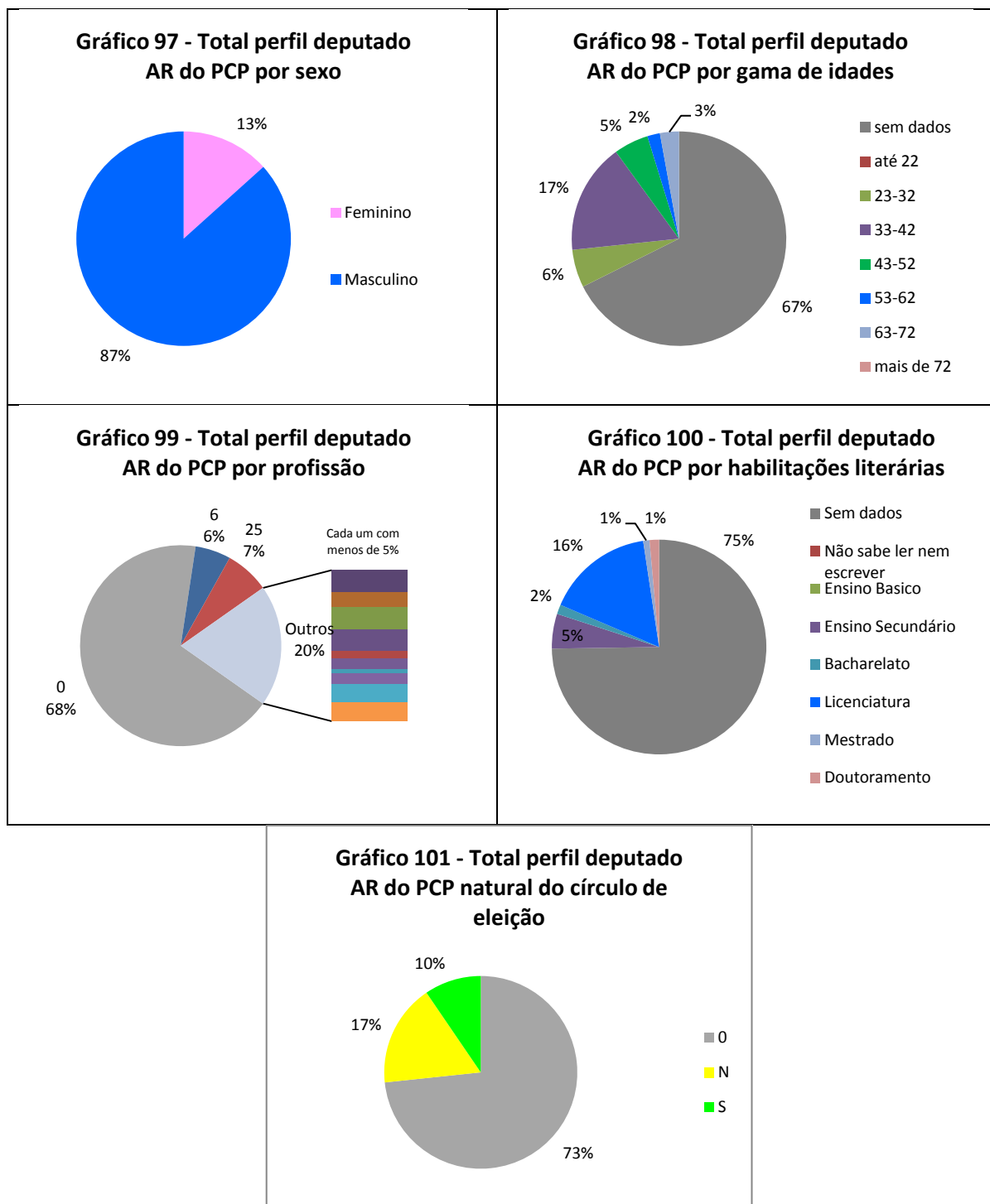
3.2.3.4 Deputado do CDS

O perfil do deputado do CDS à AR é, maioritariamente, do sexo masculino, tem entre 33 e 42 anos, é advogado, tem como habilitações literárias a licenciatura, sendo o número daqueles que são naturais do círculo de eleição muito igual ao dos que não o são.



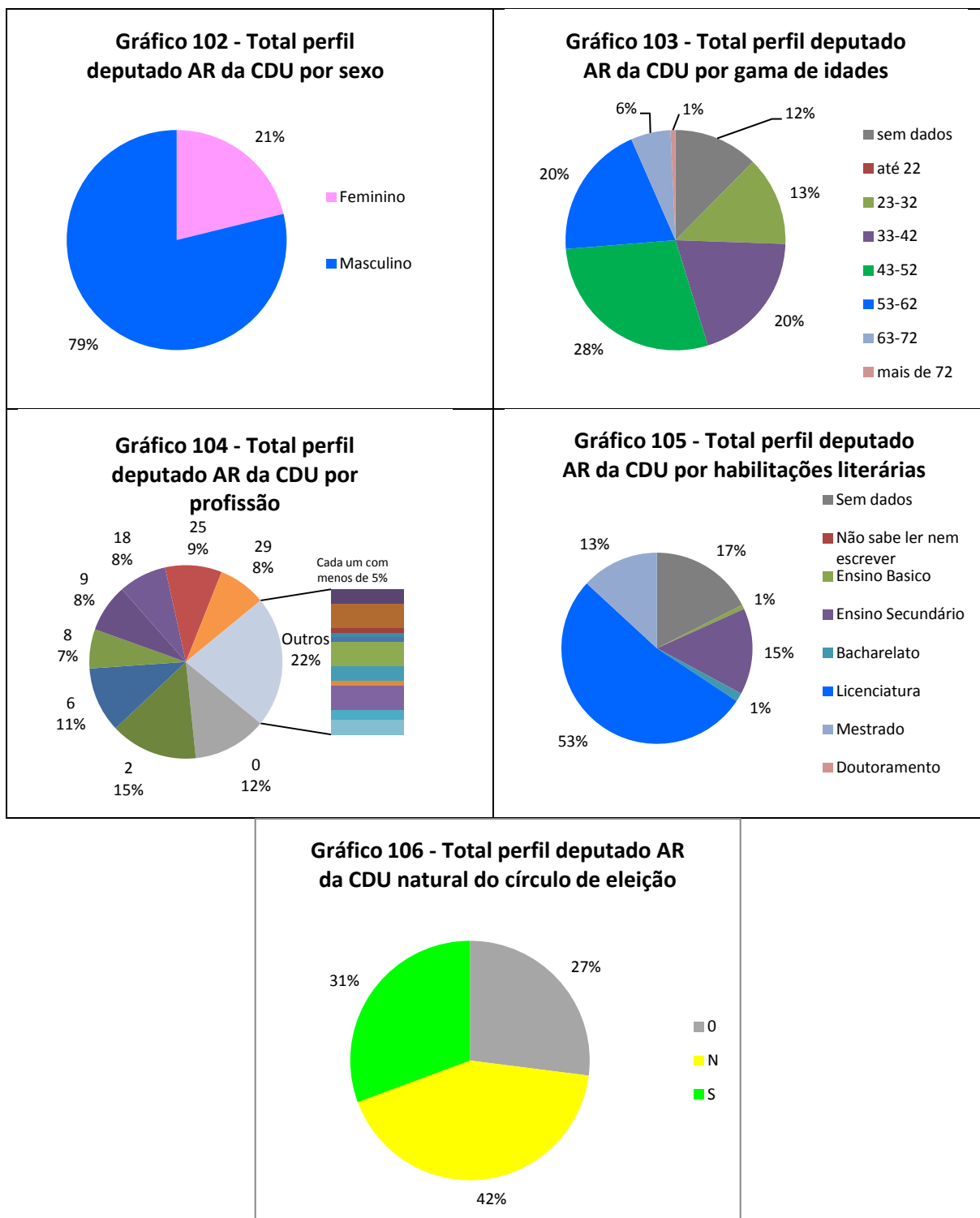
3.2.3.5 Deputado do PCP

Seguindo a regra geral de perfil, o deputado do PCP, quanto ao sexo, é, maioritariamente, do género masculino, tem entre 33 e 42 anos, maioritariamente assume aquilo a que designamos por outras profissões tradicionais, é licenciado e de fora do círculo de eleição (73% sem dados).



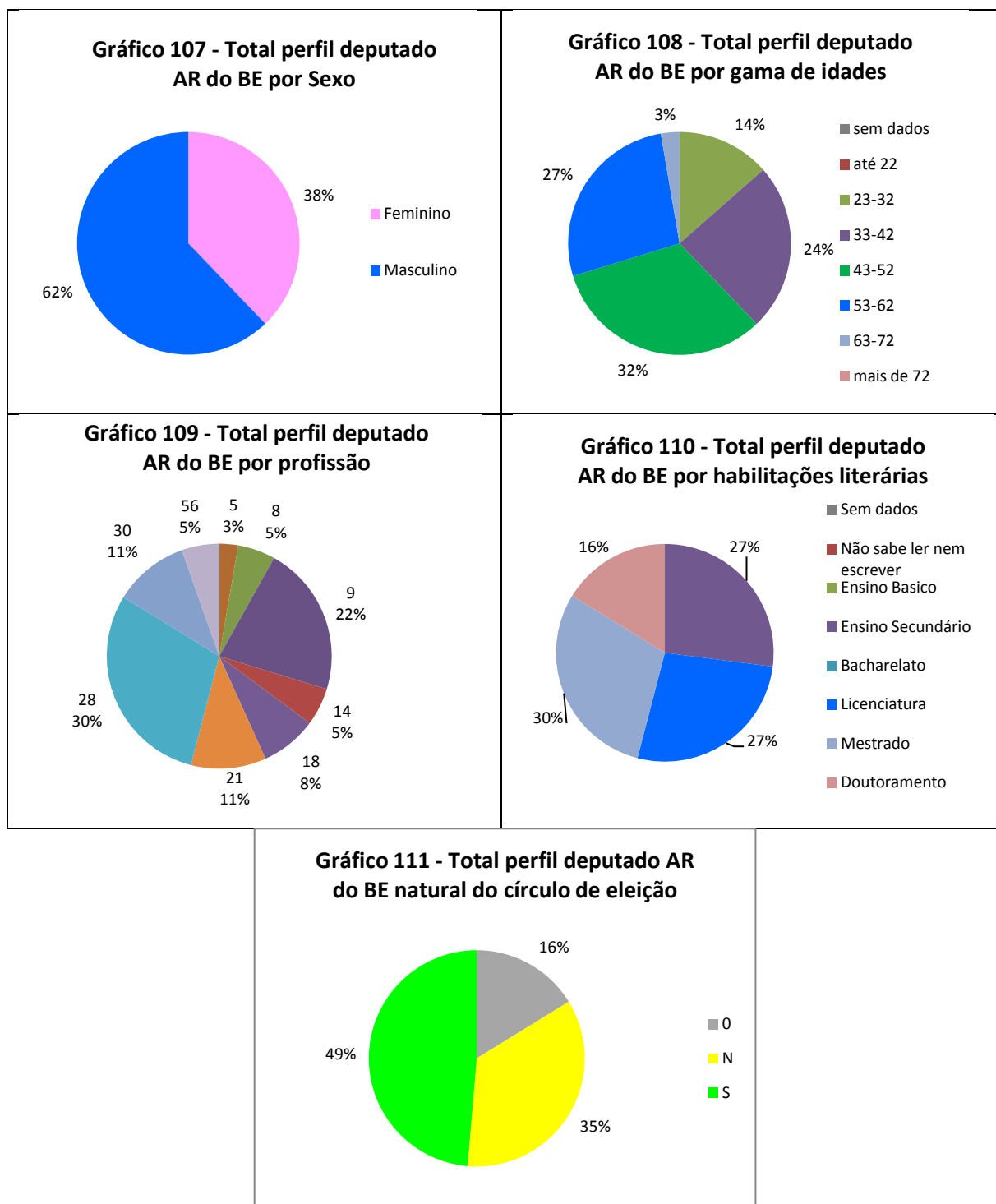
3.2.3.6 Deputado da CDU

O perfil do deputado da Coligação Democrática Unitária é, maioritariamente, do sexo masculino, tem entre 43 e 52 anos, é advogado, licenciado e é externo ao círculo de eleição.



3.2.3.7 Deputado do BE

O deputado do Bloco de Esquerda apresenta como perfil dominante ser, maioritariamente, do sexo masculino, ter igualmente entre 43 e 52 anos, ser advogado, mestre e do círculo eleitoral pelo qual foi eleito.

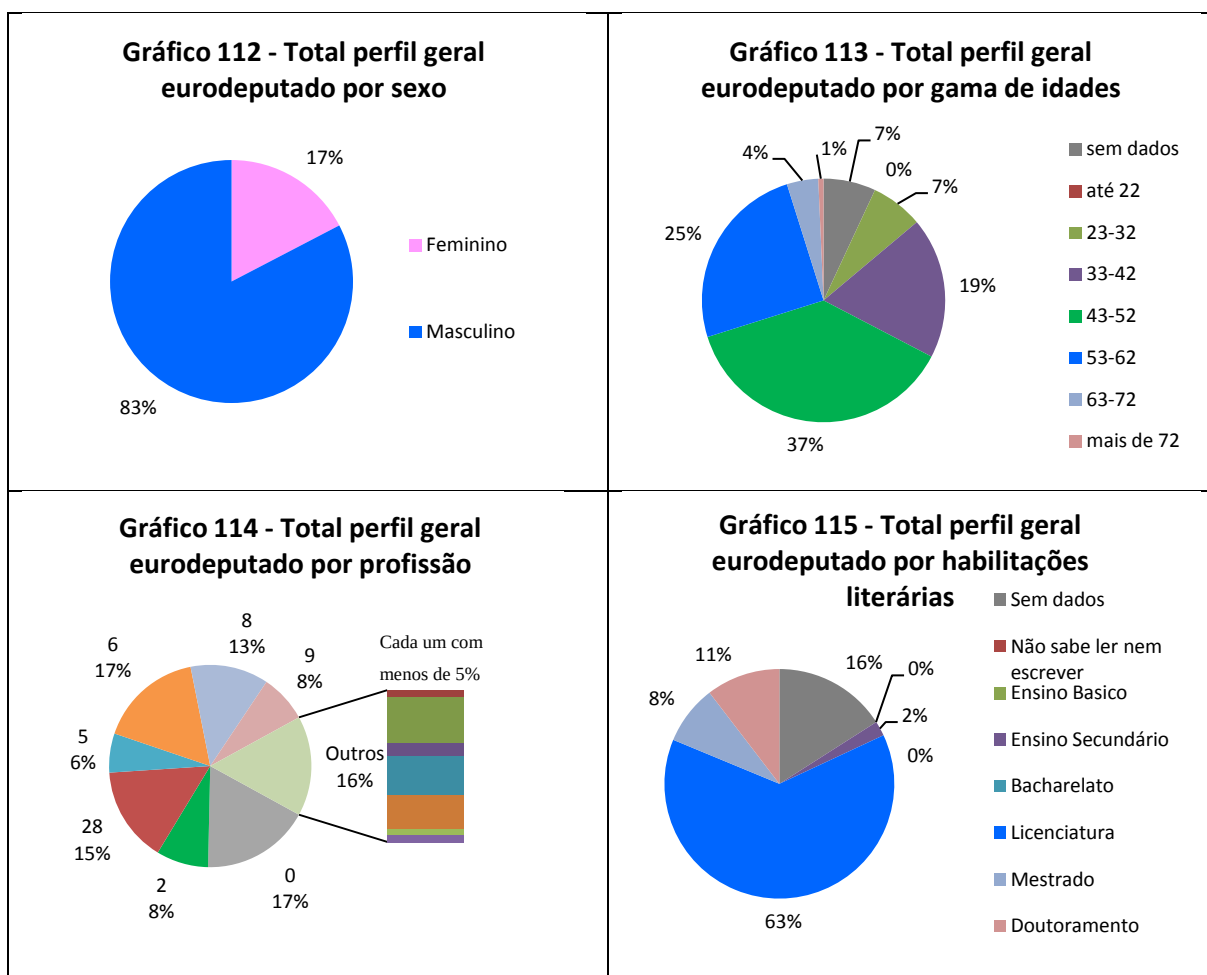


3.2.4 Perfil do eurodeputado

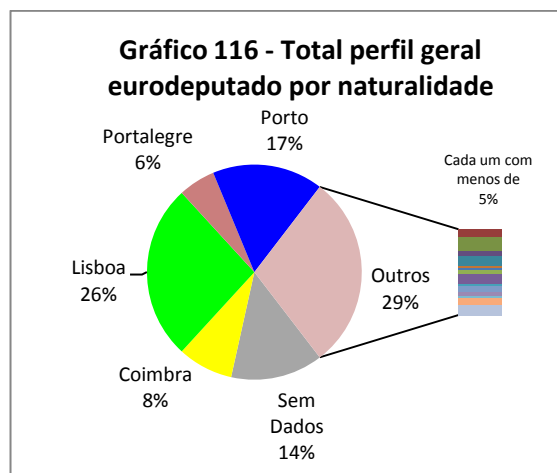
Apesar de algumas ligeiras diferenças em relação ao ator político de outros órgãos, o eurodeputado, tem um perfil em tudo igual.

3.2.4.1 Eurodeputado – geral

O eurodeputado português apresenta um perfil geral dominante caracterizado por ser, maioritariamente, do género masculino, ter uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, ser advogado, ter como habilitações literárias a licenciatura e ser natural do concelho de Lisboa.



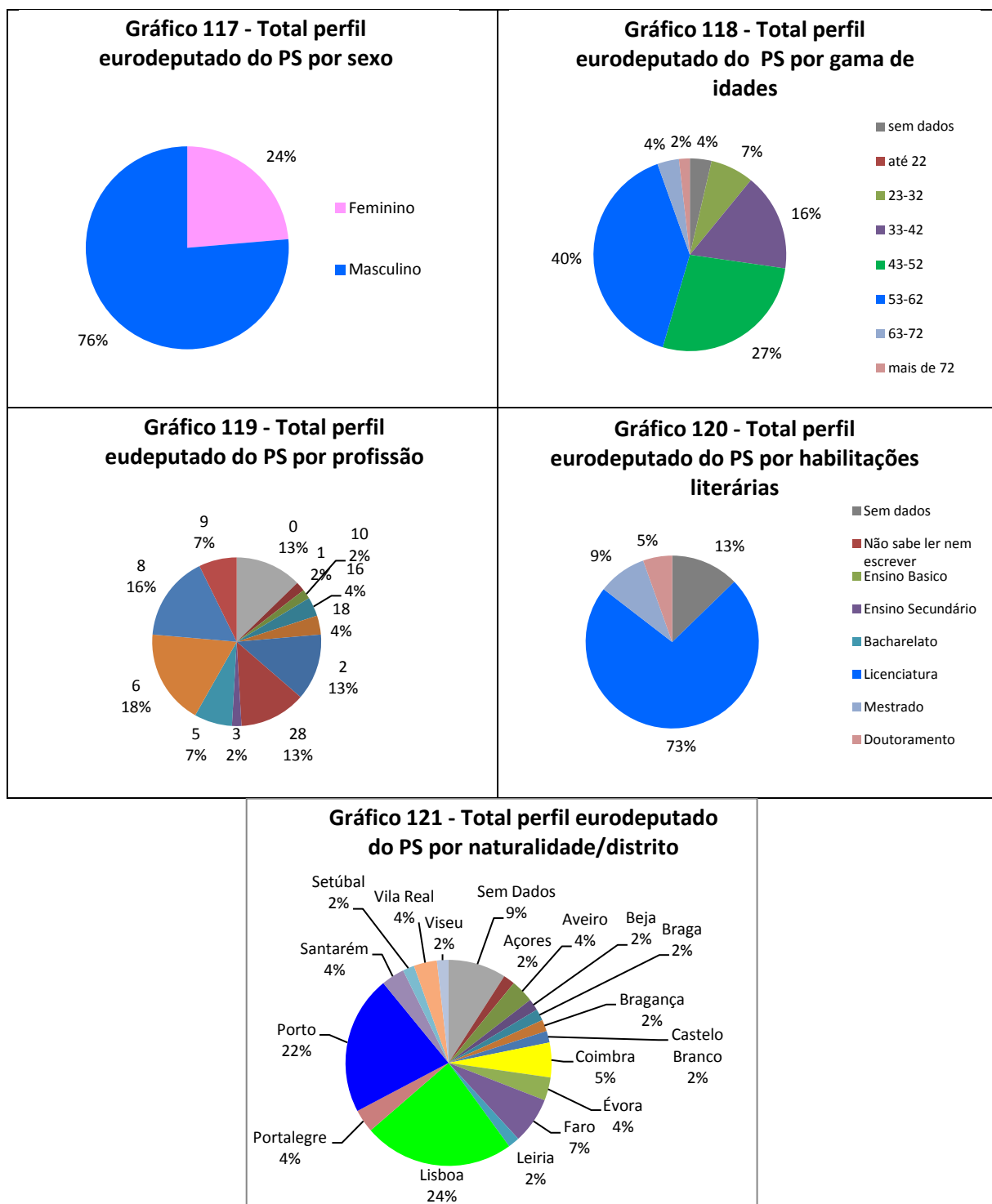
**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

3.2.4.2 Eurodeputado do PS

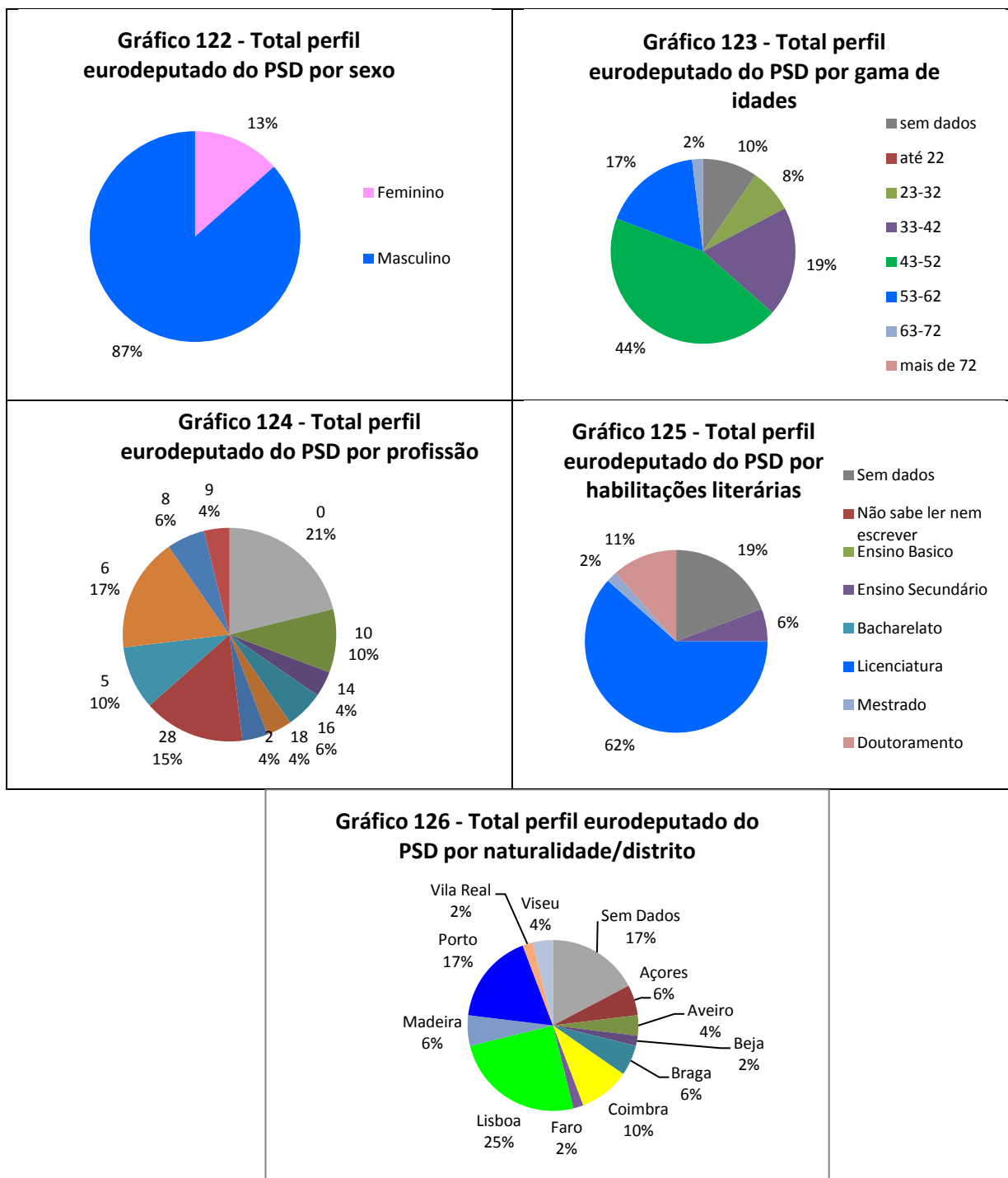
O perfil dominante do eurodeputado do PS indica tratar-se de um ator político, maioritariamente, do sexo masculino, com uma idade compreendida entre os 53 e os 62 anos, advogado, licenciado e natural, como se tem apresentado como regra, de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

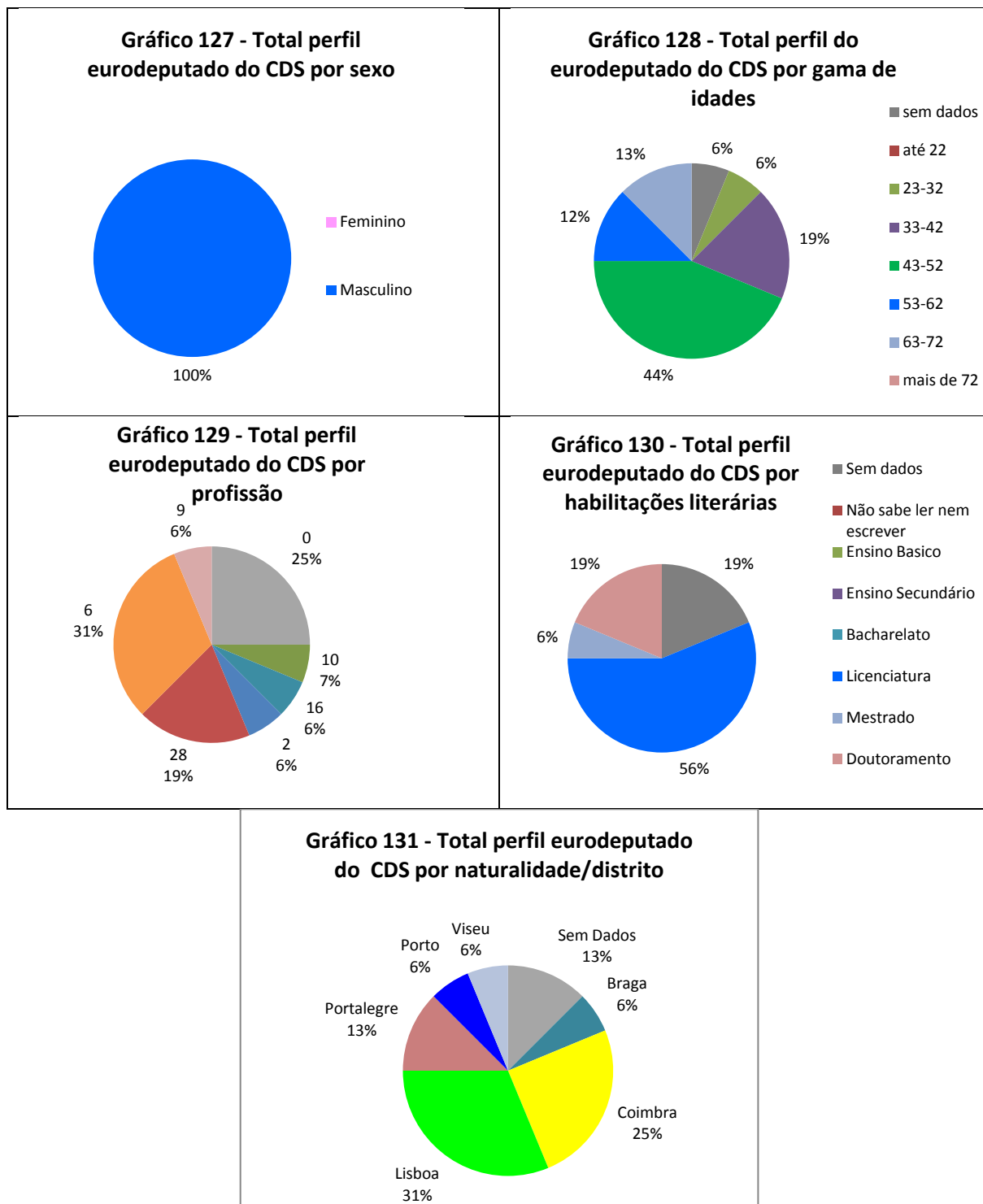
3.2.4.3 Eurodeputado do PSD

O eurodeputado do PSD é, maioritariamente, do género masculino, tem entre 43 e 52 anos, é advogado de profissão, licenciado e natural de Lisboa.



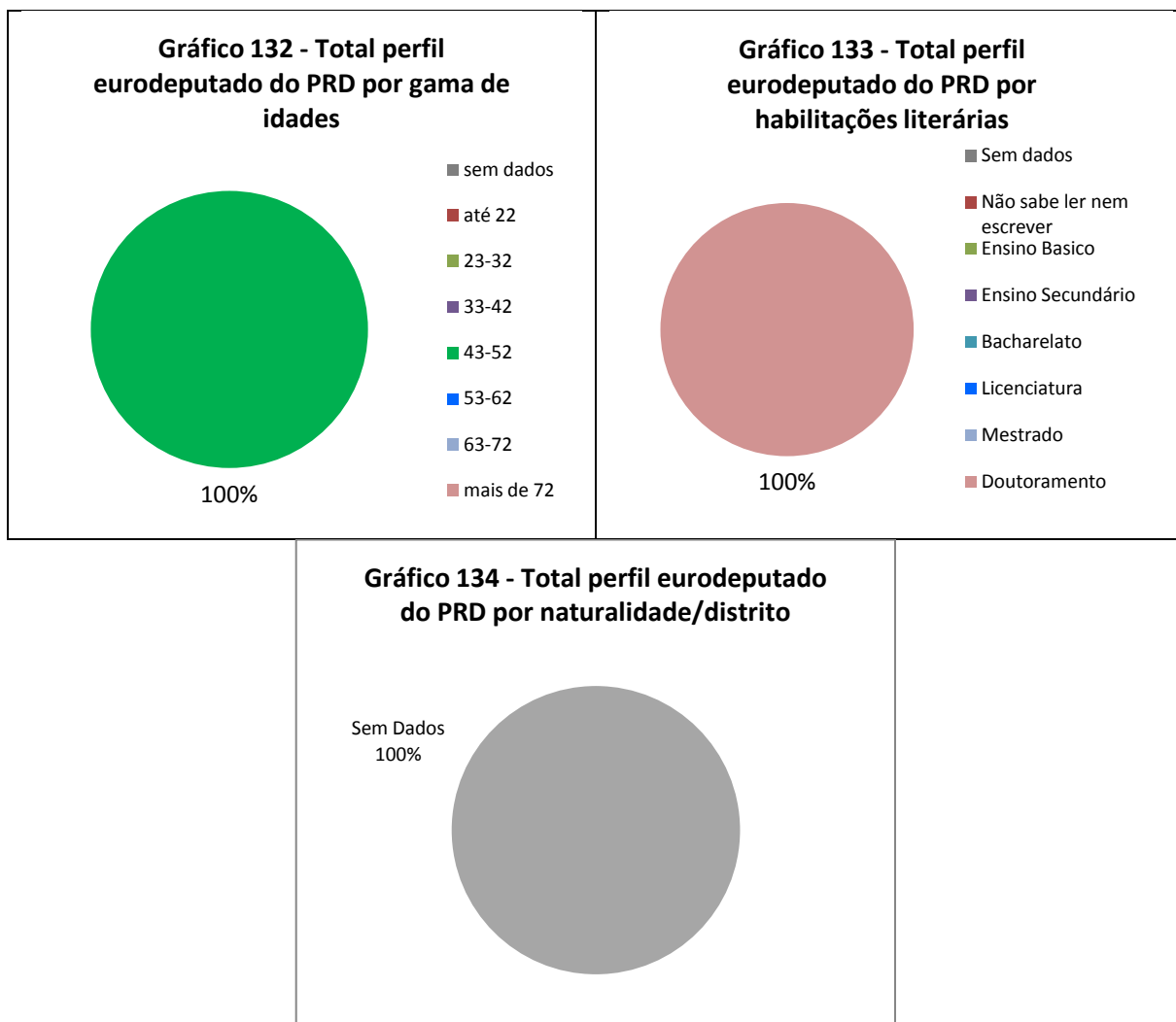
3.2.4.4 Eurodeputado do CDS

Todos os eurodeputados do CDS são do género masculino. Têm, maioritariamente, entre 43 e 52 anos, são advogados, têm como habilitações literárias a licenciatura e são naturais do concelho de Lisboa.



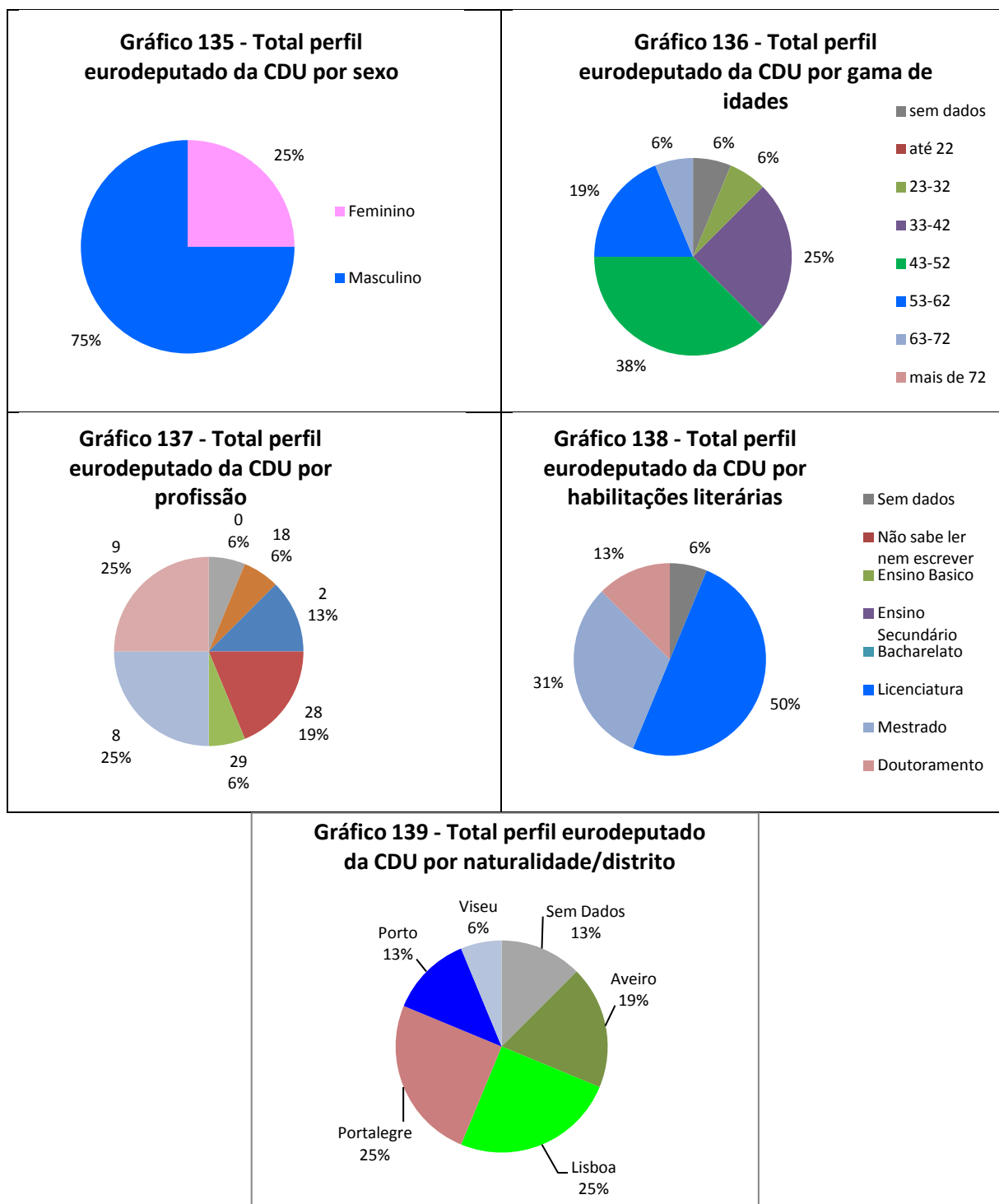
3.2.4.5 Eurodeputado do PRD

O PRD apenas elegeu um eurodeputado. Contudo, importa salientar que sobre este partido obtivemos apenas dados para aferir dois itens. Trata-se de um ator político, maioritariamente, do género masculino, tem entre 43 e 52 anos e possui como habilitações literárias o doutoramento.



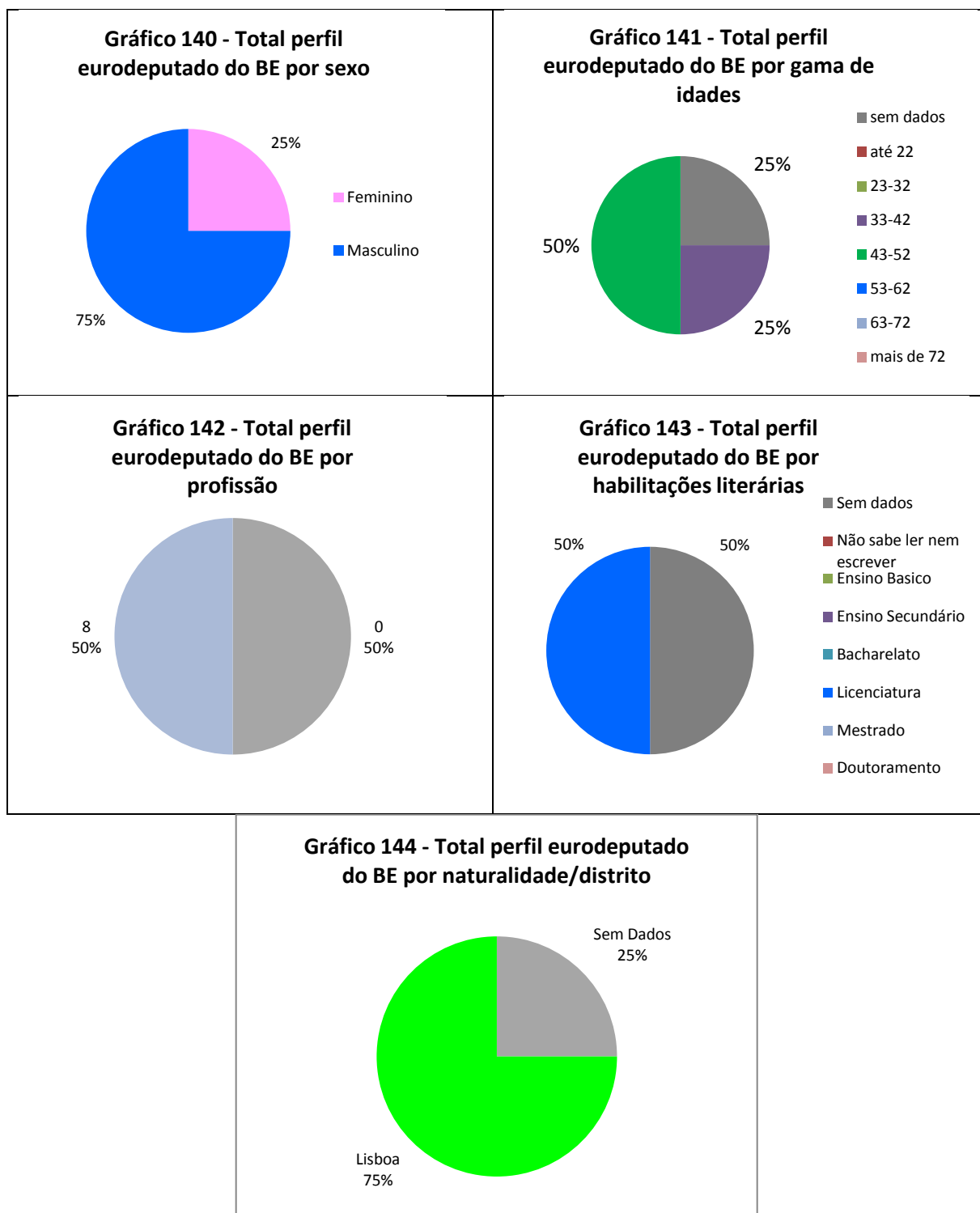
3.2.4.6 Eurodeputado da CDU

Quanto à CDU, o perfil dominante caracteriza-se por ser, maioritariamente, do género masculino, ter entre 43 e 52 anos, ser professor ou economista, licenciado e natural de Lisboa ou Portalegre.



3.2.4.7 Eurodeputado do BE

O eurodeputado do BE é, maioritariamente, do género masculino, também tem, como na maioria dos casos, entre 43 e 52 anos, é economista, tem como habilitações literárias a licenciatura e é natural do concelho de Lisboa.

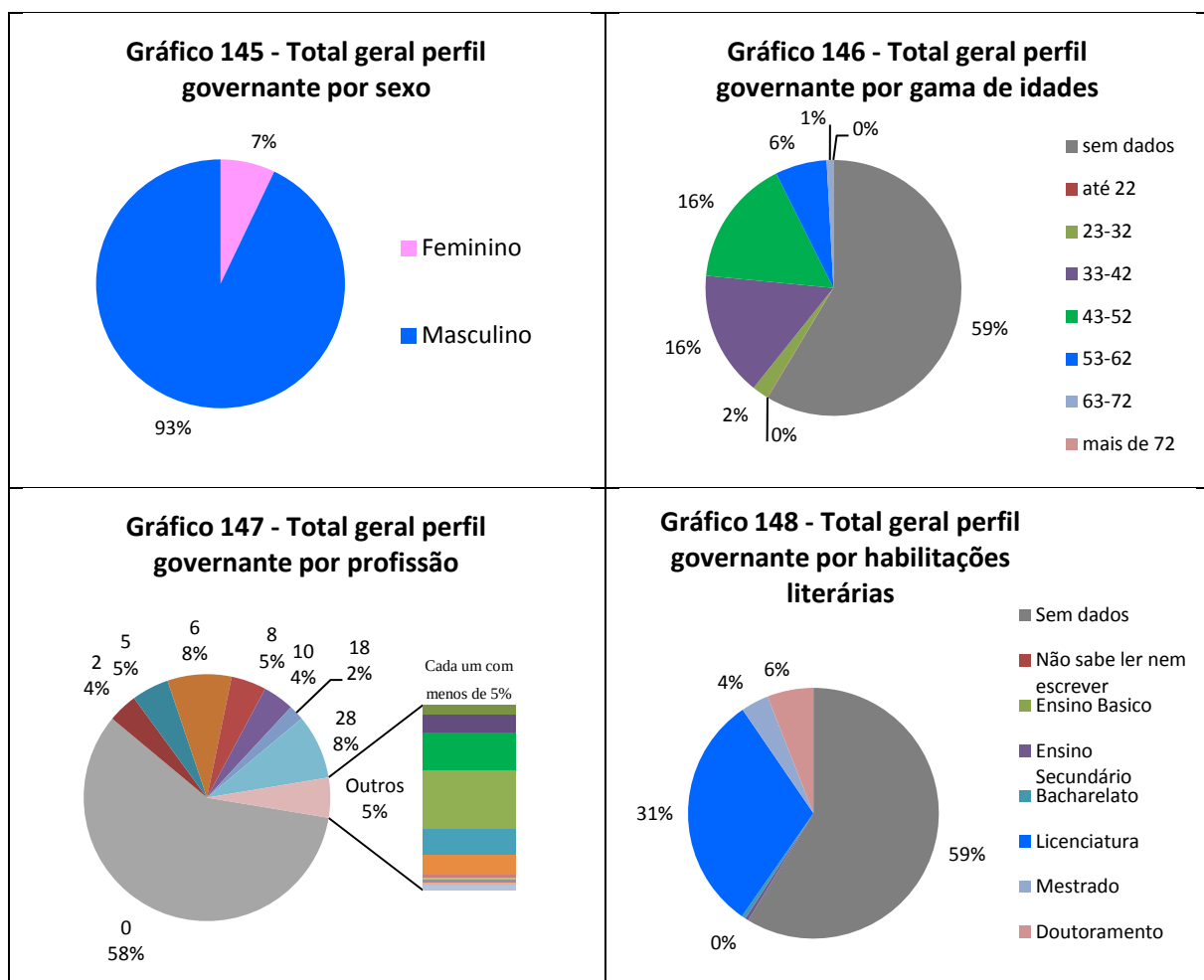


3.2.5 Perfil do membro do Governo

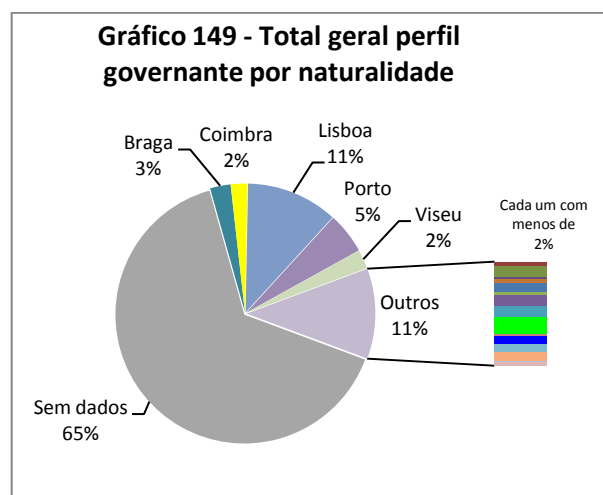
Entre os membros do Governo predominam bastantes atividades profissionais na área jurídica, com especial incidência em advogados.

3.2.5.1 Membro do Governo – geral

O perfil geral dominante do membro do Governo português é, maioritariamente, um cidadão do género masculino, com uma idade compreendida entre os 33 e os 42 anos, advogado de profissão, licenciado e natural de Lisboa.

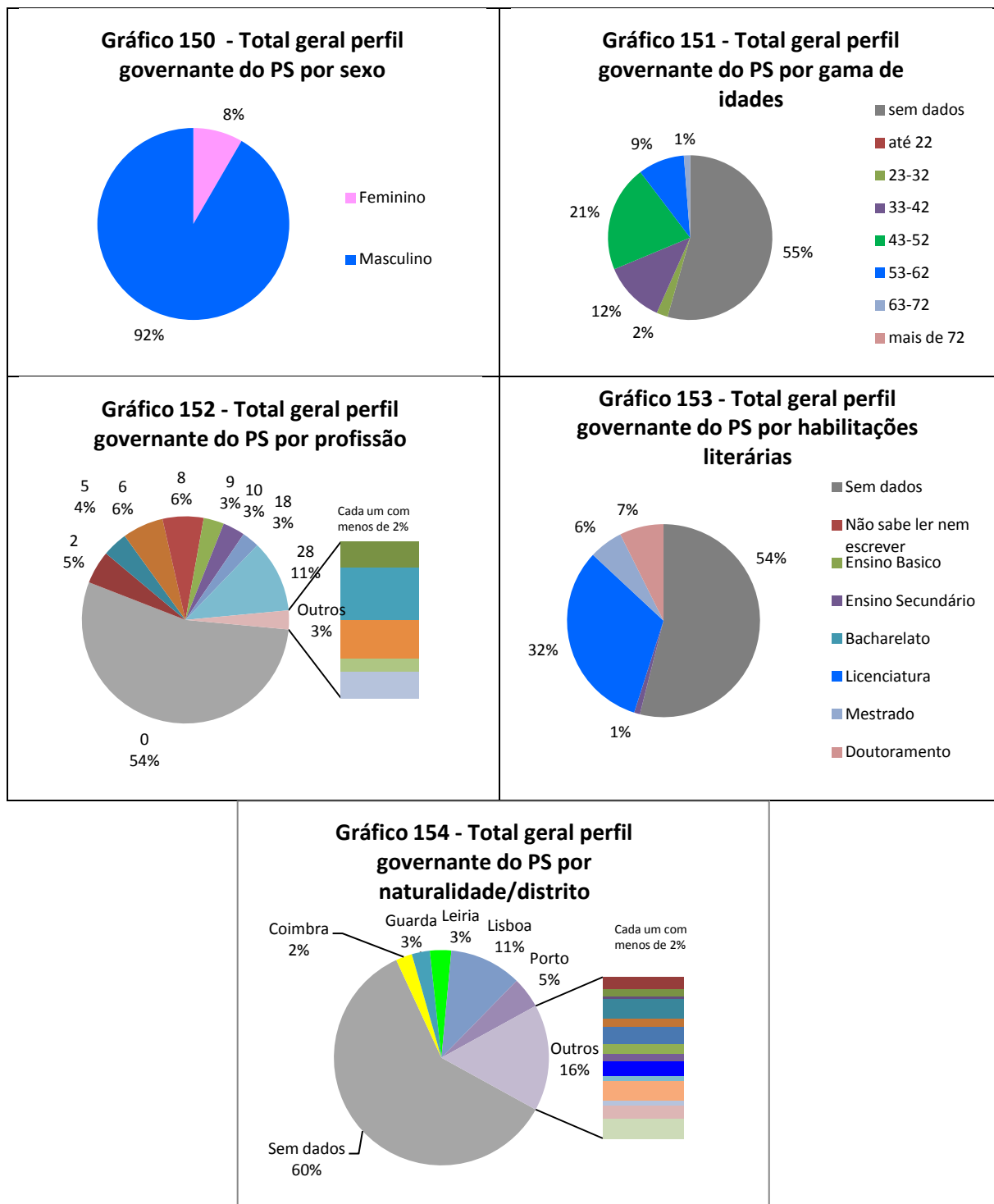


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



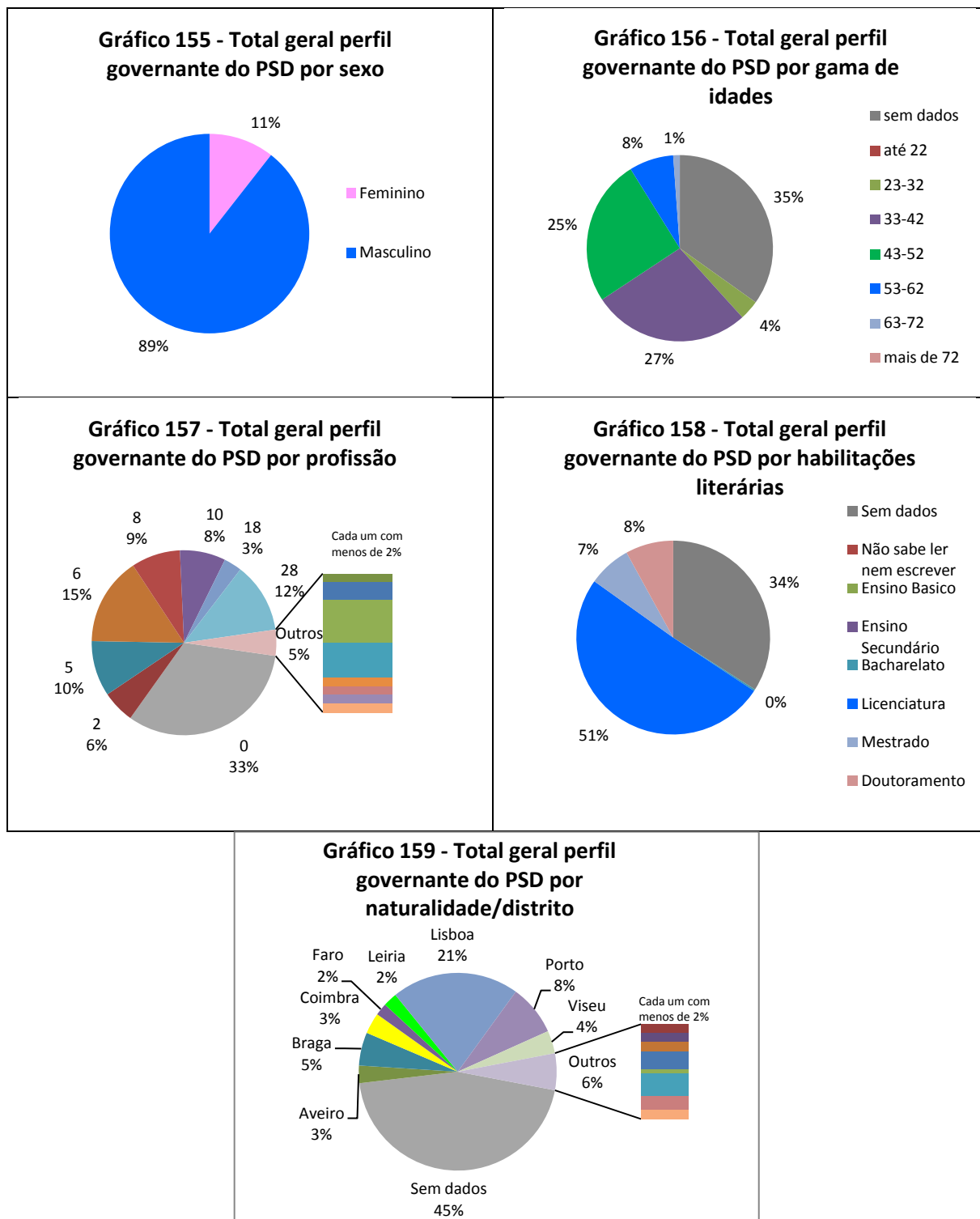
3.2.5.2 Membro do Governo do PS

Os membros do Governo do PS são, maioritariamente, do sexo masculino, com uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, professores do ensino superior, licenciados e naturais de Lisboa.



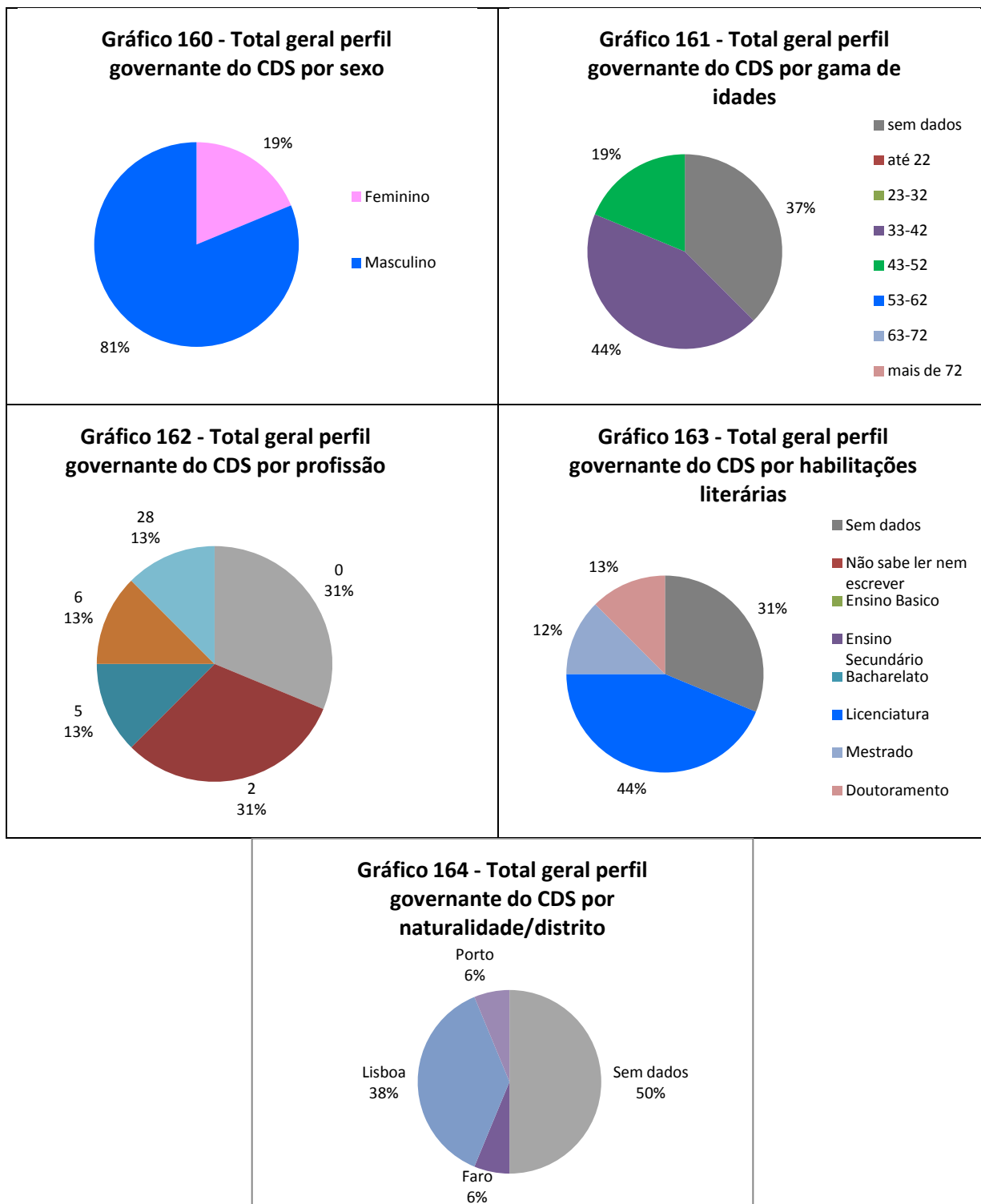
3.2.5.3 Membro do Governo do PSD

O perfil do governante do PSD é dominado, maioritariamente, pelo genero masculino, tem uma idade compreendida entre os 33 e os 42 anos, é advogado, licenciado e natural do distrito de Lisboa.



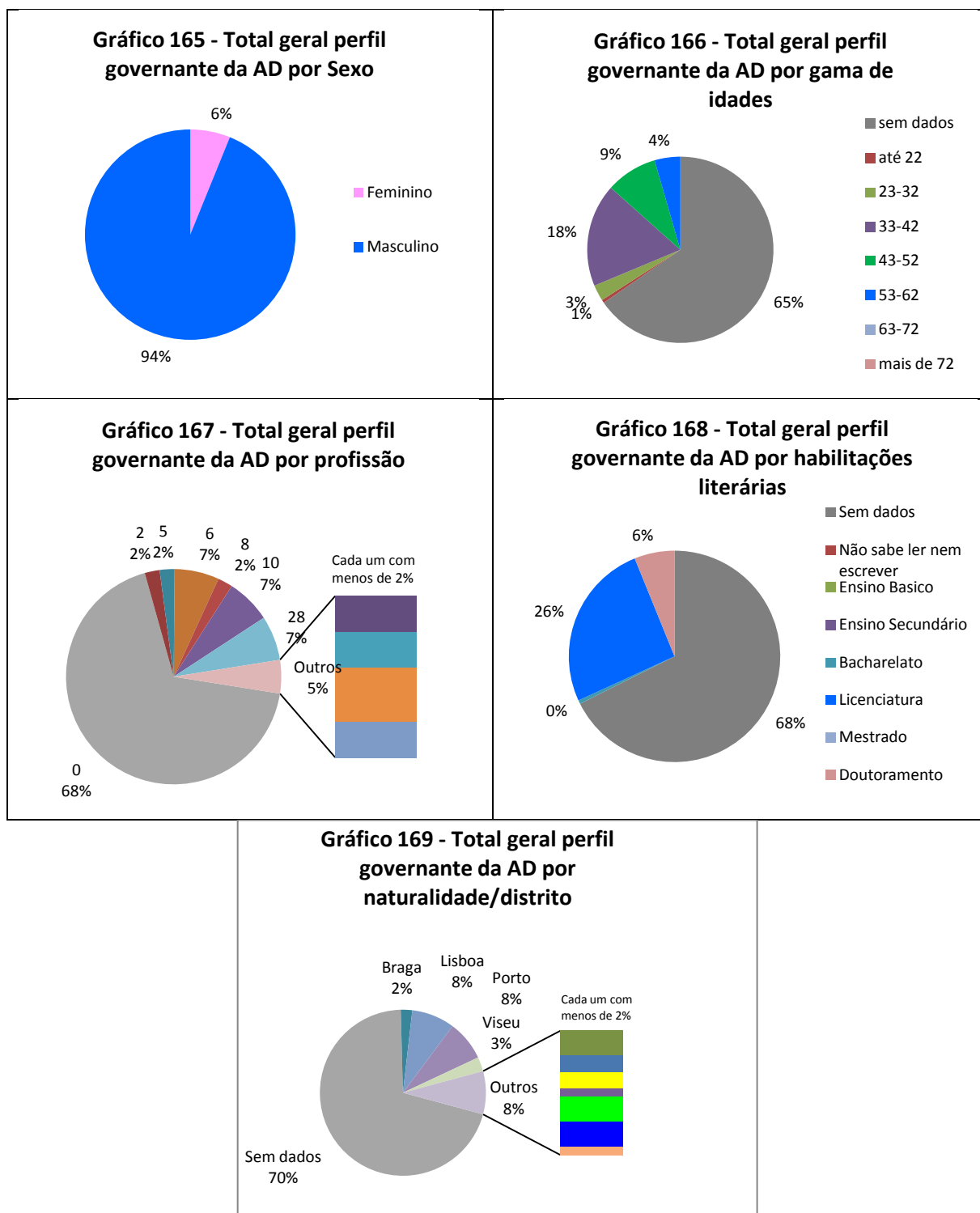
3.2.5.4 Membro do Governo do CDS

O CDS apresenta como perfil dominante dos seus membros do Governo um cidadão, maioritariamente, do género masculino, com uma idade a variar entre os 33 e os 42 anos, licenciado e natural do distrito de Lisboa.



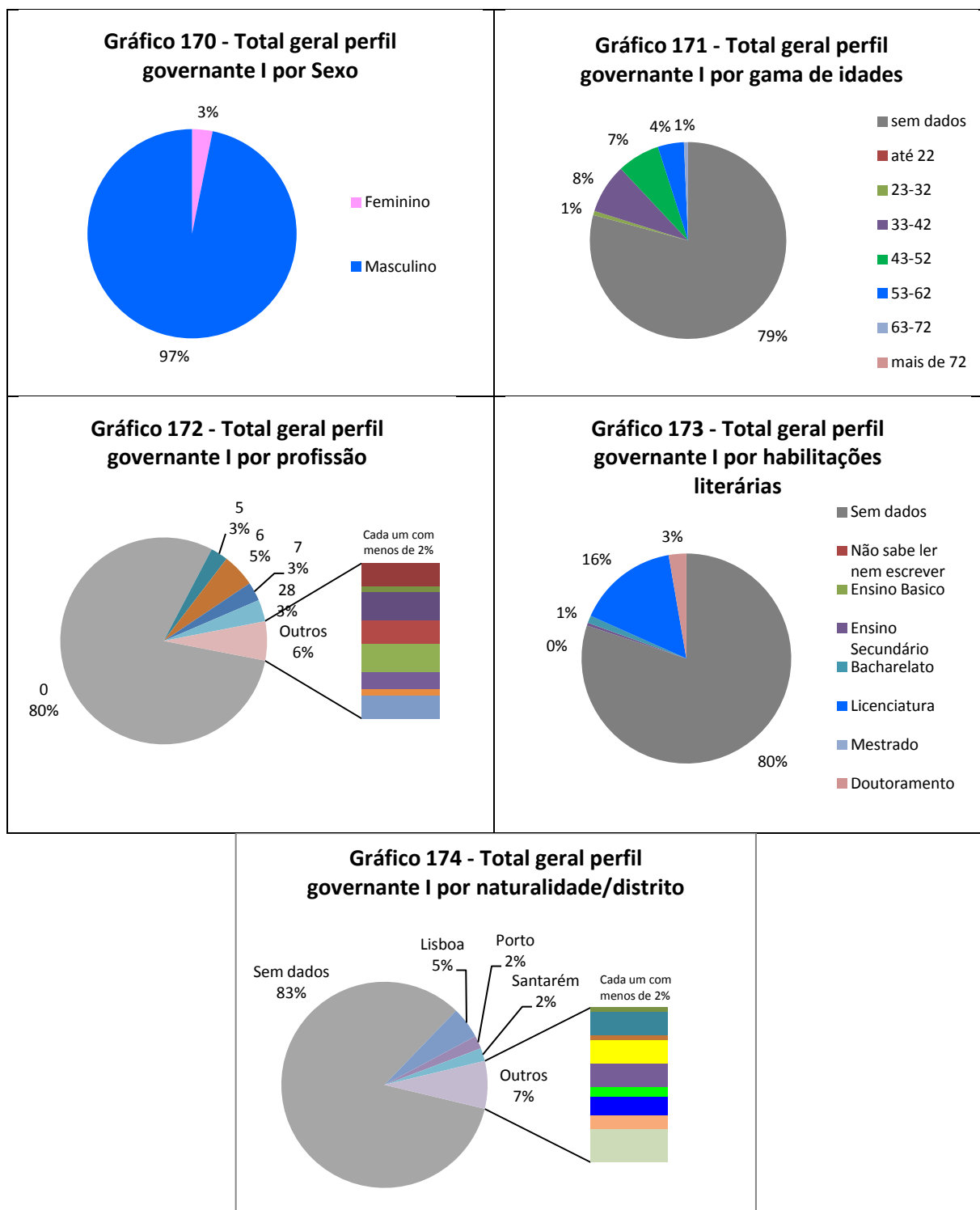
3.2.5.5 Membro do Governo da AD

De um modo geral os membros do Governo AD caracterizaram-se, maioritariamente, por serem do sexo masculino, terem entre 33 e 42 anos, serem professores do ensino superior, licenciados e, para não fugir à regra geral, naturais do distrito de Lisboa.



3.2.5.6 Membro do Governo Independente

Quanto aos atores políticos tidos como independentes, que integraram Governos, caracterizam-se, maioritariamente, por serem do sexo masculino, terem entre 33 e 42 anos, serem advogados de profissão, licenciados e naturais de Lisboa.

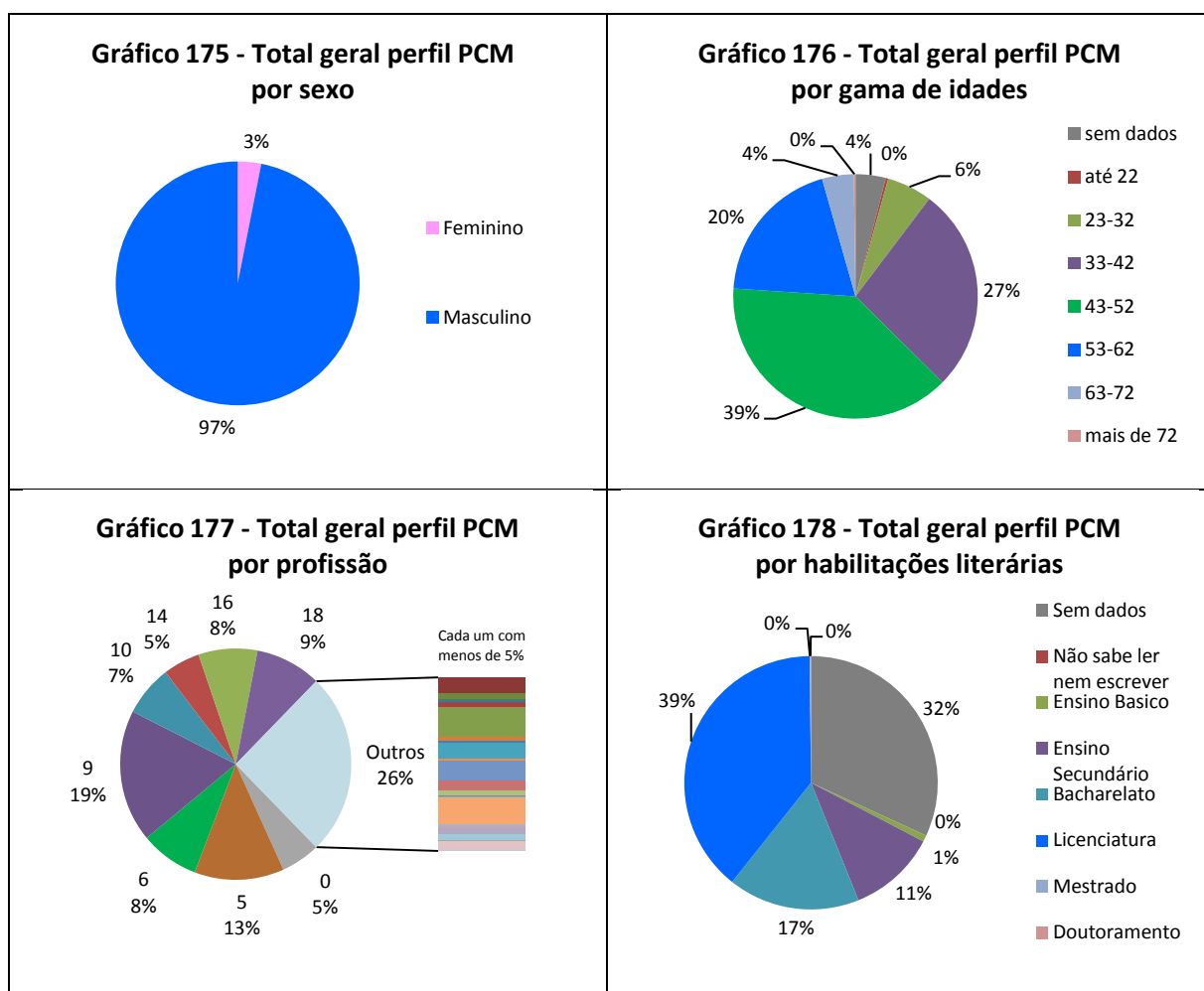


3.2.6 Perfil do Presidente de Câmara

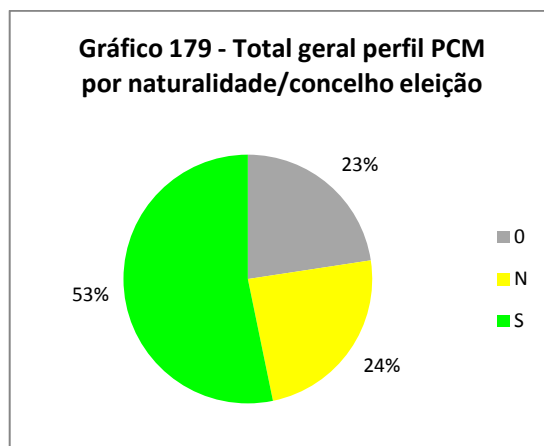
A profissão de professor é aquela que mais domina entre os atores políticos que são eleitos presidentes de Câmara.

3.2.6.1 Presidente de Câmara – Geral

O perfil dominante do presidente de Câmara Municipal em Portugal, sem fazer distinção de partido, tem como características principais ser, maioritariamente, do sexo masculino, ter entre 43 e 52 anos, ser professor, ter como habilitações literárias a licenciatura e ser natural do concelho de eleição.

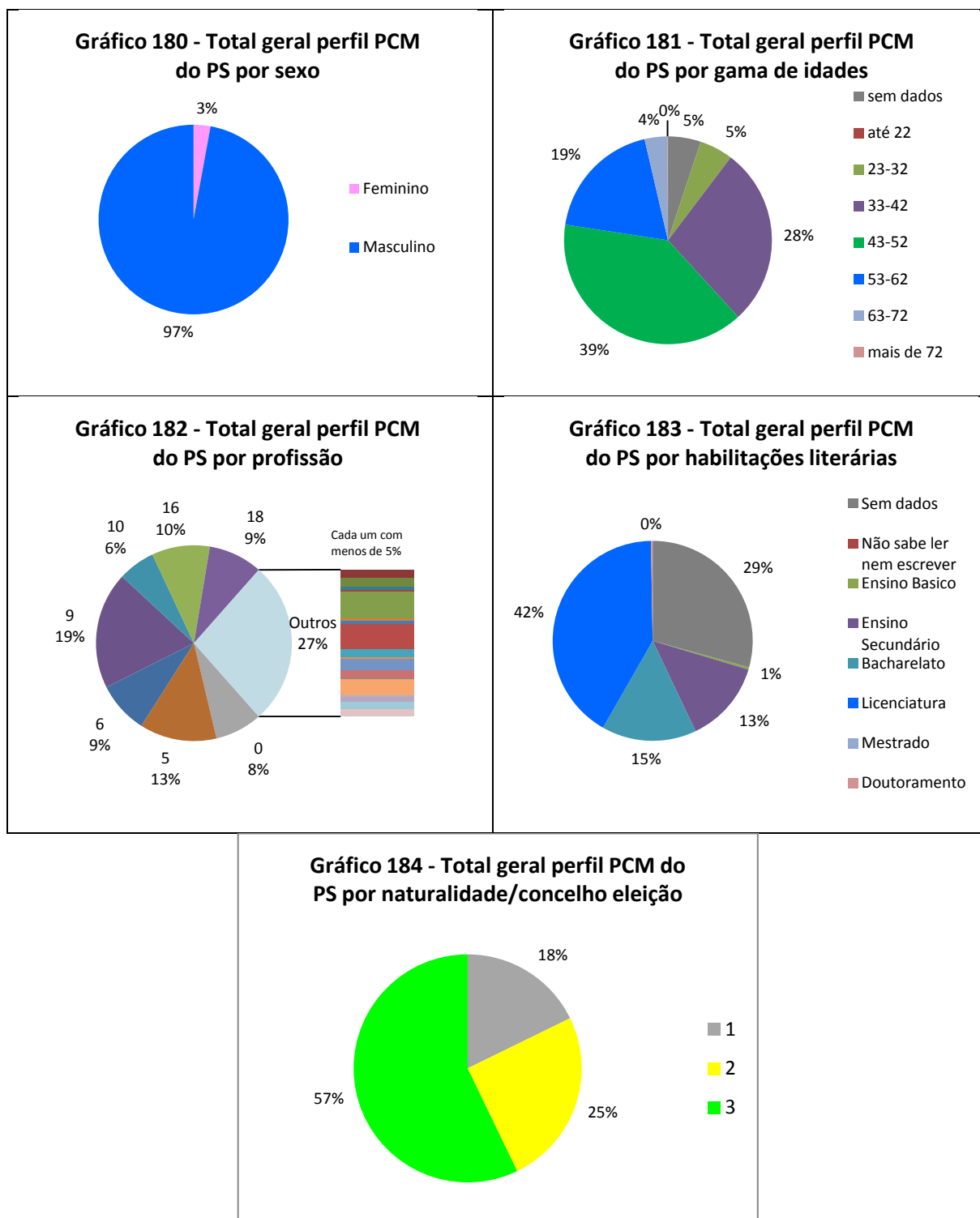


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



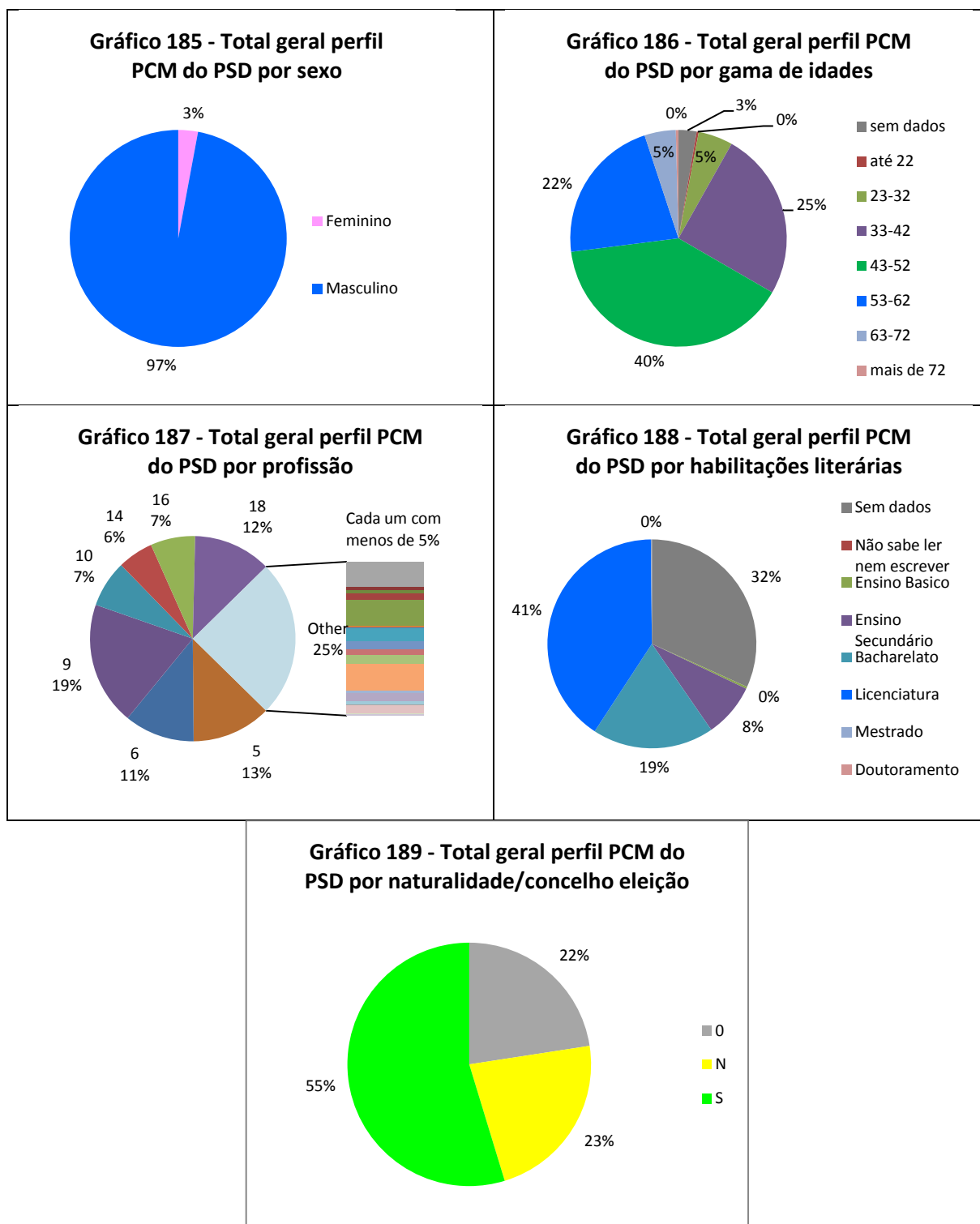
3.2.6.2 Presidente de Câmara do PS

O presidente de Câmara do PS tem como perfil dominante ser, maioritariamente, do género masculino, ter entre 43 e 52 anos, ser professor, licenciado e natural do concelho de eleição.



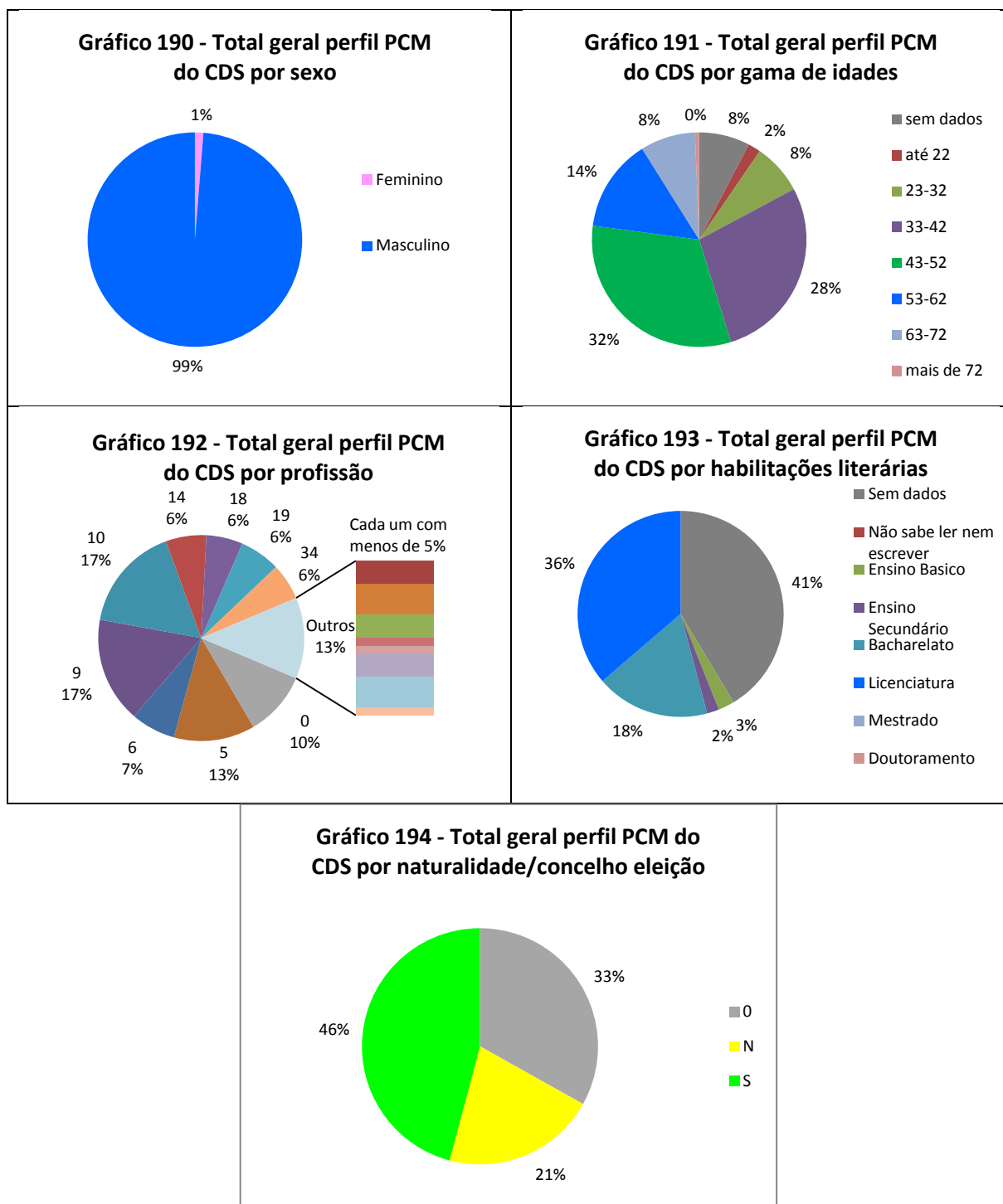
3.2.6.3 Presidente de Câmara do PSD

Quanto ao perfil dominante do presidente de Câmara do PSD é, maioritariamente, do género masculino, tem também uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, tem como profissão professor, é licenciado e natural do concelho por onde foi eleito.



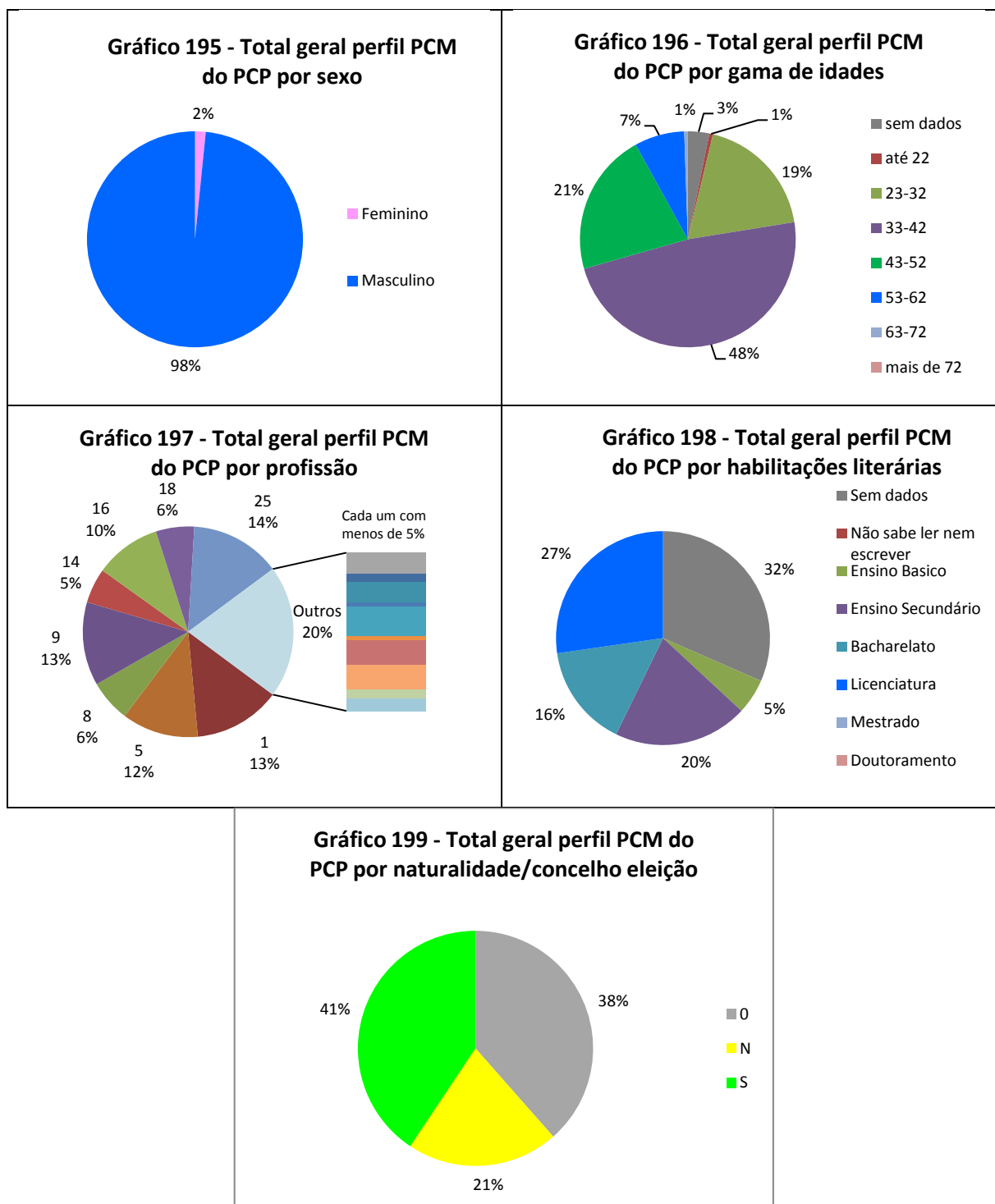
3.2.6.4 Presidente de Câmara do CDS

O presidente de Câmara do CDS apresenta como perfil dominante um ator político, maioritariamente, do género masculino, com uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, professor, licenciado e natural do concelho por onde é eleito.



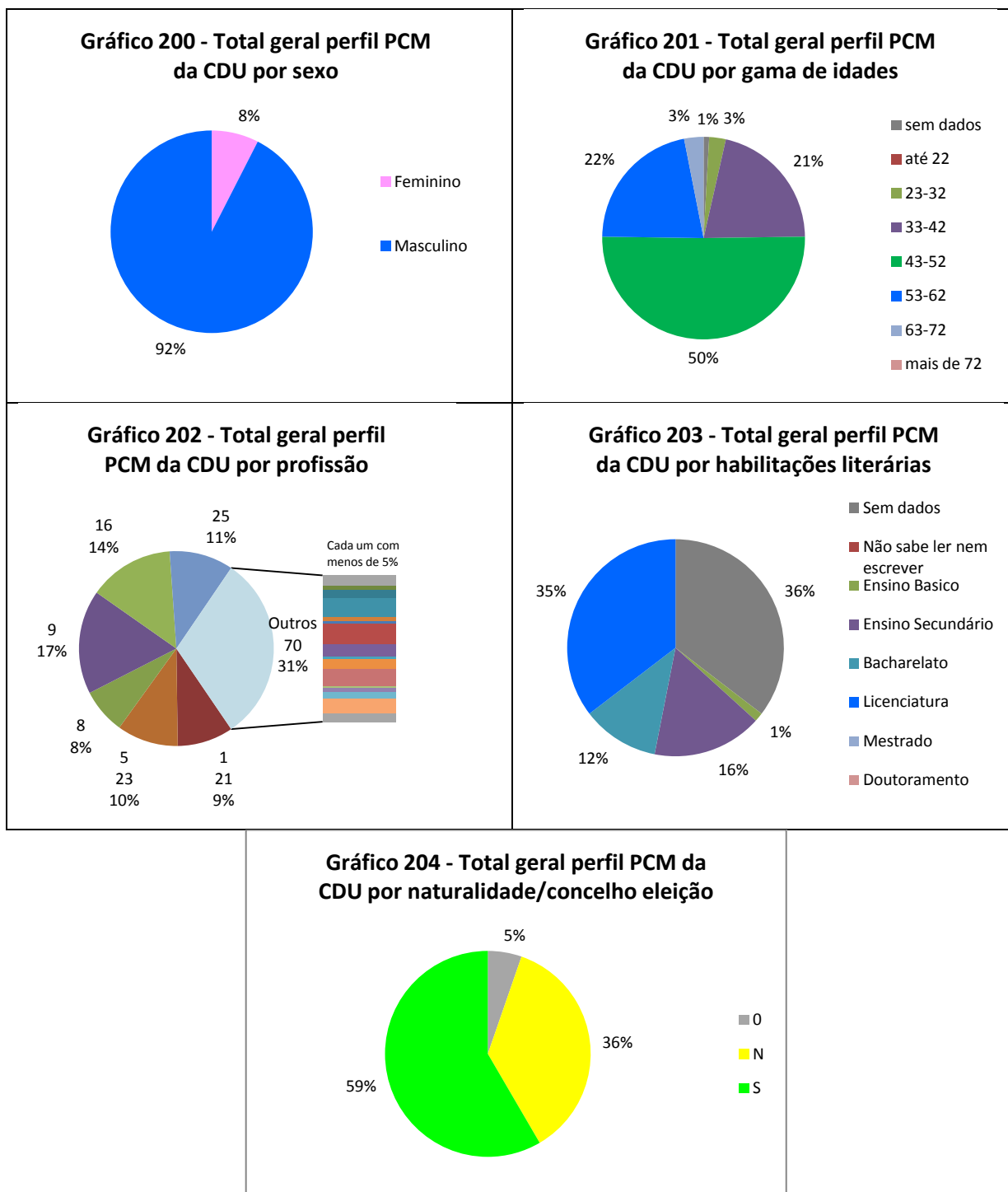
3.2.6.5 Presidente de Câmara do PCP

O PCP apresenta como perfil dominante para o presidente da autarquia, maioritariamente, um homem, com uma idade compreendida entre os 33 e os 42 anos, professor, licenciado e natural do concelho por onde é eleito.



3.2.6.6 Presidente de Câmara da CDU

O perfil do presidente de Câmara Municipal da CDU tem como características dominantes ser, maioritariamente, do género masculino, ter uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, ser professor, apresentar como habilitações literárias a licenciatura e ser natural do concelho de eleição.

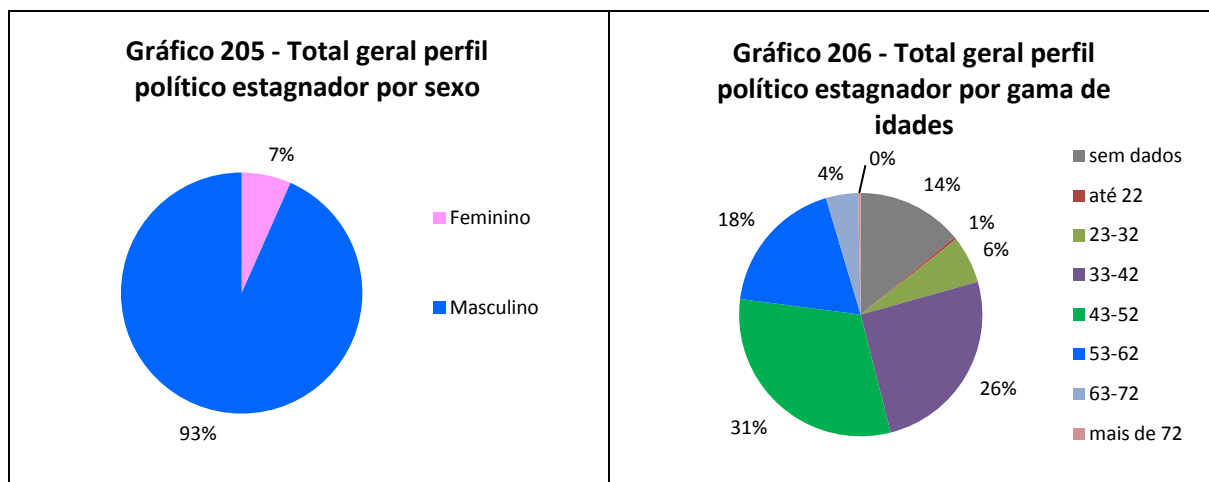


3.2.7 Perfil do ator político representativo da estagnação

Como referimos na introdução do subcapítulo dos perfis, após uma caracterização geral, por partido e por órgão, entendemos fazer também, para uma melhor compreensão dos dados obtidos e apresentação de resultados, estabelecer também perfis tipo dos atores políticos representativos da estagnação no geral, por partido, por quadrante político e por órgão.

3.2.7.1 Geral

Para podermos definir os atores políticos a analisar, consideramos haver estagnação, para efeitos da nossa investigação, sempre que um ator político tenha assumido funções no mínimo quatro mandatos. Assim, para definirmos os perfis que abaixo passamos a apresentar consideramos apenas os atores políticos cuja participação mínima teve lugar em quatro mandatos, independentemente de terem sido cumpridos no mesmo órgão ou em órgãos diferentes. Deste modo, o perfil geral, sem distinção de partido ou órgão, caracteriza-se por ser, maioritariamente, um cidadão do género masculino, com uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, advogado, licenciado e natural de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Gráfico 207 - Total geral perfil político estagnador por profissão

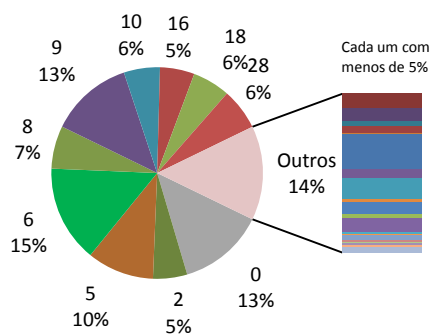


Gráfico 208 - Total geral perfil político estagnador por habilitações literárias

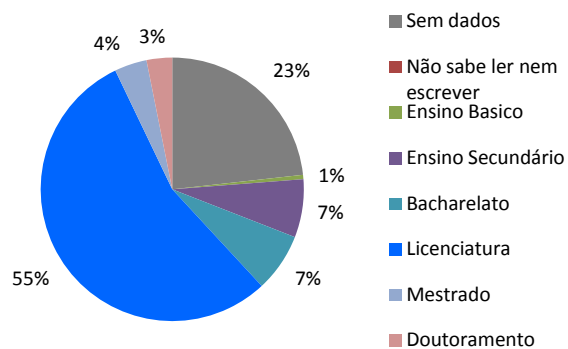
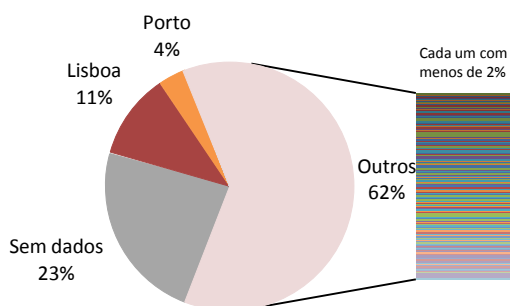


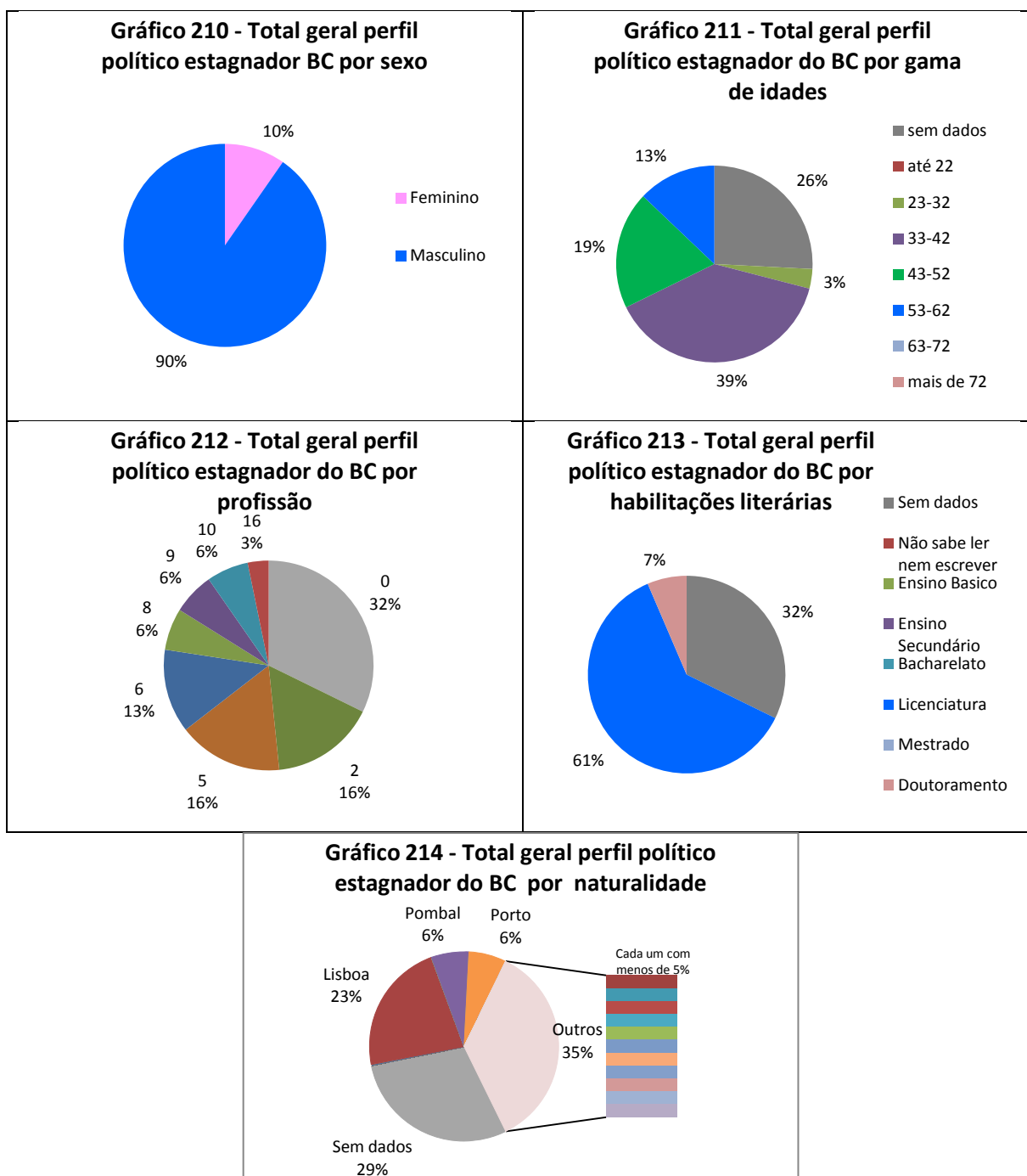
Gráfico 209 - Total geral perfil político estagnador por naturalidade



3.2.7.2 Por Quadrante

Bloco Central

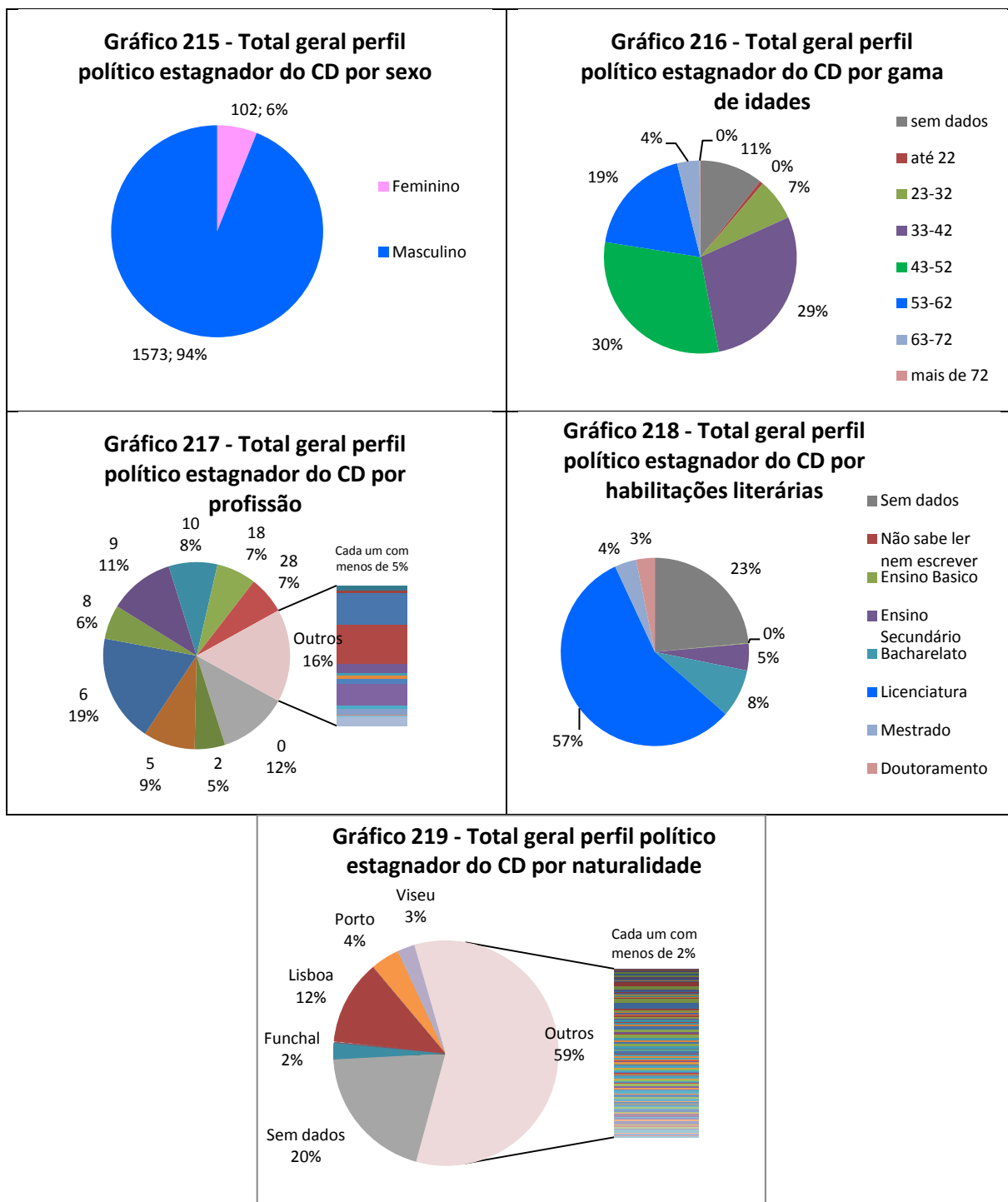
O ator político do denominado Bloco Central, responsável pela estagnação, é, maioritariamente, do género masculino, tem uma idade compreendida entre os 33 e os 42 anos, é engenheiro, licenciado e natural de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Centro Direita

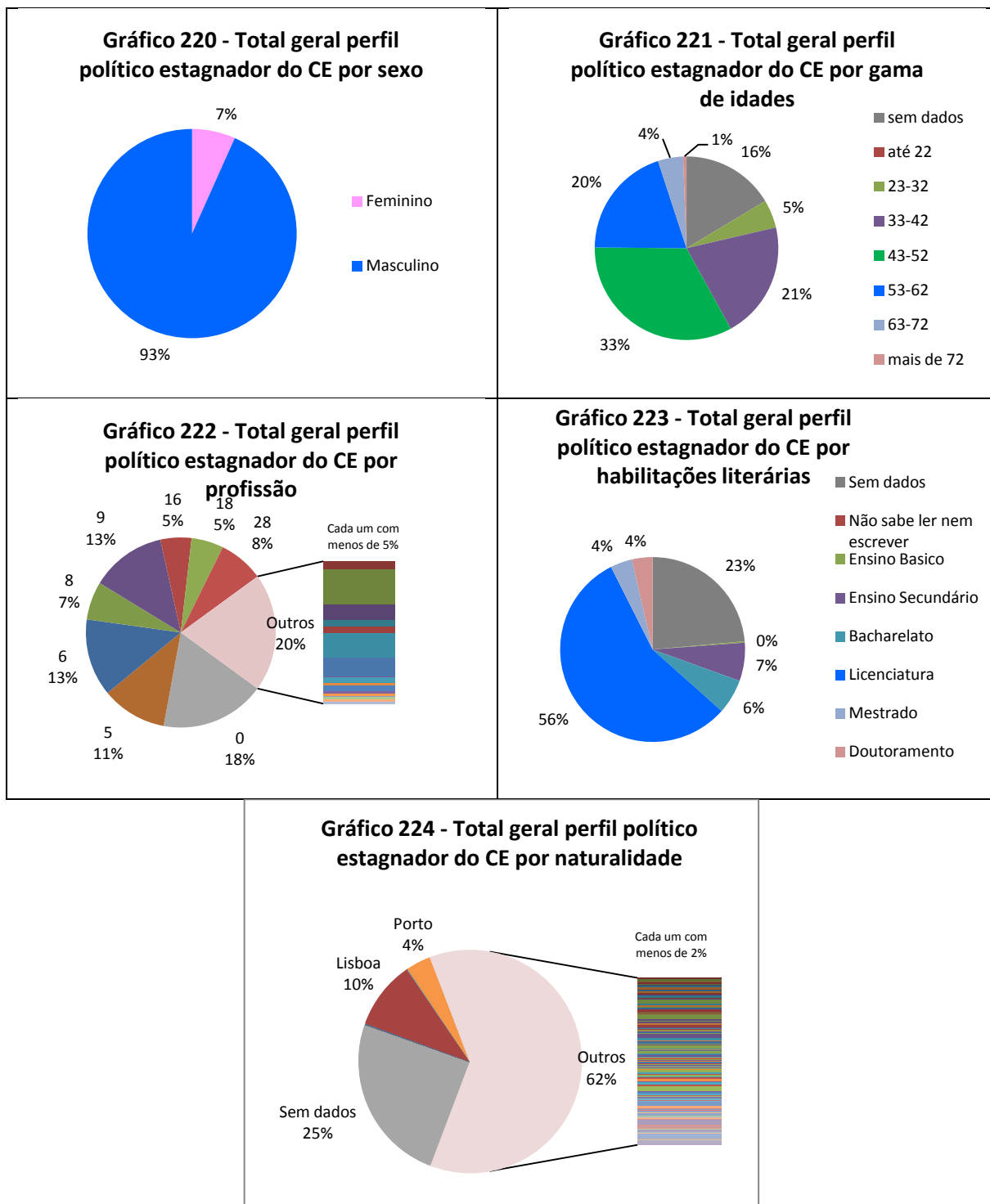
Quanto ao perfil do político do Centro Direita que mais contribui para a estagnação é, maioritariamente, alguém do sexo masculino, com uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, advogado de profissão e natural de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Centro Esquerda

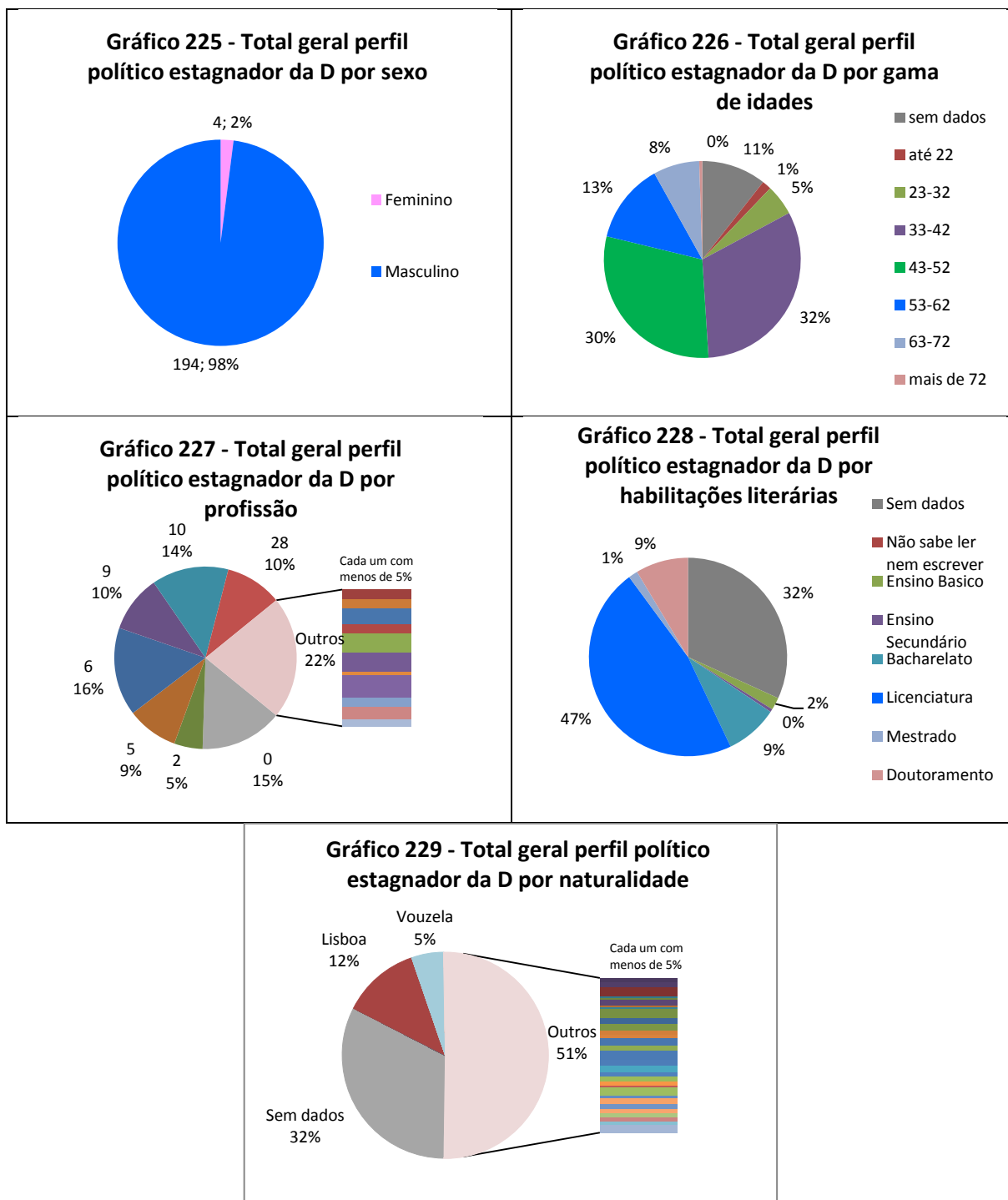
No caso do Centro Esquerda, o ator político estagnador é, maioritariamente, do género masculino, tem uma idade que pode ir dos 43 aos 52 anos, é professor ou advogado, tem como habilitações literárias a licenciatura e é natural de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Direita

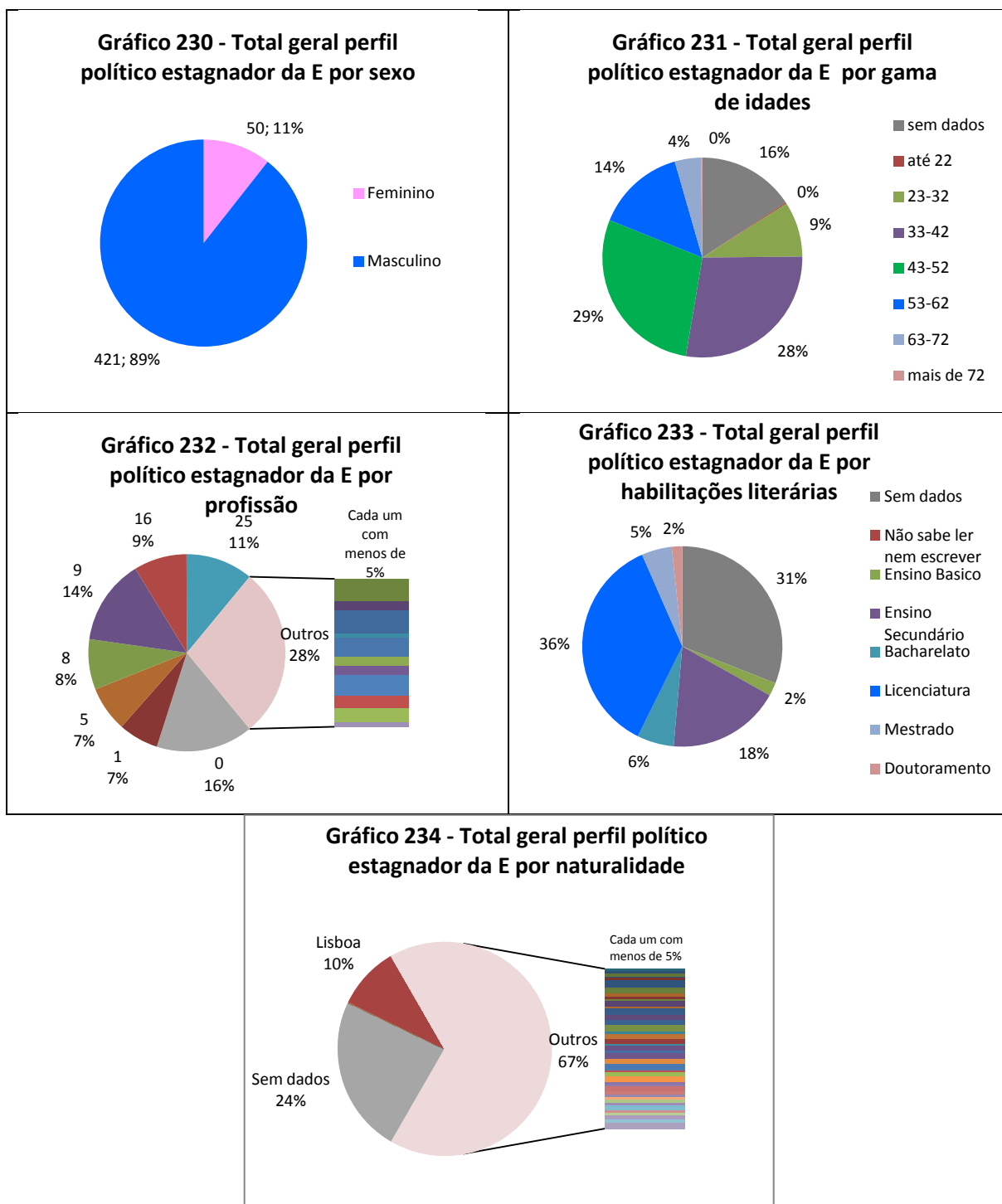
O perfil dominante do ator político estagnador da denominada Direita é, maioritariamente, também do sexo masculino, tem uma idade que varia entre os 33 e os 42 anos, é advogado, licenciado e também natural de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

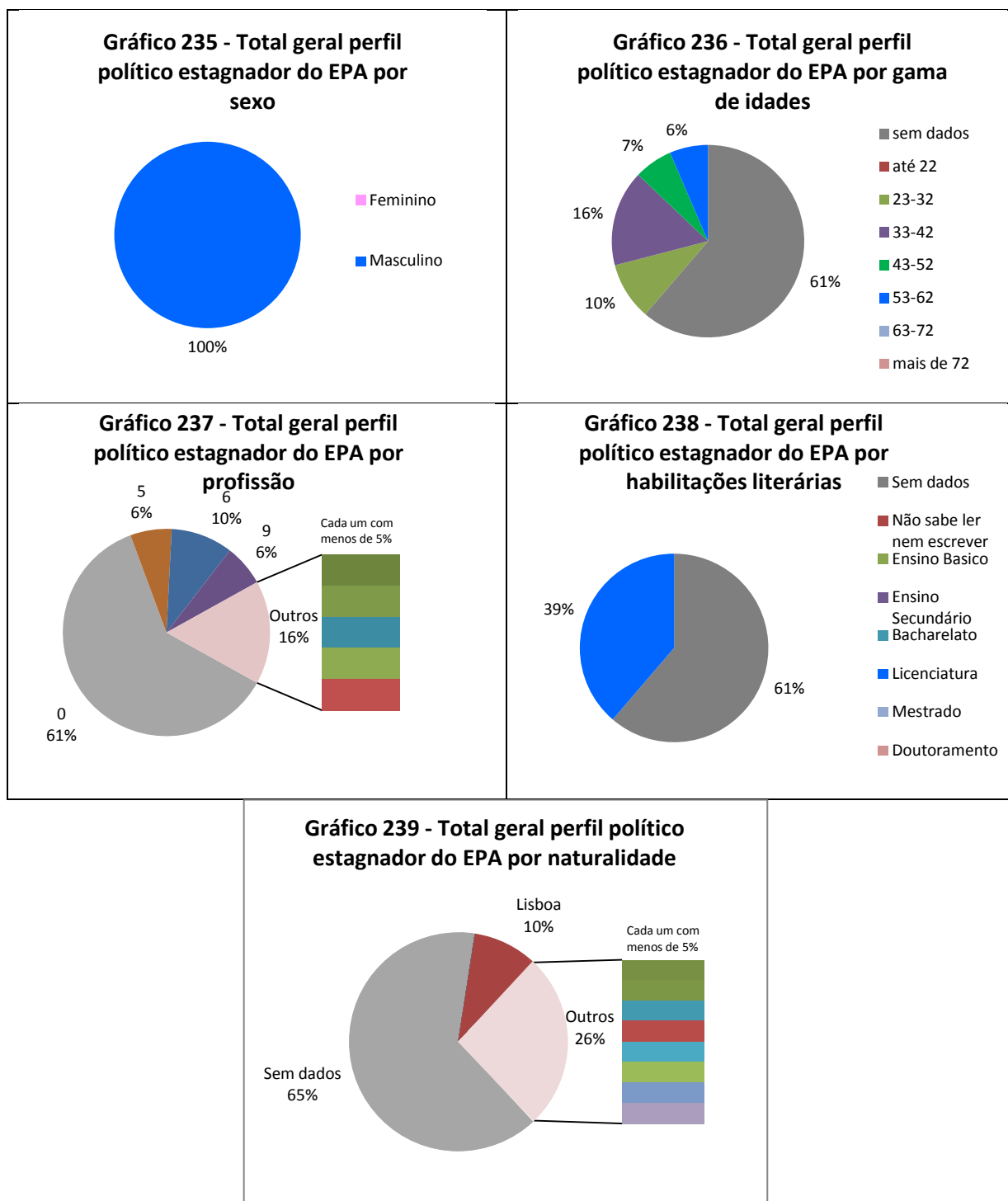
Esquerda

Quanto à denominada Esquerda, o político é, maioritariamente, do género masculino, tem entre 43 e 52 anos, é professor, licenciado e natural de Lisboa.



Espetro Político Alargado

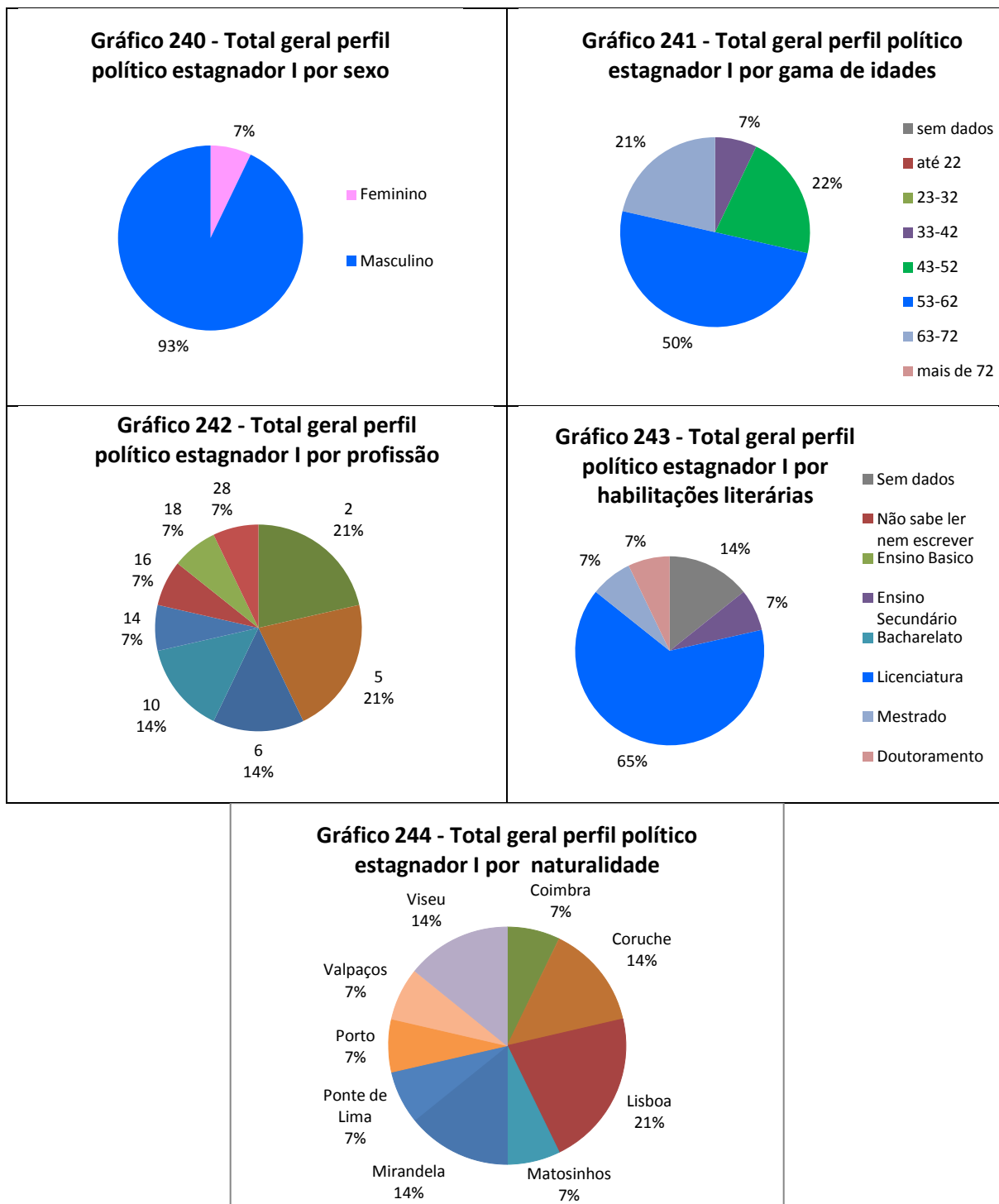
Naquilo que entendemos chamar de Espetro Político Alargado, o político apresenta como perfil dominante ser, maioritariamente, do sexo masculino, ter entre 33 e 42 anos, ter como profissão advogado, ser licenciado e natural de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

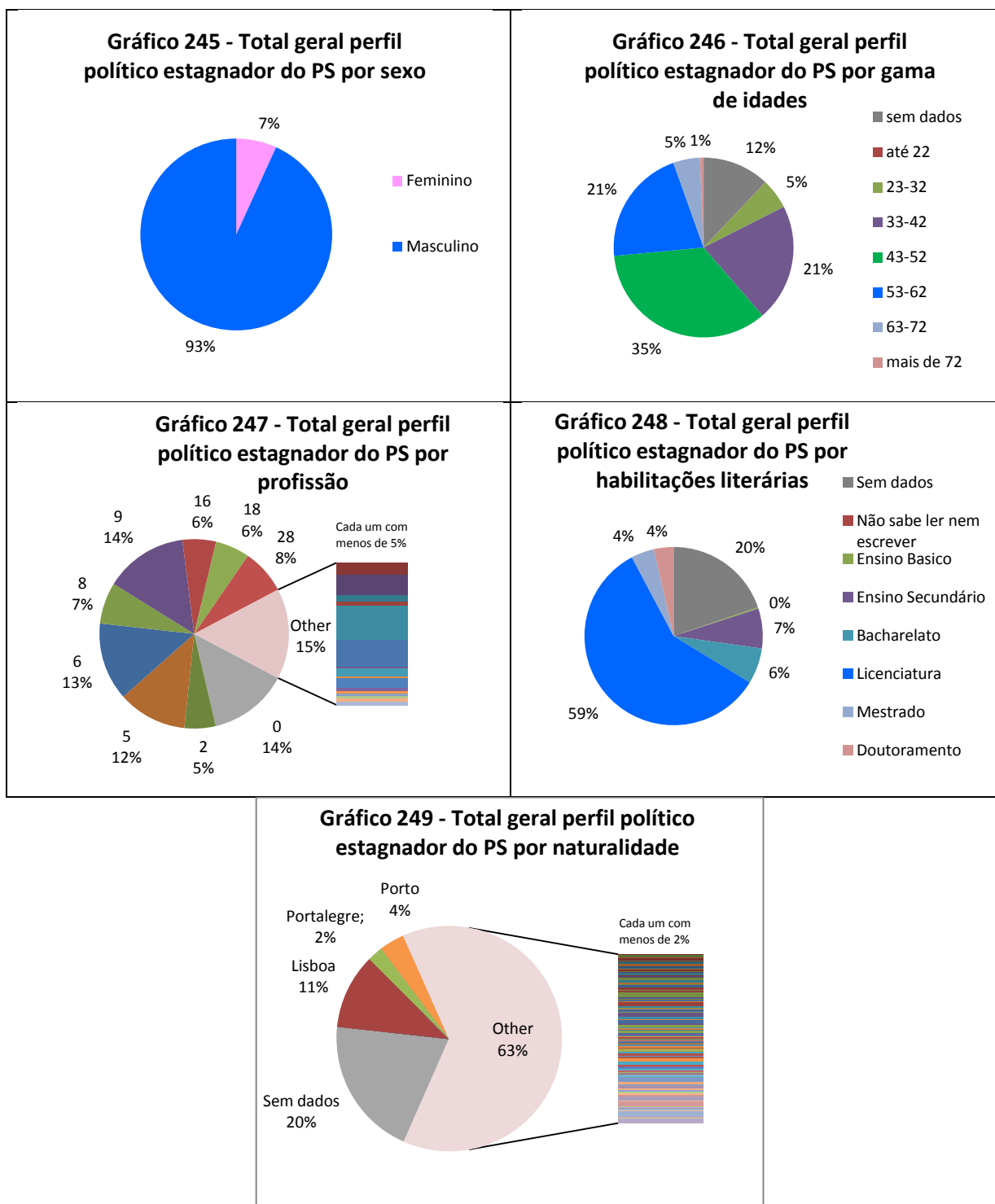
Independentes

Entre os atores políticos independentes, que foram considerados para efeitos da estagnação, predomina, maioritariamente, o sexo masculino, uma idade que varia entre os 53 e os 62 anos, a licenciatura como habilitações literárias e a naturalidade Lisboa.



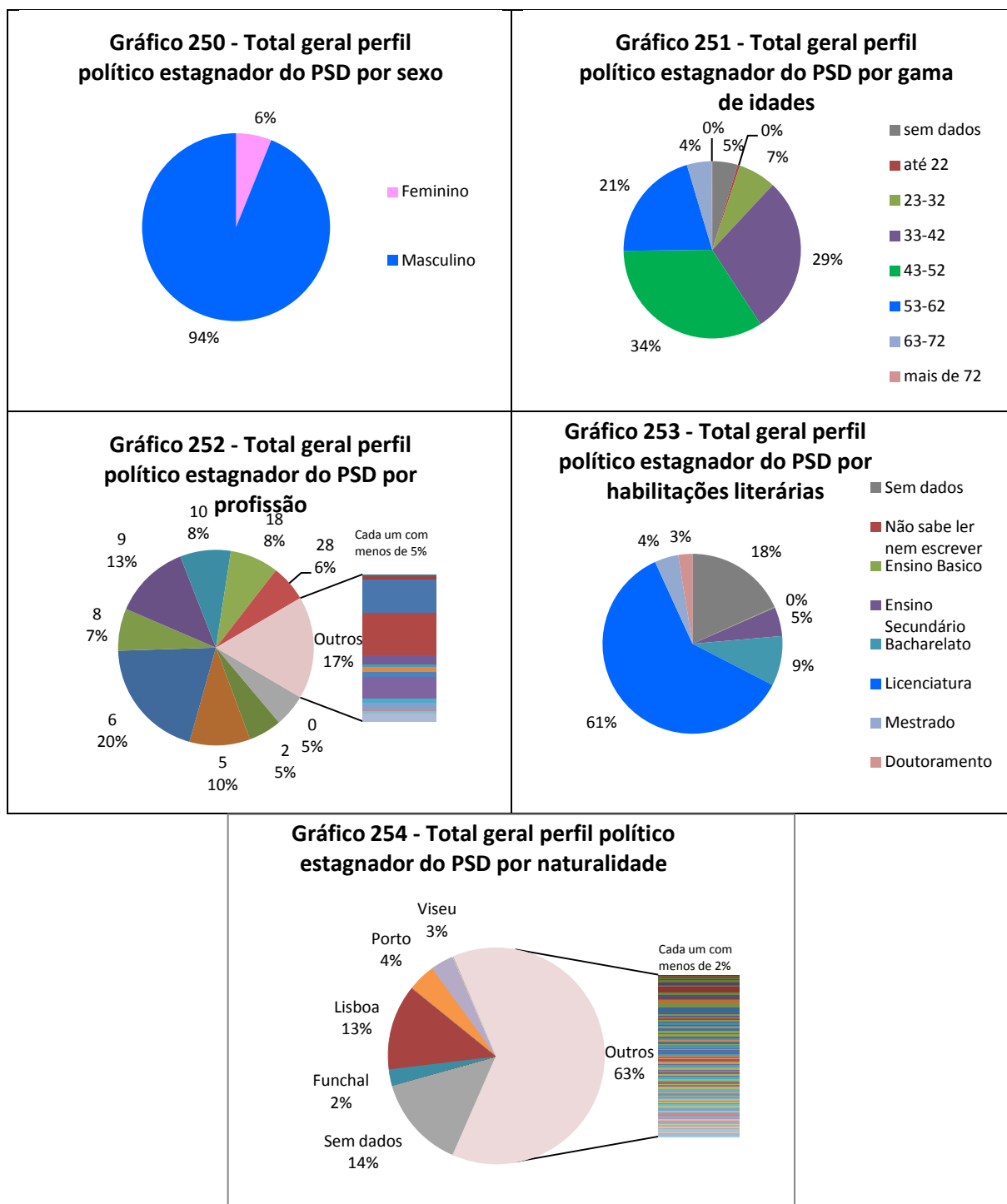
3.2.7.3 Partido Socialista

O ator político do PS responsável pela estagnação caracteriza-se por ser alguém, maioritariamente, do género masculino, ter entre 43 e 52 anos, ter como profissão professor, ser licenciado e natural de Lisboa.



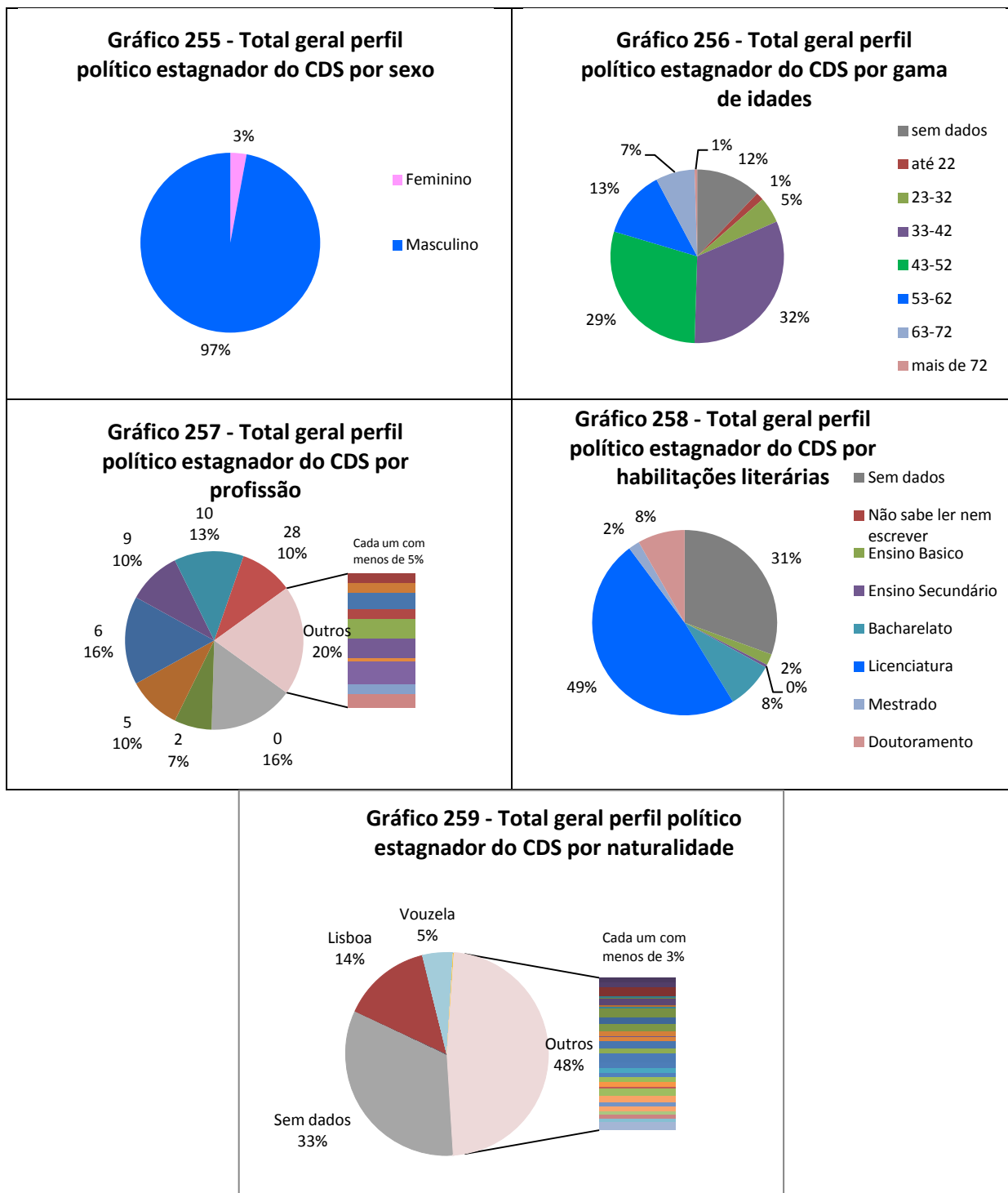
3.2.7.4 Partido Social Democrata

Quanto ao perfil dominante dos políticos do PSD, que mais estagnam, este assenta em alguém, maioritariamente, do género masculino, com uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, advogado, licenciado e natural de Lisboa.



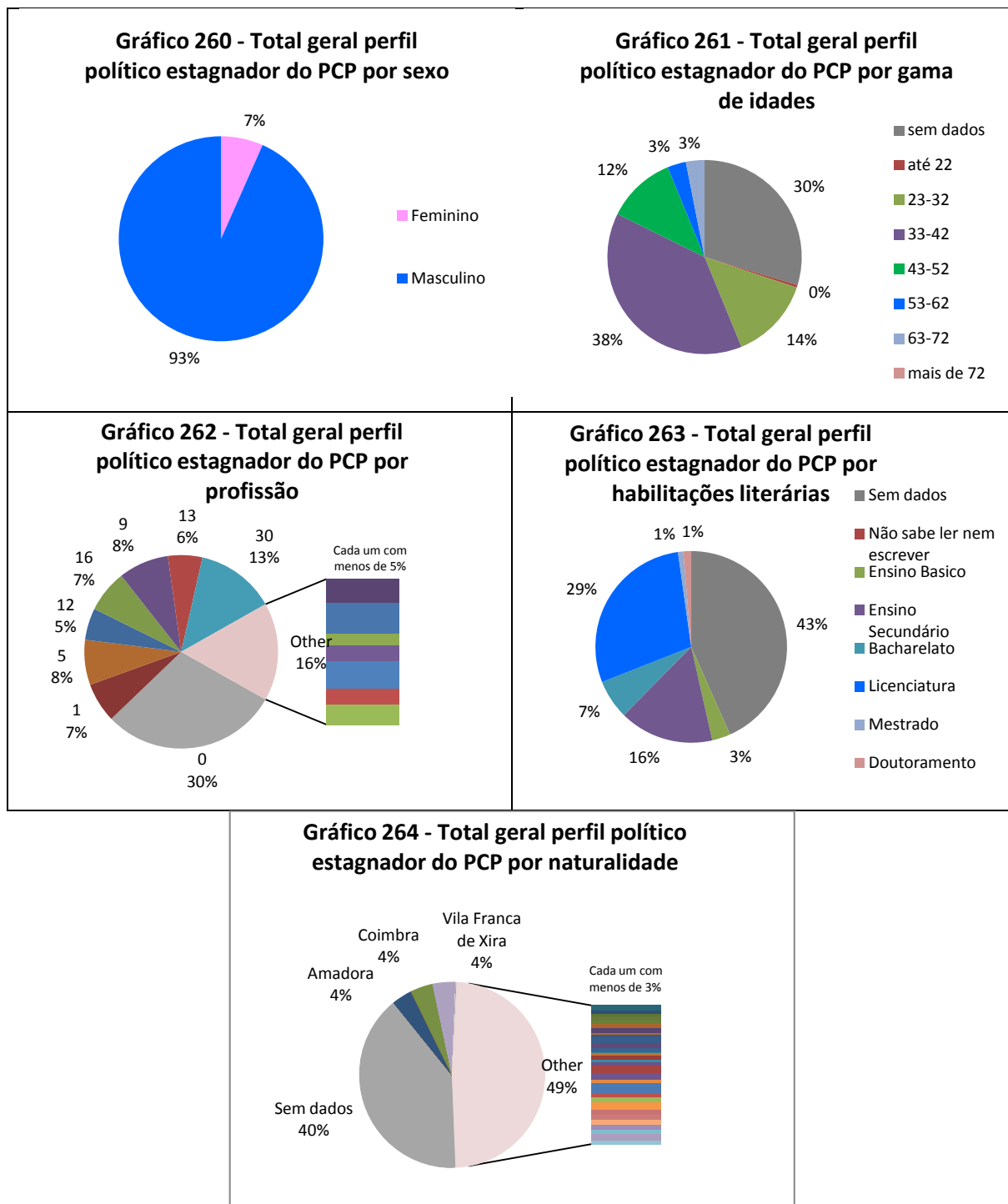
3.2.7.5 Centro Democrático Social

Ser do género masculino, ter entre 33 e 42 anos, ser advogado, licenciado e natural de Lisboa é, maioritariamente, o perfil dominante do ator político do CDS que mais contribui para a estagnação.



3.2.7.6 Partido Comunista Português

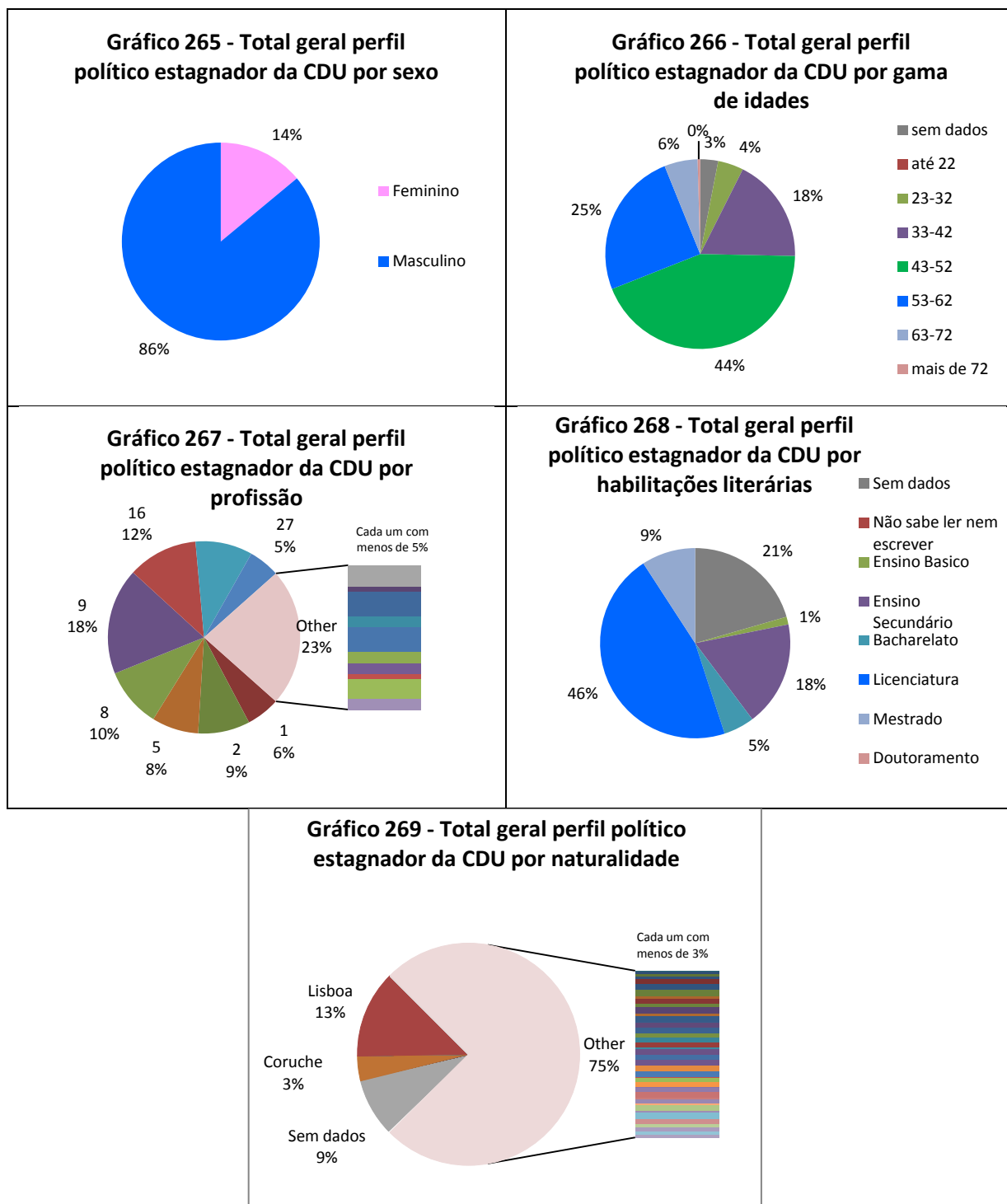
O ator político do PCP que representa a estagnação caracteriza-se por ser, maioritariamente, do género masculino, ter entre 33 e 42 anos, ser professor, licenciado e natural de Coimbra, Vila Franca de Xira ou Amadora.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

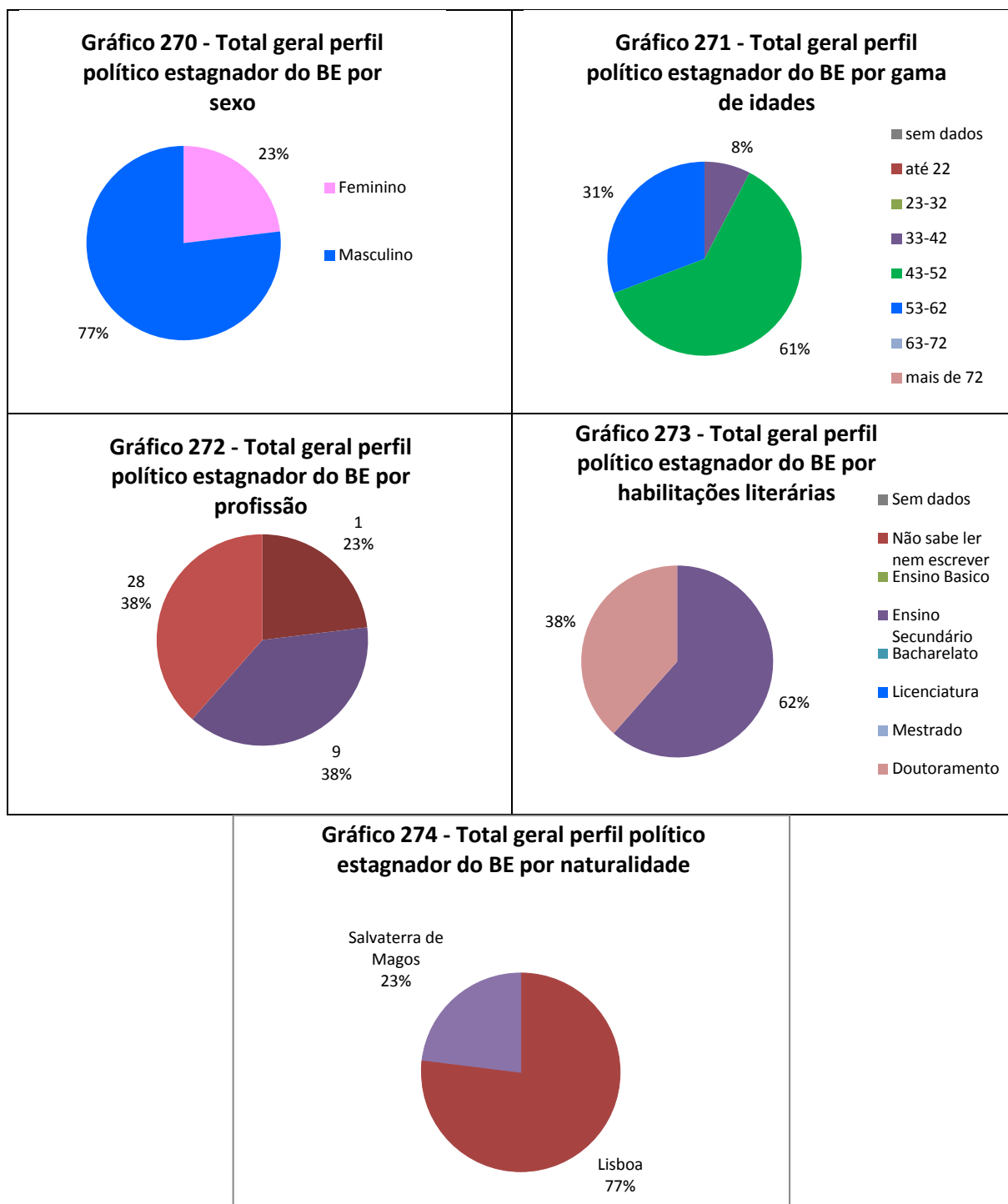
3.2.7.7 Coligação Democrática Unitária

Na CDU o político estagnador é, maioritariamente, do género masculino, tem uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, professor, licenciado e natural de Lisboa.



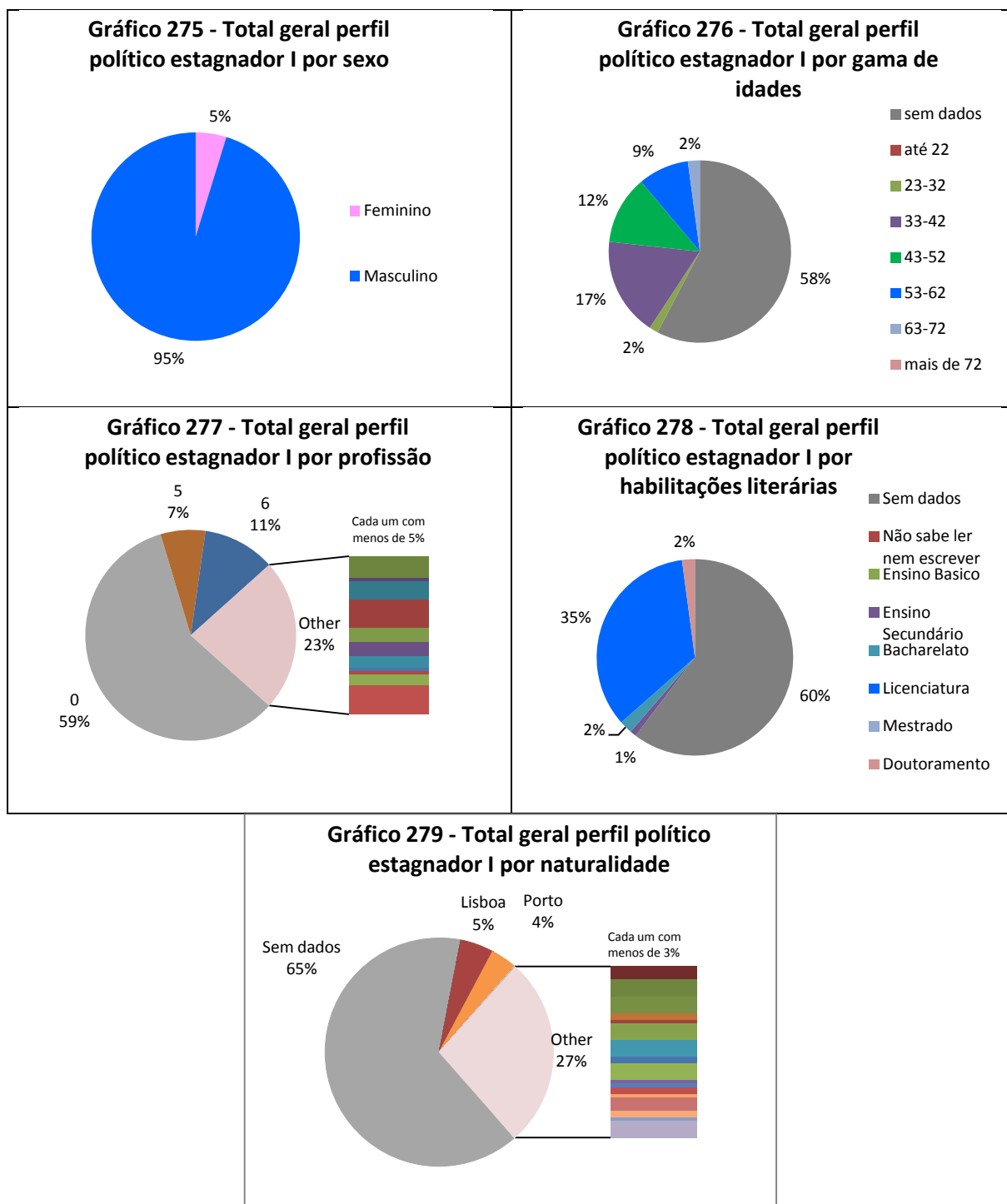
3.2.7.8 Bloco de Esquerda

O BE apresenta como perfil dominante dos atores que mais contribuem para a estagnação alguém, maioritariamente, do género masculino, com uma idade entre 43 e 52 anos, professor do ensino superior, mestre e natural de Lisboa.



3.2.7.9 Independente

O político independente que mais estagna é, maioritariamente, do género masculino, tem uma idade compreendida entre os 33 e os 42 anos, é advogado, licenciado e apresenta como naturalidade Lisboa.

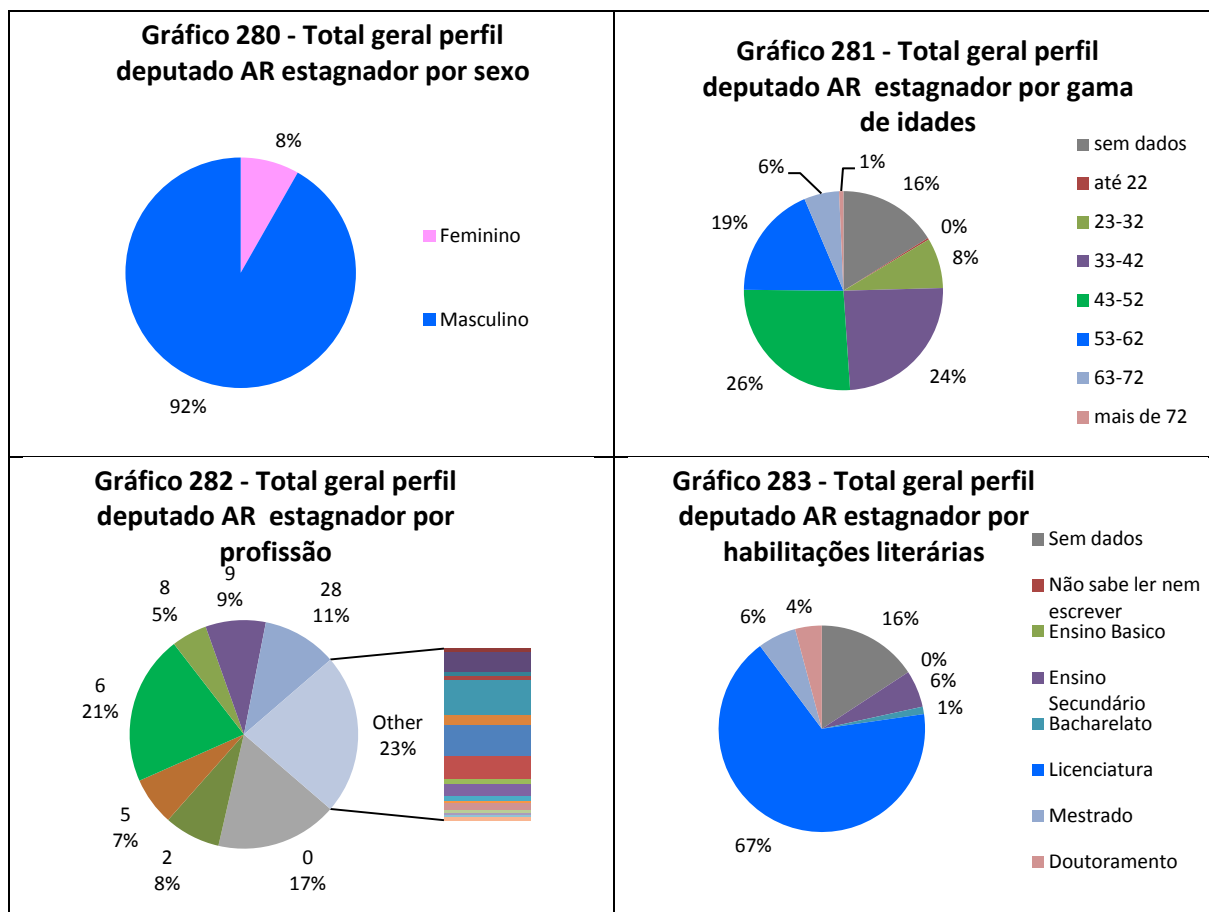


3.2.8 Perfil do deputado à AR representativo da estagnação

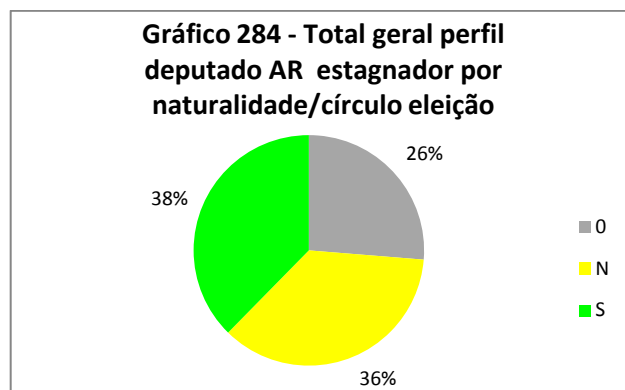
À semelhança do que mais atrás referimos os perfis são muito idênticos. A Assembleia da República não é exceção.

3.2.8.1 Deputado – geral

O perfil geral dominante do deputado considerado estagnador à Assembleia da República, sem distinção de partido, é caracterizado por ser, maioritariamente, um cidadão do sexo masculino, com uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, advogado de profissão, licenciado e natural do círculo de eleição.

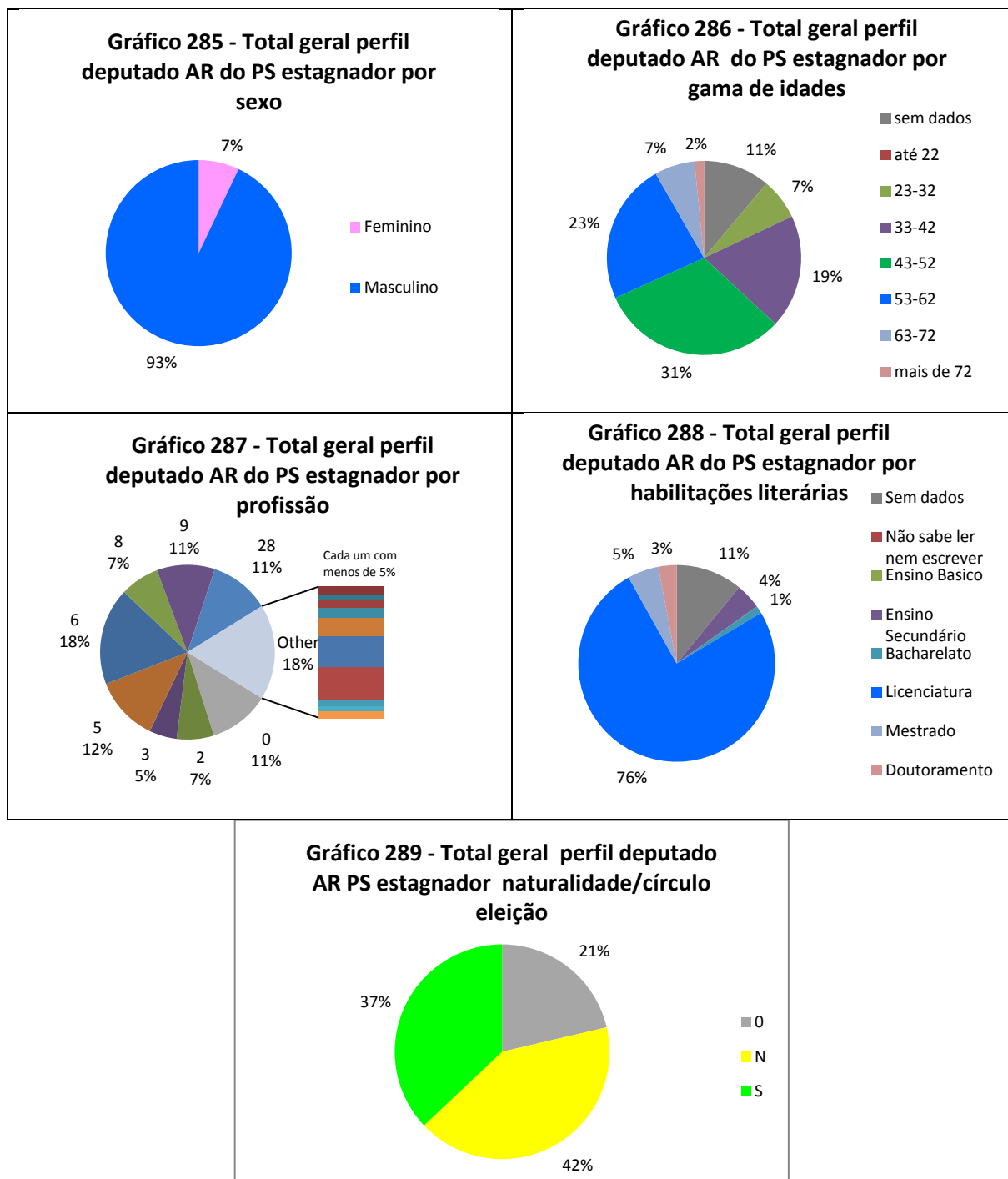


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



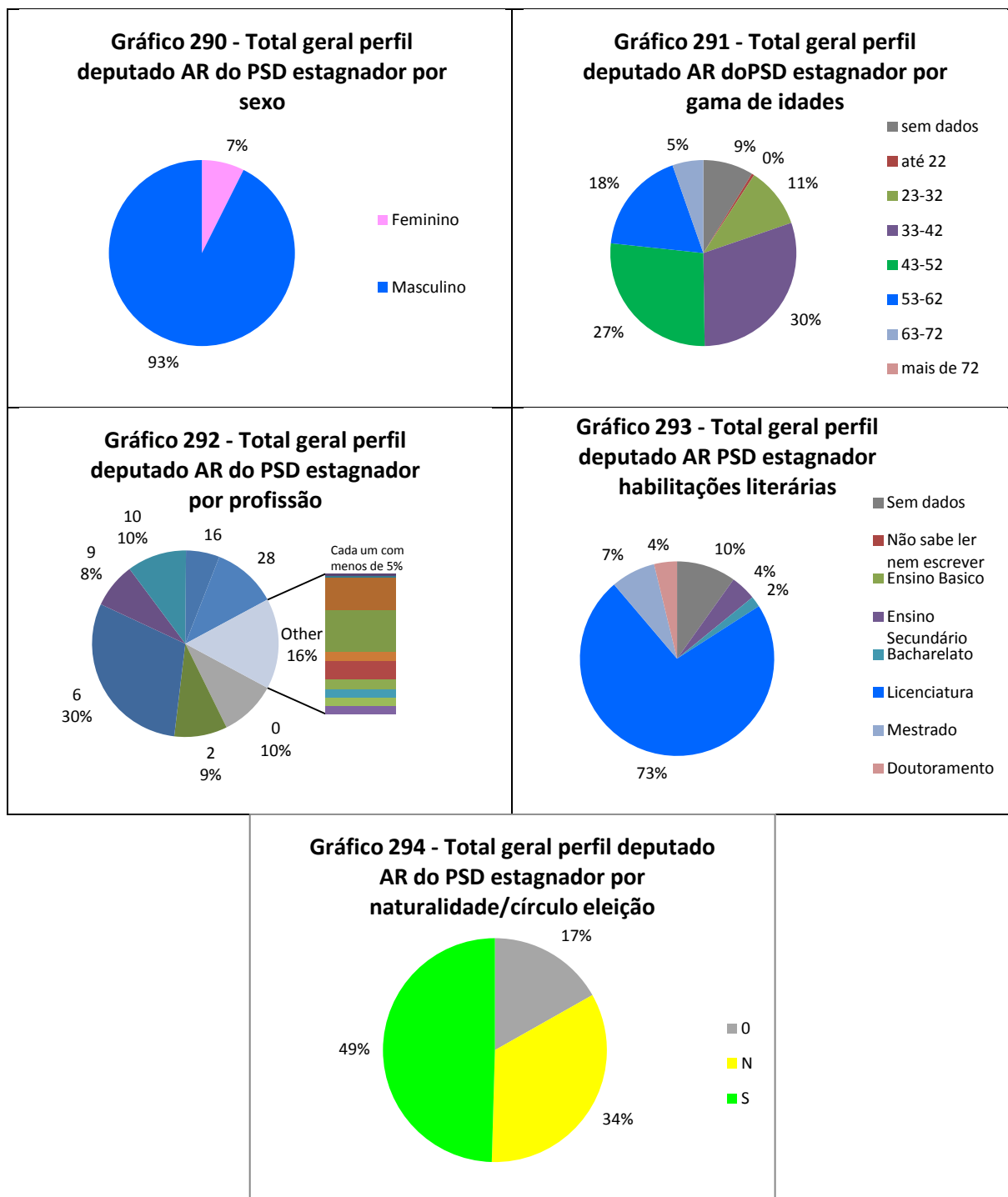
3.2.8.2 Deputado do PS

Passando agora a uma caracterização do perfil dominante do deputado à Assembleia da República, por partido, que mais é responsável pela estagnação dentro daquele órgão, o PS apresenta um cidadão, maioritariamente, do sexo masculino, com uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, advogado, licenciado e que não é natural do círculo por onde é eleito.



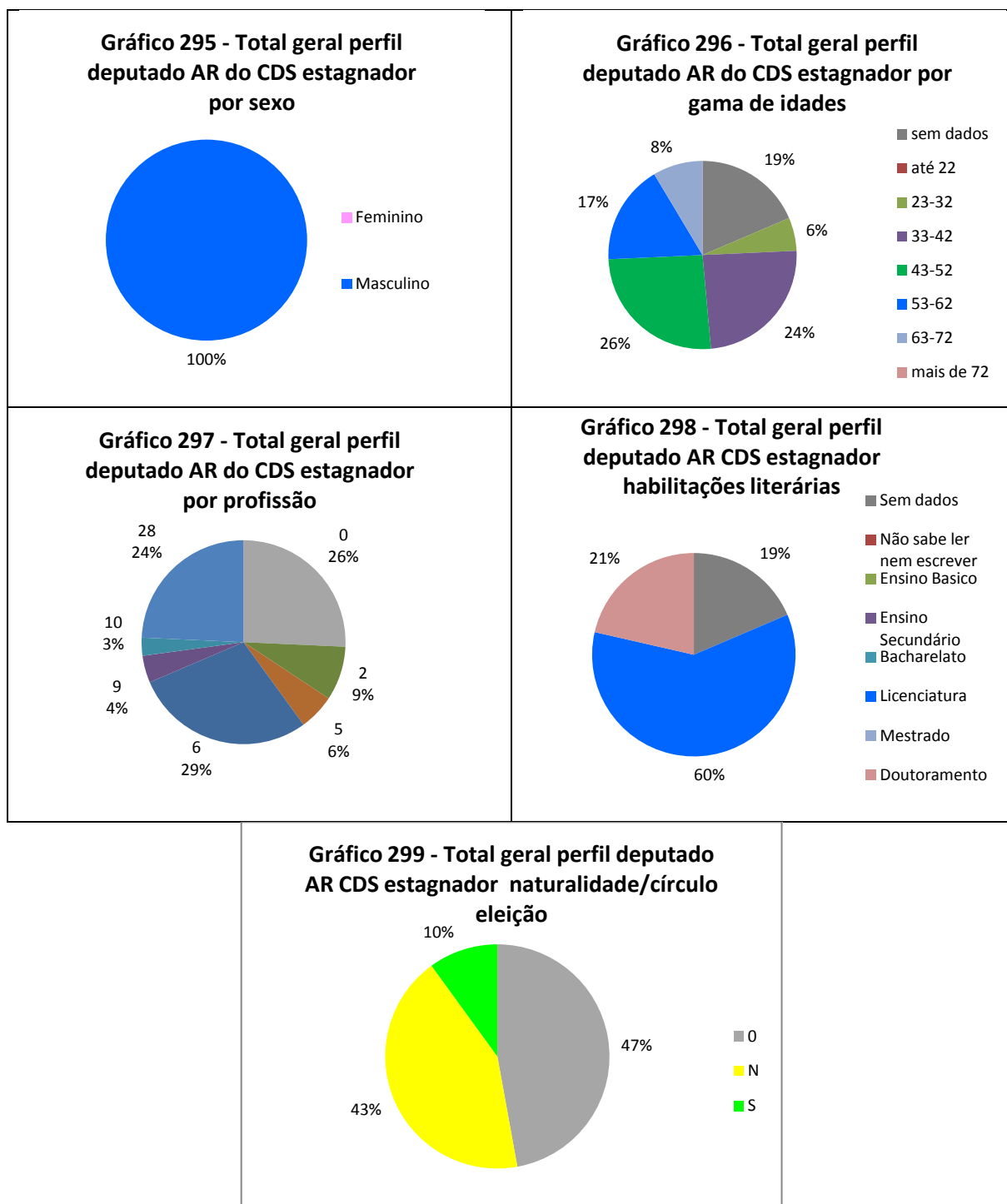
3.2.8.3 Deputado do PSD

Quanto ao PSD o deputado estagnador é, maioritariamente, um ator político do sexo masculino, com uma idade que vai dos 33 aos 42 anos, que tem como profissão advogado, que apresenta como habilitações literárias a licenciatura e que é natural do círculo por onde é eleito.



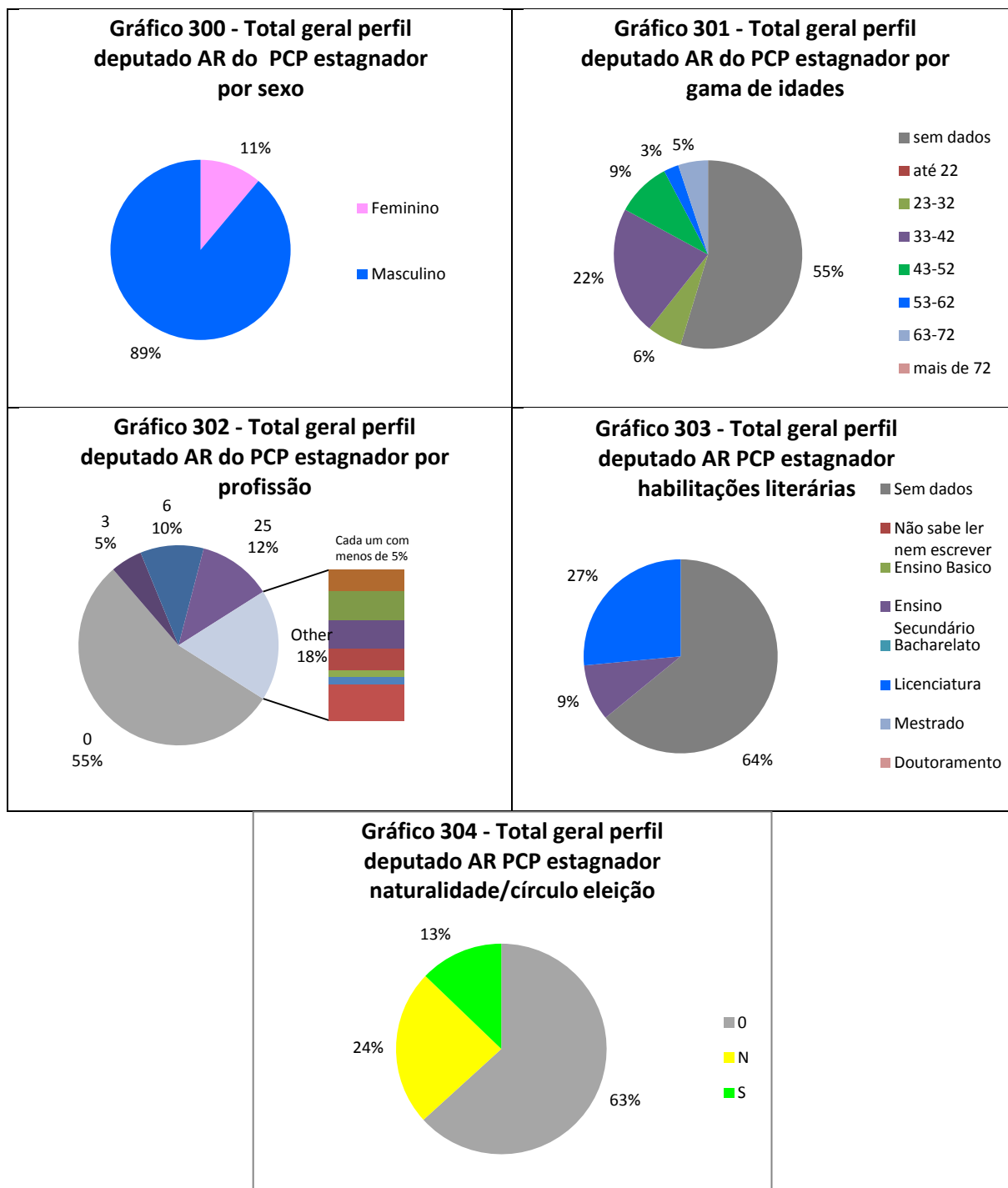
3.2.8.4 Deputado do CDS

O perfil do deputado do CDS, que mais estagna, tem como características dominantes ser, maioritariamente, do género masculino, ter uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, ser advogado, licenciado e não natural do círculo por onde é eleito.



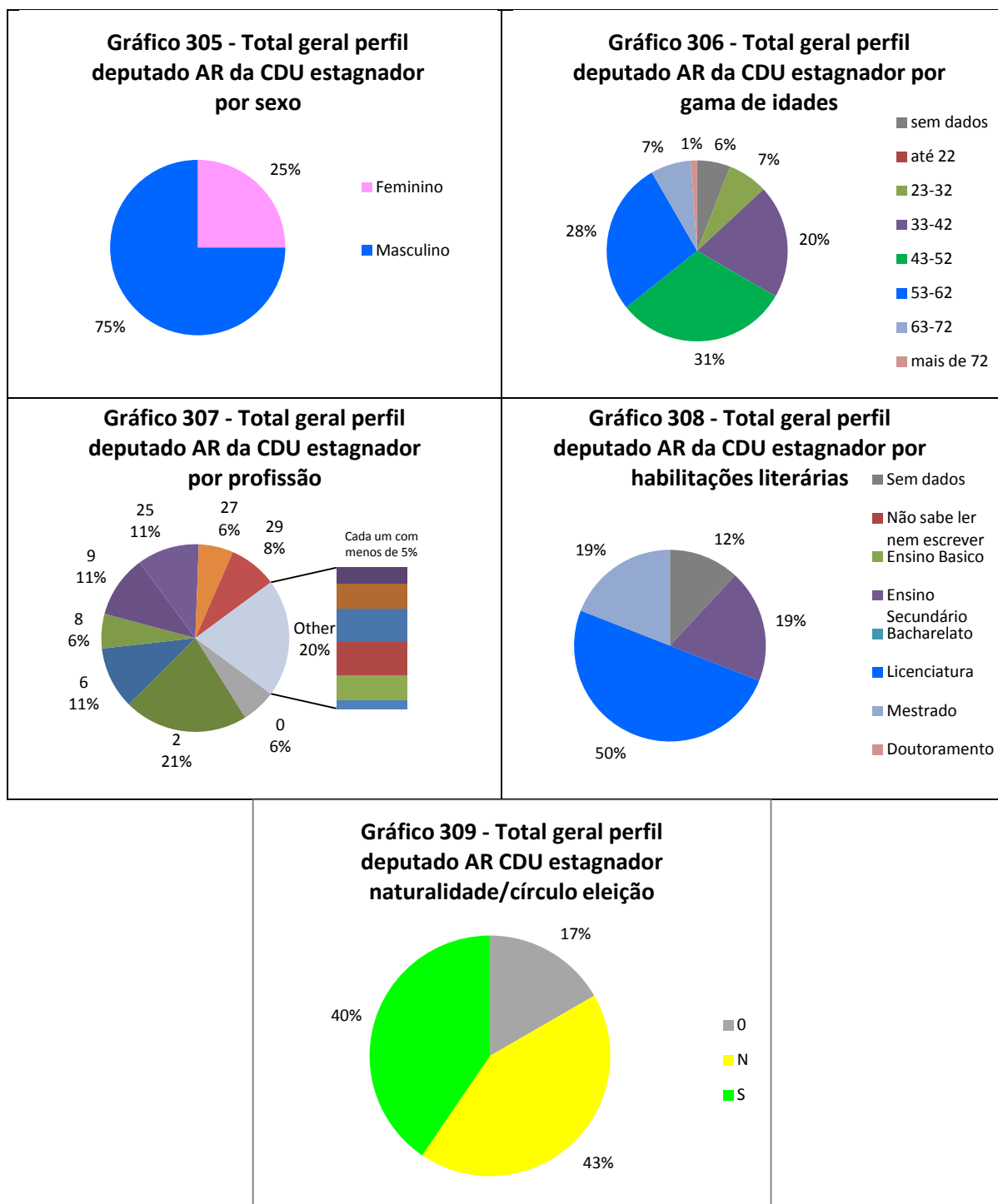
3.2.8.5 Deputado do PCP

No caso do PCP trata-se também de um cidadão, maioritariamente, do sexo masculino, com uma idade que varia entre os 33 e os 42 anos, apresenta como atividade profissional as profissões consideradas tradicionais, sendo contudo alguém com formação ao nível da licenciatura, mas que não é natural do círculo por onde é eleito.



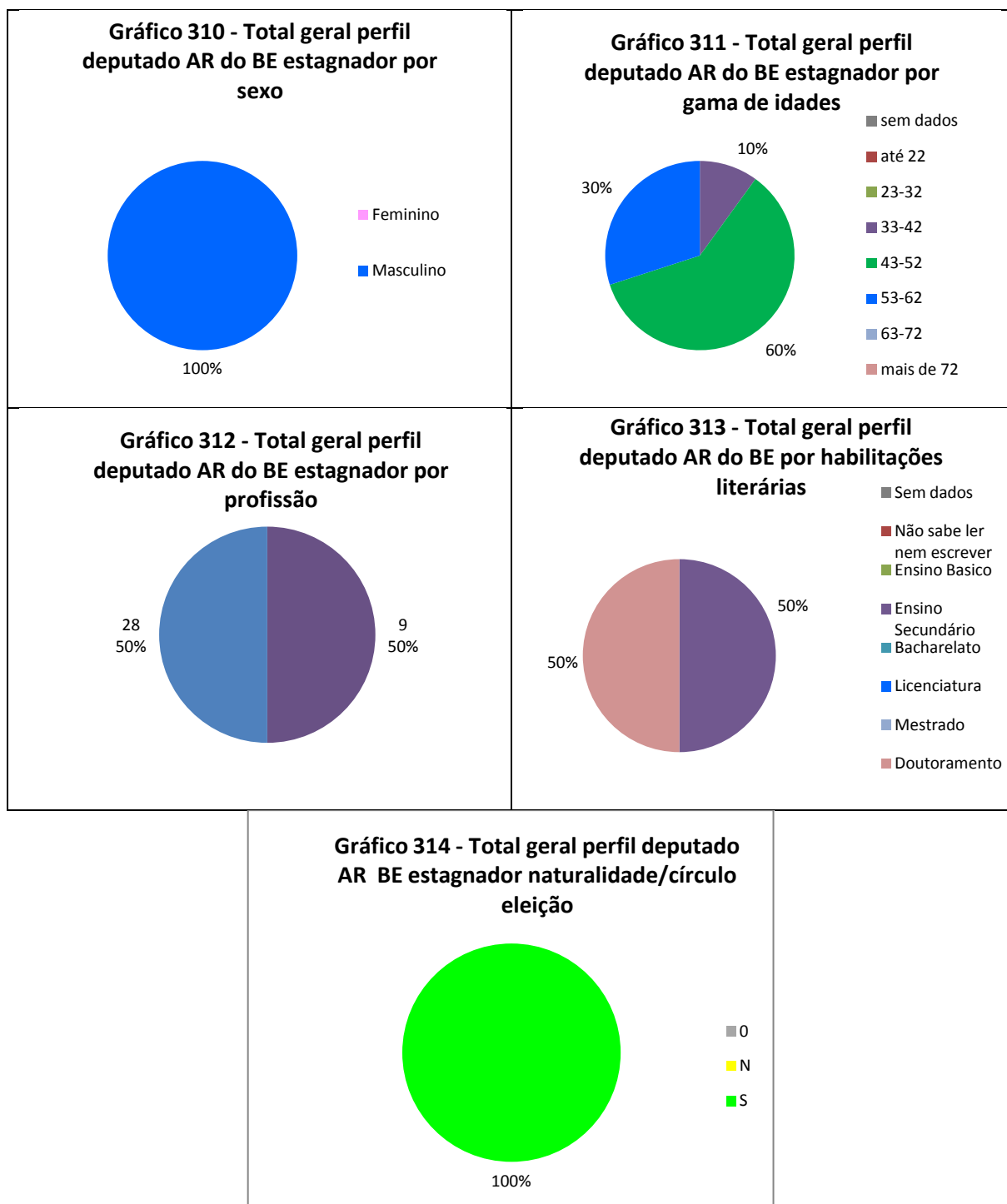
3.2.8.6 Deputado da CDU

O perfil do deputado estagnador da CDU é um ator político, maioritariamente, do género masculino, com uma idade entre os 43 e os 52 anos, administrativo, licenciado e não natural do círculo de eleição.



3.2.8.7 Deputado do BE

O BE apresenta como perfil de deputado, neste item da estagnação, um cidadão, maioritariamente, do sexo masculino, com uma idade que vai dos 43 aos 52 anos, professor, licenciado e natural do círculo por onde é eleito.

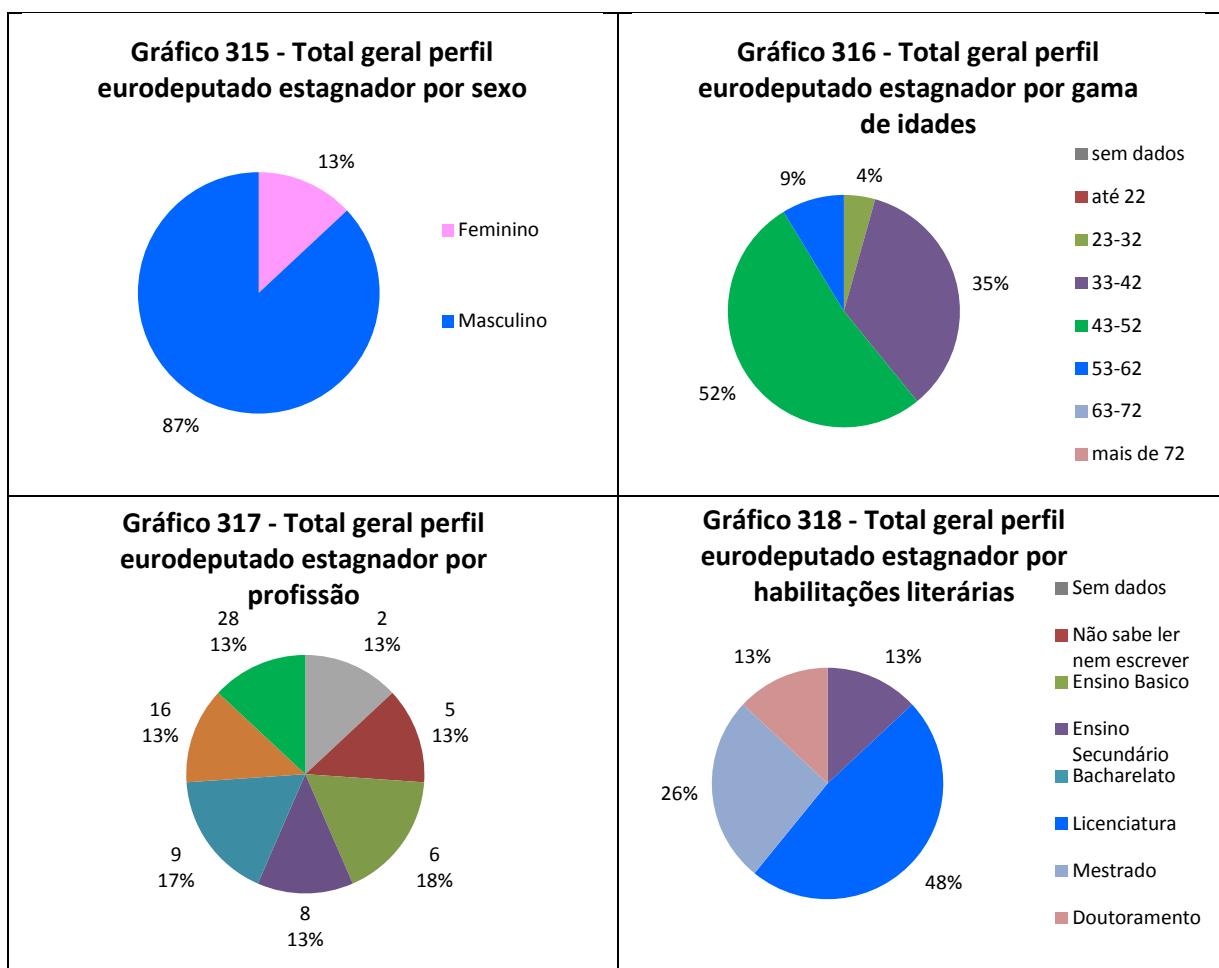


3.2.9 Perfil do Eurodeputado representativo da estagnação

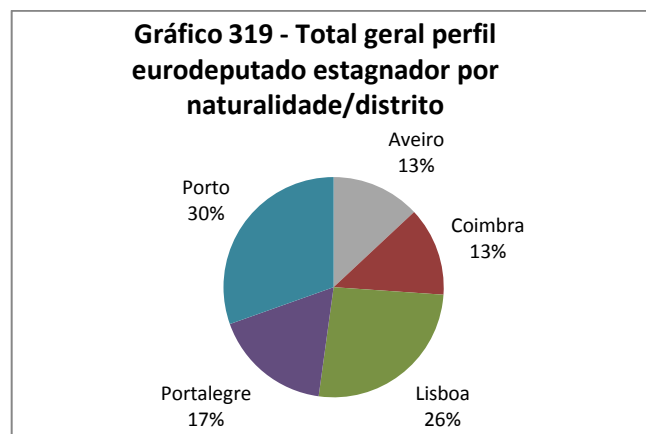
Se para outros órgãos os partidos escolhem candidatos quase sempre do distrito de Lisboa, para o PE o Porto ganha, ainda que por uma margem pequena, relativamente a Lisboa.

3.2.9.1 Eurodeputado – geral

Passando agora à caracterização do eurodeputado responsável pela estagnação, sem fazer distinção do partido, trata-se de um cidadão, maioritariamente, do sexo masculino, com uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, advogado de profissão, licenciado e natural do Porto.

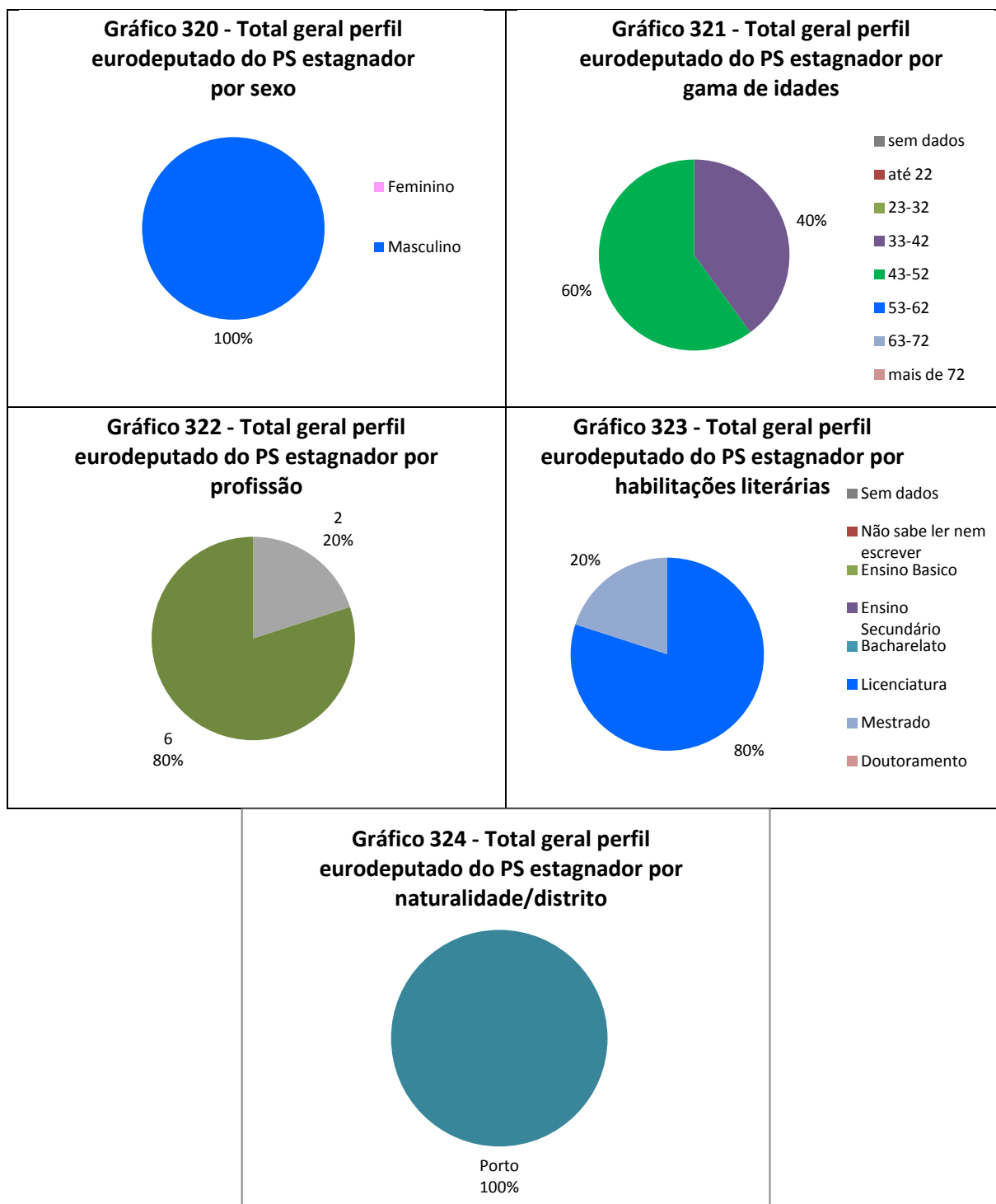


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



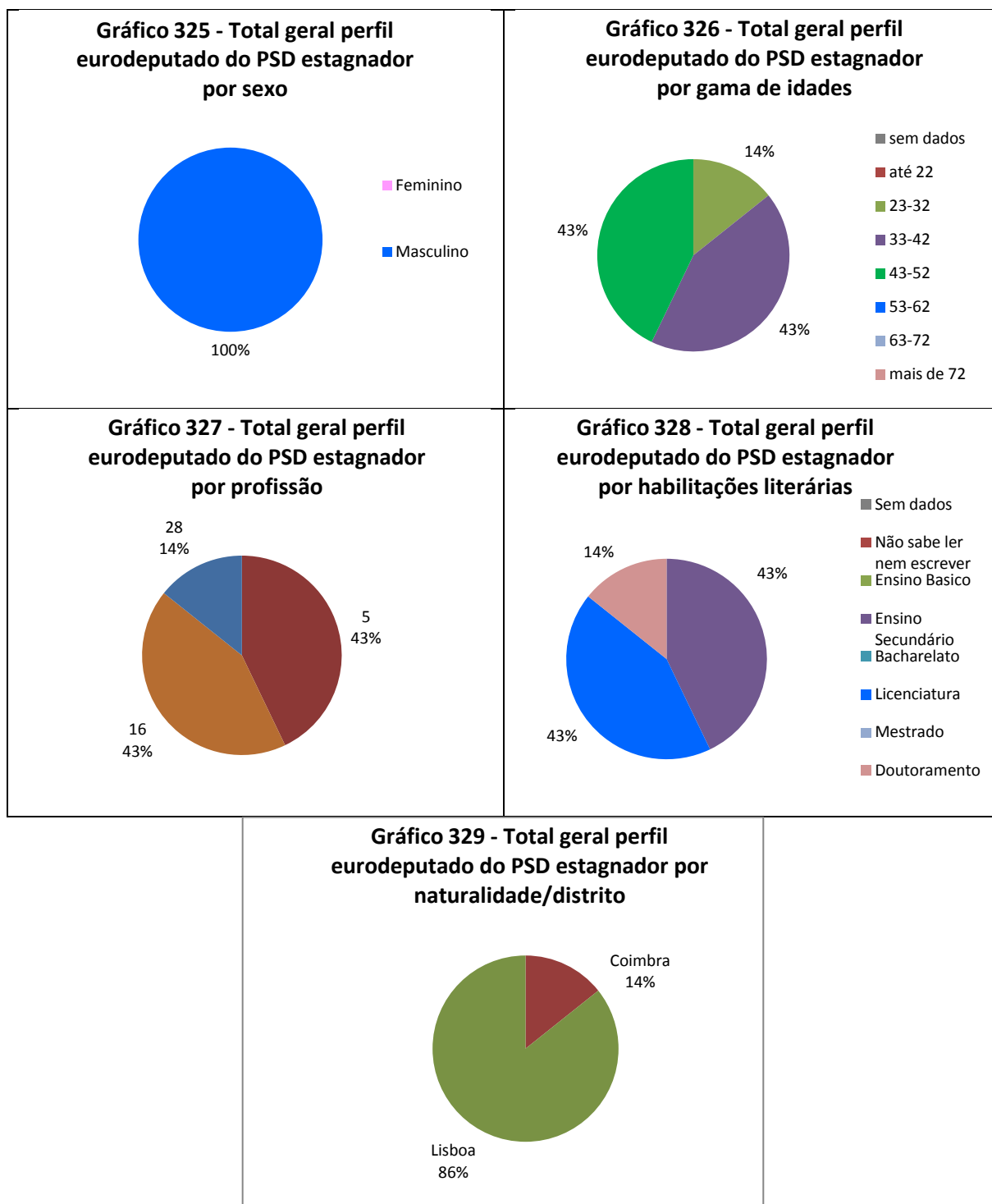
3.2.9.2 Eurodeputado do PS

O eurodeputado do PS é, maioritariamente, alguém do género masculino, com uma idade mínima de 43 anos e máxima de 52, advogado de profissão, licenciado e natural do Porto.



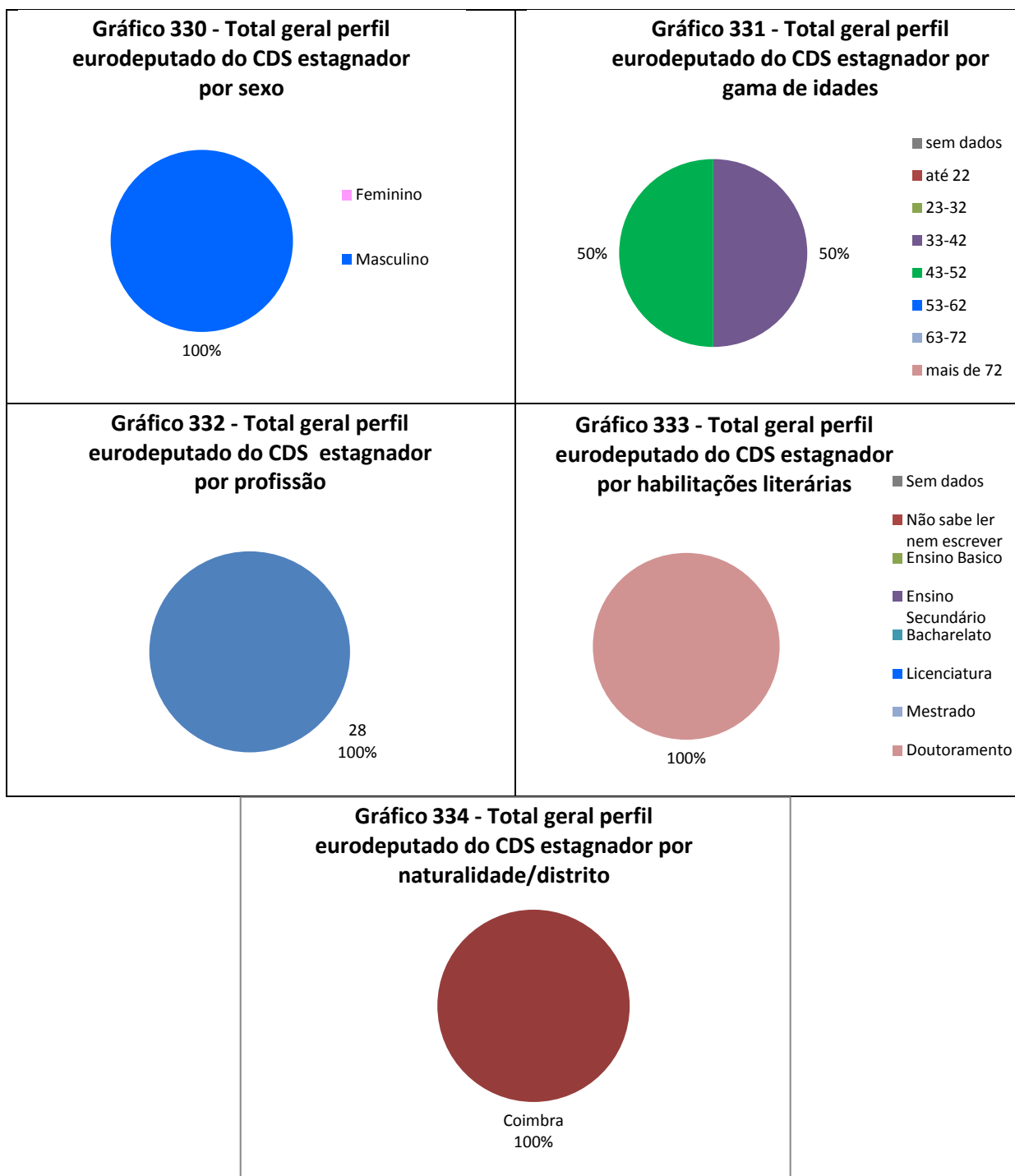
3.2.9.3 Eurodeputado do PSD

O eurodeputado do PSD responsável pela estagnação é também, maioritariamente, do sexo masculino, tem uma idade que oscila entre os 33 e os 52 anos, é engenheiro ou empregado da banca ou seguros, licenciado e natural de Lisboa.



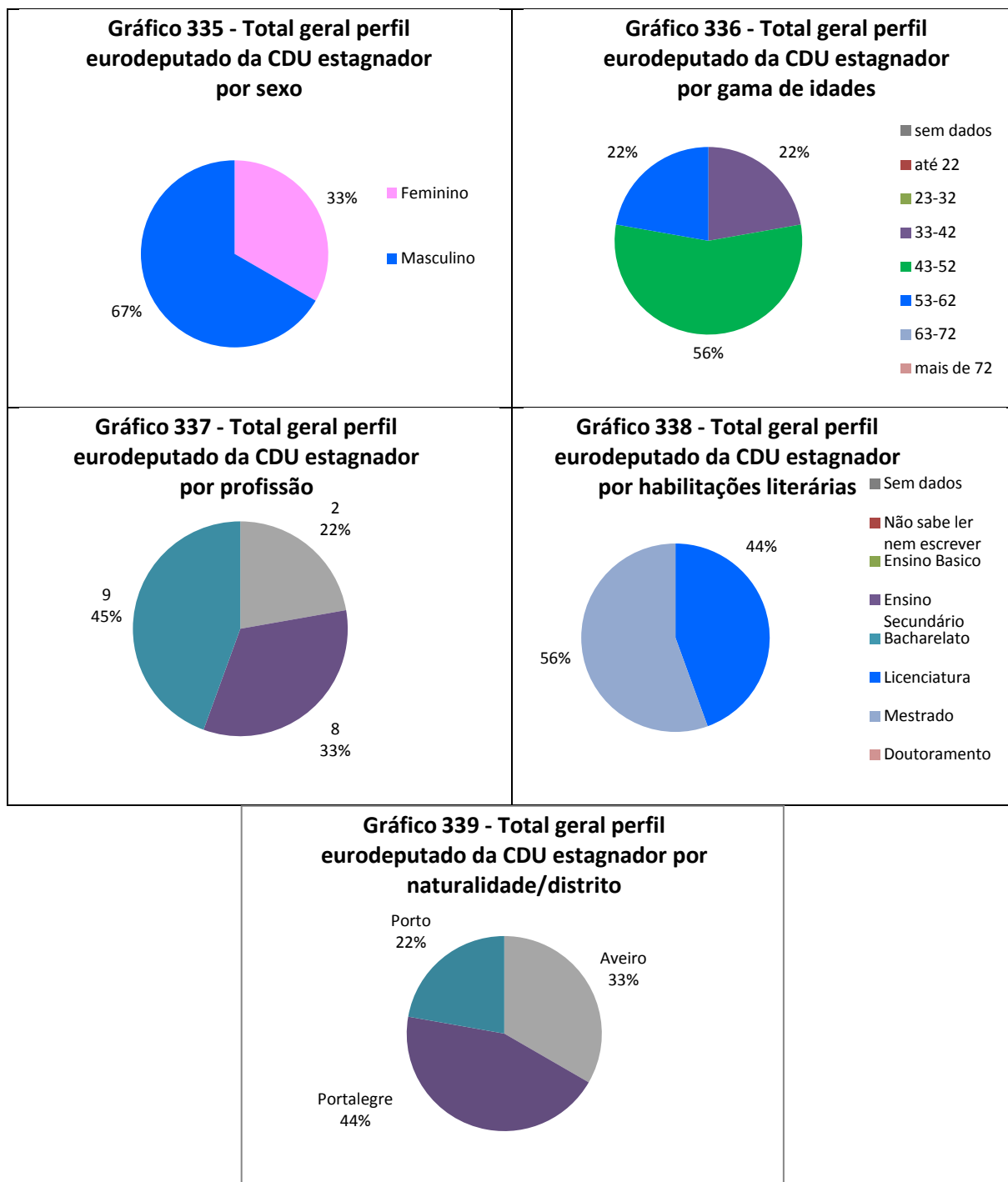
3.2.9.4 Eurodeputado do CDS

O eurodeputado do CDS é, maioritariamente, do género masculino, tem uma idade que varia entre os 33 e os 52 anos, é professor do ensino superior, doutorado e natural de Coimbra.



3.2.9.5 Eurodeputado da CDU

O eurodeputado da CDU, considerado responsável pela estagnação, tem como perfil dominante ser, maioritariamente, do sexo masculino, ter entre 43 e 52 anos, apresentar como profissão a de professor, ter como habilitações literárias o mestrado e ser natural de Portalegre.



3.2.9.6 Eurodeputado do BE

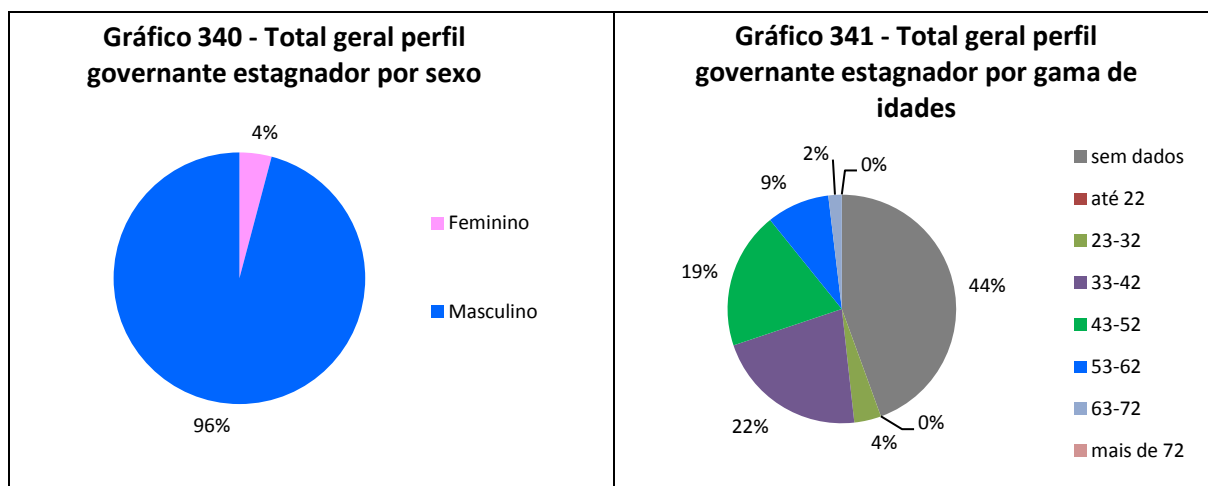
No caso do BE, tendo em linha de conta que, no caso do PE, consideramos haver estagnação sempre que um eurodeputado tenha feito mais de dois mandatos, não existe nenhum ator político (eurodeputado) em tal situação, pelo que não é possível proceder à definição tipo do denominado estagnador.

3.2.10 Perfil do membro do Governo representativo da estagnação

Os membros do Governo também não fogem à regra. São maioritariamente homens e, de um modo geral, ainda relativamente jovens.

3.2.10.1 Membro do Governo – geral

Quanto aos membros do Governo que mais se repetem, e por isso os consideramos atores políticos mais responsáveis pela estagnação, sem termos em linha de conta a distinção dos partidos políticos que os suportam, o governante português mais estagnador caracteriza-se por, maioritariamente, ser um cidadão do sexo masculino, com uma idade que varia entre os 33 e os 42 anos, advogado de profissão, licenciado e natural do distrito de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

**Gráfico 342 - Total geral perfil
governante estagnador por
profissão**

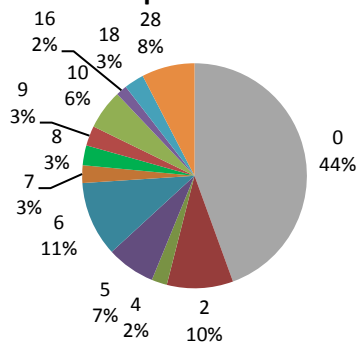


**Gráfico 343 - Total geral perfil
governante estagnador por
habilitações literárias**

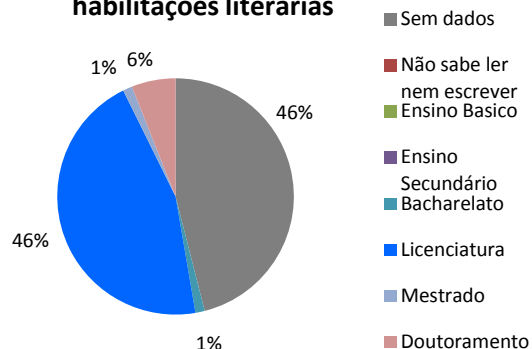
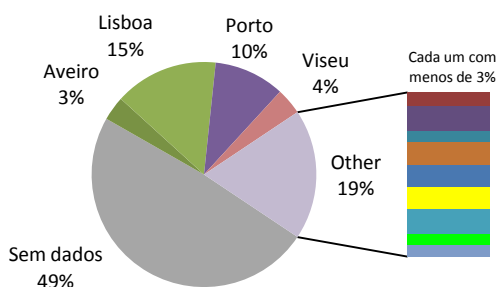
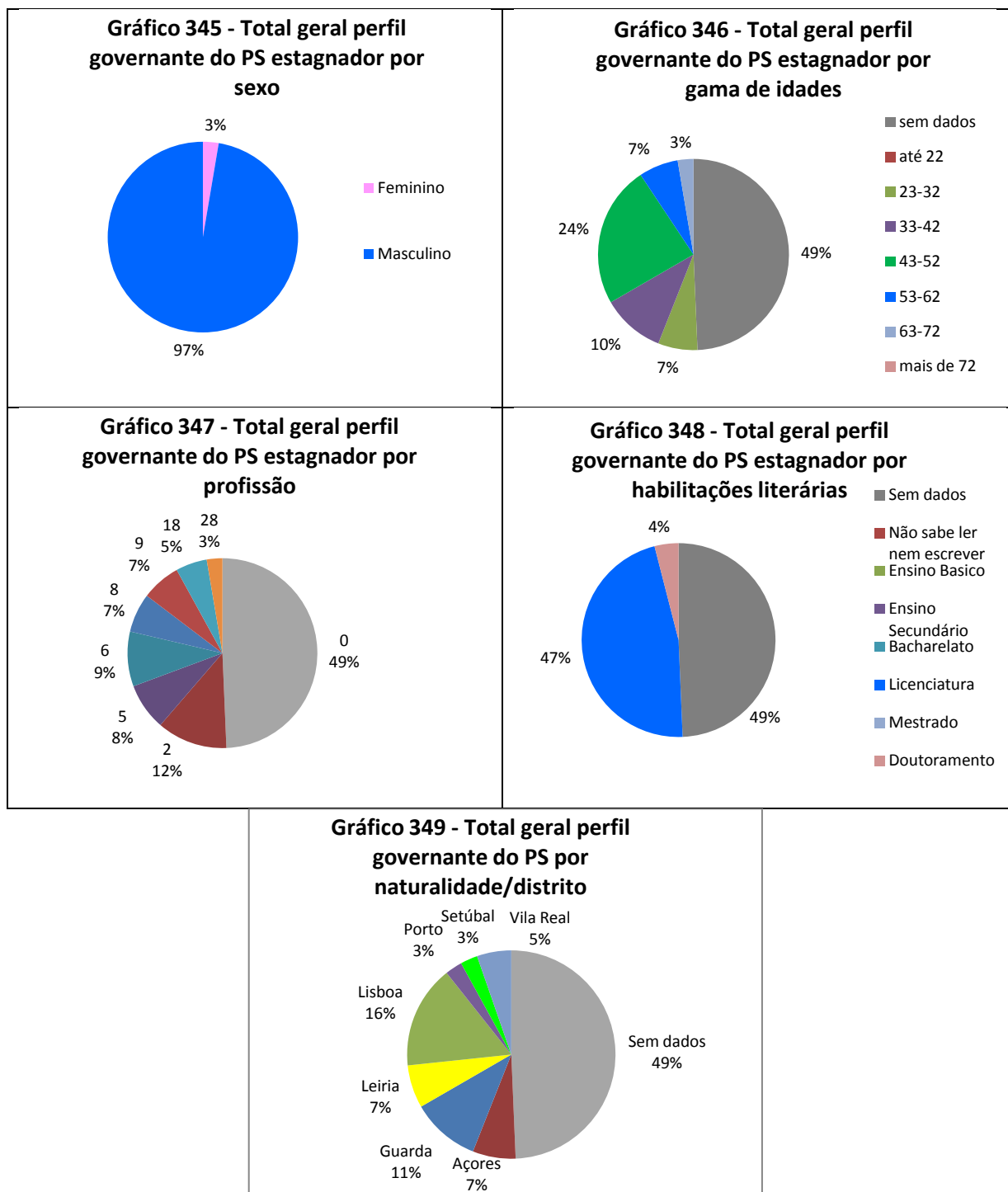


**Gráfico 344 - Total geral perfil
governante estagnador por
naturalidade/distrito**



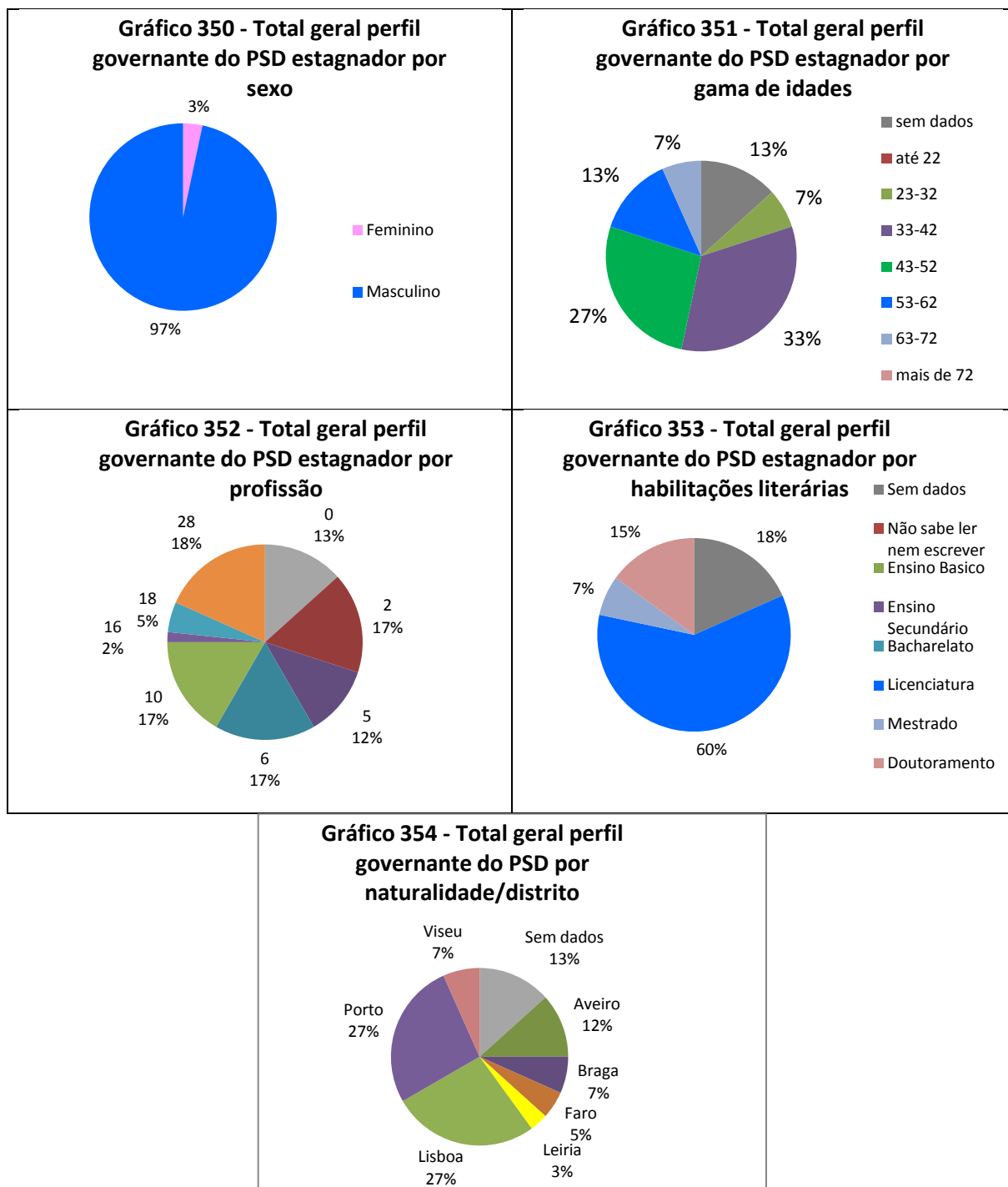
3.2.10.2 Membro do Governo do PS

O governante do PS é predominantemente um cidadão, maioritariamente, do sexo masculino, com uma idade mínima de 43 e máxima de 52 anos, jurista, licenciado e natural do distrito de Lisboa.



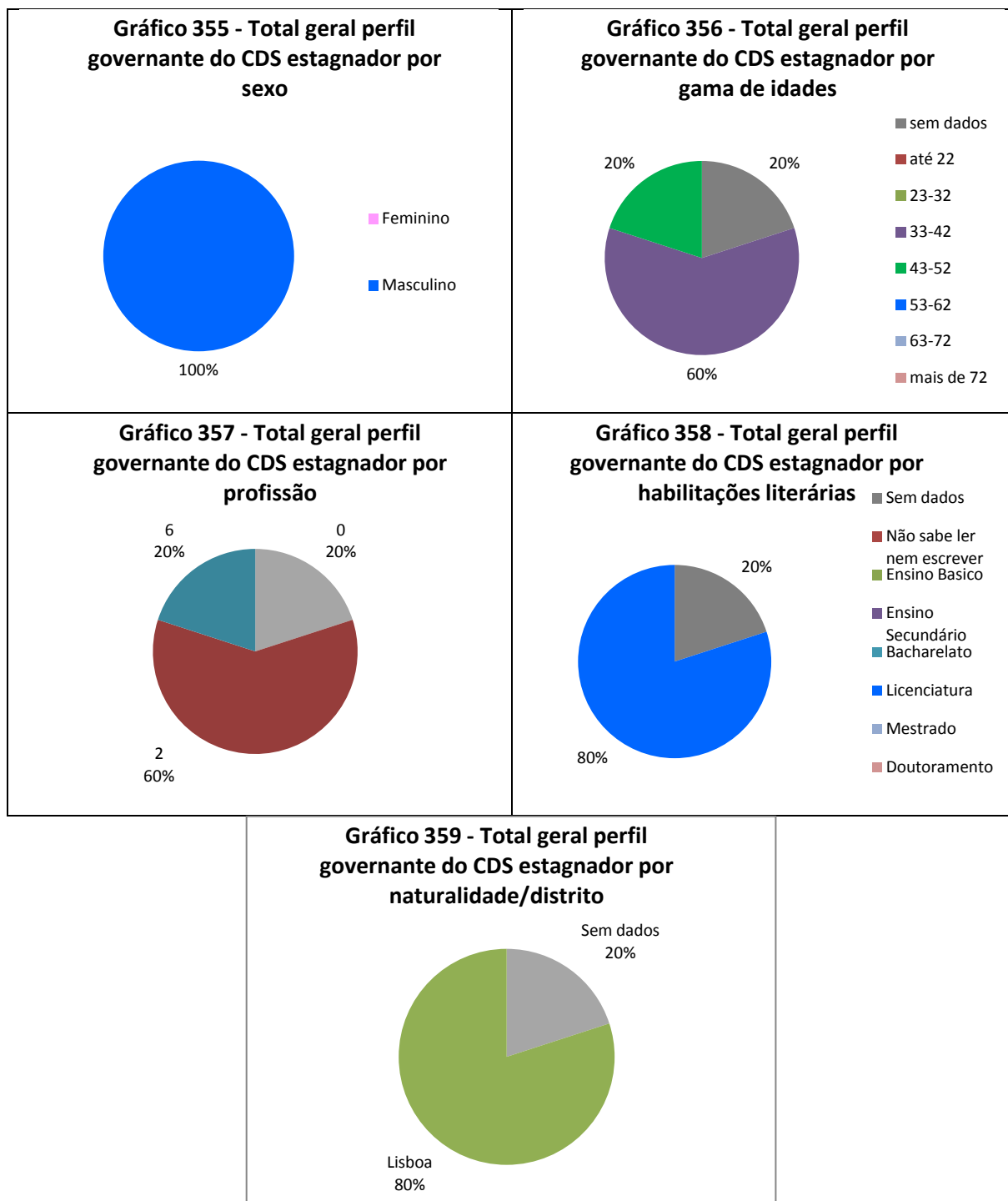
3.2.10.3 Membro do Governo do PSD

O PSD, no que diz respeito à estagnação, aposta num perfil de governante que é, maioritariamente, do sexo masculino, tem entre 33 e 42 anos, é professor do ensino superior, licenciado e natural dos distritos de Lisboa ou Porto.



3.2.10.4 Membro do Governo do CDS

O governante do CDS que mais contribui para a estagnação é, maioritariamente, do sexo masculino, apresenta uma faixa etária que vai dos 33 aos 42 anos, é jurista de profissão, licenciado e natural do distrito de Lisboa.

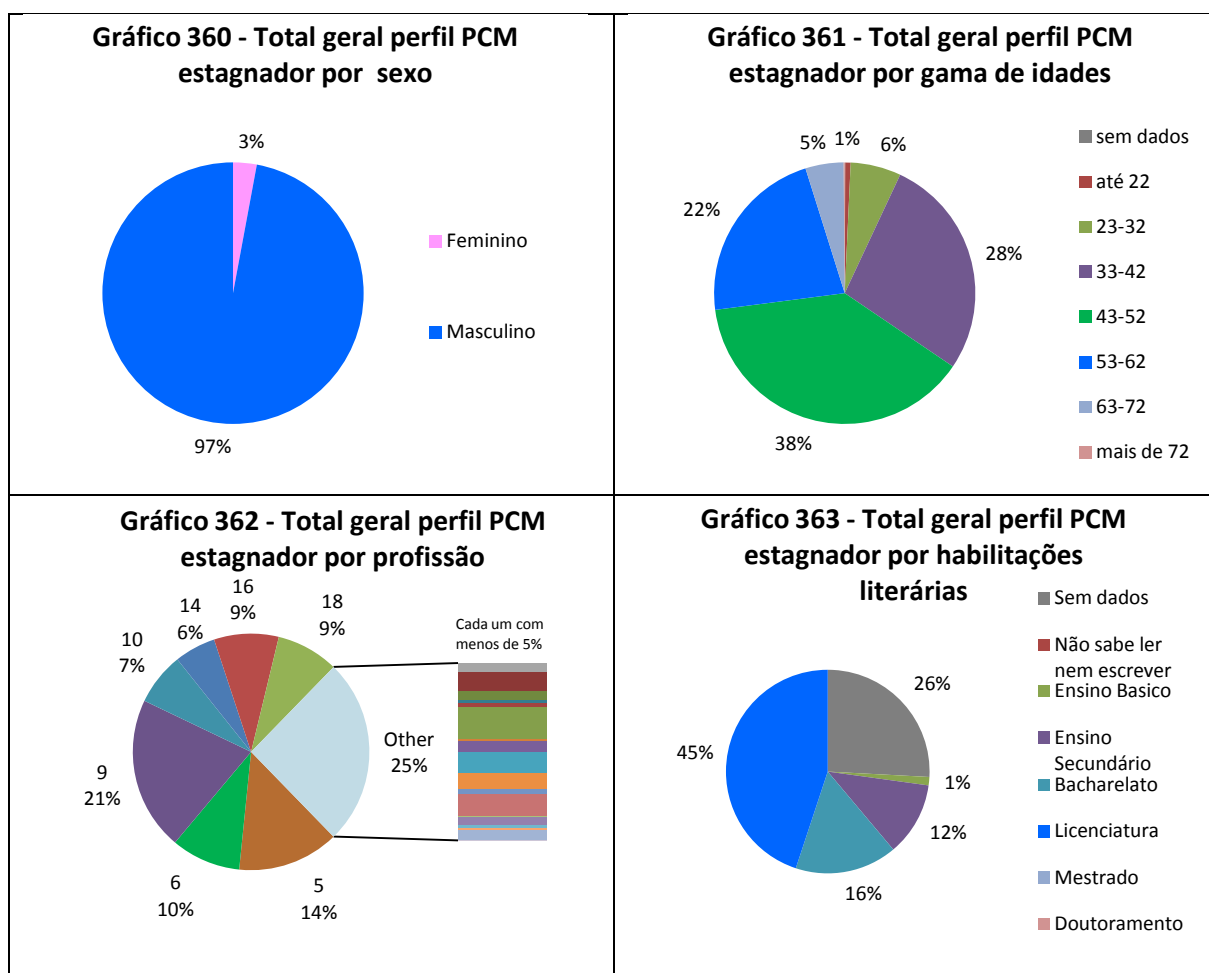


3.2.11 Perfil do Presidente de Câmara representativo da estagnação

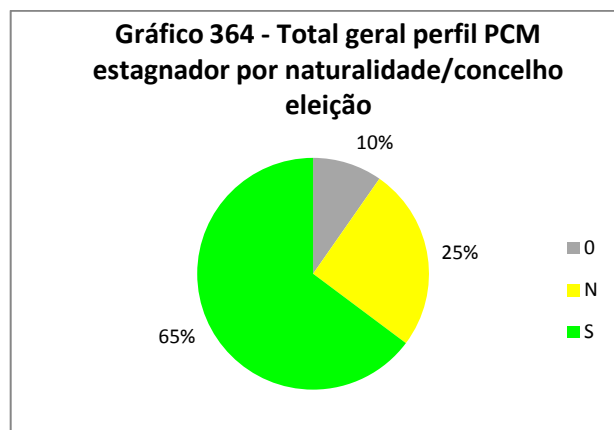
Nas autarquias locais, à semelhança, do perfil geral, a tendência é para que sejam também naturais do concelho de eleição.

3.2.11.1 Presidente de Câmara – Geral

O perfil geral do presidente de Câmara responsável pela estagnação, sem distinção do partido pelo qual foi eleito, apresenta como principais características ser um ator político, maioritariamente, do género masculino, com uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, professor de profissão, licenciado e natural do concelho onde é eleito presidente da autarquia.

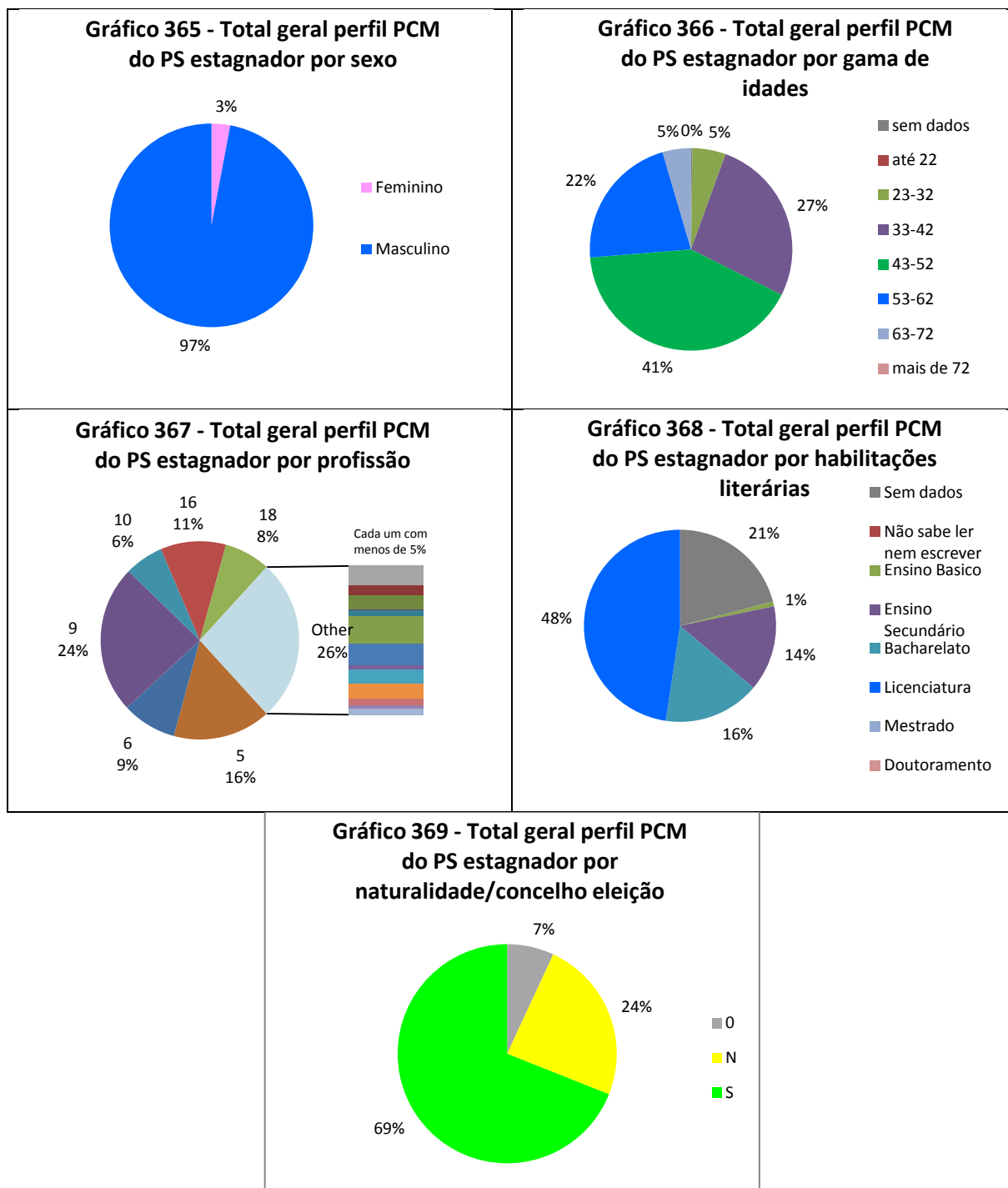


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



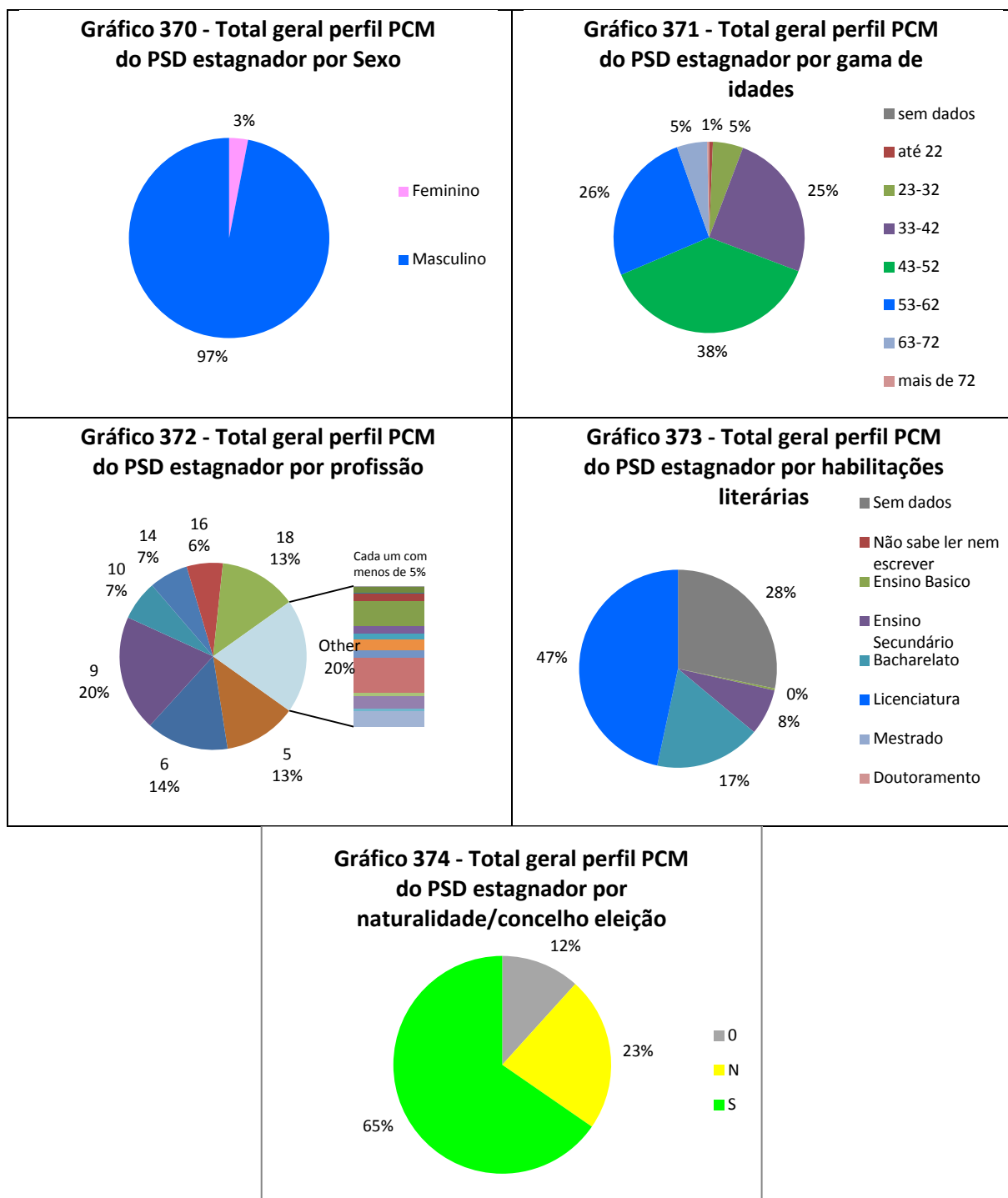
3.2.11.2 Presidente de Câmara do PS

O presidente de Câmara do PS que mais contribui para a estagnação é alguém, maioritariamente, do sexo masculino, com uma idade que vai dos 43 aos 52 anos, que exerce a profissão de professor, que apresenta como habilitações literárias a licenciatura e que é natural do concelho pelo qual é eleito.



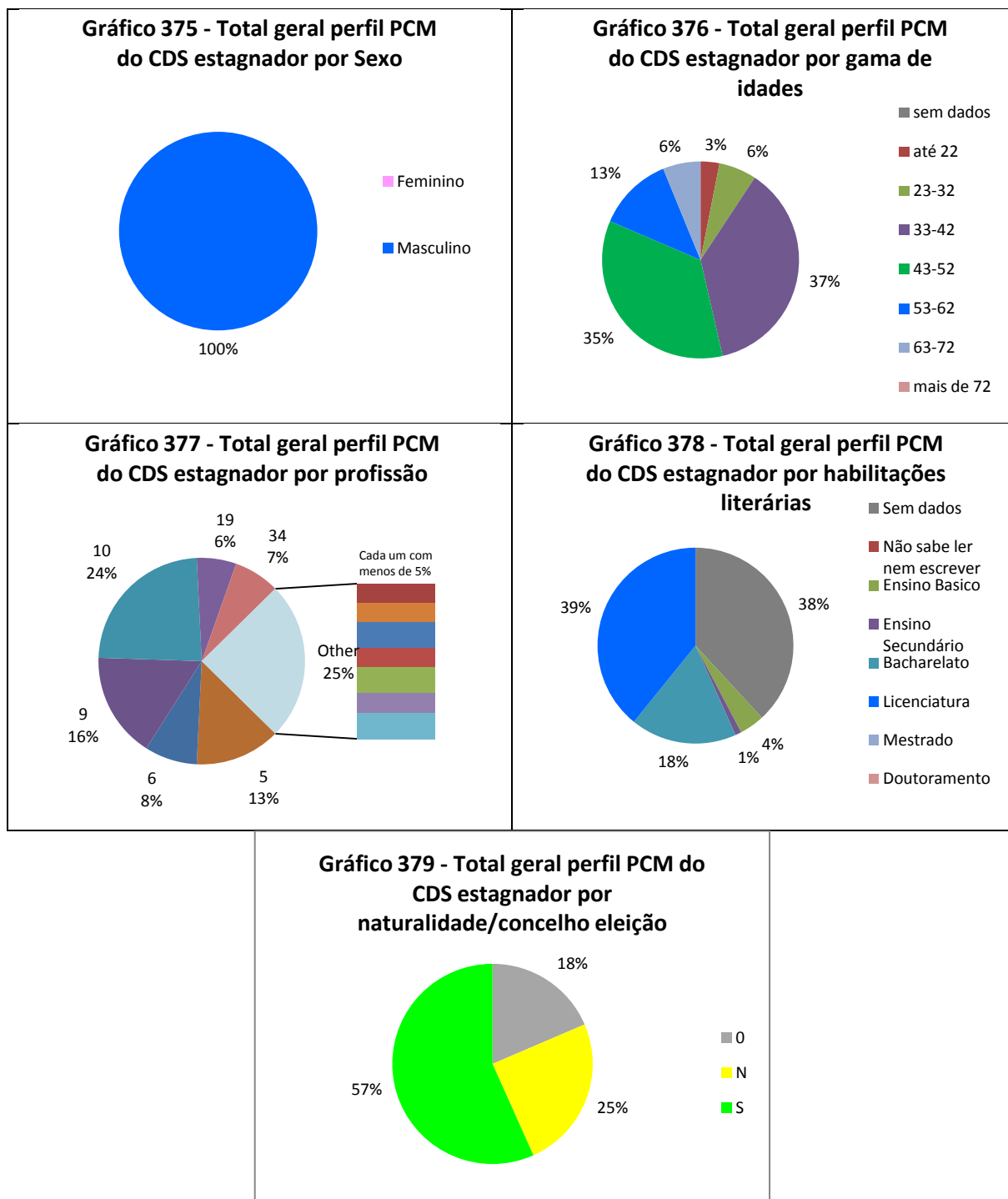
3.2.11.3 Presidente de Câmara do PSD

No caso do PSD o presidente estagnador tem, à semelhança do PS e dos outros partidos, características iguais. É, maioritariamente, do género masculino, tem uma idade mínima de 43 e máxima de 52 anos, é licenciado e natural do concelho pelo qual é eleito.



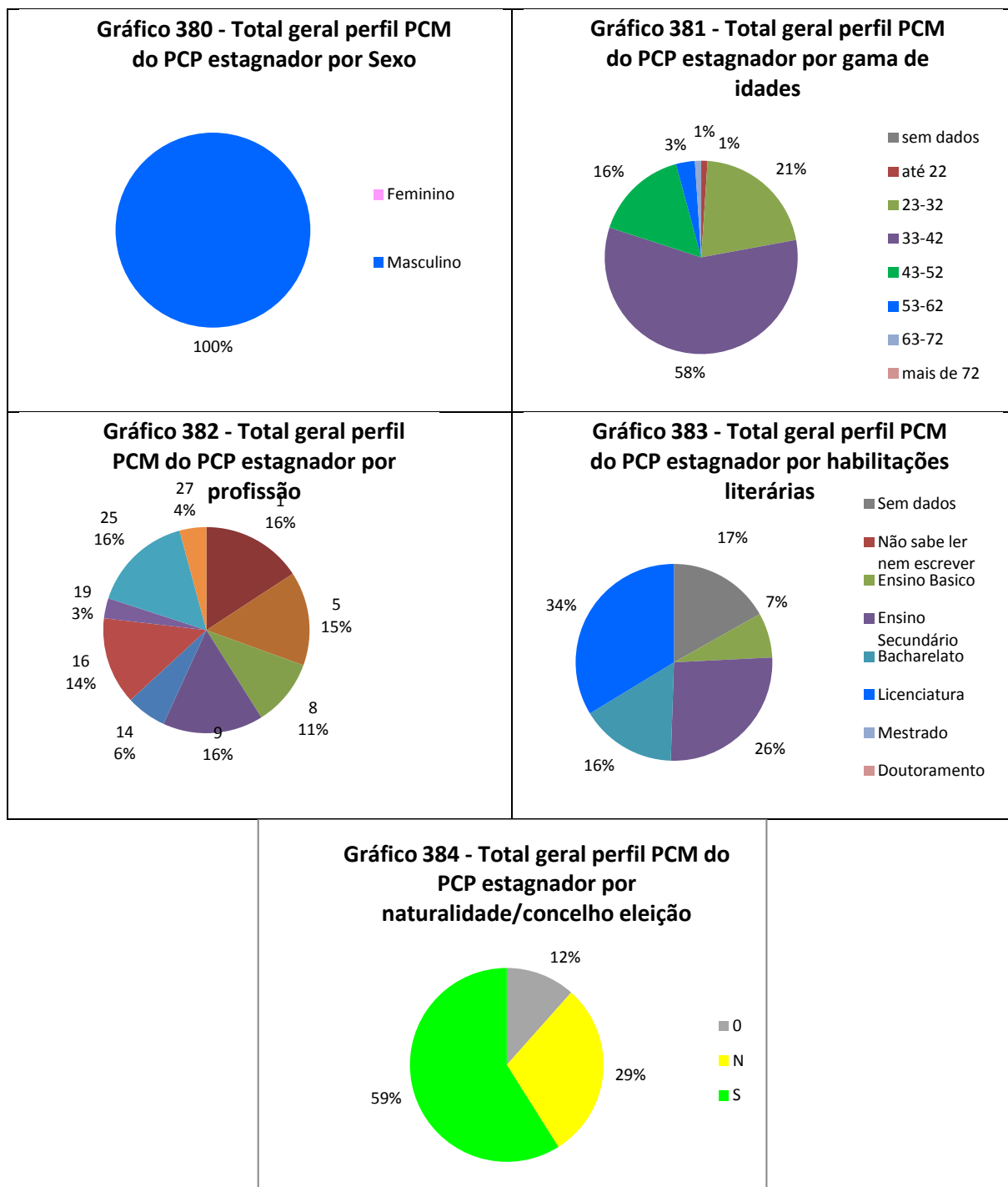
3.2.11.4 Presidente de Câmara do CDS

O presidente de Câmara do CDS, que mais é responsável pela estagnação, tem também um perfil muito semelhante aos dos restantes partidos, apresentando-se como um actor político, maioritariamente, do sexo masculino, com idade que varia entre os 33 e os 42 anos, gestor ou empresário, licenciado e também natural do concelho por onde é eleito.



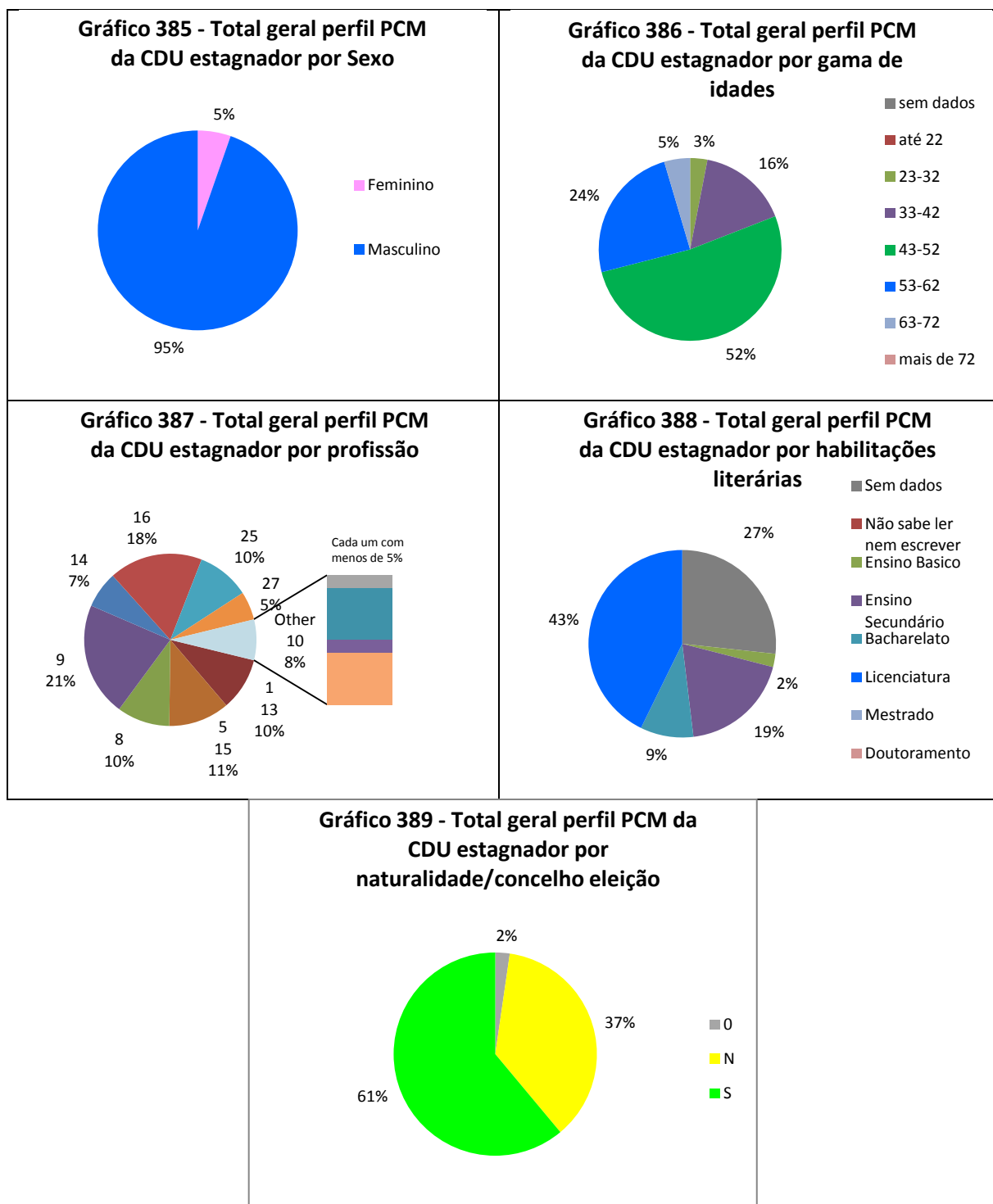
3.2.11.5 Presidente de Câmara do PCP

Quanto ao perfil do presidente de Câmara que mais é responsável pela estagnação no PCP, trata-se de um cidadão, maioritariamente, do género masculino, com uma idade compreendida entre os 33 e os 42 anos, professor, licenciado e também ele natural do concelho de eleição.



3.2.11.6 Presidente de Câmara da CDU

No caso da CDU é alguém, maioritariamente, do sexo masculino, com uma idade mínima de 43 e máxima de 52 anos, professor, licenciado e natural do concelho por onde é eleito presidente da Câmara Municipal.



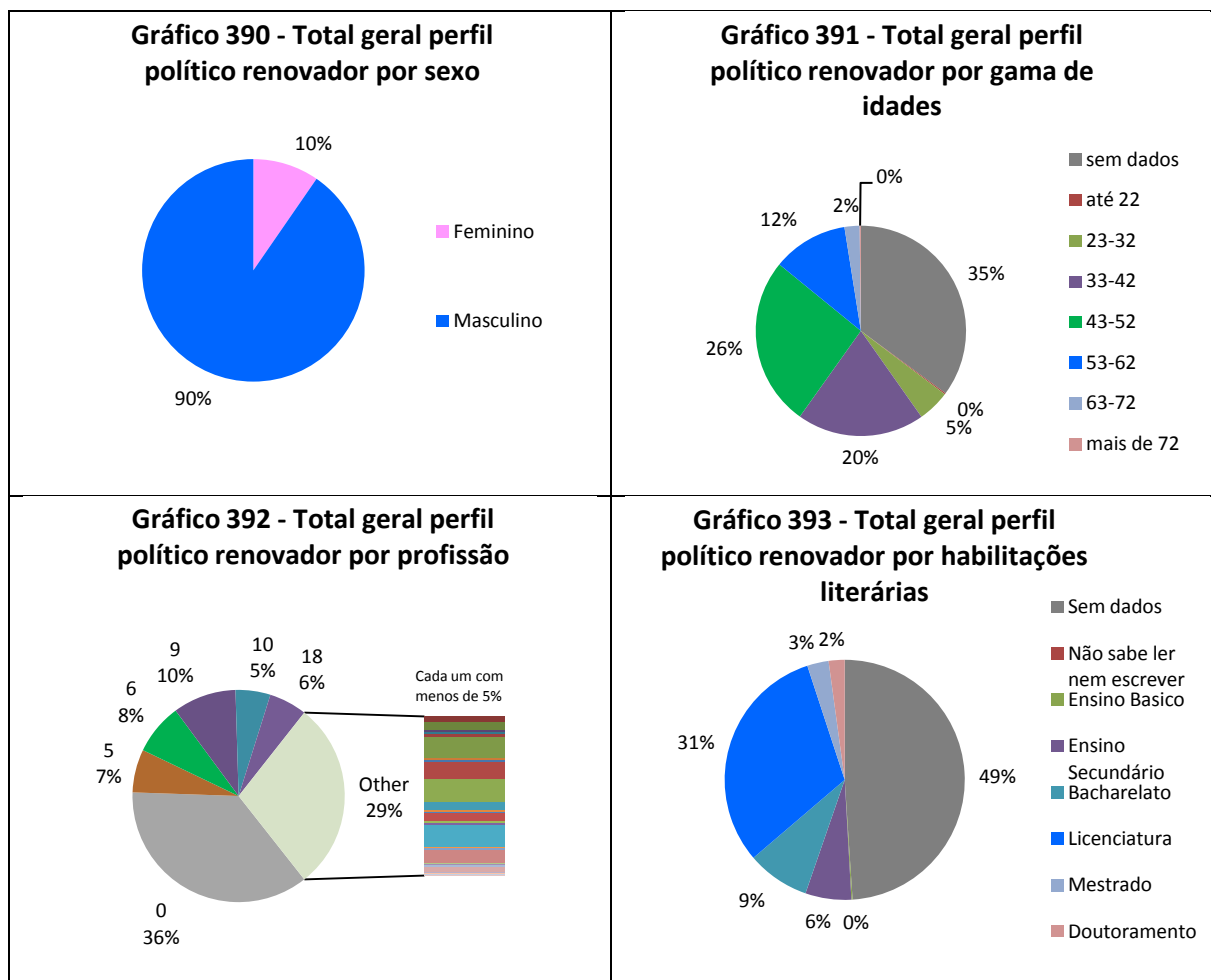
3.2.12 Perfil do ator político representativo da renovação

Na medida em que caracterizamos o tipo de ator político que contribui para a estagnação, entendemos também definir os traços principais daqueles que mais ajudam à renovação.

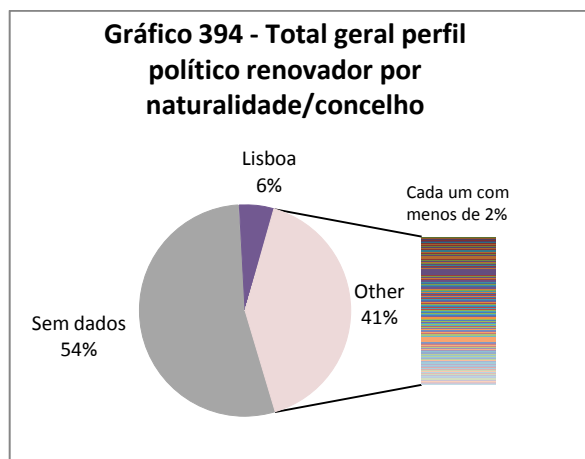
3.2.12.1 Geral

Além da caracterização do ator político que mais estagna, quisemos também perceber quais as características daquele que mais se renova.

Em termos globais, sem fazer distinção de partido ou órgão, apesar de haver um aumento percentual do número de mulheres incluídas na renovação, continua a ser, maioritariamente, um cidadão do sexo masculino, com uma idade compreendida entre os 43 e os 52 anos, professor, licenciado e natural do distrito de Lisboa.



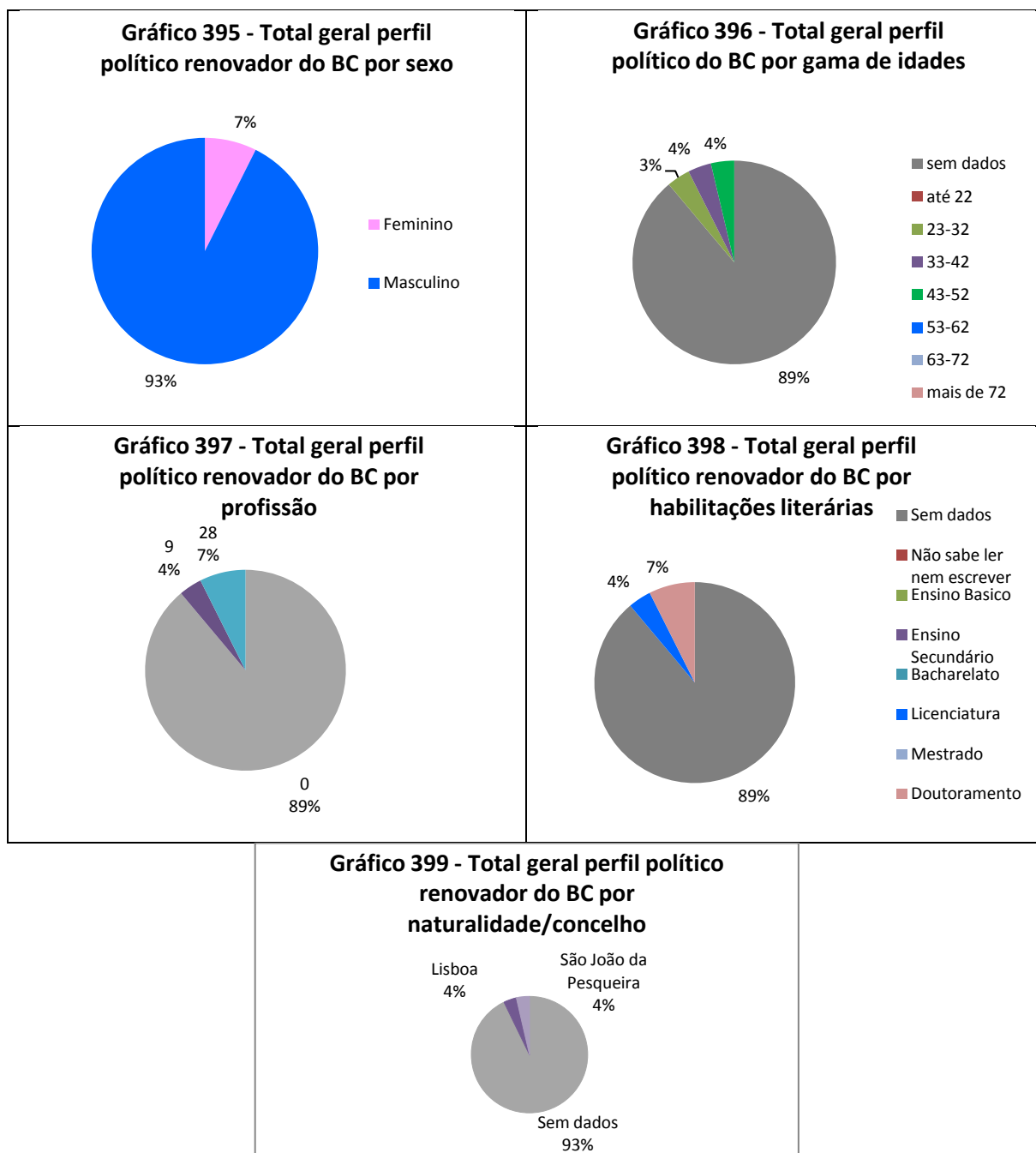
**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



3.2.12.2 Por Quadrante

Bloco Central

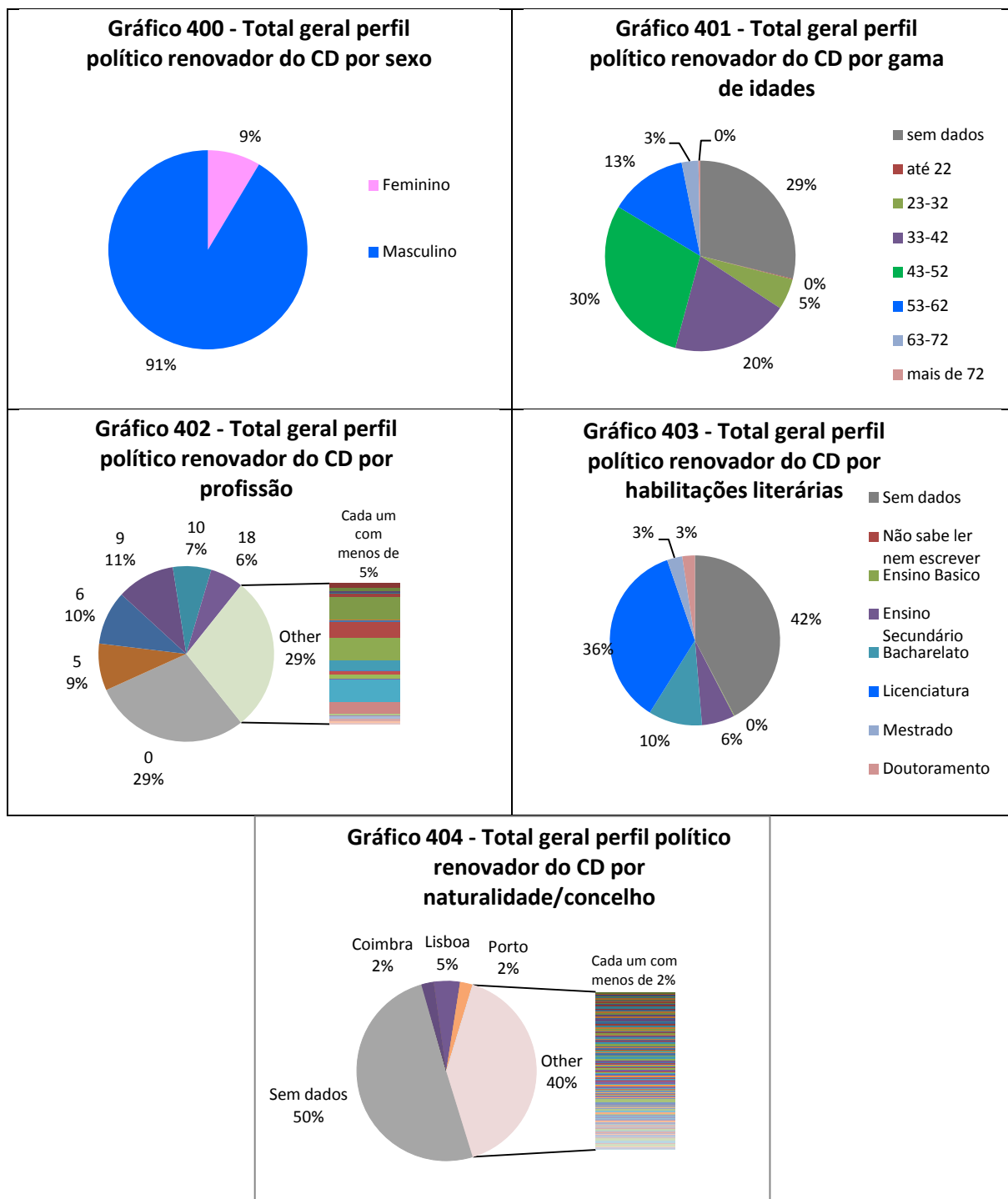
Numa análise por quadrante político, concluímos que o ator político renovador, que caracteriza o denominado Bloco Central, é, maioritariamente, do género feminino, tem entre 33 e 42 anos, assume como profissão a de professor do ensino superior, é doutorado e natural de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Centro Direita

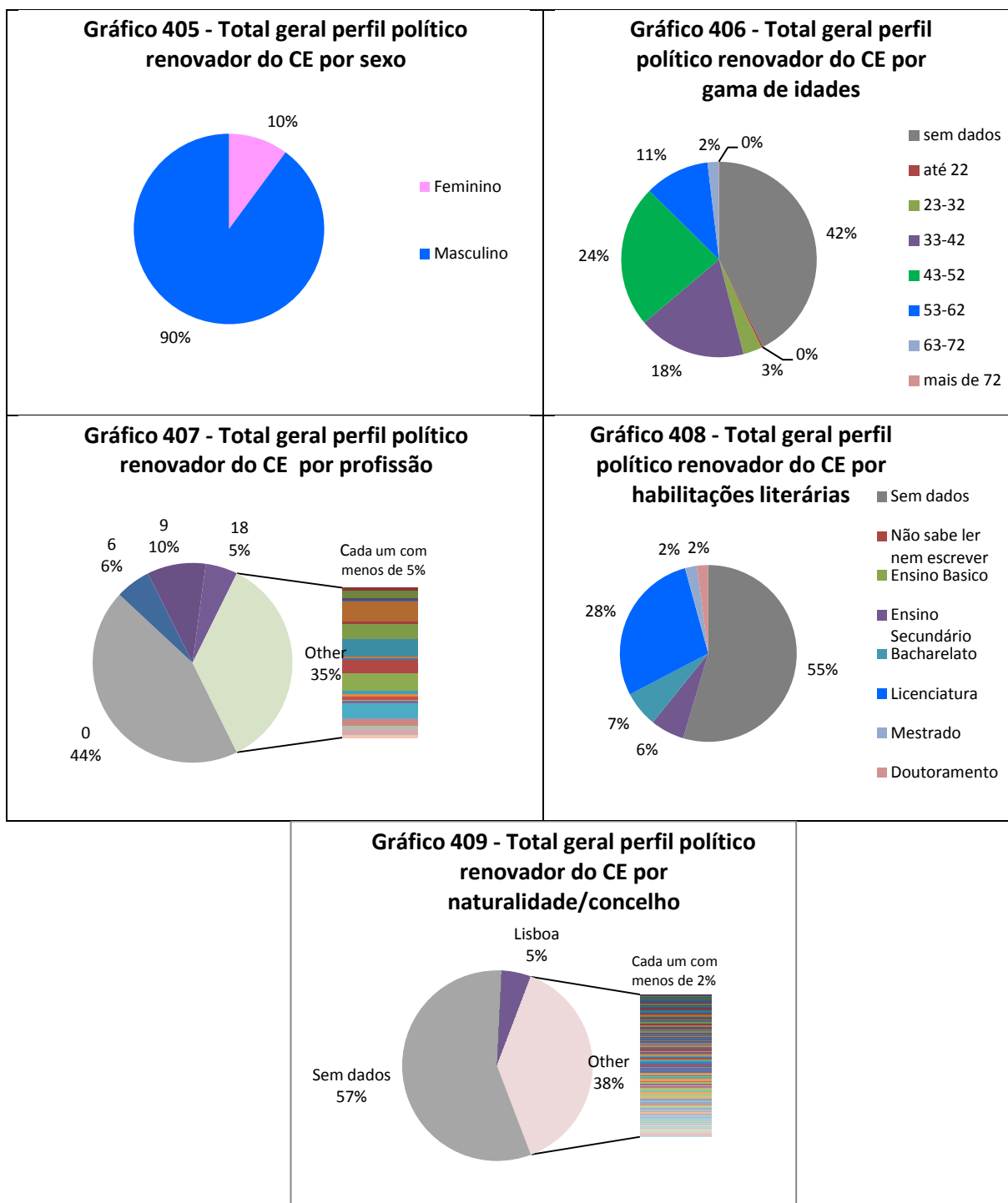
No caso do Centro Direita, e no que diz respeito ao ator político renovador, continuamos a ter, maioritariamente, um homem, com uma mínima de 43 e máxima de 52 anos, professor, licenciado e natural do distrito de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Centro Esquerda

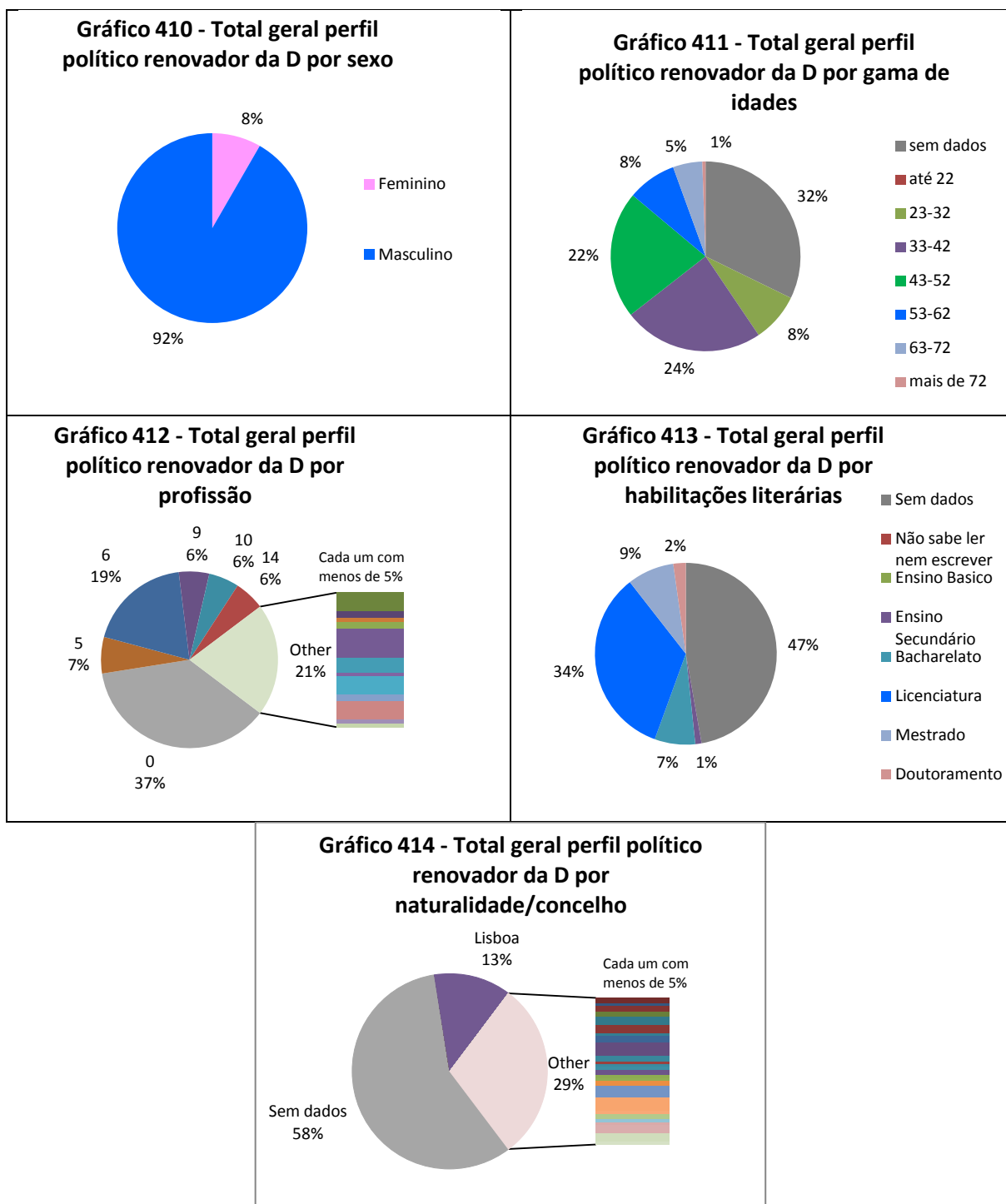
Quanto ao Centro Esquerda, o perfil do ator político estagnador é também, maioritariamente, do género masculino, tem entre 43 e 52 anos, é professor, licenciado e tem como naturalidade predominante um dos concelhos do distrito de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Direita

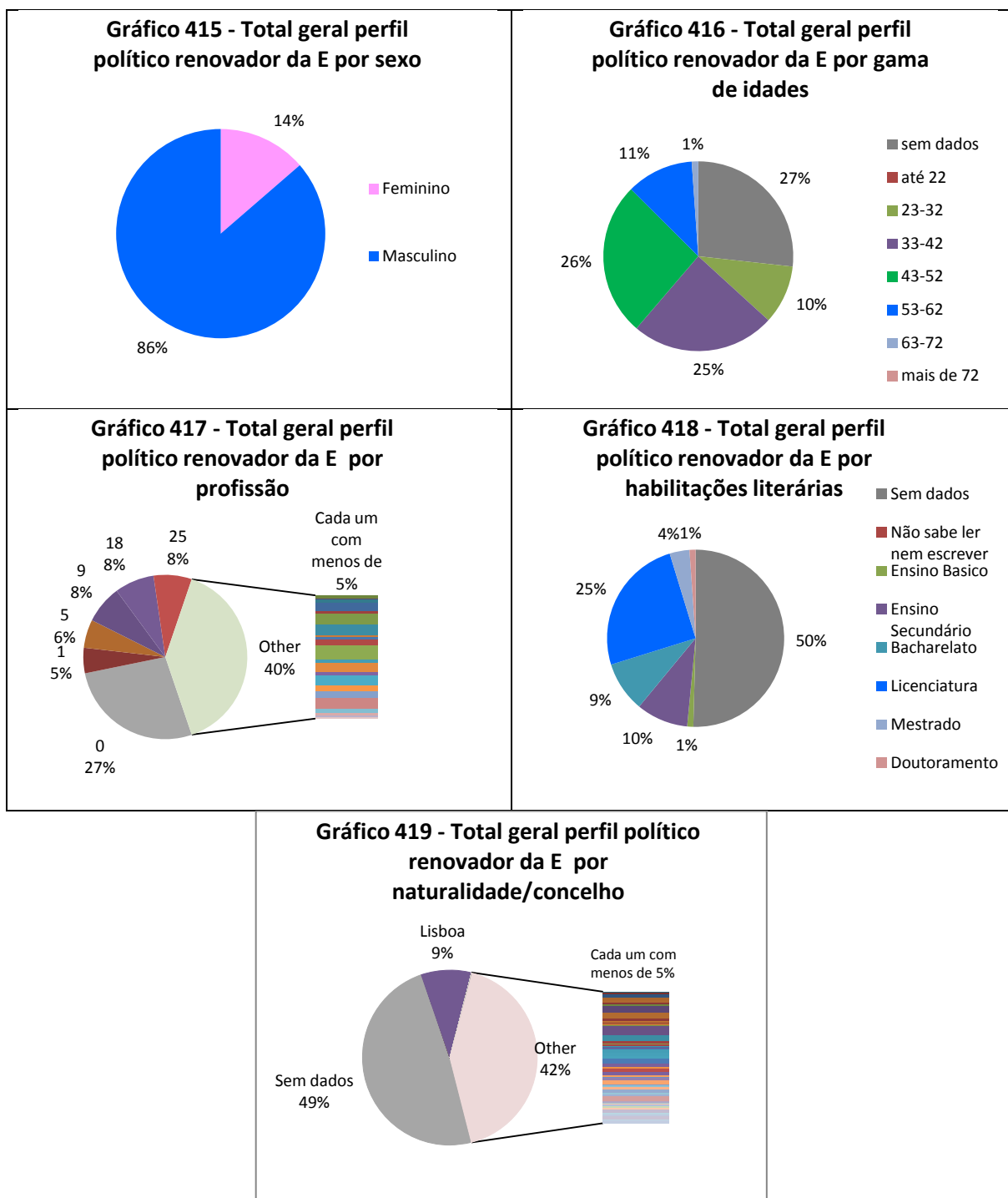
Na denominada Direita encontramos um cidadão, maioritariamente, do sexo masculino, com uma idade que varia entre 33 e 42 anos, advogado de profissão, licenciado e igualmente natural de um dos concelhos do distrito de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

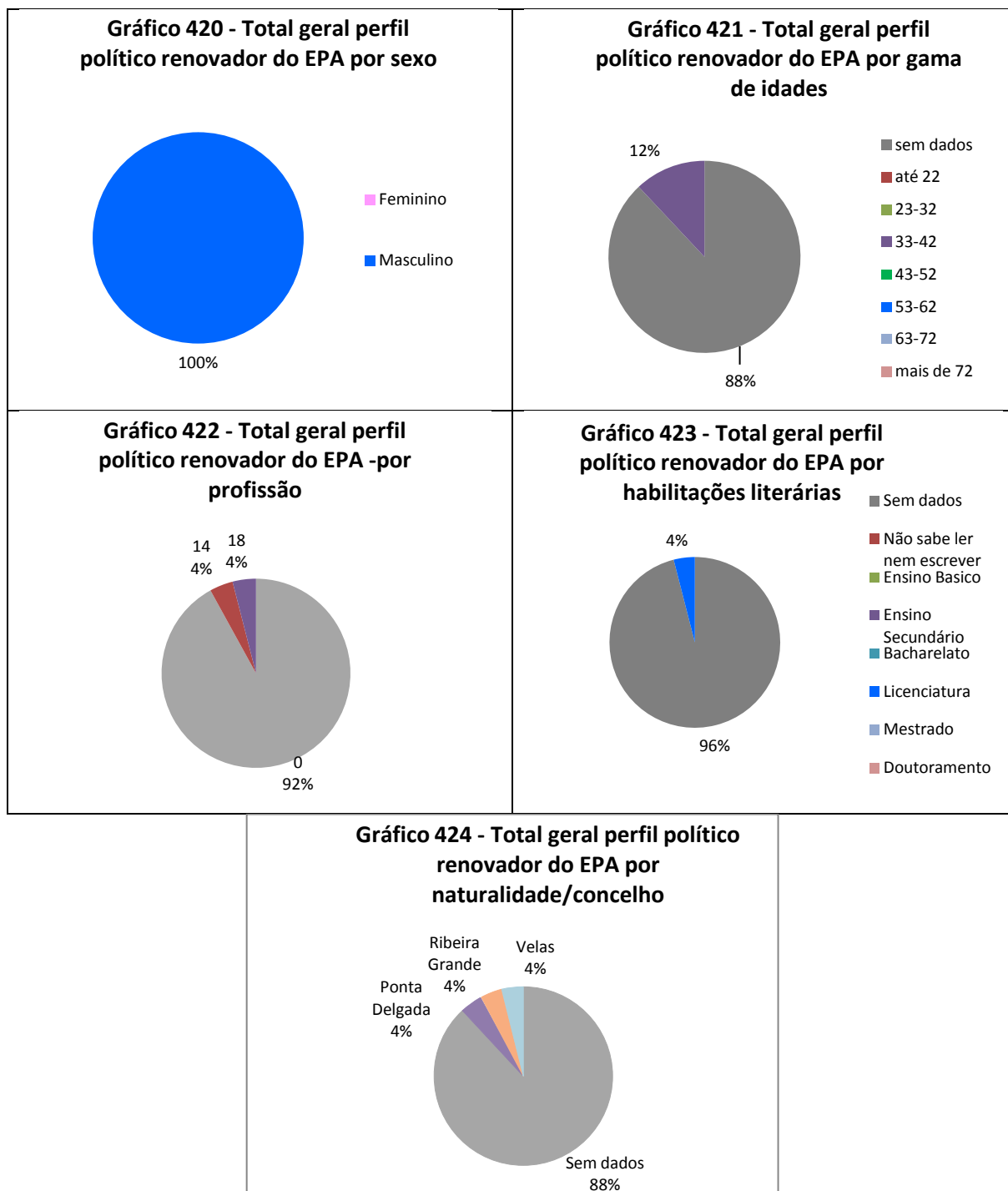
Esquerda

O ator político renovador de esquerda é um cidadão, maioritariamente, do género masculino, com uma idade entre 43 e 52 anos, professor ou funcionário público, licenciado e natural do distrito de Lisboa.



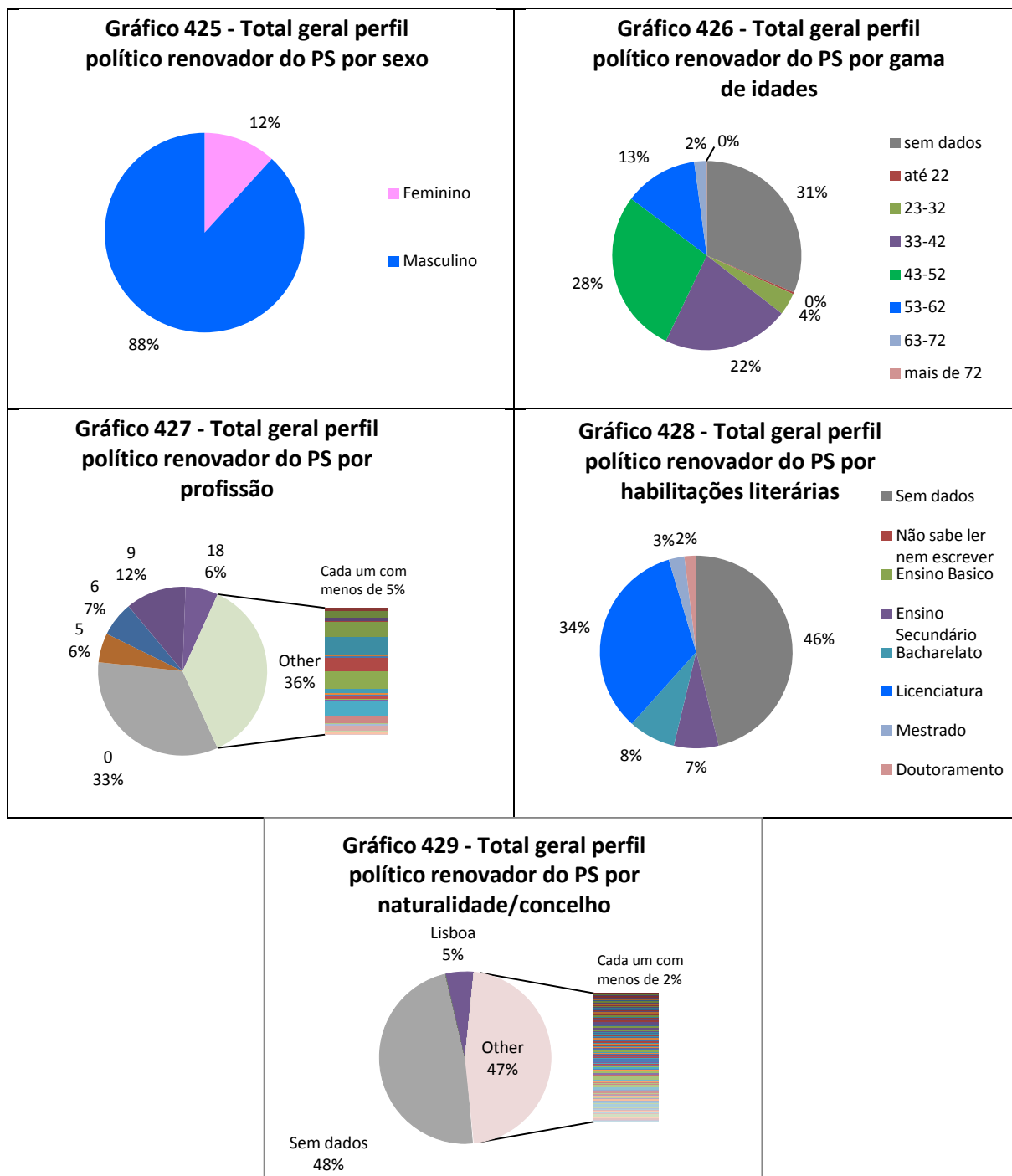
Espetro Político Alargado

O perfil do actor político, característico da renovação, daquilo a que denominamos Espetro Político Alargado é 100% do sexo masculino, tem entre 33 e 42 anos, é funcionário público, licenciado e tem a característica de ser predominantemente de um dos concelhos dos Açores.



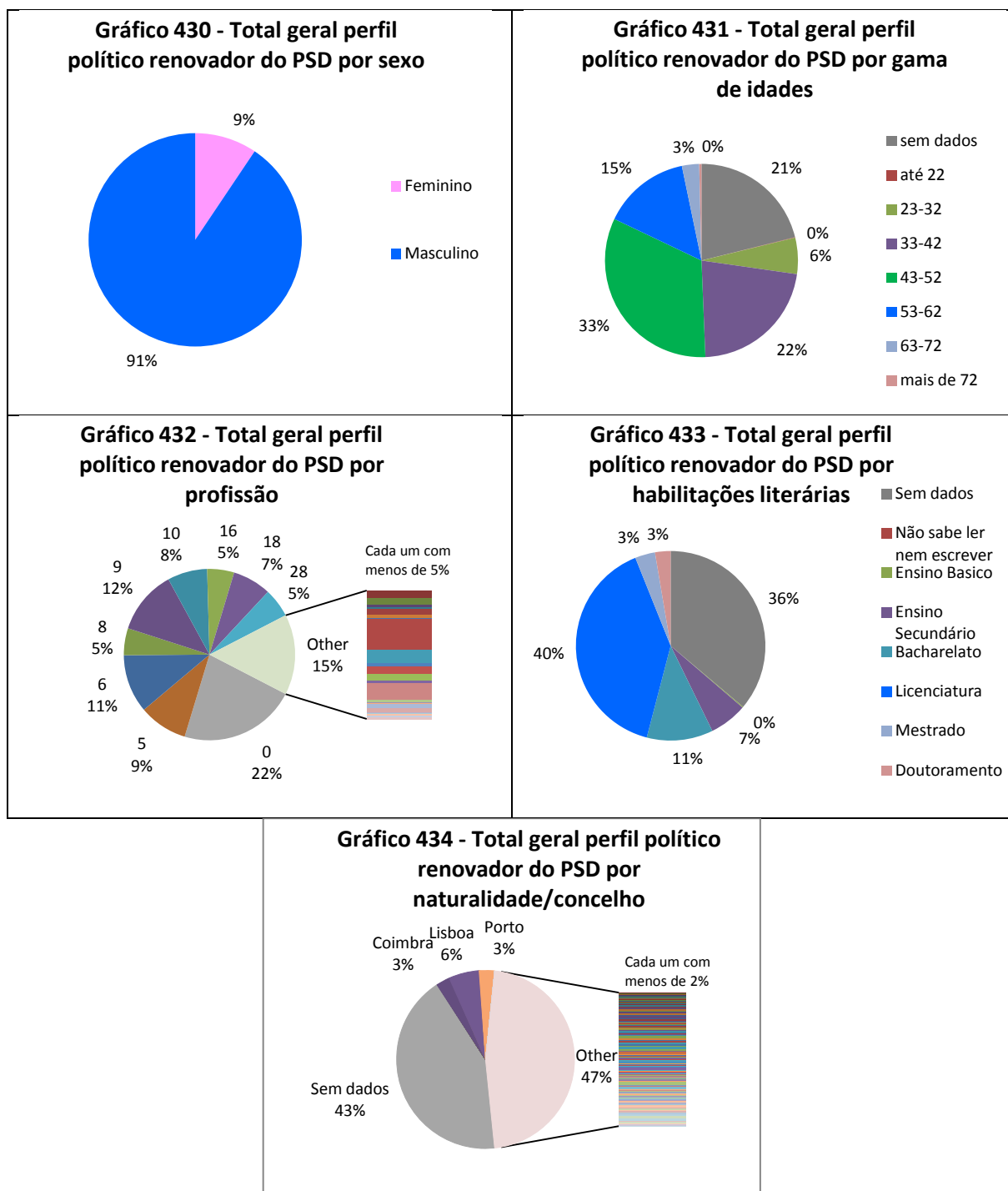
3.2.12.3 Partido Socialista

O ator político do PS, que mais contribui para o processo de renovação, é, maioritariamente, do sexo masculino, tem uma idade mínima de 43 e máxima de 52, é professor, licenciado e natural, á semelhança da esmagadora maioria dos casos, do distrito de Lisboa.



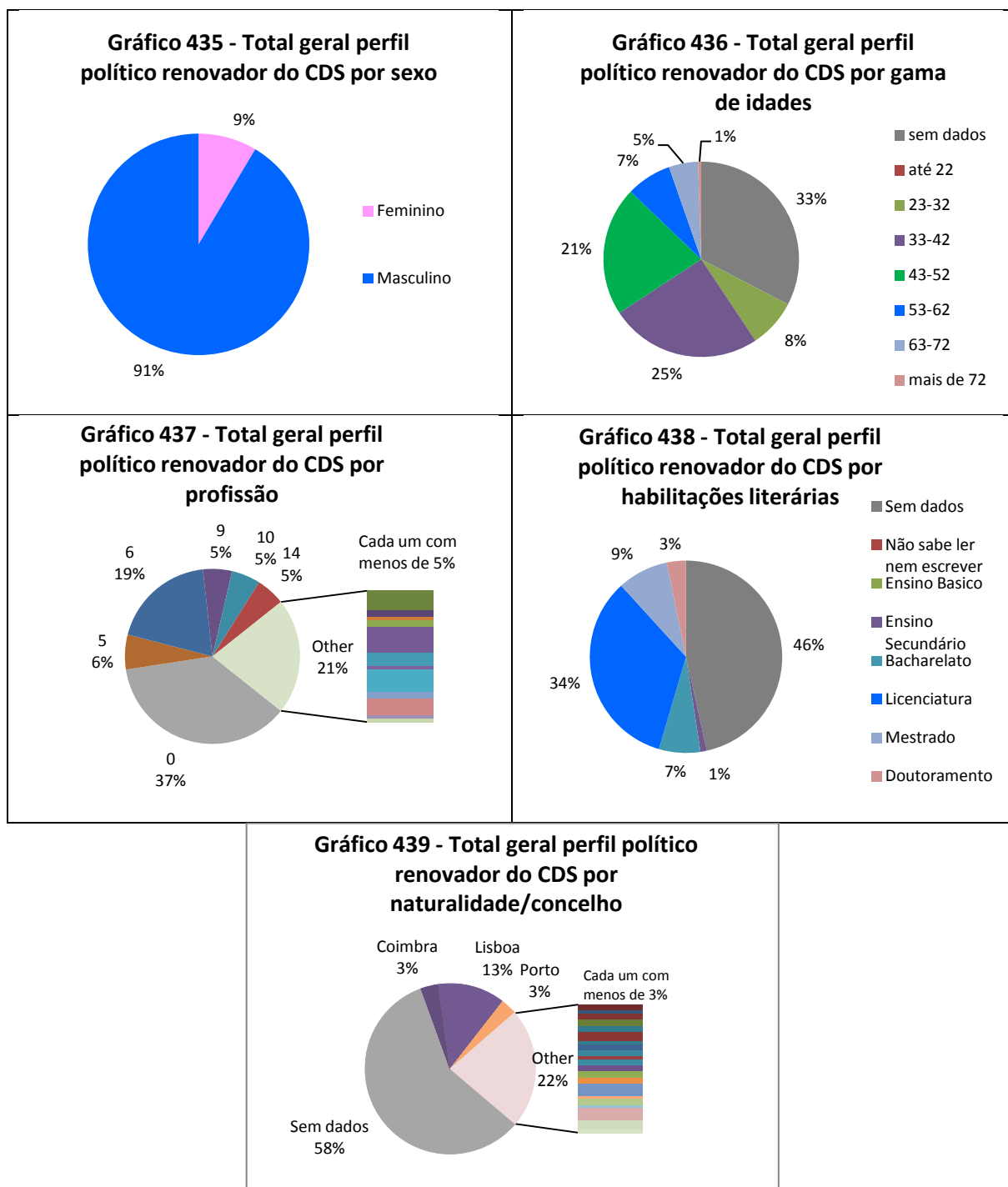
3.2.12.4 Partido Social Democrata

O PSD apresenta como ator político renovador um perfil que é marcado, maioritariamente, pelo género masculino, com uma idade entre 43 e 52 anos, professor, licenciado e também ele natural de um dos concelhos do distrito de Lisboa.



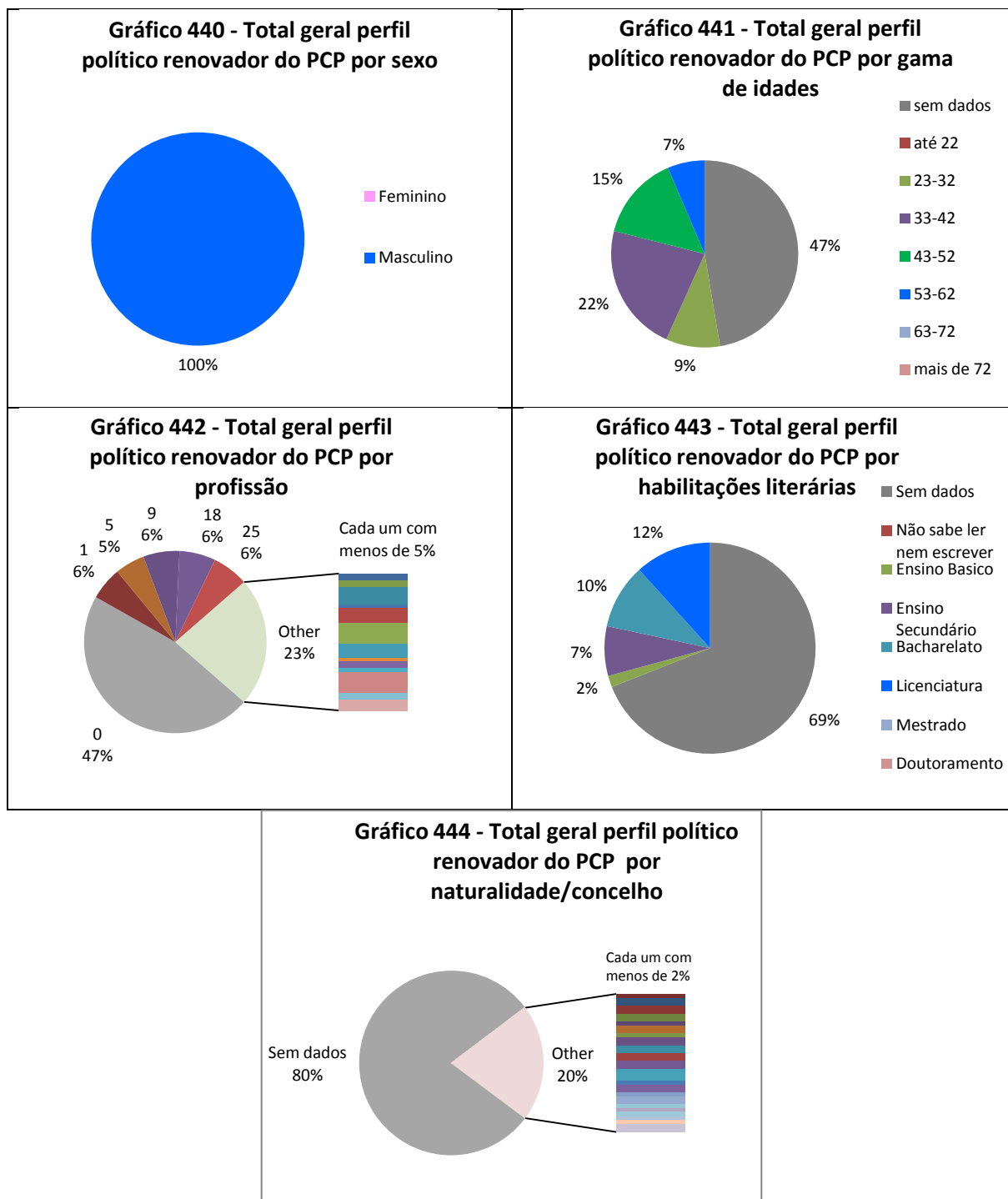
3.2.12.5 Centro Democrático Social

Um cidadão do sexo masculino, com uma idade mínima de 33 e máxima de 42 anos, advogado de profissão, licenciado e natural do distrito de Lisboa, são as características predominantes do ator político do CDS que mais contribui para a renovação.



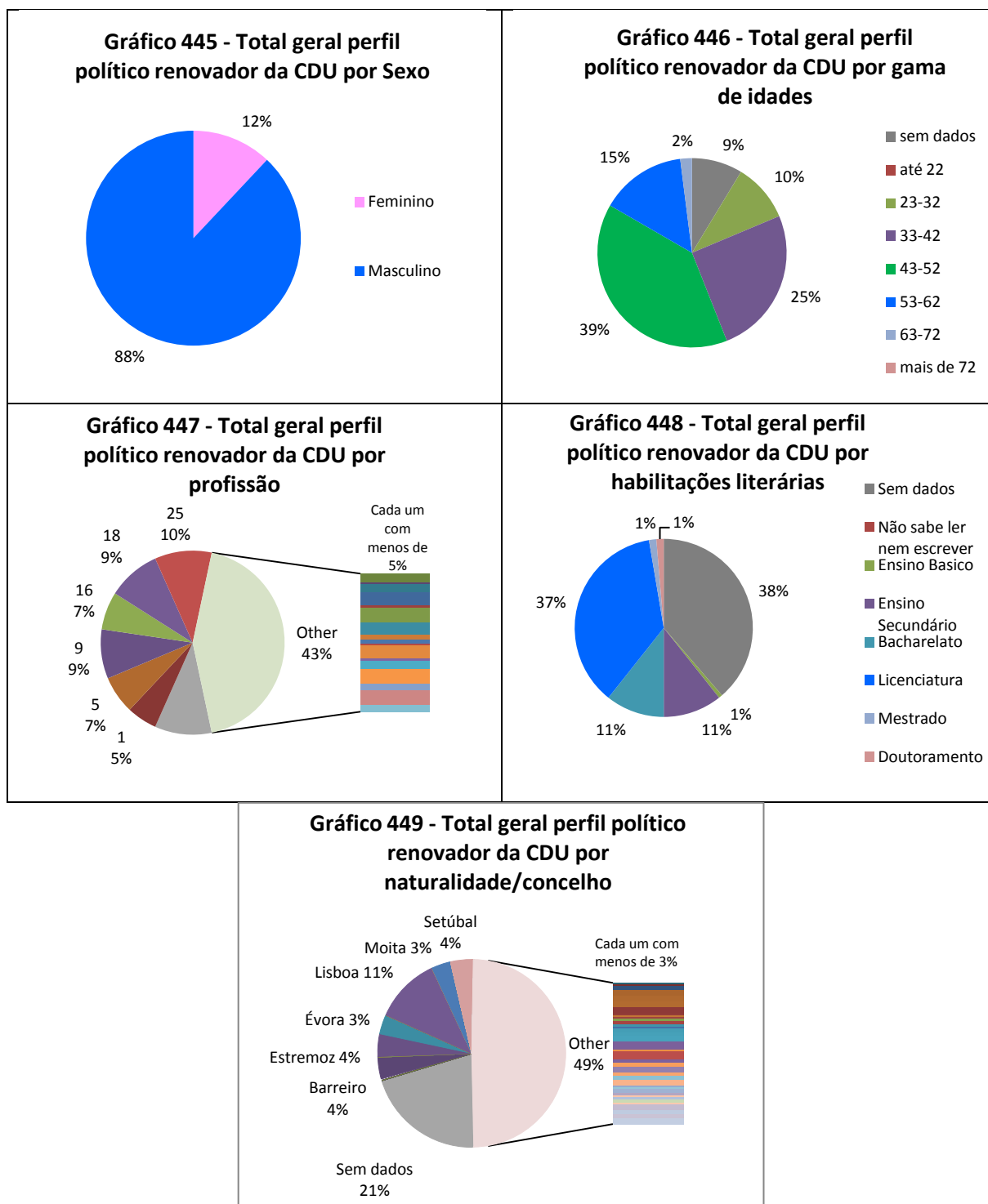
3.2.12.6 Partido Comunista Português

Todos os atores políticos do PCP que se incluem naqueles que consideramos mais renovadores são do sexo masculino. Têm, maioritariamente, uma idade que vai dos 33 aos 42 anos, são professores, licenciados e não têm uma naturalidade específica, na medida em que, neste caso, existe uma distribuição por vários pontos do território nacional.



3.2.12.7 Coligação Democrática Unitária

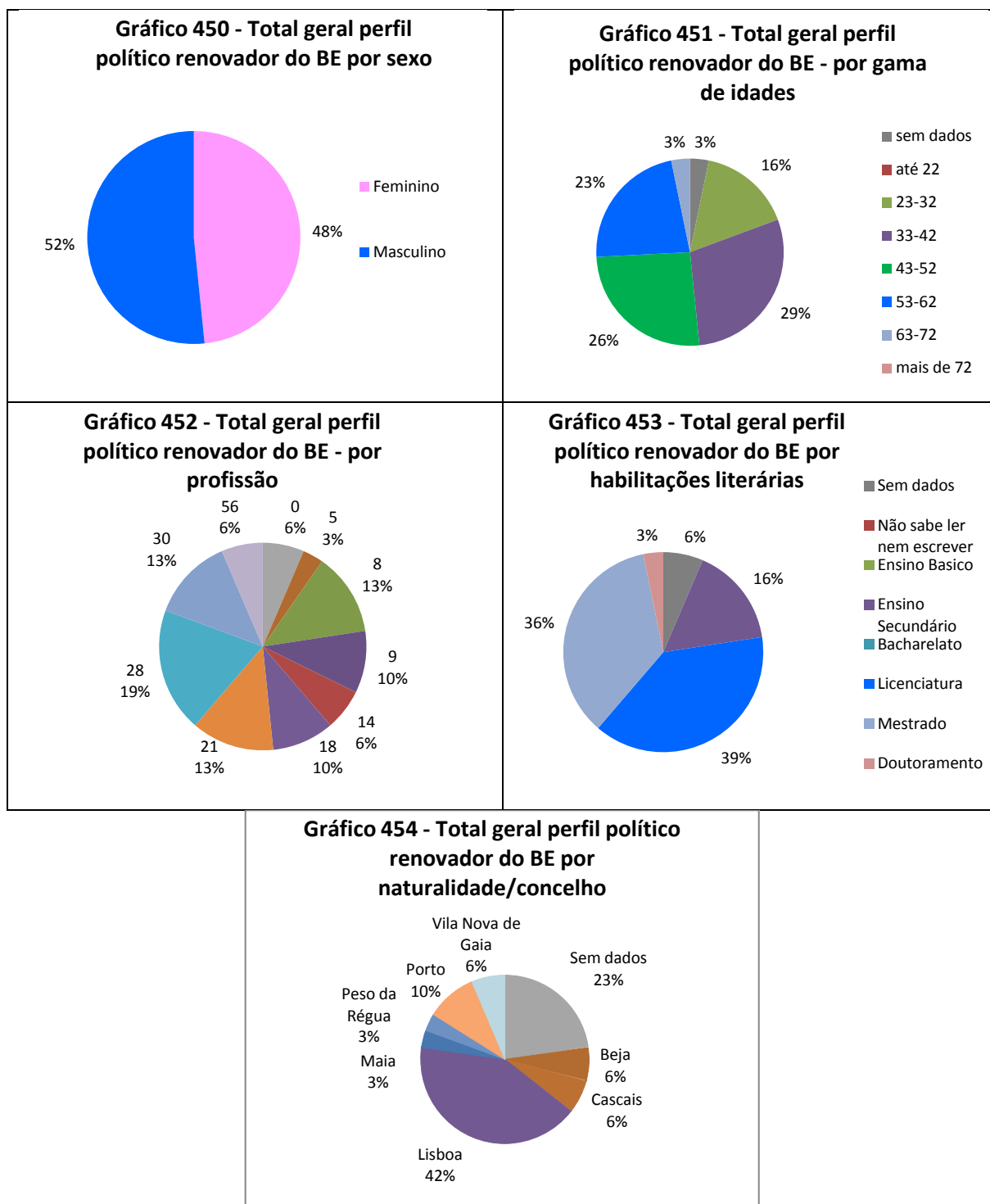
O perfil do ator político da CDU que mais contribui para a é, maioritariamente, do sexo masculino, ter entre 43 e 52 anos de idade, ser professor, licenciado, é também natural do distrito de Lisboa.



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

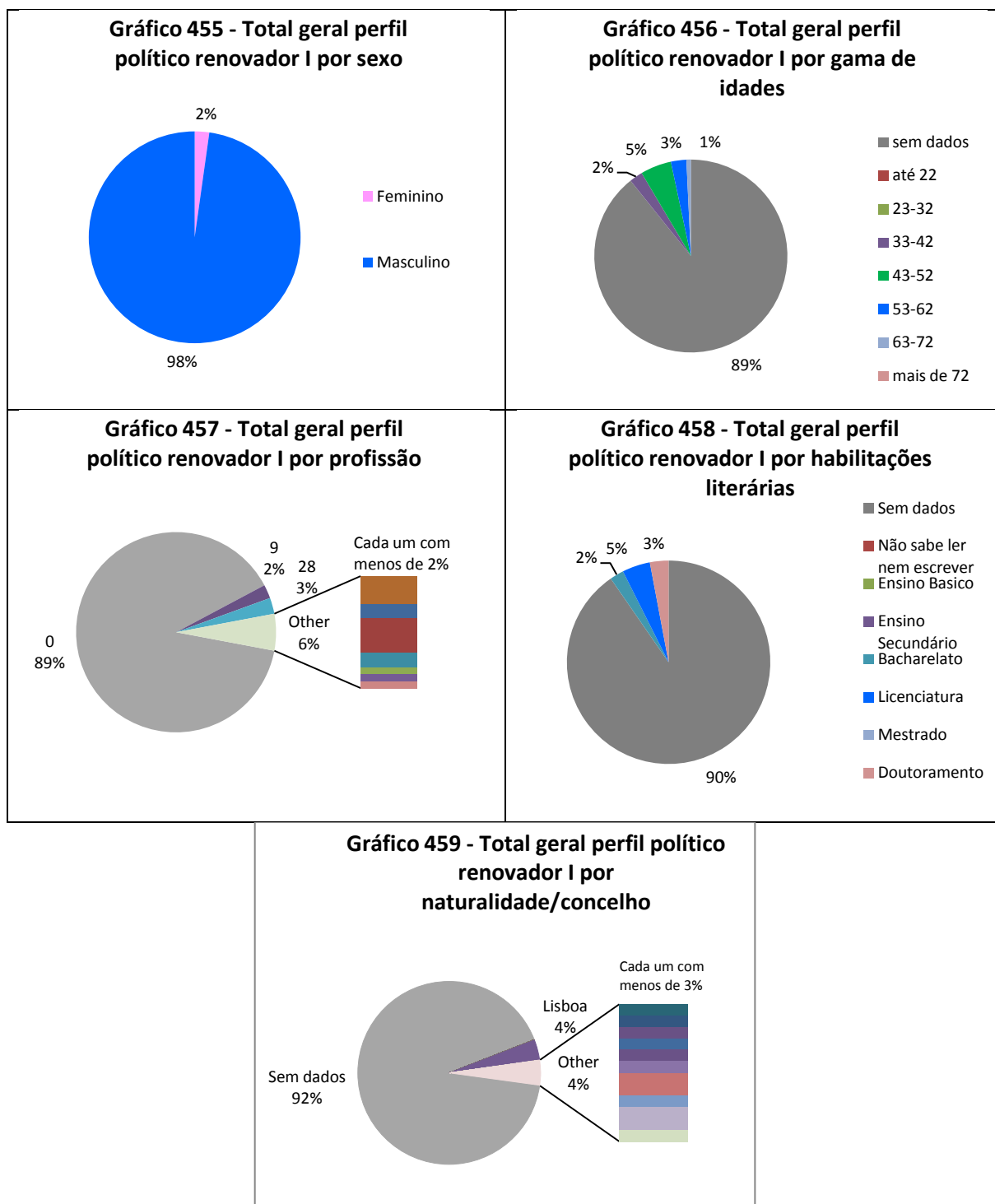
3.2.12.8 Bloco de Esquerda

O ator político do BE é também do sexo masculino. No entanto, neste processo renovador, as mulheres assumem um peso de 48%. Têm, maioritariamente, entre 43 e 52 anos, são professores do ensino superior, licenciados e naturais do distrito de Lisboa.



3.2.12.9 Independente

No caso do perfil dos atores políticos que, teoricamente, não estão ligados a nenhum partido político, e que mais caracterizam a renovação, são do sexo masculino, têm entre 43 e 52 anos, são professores do ensino superior, licenciados e naturais do distrito de Lisboa.



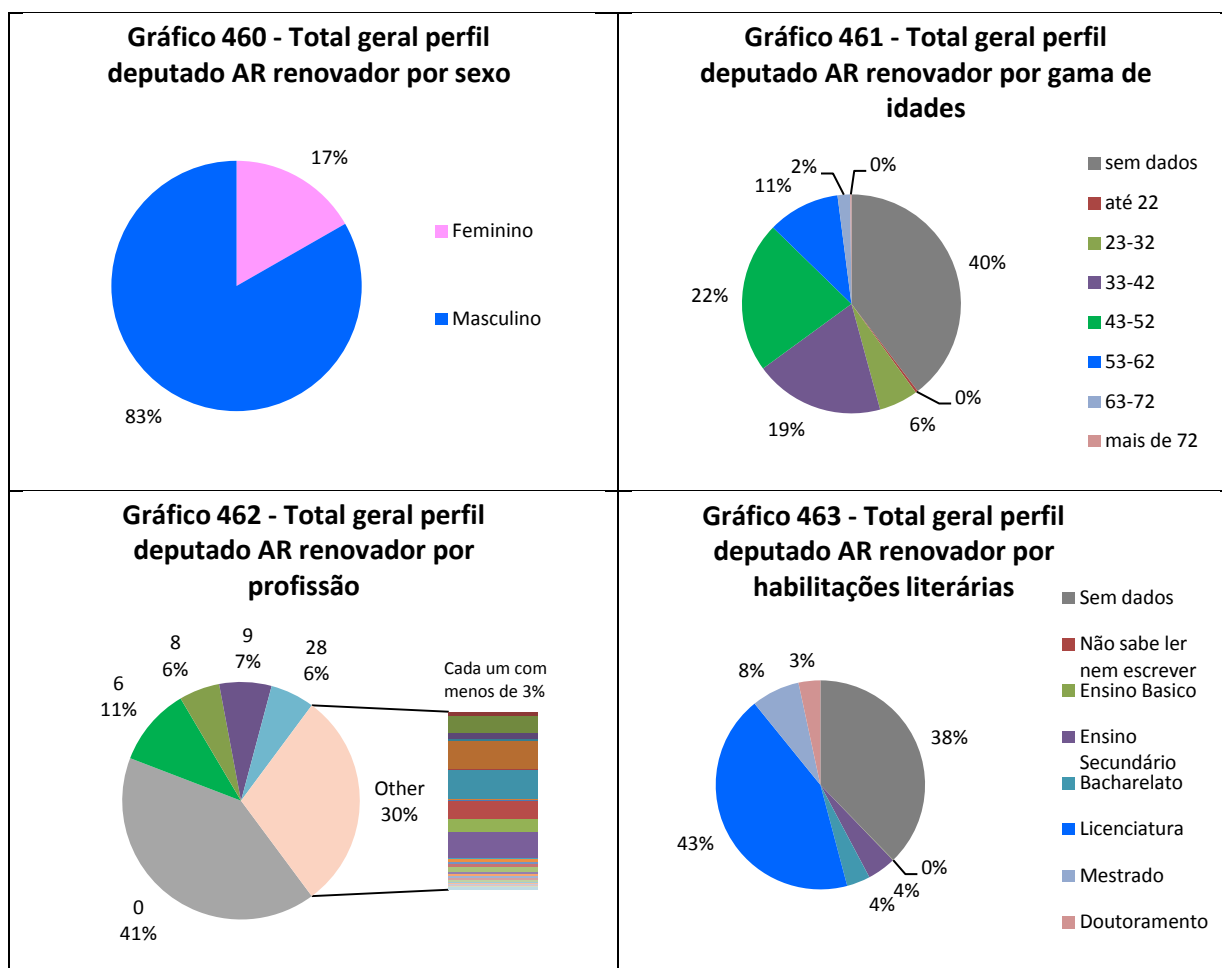
3.2.13 Perfil do Deputado à AR representativo da renovação

A mesma caracterização que fizemos para quadrante político, relativamente à renovação, também entendemos fazê-lo para os restantes órgãos, designadamente para a AR.

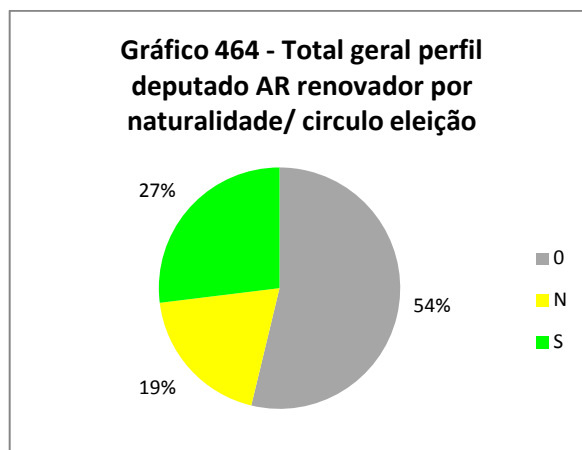
3.2.13.1 Deputado – Geral

O perfil geral dominante, sem distinção de partido, do deputado à Assembleia da República que mais dá lugar à renovação é, maioritariamente, do sexo masculino, tem entre 43 e 52 anos, é advogado, licenciado e natural de um dos concelhos de eleição.

Contudo, ao nível do género nota-se uma presença mais significativa do sexo feminino que é renovado com mais frequência.

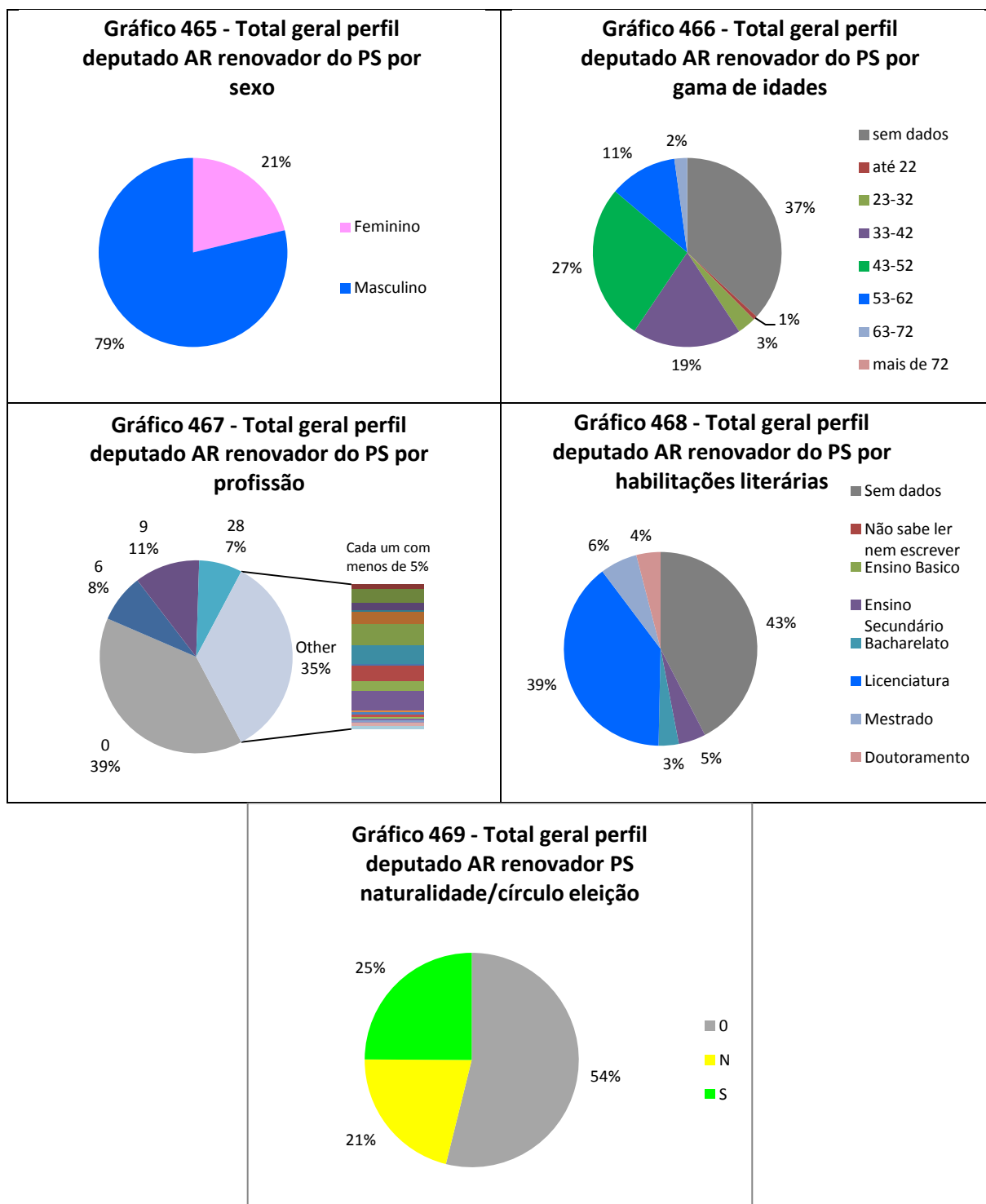


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



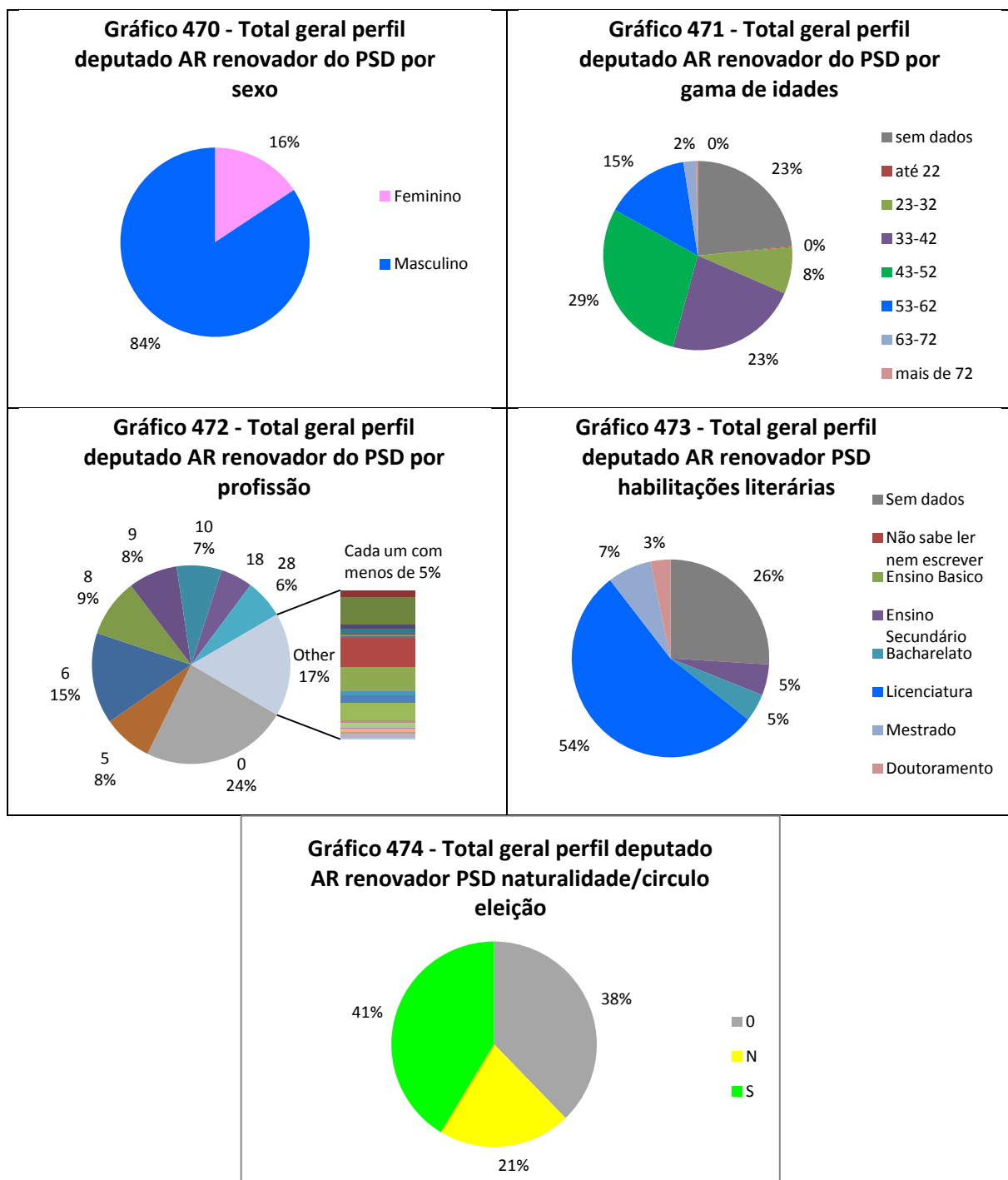
3.2.13.2 Deputado do PS

O deputado do PS que mais concorre para a renovação dos parlamentares é do sexo masculino, tem, maioritariamente, entre 43 e 52 anos, é professor, licenciado e natural de um dos concelhos do círculo de eleição.



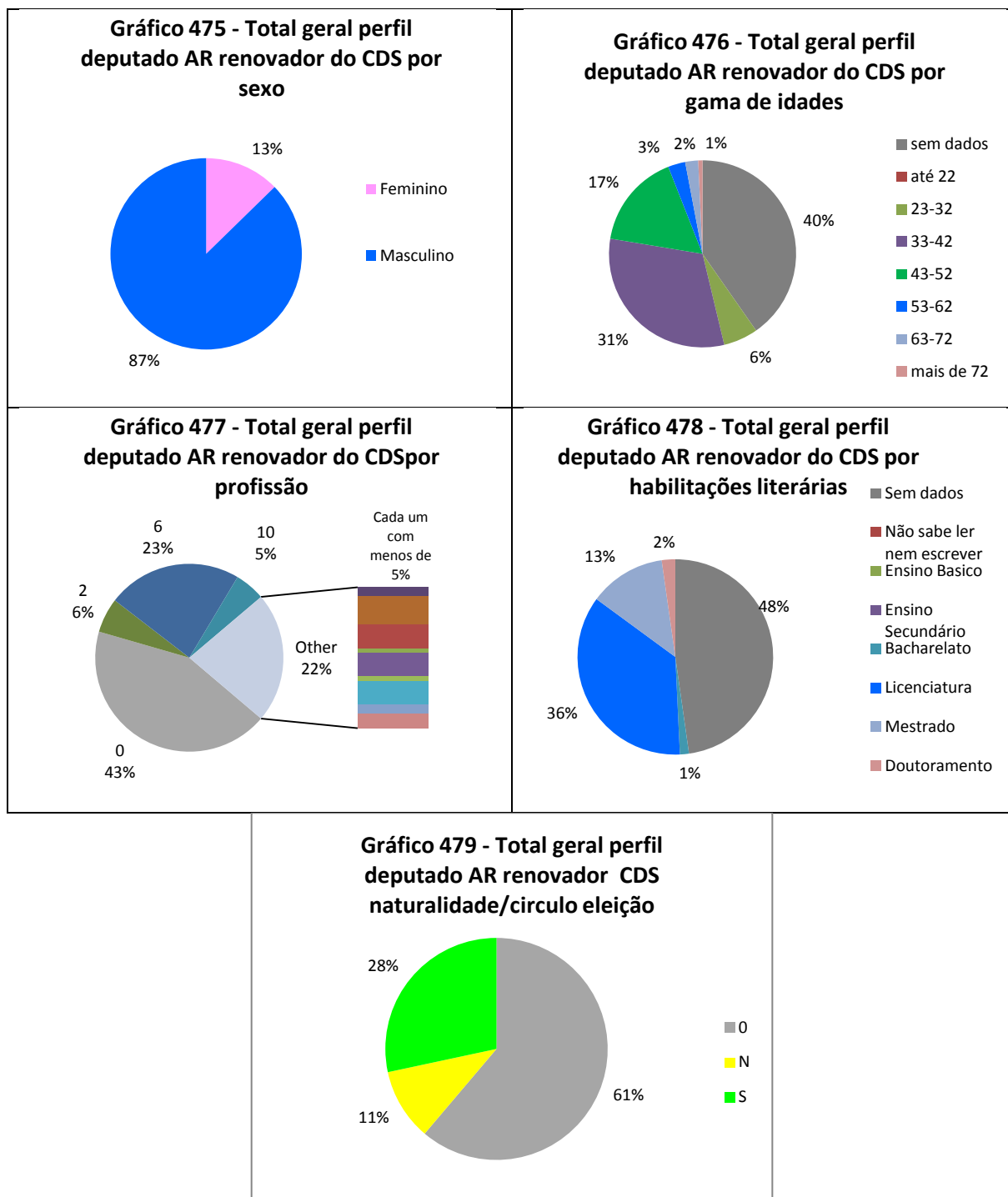
3.2.13.3 Deputado do PSD

À semelhança dos perfis anteriores, o deputado do PSD, que mais contribui para a renovação, é também do sexo masculino tem, maioritariamente, entre 43 e 52 anos, é advogado, licenciado e natural de um dos concelhos de eleição.



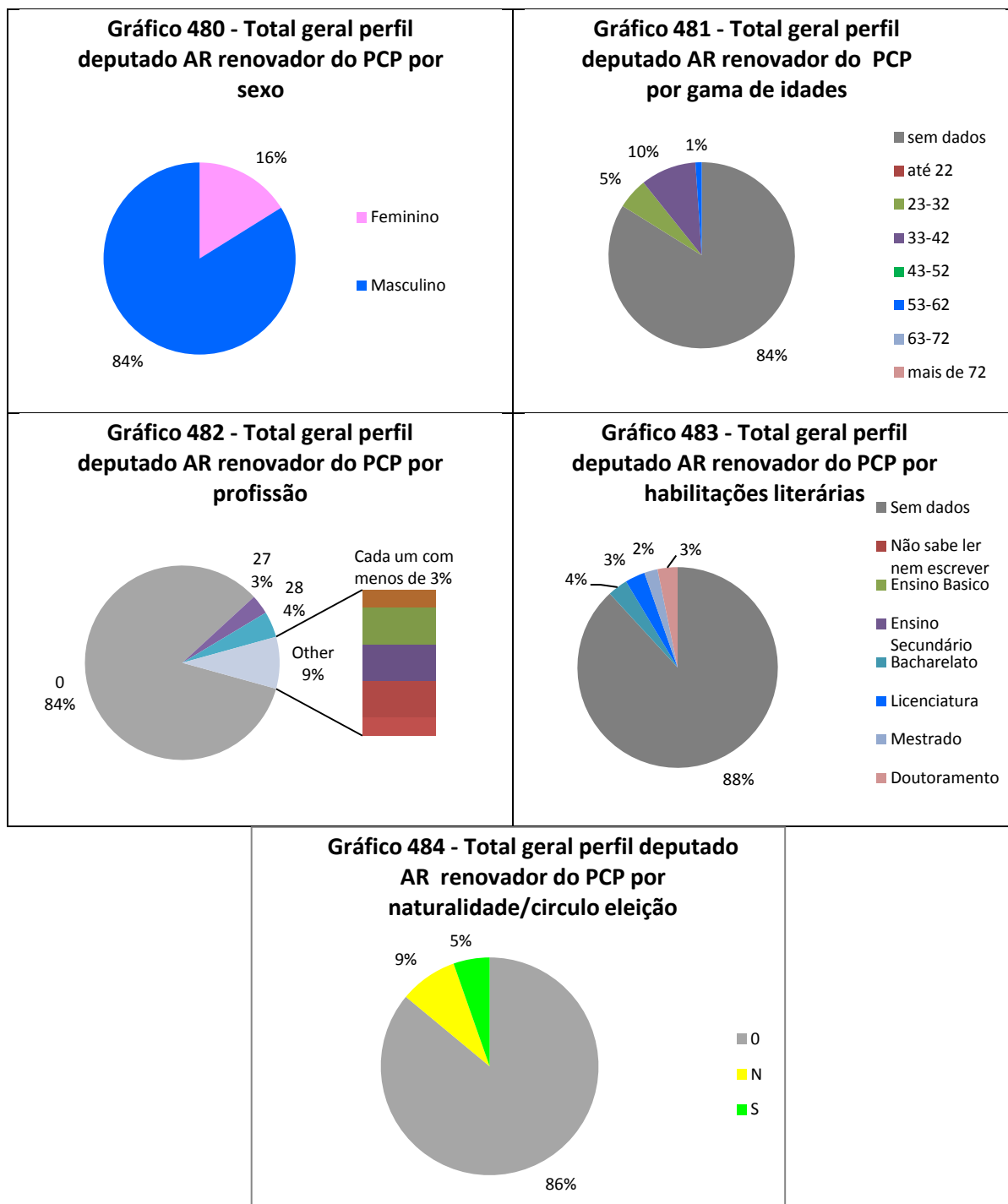
3.2.13.4 Deputado do CDS

O perfil do deputado do CDS é também do género masculino, mas novamente com a característica de haver um aumento razoável do número de mulheres a ceder o lugar. Tem, maioritariamente, uma idade entre 33 e 42 anos, é advogado, licenciado e natural de um dos concelhos do distrito por onde é eleito.



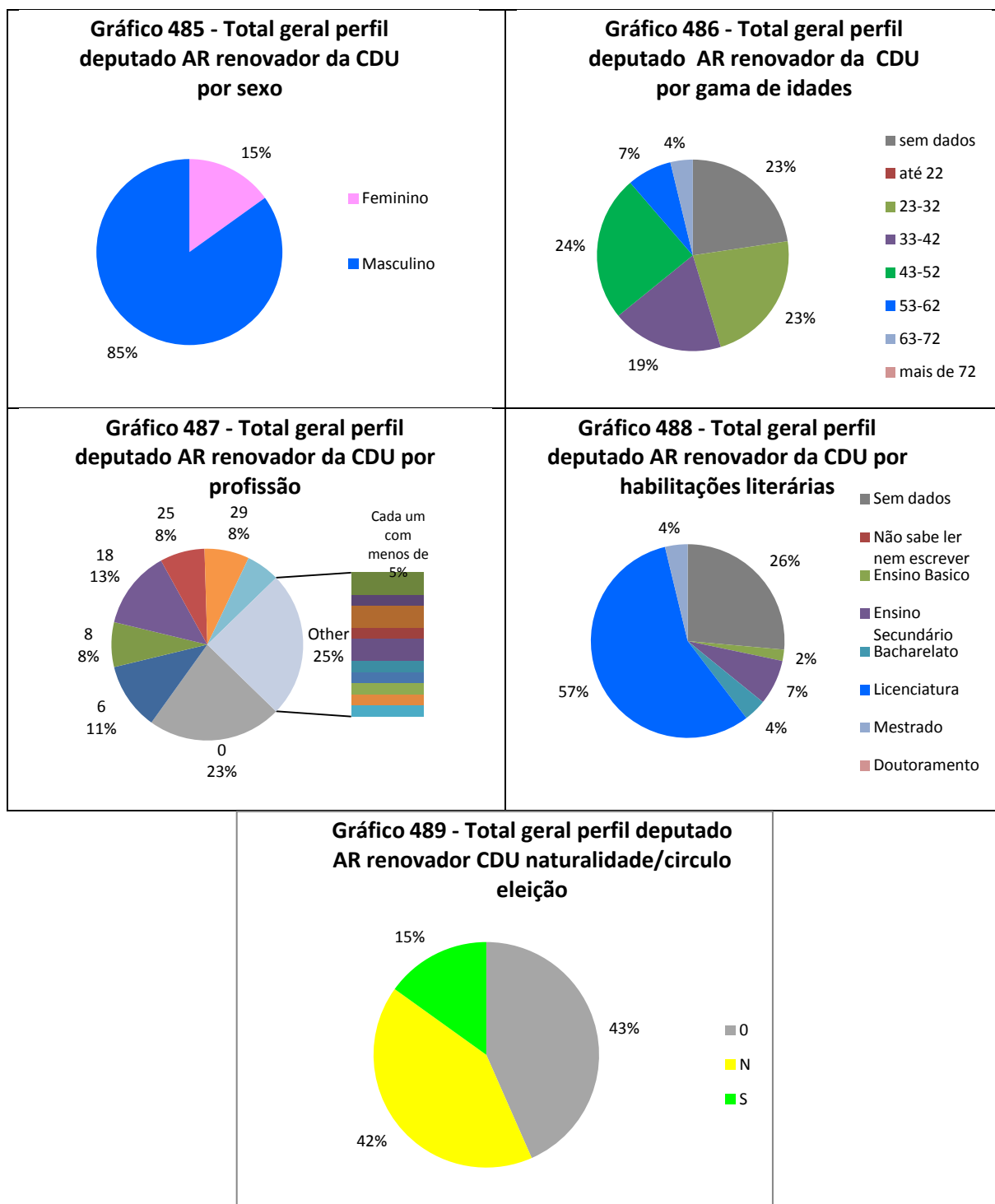
3.2.13.5 Deputado do PCP

O deputado do PCP mais renovador é do sexo masculino, contudo nota-se igualmente um aumento do número de mulheres que são substituídas nos lugares. Tem, maioritariamente, entre 33 e 42 anos de idade, ocupa uma das profissões tradicionais, é bacharel e não é natural de nenhum dos concelhos de eleição.



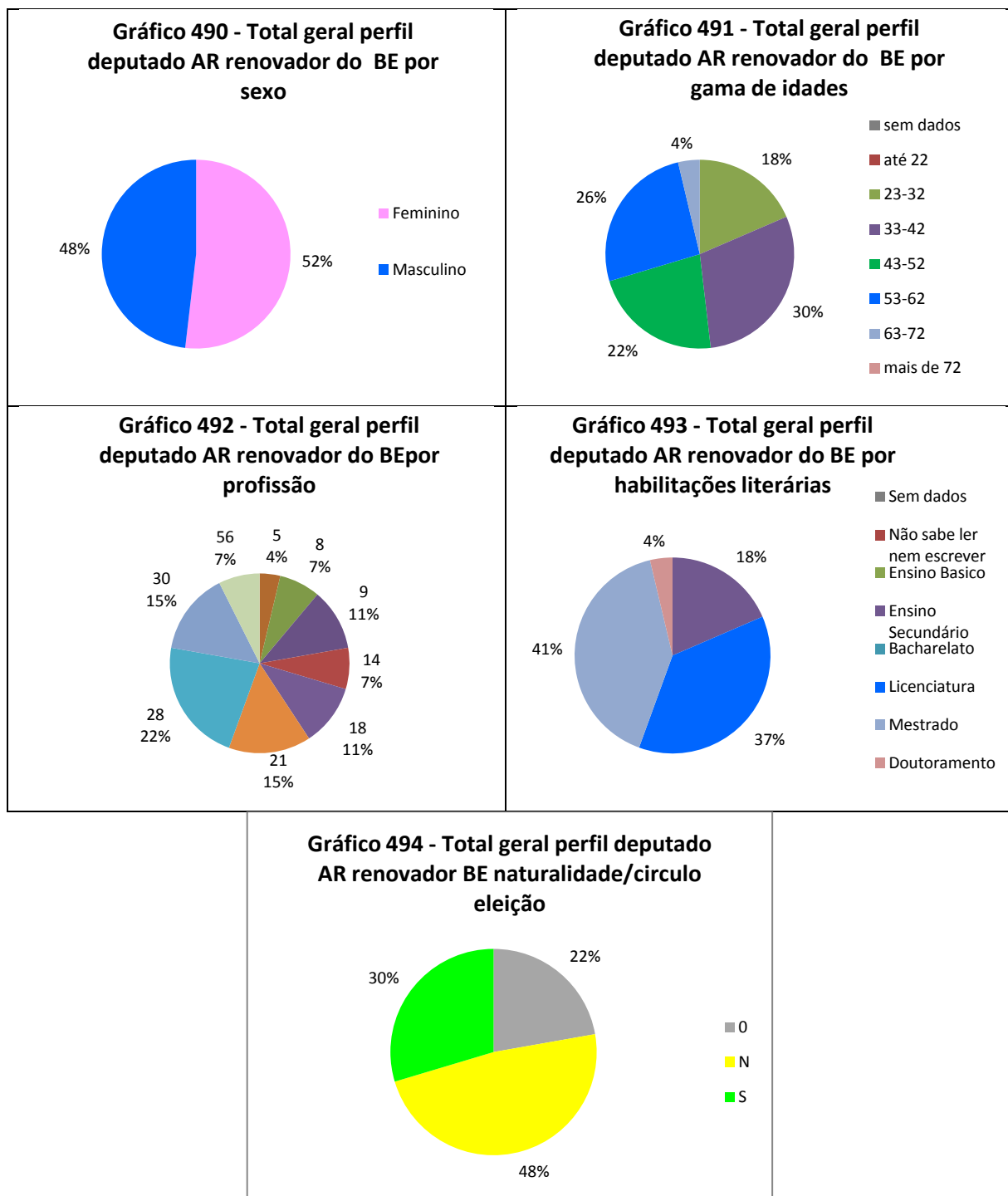
3.2.13.6 Deputado da CDU

A CDU apresenta como perfil dominante do seu deputado renovador um cidadão do género masculino com uma idade, maioritariamente, entre 43 e 52 anos, funcionário público, licenciado e não é natural de nenhum dos concelhos do distrito por onde é eleito.



3.2.13.7 Deputado do BE

O deputado renovador do BE, contrariamente a todos os perfis anteriores, é maioritariamente do género feminino, tem entre 33 e 42 anos, é professor do ensino superior, apresenta como habilitações literárias o mestrado e não é natural de nenhum dos concelhos do distrito por onde é eleito.

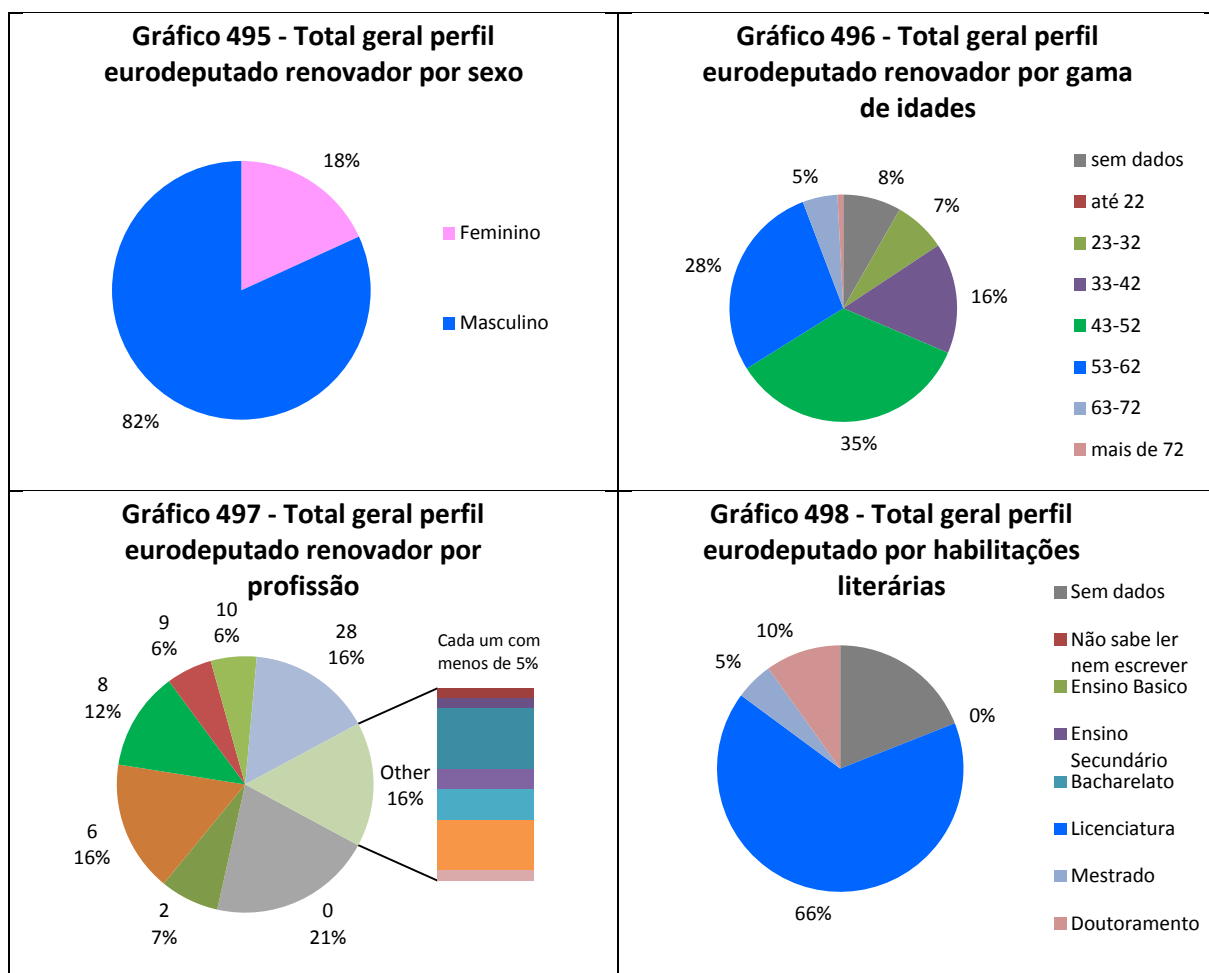


3.2.14 Perfil do Eurodeputado representativo da renovação

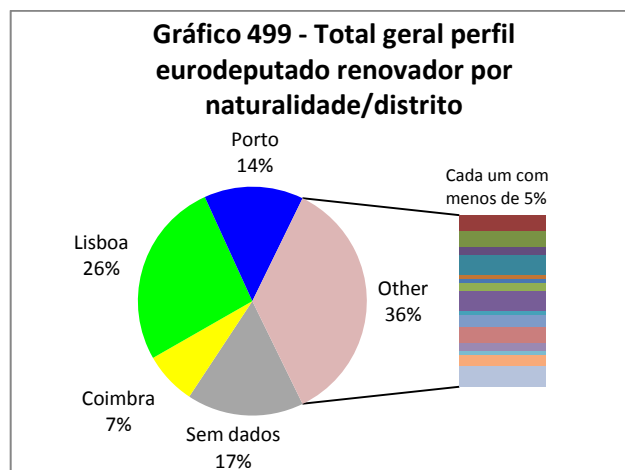
Se os eurodeputados estagnadores, sem distinção de partido, são naturais do distrito do Porto, já aqueles que mais ajudar à renovação são de Lisboa.

3.2.14.1 Eurodeputado – geral

Em geral, sem fazermos distinção de partidos, o eurodeputado português que mais marca o processo renovador é, maioritariamente, do sexo masculino (82%), tem uma idade que varia entre 43 e 52 anos, é advogado ou professor do ensino superior, licenciado e natural do distrito de Lisboa.

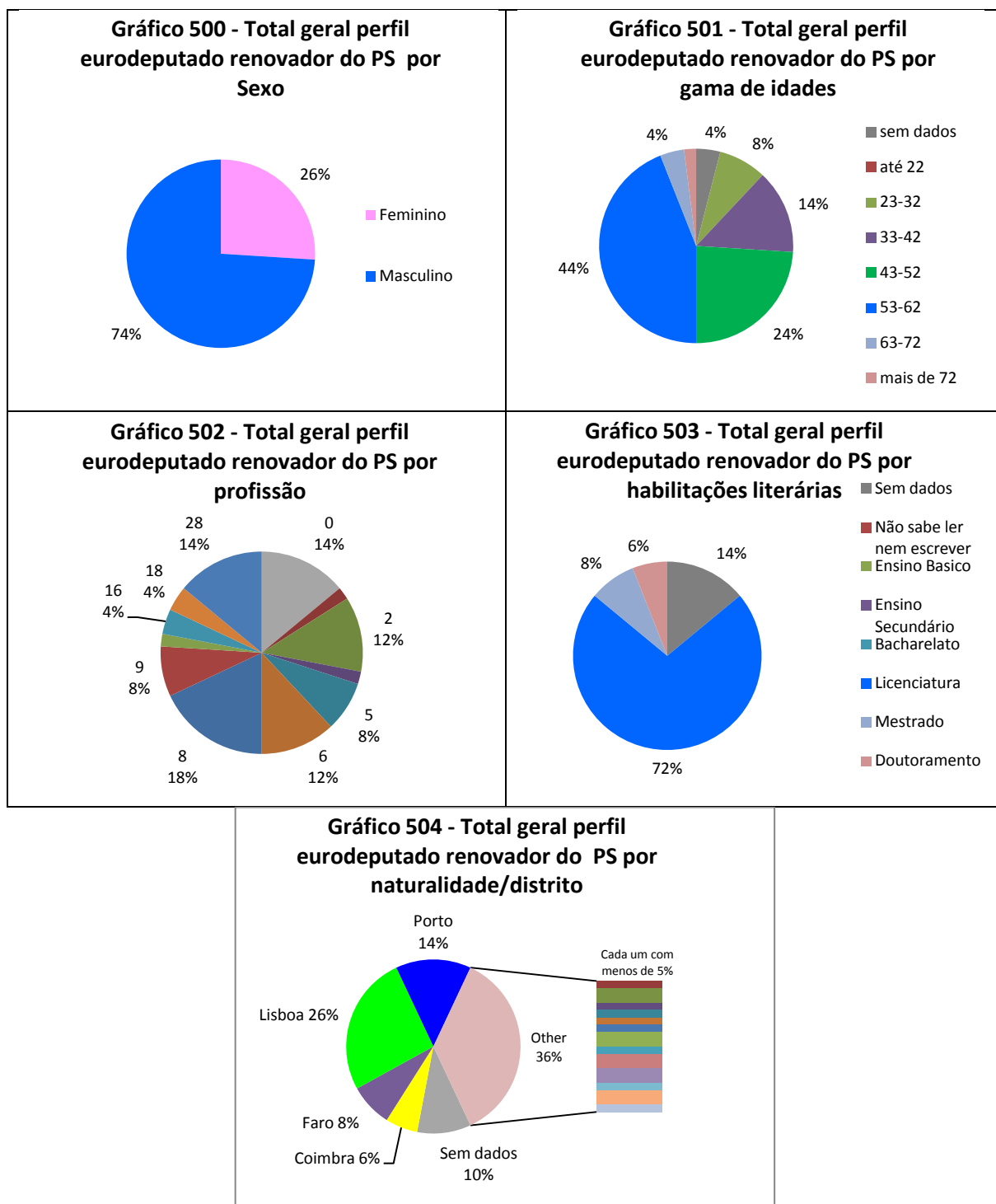


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



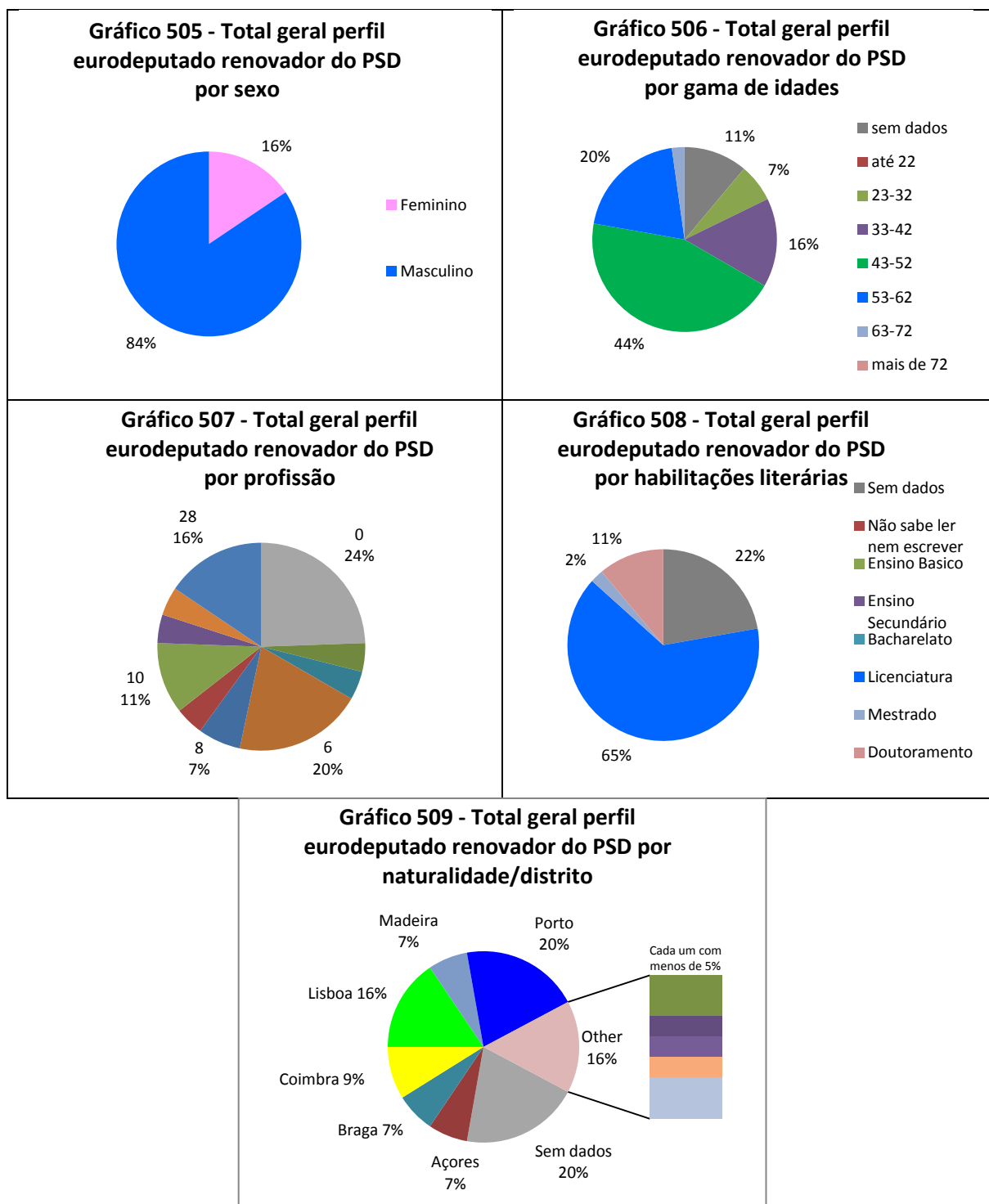
3.2.14.2 Eurodeputado do PS

No PS o eurodeputado mais renovador é, maioritariamente, um homem (74%), tem uma idade mais avançada do que na generalidade dos restantes partidos (entre 53 e 62 anos), é economista, licenciado e natural do distrito de Lisboa.



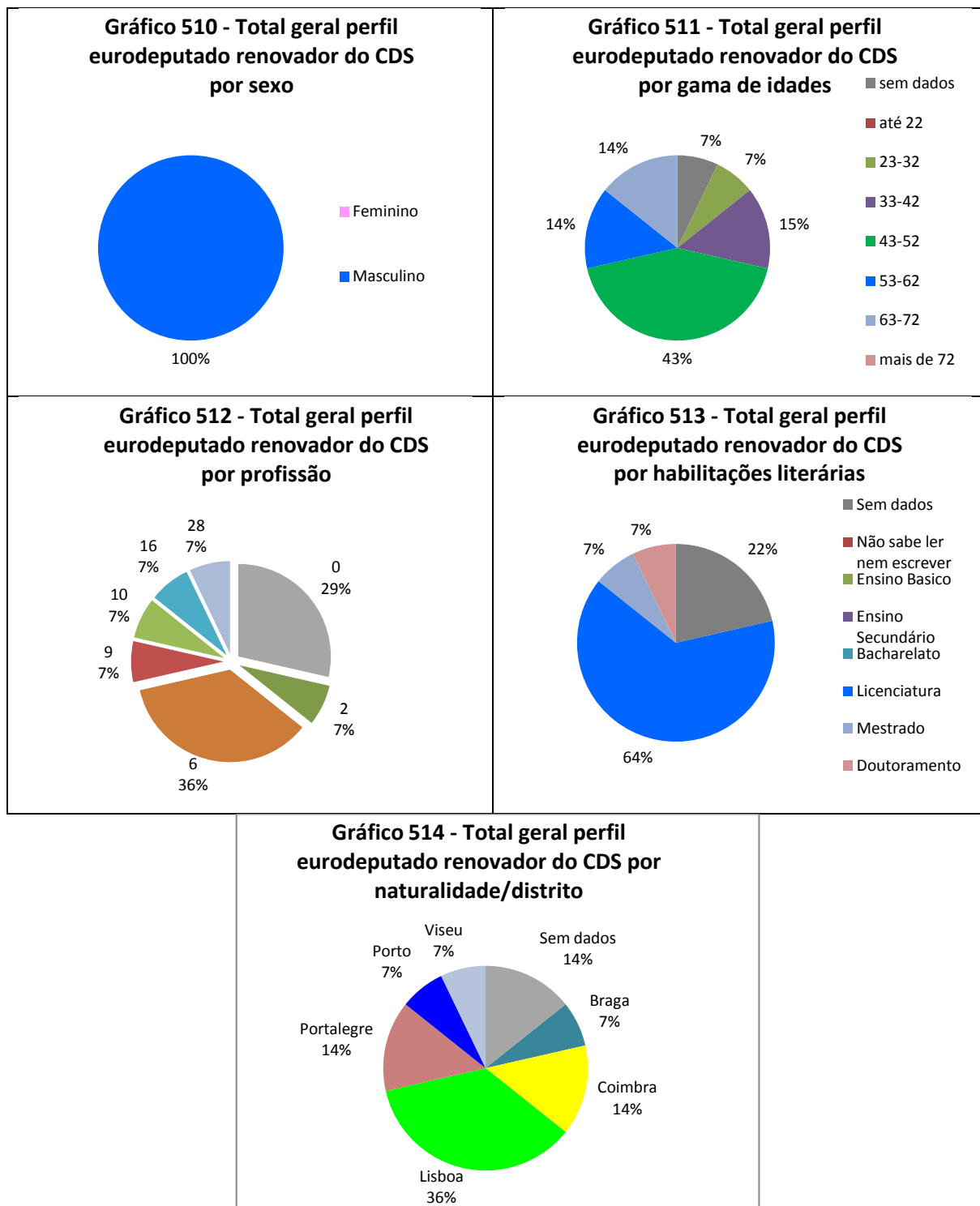
3.2.14.3 Eurodeputado do PSD

O eurodeputado do PSD considerado mais renovador é, maioritariamente, do género masculino, tem entre 43 e 52 anos, é advogado, tem como habilitações literárias a licenciatura e é, contrariamente à maioria dos restantes casos, natural do distrito do Porto.



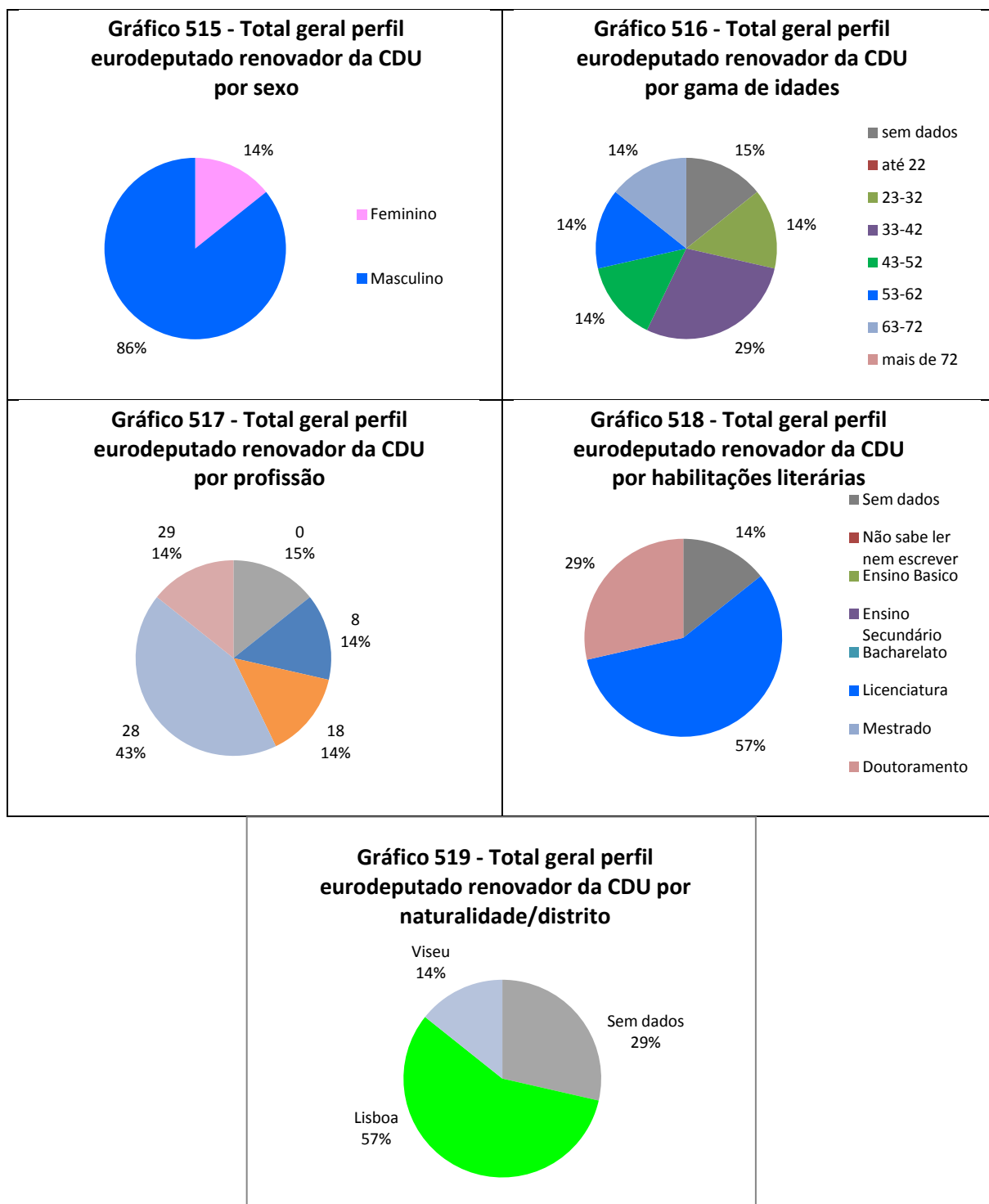
3.2.14.4 Eurodeputado do CDS

Todos os eurodeputados do CDS que se enquadram no perfil renovador são do sexo masculino. Têm, maioritariamente, entre 43 e 52 anos, são advogados, licenciados e naturais de Lisboa.



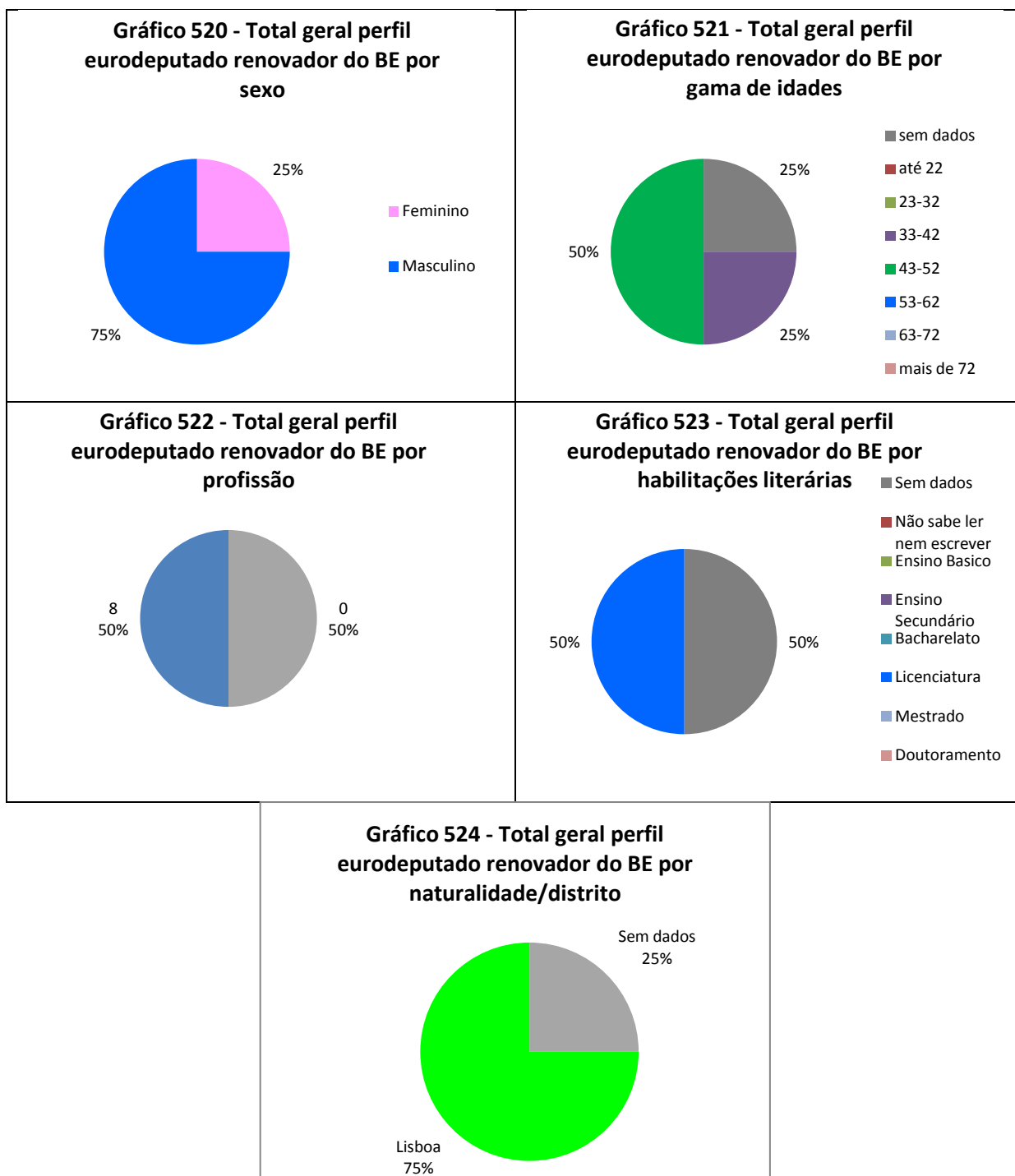
3.2.14.5 Eurodeputado da CDU

No caso da CDU o perfil do eurodeputado mais renovador é, maioritariamente, um homem, com uma idade mínima de 33 e máxima de 42 anos, professor do ensino superior, licenciado e natural do distrito de Lisboa.



3.2.14.6 Eurodeputado do BE

O BE apresenta um perfil de eurodeputado renovador como sendo, maioritariamente, um homem, com uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, economista de profissão, licenciado e igualmente natural de um dos concelhos do distrito de Lisboa.

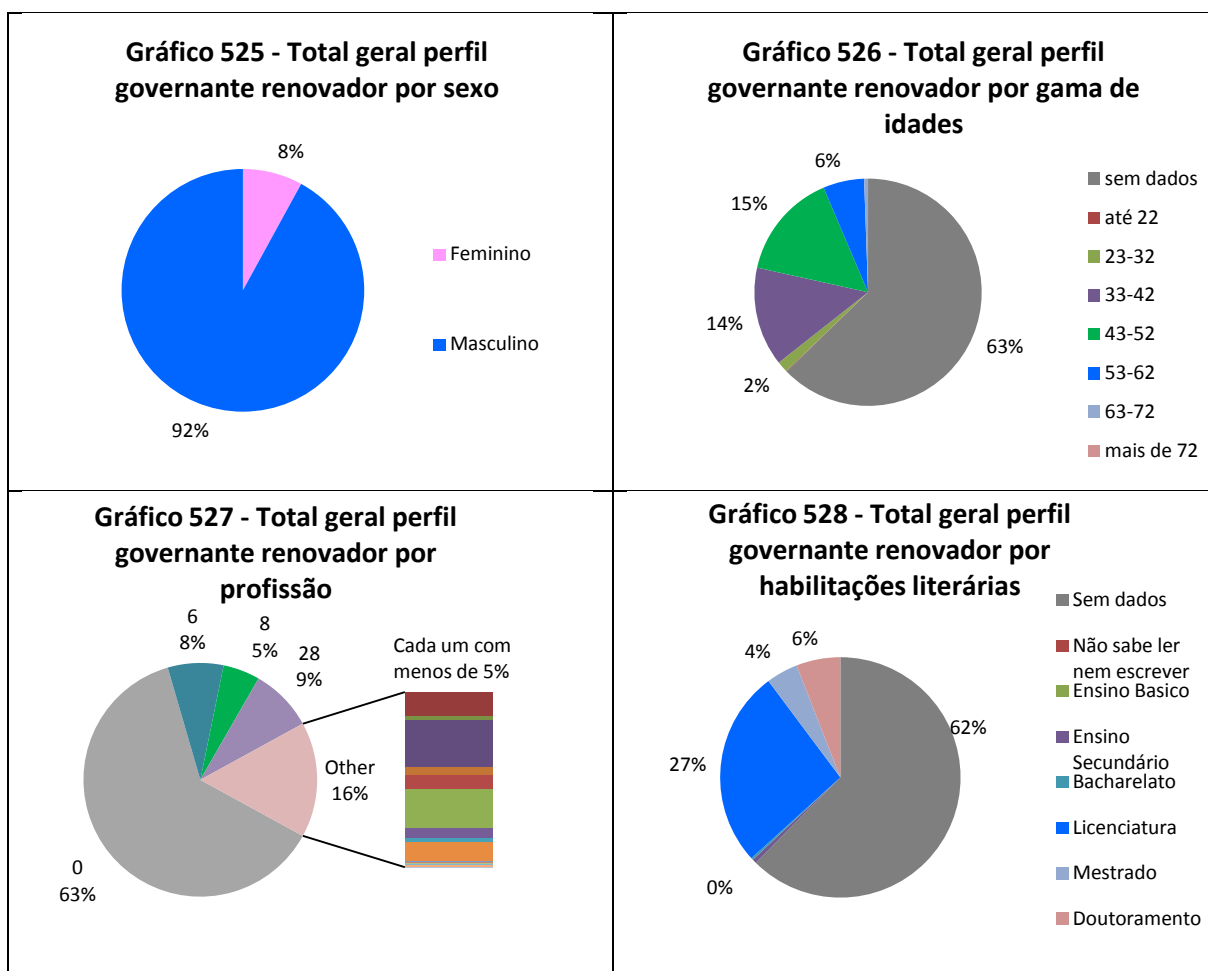


3.2.15 Perfil do membro do Governo representativo da renovação

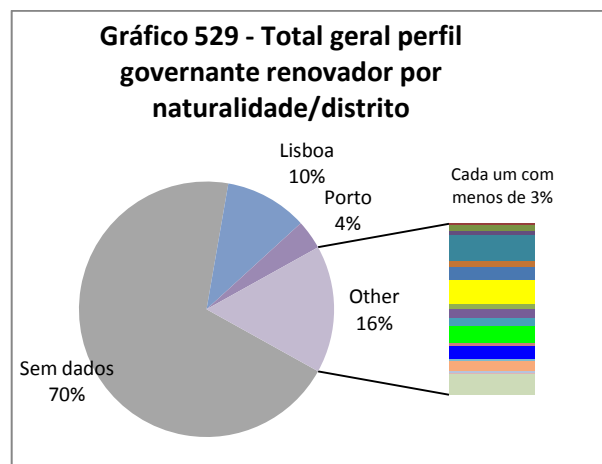
Quisemos também apresentar o perfil geral dos membros do Governo, sem distinção do partido que o suporta, que mais se renovam.

3.2.15.1 Membro do Governo – Geral

O perfil geral do membro do Governo mais renovador, sem fazermos distinção de partido, é alguém, maioritariamente, do género masculino, com uma idade mínima de 43 anos e máxima de 52, professor do ensino superior, licenciado e natural de Lisboa.

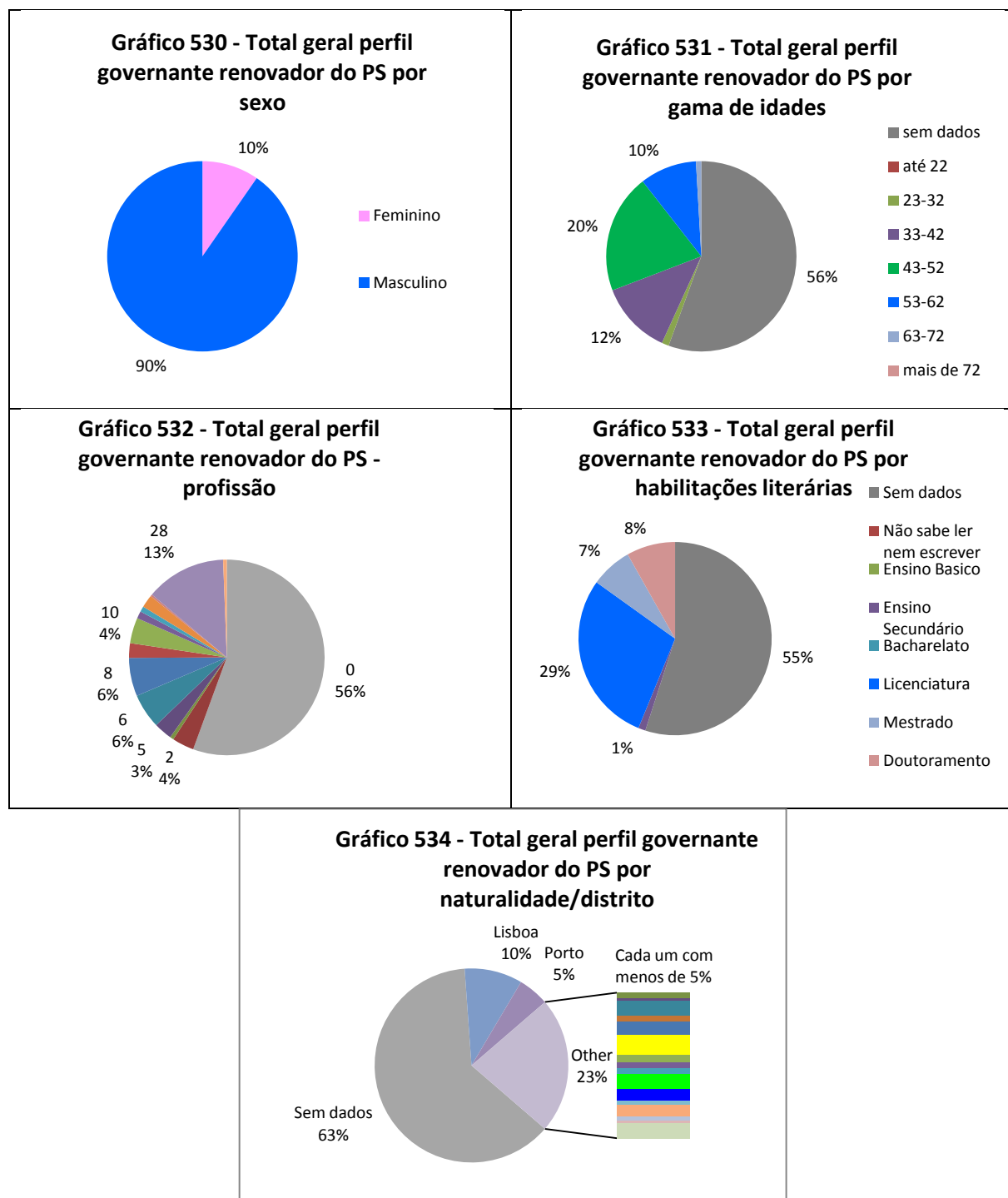


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



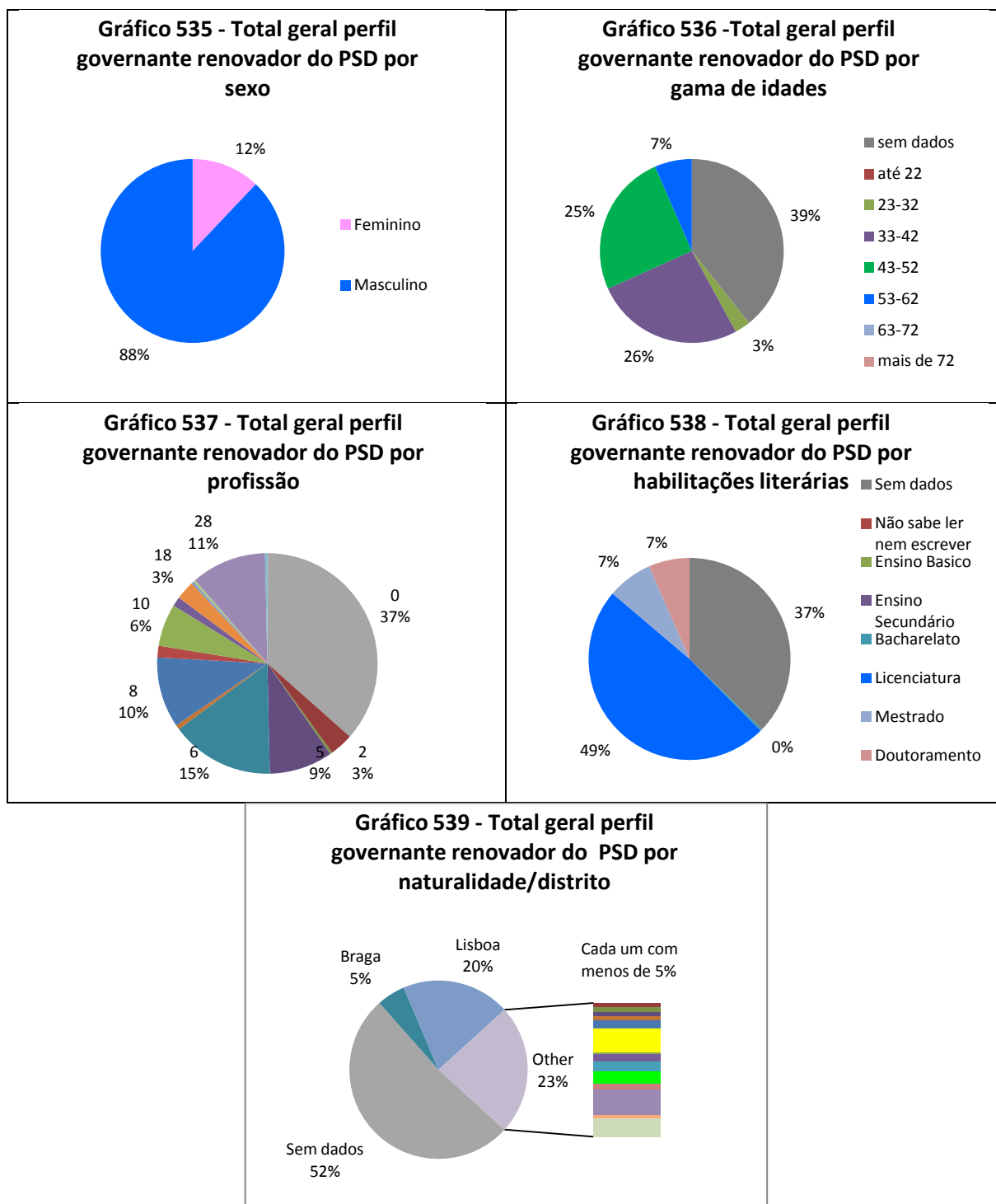
3.2.15.2 Membro do Governo do PS

O governante do PS que caracteriza o processo renovador é, maioritariamente, também um homem, com uma idade entre 43 e 52 anos, professor o ensino superior, licenciado e natural de um dos concelhos do distrito de Lisboa.



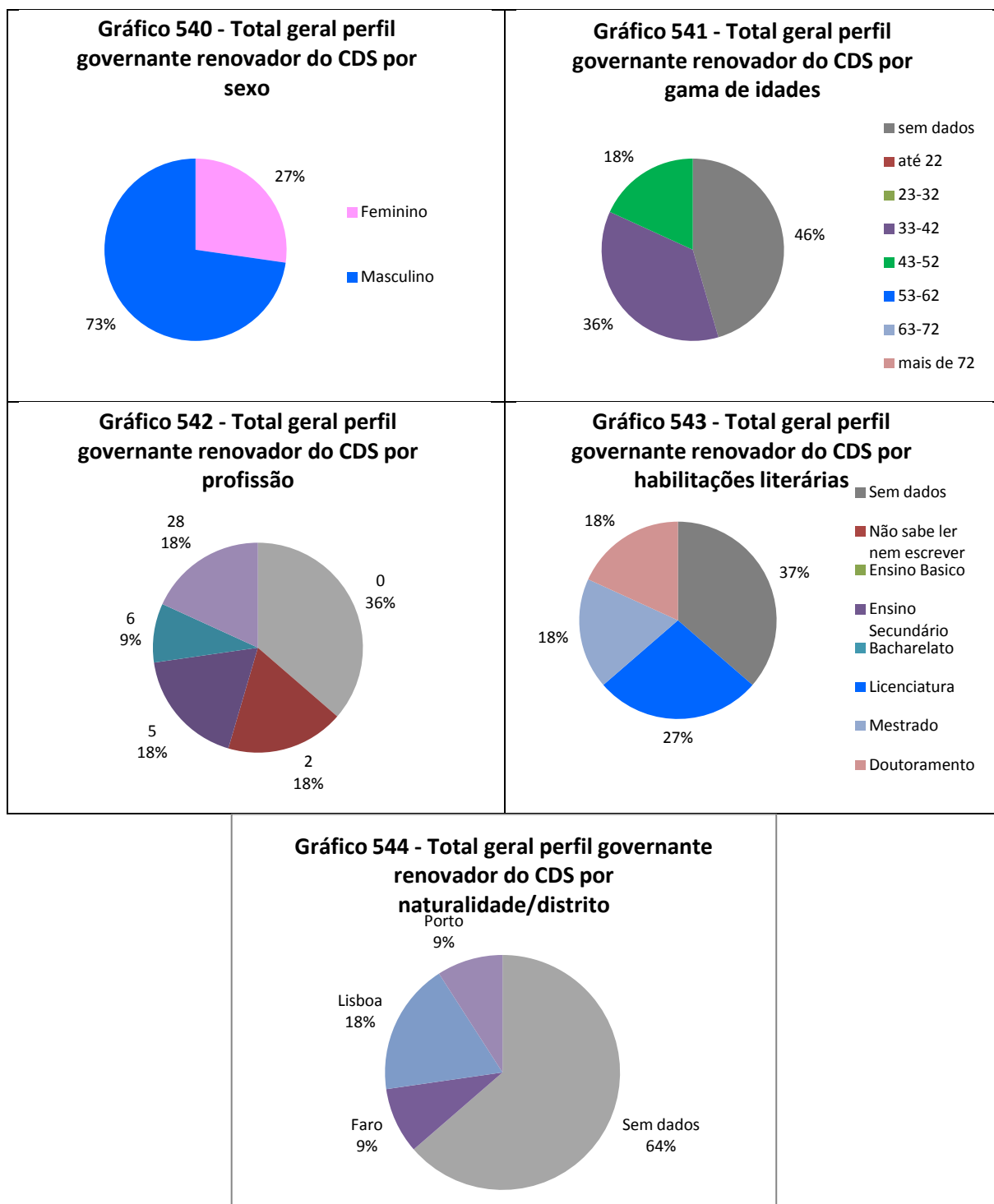
3.2.15.3 Membro do Governo do PSD

Homem com uma idade que vai dos 33 aos 42 anos, advogado de profissão, licenciado e natural de um dos concelhos do distrito de Lisboa é, maioritariamente, o perfil dominante do governante do PSD.



3.2.15.4 Membro do Governo de CDS

O CDS apresenta como perfil dominante do seu membro do Governo considerado mais renovador um cidadão do sexo masculino, com uma idade que oscila entre os 33 e os 42 anos, professor do ensino superior, licenciado e natural do distrito de Lisboa.

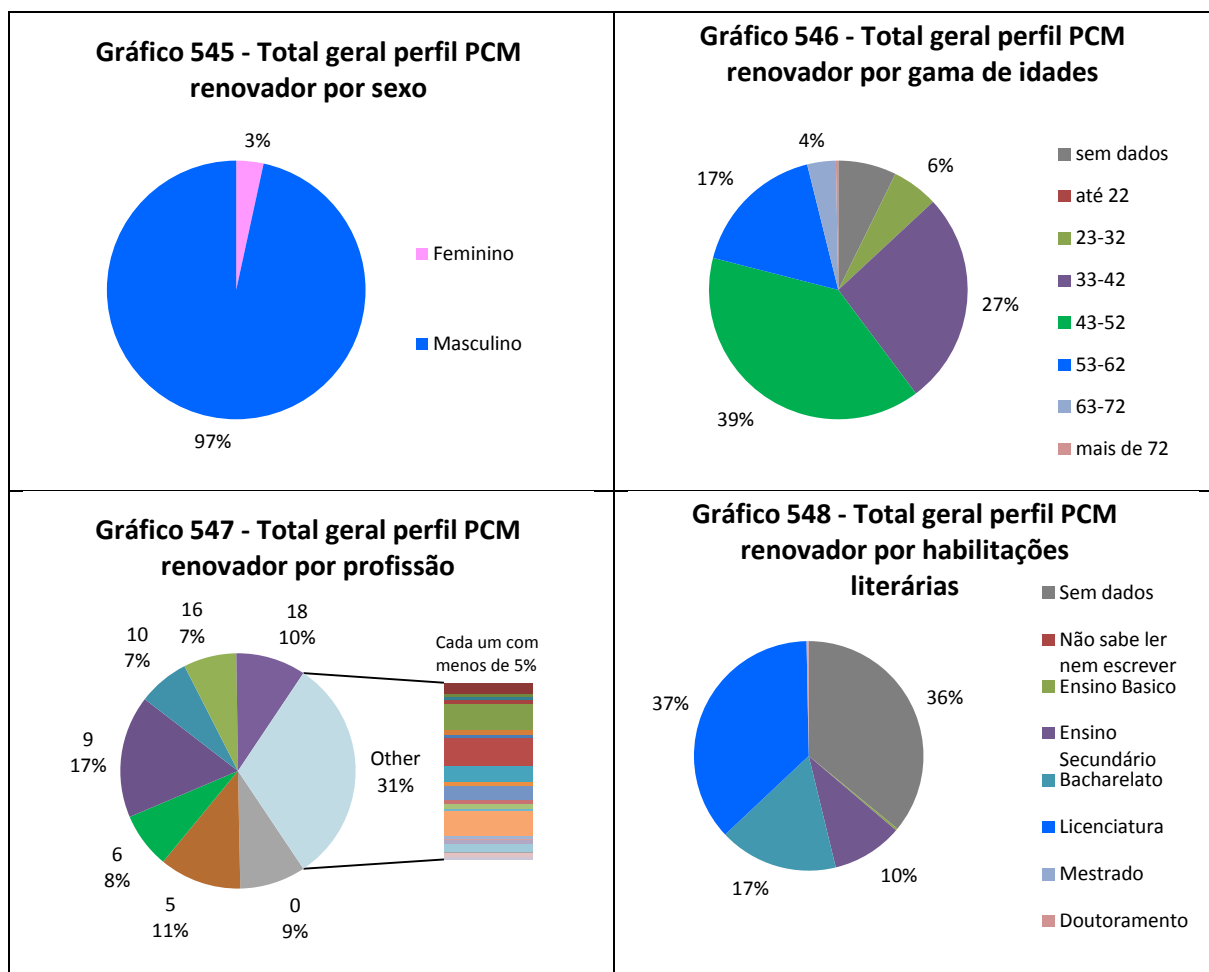


3.2.16 Perfil do Presidente de Câmara representativo da renovação

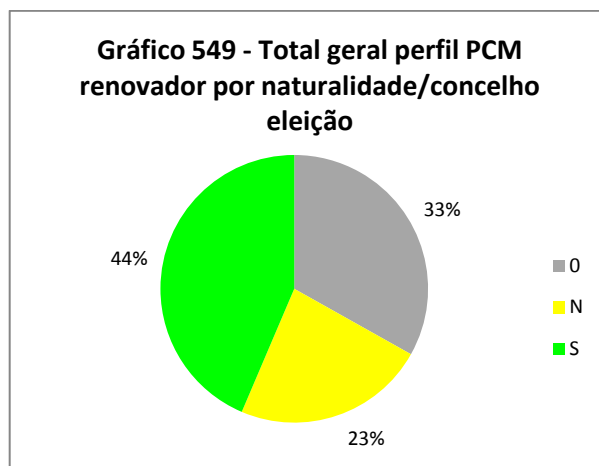
A maioria dos presidentes de Câmara que contribuem para a renovação são naturais do concelho pelo qual foram eleitos.

3.2.16.1 Presidente de Câmara – Geral

O presidente de Câmara que mais se renova, sem fazermos distinção de partido político é, regra geral, do sexo masculino, tem uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, é professor, licenciado e natural do concelho por onde foi eleito.

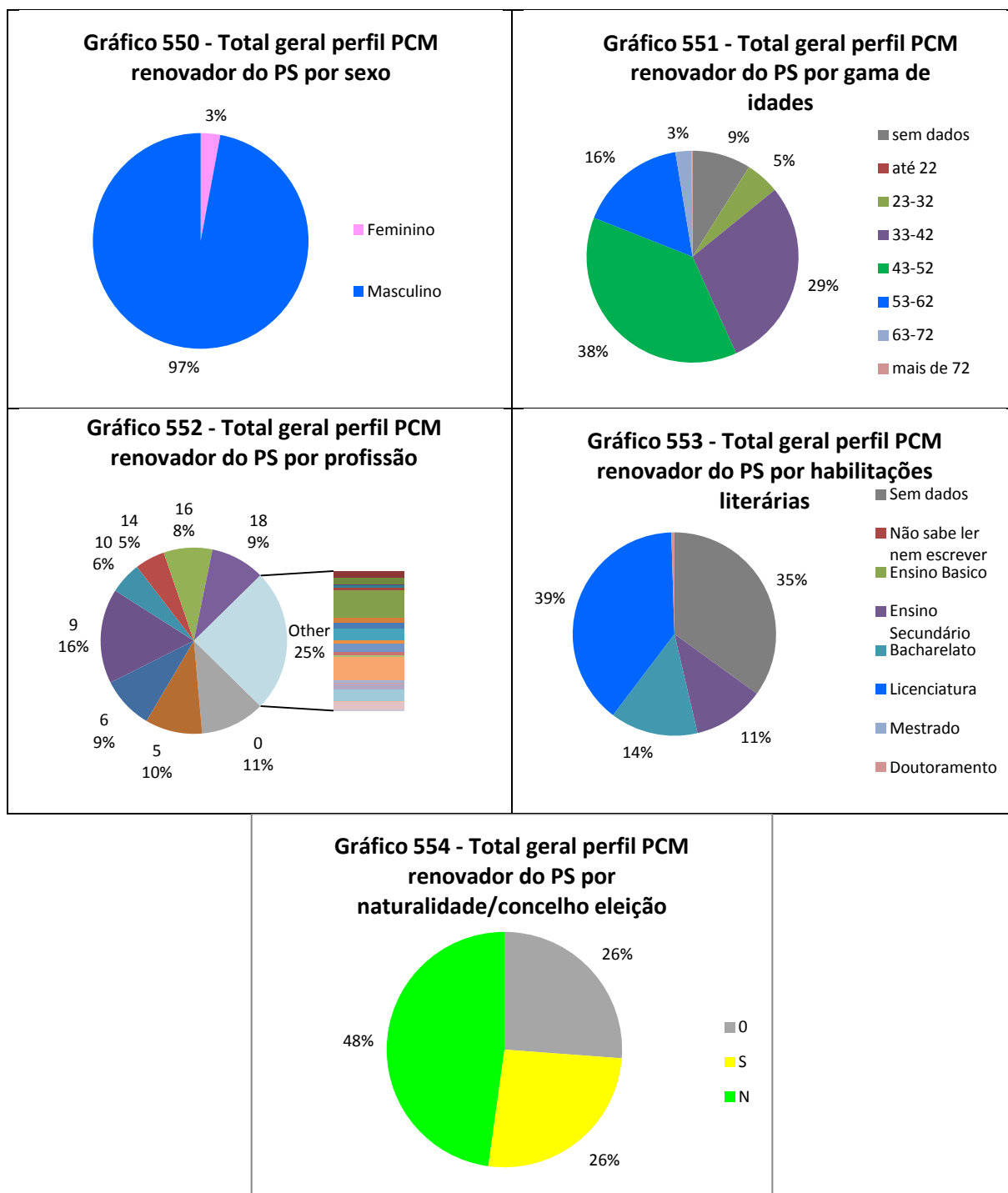


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



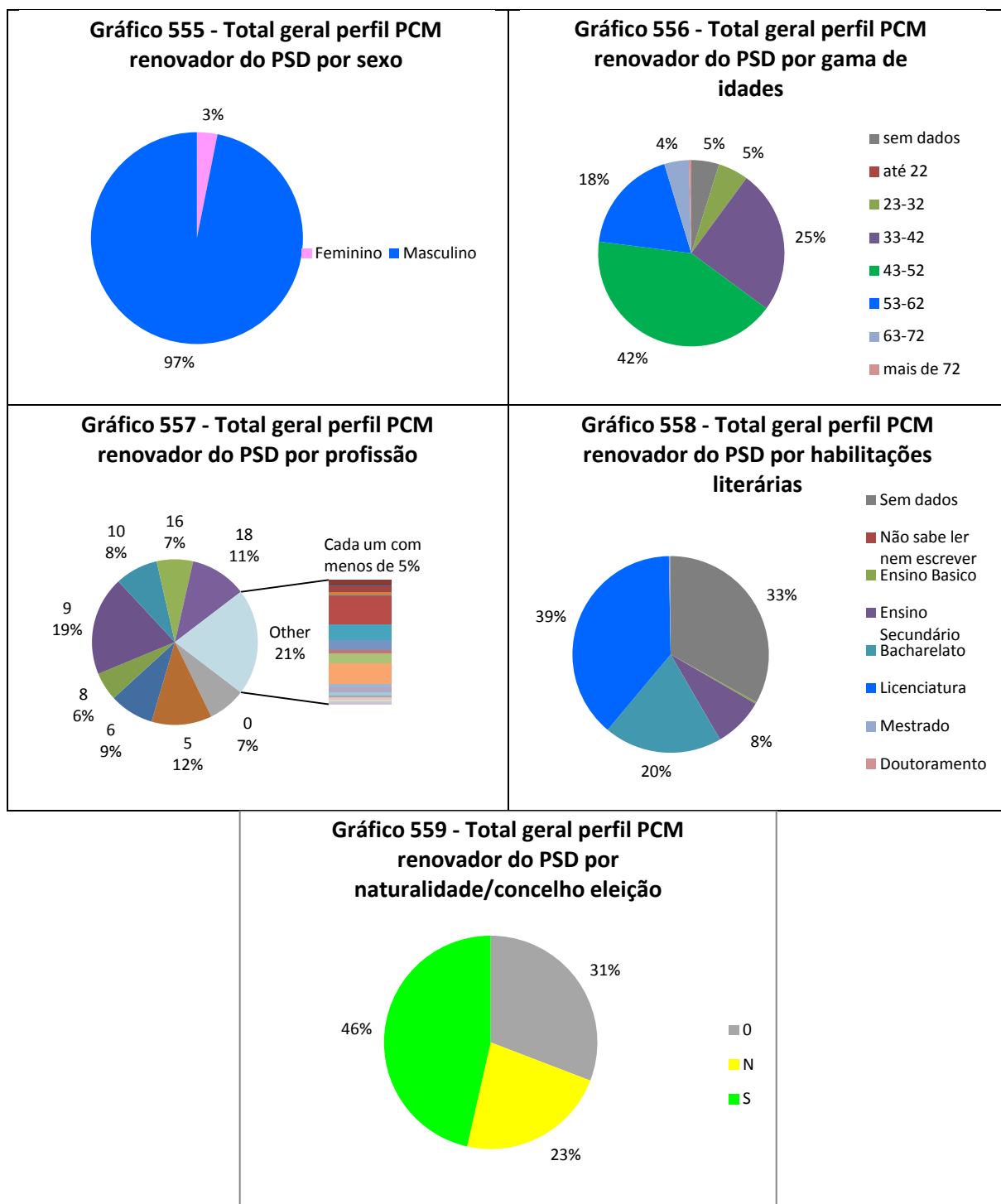
3.2.16.2 Presidente de Câmara do PS

No caso do PS o presidente de Câmara mais renovador é, maioritariamente, também do sexo masculino, tem uma idade mínima de 43 e máxima de 52 anos, é professor, tem como habilitações literárias a licenciatura e é igualmente natural do concelho de eleição.



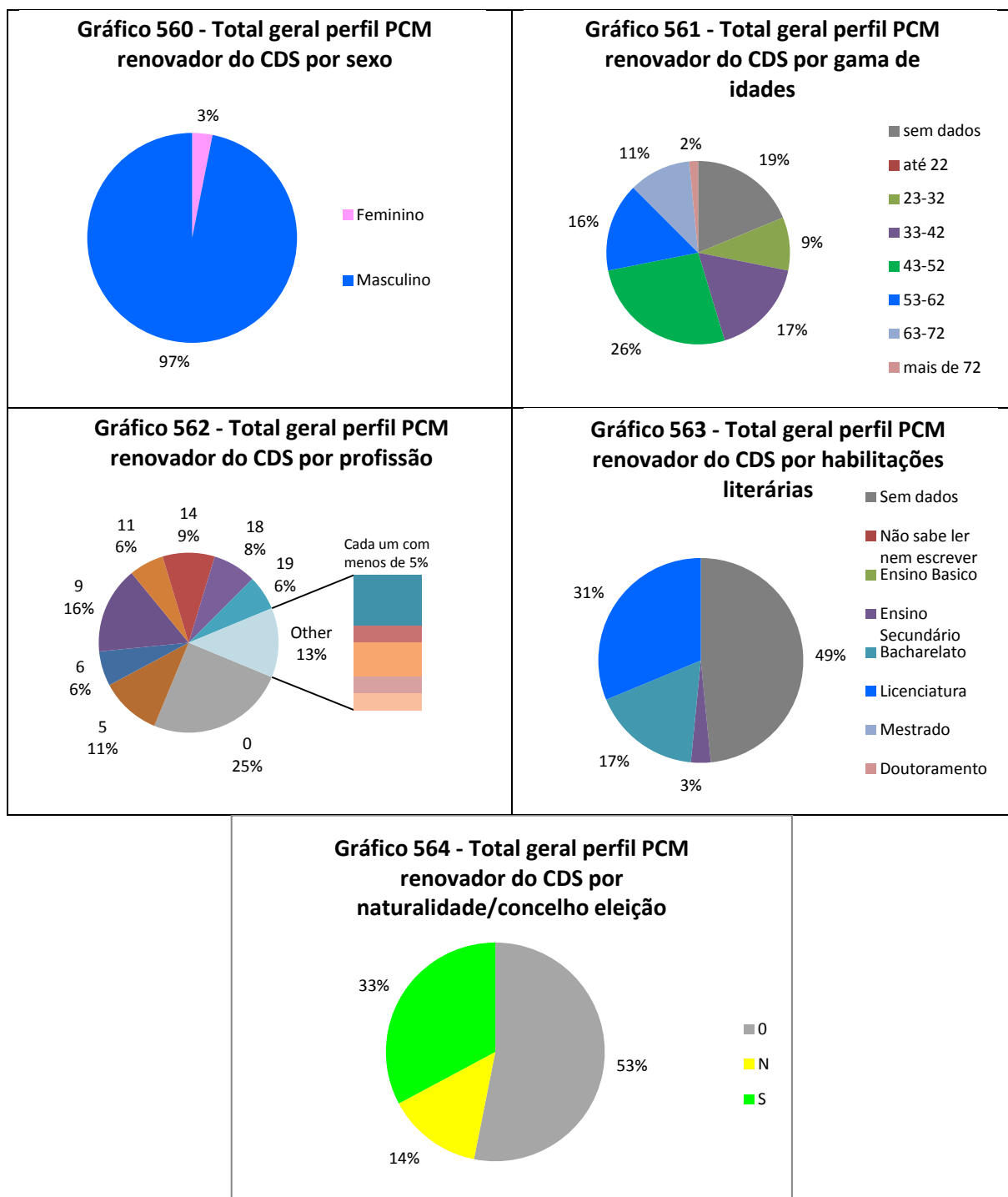
3.2.16.3 Presidente de Câmara do PSD

O perfil do presidente de Câmara do PSD mais renovador é, maioritariamente, alguém do género masculino, com um intervalo de idades que varia entre os 43 e os 52 anos, professor, licenciado e natural do concelho por onde é eleito.



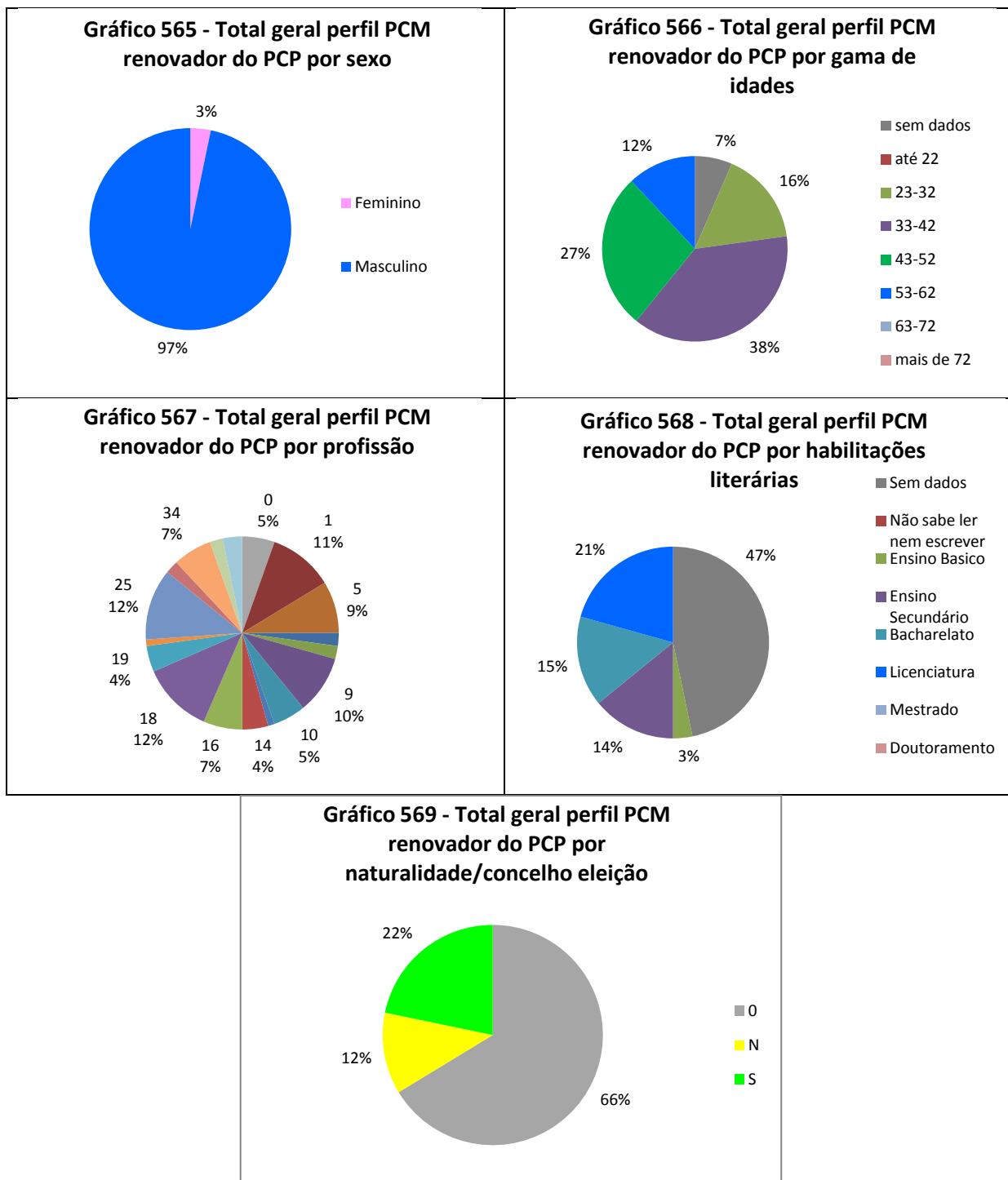
3.2.16.4 Presidente de Câmara do CDS

Um homem com uma idade mínima de 43 e máxima de 52 anos, professor, licenciado e natural do concelho por onde é eleito são, maioritariamente, os traços dominantes do autarca do CDS que mais reúne as características de renovador.



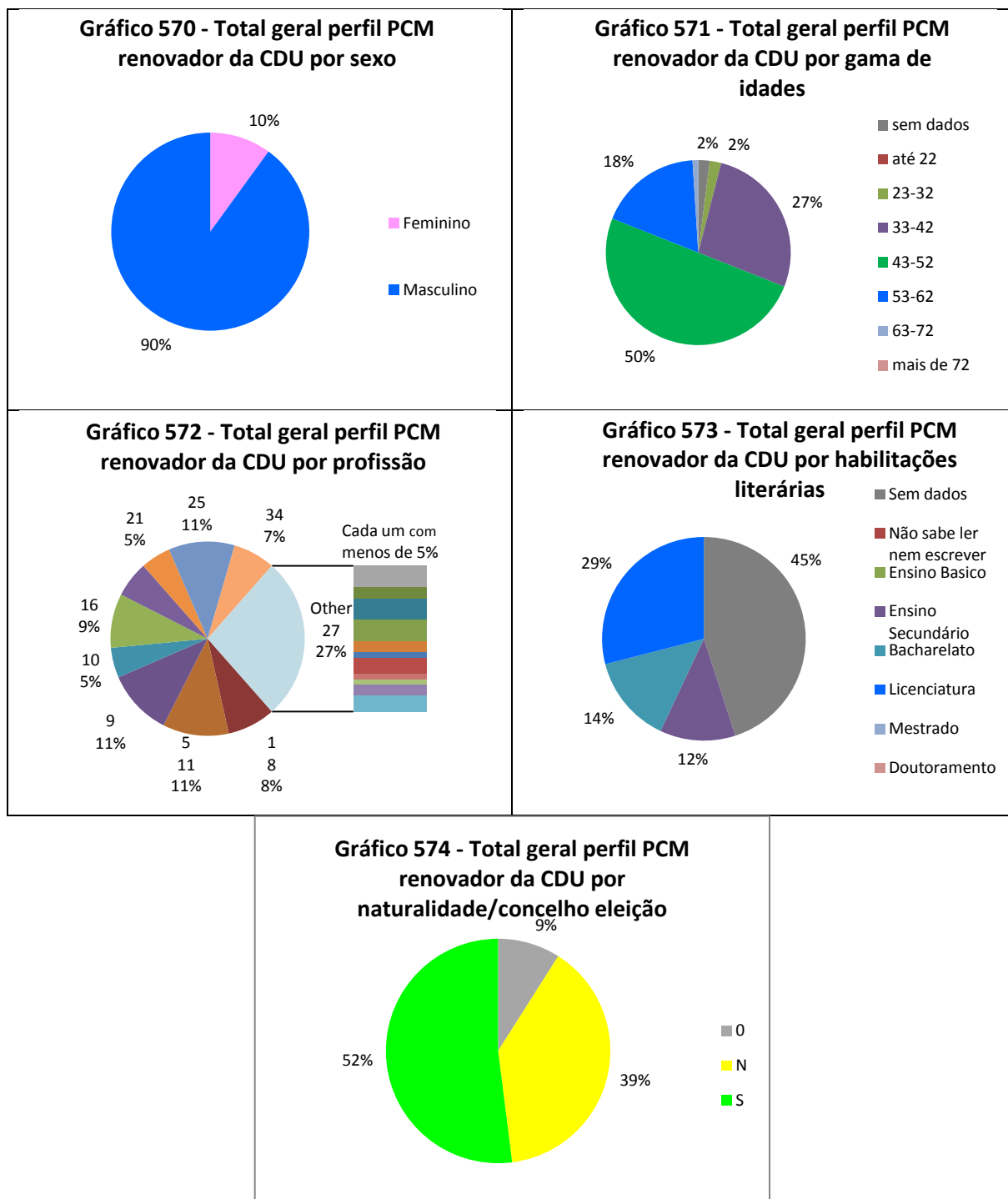
3.2.16.5 Presidente de Câmara do PCP

O presidente do PCP, que mais deixa o lugar para outros, caracteriza-se por ser, maioritariamente, do sexo masculino, ter entre 33 e 42 anos, funcionário público, tem como habilitações literárias a licenciatura e é igualmente natural do concelho de eleição.



3.2.16.6 Presidente de Câmara da CDU

O perfil renovador do presidente de Câmara da CDU assume como traços principais e predominantes ser, maioritariamente, um homem com uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, professor, licenciado e, à semelhança do perfil geral dos restantes partidos, é também natural do concelho que o elege.



3.2.17 Renovação ou estagnação dos atores políticos

Depois da caracterização dos perfis dos atores políticos trataremos da análise da renovação ou estagnação dos mesmos.

3.2.17.1 Introdução – Renovação/Estagnação

Nos subcapítulos seguintes passamos a analisar a problemática central da nossa investigação. Saber como se comportaram os atores políticos em Portugal, desde o 25 de Abril de 1974, no que toca à renovação ou estagnação dos lugares.

Tendo em linha de conta a existência, entre nomes que surgem apenas uma única vez num cargo político e alguns que ao longo dos anos ocuparam funções políticas por 17 vezes, o resultado foi uma base de dados que contém 7718 nomes.

Uma vez que o estudo incide sobre um período alargado (38 anos) e analisa a totalidade dos nomes dos atores políticos (ou seja o universo e não apenas uma amostra) que ocuparam funções de deputados à Assembleia da República, deputados ao Parlamento Europeu, membros do Governo da República (não inclui Governos dos Açores e Madeira) e presidentes de Câmara em Portugal, entendemos, a nosso ver, com benefícios para a investigação, proceder, além de uma análise global sobre a incidência da repetição dos nomes durante todo o período da democracia, fazer também algumas análises comparativas tendo por base períodos por nós definidos. Nestes casos a análise é nominal, ou seja não distingue nem partidos, nem órgãos, mas avalia o grau de repetição dos atores.

Passamos depois a uma análise num espectro mais apertado, no qual analisamos a renovação ou estagnação por órgão e partido, no geral, além de fazermos uma comparação nominal entre cada um dos mandatos e o mandato imediatamente anterior, para sabermos qual foi, nesse órgão e/ou partido, o grau de renovação ou estagnação geral, mas também na passagem de um para outro mandato.

Faz também parte do nosso trabalho, em algumas situações mais particulares, o estudo por quadrante político. Ou seja, não nos limitamos à pura análise por partido, mas também por áreas políticas de espectro mais alargado.

Na medida em que se trata de uma análise que pretende responder ao sentimento do senso comum de que os políticos são sempre os mesmos, avançamos também com a caracterização do perfil dos atores políticos que mais estagnam. Identificamos por isso

aqueles que mais se perpetuam nos cargos, por partido e órgão, e fizemos também um perfil tipo dos mesmos.

Em termos referenciais, e para podermos estabelecer corretamente os níveis de estagnação ou renovação, consideramos que a estagnação acontece sempre que um ator ocupa funções por mais de três mandatos no período da democracia. Ou seja, a nosso ver, importa perceber quantos atores políticos ocupam funções, em média, por 16 ou mais anos. Um período que consideramos bastante alargado e representativo da falta de renovação dentro da atividade política. Contudo, durante a nossa análise, e para podermos sustentar ainda mais a nossa convicção relativamente à estagnação, apresentamos também outros cruzamentos e números, ilustrando-os, sempre que possível, com gráficos ou quadros, para uma mais fácil leitura dos números.

3.2.17.2 Renovação ou estagnação desde 1974

Analisando a totalidade dos 7718 registos de nomes, ou seja mandatos, que compõem a base de dados, e partindo da referência por nós estabelecida, na anterior introdução, sobre aquilo que podemos considerar renovação ou estagnação, chegamos à conclusão que 4049 atores políticos fizeram, no mínimo, 4 mandatos em cargos políticos. No entanto, entre esta percentagem de estagnação que representa 52%, há atores políticos com todo o tipo de records, desde aquele que estiveram quatro mandatos em lugares de poder até aos casos daqueles que ocuparam funções 17 vezes.

Os números não enganam ao ponto de podermos, depois do cruzamento de dados, concluir também que 23% dos atores políticos ocuparam 52% dos mandatos disponíveis.

Dado que nos parece ainda mais representativo da estagnação que se verifica entre os atores políticos em Portugal é o facto de metade dos 7718 nomes (3859) terem preenchido 79% dos cargos políticos. Significa isto que quase 80% dos lugares foram distribuídos por metade dos políticos portugueses.

Importa referir igualmente que dos 7718 mandatos, referentes a estes quatro órgãos, que passaram por funções, desde o 25 de Abril de 1974, apenas 1344 (17%) o fizeram apenas por uma vez. 1110 (14%) deles estiveram em dois cargos e 1215 (16%) ocuparam funções por três mandatos.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Se quiséssemos considerar estagnação a ocupação a partir de três cargos políticos, inclusive, concluiríamos que 5264 mandatos foram desempenhados por 68% dos atores políticos.

Gráfico 575 - Total de participações em lugares de poder dos atores políticos

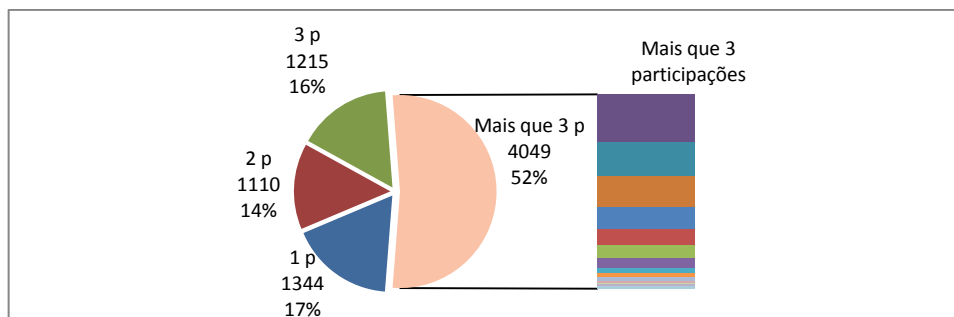


Gráfico 576 - Total particip. lugares poder dos atores políticos – Inclui dados disponives

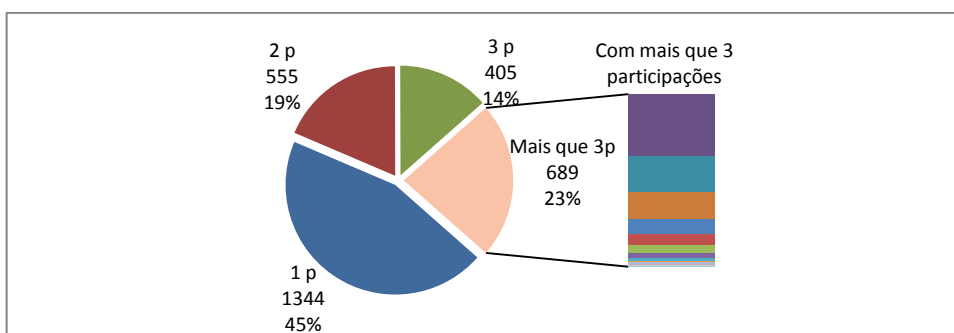


Gráfico 577 - Total participações lugares poder dos atores políticos mais de duas participações

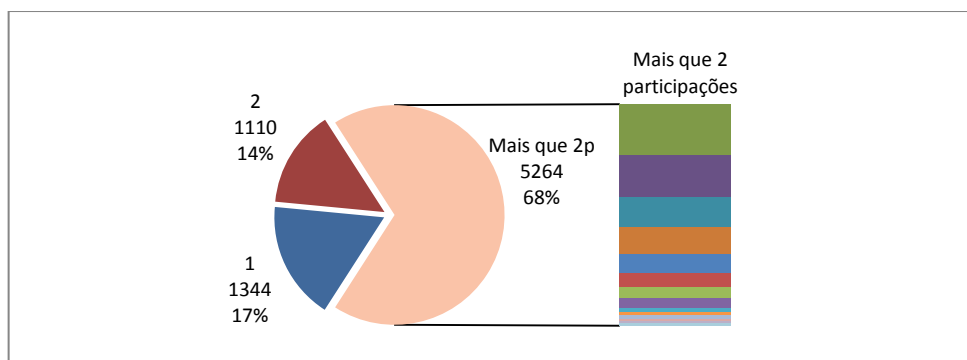


**Gráfico 578 – Total participações lugares de poder dos atores políticos versus
percentagem para duas ou - participações**

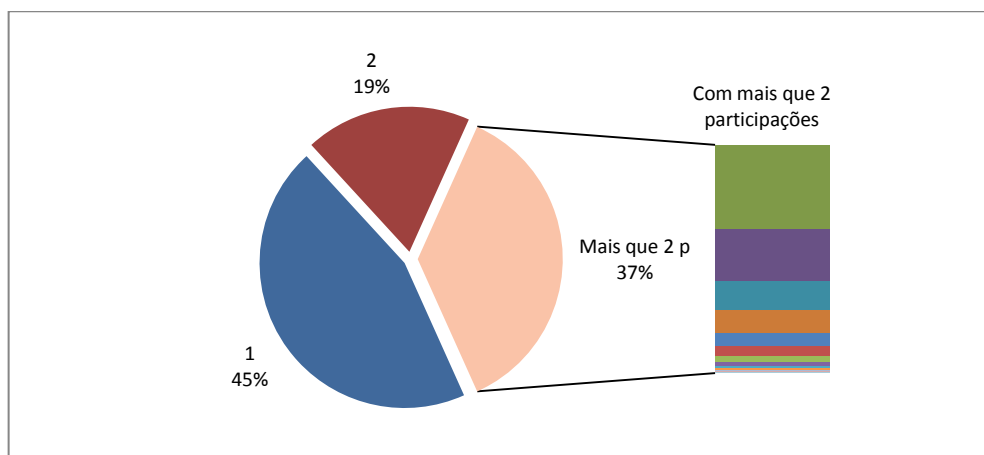
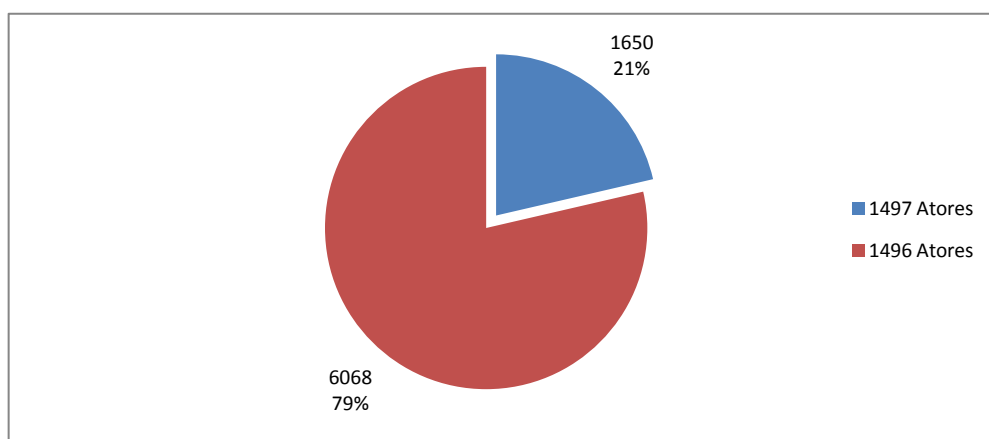


Gráfico 579 - Total de mandatos versus número de atores a ocupar os cargos



3.2.17.3 Renovação ou estagnação período 1974 -1987 versus 1987 – 2011

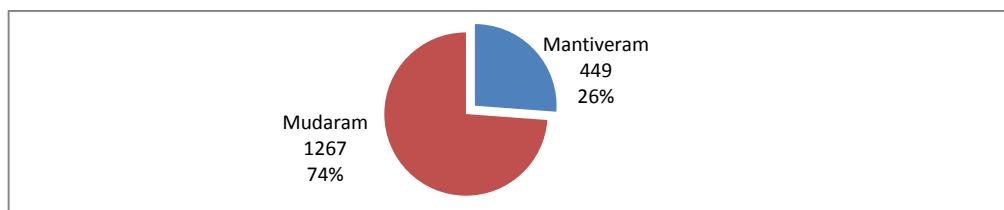
Na investigação que levamos a cabo dividimos, neste subcapítulo, o estudo em dois períodos. Entre 1974 e 1987, aquilo que poderemos designar por fase de consolidação da democracia em Portugal, e um segundo período que vem desde 1987 até aos dias de hoje, que consideramos de democracia mais consolidada.

Comparando o bloco total de nomes do primeiro período com o bloco total de nomes do segundo, e verificando o grau de renovação ou estagnação, concluímos que 449 (26%) dos atores políticos em Portugal que ocuparam cargos políticos na fase de consolidação da democracia, continuaram a ocupar funções em diversos órgãos na fase que consideramos de democracia consolidada.

Dado que tem também alguma relevância é o facto de entre os 449 atores políticos que passaram de um para o outro período, 140 deles terem ocupado, entre 1 e 3 cargos políticos, 166 entre 4 e 6 cargos, 93 entre 7 e 9 cargos e 50 deles exerceram funções entre 10 e 20 vezes.

Importa referir que, desde o 25 de Abril de 1974 até à atualidade, os 7718 mandatos registados nos quatro órgãos analisados, foram ocupados por 2993 atores políticos.

Gráfico 580 - Comparação entre repetição lugares períodos 1974– 1987 versus 1987-2011



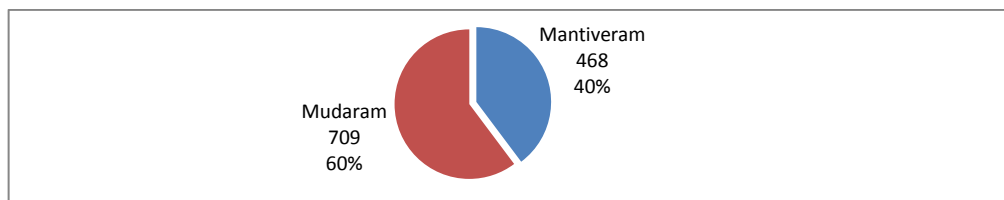
3.2.17.4 Renovação ou estagnação período 1974 – 1980 versus 1981 – 1990

Com igual objetivo ao do subcapítulo anterior, o de comparar a totalidade de dois blocos de nomes, desta vez estabelecemos uma análise comparativa entre os nomes dos períodos entre 1974 e 1980 que se repetiram no período entre 1981 e 1990. A conclusão foi a de que, tendo por base estes dois períodos, assistimos a uma taxa de estagnação de 40%, correspondente a 468 nomes que não mudaram.

O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores no período da democracia (1974 – 2012)

Ainda que a taxa de renovação apresente valores de 60%, ou seja 709 mudanças, na realidade parece-nos existir uma exagerada permanência dos atores políticos nos lugares, na medida em que, 40% deles foram ocupando funções ao longo de um período de 16 anos.

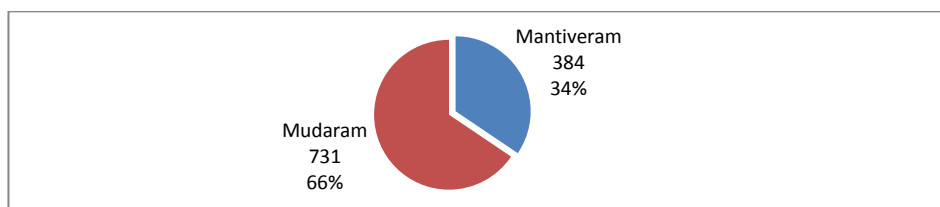
Gráfico 581 - Comparação entre repetição lugares períodos 1974-1980 versus 1981-1990



3.2.17.5 Renovação ou estagnação período 1981 – 1990 versus 1991 - 2000

Uma outra comparação por nós efetuada diz respeito à verificação da estagnação entre os blocos de 1981 a 1990 e 1991 a 2000. Comparando os nomes que no segundo período continuaram a ocupar cargo político, voltamos a verificar que 34% (384 atores políticos) assumiram funções nos dois períodos.

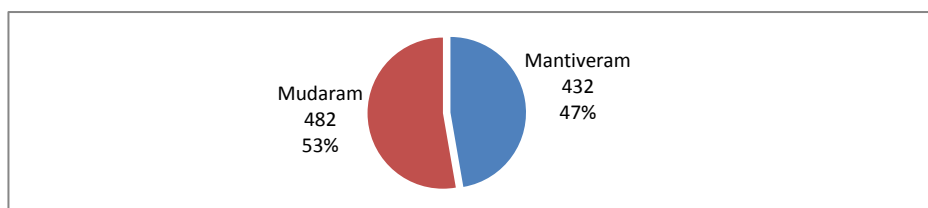
Gráfico 582 - Comparação entre repetição lugares períodos 1981-1990 versus 1991-2000



3.2.17.6 Renovação ou estagnação período 1991 – 2000 versus 2001 - 2011

Outro dos intervalos de análise que levamos a cabo diz respeito aos blocos de 1991 – 2000 e 2001 – 2011. Comparando os nomes que no segundo período ainda se mantinham em cargos políticos, comparativamente aos que tinham passado pelo primeiro, concluímos que 432 atores políticos se mantinham nos corredores do poder, numa taxa de estagnação que atinge os 47%.

Gráfico 583 - Comparação entre repetição lugares período 1991-2000 versus 2001-2011

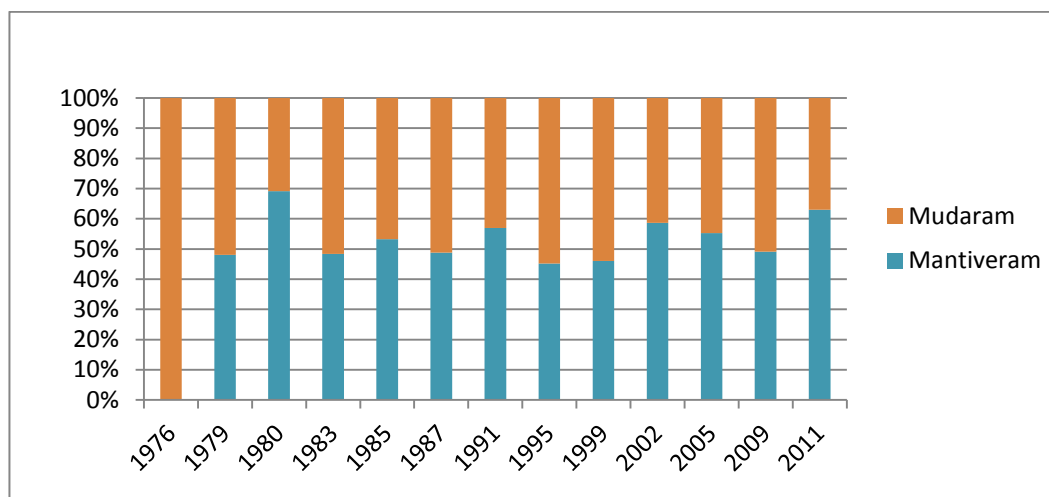


3.2.18 Renovação ou estagnação por órgão, partido e ano

3.2.18.1 Deputado – Geral

Analisando a totalidade dos registos dos deputados eleitos à Assembleia da República, independentemente do partido, durante todas as legislaturas, entre 1976 e 2011, podemos concluir que houve uma repetição de nomes de 53%, significando esta percentagem uma permanência nos lugares de 1530 parlamentares.

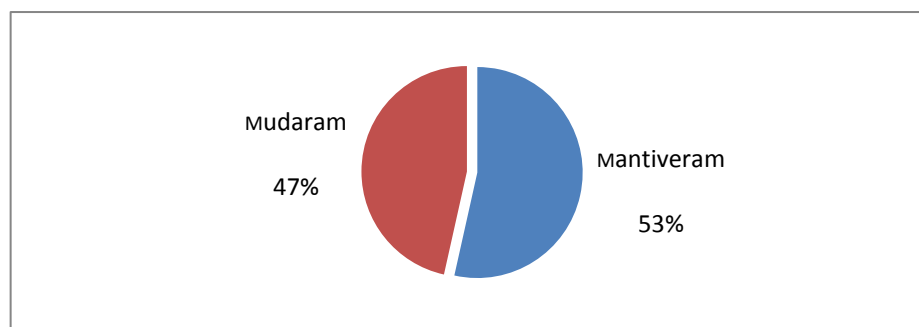
Gráfico 584 – Renovação/estagnação total dos atores políticos – comparação mandato anterior



Quanto aos que mudaram essa percentagem é, portanto, de 47%, representando 1363 deputados que foram substituídos durante estas legislaturas.

Importa referir que para que possamos estabelecer base de comparação, como será evidente, não poderemos considerar o número de deputados da 1ª legislatura, uma vez que a mesma não pode ser comparada com nenhum mandato anterior.

Gráfico 585 - Renovação/estagnação total AR no período da democracia

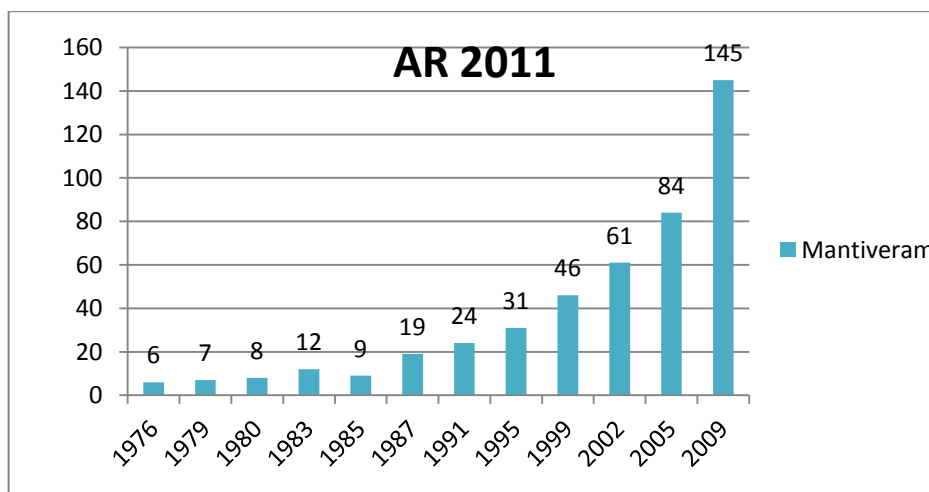


Se tivermos por base o ano de 2011 e quisermos comparar os nomes dos atores políticos que se encontram a exercer funções legislativas na AR desde 1976, podemos concluir que no último acto eleitoral ainda permaneciam como deputados seis desses nomes que ocuparam o lugar desde a Constituinte.

Analisando os repetentes entre 1976 e 1987 podemos concluir que uma média de 10 deputados se mantêm nos lugares em 2011.

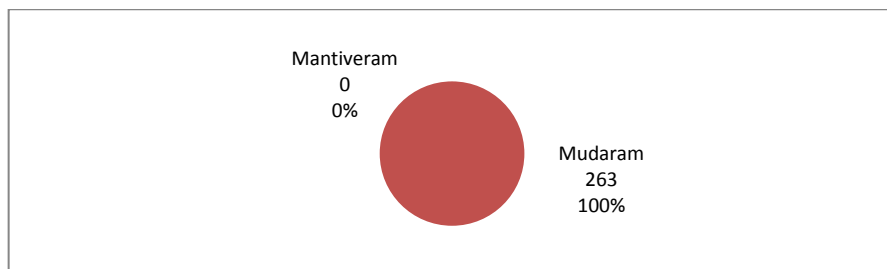
Apertando mais o espectro de análise, e olhando para os parlamentares que foram eleitos em 2011, concluímos que 145 deles já tinham Estado na AR em 2009, bem como que 84 já vinham de 2005 e 61 de 2002.

Gráfico 586 – Análise comparativa da repetição de deputado AR em relação a 2011



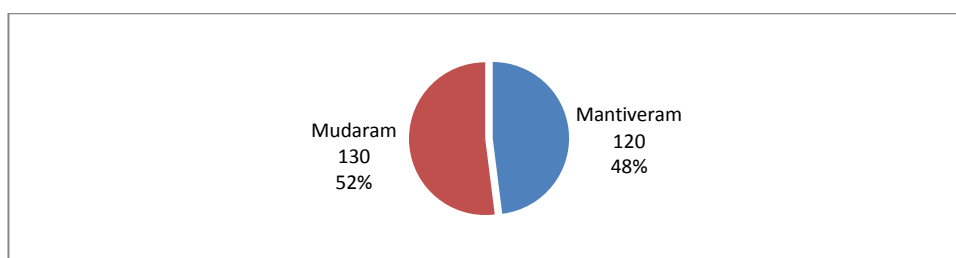
Como atrás referimos, uma vez que o estudo é feito no período da democracia, é normal que o ano de 1976 surja com uma renovação de 100%. Ou seja os 263 deputados eleitos são todos eles considerados novos, uma vez que não existia base de comparação com mandato anterior.

Gráfico 587 - Deputados à AR - 1976



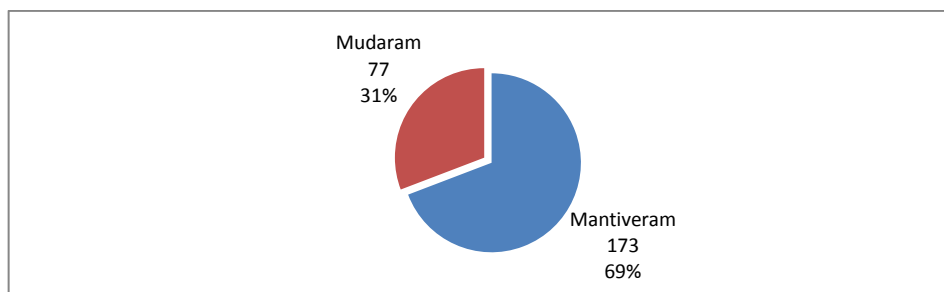
Fazendo agora uma análise comparada com o mandato anterior concluímos que em 1979, comparativamente a 1976, o número de deputados à AR que mudou foi de 130, representando uma renovação de 52%. Por sua vez mantiveram-se nos lugares 120 parlamentares, significando este número 48%.

Gráfico 588 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1976 e 1979



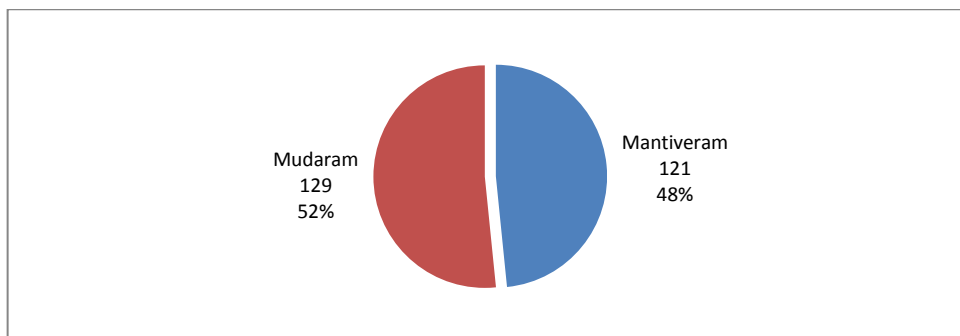
Em 1980, em novo acto eleitoral, realizado apenas cerca de um ano após o anterior, o número de deputados que se manteve foi de 173 (69%), tendo sido mudados 77 (31%).

Gráfico 589 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1979 e 1980



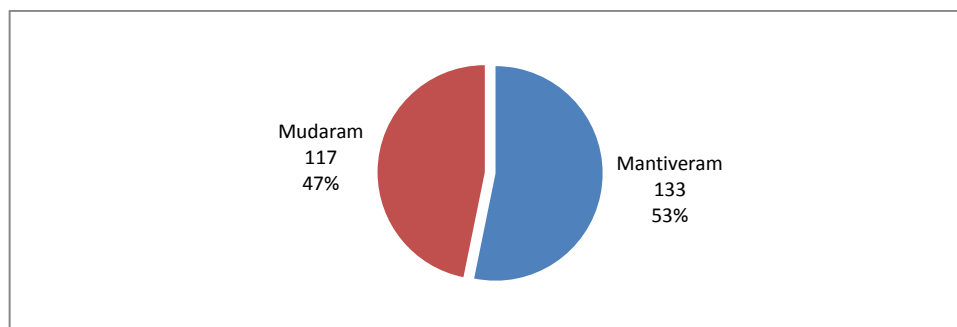
Quando em 1983 se voltaram a realizar novas eleições legislativas, o número daqueles que deixaram o lugar de deputado cifrou-se em 129 (52%), tendo permanecido 121 (48%).

Gráfico 590 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1980 e 1983



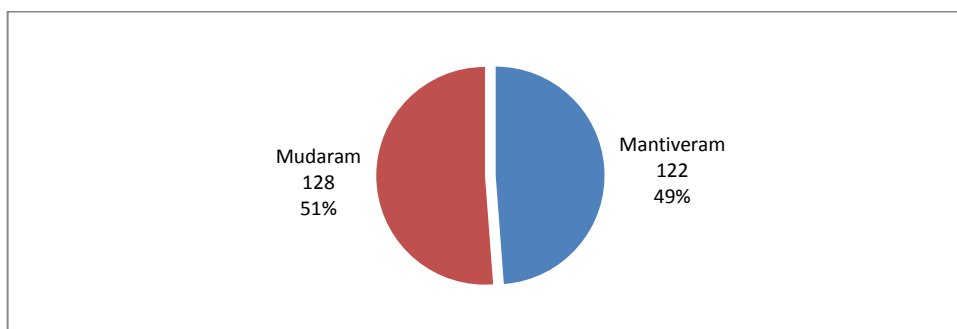
Em 1985 os números da renovação de deputados cifraram-se em 117 (47%), representando a estagnação 133 (53%).

Gráfico 591 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1983 e 1985



Por seu turno, nas eleições legislativas de 1987, em relação a 1985, mudaram 128 deputados (51%) e mantiveram-se 122 (49%).

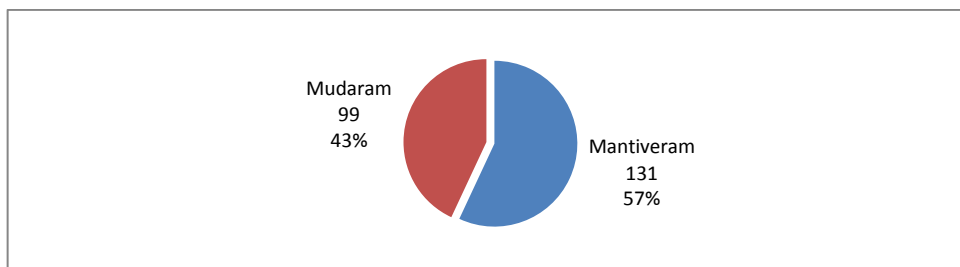
Gráfico 592 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1985 e 1987



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

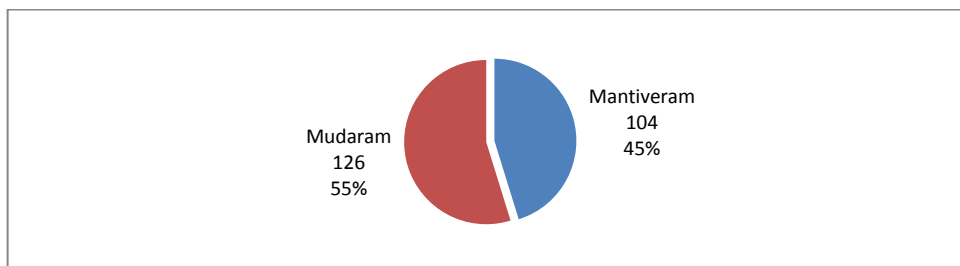
Seguindo a tendência para uma maior renovação de dois em dois mandatos, nas eleições legislativas de 1991 mantiveram-se nos lugares 131 parlamentares (52%), tendo a mudança registado 119 casos (48%).

Gráfico 593 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1987 e 1991



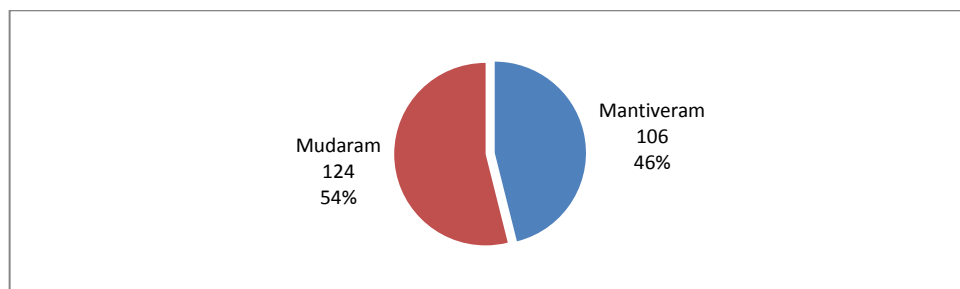
Do total dos 230 deputados, nas legislativas de 1995, mudaram 126 (55%) e mantiveram-se 104 (45%).

Gráfico 594 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1991 e 1995



Em contra-ciclo à tendência renovadora de dois em dois mandatos, em 1999 o número de deputados que se manteve nos lugares comparativamente a 1995 voltou a ser menor do que os mudaram, respectivamente com 106 (46%) e 124 (54%).

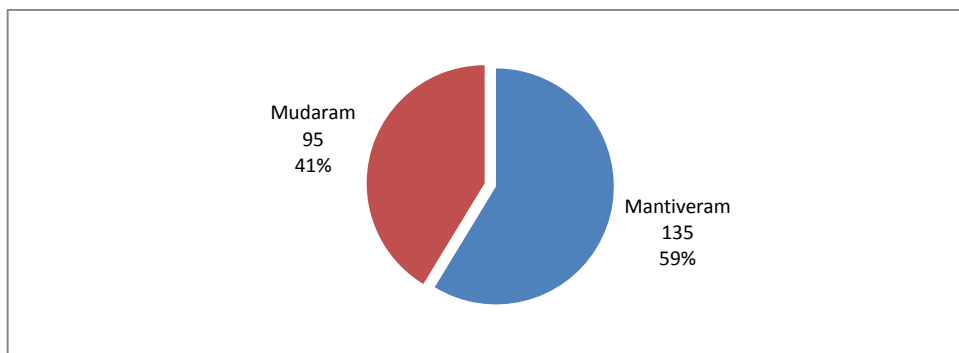
Gráfico 595 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1995 e 1999



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

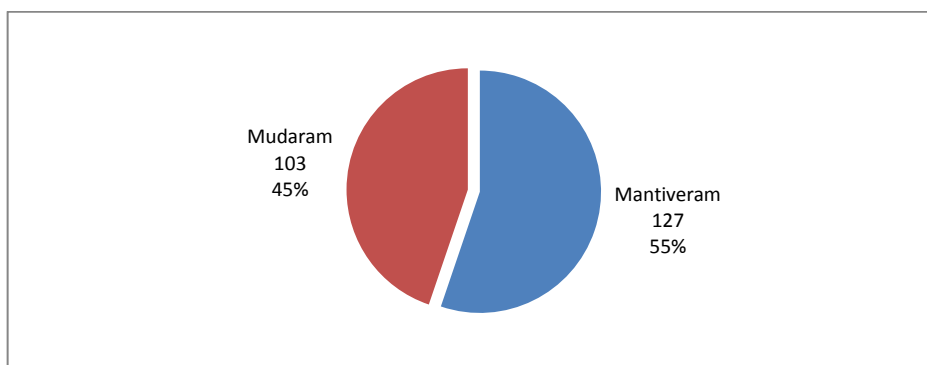
Em 2002 voltou a ser reposta a tendência para a alternância entre uma maior renovação ou estagnação. Dos 230 deputados que compõem a AR, mantiveram-se 135 (59%) e mudaram 95 (41%).

Gráfico 596 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 1999 e 2002



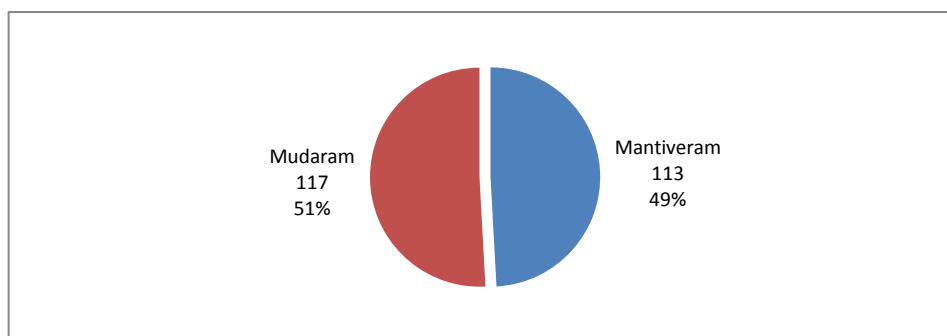
Em 2005 voltamos a assistir a uma quebra da tendência com uma repetição de uma maior estagnação dos atores políticos eleitos à AR. Mantiveram-se como deputados 127 (55%), tendo mudado 103 (45%).

Gráfico 597 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 2002 e 2005



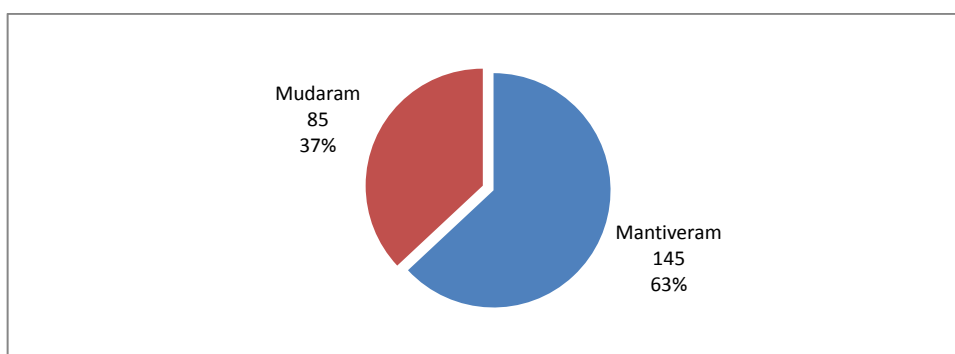
Apesar do número de deputados que deixaram as cadeiras da AR ter sido superior ao número daqueles que se mantiveram, em 2009, comparativamente a 2005, regista-se apenas uma ligeira diferença, com 117 (51%) a mudar e 113 (49%) a manterem os lugares.

Gráfico 598 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 2005 e 2009



Por seu turno, tendo em linha de conta o facto de o mandato iniciado em 2009 ter ficado a meio, com eleições antecipadas, em 2011, o número daqueles que se mantiveram foi de 145 (63%) contra 85 (37%) que deixaram de ser deputados.

Gráfico 599 - Renovação/estagnação comparada AR entre a eleição de 2009 e 2011



Numa análise mais relativa ao número dos deputados que se perpetuam nos lugares e do número de vezes em que isso se verifica, podemos referir, através da análise dos dados por nós recolhidos, que 97 dos parlamentares cumpriram entre 6 e 13 legislaturas, ocupando como tal 696 mandatos do total de 3123 lugares possíveis, significando isso 22,23%.

Quadro 7 – Mandatos versus nº de deputados a ocupar o cargo

Número de mandatos cumpridos	Número de deputados AR “repetentes”	Total de mandatos ocupados
13	2	26
12	2	24
11	3	33
10	2	20
9	5	45
8	12	96
7	26	182
6	45	270
5	68	340
4	93	372
3	168	504
2	260	520
1	691	691
TOTAL	1377	3123

No seguimento desta mesma análise, podemos adiantar também que 329 deputados fizeram entre 3 e 5 legislaturas, ocupando 1216 mandatos e 38,93% dos lugares.

O número de deputados que passou pela Assembleia da República e que fez entre 1 e 2 mandatos foi de 951, representando como tal 38,78% dos lugares.

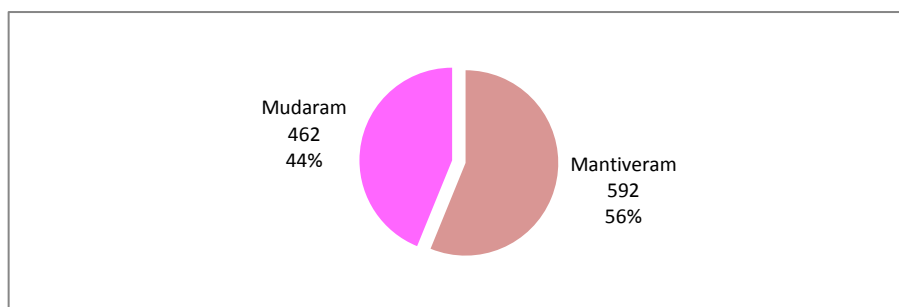
Dado interessante é também o facto de dois dos deputados terem sido eleitos nas 13 legislaturas, estando actualmente em funções.

3.2.18.2 Deputados do PS

Depois de uma análise da renovação ou estagnação nos deputados à Assembleia da República, sem distinção do partido, passamos a uma análise num espectro mais estreito, tendo em linha de conta os níveis de repetição ou permanência nos lugares dentro de cada um dos partidos.

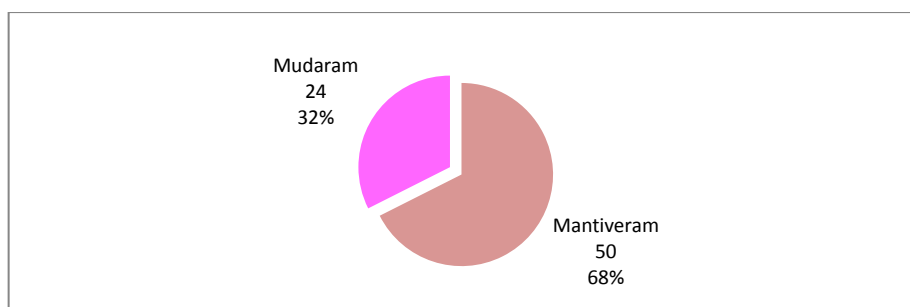
Tendo em conta a totalidade dos mandatos ocupados pelo PS em todas as legislaturas no período da democracia, concluímos que existe um nível de repetição parlamentar de 56%, correspondentes a 592 deputados, contra 44% de renovação, equivalentes a 462 deputados que mudaram.

Gráfico 600 - Renovação/estagnação total deputados PS AR/período da democracia



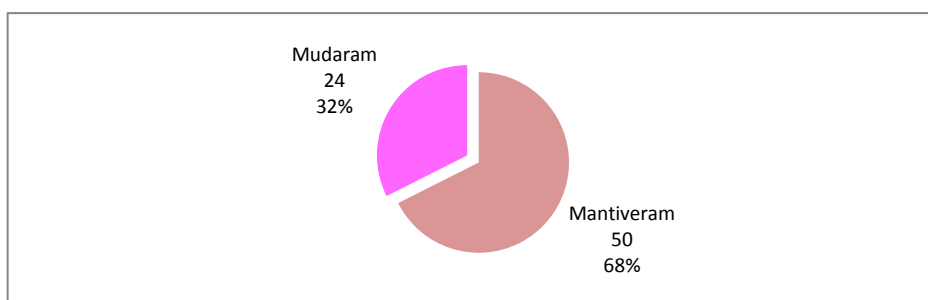
Fazendo uma análise comparativa em relação à legislatura anterior, na eleição de 1979, em comparação com 1976, o PS manteve 68% dos seus parlamentares (50), tendo procedido à substituição de 32% deles (24).

Gráfico 601 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1976 e 1979



A tendência para a estagnação manteve-se em 1980, comparativamente a 1979 exactamente com a mesma percentagem. 68% (50 deputados) continuaram a ocupar o lugar na AR, tendo 32% (24 deputados) dado lugar a novos elementos.

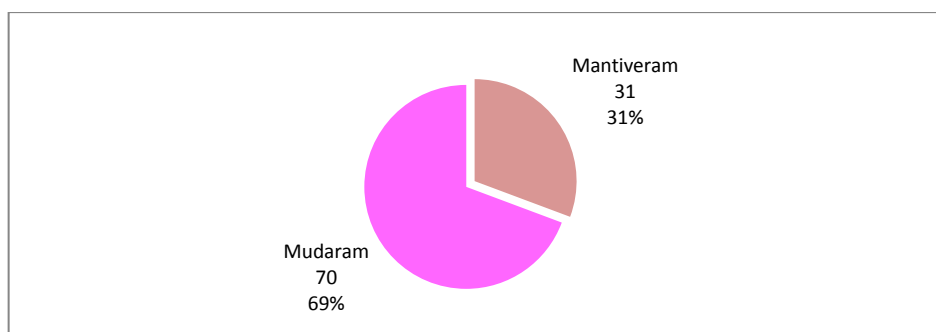
Gráfico 602 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1979 e 1980



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

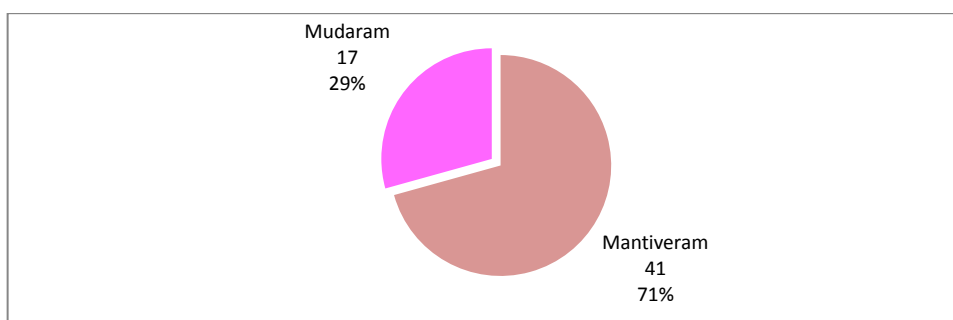
Em 1983, comparativamente a 1980, o PS apostou na renovação dos seus parlamentares, tendo procedido à substituição de 69% dos deputados (70) e mantido 31% destes (31).

Gráfico 603 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1980 e 1983



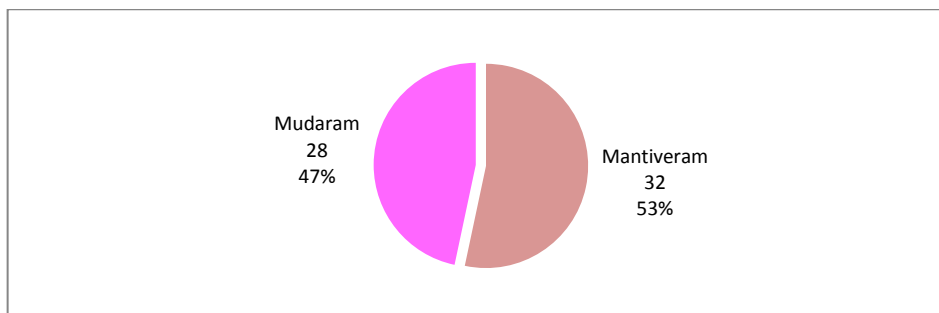
Nas legislativas de 1985, em comparação com 1983, o Partido Socialista apostou em manter a esmagadora maioria dos seus deputados (71%), contra uma mudança dos lugares de apenas 29%.

Gráfico 604 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1983 e 1985



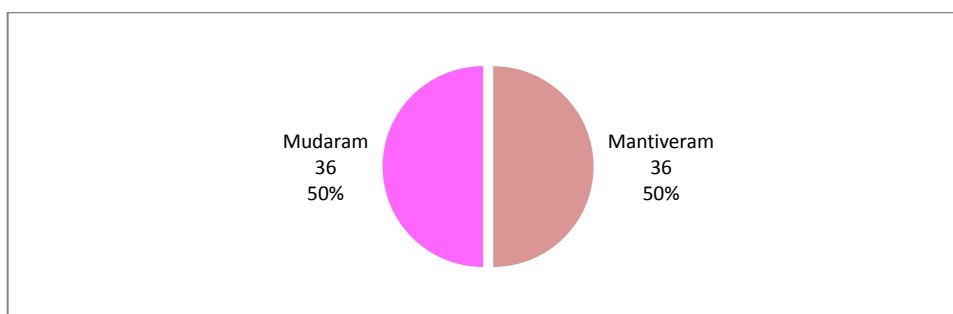
Em 1987, e comparando com 1985, o PS voltou à tônica anterior de uma maior estagnação nas listas de nomes de deputados com uma repetição do elenco em 53%, correspondentes a 32 deputados. Por seu turno, neste mesmo período, a percentagem de mudança atingiu os 47% (28 deputados).

Gráfico 605 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1985 e 1987



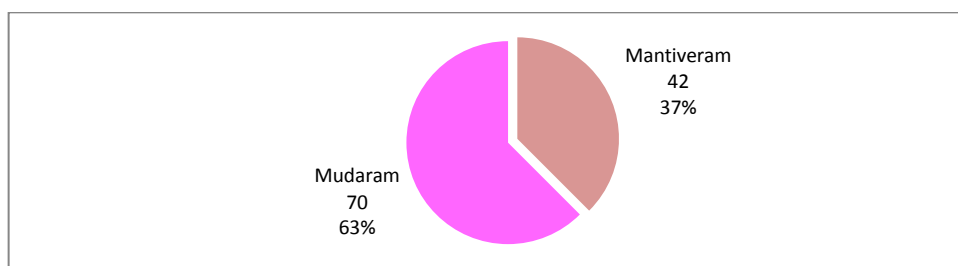
Em 1991, comparativamente a 1987, os socialistas elegeram 72 deputados à Assembleia da República, tendo apostado em manter nos lugares 50% dos mesmos, ou seja 36 parlamentares. Os restantes 36, ou seja os restantes 50%, entraram de novo.

Gráfico 606 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1987 e 1991



Em 1995, comparando com as eleições de 1991, o PS apostou novamente na mudança geral dos seus parlamentares, em relação ao mandato anterior, com 63% destes a deixarem a cadeira, continuando nos lugares 37% deles.

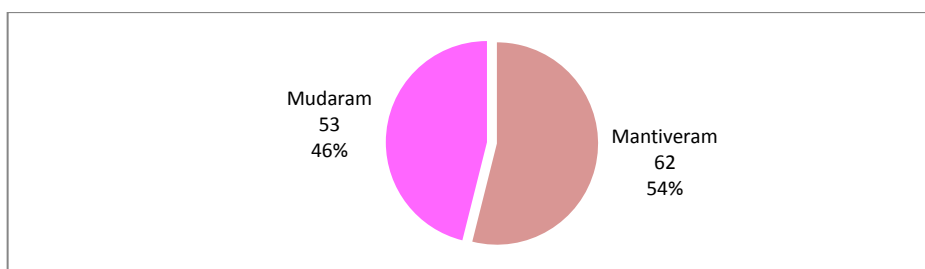
Gráfico 607 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1991 e 1995



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

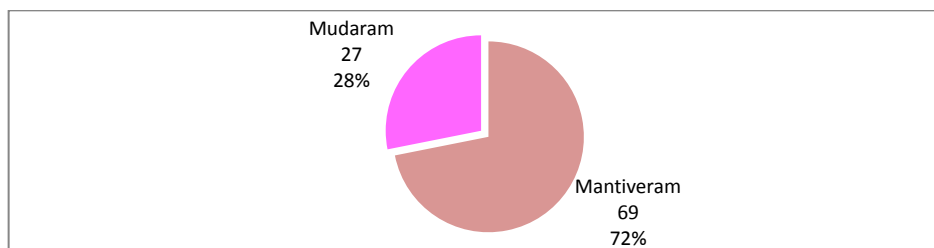
Em 1999, comparativamente ao ano de 1995, o PS optou por manter mais de metade (54%) dos deputados do mandato anterior nos lugares, tendo mexido em 46% dos mesmos.

Gráfico 608 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1995 e 1999



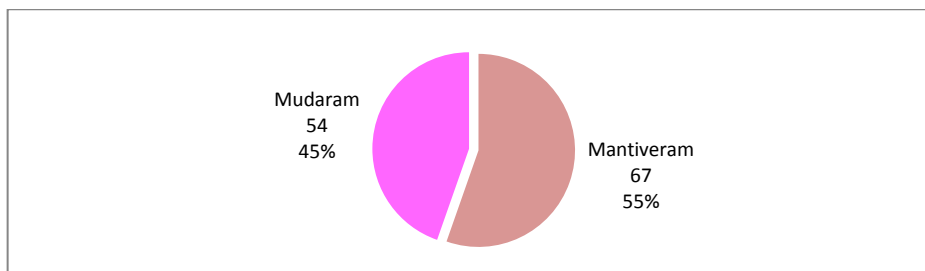
No ato eleitoral de 2002, e estabelecendo comparação com 1999, o PS repetiu 72% dos nomes, correspondentes a 69 deputados dos 96 que elegeram nesse ano. Assim, nas eleições de 2002 o PS bateu o seu record de sempre no que toca a estagnação parlamentar com apenas 28% dos deputados que entraram de novo para a Assembleia da República.

Gráfico 609 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 1999 e 2002



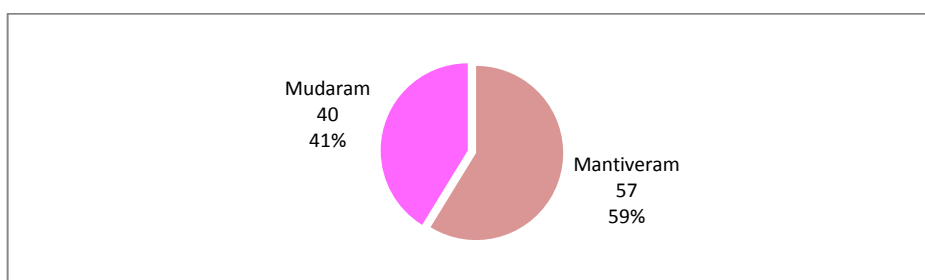
Em 2005 a estagnação nos nomes apresentados pelo PS à AR voltou a vencer com 55% dos parlamentares a continuarem nos lugares, contra 45% a deixarem a cadeira vaga para novas entradas.

Gráfico 610 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 2002 e 2005



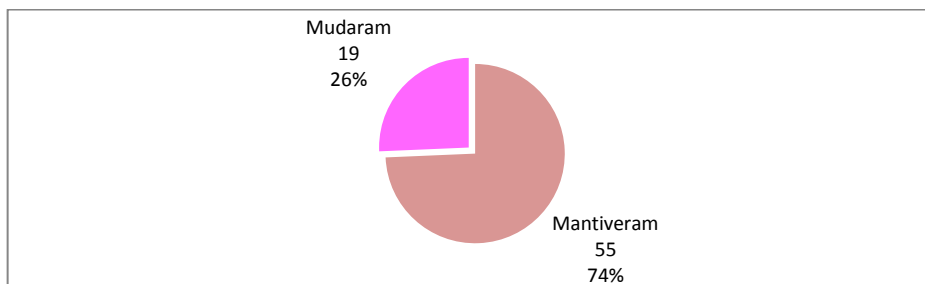
A tendência de continuidade da maior estagnação ou repetição dos nomes dos deputados que o PS apresentou à AR voltou a manter-se em 2009, num mandato em que José Sócrates obteve maioria absoluta dos votos na Assembleia da República. Dos 97 deputados eleitos nas listas do PS, 57 deles (59%) transitaram do mandato anterior e 41% (40) entraram de novo para a AR.

Gráfico 611 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 2005 e 2009



Nas eleições de 2011, o PS manteve 74% dos deputados e renovou 26%, numa comparação com a eleição anterior registada em 2009.

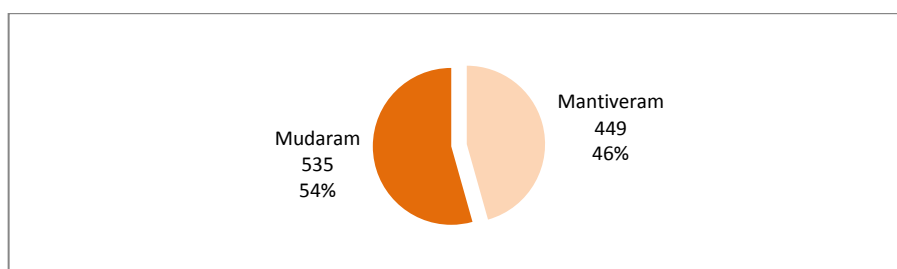
Gráfico 612 - Renovação/estagnação deputados PS AR - Comparação eleição 2009 e 2011



3.2.18.3 Deputados do PSD

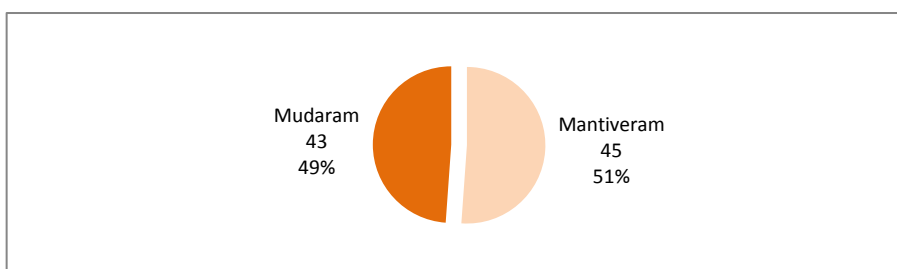
Numa análise global dos deputados do PSD eleitos para a Assembleia da República, no período da democracia, pode concluir-se que este partido tem um saldo positivo de renovação dos seus parlamentares. Dos 984 deputados que elegeu durante este período, 535 (54%) mudaram e 449 (46%) mantiveram-se. Significa isto que, tendo em conta as nove legislaturas em que o PSD se apresentou autonomamente a sufrágio primou por apostar maioritariamente na mudança dos nomes a apresentar ao eleitorado.

Gráfico 613 - Renovação/estagnação total deputados PSD AR no período da democracia



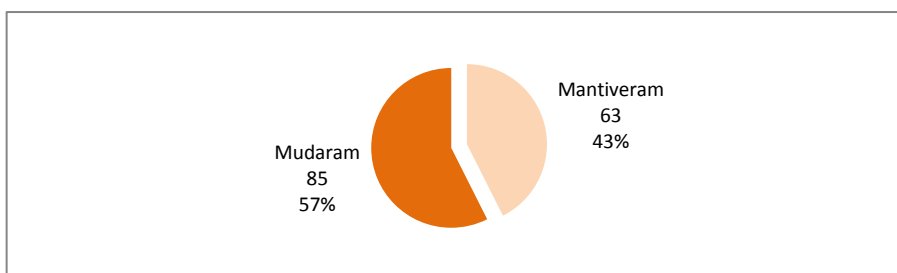
Em 1985 o PSD manteve 51% dos 88 lugares que preencheu. Ou seja recandidatou 45 dos deputados que vinham do mandato anterior, tendo procedido à mudança de 43 parlamentares (49%).

Gráfico 614 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1983 e 1985



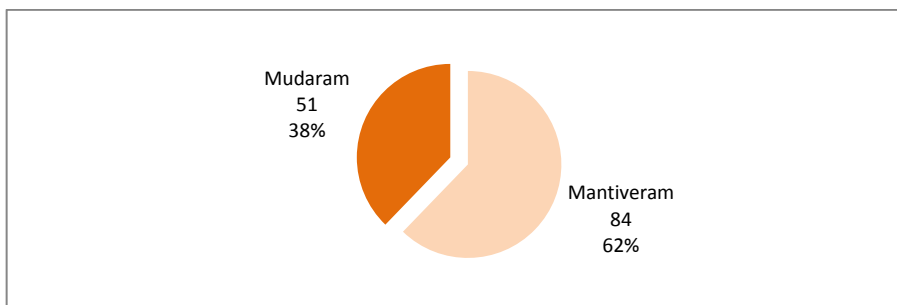
Mas a tendência renovadora do PSD voltou a surgir 1987, comparativamente a 1985, com 57% de mudanças no elenco, correspondentes a 85 dos 148 mandatos que obteve. Por seu turno, 43% (63 deputados) transitaram do mandato anterior.

Gráfico 615 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1985 e 1987



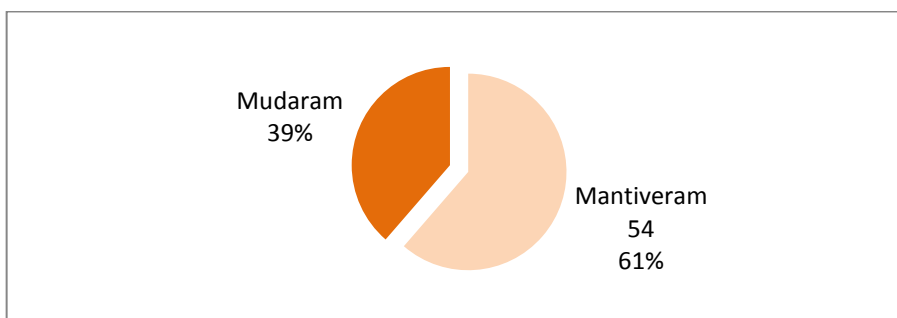
A eleição de 1991, comparativamente a 1987, marcou a diferença no sentido inverso. Dos 135 mandatos obtivos, neste mandato, o PSD manteve 84 deputados nos lugares (62%), tendo procedido à substituição de 38% dos mesmos.

Gráfico 616 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1987 e 1991



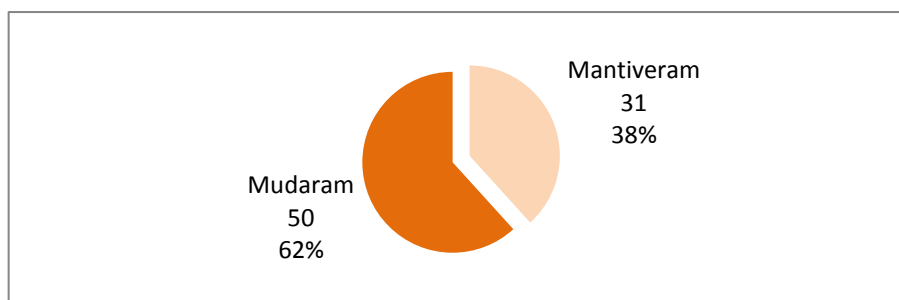
Em 1995 o PSD manteve 61% dos deputados da legislatura anterior (54 deputados), contra 39% daqueles que foram substituídos.

Gráfico 617 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1991 e 1995



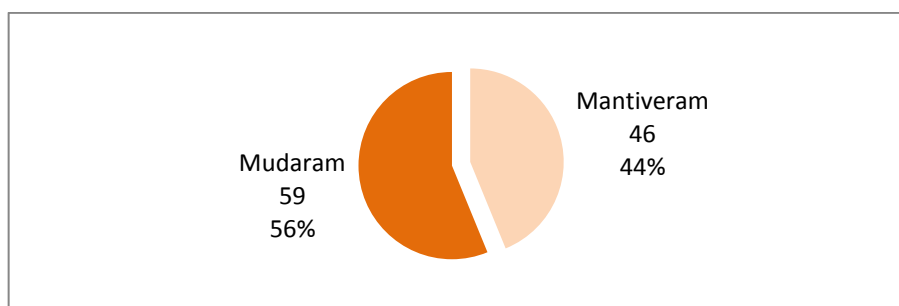
Em 1999, o PSD manteve 38% (31 deputados) e mudou 62% (50 deputados), em comparação àquela que tinha sido a sua opção em 1995, num total de 81 mandatos obtidos..

Gráfico 618 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1995 e 1999



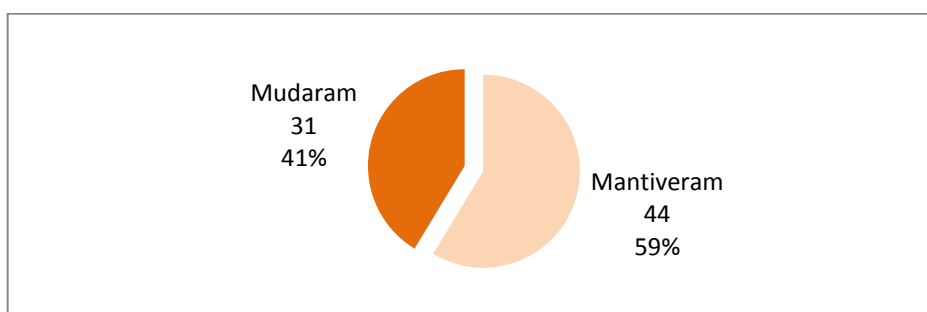
Em 2002, o PSD registou um nível de renovação de 56% dos deputados, comparativamente à eleição ocorrida em 1999. 44% mantiveram as cadeiras parlamentares ocupadas do mandato anterior.

Gráfico 619 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 1999 e 2002



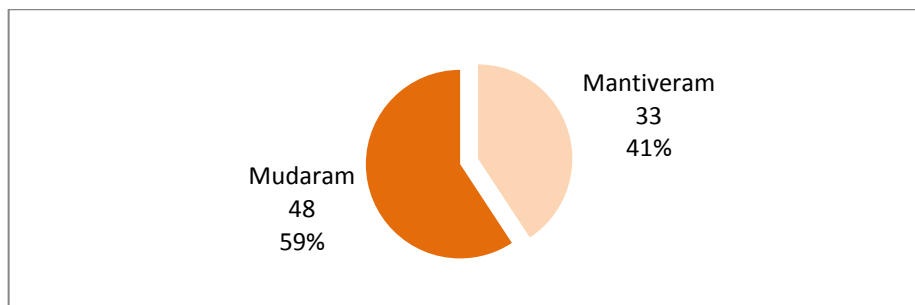
Nas legislativas de 2005, o PSD optou por não mexer grandemente na equipa a apresentar a sufrágio, tendo procedido apenas à substituição de 41% dos parlamentares (31 deputados), contra a repetição de 59% dos nomes (44 deputados).

Gráfico 620 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 2002 e 2005



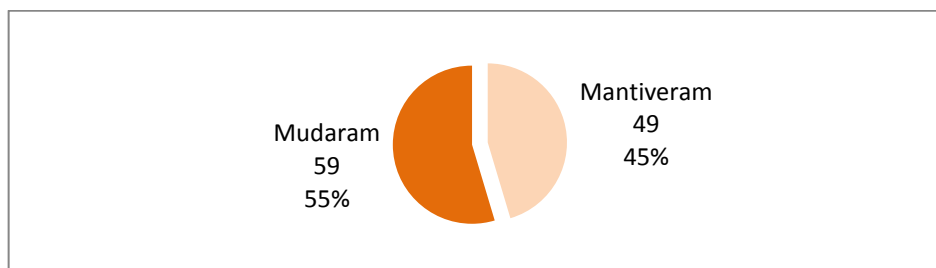
Em 2009, o PSD decidiu renovar o seu elenco, tendo registado valores de mudança de 59% (48 deputados) e mantido 41% dos nomes que vinham da legislatura anterior.

Gráfico 621 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 2005 e 2009



Numa fase de clara quebra de popularidade do PS, o PSD além de ter os olhos postos em voltar a liderar o Executivo, estava a passar por uma nova liderança que se queria afirmar. Para tal, uma das estratégias utilizadas passaria, não só por novas ideias e estratégias, mas também por uma renovação que pudesse dar uma imagem de mudança em relação ao passado. Assim, o PSD, em 2009, optou por mudar 55% dos nomes que o tinham representado na AR no mandato anterior, tendo mantido no lugar 45% destes.

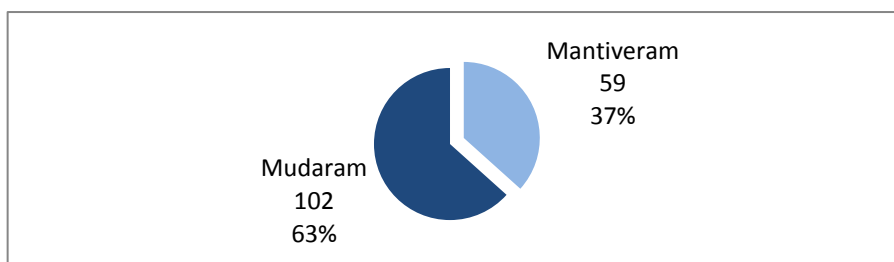
Gráfico 622 - Renovação/estagn. deputados PSD AR - Comparação eleição 2009 e 2011



3.2.18.4 Deputados do CDS

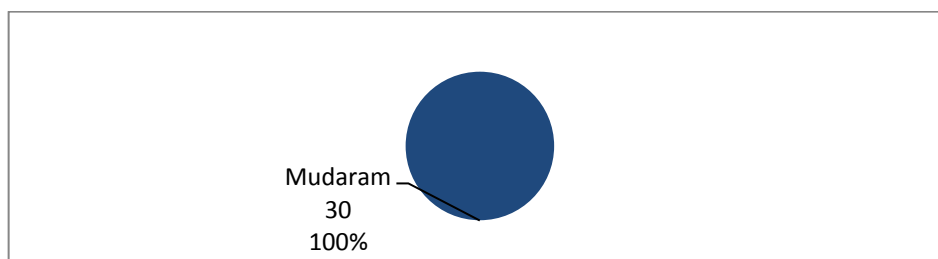
Entre 1983 e 2011 o CDS, nas eleições que se apresentou autonomamente à Assembleia da República, obteve um total de 161 mandatos. Numa análise global, destes registou uma mudança/renovação de 63%, ou seja 102 deputados, tendo a estagnação representado 37%, correspondentes a 59 parlamentares.

Gráfico 623 - Renovação/estagnação total deputados CDS AR no período da democracia



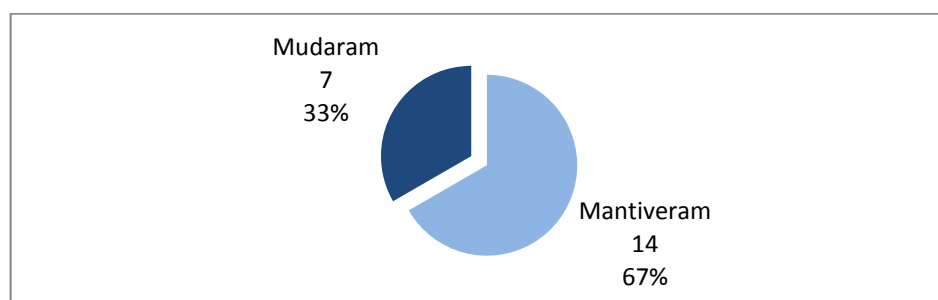
Em 1983 o CDS apresentou 30 caras novas como deputados à Assembleia da República comparativamente ao ano da eleição anterior que foi 1980. Ou seja 100% de mudança.

Gráfico 624 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1980 e 1983



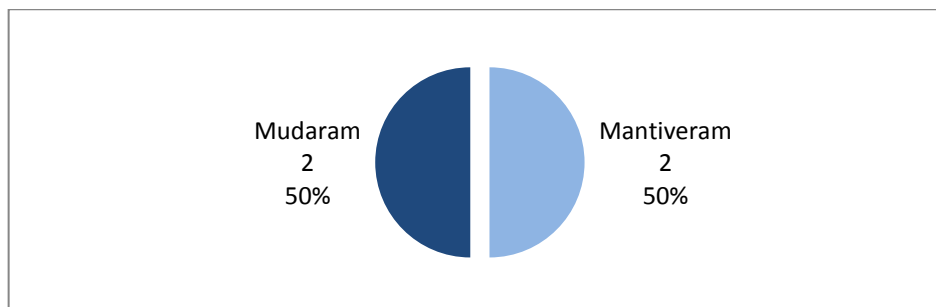
Em 1985, o CDS registou uma estagnação/repetição dos nomes dos deputados, em relação à eleição imediatamente anterior (1983) de 67% (14 deputados), ficando a mudança com um quota de 33%, correspondentes a 7 parlamentares que se renovaram em relação ao mandato anterior.

Gráfico 625 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1983 e 1985



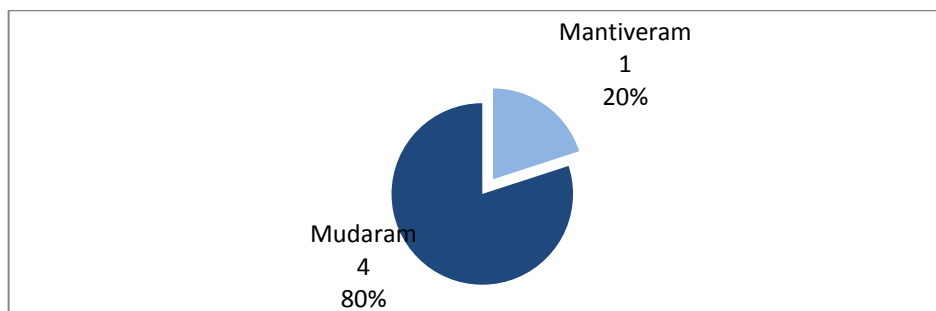
Nas eleições de 1987, dos quatro deputados que o CDS conseguiu eleger para a Assembleia da República, metade (50%) vieram do mandato anterior e os restantes 50% entraram de novo para a Assembleia da República.

Gráfico 626 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1985 e 1987



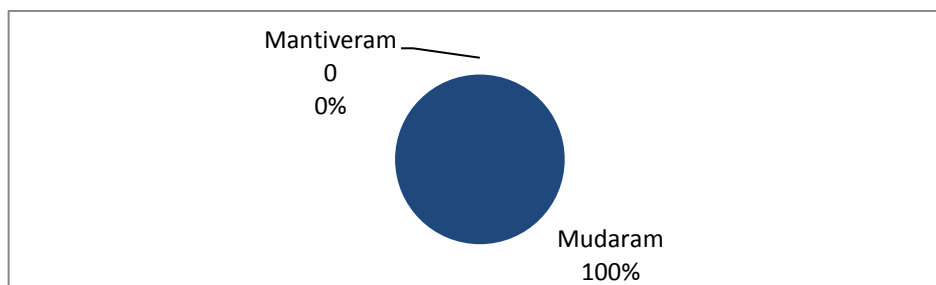
Mudança absolutamente significativa foi a registada nas eleições legislativas de 1991 em que o CDS bateu todos os records das mudanças percentuais dos lugares de deputados. Dos cinco mandatos obtidos apenas um, correspondente a 20%, se manteve no lugar. Os restantes quatro deputados (80%) deixaram a cadeira vaga para novos nomes.

Gráfico 627 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1987 e 1991



Em 1995, o CDS renovou a totalidade dos seus deputados à Assembleia da República, comparativamente ao mandato imediatamente anterior.

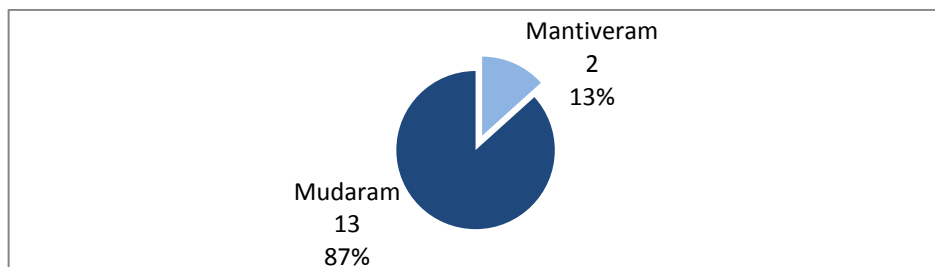
Gráfico 628 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1991 e 1995



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

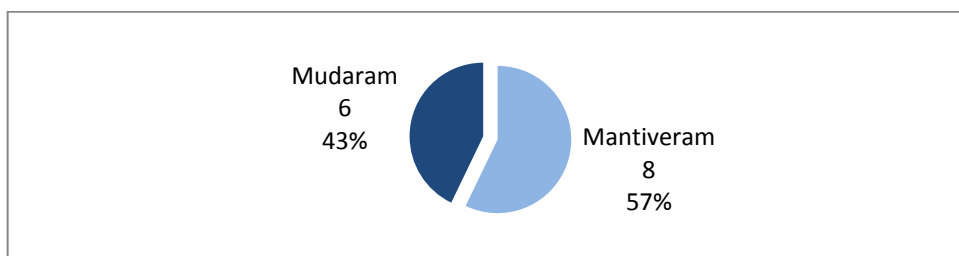
Nas eleições legislativas registadas em 1999, em comparação com o ato eleitoral de 1995, o CDS atingiu um nível de renovação de 87%. Ou seja, dos 15 mandatos obtido pelo CDS, 13 deles foram atores políticos novos em relação ao mandato imediatamente anterior.

Gráfico 629 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1995 e 1999



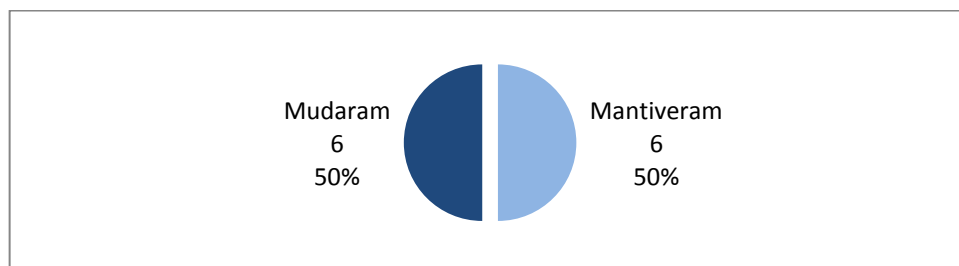
Seria em 2002 que o CDS viria a acalmar a sua tendência de renovação dos nomes dos seus deputados à Assembleia da República, com uma manutenção do elenco do mandato anterior de 57%, correspondentes a 8 deputados, contra 43% de mudança (6 deputados).

Gráfico 630 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 1999 e 2002



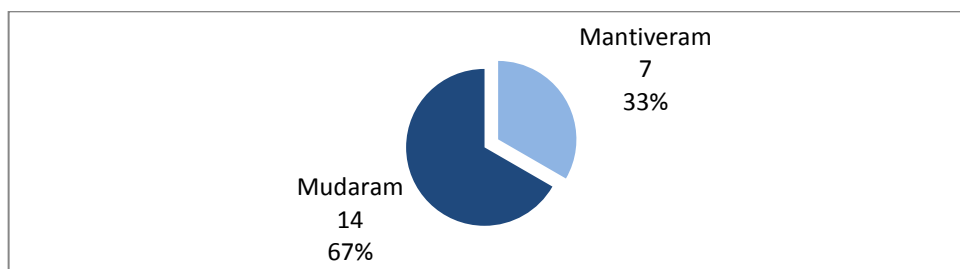
O ano de 2005, comparativamente a 2002, foi marcado pelo equilíbrio entre a renovação e a estagnação. Dos 12 deputados eleitos, seis deles (50%) transitaram do mandato anterior e outros tantos entraram de novo.

Gráfico 631 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 2002 e 2005



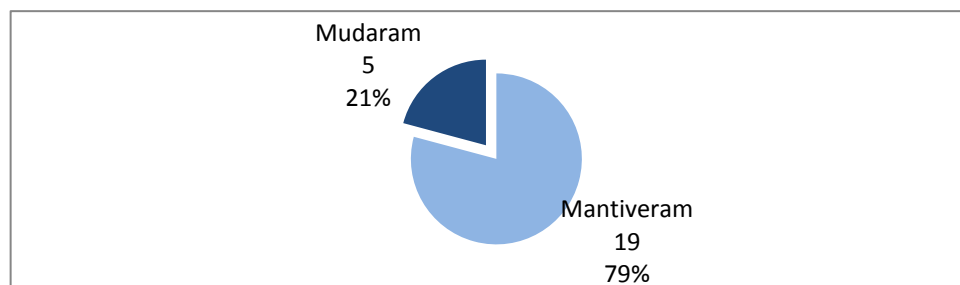
À semelhança do que vinha sucedendo, o CDS voltou, 2009, a dar novamente preferência à dança de cadeiras. A renovação dos nomes dos deputados à Assembleia da República voltou a sobressair com 67% dos deputados a mudarem e 33% a manterem-se nos lugares, respectivamente 14 a deixarem a cadeira e apenas 7 a continuarem nos lugares, vindos da legislatura anterior.

Gráfico 632 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 2005 e 2009



Sentido inverso viria a ter a posição assumida pelo CDS em 2011 optando por uma manutenção de 79% dos seus parlamentares (19 deputados), contra 21% de novas figuras, correspondentes a 5 parlamentares.

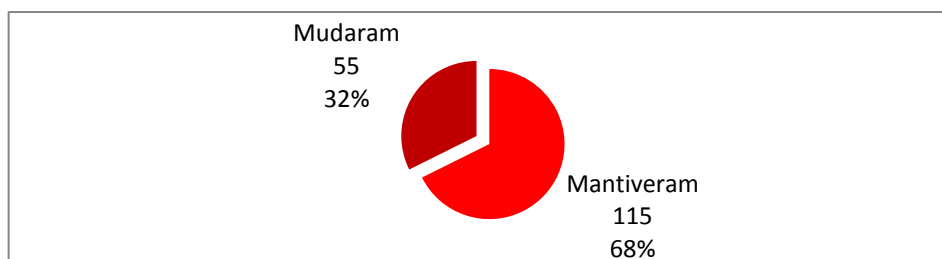
Gráfico 633 - Renovação/estagn. deputados CDS AR - Comparação eleição 2009 e 2011



3.2.18.5 Deputados do PCP

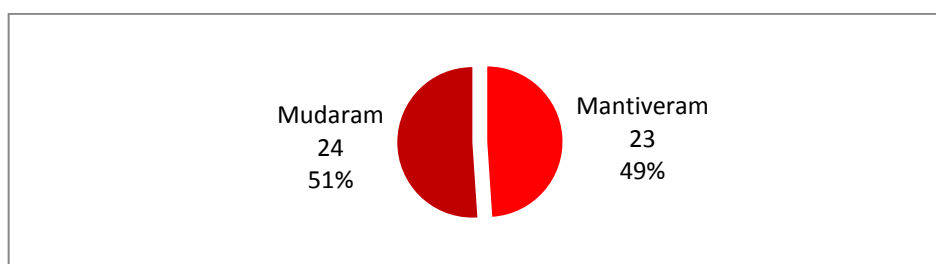
Nas quatro legislaturas em que o PCP se apresentou ao eleitorado como Partido Comunista Português, registamos que a tendência média geral foi a de uma forte opção pela manutenção dos nomes dos deputados à Assembleia da República. Do total de 170 deputados que o PCP elegeu nas quatro legislaturas, registou uma estagnação de 68%, correspondentes a 115 parlamentares, tendo renovado em apenas 32%, ou seja mudado 55 deputados.

Gráfico 634 - Renovação/estagnação total deputados PCP AR no período da democracia



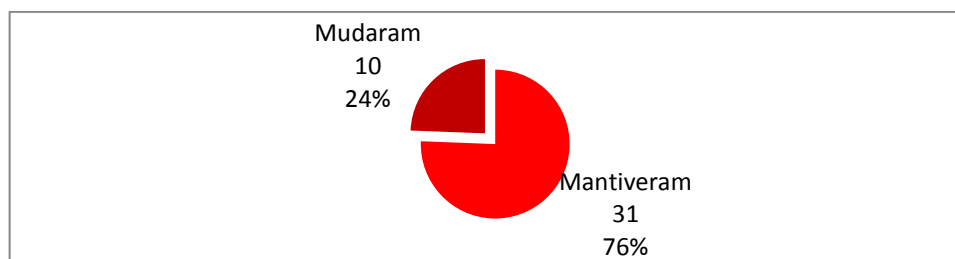
O PCP, em 1979, comparativamente a 1976 procedeu à mudança de 51% dos parlamentares, correspondentes a 24 deputados de um total de 47 eleitos.

Gráfico 635 - Renovação/estagnação deputados PCP AR - Comparação eleição 1976 e 1979



Numa tendência marcadamente de manutenção dos elencos, o PCP, em 1980, registou novamente uma considerável estagnação dos nomes, com 76% dos parlamentares a continuarem nos lugares, correspondentes a 31 deputados, tendo apenas procedido a mudanças em 24%, correspondentes a 10 novas entradas.

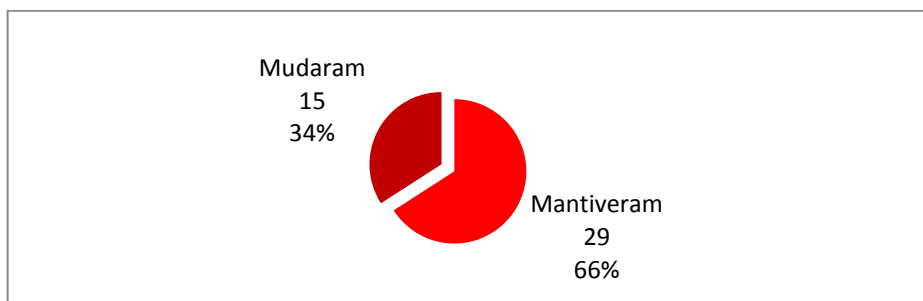
Gráfico 636 - Renovação/estagn. deputados PCP AR - Comparação eleição 1979 e 1980



Sem grandes alterações na estratégia assumida, o PCP continuou, em 1983, ainda que de forma mais leve, a primar pela estagnação dos lugares de deputados. Dos 44 mandatos que

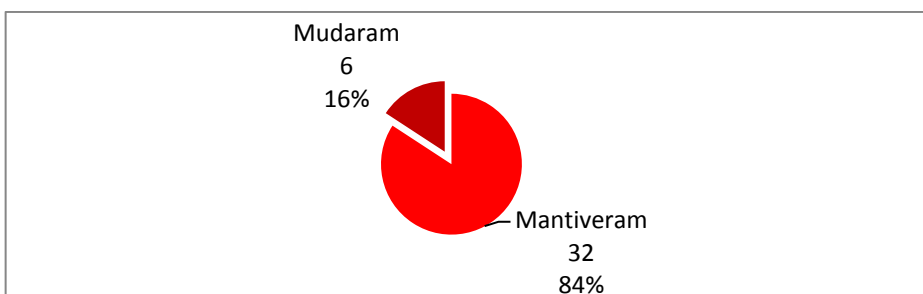
obteve, 29 (66%) vinham do mandato anterior e apenas 15 (34%) entraram de novo para o Parlamento.

Gráfico 637 - Renovação/estagn. deputados PCP AR - Comparação eleição 1980 e 1983



No último mandato em que o PCP se aprestou com esta mesma sigla, no ano de 1985, a tendência para a não renovação dos nomes dos deputados à Assembleia da República atingiu o seu nível máximo de estagnação com 84%, correspondentes a 32 deputados que vieram do mandato anterior. Do total de 48 parlamentares que o PCP teve na AR, apenas 6 (16%) entraram de novo.

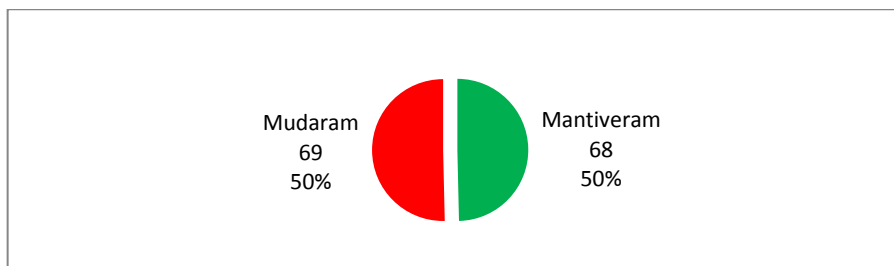
Gráfico 638 - Renovação/estagn. deputados PCP AR - Comparação eleição 1983 e 1985



3.2.18.6 Deputados da CDU

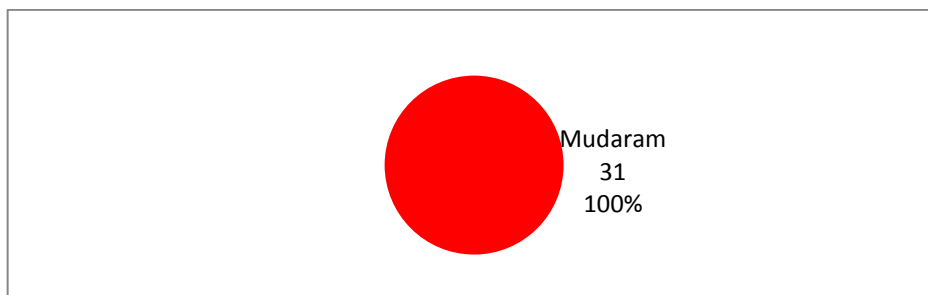
A coligação entre o PCP e Os Verdes terá vindo a ajustar alguns equilíbrios nos níveis de renovação na ala esquerda. O PCP que até então mantinha níveis elevados de manutenção dos nomes, com a entrada de Os Verdes viriam a equilibrar mais a relação entre renovação e estagnação. Do total de 137 deputados que os dois partidos unidos elegeram nos sete mandatos, registou-se uma mudança de 69 deputados e uma manutenção de 68.

**Gráfico 639 - Renovação/estagnação total deputados CDU AR no período da
democracia**



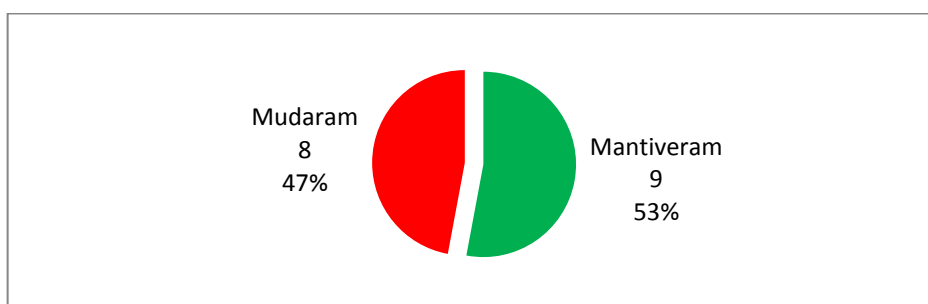
Em 1987 a CDU resolveu avançar com 100% de caras novas como candidatos às eleições legislativas.

Gráfico 640 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 1985 e 1987



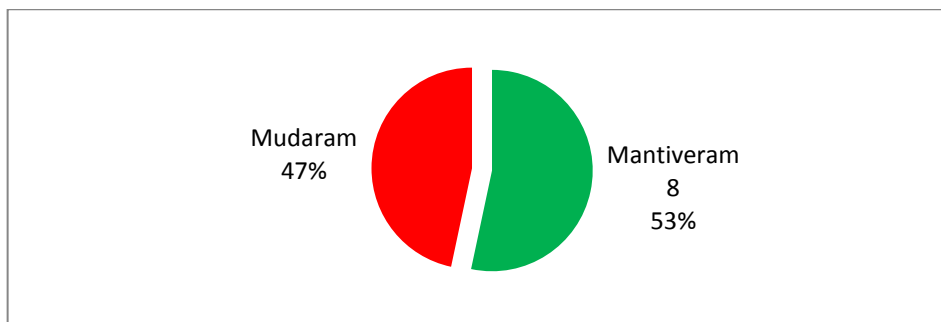
Nas eleições de 1991, a coligação CDU andaria muito perto da tendência da média geral obtida, com uma renovação de 47% (8 deputados), contra 53% de estagnação (9 deputados).

Gráfico 641 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 1987 e 1991



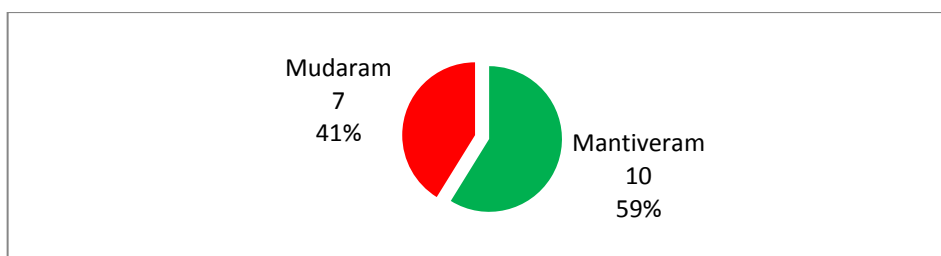
Uma tendência que se viria a manter na eleição de 1995, em que houve uma mudança de 47% dos deputados contra 53% de manutenção dos nomes, numa comparação com o ano de 1991.

Gráfico 642 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 1991 e 1995



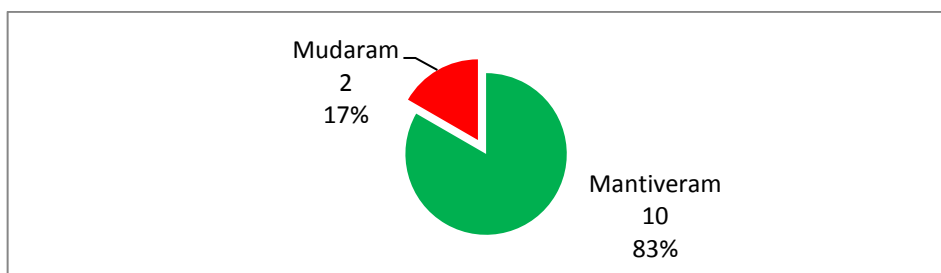
Nas eleições legislativas registadas em 1999, a CDU, em comparação com o ano de 1995 estagnou em cerca de 59%, percentagem esta correspondente a 10 deputados, tendo procedido à mudanã de 41%, equivalentes a 7 parlamentares.

Gráfico 643 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 1995 e 1999



O verdadeiro caminho de regresso àquilo que o PCP já tinha vivido, enquanto força candidata a eleições sozinha, regressou em 2002, com a estagnação a atingir valores record de 83%. Ou seja, 10 dos 12 deputados da CDU eram os mesmos do mandato anterior.

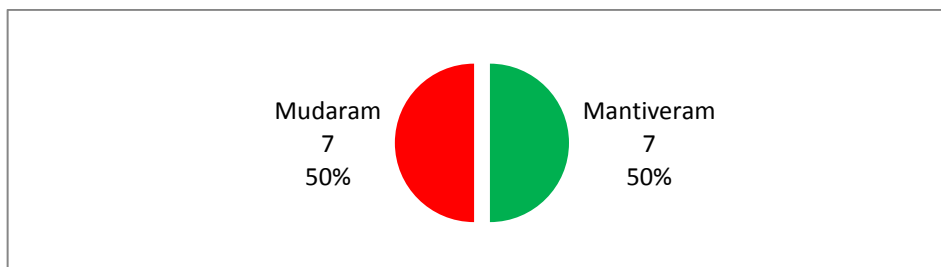
Gráfico 644 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 1999 e 2002



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

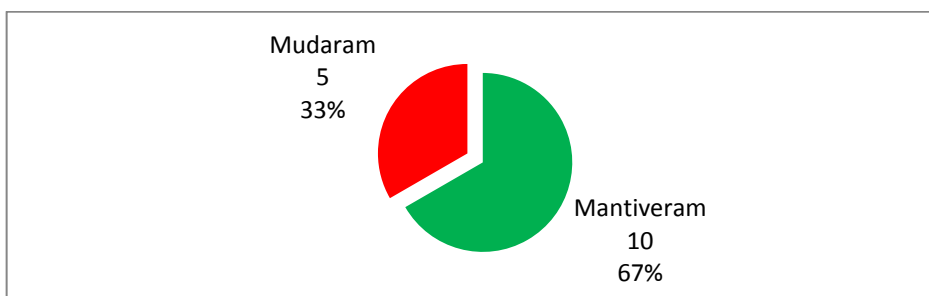
Em 2005 a CDU registou um nível de renovação e estagnação exatamente iguais. Obtiveram ambas 50%, correspondentes a 7 parlamentares que mudaram e outros tantos que se mantiveram.

Gráfico 645 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 2002 e 2005



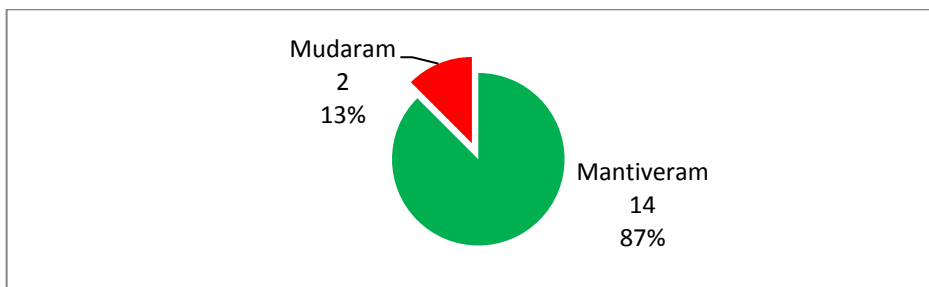
A tendência da CDU para manter o elenco voltou em 2009, com uma percentagem de estagnação de 67%, contra 33% de renovação dos nomes em relação ao mandato imediatamente anterior.

Gráfico 646 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 2005 e 2009



Em 2011, a CDU vem novamente reforçar aquilo que era a sua tendência geral dos últimos mandatos, tendo registado uma estagnação de 87% dos seus parlamentares.

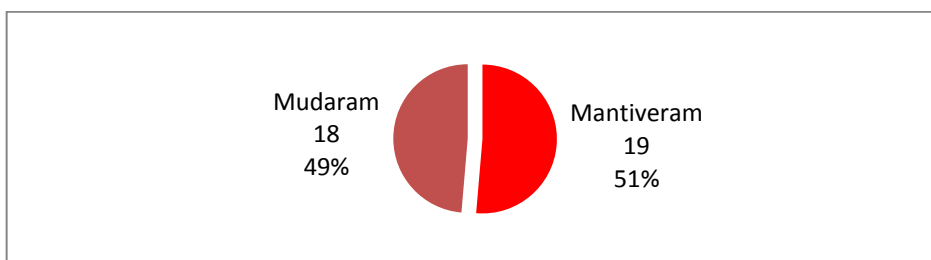
Gráfico 647 - Renovação/estagn. deputados CDU AR - Comparação eleição 2009 e 2011



3.2.18.7 Deputados do BE

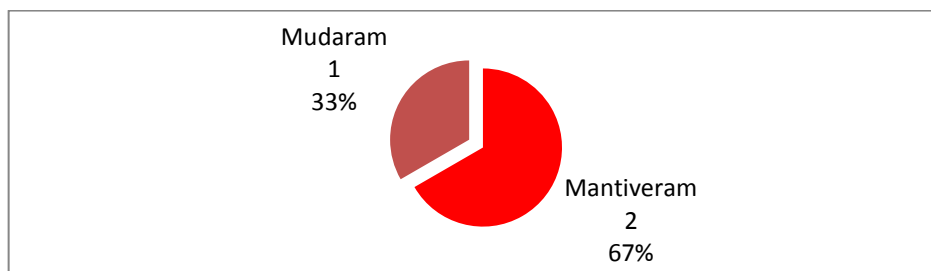
Em termos médios gerais, nas cinco legislaturas em que o BE se apresentou ao eleitorado, existe algum equilíbrio entre os deputados que se renovam e aqueles que se mantêm dos mandatos anteriores. No total das cinco legislaturas, nas quais o BE obteve 37 mandatos, registou uma estagnação de 51% (19 deputados) e renovou numa percentagem de 49% (18 deputados).

Gráfico 648 - Renovação/estagnação total deputados BE AR no período da democracia



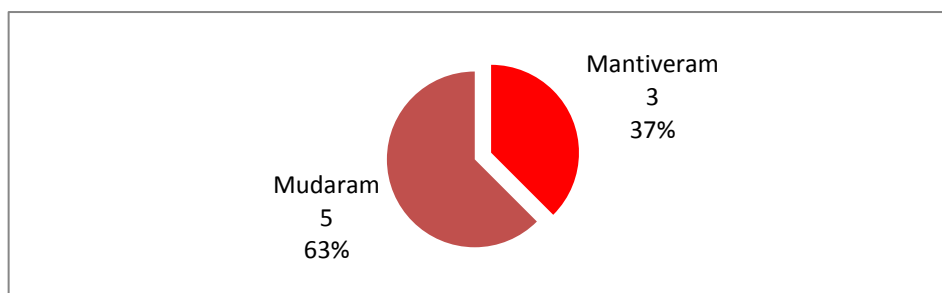
Em 2002 o BE elegeu 3 deputados à Assembleia da República, dos quais 2 vinham do mandato anterior – 1999, dados estes correspondentes a 67% de estagnação em 33% de renovação parlamentar.

Gráfico 649 - Renovação/estagn. deputados BE AR - Comparação eleição 1999 e 2002



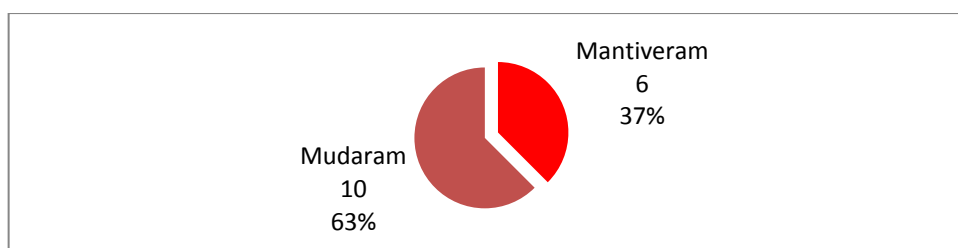
A opção de renovação do BE cedo viria a surgir. Logo em 2005, o BE deu sinais de que não queria apostar demasiado na estagnação dos lugares dos parlamentares, tendo renovado 63% dos mesmos, correspondentes a 5 deputados, e mantido apenas 37% (3 deputados).

Gráfico 650 - Renovação/estagn. deputados BE AR - Comparação eleição 2002 e 2005



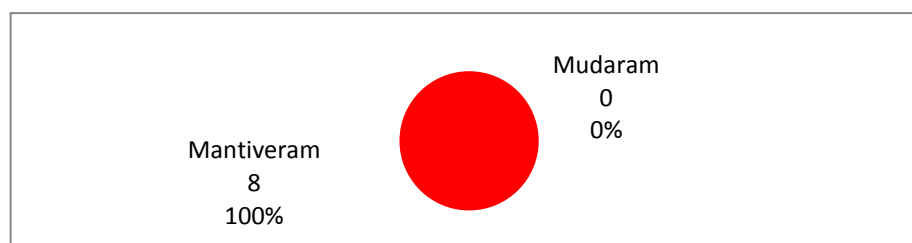
Uma tendência renovadora que se viria a manter na em 2009, novamente com 63%, mas que desta feita, devido ao aumento do número de mandatos obtidos pelo BE dizia respeito a 10 deputados novos. Mantiveram-se nos lugares, neste mesmo período, 37%, correspondentes a 6 parlamentares que transitaram do mandato anterior.

Gráfico 651 - Renovação/estagn. deputados BE AR - Comparação eleição 2005 e 2009



Em 2011, o BE mantinha todos os seus deputados do mandato anterior. Ou seja registou, desta feita, uma estagnação de 100% dos lugares, correspondentes a 8 deputados. Aqui, talvez seja importante salientar, como justificação para a não renovação, a forte queda do BE na eleições legislativas com a perda de metade dos mandatos obtidos.

Gráfico 652 - Renovação/estagn. deputados BE AR - Comparação eleição 2009 e 2011

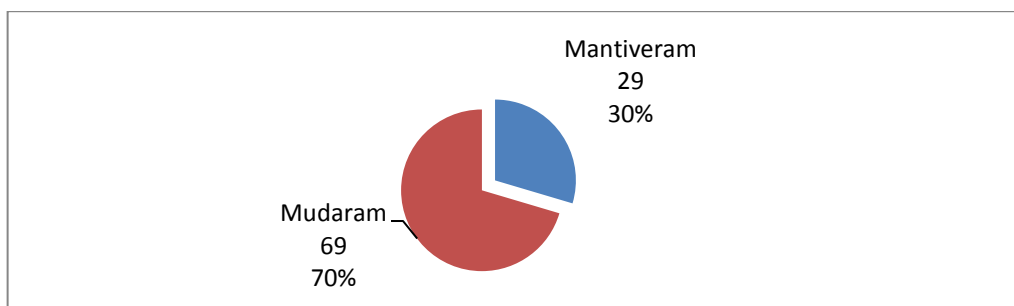


3.2.18.8 Eurodeputado – geral

Das diferentes eleições efectuadas em Portugal, o sufrágio para o Parlamento Europeu é aquele que apresenta uma maior renovação dos nomes.

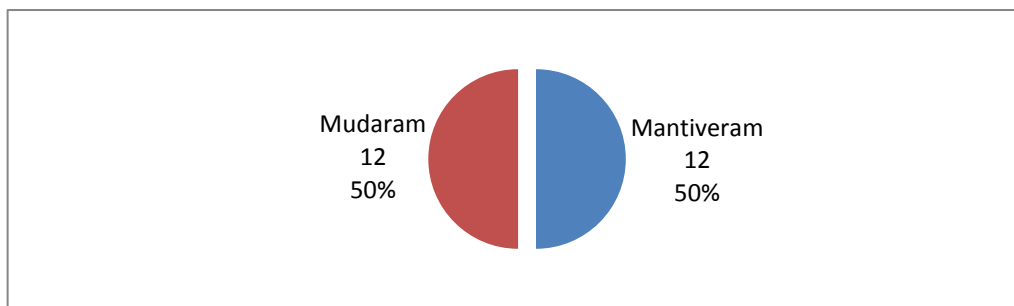
Entre os 98 lugares que foram ocupados a partir do segundo acto eleitoral (1989), inclusivé, mandato a partir do qual é possível estabelecer a base de comparação, e até ao último registado em 2009, verificou-se uma renovação total de 69 nomes eleitos, correspondentes a 70%, sendo o número daqueles que se mantiveram de 29, significando como tal uma estagnação de 30%.

Gráfico 653 - Renovação/estagnação total eurodeputados



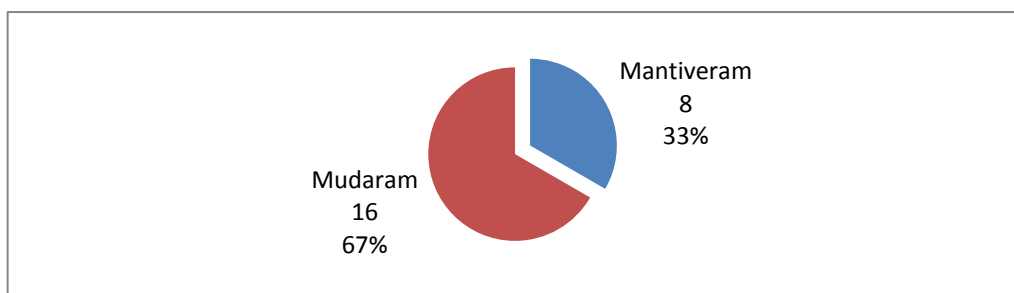
Metade dos 24 deputados que foram eleitos para o Parlamento Europeu em 1987 não continuaram nos lugares na eleição de 1989. Ou seja, verificou-se uma renovação de 50% dos lugares.

Gráfico 654 - Renovação/estagnação comparada eurodeputados - eleição de 1987 e 1989



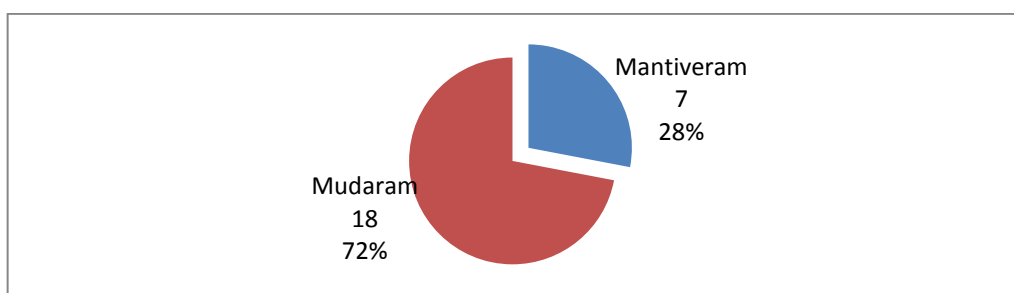
Em 1994, comparativamente às eleições anteriores (1989), o número de deputados que mudou foi de 16 (67%) e os que se mantiveram 8 (33%).

Gráfico 655 - Renovação/estagnação comparada eurodeputados - eleição de 1989 e 1994



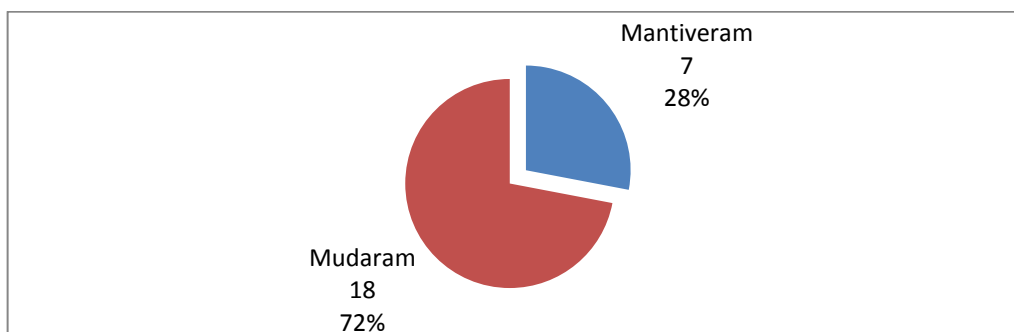
Seguindo a tendência para uma renovação dos nomes eleitos para o Parlamento Europeu, em 1999 os números da renovação dos deputados, relativamente à eleição anterior (1994), foram de 72% contra apenas 28% daqueles que se mantiveram nas mesmas funções.

Gráfico 656 - Renovação/estagnação comparada eurodeputados - eleição de 1994 e 1999



As eleições de 2004 não fugiram à regra tendo os números da renovação e da estagnação sido iguais aos verificados em 1999. 72% para a renovação e 28% para a estagnação.

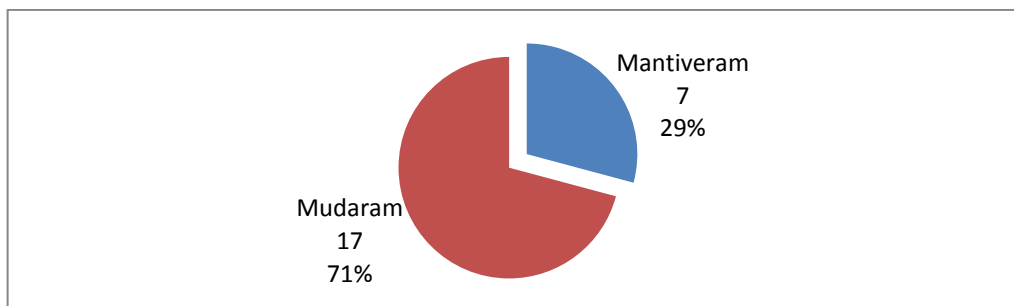
Gráfico 657 - Renovação/estagnação comparada eurodeputados - eleição de 1999 e 2004



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Em 2009 o número de deputados que continuou no lugar e o daqueles que mudaram quase não registou mudanças. Houve apenas menos 1% de renovação do que aquilo que se tinha verificado em 2004. Significa isto que mudaram 17 deputados e mantiveram-se 7.

Gráfico 658 - Renovação/estagnação comparada eurodeputados - eleição de 2004 e 2009



Numa análise mais relativa ao número dos eurodeputados que se perpetuam nos lugares e do número de vezes em que isso se verifica, salientamos que 7 deles foram eleitos entre 3 e 4 vezes, ocupando com isso 23 mandatos dos 144 possíveis, correspondentes a 15,97% do total

Aqueles que cumpriram entre uma e duas legislaturas foram 95, tendo como tal ocupado 121 mandatos, correspondentes a 84,02% do total dos 144.

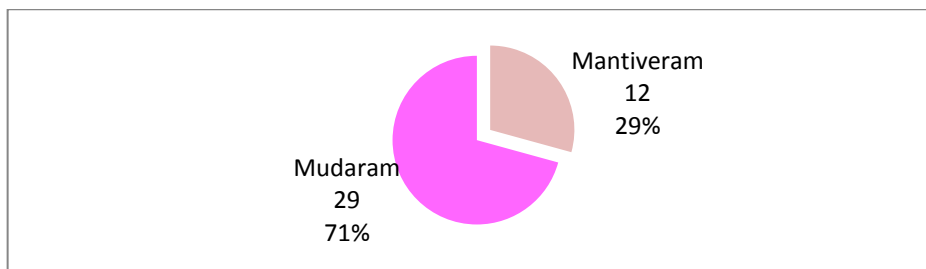
Quadro 8 – Eurodeputados versus mandatos ocupados

Número de mandatos cumpridos	Número de eurodeputados “repetentes”	Total de mandatos ocupados
4	2	8
3	5	15
2	26	52
1	69	69
TOTAL	102	144

3.2.18.9 Eurodeputado do PS

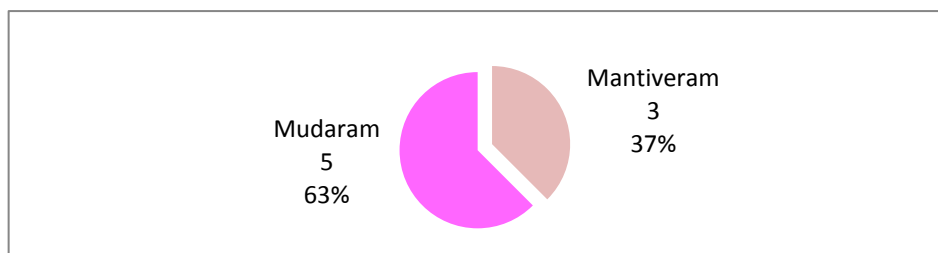
Nas eleições para o Parlamento Europeu o PS, ao longo dos cinco mandatos, registou uma mudança média geral no elenco de eurodeputados de 71%, correspondente a uma renovação de 29 dos 41 mandatos obtidos, tendo o número de eurodeputados que repetiu o lugar sido de 12, correspondentes a 29% de estagnação.

Gráfico 659 - Renovação/estagnação total eurodeputados do PS



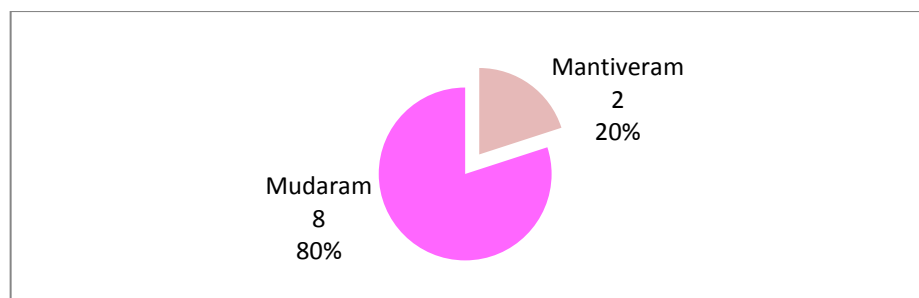
Em 1989, o PS mudou 5 dos 8 deputados que tinha elegido em 1987 tendo registado, por esse motivo, uma renovação de nomes de 63% e uma estagnação de 37% dos parlamentares.

Gráfico 660 - Renovação/estagn. eurodeputados PS - Comparação eleição 1987 e 1989



Prosseguindo a tendência para seguir o princípio da renovação dos eurodeputados, o PS voltou, nas eleições registadas em 1994 a apresentar 8 novos nomes de eurodeputados, contra apenas dois que transitaram do mandato anterior que terminou em 1989. Estes números indicam uma renovação de 80%, ficando-se a repetição dos nomes por uns modestos 20%.

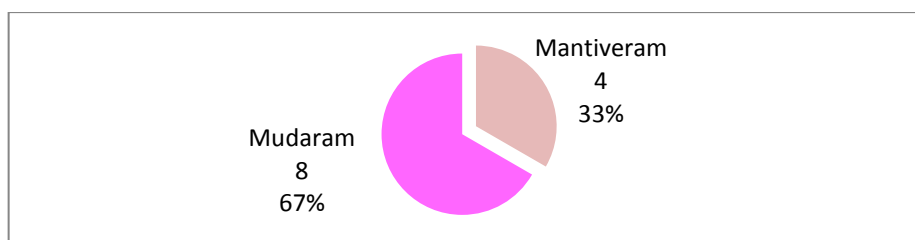
Gráfico 661 - Renovação/estagn. eurodeputados PS - Comparação eleição 1989 e 1994



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

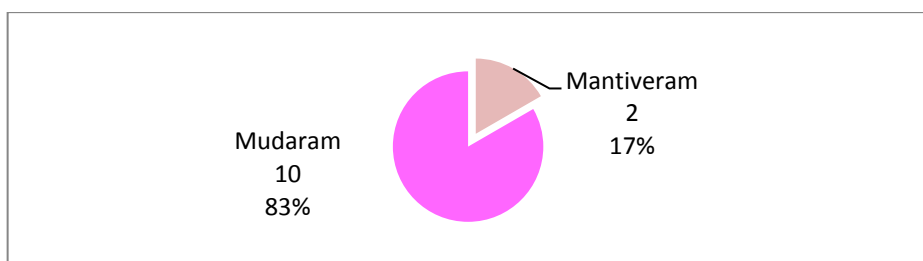
Apesar de em percentagem inferior, a tendência geral para uma renovação bastante razoável nas eleições para o Parlamento Europeu voltaria a dar sinais em 1999, com uma mudança de 8 dos 12 nomes eleitos pelo PS, respectivamente 67% de renovação e 33 de estagnação.

Gráfico 662 - Renovação/estagn. eurodeputados PS - Comparação eleição 1994 e 1999



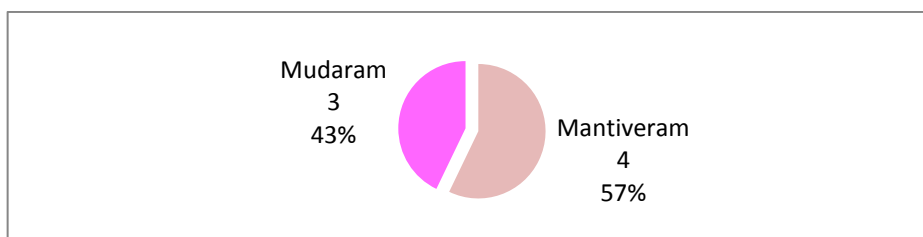
O ano de 2004 foi aquele em que o PS mais renovou as suas listas de deputados ao Parlamento Europeu. 83% do eurodeputados do PS, correspondentes a 10 lugares, eram nomes que entravam de novo. Apenas dois eurodeputados (17%) transitaram da legislatura anterior que terminou em 1999.

Gráfico 663 - Renovação/estagn. eurodeputados PS - Comparação eleição 1999 e 2004



Depois de alguns anos de renovação sucessiva, nas eleições de 2009, o PS entendeu travar um pouco os níveis de rotação dos seus eurodeputados. Do total de 7 mandatos obtidos manteve 4 (57%) e mudou 3 (43%).

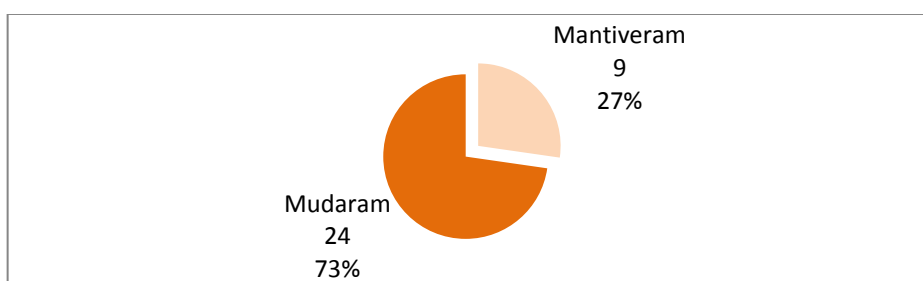
Gráfico 664 - Renovação/estagn. eurodeputados PS - Comparação eleição 2004 e 2009



3.2.18.10 Eurodeputado do PSD

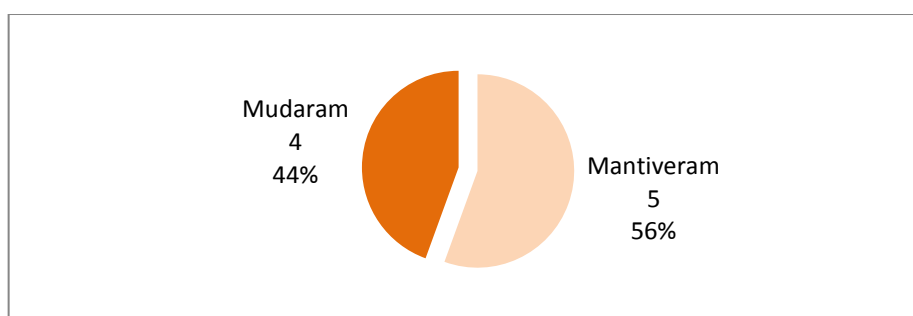
Os níveis de renovação médios gerais nos cinco mandatos para o Parlamento Europeu são em tudo semelhantes aos dos apresentados pelo PS. O PSD conseguiu até um nível global de renovação dos seus eurodeputados superior, atingindo uma renovação de 73% e uma estagnação de 27%, valores estes correspondentes à mudança de 24 dos 33 eurodeputados eleitos no total.

Gráfico 665 - Renovação/estagnação total eurodeputados do PSD



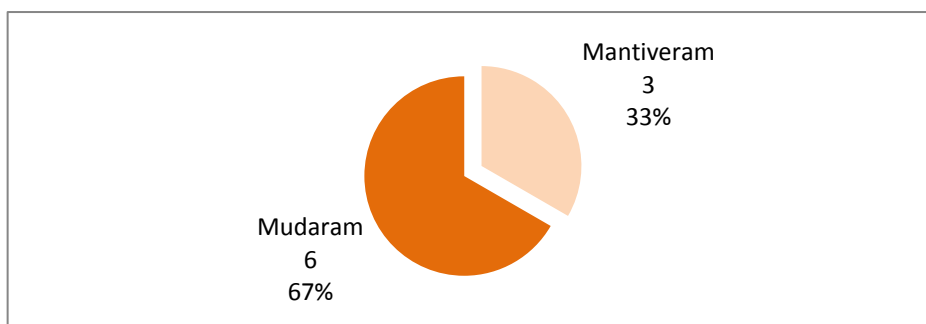
Fazendo uma análise comparativa entre as primeiras eleições para o Parlamento Europeu registadas em Portugal, que tiveram lugar em 1987, e as segunda que aconteceram em 1989, concluímos que o PSD registou uma estagnação de 56% (5 deputados) e mudou 44% dos mesmos (4 deputados).

Gráfico 666 - Renovação/estagn. eurodeputados PSD - Comparação eleição 1987 e 1989



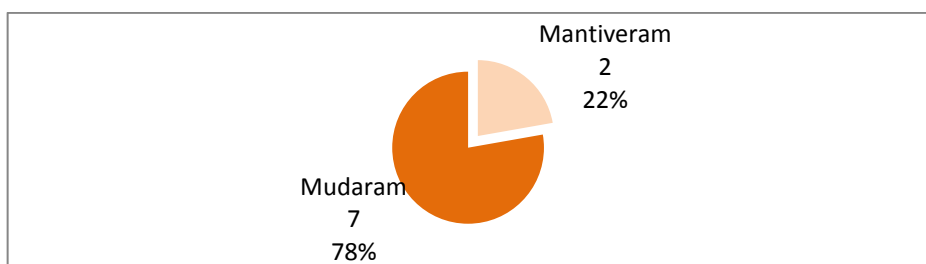
A partir de 1994 o PSD nunca mais deixou a tendência renovadora da sua lista de eurodeputados. Em comparação com 1989, mudou 6 dos 9 parlamentares, tendo por isso conseguido um nível de renovação nesse mandato de 67% e uma estagnação de 33%.

Gráfico 667 - Renovação/estagn. eurodeputados PSD - Comparação eleição 1989 e 1994



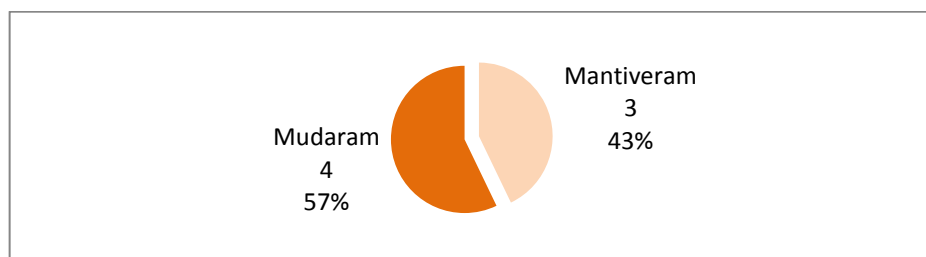
Com uma percentagem de renovação ainda maior, o PSD apresenta em 1999 uma mudança de sete dos seus nove deputados ao Parlamento Europeu que assumiram funções em 1994. Ou seja atingiu neste mandato uma percentagem renovadora de 78%.

Gráfico 668 - Renovação/estagn. eurodeputados PSD - Comparação eleição 1994 e 1999



Apesar de em valores bem mais baixos, o PSD continuou em 2004 a assumir a sua tónica renovadora, tendo mudado 57% dos seus eurodeputados e mantido 43% dos mesmos. Em termos numéricos, dos 7 mandatos obtidos, o PSD apresentou 4 caras novas no PE.

Gráfico 669 - Renovação/estagn. eurodeputados PSD - Comparação eleição 1999 e 2004

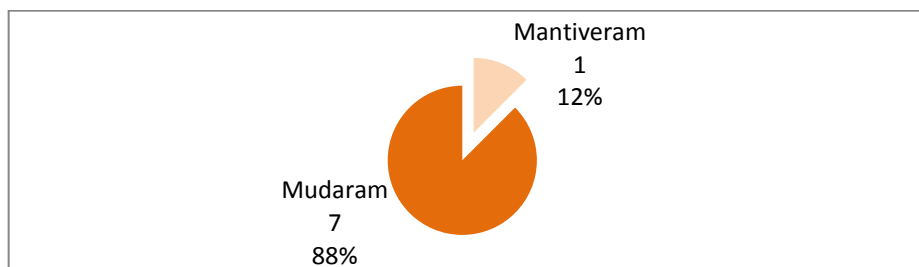


Mas o record da renovação nas eleições europeias por parte do PSD viria a acontecer precisamente no último acto eleitoral para o PE, que teve lugar em 2009 e ainda se encontra

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

em curso. Em comparação com 2004, o PSD mudou 7 dos seus europarlamentares, obtendo por essa razão uma taxa de renovação de 88%.

Gráfico 670 - Renovação/estagn. eurodeputados PSD - Comparação eleição 2004 e 2009

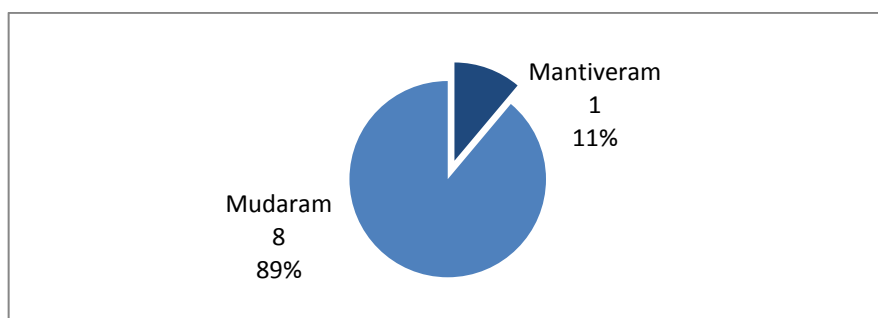


3.2.18.11 Eurodeputado do CDS

Ainda que os valores percentuais tenham que ter em linha de conta o reduzido número de mandatos que o CDS consegue para o Parlamento Europeu, a verdade é que se apresenta como aquele que maior taxa de renovação assume.

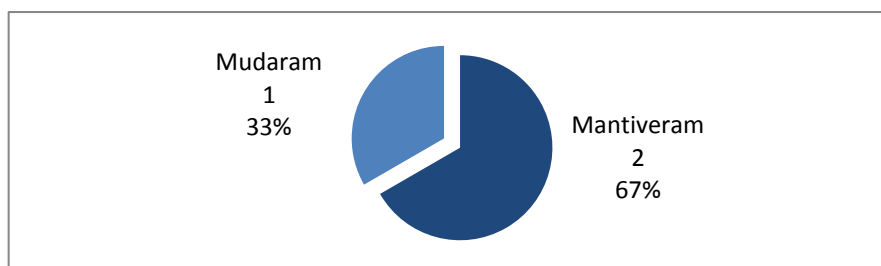
Nos cinco mandatos para o PE o CDS elegeu 9 deputados, tendo procedido à renovação de 8 (89%) e repetido apenas 1, correspondente a 11%.

Gráfico 671 - Renovação/estagnação total eurodeputados do CDS



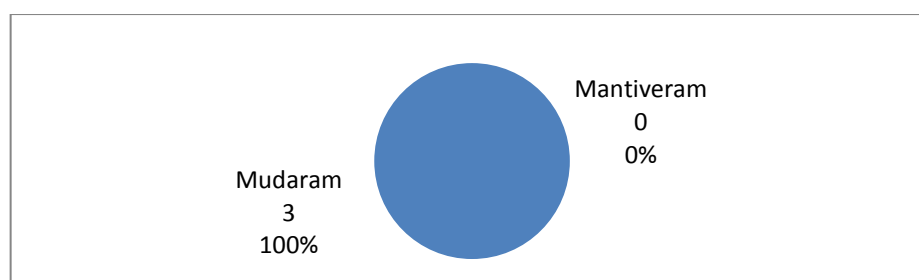
Numa análise comparativa com o mandato imediatamente anterior, dos três deputados que o CDS elegeu em 1989, dois deles já tinham ocupado o lugar em 1987, ano das primeiras eleições para o PE em Portugal. Este cenário significa uma estagnação de 67% e uma renovação de 33% dos lugares de europarlamentares.

Gráfico 672 - Renovação/estagn. eurodeputados CDS - Comparação eleição 1987 e 1989



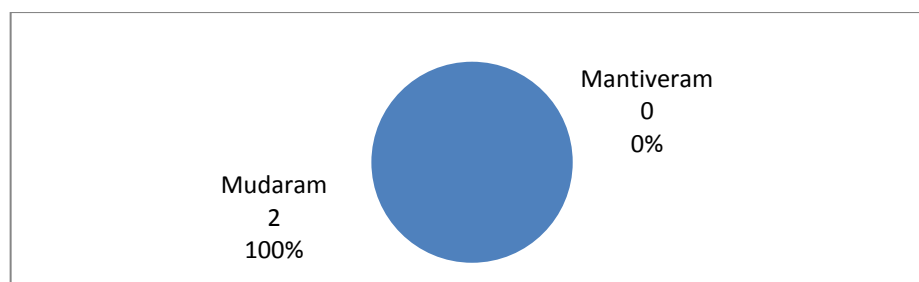
Seguindo a tendência geral de elevada renovação que o CDS apresenta na eleição dos seus deputados para ao PE, em 1994 nenhum dos 3 deputados eleitos em 1989 continuou a ocupar o lugar. Significa isto uma renovação de 100% dos eurodeputados que cumpriram o mandato entre 1989 e 1994.

Gráfico 673 - Renovação/estagn. eurodeputados CDS - Comparação eleição 1989 e 1994



As eleições de 1999 voltaram a confirmar a tendência renovadora dos centristas. Apesar de ter eleito menos um deputado do que no mandato anterior, nenhum dos dois europarlamentares que representaram o CDS transitaram da eleição de 1994, registando-se por tal razão uma renovação de 100%.

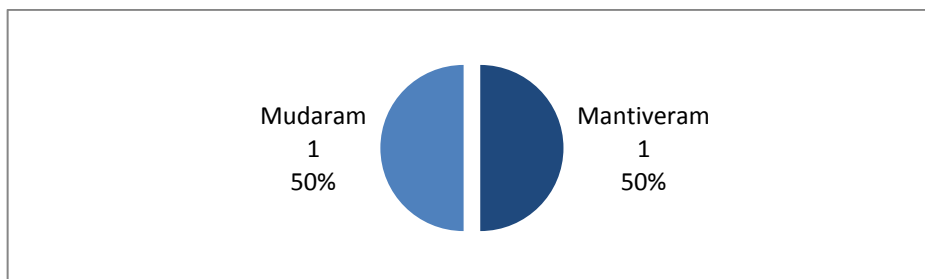
Gráfico 674 - Renovação/estagn. eurodeputados CDS - Comparação eleição 1994 e 1999



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

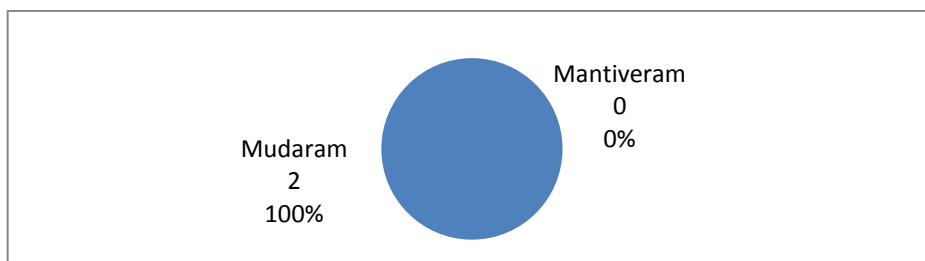
A eleição de 2004 fez o CDS retomar o equilíbrio entre os novos nomes a eleger e aqueles que mantinha no lugar. Dos dois eurodeputados do mandato anterior o CDS mantinha um e mudava o outro, representando por tal razão uma renovação de 50% dos lugares.

Gráfico 675 - Renovação/estagn. eurodeputados CDS - Comparação eleição 1999 e 2004



Mas a tendência para apostar em novos nomes para o PE não tardaria em marcar novamente a diferença. Nas últimas eleições para o PE, realizadas em 2009, o CDS, dos dos mandatos que obteve, não manteve nenhum dos parlamentares que tinha colocado como seus representantes em 2004, conseguindo por isso uma renovação de 100%.

Gráfico 676 - Renovação/estagn. eurodeputados CDS - Comparação eleição 2004 e 2009

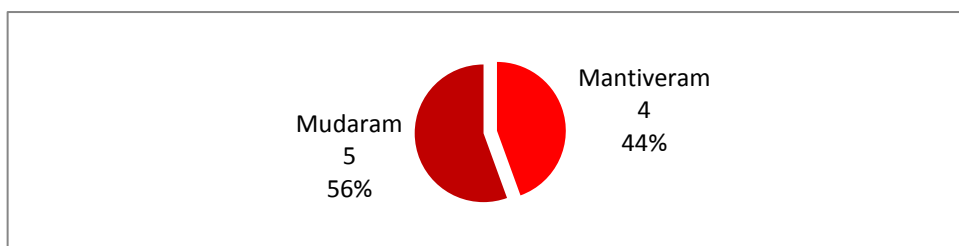


3.2.18.12 Eurodeputado da CDU

A CDU regista, em termos médios gerais, durante os cinco mandatos para o PE, uma tendência para o equilíbrio entre a renovação e a repetição dos nomes dos seus representantes no PE.

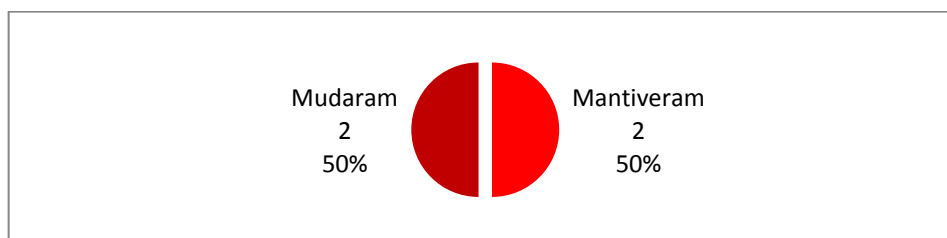
De um total de 9 mandatos conseguidos nas cinco eleições, procedeu à mudança de 5 (56%) e à manutenção de 4 (44%).

Gráfico 677 - Renovação/estagnação total eurodeputados da CDU



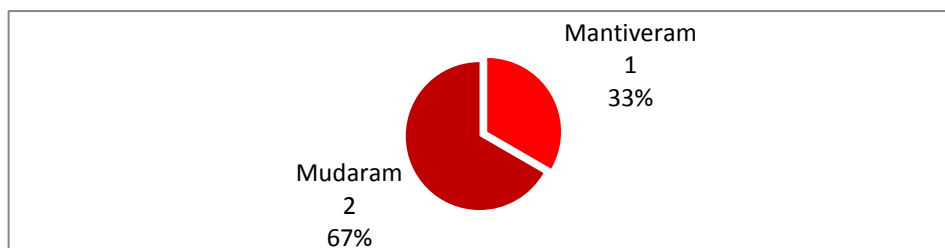
Metade dos deputados que a CDU elegeu em 1987 para o PE acabou por os manter nas eleições realizadas em 1989, registando por tal motivo uma taxa de estagnação de 50%

Gráfico 678 - Renovação/estagn. eurodeputados CDU - Comparação eleição 1987 e 1989



Em 1994 foi o ano de eleição para o PE em que a CDU mais renovação incutiu na lista dos seus representantes. Importa, contudo, referir que em relação ao mandato anterior a CDU perdeu um deputado, podendo por isso a taxa de renovação ser, em certa medida, um pouco enganadora. Na verdade, dos 3 eurodeputados eleitos em 1994, dois eram novos e um transitava do mandato anterior. Assim, em termos percentuais teremos que falar num renovação de 67%, contra 33% de repetição.

Gráfico 679 - Renovação/estagn. eurodeputados CDU - Comparação eleição 1989 e 1994

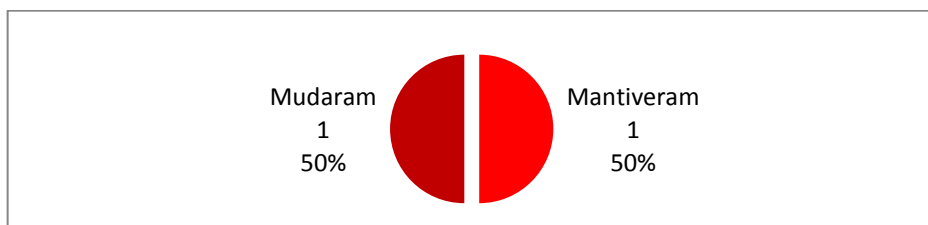


Nas eleições realizadas em 1999 a CDU voltou a perder mais um deputado em relação ao mandato anterior. Ou seja passou a dispor de apenas dois eurodeputados no PE. Destes, um deles manteve-o no lugar e o outro procedeu à sua substituição. Números que, apesar de terem

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

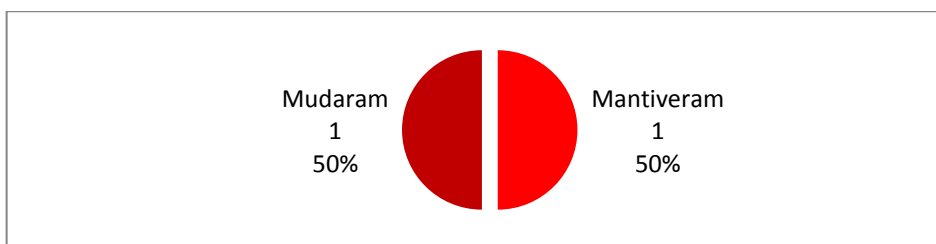
um significado relativo, indicam que houve uma estagnação de 50% e revelam a tendência pouco renovadora da CDU nas eleições para o PE.

Gráfico 680 - Renovação/estagn. eurodeputados CDU - Comparação eleição 1994 e 1999



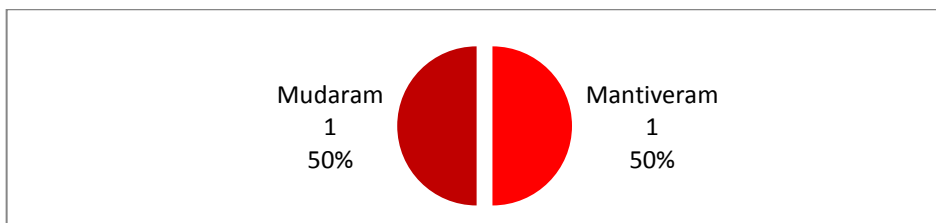
O cenário registado em 2004 é uma repetição do verificado no mandato anterior, a CDU voltou a eleger dois deputados, tendo mantido um deles e mudado o outro.

Gráfico 681 - Renovação/estagn. eurodeputados CDU - Comparação eleição 1999 e 2004



Sem conseguir aumentar o número dos seus eurodeputados a CDU voltou a não fugir à regra e, nas últimas eleições para o PE repetiu a “receita”. Dos dois deputados que conseguiu colocar voltou a apostar na mudança de um deles, registando por isso o terceiro mandato consecutivo com uma estagnação de 50%.

Gráfico 682 - Renovação/estagn. eurodeputados CDU - Comparação eleição 2004 e 2009

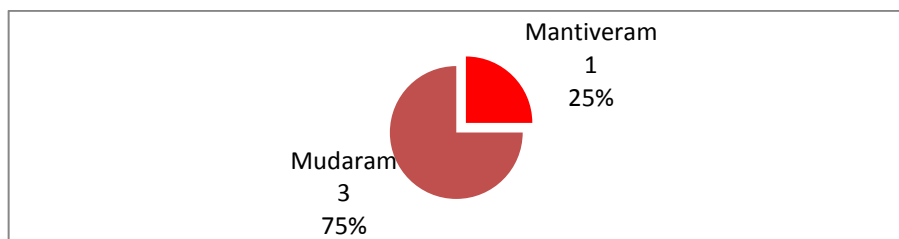


3.2.18.13 Eurodeputados do BE

Desde que foram realizadas pela primeira vez eleições para o Parlamento Europeu em Portugal (1987) o BE, tendo surgido em 1999, pode apenas participar, até ao momento, em dois actos eleitorais. Deste modo, ainda que possamos fazer algumas comparações, como é evidente, estamos mais limitados na análise. Além disso, o reduzido número de mandatos obtidos também poderá não revelar com fidedignidade o real significado dos valores percentuais apresentados como desempenho do partido bloquista.

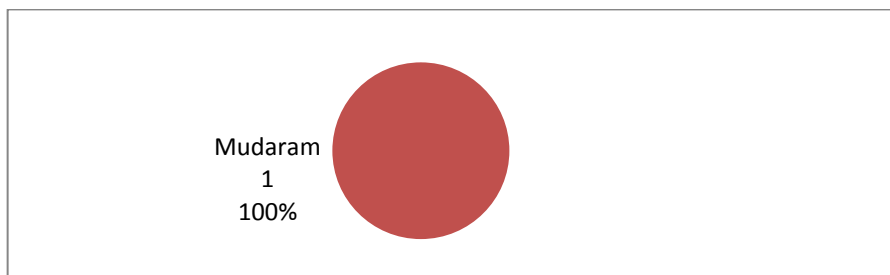
Em termos de média geral, nos dois mandatos em que nos é possível estabelecer comparação, podemos concluir que o BE elegeu 4 eurodeputados, tendo mantido durante esse tempo apenas um deles no lugar. Significa isto, em termos percentuais uma renovação de 75% e uma estagnação de 25%.

Gráfico 683 - Renovação/estagnação total eurodeputados do BE



Em 2004 o BE procedeu à mudança do seu único deputado ao PE, representando, por essa ordem de razão, uma renovação de 100%.

Gráfico 684 - Renovação/estagn. eurodeputados BE - Comparação eleição 1999 e 2004

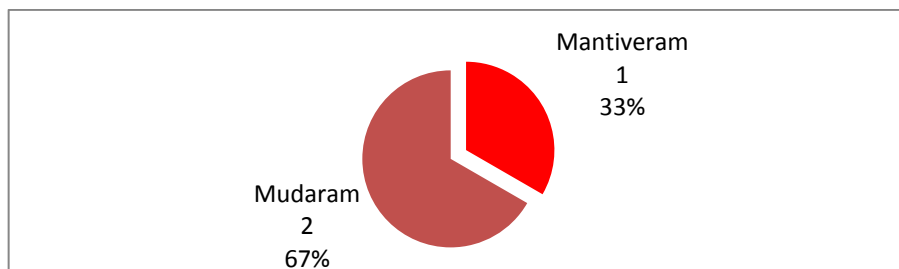


Em 2009, nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, o BE elegeu já 3 deputados, sendo por isso possível fazer uma ideia mais clara da vontade mais ou menos renovadora do partido.

O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores no período da democracia (1974 – 2012)

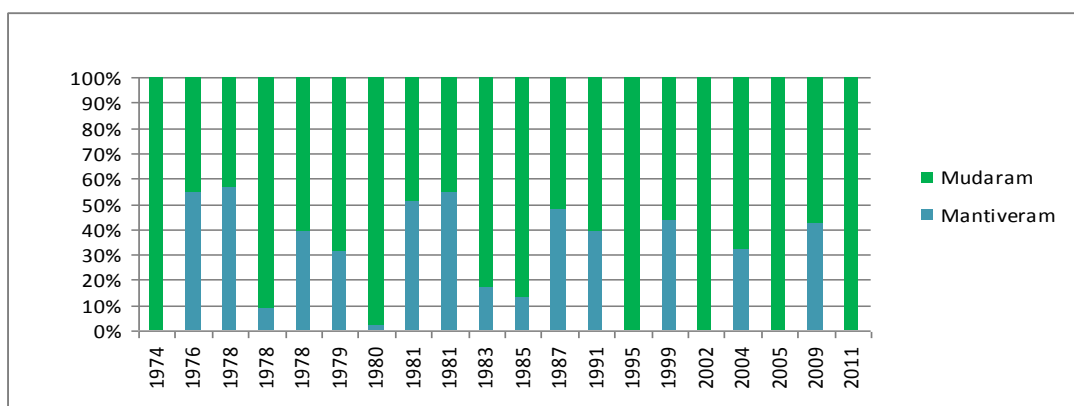
Neste mandato a renovação verificou-se em 2 deputados, significando por isso, em termos percentuais, uma mudança de 67% dos nomes e uma repetição de 33%, correspondentes a um eurodeputado que transitou do mandato anterior.

Gráfico 685 - Renovação/estagn. eurodeputados BE - Comparação eleição 2004 e 2009



3.2.18.14 Membro do Governo – Geral

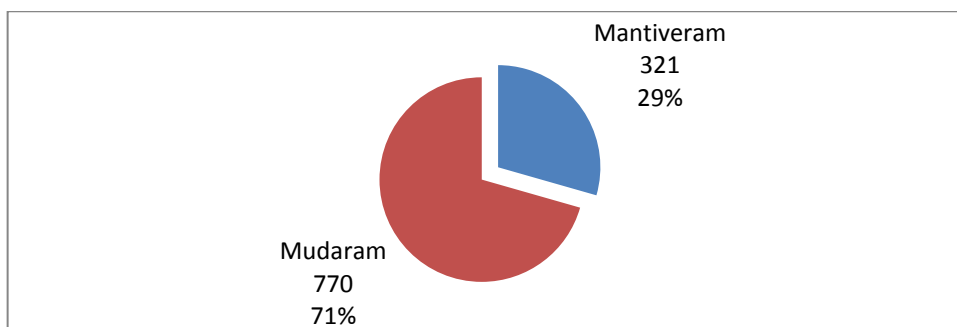
Gráfico 686 – Renovação/estagnação geral governantes – Comparação com mandato anterior



Fazendo uma análise global dos membros do Governo que tomaram posse no início de cada um dos 19 executivos de Portugal, concluímos que houve uma taxa de renovação de nomes de 71% e a uma estagnação de 29%.

Importa, contudo, salientar, que a análise global da renovação ou estagnação dos membros do Governo, pelos diferentes executivos, é meramente indicativa, na medida em que, como é normal, assim como a mudança de partido dominante leva a taxas de renovação altíssimas, muitas das vezes na ordem dos 100%, também nos casos de manutenção do mesmo partido no poder as taxas de estagnação são também elas elevadas, com a permanência/transição de muitos dos nomes de um para outro Governo.

Gráfico 687 - Renovação/estagnação total governantes período da democracia

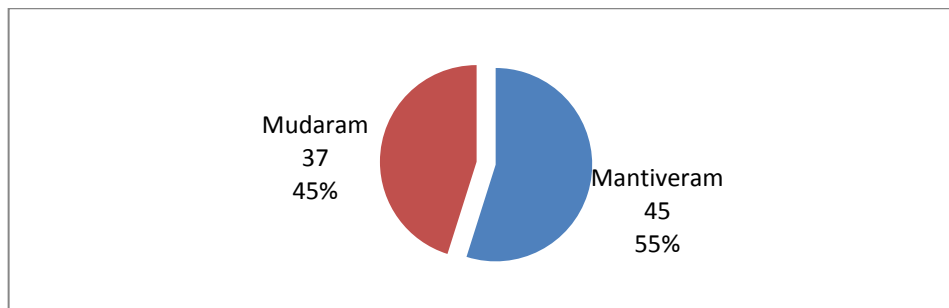


Além da análise global da estagnação ou renovação dos membros do Governo durante todos o período da democracia, quisemos, para ser possível estabelecer plataformas de compração mais fidedignas, analisar a renovação ou estagnação do Governo seguinte em relação ao anterior.

Neste sentido, tomamos como critério considerar os Governos provisórios como um único bloco de dados, na medida em que, devido ao início do período democrático, houve uma constante alteração de elencos com novos Governos a sucederem-se com intervalos de simples meses.

Se tivermos por base a comparação entre o 1º Governo constitucional, formado pelo PS, e os Governos provisórios, chegamos a um nível percentual de estagnação de 55%, ou seja 45 dos nomes que ocuparam funções neste primeiro Governo vinham já dos Governos provisórios. A percentagem daqueles que entraram de novo foi 45%, correspondentes a 37 novas figuras governativas.

Gráfico 688 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. prov. com 1º Governo



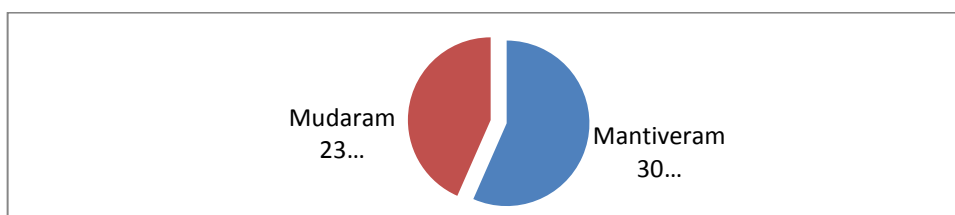
O 2º Governo constitucional, liderado também por Mário Soares, resultou de um acordo de incidência parlamentar entre o PS e o CDS. Deste modo, o elenco que o compôs continha

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

elementos dos dois partidos, com natural primazia para os socialistas que tinham ganho as eleições.

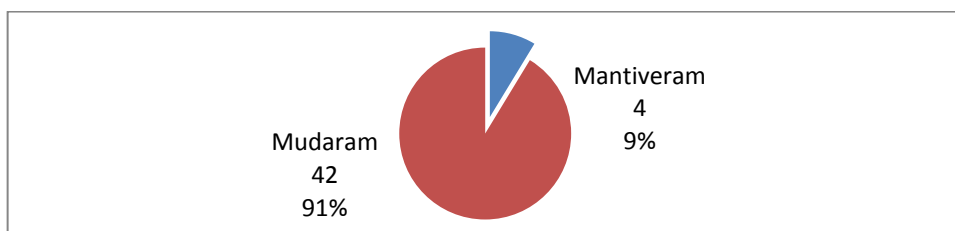
Mesmo tendo por base tratar-se de um Governo composto por dois partidos, a percentagem de estagnação dos nomes foi de 57%, com 30 dos governantes a transitarem do 1º Governo constitucional, tendo entrado 23 novos elementos (43%), alguns deles pertencentes ao CDS.

Gráfico 689 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 1 com 2º gov.



O 3º Governo constitucional, liderado por Alfredo Nobre da Costa, duraria apenas entre Agosto e Novembro de 1978, tendo sido um executivo de iniciativa presidencial. Dos nomes que passaram para este 3º executivo registaram-se apenas 4, correspondentes a 9%, tendo mudado 42 das figuras governativas.

Gráfico 690 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 2 com 3º gov.



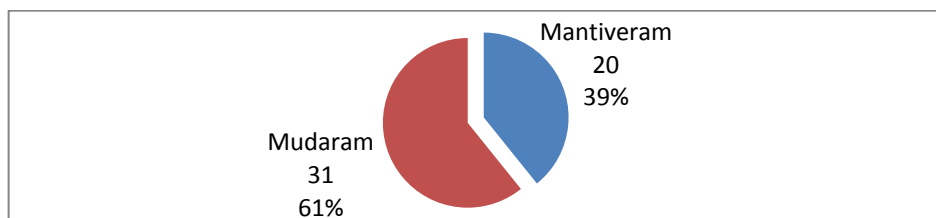
O 4º Governo constitucional, também ele de iniciativa presidencial, liderado por Carlos Mota Pinto, também não viria a vingar, tendo durado apenas entre Novembro de 1978 a Julho de 1979.

Analisando os níveis de renovação ou estagnação entre os 3º e 4º Governos, sempre tendo como condicionantes o facto de estamos a viver um período conturbado de consolidação democrática, podemos, apesar de tudo, verificar que passaram para o 4º executivo 39% dos governantes do executivo anterior, ou seja 20 deles foram os mesmos. A

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

renovação, por exclusão de partes, foi de 61%, equivalente a uma entrada de 31 novas caras no 4º executivo.

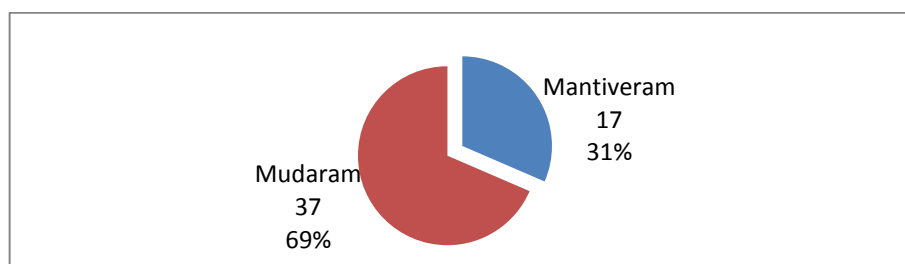
Gráfico 691 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 3º com 4º gov.



O 5º Governo constitucional, liderado por Maria de Lurdes Pintasilgo, foi também de iniciativa do Presidente da República, e teve a sua vigência entre Julho de 1979 e Janeiro de 1980. Portanto, mais uma vez um curto espaço de tempo para a execução de políticas e estratégias para o desenvolvimento do país.

Sendo um Governo que integrou figuras de diferentes quadrantes e sensibilidades políticas, não foi por esse motivo que a estagnação não deixou de assumir, apesar de não muito elevada, uma taxa de repetição de 31%. Ou seja, no elenco do 5º Governo continuaram 17 membros do 4º Governo constitucional. Quanto à renovação de um para outro executivo ela cifrou-se nos 69%, correspondentes a uma mudança de 37 caras.

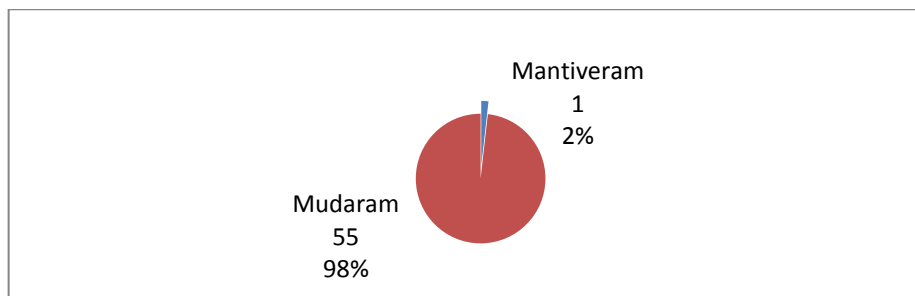
Gráfico 692 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 4º com 5º gov.



O 6º Governo, liderado por Francisco Sá Carneiro, que durou entre Janeiro de 1980 e Janeiro de 1981, ficou marcado pela morte do primeiro ministro, Sá Carneiro, em Dezembro de 1980, tendo por isso motivado nova eleição em Janeiro de 1981.

Marcou a estreia da Aliança Democrática, com uma congregação de forças entre o PSD, CDS e PPM, tendo registado uma renovação, considerada normal em termos políticos, de 98%, tendo entrado para o 6º Governo 55 novos elementos e se mantido apenas 1, correspondente por isso a uma taxa de estagnação de apenas 2%.

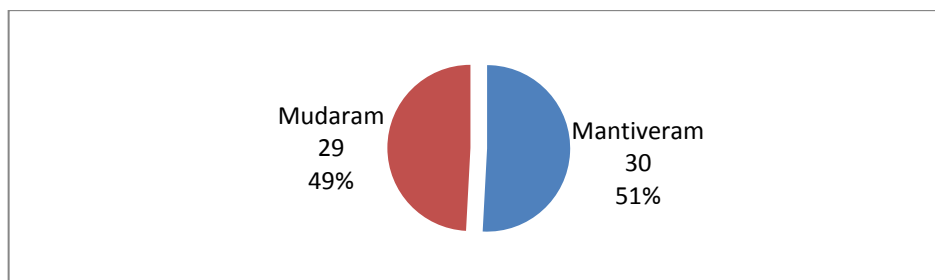
Gráfico 693 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 5º com 6º gov.



Após a morte de Francisco Sá Carneiro, e com a eleição do 7º Governo em Janeiro de 1981, liderado por Francisco Pinto Balsemão, e tendo em linha de conta a continuidade da AD na liderança dos destinos do executivo, poderia esperar-se uma maior manutenção de nomes no Governo.

Contudo, mesmo tratando-se de um executivo composto pelas mesmas forças partidárias, registou-se uma taxa de estagnação de 51%, correspondente a 30 membros que transitaram do 6º para o 7º Governo e uma entrada de 29 novos nomes para o Governo, correspondente a uma taxa de renovação de 49%.

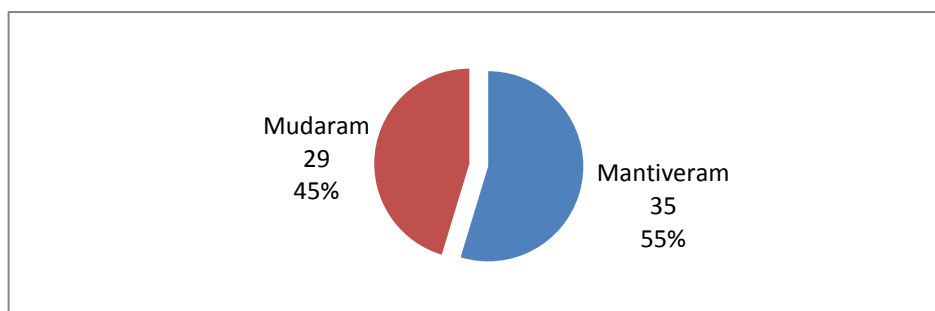
Gráfico 694 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 6º com 7º gov.



Com a mesma liderança e a mesma AD, o 8º Governo constitucional, que durou entre Setembro de 1981 e Junho de 1983, altura em que Pinto Balsemão pediu a demissão, registou valores de estagnação de 55%, ou seja 35 dos membros deste 8º Governo eram figuras que vinham já do anterior executivo.

Quanto à taxa de renovação ela cifrou-se em 45%, com a entrada de 29 novos membros para o 8º Governo constitucional, comparativamente ao executivo anterior.

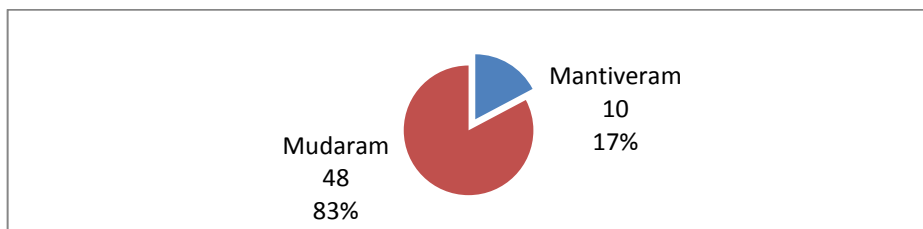
Gráfico 695 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 7º com 8º gov.



O 9º Governo constitucional, conhecido pelo Governo do Bloco Central, constituído pelo PS e pelo PSD, através de incidência parlamentar, teve início em Junho de 1983 e o seu terminus em Novembro de 1985.

Liderado pelo PS, através de Mário Soares, este executivo optou por proceder a uma forte renovação do seu elenco. Do 8º para o 9º Governo transitaram apenas 10 governantes (17%), tendo entrado de novo para o Governo 48 caras novas, correspondentes a uma taxa de renovação de 83%.

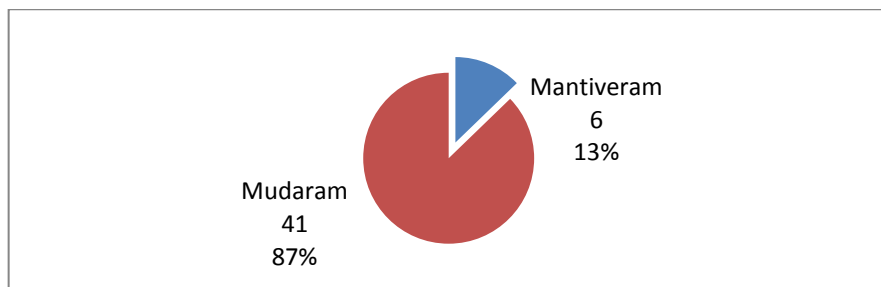
Gráfico 696 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 8º com 9º gov.



O 10º Governo constitucional, que viria a governar entre Novembro de 1985 e Agosto de 1987, sob a liderança de Cavaco Silva, marcaria o início do PSD como partido autónomo e livre de coligações na liderança do executivo. Era, por isso, o princípio do apogeu social democrata que tinha a partir de então nas mãos condições para formar um Governo à medida do cumprimento das suas vontades e estratégias políticas. Neste sentido, e como seria de esperar, registou-se uma taxa de renovação do elenco bastante significativa com a entrada de 41 novos governantes (87%), contra uma estagnação/manutenção de apenas seis dos nomes do 9º Governo, correspondentes a uma taxa de 13% de repetição.

Este goveno viria a cair devido a uma moção de censura aprovada na Assembleia da República que, ao invés do que muitos atores políticos de outros partidos imaginariam esperar, viria a dar ainda mais força ao PSD para continuar na senda das vitórias.

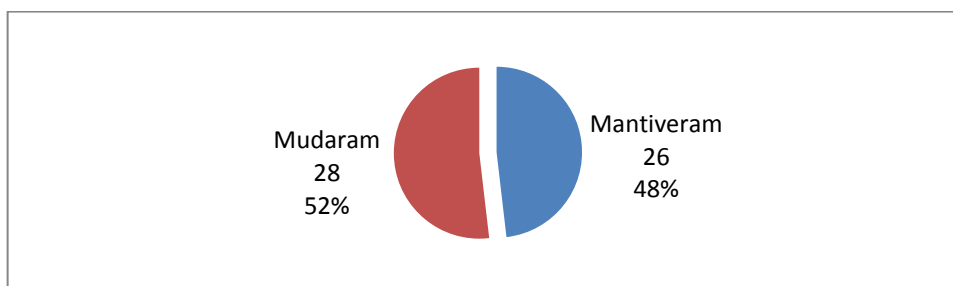
Gráfico 697 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 9º com 10º gov.



Em Agosto de 1987 o 11º Governo constitucional, também sob a liderança de Cavaco Silva, continuava a somar vantagens, fruto da conjuntura política e da moção de censura apresentada, e acabaria por se assumir como o primeiro Governo monopartidário, com apoio parlamentar maioritário desde o 25 de Abril de 1974. Por essa razão conseguiu cumprir a legislatura completa entre Agosto de 1987 e Outubro de 1991.

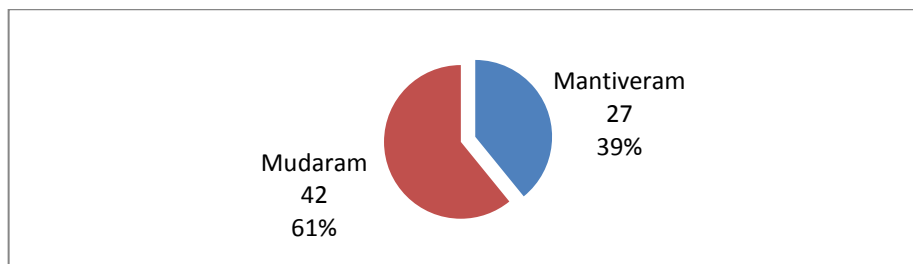
Ainda que se tenha tratado de um Governo com apoio do mesmo partido, o 11º executivo, possivelmente contra aquilo que se poderia esperar, optou por dar primazia a novas caras. Dos 54 membros do Governo que tomaram posse no início do executivo, mantiveram-se 26 (48%), tendo mudado 28 deles, correspondentes a uma taxa de renovação de 52%.

Gráfico 698 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 10º com 11º gov.



O 12º Governo constitucional viria, contudo, a constituir o fim de ciclo do PSD e de Cavaco Silva à frente dos destinos do partido. Com início em Outubro de 1991 e final em Outubro de 1995, este elenco foi composto por 27 membros que vinham do 11º Governo (39%), tendo entrado 42 caras novas, correspondentes a uma taxa de renovação de 61%. No entanto, nem este aparente esforço de Cavaco Silva em dar uma ideia de alguma renovação conseguiria parar a crescente popularidade do PS e de António Guterres.

Gráfico 699 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 11º com 12º gov.

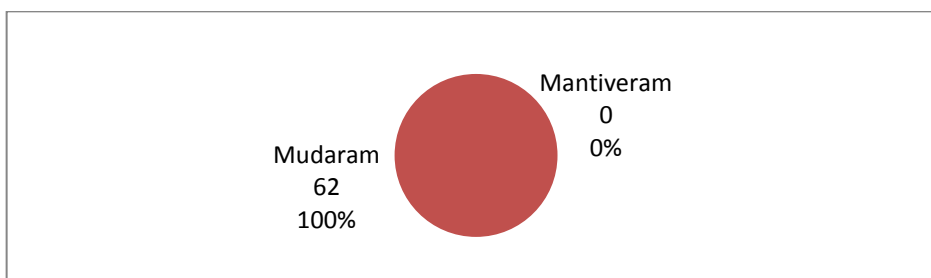


Renovação total (100%) e esperada foi a que aconteceu com o elenco do 13º Governo constitucional, sob liderança de António Guterres, com o PS a regressar à senda das vitórias eleitorais.

Este 13º executivo constituiu o início de um novo ciclo socialista e a interrupção da força do PSD.

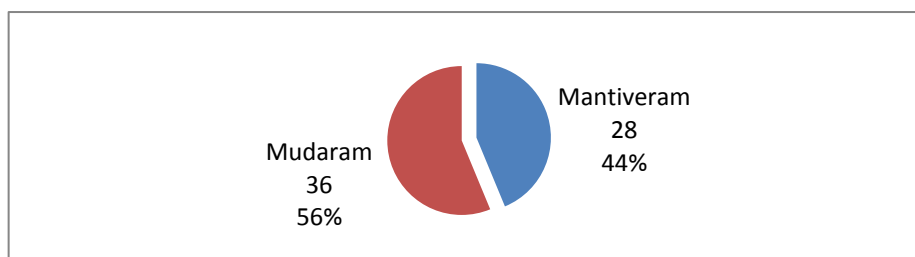
Por tal motivo, não é dado atípico, mas sim algo que segue a linha de orientação normal, o 13º executivo, que iniciou funções em Outubro de 1985 até Outubro de 1989, composto por 62 membros, todos eles eram caras completamente novas. Ou seja, o PS não repescou nenhuma das figuras do Governo anterior, sustentado pelo PSD.

Gráfico 700 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 12º com 13º gov.



O 14º Governo constitucional, que iniciou funções em Outubro de 1999 a Abril de 2002 ficou também marcado pela demissão de António Guterres. Este executivo, numa análise comparada com o elenco do 13º Governo registou uma mudança/renovação de 36 dos seus membros (56%), tendo mantido no lugar 28 deles, correspondentes a 44% de estagnação.

Gráfico 701 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 13º com 14º gov.

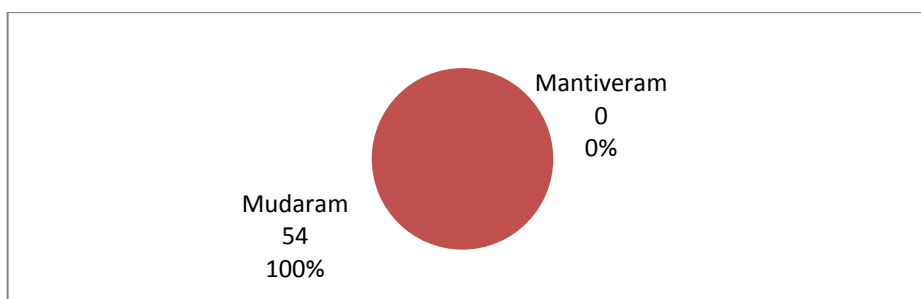


O 15º Governo, com início em Abril de 2002 e final em Julho de 2004, viria a representar o regresso do PSD às lides do poder executivo, através de Durão Barroso.

Naturalmente, sendo a transição de um Governo do PS (14º) para um Governo de sustentação PSD, a renovação teria que ser elevada. No caso voltou a significar 100% de mudança. Ou seja, todos os 54 elementos que compuseram o elenco governativo eram novos, não repescando nenhum dos goverantes que vinha do executivo anterior.

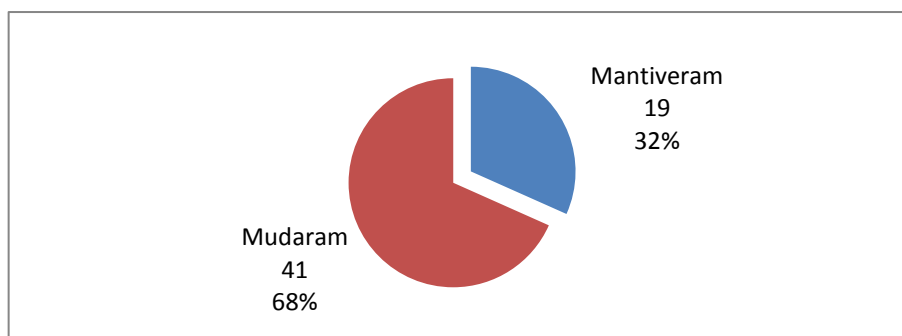
Este 15º Governo constitucional viria, contudo, a ser marcado pela demissão de Durão Barroso, para ir para a Comissão Europeia, levando o então Presidente da República a convidar o PSD (Santana Lopes) a formar novo Governo.

Gráfico 702 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 14º com 15º gov.



Depois da saída de Durão Barroso e da entrada de Santana Lopes, o 16º Governo, que iniciou funções em Julho de 2004 e terminou em Março de 2005, e tendo em linha de conta tratar-se do mesmo partido a sustentar o Governo, o PSD em acordo de incidência parlamentar com o CDS, como tinha já feito no Governo anterior, mexeu na equipa anterior numa renovação que representou 68% dos governantes, ou seja Santana Lopes fez entrar para o 16º Governo 41 caras novas, tendo acolhido na sua equipa, oriundas do 15º Governo de Durão Barroso 19 elementos, correspondentes a uma taxa de repetição/estagnação de 32%.

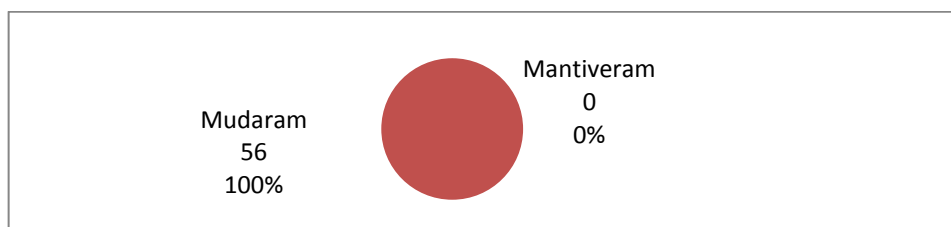
Gráfico 703 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 15º com 16º gov.



Fruto da dissolução da Assembleia da República por Jorge Sampaio, em Dezembro de 2004, em Março de 2005 o PS voltava novamente ao poder, vencendo as eleições legislativas e formando José Sócrates Governo como primeiro ministro.

Seguindo a tendência mais ou menos normal, com a mudança de partido na liderança do poder, a renovação assume, quase sempre, valores próximo ou mesmo de 100%. Foi o que aconteceu no 17º executivo em que José Sócrates colocou todos 56 membros do Governo novos, não tendo acolhido nenhum dos elementos do Governo anterior de Santana Lopes.

Gráfico 704 - Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 16º com 17º gov.

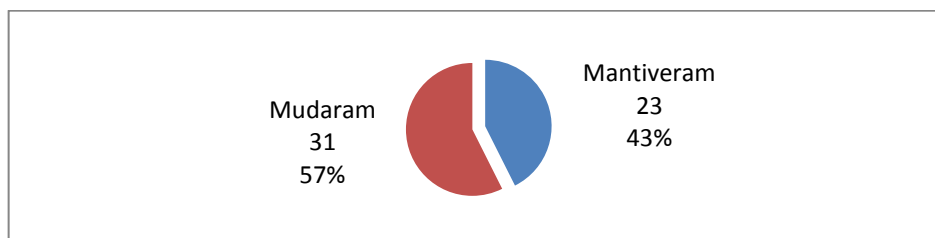


O 18º Governo constitucional, que iniciou funções em Outubro de 2009 e viria ter o seu terminus em Março de 2011, com a demissão de José Sócrates, apesar ter tido como base de sustentação o mesmo partido (PS) e o mesmo líder, numa clara vontade de tentar contrariar os ventos de alguma impopularidade do PS e do seu líder, em alguma medida também fruto da conjuntura internacional negativa, apostou numa renovação razoável, em comparação com o 17ª Governo.

Do total de 54 membros do Governo que tomaram posse no 18 executivo, José Sócrates optou por fazer entrar 31 caras novas (57% de renovação), tendo mantido 23 dos elementos do Governo anterior, correspondentes a uma estagnação de 43%. Apesar de tudo, mesmo com a vontade de tentar incutir algumas mudança nas linhas de orientação a levar a cabo, José

Sócrates não viria a conseguir aguentar a pressão da impopularidade e da forças dos mercados e acabaria por se demitir.

Gráfico 705 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 17º com 18º gov.

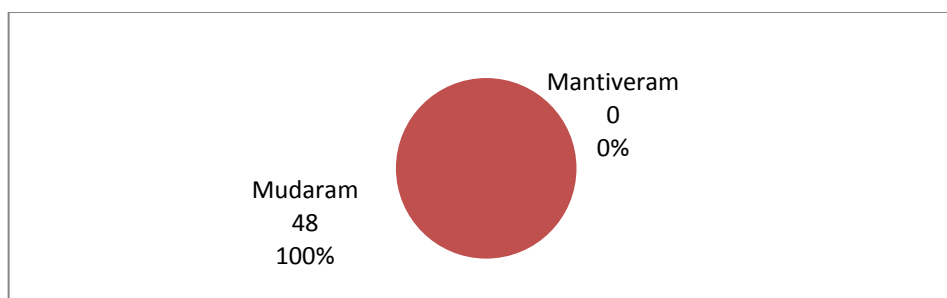


Depois da demissão de José Sócrates, as novas eleições de Junho de 2011 viriam a dar a vitória ao PSD, sob a liderança do Pedro Passos Coelho, que formou Governo num acordo de incidência parlamentar com o CDS.

Naturalmente, nesta nova mudança de linha de orientação no espectro político, o Governo que tomou posse e se encontra em funções integra elementos dos dois partidos, com clara maioria de membros afectos ao PSD, e vem ao encontro, mais uma vez, de uma elevada tendência renovadora com a mudança do partido vencedor nas eleições legislativas.

Desta feita, mais uma vez, os 48 membros que integram o actual Governo entraram todos de novo para o executivo, não tendo por isso havido nenhum elemento do executivo anterior a manter-se. Assim, a renovação, mais uma vez assume o valor percentual de 100% de mudança.

Gráfico 706 – Renovação/estagn. governantes – Comparação Gov. 18º com 19º gov.



Numa análise mais relativa ao número dos governantes que se perpetuam nos lugares e do número de Governos que integraram, podemos concluir que 11 governantes integraram um mínimo de 6 e um máximo de 8 Governos, ocupando 74 pastas.

Quanto aos que pertenceram a um mínimo de 4 e um máximo de 5 Governos, esse número é de 56, ocupando como tal 241 pastas.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

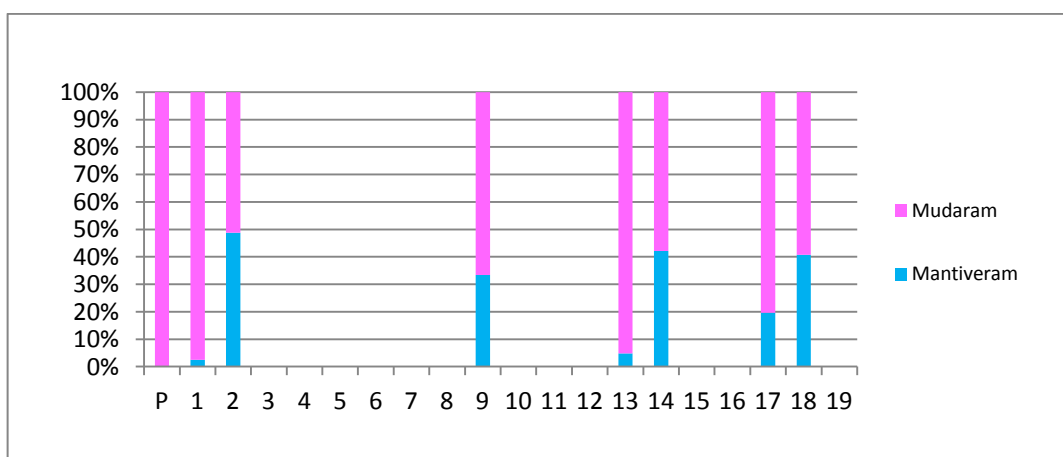
Os membros do Governo que integraram entre 2 e 3 elencos governativos foram 101, ocupando 278 pastas. Os restantes 474 governantes passaram uma única vez pelo Governo.

Quadro 9 – Governantes versus número de mandatos preenchidos

Número de Governos que integraram	Número de governantes “repetentes”	Total de pastas ocupadas
8	3	24
7	2	14
6	6	36
5	17	85
4	39	156
3	76	228
2	25	50
1	474	474
TOTAL	642	1067

3.2.18.15 Membro do Governo do PS

Gráfico 707 – Membros do Governo do PS – Análise geral



Neste sub-capítulo pretendemos fazer uma análise comparativa da repetição ou estagnação dos membros do Governo dentro de cada um dos partidos.

Além da análise geral dos nomes que se repetem ou renovam entre todos os Governos em que o PS sustentou o respectivo Executivo, fazemos também uma comparação com o

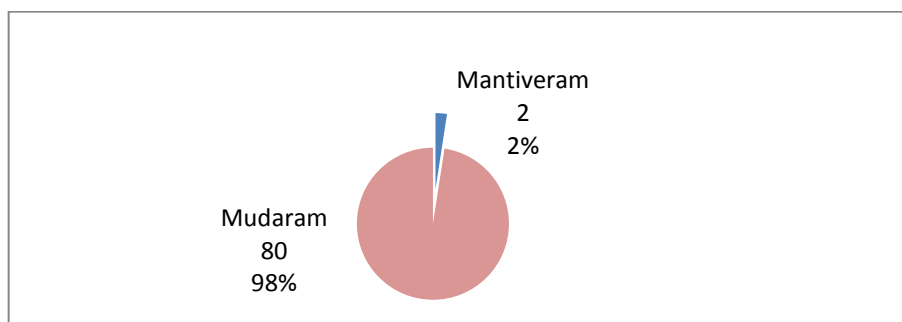
**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Governo desse mesmo partido e aquele em que ele Governou num mandato anterior. Por esse motivo, a comparação poderá ser feita, por exemplo, entre o 9º e 13º Governo. Significaria neste caso que este mesmo partido seria Governo no 13º e teria sido também no 9º. Logo a comparação, em termos de renovação ou estagnação seria feita entre os dois. É isso que vamos passar a fazer desde já para o PS e depois para o PSD.

Entendemos fazer apenas a comparação entre Governos destes dois partidos por se tratar dos dois que constituem o chamado eixo do poder.

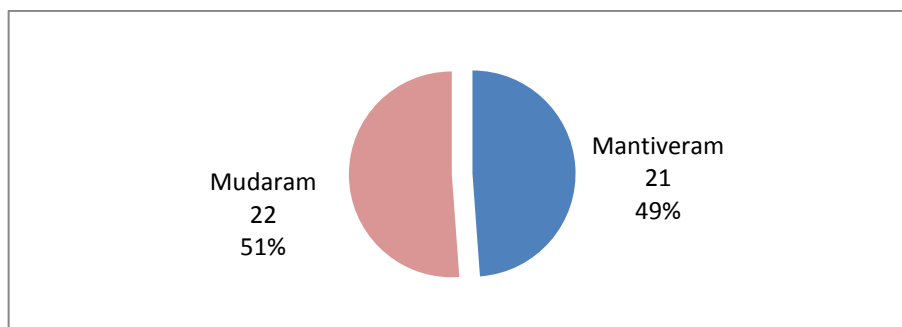
Nos Governos provisórios o PS participou com 82 atores políticos, tendo nesse período, em termos médios gerais, e ao longo da constituição dos diferentes Executivos, procedido à escolha de figuras novas em 98% dos casos, correspondendo tal percentagem a uma renovação de 80 dos 82 governantes.

Gráfico 708 Renovação/estagn. governantes PS - Comparação gover. prov com 1º gov.



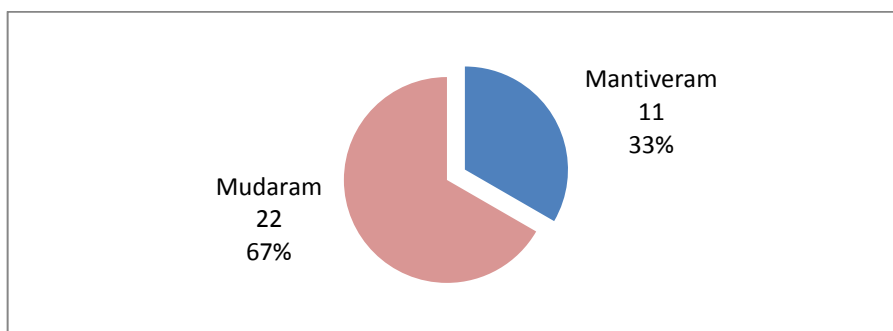
Fazendo agora uma análise comparativa entre o 1º e 2º Governos constitucionais, nos quais o PS participou com 43 dos seus nomes no 2º Governo, optou por proceder a uma mudança de 49% dos nomes que tinha apresentado no 1º Governo, liderado por Mário Soares. Significa isto uma renovação de 51% e a uma estagnação de 49%, procedendo à referida análise comparativa entre o elenco do 1º e 2º Governos constitucionais.

Gráfico 709 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação 1º com 2º gov.



Olhando agora para o 2º Governo constitucional e comparando-o com o 9º, em que o PS voltou a assumir funções de governação em Portugal num acordo de incidência parlamentar com o CDS, concluímos que dos nomes do PS que fizeram parte do 9º Governo, 11 deles já tinham pertencido ao 2º Governo constitucional. Significa isto uma renovação comparada de 67% dos nomes (22 novos governantes) e uma repetição percentual de 33%.

Gráfico 710 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação 2º com 9º gov.

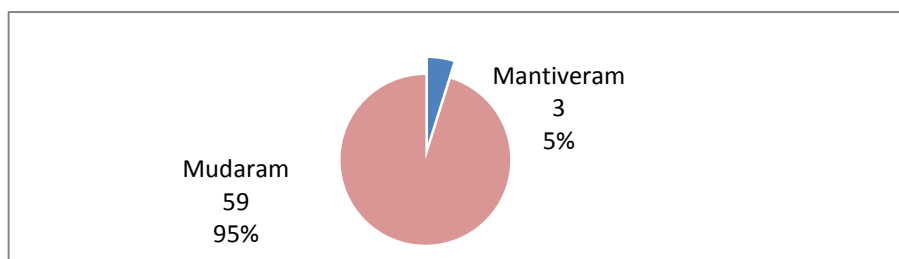


O PS, depois do 9º Governo, voltou a assumir funções governativas no 13º Governo. Do elenco deste último executivo fizeram apenas parte 3 nomes, correspondentes, por isso, a uma repetição de apenas 5% dos atores políticos.

Do total de 62 governantes do PS que integraram o 13º Governo, 59 deles eram totalmente diferentes do elenco que o PS apresentou no 9º Governo constitucional. Ou seja, entre estes dois mandatos, e em termos comparativos percentuais, assistimos a uma renovação de 95%.

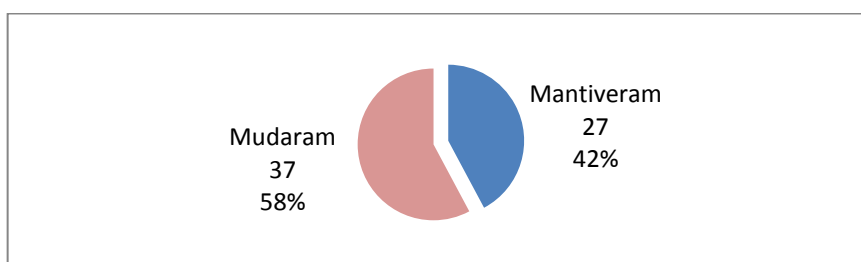
Importa, contudo, referir que na base da elevada mudança de nomes nos executivos está, em grande medida, a figura do líder partidário que nesse momento político assume as funções de liderança, bem como a maior ou menor vontade e necessidade de mudança de rumo. Em suma, a análise da renovação ou estagnação dos nomes nos Governos tem um significado diferente daquele que assume nos restantes órgãos do sistema político português, uma vez que os governantes não são atores políticos eleitos, mas sim lugares de escolha política do chefe de Governo.

Gráfico 711 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação 9º com 13º gov.



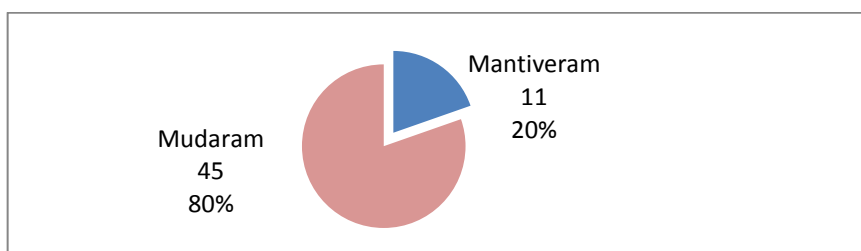
No 14º Governo em que o PS votou a assumir a liderança do executivo, numa comparação com o executivo imediatamente anterior (13º), também ele do PS, verificamos que se registou uma mudança de 37 dos 64 governantes que faziam parte do 13º Governo. Assim sendo, o elenco do 14º Governo constitucional foi composto com 58% de novos elementos, tendo o líder do Executivo optado por manter na equipa governativa 42% dos governantes anteriores.

Gráfico 712 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação 13º com 14º gov.



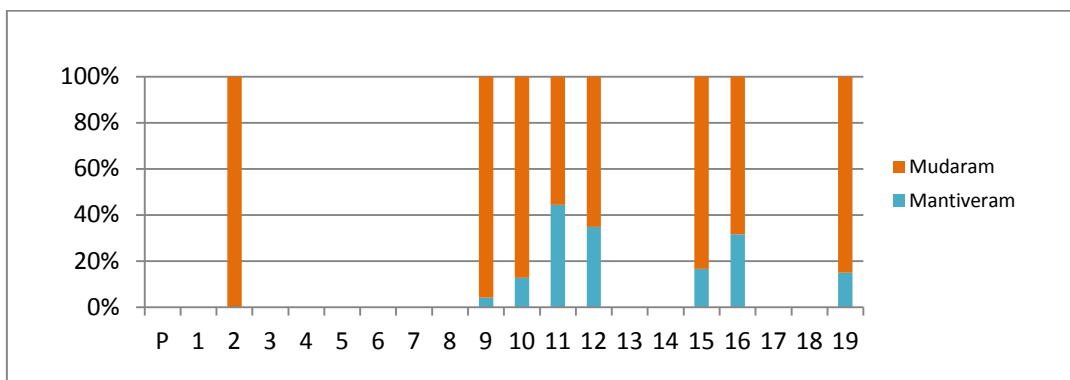
Depois da interrupção governativa do PS nos executivos 15º e 16º, voltou a assumir a liderança no 17º Governo constitucional. Neste executivo o líder optou por escolher 45 nomes que não tinham pertencido ao 14º Governo, correspondendo a uma renovação de 80%, mas não quis prescindir de 11 nomes que tinham integrado do 14º Governo, representando tais números uma estagnação de 20%.

Gráfico 713 - Renovação/estagn. governantes PS - Comparação 14º com 17º gov.



3.2.18.16 Membro do Governo do PSD

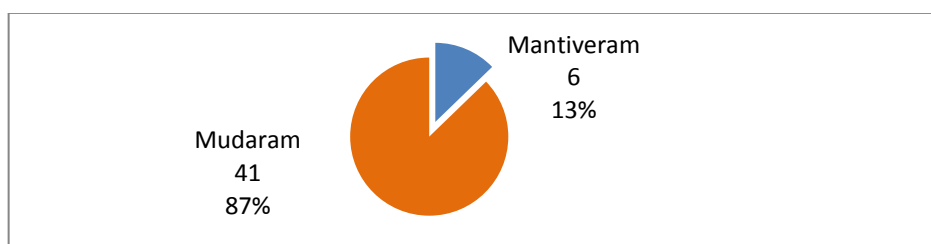
Gráfico 714 – Membros do Governo do PSD – Análise geral



Em termos puramente autónomos, e sem acordos de incidência parlamentar, foi a partir do X Governo constitucional que o PSD assumiu a liderança de executivos com Cavaco Silva. No executivo imediatamente anterior (IX Governo), a liderança cabia ao PS que tinha vencido as eleições, mas em que Mário Soares fez um acordo de incidência parlamentar com o PSD para assegurar a governação. Assim sendo, alguns dos governantes do 9º Governo eram elementos do PSD.

Fazendo uma análise comparativa entre os nomes que o PSD fez integrar no Governo de incidência parlamentar e aqueles com os quais, de forma autónoma, constituiu o X Governo, podemos concluir que manteve 6 deles (13%), tendo encontrado 41 novos elementos para o elenco governativo, numa percentagem de 87% de novos elementos. Contudo, pelo facto de o número de atores políticos que integraram o IX Governo ter sido reduzido não é possível proceder a uma comparação fidedigna do grau de renovação ou estagnação. Logo, os valores percentuais de 87% de renovação são apenas indicativos e não representativos da maior ou menor renovação social democrata.

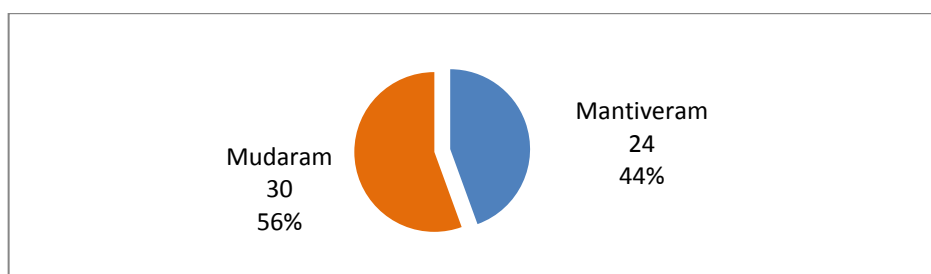
Gráfico 715 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 9º com 10º gov.



Mas ao invés do mandato governativo anterior, no XI Governo constitucional, liderado por Cavaco Silva, e num período de grande apogeu social democrata em Portugal, já nos é possível com fidedignidade avaliar a maior ou menor capacidade renovadora do PSD, na medida em que o X Governo foi da sua exclusiva e inteira responsabilidade, apresentando por isso uma equipa totalmente sua.

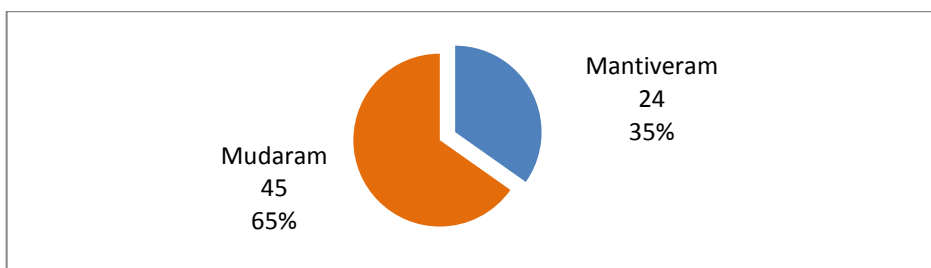
Em termos comparativos, o XI Governo acabaria por manter 24 dos governantes dos X Governo, representando isso uma estagnação de 44% (24 governantes) e uma renovação de 56%. Ou seja, do total dos 54 membros do Governo, Cavaco Silva mudou 30.

Gráfico 716 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 10º com 11º gov.



Numa comparação entre o XII Governo constitucional e o XI, ambos liderados por Aníbal Cavaco Silva, concluímos que no XII executivo, composto por 69 elementos, se mantiveram 24 governantes e mudaram 45. Significa isto que houve uma opção por uma renovação de 65%, contra uma transição do mandato anterior de 35%.

Gráfico 717 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 11º com 12º gov.



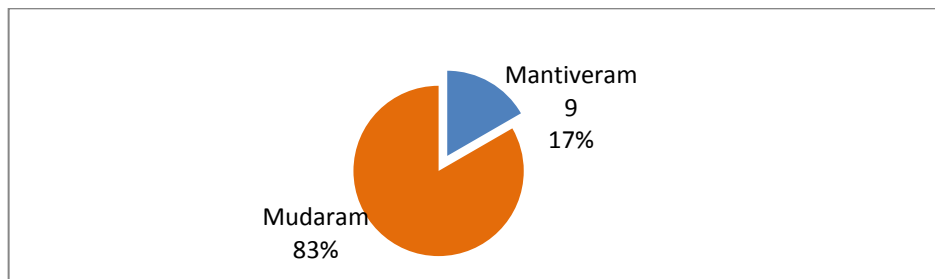
O XV Governo constitucional, que teve lugar entre 2002 e 2004 foi liderado por Durão Barroso (PSD), mas resultou de um acordo de incidência parlamentar entre o PSD e o CDS, através de Paulo Portas.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Nesse sentido, apesar da esmagadora maioria dos governantes ter sido oriunda do PSD, participaram também no elenco alguns governantes do CDS.

Contudo, fazendo uma análise comparativa das figuras do PSD que integraram o XV Governo constitucional, concluímos que Durão Barroso optou por renovar 83% do elenco, mantendo apenas 17%, correspondentes a 9 membros do Governo.

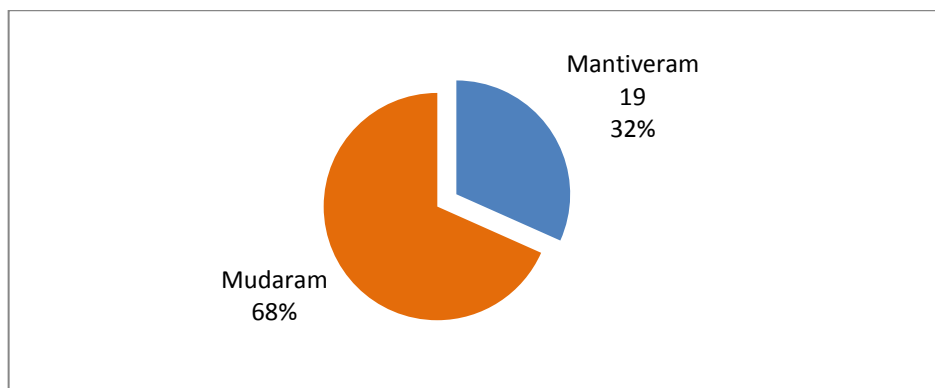
Gráfico 718 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 12º com 15º gov.



Com a saída de Durão Barroso do Governo para ir para a Comissão Europeia, deu-se a queda do XV Governo constitucional, tendo o então Presidente da República, Jorge Sampaio, indigitado Pedro Santana Lopes a formar o XVI Governo constitucional, também ele, à semelhança do anterior, resultado de um acordo de incidência parlamentar entre o PSD e o CDS. Desta feita, como seria normal, o executivo foi igualmente constituído por elementos dos dois partidos, maioritariamente dos PSD que era o partido liderante.

Para o novo executivo, Santana Lopes optou por manter 32% dos membros do anterior, ou seja 19 atores políticos do XV Governo.

Gráfico 719 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 15º com 16º gov.

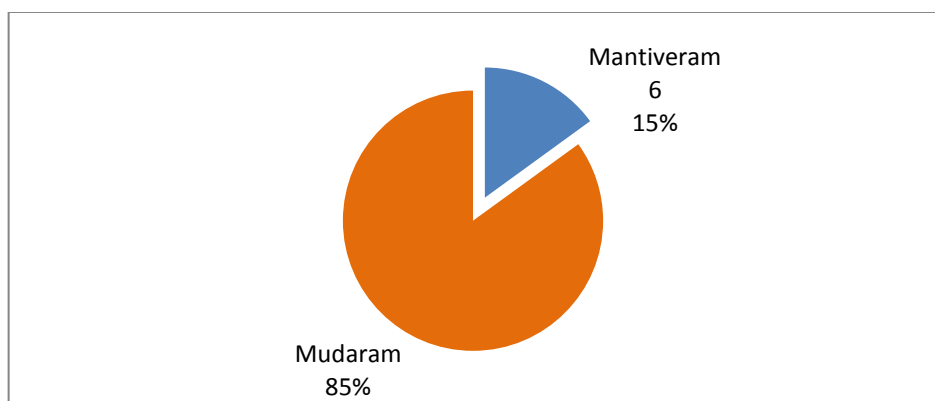


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Após o XVI Governo constitucional, e seguindo a tendência de alternância entre os dois maiores partidos do eixo da governação (PS e PSD), o PS viria a liderar sozinho os XVII e XVIII Governos constitucionais. Deste modo, a comparação que agora estabelecemos, no espectro político do PSD, é entre o XVI (último onde o PSD esteve) e o XIX e actual Governo liderado por Pedro Passos Coelho numa coligação pós eleitoral com o CDS.

Do XVI Governo constitucional Passos Coelho foi buscar 6 governantes, correspondentes a uma repetição de 15% e convidou 85% de novos elementos para a sua equipa governativa.

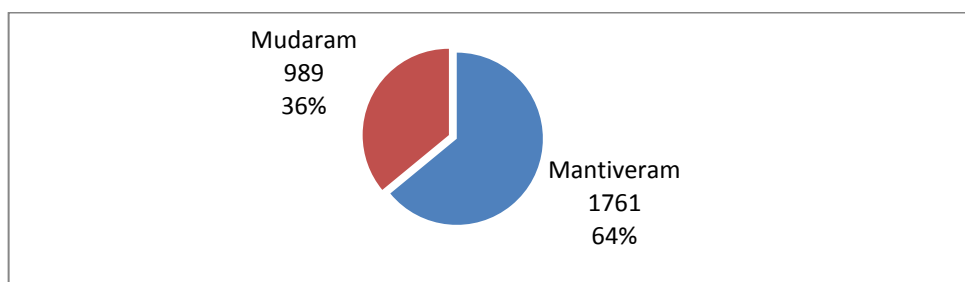
Gráfico 720 - Renovação/estagn. governantes PSD - Comparação 16º com 19º gov.



3.2.18.17 Presidentes de Câmara – Geral

No que diz respeito às Câmaras Municipais, se tivermos em linha de conta a totalidade dos 3058 presidentes eleitos desde 1976, e fizermos a média daqueles que renovaram ou se mantiveram em cada um dos mandatos, concluímos que 64% se mantiveram no lugar e 36% foram sendo substituídos.

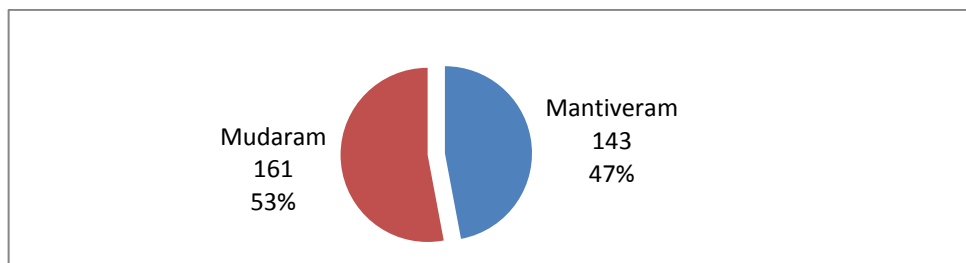
Gráfico 721 - Renovação/estagnação total PCM no período da democracia



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

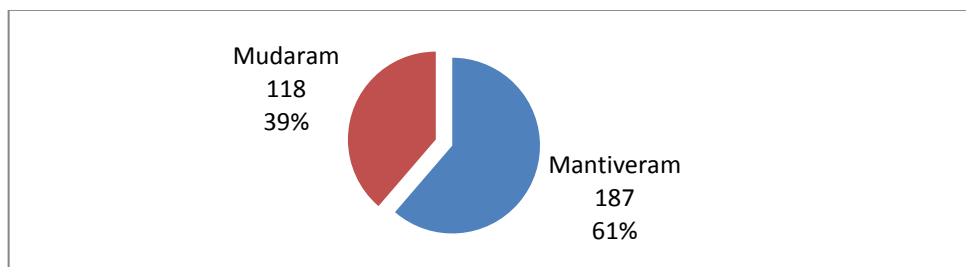
Se quisermos fazer uma análise, por mandato, dos autarcas que entraram em 1976 concluímos que 53% não avançaram para o segundo mandato. Ou seja 47% continuaram com as mesmas funções em 1979, nas segundas eleições autárquicas.

Gráfico 722 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1976 com 1979



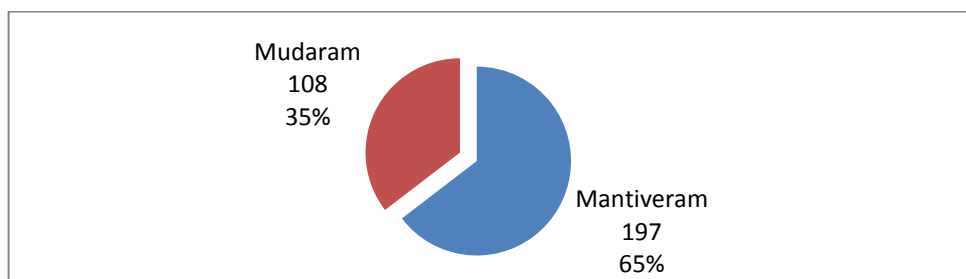
Nas eleições autárquicas de 1982, em comparação com os nomes que se apresentaram a sufrágio no mandato anterior, 61% dos presidentes de Câmara repetiram o lugar e 39% foram substituídos, quer tenha sido por não se terem candidatado ou por terem sido derrotados no acto eleitoral.

Gráfico 723 - Renovação/estagnação PCM – Comparação eleição de 1979 com 1982



Em 1985 o número de presidentes de Câmara que continuou nos lugares manteve-se superior ao número daqueles que foram renovados, respectivamente com 65% e 35%.

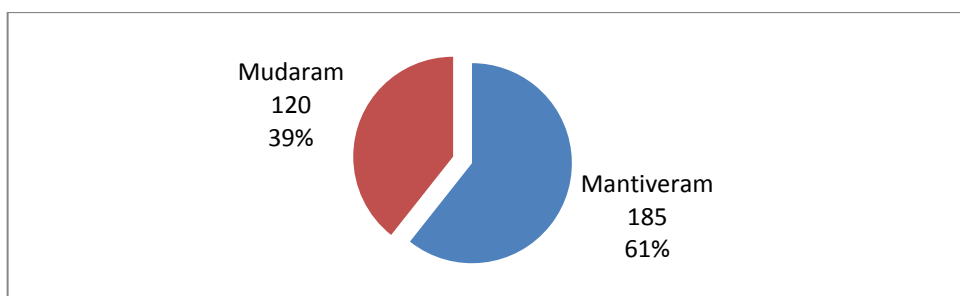
Gráfico 724 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1982 com 1985



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

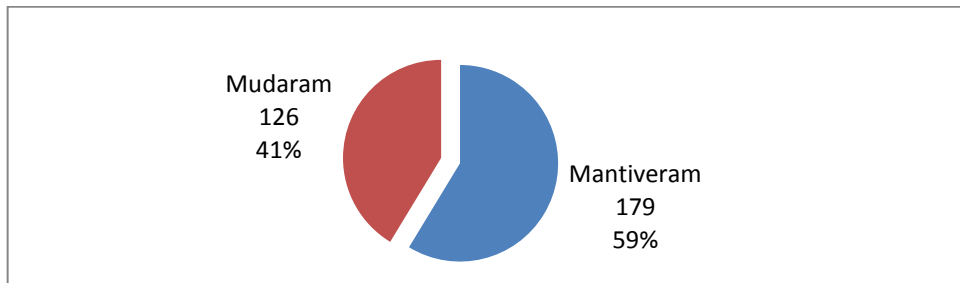
A tendência para uma maior estagnação do que renovação dos presidentes de Câmara continuou nas eleições de 1989, com 61% dos autarcas a manterem-se nos lugares, contra 39% que foram substituídos.

Gráfico 725 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1985 com 1989



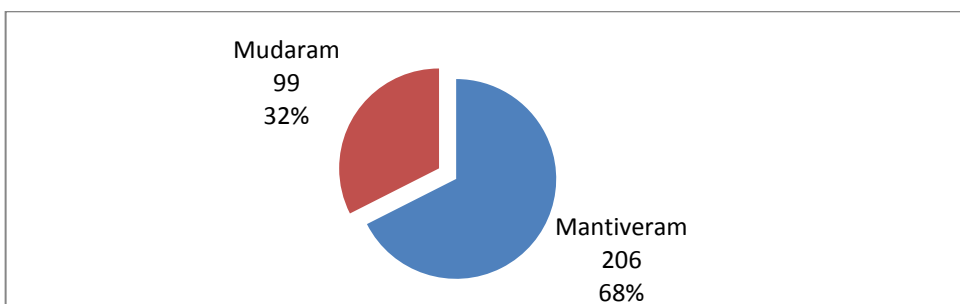
Em 1993 o número daqueles que representaram o fenómeno da estagnação foi de 59% e os da renovação de 41%.

Gráfico 726 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1989 com 1993



Por seu turno a estagnação representou, nas eleições de 1997, uma percentagem de 68%, contra apenas 32% de renovação.

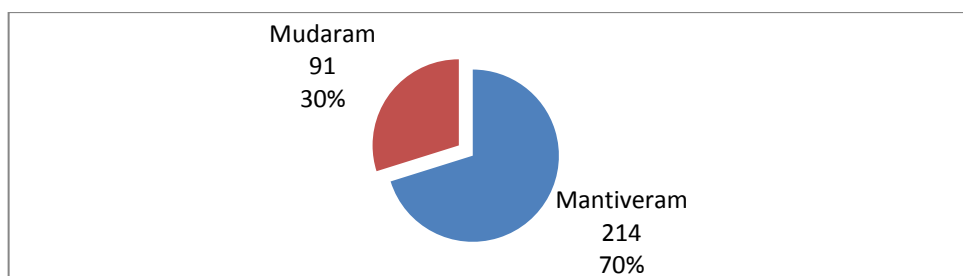
Gráfico 727 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1993 com 1997



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

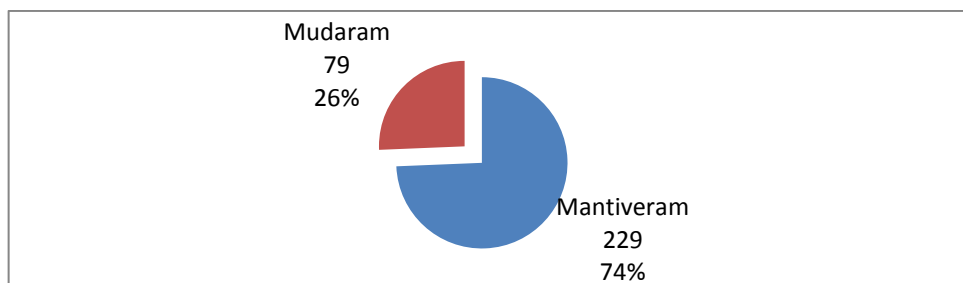
Uma tendência que teimou em manter-se, designadamente em 2001, quando a percentagem de presidentes que ficaram nos lugares alcançou 70% contra 30% daqueles que mudaram.

Gráfico 728 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 1997 com 2001



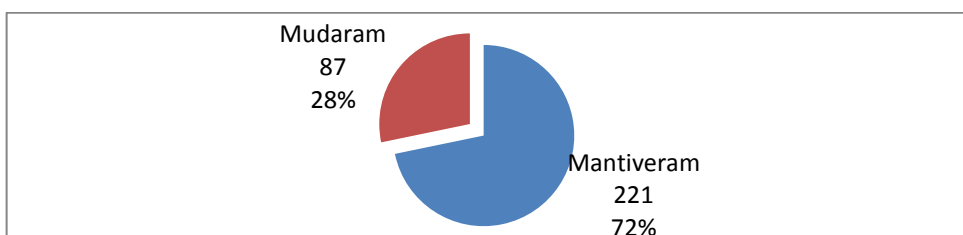
Se o pêndulo da balança já há muito teimava em reforçar os valores da estagnação, nas eleições para as Câmaras municipais, em 2005 isso ultrapassou todas as percentagens registadas até então com valores de 74% de estagnação.

Gráfico 729 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 2001 com 2005



Nas últimas eleições autárquicas registadas em Portugal (2009), a percentagem dos presidentes que continuaram nos lugares foi novamente elevado com 72% contra 28% daqueles que mudaram.

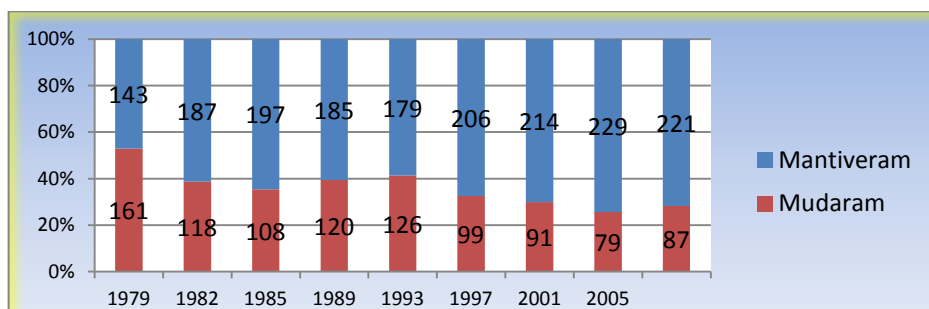
Gráfico 730 - Renovação/estagnação PCM - Comparação eleição de 2005 com 2009



O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores no período da democracia (1974 – 2012)

Dado interessante nas eleições autárquicas é o facto de apenas em 1979 o número daqueles que mudaram ter sido superior ao daqueles que se mantiveram nos lugares. No entanto, mesmo tendo havido naquele ano uma maior renovação dos lugares de presidente de Câmara a mesma foi apenas de 53%.

Gráfico 731 - Renovação dos PCM Relativamente ao mandato anterior

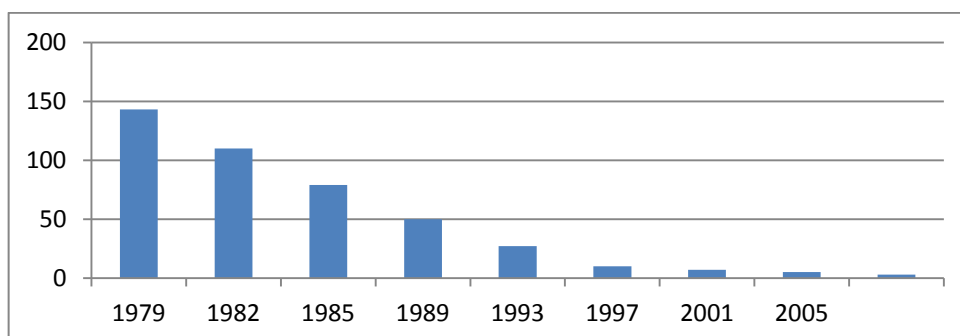


Fazendo uma análise comparativa com as eleições autárquicas de 1976 percebemos que em 2009 ainda se mantinham como presidentes três dos nomes que foram eleitos em 1976.

De entre os eleitos em 1997 ainda eram 10 aqueles que em 2009 continuaram no lugar de presidente da autarquia.

Se analisarmos o ano de 1985 concluímos que naquela eleição ainda continuavam no lugar 79 presidentes que tinham sido eleitos em 1976. Em 1982 esse número era de 110.

Gráfico 732 – Análise comparativa dos PCM que se foram mantendo até 2009



Fazendo uma análise dos presidentes de Câmara e daqueles que mais mandatos ocuparam os lugares, chegamos à conclusão que 68 deles foram eleitos num mínimo de seis vezes e num máximo possível de dez. Estes 68 autarcas ocuparam 464 mandatos, num total de

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

15,17% do total de 3058. Dois deles foram eleitos para os 10 mandatos possíveis, encontrando-se ainda em funções.

Importa referir que do total dos 3058 mandatos de presidentes de Câmara, 438 foram eleitos entre 3 e 5 vezes, ocupando por isso 1600 mandatos, correspondentes a 52,32% do total.

Quadro 10 – Presidentes de Câmara versus mandatos cumpridos

Número de mandatos cumpridos	Número de presidentes “repetentes”	Total de mandatos ocupados
10	2	20
9	8	72
8	4	32
7	16	112
6	38	228
5	75	375
4	136	544
3	227	681
2	265	530
1	464	464
TOTAL	1235	3058

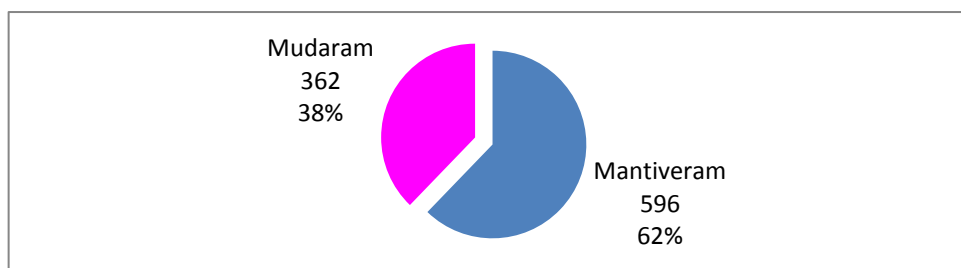
Aqueles que foram eleitos entre uma e duas vezes são 729, tendo ocupado 994 mandatos, correspondentes a 32,50%.

Durante os 10 anos de mandatos para as Câmaras municipais, e de entre os 3058 mandatos possíveis, 1235 presidentes foram “repetentes”.

3.2.18.18 Presidentes de Câmara do PS

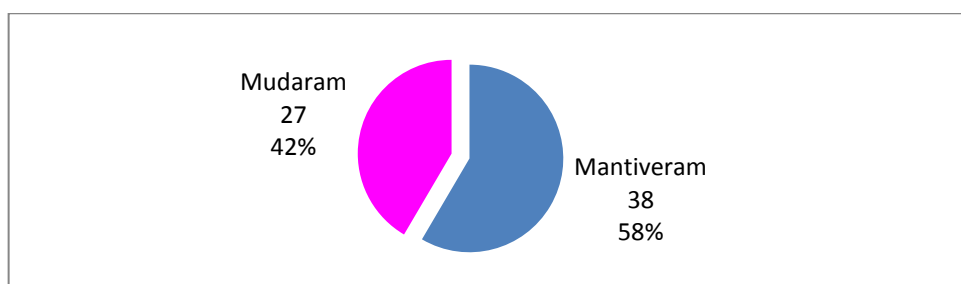
A capacidade total renovadora do PS, ao longo de todas as eleições para as Câmaras municipais no período da democracia, representa 38%. Estes números revelam que o PS mudou, em termos médios totais 362 presidentes de Câmara, de um total de 958 que elegeu. 596 repetiram mandato, ou seja registou uma estagnação de 62%.

Gráfico 733 - Renovação/estagnação total PCM do PS no período da democracia



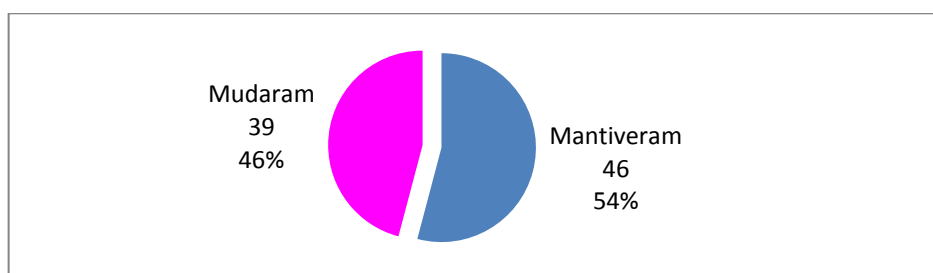
Fazendo uma análise comparativa com o mandato imediatamente anterior, concluímos, a partir da totalidade dos nomes eleitos nas listas do PS, nas eleições autárquicas de 1979, o Partido Socialista manteve 38 dos 65 presidentes que elegeu em 1976. Estes dados indicam que o PS na passagem do mandato de 1976 para 1979 registou uma estagnação de 58% do total.

Gráfico 734 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1976 e 1979



A percentagem de estagnação do PS em 1982, comparativamente à eleição de 1979, foi idêntica, apesar de ligeiramente inferior à registada na eleição anterior. Dos 85 presidentes de Câmara que o PS elegeu em 1982, 46 deles continuaram no lugar (54%), tendo mudado 39 dos autarcas, correspondendo estes números a uma mudança de 46% das caras.

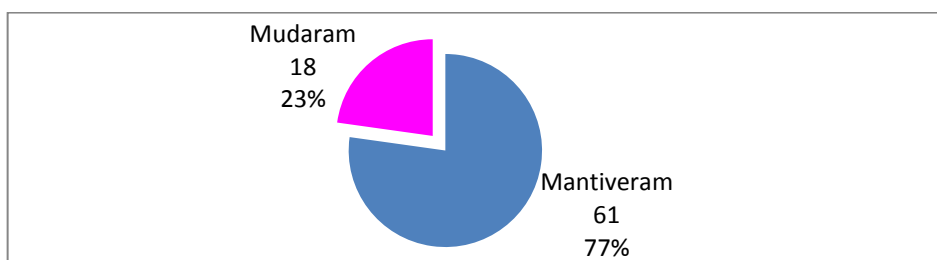
Gráfico 735 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1979 e 1982



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

As eleições autárquicas de 1985 representaram a maior taxa de estagnação registada pelo PS ao longo de todas as eleições autárquicas do período da democracia, comparativamente ao mandato imediatamente anterior. Dos 79 presidentes de Câmara eleitos pelo PS, em 1985, 61 deles tinham já cumprido, no mínimo, o mandato anterior, representando por isso uma estagnação de 77%. Apenas 18 deles entraram pela primeira vez para o lugar de presidentes de Câmara, numa percentagem de renovação de apenas 23%.

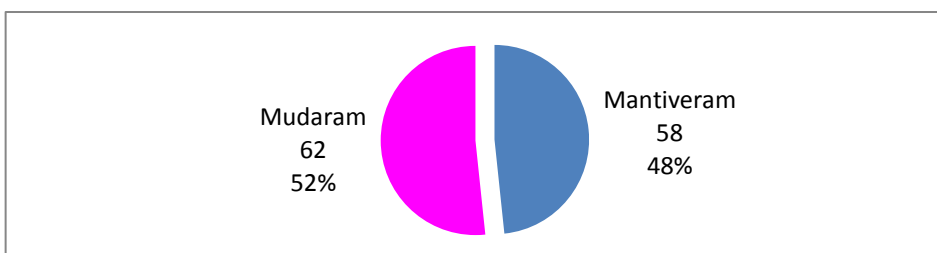
Gráfico 736 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1982 e 1985



As autárquicas de 1989 foram também marcantes para o PS. De todos os actos eleitorais, e em comparação com o mandato anterior, como sempre fazemos para aferir a renovação ou estagnação por anos, foi o único em que os socialistas apresentaram uma taxa de renovação superior à da estagnação, ainda que apenas ligeiramente maior.

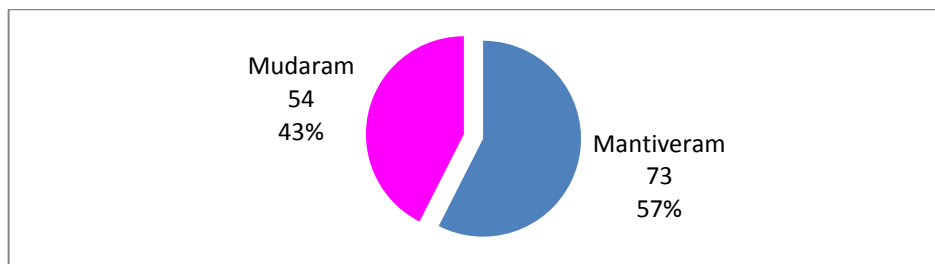
Do número total de 120 presidentes de Câmara que o PS elegeu em 1989, 62 deles (52%) eram caras novas. Os restantes 58 (48%) vinham do mandato anterior.

Gráfico 737 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1985 e 1989



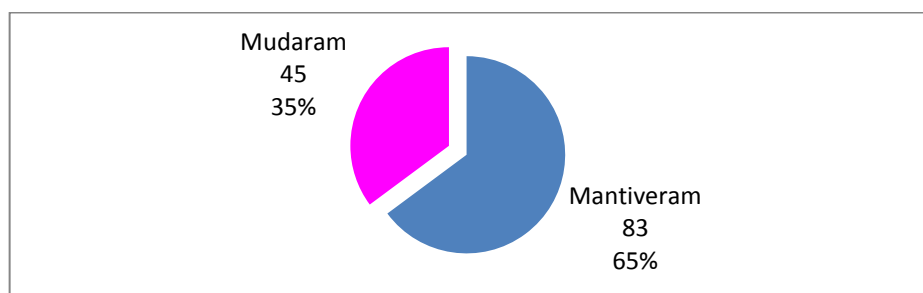
Em 1993 a estagnação volta novamente a superar a renovação, facto que continuará a registar-se até às últimas eleições de 2009. Neste acto eleitoral autárquico de 1993, dos 127 presidentes eleitos nas listas do PS, 73 eram “repetentes” no lugar (57%), comparativamente a 1989, tendo a taxa de renovação se cifrado em 43%, correspondentes a 54 dos 127 presidentes que o PS elegeu.

Gráfico 738 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1989 e 1993



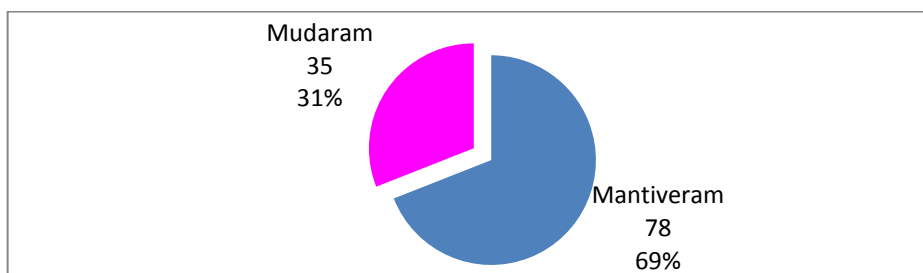
Em 1997 o cenário não foi muito diferente. Houve até um aumento da taxa de estagnação em relação a 1993. Dos 128 presidentes que o PS elegeu, 83 deles vinham de mandatos anteriores, representando estes números uma taxa de estagnação de 65%. Por seu turno, do total dos presidentes eleitos pelo PS em 1997, 45 eram figuras novas, correspondendo este número a uma taxa de renovação de 35%.

Gráfico 739 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1993 e 1997



A taxa de estagnação/repetição entre os presidentes do PS representou, na eleição de 2001, em relação a 1997, 69%. Dos 113 presidentes que os socialistas elegeram, 79 vinham do mandato anterior. Por seu turno, a renovação aconteceu com 35 novos presidentes, numa percentagem de 31%.

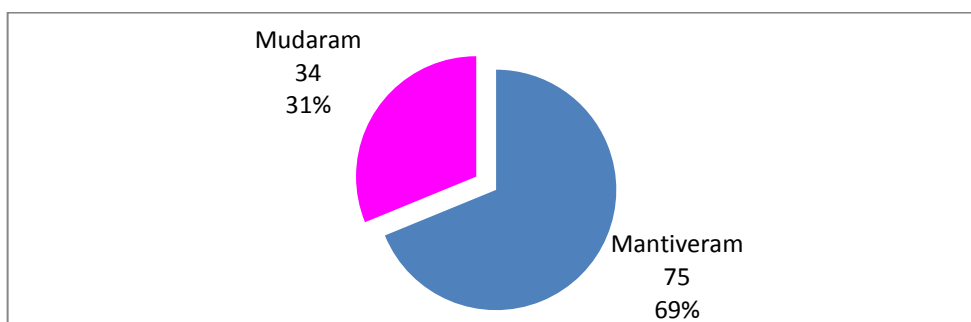
Gráfico 740 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 1997 e 2001



O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores no período da democracia (1974 – 2012)

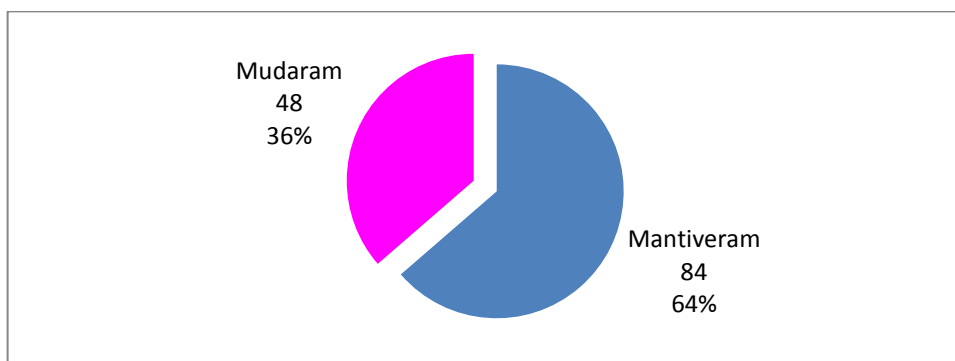
As eleições autárquicas de 2005 representaram, para o PS, a continuação da maior tendência de estagnação dos lugares. Entre os 109 presidentes eleitos nas suas listas em 2005, 75 vinham já de 2001, ou seja representam uma estagnação de 69%. A renovação registou, por esse motivo, uma percentagem de 31%, respeitante a 34 presidentes que entraram de novo.

Gráfico 741 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 2001 e 2005



Nas últimas eleições autárquicas registadas em Portugal o PS continuou a apostar na vitória da estagnação dos nomes a eleger. Dos 132 presidentes que elegeu, no total, 84 (64%) já vinham de 2005 e 48 (36%) entraram de novo.

Gráfico 742 - Renovação/estagnação PCM PS - Comparação eleição 2005 e 2009



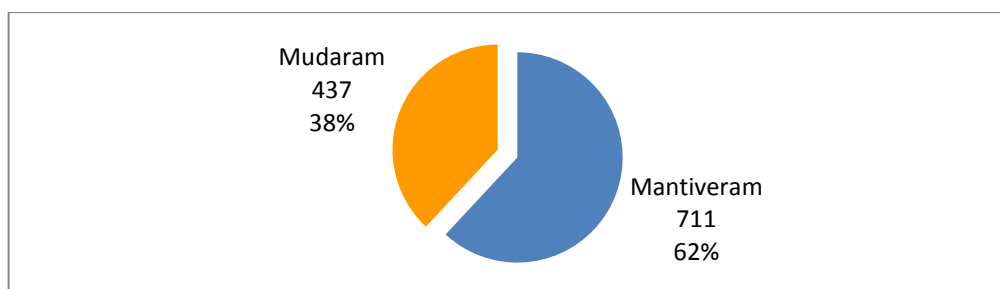
3.2.18.19 Presidentes de Câmara do PSD

A tendência para uma manutenção dos presidentes de Câmara é algo a que o PSD também adere. No total dos 1148 presidentes de Câmara que foi elegendo ao longo dos actos eleitorais para as Câmaras, no período da democracia, registou 711 (62%) “repetentes”, ou

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

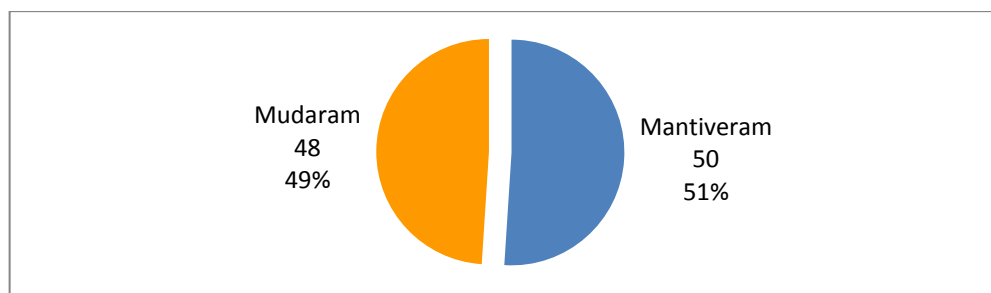
seja apostou na mesma figura para mais de um mandato. Quanto aos que não ocuparam o lugar de modo repetido, quer tenha sido por não se terem recandidatado, quer seja por não terem sido eleitos, esse número foi de 437, significando tal número uma percentagem de 38% de renovação.

Gráfico 743 - Renovação/estagnação total PCM do PSD no período da democracia



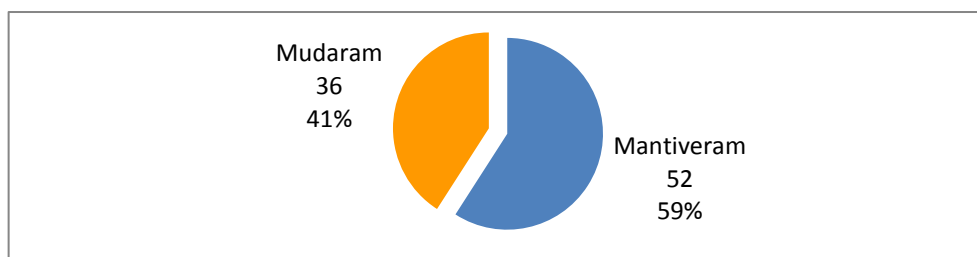
Nas segundas eleições autárquicas, que aconteceram em 1979, em comparação com 1976, o PSD manteve nos lugares 50 dos 98 presidentes, o que representou uma estagnação de 51% entre 1976 e 1979. A renovação foi de 49%, tendo como tal os social democratas mantido 48 presidentes no lugar.

Gráfico 744 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1976 e 1979



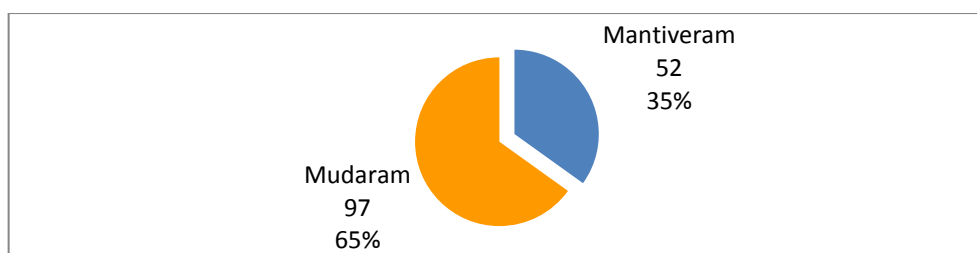
O ano de 1982, em que teve lugar a terceira eleição para as Câmaras municipais, o PSD reforçou um pouco mais a tendência estagnadora geral das eleições autárquicas. Manteve, como presidentes, 52 dos 88 nomes de 1979, significando por tal razão uma estagnação de 59%. A mudança registou-se em 36 dos autarcas, numa percentagem total de renovação de 41%.

Gráfico 745 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1979 e 1982



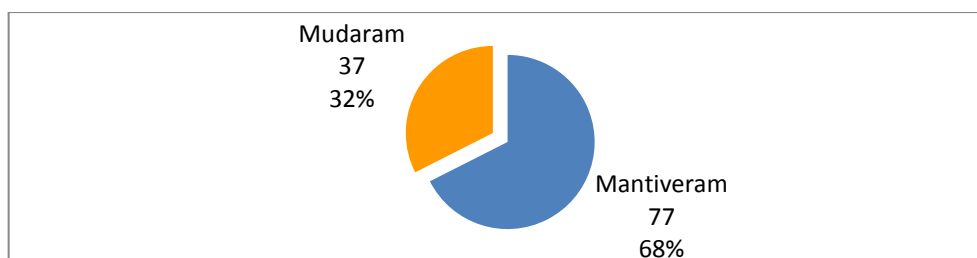
A única exceção nas eleições autárquicas, por parte do PSD, relativamente a uma clara maior tendência para a estagnação foi quebrada, exclusivamente, em 1985 quando os social democratas, dos 149 presidentes que elegeram, apostaram em 97 (65%) caras novas, tendo mantido no lugar 52 (35%) dos presidentes eleitos em 1982.

Gráfico 746 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1982 e 1985



O ano de 1989 seria o regresso à política de manutenção dos presidentes vencedores nos mesmos lugares. Comparativamente à eleição anterior (1985), o PSD repetiu 77 dos 114 presidentes, numa percentagem de estagnação de 68%. Os números da renovação, ou seja dos nomes que mudaram representaram 32%, significando, em termos numéricos, 37 caras novas.

Gráfico 747 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1985 e 1989

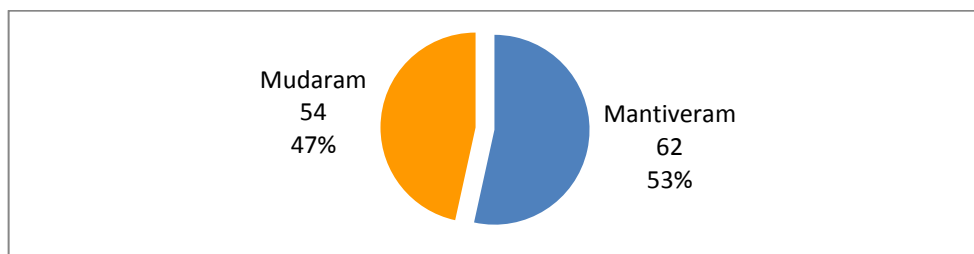


1993 não viria a ser diferente. Houve uma continuação da estagnação, ainda que de forma mais ligeira que no mandato anterior. Daqueles que tinham sido eleitos em 1989, o

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

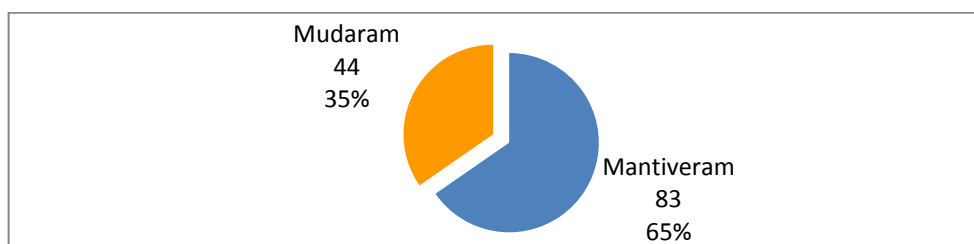
PSD continuou a apostar em 62 (53%) de um total de 116 que conseguiu eleger. Aqueles que mudaram foram 54, correspondendo esse número a 47% de renovação registada em 1993.

Gráfico 748 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1989 e 1993



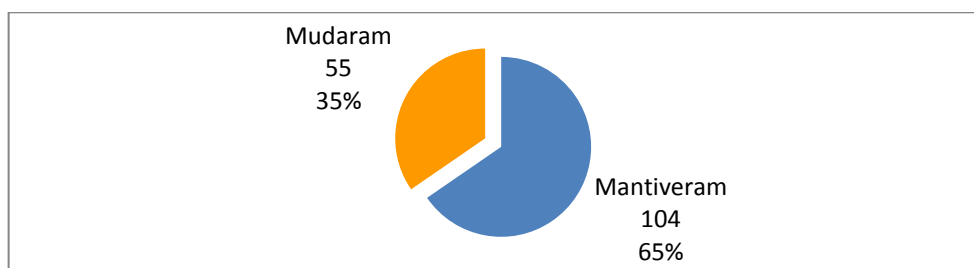
O ano de 1997 voltou a seguir a tendência de uma estagnação acentuada. Comparativamente a 1993, houve uma taxa de estagnação de 83% dos nomes, o que correspondeu à manutenção de 65 dos 109 presidentes que o PSD elegeu. A renovação não foi além de 35% (44 nomes diferentes).

Gráfico 749 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1993 e 1997



Em 2001 as percentagens de renovação e de estagnação mantiveram-se inalteradas, respetivamente com 35% e 65%.

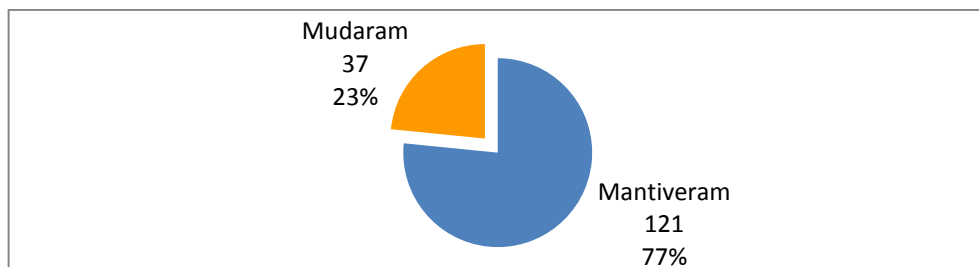
Gráfico 750 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 1997 e 2001



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

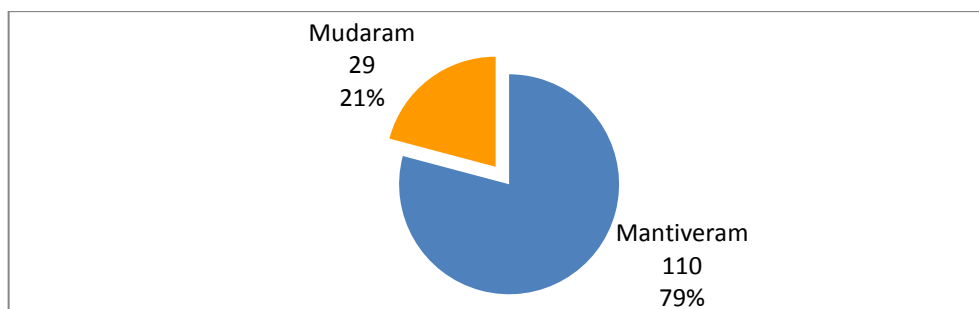
Mas se a estagnação teimava em se manter, o ano de 2005 viria a ser ainda mais expressivo nessa mesma tendência. Dos 158 lugares de presidente de Câmara que o PSD obteve, 121 (77%) vinham do mandato anterior e apenas 37 (23%) foram caras novas.

Gráfico 751 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 2001 e 2005



As últimas eleições autárquicas, realizadas em 2009, foram aquelas em que o PSD atingiu a maior percentagem de estagnação, com 79% dos autarcas a transitarem do mandato anterior. Esta percentagem indica-nos que 110 dos 139 presidentes eleitos nas listas do PSD já ocupavam o lugar pelo menos entre 2001 e 2005. Aqueles que entraram de novo foram 29, correspondendo a tal número uma renovação de apenas 21%.

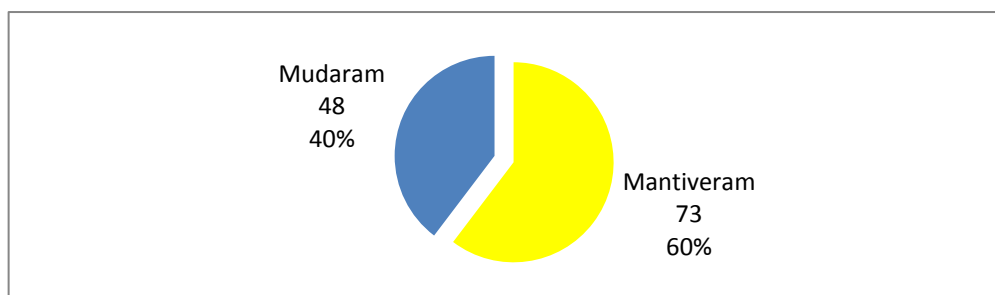
Gráfico 752 - Renovação/estagnação PCM PSD - Comparação eleição 2005 e 2009



3.2.18.20 Presidentes de Câmara do CDS

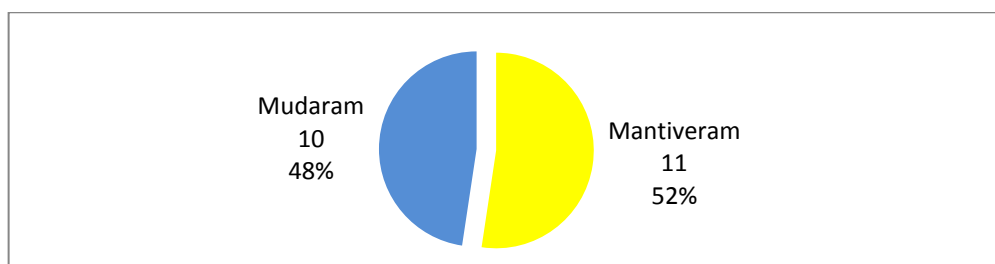
O CDS, mesmo com um número total de presidentes eleitos, ao longo de todas as eleições autárquicas relativamente reduzido em relação ao PS e PSD, não fugiu à tendência estagnadora. De 121 presidentes que elegeu, 73 (60%) deles repetiram o lugar. Por sua vez, também em termos totais, o CDS registou uma taxa de renovação de 40%, percentagem à qual correspondem 48 nomes que não se mantiveram no lugar por mais de um mandato.

Gráfico 753 - Renovação/estagnação total PCM do CDS no período da democracia



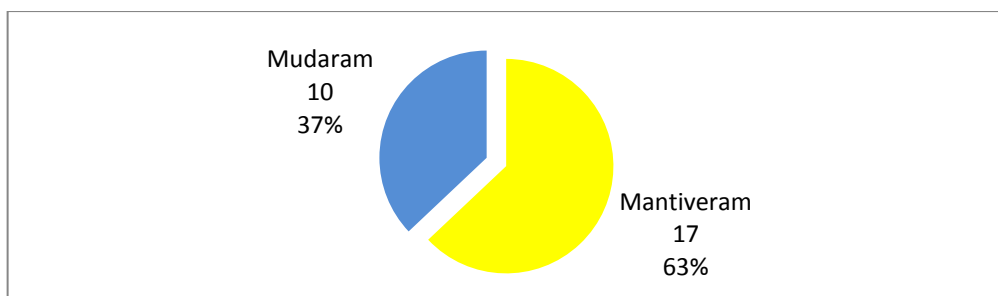
Continuando a mesma linha de análise, e fazendo agora um estudo comparativo com os mandatos imediatamente anteriores, verificamos que, em relação às primeira eleições autárquicas, o CDS manteve no lugar 11 dos 21 presidentes que elegeu em 1979. Isto numa comparação com 1976. Os dados da renovação apontam para 10 caras novas e para uma percentagem de renovação de 48%.

Gráfico 754 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1976 e 1979



Com uma percentagem de 63% o CDS manteve, em 1982, 17 dos 27 presidentes de Câmara que elegeu em 1979. A estagnação subiu 11% em relação ao mandato anterior. O número de presidentes de Câmara que mudou foi de 10, correspondente a 37%.

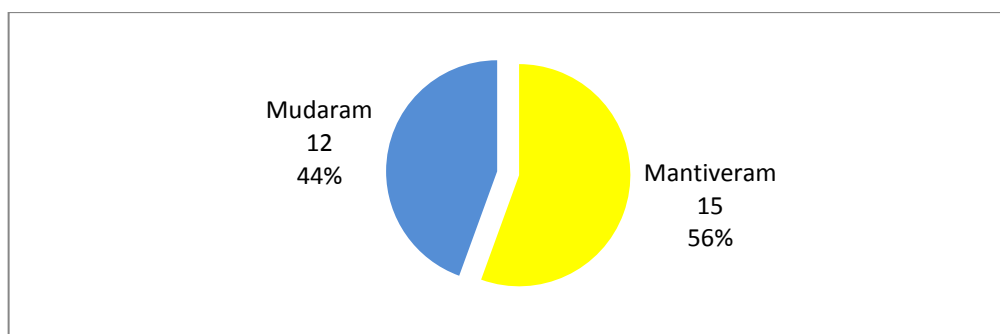
Gráfico 755 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1979 e 1982



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

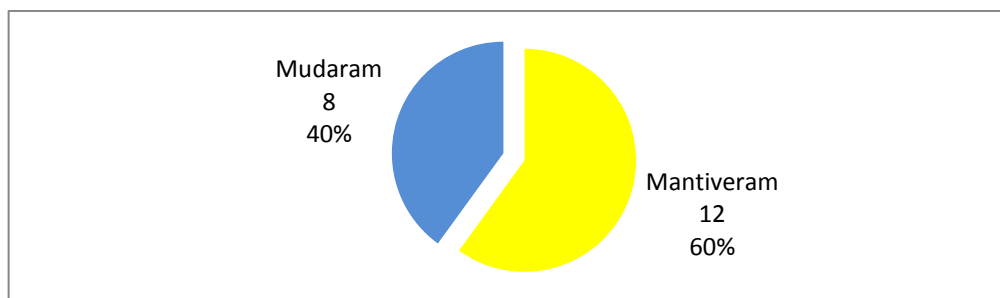
Apesar de ter sido menor, a percentagem da estagnação na eleição dos presidentes de Câmara do CDS em 1985 ainda atingiu os 56%, comparando com os nomes eleitos em 1982. A renovação cifrou-se em 44%, correspondente a 12 novas entradas para presidentes de Câmara, de entre os 27 mandatos conseguidos pelo CDS.

Gráfico 756 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1982 e 1985



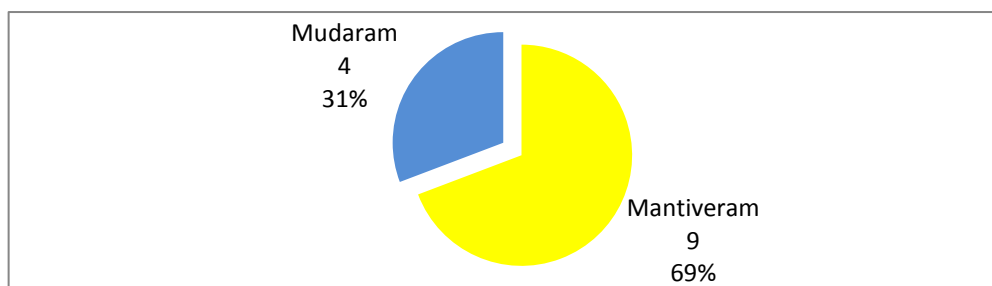
1989 continuou a senda da estagnação. 60% dos presidentes eleitos transitaram de 1985, ou seja continuaram no lugar 12 das mesmas figuras políticas. O número de entradas foi de 8, numa percentagem que corresponde a uma renovação de 40%.

Gráfico 757 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1985 e 1989



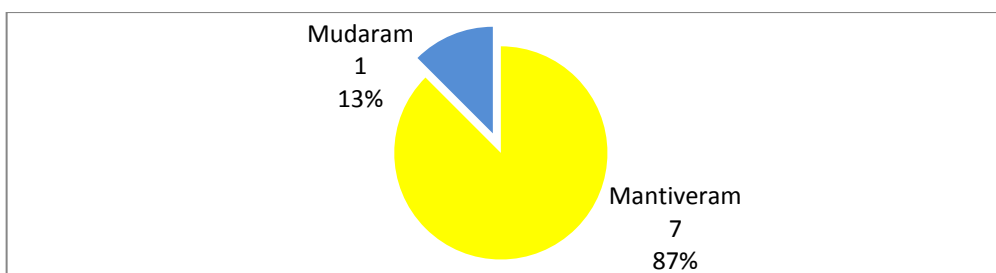
Numa tendência que se vai alternando entre o aumento e a diminuição da estagnação dos nomes, o número daqueles que se foram perpetuando nos lugares veio, contudo, sempre sendo superior à renovação. Em 1993, 9 (69%) dos 13 presidentes que o CDS conseguiu eleger eram os mesmos do mandato anterior. Apenas 4 (31%) entraram de novo para os lugares.

Gráfico 758 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1989 e 1993



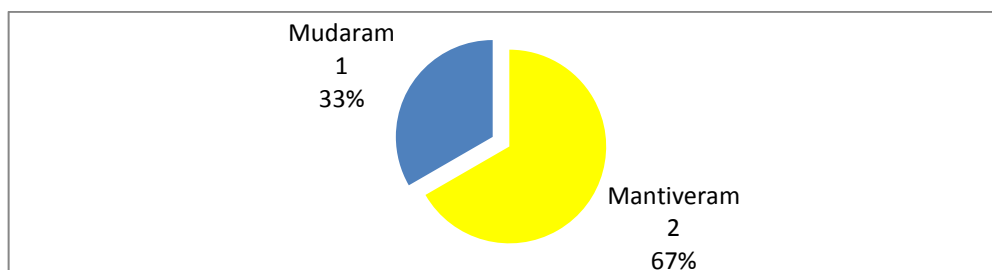
Mas se a estagnação tinha até então atingido valores que podemos considerar relativamente elevados, ainda que dentro da média dos outros partidos, no ano de 1997 o CDS ultrapassou todas as barreiras. Manteve no mesmo lugar 7 dos 8 presidentes que elegeu. Desta forma, os números da estagnação atingiram os 83%, sendo a renovação de apenas 13%.

Gráfico 759 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1993 e 1997



No mandato iniciado em 2001 o CDS elegeu apenas 3 presidentes de Câmara. E destes, manteve dois do mandato anterior e substituiu um. Logo, em termos percentuais o CDS registou uma estagnação de 67% e uma renovação de 33%.

Gráfico 760 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 1997 e 2001



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Em 2005 e 2009, em que o CDS conseguiu eleger apenas um presidente em cada mandato, esses mesmos nomes vinham do mandato anterior. Ou seja, quer num, quer no outro mandato teremos que considerar, em termos percentuais, um nível de 100% de estagnação.

Gráfico 761 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 2001 e 2005

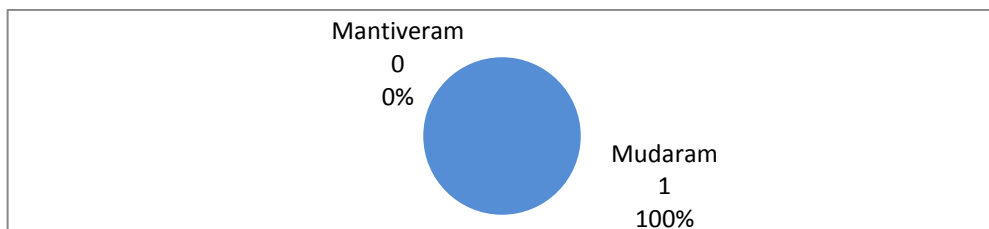
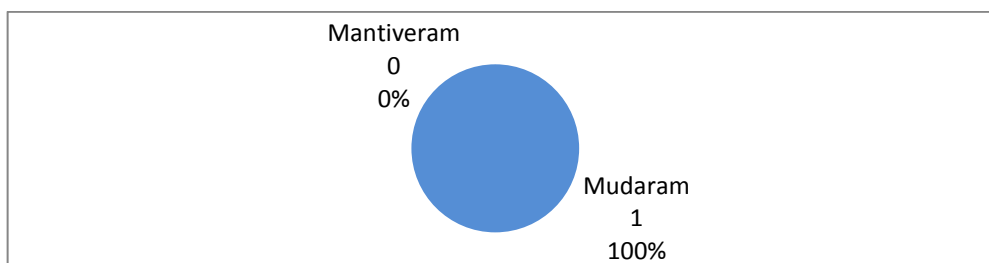


Gráfico 762 - Renovação/estagnação PCM CDS - Comparação eleição 2005 e 2009

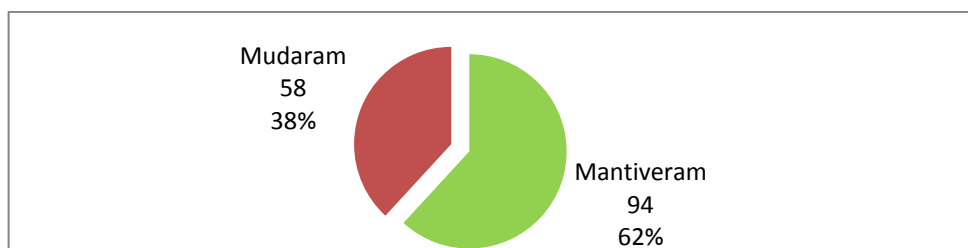


3.2.18.21 Presidentes de Câmara do PCP

O Partido Comunista Português (PCP), em termos de apresentação de listas exclusivamente suas, fê-lo em apenas quatro mandatos, ao longo dos quais elegeu 152 presidentes de Câmara. Em termos percentuais, durante essas legislaturas registou uma taxa de estagnação de 62%, com 94 dos presidentes a repetirem o lugar no mínimo duas vezes.

Quanto aos nomes que não repetiu durante as eleições foram 58, correspondentes a 38% de renovação eleitoral autárquica total.

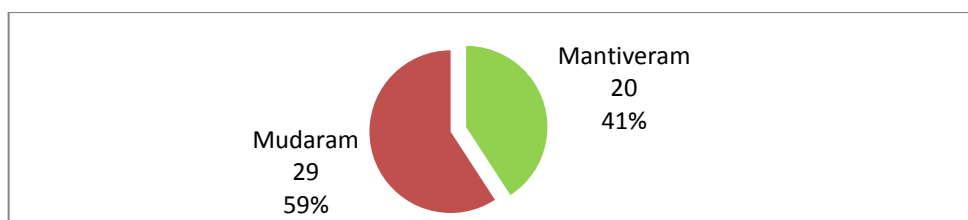
Gráfico 763 - Renovação/estagnação total PCM do PCP no período da democracia



**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Entre a primeira e a segunda eleição autárquica em Portugal o PCP registou uma taxa de renovação de 59%. Dos 49 presidentes de Câmara que elegeu em 1979, 29 deles eram totalmente novos em relação a 1976. A taxa de estagnação foi, por exclusão de partes, de 41%, significando por isso a manutenção nos lugares de 20 autarcas.

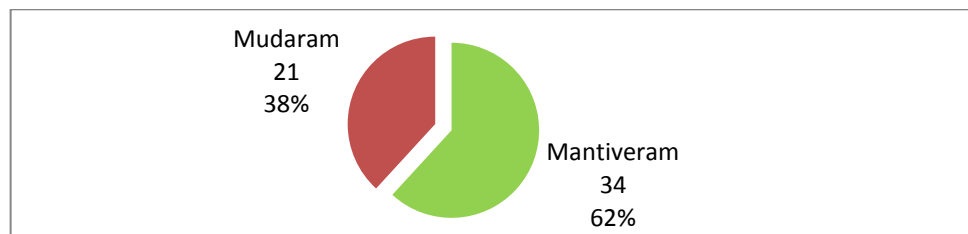
Gráfico 764 - Renovação/estagnação PCM PCP - Comparação eleição 1976 e 1979



Depois de uma tendência inicial para a renovação, o PCP não mais voltou a conseguir seguir essa linha. Em todas as eleições seguintes apostou sempre, e cada vez com maior força, na manutenção dos mesmos nomes.

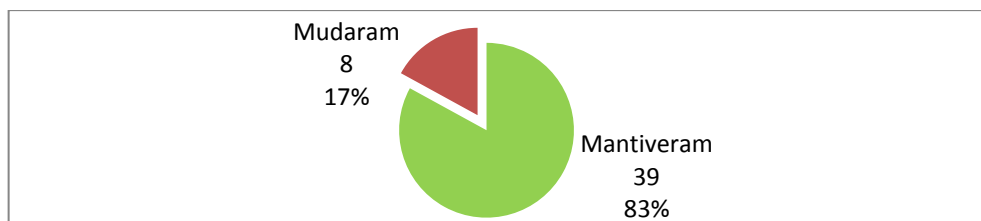
Em 1982, dos 55 presidentes eleitos nas listas do PCP, 34 deles (62%) vinham do mandato anterior e apenas 38% (21 presidentes) eram diferentes dos nomes eleitos em 1979.

Gráfico 765 - Renovação/estagnação PCM PCP - Comparação eleição 1979 e 1982



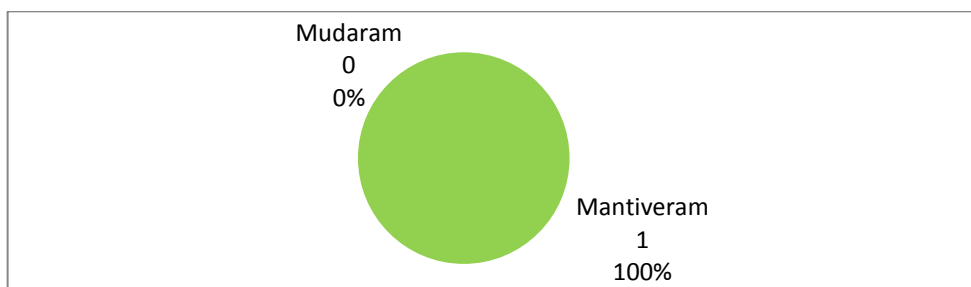
1985 vinha reforçar, ainda mais, a tendência estagnadora do PCP nos nomes a apresentar às eleições autárquicas. De entre os 47 mandatos obtidos o PCP mantinha 39. Estes números indicam uma taxa de estagnação de 83%.

Gráfico 766 - Renovação/estagnação PCM PCP - Comparação eleição 1982 e 1985



Mas viria a ser no ano de 1989 que o PCP atingia a sua mais alta taxa de estagnação, também por força de ter apenas conseguido eleger um presidente e este vir do mandato anterior. Isso, significa, desde logo, e em termos meramente percentuais uma estagnação de 100%.

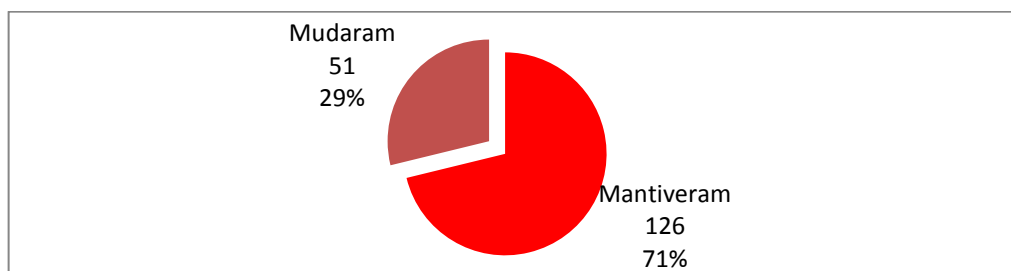
Gráfico 767 - Renovação/estagnação PCM PCP - Comparação eleição 1985 e 1989



3.2.18.22 Presidentes de Câmara da CDU

A CDU, resultante da coligação entre o PCP e o PEV, também não fugiu à regra. A tendência para manter nos lugares os mesmos presidentes de Câmara foi uma estratégia e tendência geral que seguiu ao longo dos 5 mandatos em que se apresentou a sufrágio. Neste período de tempo a CDU elegeu 177 presidentes de Câmara, dos quais 126 fizeram no mínimo dois mandatos. Isto representa uma estagnação total geral para a CDU de 71%. Já, por sua vez, a renovação, ou seja o número de presidentes que não repetiu o lugar foi de 51, correspondentes a 29% de renovação.

Gráfico 768 - Renovação/estagnação PCM da CDU no período da democracia

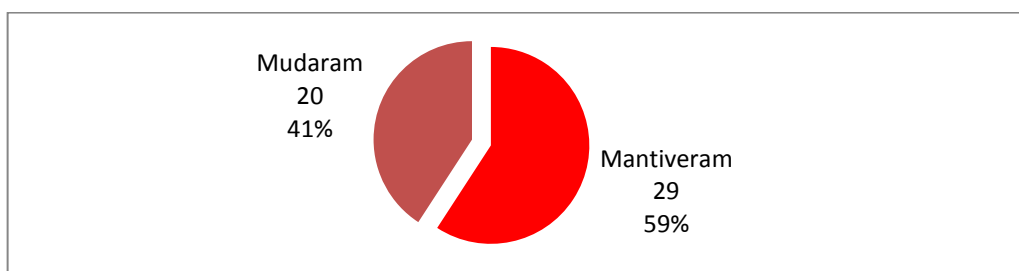


**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Comparativamente a 1989, as primeiras eleições autárquicas a que a CDU concorreu, depois da sua formação em 1987, em 1993 registava uma taxa de estagnação de 59%, correspondente a 29 repetições de nomes de autarcas que vinham de 1989.

Por seu turno, os valores da renovação eram de 41%, com 20 novos presidentes a vencerem eleições nas listas da CDU. Refira-se que no ano de 1993 a coligação elegeu 49 presidentes de Câmara.

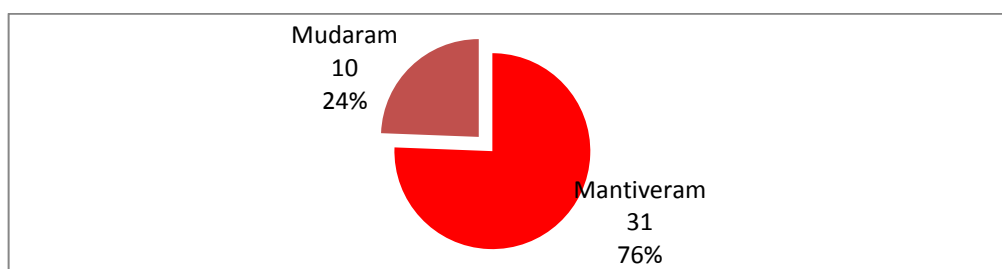
Gráfico 769 - Renovação/estagnação PCM CDU - Comparação eleição 1989 e 1993



Nas eleições de 1997, do total de 41 mandatos que a CDU obteve, 31 dos presidentes de Câmara tinham transitado do mandato anterior que terminou em 1993, numa percentagem de estagnação de 76%.

Ao invés, 10 das caras eram completamente novas, significando isto uma renovação nos lugares de presidente de 24%.

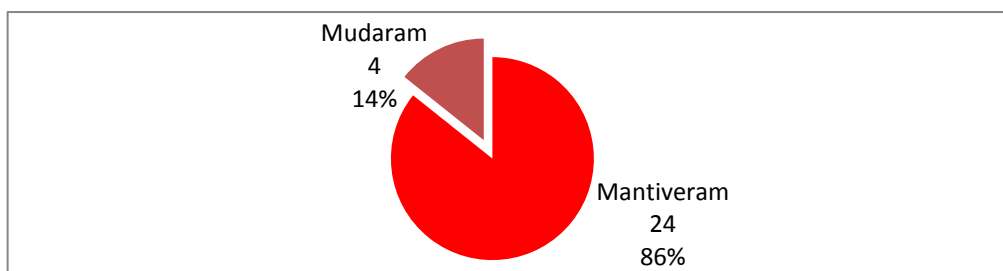
Gráfico 770 - Renovação/estagnação PCM CDU - Comparação eleição 1993 e 1997



Com 86% de estagnação a CDU marcava a eleição de 2001. Entre os 28 mandatos que obteve, 24 diziam respeito a nomes que já tinham ocupado o lugar em 1997. Apenas 4 dos autarcas eram caras que ainda não tinham sido eleitas.

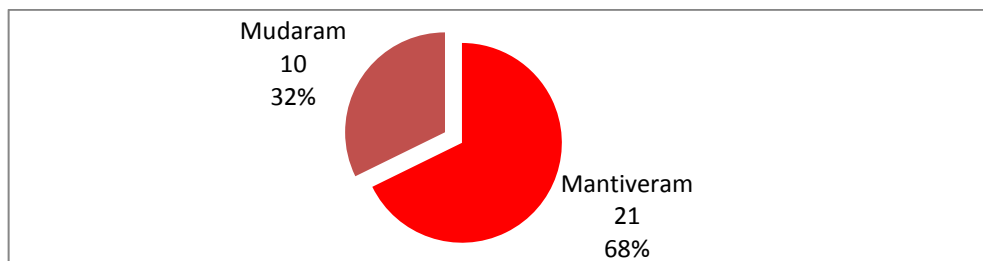
**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Gráfico 771 - Renovação/estagnação PCM CDU - Comparação eleição 1997 e 2001



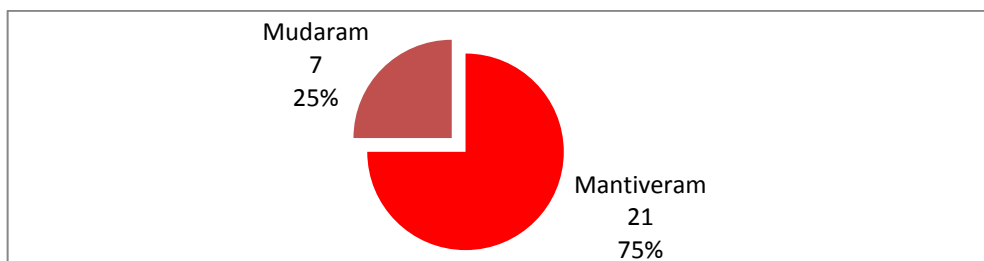
Dos 31 presidentes de Câmara eleitos nas listas da CDU em 2005, 21 vinham do mandato anterior. Ou seja, 68% deles repetiram o lugar em relação a 2001 e 32% entraram de novo.

Gráfico 772 - Renovação/estagnação PCM CDU - Comparação eleição 2001 e 2005



Nas eleições autárquicas de 2009, as últimas que tiveram lugar em Portugal, a CDU obteve 28 mandatos, dos quais 21 foram ocupados pelo autarca do mandato anterior. Isto significa que em 2009, comparativamente a 2005, houve uma estagnação de 75% e uma renovação de 25%.

Gráfico 773 - Renovação/estagnação PCM CDU - Comparação eleição 2005 e 2009



Capítulo 4 Conclusão e Proposituras

4.1 Conclusão – Nota introdutória

Abraçar uma investigação com o fim último de acrescentar algo novo àquilo que já conhecemos é um desafio ímpar. É uma «viagem», na maioria das vezes solitária, que se sabe ser longa e exigente. É uma «caminhada» que implica esforço e dedicação. É um desafio à nossa capacidade de saber aceitar as dificuldades como um incentivo para continuar em frente.

Investigar é uma «aventura» cuja partida é impulsionada pela curiosidade e a ambição de conhecer novos caminhos nos leva, muitas vezes, a ultrapassar a nossa própria imaginação e a chegar onde jamais imaginávamos que seria possível.

Quando partimos pensamos levar na nossa «bagagem» tudo o que achamos necessitar para o percurso. Contudo, ao longo da caminhada, vamos percebendo que há muito daquilo que trazemos na bagagem que devemos abandonar e outro tanto que teremos que conquistar. À chegada salta-nos à memória o dia em que partimos. As ilusões que trazíamos na cabeça e todas aquelas que tivemos que acrescentar ao nosso imaginário para conseguirmos seguir em frente. Lembramos as dificuldades passadas, os momentos de saturação, a vontade, algumas vezes, de ficar pelo caminho. Mas, afinal de contas, chegados ao fim, percebemos o verdadeiro valor das coisas e o quanto é gratificante ter reforçado a ideia de que é aquilo que mais nos custa que também mais alegrias nos traz.

Por tudo isto, está chegado o momento do balanço. O momento de avaliar a caminhada. De aferir os resultados. De perceber e dar a conhecer quais as convicções que confirmamos e quais aquelas que, afinal de contas, não passavam de mera ilusão. É a hora de dizer aquilo que fizemos e a que conclusões chegamos.

Grande parte daquilo que haveria para dizer já está escrito nas páginas que antecedem esta conclusão. No entanto, é aqui que nos cabe resumir o que de mais importante e mais relevante acrescentamos. Por isso, aqui fica o convite para que continuem a leitura atenta deste capítulo, onde lhes damos conta, de modo sucinto, daquilo a que demos corpo de forma mais expansiva e detalhada ao longo da investigação.

Como ponto de partida para esta investigação tomamos a convicção do senso comum de que existe uma fraca renovação dos atores políticos em Portugal. Ou seja os políticos trocam

os lugares entre si e pouco se renovam. A ideia de que as caras são sempre as mesmas e que o exercício da atividade política está confinado a um grupo de pessoas.

Após uma longa investigação e do cruzamento de milhares de registos/nomes, nos diferentes órgãos e partidos da cena política portuguesa, chegamos à conclusão de que, na verdade, existe uma considerável estagnação dos atores políticos em Portugal. A ideia do senso comum, ainda que em alguns casos possa pecar por algum exagero, não deixa de ter grande fundamento, na medida em que ao longo do período da democracia, há uma grande repetição de nomes (em média superior a 40%) no exercício da atividade política.

Apesar de haver alguma variação nos níveis de estagnação, dependendo do órgão em análise, a verdade é que existe uma exagerada continuidade das mesmas figuras nos mesmos cargos e por períodos demasiado alargados.

Partindo da ideia de que a democracia também significa participação, e que a mesma resulta da vontade do povo, o facto de muitos dos atores políticos se perpetuarem no poder impede a entrada não só de nova gente na cena política como a introdução de novas ideias.

Na experiência por nós adquirida, durante a nossa investigação, fomos também percebendo que existe uma excessiva preocupação com o unanimismo por parte dos chamados partidos do arco do poder, contrária ao tão importante e necessário diálogo para o reforço democrático.

Defende-se, por isso, muitas vezes, ainda que de forma discreta e indireta, o unanimismo a coberto da alegada necessidade de governabilidade, mas esquecendo-se que a vida da democracia passa pela troca e partilha de ideias e não pela mera imposição das maiorias. É, como todos sabemos, mais fácil governar sem ter que dialogar, mas bem menos útil para o reforço democrático o comodismo de não ter que negociar. Afinal, democracia é, para nós, acima de tudo, um diálogo aberto onde todos contam e onde a abstenção só pode significar uma discordância silenciosa.

4.2 As Hipóteses de partida

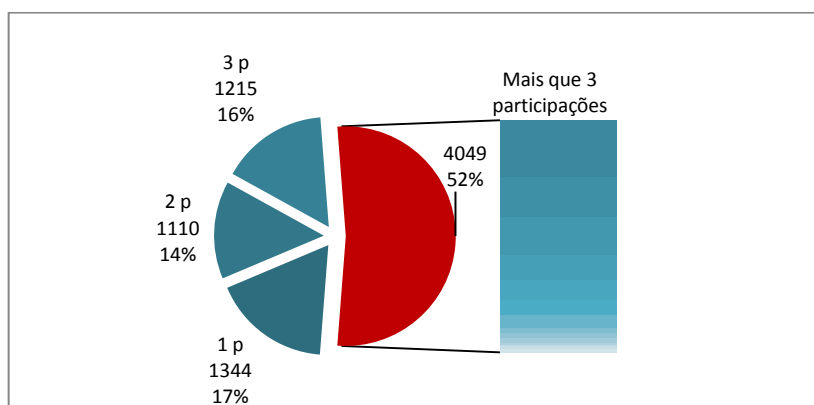
Tomamos no início deste nosso trabalho como primeira hipótese a ideia de que existe entre os atores políticos em Portugal uma forte permanência dos mesmos nomes nos lugares.

Retomando as hipóteses de partida somos levados a concluir que a nossa convicção, referente à primeira hipótese, se veio a confirmar verificando-se uma elevada continuidade nos diferentes órgãos estudados (AR, PE,CM; Governo), em média superior a 40%.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Fica, por isso, infirmada a segunda hipótese por nós colocada, que diz respeito à possibilidade da alegada estagnação dos atores políticos ser meramente aparente e resultar da imagem que é dada pelos órgãos de informação. Contudo, importa referir que poderá existir, mesmo assim, a possibilidade de algum exagero na formulação dessa convicção por parte dos cidadãos. Isso resulta do fato de muitas figuras políticas, apesar de já terem deixado a vida política ativa, continuarem a surgir na comunicação social.

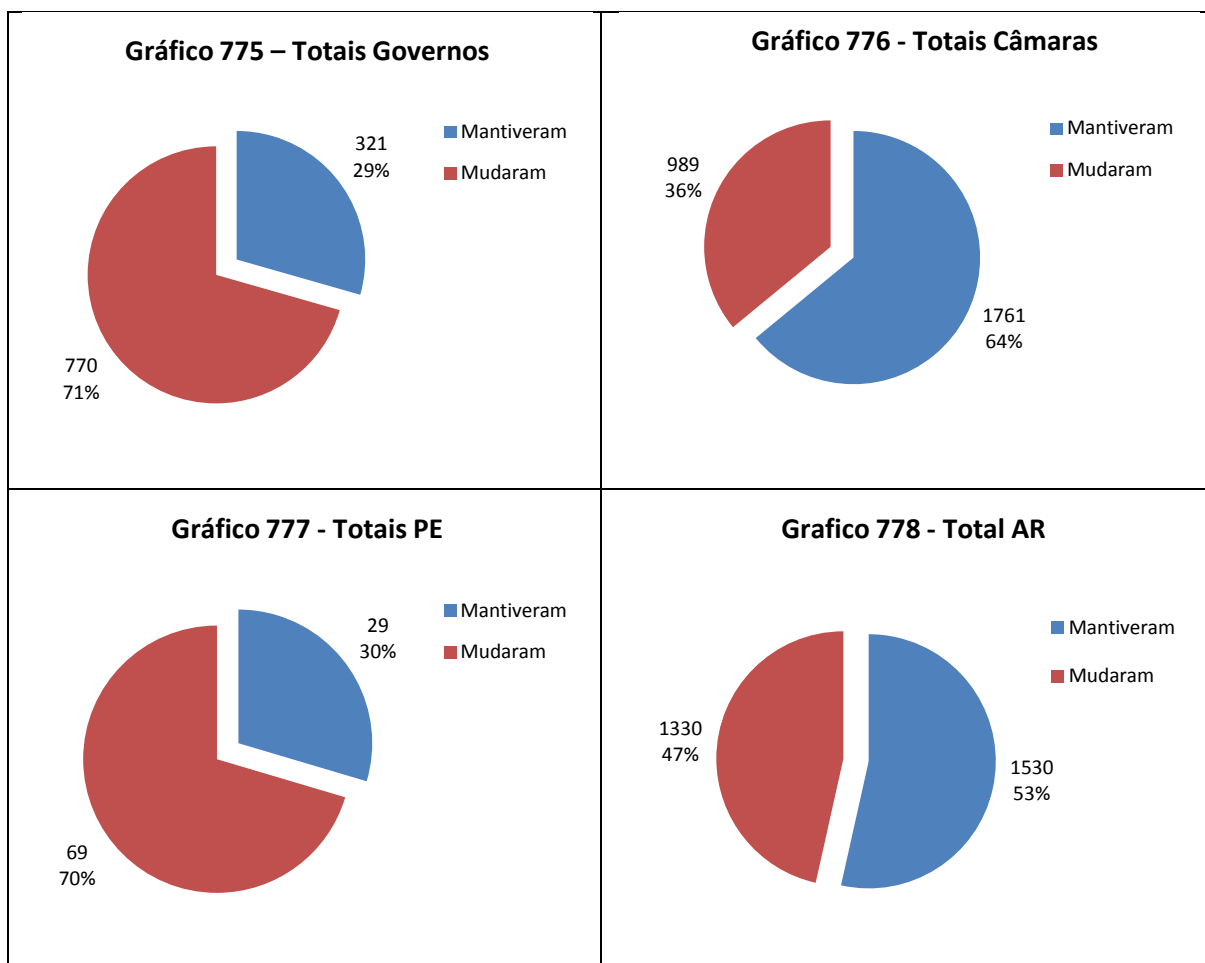
Gráfico 774 - Total de participações dos atores políticos



Como terceira hipótese, por nós colocada, surge a possibilidade de a estagnação nos lugares ser, tendencialmente, maior sempre que um candidato tenha apenas cumprido um mandato. Nesse caso, os partidos renovam com maior probabilidade o mandato. Esta possibilidade que, inicialmente, assumimos como verdadeira veio mesmo a confirmar-se com uma clara tendência para um nível de renovação, nos diferentes órgãos, a ser maior de dois em dois mandatos.

Como quarta hipótese de trabalho colocámos a possibilidade de a estagnação variar de acordo com o órgão, sendo maior nuns do que noutros. E, na verdade, essa nossa formulação teórica viria a confirmar-se com números de estagnação dos atores políticos nos lugares que variam entre os 29%, nos membros dos Governos e os 64% nos presidentes de Câmara. Já entre os deputados ao Parlamento Europeu a estagnação média é de 30% e no caso dos deputados à Assembleia da República a percentagem é de 53%.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



A quinta hipótese, por nós colocada, tendo em conta que diz respeito à possibilidade de os níveis de estagnação serem idênticos entre os diferentes órgãos, não foi, pelas razões acima referidas, confirmada, sendo por isso infirmada.

4.3 Principais conclusões das entrevistas

Além do tratamento estatístico dos nomes, órgãos e partidos do sistema político português, procedemos também a um conjunto de entrevistas (figuram nos anexos), feitas a atores políticos, magistrados, jornalistas, sindicalistas e até figuras da vida religiosa.

Deste modo, para melhor entendermos as dinâmicas da renovação ou estagnação e os eventuais fatores que lhe dão origem abordamos um leque de temas dos quais passamos a dar nota das questões por nós consideradas mais relevantes.

Desde logo o modo como é entendido o nosso sistema político e a forma como responde a questões como a governabilidade, a proporcionalidade, a representatividade e a qualidade dos nossos atores políticos.

Sobre este conjunto de matérias, é de registar que, apesar de algumas debilidades apontadas ao método de Hondt, principalmente pelos partidos com menor representação eleitoral, porquanto dizem que lhes é prejudicial na conversão dos votos em mandatos, regra geral, acham que vai respondendo ao essencial.

A alegada falta de governabilidade que os partidos do arco da governação, muitas vezes, se queixam de existir no atual sistema não resulta tanto do atual sistema de conversão de votos em mandatos, mas mais da prática política que, a coberto da alegada necessidade de uma maior estabilidade governativa, tentam evitar um maior e mais frutífero diálogo com as oposições. É, portanto, muitas das vezes, uma desculpa para procurar que a vitória nas eleições possa significar seguir o rumo que mais lhes convenha, sem terem que se submeter às sugestões/críticas dos outros partidos.

Também o alegado afastamento entre eleitores e eleitos, que é comum ser abordado entre os eleitores, mas também dentro dos partidos políticos, tem leituras e soluções distintas consoante estejamos a ouvir partidos do eixo da governação ou não.

Ainda que existam algumas exceções, regra geral, e com uma maioria significativa, é convicção geral dos nossos entrevistados de que existe um claro afastamento entre eleitores e eleitos, que tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. Mas, é também aqui que, mais uma vez, as razões alegadas para que tal aconteça, ainda que haja exceções, divergem conforme tenhamos como interlocutores atores políticos de partidos oriundos do eixo da governação ou não. De um modo geral, para os primeiros, o afastamento deve-se ao atual sistema eleitoral que não favorece a aproximação entre as partes. Por seu turno, para os segundos, essa justificação não passa de uma mera manobra de diversão para esconder a falta de vontade de mudar a prática política e respeitar mais a opinião das oposições, ouvindo-as e acatando algumas das suas propostas. É, portanto, convicção de um número razoável de entrevistados de que o afastamento entre eleitor e eleito, mais do que devido ao sistema utilizado, se deve à prática política dos partidos do eixo da governação.

Relativamente aos círculos plurinominais atualmente existentes em Portugal, há uma vontade generalizada no sentido da mudança para um sistema de círculos mistos. Ou seja, a coabitação dos plurinominais com os uninominais. E, entendem muitos dos entrevistados, que seria desejável a criação de um círculo nacional plurinomial, com uma percentagem dos mandatos à AR e os restantes distribuídos por círculos uninominais distritais.

Apesar de haver um número ainda significativo de interlocutores que encaram o fim das listas fechadas e bloqueadas como pouco positivo, há alguns que defendem a introdução nas

listas do denominado voto preferencial, que ordena os nomes da lista por ordem alfabética, cabendo ao eleitor proceder à escolha. É aqui também que alguns daqueles que não defendem o voto preferencial se insurgem contra, alegadamente por tornar o processo de apuramento eleitoral mais complexo.

Sobre o sistema de Governo em Portugal, atualmente semipresidencialista, a maioria diz que deveremos mantê-lo. É, contudo, convicção quase unânime de que deveria haver um reforço dos poderes do Presidente da República, principalmente no que diz respeito à Defesa e Negócios Estrangeiros.

A qualidade da democracia em Portugal é encarada como tendo vindo a registar alguns progressos, apesar de algumas debilidades. Esta ideia vem ao encontro da alegada redução da qualidade dos atores políticos ao longo da caminhada da democracia. Para um número razoável de entrevistados temos assistido a um abaixamento do nível do ator político à medida que vimos caminhando desde o 25 de Abril de 1974.

Entre as principais razões para esta opinião, que alguns manifestam, surgem a falta de preparação de muitos dos políticos, em oposição aos primeiros anos do Portugal democrático, em que os políticos, que eram chamados a servir, tinham já dado provas na vida privada de sucesso e competência, além de terem um conhecimento real do país muito superior ao que, em média, hoje se verifica.

Ser bom político é sinónimo de assumir melhor o sentido da causa pública e, como tal, ter a capacidade para fazer uma correta interpretação do interesse coletivo. Deste modo, como principais qualidades que um bom político deve ter surgem, à cabeça, a honestidade, a seriedade e a necessária verdade para dar ao cidadão a informação correta sobre o modo como está a exercer o mandato que aquele lhe entregou.

Mas, ao falar em ator político será que estamos na presença de uma profissão, de uma ocupação, de ambas ou de nenhuma das duas? Foram também essas as nossas dúvidas com as quais confrontámos os nossos entrevistados. E, feito o balanço, percebemos que as opiniões se dividem bastante. Metade acha que não se pode considerar uma profissão na medida em que não dá garantias de continuidade. Contudo, numa percentagem ligeiramente inferior, principalmente de figuras com uma idade mais avançada, surgem os que não hesitam em considerar que a atividade política se tem vindo, ao longo dos últimos anos, a transformar numa profissão, não só devido à excessiva permanência nos lugares, como ao facto de fazerem da política a sua carreira para a vida.

Também a lei 3/2006, de 21 de Agosto, mais conhecida por lei da paridade, que obriga os partidos a incluir nas listas 33,3% de nomes de género diferente, não podendo suceder-se seguidos na sua ordem mais de dois nomes do mesmo sexo, foi tema por nós abordado com os nossos entrevistados. E, os resultados obtidos, manifestam uma divisão considerável na opinião que têm sobre tal obrigação legal.

Apesar de a maioria defender a lei, há também um número elevado de entrevistados que discorda e justifica-se com a ideia de que as listas devem incluir pessoas, independentemente do sexo, que melhor possam responder ao exercício do mandato que lhes é confiado. Dizem por isso, estes últimos, que estamos muitas vezes a incluir homens ou mulheres que não têm o perfil mais indicado para as funções, mas que por força da lei são colocados nos lugares, contribuindo, por isso, para o enfraquecimento da representação.

É igualmente ideia da maioria de que os partidos políticos em Portugal estão cada vez mais fechados, havendo mesmo quem não tenha dúvidas em afirmar que nos dias de hoje estão a perder alguma importância na vida democrática, cingindo-se a um desempenho primário que é o poder.

Relativamente ao monopólio dos partidos políticos, no que toca à apresentação de candidaturas, com exceção das Câmaras Municipais, é opinião quase geral de que essa prerrogativa deve ser mantida, tendo em linha de conta a necessidade de alguma governabilidade. Além disso, as candidaturas independentes que se têm apresentado nas eleições autárquicas são, na esmagadora maioria dos casos, o resultado de situações de dissidência de algum partido.

A maior ou menor fiscalização que a Assembleia da República tem vindo a fazer aos sucessivos Governos, que é aliás uma das suas principais funções, leva os interlocutores a colocarem-se em posições distintas. Há um equilíbrio razoável entre aqueles que advogam que a AR tem vindo a reforçar os seus poderes fiscalizadores ao longo da democracia, mas também há quem entenda que essa função não evoluiu, havendo mesmo alguns que até apontem para alguma regressão.

Na verdade, e como não poderia deixar de ser, o facto dos Governos se sustentarem na AR leva a que, sempre que um partido ou coligação tenha maioria absoluta no Parlamento, existe uma natural tendência para uma redução da função fiscalizadora da AR em relação ao Governo. Se, por seu turno, o partido que governa não tiver essa primazia parlamentar é obrigado a manter mais diálogo e a procurar mais acordos parlamentares o que, em termos democráticos se poderá afigurar como mais benéfico para a representação dos eleitores.

Reduzir ou não o número de deputados à AR tem sido outro dos assuntos que é abordado inúmeras vezes entre a classe política, mas também pelo comum do cidadão. E, a esse respeito, as opiniões também divergem. Metade dos entrevistados defende a manutenção do atual número, com o argumento do prejuízo causado à proporcionalidade com a sua redução. Há, no entanto, também um número razoável que não tem dúvidas dos benefícios que a redução traria à vida e ao funcionamento da AR, permitindo que uma maior percentagem de parlamentares tivesse tempo para intervir e não se avolumasse um número bastante razoável daqueles que acabam por fazer apenas figura de corpo presente.

Passando agora para o tema da limitação de mandatos, já hoje imposta por força da lei, nas Câmaras Municipais, quisemos saber o que achariam os nossos entrevistados sobre a possibilidade de essa mesma limitação ser também estendida à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu. E, contra aquilo que é comum ser defendido entre os cidadãos eleitores, a maioria discorda dessa limitação, alegadamente por se tratar de órgãos com funções legislativas e não executivas. Há mesmo quem, apesar da existência da atual lei para as autarquias, se manifeste totalmente contra a mesma, com o argumento de que deve ser o povo a decidir e não uma qualquer lei a impor, cumprindo, desse modo, o espírito da vida em democracia.

Há muito que se vão ouvindo vozes que chamam a atenção para o alegado esbatimento ideológico entre os partidos políticos. Por esse motivo, não quisemos deixar de fora tal assunto na conversa com os nossos entrevistados. E, aquilo que alegadamente se ouve entre o comum do cidadão não deixa de ser admitido pela maioria dos nossos interlocutores. A maior parte deles dizem haver algum esbatimento ideológico entre a esquerda e a direita, com alguns partidos, muitas vezes, a se desviarem da sua matriz para irem ao encontro daquilo que os eleitores mais desejam ouvir, mesmo que para isso seja necessário ultrapassar os limites da sua matriz de base. Tudo com o fim último e exclusivo da obtenção de votos e não tanto com a preocupação de levar aos cidadãos o verdadeiro ideário do partido.

A descrença em relação aos atores políticos é a principal razão para os níveis de abstenção que se têm vindo a verificar. É pelo menos essa a opinião da esmagadora maioria dos entrevistados que acham que os eleitores ficam sempre com a sensação de que o seu voto não irá ter qualquer utilidade e, por essa razão, se abstêm de ir votar.

Sobre o tema que nos levou a avançar para esta tese – Renovação ou estagnação dos atores políticos – contrariando a ideia generalizada do comum do cidadão, a esmagadora

maioria (80%) dos entrevistados discorda dessa ideia, defendendo que isso não passa de uma mera formulação empírica e sem qualquer fundamento.

É dado que consideramos interessante que de entre os 22 entrevistados, 15 são atores políticos, e destes, 13 acham que tem havido uma razoável renovação dos lugares. Contudo, após a investigação por nós efetuada, utilizando não uma amostra mas a totalidade dos nomes dos atores políticos que têm marcado o Portugal democrático, a conclusão vai no sentido de dar razão ao comum do cidadão e não aos nossos entrevistados. Bastará dizer que a média de estagnação dos atores políticos nos lugares, sem distinção de órgão ou partido é superior a 40%. Um número que consideramos elevado se quisermos dar resposta à tão importante renovação que a democracia necessita para evoluir e acolher novas ideias e novos projetos.

4.4 Notas conclusivas sobre os principais perfis dos atores políticos

O ator político português, sem distinção de partido e órgão, é, maioritariamente, um cidadão do sexo masculino, com uma idade que varia entre os 43 e os 52 anos, advogado ou professor, licenciado e natural do distrito de Lisboa.

De um modo geral, em termos de idades, é mais à esquerda e mais à direita que os partidos apostam em atores políticos, em média, mais jovens.

Quanto ao item profissão regista-se, nos partidos de esquerda uma maior predominância dos atores políticos professores e mais à direita uma maior preferência pelos advogados. É, aliás, em termos globais, o advogado a profissão que mais predomina entre os atores políticos. Se quisermos alargar a malha e juntarmos os advogados com os juristas atingimos uma percentagem de quase 23% para este grupo de atores políticos ligados às questões do direito.

O sexo predominante é o masculino, com uma percentagem média que atinge os 92% dos políticos.

Quanto às habilitações literárias, a esmagadora maioria dos atores políticos são licenciados. Por seu turno, no domínio da naturalidade, 21% dos políticos são naturais de apenas três concelhos, com Lisboa à cabeça, logo seguida pelo Porto.

Numa análise através de um espectro mais estreito, ou seja por órgão, concluímos que o perfil geral maioritário do deputado à Assembleia da República, sem distinção de partido, é muito semelhante ao perfil geral do político português. Contudo, é de salientar que, no que respeita ao género, o BE é aquele que em termos percentuais mais aposta no sexo feminino

(38%), sendo o CDS, também em termos percentuais, o partido que mais homens coloca na Assembleia da República (92%).

Ainda dentro do órgão AR é de salientar que, em termos de percentagem, sem fazermos distinção de partido, os deputados são maioritariamente naturais do círculo por onde são eleitos.

No Parlamento Europeu continua a ser marcante um perfil semelhante ao que caracteriza o ator político em geral.

Os Governos em Portugal, no período da democracia que estudamos, têm sido marcados por uma presença média geral de 93% de homens. Além disso, é também relevante que 83% dos governantes têm menos de 43 anos quando são nomeados a primeira vez. Acrescentamos ainda que são também maioritariamente naturais do distrito de Lisboa e têm como profissão dominante a de advogado.

Para não variar, o perfil do presidente de Câmara, sem fazer distinção do partido, é, maioritariamente, em tudo igual ao geral. Contudo, a profissão dominante é a de professor. Além disso, a maioria dos presidentes de Câmara são naturais do concelho por onde são eleitos.

Para além da elaboração do perfil geral, por partido e órgão, dos atores políticos em Portugal, procedemos também, para uma melhor compreensão das dinâmicas de orientação do poder, à definição do perfil dominante do ator político que mais estagna.

Apesar de em termos gerais as suas características não serem diferentes do perfil geral, é de salientar que em termos de partidos, de um modo geral, os «repetentes» são, maioritariamente, naturais de Lisboa, contudo no caso do PCP a naturalidade dominante vai para os concelhos de Coimbra, Vila Franca de Xira e Amadora.

Ainda relativamente aos atores políticos mais estagnadores, mas agora numa referência exclusiva aos deputados à AR, o perfil é em tudo semelhante ao geral. No entanto, se fizermos uma análise dos parlamentares mais estagnadores por partido, concluímos que no PS, CDS, PCP e CDU, estes não são naturais de nenhum dos concelhos do círculo de eleição. Apenas nos casos do PSD e do BE os deputados considerados mais estagnadores são naturais de um dos concelhos do círculo de eleição.

Quanto aos eurodeputados considerados mais estagnadores, o perfil é também, em tudo, semelhante ao geral. No entanto, aqueles que mais estagnam são, de um modo geral, naturais do distrito do Porto. Transportando isso para dentro de cada partido, concluímos que o BE é o único que não apresenta nenhum eurodeputado que reúna as características por nós tidas em

conta para ser considerado estagnador. Ou seja, no caso do PE, ter eurodeputados eleitos por mais de dois mandatos.

Dado interessante em termos conclusivos, no que se refere aos eurodeputados estagnadores, é o facto de, maioritariamente, no caso de o PS serem naturais do Porto, no caso do PSD de Lisboa, os do CDS naturais de Coimbra e os da CDU de Portalegre.

Passando agora para uma análise do perfil dos membros do Governo mais estagnadores, continuamos a obter um perfil idêntico ao geral. Salientamos apenas a questão da profissão que, nos casos do PS e CDS é dominada por juristas e no PSD por professores do ensino superior.

O perfil dos presidentes de Câmara que mais estagnam é, na maioria dos casos, quase igual ao geral, mas predominam, de modo transversal, sem distinção de partidos, os professores e empregados da banca e seguros. A esmagadora maioria é natural do concelho de eleição.

4.5 Notas conclusivas sobre a renovação ou estagnação dos atores políticos

Depois de no ponto 4.2, termos abordado as hipóteses de partida e, como tal, o tema da renovação, retomamos este mesmo assunto para darmos nota de outras conclusões que consideramos de relevante interesse para a investigação.

Assim, importa referir que, dos 7718 registos de nomes que trabalhamos nesta investigação, concluímos que 4049 fizeram, no mínimo, quatro mandatos, ou seja ocuparam lugares quatro ou mais vezes durante o período da democracia. Representa isto uma percentagem de estagnação média geral que atinge os 52%. Há atores políticos que, durante o período estudado, passaram por 17 lugares em diferentes órgãos do sistema político português.

O cruzamento dos dados obtidos permitiu-nos concluir também que 52% dos lugares (mandatos) foram ocupados por apenas 23% dos atores políticos. Dado este que reforça ainda mais, de forma categórica, a estagnação geral que se verifica na ocupação de lugares políticos em Portugal. Dado que nos parece igualmente bastante representativo da estagnação é o facto de 3859 atores políticos, ou seja metade do universo por nós avaliado, terem preenchido 79% dos cargos disponíveis.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Do total dos 7718 registos (atores políticos), dos diferentes órgãos e partidos, que ocuparam funções desde o 25 de Abril de 1974 até aos dias de hoje (2012), apenas 1344 (17%) o fizeram uma única vez.

Considerando estagnação a ocupação de mais de três mandatos, com exceção do PE em que consideramos mais de dois, podemos também concluir que 5264 mandatos foram ocupados por 68% dos atores políticos.

Para uma melhor compreensão da estagnação, além da análise global de todo o período da democracia, entendemos estabelecer também comparações entre blocos de períodos por nós definidos. Um deles tem a ver com a comparação dos níveis de renovação/estagnação entre os períodos de 1974-1987 (período de consolidação da democracia) e o período de 1987-2011.

Ao compararmos os nomes dos dois blocos de tempo, concluímos que no segundo período ainda se mantinham em lugares de poder, vindos do primeiro período, 449 atores políticos, correspondendo tais números a um nível de estagnação de 26%. Dos 449 atores políticos que se mantiveram no segundo período de tempo, 50 deles exerceram funções entre 10 e 17 vezes, em diferentes órgãos do SPP. Com igual interesse para a perceção da estagnação salienta-se também o facto de os 7718 mandatos terem sido ocupados por apenas 2993 atores políticos diferentes.

Além do estudo comparativo dos dois blocos acima referidos, resolvemos fazer ainda outras comparações, apertando mais a malha, com o fim de percebermos obtermos alguns dados que pudessem ser relevantes para a investigação em causa.

Constituímos, por isso os blocos de 1974-1980 e o bloco 1981-1990, comparando-os entre eles. Os nomes que se repetiram no segundo bloco estudado, em relação ao primeiro, foi de 40%, correspondentes a 468 nomes que não mudaram.

Outra comparação que fizemos diz respeito aos blocos 1991-2000 e 2001-2011. Aqui assistimos a uma percentagem de estagnação de 47%.

Voltando agora ao período total da democracia (1974-2011), e fazendo referência ao órgão AR, observamos que em 2011 ainda se mantinham no lugar seis deputados da Constituinte.

Ainda referente à AR, comparando o mandato seguinte com o imediatamente anterior, concluímos que há uma tendência geral para uma redução dos níveis de estagnação de dois em dois mandatos. Se quisermos fazer uma análise, por partido, aos deputados à AR concluímos também que, de todos os partidos, o PCP é aquele que, em termos globais,

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

apresenta uma maior percentagem de estagnação (68%), sendo o CDS aquele que mais renova, com uma percentagem de 63%. Nas eleições para o PE, em termos globais, a CDU é quem apresenta maior nível de estagnação dos seus eurodeputados (44%), sendo o BE o responsável pelo menor nível de estagnação (25%).

Ainda que possa ser considerado relativo o estudo da renovação/estagnação entre os membros dos Governos, na medida em que os mesmos dependem do partido que vence as eleições legislativas, importa referir que, em termos globais, e analisando os nomes que passaram pelos diferentes executivos em todo o período da democracia, concluímos que houve uma taxa de renovação global de 71% dos lugares.

Por seu turno, no tocante às Câmaras municipais (presidentes), foi o órgão que mais contribuiu para os níveis de estagnação, em média quase sempre bem superior a 60%. As eleições autárquicas de 2005, sem distinção de partido, foram aquelas onde se verificou o maior nível de estagnação (Quadro 14) com uma percentagem de 74% dos presidentes de Câmara a manterem-se comparativamente ao mandato imediatamente anterior (2001).

Fazendo uma análise por partido, no que respeita aos presidentes de Câmara, a CDU é, em termos percentuais, o partido que maior percentagem de estagnação apresenta com 71%, sendo o CDS o que obtém a menor percentagem de estagnação com 60%. No entanto, PS, PSD e PCP atingem todos eles níveis de estagnação de 62%.

Após estes breves comentários, e para uma melhor compreensão da incidência da renovação/estagnação passamos a apresentar alguns dados/quadros resumo por partido e órgão.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Quadro 11 – Percentagem de estagnação geral AR do mandato anterior para o seguinte

Órgão	Período comparado	% Estagnação
AR	Eleição de 1976 - 1979	48%
AR	Eleição de 1979 - 1980	69%
AR	Eleição de 1980 - 1983	48%
AR	Eleição de 1983 - 1985	53%
AR	Eleição de 1985 - 1987	49%
AR	Eleição de 1987 - 1991	52%
AR	Eleição de 1991 - 1995	45%
AR	Eleição de 1995 - 1999	46%
AR	Eleição de 1999 - 2002	59%
AR	Eleição de 2002 - 2005	55%
AR	Eleição de 2005 - 2009	49%
AR	Eleição de 2009 - 2011	63%

Na AR registou-se uma percentagem máxima de estagnação de 69% em 1980, logo seguida de 63% em 2011. A mínima verificou-se em 1995 com 45%.

Quadro 12 – Percentagem de estagnação geral PE do mandato anterior para o seguinte

Órgão	Período comparado	% Estagnação
PE	Eleição de 1987 - 1989	50%
PE	Eleição de 1989 - 1994	33%
PE	Eleição de 1994 - 1999	28%
PE	Eleição de 1999 - 2004	28%
PE	Eleição de 2004 - 2009	29%

Pelo quadro acima (Nº12) poderemos verificar que o PE é um dos que apresenta maiores níveis de renovação comparativamente aos restantes órgãos do SPP. Regista uma renovação mínima de 50% em 1989 e 28% nas eleições de 1999 e 2004.

Quadro 13 – Percentagem de estagnação geral dos Governos do anterior para o seguinte

Órgão	Período comparado	% Estagnação
Governo	Governos Provisórios – 1º Gov	55%
Governo	01º Governo – 02º Governo	57%
Governo	02º Governo – 03º Governo	09%
Governo	03º Governo – 04º Governo	39%
Governo	04º Governo – 05º Governo	31%
Governo	05º Governo – 06º Governo	02%
Governo	06º Governo – 07º Governo	51%
Governo	07º Governo – 08º Governo	55%
Governo	08º Governo – 09º Governo	17%
Governo	09º Governo – 10º Governo	13%
Governo	10º Governo – 11º Governo	48%
Governo	11º Governo – 12º Governo	39%
Governo	12º Governo – 13º Governo	0%
Governo	13º Governo – 14º Governo	44%
Governo	14º Governo – 15º Governo	0%
Governo	15º Governo – 16º Governo	32%
Governo	16º Governo – 17º Governo	0%
Governo	17º Governo – 18º Governo	43%
Governo	18º Governo – 19º Governo	0%

Analisando o quadro acima (nº 13) podemos concluir que, apesar de aparentemente, em termos percentuais, o Governo ser o órgão que mais renova, isso se verifica quando há mudança de partido liderante na AR, levando a mudanças consideráveis no elenco governativo. Contudo, se olharmos para os mandatos em que de um para outro é o mesmo partido a ganhar eleições, rapidamente verificamos que a renovação é apenas aparente. Sempre que se mantém o mesmo partido como vencedor nas eleições legislativas os níveis de estagnação não andam longe dos verificados em outros órgãos do SPP.

**Quadro 14 – Percentagem de estagnação presidentes de Câmara de um para outro
mandato**

Órgão	Período comparado	% Estagnação
PCM	Eleição de 1976 - 1979	47%
PCM	Eleição de 1979 - 1982	61%
PCM	Eleição de 1982 - 1985	65%
PCM	Eleição de 1985 - 1989	61%
PCM	Eleição de 1989 - 1993	59%
PCM	Eleição de 1993 - 1997	68%
PCM	Eleição de 1997 - 2001	70%
PCM	Eleição de 2001 - 2005	74%
PCM	Eleição de 2005 - 2009	72%

Em termos globais a eleição para presidente de Câmara é aquela que apresenta maiores níveis de estagnação, com um máximo de 74% e um mínimo de 47%.

**Quadro 15 – Percentagem de estagnação geral por partido em todo o período da
democracia sem distinção de órgão**

Partido	% Estagnação
PS	44%
PSD	46%
CDS	37%
PCP	68%
CDU	50%
BE	51%

Pela leitura do quadro 15 poderemos verificar, em termos percentuais, sem distinção de órgão, quais os partidos mais estagnadores.

Na verdade, pelos resultados obtidos, no geral, é o CDS aquele que mais renova as suas figuras políticas, sendo o PCP aquele que mais estagna nessa matéria.

Posto isto, cabe-nos, após esta longa investigação, e percebendo que muito fica por dizer, mas principalmente por estudar, neste âmbito da renovação ou estagnação dos atores políticos em Portugal, no período da democracia, indicar novas pistas de investigação.

Analisando os milhares de registos que tivemos que percorrer para aqui podermos chegar, saltou-nos à vista a repetição de apelidos que, ao que tudo indica, possam, em muitas

das situações, ser familiares, diretos ou não, de outros atores políticos. Se quisermos perceber a verdadeira percentagem de renovação/estagnação, e se tivermos em conta que a estagnação poderá ainda ser maior se consideramos repetição a continuação de familiares em cargos políticos, seria um bom desafio entender esta dinâmica e perceber qual o seu grau de incidência num ou em todos os órgãos.

4.6 Proposituras – Considerações gerais

Pela experiência adquirida ao longo deste «caminho» de investigação, e através da análise de dados, nomeadamente de entrevistas a diversos atores políticos, foi-se formando na nossa mente a vontade de proceder à apresentação de um conjunto de proposituras como contributos para a melhoria do funcionamento do sistema político e para o reforço da democracia.

Sendo o tema central desta nossa investigação a renovação ou estagnação dos atores políticos, apresentamos como primeira proposta, ainda que ela contrarie a generalidade das opiniões dos nossos entrevistados, a limitação de mandatos em todos os órgãos do sistema político português (exceção do Governo), além de proceder a alterações no sistema eleitoral em alguns deles, nos moldes que mais adiante explicaremos: 1 - Manteria os três mandatos consecutivos nas Autarquias Locais (presidentes de Câmara e Juntas de Freguesia); 2 - Limitaria a três mandatos a eleição dos deputados à Assembleia da República; 3 – Limitaria a dois os mandatos e eleição dos deputados ao Parlamento Europeu; 4 – Limitaria a um mandato de sete anos a eleição do Presidente da República, sem qualquer possibilidade de recandidatura, independentemente do tempo decorrido.

Como regra geral e transversal a todos os órgãos do SPP, acima mencionados, a limitação de mandatos incluiria o impedimento dos atores políticos poderem candidatar-se a outro órgão diferente daquele de onde se retiram nos cinco anos posteriores à saída, com exceção do Presidente da República, cuja recandidatura estaria vedada em qualquer circunstância. Esta medida, além de promover a renovação, viria também obrigar os atores políticos, com características mais profissionais, a procurarem ter uma atividade fora da política, à qual poderiam ter que voltar após o limite de mandatos. Mas, nos subcapítulos seguintes, seremos mais concretos, sabendo de antemão que as modificações por nós elencadas estarão dependentes da alteração do documento fundamental (Constituição da

República Portuguesa - CRP) e esta do entendimento entre os maiores partidos, na medida em que a alteração obriga a uma maioria de 2/3 dos deputados na Assembleia da República.

Com o objetivo de contribuir para uma possível solução relativa ao sistema eleitoral, propomos também um conjunto de modelos de eleição. Uns que favorecem representação e outros a governabilidade. Uma vez que não existe um modelo ótimo, capaz de responder a ambas as coisas, caberá aos decisores políticos, na qualidade de representantes do eleitorado, escolherem entre maior representação ou maior governabilidade. Para tal, elaboramos diversas simulações, relativas à eleição para deputado à AR, tendo por base as legislativas de 2011.

4.6.1 Autarquias locais – limitação de mandatos e sistema eleitoral

Por força da lei 46/2005, de 29 de Agosto, nenhum presidente de Câmara ou de Junta de Freguesia poderá fazer mais de três mandatos consecutivos no mesmo lugar. Contudo, a interpretação da lei permite que os mesmos atores políticos se candidatem ao mesmo lugar, mas noutra área geográfica. Ou seja, aquilo que deveria ser o espírito do legislador, que seria o de contribuir para a renovação, acabou por ficar bastante limitado com a interpretação legal do diploma. A lei que deveria referir-se ao exercício da função, independentemente da área geográfica a que dissesse respeito, afinal fica-se apenas pelo impedimento de recandidatura no mesmo concelho ou freguesia. Ora, perante tal situação, propomos que haja, da parte dos atores políticos que em Portugal exercem funções legislativas (deputados AR), a coragem necessária para proceder à alteração da lei para que a recandidatura fique vedada a outra Câmara Municipal ou Junta de Freguesia. Para melhor entendermos o quão importante seria a alteração proposta, bastará, como no capítulo anterior damos conta, perceber que a estagnação média entre os presidentes de Câmara em Portugal, no período por nós estudado, foi de 64%, mas chegou a atingir os 74% na eleição de 2005.

Antes de entrarmos na nossa proposta concreta sobre o modo de eleição para as Câmaras e Assembleias Municipais, apresentamos também como propositura a extensão do impedimento de recandidatura aos vereadores em regime de permanência nas Câmaras, em moldes iguais às assumidas pelo presidente. A razão para tal, ainda que isso não tenha estado no âmbito da nossa investigação, através do estudo e análise de dados, prende-se com o fato de termos percebido que muitos dos novos elencos das Autarquias foram encabeçados por elementos que faziam já parte da equipa cessante.

Relativamente à aplicação do sistema eleitoral nas Autarquias Locais (no caso vou referir-me apenas às Câmaras e Assembleias Municipais) propomos que seja abandonado o atual sistema de duas listas de candidatura (Câmara Municipal e Assembleia Municipal) e passemos para uma solução monolítica. As eleições passariam a ter lugar utilizando apenas uma lista única de candidatos de onde sairiam os dois órgãos. O cabeça da lista vencedora seria o presidente da Câmara que deveria poder escolher os elementos da sua vereação de entre os nomes candidatos, ou até mesmo entre os elementos da sociedade civil, e governar o Município durante o mandato. Aquilo a que se poderá chamar de executivos monocores e maioritários. A estrutura anterior de vereadores da oposição deixaria de existir. Os restantes nomes eleitos na lista, com exceção do presidente e da vereação por ele escolhida, fariam parte da Assembleia Municipal.

Esta solução, além de facilitar a gestão autárquica, responsabiliza, de forma mais acentuada, os executivos em funções, na medida em que deixarão de poder ser apresentados argumentos de contrapoder, como justificação para o não cumprimento de muitas das promessas eleitorais. Os munícipes acabam por ter sempre na sua mão a renovação do mandato, ou não, com o exercício do voto.

Contudo, estando conscientes do que significa uma gestão sem oposição direta, propomos também um considerável reforço dos poderes fiscalizadores da Assembleia Municipal, entre eles a possibilidade de poderem destituir o executivo em funções no caso de incumprimento do programa eleitoral com que se comprometeu.

4.6.2 Assembleia da República – limitação de mandatos e sistema eleitoral

Ainda que de entre os nossos entrevistados fosse, inúmeras vezes, usado o argumento de que a Assembleia da República é um órgão legislativo e não executivo, como forma de defenderem a continuidade do atual sistema eleitoral, sem limitação de mandatos, em nossa opinião, tal não poderá servir de justificação para a permanência do mesmo ator político no lugar. Desde logo, não só por se tratarem, igualmente, de espaços de exercício de poder, como também pelo facto de a continuada permanência por períodos longos contrariar um dos princípios da democracia participativa. Ou seja a necessária participação do máximo de gente vai contra a falta de libertação dos lugares para novos cidadãos.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Como primeira das nossas proposituras, no tocante à Assembleia da República, defendemos a redução do número de deputados de 230 para o mínimo de 180, previsto no atual quadro constitucional.

Partindo da base teórica defendida por diversos autores, designadamente Pasquino (2010), Sampaio (2009) e Lopes (2008), não existe um sistema ótimo para a representação eleitoral. Os modelos a aplicar tendem sempre a favorecer mais a representação ou mais a governabilidade, mas nunca as duas em simultâneo. Assim, torna-se difícil encontrar uma fórmula que satisfaça a duas vertentes ao mesmo tempo. Por isso, sugerimos algumas possibilidades. Umas para obtermos maior representação e outras para conseguirmos obter maior governabilidade. Mas, antes de avançarmos para as propostas, apresentamos o quadro e gráfico da atual situação parlamentar, obtida nas últimas eleições legislativas de 2011, relativo aos partidos com assento na AR, por forma a melhor podermos estabelecer comparações (Quadro 16/Gráfico 779).

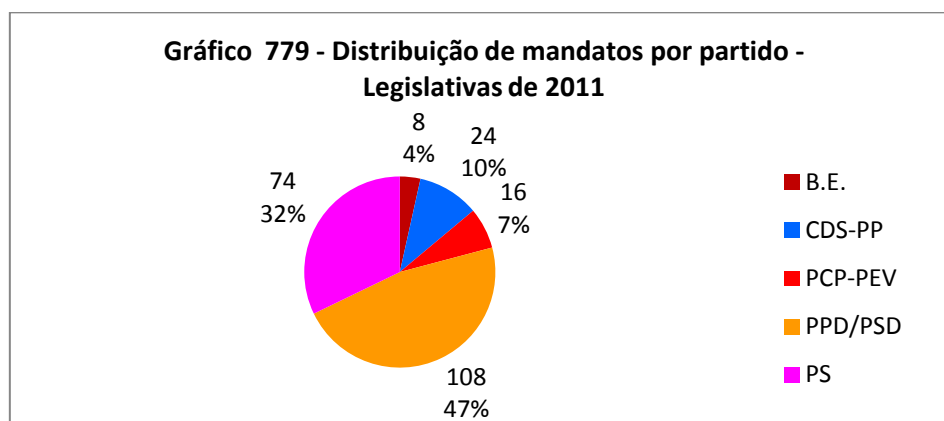
**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Quadro 16 – Mandatos dos partidos com assento parlamentar relativos às últimas eleições legislativas (2011)

Circulo Eleitoral	Ano	Total de mandatos (M)	B.E.	% Votantes	M	CDS-PP	% Votantes	M	PCP- PEV	% Votantes	M	PPD/PSD	% Votantes	M	PS	% Votantes	M
Aveiro	2011	16	19.338	5,03	1	49.523	12,89	2	15.704	4,09	0	170.857	44,45	8	99.646	25,93	5
Beja	2011	3	3.890	5,19	0	5.462	7,29	0	19.011	25,39	1	17.711	23,65	1	22.308	29,79	1
Braga	2011	19	20.488	4,22	0	50.456	10,39	2	23.759	4,89	1	194.545	40,07	9	159.477	32,85	7
Bragança	2011	3	1.738	2,30	0	8.380	11,08	0	1.962	2,59	0	39.321	51,99	2	19.736	26,10	1
Castelo Branco	2011	4	4.614	4,19	0	10.535	9,57	0	5.386	4,89	0	41.799	37,96	2	38.316	34,80	2
Coimbra	2011	9	13.033	5,75	0	22.389	9,87	1	14.112	6,22	0	91.123	40,17	5	66.197	29,18	3
Évora	2011	3	4.230	4,91	0	7.513	8,73	0	18.990	22,06	1	23.652	27,47	1	25.032	29,07	1
Faro	2011	9	16.414	8,16	1	25.561	12,71	1	17.233	8,57	1	74.491	37,03	4	46.174	22,95	2
Guarda	2011	4	3.102	3,34	0	10.436	11,24	0	3.232	3,48	0	43.016	46,32	3	26.294	28,31	1
Leiria	2011	10	13.351	5,37	0	31.819	12,80	1	12.349	4,97	0	116.872	47,00	6	51.503	20,71	3
Lisboa	2011	47	66.868	5,72	3	161.227	13,78	7	111.737	9,55	5	398.789	34,10	18	321.952	27,53	14
Portalegre	2011	2	2.743	4,45	0	6.247	10,14	0	7.890	12,81	0	19.992	32,46	1	19.978	32,43	1
Porto	2011	39	50.985	5,13	2	99.338	10,00	4	61.819	6,23	2	388.650	39,14	17	318.100	32,03	14
Santarém	2011	10	13.747	5,79	0	29.196	12,30	1	21.416	9,02	1	89.526	37,72	5	61.343	25,85	3
Setúbal	2011	17	29.620	7,03	1	50.660	12,02	2	82.816	19,65	4	105.965	25,15	5	114.358	27,14	5
Viana do Castelo	2011	6	5.925	4,39	0	18.129	13,44	1	6.645	4,93	0	58.806	43,59	3	35.319	26,18	2
Vila Real	2011	5	2.801	2,34	0	10.373	8,68	0	3.662	3,06	0	61.462	51,41	3	34.814	29,12	2
Viseu	2011	9	5.786	2,85	0	25.090	12,37	1	5.816	2,87	0	98.098	48,38	5	54.107	26,69	3
Madeira	2011	6	5.567	4,00	0	19.101	13,74	1	5.096	3,67	0	68.649	49,39	4	20.401	14,68	1
Açores	2011	5	3.966	4,39	0	10.944	12,11	0	2.287	2,53	0	42.784	47,36	3	23.195	25,67	2
Europa	2011	2	602	3,36	0	993	5,54	0	803	4,48	0	5.311	29,61	1	7.204	40,16	1
Fora da Europa	2011	2	165	1,09	0	615	4,07	0	127	0,84	0	8.323	55,05	2	2.714	17,95	0
Totais		230	288.973	5,17	8	653.987	11,70	24	441.852	7,91	16	2.146.108	38,40	108	1.558.250	27,88	74

Fonte: Direção Geral da Administração Interna

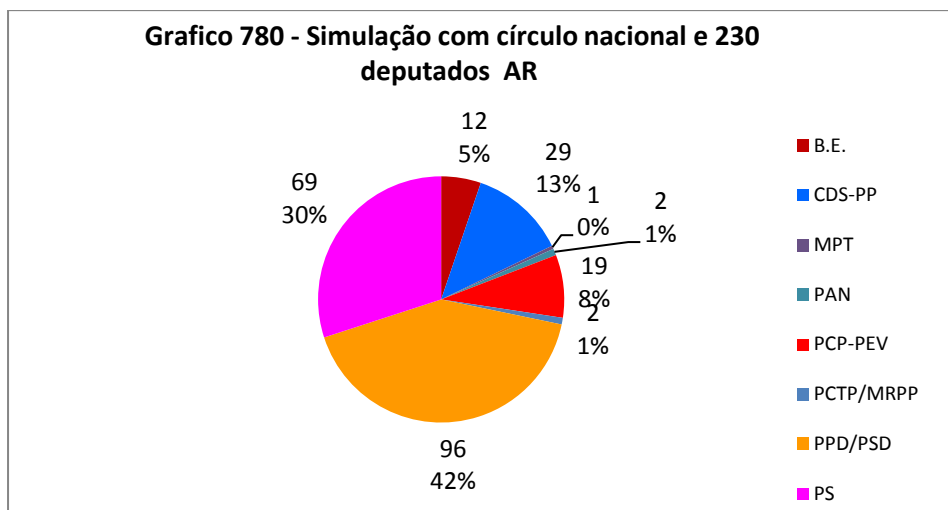
**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



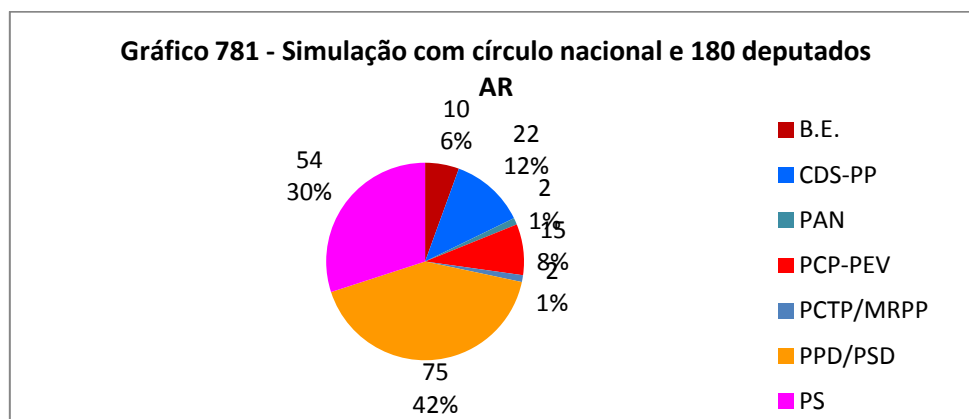
Se estabelecermos como objetivo a defesa da representação, e não quisermos alterar o número de deputados atual (230), poderemos optar por uma solução de sistema proporcional, com um círculo nacional único, utilizando o método da média mais alta de Hondt e listas fechadas e bloqueadas. Contudo, deveremos abandonar os círculos distritais atualmente existentes.

Nesse caso, aplicando os resultados das últimas eleições legislativas (2011), à solução acima mencionada, tendo um único círculo (nacional), com o número de deputados atualmente existente, deixaríamos de ter seis partidos representados na AR para passarmos a ter nove (Gráfico 780). Além dos que têm atualmente representação parlamentar, passariam a estar também na AR o MPT, o PAN e o PCTP/MRPP. O PSD perderia 12 deputados e passaria de 47% para 42%, o PS diminuiria de 74 para 69 os assentos parlamentares, ao passo que o BE aumentaria de 4% para 5%, o PCP-PEV de 7% para 8% e o CDS-PP de 10% para 13%. Com esta solução seria possível uma maior representação e, através de coligação pós-eleitoral, permitiria a formação da mesma maioria parlamentar.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**



Num cenário de redução do número de deputados de 230 para 180, aplicando o mesmo modelo acima referido (círculo nacional), registava-se uma menor representação. Ainda assim, teriam assento parlamentar oito partidos políticos, ficando apenas o MPT fora da AR, comparativamente à simulação com 230 deputados. Em termos percentuais, haveria quase uma sobreposição de resultados com PSD, PS, PCP-PEV, PAN e PCTP-MRPP a ficarem na mesma. O BE subiria de 5% para 6% e o CDS-PP baixaria de 13% para 12%.

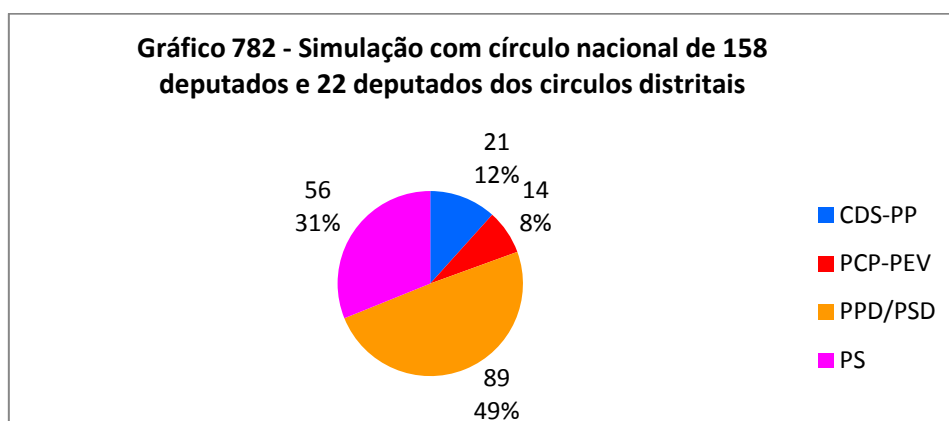


Apresentadas as propostas para a obtenção de um maior nível de representação na AR, passamos à inclusão das simulações que nos levariam a um aumento da governabilidade. Nesta nossa proposta tomamos por base a criação de um sistema misto. Partindo da base de 180 deputados, formaríamos um círculo nacional com 158 deputados, eleitos através de lista plurinominal, fechada e bloqueada, utilizando o método da média mais alta de Hondt e 22 círculos distritais (atualmente existentes),

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

utilizando o sistema maioritário a uma volta, com listas semiabertas. Nos círculos distritais cada partido apresentaria cinco nomes, cabendo ao eleitor a escolha daquele que seria da sua preferência, tendo direito apenas a um voto. Seria eleito, em cada um dos círculos, apenas o deputado mais votado. Ou seja, cada distrito, independentemente da sua magnitude eleitoral, teria direito apenas a um mandato. Ainda que possa parecer injusto o fato de não se fazer destrição do número de eleitores que cada distrito sustenta, esse poderia ser um pequeno sinal de que não existem em Portugal zonas de primeira, de segunda e até de terceira classe, apenas pelo simples fato de representarem maior ou menor peso eleitoral. Além disso, no tocante ao círculo nacional e para efeitos de representação parlamentar, apenas teriam assento na AR os partidos com uma votação superior a 6%.

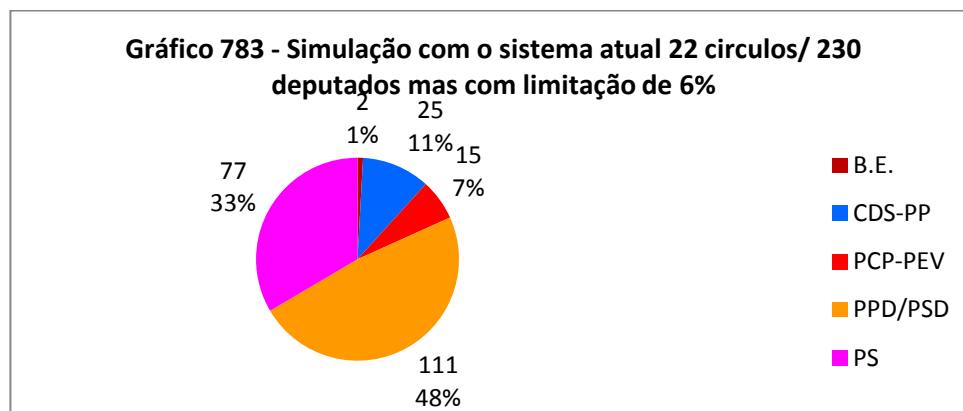
Enumeradas que estão as condições de eleição acima referidas, e partindo da base das últimas eleições legislativas de 2011, os resultados obtidos para esta simulação levariam a uma redução do número de partidos representados na AR. Passaríamos de seis para cinco, com o BE a ficar de fora. O PSD ficaria à beira da maioria absoluta, sem recurso a coligação ou acordo de incidência parlamentar. Comparando com a anterior proposta (Gráfico 781), num cenário de 180 deputados, o PSD passaria de 75 para 89 deputados e de 42% para 49% da representação. O PS aumentaria dois deputados passando de 54 para 56. O CDS-PP e o PCP-PEV baixariam de 22 para 21 deputados e de 15 para 14 respetivamente (Gráfico 782).



Outra das possibilidades que nos poderia conduzir a uma maior probabilidade de governação, mantendo o sistema atual de 230 deputados, e a eleição através dos 22 círculos, passaria pela introdução de um limiar mínimo de 6% para a eleição em cada

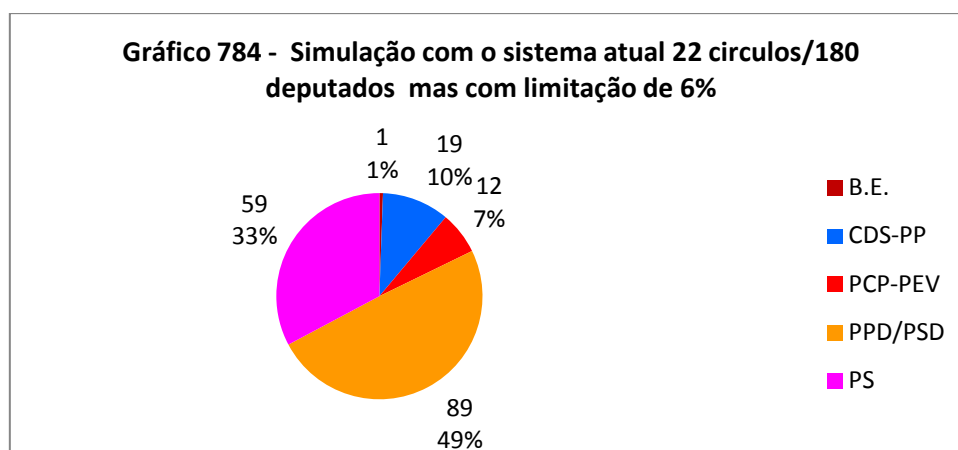
**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

um dos círculos (Gráfico 783). Nesse caso, apesar de continuarmos a contar com o mesmo número de partidos com assento parlamentar, os dois do arco da governação (PSD e PS) aumentariam a sua representação, respetivamente com 48% e 33%. O CSD-PP seria o único partido, de entre aqueles que habitualmente contam com uma representação mais baixa, a aumentar o número de deputados, passando dos atuais 24 para 25 deputados. Por seu turno, os restantes partidos veriam reduzidos os mandatos com o BE a quase ficar fora da AR, obtendo apenas dois deputados. Menos seis do que atualmente e menos dez em comparação com um círculo nacional de 230 deputados. O PCP-PEV ficaria com menos um deputado do que atualmente e com menos cinco do que no cenário de círculo nacional de 230 parlamentares.



Como última alternativa para favorecer a governabilidade, apresentamos uma solução com 180 mandatos distribuídos pelos 22 círculos e uma limitação de 6% para a obtenção de assento na AR. Neste cenário, apresentado no Gráfico 784, manteríamos o mesmo número de partidos, contudo uma mais fácil obtenção de maiorias parlamentares.

Tendo por base a distribuição atual dos lugares na AR, o PSD, com a mesma votação de 2011, conseguiria mais 5% da representação e o PS mais 1%. O CDS-PP e o PCP-PEV manteriam a representação, respetivamente com 10% e 7% dos mandatos. Mais penalizado sairia o BE que passaria de oito para apenas um deputado.



4.6.3 Estatuto do deputado à AR

Nas conversas que fomos mantendo com os nossos entrevistados, mas também pela experiência adquirida e pela literatura com que sustentamos as nossas propostas, fomos igualmente formando, na nossa mente, a convicção de que se torna necessário proceder a uma alteração do estatuto do deputado. Atualmente o parlamentar, acaba, em muitos dos casos, por fazer mera figura de «corpo presente» e por executar as orientações dos partidos, relegando para um plano secundário as suas convicções e opiniões pessoais.

Para que um Parlamento possa funcionar, é necessário disciplina e regras bem claras sobre as orientações a seguir, sob pena de a tão falada falta de governabilidade deixar de ser um argumento usado como arma política, para passar a ser uma realidade perigosa e quase impossível de gerir.

Contudo, parece-nos que o atual estatuto do deputado é excessivamente penalizador e limitador do exercício da função parlamentar, ao barrar, na quase totalidade, as ideias dos deputados. É compreensível que haja da parte destes a obrigação de disciplina no que toca a questões fundamentais como sejam a governabilidade, o orçamento e o programa eleitoral com que se comprometem. Mas, por outro lado, não deixa de ser constrangedora a obrigação de disciplina partidária em matérias que envolvam questões do foro ético, moral e até de preferências individuais. Aí, parece-me que os partidos deverão repensar, a bem da democracia e do bom funcionamento da Assembleia da República, a questão da disciplina de voto e abrir espaço para um Portugal mais democrático e mais plural.

É também aqui que se nos coloca a interrogação sobre a quem deverá obedecer mais o deputado. Ao partido que o elege e às suas ideias ou aos eleitores que nele votaram e que, com algumas decisões, veem defraudadas as suas expectativas?

Estamos cada vez mais convencidos de que a unanimidade, a igualdade de ideias, dentro dos partidos acabará, num futuro próximo, por ser uma arma que se poderá voltar contra eles mesmos. Aquilo que importa não é tanto o medo da discussão das ideias, mas o resultado que essas diferenças poderão trazer ao comum do cidadão.

É também por estes motivos, entre outros, que, como mais atrás referimos, não temos dúvidas de que não seria despropositada a redução do número de deputados para 180. Havendo uma disciplina partidária, tão marcante, não adianta de nada a existência de 230 parlamentares, quando apenas «meia dúzia» dita as regras e indica o caminho a seguir. Além disso, a redução tem também as suas vantagens orçamentais, com custos mais reduzidos para o erário público.

4.6.4 Eleição do Presidente da República

Voltando ao âmbito da limitação de mandatos, atualmente o Presidente da República pode ser eleito por dois mandatos consecutivos de cinco anos cada um. Analisando o percurso do Portugal democrático tem ficado demonstrado que, regra geral, para não dizer exclusiva, os Presidentes têm feito um primeiro mandato com o pensamento na reeleição. Ou seja, acabam por exercer a sua magistratura de influência, no primeiro mandato, quase só apontada para o interesse na conquista de popularidade e de votos, muitas das vezes com decisões e atitudes que não favorecem os interesses do país que dizem jurar quando assumem funções.

Assim, é nossa proposta que o Presidente da República deixe de poder fazer dois mandatos consecutivos de cinco anos, mas um único mandato de sete anos, mas sem qualquer possibilidade de uma nova candidatura ao cargo.

4.6.5 Denominação dos Ministérios e das Secretarias de Estado

Outra das nossas proposituras passa pela criação de uma estrutura rígida dos nomes dos Ministérios e Secretarias de Estado. Atualmente, e de uma forma que achamos totalmente descabida, cada Governo muda os nomes, retira e acrescenta pastas

a seu «belo prazer». Bem sabemos que as pastas resultam, alegadamente, da necessidade de cumprimento do programa eleitoral a que se propõem. Contudo, parece-nos que o mais importante será encontrar uma estrutura base que responda às reais necessidades do país no momento.

A nosso ver, deverá ser feito um estudo rigoroso sobre os Ministérios e Secretarias de Estado, que são fundamentais para o melhor exercício da governação do país, devendo essa estrutura ser aprovada pela Assembleia da República, assim como qualquer alteração que se possa afigurar como indispensável.

4.6.6 Abstenção

Perante o atual «quadro» de falta de credibilidade de muitos dos atores políticos, que leva a um cada vez maior afastamento entre eleitores e eleitos, parece-nos que, mesmo com toda a razão que os eleitores possam ter ao se isentarem de ir às urnas, como forma de protesto, essa não será a melhor forma de demonstrarem a sua discordância em relação aos atores políticos. É indiscutível que os cidadãos estão cada vez mais «cansados» de promessas e de que tudo continue quase igual. Contudo, a abstenção não constituiu a solução mais indicada para resolver a situação, na medida em que contraria os valores da democracia que coloca no voto um dos principais instrumentos da manifestação da vontade do povo. A participação na vida da sociedade e na vida política, ainda que muitas das vezes não muito fácil de executar, devido ao maior fechamento dos partidos à sociedade, é fundamental para o reforço da democracia. Por esse motivo, mesmo não tendo para já uma medida concreta que possa ser apresentada como recompensa, somos favoráveis a que se possa proceder a uma discriminação positiva dos cidadãos que participem nos atos eleitorais, por forma a distingui-los pelo seu empenho em participar na vida do país e na escolha dos seus representantes.

O reforço do voto antecipado, o alargamento dos locais de voto e a inclusão do voto via informática, este último para aqueles que manifestamente o declarassem, seria também uma outra forma de reduzir os elevados níveis de abstenção que se verificam. Isto para não falarmos da necessária limpeza dos cadernos eleitorais.

4.6.7 Eleições primárias nos partidos políticos

A escolha dos candidatos aos atos eleitorais tem merecido, nos últimos tempos, especial referência por parte de alguns partidos políticos. Com o objetivo de chamar mais gente a participar e de aproximar o eleitor do eleito, a solução de eleições primárias tem-se apresentado como uma das respostas. Contudo, ainda que haja uma maior abertura teórica dos partidos a essa solução, a mesma parece apresentar-se ainda como uma experiência a testar e não como um objetivo a implementar.

Tendo em conta a importância da redução da abstenção, mas também o maior envolvimento dos cidadãos na vida do país, parece-nos que seria de implementar como regra partidária, no mínimo, a obrigação de eleições primárias fechadas (os militantes escolhem os candidatos a apresentar a sufrágio pelos partidos políticos). No entanto, o caminho deveria passar por eleições primárias abertas, onde poderão votar não apenas os militantes, mas os simpatizantes dos partidos.

Esta nossa proposta apresenta-se não só como forma de promover a participação dos cidadãos na vida do país e de aproximação entre eleitores e eleitos, mas também como «caminho» para a melhoria da qualidade dos atores políticos.

4.6.8 Remuneração dos atores políticos

Se no subcapítulo anterior terminamos com a referência à melhoria da qualidade dos representantes políticos, neste começamos por relevar a sua importância. Quanto melhor for a qualidade dos representantes dos cidadãos, maior será a probabilidade das medidas tomadas irem ao encontro dos interesses das pessoas. Contudo, ainda que não possamos generalizar na análise, a forma como se exerce a atividade política em Portugal é tida como desprestigiante. Essa é, pelo menos, a opinião de alguns dos nossos entrevistados, principalmente de políticos mais experientes.

Ainda que não haja uma solução ideal para chamar os melhores para a política, a situação atual também não a favorece. Achamos que o salário que auferem será exagerado para aqueles que não defendem os interesses dos cidadãos e limitado para quantos se dedicam verdadeiramente à causa pública, colocando o seu saber, experiência e tempo ao serviço de todos. Assim sendo, somos defensores de uma solução que permita aos atores políticos que possam desempenhar funções auferindo o

mesmo salário que detinham nas suas funções anteriores. Sabemos que essa não é uma solução nova para alguns partidos em Portugal, contudo a esmagadora maioria deles não tem essa prática.

4.6.9 Programa eleitoral com inclusão do «Governo sombra»

Outra das nossas proposituras passa pela obrigatoriedade dos partidos políticos apresentarem, conjuntamente com o programa eleitoral, a sua lista daquilo a que poderemos chamar «Governo sombra». O fato dos partidos, aquando das eleições legislativas, enunciarem qual será a estrutura base do seu elenco governativo, poderá assumir-se como uma mais-valia na motivação do eleitorado em participar com o seu voto. Esta solução vai também permitir escolhas mais orientadas por parte dos eleitores.

Na esmagadora maioria das vezes, os cidadãos vão votar com a consciência de que estão a proceder à escolha do líder do Governo (Primeiro-ministro), quando na verdade estão sim a eleger os representantes para a Assembleia da República que, posteriormente, sustentará o Governo.

BIBLIOGRAFIA

Abbott, A. (1988). *The System of Professions – An Essay on the Division of Expert Labour*. Chicago: The University of Chicago Press.

Aguilar, J. (1988). Democracia Pluralista, Partidos Políticos e Relação de Representação. *Análise Social*, Vol. 100, nº1, 59-76.

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223029291Y1qBH6qq5Yk55OL8.pdf>,
acedido em 27-05-2014.

Águila, R. (org) (2000). *Manual de Ciência Política*. Madrid: Editorial Trotta.

Almeida, J. A. (2013). A interpretação da Lei nº 46/2005, de 29 de Agosto: uma questão exclusivamente jurídica. In *Revista de Direito Regional e Local* nº 21. NEDAL – Universidade do Minho. Braga: Associação de Estudos de Direito Regional e Local.

Almeida, J. & Pinto, J. (1976). *A Investigação nas Ciências Sociais* (Biblioteca de Textos Universitários). Lisboa: Editorial Presença.

Almeida, P. T. (1991). *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista* (1868-1890). Lisboa: Difel.

Alonso, A. (1992). *Opinión Pública y Comunicación Política*. Madrid: Edema.

Álvarez, J. T. (2006). *Gestão do Poder Diluído – A Construção da Sociedade Mediática (1989-2004)*. Lisboa: Colibri – Instituto Politécnico de Lisboa.

Amaral, D.F. (1989, 1999). *Curso de direito administrativo*. Coimbra: Livraria Almedina.

Amaral, M. L. (2002). *Democracia Partidária e Construção Europeia. Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, nº 7, 2002, pp. 147-155.

Andeweg, R. B. (1998). *De Representativiteit van Vertegenwoordigend Stelsel? – In M.C. Burkens et al, Gelet op de Grondwet-* Deventer. Kluwer. pp 18-43.

Antunes, M. L. (1988). *A Assembleia da República e a consolidação da democracia em Portugal*. In *Análise Social*, vol. XXIV, (100). Lisboa: ICS.

Arato, A. (2002). *A Representação, Soberania Popular e Accountability*. in *Lua Nova*, nº55-56, Ed. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, São Paulo, 85-103,
<http://www.scielo.br/pdf/ln/n55-56/a04n5556.pdf>, acedido em 27-05-2014.

Araújo, A. (1995). *O Poder e as Elites. A Caminho de Um Elitismo Democrático*. Lisboa: Policop.

Aristóteles, (1977). *Política*. Mem Martins: Europa América.

Arnoletto, E. J. (2007). *Glosario de Conceptos Políticos Usuales*, Ed. Eumed.
<http://www.eumed.net/dices/listado.php?dic=3>, acedido em 27-05-2014.

- Aron, R. (1991). *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Lisboa: Dom Quixote.
- Arendt, H. (1951). *The Origins of Totalitarianism*. London: Schocken Books.
- Avritzer, L. (S/a). *Cultura Política, Atores Sociais e Democratização: Uma crítica às teorias da transição para a democracia*.
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_09.htm, acedido em 11-06-2014.
- Badia, M.C. (2006). *Manual de Ciência Política*. Madrid: Tecnos.
- Barata, O. S. (1991). *Introdução às Ciências Sociais*. 6ª edi, Vol I. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Barata, O. S. (1986). *Introdução às Ciências Sociais*. 2ª edi, Vol II. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Bareiro, L., et al (2004). *Sistemas electorales y representación feminina en América Latina. Serie Mujer y Desarrollo*, nº 54 (LC/L. 2077-P). Santiago do Chile: Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).
- Barreto, A. & Mónica, M. F. (Orgs) (1999). *Dicionário da historia de Portugal: suplemento A/E*, vol VII. Porto: Livraria Figueirinhas.
- Beckett, S. (1937). *Letter to Axel Kaun, in Disjecta: Miscellaneous Writings*. New York, 1974, 178 pp.
- Belchior, A.M. (2008). *Democracia nos Partidos Políticos Portugueses, Sociologia, Problemas e Práticas*.
- Bell, J. (1997). *Como Realizar um Projeto de Investigação*. Lisboa: Gradiva
- Bessa, A. & Pinto, J.N. (2001). *Introdução à política – II – O poder, o Estado e a classe política*. Lisboa/São Paulo: Verbo.
- Bento, A. (2013). «Das Conjuras». *Análise de um Capítulo de «Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio»*. In «Rês Publica», 13, 42-56.
- Bento, A. (Org.) (2012). *Maquiavel e o Maquiavelismo*. Coimbra: Almedina. Bento, A. (Org.) (2012b). *Razão de Estado e democracia*. Coimbra: Almedina.
- Bessa, A.& Pinto, J.N. (2001). *Introdução à política – III – Ideologias, regimes políticos e ordem internacional*. Lisboa/São Paulo: Verbo.
- Best, H., Cotta, M. (2000). *Parliamentary Representatives in Europe (1848-2000)*. Oxford: Oxford University Press.
- Bilhim, J. (2004). *A Governação nas Autarquias Locais*, Ed. Sociedade Portuguesa de Inovação, Produção apoiada pelo POEFDS, cofinanciada pelo Estado Português e pela União Europeia, Porto,
<http://www.rcc.gov.pt/SiteCollectionDocuments/AGovernNasAutarquias04.pdf>,
acedido em 27-05-2014.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Bilhim, J. (2000). *Reduzir o insustentável peso do Estado para aumentar a leveza da administração*. Revista Portuguesa de Administração e Políticas Públicas. Braga.
- Blin, J.F (1997). *Représentations, pratiques et identités professionnelles*. Paris: L'Hartmattan.
- Bobbio, N. (2004). *Estado, Governo, sociedade: para uma teoria geral da política* (11^a edição).Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- Bobbio, N. (2000). *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Bobbio, N. (1988). *O Futuro da Democracia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bobbio, N. (1980). *A Teoria das Formas de Governo*. Trad. Sérgio Bath. Brasília: Universidade de Brasília.
- Bobbio, N; Matteucci, N; Pasquino, G. (1992). *Dicionário de política*. 4^a ed. Brasília: Universidade de Brasília.
- Bolaños, A., (2006). *Las cuotas de participación política de la mujer en Costa Rica, 1996-2005*. Revista de Derecho Electoral, nº 1.
<http://www.tse.go.cr/revista/art/1/bolanos.pdf>., Acedido em 11-06-2014.
- Boudon, R., Besnard, P., Cherkaoui, M. & Pierre-Lécuyer, B. (1990). *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Bourdain, J. (2007). *Voto Estratégico em Portugal – Nas Eleições Legislativas de 2005*, Dissertação apresentada no Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre, orientada pelo Doutor Carlos Jalavi,
http://www.jose-bourdain.com/?page_id=3, acedido em 27-05-2014.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Brecht, A. (1965). *Teoria política – Fundamentos do pensamento político do século XX* – I vol. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Bryman, A.,& Cramer, D. (1992). *Análise de Dados em Ciências Sociais – Introdução às Técnicas Utilizando OSPPS*. Oeiras: Celta Editores.
- Buquet, D., Chasquetti, D.& Moraes, J. A. (1998). *Fragmentación política y gobierno en el Uruguay*. Montevideu: Instituto de Ciência Política – Faculdade de Ciências Sociais.
- Burnham, J. (1992). *La Revolución Manageriale*. Torino: Bollati Boringhieri.
- Cabral, M. V. (1997). *Crónicas Realistas. Sociedade e Política em Portugal nos Anos 90*. Oeiras: Celta.
- Caetano, M. (1991). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*.(6^a edição revista e ampliada por Miguel Galvão Teles). Coimbra: Almedina.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Canotilho, J.J.G., (2000). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Canotilho, J.J.G. (1999). *Estado de Direito*. Lisboa: Grádiva.
- Camargo, A. (1989). *Transição e crise do poder público*. Rio de Janeiro. Vértice.
- Cardoso, A. (1993). *Os sistemas eleitorais*. Lisboa: Salamandra.
- Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia de Investigação – Guia para Autoaprendizagem*. Lisboa: Ed. Universidade Aberta.
- Carr-Saunders, A. M., & Wilson, P. A., (S/a). *The Professions*. Oxford. Oxford University Press.
- Carvalho, M.P. (2010). *Manuel de Ciência Política e Sistemas Políticos e Constitucionais* - 3ª ed revista atualizada – Coleção direito. Lisboa: Editora Quid Juris.
- Castles, F. G. (1982). *The Impact of Parties. Politics and Policies in Democratic Capitalist States*. London: Sage.
- Castro, M. (1994). *Determinantes do Comportamento Eleitoral: A Centralidade da Sofisticação Política*. Tese apresentada na Universidade de UPERJ para a obtenção do grau Doutor, Rio de Janeiro.
- Catarino, J., Faro, C. & Vargas, J. (2007). *Economia do Conhecimento e Administração Local*, Ed. Sociedade Portuguesa do Conhecimento, Produção apoiada pelo POEFDS, cofinanciada pelo Estado Português e pela União Europeia, Porto.
http://www.spi.pt/colecao_economiadoconhecimento/documentos/manuais_PDF/Manual_IV.pdf, acedido em 27-05-2014.
- Cavalcanti, T.B. (1969). *Introdução à ciência política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Champagne, P. (1998). *Formar a opinião. O novo jogo político*. Petrópolis: Vozes.
- Charlot, J. (1974). *Os Partidos Políticos*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira Lda.
- Chatelet, F. (coord.) (1993). *Dicionário de Obras Políticas*. Tradução de Glória de C. Lins e Manuel Ferreira Pinto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Chevallier, J. (1986). *As grandes obras políticas: de Maquiavel aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir.
- Código Electoral de Costa Rica (CECR, 2009), Ley nº 6785 (2009).
<http://www.cippec.org/boletaunica/docs/boletas/costarica-codigo-electoral-ley8765.pdf>., acedido em 11-06-2014.
- Chevallier, J. (1982). *História do pensamento político*. Rio de Janeiro; Zahar.
- Coelho, B. (org) (1989). *Portugal: O Sistema Político e Constitucional (1974-1987)*. Lisboa: ICS.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2007). *Research methods in education* (6^a ed.). Londres: Routledge.

Constituição da República Portuguesa (CRP) (2005). *Lei Constitucional nº 1/2005, de 12 de Agosto*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa Moeda.
<https://dre.pt/util/pdf/files/crp.pdf>, Acedido em 26-06-2014.

Correia, Â. (2010, Novembro 6). *Plano Inclinado*. Lisboa: Sic Notícias.

Costa, R. (2009). *Lei Eleitoral para a Assembleia da República – Proposta de Configuração de Círculos uninominais*. Lisboa: Edições Silabo.

Cotta, M. (2008). *Democracia, Partidos e Elites Políticas*. Lisboa: Livros Horizonte.

Covas, A. (1997). *Integração europeia, regionalização administrativa e reforma do Estado nacional*. Oeiras: INA.

Cremonese, D. (2010). *Ponto 6 – Partidos Políticos, Sistemas Partidários e Eleitorais*, Universidade Federal de Santa Maria,
<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/analisedeconjuntura/analisedeconjuntura/Partidos%20pol%EDticos.pdf>, acedido em 27-05-2014.

Creswell, J. W. (2009). *Research design: Qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. Los Angeles, CA: Sage.

Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Cruz, M.B. (1998). *Sistema eleitoral português – debate político e parlamentar*. Lisboa: INCM.

Curtice, J., & Shivley, P. (2003). *Quem nos representa melhor? Um deputado ou vários?* *Análise Social*, nº 167.

Dahl, R. (1998). *On democracy*. New Haven: Yale University Press.

Dahl, R. (1982). *Um prefácio à democracia económica*. Tradução de Rui Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Dallari, D. (1995). *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva.

Dalton, R. & Wattenberg, M. (2000). *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.

Dautriat, H. (1970). *Il Questionário*. Milão: Institut des Sciences Humaines Appliquées.

De Rosa, R. (2007). *Capitale Sociale e Organizzazione dei Partiti*. Bolonha: Il Mulino.

Del Aguila, R. (2000). *Manual de Ciência Política*. Madrid: Editorial Trotta.

Deth, J. (2007). *Citizenship and Involvement in European Democracies*. A Comparative Analysis. Abingdon: Routledge.

Dias, J.(Org) (2003). *Cidadania activa, mais e melhor democracia*. Porto: Afrontamento.

Dicionário online de português [DOP]. <http://www.dicio.com.br/paridade/>, acedido em 07-06-2014.

Dogan, M. (1999). *Les professions propices à la carrière politique*. Osmoses.

Domingos, A. M., Barradas, H., Rainha, H.& Neves, I. P., (1971, 1985). *A Teoria de Bernstein em Sociologia da Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Dubar, C. (1997). *A socialização – construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.

Duguit, L. (S/a). *Os Elementos do Estado*. Lisboa: Inquérito.

Dunleavy, P., & Margetts, H. (1995). *Understanding The Dynamics of Electoral Reform*. *Internacional Political Science Review*, Vol. 16, Nº1.

Durkheim, E. (2010). *As Regras do Método Sociológico*. Mem Martins: Publicações Europa América.

Duverger, M. (1994). *A Europa dos cidadãos – uma metamorfose inacabada*. Porto: Edições Asa.

Duverger, M. (1987). *Les Partis Politique*. Paris: Colin.

Duverger, M. (1985). *Os Grandes Sistemas Políticos: Instituições Políticas e Direito Constitucional – 1*. Coimbra: Almedina.

Duverger, M. (1983). *Sociologia da Política*. Coimbra: Almedina.

Duverger, M. (1981). *Teoria e Método – 3ª ed.* Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Duverger, M. (1970). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Easton, D. (1965). *A Systems Analysis of Political Life*. Nova Iorque: Wiley.

Estatutos do Partido Socialista (PS). Versão aprovada em Comissão Nacional de 31 de Março de 2012. <http://www.ps.pt/partido/estatutos-do-partido-socialista.html?layout=artigoimagemlivre&showall=all>, acedido em 20-06-2014.

Estatutos do Partido Social Democrata (PSD). Versão aprovada em 13-14 Março de 2010. http://estatutos.psd.pt/archive/doc/Estatutos_PSD_-_Congresso_13_e_14_Março_o_2010_-_Mafra_versão_final.pdf, acedido em 20-06-2014.

Estatutos do Centro Democrático e Social/Partido Popular (CDS(PP)). Versão aprovada em 14-01-2014.

[http://www.cds.pt/images/stories/25.CONGRESSO.JANEIRO/Estatutos_aprovados_no_XXV_Congresso - Janeiro 2014.pdf](http://www.cds.pt/images/stories/25.CONGRESSO.JANEIRO/Estatutos_aprovados_no_XXV_Congresso_-_Janeiro_2014.pdf), acedido em 20-06-2014.

Estatutos do Partido Comunista Português (PCP). Versão aprovada em 30/11 e 01/02-12-2012. <http://www.pcp.pt/estatutos-do-pcp>, acedido em 20-06-2014.

Estatutos do Bloco de Esquerda (BE). Versão aprovada em 10/11-11-2012. <http://www.bloco.org/media/estatutosviiiiconv.pdf>, acedido em 20-06-2014.

Estatutos do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV). Versão aprovada em 18, 19-05-2012. <http://www.osverdes.pt/pages/partido---estatutos.php>, acedido em 20-06-2014.

Esteves, J. (2003). *Espaço público e democracia*. Lisboa: Colibri.

Evetts, J. (2003). *The Sociological Analysis of Professionalism – Occupational Change in the Modern World*. International Sociology.

Farago, F. (2007). *Grandes correntes do pensamento político*. Porto: Porto Editora.

Farrel, C. (2000). *Citizen participation in governance*. Public Money & Management. Janeiro-Março.

Fernandes, A.J. (2008). *Introdução à Ciência Política: Teorias, Métodos e Temáticas*, 1ªed.Porto: Porto Editora.

Fidalgo, J. (2008). *O jornalismo em construção*. Porto. Colecção Comunicação. Porto: Porto Editora.

Figueiras, R. (2004). *Os comentadores e os media: os autores das colunas de opinião*. Lisboa: Livros Horizonte.

Foucault, M. (2001). *“L’herméneutique du sujet cours au Collège de France” 1981-1982*. Edição sob a Direção de François Ewald et al. Paris: Gallimard.

Foucault, M. (1995). *Microfísica do Poder*. 12ª edi. Petrópolis – RJ: Vozes.

Freidson, E. (2004). *Professionalism – The Third Logic*. Cambridge: Polity Press.

Freire, A. (Ed) (2008). *Sociedade Civil, democracia participativa e poder político – O caso do referendo do aborto 2007*. Lisboa: Friedrich Stiftung.

Freire, A. (2005). *Identidades Ideológicas e Partidárias na Europa – Portugal, Espanha e Grécia em Perspetiva Comparativa*. in Sociologia. Problemas e Práticas, nº 47, 11-33. <http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/183>, acedido em 27-05-2014.

Freire, A – editor (2001a). *Recrutamento Parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII legislatura*. Lisboa: STAPE/MAI.

Freire, A. (2001). *Modelos de Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*. Oeiras: Celta Editora.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Freire, A., & Viegas, J. (2009). *Representação Política – O Caso Português em Perspectiva Comparada*. Lisboa: Edições Sextante.
- Freire, A., Meirinho, M., & Moreira, D. (2008). *Para uma melhoria da representação política: a reforma do sistema eleitoral*. Lisboa: Sextante.
- Freire, A., Lobo, M. & Magalhães, P. (2007). *Comportamento Eleitoral e atitudes Políticas dos Portugueses*. Lisboa: Ed. Instituto de Ciências Sociais.
- Freire, A., Lobo, M., & Magalhães, P. (2004). *Portugal a votos: comportamento eleitoral e atitudes públicas dos portugueses*. Lisboa: ICS.
- Freire, A., & Magalhães, P. (2002). *A abstenção eleitoral em Portugal*. Lisboa. ICS
- Fulgencio, P. (2007). *Glossário Vade Mecum*,. Rio de Janeiro: Ed. MAUAD Ltd
- Gallagher, M., Laver, M., & Mair, P. (orgs) (1995). *Representative Government in Modern Europe*. Nova Iorque: MCGraw Hill.
- Gallagher, M., Marsh, M. (1988). *Candidate Selection in Comparative Perspective. The Secret Garden of Politics*. Londres: Sage.
- Gaspar, J.(1984). *As Eleições para a Assembleia da República, 1979 – 1983*. Estudo de Geografia Eleitoral. Lisboa: Instituto Damião de Góis.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O Inquérito* (4ª ed.). (C. L. Pires, Trad.) Lisboa: Celta.
- Giddens, A. (1997). *Para Além da Esquerda e da Direita – O Futuro da Política Radical*. Oeiras: Celta.
- Gillespie, C. G. (1991). *Politicians and generals in Uruguay*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Goodin, E., & Klingemann, H.D.A. (1996). *A New Handbook of Political Science*. Oxford: Oxford University Press.
- Gradiva e Diário de Notícias [GDN]. (2011). *O Estado do Parlamento - O Verdadeiro Retrato de Portugal e as contas da Presidência da República*. Lisboa: Grádiva e Diário de Notícias.
- Guchet, Y. (dir) (1994). *Les systems politique des pays de l'Union Européenne*. Paris: Armand Colin.
- Gunther, R. (2002). *A democracia portuguesa em perspectiva comparada*. In *Análise Social*, vol. XXXVII, (162). Lisboa: ICS.
- Gurvitch, G. (1968). *A Vocação Actual da Sociologia*. Vol I. Lisboa: Edições Cosmos.
- Habermas, J. (1984). *Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press.
- Habermas, J. (1962). *The Structural Transformation of the Public Sphere*.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Hazan, R. Y. (2002). *Comparing Democracies 2 – Candidate Selection*. Sage.
- Higley, J., & Burton, M. (2001). *The study of political elite transformations*. International review of sociology Nº 11.
- Hirshman, A. (1997). *O pensamento conservador*. Perversidade, futilidade e risco. Oeiras: Difel Editora.
- Huntington, S. P., (1968). *El Orden Político en las Sociedades en Cambio*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Instituto Nacional de las Mujeres (INAMU), (2010). *Informe nacional de Costa Rica a la XI Conferencia Regional sobre la Mujer de America Latina y el Caribe*. <http://eclac.cl/mujer/noticias/paginas/6/38906/costarica.pdf>. Acedido em 11-06-2014.
- Ignazi, P. (1996). *The Crisis Of Parties and The Rise of New Political Parties*. In Party Politics.
- Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral [IDEA] (2005). *Concepção de Sistemas Eleitorais*. Estocolmo (Suécia): Internacional IDEA. <http://www.idea.int/publications/esd/upload/ESD%20all-low%20res.pdf>, acedido em 11-06-2014.
- Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral [IDEA] (2008). *Partidos y Sistemas de Partidos*.
- Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) (2010). *Sociologia – Problemas e Práticas – Revista nº 63 do CIES – IUL*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.
- Jalali, C. (2007). *Partidos e Democracia em Portugal 1974-2005*. Lisboa: Ed. ICS.
- Kaplan, A. (1979). *Poder e Sociedade*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Katz, E., & Lazarsfeld, P. (1955). *Personal Influence*. New York: Free Press.
- Kelsen, H., (1966). *Vom Wesen und Wert der Demokratie*. Tübingen, J. C. B. Mohr, 1929. Tradução italiana: *La Democrazia*. Bologna: Il Mulino.
- Kirchheimer, O. (1980). *El Camino hacia el Partido de Todo el Mundo*, in K. Lenk e F. Neumann (eds)- *Teoria y Sociologia Críticas de los Partidos Políticos*. Barcelona: Anagrama.
- Koole, R. (1996). *Cadre, catch-all or cartel? a comment on the notion of the cartel party*. Party Politics. v. 2. n. 4.
- Laguna, H. B., (1997). *La delimitación del concepto de partido politico. Las teorías sobre el origen y evolución de los partidos*. Curso de Partidos. Madrid: Akal Universitaria.
- Lawson, K., & Poguntke, T. (Ed.) (2004). *How political parties respond: interest aggregation revisited*. London. New York: Routledge.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Lakatos, E. M. (1991). *Sociologia Geral*. 6ª edi. São Paulo: Editora Atlas.
- Lapierre, J. (S/A). *A Análise dos Sistemas Políticos*. Lisboa: Edições Rolim.
- Larson, M. (1977). *The rise of professionalism – A sociological analysis*. Berkeley: University of California Press.
- Lasswell, H. (1998). *Poder e Sociedade*. Brasília. Universidade de Brasília.
- Lasswell, H. (1984). *Quem ganha, o quê, quando, como*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Lei Constitucional Nº1/2005 de 12 de Agosto. Constituição da República Portuguesa – 7ª. Revisão Constitucional: Diário da República I Série A Nº 155.
- Lei Nº 46/2005 de 29 de Agosto. Estabelece limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais (ELRSMPOEAL).
- Lei Orgânica Nº 3/2006 de 21 de Agosto. Lei da paridade (LP).
- Leon, C. (2012). *República Democracia Soberania – Ensaio sobre teoria do Estado*. Lisboa: Editora Fonte da Palavra.
- Leston-Bandeira, C. (2001a). *The Portuguese Parliament during the first two decades of democracy*. West European Politics, Vol. 24, 1, pp. 137-156.
- Leston-Bandeira, C. (2001b). *Parliament and citizens in Portugal*: West European Politics.
- Leston-Bandeira, C. (2000). *A Assembleia da República de 1976 a 1999: da legislação à legitimação*. *Análise Social*, Vol. XXXV, 154-155, pp. 175-206.
- Leston-Bandeira, C. (1998). *Relationship between Parliament and Government in Portugal: an expression of the maturation of the political system*.
- Lijphart, A. (1999, 2000). *Sistemas electorales: métodos de maioria absoluta y maioria relativa frente a representacion proporcional? In modelos de democracia*. Formas de gobierno e resultados em trinta y seis países. Barcelona: Ariel.
- Lijphart, A. (1999). *Patterns of democracy: government forms and performance in thirty –six countries*: Yale University Press.
- Linz, J. (1995). *Democrazia presidenziale o democrazia parlamentare: vi è differenza?*. Bologna: Il Mulino.
- Linz, J. (1970). *An Authoritarian Regime: Spain*. In Allardt, Erik and Rokkan, Stein. *Mass politics: Studies in political Sociology*. New York: Free Press.
- Lipset, S. M., (1967). *O Homem Político*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lisi, M. (2011). *Os Partidos Políticos em Portugal: Continuidade e Transformação*. Coimbra: Almedina.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Lobo, M.C.. (1996). *A evolução do sistema partidário português à luz de mudanças económicas e Políticas (1978-1991)*, in *Análise Social Vol XXXI (139)*, 1996, 5º, 1085-1116. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223396445O7sWB5cr2Bw25LG2.pdf>, acedido em 11-06-2014.
- Lockwood, D. (1964). *Social Integration and System Integration*. Londres: Routledge.
- Lopes, A. L. (2010). *Noções de Teoria Geral do Estado- Roteiro de Estudos*. Belo Horizonte (Brasil): Escola Superior Dom Helder Câmara.
<http://www.domtotal.com/direito/uploads/pdf/1627aa4f30ef0e7c1b149fccd97700c2.pdf>, acedido em 11-06-2014.
- Lopes, F. (2008). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais- Uma introdução*. Oeiras: Edições Celta.
- Lopes, F. (2004). *Os Partidos Políticos – Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*. Oeiras: Edições Celta.
- Lopes, P. S., Barroso, J. D., (1980). *Sistema de Governo e Sistema Partidário*. Amadora: Livraria Bertrand.
- López, J. (2008). *Identificación Partidaria: Apuntos Teóricos para su Estudi*», *Revista Polis: Investigación y Analisis Sociopolitica e Psicosocial*, Vol. 4, nº 2, 15-46, Universidad Autonoma Metropolitana. México.
<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/726/72611519002.pdf>. acedido em 27-05-2014.
- Maarek, P. (1997/1995). *Marketing político y comunicación*. Claves para una buena información política. Barcelona: Paidós.
- MacDonald, K. M.,(1995). *The Sociology of Professions*. Londres: Sage.
- Machado, A. M. (2009). *A Transição para a Democracia em Portugal*. *RES-PUBLICA*, 5/6.
- Machado, A. M. (2009a). *O Binómio «Esquerda/Direita» no Portugal pós-25 de Abril*. In *ResPublica*, 9, 23-26.
- Magalhães, J. (1999). *Dicionário da Revisão Constitucional*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Magone, J. (2000). *Political Recruitment and elite transformation in modern Portugal 1870-1999: The late arrival of mass representation*.
- Mair, P. (2003). *Os Partidos Políticos e a Democracia*. *Análise Social*, Vol. XXXVIII (167). 277-293.
- Mair, P. (1997). *Party System Change: Approaches and Interpretations*. Oxford: Clarendon Press.
- Mair, P. (1990). *The European Party Systems*. Oxford: Oxford University Press.
- Maltez, J. A. (2007). *O Estado à procura do Político. Metodologia da Ciência Política*. Lisboa: ISCSP.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Maltez, J. A. (2000). *Sobre a ciência política*. Lisboa: ISCSP.
- Maltez, J. A. (1996). *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: ISCSP.
- Maquiavel, (1982). *O Príncipe*. Brasília. Editora Universidade de Brasília.
- Martínez, M. & Salcedo, R. (2000). *Diccionario Electoral 2000*. México: Ed. Instituto Nacional de Estudios Políticos.
- Martins, M. (S/A). *As Eleições Autárquicas e o Poder dos Cidadãos*. Lisboa: Veja Universidade.
- Martins, M. (2008). *Representação Política – Eleições e Sistemas Eleitorais*. Lisboa: Ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Martins, M., Teixeira, C. (2005). *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Massolo, A. (2007). *Participación política de las mujeres en el ámbito local en America Latina*. <http://www.un-instraw.org/es/75-political-participation/ver-categoria.html>. Acedido em 11-06-2014.
- Mealha, T. (2011, 23 de Janeiro). *Teorias Explicativas do Comportamento Eleitoral*, [Texto Colocado Wordpress – 25 de Abril Sempre], <https://25abril.wordpress.com/2011/01/23/teorias-explicativas-do-comportamento-eleitoral/>, acedido em 14-03-2012.
- Mendes, J. N. (1999). *Partidos Políticos y Democracia Interna*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Michels, R. (1982). *Sociologia dos partidos políticos (1914)*. Brasília: Universidade de Brasília Editora.
- Miller, J., & Glassner, B. (2009). The “Inside” and the “Outside”: Finding Realities in Interviews. In D. Silverman (Ed.), *Qualitative research: Theory, methods and practice* (2ª ed). Los Angeles, CA: Sage.
- Mills, C. W. (1973). *La Elite del Potere*. Trad. Do Inglês P. Facchi, 3º. Edi. Milano: Editora Feltrinelli.
- Miranda, J. (2007). *Manual de Direito Constitucional*. Tomo VII. Coimbra: Coimbra Editora.
- Miranda, J. (2000). *Manuel de Direito Constitucional – Tomo V* 2ª ed: Actividade Constitucional do Estado. Coimbra. Coimbra Editora.
- Miranda, J. (1997). *Manual de Direito Constitucional*. Tomo III, 4ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Miranda, J. (1997a). *Manual de Direito Constitucional*. Tomo I. Coimbra: Coimbra Editora.
- Miranda, J. (1987). *Território*, in *Polis*. Vol. V. *Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Miranda, J. (1986). *Constituições de Diversos Países*. Vol. 1, 3ª edi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Miranda, J. B. (2002). *Teoria da Cultura*. Lisboa: Século XXI.
- Miranda, J. B. (1997). *Política e Modernidade – Linguagem e Violência na Cultura Contemporânea*. Lisboa: Edições Colibri.
- Montesquieu, (2011). *Do Espírito das Leis*. (Montesquieu 1689-1755). Lisboa: Edições 70.
- Moreira, A. (2009). *Ciência Política*. 4ª. Ed. Revista. Coimbra: Editora Almedina.
- Moreira, C. (2000). *A esquerda no Uruguai e no Brasil: cultura política e desenvolvimento Partidário*. Opinião Pública, Vol. 6 Nº1. Departamento de Ciência Política. Uruguai: Universidade de la República. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762000000100002>, acedido em 11-06-2014.
- Moreira, V. (2005). *Participação política das mulheres: do sufrágio à paridade*. Coimbra: Coimbra Editores.
- Moreira, V. (1997). *Auto-regulação profissional e a administração pública*. Coimbra: Almedina.
- Mosca, G. 1992). *La classe política*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Mosca, G. (1982). *Elementi di Scienza Política*. Torino: Unione Tipografico-editrice torinese.
- Moss, R. (1979). *O colapso da democracia*. Lisboa: Edições Fernando Pereira.
- Mota, A (2005). *Governo local, participação e cidadania*: Nova Veja.
- Mozzicafredo, J., & Gomes, J. S. (2001). *Administração e Política - Perspectivas de Reforma da Administração Pública na Europa e nos Estados Unidos*. Oeiras: Celta.
- Mozzicafredo, J. Guerra, I., Fernandes, M., & Quintela, J. (1991). *Gestão e Legitimidade no Sistema Político Local*. Lisboa: Esher.
- Neuman, S. (1956, 1990). *The party of democratic integration*. Oxford: Oxford University Press.
- Nohlen, D. (2007). *Os sistemas eleitorais: o contexto faz a diferença*. Lisboa: Livros Horizonte.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Norris, P., (1997). *Passage to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P. (1996). *Legislative Recruitment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P., Lovenduski, J. (1997). *Choosing electoral systems: proportional, majoritarian and mixed system.*, In international political science review (vol 8), nº 33.
- Norris, P., Lovenduski, J. (1994). *Political Recruitment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Novais, J. R. (1987). *Contributo para uma Teoria do Estado de Direito*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Observatório da Igualdade de Género [OIG] (2012). A Política de Paridade e Alternância na Lei Eleitoral da Costa Rica. Cepal. Nações Unidas.
http://www.eclac.cl/oig/noticias/noticias/0/49660/Ley_de_cuotas_de_Costa_Rica_POR_T_Web.pdf, acedido em 07-06-2014.
- Offe, C. (1992). *Partidos políticos y nuevos movimientos sociales*. Madrid: Editora Sistema.
- Ohiglion, R., & Matalon, B. (1997). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- Oliveira, J.M., P, Cardoso, & G., Barreiros, J.J. (Org) (2004). *Comunicação, cultura e tecnologias de informação*. Lisboa: Quimera.
- Oliveira, J.T. (1981). *Análise Social*. Faculdade de Ciências de Lisboa. Centro de Estatística e Aplicações (INIC) Vol. XVII (65). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Ortsman, O. (1978). *Mudar o Trabalho – As experiências, os métodos, as condições de experimentação social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Otero, P. (2010). *Direito Constitucional Português – Vol. II – Organização do Poder Político*. Coimbra: Almedina.
- Otto, J. (1980). *Os Regimes Políticos*. Lisboa: Salvat Editora do Brasil.
- Ostrogorski, M.I. (1979). *La democracie et les parties politiques*. Paris: Seuil.
- Panebianco, Â. (1995). *Modelos de partido*. Madrid: Alianza.
- Panebianco, Â. (1982). *Political parties: organization and power*. Cambridge: University Press.
- Pareto, V. (1916, 1968). *Traité de Sociologie Générale*. Genebra.
- Pasquino, G. (2010). *Curso de ciência política 2ªed – colecção NI*. Cascais: Principia.
- Pasquino, G. (2005). *A análise dos sistemas políticos - sistemas políticos comparados*, 1ª ed.. Cascais: Principia.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Pateman, C. (1992). *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Pinto, A. C., Faria, S., & Viegas, J. (2004). *Democracia, novos desafios e novos horizontes*. Oeiras: Edições Celta.
- Pinto, A. C., & Freire, A. (Org) (2003). *Elites, sociedade e Mudança Política*. Oeiras: Celta.
- Pinto, R. L., Almeida, J. M. F., (2001). *O Sistema Político-Administrativo Português*. Lisboa: INA.
- Pinto, R., Correia, J. & Seara, F. (2009). *Ciência Política e Direito Constitucional – Teoria Geral do Estado, Formas de Governo, Eleições e Partidos Político*. 4ª Ed. Revista e Ampliada. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Platão, (1972). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Platão, (1971). *O Político*. Lisboa: Editorial Presença.
- Polsby, N. (1968). *The Institutionalization of the U. S. House of the Representatives*. American Political Science Review, 62, pp. 144-168.
- Popkin, S. (1994). *The Reasoning Voter: Communication and persuasion in presidential campaigns*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Prèlot, M. (1973). *As doutrina políticas*. 4º Vol. Lisboa: Presença.
- Quagliariello, G. (1993). *La Politica senza partiti*. Ostrogorski e L'Organizzazione della politica tra 800 e 900. Larteza. Roma: Bari.
- Queiroz, R. (2009). *Justiça Social e Estabilidade. A Defesa do Pluralismo na Filosofia Política de Rawls*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Quivy, R., Van Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Rawls, J. (1996). *Political Liberalism*. New York: Columbia University.
- Rawls, J. (1993). *Uma Teoria da Justiça*. Lisboa: Editorial Presença.
- Reis, P. M. (1983). *Introdução à Ciência Política, 4ª edi*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- Renaut, A. (2002). *História da Filosofia Política*. (Trad. Port. Lisboa: Instituto Piaget.
- Revista de Análise Social [RAS] (1994). O Presidente da República na génese e evolução do sistema de Governo português. *Análise Social*, Vol. XXIX (237-265). Lisboa: Instituto de Ciência Sociais da Universidade de Lisboa.
- Revista de Assuntos Eleitorais [RAE] (2009). *Sistema eleitoral e Qualidade da Democracia – Revista nº 12 – Cadernos da Administração Interna*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Revista de Assuntos Eleitorais [RAE] (2010).– Revista nº 13 – Cadernos da Administração Interna. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Revista Brasileira de Ciência Política [RBCP] nº7. (2012). *A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental*. Otto Kirchheimer.
- Rocher, G. (1989a). *Sociologia Geral – Mudança Social e Ação Histórica*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rocher, G. (1989). *Sociologia Geral – A Organização Social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Rodrigues, M. L. (2002). *Sociologia das profissões*. Lisboa: Celta.
- Rogero, N. (1994). *O que é a política*. Difusão Cultural.
- Roteiro de Estudos [RE] (2010). *Noções de Teoria Geral do Estado*. André Luiz Lopes. Belo Horizonte: Escola Superior Dom Helder Câmara.
- Rousseau, J. J. (1762-1989). *O Contrato Social*. Lisboa: Europa América.
- Rozas, P. (2008). *Partidos y Sistemas de Partidos*, Ed. IDEA Internacional, 1-33, <http://evirtual.com.pe/idea/file.php/1/Material%20de%20Lectura/Partidos%20Pol%C3%ADticos.pdf>, acedido em 27-05-2014.
- Russel, B. (1990). *O Poder – 2ª Ed.* Lisboa: Fragmentos.
- Rustow, D. (1970). *Transitions to Democracy. Comparative Politics*, nº 2/337-363.
- Sáez, M. A., (1997). *Las tipologías y funciones de los partidos políticos*. Curso de Partidos Políticos. Madrid: Akal Universitaria.
- Sampaio, N. (2009). *O Sistema eleitoral Português*. Lisboa: Alêtheia.
- Santo, P.E., (1997). *O Processo de Persuasão Política – Abordagem Sistémica da Persuasão com Referências ao Actual Sistema político português*. Lisboa: ISCSP – UTL.
- Santos, J. A. (org), Rodrigues, J. C., Rosas, J. C., Pereira, R., Martins, G. O., Zorrinho, C. (2013). *À Esquerda da Crise*. Lisboa: Veja.
- Santos, J. A. (2012). *Media e Poder. O poder mediático e a erosão da democracia representativa*. Lisboa: Veja.
- Santos, J. A. (1999). *Os intelectuais e o poder*. Lisboa: Fenda.
- Santos, J. A. (1998). *Paradoxos da democracia*. Lisboa: Fenda.
- Sartori, G. (1990). *Elementi di Teoria Politica*. Bologna: Il Mulino.
- Sartori, G. (1976). *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, 1982: Ed. Universidade de Brasília.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Scarrow, S.E. (2002). *Perspectivas on Political Parties*. Classic Reading. Macmillan: Palgrave.
- Schumpeter, J. A., (1947). *Capitalism, Socialism, and Democracy*. London: Allen and Unwin.
- Silva, A. S. (2010). *Os valores da esquerda democrática – vinte teses oferecidas ao escrutínio público*. Coimbra: Almedina.
- Schwartzman, S. e Campos, M.Celidonio (2013). *Brazil: Democracy and Inclusive Growth*. Legatum Institute. London: Centre For Development And Enterprise.
https://ia902501.us.archive.org/3/items/DemocracyAndInclusiveGrowth/Dem_Consensus_ConfPaper_Growth.pdf, acedido em 18/06/2014.
- Soares, M., (2011,Abril,11). *Prós e Contras – Portugal que Futuro*. Lisboa: RTP1.
- Sousa, M. R. (1984). Estado Social, in Polis. Vol. II. Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo.
- Sousa, M. R. (1983). *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*. Braga: Livraria Cruz.
- Stock, M., Teixeira, C.,Revez, A. (2005). *Velhos e Novos Actores Políticos*. Partidos e Movimentos Sociais. Lisboa: Universidade Aberta.
- Strauss, L. (1987) *History of Political (3 rd ed.* Chicago: University Press.
- Tarde, G. (1991/1901). *A opinião e a multidão*. Mem Martins: Europa América.
- Taylor, C. (1981). *Growth, Legitimacy and the Modern Identity*. Praxis International, 1 n°2/111-125.
- Teixeira, A. (1997). *Poder Autárquico e Poder Regional*. Porto: Editora Brasília.
- Teixeira, M.C.P. (2009). *O Povo Semi Soberano – Partidos Políticos e Recrutamento Parlamentar em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Telo, A.J. (2007). *História Contemporânea de Portugal. Do 25 de Abril à Atualidade-* Vol. I. Lisboa: Presença.
- Tocqueville, A. (1835-2001). *Da Democracia na América*. Porto: Rés-Editora.
- Torres, I. (2010). Costa Rica: *Sistema electoral, participación y representación política de las mujeres*. http://tse.go.cr/pdf/varios/sistemaelectoral_cr.pdf. Acedido em 11-06-2014.
- Vicente, A. (2002). *Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens*. Lisboa: Gótica.
- Viegas, J. M. L., Pinto, A. C., & Faria, S. (Org) (2004). *Democracia – novos desafios e novos horizontes*. Oeiras: Celta Editora.
- Viegas, J. M. L., Faria, S. (2001). *As Mulheres na Política*. Oeiras: Edições Celta.

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Viegas, J. M. L., & Dias, E. (2000). *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

Walzer, M. (1983). *Spheres of Justice: A Defense of Pluralism and Equality*. Oxford: Basil Blackwell, 3ª edi.

Weber, M. (1994-2000). *A Política como Profissão*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Weber, M. (1971). *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Weller, J. M. (1999). *L'Etat au Guichet – Sociologie cognitive du travail et modernisation des services publics*. Paris: Desclée de Browern.

Wolfe, A. (1989). *Whose Keeper*. Berkeley: University of California Press.

Wright, V. (Org) (1991). *La représentativité de l'administration publique*. Cahier d'histoire de l'administration.

Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods* (4ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

Zamora, E. M. (2010). *El principio de paridad de género en el nuevo Código Electoral*. Revista Digital de Derecho Electoral, nº 9. http://www.tse.go.cr/revista/art/9/zamora_chavarria.pdf. Acedido em 11-06-2014.

Zamora, E. M. (2009). *Derechos políticos de la mujer en Costa Rica, 1986-2006*. Revista Electoral, nº 7. http://www.tse.go.cr/revista/art/7/zamora_chavarria.pdf. Acedido em 11-06-2014.

Zippelius, R. (1997). *Teoria Geral do Estado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Glossário

Abstenção – Em Política, abstenção é o ato de se negar ou se eximir de fazer opções políticas (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Absten%C3%A7%C3%A3o>). Acedido em 12-06-2014.

Ator Político – Aquele que exerce atividade de cariz político.

Aliança Democrática – Coligação de centro-direita, formada em 1979 pelo Partido Social-Democrata (PPD/PSD), pelo Centro Democrático Social (CDS) e pelo Partido Popular Monárquico (PPM).

Antes da Ordem do Dia – Espaço de tempo destinado a tratar de assuntos anteriores aos principais agendamentos.

Bloco Central - Designação da aliança política entre o PS e o PSD.

Centro Direita - A centro-direita é uma posição política que se encontra entre a direita e o centro no espectro ideológico.

Centro Esquerda - Termo político utilizado para descrever indivíduos, partidos políticos ou organizações que se encontram entre o centro e a esquerda no espectro ideológico.

Círculo eleitoral – Circunscrição territorial criada para fins eleitorais, a cujos eleitores inscritos corresponde um determinado número de mandatos, previamente definido, no órgão a eleger.

Círculo Plurinominal – Circunscrição territorial na qual as listas apresentadas são compostas por mais de um candidato.

Círculo Uninominal – Circunscrição territorial na qual as listas apresentadas comportam apenas um nome como candidato.

Direita - Termo geralmente utilizado para designar indivíduos e grupos relacionados com partidos políticos ou ideais considerados conservadores (em relação aos costumes) e/ou liberais (em relação à Economia), por oposição à esquerda política.

Eleito – Aquele que é escolhido através de ato eleitoral.

Eleitor – São pessoas que elegem um representante ou uma ideia numa votação.

Esquerda -Na Ciência política, a esquerda é considerada a posição que geralmente implica o apoio a uma mudança do enfoque social, do Governo em exercício, com o intuito de criar uma sociedade mais igualitária.

Governabilidade – Condições de legitimidade de um determinado Governo para empreender as transformações que considera necessárias para o exercício do seu mandato.

Lista Bloqueada – Lista que não permite a opção por um nome em particular. O voto é feito no partido e a distribuição dos lugares depende dos mandatos obtidos.

Lista Fechada – Lista que não permite acrescentar nenhum nome da própria preferência ao elenco previamente definido.

Mandato – Espaço de tempo, público ou privado, que um ocupante, nomeado ou não, por concurso ou não, é designado em nome de outros para representar os seus interesses, quer sejam de carácter provisório ou público.

Ordem do Dia – Assuntos destinados a serem debatidos numa dada assembleia.

Paralaxe - Alteração aparente de um objeto contra um fundo devido ao movimento do observador.

Paridade – Equilíbrio na ocupação de lugares de género diferente numa mesma lista apresentada a sufrágio.

Proporcionalidade – Modo como são convertidos os votos obtidos em mandatos representativos.

Representatividade – Representatividade significa representar politicamente os interesses de determinado grupo classe social ou de um povo.

Sistema eleitoral – Modo como se organiza o sistema de votação e eleição dos candidatos apresentados aos diferentes órgãos de um sistema político.

Sistema Político – Chama-se forma de Governo (ou sistema político) o conjunto de instituições políticas por meio das quais um Estado se organiza a fim de exercer o seu poder sobre a sociedade. Cabe notar que esta definição é válida mesmo que o Governo seja considerado ilegítimo.

Voto Preferencial – Voto preferencial ou votação preferencial é um tipo de estrutura de cédula eleitoral utilizada em diversos sistemas eleitorais em que os eleitores classificam uma lista ou grupo de candidatos em ordem de preferência.

Índice Remissivo

- Abbott, 502
- Abstenção, 21, 117, 119, 499, 522
- Afonso Henrique Ferreira, 4, 55, 215, II, LIII
- Aguiar, 502
- Águila, 502
- Almeida, 61, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 105, 124, 125, 138, 173, 174, 175, 177, 502, 517
- Alonso, 502
- Álvarez, 180, 181, 502
- Álvaro Barreto, 4, 55, 207, 210, 216, 224, 229, 235, II, LXIII
- Amaral, 5, 55, 61, 141, 174, 176, 208, 226, 236, 237, 502, II, LXV, LXIX, CLXXVI
- Andeweg, 135, 502
- António Capucho, 4, 56, 205, 221, 236, III, LXV, CCXVI
- António Filipe, 5, 56, 204, 208, II, CLXXXV
- António Ganhão, 5, 55, 209, II, CLXVI
- António José Seguro, 5, 55, 204, 205, 209, 220, 222, 235, 237, II, LXVIII, XCIII
- Antunes, 502
- Arato, 502
- Arendt, 180, 503
- Aristóteles, 57, 74, 77, 78, 85, 86, 186, 503
- Arménio Santos, 5, 55, 208, 237, II, XXXVI
- Arnoletto, 73, 76, 186, 503
- Aron, 503
- Assembleia da República, 4, 9, 11, 15, 21, 58, 61, 64, 65, 68, 69, 86, 87, 88, 89, 103, 105, 106, 107, 108, 110, 113, 114, 143, 145, 149, 150, 154, 155, 156, 162, 165, 175, 176, 177, 178, 196, 202, 204, 216, 217, 221, 223, 224, 233, 239, 259, 261, 305, 307, 346, 373, 380, 388, 392, 393, 394, 395, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 410, 433, 437, 474, 478, 479, 481, 488, 489, 490, 491, 497, 499, 501, 502, 506, 510, 512, I, II, III, V, VIII, XXV, XXVIII, XXXII, XXXIII, XL, XLI, XLVI, XLVIII, XLIX, LIV, LV, LVIII, LX, LXI, LXXV, LXXVII, LXXX, LXXXIII, LXXXIV, LXXXVI, LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX, XCI, CI, CIV, CIX, CXII, CXIV, CXV, CXVI, CXXII, CXXIV, CXXIX, CXXXIV, CXXXV, CXLV, CLIII, CLXII, CLXIII, CLXVII, CLXXII, CLXXIII, CLXXVI, CLXXXII, CLXXXIII, CXCI, CXCI, CXCVI, CCII, CCV, CCXIII, CCXIV, CCXVIII, CCXX, CCXXV, CCXXVI, CCXXXIV, CCXXXV, CCXLV, CCXLVI, CCLVI, CCLVIII
- Atores Políticos, 7
- Avritzer, 61, 503
- Badia, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 136, 138, 503
- Barata, 503
- Bareiro, 503
- Barreto, 4, 55, 207, 210, 216, 224, 229, 235, 503, II, LXIII

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Basílio Horta, 5, 55, 208, 219, 224, II, XXIII	Castro, 96, 505, CCXIX
Beckett, 503	Catarino, 505
Belchior, 145, 146, 147, 503	Cavalcanti, 57, 506
Bell, 66, 67, 503, CCXIV	Champagne, 506
Bento, 503, 504, CXXXI, CXXXIII	Charlot, 57, 70, 123, 129, 130, 132, 135, 506
Bessa, 72, 123, 124, 152, 503, 504	Chatelet, 506
Best, 59, 60, 150, 504	Chevallier, 506
Beyme, 219	Coelho, 143, 175, 438, 447, 506, LII, LXVII, LXIX, LXXII, XCI, CCXXX
Bilhim, 504	Cohen, 506
Bobbio, 57, 71, 74, 75, 77, 78, 79, 504	Correia, 59, 149, 222, 506, 517
Bolaños, 504	Costa, 9, 59, 96, 99, 141, 163, 177, 178, 429, 504, 506, 511, 516, 520, 521, LXX
Boudon, 180, 504	Cotta, 59, 60, 61, 72, 123, 129, 138, 150, 152, 171, 504, 506
Bourdain, 504	Covas, 506
Bourdieu, 504	Cremonese, 70, 103, 125, 506
Brecht, 505	Creswell, 507
Bryman, 505	CRP, 9, 61, 178, 489, 506
Buquet, 505	Cruz, 59, 151, 507, 520
Burnham, 189, 505	Curtice, 507
Cabral, 505	Dahl, 75, 190, 507
Caetano, 73, 133, 153, 169, 200, 505, CCXXX	Dallari, 81, 85, 507
Camargo, 505	Dalton, 507
Canotilho, 83, 92, 505	Dautriat, 507
Cardoso, 59, 60, 71, 89, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 120, 150, 151, 505, 517	De Rosa, 507
Carmo, 66, 67, 505	Dias, 507, 521
Carr-Saunders, 61, 165, 505	Dogan, 61, 170, 507
Carvalho, 5, 55, 57, 59, 70, 71, 77, 78, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 108, 109, 117, 133, 134, 135, 139, 147, 148, 207, 211, 505, II, LXVI, LXXII, CV, CXVI	Domingos, 507
Castles, 126, 505	Dubar, 166, 167, 508
	Duguit, 180, 508
	Dunleavy, 59, 94, 104, 508
	Durkheim, 61, 165, 215, 508

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- Duverger, 59, 60, 61, 80, 92, 93, 121, 124,
127, 128, 129, 130, 133, 137, 148, 152,
171, 180, 508
- Easton, 508
- Elite, 186, 515
- Estagnação, 7, 20, 373, 485, 486, 487
- Estatutos do Bloco de Esquerda, 509
- Estatutos do Partido Comunista Português,
508
- Estatutos do Partido Ecologista, 509
- Estatutos do Partido Social Democrata, 508
- Estatutos do Partido Socialista, 508
- Esteves, 509
- Evetts, 509
- Farago, 509
- Farrel, 509
- Fernandes, 80, 509, 516
- Fernando Correia de Oliveira, 5, 55, 201,
235, II, CXLVIII
- Fidalgo, 60, 164, 165, 166, 167, 168, 169,
215, 509
- Figueiras, 509
- Figueiredo Lopes, 5, 55, 210, 216, II,
CXXXVIII
- Foucault, 14, 181, 182, 183, 184, 185, 509
- Freidson, 166, 509
- Freire, 59, 60, 61, 89, 95, 108, 109, 112,
114, 123, 134, 148, 149, 150, 155, 157,
158, 159, 162, 163, 170, 179, 222, 509,
510, 517
- Fulgencio, 510
- Gallagher, 81, 118, 119, 510
- Gaspar, 510
- GDN, 116, 510
- Ghiglione, 510
- Giddens, 75, 121, 201, 510
- Gillespie, 510
- Gomes, 122, 164, 202
- Goodin, 510
- Governo, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 48,
49, 50, 57, 58, 64, 65, 68, 69, 71, 76, 77,
78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90,
91, 92, 93, 94, 100, 102, 106, 116, 127,
131, 133, 141, 142, 143, 145, 148, 149,
150, 164, 165, 172, 175, 185, 186, 189,
200, 205, 206, 208, 210, 223, 224, 227,
228, 229, 238, 275, 277, 278, 279, 280,
281, 319, 321, 322, 323, 361, 363, 364,
365, 373, 427, 428, 429, 430, 431, 432,
433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440,
441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 474,
477, 479, 482, 486, 488, 499, 501, 504,
513, 516, 517, 518, 523, 524, I, IV, VI,
VII, XII, XIV, XV, XVI, XVII, XIX,
XXIV, XXVIII, XXXI, XXXII,
XXXVIII, XLI, XLVI, XLVIII, LIV,
LV, LVI, LIX, LX, LXIV, LXV, LXVII,
LXXIII, LXXIV, LXXV, LXXVI,
LXXIX, LXXXIV, LXXXVII,
LXXXIX, XCI, XCIV, XCV, XCVI,
XCVII, XCIX, CII, CIII, CIV, CVIII,
CIX, CXII, CXXVI, CXXX, CXXXIV,
CXLI, CXLII, CXLVIII, CLIV, CLIX,
CLX, CLXIII, CLXXVI, CLXXXIX,
CXCII, CXCVI, CCII, CCVIII, CCX,
CCXVI, CCXVII, CCXX, CCXXV,
CCXXVII, CCXXXIV, CCXXXVI,
CCXL, CCL, CCLVII, CCLVIII
- Guchet, 510
- Guilherme d'Oliveira Martins, 5, 207, 209,
227, 229, III
- Gunther, 510

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Gurvitch, 511	CLXXXI, CXC, CCI, CCXII, CCXX,
Habermas, 511	CCXXXIII, CCXLIV, CCLV
Hazan, 148, 151, 511	Lei nº 46/2005, 61, 173, 175, 502
Heloísa Apolónia, 5, 55, 208, 218, 230, 236, II, LXXIX	Leon, 89, 512
Higley, 511	Leston, 512, 513
Hirshman, 511	Lijphart, 198, 513
Hughes, 166	Linz, 76, 77, 513
Huntington, 98, 511	Lipset, 74, 513
IDEA, 9, 59, 60, 94, 97, 101, 102, 111, 112, 123, 124, 125, 126, 511, 519	Lisi, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 513
Ignazi, 125, 511	Lobo, 121, 125, 510, 513
INAMU, 9, 511	Lockwood, 513
ISCTE, 9, 163, 511	Lopes, 5, 55, 59, 70, 74, 78, 79, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 103, 116, 117, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 138, 152, 210, 216, 220, 436, 437, 446, 491, 513, 519, II, LXVII, LXX, CXXXVIII
Jalali, 511	López, 513
João Proença, 5, 55, 203, II, CV, CLVII	Luís Fazenda, 5, 146, 160, 208, 218, 225, III
Jorge Ortiga, 5, 55, 199, 209, 212, 222, II, CXXVI	Maarek, 513
Júlio Miranda Calha, 5, 55, 208, II, IV	MacDonald, 514
Kaplan, 189, 511	Machado, 140, 514
Katz, 131, 511	Magalhães, 142, 175, 510, 514
Kelsen, 134, 511	Magone, 59, 60, 149, 514
Kirchheimer, 72, 129, 130, 131, 132, 138, 150, 235, 512, 518	Mair, 118, 131, 133, 136, 137, 219, 510, 514
Koole, 130, 512	Maltez, 192, 514
Laguna, 512	Manuel Carvalho da Silva, 211, II
Lakatos, 512	Maquiavel, 58, 61, 78, 81, 193, 504, 506, 514
Lapierre, 80, 512	Margarida Salema, 5, 55, 212, II, CVI
Larson, 166, 167, 512	Mário Soares, 5, 56, 90, 141, 143, 144, 201, 209, 216, 429, 432, 441, 444, III, XXIV, XXXIV, LXVII, LXVIII, LXIX,
Lasswell, 186, 188, 512	
Lawson, 131, 512	
Lei Constitucional, 86, 506, 512	
Lei da paridade, 14, 15, 176, 217, 512, I, XV, XXXI, XLIV, LXXIII, LXXIV, LXXXV, C, CXI, CXXI, CXXXIII, CXLIII, CLII, CLXII, CLXXII,	

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

- LXXIII, CXC VII, CCXXXI,
CCXXXVII, CCXLVIII
Martínez, 514
Martins, 5, 56, 59, 61, 94, 105, 108, 178,
207, 209, 227, 229, 503, 508, 514, 519,
520, III, LXXIII, CCVII, CCXVII
Massolo, 514
Mc-Cornick, 168
Mealha, 515
Meirinho, 108, 514
Mendes, 143, 515, LXXII
Método de Hondt, 12, 98
Michels, 59, 124, 135, 148, 187, 188, 515
Miller, 515
Mills, 189, 191, 515
Miranda, 3, 5, 55, 59, 61, 73, 75, 82, 83, 85,
90, 93, 104, 125, 126, 149, 151, 163,
172, 208, 515, II, IV
Montesquieu, 58, 71, 75, 76, 79, 85, 86,
515
Moreira, 60, 61, 92, 114, 138, 141, 194,
510, 515, 516
Mosca, 186, 187, 188, 189, 516
Mota Amaral, 5, 55, 208, 226, 235, 237, II,
CLXXVI
Mozzicafredo, 122, 164, 202, 516
Neuman, 61, 124, 171, 516
Nohlen, 59, 94, 95, 101, 102, 108, 114,
120, 121, 198, 516
Noronha Nascimento, 5, 56, 206, 229,
CCXXXVIII
Norris, 81, 149, 151, 152, 516
Novais, 83, 516
Offe, 57, 72, 91, 124, 129, 130, 135, 162,
517
Ohiglione, 517
OIG, 9, 61, 177, 516
Oliveira, 3, 99, 207, 517, LXXIII
Orlando Afonso, 5, 56, 206, 227, 230, 240,
II, CXC V
Ortsman, 517
Ostrogorski, 128, 517, 518
Otero, 62, 193, 194, 517
Otto, 129, 235, 517, 518
Panebianco, 130, 517
Pareto, 61, 187, 188, 517
Partidos Políticos, 13, 147, 148, 502, 503,
506, 508, 512, 513, 514, 515, 519, 520
Pasquino, 59, 60, 66, 75, 80, 81, 93, 94,
100, 104, 113, 118, 119, 132, 133, 134,
152, 163, 164, 210, 491, 504, 517
Pateman, 517
Pinto, 59, 60, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96,
105, 114, 123, 125, 134, 138, 142, 143,
144, 148, 155, 157, 158, 159, 162, 163,
222, 430, 431, 432, 502, 503, 504, 506,
517, 521
Platão, 57, 77, 78, 518
Poder, 14, 179, 180, 502, 503, 509, 511,
512, 514, 517, 519, 520, VIII, XXVII,
XXIX, XXXIX, XLIII
Polsby, 61, 168, 171, 518
Popkin, 518
Prèlot, 518
Presidente da República, 5, 11, 21, 69, 86,
87, 88, 89, 90, 92, 103, 119, 144, 201,
205, 206, 216, 430, 436, 446, 477, 488,
498, 518, III, XXIV, XL, LIV, LXVII,
LXVIII, CVI, CXXX, CXL, CXLVIII,
CLX, CLXXIX, CLXXXVII,
CLXXXIX, CXC VI, CXC VII, CXC VIII,
CCIII, CCV, CCVIII, CCIX, CCXVII,

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

CCXXVIII, CCXXXI, CCXLI,	Sáez, 519
CCXLVIII	Sampaio, 59, 71, 93, 94, 100, 103, 437, 446, 491, 519, CCXIX
Profissão, 7, 14, 24, 25, 40, 164, 521, LVII	Santo, 4, 57, 70, 519
Quagliariello, 128, 518	Santos, 5, 55, 181, 208, 237, 519, II, XXXVI
Queiroz, 518	Sartori, 91, 123, 125, 137, 162, 519
Quivy, 66, 518	Scarrow, 520
RAE, 10, 59, 60, 61, 72, 96, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 122, 150, 153, 163, 164, 172, 518	Schumpeter, 134, 520
Rawls, 75, 82, 518	Schwartzman, 520
RBCP, 10, 129, 130, 518	Silva, 5, 55, 119, 143, 145, 207, 211, 433, 434, 444, 445, 520, II, XXIV, LXIV, LXVI, LXXIII, CV, CXVI, CCXXX, CCXXXIV
Reis, 181, 518	Sistema de Governo, 15, 89, 205, 513, I
Renaut, 518	Sistema de Partidos, 80
Renovação, 7, 14, 15, 20, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 192, 238, 373, 374, 377, 378, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 387, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 440, 441, 443, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 480, I	Sistema eleitoral, 12, 103, 105, 507, 518, 519, 524, V, CLXVIII, CLXXVII, CCXXXVIII, CCL
Revista de Análise Social, 10, 89, 518	Sistema Político, 7, 11, 65, 77, 79, 442, 475, 476, 506, 516, 517, 524, IV, VI, XXIII, XXXVI, LIII, LXIII, CXVI, CXXVI, CXXXVIII, CXLVIII, CLVII, CLXVI, CLXXVI, CLXXXV, CXCV, CCVII, CCXVI, CCXXIII, CCXXXVIII, CCXLVIII
Rocher, 186, 187, 190, 191, 519	Soares, 5, 56, 90, 141, 143, 144, 201, 209, 216, 429, 432, 441, 444, 520, III, XXIV, XXXIV, LXVII, LXVIII, LXIX, LXXIII, CXCVII, CCXXXI, CCXXXVII, CCXLVIII
Rodrigues, 61, 165, 166, 168, 519, LXVIII	Sousa, 60, 83, 115, 123, 135, 137, 138, 139, 140, 520, CV
Rogeiro, 519	Stock, 61, 123, 126, 127, 128, 169, 215, 520
Roteiro de Estudos, 10, 74, 513, 519	Strauss, 520
Rousseau, 519	
Rozas, 519	
Russel, 519	
Rustow, 519	

**O Sistema político português – Renovação ou Estagnação dos seus principais atores
no período da democracia (1974 – 2012)**

Tarde, 520	Viegas, 61, 75, 108, 109, 112, 122, 133,
Taylor, 520	136, 162, 178, 179, 220, 510, 517, 521
Teixeira, 59, 60, 61, 85, 108, 115, 150, 178,	Walzer, 521
514, 520	Weber, 14, 61, 81, 126, 168, 169, 171, 172,
Telo, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146,	180, 215, 521
520	Weller, 521
Tocqueville, 58, 520	Wildavsky, 127, 128
Tollison, 168	Wolfe, 521
Torres, 520	Wright, 189, 521
Tribunais, 11, 69, 86, 88, 89	Yin, 521
Vicente, 6, 61, 179, 521	Zamora, 61, 178, 521
	Zippelius, 521

Apêndices (constam apenas no CD/DVD)

Apêndice I – Guião das Entrevistas (Grandes Temas)

- 01 - Governabilidade, proporcionalidade, representatividade e qualidade dos actores políticos no nosso sistema eleitoral
- 02 – Proximidade ou afastamento entre eleitores e eleitos
- 03 – Círculos uninominais, plurinominais ou mistos
- 04 – Listas fechadas e bloqueadas ou sistema de voto preferencial
- 05 – Sistema de Governo
- 06 – Caminho da democracia em Portugal
- 07 – Qualidade e credibilidade da classe política
- 08 – O que é ser um bom político?
- 09 – A principal qualidade para um bom político
- 10 – Política como profissão ou ocupação
- 11 – Lei da paridade
- 12 – Fechamento dos partidos políticos
- 13 – Monopólio dos partidos na escolha dos candidatos
- 14 – Função fiscalizadora da Assembleia da República
- 15 – Número de deputados à AR
- 16 – Governos maioritários de um só partido
- 17 – Futuro da Europa: Federalização?
- 18 – Limitação de mandatos também à AR e PE?
- 19 – Ideologia de esquerda e de direita
- 20 – Fenómeno da abstenção
- 21 - Lugares políticos: Renovação ou estagnação

Apêndice II – Lista de Entrevistados

- 1 – Dr. Júlio Miranda Calha – Deputado Assembleia República
- 2 – Dr. Basílio Horta – Deputado Assembleia da República
- 3 – Dr. Arménio Santos – Deputado Assembleia da República
- 4 – Dr. Afonso Henrique Ferreira – Juiz Desembargador
- 5 – Engº. Álvaro Barreto – Ex- Ministro
- 6 – Drª. Heloísa Apolónia – Deputada Assembleia da República
- 7 – Dr. António José Seguro – Deputado Assembleia da República/ Sec. Geral do PS
- 8 – Drª. Margarida Salema – Ex-Eurodeputada
- 9 – Dr. Manuel Carvalho da Silva – Ex-Secretário Geral da CGTP Inter Sindical
- 10 – D. Jorge Ortiga – Arcebispo de Braga
- 11 – Dr. Figueiredo Lopes – Ex-Ministro
- 12 – Dr. Fernando Correia de Oliveira – Jornalista
- 13 – Engº. João Proença – Secretário Geral da UGT
- 14 – Sr. António Ganhão – Presidente Câmara Municipal de Benavente
- 15 – Dr. Mota Amaral – Ex-Presidente da Assembleia da República
- 16 – Dr. António Filipe – Vice-Presidente da Assembleia da República
- 17 - Dr. Orlando Afonso–Juiz Conselheiro–Ex-presidente Cons. Consultivo Juizes Europeus
- 18 – Dr. Guilherme d’Oliveira Martins – Presidente do Tribunal de Contas
- 19 – Dr. António Capucho – Ex-Conselheiro de Estado
- 20 – Dr. Luís Fazenda – Deputado Assembleia da República
- 21 – Dr. Luís Noronha do Nascimento – Presidente Supremo Tribunal de Justiça
- 22 – Dr. Mário Soares – Ex-Presidente da República

Anexos (constam apenas no CD/DVD)

Anexo I Entrevistas na íntegra e fotos com os entrevistados

ENTREVISTA 1 COM DR. JÚLIO MIRANDA CALHA

Deputado AR/Ex.Membro do Governo

03/05/2011



Foto 1 - Dr. Júlio Miranda Calha na AR, após entrevista no dia 03 de Maio de 2011

Como acha que o Sistema Político Português responde a questões como a proporcionalidade?

O sistema de uma maneira geral tem provado ser efetivo.

Acha que é eficaz?

De uma maneira geral acho que sim. A única coisa que eu penso que se calhar poderia ter-se em linha de conta numa evolução futura do Sistema eleitoral é que nalguns casos houvesse círculos mais pequenos. Porque temos um círculo eleitoral como o meu (Portalegre) que elege dois deputados e temos um Círculo como Lisboa que elege 50. Portanto, digamos que aqui talvez haja uma maior ligação de um deputado ao círculo eleitoral que o indica. Talvez devessem existir é Círculos Eleitorais mais pequenos. E, talvez mantendo sensivelmente a mesma situação. Eu, pessoalmente, devo dizer que não sou desfavorável aos círculos uninominais. Mas, entendo que o Sistema tal como tem estado provou que tinha uma perspetiva positiva. Não sou pela representatividade que se encontra aqui na Assembleia da República. Aqui têm vindo a estar representados até os pequenos partidos. Às vezes pequenos, mas mesmo muito pequenos partidos. Como por outro lado também uma repartição da opinião dos cidadãos nas suas opiniões sobre os seus partidos, que têm tido uma representatividade positiva. Digamos que o sistema não tem sido negativo.

E quanto às condições de governabilidade?

A questão da governabilidade tem havido maiorias absolutas. Tem havido maiorias relativas. O sistema tem proporcionado de tudo. Digamos que este sistema tem virtualidades.

A opinião de alguns políticos é de que temos falta de governabilidade. Dizem que não conseguem governar porque não têm maioria absoluta. O que pensa disso?

Há uma questão essencial que é esta: se olharmos para a maioria dos países europeus ou há maiorias absolutas, ou então há coligações. Porque as circunstâncias obrigam a isso. Nós aqui também já tivemos maiorias absolutas, já tivemos coligações e já tivemos Governos minoritários.

Da experiência política que tem o que acha melhor. As coligações pré-eleitorais ou pós-eleitorais?

Quando há um processo eleitoral os partidos querem-se medir. Ninguém quer ficar abaixo e dizer vamos fazer aí uma coligação antes para a gente chegar lá. Também já houve essa situação no país. Quando foi criada a Aliança Democrática, que originou

que se avançasse com um bloco. Uma área política praticamente em bloco que avançou para uma representação pública dentro desse contexto. Nós, de facto, o nosso sistema já teve todas as situações. Agora nós estamos numa situação particular em que se coloca a questão do Governo minoritário atual sobre a capacidade de governabilidade. O que acontece foram as circunstâncias específicas deste momento. Eu pessoalmente penso que se calhar deveríamos ter começado era com um Governo de coligação neste segundo resultado (2009). Não foi isso que aconteceu, mas isso são os fenómenos da política. Deveríamos ter feito um esforço nesse sentido.

Acha que não foi feito esse esforço?

Havia aspetos que mostravam dúvidas e preocupações em relação ao futuro e, naturalmente, dever-se-iam ter dados passos mais intensos para que houvesse coligação.

Está a ser feito esse esforço neste momento?

O que eu penso neste momento é que ou há uma maioria absoluta de um partido, ou não há. Porque, digamos, não há nenhuma coligação a despontar no horizonte antes da eleições. Ou há uma maioria absoluta, ou obviamente, na sequência deste ato eleitoral, terá que se constituir um Governo de coligação entre as diversas forças políticas. Neste momento o espaço até é bastante visível. Porque, como neste momento estamos nesta discussão com o FMI e digamos em termos de ligação com estas instituições internacionais há no fundo exclusivamente só três partidos, que é o PS, PSD e o CDS, portanto, é por estas áreas que na sequência do ato eleitoral verificar-se uma maioria absoluta ou se não há maioria absoluta terá que se constituir um Governo alargado que dê as tais condições de ação neste momento particularmente difícil.

Objetivamente, o senhor deputado acha que este Sistema Político permite a governabilidade?

Eu acho que sim. Agora a questão é assim: Devia talvez haver, e é uma questão que se tem falado quando se fazem as revisões constitucionais, que é aquela ideia de que quando um Governo é derrubado deveria existir uma espécie de afirmação contrária, de

uma alternativa. O que é que aconteceu aqui nesta última situação aqui no Parlamento. Foi no fundo um voto negativo de todas as partes, mas não houve uma apresentação clara de uma alternativa. O que é que isso que dizer. Dentro da responsabilidade que há de por em causa um Governo, teria sido interessante ter sido apresentada uma alternativa. E isso é uma questão que seria interessante pensar numa revisão constitucional.

Eu gostaria muito mais dos círculos uninominais. Como estou ligado a um círculo pequeno, digamos que tenho uma relação muito direta com as pessoas e portanto acho que esse é um sentido de responsabilidade muito grande. Mas, não existindo essa situação, e o sistema também não provou que era mau, ao longo destes 37 anos, portanto o sistema acho que está bem. O que talvez fosse interessante era termos Círculos talvez um pouco mais pequenos para não haver esta disparidade. Devia haver aqui um equilíbrio nesta repartição. Encontrar círculos mais equilibrados, mas que permitissem, naturalmente, a componente da governabilidade e da proporcionalidade. Acima de tudo da proporcionalidade. Acima de tudo, encontrar aqui uma base de relação de um certo número de eleitores corresponder a um certo número de deputados. Encontrar aqui um mix.

E o que pensa da qualidade da representação? Acha que temos uma verdadeira qualidade dos atores políticos que permita sustentar esta evolução da democracia?

A questão essencial é definir qualidade. A questão da qualidade para as pessoas é fundamentalmente a seriedade com que encara a sua atividade, o modo como respeita o cidadão, o modo como interage com o cidadão, o modo como responde às suas necessidades. Como procura resolver os seus problemas.

Tenho que insistir outra vez no que é qualidade. Eu quero-lhe dizer o seguinte. Normalmente, muitas vezes, esse tipo de críticas vêm em relação ao sistema e há uma componente de órgão de Soberania que no contexto nacional normalmente está sempre debaixo de fogo, que é a parte da Assembleia da República e do Parlamento. É uma componente que, obviamente, não está bem. Ou porque eles brigam demais. É feio aquilo, não é verdade. Fazem muito teatro. Depois é porque eles são 230 e não estão lá sentados todos. Tudo um conjunto de críticas no fundo que têm algum motivo de

fundamento da maneira como é encarado um pouco o Parlamento ao longo de muitos anos. E não é só deste atual regime. É também dos regimes anteriores. O regime anterior se calhar não era tão criticado porque praticamente não reunia. E quando reunia também era em uníssono. Portanto, não havia grandes problemas nessa matéria. Agora, eu acho é que de uma maneira geral, e eu vejo pela aquilo que é a representatividade, que é uma preocupação em muitas áreas de procurar corresponder em muitos sectores e muitos deputados de procurar corresponder áquilo que são os interesses, as questões e dos problemas que se colocam.

Em política há um julgamento que se faz sempre muito direto. Que é, digamos, o que é que corresponde, em termos da atividade, daquele que é eleito ou que é escolhidos pelas pessoas. Pelos cidadãos. Isso tem uma visibilidade muito grande nas Câmaras Municipais por exemplo. E, como sabe, há presidentes que ficam lá muitos anos, que são reeleitos e há alguns que não passam do primeiro mandato. Ou seja, as pessoas têm condições para fazer cair aquele que acham que não está à altura daquilo que seria a sua responsabilidade. Vamos ao caso dos deputados. Os nossos deputados não são eleitos em círculos uninominais. Porque, se fossem, obviamente, que a responsabilidade era muito maior. Por isso que disse que o sistema não estava mal, mas preferiria que houvessem círculos uninominais. Embora dentro de um equilíbrio, porque veja há círculos uninominais em Inglaterra e eles estão com vontade muito urgente de mudar aquele sistema. Porque aquilo está montado de uma maneira que é só o bipartidarismo. Não há um sistema perfeito. O nosso sistema não tem sido mau. Agora o que é que acontece, como às vezes há listas mais compactas. O cidadão quando vai votar, acima de tudo vai votar no partido. Poder-se-ia colocar aquela forma que já foi ventilada. Pessoalmente também não sou contra isso. Que era que quando houvesse a escolha dos partidos estivesse lá a cara de cada um dos candidatos e as pessoas depois escolhessem. Por exemplo, que quero votar no PS. Muito bem. Então e em quem é que quer votar? Quero votar neste que é o número cinco aqui desta lista. E votava naquele. E isso podia ser uma forma que também ajudaria a esclarecer algumas coisas. Mas, mesmo assim eu devo dizer que há sempre uma ratificação importante a fazer daquilo que os deputados fazem ou não. E há um facto que é verdade. Para todos os efeitos, as pessoas não passam despercebidas. Há sempre um tipo de solicitações que são feitas. Há as questões dos problemas que se colocam. Eu por exemplo era aqui o presidente até agora da

Comissão do Poder Local e aqui vêm a cair todas as coisas que têm particularidades muito específicas em termos locais.

É complicado fazer assim uma espécie de rasura completa e dizer assim: estes são maus, aqueles são bons. Não é bem assim. Há, de facto, uma necessidade de resposta dos eleitores por aquilo que eles fazem ou não fazem em termos parlamentares. Mas, o Parlamento é uma parte um pouco mais diluída. Porque uma das preocupações dos constituintes foi reforçar a componente dos partidos porque, como sabe, a Primeira República teve uma situação muito complicada de dispersão. De divisão, não é verdade, de multiplicação, de grupos de partidos. De partidos que davam origem a outros grupos. E tudo isso foi mau em termos da Primeira República. E aqui houve uma preocupação de reforçar um pouco mais a componente do partido. Encontrar aqui uma base de estabilidade. Agora poderíamos refinar mais esta questão, dando-lhe uma componente mais pessoal em termos daquilo que é a candidatura. Porque depois é assim: quem muitas vezes critica ou diz há qualidade ou não qualidade são muitas vezes, normalmente, aqueles que acham que tinham mais qualidade para estar naquele lugar do que aquele que lá está. Porque se formos falar mais com as pessoas diretamente, o cidadão anónimo que vota, não é bem assim. E, portanto, a gente tem também que fazer um equilíbrio. Por isso é que eu, sendo favorável a uma questão de círculos uninominais, embora tenha a preocupação daquilo que é a estabilidade governativa, porque é importante. Mesmo assim, nós temos tido um sistema que tem sido interessante para dar coligações, minoritários, maiorias absolutas.

Mas tenho esta preocupação. Que é a de que se deva evoluir, tendo em conta aquilo, embora nesta fase, 37 anos já há uma maior estabilização em termos de partidos. Não há pulverização das coisas. Digamos que haja porventura Círculos mais pequenos. Não haver esta disparidade.

Como iria resolver esse problema de um círculo, um deputado?

A relação tinha que ser um rácio entre o que se previa para um x número de eleitores corresponder a um deputado. Por exemplo, houve uma altura em que tínhamos 250 deputados, em que eu penso que mais ou menos 30 a 40 mil eleitores por deputado. O estabelecimento de um rácio desse género era aquilo que poderia ajudar a criar círculos uninominais. Mas, eu repito. Embora gostasse dessa parte, volto a repetir.

Penso que o sistema atual não provou mal. E que se calhar o que poderia haver era uma evolução. Dentro deste contexto de haver círculos mais pequenos, não haver esta disparidade. Porque num círculo que elege dois deputados é impossível que os eleitores não saibam quem são os seus deputados. Um círculo que elege 55, como Lisboa, não sabem. Por isso é que eu diria, se calhar criar círculos que pudessem ter uma participação mais progressiva.

Ninguém se queixa em Portugal da sua representação, ou não representação. Repare que há que dizem que ou têm até 5%, ou então não elegem deputado nenhum.

Questão dos círculos plurinominais com listas fechadas e bloqueadas. Votamos no partido que já tem proposto um conjunto de cidadãos que irão ser os seus candidatos eleitos de acordo com os resultados e da média mais alta de Hondt. O senhor deputado permitiria mesmo com círculos plurinominais mais pequenos que o cidadão pudesse optar pelo deputado. Ou seja as listas não seriam fechadas a bloqueadas?

É uma questão que não me repugnava se existisse uma situação dessas. Embora haja aqui uma questão a montante que deve ser vista. Houve aqui um momento particular da vida portuguesa que foi a questão dos independentes. Muitas vezes, algumas dessas pessoas, que entram nesse espírito, algumas, não digo todas evidentemente, muitas vezes são aquelas pessoas que fizeram uma aproximação a um partido mas depois o partido a seguir não lhes retribuiu com um lugar na lista. E, conseqüentemente, ele fica independente. E, portanto, há o partido dos independentes. E isso, obviamente gera situações, e não é uma coisa de pequena monta porque isso acontece em muitos sítios. Porque isto é evidente, são opções, são questões. É difícil muitas vezes ultrapassar isso. Mas a questão que eu penso que era interessante e no fundo é também muitas vezes a crítica que se faz aos partidos. Porque é que muitas dessas pessoas não decidem ter uma participação mais ativa dentro dos próprios partidos. Hoje não ganham, mas amanhã podem ganhar. É como todas as coisas. Porque digamos, a própria participação política implica também que haja uma certa vocação, entrega e dedicação a um determinado número de causas. Porque isto é uma espécie daquilo que acontece na atividade desportiva, porque há jogos todas as semanas e todas as semanas estão a ser julgados. Eu diria que na política é todos os dias. Isto implica também um certo estado de espírito e uma certa capacidade de combate e de luta. E, portanto, num caso desses, eu penso que muitas vezes mais do que estar a fazer as críticas para dentro. É também as pessoas decidirem-se a ter uma participação mais

activa. Eu estou cá de fora a criticar que aquilo não muda, mas se eu for lá para dentro posso contribuir com a minha voz e com a minha palavra para as coisas mudarem.

Mas não acha que às vezes é difícil entrar?

Como disse, e bem, às vezes é difícil e outras vezes não é. Às vezes as pessoas também pensam que é aborrecido ir lá às reuniões partidárias. Ai pensam que é melhor ficarem com aquela áurea de independente bom e ser chamado do que estar lá dentro naquela coisa. E isto é uma coisa que também digamos é real. Esta questão (independentes) é grande demais para que possa ser ignorado num processo de constituição de listas.

Proximidade versus afastamento entre eleitor e eleito. Necessidade de uma maior aproximação entre os dois.

Já fomos falando disso ao longo da entrevista. Embora eu ache que há algum mito à volta disso. Por isso falo em círculos mais pequenos. Porque onde é que se dilui um pouco mais a situação? É essencialmente em círculos de grande dimensão. Porque os partidos apesar de poderem ligar mais um deputado a uma região por onde foi eleito não deixa de ser uma coisa assim indeterminada. Isto seria se calhar resolvido numa espécie de círculo nacional para um determinado número de pessoas e cidadãos que as Direções dos partidos entendam que devem estar e, se calhar os tais círculos uninominais que punham as pessoas mais perto. Mas eu volto à mesma questão. Como este sistema não provou ser mau, acho que se poderiam reduzir alguns dos círculos que têm mais gente e equilibrar isso.

As petições, uma forma legal do cidadão poder participar, e até dar origem a uma Lei, com um conjunto de assinaturas, permite que alguns assuntos não sejam ignorados.

Agora há um problema aqui que é a questão dos poderes dos deputados. Porque, enquanto em França há círculos uninominais. Em muitos casos o deputado até absorve o lugar de presidente de Câmara – Deputé Mère – isso dá-lhe uma força e uma presença muito grande. Em Portugal é mais relativa essa capacidade dos próprios deputados. Porque o sistema está feito de um modo que em certa medida funciona mais o grupo parlamentar no seu conjunto do que a força ou independência de cada um dos deputados. Isto tem problemas, mas também tem vantagens que é a não dispersão, que originaria diversos problemas. Onde é que está o equilíbrio entre o contrato que se faz

com o grupo parlamentar sobre votações que vão no sentido certo como são as questões fundamentais, como os Orçamentos, que é a base de sustentação do Governo que pode estar constituído e onde está a capacidade do deputado de ter outro tipo de intervenção mais forte. Eu volto ao mesmo. Os círculos uninominais dariam mais força. Mas, obviamente como a Assembleia é essencialmente fiscalização do Governo e feitura de leis. Isto quer dizer que o Executivo, que tem a capacidade de fazer as coisas e de resolver problemas, como um Executivo autárquico, aí é que se executa. A Assembleia funciona como o local por onde passam todas as preocupações, todos os problemas. Agora, o poder individual de um deputado não é de facto muito grande. Por outro lado o facto de os deputados estarem aliados à volta do grupo parlamentar também tem a ver com a estabilidade dos Governos. Porque, qual é o problema que se coloca quando às vezes se fala na questão dos círculos uninominais? Cria uma nova situação, obviamente, até mesmo na vida interna dos partidos. E quando a pessoa quer ser elite ou reeleita naquele lugar de círculo uninominal, obviamente que tem que ali uma força e uma capacidade de intervenção nos mais diversos assuntos muito forte. Porque se não, não é eleito.

Eventual mudança deste sistema semipresidencial atual para um parlamentarista ou presidencialista?

Acho que está bem como está. É um semipresidencialismo mitigado. No contexto das situações, digamos o Parlamento tem uma especificidade e uma posição muito mais forte. Eu diria que isto é mais um sistema semiparlamentar. E digo isto porque o Órgão de Soberania que é a Assembleia no seu conjunto tem um peso e uma força grandes. O nosso sistema semipresidencial não tem respondido mal.

Será que a democracia e o poder têm coabitado bem?

A democracia tem todas as virtualidades. Às vezes para o melhor, mas outras também para o pior. Hoje em dia, o líder de um partido, nos principais partidos, é eleito pelo universo dos seus militantes. O fato dos representantes serem eleitos resulta das opções das pessoas. Há liberdade para as pessoas se candidatarem. Na parte dos deputados não existe, mas na parte das autarquias, os independentes podem-se

candidatar às Câmaras Municipais. Como viu, nas eleições presidenciais, houve independentes que se candidataram.

A questão da definição de qualidade é uma coisa relativa em termos políticos. No meio disto há bom e há mau, como é óbvio.

Atividade política como uma profissão e como ocupação?

Não é uma profissão. Acima de tudo é uma dedicação a causas, à resolução de problemas concretos, a um interesse pela comunidade. Mas digamos que não é uma profissão porque, no fundo, é acima de tudo uma atividade que se desenvolve em termos do conjunto da sociedade, da comunidade. Pode ser nacional ou local. Depois há todos estes processos eleitorais. As pessoas são julgadas pela aquilo que fazem de melhor ou de pior. Os casos mais evidentes são as Câmaras. Há uns que ficam lá muito tempo e as pessoas dizem que é profissional. Mas não é. É reeleito. Eu às vezes até costumo dizer que só devia haver limitação de mandatos em ditadura. Porque em regime democrático as pessoas são escolhidas e analisadas, e obviamente consideradas em termos da sua atividade, ou não, em prol da comunidade. Portanto, a atividade política não é uma profissão. É acima de tudo uma atividade. Eu às vezes até considero que é tipo missão que as pessoas fazem pela sua comunidade. As pessoas dedicam-se. Depois, ou são reeleitas ou não.

Com a larga experiência que tem o que acha ser um bom político?

É a pessoa que obviamente interpreta os sentimentos, as opiniões dos cidadãos e ao mesmo tempo corresponde com ações e com iniciativas para esses mesmos problemas, anseios, e vai ao encontro dos pontos de vista e opiniões dos cidadãos. É essencialmente aí que se centra o bom político. É aquele que consegue responder e atuar em prol daquilo que são os interesses da comunidade.

Se tivesse que indicar uma qualidade a um bom político qual era a que escolheria?

Verdade. Ponto final. É aquele que se dedica com o coração, com o seu espírito, com a sua inteligência.

Escolha entre um candidato que sabe que ganha eleições e outro que melhor pode servir, qual dos dois escolheria?

É melhor sempre apostar no cavalo que ganha. O problema é que passam muitas mensagens neste espaço mediático. E depois a afirmação dos deputados que passa muito por esta componente, nem sempre as pessoas estão com capacidade de atuar nesse espaço, de maneira a terem uma projeção maior e se calhar mais correspondente àquilo que poderemos dizer menos qualidade, mas ter qualidades próprias para ser um elemento com uma ação política forte e positiva. Há aqui um elemento do meio, que é esta parte mediática que faz e desfaz e, muitas vezes, lá está, aquele que parece que é o melhor é capaz de não passar bem na imprensa e aquele que não é tão bom mas que tem mais capacidade de comunicação ou capacidade de passar melhor na imprensa, pois, vai lá e ganha. Mas, como é que se resolve esse tipo de situação? Uma boa capacidade de comunicação também é muito importante num político.

Comentário à ocupação, por ex-membros do Governo, de cargos em empresas públicas ou com capitais públicos?

Há dispositivos já, em termos legais, em que não se pode preencher esses cargos a não ser passados não sei quantos anos. O que é que se pode dizer em relação a essa situação? Se calhar não é positiva, brilhante.

Um cidadão que esteja indiciado de corrupção ou de prática ilícita deve ser candidato?

Há um quadro legal previsto. Mas depois há a parte própria, pessoal de cada um, que em princípio o deveria afastar de concorrer aos cargos.

Acha que a Lei da paridade concorre mesmo para a renovação dos actores políticos?

Penso que a Lei da paridade acima de tudo visa encontrar a participação de uma parte da sociedade que é até maioritária, que são as mulheres, na ação política. Eu até a vejo mais como uma forma de levar à participação do que a própria obrigação que ela contém de ter em cada um dos três elementos de uma lista um de género diferente. Mas, deveríamos chegar a um estágio em que já não fosse preciso uma legislação dessas. No fundo que se procura é mais participação das pessoas do género que esteja menos representado.

Questão sobre se não deveríamos colocar o número de homens ou mulheres nas listas, seguidos, sem quotas, desvirtuar e colocar dentro elementos menos capazes.

Estes processos acabam por também obviamente restritivos. O ideal era não ser precisa a existência deste tipo de iniciativas para que se procurasse encontrar uma maior participação de todos. O que se veio a constatar neste Parlamento, e também noutros, é de uma baixa participação do género feminino em termos das diversas áreas. Nós já tivemos uma primeira ministra. Já tivemos muitas mulheres que passaram pelo Governo e que deram provas muito fortes das suas capacidades. O que tem havido agora com estas legislações é que tem progredido muito essa presença feminina. Agora, o ideal era não ser preciso a lei. O ideal era encontrar aqueles que achamos melhores e mais adequados e mais correspondentes àquilo que são os interesses que estão em presença e estarem nas listas.

Acha que os partidos políticos estão a perder importância na vida democrática?

Acho que não. Mas têm muitas críticas. A participação nos partidos faz-se com a presença das pessoas mesmo daquelas que sejam às vezes críticas em relação às atividades. A participação política é uma luta constante. Nunca é uma obra acabada e, portanto as pessoas estão lá para ajudar a resolver problemas. Isto implica algum espírito e capacidade de luta. Isso também deve ter expressão naquilo que é a participação nas atividades dos partidos. As pessoas ao colocarem de fora, exclusivamente numa posição de críticos em relação ao que está é óbvio que também não ajudam a resolver as coisas. Pode-se estar na vida de um partido. Pode-se até promover a discussão nos respetivos congressos dos estatutos do respetivo partido que

tenham diferenças e que tenham outro tipo de intervenção e de capacidade de escolha dos seus elementos para as diversas funções. Podem-se encontrar outras formas de organização interna. O que é preciso é que haja essa participação. Neste momento temos criados os maiores períodos de democracia a funcionar em Portugal. Já são 37 anos. Os partidos são um eixo importante da existência da democracia. Agora não se extingue aqui a representação das pessoas. Por isso é que é importante que as pessoas apareçam, se organizem em fóruns, movimentos, em situações diversas. Ainda me recordo há uns anos atrás, apareceu um partido que se chamava PRD. E apareceu quase naquele espírito de que eles é que eram o partido capaz, com uma moral superior e que, portanto, vinha aqui por um bocado de ordem. Era constituído por gente independente, com certeza, mas também por gente que saiu dos partidos onde se calhar não encontraram uma repercussão em termos das suas personalidades. E, o que é facto é que foi votado e teve quase 20% numas eleições. Mas também aconteceu o seguinte, é que passado um ano desapareceram. Isto também tem que ser lido, este tipo de situações. Porquê? E ele reunia muitas daquelas pessoas críticas, contra os partidos e essas coisas todas.

Porque acha que desapareceram?

Porque, se calhar, funcionaram de uma maneira que não registou confiança por parte das pessoas para que votassem neles outra vez. É que desapareceu. Foi uma coisa fugaz, como um cometa na vida política portuguesa.

Função fiscalizadora da Assembleia. Nos dias de hoje exerce mais ou menos essa ação em relação ao Governo?

Hoje há uma função fiscalizadora muito maior. O primeiro-ministro está aqui de 15 em 15 dias, os membros do Governo têm que vir às comissões no mínimo quatro vezes por sessão legislativa. A capacidade de fiscalização é muito forte hoje em dia. E, com uma consistência muito grande. Quando se discute o Orçamento de Estado vai quase ao pormenor da alínea. Essa componente da fiscalização progrediu muito.

Número de deputados é o adequado?

É um número de deputados equilibrado. Nós somos dos países que até só tem uma Câmara.

Colocaria a possibilidade de, eventualmente, reduzir o número de deputados?

A Constituição já prevê que possa haver de 180 a 230 deputados. Nós começamos com 250. Portanto, já reduzimos. Está um número equilibrado. Mas, nada impede que se possa fazer uma redução, dentro daquilo que a Constituição diz. Agora o que também é facto é que nós, em termos comparativos, estamos muito equilibrados em relação a países com a mesma dimensão, casos da Bélgica, Holanda, com o acréscimo de nesses países haver um Senado ou uma Câmara Alta.

Defende Governos maioritários ou não? Porquê?

Para mim deve haver Governos maioritários, evidentemente. É mais fácil. Mas, as circunstâncias podem obrigar a que haja um Governo minoritário. Até porque às vezes não há da parte dos partidos um esforço nesse sentido, para que se crie um Governo maioritário.

Quando acontece a queda de um Governo por vontade das oposições defendo que devia haver logo ali uma alternativa para governar. E, isso é uma coisa que nunca aconteceu. E isso é uma coisa que pode eventualmente ser estudada numa revisão constitucional. Agora, é evidente que é preferível um Governo maioritário.

Defende uma maioria absoluta de um só partido?

Acho bem que haja maiorias absolutas. Qual é o problema? Se os cidadãos que votam acharem que estes devem ter maioria absoluta, porque é que havemos de ser contra?

As eleições para ao Parlamento Europeu são das que observam a maior taxa de abstenção. Porque acha que isso acontece? Acha que tem a ver com a pouca importância que as pessoas dão à União Europeia?

É provável. São umas eleições distantes, digamos assim. É uma coisa lá para Bruxelas. As pessoas não se veem, se calhar muito entusiasmadas com o processo eleitoral de cidadãos que não estão aqui bem no país. Obviamente que estão. Mas de qualquer modo é para organismos que estão um pouco mais longínquos da sua vida quotidiana. Mas, essa situação não é só em Portugal. É idêntica em toda a Europa.

Acha a União Europeia uma situação a prazo?

A situação é muito má. Aquilo que está a acontecer neste momento é mais o sobressair dos egoísmos nacionais em relação a um princípio que caracterizaria a solidariedade de todos aqueles que fazem parte da União Europeia.

Não teme que a atual situação possa levar ao fim da União Europeia?

A principal preocupação obviamente que é essa, e a coisa mais imediata nesta matéria é a questão do Euro. Porque, neste momento uma das componentes essenciais é precisamente o Euro, que está a ter ataques das mais diversas áreas. A materialização da defesa da Europa tem que passar por um equilíbrio de defesa do Euro e de solidariedade. Se cada um estiver voltado para o seu país e se afastar de um conjunto de eixos de solidariedade é claro que é difícil.

Não se deveria partir para uma Federação de Estados na Europa?

Sim. Talvez seja uma evolução. Estamos num momento de grande encruzilhada em relação aquilo que pode vir a ser a Europa. Estou nesta matéria também a ficar um pouco pessimista sobre o que poderá vir a acontecer num futuro próximo. Por enquanto ainda é só a Grécia, Portugal, Irlanda. Mas, acho que devemos lutar por uma Europa que corresponda aquilo, para já, que é o Tratado de Lisboa. Não me repugna que se possa evoluir no sentido dos Estados Federados. Mas, nós temos que fazer um grande esforço

pela Europa, porque a Europa faze-se com todos. Não se faz com a procura da exclusão de alguns.

Questão da limitação de mandatos nas Câmaras ser estendida também às restantes eleições (AR e PE)?

Não defendo a limitação de mandatos nem para uns, nem para outros. Mas há uma diferença entre aquilo que é um Executivo e aquilo que é um Legislativo. O Executivo funciona com determinado tipo de situações, com determinado tipo de meios, com um determinado tipo de planos de atividades e de concretizações. O deputado, quer seja local, quer seja nacional, funciona como órgão para fazer leis ou pedir pareceres noutro lado, ou acompanhar o Governo, ou acompanhar a Câmara, ou fiscalizar um ou outro. Tem outro tipo de situação. A votação dessa lei até foi uma iniciativa do meu partido (PS), que eu votei, mas pessoalmente até me parece que não era necessário. Há determinado tipo de coisas, tipo administrativo, como a limitação de mandatos, ou a questão das quotas, e essas coisas todas, digamos que são uma intervenção administrativa naquilo que no fundo deveria ser mais as decisões das pessoas. A limitação do mandato quando é que se faz? É quando chega ao final do mandato o autarca e a população diz que não correspondeu aquilo que a gente desejava da sua parte e, portanto, temos que dar por finda a sua atividade.

Eu à cabeça não sou muito favorável a esta questão da limitação de mandatos. Acho muito mais razoável que sejam as pessoas a resolver. Porque é que há eleições? É preciso que as pessoas tenham em conta que as eleições são um ritual que tem que servir para analisar o que é que as pessoas fizeram. E essa é que é uma das grandes coisas da democracia. Portaram-se bem, continuam, não se portaram bem, têm que sair.

Monopólio dos partidos na escolha e apresentação dos candidatos? Acha que cidadãos ditos independentes deveriam poder candidatar-se também à AR e PE sem ser através de partidos?

Isso pode ser uma questão que pode ser revista numa Lei Eleitoral. Não é uma coisa que me repugne. Antes pelo contrário. Já há a possibilidade para as Presidenciais, para as Autarquias, poderia acontecer os mesmos nas outras também. Agora eu reflito

sempre a outra parte. Qual é a questão dos partidos. Às vezes é preciso saber qual é a raiz das críticas que se fazem aos partidos. Às vezes é uma crítica um bocado exagerada. Porque a questão da estabilidade do regime também é um pouco a questão da existência de partidos e que haja solidez na sua inserção. Podem aparecer outros partidos. Há possibilidade de constituir agrupamentos e partidos. Os partidos são uma importante componente em termos daquilo que é uma certa estabilidade da própria democracia. Aqueles que querem participar na política, agreguem-se aos partidos, formem partidos. Os partidos levam independentes dentro de si muitas vezes. Olhe, veja aqui o caso de Fernando Nobre, que é o cabeça de lista por Lisboa do PSD. Ele já foi apoiante do BE, do PS numas eleições quaisquer, já nem sei quais agora. Já fez um percurso político extraordinário, como independente.

Os partidos ajudaram muito à consolidação democrática. E houve uma grande preocupação com a pulverização da representação dentro da Assembleia e o que é que isto tinha de repercussão em termos de estabilidade do regime e da democracia.

Acha que hoje temos uma verdadeira política de esquerda e de direita?

Está tudo em debate neste momento. As referências de ser de direita ou de esquerda existem. A questão da defesa do Estado social, as questões que têm a ver com as oportunidades, as questões que têm a ver com a liberdade. Tem a ver com a esquerda. Mas, hoje em dia as coisas também estão um bocado mais esbatidas. Porque, há diversos tipos de esquerdas. Tem uma esquerda que é uma esquerda liberal, onde pode estar o PS, ou tem a esquerda que não é liberal, onde pode estar o PCP, ou tem a esquerda anárquica, onde está agora o BE.

Se tivesse que indicar duas características de esquerda e de direita quais indicaria?

Centro esquerda, onde o PS se coloca, são as áreas sociais, os sistemas públicos, quer de educação, quer de saúde, ou as questões da segurança social, é por aí que por aí que se integram alguns dos eixos fundamentais. Tem a componente da liberdade e da democracia como eixos fundamentais. A direita avança mais se calhar nas questões da segurança, mas também por áreas não muito consistentes em relação à existência de um

Estado. Obviamente que nós não queremos um Estado que seja frágil, que não tenha capacidade de regular o conjunto da sociedade. Para a esquerda o Estado tem que ter uma presença que equilibre o funcionamento da sociedade. À direita são políticas que chamamos mais liberais e que, obviamente, não terão esta preocupação social que para nós é mais forte.

Como interpreta o fenómeno da abstenção em Portugal?

Os nossos patamares de participação não têm sido muito maus. É um fenómeno que interessa sempre ver qual é a motivação que leva as pessoas a participar.

Na sua opinião qual será essa motivação?

É evidente que as pessoas muitas vezes estão desagradadas com o que se passa e com aquilo que pode significar o seu voto em alterar ou não alterar as situações. Por isso é que eu falo que a questão de haver uma boa ligação com as pessoas é muito importante. Quando eu ponho à cabeça aquela ideia dos círculos uninominais não seria mau. Mas os níveis de não participação também não são muito diferentes daquilo que acontece na Europa. Só não há nos países onde é obrigatório votar, como no Brasil.

O que acharia da ideia de as pessoas passarem a ser obrigadas a votar?

Isto compagina-se com a mesma questão das quotas, das limitações de mandatos e isso. O que eu acho é que deve haver uma vontade de cada cidadão. A democracia é o símbolo da liberdade. E é também as pessoas que têm o seu dever cívico.

Acha ou não que os lugares políticos em Portugal são quase sempre ocupados pelos mesmos?

Isso não é verdade. Diga lá quem são os mesmos?

A questão que se coloca é se há ou não renovação?

Então não há? Veja a constituição da última Assembleia e veja a constituição da nova Assembleia que sair das eleições. Faça uma comparação da última em relação à penúltima. Há uma grande mudança. Em democracia não há lugares definitivos nem vitalícios. E nos Governos também há mudanças sempre.

ENTREVISTA 2 COM O DR BASILIO HORTA
Deputado AR/Ex. Candidato Presidência da República
03/05/2011



Foto 2 - Dr. Basílio Horta na AICEP, após entrevista no dia 03 de Maio de 2011

Como acha que o Sistema Político Português responde a questões como a proporcionalidade?

A proporcionalidade, como tudo, tem vantagens e tem também inconvenientes. Primeira vantagem: Abrir a representação política a um grupo alargado de pessoas e de ideias que, de outra forma não teriam essa representação. E isso é importante porque enriquece a democracia através do enriquecimento do debate, das propostas e da representação. Por outro lado, o inconveniente que pode ter é a dificuldade nas maiorias. A chamada governabilidade. Isso é verdade. Mas a governabilidade também resulta, em certa forma, não tanto da proporcionalidade, mas da capacidade dos atores políticos se entenderem uns com os outros. E esse também é um aspeto importante, porque nós conhecemos países onde não há proporcionalidade e mesmo assim também têm

coligações governamentais. Não chegam sozinhos às maiorias. Em Inglaterra era tradição haver um bipartidarismo perfeito. Quase perfeito, agora estamos a ver um bipartidarismo imperfeito ou um multipartidarismo imperfeito. Tudo depende se vai aparecer um quarto partido ou não. Eu, com franqueza, não critico a proporcionalidade. Agora, outra coisa é a representatividade

Políticos queixam-se que não conseguem governar sem maioria. Como encara essa linha de opinião?

Eu acho que também é verdade. O que é normal e natural é o Governo dispor de um apoio parlamentar maioritário. Esse apoio parlamentar maioritário tanto pode resultar de coligações formais, como pode resultar de acordos parlamentares, com ou sem incidência governamental. Agora que é necessário um Governo dispor de apoio parlamentar maioritário, nos casos em que o Governo depende politicamente do Parlamento, isso é importante. A experiência que nós temos de Governos minoritários não tem sido a melhor. Não quer dizer que os Governos sejam maus. Não é isso. O que não têm é estabilidade. Nós tivemos o primeiro Governo minoritário do Dr. Mário Soares. Caiu. Depois um Governo de acordo parlamentar com incidência governamental com o CDS. Depois vieram grandes Governos de maioria, o caso da AD com maioria absoluta. Depois da AD veio o Governo do Bloco Central, com amplíssima maioria para fazer as reformas e passar a crise. Depois veio o Governo do Professor Cavaco Silva minoritário. Perfeito. Até há quem diga que era melhor o Governo minoritário de 1983, do que depois os Governos de maioria absoluta. Mas a verdade é que caiu com uma moção e censura do PRD. Que deu depois o efeito que nós sabemos. Agora tivemos o primeiro Governo maioritário do Engº. Sócrates. Agora temos um Governo minoritário e agente viu. Durou 18 meses e numa situação difícilíssima. E o senhor Presidente da República nesta situação só querera que haja um Governo maioritário. Eu percebo. Isso é fundamental. A democracia é o Governo da maioria, em principio, e o Governo minoritário, em meu entender, deve ser uma exceção. Não uma regra.

Como comenta hoje a qualidade da representação dos atores políticos em Portugal?

Eu acho que a qualidade dos políticos tem diminuído muito. Tem vindo a diminuir. Quem olhou para a Assembleia Constituinte e viu quem estava na Assembleia Constituinte. E, quem olha hoje para a Assembleia da República e vê quem lá está, há uma grande diferença. Isto não significa nenhum juízo desfavorável às pessoas. Estamos a falar da qualidade política da representação. Há claramente uma diminuição sistemática da qualidade dos actores políticos. Tem várias razões.

Quer enumerar algumas?

Sim. A primeira razão é que os actores políticos estão desprestigiados, e não são considerados pela população. Os políticos, por vezes, são considerados numa casta à parte, responsáveis por tudo e que não têm credibilidade. Ou seja, são a fonte de todo mal que acontece às pessoas. Não quer dizer que muitas vezes não tenham razão.

Depois, uma segunda razão, um político tem uma vida completamente devassada. Tem que ter uma vida transparente, completamente.

E, será que tem?

Deve ter. Eu acho que há de tudo. Há políticos transparentes, há outros menos transparentes. Há de tudo. Agora a verdade é que, em democracia, numa sociedade aberta, os políticos são sempre objeto de controlo, de terem que por a lume a sua vida privada. Isso também, para algumas pessoas, é desagradável, afasta. O terceiro é a utilidade da Acção política. Muita gente pergunta o que vamos a fazer para a política? Eles não ouvem. Quem manda são os partidos, e dentro dos partidos são os líderes dos partidos. O Parlamento podia fazer-se com quatro deputados, porque dentro do Grupo votam todos da mesma maneira. A chamada disciplina de voto, que muitas vezes sufoca as opiniões pessoais.

Como cabeça de lista nas listas do Círculo de Leiria, como independente nas listas do PS está-se a ver a obedecer a essa disciplina partidária?

Eu sou uma pessoa disciplinada. A disciplina nunca fez e razão de eu voltar a reiniciar uma carreira que iniciei há 36 anos, eu fui deputado Constituinte, há algum

motivo forte que me fez voltar e deixar esta casa (AICEP), acabava o meu mandato em 2014, onde estava muito bem e estou muito bem. Tenho uma grande equipa. E deixei para ir para o Parlamento foi por uma razão forte. Essa razão forte implica que o meu objetivo de voltar ao Parlamento seja conseguido. Se não, não poderei lá estar muito tempo. Eu estou convencido que vai ser. Porque o nosso país está no chamado ponto de acumulação. É o momento em que só há dois caminhos. O caminho da saída da crise, com um esforço enorme, ou o caminho do empobrecimento coletivo. Portanto, neste momento quem tem alguma coisa que dizer, para fazer, para ajudar, não pode ficar no conforto, como também não podia ficar na Constituinte. Era o debate democrático entre a legitimidade democrática e a revolucionária. Quem queria combater revolucionária tinha que se alistar. Agora é a mesma coisa. Quem quer combater a pobreza, o empobrecimento do país, tem que se alistar. Porque é o que está em causa. Isto só tem lógica se eu tiver utilidade. E, eu estou convencido que tem. A resposta ao crescimento económico. O crescimento implica a internacionalização, a exportação, as empresas. E, se há pessoa que têm trabalhado nisso sou eu. Quer como embaixador, quer agora desde há seis anos. Eu posso dar um contributo importante de quem viveu isso. Pode ser aceite ou não. Se for discutido, ótimo. Se for puramente rejeitado e ignorado. Eu nem coloco essa possibilidade. Agora a verdade é esta. Há realmente a ideia de muita gente de que não vale a pena e depois, finalmente, porque o vencimento, aquilo que se ganha, é ridículo. Em função do salário mínimo não é pouco, agora em função do que se ganha em algumas empresas privadas é uma diferença muito grande. Há um conjunto de situações que leva a que as pessoas se vão afastando. E, então, temos na política a safra dos piores (11'35''). Que é o que tem vindo a acontecer. Nós resignamo-nos a isso ou fazemos tudo para mudar. Essa é que é a pergunta que se faz. Se a gente se resignar a isso, resigna-se a tudo. Se não nos resignarmos a isso, cada um de nós deve dar o seu contributo. Uns mais modestos outros menos, mas deve dar o seu contributo. Eu sempre fui educado e sempre atuei assim. Nunca me importei de estar sozinho. Procuro responder aos desafios que tenho que responder. A vida é suficientemente curta para as pessoas poderem ser elas próprias. Mas, a verdade é esta, ou nos resignamos a isto, que é o que tem vindo a acontecer, empurrando para a frente, empurrando para a frente, construindo a sociedade que estamos a construir, sem valores. Que podia ser uma sociedade que influenciasse um país onde era bom viver. Nós temos um país, que podia ser um dos países mais interessantes do mundo para se viver. E, estamos a construir um

país cada vez mais parecido com a América Latina. Querem fugir de cá, porque não têm emprego. Este é o momento de discutir isso tudo em cima da mesa. É o momento. Especialmente pessoas que não percebem e continuam a insultar-se. Porque querem ganhar uma dosesinha de poder. Eu acho que o país deve condenar isso. Não deve aceitar isso porque esse tempo acabou. Agora é o tempo da rutura. E é começar agora. E a vontade popular, a vontade coletiva deve estar mobilizada para se defender. ... (Troika).....

Não podemos aceitar que pensões de 600 euros sejam cortadas. Então comecem por impor limites máximos salariais a quem ganha um milhão de euros por ano. Ou quem distribui reservas livres sem pagar impostos na ordem das centenas de milhões de euros. Não comecem pelas pensões dos 600 euros.

Questão dos Círculos Plurinominais/versus Uninominais, com listas fechadas, bloqueadas, onde os partidos têm primazia total. O que pode dizer sobre isso?

Eu gosto do sistema alemão. É um bom sistema. Temos um sistema nacional onde os partidos e as figuras nacionais se podem candidatar. O sistema alemão tem um círculo nacional com 50% dos deputados. Depois tem os círculos locais. Os círculos locais são uninominais e funcionam pelo método maioritário a uma volta. Para o círculo nacional, quem tiver 5% dos votos é já representado a nível nacional. E quem ganhar a nível nacional, em princípio, por regra, ganhará as eleições. Nos círculos uninominais são as pessoas que são responsáveis pelas suas circunscrições.

Poderíamos optar por círculos uninominais, mas ao mesmo tempo corrigidos pelo círculo nacional, exatamente para dar a proporcionalidade.

Optaria por listas abertas ou fechadas? permitiria que a pessoa dentro do mesmo partido pudesse optar pelo primeiro ou pelo quinto da lista?

Em princípio nos círculos uninominais haverá apenas um nome

A questão é saber se permitiria que fosse possível escolher apenas um nome, mas no meio de vários?

Eu, com franqueza, acho que isso é mais complicado. Mas acho que deveria ser possível a candidatura de independentes à Assembleia da República, desde que propostos por um mínimo de eleitores. Acho que na França é assim. Não a nível nacional, mas a nível local. Para a autarquia permite, e porque não para a Assembleia da República? Isso não me repugna rigorosamente nada. Os partidos são muito importantes, mas é evidente que não esgotam a democracia.

Proximidade versus afastamento entre eleitor e eleito

Se tiver círculos uninominais, os deputados estão ligados diretamente a quem os elege.

Mudança de um sistema semipresidencialista para um presidencialista ou parlamentarista

Boa pergunta. Depende dos dias. Os sistemas europeus são, como sabe, sistemas semiparlamentares ou semipresidenciais. Semiparlamentares quando o Parlamento tem vantagem sobre o Presidente e semipresidenciais quando o Presidente tem vantagens sobre o Parlamento. Nós começamos por ter um sistema semipresidencial, quando o Governo dependia simultaneamente do Presidente e do Parlamento. Tinha a confiança política do Presidente e do Parlamento. E aí o sistema era, ou Parlamentarismo mitigado. Agora o Governo não depende politicamente do Presidente. Depende só do Parlamento. E, portanto, o Parlamento ganhou aqui consistência. Embora o Presidente, sendo eleito por sufrágio direto, ter o direito de veto – segundo aspeto – e terceiro ter o poder de dissolução. É um dos poderes muito grandes. Mas temos um sistema que até agora, com franqueza, não tem funcionado mal. Claro que há momentos particulares. Agora, neste momento de crise, muita gente queria ter um sistema semipresidencial. O Presidente é que manda. Está aqui o Governo do Presidente e acabou-se esta brincadeira. Como na América Latina, não vai ao Parlamento. No sistema francês, por exemplo, não há memória de um Governo escolhido pelo Presidente ter caído no Parlamento. Nesta fase, nós quereríamos isso. Numa fase normal, de transição eu acho que o Presidente representa o poder moderador, desde que ele o exerça. Poder

moderador, poder fiscalizador. Garante da liberdade, garante da justiça, que não é só a justiça nos tribunais. É a justiça na sociedade.

Como acha que a democracia tem evoluído. Há quem diga que nós já temos uma democracia adulta?

Já não é de tenra idade. Já tem os seus cabelos brancos. Não tem sido é exemplarmente servida. Esse é o problema. Eu para mim a democracia não é apenas o voto. A democracia é a garantia da liberdade e da paz. E que é que é a paz? A paz não é a ausência do conflito nas ruas só. É a paz nas consciências. É as pessoas sentirem-se bem, tranquilas, na comunidade onde se inserem. Esse é o valor da democracia. Dar essa tranquilidade. Essa segurança e essa capacidade de expressão, pela palavra pelo ato. Isso é a democracia. Não sei se em Portugal a liberdade tem sido assegurada, como se vê, às vezes até a libertinagem que às vezes vive paredes meias com a liberdade, a liberdade sem ética. Mas, a verdade é que a paz na consciência não tem. Nós temos uma sociedade cada vez mais injusta. Cada vez mais desigual, onde ninguém se sente incomodado pelo salário médio dos portugueses não chegarem aos 12 mil euros por ano, e haver tanta gente a ganhar mais de um milhão de euros por ano. Mais de 100 mil euros por mês. Em dois anos três milhões de euros. Que ninguém se sente incomodado com isso. Ninguém se pergunta como é que um país destes, tão pobre, tem três pessoas nas 100 mais ricas do mundo. Isto não pode. Quer dizer, não é que eles não estejam lá bem. O país é que é pobre demais para os ter lá. Tá a ver, não vê um austríaco, não vê um belga, não vê um holandês, não vê um sueco. Por acaso vê o da IKEA. Não vê um dinamarquês. Não vê um norueguês.

Porque é que acha que isso acontece?

Isso é que é a tal coisa. Por falta de democracia. A democracia é autolimitação. A riqueza não está bem distribuída. E, porquê? Porque há uma certa. Há quem diga que há Estado a mais. Se calhar há. Onde não devia haver Estado a mais. Talvez não devesse haver tanto nos negócios particulares. Mas há Estado a menos noutras coisas. Com este ponto de acumulação vamos ter que mudar isso. Se não mudar isso não se consegue

mobilizar a vontade coletiva. E, se não conseguirmos mobilizar a vontade coletiva não há progresso.

Atividade política como profissão ou ocupação?

Eu acho que não é nem uma coisa nem outra. A atividade política é um dever que se faz com gosto, ou não se faz. Cumpre-se um dever. A pessoa está, tem uma coisa para fazer para a comunidade, gosta de o fazer. Não o faz contrariado. A comunidade aceita-o e a pessoa cumpre o seu dever o melhor que sabe. Com erros, com virtudes, com capacidade. Não é uma profissão, tal como eu a vejo, mas isso depende muito das pessoas. A atividade política é um dever. É um dever que se cumpre com vontade e com gosto.

O que considera ser um bom político? Se lhe perguntar o que é para si um bom político, o que me poderá dizer? Que características deve ter um bom político?

Primeiro: Um bom político é aquele que sabe interpretar bem o interesse coletivo. Segundo ponto. É aquele que sabe vender bem a ideia que tem do interesse coletivo. Que adotou por forma a que ela seja vencedora. Isto é um bom político. Agora, o interesse coletivo, já não é um bom político aquele que sabe bem qual é o seu interesse pessoal ou só do seu partido, mesmo que vá contra o interesse coletivo, e a saiba vender bem. Esse pode ser um bom actor, um bom charlatão, mas não é um bom político.

Se tivesse que escolher entre um candidato que sabia que ia ganhar eleições e um que sabia que iria servir melhor, por qual optaria?

Se eu soubesse que a outra perdia seguramente as eleições, não escolhia a outra. Pode exercer bem as funções, mas não tem oportunidade das exercer, porque é que o vou escolher?

Passagem de ex-membros do Governo por empresas públicas ou com capitais públicos. O curriculum tem sempre ex-membro do Governo.

Eu acho que uma pessoa quando sai da política, quando sai do Governo tem que se ocupar. Não pode ficar de pousio, sem fazer mais nada, só porque foi membro do Governo. Isso não pode ser assim. Agora, é evidente que se a pessoa é escolhida pelo mérito que tem e pela experiência que tem no sector e que nunca fez favores nenhuns à empresa. Agora se a pessoa que trabalhou com a empresa, despachou sobre ela, tutelou, depois vai liderá-la, isso, com franqueza, acho de muito mau gosto.

Um cidadão indiciado de um ato de corrupção, deve ser candidato?

Não. Isso, eu acho que não. Nenhum cidadão indiciado de um crime, pode ser corrupção ou outro. No momento em que é formulada a acusação pelo Ministério Público, nessa altura não deve ser candidato. Se houve acusação do Ministério Público, aceite por um juiz, não deve.

O que pensa da Lei da paridade? Será que concorre mesmo para a renovação?

A Lei da paridade torna-se necessária para cumprir, por força da Lei, aquilo que não se cumpre voluntariamente. Porque é natural e normal que as senhoras tenham uma representação. Mas a verdade, é que se nós queremos a inclusão das senhoras até agora elas não têm aparecido. Se não fosse a Lei da paridade, eventualmente, teríamos menos pessoas. Agora, o ideal é nós acabarmos por construir uma sociedade onde não haja necessidade de paridade nenhuma.

Não corremos o risco de estarmos a integrar nas listas pessoas à força, pessoas que não têm o perfil indicado para o desempenho da função?

Isso não são só as mulheres. Também os homens.

Os partidos políticos não estarão a perder importância na vida democrática?

Estão. Estão já há bastante tempo. Mas, não é só em Portugal. Isso não há dúvida nenhuma. Estão a perder muita importância. Porque eles não têm curado das várias funções, nomeadamente a chamada função pedagógica. Que é das funções mais importantes do partido não tem sido exercido. E, portanto, estão a perder. A representação direta dos cidadãos está a ser cada vez mais forte, passando por cima dos partidos. Portugal, por acaso não se tem visto.

**Função fiscalizadora da Assembleia da República em relação ao Governo?
Acha que agora é maior?**

Eu acho que foi sempre má. Um papel fiscalizador não pode ser só de oposição. Nomeadamente, se queremos Governos de maioria o papel de fiscalização tem que ser até mais da maioria. Sob pena de não haver fiscalização. Portanto, esta ideia das Comissões de Inquérito serem sempre votadas da mesma forma.

Acha o número de deputados atualmente adequado à realidade do país?

Neste momento há muita gente que acha que é excessivo. Eu acho que não. Se nós compararmos com outros Parlamentos, está na média.

Defende ou não Governos maioritários?

Defendo Governos de apoio parlamentar maioritário.

Como é que interpreta as questões da abstenção, por exemplo, em relação ao Parlamento Europeu?

Sabe, porque agora é que se está a ver. A ideia europeia é a ideia de uma superestrutura política, pouco partilhada pelas populações.

Acha adequado que caminhemos para uma Federação de Estados na Europa?

Esse era o caminho. Se nós caminhássemos para uma Federação de Estados talvez não estivéssemos aquilo que estamos a passar hoje. Nos Estados Unidos, quando o Arkansas tem um problema sério, a união não diz vá para a rua, resolva você o que quiser. Não, vai lá e resolve o problema. Se calhar com mais união. Não é com menos. Os problemas da Europa. Estes que estamos a viver, deviam ser resolvidos com mais Europa. Mais integração, mais solidariedade. Mas, aí a questão tem que se por com clareza. Nós também não podemos pedir aos nossos parceiros europeus que paguem os nossos dislates. Não podemos. Aos contribuintes europeus. Pague lá aqui os 50 anos de reformas na Grécia, ou os subsídios de desemprego. Não podemos pedir aos contribuintes alemães que paguem nos outros países condições de trabalho muito mais favoráveis do que eles próprios têm. Agora, qual é a resposta a isto? A resposta a isto é a disciplina europeia. Quem quer estar na Europa tem que ter disciplina europeia. Portanto, os deficits, lei laboral, lei fiscal. Uniformizar.

Defenderia uma limitação de mandatos, além de nas Câmaras, também para os deputados à Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Não me repugnava nada isso. Que houvesse uma limitação de mandatos. Eu admito que os deputados pudessem ter uma limitação de mandato, mas é um problema que tem que ser pensado. Eu, com franqueza, acho que têm que ser pensados os prós e os contras. Teríamos classe política para renovarmos o Parlamento de quatro em quatro anos? Ou de três em três anos? Se renovássemos um terço, como no Tribunal Constitucional. Não sei.

O que pensa em relação ao monopólio dos partidos na escolha e apresentação de candidatos?

Eu acho que não devem ter monopólio. Deveria haver abertura a independentes desde que propostos por um número mínimo de eleitores.

Acha que hoje continuam a existir ideologias de esquerda e de direita ou não?

O que eu acho é que há extremismos e há não extremismos. Há ideologias e partidos extremistas que acabam por se identificar muito, umas à direita, outras à esquerda, mas que acabam por se identificar muito nos objetivos e na forma de atuação. Hoje se vir em Portugal um homem de extrema-direita do PNR ou um homem de extrema esquerda, do BE, ou para além do BE, vai ver que contra a Europa são os dois, não pagar as dívidas são os dois.

Mas acha que se esbateu muito a ideologia de direita e de esquerda?

Isso em relação ao método. Em relação ao método a diferença não será entre direita e esquerda. É entre radicais e não radicais. Quanto à doutrina, eu admito que haja liberais, admito que haja sociais-democratas, admito que haja socialistas marxistas, e admito que haja comunistas e trotsquistas e democratas cristãos. Porque o centrismo para mim não é uma doutrina, é um método. Agora se hoje um democrata cristão é de direita? Eu não me sinto de direita. Posso estar à direita quando eu me candidatei, contra o Dr. Mário Soares. Fui um homem às direitas. Porque? Porque o Dr. Mário Soares era à esquerda: Foi um dever. Foi em último caso. Não devia ter sido eu o candidato. Devia ter sido o Diogo, o Lucas Pires, mas não havia ninguém. Tive que ser eu. Lá tive 14,75%. Fala-se muito no Nobre, mas tive 100 mil votos mais que ele.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Interpreto como há pouco falamos. O afastamento dos partidos. O afastamento da vida política. Isso é lá com eles. É tudo uma cambada de malandros. A pessoa não quer intervir, não quer votar. É a perda de credibilidade da política e dos políticos. O afastamento das pessoas. As pessoas percebem que não ganham nada em votar.

Há a ideia de que os políticos são sempre os mesmos. Acha que há renovação nos atores políticos?

Há. Tem havido alguma renovação. E, por acaso aí, mais até no CDS. O CDS tem apresentado várias pessoas novas. Eu hoje estive a almoçar com o Jaime Gama que me dizia que é um Grupo Parlamentar com alguma Ação e bastante atividade. Tem havido renovação em alguns partidos. No PSD não vejo muita renovação. Nem no PS. A renovação não me parece muita. Mas eu também não conheço em pormenor.

ENTREVISTA 3 COM DR ARMÉNIO SANTOS

Deputado AR

10/05/2011



Foto 3 - Dr. Arménio Santos, na AR, após entrevista no dia 10 de Maio de 2011

Acha que este Sistema Política concorre para a Governabilidade, Proporcionalidade, Representatividade e Qualidade da Representação?

De um modo geral, o nosso Sistema Político tem permitido formas de maioria parlamentar, umas vezes de maioria absoluta, outras vezes de coligação. Ou às vezes funcionando com maioria relativa e com apoio de incidência parlamentar maioritário, que tem conseguido manter Governos dentro da sua legislatura.

Depreendo das suas palavras que acha que tem havido governabilidade.

Eu acho que há governabilidade. E acho que há governabilidade sobretudo se os atores políticos estiverem empenhados e com sentido de responsabilidade, que o

exercício dessa função exige, e contribua para que essa governabilidade seja exequível. Porque nós temos situações em que partidos com maioria absoluta fizeram a sua legislatura. Tivemos situações em que maioria, coligações em que em maioria absoluta chegaram até ao fim e situações de coligação que não chegaram ao fim. E situações em que Governos maioritários chegaram ao fim da legislatura. Tivemos todo tipo de situações. O que, na minha opinião, prova que este modelo que temos é suficientemente elástico para que, desde que os responsáveis políticos tenham vontade de entendimento, e sentido de responsabilidade daquilo que é o interesse nacional, é possível rentabilizar as potencialidades do sistema que temos.

Acha que a utilização da média mais alta de Hondt responde à proporcionalidade e à representatividade?

Eu acho que aquilo que nós estamos aqui a praticar no nosso país é muito aquilo que se passa nas restantes democracias europeias. E aquilo que se pode discutir é se se deve manter esta solução ou se devemos ir para um modelo de duas voltas e que na segunda volta haja uma maioria absoluta como é o regime francês. Não vejo que o nosso sistema seja assim tão antidemocrático que tenha que ser corrigido de forma profunda. As soluções que se desenham não vão no sentido de favorecer os partidos mais pequenos, até porque a pretensão dos partidos mais pequenos choca com a necessidade de criar respostas de governabilidade em termos parlamentares. Porque quanto mais pulverizado é o Parlamento, mais difícil é criar soluções sólidas para governar o país durante quatro anos. Mas, a solução que hoje existe parece-me que é equilibrada, que é ponderada e que acautela por um lado a possibilidade de encontrar respostas para governar o país durante uma legislatura, como também acautela a representatividade dos partidos que tenham menos expressão eleitoral.

Como vê a proximidade entre eleitores e eleitos?

Isso aí há de facto um caminho muito importante a desenvolver. Acho que é preciso, de facto, deixarmo-nos de retórica dos círculos uninominais e passarmos à prática. E as pessoas serem responsabilizadas pelos seus eleitores. Por outro lado, é preciso que os partidos. É preciso encontrar mecanismos para uma maior identificação

dos eleitos com os eleitores. Mais às vezes até do que gabinetes abertos ao contacto com o eleitor no Governo Civil, se continuar a existir – eu defendo a eliminação dos Governos Cívicos há muito tempo – é preciso, nas sedes dos partidos, ou nas Câmaras Municipais, é preciso que haja criatividade para, ao nível das Juntas de Freguesia, haver possibilidade do deputado da Nação possa, com alguma regularidade, não só ter contacto com os seus eleitores, independentemente de terem votado ou não nesse deputado, como também prestar contas aos seus eleitores. Devemos caminhar para encontrar mecanismos para que ao nível da freguesia, e não apenas do distrito, que se desça de escalão, de patamar, do distrito, não só para o nível municipal, mas de freguesia.

Já percebi que defende círculos uninominais. E, como chegaria a esses círculos?

Tem que encontrar-se aqui uma solução mista. Um círculo eleitoral de âmbito nacional e círculos uninominais, sendo que os círculos uninominais nunca podem ultrapassar, na minha opinião, os 30% ou 40%. Os restantes 60% ou 70% dos deputados que sejam eleitos num círculo nacional onde aí os pequenos partidos, que ao nível dos círculos uninominais só por milagre poderão estar representados, mas nesse círculo nacional terão exatamente possibilidade de conquistar uma representação no Parlamento.

Colocaria a possibilidade de as pessoas poderem optar, dentro do mesmo partido, por qualquer dos candidatos, quer eles estivessem no início ou fim da lista?

Eu, sinceramente, não tenho uma opinião tão clara e definitiva sobre isso. Não estou preparado para responder com a convicção que desejaria. De qualquer forma, permito-me é levantar algumas dúvidas. É que para as pessoas votarem em a, b, c ou d, era preciso inquestionavelmente que as pessoas conhecessem bem cada um dos candidatos. E se nós estamos em presença, muitas vezes, da crítica de que as pessoas não são conhecidas, de que os deputados não são conhecidos. Que as pessoas votam mais na sigla do partido do partido a ou do partido b, do que nas pessoas que vão ser

eleitas. E, não deixa de haver algum fundamento nessa crítica. Teríamos de encontrar uma fórmula ou desenvolver um trabalho tal em que os candidatos fossem bem conhecidos de todos os eleitores, para quem essas opções fossem feitas em consciência. Poder-se-ia correr o risco, por exemplo, de estar a ignorar um excelente economista, um excelente técnico desta ou daquela área, que era importante para dar o seu contributo e os seus conhecimentos nas comissões parlamentares especializadas, ou no debate parlamentar em benefício de uma pessoa que tem mais visibilidade pública. Era importante quando se optasse por esse forma de escolha que as pessoas soubessem bem quem eram os candidatos.

Defenderia uma solução de diretas nos partidos. Ou seja, os partidos apresentarem a sufrágio os candidatos mais votados internamente?

Há um risco. É que se eu tiver muito dinheiro, no seio de um partido qualquer. Do PSD, do PS, do CDS e se calhar até do BE. Do PCP isso não funcionaria. Mas, em todos os outros partidos, eu estou convencido que quem mais possibilidades tivessem de fazer campanha era reconhecido e era eleito. E, isso não significa que fosse a pessoa mais adequada e mais capaz para ser o candidato desse mesmo partido ou ser o candidato a primeiro-ministro desse mesmo partido. Eu tenho muito respeito pelas diretas mas é preciso encontrar uma forma de responsabilizar os primeiros responsáveis dos partidos. E a responsabilização da lideranças e das direções dos partidos é um princípio fundamental para mim. É assim que eles depois têm que responder pelas propostas e soluções que apresentam. Não só em termos de candidaturas – e por isso as direções dos partidos são responsabilizadas – mas pelas propostas eleitorais. Imagine o que era cada concelho, cada distrito, ter o seu programa, ter a sua candidatura. Era uma pulverização. Era uma desresponsabilização. E com isto não se infira que estou a defender aqui uma centralização menos respeitosa da vontade das bases. O que eu estou a dizer é que é preciso que se concilie a posição das bases com a responsabilização da direção dos partidos. Para assim se poder pedir contas. Para não se poder dizer: O PSD tem ali um candidato mas depois não se sabe como é que os deputados daqui e dali se vão portar. Tem que haver diversidade dentro dos partidos, mas depois também é preciso um sentido de unidade, que é corporizado pela liderança.

Optaria por um sistema Presidencialista ou Parlamentarista?

Eu defendo mais uma solução para o Presidencialismo do que para o Parlamentarismo. Mas, historicamente, se nós fizermos uma busca à nossa história, e sobretudo ao nível da República, constatamos que o Parlamentarismo exacerbado criou-nos alguns problemas. Ou melhor. Não facilitou que a nossa governabilidade contribuísse para evitar algumas desgraças.

Eu acho que o Presidente da República tem os poderes que têm sido testados como os adequados. Mas a haver mudança, eu não ia no sentido de esvaziar os poderes do Presidente e fortalecer os poderes do Parlamento. O atual sistema penso que está bem. Agora, tendo que optar por uma alternativa, optaria pelo Presidencialismo.

Como acha que a democracia tem caminhado em Portugal?

Eu acho que a democracia tem caminhado como tudo na vida. Ou seja, a democracia tem acompanhado a situação da sociedade, da economia, daquilo que nos rodeia, da evolução da sociedade na Europa, a globalização. Tem havido um conjunto de situações em que a democracia portuguesa não tem deixado de acompanhar esta mesma realidade. É evidente que hoje a democracia portuguesa não se pode entender como uma democracia limitada à participação das pessoas de quatro em quatro anos e eleger os seus representantes na Assembleia da República, que decorridos quatro anos as pessoas julgam e fazem a sua avaliação das soluções que escolheram nos quatro anos. É preciso que a democracia hoje seja interpretada de uma forma mais lata. É preciso perceber que hoje a sociedade civil tem formas de expressão que ultrapassam, com vantagem, aquilo que está estabelecido em termos políticos. E é preciso incorporar, na participação democrática, as associações de ambiente, as associações patronais, as associações sindicais, as associações culturais. Há um conjunto de expressões da sociedade que se calhar há 15 ou 20 anos não tinham o peso que hoje têm, e muito menos peso teriam há 25 ou 30 anos, e é preciso que hoje nos habituemos a ouvir e a conviver e a chamar à participação essas associações e esses representantes da sociedade civil. E julgo que a democracia portuguesa não pode ser vista apenas como a expressão dos cidadãos para a votação política. A democracia deve ser algo que envolve a sociedade civil nas suas diversas expressões organizadas. E nós, muitas das vezes,

invocamos essas associações mais para o discurso do que para a sua contribuição, para a sua participação efetiva. E seja qual for o Governo que saia deste próximo ato eleitoral, eu espero que também a esse nível se preste mais atenção, se dê mais ouvidos, não é de algazarra na praça pública, nas manifestações, não é nada disso. As manifestações e isso é legítimo e é saudável e é natural que isso aconteça em democracia, felizmente que acontece. Mas eu não estou a falar nisso. Eu estou a falar sobretudo que nas opções políticas que se tomam se chamem os diversos representantes dos diversos interesses. Se chamem atempadamente e não apenas para constar que foram ouvidos.

Nas diversas áreas, temos pessoas que não estão na ribalta política mas que têm formação e informação. Que a sua envolvência nos gabinetes ou nos grupos de trabalho, quando são chamados ou são constituídos para se formarem projetos legislativos. Que essas organizações sejam convocadas. Não é para terem uma reunião hoje durante meio hora ou uma hora, mas serem chamadas a dar o seu contributo documental, ou que recomendem a alguém seu, devidamente credenciado, para integrar um grupo alargado, para que desse grupo saia uma base. Um texto, um trabalho. Que não sejam apenas os Estados-maiores dos partidos ou do secretário de Estado ou do ministério. Que haja criatividade e abrangência de quem tem responsabilidades políticas para acolher os contributos vitais de quem está no terreno. Para quê? Para que as boas políticas integrem, acolham aquilo que aqueles que estão no terreno, os sábios de experiência própria, de experiência vivida no terreno possam transmitir antes das coisas virem a esta casa, que é a Assembleia da República para o o Governo transformar isso em decreto-lei e em lei. Portanto, eu acho que o Estado da democracia portuguesa não está muito diferente daquilo que se passa em qualquer outra democracia ocidental. Julgo é que deve ser incorporada por aquilo que hoje felizmente existe na nossa sociedade.

Como comenta a alegada falta de credibilidade e de qualidade da classe política?

Os políticos são aquilo que a sociedade é. É fácil criticar os políticos. De resto, estranho seria que as pessoas, sobretudo numa situação de crise, de angústia, como todos nós vivemos hoje infelizmente, que as pessoas não descarregassem exatamente o seu azedume, legítimo, contra quem tem responsabilidades políticas para governar o país. Ou seja, quem tem a governação ou quem tem a função de fazer oposição, porque

todos são ao fim ao cabo políticos, são representantes da vontade do povo português. Agora, é evidente que provavelmente os políticos podiam ser – o Parlamento concretamente – podia ser integrado por pessoas que não têm muita disponibilidade e poderia ter vantagens que estivessem cá integrados nas listas dos vários partidos. Algumas dessas pessoas têm também o direito de não se disponibilizarem para integrar essas candidaturas, ou se expor politicamente porque os seus negócios, a sua vida pessoal, a sua vida familiar não é muito consentânea com as exposições e o escrutínio a que um político está sujeito.

Mas acha que hoje têm menos credibilidade?

Eu acho que sim. É fácil criticar. Isto é como em tudo. Há políticos bons e políticos maus. Tal como há bons trabalhadores e maus trabalhadores. Como há maus empresários e bons empresários. Vamos ser claros. Nós não temos só bons empresários. Nós não temos só bons trabalhadores. Nós não temos só bons políticos. Porque é que havemos de considerar que só há maus políticos. Isto é falar de falar de forma clara e não política redonda. Que eu não gosto de estar a falar de política redonda. Eu estou a falar da forma que sempre estive nestas coisas. Nestas coisas e no mundo onde eu convivo. O mundo do trabalho. Eu julgo, naturalmente, que há políticos competentes, dedicados à causa pública, honestos, íntegros, e se calhar há políticos que têm alguns desses valores, algumas dessas preocupações e outros terão menos. Acredito que sim. Agora, concluir-se das dificuldades que hoje temos que a classe política é algo de estranho à sociedade, é evidente que isso é absolutamente absurdo.

O que considera um bom político?

Um bom político é uma pessoa que tem o sentido da causa pública. É uma pessoa que tem de saber o que é que interessa, dentro da área que domina, para servir os seus concidadãos. E saber o que interessa em termos de projeto de futuro. Não é resolver o problema hoje. É encontrar respostas que tentem responder às preocupações das pessoas hoje, mas que também sustente um projeto de progresso, de bem estar e de justiça para um futuro. Porque um político que procure em encontrar só respostas para hoje é um péssimo político. Tal como acho que não é um político correto e justo se pensa só futuro

e não pensa no presente. Porque o futuro só lá podemos chegar se calcularmos bem o presente. E temos condições para que se caminho de modo a que esse futuro que nós pretendemos que seja melhor se possa realizar. Eu julgo que às vezes um bom político até pode dispensar de ser um bom técnico. Eu não confundo um bom político com um bom técnico. Um bom político é ter ideias para saber se esta solução é adequada para os problemas de hoje e perspetivar o futuro de maior progresso, maior justiça social, maior afirmação no contexto das nações, maior afirmação do país no mundo, maior prestígio, maior possibilidade de realização dos nossos filhos, dos nossos netos da nossa juventude. Tem que ter essa ideia. Depois as propostas concretas traduzidas num projeto de lei, ou traduzidas num diploma, tem que pedir aos técnicos e monitorizar a execução dessas mesmas propostas. Eu não tenho que saber fazer os projetos lei. Eu não me considero obrigado a fazer tecnicamente um projeto lei.

Qual é para si a principal qualidade de um bom político?

Honestidade e competência

O que considera ser a política?

Política é a capacidade que as pessoas têm de se dedicarem àquilo que consideram que é a causa comum. Que são os valores que interessam à comunidade. A Rés Pública. Eu acho que uma pessoa que não tenha essa sensibilidade, não tenha essa visão, não tenha essa abertura e essa dedicação.

O que pensa ser o Poder?

O poder será o exercício de um conjunto de competências, de mecanismos legais e políticos para realizar um conjunto de políticas.

Considera a atividade política uma profissão ou uma ocupação?

Eu acho que não é uma profissão nem é uma ocupação. E se calhar são ambas as coisas e mais qualquer coisa. Há países como os EUA onde a política é uma profissão,

como sabe. Aqui no nosso país concretamente, eu acho que há pessoas que fazem da política sobretudo um ponto de passagem. E ponto de passagem no sentido em que os próprios partidos também funcionam na sua estrutura básica em função do pulsar das populações. E, essa passagem dos políticos pelas várias funções acho que é uma posição muito saudável porque significa uma coisa chamada renovação. E uma renovação em função da vontade daquilo que são as estruturas de base dos partidos. Quase que diria que 80% ou 90% dos dirigentes políticos funcionam assim. E digamos que talvez 10% ou 20% talvez não. Porque têm os Estados maiores dos partidos que os impõem. 80% a 90% resultam daquilo que é o núcleo de base do partido, pelo menos ao nível do PSD que eu conheço muitíssimo bem.

Não é uma profissão que porque nada garante que vá continuar e por outro lado a ocupação é muito em função desta transitoriedade que resulta do apoio que lhe é conferido pelos seus companheiros e pelas populações.

Acha que a Lei da paridade veio trazer alguma melhoria às listas?

Olhe, eu sou suspeito a esse respeito porque nunca fui defensor daquilo que se designou de quotas. E nunca fui defensor porque sempre achei que as mulheres ou os homens que integram uma lista não têm que estar sujeitos a uma lei. Há muitas mulheres com qualidades extraordinárias. O problema da mulher é que tem outros afazeres na família e menor disponibilidade para se dedicar à vida política do que o homem. E isso eu reconheço, mas isso não é preciso a lei impor. Nesse caso, devemos criar condições para que a vida familiar tenha um outro enquadramento, um outro apoio para que a mulher possa ter outra disponibilidade.

A dignidade da mulher não se resolve por imposição legal. Ela tem suficiente qualidade e capacidade para por si própria ocupar todos os primeiros lugares como o homem.

Acha que os partidos políticos estão mais fechados hoje? Que estão a perder importância na vida democrática? O que pensa que deveria mudar na vida dos partidos?

Os partidos não podem perder a sua importância na vida democrática porque a democracia depende dos partidos. Eu não conheço nenhuma democracia sem partidos. Eu acho que as pessoas que às vezes se insurgem contra os partidos, só entendo essa insatisfação exatamente pelas dificuldades em que nos encontramos, e sobretudo com a frustração que temos, quanto à expectativa que tínhamos de que a democracia iria resolver todas as dificuldades. Mas, os partidos são vitais para a democracia. Não há democracia sem partidos políticos. E, portanto, considero que os partidos devem ser respeitados, devem apoiados e devem ser considerados como peças nucleares e pilares da democracia.

Mas não estarão mais fechados hoje?

Penso que os partidos hoje têm que perceber que a realidade hoje é diferente daquela que acontecia há 15 ou 20 anos. Hoje não precisamos de ir fazer uma sessão de esclarecimento aqui ou ali. Se quisermos fazer uma sessão de esclarecimento numa Junta de Freguesia se calhar temos lá meia dúzia de gatos, quando podemos chegar a centenas ou a milhares de pessoas com as redes sociais. Temos hoje meios de comunicação e de contacto para chegar ao eleitorado completamente diferentes. E, portanto a democracia também tem que se ajustar nisso, e os partidos também têm que se ajustar nisso. Olhe, por exemplo, o PSD que muita gente considerou que estava a fazer um concurso de ideias. Mas o PSD, para o seu programa eleitoral abriu o site do partido e pediu a todos, quer fossem militantes, simpatizantes ou adversários, que dessem a sua opinião e as suas sugestões. Houve dezenas de milhares de contribuições. É uma forma de funcionamento da democracia. Porque o PSD ficou com um banco de elementos, independentemente de os tratar todos ou não, que permitiu a contribuição de cidadãos que de outra maneira não era possível.

Os partidos têm que ser abertos à sociedade. Têm que cheirar, que apalpar, que ouvir e têm que estar em sintonia com essas expressões da sociedade organizada.

O que pensa do monopólio na escolha e apresentação dos candidatos por parte dos partidos?

Eu acho que pode haver hoje muita simpatia quanto aos independentes. E há até alguma simpatia em função da crítica que se faz aos partidos. As pessoas pensam que os

partidos são os responsáveis por todos os males do país. Era fácil aqui arranjar argumentação ou uma linguagem que fosse o encontro dessa tese. Eu discordo. Imagine que havia possibilidade de haver deputados independentes e que as candidaturas independentes elegiam, 60 ou 70 deputados. Quem garantia a governabilidade? Pergunto se os portugueses, mesmo aqueles que haviam votado nesses deputados independentes, ficariam depois contentes com uma possibilidade de não se constituir Governo, ou de um Governo cair três ou quatro meses depois? Porque não havia aí uma coesão. Não havia um projeto comum. Não havia um sentido de obrigação para respeitar, além dos interesses locais, também o respeito pelo interesse nacional. A quem é que as pessoas na altura iriam apontar o dedo? Também aos partidos, provavelmente, mas não resolviam problema nenhum. Eu acho que essa ideia das candidaturas independentes pode ser simpática, e eu compreendo-a muitíssimo bem, especialmente num contexto de dificuldades como aquele que nós atravessamos hoje, mas acho que os partidos têm obrigação é de perceber bem os sinais que existem na sociedade e, na medida do possível, acolher essas preocupações. Dar resposta a essas preocupações. Integrar nas suas listas figuras independentes que expressem exatamente, na medida do possível, essas preocupações. O PSD ao integrar quatro cabeças de lista em diversos distritos demonstra que está atento a esses sinais.

Acha hoje a função fiscalizadora da Assembleia da República é mais marcante do que era?

Eu acho que a Assembleia da República, se há uma maioria absoluta de um só partido, naturalmente que a Ação fiscalizadora da oposição pode ser menor e é natural. Porque a Ação fiscalizadora é feita pela oposição. Essa é a prática. Não é outra.

O espaço que é reservado para as forças da oposição, não apenas em termos do Parlamento, mas também em termos da opinião pública é aquele que se deve considerar consentâneo com a fiscalização que se pretenda seja feita?

Às vezes há aqui horas e horas de debate e depois no dia seguinte o que sai, para a opinião do senhor jornalista, é aquilo que foi divulgado. Mas para os deputados não é.

E, se calhar para aquilo que interessa aos cidadãos também não é. Não é nenhuma crítica à comunicação social. É apenas a minha opinião.

Jà percebi que é favorável à redução do número de deputados. Qual é a justificação para isso?

Desde logo porque há uma base constitucional. Essa é a primeira questão para mim. Os Constituintes foram sábios ao ponto de perceberem que havia um limite base que contemplaria uma certa representatividade. Em segundo lugar que todos os distritos estariam contemplados de forma razoável. Não haveria nenhum distrito que não fossem contemplados em termos de representação no Parlamento. Depois, o funcionamento da Assembleia, em termos das suas comissões, com 180 deputados, seria possível constituírem-se comissões especializadas com um número suficientemente equilibrado e competente para abordar todas essas questões. Hoje as comissões têm, em média, 20-23 deputados, mesmo que se descesse para uma média de 15-17 deputados, é um número razoável. É operacional. E permite que dentro de uma mesma comissão houvesse alguma diversidade. Em termos de representação, do meu ponto de vista um número equilibrado. Depois, em termos de operacionalidade da Assembleia, é difícil com 230 deputados, numa Assembleia como a nossa, que as pessoas tenham espaço para intervir como gostariam. Não há nenhum deputado que não goste de falar. E, muitas vezes nos distritos as pessoas perguntam este deputado que eu elegi não falou. Ou não fala. Não fala porque não há espaço para ele. E eu compreendo muito bem isso. Porque não é possível um Grupo Parlamentar com 100 ou 120 deputados criar espaço, para os tempos que tem no dia a dia, ou por semana, para que todos os deputados falem. Não há tempo. A Direção do Grupo Parlamentar tem que ter a primazia, tem que ter a liderança e depois os assuntos que sejam discutidos pode atribuí-los a um ou dois deputados fora da Direção. Mas mesmo assim, quem tem 100 ou 120 deputados é muito complicado. As pessoas sujeitam-se a passar três, quatro, cinco ou seis meses sem poderem falar. É frustrante. E geralmente as pessoas avaliam o trabalho sobretudo pelo que se faz no Plenário, quando o trabalho mais relevante da Assembleia da República está nas comissões. Porque é lá que é discutida vírgula, ponto a ponto, expressão a expressão, palavra a palavra, seja de iniciativa da oposição, seja dos partidos, seja do Governo. E é aí que se preparam os diplomas para depois serem votados.

Defende maiorias de um só partido?

Sim. Há maior estabilidade e coesão, e permite-nos que as pessoas, chegados ao final desse mandato, estejam em melhores condições de responsabilizar quem cumpriu e quem não cumpriu. Se o país quiser ver, e ou castigar um premiar tem exatamente essa possibilidade. O que não acontece se houver ali uma série de partidos ou um partido de minoria que não governa e que depois se vai desculpar de que queria governar e não o deixaram, ou porque propôs e inviabilizaram, ou porque executaram uma coisa que não queriam porque a maioria da oposição impôs.

Eu acho que é importante que um Governo tenha uma maioria parlamentar, que essa maioria seja coesa, e seja um pilar de sustentabilidade da execução programática do Governo. Naturalmente, que se isso não for possível, deve existir um Governo de maioria parlamentar.

O que pensa da Europa? Devemos caminhar para uma união de Estados Federados?

Eu não sou um especialista em assuntos europeus. Não sou ignorante, nenhum português o é porque somos todos europeus, felizmente. Agora o que eu hoje penso é que a Europa passa por um teste tremendo. Sente-se que a Europa de hoje não tem uma liderança como ocorria há alguns anos atrás. Sou um defensor da Europa sim, mas uma Europa das Nações. Europa sim, mas cada um mantendo as suas especificidades a sua identidade.

Não defende uma Europa de Estados Federados?

Não sou fã dessa solução.

Defenderia a limitação de mandatos também ao nível da Assembleia da República e Parlamento Europeu, como temos já hoje nas Câmaras Municipais?

Eu acho que são duas coisas completamente diferentes. Um coisa é um órgão executivo.

Um deputado pode apresentar projetos lei e votar as leis. Não tem poder executivo como por exemplo como uma Junta de Freguesia, uma Câmara Municipal. E, portanto acho que em termos de limitação de mandatos de um Executivo camarário, até percebo. Porque se possam estabelecer, pela continuação, relações que às vezes possam não ser saudáveis. Um deputado na Assembleia da República, ou Municipal, ou no Parlamento Europeu, acho que são funções completamente distintas. E acho que não deve haver aí qualquer limitação. O participar num órgão executivo ou num órgão deliberativo, essa para mim é que é a diferença. Isso não significa que quem está no Executivo sejam mais ou menos honestas do que quem está no deliberativo.

Acha que continuamos hoje a ter uma verdadeira ideologia de esquerda e de direita?

Eu discordo daqueles que dizem que as ideologias morreram. Sendo verdade que o fenómeno da globalização contribuiu bastante para esbater essas diferenças, especialmente ao nível daquilo a que se chama o espaço da governabilidade, os países de uma economia aberta, de uma economia livre e mesmo nos países com regime fechado não resistiram, nem resistem a ter uma economia livre. Hoje há regimes extremamente austeros, extremamente controlados ideologicamente por um só partido, mas que liberalizaram e abriram a sua economia.

Na verdade se hoje é tudo igual, e essa foi a ideia que se criou, o que é que leva as pessoas a distinguir esta solução da outra. O PSD tem políticas distintas dos outros partidos. O que acontece é que o PS se sentiu na necessidade de se deslocar do seu espaço próprio para invadir aquele que normalmente é o espaço do PSD. O PS não pode dizer que pratica o Estado social, como o primeiro-ministro anda para aí a pregar, como São Francisco, como se de facto isso dependesse dele. Ele só pode ter o Estado social se os seus impostos, os meus e os de 10 milhões de portugueses viabilizarem recursos para a Segurança Social, para o Estado poder garantir essas prestações sociais. O PSD, apesar de ter sido invadido pelo PS, continua a ser o Partido Social Democrata com preocupações sociais e com os pés bem assentes na primazia do funcionamento da economia. O PS abdicou das suas matrizes mais socialistas. É pena que se tenda esbater

essas diferenças o que leva a uma maior confusão para o cidadão e isso não é bom para a democracia.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Muito mal. É um sinal de alarme que os políticos devem ter humildade de interpretar bem. Os políticos e todos os responsáveis. Desde logo a própria comunicação social. Por exemplo: Não é denegrindo a torto e a direito os políticos e as instituições políticas que se ganha a adesão das pessoas. Pelo contrário. Está-se a afastar as pessoas. Não é denegrindo e fazendo dos atos políticos assim, às vezes, processos assim um bocado sinistros que se ganha a confiança das pessoas na Ação e na atividade política. A política é uma atividade extremamente nobre. Pelo menos para mim. Estou nisto há muitos anos e as minhas mãos assim. Sabe o que é isto? E os meus bolsos estão limpos também, felizmente. E é lamentável que às vezes as pessoas têm responsabilidades na feitura da opinião pública não tenham formação, ou não tenham a preocupação de melhorar também a democracia. Não é salpicando-a de lama que a estão a ajudar. Estão-na a afundar. E eu julgo que, naturalmente que os políticos têm que dar o exemplo, devem ser os primeiros a dar o exemplo, mas os políticos são pessoas que resultam da sociedade, com as virtudes e os defeitos da sociedade. Não são pessoas quimicamente puras. Não são pessoas criadas numa proveta. A proveta é a sociedade, com todos os males e bens que possui. São homens e mulheres com todas as realidades que cada um tem. E, portanto, os políticos não estão imunes aos defeitos e à crítica. Cometem erros. Naturalmente que sim. Uns estão mais expostos, ou cometem erros que depois prestam-se a ser depois generalizados. Mas não é justo que, às vezes por um caso, e também essas coisas às vezes cometidas por um político são potenciadas. Se fossem cometidas por outro cidadão comum não têm a mesma visibilidade do que se forem cometidas por um político. É preciso também ter isso em conta. É preciso que se crie uma consciência junto dos principais responsáveis, dos atores políticos e dos operadores em termos de opinião pública, para que nos ponhamos de acordo quanto àquilo que deve ser feito para mobilizar a opinião pública para que, de facto, os cidadãos voltem a acreditar. A política pode ter todos os defeitos mas é por ela que também temos que ajudar a resolver os problemas do nosso país. E eu julgo que não é com a abstenção. Eu discordo literalmente como é que um responsável, o Bastonário da

Ordem dos Advogados, vem apregoar, de forma impune, inimputável, vem apregoar à abstenção. Um senhor daqueles não pode ser Bastonário dos Advogados. Não pode haver um responsável, na minha opinião, que apele, de uma forma que quase que diria irresponsável, para que as pessoas virem as costas à participação democrática, especialmente na situação em que o país se encontra...Exortar as pessoas á demissão democrática, à demissão de participação democrática, eu acho que isso é inqualificável especialmente em determinados responsáveis como é por exemplo o caso do Senhor Bastonário dos Advogados.

Acha ou não que os lugares políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos atores?

Não. Isso aí eu discordo. Eu por acaso estou aqui há muito tempo.

Coloco-lhe a pergunta de outra forma. Acha que há renovação?

Há. Há muita renovação. Eu posso dizer-lhe que por exemplo no Grupo Parlamentar do PSD, dois oitenta e tal deputados, provavelmente, estariam cá da legislatura anterior uns vinte e tal. Se isto não é renovação.

E para a próxima legislatura?

Esta legislatura durou ano e meio. E, é normal, que o presidente do partido, num Grupo Parlamentar anterior que nem foi escolhido por ele. Foi escolhido pela Dr^a. Manuela Ferreira Leite. Mas, pessoas que os deputados são os mesmos que estavam cá nesta legislatura que terminou agora.

Penso que foram conduzidas talvez 70% das pessoas que cá estavam. Estou a dizer talvez. Não tenho a certeza, mas também revela que o Dr. Pedro Passos Coelho, apesar do Grupo Parlamentar último ter sido feito pela Dr^a. Manuela Ferreira Leite, ele não agarrou em listas novas e chutou-as daqui.

ENTREVISTA 4 COM DR AFONSO HENRIQUE FERREIRA

Juiz Desembargador – Tribunal da Relação de Lisboa

11/05/2011



Foto 4 – Dr. Afonso Henrique Ferreira, Tribunal da Relação Lisboa, 11 Maio de 2011

Em que medida é que o Sistema Político Português concorre para a governabilidade, representatividade, proporcionalidade e qualidade da representação?

Eu sou de uma geração em que ainda começou a faculdade, neste caso no ano de 1973, portanto antes do 25 de Abril. E ainda vivi, praticamente até aos meus 17/18 anos, num regime de partido único. Portanto, consigo perceber perfeitamente a diferença qualitativa em termos políticos do regime que depois foi instaurado, após a revolução do 25 de Abril, e digamos que está consagrado com várias reformas, ou revisões para ser mais preciso na Constituição de 1976.

L

Aquilo que eu vejo de positivo é ser um regime democrático. Disso não temos dúvidas. Pode, em muitos casos, não funcionar plenamente, mas é um regime democrático onde há separação de poderes. E nesse aspeto acho que não podemos prescindir, até prova de algum regime melhor do que este, a democracia é o melhor regime onde podemos pelo menos exprimirmo-nos, coletivamente através de eleições, através do voto secreto, elegendo os nossos representantes. De qualquer modo, todos temos também a noção de que, como cidadãos, individualmente, falta ainda percorrer um longo caminho. Que isso também tem a ver com aspetos culturais, com o acesso ao ensino, com a própria consciencialização do que é a cidadania. Acho que durante muito tempo... a pouco e pouco nota-se uma evolução, mas acho que ainda lenta comparando com outras sociedades também democráticas e mais antigas em termos de democracia. Nós ainda damos demasiada importância ao Estado. Achamos que o Estado é que tem que nos resolver os problemas. Ainda falta termos consciência de que somos nós...o Estado tem que nos ajudar. Porque o Estado tem que ajudar toda a gente. Portanto, individualmente, temos que ser nós a esforçarmo-nos e a batermo-nos por objetivos legítimos e lutar pelo nosso bem estar e pela nossa cultura e pela nossa educação e dos filhos e dos familiares. A proporcionalidade, como estou a ser ouvido como um praticante judiciário, um Juiz neste caso com experiência de primeira instância e de Tribunal de recurso, mais concretamente na relação do Porto e de Lisboa, eu devo-lhe dizer, por exemplo, a democracia permitiu também órgãos de gestão dos próprios juizes. Dirigidos aos próprios juizes. Porque a representação política desse órgão até nem é só dos juizes, até nem é maioritariamente dos juizes. Como sabe o Governo da Magistratura Judicial é o Conselho Superior da Magistratura e esse Conselho tem representantes, sete membros designados pela Assembleia da República, por uma maioria de 2/3, sete juizes, que são eleitos por todo o universo dos Juizes, e dois designados pelo Presidente da República. Portanto, temos nove não juizes e oito juizes porque depois o presidente do Conselho da Magistratura é, por inerência, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que é juiz, e neste caso juiz conselheiro. Portanto, temos nove oito. E aí está a legitimidade, digamos política, do próprio Conselho Superior da Magistratura.

Em Espanha, os juizes que fazem parte do órgão equivalente ao Conselho Superior a Magistratura em Portugal, são nomeados pelos próprios partidos. Ou seja, politiza-se a própria designação e a própria nomeação dos juizes. Porque, ou é o PP que maioritariamente que designa, ou é o PSOE.

Eu acho que o facto de quando um Governo muda, mudar toda a estrutura, nomeadamente ao nível da direcções gerais nos tira eficácia.

Acho que a nossa democracia também tem um outro problema em termos de qualidade que é , nós ainda não percebemos que a grande virtude da democracia é também permitir que o sistema se aperfeiçoe. Nós, quando fazemos reformas, é logo quase do sistema todo. Não temos aquela ideia de que isto tem que ser por fases.

Proximidade/afastamento entre eleitor e eleito

Eu, como eleitor, não faço a mínima ideia do deputado que elegi. Acho que isso já é mau. Como vivo na grande Lisboa. Nesse aspeto o sistema podia ser aperfeiçoado. Acho que era bom haver um escrutínio do próprio deputado. Acho que os deputados podiam fazer-se conhecer. Nós percebermos bem qual é o curriculum, porque é que se candidatam. Tudo se resume a ser designado, ou não, pelo partido em que ele está inserido.

Optaria não por listas fechadas e bloqueadas, mas por um sistema que permitisse optar entre candidatos?

Sim. Eu pessoalmente preferia que fosse assim porque uma das coisas que nós nos queixamos e que tem a ver com a experiência. Não tem a ver com nenhuma crítica à priori, tem a ver com a circunstância de nós dizermos eu não sei quem é que elegemos. E, todos em geral, nos queixarmos da falta de qualidade, em termos de curriculum. Tanto nos aparecesse alguém a falar em nome da Assembleia da República, com ideias claras e estruturadas, como nos aparece uma pessoa que a gente diz que não percebeu nada.

Acha que não se consegue mesmo governar?

Aquilo que eu ouço é que não se consegue governar porque não se tem a maioria absoluta, ou porque há corporações. Olhe, eu da experiência que tenho como líder associativo, que acho que é uma das maneiras que temos para contribuirmos para uma maior qualidade da democracia, quando o fui em representação dos colegas, aquilo que

eu achava é que há uma grande dificuldade, não é em governar, é em saber governar. Mesmo em situações e locais concretos há várias maneiras de governar.

Optaria por um sistema alternativo ao semipresidencialismo. Presidencialismo ou Parlamentarismo?

Eu punha a dúvida assim. Vamos olhar para a nossa história. Aquilo que li e ouvi sobre os nossos sistemas políticos, acho que o Parlamentarismo, que foi a I República, não foi digamos muito eficaz, em termos de governabilidade. Depois há o Estado Novo, de partido único. Agora, chamemos-lhe uma segunda República, um Estado de Direito, onde eu noto algumas deficiências como cidadão é o do facto do Parlamento ser um pouco minorizado. Mas tínhamos que ir atrás à qualidade dos deputados. Acho que depois isto é em cadeia. O facto do deputado ser lá colocado pelo partido, depois também obedece, não a quem o elegeu, mas a quem o designou.

O caminho é dar mais dignidade ao deputado, e mais exigência, e ser a democracia como ela é encarada verdadeiramente. Ou seja, Povo, representante do povo e depois o Governo poder responder perante o Parlamento. Será isto um Parlamentarismo muito forte. Eu acho que valorizar o Parlamento é valorizar a democracia. A ter que valorizar, valorizava o Parlamentarismo, mas na perspetiva que lhe disse. Porque eu acho que o Presidente é eleito por todos, mas depois não tem poderes que justifiquem a eleição direta.

O que é que considera um bom político?

Eu acho que o bom político tem que ter, para se candidatar a político, neste caso a uma eleição, tem que ter ideias sobre as áreas onde quer intervir. Tem que ser uma pessoa extremamente capaz dentro da área onde vai intervir. Porque, eu acho que a nobreza da política, está em poder melhorar as áreas em que as pessoas intervêm.

Uma boa qualidade para um bom político?

As ideias estarem bem definidas e ele ter capacidade para as por em prática.

O político tem que conseguir materializar ideias.

O que entende por poder?

Para mim numa democracia o poder só se justifica se for exercido legitimamente e se corresponder na concretização.

Acha a atividade política uma profissão ou uma ocupação?

Profissão para mim nunca achei que fosse. Profissão tenho eu, tem o Dr., tem a minha colega. Isto é uma profissão. Somos preparados para uma determinada área, para um determinado desempenho. A política é, como lhe disse, muito nobre mas tem a ver com um desígnio coletivo. É mais do que ocupação e mais do que profissão. Porque no fundo é mais um poder em representação do coletivo. As pessoas perdem muito o sentido de que estão em representação de outros não está propriamente numa ocupação nem numa profissão. Até se chama mandato. Um mandato, em termos jurídicos, significa que está a trabalhar em nome de...ou está a fazer um trabalho em nome de...

Acha que os partidos políticos hoje estão mais fechados? O que acha que deveria mudar nos partidos?

Aquilo que me choca como cidadão foi aquilo que lhe disse. Acho que os partidos se cingiram a um desempenho muito primário que é o poder. Ou seja, quando são eleitos acham que têm o poder e esgota-se aí o mandato. E não. Têm é um mandato e ainda têm que executar o mandato que lhes foi dado. E, depois acho que a tal transparência, representatividade, acho que eles não conseguem responder ainda a essas perguntas que me pôs. Que é como se designa o deputado, como se designa o dirigente. Nunca prescindir da ética em todos esses cargos. Porque a política não se justifica só por si. Os valores têm que estar sempre subjacentes a qualquer...

Defende o monopólio na escolha e apresentação de candidatos pelos partidos políticos?

A nível nacional eu vejo que é difícil. Uma eleição por exemplo para o Parlamento acho que a transparência nascia da qualidade das designações, da não dependência em relação às chamadas direções, mas acho que a nível autárquico o votar em pessoas já seria possível. Num Município conhecemos as pessoas. É diferente de uma eleição a nível nacional.

Acha que a Assembleia da República tem feito bem a sua função fiscalizadora?

Muito pouca. Acho que o Parlamento ainda tem um longo caminho para percorrer.

Hoje o Parlamento devia ser o legislador e não é. O que é que acontece, normalmente. Pedem autorização legislativa ao Parlamento e depois nos gabinetes ministeriais fazem o projeto de lei. Depois, vai para as comissões já desenhado. Eu acho que todos nós, como cidadãos, ganhávamos se essa discussão fosse feita a nível do Parlamento. Ai está uma função nobre (legislador) que eu acho que o Parlamento normalmente delega. Não é normalmente o Parlamento a discutir e a aprofundar as questões.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Acho excessivo. Pelo que todos sabemos optaram pelo máximo. Eu já vi em ambos os partidos da área do poder, sensibilidades internas a defender menos deputados. E, eu acho que isso tem a ver com a dimensão do país e com a própria eficácia do Parlamento.

Defende maiorias de um só partido?

Não. Eu acho que a democracia justifica-se precisamente por ser, através de eleições, a expressão do querer coletivo. E acho que as pessoas têm que governar com aquilo que o povo indica. E acho que aí temos que aprender a fazer isso. Porque é que há-de ter maioria absoluta, na minha opinião. Já tivemos experiências dessas. Pergunto-me como cidadão: se calhar se houver uma auditoria externa aos Governos será que foram os melhores Governos? Mas noutros países governa-se em coligação há anos e as

peças entendem-se. Tem que se ceder. E ceder não significa ceder a interesses. Eu defendo responsabilidade. Há falta de exercício democrático efetivo. Aquela ideia muito primária ainda de que nós é que fomos eleitos, nós é que mandamos. Mas fomos eleitos em que circunstâncias? Agora parece que se ninguém tiver a maioria absoluta já é outro caos. Mas, porque é que há-de ser outro caos? Então mas não há depois o interesse do país? Não há possibilidade das pessoas discutirem um programa de Governo com incidência parlamentar no essencial? Porque depois vão esticar a corda e ver se a Assembleia cair quem beneficia mais.

O que pensa da União Europeia?

Foi uma desilusão para mim. O exemplo, infelizmente, até com Portugal.

Será uma solução a prazo?

Eu não achava. Agora estou muito cético, por causa do nosso país. E não vou ser egoísta. Também por causa do que vi com a Grécia, com a Irlanda. O problema é este. A verdadeira união que eu pensava, e que só teve sentido porque houve duas guerras mundiais, acho que a Europa chegou ao ponto de pensar numa União Europeia fundamentalmente porque? Porque teve duas guerras mundiais, em que o epicentro foi aqui. Acho que isso nos devia levar para sermos muito generosos. Depois da guerra ter devastado a Europa, as pessoas pensaram em criar um sistema em que isso não se voltasse a repetir. Mas, eu pensei que não ficássemos só pelas questões económicas. A ideia é alargar a um entendimento no sentido de, para evitar desigualdades, os países mais ricos têm que ajudar os países mais pobres e com mais dificuldades e depois criar um sistema equilibrado, para evitar as tais convulsões sociais. Eu agora fiquei desiludido. Tudo se resume a questões económicas. Ninguém prescinde do seu lucro.

Uma verdadeira união política não penalizava o povo. Não foi você, não fui eu, nem foi a minha colega que contribuímos um centavo para este descalabro. Toda a gente sabe como é que isto aconteceu. Interna e externamente. Eu gostava era que quando um Governo nacional falha, a União dissesse assim: isto falhou, mas falhou porquê? Não é penalizar toda a gente. Ai o que é que me interessa a União?

Iremos avançar para uma solução de Federação de Estados?

Eu neste momento já não sei se vale a pena avançar para a Federação de Estados. Eu acho que primeiro teria que haver efetivamente uma União solidária. Em que houvesse solidariedade. Ontem mesmo soubemos que vamos pagar 30 mil milhões pelos 78 mil milhões que nos vão emprestar. Então tira-se lucro com a ajuda? Não se pode emprestar dinheiro sem se responsabilizar. Isso é outra história.

Já temos limitação de mandatos nas Câmaras Municipais. Defenderia uma solução que limitasse também os mandatos à Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Eu por acaso quanto à limitação de mandatos, eu tenho a experiência como juiz, que me diz o seguinte: Nós não somos eleitos diretamente, a nossa legitimação decorre da própria Constituição e do nosso estatuto. Ao contrário do que as pessoas dizem, nós não temos um poder absoluto. Pelo contrário. Nós temos um poder escrutinado de outra maneira. A diferença é só essa. Nós somos escrutinados através do recurso, o nosso comportamento pessoal e profissional através de qualquer queixa que qualquer cidadão pode fazer ao Conselho Superior da Magistratura, temos inspeções. Nós somos escrutinados. As pessoas dizem que os juízes não são eleitos. Mas, se forem eleitos já vêm com o pecado original. É por isso que os juízes não são eleitos. Não é para lhes retirar legitimidade. É o contrário. É para lhes dar legitimidade. Quando eu e a minha colega entramos na Magistratura havia o sexénio. Os juízes não podiam estar mais de seis anos na mesma Comarca. E, acabaram. Mas, acabaram por razões que tinham a ver com o facto de o juiz obrigatoriamente tinha que sair da Comarca e o nosso estatuto não é aí, realmente, que vai ganhar a independência. Não é por o juiz estar lá. É pelo seu desempenho, e pelo escrutínio que é feito da sua função através daqueles meios que eu lhe disse. Na política é diferente. Aí sim. O escrutínio é feito na outra eleição. Eu percebo a razão de ser do limite. É precisamente para depois não haver todos aqueles problemas que nós afloramos. A democracia, como é óbvio, também permite o mau desempenho. Se a pessoa for eleita e a seguir disser o contrário do que defendia e começar a criar uma espécie de oligarquia, na zona do seu poder, claro que depois

também é difícil o cidadão lutar com o poder instalado. É nesse sentido só que eu acho que deve ser limitado.

Limitaria à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu?

Dois mandatos por exemplo.

Acha que continuamos hoje a ter uma verdadeira ideologia de esquerda, direita e centro?

Eu como cidadão português aquilo que eu noto é que mais do que ideologias hoje...as ideologias esbateram-se muito. Eu discutia mais quando era estudante. Em 1973/74/75. Aí é que se discutia mesmo ideologia. Hoje que se discute, fundamentalmente, é modelos de sociedade. Hoje discute-se é se a sociedade podia funcionar melhor ou não. E, nesse aspeto eu acho que hoje as pessoas o que querem é que a sociedade funcione. Neste caso é que não haja estas taxas de desemprego. Que as pessoas não sintam esta insegurança no trabalho. Acho que hoje a discussão, mais do que ideológica está a nível do modelo e organização.

Como interpreta a abstenção?

Tem a ver com tudo isto que temos falado. Tem a ver com o facto das pessoas depois não se verem representadas. Acharem que não adiantam nada em votar. Nesse sentido de que acham que votar não vai ajudar a modificar. Acham que não estão a influenciar e que não são ouvidas.

Acha que os lugares políticos são ocupados quase sempre pelos mesmos atores?

A ideia que eu tenho é a ideia do cidadão comum. Nós notamos é que muitos bons valores da sociedade não vão para a política. E, se calhar, a política está-se a esgotar, no sentido de também se esvaziar. São sempre os mesmos neste sentido: as pessoas que se dedicam profissionalmente. Ou seja, nós vemos que há pessoas que já foram secretários de Estado, já foram deputados, já foram presidentes de Câmara, já foram ministros. Depois, começamos a ver as mesmas caras porque não há renovação.

ENTREVISTA 5 ENGº ÁLVARO BARRETO

Ex- Ministro

11/05/2011



Foto 5 - Engº Álvaro Barreto, no SEMAPA, após entrevista dia 11 de Maio de 2011

Como acha que o Sistema Político Português responde a questões como a representatividade, proporcionalidade e governabilidade e qualidade dos actores?

Ai os problemas são vários. Faz-me uma pergunta que tem várias componentes.

A governabilidade. Eu sempre achei que o regime de total proporcionalidade, que caracteriza o nosso sistema eleitoral, embora possa ser o sistema mais justo na representação das diversas pessoas que vão votar, não tem a tendência de criar Governos maioritários. Como tem, por exemplo, o sistema inglês. Ainda recentemente quiseram alterá-lo e chumbou o referendo que permitiria uma maior proporcionalidade. Mas, eu estou convencido que era possível arranjar um sistema de representação, em que não pondo em causa uma certa proporcionalidade, desse condições que pudessem, com mais facilidade, fazerem-se Governos com maioria absoluta.

E como acha que seria possível?

Haver por exemplo um círculo nacional e depois haver círculos regionais, uninominais. Penso que era possível e desejável que se tirasse ao nosso sistema eleitoral o sistema de total proporcionalidade, que só muito dificilmente, é que se têm maiorias absolutas. Nós já tivemos nos últimos anos maiorias absolutas com o Prof. Cavaco Silva, depois tivemos recentemente uma maioria absoluta com o Eng^o. José Sócrates, mas são casos excepcionais. O nosso sistema político não está virado para criar Governos maioritários. E eu penso que isso era importante que se fizesse. E, para mais em momentos como o que estamos a viver, era muito importante que houvesse um partido que dominasse a cena política e que pudesse introduzir o seu programa de Governo sem ter compromissos excessivos. Eu não estou a dizer com isso, especialmente na atual situação, que mesmo que um dos partidos tivesse maioria absoluta, eu sou partidário que mesmo assim, devia fazer coligação com outros partidos. Porque estamos numa situação de praticamente insolvência, a verdade é esta. As pessoas não tem querido encarar isto, ou pelo menos o senhor primeiro-ministro tem evitado usar esta terminologia, mas a nossa situação é realmente de insolvência. E as medidas que é preciso tomar são medidas muito duras, que vão afetar muito os portugueses, em especial a classe média. Ainda no outro dia estava a falar com alguns amigos meus, nós os mais antigos, aqueles que já têm as suas reformas ou que têm a sua vida estabelecida, todos vamos ser afetados, mas não vamos ser tão afetados como aqueles que estão nos 40 ou 50 anos, que têm crianças e filhos a estudar e que costumavam reduzir os custos com a educação nos seus impostos, têm problemas de saúde que conseguiam deduzir e têm problemas de compra de casa que também podiam deduzir, isso tudo vai acabar. E, portanto, isto são medidas muito duras e que vai, certamente, criar uma certa reação social e onde era importante e indispensável que houvesse uma maioria consolidada, independentemente de haver um partido que fosse claramente o principal partido do Governo.

Em relação à qualidade das pessoas que hoje participam na vida política. Eu aí como estive quase 30 anos envolvido na vida política, assisti a uma degradação muito grande na qualidade que veio sendo gradual. Na altura, em 1978 quando entrei no Governo, os que entramos eramos pessoas que já tínhamos dado provas na vida real. Eu,

por exemplo sai da Setnave. O Dr. Morais Leitão era já um dos melhores advogados, saiu para o Governo. O Dr. Francisco Balsemão já era o detentor do grupo Impresa, o Prof. Freitas do Amaral. Enfim, nós nessa altura digamos que foi um conjunto de pessoas que já tinham dado provas na vida. Conheciam o funcionamento do país e entramos nessa altura, como reação ao 25 de Abril e o perigo de destruição do nosso país nos anos a seguir ao 25 de Abril.

A filosofia do interesse nacional foi-se degradando. Eu próprio trabalhei com seis primeiros-ministros e assisti à evolução do nível das pessoas e cada vez mais as pessoas foram estando desiludidas da vida política e passaram cada vez mais as pessoas, com todo o seu direito, que tinham escolhido a vida política como sua profissão. Eu não pretendo com isso ser depreciativo. São os Jotas. Das JS, das JSD, da Juventude Democrata Cristã. De todos os partidos. São os Jotas que vêm para o poder. São pessoas que talvez, enfim, que viveram toda a sua vida na política, mas que não conhecem o país real. Não conhecem o que dirigir, muitas vezes, pessoas. E, portanto, não há dúvida nenhuma que houve claramente uma degradação grande na qualidade das pessoas. E hoje quando eu olho, por exemplo, para o partido que é o meu e vejo as pessoas que estão à frente do partido, enfim, eu sou amigo de todos, são todas pessoas bem-intencionadas, mas não encontro lá ninguém que tenha exercido na sua vida profissional responsabilidades que me dê garantias e que conhecem realmente os verdadeiros problemas do país. Isso é para mim preocupante. Mas também, por exemplo, os meus filhos, que podiam seguir o exemplo do pai, que dedicou 30 anos da sua vida à política e pura e simplesmente a única coisa que fazem é votar. E mesmo assim eu suspeito que de vez em quando nem sequer isso fazem. Açam que não vale a pena, porque não acreditam nas pessoas, têm as suas preocupações, não para mudar a sua vida e para se sacrificarem.

Acha que este sistema aproxima suficientemente o eleitor do eleito?

Pois não. Não aproxima. Eu que andei lá 30 anos não sei hoje quem são os deputados. Sabia do Parlamento anterior, porque ainda os conhecia e estava lá a Dr^a. Manuela Ferreira Leite, estava lá o António Capucho, estava lá o Pacheco Pereira. Sabia quem eram as pessoas que tinham sido eleitas como minhas representantes. Na próxima eleição de 5 de Junho, sinceramente não sei sinceramente quem são os deputados que

me vão representar. E por isso, muitas vezes, se tem apresentado a solução dos círculos uninominais em que não há dúvida nenhuma que liga muito a pessoa. Mas, também eu não sou muito adepto dos uninominais porque isso também cria dificuldades à governabilidade do país.

Os círculos uninominais, a nossa experiência da Primeira República, não foi boa. Tinha que se arranjar um sistema que permitisse criar Governos maioritários com mais facilidade e ao mesmo tempo dar mais representação e que ao mesmo tempo não fosse nem totalmente uninominal nem totalmente proporcional como é o atual.

Questão das listas fechadas e bloqueadas ou listas que permitam a escolha, dentro de um partido, do candidato da preferência do eleitor.

Pois, penso que isso dava, não lhe sei dizer, nunca pensei nisso seriamente e qual seria a consequência de uma coisa dessas, mas dava pelo menos à pessoa possibilidade de escolher alguém que lhe desse mais confiança. Não me chocava uma solução desse tipo.

Haverá mesmo falta de governabilidade, ou às vezes não haverá é falta de diálogo?

Nós tivemos Governos de maioria absoluta que não introduziram as reformas todas que era preciso que o país fizesse. E eu pertenci a alguns desses Governos.

Há pessoas que reclamam muito o diálogo mas com não vale a pena muito dialogar, embora se tenha que dialogar. Porque nós por exemplo sabemos que a CGTP, pr mais diálogo que haja com a CGTP, eu várias vezes tentei dialogar com a CGTP e com o Carvalho da Silva em vários assuntos, sempre correu a nível pessoal muito bem, mas chegava ao fim e as decisões da CGTP já estavam tomadas à partida. O diálogo nunca deu para muito. A não ser para que eles não se pudessem queixar de não haver diálogo.

Por isso é que eu vejo, no atual cenário, com preocupação, se a solução que vier a sair das próximas eleições, não incluir o PS.

Mas o líder do PSD veio dizer que não governa com o PS

Mas eu não posso estar de acordo com tudo o que o líder do meu partido diz. Até porque a minha experiência de três anos de Governo de bloco central, foi com o PS, e funcionou muito bem. Na altura era preciso introduzir todo um conjunto de medidas muito complicadas. Congelamentos de 13º mês, subidas de impostos, etc, e o facto de ter sido assumido pelos dois principais partidos do país, amorteceu imenso a reação que iria dar. Mas, como lhe disse, foi um Governo – ainda no outro dia disse isso ao Dr. Passos Coelho – há sempre ideia que o bloco central é uma solução que não funciona, eu disse-lhe, a minha experiência pessoal funcionou lindamente. Eu liberalizei, naqueles dois anos e meio. Acabei com os organismos de coordenação económica, acabei com o regime de preços, acabei os BRI, fiz a liberalização total da parte económica com a total concordância do PS e que funcionou lindamente. E se depois esse Governo caiu não foi por razões de discordância de políticas. Foi por razões de o PSD ter entendido que não deveria apoiar o Dr. Mário Soares para Presidente da República. Isso é que deu a quebra. De resto, nós lá dentro entendemo-nos sempre lindissimamente. E tivemos sempre um primeiro-ministro que delegava totalmente as decisões que tivessem a ver com dinheiros e orçamento no seu ministro das finanças. Tínhamos um ministro das finanças de grande categoria que era o Prof. Hernâni Lopes. E nós tivemos sempre um espírito de equipa enorme e sempre com o princípio da defesa do país.

Neste momento deixar o PS na oposição, vai tornar extraordinariamente difícil a governabilidade do país. E, portanto, eu sou muito partidário de que deveria haver uma coligação, possivelmente os três partidos da área do Governo. Porque a nossa situação é muito complicada. Estamos praticamente em situação de insolvência. E insolvência é voltar outra vez a 1892, em que se deixou de pagar aos funcionários públicos, de pagar pensões, deixou de se pagar tudo. E nós tivemos muito perto dessa situação.

Eu espero, até com influência do Senhor Presidente da República, seja possível que se ganhe juízo na área política e se venha a fazer uma coligação que envolva o PS. Com o Engº. José Sócrates eu já não sei, porque eu conheço-o também muito bem e reconheço que tendo sido primeiro-ministro durante seis anos, participar numa coligação, porque ele é uma pessoa eu quero, posso e mando, e portanto é difícil. E portanto comparo com o Dr. Mário Soares. Muita gente não gosta do Dr. Mário Soares, mas ele foi um grande primeiro-ministro. Foi um homem que assumiu o interesse nacional e que delegou nos elementos, nomeadamente em mim e que sempre me apoiou

nas reformas. Não estou a ver o Eng^o. José Sócrates a ter uma posição análoga àquela que teve o Dr. Mário Soares.

Mas, o PS tem pessoas capazes de assumir posições iguais às do Dr. Mário Soares. E, eu conheço vários. Desde o Dr. Jaime Gama, ao Dr. António Vitorino, ao António José Seguro. O próprio Ferro Rodrigues. É uma pessoa que lhe puseram um carimbo de esquerda, mas que é um homem conciliador e capaz.

Mudaria este sistema semipresidencialista para um sistema presidencialista ou parlamentarista?

Eu tenho visto muita gente defender um sistema presidencialista. Eu não sei, sinceramente, se funcionaria muito melhor do que o que temos atualmente, porque o Presidente da República precisa dos partidos políticos para funcionar.

Para mim o que é importante, na realidade, é encontrar o espírito de solidariedade entre os diversos partidos e de consciência de que se as pessoas não colaborarem entre si a gente não vai a sítio nenhum.

Como acha que tem evoluído a democracia?

É evidente que é um país onde toda a gente pode dizer o que quer. Mas, evidente que a verdadeira democracia das pessoas fazerem valer as suas opiniões na vida do país, tenho visto que o país está muito ocupado pelos partidos políticos e digamos que as preocupações das pessoas digamos que nunca chegam cá acima. É difícil. E, por acaso tive uma experiência que foi para mim muito importante quando estive no Ministério da Agricultura eu, como regra, saía um dia por semana. Sem televisões, sem jornais, sem ninguém. Avisava a Direção Regional para onde ia. Falava com os agricultores e isso foi-me extraordinariamente útil. Foi a maneira que eu encontrei de muitas vezes saber da existência de problemas que eu aqui em Lisboa, no Terreiro do Paço nunca me cá chegavam.

O regime democrático é o regime do poder do povo. Eu não vejo que o povo hoje tenha muita...o povo vota e depois mais ninguém quer saber do povo até à próxima votação. Isto é a por as coisas cruamente, mas a verdade é essa.

Como vê hoje a qualidade e credibilidade da classe política? O que acha que precisa mudar nesta classe política?

Esta camada que entramos na política em 1978/1979 fomos muito por patriotismo, carolice, que hoje não vejo, e falo nos meus próprios filhos, não estou a acusar os outros.

Vejo, neste momento há uma pessoa que está a colaborar politicamente, que é o Dr. Eduardo Catroga, que é uma pessoa que tem a sua vida completamente estabelecida. Está lindissimamente estabelecido na vida e que abandonou tudo, praticamente, para se dedicar a isso.

O que é que será preciso fazer? Eu não sou muito partidário de que sejam os salários. Há um fator muito negativo, que é a devassa que se faz da vida pessoal das pessoas, que não havia no meu tempo. Hoje a pessoa vai para a política e vai-se, inclusive, investigar tudo. E, sabe que há pessoas que não estão disponíveis para fazer isso. Mas, sinceramente, tenho pensado muitas vezes nisso, como é que se poderia atrair pessoas mais válidas, mas os próprios partidos em si, as direções do partidos, que hoje todos vindos das Jotas, também não lhes interessa muito ter pessoas que tenham mais experiência que eles, ou que tenham mais conhecimento que eles. Há ali uma questão de medo. Não sei. Nós quando fomos, os líderes políticos eram o Dr. Sá Carneiro, era o Prof. Freitas do Amaral, era o Dr. Mário Soares. Eram pessoas respeitadíssimas. Hoje os líderes políticos não merecem o respeito do país que há 30 anos os nossos líderes políticos mereciam. Um José Sócrates, ou um Pedro Passos Coelho, o Portas, enfim, como já lá está há muito tempo, mas apesar de tudo o Portas também tem uma data de coisas do passado que lhe deixaram um rasto que não é muito positivo às vezes. Eu pareceu-me que a classe dirigente dos anos 70/80 tinha uma dimensão... eu ser ministro do Dr. Mário Soares foi para mim uma grande honra, do primeiro-ministro Sá Carneiro ainda maior. Há muita gente que criticou eu ter aceitado ser ministro do Dr. Santana Lopes. Mas, eu sou amigo do Dr. Santana Lopes. O Dr. Santana Lopes era assessor do Dr. Sá Carneiro nos anos 80. Nós vivemos ali uma experiência emocional e traumática, com a morte do Dr. Sá Carneiro, que ligou muito aquelas pessoas que andavam ali à volta dele. Por isso eu fiquei sempre muito amigo do Dr. Santana Lopes. Eu sei que muitos dos meus amigos não perceberam como é que eu, com a experiência que tinha, o curriculum que tinha, inclusive na área empresarial aceitava ser ministro do Dr. Santana

Lopes. Mas, eu fui porque criei com ele uma grande amizade, embora também reconheça que tava dentro deste padrão de pessoas que já não têm o mesmo nível político que tiveram o Sá Carneiro, ou o Freitas do Amaral, ou o Amaro da Costa. Eu costumo dizer muitas vezes, com muito choque lá da minha gente do PSD, que o Engº. Amaro da Costa terá feito tanta ou mais falta ao país que o Dr. Sá Carneiro. O Engº. Amaro da Costa era um homem notável. O CDS era ele. E ele era uma pessoa de uma inteligência e de uma visão perfeitamente fora de série. Homens com essa categoria, hoje já não estão a dirigir os partidos políticos. E, portanto, é difícil essa gente atrair pessoas que tenham determinado curriculum ou que já tenham experiência.

O que considera um bom político?

Acima de tudo tem que ser um patriota. Que ponha os interesses do país acima dos interesses do partido. Eu vou-lhe também dizer uma coisa que tive sempre grandes dificuldades dentro do partido. Eu nunca escolhi ninguém, nem para empresas públicas, nem para as Direções Gerais dos meus ministérios pela cor política. As pessoas, ou serviam e eram competentes, e mereciam a minha confiança, ou não mereciam. E isso causou-me sempre algumas dificuldades no meu partido que não percebia como é que eu nomeava pessoas para as empresas públicas que não eram do PSD. E isso porque eu sempre exerci as minhas funções tendo em vista o interesse nacional. Eu digo-lhe uma coisa, eu abandonei... graças a Deus tinha fortuna própria, estava numa situação que não posso comparar com outras pessoas. Não precisava, nunca precisei, porque devido à sorte que tive na minha vida, de ter nascido com pais que tinham bens, não me fez grande diferença estar 30 anos sem ganhar o que ganhava antes. E, hoje um político ganha miseravelmente comparado com o que se ganha cá fora. Mas, acima de tudo, eu sempre tive em visão o que é que era melhor para o meu país. E nunca o que é que era melhor para o meu partido. E às vezes pode haver um certo conflito porque pode não beneficiar o partido numa determinada zona, mas beneficiar o país. Eu penso que isso é essencial. Eu não ponho em dúvida o patriotismo de todos os que estão na política. Mas, muitas vezes, há ali uma influência dos interesses partidários, que não digo que se sobreponha mas que faz com que o interesse patriótico não seja tão fundamental como deveria ser.

Qual seria a principal qualidade que indicaria para um bom político?

Bom senso...Tive sempre muita gente inteligente a trabalhar comigo, mas aquilo que eu mais apreciava não eram as pessoas inteligentes, muito inteligentes, mas insensatas. E, na política é fundamental uma pessoa ter sensatez. Ver quais são os interesses que estão em jogo. Muitas vezes as melhores soluções, não são as soluções possíveis. Eu costumo sempre dizer a uma pessoa de quem também sou amigo, que é o Henrique Medina Carreira, que faz os programas, eu digo sempre que o teu diagnóstico está certíssimo. Agora, como é que isso se faz na prática? E às vezes a gente sabe como é que se deve fazer mas não é possível fazer. Eu não ganho nada em dizer que estou a tomar uma medida certa se ela depois não passa porque tem um conjunto de objeções. Isso passa muito pelo diálogo.

O que entende por política?

Eu devo dizer o seguinte. Na minha vida empresarial foi sempre de grande negociação. Na Lisnave onde 60 das Comissões de trabalhadores era comunista, ou uma Setnave onde 60% eram da UDP. A minha vida como gestor, além das decisões de carácter técnico, passava muito por uma negociação constante. Portanto, eu vivi a negociar. A minha vida foi sempre a negociar. Aliás, tenho muito orgulho de que a revista Times, do dia 15 de Maio de 1975, fez um artigo sobre a Lisnave, que era uma empresa com 10 mil trabalhadores, onde não tinha havido greves. Porque eu fiz um acordo com a comissão de trabalhadores, escrito e assinado... eu toda a minha vida negocieei e gostei de negociar. E, portanto, a minha entrada na política olhe que foi um pouco a mesma coisa. Eu passei a minha vida na política a negociar. O Lino de Carvalho, que era um dos meus principais adversários políticos, a gente insultava-se no Parlamento, mas fora do Parlamento respeitei-o sempre. E sempre tive com ele uma relação humana e mesmo na fase final da vida dele, em que esteve doente, tentei ajudá-lo e ele também foi sempre muito leal comigo. Eu penso que um político tem que ser patriótico. As pessoas para serem políticos têm que gostar do poder. Eu não foi o poder o fator mais dinamizador da minha entrada política, mas ter poder sempre foi uma coisa que gostei. Tenho a sensação que ao longo dos meus 55 anos de trabalho nunca usei mal o poder que me deram.

Acha que hoje os políticos usam mal o poder?

Eu acho que sim. Em muitos casos sim.

Acha que a política é uma profissão ou uma ocupação?

Eu acho que devia ser uma ocupação, como é por exemplo nos EUA, mas eu vejo que por exemplo na Europa, é uma profissão. Aqui hoje é praticamente uma profissão. Vou-lhe dar um exemplo, que até é ótimo, o Carlos Coelho é um exemplo que lhe dou com prazer porque é um rapaz que nunca fez mais nada na vida se não política e que é um ótimo político, na minha opinião. É Eurodeputado neste momento. O próprio Luís Marques Mendes é um rapaz que só fez política na sua vida. Agora está a fazer qualquer coisa empresarial...esses sempre foi para eles a profissão. Para mim foi sempre uma ocupação.

Olhando para Portugal hoje acha que é profissão ou ocupação?

É. É profissão. Para mim não seria, mas eles fazem. O que é que o Pedro Passos Coelho, tirando esta passagem, agora ultimamente por algumas empresas, o que é que ele fez na sua vida se não política? Hoje é uma profissão. E eu acho que isso é um inconveniente. Mas, a realidade é essa. E se você for a Inglaterra e a França e mesmo aqui em Espanha hoje é cada vez mais uma profissão.

Há uma coisa extraordinária, eu se for hoje ao novo Parlamento...antigamente eu ia ao Parlamento e havia lá pessoas desde o Guilherme Oliveira Martins, ao João Cravinho, que eu sabia o que é que eles tinham feito na vida. Além de serem políticos, tinham feito outras coisas. Eu hoje se for aos nossos deputados eu não sei o que é que eles fizeram na vida. Eles têm feito a sua vida na política. Eu não digo isto com carácter depreciativo. Foi uma opção que eles fizeram. Eu também, no meu tempo, a juventude não havia essa opção. Não havia democracia plena. Eu devo dizer-lhe que quando o Dr. Cavaco Silva saiu eu fui muito desafiado para me candidatar à Presidência do PSD. E eu recusei. E eu usei sempre uma ideia que o Dr. Mário Soares me disse: Ó senhor Engº., não se meta a sério na política se não gosta suficientemente da política para fazer

dela a sua verdadeira profissão. Disse-me o Dr. Mário Soares muitas vezes. E foi isso que ponderou. Eu nunca quis ser político profissional. Aliás, eu tenho sempre uma frase que já disse aí muitas vezes e já dei muitas entrevistas, quando do Dr. Sá Carneiro, em que eu estava a despacho com ele e ele perguntou-me uma opinião e eu disse: Ó Francisco, eu que não sou político acho não sei que... e ele virou-se para mim e disse – você nunca mais repete à minha frente que não é político. Porque se você não é político, então não pode ser ministro do meu Governo. E, eu engoli aquilo e nunca mais disse. Mas, na realidade, no meu subconsciente, eu nunca me considerei um político.

No outro dia fui fazer ali uma conferência na Universidade e no final fizeram-me a pergunta: O senhor Engº. Esteve 30 anos envolvido na política, o que é que se considera? Qual é a imagem que tem de si próprio? E eu disse que já tinha feito essa pergunta a mim mesmo e eu quero-me considerar um gestor profissional com jeito para a política.

O que acha da Lei da paridade? Acha que veio melhorar a qualidade da representação?

Sou contra. Vamos lá ver. Não sou contra as mulheres na vida política e na vida empresarial. E trabalhei com muitas mulheres que fiquei bastante admirador delas. Mas, acho que a obrigatoriedade só para se dizer que não há discriminação de sexo acho que é um erro terrível porque muitas vezes, se calhar, está-se a impor um conjunto de pessoas que não têm as qualidades para exercer a função, só porque é mulher. E isso, eu sou contra. As pessoas mais válidas que eu trabalhei na minha vida foram senhoras. Eu acho a Lei da paridade depreciativa para as mulheres. Isto é a dizer às mulheres que elas não têm qualidade suficiente para ascenderem aos lugares e têm que ser impostas administrativamente.

Acha que hoje os partidos políticos estão mais fechados à sociedade? O que acha que poderiam fazer para isto ser melhorado?

Pois..eu acho que eles estão cada vez mais afastados da população e dos votantes. O que eles podiam fazer era ter realmente uma preocupação, fora dos períodos eleitorais, de dialogarem com as pessoas, ouvirem os seus problemas. Os ministros e os

membros do Governo e os Parlamentares deviam ser obrigados a terem reuniões nos seus círculos, independentemente de ser uninominal ou plurinominal, para ouvir as pessoas. Devia haver da parte dos partidos políticos que os seus membros – deputados, membros do Governo – tivessem uma real interação com as pessoas que estão a representar. Nunca isso me foi pedido a mim. Inclusive, eu fiz isso muito como ministro da agricultura, porque era uma área que eu conhecia pouco e, portanto, tinha que me por a par dos assuntos. Mas, como deputado, nunca na minha vida me passou ir para a Penha de França ou ir não sei para onde falar com as pessoas. Eu era deputado por Lisboa. Como depois de ser eleito por Beja nunca mais voltei a Beja. Voltei lá porque era ministro, e ia lá como ministro e falava com as pessoas como ministro. Agora, nunca vi que houvesse dos partidos políticos uma preocupação de fazer os deputados funcionassem como se fossem uninominais. Os deputados de Castelo Branco deveriam ser os representantes do seu distrito. Deviam ser obrigados a ir pelo menos uma vez por mês ao seu distrito falar com as pessoas. Ouvir as pessoas, saber quais são os seus problemas e criar canais abertos. Isso não está a ser feito.

O que pensa do monopólio dos partidos políticos na escolha e apresentação de candidatos?

Eu acho que devia haver possibilidade de haver listas independentes.

Mesmo ao Parlamento Europeu e Assembleia da República?

Sim, sim

Acha que a Assembleia da República faz a sua função fiscalizadora em relação aos Governos?

Não é nenhuma na minha opinião. Fiscalizar, fiscaliza algumas coisas, mas os Grupos Parlamentares são, em geral, braços armados do Governo e dos partidos políticos e recebem instruções. Eu tive dissabores dentro do meu partido porque três ou quatro vezes não concordei com as votações que iam fazer e votei contra. Fui multado algumas vezes. Mas, nunca voltei atrás. Não podiam estar a obrigar a votar uma coisa que eu não concordava. Mas, infelizmente, há declaração de voto. Eu nunca fui nisso.

Mas, eu tive sempre uma situação muito especial. Eu era muito independente. Tinha a minha vida profissional completamente desligada da vida política. Eu já uma vez disse à Maria João Avilez o seguinte: Devia fazer um trabalho para saber o que é que os políticos eram antes de irem para o Governo ou antes de serem deputados. O que é que eles fizeram na vida. Hoje não há muita gente que tivesse saído das maiores empresas portuguesas, empresas privadas que nem sequer eram do Estado, para irem para a política. Eu sempre tive uma independência da minha vida profissional, face á vida política, que a maioria das pessoas hoje não tem. As pessoas muitas vezes vão para a política para depois arranjam tachos. Portanto, as pessoas andam ali às ordens para depois não serem prejudicadas.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Ouça. Tem duas maneiras de ver. Se forem para representar realmente os votantes todos, eu acho que os 230 estão bem, porque no fundo nós temos 10 milhões de habitantes. Para o trabalho que os deputados fazem eram precisos para aí 120 ou 130, porque o resto da malta não faz nada. 80% dos deputados fazem figura de corpo presente. Votam aquilo que os mandam votar, e não participam. No meu tempo havia para aí 100 deputados que trabalhavam muito. Comissões, relatórios. O resto da maralha tava na bancada. De todos os partidos. É evidente que um partido agora como o CDS, não haja dúvida que eles têm hoje uma bancada bastante ativa. São poucos e por isso não têm outro remédio se não todos trabalharem. Estas raparigas novas eu vejo intervir e intervirem bem. No meu partido que é o PSD, quem intervém são sempre os mesmos. É a Teresa Morais, é o Miguel Macedo, é o Frاسquilho. E, portanto, a gente tem duas perspetivas de ver. Se fosse realmente para ter a tal ligação ao eleitorado, que eu acho que devia haver e que não existe, eu acho que 230 estaria adequado. Para o trabalho que é realmente feito, para o funcionamento da Assembleia como ela funciona agora, na minha opinião, 120 ou 130, é mais do que suficiente.

Defende maiorias de um só partido?

Eu acho que é importante que haja um partido com uma posição maioritária. Mas não defendo que eles façam Governo de um só partido.

Como encara hoje a Europa? Acha que devemos evoluir para uma Federação de Estados?

Nós beneficiámos imenso com a nossa entrada que na EFTA, quer na União Europeia. Foram dois momentos de enorme desenvolvimento para o nosso país, mas que tem mais a ver com a abertura das fronteiras e a liberalização dos produtos, e os apoios que tivemos. Mas eu hoje...eu penso que as pessoas de certa idade tem sempre esta tendência de dizer que a malta do meu tempo é que era boa. Mas se eu comparar hoje um Coll com uma Merkel ou um Mitterrand com um Sarkozy, ou um Mc Millan com um Cameron...Hoje os Presidentes da Comissão são candidatos compromisso. O Barroso é um candidato que não chateia os grandes poderes. E os anteriores, a seguir ao Delors, todos foram pessoas de compromisso. E, portanto, deixaram de ter aquela autoridade que tinham. A passagem para a moeda única, hoje não era possível fazer esses pulos com os atuais líderes que temos. A Angela Merkel está muito mais interessada, neste momento, nas votações internas da Alemanha, e mesmo esta questão das ajudas a Portugal, aquela posição que ela está a tomar de que tem que ser uma ajuda que penalize o país, porque ela tem que mostrar aos seus eleitores de que os sacanas dos portugueses não cumpriram nunca nada, que nunca cumpriram os seus acordos, têm que ser penalizados. Na altura o Coll, decidiu a unificação da Alemanha contra milhares de opiniões. Mas, ele entendeu que aquilo é que era importante e decidiu. Portanto, hoje falta a estatura que havia nos líderes europeus. Portanto, isto pode ir para uma de duas coisas. Ou vai para uma Federação de Estados, ou vai digamos para uma verdadeira união política e de Estado Federado de alguns países do norte da Europa, que já têm uma mentalidade Federal. E deixar os outros para trás. Agora, isso é dramático para os que ficarem para trás.

Eu não sei qual vai ser a evolução disto, mas é evidente que hoje o que eu vejo é que não há a liderança que eu tive o privilégio de assistir durante os anos que estive na vida política e que fui a Bruxelas. Hoje eu não vejo nenhum líder político europeu...o Sarkozy é uma galinho da índia, aos pulos, mas depois não tem consistência nenhuma. Diz uma coisa um dia, dia outra noutro lado. O Berlusconi, esse nem falar. No outro dia ovi dizer uma coisa que não sei se é verdade. Que é que um terço das italianas queriam

dormir com ele, e que os outros dois terços queriam repetir. É uma pessoa que só em Itália é que é possível manter. Mas ninguém o respeita a nível europeu.

Eu não vejo na atual liderança europeia uma força para manter a Europa unida e para fazer o aprofundamento das reformas. A Europa, ou vai-se manter assim, ou vai haver aqui uma distinção. A chamada Europa a duas velocidades, que houve já quem defendesse, que é aqueles países que estão preparados para avançar, avançarem e aqueles que não estão ficarem para trás. O que para nós é dramático.

Defenderia a limitação de mandatos também na Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Defendo. Acho que depois de dois, no máximo três mandatos, as pessoas não deveriam poder continuar. Mas, se não houver uma alteração nos partidos políticos, isso também vai representar uma descida, uma degradação da qualidade da vida política democrática portuguesa.

Acha que hoje temos uma verdadeira ideologia de esquerda, de direita e de centro?

Não. Aliás, hoje, os aspetos fraturantes da política já não têm a ver com os princípios. São aspetos mais de carácter moral, como o aborto, como o casamento dos homossexuais. Isso é que hoje distingue a direita e a esquerda. Enfim, ainda há uma visão...nos discursos ainda existe, que é a presença do Estado na vida empresarial. Se ler no discurso do PS ainda existe. Na prática, não existe nada. O PS fez mais privatizações do que fez o PSD até agora.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

É malta que não acredita na classe política. Que acha que é indiferente votar a, b ou c portanto, o melhor é não votar. Eu votei sempre. Mas, vejo gente da geração abaixo, muita gente, a dizer que já não vota. Para quê? É tudo a mesma palhaçada, para que é que a gente vai votar?

Acha que os atores políticos são quase sempre os mesmos?

Houve aqui 20 ou 30 anos que foi sempre a mesma gente. Havia sempre uma classe que andava ali, mas como lhe digo, na minha opinião, a renovação tem contribuído para uma baixa de qualidade. O Grupo Parlamentar do PSD é totalmente novo. Na minha opinião, isso representa uma baixa da qualidade. Tem havido uma renovação. Se é bom ou mau, isso... posso ter a minha opinião. O que era preciso era que houvesse condições para como dissemos ao princípio da conversa para atrair outra vez pessoas que tenham trabalhado, que tenham experiência da vida e que com essa experiência possam contribuir para o progresso do país.

ENTREVISTA 6 DRA HELOÍSA APOLÓNIA

Deputada AR

12/05/2011



Foto 6 - Dr^a. Heloísa Apolónia, na AR, após entrevista no dia 12 de Maio de 2011

Acha que o actual sistema político concorre para variáveis como a representatividade, governabilidade, proporcionalidade e qualidade da representação?

Eu acho que permite a governabilidade. Eu não entendo por governabilidade aquilo que outros entendem, que é a constituição de maiorias absolutas. A governabilidade para mim é criar condições para se governar. Criar condições para se governar é ter uma maioria na Assembleia e constituir um Governo. A partir daí tudo decorre da boa vontade da política, da inteligência e dos objetivos que o Governo tem e das maiorias pontuais ou mais permanentes que quer constituir. A governabilidade para mim não significa ter uma maioria absoluta e poder fazer aquilo que bem se entender. E nesse sentido, eu acho que o sistema eleitoral concorre para isso.

E relativamente à representatividade?

Eu acho que é adequado. Mas eu também não estou devidamente informada sobre a totalidade dos modelos eleitorais que permitiriam chegar mais à proporcionalidade. Mas, o próprio método de Hondt é um bocado limitativo nessa garantia de proporcionalidade e da representatividade. Mas, eu ainda assim, olhando para o nosso sistema eleitoral atrever-me-ia a dizer que ele é um garante da representatividade. Não sendo perfeito, e podendo ser um pouco limitador, ou seja não a garantir na sua totalidade, ou quase na sua perfeição, eu mesmo assim julgo que é um garante.

O que pensa da proximidade ou afastamento entre eleitor e eleito?

Para mim a proximidade entre eleitor e eleito não tem absolutamente nada a ver com o sistema eleitoral. Eu acho que estão criadas todas as condições para haver uma proximidade entre eleito e eleitor. De resto, a Constituição da República Portuguesa manda-nos, apesar de sermos eleitos por círculos eleitorais, manda-nos ter um mandato nacional. Logo o dever constitucional de cada deputado é ter um olhar sobre os interesses da Nação. E os interesses da Nação prendem-se também com os diferentes interesses regionais. Não só do círculo eleitoral pelo qual fomos eleitos. Se bem que eu considero que é perfeitamente normal um deputado tendo sido eleito por um círculo eleitoral, sendo mais conhecedor das problemáticas reais desse círculo eleitoral os traga de uma forma mais continuada à Assembleia da República. Não vejo mal absolutamente nenhum nisso. Agora, estão criadas todas as condições, por via regimental, por via da Constituição, da agenda da Assembleia da República para se estabelecer essa proximidade. Essa proximidade não decorre do sistema eleitoral, mas decorre da boa vontade de cada deputado. De mais nada.

O que pensa dos círculos plurinominais? Acha que deveríamos optar por círculos uninominais?

Não. Eu sou totalmente contra isso. Eu não seria teoricamente contra a redefinição de círculos eleitorais. Eu também me custa muito perceber que há determinadas regiões

do país que elegem três deputados. Ainda há bocado falamos disto e eu nem pensei neste aspeto da representação. Pensei só na lógica dos partidos. Agora, se calhar, vou alterar um bocadinho a minha resposta. Também me está a fazer refletir, o que é bom. Aqui as aprendizagens também se fazem mutuamente. É evidente que num círculo eleitoral que só elege dois deputados não pode garantir a representatividade.

Defenderá círculos plurinominais mas de menor dimensão, é isso?

Não é uma coisa que me choque. Mas sempre plurinominais. Os círculos uninominais eu acho que correm outro risco. Está a ver esta coisa dos paraquedistas, como se costuma dizer, para aqueles círculos eleitorais que têm menor representatividade. Andam pessoas a voar de Lisboa. As figuras nacionais. Eu não sei se aqueles que defendem os círculos uninominais...ou seja, e depois esses paraquedistas...para o círculos uninominais, a pessoa a eleger tem que ser uma pessoa, da parte dos partidos, teria que ser uma pessoa, uma figura pública conhecida de modo a atrair, porque só se vai eleger um. O que é que se pretende com os círculos uninominais, no fundo aquilo que eu percebi, o argumento é sempre o mesmo, a proximidade do eleito ao eleitor. E este paraquedismo permitiria esta proximidade? Mesmo que esse paraquedismo não existisse, o que é que um deputado de um círculo uninominal... deixaria de ter uma perspetiva nacional na sua representatividade parlamentar? Passaríamos a ter deputados de queijos limianos? Cada um a puxar a brasa à sua sardinha para o respetivo círculo uninominal e deixávamos de ter a componente e interesse nacional em cima da mesa? É importante os deputados terem esta perspetiva do interesse nacional, de acordo obviamente com a sua componente ideológica. Eu faz-me uma enorme confusão. Mesmo para rematar, como eu considero que há todas as condições para haver essa proximidade do eleito ao eleitor, porque isso só depende da boa vontade do deputado, hoje em dia com o atual sistema, não vejo o que é que um círculo uninominal ganharia com isso.

Acha que as listas fechadas e bloqueadas concorrem para essa aproximação entre eleito e eleitor?

A possibilidade de o eleitor poder optar, dentro de uma mesma lista do partido, pelo candidato da sua preferência também não é nada que me choque. É motivo de reflexão. A opção dos partidos ficaria lá na mesma, porque os partidos é que escolheriam o leque de pessoas para os quais os eleitores podiam votar. Estaria garantida a vontade do partido político na escolha dos seus nomes e depois dentro daquele leque eleger-se. Não é nada que me choque. Absolutamente nada. Mas, já agora, dizer que aquilo que eu acho é que os deputados quando são eleitos têm as suas ideias, têm as suas opções pessoais, mas os deputados nunca podem esquecer que integraram uma lista de um partido político que concorreu com um determinado programa eleitoral. E esses deputados estão vinculados a esse programa eleitoral e ao partido político pelo qual concorreram. Não vejo que isso se alterasse. Para mim isto é um princípio importante, é por isso que eu o queria frisar, não vejo que isso fosse alterado. A única coisa que poderia acontecer era não entrarem os três primeiros ou os quatro primeiros que o partido político escolheu, mas ser o 15º, o 13º, por aí fora.

Só uma coisa, voltando atrás. Nunca me pôs a hipótese de um círculo nacional porquê? Porque eu sou favorável a isso. Eu acho que o círculo nacional era importante e a manutenção dos círculos plurinominais regionais também seria importante. Ou seja, agradava-me este modelo do círculo nacional em conjunto círculos plurinominais regionais. Uma lista única a nível nacional e listas regionais. Já viu o conjunto de desperdício, entre aspas, de votos. Por exemplo na CDU, mas isso acontece com todos os partidos, o desperdício de votos pelo facto de ficarem limitados àquele círculo eleitoral e que contariam para um círculo nacional? Seria um aproveitamento mais real dos votos dos cidadãos.

Optaria por um sistema Presidencialista ou Parlamentarista em substituição do atual?

Não. Eu julgo que este está correto, entre a distribuição, digamos assim, de responsabilidades pelos diferentes órgãos de soberania. Eu matéria assim, mas a alterar-se, na minha perspetiva, seria sempre numa componente parlamentarista.

Como é que acha que a democracia tem caminhado em Portugal?

Para mim a democracia não se resume ao direito de voto. É importante que isto fique claro. Porque dizer-se que um país é democrático porque as pessoas votam livremente, isso é demasiado limitador. E, portanto a democracia para mim alarga-se à abertura de formas de participação dos cidadãos. Vamos a esta componente. Eu acho que em relação à participação dos cidadãos junto dos órgãos de soberania, desde que eu estou na Assembleia da República, tem tido uma evolução. Ao nível da discussão das petições, ao nível da possibilidade dos cidadãos apresentarem iniciativas legislativas. Ou seja, abriu-se uma componente de participação aos cidadãos, paulatinamente, que eu acho que é positiva. Agora, a democracia para mim tem outra vertente, que é a resposta que se dá à sociedade, face àquilo que a sociedade precisa, e nesse sentido acho que tem evoluído muito mal. Acho que o 25 de Abril abriu um espaço, ou seja abriu uma esperança, abriu uma perspetiva de futuro, cheia de cor, e eu julgo que ao longo destes trinta e tal anos e, fundamentalmente nas últimas três décadas, o que eu também relaciono com a nossa entrada na União Europeia, eu acho que o poder político não tem sido capaz de dar respostas à sociedade para o seu desenvolvimento sustentável. Ou seja, aquilo de que me apercebo, o poder político tem construído políticas que ciclicamente nos levam abaixo, depois levantamo-nos, andamos, andamos, ciclicamente vamos abaixo outra vez. Ou seja, porquê? Porque não há aqui uma componente de desenvolvimento com sustentabilidade. Isto porque, na minha perspetiva, há uma governabilidade para determinados sectores que não existe para a generalidade da sociedade. E, portanto, enquanto este fosso entre os extremos da sociedade estiver tão distante, enquanto a redistribuição da riqueza não for um verdadeiro objetivo do poder político, eu acho que a democracia andarà sempre cocha, porque os níveis de pobreza serão sempre enormes e os níveis de concentração de riqueza numa pequena minoria serão sempre enormes. Eu fiquei boquiaberta quando eu vi os banqueiros deste país chegar à televisão e dizer que obtivemos mais lucros e pagamos menos impostos.

A democracia para mim também passa pela capacidade dos governantes resolverem os problemas das populações, de uma forma sustentável e nesse sentido eu acho que a democracia tem andado muito mal.

O que acha da opinião sobre a falta de credibilidade da classe política? Acha que hoje os políticos são menos capazes? Que diferenças nota?

O que eu acho primeiro é que não consigo tolerar que se fale da classe política, como se os ditos políticos fossem todos iguais. E como se todos tivessem tido a mesma oportunidade de provar aquilo de que são capazes. E, como isso não acontece, eu não falo de classe política. Falo dos políticos do PSD, políticos do Governo, políticos... não gosto também de ouvir falar em oposição. Gosto de falar das oposições, porque há oposições diferentes.

Essa falta de credibilidade de facto existe. Eu vou-lhe dizer, eu acho que ela é fomentada também pela comunicação social, que eu acho que é uma absoluta vergonha, a promoção desta ideia unificada dos políticos, dos nossos comentadores políticos que são mais políticos do que os políticos. Mas isso agora é outra história. Essa falta de credibilidade eu acho que tem a ver com aquilo que lhe respondi na pergunta anterior, que é a incapacidade dos Governos darem resposta sustentável às necessidades dos cidadãos. Repare, quando um candidato à Assembleia da República diz: eu não vou aumentar impostos. Há eleições, esse partido tem maioria e esse líder é convidado a formar Governo e, portanto, a ser primeiro-ministro. E das primeiras medidas que toma quando chega ao Governo é aumentar o IVA. Quer dizer, eu acho que isto é de uma descrédibilidade absoluta. Quando nós vemos aí um outdoor a dizer nós vamos criar 150 mil postos de trabalho e depois o resultado de uma determinada legislatura resulta na perda, provavelmente, de cerca de 100 mil postos de trabalho, eu acho que isto é de uma descrédibilidade absoluta. Os cidadãos ao verem estas permanentes contradições e ao verem os seus problemas por resolver... eu acho que quase que desistem. E é muito difícil, com a comunicação social que nós temos, porque agora também importa ver que os meios ao dispor de cada partido são muitíssimo diferentes, e a comunicação social faz essa diferença. É muito difícil fazer passar a mensagem de que não somos todos iguais e de que houve propostas apresentadas na Assembleia da República que apresentaram uma alternativa. Basta o primeiro-ministro chegar à Assembleia da República e dizer não apresentaram alternativas, e as pessoas ficam com aquela ideia encaixada na cabeça. Muitas vezes não nos é dada a oportunidade de dizer qual é a alternativa que nós propúnhamos.

O que considera um bom político?

Ser sério. Não sei se é a principal. É aquela que me veio à cabeça.

O que eu considero um bom político é aquele que defende ideias, propostas, alternativas, que vão ao encontro daquilo...ou seja é aquele que serve as populações.

E a política?

Eu considero a política uma coisa muito nobre e uma oportunidade imensa para trabalhar ao serviço da sociedade. Quando estou a falar ao serviço da sociedade é ao meu serviço, ao seu serviço, ao serviço dos meus filhos, dos filhos dos outros, portanto nesta perspectiva da melhoria do nosso bolo social.

Considera a atividade política uma profissão ou uma ocupação?

Não. Um cargo temporário. Às vezes mais temporário, outras vezes menos temporário, mas que nós nunca devemos assumir como um cargo vitalício. Não quer dizer que um deputado que esteja aqui cinco legislaturas seja mais nobre que um que esteja duas. É uma coisa demasiado subjetiva para ser analisada assim objetivamente.

Acha que a Lei da paridade concorre para a renovação das listas e aumento da qualidade?

Eu não sou a favor da Lei da paridade. Mas também lhe vou dizer que não é uma coisa que me choque por aí além tipo – ai coitadas mulheres agora vão ser usadas para – não caio nesse extremo, mas também não sou favorável à ideia da Lei da paridade.

Sou contra a Lei da paridade porque aquilo de que me apercebo é que andam à caça de mulheres para enfiar nas listas. Aliás, já tivemos a experiência das eleições do ano de 2009, onde a lei já foi aplicada. Há muitas mulheres paraquedistas a cair em listas porque têm que estra dois homens e uma mulher, ou uma mulher ali pelo meio entre os três primeiros lugares. O que é que isto significa? Significa que as pessoas não são escolhidas pelas suas próprias aptidões e pela sua participação no partido mas sim por serem homem ou mulher. Onde é que eu acho que estava a solução para a maior participação das mulheres? Eu acho que é na própria democratização dos próprios partidos. Eu vou-lhe dizer, uma mulher quando não tem filhos tem muito mais possibilidade de participar e na geração atual a possibilidade que tem um homem. O que

acontece é o seguinte. Se as mulheres participarem intensamente nos partidos automaticamente são escolhidas. Eu acho que é por aí que passa a maior participação das mulheres. E acho que há partidos que são pouco democratizados no seu funcionamento. Mas, isso eu não me vou pronunciar sobre os outros. As mulheres depois chegam à Assembleia da República decorrentes destas listas ditas paritárias, que são paritárias ao nível dos 33%, sentam-se na segunda fila e não falam. Não quer dizer que não haja mulheres a falar, mas a maior parte delas é daqueles deputados que estão lá a aplaudir e a dizer muito bem. Ou seja, não lhes dão oportunidade de falar, porque não lhes reconhecem capacidades para falar, e depois aquilo que nós ouvimos é dizer: as mulheres do PS não têm capacidade absolutamente nenhuma. Não é têm? Terão com certeza. Depois é a diminuição do trabalho das mulheres na Assembleia da República. Isto é uma coisa que me preocupa brutalmente.

Acha que os partidos estão hoje mais fechados ou não? O que deviam mudar?

Eu não acho que os partidos estejam mais fechados. Não concordo com isso. Eu tenho que falar no meu porque não conheço o funcionamento dos outros. Vou conhecendo o do PCP por causa das coligações eleitorais da CDU. Nesses momentos trabalhamos muito intensamente com o PCP. Eu não concordo nada com isso. Eu acho que há grande envolvimento dos militantes. Eu, ao contrário do que eu ouço dizer, porque também é uma ideia muito fomentada, os partidos funcionam com direções, depois com as suas estruturas regionais, as suas estruturas locais e os seus militantes. E as organizações e os movimentos funcionam assim, ou seja os movimentos para funcionarem têm que se organizar.

O que pensa do monopólio dos partidos na escolha e apresentação de candidatos?

Eu considero os partidos políticos como estruturas de base da democracia e, como eu não desvalorizo os partidos políticos não vejo problema nenhum com isso. Eu até lhe vou dizer uma coisa, a questão da participação dos cidadãos e da constituição de listas não é para qualquer um. Portanto, não é qualquer cidadão que consegue desenvolver

uma campanha eleitoral, apresentar-se ao eleitorado e constituir uma lista. Aquilo que nós sabemos é que quem o poderá fazer é quem tem dinheiro para o fazer. Ponto final. E quem tem dinheiro para o fazer pode ter interesses naquele órgão em concreto. Esta abertura aos cidadãos, é tudo muito engraçado, muito democrático mas mesmo assim eu acho que são os partidos políticos os que ainda vão garantindo melhor a consistência do nosso sistema democrático. E, portanto, não vejo mal nenhum nisso.

Como acha que tem sido exercida a função fiscalizadora da Assembleia da República em relação aos Governos?

Aquilo que eu sinto é que há um interesse dos dois partidos com maior representação parlamentar de começar a reduzir a Assembleia da República na sua componente legislativa e fomentá-la mais na sua componente fiscalizadora. Eu sou totalmente contra isto. Sou a favor de um forte poder legislativo para a Assembleia da República. Mas, também sou a favor de um forte poder de fiscalização da Assembleia da República. Eu acho que o mecanismo que está criado ao nível da Assembleia da República nos permite fiscalizar o Governo, só temos aqui uma coisa que nos faz coxear muito que é a disponibilidade do Governo para nos prestar informação. Se houvesse um mecanismo qualquer de criar obrigatoriedade de termos acesso a elementos que são indispensáveis para o exercício da nossa atividade parlamentar, mas que o Governo raramente nos quer dar. Nós normalmente, é uma coisa absolutamente incrível, a Assembleia da República muitas vezes sabe das coisas e dos números, não pelo Governo mas pela comunicação social. Que é incrível.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Acho. Eu estava de acordo com os 250, foi reduzido para 230, mas eu sou absolutamente contra a redução do número de deputados. Porque reduzir o número de deputados é governamentalizar mais a própria Assembleia da República, é reduzir a representatividade, e isso é uma coisa que me preocupa bastante, é certo que todos os partidos seriam afetados, mas uma coisa é um partido ser afetado com 101 ou noventa e poucos deputados, outra coisa é um grupo parlamentar com 15 deputados ser afetado. Quanto mais reduzido for o número de deputados menos proximidade haverá dos

eleitores. Porque os deputados se fizerem tudo aquilo que têm como dever de fazer terão muito pouco tempo para se dedicar aos eleitores. Eu acho que a redução do número de deputados é uma coisa profundamente demagógica, porque ao nível da União Europeia não somos dos que temos, por unidade de habitante, o maior número de deputados.

Defende maiorias de um só partido?

Não defendo nem deixo de defender. Eu defendo aquilo que os cidadãos entenderem. Para o funcionamento da vida democrática não é preciso maiorias de um só partido. Mas, se existir...

Como encara a Europa e o seu futuro? Acha que é uma solução a prazo, que vai acabar? Acha que devemos caminhar para uma união de Estados Federados?

Eu não sei. Para já acho que isto é completamente insustentável. Das duas uma. Ou nós nos habituamos a esta insustentabilidade, que é mau, ou esta insustentabilidade tem que acabar. Eu hoje apetece-me muitas vezes dizer assim: nós bem avisamos. Aquilo que nós dissemos há não sei quantos anos atrás, há 20 anos atrás, estão pessoas que há 20 anos atrás nos diziam que nós éramos completamente maluquinhos e ortodoxos e completamente irracionais, estão a dizer o mesmo que nós dizíamos. Isto às vezes é frustrante. Como se trabalha muito para a memória curta das pessoas, e há políticos que de facto, de determinados partidos políticos, trabalham muito para a memória curta das pessoas, as pessoas acabam por não se lembrar daquilo que era dito. Então é preciso recordar. Quando nós falávamos que esta Europa não era uma Europa de Estados solidários, nem de Estados iguais. Era uma Europa que cresceria nitidamente a duas velocidades, onde os grandes da Europa, como uma Alemanha, uma França nos tornariam subservientes a si mesmas, quando nos deram tanto dinheiro para nós construirmos betão e para delapidarmos a nossa atividade produtiva, sabendo que aquele dinheiro que nos estavam a dar era bem empregue porque ganhariam um mercado inteiro, não nos estavam a dar nada de borla. Estavam-nos a dar um para nos retirar dois. Portanto, nós avisamos para estas coisas todas. Éramos os antieuropeístas. O nosso objetivo não é sair da União Europeia. O nosso objetivo é criar um modelo de União Europeia diferente. Mas, para isso, é preciso termos um Governo na União Europeia que

seja pró-ativo, que saiba dizer chega, isto nós não podemos aceitar, isto prejudica-nos. Não, nós temos uma subserviência total. Temos um primeiro-ministro que antes de ir falar com a Comissão Europeia já vai falar com a senhora Merkel. Não concordo com uma Federação de Estados. Eu sou totalmente contra isso. Porque a tendência seria nos tornarmos uma região da Alemanha. Estou a caricaturar a coisa, mas ia tornar-nos ainda mais dependentes. O modelo já está injusto. Quanto mais se fomentar o modelo, mas se fomentam as injustiças. O que é importante na minha perspectiva é tornar justo o modelo. E isso não passa por criar uma Federação.

Como acha que este modelo poderia se mais justo?

Com um Tratado Europeu diferente, onde os Estados tivessem pesos mais iguais, onde a Europa foi mais cooperante nos problemas de cada Estado e onde houvesse uma maior solidariedade. A política da Europa devia vira-se para a autossustentabilidade produtiva de cada Estado. Não é que cada um não precisasse do outro, porque nós nunca serem sustentáveis do ponto de vista alimentar a 100%. A Europa tem que respeitar a diversidade de cada Estado porque nós verdes temos um lema que é sempre aplicado em inúmeras situações – Na Europa como na natureza a riqueza está na diversidade – e a Europa não. Tenta uniformizar engolir para a Alemanha, por exemplo, os mercados dos mais frágeis. Isto para nós não é nada.

Optaria pela limitação de mandatos à Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Ao nível parlamentar não.

E porque?

Porque acho que são mandatos diferentes. Eu não me choca a situação das Câmaras, mas também não sou favorável à limitação de mandatos, porque eu acho que se a pessoa não está a exercer um bom mandato...para já, uma pessoa pode ser corrupta em três mandatos. A pessoa quando tem características de corrupção, corrompe em três mandatos. E depois prepara o sucessor seguinte para continuar a corromper se for

possível. E uma pessoa pode ser a mais séria do mundo, estar a desenvolver um excelente trabalho e de repente tem que quebrar porque há uma lei de limitação de mandatos. Quando as coisas são resolvidas administrativamente por lei as coisas complicam-se um bocado. Mas, também não me choca por aí além que haja nesses cargos governativos limitação de mandatos. No Parlamento não. Não tem essa componente governativa.

Acha que continuamos a ter uma verdadeira ideologia de esquerda, centro e direita?

Sim. E acho que cada vez mais nítida. Centro não. Isso para mim é coisa que não existe. Para mim há esquerda e direita.

Há muito quem diga que hoje temos muito esbatimento nas ideologias. O que acha?

Não acho. Isso é o que muitas pessoas desejariam, acho eu. Porque, como não se sentem identificadas ideologicamente, gostam de pensar que não há marcas ideológicas. Eu estou totalmente em desacordo. Especialmente nestas alturas de maior dificuldade, eu acho que estas marcas ideológicas se tornam muito mais nítidas. A forma de resolução desta crise, apresentada pela esquerda e pela direita, são radicalmente opostas. Basta pegarmos por exemplo no investimento público e no poder de compra das populações. O que a esquerda diria é que não saímos disto com a desvalorização do poder de compra das populações nem com a quebra de investimento público, e o que a direita diz é temos que quebrar o investimento público e temos que retirar poder de compra às pessoas. A esquerda diz tributem-se os bancos, a direita diz salvem-se os bancos.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Com preocupação. Não sei interpretar devidamente. É muito difícil interpretá-lo. Eu julgo que haverá inúmeras razões para as pessoas se absterem. Pessoas que não querem saber da política para nada e portanto não votariam em qualquer circunstância, têm mais que fazer, mas depois gostam de chegar ao café e criticar tudo e mais alguma

coisa. Tem a ver com a natureza das pessoas e com a sua cultura de participação que é uma das coisas que a escola não fomenta e devia fomentar. Outras porque estão desiludidas, acham que já não vale a pena. Há muita abstenção á conta de um erro de informação. Há muitas pessoas que não têm consciência de que no dia 5 de Junho vão eleger 230 deputados para a Assembleia da República. Julgam que vão eleger um primeiro-ministro. E como não querem optar por aqueles dois que consideram ter oportunidade para ser primeiro-ministro, porque os outros eles consideram que não têm essa oportunidade. Como não gostam do José Sócrates e do Passos Coelho, preferem nem se dar ao trabalho de ir lá porque não querem votar nem num nem noutro. Quando não perceberam ainda que estão a eleger deputados e que votar nas outras componentes políticas com os quais até se podem identificar, nem que minimamente, será importante até para influenciar qualquer primeiro-ministro que venha a constituir Governo. E, portanto, essa desinformação julgo que também leva muitas pessoas a abster-se.

Acha, ou não, que os lugares políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos atores?

Eu acho que há muitos novos que aparecem. Acho que há renovação e há muitos que se mantêm como eu acho que é natural. Se me disse são sempre os mesmos? Não. São muitos os mesmos? Sim. Há renovação? Há. É rápida, é muito grande? Não. Um partido que renovasse a lista por completo em relação à última legislatura, isso preocupar-me-ia imenso. Pensaria, o que é que se passou? O que é que aquelas pessoas que adquiriram uma experiência parlamentar, que têm um rumo de intervenção política, desaparecem todas? Há aqui deputados que são da Constituinte. E eu vou-lhe dizer, isso é muito importante. Porque às vezes lembram-nos coisas que é importante nós sermos lembrados. Essa coisa da renovação tem muito que se lhe diga. É muito importante, mas também não exageremos.

ENTREVISTA 7 DR. ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

Secretário Geral do PS/Deputado

12/05/2011



Foto 7 - Dr. António José Seguro, na AR, após entrevista no dia 12 de Maio de 2011

Acha que o atual sistema político concorre para variáveis como a representatividade, proporcionalidade, governabilidade e qualidade dos atores políticos?

O Sistema político concorre. Quer para a questão da governabilidade, quer para a questão da representação. O problema é se o sistema político potencia tudo o que tem no seu interior. Isto é, se a tradução prática do sistema que neste momento existe o faz. E, na minha opinião a resposta é negativa. Ou seja, não o faz. Vejamos o exemplo da governabilidade. Na governabilidade, ela está muito indexada à necessidade de existirem maiorias parlamentares. É uma opção. Mas, os Governos minoritários são extremamente frágeis quando essa maioria parlamentar não existe no Parlamento. E,

LXXXVIII

então, instrumentos essenciais para a governação podem ser retirados ao Governo pela existência de uma maioria negativa. O Orçamento é um exemplo desses. Se o Governo tivesse a possibilidade de apresentar o Orçamento e ele só fosse reprovado se existisse uma maioria de deputados que aprovassem um outro, então quer dizer que o país tinha sempre um orçamento. Porque se há uma maioria no Parlamento que aprova um outro Orçamento quer dizer que há uma maioria no Parlamento disponível para substituir um Governo minoritário. Portanto, eu sou muito defensor do reforço dos mecanismos da governabilidade no atual sistema. Por outro lado, a questão da representação, é outro exemplo. Eu tenho-me batido, já defendi várias vezes e em particular escrevi-o na reforma de 2007, que com o mesmo dinheiro que é dado aos partidos e aos deputados para fazerem a campanha eleitoral, os partidos podiam receber menos dinheiro na campanha eleitoral e que esse dinheiro pudesse ser dado aos deputados para, durante o exercício do mandato, dos quatro anos, poderem ter uma maior proximidade com os eleitores. Uma maior relação com os eleitores. Dou um exemplo. Eu sou deputado eleito por Braga. O que é que custa, depois da campanha eleitoral, os 19 deputados eleitos de todas as forças políticas enviarem uma simples carta para casa das pessoas a dizer: fomos eleitos, muito obrigado pelo seu voto, os contactos se tiverem algum problema são estes. Ou onde é que nos podem encontrar, como é que nos podem contactar. Outro exemplo: a organização do Parlamento. Nós temos a segunda-feira dedicada ao trabalho no círculo eleitoral. Isso significa que organizar um dia mas tendo que cá estar na terça-feira, no fundo, não é bem o dia, é dois terços do dia. Se nós tivéssemos a possibilidade de ter uma semana por mês para trabalhar no círculo eleitoral, dava uma outra lógica ao trabalho. Permitia potenciar e as pessoas sabiam que havia uma semana no mês em que os deputados do seu círculo eleitoral ali estavam presentes e faziam essas visitas.

Só há uma questão do lado da representação que este sistema eleitoral não resolve. Que é a escolha do meu deputado. Porque o partido apresenta uma lista fechada e eu, ou voto na lista do partido, ou não voto na lista do partido. Mas não posso escolher o meu deputado. Eu posso saber quem é o deputado que me representa se a pessoa souber quais são os contactos dos deputados eleitos pelo distrito e escolhe um, em função das suas preferências. Agora, não pode escolher o seu deputado no momento da eleição. Se a pessoa puder votar dentro da lista do partido num candidato e o número de votos ajudar a ordenar a lista eu acho que isso era uma alteração no atual sistema eleitoral, mas que potenciava muito mais a representação.

Círculos plurinominais/versus uninominais? Defenderia uma solução de círculos uninominais?

Não sou contra. Mas, julgo que antes de chegarmos lá devíamos percorrer este caminho que enunciei há pouco. Isto é, a possibilidade de testar a possibilidade de um sistema em que nós, sem fazermos grandes “obras” no sistema político atual pudéssemos dar ao eleitoral a possibilidade de ele escolher dentro da lista que é apresentada pelo próprio partido.

As listas fechadas e bloqueadas não concorrem para a representatividade?

Não. Nós temos que fazer um caminho de dar cada vez mais direitos e mais poder ao cidadão. Quer no momento do voto, quer no exercício do mandato. Neste caso concreto, no momento do voto. Aquilo que eu sou defensor é de dar-se o direito ao cidadão de ele poder escolher o partido, mas também o deputado.

Mudança de sistema político. Acha que seria desejável passar de um sistema semipresidencialista para um sistema parlamentarista ou presidencialista?

Eu julgo que neste momento, olhando para o sistema de Governo que temos em Portugal e aquilo que eu noto é que o sistema só funciona se existir uma maioria no Parlamento. Mas esse sistema funciona do ponto de vista da governabilidade do poder executivo. No que diz respeito ao poder legislativo, e em particular à função do controlo político do Governo perante o Parlamento, ele só funciona quando não existe maioria absoluta. Isto é, em situações de maioria absoluta o chefe do Governo, como é o chefe do partido, acaba por ter um peso muito grande no grupo parlamentar, determinante. E, como os grupos parlamentares funcionam com o princípio da disciplina de voto, significa que acaba por o Parlamento se transformar num legitimador da ação do Governo. O Governo já legisla mais vezes do que a Assembleia.

O sistema eleitoral está concebido para ser um sistema eleitoral que dá força ao Governo. E quando o Parlamento tem uma maioria absoluta isso é óbvio. Quando o Parlamento não tem uma maioria absoluta os Governos são fracos, mas não quer dizer

que a questão da estabilidade governativa esteja resolvida. Daí que eu defenda várias coisas. Primeiro: direitos protestativos aos deputados que não são da maioria, independentemente de haver maioria absoluta ou não. Foi o sentido da reforma em 2007. Até aí para chamarem um ministro, durante 30 anos para chamarem um ministro tinham que ter a maioria dos votos do Parlamento para o fazer. Ora, é bem sabido se um Governo dispunha de maioria absoluta, o ministro só vinha cá se essa maioria absoluta quisesse, ou entendesse, ou fosse muito pressionada. Esse é um sentido. Mas, verdadeiramente aquilo que eu considero é que nós devemos evoluir para uma democracia mais madura, e nesse sentido autonomizar os deputados no Parlamento e reforçar os mecanismos da governabilidade. Princípio da liberdade de voto. A disciplina partidária para as questões da governabilidade, e da promessa eleitoral.

Quanto mais autónomo for o Parlamento mais representativo ele será dos portugueses e também maior responsabilização caberá a cada deputado individualmente considerado. E eu julgo que este é o momento desejável, em que há um afastamento tão grande dos cidadãos em relação à política e aos partidos e à maneira como se faz política em Portugal de dar esse passo. Penso que também seria interessante que o recrutamento dos ministros pudesse ocorrer de entre os deputados eleitos, porque isso também ajudaria a uma melhor qualidade dos candidatos a deputado por parte dos partidos políticos.

Também não excluo a opção para um debate para um sistema mais puro Parlamentar ou Presidencial. Não excluo o debate. Continuo a dizer que antes de passarmos para soluções mais radicais convém olharmos para o funcionamento do sistema atual e operar-lhe modificações e que essas modificações possam ir de encontro à resolução dos problemas que identificamos. O que me parece é que esse debate nunca é feito em Portugal e não há vontade de fazer essa mudança.

Como acha que tem evoluído a democracia em Portugal?

Eu sempre considerei que houve um erro de interpretação. Houve muita gente que confundiu democracia com o derrube da ditadura. E que julga que a democracia se circunscreve à sua conceção mínima que é haver eleições competitivas e de haver liberdade de expressão. Ora, a democracia sem isso não existe, mas a democracia do meu ponto de vista é mais do que isso. Aquilo que eu considero é que o pilar da

democracia em Portugal foi rapidamente tratado, mas que hoje não responde aos problemas dos cidadãos no seu conjunto e foi muito assente nos partidos políticos. Os partidos políticos passaram a trabalhar mais e a operar mais do lado institucional do que do lado da sociedade, do que do lado das pessoas. E isto cria desequilíbrios enormes, portanto eu diria que falta cumprir ainda aquilo que se designa na Ciência Política pela qualidade da democracia, que falta aí cumprir ainda muito, muito, muito, e sobretudo falta aos partidos perceberem que ou começam rapidamente a trabalhar junto das pessoas, e a serem representantes das pessoas, na democracia institucional, ao nível das instituições da democracia, ou então as pessoas continuarão de costas voltadas porque verdadeiramente, na minha opinião, os partidos hoje a única coisa que fazem, na maioria dos casos é selecionarem pessoas e todas as outras funções estão a desaparecer.

Como comenta a alegada falta de qualidade da classe política?

Eu julgo que nos últimos anos tem havido...eu concordo com essa constatação. Tem havido, no global, uma diminuição da qualidade do pessoal político. Porque, do meu ponto de vista, isso tem a ver com as regras do funcionamento em concreto da política em Portugal e tem a ver com o estatuto que hoje é atribuído a um representante político. E, portanto, estas duas conjugações, que têm obviamente vários fatores que as justificam, faz com que muita gente se afaste. Faz com que muita gente perceba que pode interferir nas decisões do poder, não sendo político, sendo visto no papel de independente e, portanto, aquilo que eu considero é que isso, naturalmente, cria mais uma vez aqui grandes disfunções e sobretudo afastamentos entre os eleitos e os eleitores.

Eu não tenho nenhuma memória de algum trabalho científico nessa área, mas seria importante verificar onde é que são recrutados os membros do Governo. Ou onde é que são recrutados gestores no sector empresarial do Estado. Aquilo que eu considero em Portugal é que quando a política, nos lugares de relevo, for entregue a pessoas que tenham competência para poder desenvolver com autonomia essas mesmas competências, eu julgo que aí há um regresso... um aumento da qualidade da vida política.

Como acha que isso pode ser feito?

Na minha opinião, dando liberdade de voto aos deputados no Parlamento é um exemplo. Um pessoa vem para o Parlamento, tem ideias próprias e a certa altura começa a ter que votar de uma forma diferente daquilo que ele pensa, começa a ser violentado. Volto a dizer que não é nas questões da governabilidade nem da proposta eleitoral. Portanto, há um esquema mecânico do funcionamento da nossa democracia muito ligado aos partidos políticos, que dá pouca liberdade às pessoas que querem fazer política, de o fazerem verdadeiramente, assumindo a sua responsabilidade e mantendo níveis elevados de solidariedade com o partido a que pertencem. Este é um ponto que me parece relevante, porque se uma pessoa ter propostas, tem iniciativas e essas propostas, por exemplo, nunca são agendadas, naturalmente que a pessoa a certa altura diz o que é que eu cá estou a fazer. A minha vida é mais útil noutra área. A forma como a política está organizada, quer por via dos partidos, quer por via das instituições, não cumpre todos aqueles requisitos necessários para que o processo de decisão seja transparente, seja adequado e envolvente. E, portanto, em Portugal decide-se mais e legitima-se depois em vez de se avançar para um processo deliberativo em que toda a gente participa do princípio ao fim, em que toda a gente participa na decisão, e em que toda a gente participa na avaliação da própria decisão, para responsabilizar quem a tomou, para daí tirar conclusões. Portanto, este cuidado pelos procedimentos da democracia, que no fundo é a democracia real, em Portugal, isso não existe. E isso afasta muitas vezes as pessoas. Imagine um debate sobre a inovação. Ou uma iniciativa de inovação. Ela entra no Parlamento. É distribuída a uma comissão. Mas, essa comissão que tem um mês para elaborar um parecer, e começa a trabalhar na elaboração do parecer, a investir, e a certa altura vem uma informação a dizer que já está agendado para terça-feira para Plenário. A pessoa diz: mas o que é isto? Pergunta-se porquê? E dizem que prevalece o direito e não sei o quê...ou seja, isto não é processo legislativo. Isto é um instrumento para o debate político, de retórica política, como se uma lei assim aprovada pudesse depois modificar a realidade ou vir melhorar a vida, neste caso das nossas empresas ou daquilo a que for aplicado. Portanto, o rigor, a exigência, a transparência, o respeito pela opinião, a participação, o envolver mais pessoas no processo de decisão e a avaliação estão afastados claramente da forma de fazer política em Portugal.

O que considera um bom político?

Eu acho que um bom político é uma pessoa que tem uma ideia do que quer para o seu país, que está disponível para se bater por ela, que tem convicções, que tem valores, que honra a sua promessa eleitoral e que tem um relacionamento permanente com os eleitores a quem presta contas, não de quatro em quatro anos, mas permanentemente. Uma pessoa que sabe ouvir. Que antes de dar a sua opinião possa recolher informação, quer das pessoas que estão no terreno, dos seus destinatários. Que seja capaz de traduzir em ações concretas, se for executivo é mais fácil, mas se estiver no Parlamento através do processo legislativo, ou através das perguntas ao Governo, ou da fiscalização ao Governo, aquilo que são as suas ideias para o nosso país.

Uma qualidade para um bom político?

Seriedade.

O que acha que é a política?

Para mim a política é a possibilidade que eu tenho de poder dar o meu contributo, através das minhas ideias, dos meus princípios e dos meus valores, para mudar a minha comunidade. Mudar para melhor. É um serviço público, digamos assim.

Considera que a atividade política é uma profissão ou uma ocupação?

Não. Eu considero que a actividade política não é uma profissão, mas que a política tem determinados níveis de exigência que obriga a um grande profissionalismo da acção política. Isso significa que a pessoa que quer fazer política de uma forma consistente, naturalmente que tem que ter uma grande dedicação, durante muito tempo, a essa atividade. Portanto, tem que ser muito profissional no exercício da sua função. Aquela ideia de há 30 anos de que vir para a política era: chega-se de manhã, lê-se os jornais, fala-se com umas pessoas, depois almoça-se, depois faz-se um discurso e depois faz-se um debate e está a política feita. Isso não é política. Eu sei que há muita gente que pode ter essa perceção da política, ou até essa conceção da política, mas isso não é

política. Política significa preparar bem as reuniões que se vai ter numa comissão. Os deputados são os únicos titulares de um órgão de soberania que não têm sequer um assistente para trabalhar com ele.

Acha que a Lei da paridade veio contribuir para a renovação e melhoria da qualidade? Como interpreta isto?

Eu votei a Lei da paridade e tornaria a votar. Olho para ela como um mecanismo que, através de um artifício, corrigir um desequilíbrio natural que existe. Houve muitas mulheres que puderam participar na vida política e pública, graças a este mecanismo. O meu desejo é que a médio prazo, ou mesmo a curto prazo, essa lei deixe de existir e que possa haver um equilíbrio muito grande na participação dos diferentes géneros na política.

Como encara os partidos políticos? Há quem diga que estão mais fechados. Concorda com isso?

Sim. Completamente. Muito fechados. Eu tenho dito e tenho escrito várias vezes que considero que se os partidos políticos não se abrirem, não se organizarem de forma diferente, e não funcionarem de um modo diverso, que estão condenados a serem exércitos eleitorais, mas que são dispensáveis durante o período da governação. Não são atrativos os partidos. São espaços onde é difícil entrar para se fazer política do P grande como eu costumo dizer. São espaços fáceis de entrar se for para alinhar em esquemas de repartição de poder.

O que pensa do monopólio dos partidos na escolha e apresentação de candidatos?

Os partidos têm um monopólio muito grande em Portugal, deriva obviamente do lado fundador da nossa democracia institucional. E eu julgo que tem havido algum progresso, embora lento. O facto de poder haver cidadãos independentes a candidatar-se a Câmaras Municipais é um progresso nesse sentido. Eu próprio apresentei, nunca foi agendado para votação um projeto de lei que permite que os cidadãos possam

apresentar, em número a definir, candidatos para o cargo de Provedor de Justiça. Não tem sentido que esse seja um monopólio só dos partidos. O Provedor de Justiça é o defensor dos cidadãos perante os abusos do Estado, tem todo o sentido pelo menos propor que isso pudesse acontecer.

Sou muito, muito, muito renitente à abertura de candidaturas de cidadãos independentes para eleições legislativas. Se tivesse que votar hoje o meu voto seria negativo. Não quer dizer que não possa evoluir nesse ponto de vista, porque eu considero que, para efeitos de um sistema para responder às questões da governabilidade, a proliferação de pequenas candidaturas de independentes, que venham a ser eleitos, pode responder ao problema da representação, mas não resolve o problema da governabilidade. Agora, outro elemento interessante, no meio disto tudo, tem a ver com o seguinte. Se nós olharmos para as candidaturas de independentes a Câmaras Municipais, nas três últimas eleições, não há nenhuma que não tenha sido uma candidatura dissidente de um partido político. Isto é, as candidaturas independentes foram utilizadas como candidatos desavindos no interior dos partidos que se candidataram pela lista independente. Verdadeiramente, da cidadania, eu não encontro candidaturas verdadeiramente de independentes, ou de não partidários. Não quer dizer que não haja independentes a participar nessas candidaturas.

Como vê a função fiscalizadora da Assembleia da República? Acha que é bem feito? É maior ou menor do que era?

Mudou muito. Eu sou suspeito porque coordenei a reforma de 2007. Mas, os ministros passam a vir quatro vezes por ano, obrigatoriamente, às comissões. Os grupos parlamentares têm direitos protestativos. Propõem a vinda de um ministro da economia, é chumbado na comissão, eles dizem: ok, mas eu tenho aqui um direito e utilizo-o e o ministro tem que vir mesmo. Isso é uma alteração muito grande. O primeiro-ministro passou a vir de 15 em 15 dias ao Parlamento. É uma das minhas propostas que foi aprovada e que não está em vigor, infelizmente, é a obrigatoriedade de cada ministro vir uma vez por ano ao Plenário, a responder a perguntas. Desse ponto de vista há um controlo maior. Foi fixado um limite para o Governo responder às perguntas dos deputados. Trinta dias. Há um aumento da fiscalização. O que eu acho é que ao aumento

de oportunidades não correspondeu um aumento da qualidade, quer da questão, quer da resposta.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

É adequado à realidade do país, é. Se são muitos ou se são poucos para o funcionamento do Parlamento eu respondo da seguinte forma: Se é para o Parlamento funcionar como tem funcionado atualmente é um exagero. Bastam seis. Um para cada grupo parlamentar e depois levanta uma placa com o número de votos. Estou a ridicularizar, mas é um pouco para dar essa ideia. Tudo depende para o que é que nós queremos o Parlamento. Se nós queremos um Parlamento com deputados que estão presentes junto dos seus eleitores, que encaminham as suas questões e que a administração e o Governo tem que dar resposta e os deputados respondem aos seus eleitores, informando como está o seu assunto, eu considero que, comparativamente com outros países, os 230 é um número que está na média. Se for para o deputado votar com disciplina partidária, estar mais enfiado no Parlamento do que em trabalho de círculo e coisas deste género, eu acho que é um exagero. Até 180 são demais.

Defende maiorias de um só partido?

Eu defendo maiorias de um só partido, como defendo maiorias através de acordos, ou de incidência Parlamentar, ou através de coligações, tudo dependendo, obviamente, da situação que existir. O que eu defendo é que o país está numa situação tal que precisa de uma cultura de convergência entre as forças partidárias. E essa cultura de convergência não é uma cultura aritmética. Isto é, eu tenho uma maioria absoluta, logo não preciso de dialogar com os outros. Errado. Eu tenho uma maioria relativa, logo tenho que fazer uma coligação. Também é um erro. Daí que eu defenda o reforço dos mecanismos de governabilidade para garantir o mínimo da estabilidade para um Governo, mas tem que haver uma nova cultura, independentemente de eu ter uma maioria relativa ou uma maioria absoluta, eu tenho a ganhar, eu e o meu país, se tiver um primeiro-ministro ou um Governo com uma capacidade de diálogo enorme com todas as forças políticas e de convergência. O que eu acho é que nós fazemos a política do dia seguinte. Em vez de nos sentarmos e tentar criar grandes espaços de

convergência, entre políticas estruturantes para o país, nós estamos sempre a discutir o dia-a-dia. Discutir o dia-a-dia quando às 20h00 as pessoas estão em casa para verem o que é que se disse, naturalmente que os partidos procuram a clivagem, em vez de procurarem o consenso.

Como encara o futuro da Europa? Acha que é uma solução a prazo? Acha que devemos caminhar para uma Federação de Estados?

A Europa faz parte da solução. A Europa é um projeto com imensas potencialidade e virtualidades. Está é esquecido. Eu sou um federalista há muitos anos que defendo a solução política para a União Europeia e julgo que temos andado, sobretudo desde a queda do muro de Berlim, aqui num equívoco e em situações muito pouco claras. Eu defendo um projeto para a Europa, muito claro, em que participa quem quer participar e não participa quem não quer. Desse ponto de vista não tenho nenhum receio de que a Europa possa ter, ou duas velocidades, ou dois universos completamente diferentes. Não pode é ser uma velocidade para os mais ricos, para os mais desenvolvidos, e outra para os mais pobres. Eu não conheço no mundo nenhum exemplo de uma união económica e monetária que tenha sobrevivido sem união política. Aquilo que verificamos é que temos hoje uma Europa que afeta todas as suas preocupações, todos os seus instrumentos e todos os seus custos às questões monetárias e às questões financeiras e quase nenhuma às questões do crescimento económico. Isso cria um desequilíbrio enorme como está à vista. Eu julgo que há uma preponderância excessiva da Alemanha atual no seio da União Europeia e do próprio Banco Central Europeu. E, portanto, se a Europa continuar neste caminho, não vejo que a Europa corresponda nem sequer ao projeto, nem sequer às expectativas que os Estados colocam nela.

O que pensa de uma possível limitação de mandatos à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu?

Eu sou um republicano, portanto não gosto muito de leis que limitem os mandatos. Quem define os mandatos é o voto popular. Porque é que se chegou a uma lei de limitação de mandatos? Porque se chegou à conclusão que o poder perpetua as

peessoas que lá estão. Isso significa que em vez de termos operado modificações no poder, e no exercício do poder, operamos modificações dizendo: você entra, mas no máximo só lá pode estar três mandatos. Eu julgo que é uma maneira enviesada de resolver um problema. O que nós deveríamos discutir é porque é que nenhum primeiro-ministro que foi a eleições perdeu a eleição seguinte, quando se recandidatou. Porque é que nenhum presidente do Governo regional perdeu uma eleição, porque é que a esmagadora maioria dos presidentes de Câmara não perdem eleições, particularmente no primeiro mandato. Nas últimas eleições, se não me falha a memória, houve uma rotação de presidentes de Câmara inferior a 15%. Significa que o peso do poder na vida dos cidadãos em Portugal é muito determinante na escolha. Isso não é muito abonatório para a nossa liberdade, nem para o funcionamento da nossa democracia.

Acha que continuamos a ter uma verdadeira política de esquerda e de direita?

Eu acho que faz todo o sentido haver esquerda e direita. Sendo mais concreto, esquerdas e direitas. Agora se os partidos agem em coerência e se identificam claramente à esquerda e à direita, não. Há partidos que tradicionalmente são arrumados à esquerda e que podem ter políticas e até discursos de direita e vice-versa. Eu acho que isso acontece muito, derivando da necessidade de se alargar a caça eleitoral, diminuiu-se a guarda ideológica.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Interpreto como um sinal aos políticos dizendo que há cidadãos que não estão de acordo com o atual sistema. Noto isso em dois fenómenos. No da abstenção, embora hajam muita abstenção técnica, e noto também nos cidadãos que vão às eleições e que votam em branco. Nas eleições europeias votaram 160 mil cidadãos em branco. E, naturalmente, isso é um sinal preocupante de gente que quer a democracia mas que não concorda com a oferta partidária.

Acha que os lugares políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos atores?

Não. Eu acho que há uma rotação, embora se nós olharmos para as lideranças verificamos que, à exceção do PSD, elas têm muitos anos. O Jerónimo de Sousa é o terceiro líder do PCP e já está há uma série de anos. O Francisco Louçã é o primeiro líder do BE e já está há uma série de anos. O Paulo Portas já está há uma série de anos. O José Sócrates está há sete anos. Eu não acho que a democracia tenha que ser uma coisa de estar sempre tudo a mudar. Nós somos um país com 10 milhões. E aqueles que se dedicam à política que estão disponíveis para fazer essa luta é um número reduzido, mas vamos para outras áreas. CGTP. UGT. Há quanto tempo o Carvalho da Silva e o João Proença são líderes? Comentadores políticos, há quanto tempo o Pacheco Pereira é comentador político ou o Marcelo Rebelo de Sousa? Só para dar alguns exemplos.

Mas, mesmo assim tem havido alguma renovação. Eu acho que até tem havido alguma rotação. Agora, a renovação no sentido de novas práticas, novas culturas, novas formas de estar, essas são muito, muito, muito lentas porque o sistema está muito bem oleado para impedir que a diferença possa alterá-la. Eu gostaria que as regras fossem outras, para que outras pessoas entrassem, mas não queria depois que essas pessoas saíssem. Eu não encontro na política um problema de mudança de pessoas, isso até tem havido, encontro mais um problema de outro tipo de pessoas a virem para a vida pública, para a vida política. Porque algumas pessoas vêm, é um em 10, ou um em 20, ou um em 30, e depois estão um mandato e desaparecem, vão-se embora, afinal não era isto que eu queria, afinal isto é uma desilusão. Eu gostava de ter no funcionamento, quer partidário, quer da instituição em particular do Parlamento, de modo a que houvesse uma renovação de regras e de métodos que atraíssem mais gente. Isso é que me parece essencial.

ENTREVISTA 8 DR^a MARGARIDA SALEMA

Ex. Deputada AR/Ex. Eurodeputada/Jurista

12/05/2011



Foto 8 – Dr^a Margarida Salema após entrevista no dia 12 de Maio de 2011

Acha que o sistema político português concorre para as variáveis proporcionalidade, representatividade, governabilidade e qualidade dos atores?

Eu sou muito adepta deste sistema. Primeiro eu sou adepta da proporcionalidade. E está verificado que o sistema de representação maioritário, apesar de ter já sido defendido, no passado em Portugal, por vários proeminentes juristas e candidatos a Presidente da República. O que é um facto é que, do conhecimento que eu tenho do sistema de representação maioritária e mesmo no contacto que tive, por exemplo, com deputados ingleses ao Parlamento Europeu, é um sistema muito...não é um bom sistema, o sistema maioritário.

Mas porquê?

Eles entendem que o deputado do sistema maioritário, em que o sistema se baseia em círculos uninominais, o deputado acaba por ficar a resolver problemas para os quais ele, manifestamente, não tem a competência. E depois tem uma proximidade com o eleitor muito grande em que o eleitor vai falar com o deputado para resolver o problema da paragem do autocarro...problemas muitos específicos que não passam por uma opção legislativa. O sistema de representação proporcional enquanto se mantiver no órgão legislativo como nós temos, enquanto existir este sistema de separação de poderes que nós temos, enquanto ele funcionar, parece-me que é um sistema que permite trazer para a Assembleia representação adequada das várias correntes de opinião política que existem na sociedade, independentemente disso ser complicado em termos de maiorias parlamentares. É um risco que se corre.

O problema da governabilidade o problema foi-se ultrapassando. De facto nós sabemos que os Governos minoritários têm de facto grande dificuldade em fazer uma governação de estabilidade. Isto é durante os quatro anos de legislatura. Isso para mim preocupa-me. Nesse sentido, os partidos têm vários caminhos à escolha. Devem ser os próprios partidos a encontrar soluções para dentro de um sistema de representação proporcional se entenderem. Eu admito correções. Outro inconveniente é o afastamento aos eleitores. Os eleitores não conhecerem os deputados. Também não sei se será assim tão importante saber qual é o deputado. Interessa sobretudo ao eleitor saber o que é que está a ser feito. Eu sou daqueles políticos que não penso que é tão importante pessoa. Penso que é muito mais importante aquilo que ela faz.

Proximidade/afastamento entre eleitor e eleito?

O que eu penso é que o eleitor deve estar próximo das decisões que o afetam. Quando a Assembleia faz leis, faz leis gerais e abstratas. O que é importante para o eleitor não é saber se é o senhor A ou B, mas que lei é aquela. O que é que pretende e qual é a forma do eleitor poder...essa ideia de haver uma ligação talvez seja um bocadinho romântica. Se estivermos a falar do poder autárquico é diferente. Eu aprendi isto com o sistema inglês. Os deputados ingleses sofrem imenso. Porque eles são postos perante problemas pelos cidadãos eleitores, com os quais têm uma grande proximidade,

mas que não podem resolver. Digamos que para passarmos para um sistema diferente nós temos ainda que fazer um grande percurso de evolução democrática e cultural. O eleitor tem de perceber para que é que serve o deputado.

Vejo que defende círculos plurinominais e não uninominais?

Exatamente. Porque nos uninominais temos a representação maioritária. Só pode haver um. Há sempre um partido a ganhar. Portanto, isso leva a uma vantagem do sistema maioritário, que é conseguir Governos maioritários. Mas não tem a vantagem do sistema proporcional que é ter quase todas as forças políticas representadas na Assembleia. Que eu acho que é uma vantagem.

Defende listas fechadas e bloqueadas ou lista semiabertas?

Em Portugal acho difícil haver listas abertas. Porque o sistema de apuramento depois da votação é bastante mais complicado. E nós, com a frequência de eleições que temos, e com o peso eleitoral e recursos que envolvem as eleições. Teria ainda que haver muita discussão em torno disso. Mas, eu não estou a ver as pessoas a escolher. As pessoas não conhecem...é complicado.

Temos um sistema semipresidencialista. Optaria por um sistema parlamentarista ou presidencialista?

Eu entendo exatamente que num sistema parlamentar puro que já tivemos em Portugal não funciona. E, portanto, esta intervenção presidencial é importante. Eu acho que a Constituição é aberta e permite n situações. Por exemplo agora, o Presidente podia não ter optado pela dissolução da Assembleia. Podia ter optado por um Governo de iniciativa presidencial. O Presidente está a fazer um jogo demasiado formal. O que se verifica nos últimos anos no funcionamento do sistema é um formalismo excessivo, na minha opinião. Uma pouca capacidade criativa de arranjar soluções que não estejam no figurino. E isso a meu ver diz já bastante da craveira dos atores políticos. Que deviam ter a capacidade de, considerando as dificuldades do país, não estarem sempre a fazer fugas para a frente.

Mas alteraria este sistema?

Eu para já não fazia mexidas. Temos que arranjar soluções que tenham mais intervenção. O problema aí já não é das instituições. Portanto, eu não sou favorável, por hora, a grandes mexidas no sistema político, no sistema de Governo e no sistema eleitoral.

Como acha que tem evoluído a democracia em Portugal?

A democracia tem evoluído mas a democracia em Portugal é muito curta. Nós temos 35 anos de democracia comparados com séculos...portanto é difícil comparar a cultura democrática de um povo que sempre viveu em democracia, com carta de direitos fundamentais, etc. Eu julgo que a nossa democracia ainda tem muito para aprender. Há uma cultura democrática de aceitação das decisões da maioria, que é uma coisa que as pessoas aqui não conseguem aceitar, mas vão ter que aceitar, porque é esse o jogo democrático. Eu julgo que os partidos anquilosaram-se um pouco.

Como interpreta a qualidade da classe política em Portugal?

Há muitas críticas à classe política. Eu julgo que aí também há uma generalização excessiva, porque não há uma classe política. Há pessoas que exercem poder na Assembleia da República, ou no Governo, ou nas autarquias, de vários partidos, que não têm muitas vezes caminhado no sentido de resolver bem os problemas que têm que resolver e daí essa insatisfação que existe.

E acha que há falta de qualidade?

Sim. Porque aliado a esse problema de falta de satisfação das pessoas, há também o problema da corrupção, há também uma grande tendência para considerar que, enfim, as pessoas que estão nessas posições se aproveitam do lugar para isto e para aquilo e isso preocupa-me, naturalmente. Eu sempre acho que há pessoas e pessoas. Mas eu preferia distinguir que há, apesar de tudo, dirigentes políticos que fazem política por

convicção. Mas, também nem sempre o eleitor também é muito capaz. Esse é que é o tal problema do deficit cultural, democrático. O português acha que não vota, acha que não quer saber, o português acha que a culpa é dos outros. Eu reparto aqui as responsabilidades por todos. Em cada eleição a qualidade dos deputados tem vindo a diminuir. Algumas pessoas não colocaram no Parlamento pessoas experientes. Que tivessem alguma noção e alguma sensibilidade.

O que considera um bom político?

Um bom político tem que ser aquela pessoa que utiliza a política para melhor defender os interesses das pessoas. E que o faz de forma isenta, imparcial, no sentido de que não está ali para se promover ou para qualquer outro objetivo, e que o faz de forma democrática. E há desses em todos os partidos. São aquelas pessoas que, denodadamente, defendem as suas posições e que contribuem para o desenvolvimento da democracia. O político tem que ser uma pessoa que não faça demagogia.

Principal qualidade de um político?

Eu diria que é a independência. Que é uma coisa que não existe. Quando falamos em independência, estamos a falar em todos os planos. Financeira, mental, espiritual, cultural.

Considera a atividade política uma profissão ou uma ocupação?

Não penso que se possa considerar que político é uma profissão. O que é que acontece se a pessoa não é eleita? Perde a profissão? Não se pode considerar que seja uma profissão, ou uma ocupação. É uma atividade que se exerce durante algum tempo. Agora há profissionais da política nos partidos políticos, que são aquelas pessoas que são funcionários dos partidos ou que exercem ou que ocupam cargos nos partidos e que depois se candidatam e que ficam lá o resto da vida. Mas, apesar de tudo nem todos os partidos funcionam assim. Aliás a virtude de um político é saber quando é que inicia o seu mandato e quando o acaba. Não há maior virtude do que alguém demitir-se quando

entende que não cumpriu devidamente as suas funções, mesmo que ainda possa lá ficar por este ou por aquele motivo.

Acha que a Lei da paridade veio concorrer para a renovação e melhoria da qualidade da representação?

Quando não há paridade por via natural tem que ser por via artificial. Ou seja, tem que ser imposta. Se os partidos não conseguem, sobretudo alguns partidos que são castiços nisso, não têm muitas mulheres e sobretudo as mulheres não atingem determinados níveis dentro da direção ou dentro das estruturas dos partidos. Eu penso que a lei é positiva no sentido de que pelo menos obriga os partidos a fazer um esforço para integrar mulheres nas listas. Isso acho que é importante. Durante muito tempo lutei por isso.

Acha que os partidos políticos hoje estão mais fechados? O que acha que deviam mudar?

Os partidos estão muito fechados. E, estão muito mediatizados, que é uma coisa que a mim me choca bastante, mas é a realidade. Os partidos querem dar uma determinada imagem de si próprios e, portanto, fazem-no profissionalmente, recorrendo a agências que trabalham a imagem que é uma coisa que me choca profundamente. Eu considero exatamente isso o oposto da política. Isto é, aquele indivíduo que é reconhecido pelos eleitores porque tem uma imagem bonita ou esteticamente bem articulada, e não outro que não tem essa imagem produzida e bem articulada mas que falou e ninguém quis ouvir. As pessoas só ligam aos slogans.

Eu acho que os partidos, sendo e tendo o monopólio da representação política tinham que ser muito mais atuantes e interventivos e deviam ser mais abertos. Deviam ser mais transparentes. Antigamente os partidos faziam sessões as pessoas iam. Agora as coisas já não são assim tão diretas. E isso leva a que mensagem chegue muito...não sei...porventura não é clara. Os partidos deviam atuar de forma mais clara, talvez este seja o adjetivo. Os partidos deviam ter mais preocupação em apresentar as suas propostas concretas do que em digladiarem-se. E depois os eleitores fazerem a sua avaliação.

O que pensa do monopólio dos partidos políticos na escolha e apresentação dos candidatos?

No estágio atual da nossa democracia não há hipótese de termos outro tipo de solução, porque nós vemos que a solução de abertura que foi feita a nível autárquico, aos grupos de cidadãos eleitores, ainda não é uma coisa que corra muito bem. Nós ainda temos que ter mais experiência destes grupos e a forma como eles se estruturam e como se organizam, para saber se podemos partir para um sistema em que haja outras estruturas que possam coabitar com os partidos e partilhar para que eles deixem de ter o monopólio da representação. O que é que os partidos têm feito? Têm aberto as listas a independentes. Curiosamente os partidos não fazem coligações de eleitores, com exceção do PCP e do PEV, que fazem sempre a CDU. Para a Assembleia. Depois há muitas coligações de partidos para as Autárquicas.

Curiosamente o Dr. Sá Carneiro tinha uma ideia contrária. E dizia: nós vamos é coligar-nos antes que é para as pessoas saberem o que é que nós nos propomos fazer. Agora que toda a gente diz que deve um Governo da maioria, não nenhuma coligação pré-eleitoral. Agora pergunto: como é que é possível haver coligações governativas pós-eleitorais? A partir do momento em que se atiram as pessoas todas umas contra as outras, os partidos todos uns contra os outros, como é que eles querem que nos dia 6 de Junho já esteja tudo a querer fazer outra vez coligações? É óbvio que não.

Como avalia a função fiscalizadora da Assembleia da República em relação aos Governos?

Eu penso que apesar de tudo as oposições vão fazendo uma fiscalização da atividade governativa, mas ainda muito formal, ou então ao nível político. Não há uma fiscalização intermédia, que é aquela fiscalização da atividade governativa diária. Dirão que os deputados não têm elementos para fazer essa fiscalização. Pois não. Precisamente por isso é que existe a Assembleia, para controlar o Governo e tentar perceber o que é que se está a passar numa série de áreas importantes. Talvez pudesse haver mais mecanismo de controlo como há no Parlamento Europeu. As perguntas

orais, as perguntas escritas. Há os requerimentos, mas são todos pouco conhecidos. Acho que devia haver um controlo maior do Governo.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Não. É excessivo. Nós sabemos que é.

E porquê?

Porque o Parlamento nunca se organizou internamente de uma forma séria e profissional. Os deputados têm todos que ter incumbências parlamentares. Não é só a pessoa que vai lá e vota. Todos os deputados têm que ter relatórios para fazer. Só que o sistema na Assembleia é sempre um sistema diretório partidário. Diretório do grupo parlamentar. Os dossiers não são divididos por todos os deputados. A maioria deles está ali porque são conhecidos lá na terra. Porque dão votos. Por esta ou por aquela razão.

Defende maiorias de um só partido?

Isso é o ideal. Há um sistema de representação proporcional, se o partido tiver a maioria absoluta não vejo qualquer problema.

Como vê o futuro da Europa? Acha que é uma solução a prazo?

Não. Não vejo o fim da Europa. Julgo que é típico. O grande problema da Europa é que se esticou demasiado, alargou-se muito e, naturalmente que a solidariedade é muito mais difusa. Mesmo com alguma falta de solidariedade, em relação a este o aquele Estado, eu penso que a Europa não é por aí que vai acabar.

Acha que devemos avançar para uma Federação de Estados?

Não defendo. Não penso que a Europa se vá desfazer, nem eu acho que a Europa esteja madura para se transformar numa Federação de Estados. A Europa teve que encontrar esta solução original por causa dos seus problemas que não existiram noutros

continentes. Este tipo de união é motivado pelas divergências e não pelas solidariedades. É uma União que tem na sua base as guerras mundiais e as divisões fratricidas. A Federação de Estados talvez daqui a 50 anos. No imediato não defenderia isso. Aliás, a Europa vai sofrer problemas demográficos muito graves, daqui a 40 ou 50 anos e as coisas pôr-se-ão de outra maneira. Mais eu penso que mais fácil vai haver novas formas de colonização do que vai haver Federação de Estados.

Em que aspeto?

É difícil dizer. Mas, no caso português, se Portugal passasse a ser um país pequeno, com 4 ou 5 milhões de habitantes, provavelmente seria colonizado por outro país.

Acha que a Espanha?

A Espanha não. Eu acho que seria Brasil sempre. Eu nunca vi ninguém defender isso. Isto é uma coisa do arco das hipóteses e não na minha vida. Mas acho que mais seria por aí do que por outra situação qualquer.

O que acharia da limitação de mandatos à Assembleia da República e Parlamento Europeu? Defenderia?

Eu acho que sim. Eu sou a favor da limitação de mandatos. Eu acho que deve haver renovação. É muito importante para as pessoas saberem que não vão poder ser eleitas novamente, o que as obriga a ter uma equidistância do poder. A tal isenção, a tal independência também implica equidistância.

Defenderia uma solução dessas. Talvez defendesse também estatutos diferentes para os deputados, consoante eles quisessem manter o exercício das funções profissionais ou não.

Acha que continuamos a ter uma verdadeira política de esquerda e de direita?

Não. Hoje não há política de esquerda e de direita, a não ser no aspeto económico e de meios de produção. Saber se a propriedade se mantém ou não, dentro de determinados meios de produção, no poder público. Aí é que pode haver uma distinção entre esquerda e direita. Onde as questões talvez sejam mais fraturantes tem a ver com os valores.

As ideologias deixaram de ser estanques porque o mundo mudou muito, com a globalização, e deixou de se poder defender preto e branco. Hoje nada é verdadeiramente preto nem verdadeiramente branco.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Os portugueses são abstémios por natureza. As pessoas abstêm-se, não porque tomaram uma atitude prévia política de abstenção, ou seja não pelo juízo político, mas um juízo de indiferença, que é o pior juízo que se pode fazer. É um problema de falta de cultura democrática. O verdadeiro poder interventivo e por isso eu acho que muitas das culpas que assacam à classe política é dos eleitores.

Acha que os lugares políticos são ocupados quase sempre pelos mesmos atores?

Eu na Assembleia da República não encontro as pessoas que estavam lá. Com exceção 10 pessoas. Mas há partidos onde há uma certa permanência das pessoas. Há outros que não. Os líderes partidários andam a mudar constantemente. E quando muda o líder partidário muda o pessoal político todo. Em qualquer caso eu acho que não há essa constância. Muito pelo contrário. As caras da Assembleia são quase todas desconhecidas.

ENTREVISTA 9 DR. MANUEL CARVALHO DA SILVA

Ex. Secretário Geral da CGTP Inter-Sindical

17/05/2011



Foto 9 - Dr. Carvalho da Silva, em Fátima, após entrevista no dia 17 de Maio de 2011

Acha que o Sistema Político Português responde a variáveis como a representatividade, proporcionalidade e governabilidade?

Eu acho que o sistema, como está, corresponde a uma representação ampla. Em relação à Assembleia da República, o problema não é do sistema, o problema é do contexto e daquilo que são linhas dominantes na prática política em geral. Põe-se muitas vezes o enfoque, para ultrapassar questões da não participação dos cidadãos, no sistema quando, do meu ponto de vista, a possibilidade de alteração, por exemplo da dimensão da participação dos cidadãos nos atos eleitorais etc não se resolve pelo sistema mas sim por práticas e por outras formas de exercício e de atitude face à política. Do ponto de vista formal não encontro grandes problemas.

Acha que o método da média mais alta de Hondt acha que se adequa?

Essa é uma velha questão. Eu não sou especialista. Vejo o que os especialistas vão escrevendo sobre isso, os círculos uninominais ou outras formas de lista...são questões interessantes mas eu insisto...acho que o problema talvez não esteja tanto nas formas e mais...

Os políticos queixam-se muito de que não conseguem governar sem maiorias. O que acha disso?

O que era preciso era uma conceção de governar com os cidadãos. A democracia não é apenas a expressão formal da participação dos indivíduos no ato do voto. A democracia tem que ser muito mais que isso.

O que acha que tem que se fazer?

Primeiro é preciso ouvir o que dizem os cidadãos. Há uma expressão apresentada no relatório pelo diretor geral da Organização Internacional do Trabalho que tem uma frase que acho muito interessante: diz que os poderes políticos atuais acham que grandes grupos financeiros são fortes demais para os quebrar e ao mesmo tempo têm uma atitude perante as pessoas de acharem que elas são fracas demais para serem ouvidas. Ou seja, a questão da democracia coloca-se muito mais no respeito pelos direitos dos seres humanos e pela dinamização da participação dos cidadãos nas organizações diversas, em todas as áreas da sociedade, desde a política, à económica, à social, à cultural...o problema penso que está em dar outro protagonismo ao cidadão e aos coletivos dos cidadãos.

Optaria por círculos uninominais?

Às vezes há alguma atracção por um sistema que seja uma mescla dos dois sistemas. Poderia haver aí alguma vantagem...mas há análises de ordem sociológica que precisam ser feitas para ver se a coisa vai dar ou não. Qual é o nosso Estado de

desenvolvimento em vários aspetos e numa conceção cultural, usando aqui o conceito de cultura com uma dimensão profunda e precisando de acompanhar essas hipóteses de alteração.

E o que pensa em relação ao sistema eleitoral na Administração Local? Acha que este é um bom sistema?

Em Portugal o fator mais decisivo das transformações que se operaram no nosso país talvez tenha sido o poder local. O poder local teve um papel durante algumas décadas extraordinário até ser aprisionado pelos poderes do cimento armado e da especulação financeira. Portanto, nas primeiras décadas, com a participação de todos os partidos e o atual sistema permitiu essa participação. O poder local teve realizações espantosas. Por exemplo a evolução que tivemos nos indicadores de saúde, uma evolução extraordinária. Foi feita uma revolução ao nível das infraestruturas básicas. O poder local foi das maiores realizações do Portugal democrático. Não tenho dúvida quanto a isso. Eu julgo que há agora é muito mais a preocupação de manutenção de poderes e, nesse sentido, a busca de formas eleitorais e outras que se adaptem a essa manutenção de poderes.

Fala-se na redução do número de Municípios e Freguesias. Concordaria com uma solução dessas?

É um perigo. Há Estados na Europa que têm uma estrutura de poder local mais descentralizada do que nós temos. Não somos nós que temos a estrutura do poder local mais descentralizada.

Não defenderia uma redução?

Pode haver reajustamentos em certos espaços geográficos. Não estou a dizer que não se faça nenhum reajustamento. Mas tenhamos em conta que as autarquias desempenharam um papel extraordinário.

O contributo do poder local foi extraordinário. Agora esta hipótese de redução, não nos esqueçamos dos impulsos ao desenvolvimento. Não nos esqueçamos do papel

que as autarquias tiveram do ponto de vista do combate ao desemprego e de criação de emprego. Em muitos casos nós vamos ter que recentrar o conceito de economia e vamos ter que recentrar o conceito de desenvolvimento, em Portugal como na generalidade dos países. Não vamos ter o mesmo modelo de sociedade que tivemos. Uma das coisas que vai ser indispensável, de certeza, vai ser a construção de um conceito de Porter criar clusters de carácter regional impulsionadores para que haja possibilidade de pequenas empresas se afirmarem e se criar dinâmicas de emprego. E poder local tem um papel fundamental.

Se fizermos uma alteração da estrutura sem fazer um exercício de memória pode ser um desastre muito grande.

Acha que o sistema semipresidencialista responde às necessidades do país? Mudaria para um sistema presidencialista ou parlamentarista?

Eu acho que são necessários equilíbrios. Embora o sistema, para uns designado semipresidencialista e para outros semiparlamentarista, tem funcionado com algum equilíbrio.

Como acha que tem evoluído a democracia?

A democracia está aprisionada. Claramente aprisionada por desequilíbrios e relações entre os poderes. O poder financeiro com uma forte componente especulativa. A força do financeiro e do económico sobre os outros poderes é avassaladora e, portanto, aprisionou claramente a democracia. Como instrumentos de aprisionamento podemos verificar por exemplo o proliferar de um certo compadrio, a corrupção que se foi instalando a partir desse poder sem controle que é o predomínio do poder financeiro.

Como vê hoje a qualidade e credibilidade da classe política? O que acha que precisa mudar nesta classe política?

Interessa ao poder financeiro e económico descredibilizar. Descredibiliza porque instrumentaliza e depois denuncia. Portanto, tem dois instrumentos que se conjugam para lhes facilitar a vida...

Mas acha que é com verdade que se diz que há uma diminuição da qualidade dos atores políticos?

Isso é uma decorrência inevitável. Se se passa para um patamar de predomínio do financeiro e do económico sobre o político, com uma submissão, quer no plano interno, quer no plano internacional, com uma submissão que limita muito o poder político e se nessa evolução se desenvolvem mecanismos que permitem compadrios, corrupção, inevitavelmente a qualidade dos atores baixa. Eu acho que a qualidade dos atores políticos baixou e que esse problema deve ser um dos que se deve dar muita atenção.

O que considera um bom político?

A política deve ser a ciência das ciências. Deve ter valores que se coloquem acima das outras dimensões de análise da sociedade ou de organização, ou de intervenção da sociedade. A política deve ser a expressão limite da interpretação daquilo que é o interesse do povo. Ser bom político é ter valores. Há uma dimensão moral, ética, de responsabilização. Um conceito de responsabilidade próprio da responsabilidade perante o coletivo e de responsabilidade do valor de cada cidadão. Este conceito de responsabilidade, do meu ponto de vista, é fundamental no político.

Mas, há momentos, não falei de uma coisa quando falamos da degradação da sociedade. Acho que uma das coisas que mina a sociedade, é que a sociedade, por este desequilíbrio de poderes, um dos aspetos que a marca hoje é a institucionalização do roubo. O roubo tornou-se legal. A maior parte dos roubos, a apropriação indevida daquilo que é dos outros ou que é do coletivo, tornou-se legal. É uma coisa espantosa. Assistimos nos últimos anos aos maiores roubos organizados da história. E isto é preocupante. E é uma expressão da degradação da democracia que eu há pouco estávamos a falar.

Qual seria a principal qualidade que indicaria para um bom político?

Verticalidade, naquilo que o conceito tem de mais sólido. Verticalidade implica um indivíduo ter coluna vertebral, ter olhar de frente, encarar as coisas nas dimensões e nas escalas todas.

Acha que a política é uma profissão ou uma ocupação?

É uma ocupação nobre dos seres humanos. Não é uma profissão. Não deve ser uma profissão.

Mas, acha que se tem feito da política uma profissão?

Em muitos casos sim. É uma lacuna muito grande para um político ele não ter uma experimentação de exercício pleno de uma profissão. Por exemplo as dimensões das relações de trabalho, a vivência...nós estamos numa sociedade onde o trabalho é central. A não vivência desse espaço de trabalho, das relações sociais, culturais e até de relações económicas, que se observam no trabalho...tudo isso faz falta, muita falta à formação de um político.

O que acha da Lei da paridade? Acha que veio melhorar a qualidade da representação?

Eu com o objetivo concordo. Se o objetivo é justo, podemos fazer algumas experimentações, embora a questão seja muito mais profunda. A questão é a de tratar, nas dimensões todas, um dos quatro aspetos que, no meu ponto de vista, mais marcam a sociedade atual. Que é o aumento quantitativo das mulheres no trabalho e na sociedade.

Acha que hoje os partidos políticos estão mais fechados à sociedade? O que acha que poderiam fazer para isto ser melhorado?

Se há uma crise da democracia. Se há uma crise da política, como estávamos a falar, naturalmente os partidos, que são espaços de organização para o exercício do poder, os partidos sofrem com isso. E, há uma tendência inevitável nos partidos e noutras organizações, que é sempre que têm dificuldades procuram defender-se. Aí

fecham-se. E há outro problema. Os partidos do exercício do poder, se estamos numa sociedade onde a corrupção se desenvolveu, há aí ainda problemas acrescidos.

O que pensa do monopólio dos partidos políticos na escolha e apresentação de candidatos?

Eu penso que é preciso fazer algumas evoluções. É preciso estudar algumas evoluções. Isso é um desafio para os homens da ciência política. Espero que esta sua tese venha dar algum contributo à causa.

Acha que a Assembleia da República faz a sua função fiscalizadora em relação aos Governos?

Há tempos que sim e há tempos que não. Depende dos contextos. As tendências para o autismo, no caso das maiorias absolutas, estão demonstrados. Eu gostava de ver a Assembleia da República a funcionar com mais dinâmica autónoma, fiscalizadora, de iniciativa.

Mas acha que fiscaliza a atividade do Executivo?

Eu acho que devia fiscalizar melhor e pode ter mais iniciativas, imprimindo à governação do país uma outra dinâmica e conteúdos novos.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Esse não é o problema. Diz-se muita coisa sobre os deputados. São muitos. Ganham muito dinheiro. O problema em Portugal não é o número de deputados, nem é o salário formal que um deputado ganha ou que um governante ganha. Se compararmos isso com o que se passa em grupos económicos e não só, os salários são absolutamente normais. Eu diria até que não são nada de exagerado. O problema não está aí. Nem no número de deputados, nem no que eles ganham. O problema é outro. Eu não reduziria o número de deputados.

Defende maiorias de um só partido?

Não. Não tem sentido. E no futuro as governações vão ter que ter alterações muito grandes. Eu acho que a Europa só tem possibilidades de retemperar o seu projeto, de dinamizar o seu projeto, e os países também, se encontrarem formas de haver uma governação muito mais participada pelos cidadãos.

Como encara hoje a Europa? Acha que é uma solução a prazo?

Há dominação dos grandes sobre os pequenos. Isso é uma evidência. A Europa tem problemas institucionais por resolver. Se há mentiras monumentais sobre aquilo que se disse de grande relevo em relação ao Tratado de Lisboa, que vinha resolver os problemas, está mais que demonstrado que é uma falácia total.

Acha que esta União corre o risco de acabar?

Não tenho nenhuma dúvida sobre isso. E penso, sinceramente, que esse é um perigo, que Portugal entregou nos anos 80 todo o seu modelo de desenvolvimento, entregou ou submeteu, a um projeto global em nome do interesse coletivo.

Portugal está desarmado e, portanto, uma desagregação da União Europeia é um empurrar de Portugal para fora da União Europeia que do ponto de vista imediato cria problemas enormes. Mas cria-nos a nós como cria a outros países. A Europa não tratou de problemas institucionais. A Europa não é hoje um espaço de cooperação e de solidariedade entre os povos, isso está posto de lado. A Europa abandonou uma das suas fontes fundamentais de mobilização dos cidadãos, que era o compromisso do Tratado de Roma da harmonização social do progresso. Essa foi sempre a bandeira apresentada aos povos para irem para a União Europeia. Há muita coisa na União Europeia que está instabilizada e há, por outro lado, uma dinâmica da globalização, o que trouxe atores emergentes, grandes países emergentes, que criaram novas realidades e a Europa não se preparou para relações com países terceiros. Está atrasada nas relações com África, como o Médio Oriente, está atrasada nas relações com países que são extremamente influentes. Ainda ouvi há menos de 72 horas o Senhor Putin, o primeiro ministro russo, na visita que fez à conferência da OIT, num discurso de 30 minutos, afirmar claramente

que o caminho que a Rússia vai seguir, terminando a dizer “nós temos um objetivo que é, em 10 anos, sermos uma das cinco economias maiores do mundo e vamos sê-lo”. A Europa não está preparada para lidar com isto. Não está preparada para lidar com um novo cenário que é por exemplo a China e a Índia, a uma distância muito curta se preparam para serem a primeira e a segunda maiores economias do mundo, se não houver descalabros belicistas ou outras coisas. E, portanto, a União Europeia não está preparada para isto. E no plano interno tem essas contradições todas.

Acha que devemos evoluir para uma Federação de Estados?

Neste momento não há sequer uma predisposição para um espaço de Federalismo. O Federalismo é uns Estados submeterem-se a outros. É um outro caminho.

Defenderia a limitação de mandatos também na Assembleia da República e Parlamento Europeu?

A questão é mais complexa. Há dependências a nível do poder local, que resultam da proximidade que há pouco dizia, e há laços que se criam que não se criam a nível da Assembleia da República. O distanciamento em relação a um conjunto de fatores é outro. Tem é outros laços de proximidade. Ao poder económico. Porque não vemos pouco deputados, nem poucos ministros que passam dos seus cargos, em pouco meses, para os conselhos de administração de grandes grupos económicos. Agora, não estou a ver que este problema que é preciso resolver que é que não se façam essas passagens assim, que se resolva com a limitação de mandatos. Eu acho que aí as soluções são outras.

Acha que hoje temos uma verdadeira ideologia de esquerda, de direita e de centro?

Estamos desafiados a ter uma recentragem, e quanto mais rápida melhor, de uma direita e de esquerda. Hoje há uma tentativa de imposição de um ideal e de uma prática única que é corporizada pela aquilo a que chamamos de neoliberalismo. O que mais se ouviu no nosso país é que não há alternativa. E como se afirma que não há alternativa,

nega-se a democracia. Porque se há coisa que a democracia diz é que nunca há só uma solução. Há sempre mais do que uma solução.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

O descontentamento e o desacreditar. Olhe, uma das causas é aquela que eu há pouco citei. As pessoas sentem que os poderes políticos, como referiu o diretor geral da OIT, se posicionam perante certos poderes, ele refere os grandes grupos financeiros, com uma atitude de que não podem incomodá-los. Que não podem quebrá-los. E que se posicionam perante as pessoas considerando que os cidadãos não têm a importância necessária e suficiente para serem ouvidos. Este é que é o problema. Onde é que isto pode conduzir? Se dizem que não há alternativas e se depois o posicionamento é este que acabei de referir como é que não havemos de ter abstenção? Se juntarmos a isto esta loucura de dizer à juventude que não têm futuro e que o seu futuro pode ser pior que o dos seus pais ou dos seus avós, é evidente que não podemos estar à espera de grande mobilização.

Acha que os atores políticos são quase sempre os mesmos?

Esse é um problema. Eu tenho a experiência da minha vida de sindicalista. Embora também seja verdade que o relacionamento com a sociedade e o aprofundamento até da inserção na sociedade se pode fazer desempenhando-se cargos.

Mas acha que devia haver mais renovação?

Eu julgo que vamos caminhar para mais renovação.

ENTREVISTA 10 COM D.JORGE ORTIGA
Arcebispo de Braga - Presidente da Conferência Episcopal
19/05/2011



Foto 10 - D. Jorge Ortiga, Paço Episcopal de Braga, após entrevista dia 19 Maio 2011

Como acha que o Sistema Político Português responde a questões como a proporcionalidade, a representatividade e a governabilidade?

Eu começaria por dizer que, naturalmente, não sou nenhum perito nesta área. É um pouco mais a experiência do quotidiano e a análise de um simples cidadão. Não me poderei, portanto, envolver com profundidade em todas essas questões que levantou.

A mim parece-me que o sistema político existente é um sistema político que não permite uma proximidade, nas mais diversas áreas, seja em termos de Governo, seja em termos das autarquias, não permite, ou não estimula uma proximidade do cidadão.

Por um lado o nosso povo português parece-me que se afasta demasiado do dever de participar, mas por outro lado também os políticos pretendem a simpatia dos cidadãos somente em alguns momentos e depois dá quase impressão que esquecem a

real situação em que esse mesmo cidadão vive. Portanto, não sei até que ponto é que seria necessário encontrar um sistema que, naturalmente, fosse constituído por pessoas que fossem delegadas do povo.

A minha impressão é que a votação devia ser feita em pessoas conhecidas e que não sejam importadas. Que vêm de longe, impostas por um sistema partidário e que muitas vezes não conhecem a realidade concreta e que depois que, particularmente a nível do Parlamento, seguem uma disciplina parlamentar e não estão com uma preocupação de ver e de encontrar respostas para a população. A mim dá-me impressão que um outro sistema que permitisse por parte das pessoas um melhor conhecimento...

Optaria por círculos uninominais?

É uma das hipóteses para mim, como lhe disse, mas que à partida como lhe disse seriam pessoas que periodicamente também tivessem que dar contas do trabalho que estão a realizar, em nome do povo e em função do povo que representam.

E a proporcionalidade?

A proporcionalidade isso é depois um pouco relativo na medida em que os números são aquilo que são. Os sistemas como se faz agora talvez sejam os melhores.

Políticos queixam-se da falta de governabilidade. Como encara essa linha de opinião?

Não conseguem governar porque não existe da parte dos políticos, na minha maneira de ver, uma consciência do bem comum. Saber que um político, naturalmente, deve ter dentro de si não o interesse pessoal ou o interesse partidário do seu próprio partido.

E acha que é isso que acontece?

Eu acho que sim. Não estar a pensar em fazer carreira e à espera, porventura de novas eleições e de gerar oportunidade para ser novamente proposto, mas trabalhar com

um sentido muito grande do bem comum. Então, a partir daí se todas as pessoas empenhadas na política tivessem esse sentido do bem comum com certeza uma Assembleia Nacional funcionaria de modo totalmente diferente e mesmo em termos particularmente autárquicos assembleias municipais também aí haveria respostas que iriam mais de encontro às necessidades do próprio povo.

A tal governabilidade é muitas vezes difícil porque muitas vezes – eu não sei se exagero – há falta de diálogo. Há uma disciplina partidária exagerada, quando cada um devia sentir-se livre com a sua maneira de pensar e a sua disciplina própria, mas também pela verdade, esteja ela onde estiver. Hoje há muito medo da verdade. Para mim a política, neste momento, está a ser a arte de ocultar. Estou a exagerar, mas tem fundamento.

Quem acha que poderia ser o Messias no meio de tudo isto?

O Messias para mim neste momento não é nenhuma pessoa. Para mim o Messias seria este sentido de convergência, este sentido de bem do país, um delinear meia dúzia de estratégias para atingir determinados objetivos e de um compromisso com ideologias/ sistemas diferentes, mas todos a convergir. Enquanto não se fizer a verdadeira unidade. Grupos a trabalhar no sentido pleno e genuíno da palavra é difícil. Poderemos ter uma carência de líderes, poderemos estar num determinado momento de poder ter que reconhecer que não há assim nenhum líder carismático capaz de dizer este é capaz de protagonizar uma resposta adequada para os tempos que correm. Eu estou plenamente convencido de que o tempo também já passou digamos assim.

Hoje não se fala muito na ditadura centrada numa pessoa, mas depois verificamos que tudo, ou quase tudo, numa pessoa. São ditaduras disseminadas. Acho que o fundamental era este fazer convergir e que as pessoas da política se convencessem que estão todos a procurar o melhor e que a primeira pergunta a fazer-se é: o que é que eu devo dizer, o que é que eu devo fazer para encontrar o bem para este país, para este concelho, para esta freguesia.

Neste momento em Portugal parece-me que não há uma reflexão sobre os nossos problemas e por as pessoas também a refletir e por as pessoas a pensar. Aquilo que interessa é a simpatia para poder conquistar o voto, mas não uma mensagem a transmitir daquilo que é melhor.

Questão dos Círculos Plurinominais/versus Uninominais, com listas fechadas, bloqueadas, onde os partidos têm primazia total. Optaria por listas abertas ou fechadas? permitiria que a pessoa dentro do mesmo partido pudesse optar pelo primeiro ou pelo quinto da lista?

É um dos aspetos. Por exemplo para a Assembleia da República há muitos que se apresentam como candidatos a deputados por determinadas regiões que não conhecem absolutamente nada dessa região. E aparecem ali e ninguém os conhece. São vistos nesta altura da pré-campanha em inaugurações e depois na campanha propriamente dita e que as pessoas não sabem. É certo que trazem um programa que foi elaborado também por alguns e onde não existe esta preocupação para o dar a conhecer. Estou plenamente convencido que seria mais importante e, como digo, volto sempre a sublinhar esta tecla de que o método de Hondt é um método que está tEstado e que se pratica em muitos países, mas fosse talvez preferível o próprio eleitor a ter direito a escolher o deputado.

Acha este sistema semipresidencialista o melhor para o nosso país?

Se ele funcionasse como tal (semipresidencialista) talvez fosse a melhor solução. Estou plenamente convencido porque iria envolver o Presidente e também o Parlamento. Mas, efetivamente neste momento verifica-se que não é bem assim. As funções dos Presidentes da República poderiam e deveriam fazer muito mais. Agora não se o podem fazer ou se não podem. Há algo também aí a mudar, que me parece que era importante.

Se tivesse que optar por um sistema diferente, optaria por um presidencialista ou parlamentarista?

Eu juntava de facto dos dois. É por isso que eu digo que um semipresidencialista, teoricamente, para mim estaria certo, porque envolveria essas duas grandes realidades.

Mas acha que o Governo deve depender mais de quem?

Sem dúvida nenhuma do Parlamento. Desde que o Parlamento tivesse aquele sentido do bem comum. Porque o Presidente da República seria sempre um vigilante, mas teria capacidade para intervir em determinadas ocasiões.

Como acha que a democracia tem evoluído? Há quem diga que nós já temos uma democracia adulta.

Eu penso que muito pouco, digamos assim. Eu tenho falado pessoalmente e acho que tem havido uma deficiente participação do povo português na vida política. Dá-me impressão que há um alheamento mais ou menos generalizado colocando de lado aquele grupo mais interessado na política. Um associativismo, por exemplo, para refletir ideias, uma criação de determinados movimentos para poder refletir sem o intuito, sem a espera de amanhã poder ser candidato a um lugar. Mas, esta participação não é responsável em termos pessoais, em termos individuais. É por isso que eu digo que a democracia é uma palavra ainda muito bonita mas que não há a participação que deveria, verdadeiramente, existir. E não coloco de lado o povo mais humilde, mais simples, mas mesmo esse poderia haver meios e modos de os elucidar e corresponsabilizar pela vida da polis.

Como comenta a alegada falta de credibilidade da classe política?

Com toda a sinceridade nós temos na classe política gente muito competente, muito honesta, muito dedicada, de entrega a causas. À causa do bem público. Mas, por outro lado também temos oportunismo e nós verificamos que este sistema partidário, todo o sentido comum, que umas vezes O sistema da corrupção continua, digamos, a existir. As pessoas são compradas muitas vezes por coisas muito fáceis. Depois este sentido de favorecimento de pessoas de um determinado grupo, estou convencido que muita gente portuguesa não atribui aos políticos aquela credibilidade que seria necessária. Agora também tenho que reconhecer que existem imensas pessoas que estão na causa política por autêntica vocação, verdadeiro serviço ao bem do país.

O que considera ser um bom político?

Acho que é um homem que tem o indispensável para viver, em primeiro lugar. Não uma vida de fausto, de ostentação e às vezes de algumas coisas que são ocultas. Há instituições onde se ganha escandalosamente. Que fosse um homem que efetivamente colocasse a sua própria vida ao serviço daqueles que representa. Que fosse de todos e para todos, no sentido de igualdade. Não é apenas para os do meu partido favorecer, mas para todos.

Para mim um bom político é aquele que luta por uma maior igualdade. E nesta igualdade, todos têm uma dignidade. O político é aquele que olha para uma dignidade da pessoa e coloca a pessoa no centro. Perante esta igualdade e esta dignidade, talvez uma preferência pelos mais carenciados em termos de pobreza, porque existe, ou qualquer tipo de deficiência, acho que essa atenção, esse tentar demonstrar que uma pessoa com alguma deficiência também é um cidadão como outro qualquer. Ser a voz daqueles que não têm voz. A esses é que o verdadeiro político devia estar atento e ouvir o seu silêncio.

Principal qualidade para um bom político?

Eu penso que a verdade. O ser humano é feito para a verdade. A procura da verdade, mesmo a verdade. Não a verdade facciosa, mas a verdade de busca sincera e honesta. Não ter medo da verdade. Há dias estive em Roma, na Beatificação do Papa João Paulo II, e o Papa Bento XVI falou dele dizendo que foi um homem que não teve medo da verdade. E depois acrescentou que a verdade que é o fundamento da democracia. E eu, pessoalmente, estou convencido disso. A verdade é que devia ser o fundamento da democracia. E não tantas coisas que sabemos que se vão camuflando.

O que pensa ser a política?

A política deveria ser esta arte de cuidar e de organizar a cidade humana. Fomos feitos para viver em comum, com qualidade e com dignidade e a política deveria ser isso mesmo. Arte de promover uma convivência verdadeiramente humana.

O que pensa ser o poder?

O poder para muitos é uma sede, uma fome. E depois torna-se autoritarismo. Torna-se despotismo. Quando o poder devia ser essencialmente serviço. O poder para mim é servir. É isso que eu procuro em termos pessoais é servir os outros. Isto é que é o verdadeiro poder. Quanto mais sou capaz de servir, depois também encontro as minhas compensações.

Como é que a Igreja se encaixa com a atividade política?

Eu sou daqueles que sempre aceitei a separação. Não me custa que alguém diga que é laico. Não me custa que o Estado seja laico, mas a sociedade não o é. O fenómeno religioso hoje também está a camuflar muitas coisas, muitos oportunismos que existem e aí também seria necessário intervir.

A igreja situada neste mundo laico, há muita gente que pensa que o seu âmbito é fechar-se dentro do culto daquilo que é estritamente religioso.

Também é dever da igreja, em certas ocasiões denunciar certas situações e isto, particularmente, em nome dos mais pobres. A igreja não faz política quando diz que há uma determinada situação, determinada lei que não é para o bem do povo. Está a cumprir o seu dever e a sua obrigação.

Atividade política como profissão ou ocupação?

Infelizmente para mim hoje está a ser uma profissão. Mesmo os próprios cristãos, nós deveríamos ser cristãos empenhados e comprometidos na política e que estivessem na política dentro de uma linha de serviço, de vivência da sua fé.

Para alguns não será uma profissão, mas para um grande número é. Há muito que fazem já disso a carreira. Há os filhos de que à partida vão sendo conduzidos e que já está feito o caminho quase, para muitos. É por isso que me parece que para muitos é mesmo uma profissão.

Acha que deveria haver mais cristãos, católicos, em lugares de representação política?

Eu acho que sim. Houve uma altura em que se falava muito de partidos cristãos com o nome de cristãos e por aí fora. Nunca fui adepto dessa ideia. Eu acho que os cristãos devem estar nos partidos, devem estar na Assembleia, em qualquer lugar digamos assim. E, para mim pessoalmente, eu acho que é um deficit da igreja em Portugal o facto de não ter conseguido criar esta mentalidade de que estar na política também é viver a vocação do próprio cristão. Também é ser cristão e estar ali com uma missão que é preciso realizar. Não em termos de instrumentalizar, mas em termos de acreditar que a sociedade pode ser mais justa e mais fraterna se houver alguém que dê o seu contributo para que isso aconteça a partir de dentro. O Papa Bento XVI quando esteve em Lisboa, e penso que foi na Praça do Comércio, dizia que a igreja em Portugal devia trabalhar da maneira que tivesse cristãos nos mais variados ambientes, que fossem uma presença irradiante de determinados valores do mundo. Um humanismo diferente. Um humanismo cristão que é aquele que nós protagonizamos. Dizia o Papa que era preciso esses cristãos na política, mas também na economia, na saúde e talvez seja um deficit da nossa ação pastoral.

O que pensa da Lei da paridade? Será que concorre mesmo para a renovação?

Eu sou daqueles que defendo a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Mas não é uma lei que resolve o assunto. Não votava favoravelmente essa lei. Como modo de promover a tal igualdade acho que sim, agora de outro modo não me parece. Mas a pessoa deve ser integrada pela sua capacidade e não por cotas.

Como encara hoje os partidos políticos?

Eu costumo dizer que temos política a menos e partidos a mais. Eu acho que o partido está muito fechado na sua ideologia. E depois bastante dependentes do líder. Não sei até que ponto é que os partidos têm a credibilidade que deveriam ter.

O que pensa do monopólio dos partidos políticos na escolha e apresentação de candidatos?

Eu acho que deveria haver uma outra possibilidade. Quem sabe elaborar outro tipo de listas. Há gente muito válida que não está para se comprometer nesta tirania do partido. Há minorias com ideias interessantes e com capacidade e que ou se incorporam num partido ou são logo marginalizados.

**Função fiscalizadora da Assembleia da República em relação ao Governo?
Acha que agora é maior?**

Não me parece. O Plenário também deveria servir para humildemente ouvir. E não sei se há esta atitude do primeiro-ministro e dos outros ministros que vão para reconhecer publicamente erramos, fizemos mal, vamos corrigir.

Acha o número de deputados atualmente adequado à realidade do país?

Eu penso que são demais. Não me pergunte se são mais dez ou menos dez, mas acho que num país em que temos, e na situação em que estamos poderemos talvez ter menos deputados e com outra qualidade, alguns apenas de carreira. Seria necessário rever algumas coisas para que a Assembleia da República produzisse a mesma coisa e com menos deputados.

Defende maiorias de um só partido?

Eu acho que hoje cada vez mais tem que se constituir uma maioria. Se não for de um só partido, juntando outros. Agora se o partido teve essa maioria, tem toda a legitimidade. Acho que os próprios partidos deveriam ter uma pluralidade de opiniões que não vejo.

A Europa está a passar por uma situação de alguma encruzilhada. Acha que é uma solução a prazo?

Eu gostaria de esperar que não. Porque acho que hoje com este fenómeno da globalização, o mundo é uma pequena aldeia. E nesta pequena aldeia, quer queiramos

quer não, o número conta bastante. Talvez fosse oportuna uma pausa para refletir e verificar até que ponto a União Europeia funciona como deve funcionar.

Acha adequado que caminhemos para uma Federação de Estados na Europa?

É uma das hipóteses. Mas o que nós verificamos agora é que há uma hegemonia de poucos que estão a impor os seus critérios e que seria necessário também agir de outra maneira. Agora Portugal fechar-se sozinho não me parece.

Defenderia uma limitação de mandatos, além de nas Câmaras, também para os deputados à Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Não tenho dúvida nenhuma. Absolutamente nenhuma. Eu acho que a rotatividade provoca a saúde das instituições. Nós na igreja fazemos isso já há muito tempo, tirando talvez os bispos, mas depois a rotatividade dentro das nossas instituições ela acontece sempre e, portanto, acho que é salutar. Fazer por exemplo dois mandatos, isso não lhe garantiria a reforma, como está a garantir neste momento.

Acha que hoje continuam a existir ideologias de esquerda e de direita ou não?

Eu ideologia não a vejo, digamos assim. Vejo são pontos de vista diferentes. Não sei até que ponto o que é de direita e o que é de esquerda. Talvez noutra altura isso fosse fácil de catalogar. Hoje há aqui um com junto de interferências.

Acha que não existe?

Eu estou convencido que não. As pessoas têm uma ideia, parece que é da esquerda e não é. E os da esquerda estão a defender coisas da direita. Tirando dois ou três princípios, digamos assim, é mais uma catalogação.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Pela falta desta consciência de participar. E depois pela pouca credibilidade que os políticos têm. Vou votar para quê?

O que acha que deveria ser feito para mudar este cenário de abstenção?

Os próprios partidos teriam que efetuar uma mudança de rota, de rumo, no sentido de estar mais perto e de mostrar que estão a fazer um trabalho para bem do povo e então o povo também se motivaria. Isto é para mim um sinal de um certo descrédito. E, infelizmente, nos últimos tempos o maior partido que temos tido é o partido da abstenção.

Há a ideia de que os políticos são quase sempre os mesmos. Acha que há renovação nos atores políticos?

Eu aceito que haja pessoas carismáticas, com um perfil adequado e que a sua maneira de ser é mesmo própria de um político. Mas isso também não deveria servir para garantir que estivesse a ocupar sempre o cargo. Os políticos deveriam estar ao serviço da política. Um actor político pode deixar o seu lugar e continuar a fazer política de outra forma, e não estar à partida... começa pelas Câmaras e vai correndo.

Mas acha que são quase sempre os mesmos?

Há pouco falávamos da abstenção e estou convencido que o povo vê isso mesmo. Há aquele grupinho, e que são sempre os mesmos. Portanto, não há grande alteração, e como não há grande alteração vai continuar tudo na mesma. Se nós olharmos para a lista dos deputados, se olharmos para os candidatos a Câmaras...mas não há este sentido de motivar, de participar.

Eu voltava a uma questão que falamos logo no início da conversa que é a questão da verdade. Acha que os políticos mentem deliberadamente?

Se me coloca em geral, eu não o posso dizer, mas alguns não tenho dúvida nenhuma. Estão a falar, a fazer um discurso e que por dentro estão a pensar precisamente o contrário. O que interessa muitas vezes é convencer o outro.

ENTREVISTA 11 DR FIGUEIREDO LOPES
Ex. Ministro/Ex. Deputado AR/ Ex. Eurodeputado
26/05/2011



Foto 11 - Dr. Figueiredo Lopes após entrevista no dia 26 de Maio de 2011

Acha que o Sistema Político Português serve bem variáveis como a proporcionalidade, representatividade e governabilidade?

Eu penso que o sistema político português é um sistema moderno que segue mais ou menos o modelo europeu mas que peca, de facto, por uma fragilidade no que respeita à representatividade. E nesse aspeto eu estou de acordo de que haveria necessidade de introduzir alterações na lei eleitoral, de modo a permitir que as escolhas dos eleitores fossem mais identificadas em função do seu representante e não por uma votação mais ou menos abstrata e mais concreta no que respeita ao partido e ao seu líder, mas ignorando na maior parte dos casos a personalidade e a qualidade do deputado que nos

representa. É uma fragilidade que tem que ser corrigida. De outro modo, de facto, a população, a sociedade afasta-se cada vez mais da governação.

Devíamos ter um modelo em que o deputado é escolhido pelo eleitor, o que significa que isso exige ao deputado que se identifique pessoalmente. Que haja uma relação muito direta entre a sua capacidade, as suas qualidades, a sua dedicação ao serviço público e o voto que ele está a pedir ao eleitor.

Em acho que em relação à proporcionalidade acaba por ser o sistema mais correto numa democracia como a nossa. É o que mais corresponde a uma sociedade aberta, a uma sociedade que tem necessidade de se exprimir.

Relativamente à governabilidade, obviamente que a questão das maiorias é uma questão essencial. Agora a governabilidade, eu diria que a mesma causa provoca diversos efeitos. E a causa fundamental é a cultura política de base que leva a que a disputa eleitoral é uma disputa orientada, permanentemente, para a segmentação partidária.

Eu tenho uma experiência muito interessante no quadro da governabilidade. Eu tive a sorte de estar em diversas áreas. Estive em vários Governos como secretário de Estado e como ministro, todos eles em áreas de soberania. E tive a sorte de ter conseguido sempre de encontrar convergências políticas entre PS e PSD. Eu falo nas reformas da administração pública, e o processo normalmente avançou porque houve um diálogo que permitiu resultados. Estive ligado às áreas da defesa. E era fácil encontrar acordos parlamentares com o PS. Mais tarde, de 2002 a 2005, como ministro da administração interna e várias leis passaram porque houve possibilidade de fazer acordos. O mesmo não se passa em áreas que têm uma perspetiva diferente. Mas o ponto fundamental é o tipo de compreensão e de entendimento entre as forças políticas.

Acha que os eleitos estão suficientemente próximos dos eleitores?

Acho que eleitor e eleito estão de facto muito afastados

O que pensa dos Círculos Plurinominais? Defenderia a mudança para Círculos Uninominais?

Eu preferia um sistema uninominal. Mas a preocupação fundamental que eu teria numa reformas destas era criar um sistema que fosse capaz... e como sabe fala-se na possibilidade de um círculo nacional com uma formação relativamente fechada e círculos distritais com uma composição que permitisse a identificação do deputado e a sua relação direta. Eu conheço mal o sistema sob o ponto de vista técnico, mas tenho para mim que estaria de acordo com qualquer sistema que resolvesse esta equação, que é a identificação do deputado e a sua escolha.

Os atores políticos falam bastante nos problemas da governabilidade. Acha que a mudança para um Sistema Presidencialista ou Parlamentarista seria melhor? Porquê?

Por mim acho que faria falta conferir ao Presidente da República mais poderes. Eu defenderia claramente um reforço dos poderes do Presidente. A minha opção seria para um sistema semipresidencialista com poderes reforçados do Presidente em diversos sectores, em diversas áreas, nomeadamente com alguma intervenção, maior intervenção ao nível dos Negócios Estrangeiros, Defesa, permitindo ao Presidente uma presença mais interventiva.

Como acha que a democracia tem caminhado em Portugal?

Nós vivemos numa sociedade que se sente bem. Que goza de direitos e que tem um sistema que os protege, embora haja elementos que são partes componentes do sistema democrático que funcionam com muitas deficiências. Eu penso imediatamente nos tribunais, fala-se no sistema judicial e na verdade a democracia não tem beneficiado o sistema judicial em Portugal. Há necessidade de profundas reformas no próprio sistema que passam muito, sobretudo, por uma melhor resposta àquilo que é a expectativa do cidadão.

Tem sido tema diversas vezes abordado, na opinião pública, o da alegada falta de qualidade e credibilidade da classe política. Que comentário lhe merece? Acha que os políticos de hoje são menos capazes? Que diferenças nota?

Eu tenho a percepção de que normalmente estas queixas...as pessoas queixam-se porque porventura tiveram oportunidade de experimentar situações de incompetência e de falta de qualidade. Isto é um sentimento que resulta não só da qualidade das leis...sabemos muito bem que um dos problemas em Portugal é a feitura das leis. As leis são, normalmente, mal feitas e isso reflete-se na vida do dia a dia do cidadão, nomeadamente naquilo que são por vezes as lacunas, as dúvidas. Qualidade não é apenas do homem que ocupa o lugar, é qualidade do próprio funcionamento do sistema. Eu julgo que aí há razões para lamentar uma certa desqualificação gradual a que se tem vindo a assistir.

Mas acha que havido uma diminuição considerável da qualidade?

Claramente. Eu vivi no tempo em que as pessoas eram chamadas para a política...eu entrei no chamado Governo tecnocrático que houve em Portugal. O primeiro e único. As pessoas estavam nas empresas e foram chamadas para ir para o Governo. Éramos cidadãos disponíveis para o serviço, para o exercício de função política em situações em que entendiam era forçoso exercer a sua cidadania de uma maneira diferente. A partir daí até à situação que a gente assiste nos dias de hoje, de facto é uma diferença brutal. A qualidade do ator político decreceu brutalmente.

Porque é que acha que isso aconteceu?

Isso só aconteceu por uma razão muito simples. O próprio funcionamento do sistema favoreceu o sucesso da mediocridade. Bastava que a mediocridade se instalasse na base do sistema... se eu começo na secção do partido, onde há uma luta brutal e quem ganha este partido é um indivíduo menos qualificado, mas porventura o mais lutador para ganhar a posição, isto vai subindo em pirâmide e de repente eu tinha aqui uma pessoa a quem eu não reconhecia mérito para ser governante e vejo-o, de repente, aqui colocado secretário de Estado ou como ministro, sem que ele se tenha sujeito a um processo de requalificação. Porque eu sou muito favorável, e nós sabemos que há atores políticos que nem sequer são licenciados, e que vêm de uma base do operariado e que são homens que têm uma performance notável. O problema é o percurso... diria que no modelo de funcionamento partidário, e isso é um dos aspetos, para mim o mais crítico

de todos, quando falo de deficiências do nosso sistema é preciso começar por falar no funcionamento do sistema partidário. Mas, o que eu quero dizer é que a qualidade tem baixado objetivamente.

O que considera um bom político?

O bom político é aquele cidadão que está preparado para exercer plenamente as responsabilidades de condução da ação política, da condução do Governo etc. O bom político é fundamentalmente aquele que no exercício das suas funções coloca em primeiro lugar o interesse público e os valores essenciais da democracia e do bem público, acima de todos os outros.

Qual é para si a principal qualidade de um bom político?

Eu era capaz de nesse aspeto o desapontar, mas para mim era o bom senso.

O que é para si a política?

A política para mim é o patamar mais elevado da cidadania. Para mim, acima de tudo, a política é o sentido do serviço público, do serviço comum e do bem comum.

O que é para si o poder?

O poder é, de facto, algo que tem...alguém dizia que o bom político tem, a par das suas qualidades, uma virtualidade... eu chamar-lhe-ia um defeito, que é uma dose de perversidade. E eu diria que o grande defeito é a projeção da perversidade ao nível do exercício do poder. Portanto, se o poder é exercido no quadro do rigor daquilo que são os objetivos da própria governação, que é o cumprimento de um mandato... mas quando intervêm ingredientes perversos no exercício desse poder naturalmente que o poder transforma-se e o que nós vemos é que o poder exercido por pessoas que o não interpretam na sua verdadeira dimensão é também uma forma de perversão da própria política.

Considera a atividade política uma ocupação ou uma profissão?

Eu acho que a atividade política é uma ocupação que tem que ter um mínimo de preparação. Ou seja, eu sou capaz de entender que haja pessoas que se dedicam definitivamente ao exercício da função política, entrando num caminho de profissionalização, mas não sou capaz de perceber que um cidadão que não tem nenhuma outra base de trabalho ou de exercício de função, ou de profissão, possa fazer vida exclusivamente da função política. Nesse aspeto, não estou muito de acordo com a profissionalização da política. Atualmente há muitos casos de profissionalização da política. Os piores políticos são os profissionais da política, neste sentido. A pior performance política, se for examinar os vários exemplos que nos passam de repente pela cabeça é normalmente exercida por aqueles cuja vida foi feita só na política.

Comparando o passado e o presente em termos de classe política o que me pode dizer?

Piorou brutalmente. Antigamente não se fazia da política profissão, hoje faz-se muito. O que é um mal, porque na verdade não confere aquele nível de realismo e de responsabilidade que se adquire pelo exercício de uma profissão e que não confere ao actor político o grau de liberdade para dizer não.

Acha que a Lei da paridade veio mesmo concorrer para a melhoria das listas e sua renovação? Não corremos o risco de estarmos a integrar pessoas sem perfil para a função?

Não concordo de maneira nenhuma. Eu não concordo porque acho que é uma...eu só concordo se considerar que é uma lei transitória para, de certo modo, introduzir aqueles hábitos que não vão a bem, vão a mal. Agora, de modo continuado, não sou de acordo. Não estou de acordo porque acho que é incorreto entender que tenho de preocupar em integrar numa lista um determinado número de mulheres e de homens, e porventura estou num círculo em que não tenho mulheres disponíveis para integrar. Eu sou 100% favorável á paridade no exercício das funções, não como regra institucionalizada mas como princípio.

Acha que os partidos políticos estão mais fechados hoje? Que estão a perder importância na vida democrática? O que pensa que deveria mudar na vida e organização dos partidos?

Eu julgo que é verdade que os partidos estão a perder importância em termos de sociedade. Como resultado disso, é a própria sociedade que tenta organizar-se. Hoje há muitos movimentos e associações que tentam fazer comunicações, comunicados, porque não acreditam na eficácia dos partidos. Isto é um facto. Não vale a pena negá-lo e isto é generalizado e tem que ver também com o nível de abstenção que se conhece no nosso país e que tem vindo a crescer enormemente. Eu sempre entendi que os partidos deveriam ter uma alteração profunda que conduzisse a que as estruturas partidárias, no âmbito do seu funcionamento, traduzissem maior abertura, maior rotatividade e maior qualificação. Nenhum partido deveria deixar de dispor de uma espécie de escola de quadros. Escola no sentido efetivo de local onde as pessoas que queiram dedicar-se mais à política possam estudar os princípios gerais da cidadania, do serviço público, do serviço da organização do Estado, daquilo que é a lei e a segurança, a ordem, a organização. Os partidos deviam ser mais rigorosos na escolha dos seus dirigentes, a todos os níveis, e isso só resulta por uma grande transformação que deve começar pela juventude. Eu acabaria com as juventudes partidárias. Era uma solução que deveria ser substituída pelas escolas dos partidos. As juventudes partidárias tiveram uma ocasião em que se justificavam e tinham um papel enorme. Agora, eu acabava com as juventudes partidárias porque elas se transformaram, trouxeram exatamente para o núcleo...acabaria com elas para lhes retirar aquela carga negativa que é o seu próprio modo de funcionamento. Eu substituiria as jotas por movimentos de jovens e grupos de jovens orientados a educação cívica, para a educação da cidadania do que propriamente para a formação para a luta partidária. O defeito fundamental é que as juventudes partidárias, que deviam ser escolas de formação, transformaram-se em grupos de ataque de luta partidária, que repercutem ao seu nível os defeitos que nós criticamos ao nível superior.

O que pensa do monopólio dos partidos na escolha e apresentação de candidatos?

Eu acho que aí é um elemento integrante do próprio sistema. O sistema funda-se no sistema partidário e julgo que se nós queremos viver com este sistema, devemos ter partidos. Eu sou favorável á preservação dos partidos com essa sua dimensão. Eu sou favorável ao fortalecimento dos partidos.

Como acha que tem sido exercida a função fiscalizadora da Assembleia da República em relação aos Governos?

Eu acho que ela tem sido feita. O que tem é um problema de base. Enquanto não existirem órgãos, no âmbito da Assembleia da República, com verdadeira independência, fica sempre a dúvida se eles não estão ao serviço do poder dominante. Mas a função tem sido exercida de acordo com as regras vigentes.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Não. Eu acho excessivo. Eu sou favorável à redução dos deputados. Penso que era importante reduzir.

Defende maiorias de um só partido?

Sim. Eu sou muito favorável a maiorias de um partido só. Embora seja favorável também às coligações pré-eleitorais. As coligações pós-eleitorais têm sempre corrido mal.

Sobre a Europa. Acha que se não seguirmos esse caminho, esta União vai desaparecer?

Eu acho que a solução da União Europeia é uma solução permanente. É um projeto para continuar, mas como demonstra a história da Europa é feita de momentos melhores e de momentos piores. Agora o que eu penso é que o projeto europeu tem sofrido de uma certa ausência de lideranças fortes, quer nos Estados, quer ao nível das

instituições europeias. Sempre que a Europa teve lideranças fortes ela avançou, e sempre que teve lideranças fracas ela foi andando para trás.

Defende a criação de uma Federação de Estados?

Eu julgo que o modelo da Federação de Estados pode ser feito...ou melhor pode-se chegar a soluções mais federativas sem propriamente chegarmos a uma Federação de Estados. Não podemos ter ilusões que a Federação de Estados nunca acontecerá a 27. É preciso ter isso em atenção.

Já temos legislação que limita os mandatos nas Câmaras Municipais. Acha que essa legislação se deveria estender à AR e PE?

Não. Eu não sou muito favorável à limitação de mandatos. Tal como na lei da paridade, a limitação de mandatos é o mesmo problema. Eu acho que a rotatividade tem que ser algo que resulta da própria dinâmica política do sistema a funcionar como deve ser. Isso pode não responder á vontade das populações e pode até haver casos em que há um autarca que está a funcionar bem e que não pode continuar. Eu acho que tudo tem mais a ver com a maturidade política do sistema. Não é uma solução coerente com o sistema democrático na sua plenitude.

Acha que hoje continuamos a ter uma verdadeira ideologia de esquerda, centro e direita?

Eu acho que com exceção do partido comunista...hoje em dia a ideologia de esquerda e direita está esbatida completamente. Desde que veio a terceira via do socialismo, acabou a ideologia na segmentação entre esquerda e direita. Eu acho que hoje o que há é fundamentalmente a ideologia que se preocupa com o homem, as suas circunstâncias e a sua natureza e aquele que se preocupa com o mercado. A tendência tem sido para a sociedade se encurralar entre os mercados e o Estado e, portanto, há aqui um espaço em que tem que haver uma afirmação de maior libertação da sociedade relativamente às forças que o comprimem.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

É a desafetação do cidadão em relação aos políticos. Não à política. Porque quando essa mesma população é mobilizada para outras causas ela aparece na rua e em todo sítio. E isso é um ato político. Não acredita. Não confia.

Acha ou não que os lugares políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos?

Obviamente que aí vai funcionando a lei da vida, a lei da natureza. Mas temos infelizmente de reconhecer que...as estruturas partidárias continuam, na maior parte dos casos, a ser ocupadas sempre pelos mesmos.

ENTREVISTA 12 DR FERNANDO CORREIA DE OLIVEIRA

Jornalista

26/05/2011



Foto 12 – Dr. Fernando Correia de Oliveira, após entrevista no dia 26 de Maio de 2011

Acha que o Sistema Político Português serve bem variáveis como a proporcionalidade, representatividade e governabilidade?

O sistema político português tem desde logo, na sua génese, uma particularidade. Não é um regime presidencialista nem parlamentarista puro. E, dentro dessa especificidade tem algumas virtudes, mas também tem alguns defeitos. E houve várias crises dentro do nosso regime democrático que foram elas próprias provocadas por alguma indefinição sobre o papel do Presidente da República, ou sobre o papel do Governo e do Parlamento quando as crises eram mais agudas.

Quanto à proporcionalidade o método da média mais alta de Hondt é razoável. Tem funcionado até hoje, fazendo mesmo com que os pequenos partidos tenham

representatividade parlamentar. Há muitos países na Europa onde este método é muito mais violento e em que é preciso uma percentagem mínima muito elevada de votos para se ter acesso ao Parlamento. Ter um, dois, três deputados é uma virtude deste sistema. Um dos grandes problemas é a fiabilidade dos cadernos eleitorais.

A governabilidade deriva muito da situação. Se o regime for parlamentar puro é o primeiro-ministro que manda. Se o regime for presidencialista é o Presidente que manda. O que é que aconteceu na nossa história? Houve experiências negativas de presidencialismo na I República, houve depois décadas de ditadura, e aquilo que as pessoas tentaram foi fugir do presidencialismo puro. O presidencialismo era, naquela altura, sinónimo de ditadura de um só homem. Tudo isso a democracia, no seu início, tenta evitar.

Acha que os eleitos estão suficientemente próximos dos eleitores?

Estamos neste momento em fim de ciclo. Ou seja nunca a classe política esteve tão afastada do cidadão e do seu quotidiano. E isso percebe-se pelas preocupações imediatas de quem quer ser eleito e pelas preocupações imediatas de quem poderá eleger. A agenda política, hoje em dia, passa por situações de tricas entre os próprios partidos numa certa autofagia do mundo político que não tem nada a ver com o mundo real das pessoas. O que hoje é preocupante não é não haver governabilidade em relação às escolhas, é haver gente cada vez mais se abstém, votando em branco, votando nulo. Começa a ser quase maioria aqueles que sabem aquilo que não querem, não se percebendo muito bem o que é que as pessoas querem, chega-se a este perigo de poder haver Governos de serem até de maioria absoluta ou de maioria estável, mas que não representam o país. Porque metade do país não votou, por exemplo.

O que pensa dos Círculos Plurinominais? Defenderia a mudança para Círculos Uninominais?

É uma questão que toda a gente está de acordo e ninguém se atreve a dizer sequer o contrário. Deveria haver pelo menos uma parte, não digo a totalidade, de círculos uninominais. Porque as pessoas sentem-se defraudadas quando fazem a eleição do seu deputado e o seu deputado nunca fica na AR nem o segundo, nem o terceiro, nem o

quarto, e de repente está a representar o distrito alguém que nós nem sequer conhecemos e nem sequer é de lá. Há uma desresponsabilização completa do deputado em relação ao círculo pelo qual foi eleito. Isso ajuda também a afastar as pessoas da política.

Os atores políticos falam bastante nos problemas da governabilidade. Acha que a mudança para um Sistema Presidencialista ou Parlamentarista seria melhor? Porquê?

Eu não tenho neste momento uma opinião definida. Mas defendo que a democracia chegou a um ciclo, o ciclo que saiu da Constituinte chegou ao fim e devia pensar-se, seriamente, numa reforma profunda do sistema político português. Que passaria não só pelos círculos eleitorais, mas também pelo regime, e toda a sociedade deveria debater sem medo, se deveríamos ter um regime parlamentar ou presidencial. Neste momento procuraria chamar a sociedade civil a um debate profundo que poderia demorar um ano, e depois avançar para uma revisão constitucional.

Como acha que a democracia tem caminhado em Portugal?

A democracia em Portugal evoluiu de uma forma extremamente positiva até à adesão à União Europeia, porque foi o grande desafio que se pôs à nova democracia, com vitória, e a partir daí tem sido só derrotas.

Tem sido tema diversas vezes abordado, na opinião pública, o da alegada falta de qualidade e credibilidade da classe política. Que comentário lhe merece? Acha que os políticos de hoje são menos capazes? Que diferenças nota? O que acha que deveria mudar?

As elites. Estão completamente fracassadas. As elites não fracassaram agora. Fracassaram desde as guerras liberais, desde o derrube da monarquia, desde a I República e fracassaram na ditadura. O problema sempre foi das elites. A questão do povo está mais que trabalhada e que discutida. É um povo de 10 milhões de pessoas que cabe numa média cidade chinesa. A questão é de governabilidade pelas elites.

Fala-se muito na diminuição da qualidade dos atores políticos. Que comentário isso lhe merece?

É um caso evidente hoje em dia. Se formos para uma conversa comum do povo português hoje em dia é a de que em qualquer cidade, em qualquer aldeia, em qualquer localidade do país, quem está metido na política são as pessoas de menor qualidade. São as pessoas de menor qualidade profissional. São as pessoas de menor qualidade ética e as pessoas de menor qualidade moral. Se não, não estariam na política. Só por terem fracassado em todas as outras coisas é que podiam estar na política. É óbvio que há exceções. Ainda há pessoas que vão para a política porque gostam da política com P grande. Gostam da missão de serviço público. A esmagadora maioria da população portuguesa pensa que há um funil na política que vai fazer com que a seleção natural se faça pelos mais incompetentes, pelos mais incapazes. Logo no início da democracia o que é que se fez? Foi-se buscar a oposição, os quadros da oposição que tinham triunfado profissionalmente nos vários sectores, mas que não tinham voz política. Fomos apanhar os melhores quadros da sociedade civil para fazer política. Portanto, fomos buscar à sociedade civil os melhores. Agora não. Agora não vamos buscar os melhores. E mais, as juventudes não se interessam pela política. O discurso político não atrai a juventude. Atrairá algumas franjas de sectores mais à esquerda ou mais à direita. Estamos a falar do PCP, BE e até o CDS. Mas no centro, aquilo que atrai as pessoas para a política não é a excelência, não é o serviço público, é a questão empregabilidade, da influência.

O que considera um bom político?

Um político tem que ter prazer na política. Tem que gostar da política, ser um animal político, mas acima de tudo não pode estar só metido no mundo da política. Ele tem que ter uma capacidade da vida social, da vida civil do próprio povo, da comunidade onde ele está inserido e saber quais são os reais problemas das pessoas. Não é dizer às pessoas que está ali por sacrifício. Ele tem que ter gosto, prazer. O jogo político é nobre, mas precisa ter uma base social, uma base cívica séria. Não se começar a carreira política numa juventude partidária e acabar-se em deputado ou em primeiro-ministro sem nunca ter trabalhado na sociedade civil. Que é o que acontece hoje em dia.

Qual é para si a principal qualidade de um bom político?

Ética. Uma ética republicana, que hoje em dia fala-se nisso mas não se sabe o que é que é. É uma ética independentemente das religiões, dos hábitos sociais, é uma ética republicana em que todos os cidadãos são iguais perante a lei.

O que é para si a política?

A política é a sublimação de uma sociedade. É a superestrutura de uma sociedade. Não há sociedades sem política. A política é má porque a sociedade é má.

O que é para si o poder?

O poder é invisível. Às vezes o poder visível não é poder e o poder invisível, cada vez mais em Portugal também ajuda ao desprestígio da política. Ou seja, a política nobre não está subordinada a interesses económicos, financeiros. E a política perdeu também em Portugal muito do seu peso porque se percebe hoje em dia que não é o ministro que tem o poder, mas são os lobbys.

Considera a atividade política uma ocupação ou uma profissão?

Não me repugna absolutamente nada que seja considerada uma profissão. Uma profissão claramente assumida como profissão. Agora não deve ser para a vida inteira neste sentido. Acabar na atividade política sem nunca se respirar a sociedade civil. Atualmente é uma das profissões mais desprestigiadas que existe. No início da democracia não era uma profissão. Era uma forma de entrega, uma forma de serviço e isso foi-se perdendo. Mas também na Europa se tem perdido. O problema de Portugal é ser pobre e não ter uma estrutura que consiga aguentar essa falta de qualidade das elites.

Concorda com a Lei da paridade?

Concordo com a lei da paridade se for uma coisa temporária. Ela tem que ser encarada com alguma razoabilidade, até porque fere a própria mulher no seu estatuto de igualdade se a lei da paridade for eterna. Porque está a colocar a mulher sempre de um ponto de vista de subalternidade. Eu acho que quase que estamos a chegar ao fim dessa necessidade.

O que pensa do monopólio dos partidos na escolha e apresentação de candidatos?

Seria demagógico dizer que se deveria abrir esse monopólio. Ou seja, os partidos políticos, por mais detestáveis que eles sejam são a estrutura organizada que deve estar na Assembleia da República. Não penso que seja figura possível de ter na Assembleia da República grupos de cidadãos independentes. Isso é óbvio que se possa fazer no poder local, mas acho que seria demagogo se estivesse a defender esse tipo de situação. Os partidos devem-se reformar por dentro. Ou então fazer partidos novos. Agora, não inventar coisas ao lado dos partidos.

Como acha que tem sido exercida a função fiscalizadora da Assembleia da República em relação aos Governos?

Zero. Se os partidos políticos estão desprestigiados, e se os políticos estão desprestigiados, por maioria de razão a Assembleia da República está muito desprestigiada. Porque se percebe que a Assembleia da República não tem uma autonomia, não tem uma identidade própria.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Eu acho que é uma questão de muita sensibilidade porque não se deve perder a questão da representatividade dos pequenos partidos. Isso é enriquecedor. Mas desde que isso não vá contra a representatividade dos pequenos partidos, e desde que não vá criar dificuldades a que uma percentagem mínima deixe de ter representatividade podíamos ir para 180. Porque não experimentar numa legislatura? Os deputados acabam por ser correias de transmissão de transmissão do sistema partidário.

Defende maiorias de um só partido?

Não tenho medo disso. Eu acho que o problema está nos nossos fantasmas. Porque Portugal, apesar de tudo, continua a ter fantasmas de regime. Porque é que não queremos um sistema presidencialista? Por causa de Sidónio Pais, de Salazar, de figuras muito fortes, que tiveram nas suas mãos o poder absoluto. Uma maioria absoluta com um bom Parlamento não há problema nenhum. O problema é que o Parlamento já é mau com maiorias relativas, então com maiorias absolutas é praticamente uma voz silenciada. E isso não devia ser assim. O próprio Parlamento devia ter uma vida autónoma, devia promover legislação de maior qualidade, que é um dos grandes problemas da democracia portuguesa. A legislação é cada vez de pior qualidade, tanto a que vem do Governo como a que vem do próprio Parlamento. As leis são cada vez mais confusas, cada vez mais mal escritas, cada vez mais contraditórias. Uma das grandes reformas de que se fala em Portugal seria a da justiça, mas eu acho que se devia fazer uma grande revolução da feitura das leis. Simples, diretas, concisas, apagando totalmente o que está para trás. Porque o emaranhado legislativo hoje é uma situação insuportável. E a qualidade das leis é cada vez pior.

Sobre a Europa. Acha que se não seguirmos esse caminho, esta União vai desaparecer?

Eu teria muita pena que isso acontecesse.

Defende a criação de uma Federação de Estados?

Eu sou um europeísta convicto. E, mais, eu sou um federalista. Eu penso que a Europa só sobreviverá se claramente, dentro de si, arranjar soluções de federalismo. Deve haver um Governo da Europa, solidária, sem uma germanização, mas uma Europa verdadeiramente federada. Eu acho que deveríamos avançar para isso.

Já temos legislação que limita os mandatos nas Câmaras Municipais. Acha que essa legislação se deveria estender à AR e PE?

Sim. Claramente. Pela mesma razão. Dois mandatos no máximo. Devia haver legislação nesse sentido a funcionar até que as pessoas por si sentissem que isso é o correto e aí a lei deixaria de ser necessária.

Acha que hoje continuamos a ter uma verdadeira ideologia de esquerda, centro e direita?

Em Portugal ideologia sempre foi uma coisa complicadíssima. Porque o PSD não é social democrata, porque o CDS/PP não é um partido liberal, por o PS tem uma amálgama enorme de ideologia dentro dele próprio. A ideologia hoje em dia perdeu uma grande importância, porque as grandes ideologias fracassaram.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Há um grande desinteresse das populações em relação à solução política. Para já porque foram defraudadas em relação às sucessivas escolhas que fizeram. É tão legítimo chegar ao ato de votar e dizer que nenhuma das soluções lhe serve, como dizer aquela que lhe serve. Eu penso é que deve haver sempre o ato de votar. Eu a abstenção condeno-a neste sentido cívico, compreendo-a mas condeno-a, mas acho que as pessoas devem ir votar. Imaginemos que quem se costuma abster fosse votar e votasse em branco era um grande sinal para o sistema político. A abstenção é o caminho errado. Se nós não concordamos com o sistema devemos dizê-lo dentro do sistema votando.

Acha ou não que os lugares políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos?

Há aqui duas questões. Primeira, se os lugares políticos são ocupados quase sempre pelas mesmas pessoas, é verdade. Se os lugares políticos são ocupados quase sempre pelas mesmas pessoas ao longo da democracia e que já tenham vindo do regime anterior, isso não. Tem havido alguma renovação. O que tem acontecido é que há toda uma influência de um determinado tipo de pessoas que mesmo não estando na primeira fila, depois de terem Estado se retiram e continuam a rodear os Estados-maiores dos partidos e esses sim não se têm renovado.

ENTREVISTA 13 ENGº JOÃO PROENÇA

Secretário Geral da UGT

27/05/2011



Foto 13 - Engº. João Proença, sede da UGT, após entrevista no dia 27 de Maio de 2011

Acha que o Sistema Político Português serve bem variáveis como a proporcionalidade, representatividade e governabilidade?

É um sistema político democrático europeu e como todos os sistemas das democracias precisa de ser aprofundado. Desde logo porque a democracia política também é uma democracia de participação e às vezes é ignorada essa dimensão e apenas se fala na democracia política como o voto do povo.

Relativamente à situação da governabilidade, representatividade, proporcionalidade. Bem, começando pela proporcionalidade eu diria que até é assegurada de modo excessivo. Normalmente a proporcionalidade exige padrões mínimos de representatividade o que não acontece em Portugal e, portanto o método de Hondt funciona por inteiro. Nós gostávamos e achávamos que era possível melhorar a

CL

proporcionalidade e ao mesmo tempo a representatividade neste aspeto da aproximação dos eleitos aos eleitores. E das pessoas saberem mais diretamente em quem votam. Com um círculo nacional e com maior aproximação dos eleitos aos eleitores é possível assegurar isso. Mas acho que é um sistema bastante proporcional e que tem em conta os resultados eleitorais.

Nós não pensamos que o problema da governabilidade possa resultar de alterações políticas. Resulta sobretudo de uma atuação concertada do poder político. Nós temos dois partidos à esquerda que impedem qualquer alternância esquerda e direita.

Portugal deve ser o país da Europa que assegura maior representação aos partidos mais pequenos, mas achava de facto que há partidos mais pequenos que são beneficiados com o atual sistema e há partidos mais pequenos que são prejudicados com o atual sistema. Um círculo nacional poderia assegurar a alguns partidos mais pequenos terem uma representação parlamentar, mas é evidente que algumas mudanças têm Estado a ser bloqueadas sistematicamente por os partidos mais pequenos se considerarem beneficiários da atual situação e não quererem mudar. Nomeadamente o CDS, o PCP e o BE. Uma discussão também passa por saber se se impõe um mínimo de percentagem de votos para ter representação parlamentar.

Acha que isso devia acontecer?

Depende do sistema que estiver em causa. Se houver um círculo nacional acho que sim. Não iria para os 5% alemães, acho demasiado elevado, mas asseguraria claramente o mínimo de representação parlamentar. Maiorias artificiais não conduzem a nada. Sistema Autárquico

O sistema autárquico é um sistema com grandes deficiências em termos da construção do modelo da representação.

Como acha que poderia ser resolvido a nível autárquico?

Acho que deveria haver uma solução que se aproximasse mais da solução nacional. Não compreendo que as Assembleias Municipais na prática não têm poderes nenhuns. Nem sequer poderes de controle nenhuns. A autêntica Assembleia Municipal é o Governo do Município e depois há dois Governos do Município. É o Governo do

município, com todos os partidos, que tem uma reunião semanal e que tem uma reunião mensal pública, e é o Governo do município oculto, que é o Governo do Município da maioria. E depois há um poder ultra-exagerado na figura do Presidente do Município que, de facto, tem poderes majestáticos que não deveriam existir.

Acha que os eleitos estão suficientemente próximos dos eleitores?

O afastamento sempre existiu. Eu devo lembrar que estamos numa democracia jovem. Às vezes as pessoas ignoram que a democracia começou em 1974.

Não há uma democracia de participação. Ou seja os eleitores não só votem de 4 em 4 anos, mas também tenham uma participação direta nas decisões durante todo o período.

O que pensa dos Círculos Plurinominais? Defenderia a mudança para Círculos Uninominais?

É uma possibilidade. Um círculo uninominal ou um círculo de lista aberta em que as pessoas votam no deputado que entenderem. O voto uninominal tem vantagens e tem inconvenientes. É evidente que o voto uninominal conduz a algum caciquismo. Também tenhamos presente isso. Os círculos uninominais que poderão alguma reforçar algum caciquismo, alguma maior intervenção do poder político, nomeadamente em termos de eleições legislativas leva a uma maior intervenção do poder autárquico no próprio mecanismo de decisão e uma certa confusão entre o autárquico e o legislativo. Mas tem uma vantagem direta que é que as pessoas sabem quem é que elegeram e aquele vai prestar contas e contas muito apertadas e portanto é o método que mais aproxima o eleito do eleitor. Eu claramente sou defensor de um círculo nacional. Com os círculos do interior cada vez mais pequenos, com o problema do método de Hondt funcionar adequadamente, se não houver um círculo nacional isso, em certa medida, afeta o método da proporcionalidade, que só será assegurado pelos grandes círculos como Lisboa, Porto, Braga. Pode haver um partido com 20 ou 30% dos votos num distrito que não elege deputado nenhum, o que também não é uma representação adequada. Os círculos uninominais vão destruir a realidade distrito.

Os atores políticos falam bastante nos problemas da governabilidade. Acha que a mudança para um Sistema Presidencialista ou Parlamentarista seria melhor? Porquê?

Não. Acho que o regime aí está bem. Tem um Presidente da República eleito por voto direto, com uma legitimidade própria. Temos um Parlamento com legitimidade do qual sai o Governo. Eu acho que está em causa é a assunção dos poderes de cada um e que ainda é uma democracia em construção. Alguns dizem que isto funciona com um Governo de maioria. Eu acho que não. Na prática é necessário é que o Presidente da República não seja um Presidente corta fitas.

Como acha que a democracia tem caminhado em Portugal?

Em dois sentidos. Digamos que se tem consolidado. O que está em causa e que atravessa toda a sociedade democrática não é só a sociedade dos partidos... de facto o que é necessário é encontrar mecanismos que assegurem uma maior participação de todos os estratos da população na vida política. Hoje há um afastamento dos jovens face à política. Há um desencanto face à política. Mas tenhamos presente que estamos com uma pesada herança do salazarismo, nomeadamente o analfabetismo.

Fala-se muito na diminuição da qualidade dos atores políticos e de credibilidade. Que comentário isso lhe merece?

É um problema sério. Está ligado a culpas da classe política, mas também culpas da comunicação social, o mau funcionamento da justiça, o problema dos julgamentos na praça pública. Tudo isso descredibilizou bastante a classe política. Mas descredibilizou os dirigentes em geral até mesmo no mundo sindical. Se formos ver qual a credibilidade do dirigentes, dos juízes, dos militares, disto e daquilo, vemos que é um problema geral de afirmação. Há um problema geral de credibilidade das instituições.

O que considera um bom político?

Ser um brilhante orador parlamentar. Uma pessoa capaz de atuar em áreas da sua especialidade própria. Agora, um bom político, em geral, tem que se um político de facto preocupado com o bem comum. Um político, necessariamente, é eleito para assumir as responsabilidades do conjunto da população que o elegeu. Tem que ser uma pessoa de uma profunda honestidade. Um homem com letra grande. Tem que ser uma pessoa mãos limpas, uma pessoa profundamente honesta e isso questiona muitas vezes o problema do financiamento partidário. É uma pessoa que está ao serviço do bem comum.

Qual é para si a principal qualidade de um bom político?

Que as pessoas associem o tal espírito do bem comum, passa muito pelas pessoas reconhecerem que a pessoa é um senhor.

O que é para si a política e o poder?

Costuma dizer-se que os partidos políticos se fizeram para conquistar o poder. Mas a política, de facto, não são os partidos políticos e não é necessariamente a conquista do poder, e eu acho que cada um de nós no seu dia-a-dia faz política. Eu costumo dizer que uma organização sindical é uma organização apartidária mas é uma organização política. A política é aquilo que leva cada um de nós a tentar construir um mundo melhor.

Considera a atividade política uma ocupação ou uma profissão?

Eu acho que é claramente uma ocupação. Mal de nós quando é uma profissão. Eu acho que é bom que haja políticos profissionais. Pessoas que nasceram e que foram e fizeram toda a carreira no mundo político. Não tenho nada contra essas pessoas. Mas assumindo sempre que são pessoas sujeitas ao voto periódico do povo e, portanto, poderão ser eleitas ou não. São pessoas sujeitas a um veredicto permanente. Eu penso que é péssimo fazerem o seguinte. Um jovem tira a licenciatura, depois vai para o doutoramento, às vezes vão para docentes universitários mas nunca puseram os pés numa empresa ou numa organização. Defendo que um professor universitário, depois de

algum tempo a lecionar, deveria ter uma licença sabática não para fazer uma tese, mas para ir trabalhar para o sector privado ou público. Também na classe política é um pouco a mesma coisa. Ser um político que foi sempre deputado à Assembleia da República. Começou na juventude partidária e fora da classe política nunca fez nada pode ser negativo. Mas não há regra sem exceção. Mas acho também, cada vez mais, exige-se ao político um conhecimento muito grande da realidade económica e social. E isso muitas vezes era importante que mergulhassem as mãos no económico e no social.

Muitas vezes os políticos têm medo do futuro e agarram-se ao poder. Justamente porque não têm alternativa noutros termos. As pessoas deviam ter a capacidade de ter alternativa. Às vezes discute-se muito as pensões dos políticos. E acho que deve ser discutido. É importante que um político enquanto tal não tenha que estar a gerir o seu futuro, isso também é importante para a política. E esta questão não tem sido aprofundada.

Concorda com a Lei da paridade?

Concordo com a paridade na sociedade civil. Para atingir a paridade há muitas maneiras de lá chegar. Tem que haver ações positivas. E a lei da paridade acabou por ser uma ação positiva. Votaria positivamente se não for uma lei absurda. A lei da paridade é uma ação positiva. Agora é a melhor ação positiva? Bem, quais são as alternativas? Vamos discutir as possíveis alternativas, mas se não houver um empurrão.

Como é que olha hoje para os partidos políticos?

Os partidos políticos do arco do poder, que são partidos políticos que estão a ser demasiado asfixiantes em termos da participação democrática no seu interior. Portanto, o debate político aparece muito esbatido e às vezes transforma-se em máquinas de conquista do poder interno e externo. Depois temos partidos políticos sem qualquer expressão que reivindicam, pelo facto de terem o rótulo de partido político, igualdade de direitos em relação aos outros, quando na prática se resumem a duas ou três pessoas. Uma democracia representativa é expressa pelo voto do povo. Também tem que haver ações positivas face aos pequenos partidos que não conquistaram o poder. Mas um pequeno partido, pelo facto de ser partido, reclamar os mesmos direitos que um partido

que tem o apoio de um largo estrato da população também é a pior discriminação que existe. Os grandes partidos estão todos eles estão demasiado transformados em instrumentos de poder e isso é negativo. Era fundamental reforçar o debate interno.

O que pensa do monopólio dos partidos na escolha e apresentação de candidatos?

Acho que é um falso problema. Para termos um partido político basta termos 1500 assinaturas qual é que é o problema? Se houvesse requisitos muito grandes na formalização de um partido político podia dizer-se que havia um monopólio.

Como acha que tem sido exercida a função fiscalizadora da Assembleia da República em relação aos Governos?

Melhorou muito nos últimos tempos. Mas, apesar tudo coloca-se uma questão. Quando eu tenho um partido com maioria na AR, em que medida é que a AR pode fiscalizar a ação do Governo.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Não é um problema central da sociedade portuguesa. Até poderíamos diminuir um bocadinho, mas é evidente que ao diminuir, no atual quadro, só alterando o quadro de representação. Neste momento alterar o número de deputados sem mexer em mais nada na lei eleitoral acho que era um erro. Isso implica repensar o problema da representação. Mas isso implica também falar no poder local. O número de deputados, o número de autarcas, o número de Juntas de Freguesia. Eu acho que até podemos reduzir o número de deputados. Mas temos que falar em duas coisas. Por um lado reforçar a capacidade de intervenção dos deputados. Maior autonomia dos deputados face ao partido.

Reduziria o número de Câmaras e Freguesias?

Sim. Por exemplo a Assembleia Municipal de Barcelos tem praticamente 200 elementos. Isso implica que os Presidentes da Junta não deveriam estar lá.

Neste momento está a ser colocada a questão de uma forma um bocado absurda. Só se discutem as freguesias nas zonas urbanas e não nas zonas rurais. Mas nas zonas rurais há freguesias que não deveriam existir. Uma freguesia tem que ter o mínimo de capacidade de intervenção. Não devia haver era o posso, quero e mando dos partidos políticos nesta matéria.

Sobre a Europa. Acha que se não seguirmos esse caminho, esta União vai desaparecer?

Não. A União Europeia deve estar em constante aperfeiçoamento. Deve haver um aprofundamento da construção europeia nas suas várias dimensões e não apenas na dimensão económica. Dellors dizia que quando a Europa está com dificuldades de encontrar o seu rumo vamos tentar fixar um novo objetivo. Hoje a Europa está sem rumo e sem objetivo.

Defende a criação de uma Federação de Estados?

Federação já de facto existe, agora sem muitos dos meios que estão associados a uma Federação de Estados. Nomeadamente em termos de orçamento.

Já temos legislação que limita os mandatos nas Câmaras Municipais. Acha que essa legislação se deveria estender à AR e PE?

Não respondeu

Acha que hoje continuamos a ter uma verdadeira ideologia de esquerda, centro e direita?

Não. Cada vez mais esbatida, embora haja valores mais de esquerda e mais de direita. Mas às vezes até quando se discutem certas matérias pretende-se ignorar a existência desses valores. Mas há valores claramente de esquerda e de direita. Quando falamos do valor da solidariedade, da defesa do Estado social, digamos que está mais à esquerda que à direita, embora à direita há muitos que defendem claramente estes

valores. Acho que há diferenças, mas que se vêm esbatendo. Diria que há cada vez mais o poder ao centro.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Múltiplas questões. Alguns discutem o voto obrigatório. Mas acho de facto que temos que ver abstenção muitas vezes como a dificuldade de deslocação às mesas de voto. Há também a abstenção técnica. Há a falta de exploração de novos mecanismos que permitam às pessoas vota mais facilmente, mas há também um desinteresse claro em termos de participação no processo político. As pessoas poderiam exprimir a sua vontade votando em branco ou nulo, exprimir a sua vontade.

Defenderia o voto obrigatório?

Tem vantagem e tem inconvenientes. Mas acho que deve ser explorada essa questão. Deve ser discutida essa questão, como por exemplo o voto por meios informáticos, com muitos cuidados. Novas formas de participação que devem ser exploradas. Porque é que os cadernos eleitorais não são corrigidos em função do BI?

Acha ou não que os lugares políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos?

Sim e não. Às vezes é mais uma imagem que outra coisa. Ou seja, confunde-se a imagem dos lugares políticos com o chefe e não se vê se há renovação nos subordinados. Nós temos um problema que é este. Os partidos políticos até vão à frente dos sindicatos no aspeto da renovação. Antes do 25 de Abril as pessoas atingiam os cargos políticos com 50 ou 60 anos. Com o 25 de Abril foi uma geração de 20 ou 30 anos que ascendeu ao poder. E, portanto, as gerações a seguir claramente foram defraudadas por uma geração jovem que ascendeu ao poder. Muitas vezes mudam as pessoas mas mantém-se o grupo político à frente do poder.

ENTREVISTA 14 SR ANTÓNIO GANHÃO

Presidente de Câmara Municipal

27/05/2011



Foto 14 - Dr. António Ganhão, C.M. Benavente, após entrevista dia 27 Maio de 2011

Acha que o Sistema Político Português serve bem variáveis como a proporcionalidade, representatividade e governabilidade?

A Constituição da República consagra um conjunto de princípios que devem nortear o sistema político. Democratizar a sociedade. Deve ter em conta aspetos como a proporcionalidade da representatividade que têm a ver com a governabilidade. É necessário que existam condições para que, em consequência do voto das populações, resultem Governos que tenham estabilidade, ainda que possam não ter a maioria absoluta. Ela não é estritamente necessária para uma boa governabilidade. E creio que isto está muito ligado a outra questão que é a estabilidade governativa depende sempre das políticas que se prosseguem e daquilo que será o sentimento de confiança dos eleitores nessas políticas. A sua credibilização. Creio que a estabilidade tem muito mais

CLIX

a ver com as ações e necessariamente o exercício da cidadania, do que com qualquer outro valor. Porque mesmo Governos que possam ter maioria absoluta, se cometerem asneiras a seguir a asneiras vão perdendo a sua credibilidade e vão tendo a sociedade contra si.

Acha que o método da média mais alta de Hondt é a melhor solução?

Eu direi que não tem sido um método que tenha evitado aquilo que é a bipolarização. À semelhança do que acontece noutros países também em Portugal se tem verificado que os dois maiores partidos têm sido alternativos no poder. E as outras franjas necessariamente têm maior ou menor peso político consoante a sua representatividade, sobretudo na Assembleia da República. Creio que o método de Hondt tem demonstrado que defende a proporcionalidade e a representatividade também. No fundo concordo com o método de Hondt.

Os políticos queixam-se de que este método não lhe permite a melhor estabilidade para governar. O que pensa disso?

A governabilidade tem muito a ver, em minha opinião, com a identificação daquilo que são os projetos que servem os cidadãos e o país. A verdade é que muitas vezes os cidadãos têm que fazer as escolhas não tanto em função daquilo que são os seus anseios e as suas aspirações mas em função de programas eleitorais que identificam interesses que não têm tanto a ver com o cidadão mas tem a ver com aquilo que se chama a macroestrutura económica de um país, assentando nela aquilo que se considera que é o bem estar social de uma população a quem se vai servir. E esta falta de objetividade, esta diluição de um conjunto de generalidades que se apresentam levam a que os Governos tenham margens de manobra que depois não são facilmente controláveis, nem pelo órgão de fiscalização da atividade legislativa, que é a Assembleia da República, que normalmente coincide também com a maioria parlamentar de apoio à ação governativa e muito menos com aquilo que são os cidadãos que se sentem distantes e incapazes de poder intervir, a não ser no direito de manifestação, na liberdade de expressão. O que, em minha opinião, leva a muitas

frustrações e muitas desilusões. Eu creio que a humildade na acção governativa é fundamental para o sucesso das políticas que se pretendem prosseguir.

E em termos do Sistema eleitoral Autárquico?

Eu sou dos que pensam que o sistema eleitoral autárquico tem provado que, contrariamente áquilo que começa a ser uma ideia dominante, de que é preciso criar maior estabilidade governativa local, construindo artificialmente as maiorias, esta ideia é falsa. O que é que se tem provado? Se nós analisarmos este percurso do poder local chegamos à conclusão de que o número de autarquias que colapsaram por desentendimentos entre as forças políticas quando não há uma maioria, são diminutos. E temos maiorias relativas em que foi possível encontrar, com sucesso, entendimentos que levaram ao cumprimento de programas eleitorais que se apresentaram às populações. É falso, quanto a mim, de que para haver estabilidade no poder local é preciso que exista uma maioria ainda que construída artificialmente. O partido que ganha as eleições governa. Pode ter que governar com maior diálogo, o que até é salutar. As maiorias não servem para esmagar as minorias, nem quando se tem maioria absoluta. Os cidadãos que representam as minorias têm que ser permanentemente auscultados, ouvidos, incentivados à participação. Eu estou na nona maioria absoluta e nunca dispensei discutir o orçamento e o plano de atividades com todos e construí-lo com todos. Se da oposição surgem boas propostas, boas ideias, elas terão que ser acolhidas.

Não acha que as Assembleias Municipais têm uma ação fiscalizadora bastante limitada?

Eu acho que de facto há uma grande distância na dinâmica do funcionamento destes dois órgãos. As Assembleias Municipais, em muitos casos, não fazem o devido acompanhamento daquilo que são os pelouros nas Câmaras Municipais. Isto é, deveriam existir as chamadas comissões específicas da Assembleia Municipal que deveriam acompanhar o mais de perto possível o funcionamento dos pelouros, ao mesmo tempo que, enquanto eleitos, deveriam não apenas fazer o controlo mas elaborar um conjunto de propostas, de sugestões que lhes permitisse um outro tipo de intervenção que eu reconheço que não tem sido no país a mais adequada. Eu não estou a defender a

parlamentarização nas Assembleias Municipais. Estou a defender uma outra intervenção.

Defenderia a redução do número de Municípios e Juntas de Freguesia?

Eu defendo uma reforma administrativa no país. Que tem a ver com as autarquias locais e com aquilo que seriam as autarquias regionais.

Eu acho que o país carece de uma reforma administrativa. E isso passa exatamente pela criação das regiões administrativas e as regiões administrativas não têm que ser comparadas a regiões autónomas. Porque nós continuamos a viver talvez no país mais centralizado da Europa. Nós temos uma administração central muito distante dos cidadãos, onde se concentram poderes exagerados que não são controlados politicamente pelos cidadãos. A substituição, por exemplo, das atuais CCDR por regiões administrativas seria um processo perfeitamente normal e pacífico.

Não concordo com cortar cegamente o número de municípios, mas há de facto a necessidade de, fruto daquilo que são as dinâmicas demográficas. Conglomerar parece que pode ser algo justo, correto, sem prejuízo para o serviço às populações. Agora o número de freguesias é de facto algo que não preocupou o poder político em Portugal. Elas foram-se multiplicando até que houve um travão dizendo que não há mais freguesias que não tenham 500 habitantes. Há municípios com três freguesias urbanas quando poderiam ter apenas uma.

O que pensa dos Círculos Plurinominais? Defenderia a mudança para Círculos Uninominais?

Eu estou a falar pessoalmente, não estou a falar de um ponto de vista político-partidário. Eu acho que, se bem estudado e se bem analisado, nós poderíamos ter a tal situação mista de círculos uninominais e um grande círculo nacional. Isto para garantir necessariamente a representatividade política dos pequenos partidos. Agora acho que, de facto, os círculos uninominais podem levar a que não se mande para os eleitores um cesto com as camisolas. Os círculos uninominais teria a possibilidade de candidaturas não apenas independentes, mas dos políticos que emanam dos partidos. Porque os partidos são essenciais ao funcionamento do sistema democrático.

Os atores políticos falam bastante nos problemas da governabilidade. Acha que a mudança para um Sistema Presidencialista ou Parlamentarista seria melhor? Porquê?

Eu sinceramente preferiria um sistema parlamentarista. Eu não faria a mudança. Manteria o sistema atual. Nós não podemos deixar de considerar a nossa realidade. Eu acho que um sistema presidencialista no nosso país não tem razão de ser. É justo, é correto que o Parlamento tenha outra eficácia, outra eficiência naquilo que é a sua ação política em prol do país. Creio que é necessário reforçar essa eficácia e essa eficiência com mais poderes para o Parlamento. Manteria este sistema, mas no caso de ter que mudar optaria sempre pelo sistema parlamentarista.

Como acha que a democracia tem caminhado em Portugal?

A minha expectativa enquanto homem que se tem dedicado à vida política eu direi que olho para a democracia, para o atual sistema, com alguma preocupação. Muito mais fruto daquilo que são os poderes dominantes. Eu acho que o sistema financeiro, ligado ao poder económico, é de facto quem manda e, portanto, a política submeteu-se. Deixou-se submeter. E necessariamente que isto tem consequências nas democracias e no seu funcionamento.

O sistema democrático, que considerávamos algo irreversível, é preciso perceber se, com a desilusão dos cidadãos, com o exército de desempregados, não poderá acontecer uma situação de todo inesperada que é o aparecimento de novos ditadores e de novas ditaduras como formas de nova governabilidade dos povos. É algo que me preocupa, que vive comigo hoje. E não vejo esta realidade tão distante quanto parece. Ou nós somos capazes de melhorar o funcionamento da democracia e somos capazes de mostrar a sua superioridade sobre qualquer outro sistema político, ou então corremos seriamente o risco de, mais depressa do que julgamos, cairmos em novas ditaduras.

Fala-se muito na diminuição da qualidade dos atores políticos e de credibilidade. Que comentário isso lhe merece?

Como em qualquer outra atividade. Só deve estar na política quem por ela tem paixão, como só deve ser professor quem for um apaixonado pela sua profissão. Quando o trabalho é um fardo nunca se consegue desempenhar bem a missão. E a falta de qualidade da política é o resultado de pessoas que às tantas não têm vivência sobretudo. Não sabem o que é servir a comunidade. Muitas vezes são pessoas com excelentes conhecimentos e uma excelente preparação do ponto de vista acadêmico mas não têm a vivência para o exercício de cargos políticos. A qualidade tem vindo a diminuir. Nós vivemos um período em que havia uma grande sede de aprendizagem, porque ninguém tinha vivido em democracia... Os chamados aparelhos partidários têm feito avançar aqueles que mais se destacam na vida político-partidária. Isto é na casinha de cada um tem-se avançado com escolhas que não tem tanto a ver com a qualidade dos cidadãos mas mais com alguns interesses, com algumas capelinhas que é preciso defender.

O que considera um bom político?

Eu acho que o bom político é alguém que tem conhecimento profundo da realidade que vai servir. E que tendo esse conhecimento tem depois capacidade para, não apenas dialogar e tem que aliar a isto a sensatez de que está a tratar de problemas dos cidadãos. E os cidadãos são todos diferentes uns dos outros. E logicamente tem que ter na sua consciência o eco daquilo que é cada um por si, o conjunto e quais são os interesses de todos. E depois tem que ter um sentido de responsabilidade muito grande.

Qual é para si a principal qualidade de um bom político?

Eu diria que não há uma per si. Eu acho que há...talvez aliando o conhecimento à sensatez, ao sentido de responsabilidade e à capacidade de trabalho nós tenhamos os quatro vetores fundamentais para que um político possa exercer bem a sua missão.

Considera a atividade política uma ocupação ou uma profissão?

Eu nunca me senti, sinceramente, um profissional da política e exerço um cargo político há 31 anos. Para mim não é propriamente uma ocupação. Mas também não é

verdade que eu me sinta um profissional. É um trabalho que tem que ser feito com muita sensatez, com muita honestidade, com muita dedicação. Mas não é profissão nem ocupação.

Concorda com a Lei da paridade?

Eu acho que esta lei da paridade é algo de injusto. Eu acho que os mais capazes, sejam homens ou mulheres, devem assumir por sua livre iniciativa e vontade as responsabilidades. Julgo que não é por aí que passa a afirmação das mulheres. Elas têm feito a sua afirmação no mundo académico. Hoje a maioria do corpo docente deste país são mulheres.

Como é que olha hoje para os partidos políticos?

Eu acho que tem que haver um conjunto de preocupações. É importante que os partidos mantenham os princípios ideológicos que os diferenciam. Agora, os partidos têm que estar preparados para servir o povo. E servir o povo não é apenas na Assembleia da República, elegendo deputados, e para o poder local. O discurso político é muitas vezes um discurso muito virado para os potenciais eleitores. Eu acho que algo tem que mudar nesta situação em que vivemos. Que é o de haver um discurso político mais atento e transversal àquilo que são os cidadãos. Porque quem governa não pode governar em função daqueles que os elegeram. Tem que governar em função do país e de todos.

O que pensa do monopólio dos partidos na escolha e apresentação de candidatos?

É óbvio que esta é uma democracia que foi construída com base numa Constituição da República que permitia a existência de partidos políticos.

Como acha que tem sido exercida a função fiscalizadora da Assembleia da República em relação aos Governos?

Eu acho que a Assembleia da República tem procurado exercer as suas funções com algum rigor. As comissões têm feito algum trabalho. Agora muitas vezes esse trabalho não tem a amplitude que deveria ter dados os condicionalismos que existem. Existe uma maioria na AR, logo existe uma maioria nas Comissões. Há que encontrar um modelo que dignifique a atividade parlamentar, que não tem sido dignificada.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Não acho que esteja desadequado. Diminuir o número de deputados é diminuir a representatividade na AR.

Defende maiorias de um só partido?

Eu acho que isso não é essencial. Quem não tem uma maioria absoluta tem que saber governar com todos. E é um belíssimo exemplo aquele que muitas vezes o poder local tem dado.

Sobre a Europa. Acha que se não seguirmos esse caminho, esta União vai desaparecer?

Eu sou por uma Europa que não seja federalista. Que não seja uma Europa em que a união económica, política e a coesão social... a chamada Europa das regiões coesas. Eu acho que esta Europa a construir-se é um sonho, mas que tem tido, de facto, muitos obstáculos

Defende a criação de uma Federação de Estados?

Não. Acho que não há condições políticas para que tal aconteça.

Já temos legislação que limita os mandatos nas Câmaras Municipais. Acha que essa legislação se deveria estender à AR e PE?

Claramente. A haver limitação de mandatos ela deveria ser extensiva à AR e ao PE. Fica a ideia de que os males deste país estão no poder local. E que é aqui que é preciso limitar para que não se criem os tais vícios. Eu tenho a opinião de que esta lei é profundamente injusta, porquanto não vai conduzir...é limitativa dos direitos dos cidadãos, ao dizer que este indivíduo já é inelegível porque já tem três mandatos. Mas pode ser eleito para outra Câmara, pode ser eleito vereador, pode ser eleito presidente de junta, pode ser eleito deputado. O povo tem sabido limitar os mandatos. Deve ser o povo que limita os mandatos. Agora, se a preocupação é corrigir vícios, falta de transparência, é corrigir eventuais crimes praticados pelos eleitos, quaisquer que sejam, então vamos lá afinar a lei das inelegibilidades. Dizer quem fizer gestão danosa, quem não cumprir com as leis, etc, não pode voltar a ser eleito. E isto tem que ser aplicado a todos os que exercem cargos políticos. A limitação de mandatos parece-me pouco. Eu preferia uma boa lei de inelegibilidades, porque daria mais garantias ao povo.

Acha que hoje continuamos a ter uma verdadeira ideologia de esquerda, e de direita?

Eu conheço pessoas que se rotulam de direita e quando nós discutimos problemas concretos pensam exatamente como eu penso, que me rotulo de esquerda. A questão não é uma questão teórica. Porque a política tem que ter um conteúdo prático, concreto. E à volta das questões concretas é que nós podemos distinguir quem é de esquerda e quem é de direita. Não é tanto na discussão de alguns temas que fazem parte da agenda política. É sobretudo na ação concreta. Esquerda é aquela que visa a proteção dos interesses sociais e dos direitos dos trabalhadores, dos mais desfavorecidos, daqueles que não têm mais nada para vender do que a força do seu trabalho. E os de direita são, naturalmente, os que defendem os interesses sobretudo de quem são os detentores das mais-valias produzidas pelo trabalho. A análise das ideologias não pode deixar de ser feita se não à luz da concretização de políticas objetivas. O povo não está muito interessado nas ideologias. O povo está interessado naquilo que lhe toca, naquilo que lhe diz respeito. Se as políticas o beneficiam ou não.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Eu custa-me a aceitar a abstenção como algo de inevitável e de progressivo, naquilo que é a democracia política. Porquê? Exatamente porque a minha vivência de homem levou-me exatamente com 18 anos à prisão por lutar pelas liberdades e por direitos que eu achava que os cidadãos deviam ter. Eu não sou capaz de perceber que o cidadão tenha esse direito, tenha esta arma e não a utilize. Ele pode votar em branco, pode até anular o voto, mas não utilizar esta arma é abster-se simplesmente, alhear-se é de facto algo que eu não compreendo. Os partidos políticos têm tido muitas dificuldades em fazer este combate. Não se pode atirar culpa ao cidadão, porque se o cidadão faz isso é porque não está suficientemente esclarecido da importância que tem o seu voto para o seu país e para aquilo que será o seu futuro. Acho que o fenómeno da abstenção, tendencialmente, tem crescido. Tem um significado profundo, em minha opinião, e uma leitura primária que é pessoas desiludidas com a política e com os políticos e com o sistema político, e que se afastam.

Acha ou não que os lugares políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos?

Eu comecei há 31 anos e éramos sete atores. Desses sete e de outros sete, tenho sobrado eu. Eu acho que de facto renovação em política não é tanto uma questão de caras. A renovação em política é uma questão de ideias e de conteúdos. E, portanto, nós temos que aceitar que pode haver pessoas que veem reafirmada a sua confiança.

Mas é verdade que as equipas não têm tido a renovação suficiente. Isto só se evita com maior abertura dos partidos políticos à ideia da renovação com responsabilidade e com sangue novo deve ser o caminho.

ENTREVISTA 15 DR. MOTA AMARAL

Ex. Presidente Assembleia da República

08/06/2011



Foto 15 - Dr. Mota Amaral, no gabinete na AR, após entrevista dia 08 Junho de 2011

Acha que o Sistema Político Português responde a variáveis como a representatividade, proporcionalidade e governabilidade?

Acho que sim. O sistema que saiu da Constituição de 1976 tem provado ser eficaz para garantir esses três objetivos. Desde logo assegura a representação no Parlamento de uma pluralidade de correntes políticas bastante apreciáveis. Na realidade temos aqui um leque completo das opções. Além disso, tem de facto assegurado a governabilidade do país. Na medida em que a nossa democracia foi estabilizando. Tem sido possível assegurar um Governo de legislatura. Nem todas as legislaturas são completas, mas enfim, já tivemos diversos exemplos de Governos de legislatura completa com soluções variadas. Já tivemos legislaturas completas sem maioria. Isto demonstra que o sistema não impede a governabilidade do país. Até permitiu maiorias absolutas, coisa que não

devia estar na cabeça dos fundadores da nossa democracia na Assembleia Constituinte, temerosos do poder do Governo e da governamentalização do Estado por essa via, encontraram um esquema que era para haver Governos mais fracos. E além disso, presumivelmente assentes em coligações. Portanto, acho que é preciso fazer ajustamentos no Sistema eleitoral Existente mas, como ponto de partida, parece-me aceitável e saudável. Dir-se-á mas há muitos pequenos partidos que não conseguem aceder ao Parlamento. Pois não, mas o problema é fácil: Arranjem votos.

Acha que o método da média mais alta de Hondt acha que se adequa?

Acho que é uma das soluções possíveis e que entre nós se encontra institucionalizado, com resultados que me parecem satisfatórios.

Acha que este sistema aproxima suficientemente o eleitor do eleito?

Vejamos. Esse problema tem o seu fundamento. Mas se os deputados não mantêm contacto com os eleitores a culpa é deles, porque não faltam condições para isto. É preciso é terem motivação. O próprio Parlamento organiza-se, habitualmente, permitindo um dia por semana para contactos no círculo eleitoral. Para além de que os deputados ao estarem nos seus círculos eleitorais, e habitualmente estão durante o fim-de-semana, são certamente solicitados para conversar com os seus eleitores. São certamente procurados por eles. Falo por experiência própria. É isso que acontece comigo. Em todo o caso, o que me parece que facilitaria as coisas seria passar a ter círculos eleitorais mais pequenos. Também falo por experiência própria. Um círculo eleitoral como o dos Açores, que tem cinco deputados, permite que os deputados sejam conhecidos. Sabe-se quem é que está a ser eleito. E, ao longo do exercício do mandato os deputados são solicitados e eles próprios têm que tomar a iniciativa de manterem o contacto com os eleitores. Nada pior para um político que é eleito do que ouvir dizer depois das eleições nunca mais apareceu cá. Vem só à caça dos votos e não nos liga nada e, portanto, não queremos saber de si. Isso é uma condenação inapelável. Portanto, se porventura conseguíssemos dividir em círculos eleitorais de tamanho razoável. Sei lá...na base dos 250 mil cidadãos por círculo eleitoral conseguiríamos ter um Parlamento que andaria á volta dos 200 deputados e permitiria essa aproximação dos

eleitores e dos eleitos. O grande problema é naqueles círculos muito grandes como Lisboa, Porto e mesmo outros. Perde-se esse contacto.

Defenderia a criação de círculos uninominais?

Não sou muito favorável aos círculos uninominais, com toda a franqueza. Desde logo, os círculos uninominais podem desequilibrar a proporcionalidade. Nos países onde só há círculos uninominais ficam de fora do Parlamento grandes faixas de representação. Já aconteceu um partido ter 20% dos votos e não ter nenhum deputado no Parlamento inglês. No nosso caso devíamos manter a prática dos círculos plurinominais para assegurarmos esta representatividade das diversas correntes políticas, dentro de cada círculo. Isso também evita aquele risco do caciquismo. A polarização de interesses. Até porque há um papel importante dos partidos políticos que é, tendo em vista assegurar a governabilidade do país e o interesse nacional, fazerem passar ao crivo destes critérios as candidaturas locais. A ideia de um Parlamento formado por eleitos com um mandato perfeitamente localizado e responsabilizados a responder aos interesses locais, quanto a mim, poderia por em causa a governabilidade e tornaria o Parlamento um mosaico de interesses particularistas no qual passariam com mais dificuldade as questões de interesse nacional.

Questão das listas fechadas e bloqueadas ou listas que permitam a escolha, dentro de um partido, do candidato da preferência do eleitor?

Não veria nenhum inconveniente nisso. Seria uma novidade. Desde que fossem bem explicado e absorvido pelos eleitores e não se transformasse as eleições numa espécie de totobola. Já neste momento, devo dizer a votação tem a sua complicação. Isso também pode criar alguma complicação. A proximidade dos eleitores aos eleitos garante-se quando as listas são pequenas.

Mudaria este sistema semipresidencialista para um sistema presidencialista ou parlamentarista?

Acho que neste momento temos um equilíbrio de poderes que é razoável. O nosso sistema começou por ser mais semipresidencialista. Mas a partir da revisão Constitucional de 1982, a componente parlamentar reforçou-se. Mas o papel do Presidente tem sido um elemento equilibrador. Eu acho que o sistema como está tem os elementos para funcionar bem. Admito que se possa ampliar as competências presidenciais nalgumas matérias. Em matérias de Defesa Nacional, Justiça, maior competência no Conselho Superior da Magistratura, ou ser o Presidente da República a nomear determinados altos titulares, seria também uma maneira de o fazer interferir. Agora voltarmos a uma situação em que o Presidente da República tem uma interferência direta no Executivo, à moda francesa, não acho que seja razoável.

Como acha que tem evoluído a democracia?

Tem evoluído como tudo. Com melhorias e com deficiências. O sistema é sempre suscetível de ser corrigido e ser modificado. Em termos no sistema político é sempre possível ter melhores Governos. É sempre possível que o Parlamento seja melhor. A democracia precisa sempre de ser afinada, mas não são necessárias grandes alterações.

Como vê hoje a qualidade e credibilidade da classe política? O que acha que precisa mudar nesta classe política?

A crítica feita globalmente parece-me injusta. A nossa classe política reflete a sociedade portuguesa, porque ela resulta de eleições. Se os políticos têm defeitos, eles refletem os defeitos da sociedade portuguesa, pura e simplesmente. Pode-se melhorar? Com certeza que sim. Criou-se uma certa noção de carreira política. Eu não sei se isto não é comum em geral aí por esse mundo fora. Porque o exercício da atividade política hoje em dia exige uma certa profissionalização e deve ser feita com sentido profissional. No sentido de ser feita com exigência. Não uma atitude de amadorismo.

O que considera um bom político?

Quem olha para a política com um espírito de serviço, com desinteresse, com desapego de funções e pretende exercê-las com o melhor das suas qualidades.

Qual seria a principal qualidade que indicaria para um bom político?

Um político deve ter um espírito de serviço. Estar na política para servir o interesse coletivo, prestar um serviço aos seus concidadãos. Tem que ter a noção de que é esta a sua missão.

O que entende por política?

É o ato de governar. Isso é clássico. Para governar é preciso fazer funcionar um certo número de instituições e, portanto, há diversas formas de participar nesta governação.

Como acha que a política se conjuga com o poder?

Nas democracias felizmente temos a transparência para o desempenho do poder que resulta da opinião pública livre, dos meios de comunicação social livres, e nós temos esta experiência em Portugal e acho que é saudável. Pode às vezes até cair no exagero. Num escrutínio doentio, e por vezes até sectário. A atividade política, como qualquer atividade humana, está sujeita às regras morais, portanto não se trata apenas de agir em termos de não violar as leis. É preciso fazer o bem e evitar o mal.

Acha que a política é uma profissão ou uma ocupação?

Tende hoje em dia a profissionalizar-se pelas razões que falamos há pouco. Em todo o caso, é como ponto de partida uma honra que se exerce temporariamente.

Mas acha que hoje tendemos para ser profissão?

Acho que tendemos por uma exigência de preparação que ela requer, por um lado, e por outro lado pela ocupação que acaba por ser exclusiva. Aquela noção antiga dos deputados que tinham as suas atividades exteriores, ou eram proprietários, e vinham a Lisboa umas semanas, uns meses e depois voltavam para as suas quintas, está

completamente ultrapassada por uma atividade política a full time, todo o dia, toda a semana. Está a tender para profissão. Não sei se é muito saudável, mas está a tender para isso. Talvez possa dizer que é uma profissão temporária. Desejavelmente, a atividade política deveria ser uma atividade de culminar de carreira. Muitas vezes encontramos-nos com essas carreiras políticas que são construídas desde os bancos da escola das juventudes partidárias.

Concorda com isso?

Tenho umas certas reticências. Gostava que os políticos tivessem uma vida fora da política.

O que acha da Lei da paridade? Acha que veio melhorar a qualidade da representação?

Não sou a favor da Lei da paridade, mas não posso deixar de reconhecer que foi um incentivo para aumentar a participação das mulheres. Vejo agora que ela tem um bom resultado. Mas a minha ideia já não é bem a mesma que tinha no princípio. Votei contra. Acho que as mulheres devem participar, como cidadãs, pelo seu próprio mérito, mas verifico que a lei é de facto um incentivo a que os partidos quebrem aquela componente originária muito masculina.

Acha que hoje os partidos políticos estão mais fechados à sociedade? O que acha que poderiam fazer para isto ser melhorado?

Os partidos têm que manter uma atitude de abertura à sociedade. Desde logo, devem ter plataformas de diálogo com a sociedade e depois têm que manter o seu funcionamento aberto e transparente.

O que pensa do monopólio dos partidos políticos na escolha e apresentação de candidatos?

A principal moção dos partidos políticos é de que estão ao serviço da comunidade e não ao serviço dos interesse particularistas.

Acha que a Assembleia da República faz a sua função fiscalizadora em relação aos Governos?

Tem sido exercida com crescente capacidade interventiva.

Tem vindo a aumentar a fiscalização?

Sem dúvida nenhuma. Tem vindo a aumentar. Tem-se intensificado, através dos instrumentos que o Regimento da Assembleia permite, e a partir sobretudo de 2002, a intervenção do Parlamento foi sendo ampliada. Dou-lhe exemplos concretos disso. A presença regular do Primeiro-ministro no Parlamento, a presença regular dos ministros nas sessões plenárias e nas Comissões, as faculdades dos partidos da oposição solicitarem essas presenças.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Não está muito fora dos padrões europeus.

Defende maiorias de um só partido?

Sim. Tem-se mostrado eficaz. Mas, é preciso temperá-la, para evitar o excesso de poder. Se um partido que tem maioria pensa que é dono do país vamos por mau caminho. As coligações têm essa vantagem do poder ser articulado, conversado, negociado. Os partidos, mesmo quando têm maioria absoluta não podem esquecer a oposição e menos ainda o país que governa.

Como encara hoje a Europa? Acha que é uma solução a prazo?

Eu espero que isso não aconteça, mas não é de excluir essa hipótese. O projeto europeu é um projeto importantíssimo, de garantia de paz na Europa nos últimos 60 anos, e convém não esquecer que, andando muitos séculos para trás, não há períodos de 60 anos de paz. Portanto, acho que estamos bem. Acontece é que o mundo mudou nestes últimos anos.

Acha que devemos evoluir para uma Federação de Estados?

É possível, e admito que seja necessário, avançar mais numa linha federalizante. Admito que haja uma tendência para regras tributárias comuns. Uma solução exigiria um orçamento federal, um orçamento da União, que assegurasse uma distribuição mais eficaz. A criação dos Estados Unidos da Europa, no caso atual, não está ao nosso alcance. Porque os Estados Europeus são Estados com uma base nacional muito forte. Tenho dúvidas que isso possa evoluir rapidamente, no sentido de um Estado Federal e manifestamente, não é isso que os povos europeus desejam.

Defenderia a limitação de mandatos também na Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Talvez. Admito que isso possa vir a ser encarado. Existem alguns países com limitação de mandatos ao nível legislativo. Não sou no entanto um entusiasta disto, porque acho que a grande barreira ao encistamento do poder está na eleição direta.

Acha que hoje temos uma verdadeira ideologia de esquerda, de direita e de centro?

A esquerda afrouxou muito. Hoje em dia há dificuldade em perceber o que é a esquerda e o que é a direita. Quando o PS diz que é um partido de esquerda, o PS é um partido central que tem uma ala de esquerda e que tem uma ala de direita, tal como o PSD, também é um partido central. Tem uma ala mais à esquerda, uma ala mais à direita.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Eu acho que a abstenção em Portugal, uma parte dela, é um erro dos cadernos. Não é possível um país com 10 milhões de habitantes ter 9 milhões de eleitores. Portanto, há eleitores fantasmas em grande quantidade. São centenas de milhares. À parte disso, há cidadãos que não querem votar, estão no seu direito. Sou contra o voto

obrigatório. Mas sou a favor do recenseamento facultativo. Quem quer recenseasse para participar. Não pode ser eleito se não estiver recenseado. Agora, se acha que não vale a pena, que quer ficar à margem, também está no seu direito. Não perde os seus direitos sociais, humanos... não pode é ser eleito. O voto antecipado também devia ser facilitado, porque hoje em dia as pessoas mexem-se muito.

Acha que os atores políticos são quase sempre os mesmos?

Tem uma dose de verdade. Há algumas pessoas que atravessam, pela sua permanência no exercício de funções e às vezes só pelo seu prestígio social, pela sua autoritas, ficam sempre. Mas há pessoas que permanecem e outras que vão aparecendo. Será que as pessoas que permanecem estão a tapar o lugar das pessoas que querem aparecer? Bom, há a possibilidade de participação bastante alargada e não é comum que as pessoas assentem praça em general.

ENTREVISTA 16 DR ANTÓNIO FILIPE
Vice-Presidente Assembleia República/Deputado
08/06/2011



Foto 16 - Dr. António Filipe, na AR, após entrevista no dia 08 de Junho de 2011

Como acha que o Sistema Político Português responde a questões como a representatividade, proporcionalidade e governabilidade?

Começando pela governabilidade, eu creio que o atual sistema já demonstrou que não é um obstáculo à governabilidade. No início dos anos 80, final dos anos 70 mais propriamente, havia quem pensasse isso, que o sistema proporcional era um obstáculo à governabilidade, mas deixou de se falar nisso sobretudo a partir do momento em que o sistema passou a permitir maiorias absolutas, não apenas de coligações pós eleitorais, mas mesmo de um só partido. Deixou, portanto, de se colocar o problema da governabilidade e da necessidade de alterar o sistema eleitoral por forma a garantir a governabilidade. E, portanto, o sistema mantém-se na sua matriz inicial da proporcionalidade, sendo que está no limite da proporcionalidade. Ou seja, a dimensão muito exígua de determinados círculos eleitorais já reduz de uma forma sensível a

proporcionalidade do sistema, o que só é compensado, de facto, pela existência de círculos de maior dimensão como Lisboa, Porto ou Braga. E eu creio que o sistema para se poder continuar a considerar proporcional não admite mais quebras de proporcionalidade. Daí, do meu ponto de vista, é indesejável qualquer iniciativa que implique reduzir a dimensão dos círculos eleitorais.

Relativamente à representatividade, eu creio que não terá tanto a ver com o próprio sistema mas mais com a prática política que se institui. E aqui entra um outro fator, que também não tem que ver com o sistema eleitoral, mas tem que ver com o comportamento político das forças concorrentes. O que é que eu quero dizer com isto? Independentemente do número de círculos ou da forma dos círculos que nós temos, as eleições legislativas são normalmente encaradas como eleições de primeiro-ministro. E as campanhas eleitorais são orientadas, quase exclusivamente, diria eu, embora não exclusivamente, com a afirmação de um líder partidário, independentemente do círculo eleitoral, com um apagamento, muito significativo, dos próprios candidatos aos círculos eleitorais. Isto faz com que haja uma subalternização dos candidatos aos círculos eleitorais no comportamento eleitoral. Ou seja, o que nós verificamos em sucessivas eleições legislativas é que a figura do candidato em cada círculo é relativamente indiferente ao eleitor. É muito frequente os eleitores dizerem que há um candidato muito bom no meu círculo eleitoral, mas eu não voto naquele partido. Ele é muito bom, mas a minha opção é nacional.

Acha que este sistema aproxima suficientemente o eleitor do eleito?

Prende-se com o que eu estava a dizer. Ou seja nos círculos de pequena e média dimensão existem todas as condições para que os eleitos possam ter uma relação de proximidade com os eleitores. E isso é um problema que tem que ver com a prática política de cada um. Portanto, não creio que haja desse ponto de vista um problema.

Não defenderia uma solução de círculos uninominais?

Eu não defendo por várias razões, uma delas é porque isso conduziria inevitavelmente a uma bipolarização do nosso sistema político, na medida em que apenas um deputado tivesse possibilidade de ser eleito por cada círculo. Isso conduzir-

nos-ia a uma restrição das opções disponíveis para os eleitores. É muito mais representativo dos cidadãos um círculo eleitoral num quadro como o atual, em que três ou quatro partidos possam estar representados, e em que o voto dos cidadãos tenha essa utilidade, não vence as eleições, mas elege deputados, creio que isso representa muito mais os cidadãos, do que em círculos uninominais em que apenas um ou dois partidos elegessem deputados. Eu creio que isso deixaria sem representação um número muito significativo de cidadãos que hoje têm a sua representação. Isso reduziria consideravelmente a representação, para além de ter um efeito perverso ao conduzir a uma bipolarização artificial da vida política nacional.

Hoje temos listas fechadas e bloqueadas. Concorda com essa solução ou defenderia outra? por exemplo fechadas mas não bloqueadas, por forma a dentro de uma lista se poder optar pelo deputado?

Não é uma coisa que me choque, embora não esteja muito dentro da nossa tradição. Não tenho nenhuma razão de princípio contra isso, embora não sei se os eleitores têm o suficiente conhecimento dos candidatos de vários partidos para poderem tomar uma opção a esse nível.

Mudaria este sistema semipresidencialista para um sistema presidencialista ou parlamentarista?

Eu acho que o nosso sistema e as características que são conferidas a um mandato presidencial... discutiu-se no pós 25 de Abril se se devia optar por uma eleição direta ou indireta do Presidente da República. Acabou por se optar por uma eleição direta, porventura até em confronto com aquilo que ocorria em ditadura, após as eleições de 1958 com Humberto Delgado, em que a ditadura apanhou um grande susto e reviu a Constituição para que a eleição fosse indireta e, portanto, é compreensível que após o 25 de Abril de 1974 se tenha pretendido regressar à eleição direta do Presidente da República e isso tem razões históricas fundadas e, democraticamente, é um valor em si mesmo. Mas isso implica um estatuto Presidencial que não seja meramente protocolar e a legitimidade que é conferida ao Presidente da República, ao ser eleito diretamente, obriga a que constitucionalmente se retirem daí consequências, e daí não vivemos num

regime Parlamentar puro. Eu creio que ao longo da nossa história o papel moderador do Presidente da República tem tido as suas virtualidades. Eu creio que devemos ter a preocupação, em cada momento, de encontrar dentro do sistema democrático um sistema de pesos e contrapesos, eu creio que isso faz sentido. Já tivemos maiorias absolutas de um só partido e aquilo que temos visto é que há sempre alguma tendência para se resvalar para alguma prepotência por parte da maioria e, nesse sentido, eu creio que a existência de um órgão de soberania como o Presidente da República, com um papel moderador, faz sentido. Eu mantinha este sistema e creio até que há alguns aspetos em que as competências do Presidente da República deveriam ser densificadas, designadamente em matérias de Forças Armadas, Defesa, na medida em que não se compreende que sendo o Presidente da República o Comandante Supremo das Forças Armadas que ele não tenha poderes concretos na área das Forças Armadas. Assim como o Conselho Superior de Informações, fazia todo o sentido que fosse ele a presidir, em vez do Primeiro-ministro.

Como acha que tem evoluído a democracia?

Há uma justa insatisfação relativamente ao funcionamento da democracia. Agora, eu não vejo que isso decorra da inadequação dos mecanismos democráticos que estão institucionalmente estabelecidos. Creio que decorre muito de uma insuficiência de cultura democrática, que faz com que muitos cidadãos não utilizem efetivamente os mecanismos de intervenção que a democracia lhes confere, o que se traduz depois em descontentamentos, descrenças de muito cidadãos e que se afastam do funcionamento das instituições e se afastam de uma intervenção política e cívica por descrença quando poderiam, de facto, exercer os seus direitos e ter uma postura mais activa e ela própria transformadora da própria democracia, no sentido do seu aperfeiçoamento e portanto temos de facto um problema.

Como vê hoje a qualidade e credibilidade da classe política? O que acha que precisa mudar nesta classe política?

Eu não creio que haja uma classe política. Eu creio que há cidadãos que exercem cargos políticos a diversos níveis, desde o Presidente da República até ao membro da Assembleia de Freguesia. Todos os cidadãos só políticos à sua maneira, mesmo aqueles

que dizem que não querem saber da política para nada, estão a ter uma atitude que tem implicações políticas embora não tenham consciência disso. Eu creio é que há um descontentamento muito grande dos cidadãos relativamente à forma como o país é governado que os leva a encontrar, designadamente nos membros do Governo e nos parlamentares, o foco do descontentamento. Um problema que existe na democracia portuguesa é um deficit de responsabilização concreta dos eleitos por parte dos eleitores. Ou seja, os eleitores não retiram consequências concretas, ou seja não responsabilizam os eleitos pelas opções que tomam no exercício do mandato. Os cidadãos têm uma cota óbvia de responsabilidade nas opções que são tomadas nos anos seguintes que decorrem do seu sentido de voto.

O que considera um bom político?

Eu acho que o critério aferidor é o critério de qualquer cidadão. Ou seja, se me perguntar o que é que eu considero um bom cidadão, considero aquele que exerce os seus direitos legítimos e que cumpre os seus deveres e que se comporta socialmente de uma forma adequada. Se quiser o conceito romano do bom pai de família. Agora, evidentemente, que quem se candidata ao exercício de um cargo político deve ter qualidades para o exercer. É importante que haja uma dedicação à causa pública, que haja uma não utilização do cargo político em proveito pessoal.

Qual seria a principal qualidade que indicaria para um bom político?

Acho que a honestidade aqui é um valor fundamental.

O que entende por política e como se cruza com o poder?

Os clássicos qualificam a atividade política em torno do poder. Ou seja o poder é um referencial fundamental para a atividade política. Ou seja quem exerce a política, quem está na vida política tem em mente sobretudo, ou a conquista e manutenção do poder, ou de qualquer forma influenciar o poder, ainda que na oposição.

Acha que a política é uma profissão ou uma ocupação?

A atividade política em geral, independentemente do exercício de qualquer cargo, creio que é uma consequência do facto de vivermos em sociedade e é até uma consequência inevitável. Creio que quando um cidadão se candidata ao exercício de um cargo político está incumbido de uma missão de serviço público e deve ser entendida como tal. Não como profissão, embora se reconheça, evidentemente, que essa ocupação em muitos casos deva ser feita, ou em dedicação exclusiva ou tendencialmente em dedicação exclusiva, e que nesse sentido se sobreponha a qualquer outra profissão anteriormente existente, mas em todo o caso eu não considero a política como uma profissão.

O que acha da Lei da paridade? Acha que veio melhorar a qualidade da representação?

Não. Não concordei. Eu tive reservas relativamente à lei da paridade, embora veja com muita simpatia a adoção de qualquer mecanismo no sentido de aumentar a participação das mulheres na vida política. Choca-me um pouco que isso tenha que ser feito por lei. Eu creio que seria preferível que os próprios partidos assumissem isso, ou nas suas normas estatutárias, ou mesmo nas suas práticas internas. Penso que seria mais adequado. Choca-me que isso tenha que ser imposto por lei. Em termos substantivos vejo a questão com muita simpatia, acho que é muito útil para a nossa sociedade que as mulheres participem mais na vida política, já me choca um pouco que isso seja feito por lei.

Acha que hoje os partidos políticos estão mais fechados à sociedade? O que acha que poderiam fazer para isto ser melhorado?

Os partidos políticos são associações voluntárias de pessoas. E, portanto, eu não vejo muito bem a ideia...eu acho que a orientação dos partidos deve ser decidida por quem a eles pertence. E nesse sentido não vejo muito bem aquela ideia de que seja as pessoas que estão por fora de cada partido a decidir sobre a vida interna desse partido. Deve ser dada margem para uma ampla participação de cidadãos que não querem estar integrados em partidos políticos.

O que pensa do monopólio dos partidos políticos na escolha e apresentação de candidatos?

Em eleições nacionais acho inevitável. Aquilo que se exige a quem apresenta uma candidatura a um órgão de soberania é que tenha um programa que apresente aos cidadãos, que tenha uma lista claramente identificada com esse programa. Eu não vejo alternativa a isso. Sobretudo num sistema em que o Executivo depende de uma maioria parlamentar. Encarar a eleição por círculos, apresentadas por cidadãos sem qualquer identificação partidária, aí é que nos arriscaríamos a criar um problema de governabilidade que não sei como é que sairíamos dele. Há que ter alguma cautela na forma como essa questão é abordada. Até porque em Portugal, eu diria que é relativamente constituir um partido político. Nós temos uma exigência de 7500 assinaturas, não é nada de exagerado, inclusivamente nas últimas eleições concorreram 17 partidos sendo que alguns deles nem 5000 votos tiveram. São do tempo em que bastavam 5000 assinaturas para constituir um partido e hoje nem têm 5000 votos.

Acha que a Assembleia da República faz a sua função fiscalizadora em relação aos Governos?

Eu acho que tem havido progressos. Sobretudo nos momentos em que a Assembleia da República não tem uma maioria absoluta é um momento em que se progride, e em que tem havido um aperfeiçoamento dos mecanismos de intervenção parlamentar em termos de fiscalização. Nós hoje temos um regime de inquéritos parlamentares que é muito mais efetivo e permite uma intervenção parlamentar muito mais atuante do que há uma dúzia de anos atrás. Tem havido algum aperfeiçoamento desses mecanismos. Tem havido também uma tensão permanente entre a afirmação da capacidade de fiscalização do Parlamento e a reação dos Governos a isso. E essa reação é mais eficaz em momentos em que há uma maioria absoluta.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país? concorda com a redução?

Não. Não sou porque isso teria uma consequência inevitável que era a redução da proporcionalidade e isso levaria a que os partidos com menor expressão parlamentar passassem a ter, ou uma não representação, ou uma representação residual que dificultaria muito a sua capacidade de fiscalização e que os tornaria praticamente irrelevantes relativamente à possibilidade de intervenção na formação dos Governos. Creio que os argumentos que são usados para a redução do número de deputados, que são os de poupança, não são razoáveis. Os custos de ter umas dezenas de deputados são incomparavelmente menores do que os custos que haveria para a democracia de uma redução drástica da representação parlamentar.

Defende maiorias de um só partido?

Defendo desde que isso corresponda à vontade dos eleitores. Sendo essa a vontade dos eleitores, havendo um sistema eleitoral razoável...ou seja desde que isso não seja construído por exercícios de engenharia eleitoral, uma manipulação dos círculos eleitorais...dentro de um sistema proporcional, se um partido tiver a maioria de votos acho que tem toda a legitimidade para ter a maioria absoluta e ter um Governo de um só partido. Desde que os mecanismos democráticos de fiscalização desse Governo possam funcionar.

Como encara hoje a Europa? Acha que temos uma Europa a prazo?

Não posso fazer futurologia, agora creio que se tem revelado, particularmente nos últimos anos, que o processo de integração europeia não tem sido conduzido no sentido da coesão social, mas tem sido uma construção sobretudo orientada por princípios neoliberais, que não são princípios de solidariedade, e portanto que têm sobretudo em vista a hegemonia de grandes grupos económicos do centro da Europa, designadamente da França e da Alemanha. E, nesse sentido, este é um mau caminho.

Acha que devemos evoluir para uma Federação de Estados?

Não. Eu que creio que a Europa, uma das suas principais riquezas é a diversidade cultural e também política. Que não é hegemonizável artificialmente. Reconhecendo do ponto de vista económico a necessidade de integração...há um processo objetivo de integração que não pode ser contrariado, mas era importante que esse processo se

fizesse com respeito pela diversidade e com respeito até pelas soberanias. E não é isso que está a acontecer.

Defenderia a limitação de mandatos também na Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Embora isso não me choque, eu acho que a limitação de mandatos faz sentido sobretudo a nível de órgãos executivos. Eu faria aqui uma ressalva. Eu creio que a imitação de mandatos é sempre uma exceção em democracia. Porque a partir do momento em que a democracia se rege pela vontade popular, o respeito pela vontade popular, e em que todos os candidatos devem ser legitimados pelo voto livre dos cidadãos, nós ao impormos uma limitação de mandatos, estamos a impor a um determinado cidadão uma proibição. Ou seja, estamos a privar uns cidadãos de um direito que pertence a todos os cidadãos, que é o de se candidatar.

Acha que hoje temos uma verdadeira ideologia de esquerda, de direita? não acha que hoje estão esbatidas?

Eu acho que não. Não há política sem ideologia. Qualquer atividade política tem os seus fundamentos ideológicos. O que há é, na atual fase do desenvolvimento capitalista, uma aproximação entre famílias políticas que têm uma matriz originária diferente e que houve uma convergência ao centro. Ou seja, as famílias políticas socialistas e socias democratas e as famílias políticas mais conservadoras, democrata cristã, convergiram na realização de um conjunto de valores políticos que faz com que a sua alternância no poder não altere a linha política essencial que é seguida em termos governativos.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Interpreto o fenómeno da abstenção como uma inevitabilidade decorrente da descrença de muitas pessoas relativamente ao sentido do seu voto. A consideração pelo seu voto não serve de nada e também algum fenómeno de desinformação política que leva a que as pessoas não tenham ideia de que opção devem tomar e portanto preferem

não tomar nenhuma, sendo que surgiu agora mais recentemente uma nova tese que é a da abstenção como forma de protesto, o que eu enquanto defensor da democracia e da participação dos cidadãos na vida política, e sendo eu contra a imposição do voto obrigatório, porque as pessoas devem ter a liberdade de não votar, e que isso deve ser respeitado, mas pela minha parte combato, do ponto de vista argumentativo claro, a ideia de que a abstenção pode ser entendida como um voto de protesto. Eu creio que não. Eu creio que a abstenção vale zero.

Acha que os atores políticos são quase sempre os mesmos?

Tenho dificuldade em responder-lhe. Naturalmente que há personalidades que ao longo da sua vida exerceram muitos cargos políticos. Mas creio que também há uma inevitável renovação como em tudo na vida. Há a ideia de que são sempre os mesmos. Nós ainda hoje recebemos aqui cartas para cidadãos que não são eleitos há mais de uma década. Na opinião pública não há uma perceção exata da renovação dos titulares de cargos políticos.

Há quem defenda a redução do número de Juntas de Freguesia e de Municípios. O que pensa disso?

Eu acho que isso não pode ser automático. Nós temos de facto grandes disparidades quanto á dimensão dos Municípios e das freguesias. E nesse quadro, eu não rejeitaria em absoluto as reorganizações administrativas. Isso não deve ser feito de uma forma unilateralmente imposta. Deve haver uma discussão dentro de cada Município sobre a sua organização mais adequada, o que é mais difícil de fazer intermunicípios porque nós não temos regiões administrativas. Em todo o caso acho que não se devem extinguir Municípios por decisão unilateral e tomada no Terreiro do Paço. Eu acho que isso iria criar um problema até de paz social se se avançasse para uma imposição unilateral de extinção de municípios ou de freguesias.

ENTREVISTA 17 DR ORLANDO AFONSO

Juiz Conselheiro

08/06/2011



Foto 17 – Dr. Orlando Afonso, no S.TJ, após entrevista dia 08 Junho 201

Como acha que o Sistema Político Português responde a questões como a representatividade, proporcionalidade e governabilidade e qualidade dos atores?

Em relação à representatividade hoje, num sistema como o nosso, onde há uma multipolarização partidária, quando nós pensamos que há uma maior representatividade eu penso que não. Penso que não porque conduz a duas coisas. Conduz a uma dispersão do eleitorado, por um lado. Por outro a representatividade conduz a uma representação eleitoral mas depois não tem uma expressão ao longo da democracia participativa. E como não há democracia participativa no nosso país, metade das pessoas que votam sentem-se representadas, depois temos uma outra questão que é a própria formação dos círculos eleitorais e dos candidatos pelos círculos eleitorais. Também não se sabe se aqueles candidatos representam ou não representam aquelas populações porque é o

CLXXXVIII

partido que indica o candidato e não é o candidato natural e que está próximo da população.

Sobre a governabilidade, vamos lá ver, não é possível governar sem maiorias? É. É possível governar sem maiorias. A questão não está aí. No nosso país, tanto quanto me apercebo, a governabilidade tem sempre por detrás o partido e os interesses do partido. Uma coisa é o partido ter ganho as eleições e estar representado na Assembleia da República, outra coisa é o Presidente da República ter escolhido o Primeiro-ministro, que necessariamente vai sair daquela maioria formada...outra coisa é o Governo continuar a representar o partido. E para mim o problema da governabilidade está um bocado ligado a isso. Está ligado a uma certa “longa manus” do partido que se reproduz no Parlamento necessariamente porque está lá e depois reproduz-se também a nível do Governo. Há uma promiscuidade muito grande onde depois o interesse nacional esbate-se. E como por detrás está sempre o partido depois, é claro, as posições se extremam.

Sobre a proporcionalidade eu estou muito de acordo com o método de Hondt. Pode não ser o ideal, mas para mim responde bem.

Acha que este sistema aproxima suficientemente o eleitor do eleito?

Nós vivemos numa partidocracia. E como vivemos em partidocracia o que acontece é que o partido dita tudo. Ou os partidos ditam tudo. Não há nenhuma ligação ao cidadão comum fora do partido. A não ser para efeitos de propaganda eleitoral. O contacto que os partidos fazem normalmente com os cidadãos é a nível de campanhas eleitorais. Não há um contacto assíduo através de outras formas com os cidadãos. Ou há muito pouco. Resultado, há um desligar da vida pública muito grande em Portugal.

Optaria por círculos uninominais?

Não tenho ideias muito assentes sobre isso. Acho que há vantagens e desvantagens em círculos uninominais. É natural que o círculo uninominal possa responder com mais proximidade. Tem outras desvantagens e o caciquismo tem sido na história liberal portuguesa um dos grandes males do nosso país desde os tempos da revolução liberal e das monarquias. Agora não há propriamente caciquismo mas há lobbies. Que é o mesmo.

Mudaria este sistema semipresidencialista para um sistema presidencialista ou parlamentarista?

Para um sistema Parlamentarista puro não. Embora em democracia nós tenhamos que respeitar as maiorias, é evidente, mas não nos podemos também esquecer das tiranias das maiorias. Também não nos podemos esquecer dos direitos das minorias. E um sistema Parlamentarista puro pode conduzir muito mais facilmente a esse tipo de governabilidade de maiorias a todo o custo. E depois em Portugal já deu maus resultados. Este regime que nós temos não era assim na Constituição de 1976. Evoluiu e dado aos desentendimentos que na altura se verificavam entre o Dr. Mário Soares e o General Eanes, as coisas evoluíram de forma a retirar ao Presidente da República o pouco que ele ainda tinha. É evidente que quantas mais restrições houver para o Presidente da República, mais os lobbies económicos se podem impor. Hoje o grande perigo do regime Parlamentarista não é o Parlamento em si. Primeiro há uma partidarização da vida política portuguesa ao mais alto nível, uma vez que não há democracia participativa. E depois não é só isso. São todos os lobbies que estão por detrás dos respetivos partidos e que impõem as regras do jogo. Resumindo, eu sou muito mais apologista de um regime Semipresidencialista onde o Presidente da República não seja só uma magistratura de influência e de ética, mas onde tenha uma intervenção maior na vida política, se for necessário e se for caso disso. Por isso, eu reforçava os poderes do Presidente da República.

Outra coisa também é o Conselho de Estado que para mim não seria composto por...não faz sentido ter um Conselho de Estado composto exatamente pelas mesmas pessoas que já estão noutros órgãos governativos. Não faz sentido que o Conselho de Estado seja composto pelo Primeiro-ministro. Tem que ser alguém externo. Tem que ser alguém que não tenha nenhum comprometimento político com determinados órgãos institucionais porque se não não faz sentido reunir um Conselho de Estado para irem defender exatamente as mesmas coisas que já defenderam nos órgãos institucionais.

Quem acha que deveria fazer parte do Conselho de Estado?

Estaria bem os antigos Presidentes da República, estariam bem pessoas designadas podia ser pelo Parlamento e pelo próprio Presidente da República, pessoas de reconhecido mérito, de reconhecida estatura política e intelectual, ficaria bem o Presidente do Tribunal Constitucional, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. Vamos lá ver. Porque os tribunais têm diretamente a ver com a política? Não. Mas, por exemplo, se for decretado o Estado de sítio, qual é a posição dos tribunais? Como é que o tribunal age? O que é que ele faz? Como é que se garantem os direitos humanos? Se não tiver esses elementos lá para aconselhar.

Como acha que tem evoluído a democracia em Portugal?

Eu sobre isso sou um bocado céptico. Isso não é uma questão só portuguesa. É uma questão da Europa toda. Se estamos a pensar no funcionamento das instituições, as alterações que têm sido feitas não têm atentado contra nada do evoluir da democracia. No plano cultural eu acho que se deram passos atrás. Culturalmente o país está muito mal. A cultura política dos cidadãos é muito má. Depois na juventude reduz-se a um número que andam a gravitar à volta das juventudes partidárias para mais tarde arranjam um tacho, seja ele qual for. Tudo quanto não gravite à volta das juventudes partidárias e dentro das juventudes partidárias determinados nomes. E o resto das juventudes partidárias não interessa. Por isso isto continua a gravitar à volta de determinadas famílias, de determinados nomes, de determinadas bases económicas. Do ponto de vista da tal democracia participativa está mau. Nunca se fez nada em Portugal para que os cidadãos...o português, tirando os clubes de futebol, não se associa, não se reúne e cada vez está mais individualizado. Do ponto de vista económico, isso aí tem muito que se lhe diga. Claro que não é um problema português só, mas também não é um problema do exterior como se quer fazer ver cá. Do ponto de vista económico, este liberalismo leva-nos a becos sem saída. Eu acho que estamos na viragem do Millennium e por isso eu não sei o que é que vai acontecer daqui a muitos anos, não sou bruxo, não faço a menor ideia. Não sou vidente. O que é certo é que neste momento o sistema económico liberal da Europa e Estados Unidos faliu. Apostar neste sistema económico continua-se a fazer alargar o fosso entre a grande riqueza e a grande pobreza. O que a gente está a verificar é o desaparecimento das classes médias, das classes trabalhadoras, das classes que sustentam a democracia. Não me venham falar de ética da economia

porque a economia não tem ética. A economia tem lucro. Tem preço. A ética impõe-se á economia quando o direito se sobrepõe á ética. Agora, quando o poder económico é o amo e o direito o criado, claro que a economia não tem ética. A economia só tem ética se obedecer ao Estado de Direito. Quando o Estado deixa de ser Estado de Direito, porque Estado de Direito é subordinar-se ao Direito.

Hoje, numa economia globalizada, sem rosto, tudo se move num contínuo legal e ilegal. Não se sabe até onde é que ela é legal e onde é que começa a ilegalidade.

Como vê hoje a qualidade e credibilidade da classe política? O que acha que precisa mudar nesta classe política?

Hoje é notória a falta de credibilidade do ator político. Essa falta de credibilidade umas vezes é provocada pelas próprias circunstâncias em que é feita a governação, e que o agente político muitas vezes não tem culpa disso, porque é apanhado naquela rede, naquela teia. Outras vezes não. E como lhe digo isso também não é só em Portugal. Os grandes nomes da política, os grandes monstros da política desapareceram. Ou desapareceram, ou não se mostram. Porque hoje a política, e no nosso país tem Estado tão maltratada, trazida a um nível tão elementar, que as pessoas não se reveem. E depois vamos lá ver, quer a política, quer a justiça, desenvolvem uma atividade, para além de serem um serviço do cidadão, desenvolvem uma atividade simbólica do Estado. Não se pense que a democracia tem que se transformar sempre em momentos de proximidade de quase tu cá tu lá de mesa de café, permitindo todas as críticas e ainda mais algumas, com primor ou desprimor. Não. Se a política e se a justiça não souberem guardar a boa distância, os cidadãos não os aceitam. Porque se se aproxima muito cai no quotidiano, cai na rua, e isso não pode ser. Se se afasta muito ninguém os percebe. Quer uns, quer outros têm que saber onde é que está o meio-termo. Isto não tem nada a ver com o ser mais ou menos democrático. O problema é que hoje a maior parte de quem exerce a política não tem a preparação necessária para o fazer.

Acha que a qualidade se tem vindo a reduzir?

Tem. Eu no outro dia falava com um insuspeito colega inglês, do Supremo Tribunal de Justiça inglês, e ele tem a mesma opinião em relação ao Parlamento inglês. Disse que há uma certa banalização e uma certa diminuição da qualidade.

O que considera um bom político?

Eu isso não lhe sei responder muito bem. Nunca fui político. Não estou nessa área. Nem sei se alguma vez se poderá fazer um perfil. De qualquer forma tem que ter cultura. Tem que ter uma perceção muito grande das realidades nacionais. Tem que ser um homem impoluto. Tem que ser um homem não comprometido pessoalmente em determinados sectores.

Acha que a política é uma profissão ou uma ocupação?

Hoje as pessoas estão um pouco condenadas, embora o ideal fosse uma ocupação, mas isso só na Grécia de há dois mil anos é que isso aconteceu, nalguma maneira ainda em Roma também, claro que embora nós achemos que isso seria o ideal, não estou a ver grande viabilidade...

Hoje temos dois tipos de pessoas, é evidente. Nós temos hoje políticos que têm a sua atividade profissional própria e vão para lá e exercem o seu cargo político, e isso é saudável que assim aconteça. Que exerçam o seu cargo político e depois voltem à sua atividade profissional. Já não é tão saudável que ao deixarem o cargo político lhes tenham que arranjar um sítio dourado onde ir permanecer. Eu acho que hoje em dia voltar à sua atividade normal e saudável e será muito menos saudável quando a gente tem pessoas que vivem exclusivamente daquilo e, portanto, quando não estão num lado têm que estar noutro.

Mas acha que caminhámos para a profissão?

Eu não sei qual é o futuro, mas tudo indica que existem verdadeiros profissionais da política, já neste momento. Tudo indica isso. Se é saudável ou não isso é outra questão. Eu acho que não é de todo saudável. O ideal será que as pessoas tenham a sua profissão e depois sejam convidadas, pelos seus méritos, pela sua postura, para

exercerem o cargo. E que são em democracia necessariamente temporários. Embora não seja isso que sucede, nem o que vai suceder. Aliás, eu ainda há bocado me referia às juventudes partidárias e elas são um sinal disso.

O que acha da Lei da paridade? Acha que veio melhorar a qualidade da representação?

Há as respostas politicamente corretas e as politicamente incorretas. Eu como nunca gostei do politicamente correto, vamos lá ver. Que mulher e homem têm os mesmos direitos, e ao terem os mesmos direitos de participar na vida política e na vida pública...terem os mesmos direitos é uma coisa. Se ao terem esses mesmos direitos se lhes deve conferir a possibilidade de os exercer, é outra coisa. Não basta só criar os direitos, é preciso criar os mecanismos para que esses direitos sejam exercidos. E que possam ser exercidos independentemente de sexo, de religião, de raça, seja o que for. Isso estamos de acordo. Que depois de garantidos os direitos, e de criadas as condições políticas, administrativas para que esses direitos possam ser exercidos, o resto já não faz sentido. Porque o resto tem a ver com competência. Portanto, a lei da paridade não faz sentido. Tem a ver com competências. Eu não devo escolher para Primeiro-ministro a senhora A pela razão que é senhora.

Acha que hoje os partidos políticos estão mais fechados à sociedade? O que acha que poderiam fazer para isto ser melhorado?

Primeiro eu entendo que e digo-lhe esta minha resposta, também por estatuto, não sou filiado de partido nenhum, portanto não estou por dentro de nenhum partido nem da orgânica dos partidos, nem da forma de eles agirem nem nada. Aquilo que eu posso dizer é pura e simplesmente a minha visão como cidadão observador destas coisas. Como cidadão o que eu entendo é que, pelo menos para mim, os partidos continuam, na sua forma de slogan público, a comportar-se exatamente como o faziam em 1975/76/77. É o mesmo tipo de slogan. É o mesmo tipo de campanha e não vejo nenhuma proximidade dos partidos, mas isso pode ser por defeito meu porque eu também não posso andar em contactos político-partidários, mas por exemplo no círculo de pessoas

com quem me dou, não vejo que haja nenhuma proximidade das estruturas partidárias, sejam elas a nível concelhio, distrital ou nacional, não vejo que haja nenhuma.

Concorda que estão fechados?

Concordo. Rodam à volta de meia dúzia de figuras.

O que pensa do monopólio dos partidos políticos na escolha e apresentação de candidatos? Hoje isso só não acontece nas autarquias. Acha que se devia abrir também à AR e PE?

Não me repugna que pudessem existir um número de pessoas independentes que se candidatassem ao Parlamento. Não quero, com isso, retirar a importância que os partidos têm. Não podemos viver numa democracia sem partidos. Isso é utópico. É impensável. Dizer isso é caminhar para outras formas que não a democracia. Agora a legitimidade da democracia não se esgota, nem nas eleições, nem reside única e exclusivamente só no interior dos partidos. Nos partidos reside necessariamente, mas não exclusivamente.

Acha que a Assembleia da República faz a sua função fiscalizadora em relação aos Governos?

A ação fiscalizadora ela tem sido exercida. Agora o que acontece é exatamente o mesmo problema. Como toda a vida política portuguesa gravita à volta dos partidos e como os partidos têm extrema importância dentro da Assembleia, mas depois também a têm no Governo, dá-se sempre este acontecimento engraçado. Por muito que o Governo haja bem ou mal terá sempre o apoio na Assembleia do partido que o suporta. E essa é uma das condicionantes. Enquanto em relação à atividade fiscalizadora não se der liberdade de voto aos deputados, para que eles por si possam criticar e votar livremente, mas que estejam sujeitos à obediência partidária, isso leva-nos exatamente a uma outra questão que é a da obediência partidária. Será que a obediência partidária deve ser um absoluto como em Portugal quase o é? Tirando casos muito pontuais em que se retira a obediência partidária, ou a obediência partidária deve ser apenas para questões de

governação, programa eleitoral, orçamento de Estado? Quando estão em causa grandes princípios do próprio partido que ganha as eleições, muito bem, todo nós percebemos que aí haja obediência partidária. É evidente. Agora que a obediência partidária se imponha a todos e a tudo, em qualquer circunstância e só em casos muito excecionais é que se retira a obediência partidária, então eu não preciso de pagar a tantos deputados.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

O número de deputados só está adequado se os deputados tiverem a liberdade de decidir por eles. Não é por ter um grande número de deputados que trabalham mais ou menos nas comissões.

Defende maiorias de um só partido?

Uma maioria absoluta só não é perigosa se houver mecanismos de controlo externos, que possam contrabalançar, de algum modo, os efeitos mais nocivos ou menos nocivos dessa maioria absoluta. Porque se não houver mecanismos de controlo, a maioria absoluta transforma-se em tirania. Ditadura do partido. E isso é indesejável.

É preciso haver mecanismos de controlo. Esses mecanismos passam pelo Presidente da República, passam pelo Tribunal Constitucional. Quantas vezes é que o Tribunal Constitucional fez fiscalização preventiva da constitucionalidade? Contam-se pelos dedos da mão e se calhar sobram dedos. Faz muita fiscalização da constitucionalidade depois. E faz uma fiscalização da constitucionalidade que eu até discordo. Nunca achei que o Tribunal Constitucional tivesse razão nessa matéria. São muito pouco os órgãos que têm possibilidade de suscitar a fiscalização preventiva. Presidente da República, que não a suscita, o Provedor de Justiça nem sabemos que existe e também não a suscita. Assim prefiro que as maiorias não sejam absolutas.

Questão da redução do número de freguesias e municípios. Acha que esse podia ser um caminho?

Pode ser. Não sei responder a isso muito bem. Não sei muito bem qual é o impacto que isso possa ter a nível geral. As cartas de foral dadas pelos nossos reis

contam-se pelos dedos da mão. A criação de concelhos contam-se. Agora se se deve diminuir? É natural que sim. Mas isso para mim tem mais a ver com questões orçamentais.

Talvez os portugueses não aceitassem facilmente essas medidas

Pois, mas isso o português nunca aceita nada. Isso já é apanágio desde os tempos de Filipe II de Espanha.

Como encara hoje a Europa? Acha que é uma solução a prazo?

Pode ser uma solução a prazo ou não. Tudo depende exatamente do evoluir destes países que têm Estado a dar o estoiro.

Acha que devemos evoluir para uma Federação de Estados?

Não. Aliás, esse tem sido o erro da Europa. Nem é, nem deixa de ser. Quando se dá a União Europeia, vem-se dizer que afinal o importante não é só o primeiro pilar (parte económica) mas é a criação de um espaço de liberdade, de justiça. Um espaço de igualdade. E que era importante o direito. Que era importante construir uma Europa na base do Estado de Direito, respeito dos direitos humanos, onde a economia serviria exatamente esta finalidade. Portanto, é preciso criar uma sociedade de bem-estar e de riqueza para que o bem estar e a riqueza possam servir outra realidade que é a realidade principal. Isto no fundo é a ideia da Europa. Só que os tais lobbies económicos acharam muita piada, riram-se muito. Achavam que haviam uns tipos poetas bem-intencionados em Bruxelas, mas que quem mandava era eles. Portanto a Europa vive esta contradição. A Europa que se apregoa uma Europa do terceiro pilar, continua a estar subjugada pelo primeiro pilar e não perdeu as suas ligações à Comunidade Económica Europeia. Portanto, aquilo é no fundo uma CEE melhorada em determinados aspetos. Um dos erros é querer fazer da Europa os Estados Unidos da Europa. Isto não é os Estados Unidos. Eu já disse isto várias vezes aqui e lá fora. Tenho sempre esta comparação. Os EUA é um sistema translúcido. São Estados mas existe um Estado Federal e esse é que é o Estado dos Estados Unidos. Mas os Estados têm uma cultura idêntica, uma cultura

de origem inglesa ou de origem espanhola. A Europa não é isto. A Europa é como se fosse um vitral de uma Catedral. Um vitral para ser vitral tem que ter várias cores, mas por outro lado se não tiver várias cores não é vitral. Por outro lado para ser vitral tem que estar unido por uma forte massa que une todos os vidros das várias cores. E é essa massa que forma o vitral. Se não tiver essa massa a uni-lo não é vitral. São vidros dispersos. E a Europa é isso. A Europa tem que ter várias cores políticas, várias cores culturais, várias cores económicas.

Defenderia a limitação de mandatos também na Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Ao Parlamento Europeu é um bocado difícil por uma razão muito simples. Eu sou Presidente no Conselho da Europa do Conselho Consultivo dos Juízes. Já trabalho no Conselho da Europa há mais de 10 ou 11 anos e, a nível europeu se houver uma renovação muito grande de pessoas ninguém acredita. Não pode haver uma constante renovação. Ninguém acredita. Porque é que eu fui eleito, um português, no meio de 47 países, eleito Presidente do Conselho Consultivo dos Juízes? Porque fui dando mostras de que nós não estávamos tão atrasados como isso, que não vivíamos exatamente na idade da pedra polida, que também usávamos aramis, também sabíamos comer à mesa. Estávamos mais civilizados do que eles imaginavam e isso. Há todo um trabalho a fazer de confiança junto dos congéneres europeus.

À Assembleia da República eu também não tenderia a limitar drasticamente os mandatos. Para mim é mais importante a questão do Presidente da República ou dos Governos do que propriamente do Parlamento. Mudar só pela necessidade de lá ter caras novas...tivemos deputados que estiveram lá muitos anos e fizeram um excelente trabalho e tivemos outros que não fizeram nada.

Acha que hoje temos uma verdadeira ideologia de esquerda e de direita?

Eu acho que as ideologias hibernaram. A ideologia precisa de filósofos. Para já acabaram com o estudo da filosofia nos nossos liceus. Que é uma burridade. Acabar com a forma de pensar. Porque a filosofia serve para pensar. Portanto, hoje as ideologias não existem. A ideologia faz-se na base de uma filosofia política.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Só por duas razões. Por um lado as soluções que os partidos apresentaram aos eleitores não são credíveis, ou não acharam credíveis. E por outro lado não viram nenhuma alternativa. Nessa franja depois há o desinteresse completo.

Acha que os atores políticos são quase sempre os mesmos?

Sim. São. Mas em Portugal não é só os atores políticos. Abre a televisão e quem faz aquelas mesas redondas...mas são os mesmos é evidente. Abre a televisão, são os mesmos apresentadores, os mesmos jornalistas, os mesmos convidados, a dizerem as mesmas verdades ou as mesmas asneiras. Os globos de ouro são atribuídos sempre aos mesmos. Uma grande atriz que recebe um globo de ouro. Uma coisa espantosa. Daí a dois anos a mesma senhora está a receber outro globo de ouro.

ENTREVISTA 18 DR. GUILHERME OLIVEIRA MARTINS

Presidente do Tribunal Contas/Ex. Ministro/Ex. Deputado AR

16/06/2011



Foto 18 - Dr. Guilherme D'Oliveira Martins, T. Contas, após entrevista 16 Maio 2011

Acha que o Sistema Político Português serve bem variáveis como a proporcionalidade, representatividade e governabilidade?

As coisas bem vistas, julgo que o quadro constitucional português, em termos de representatividade, é um quadro equilibrado. Consagra, aliás, aquilo que eu sempre sustentei desde o início. E no início a fórmula não era aquela que é hoje. É uma fórmula bastante aberta, que consagra a proporcionalidade, mas prevê a existência de um círculo nacional. Prevê um sistema próximo do sistema alemão. Sendo que hoje se mantém na lei a lógica de uma proporcionalidade simples com recurso ao método de Hondt. Estudei, sobretudo nos anos 90, duas questões sobre as quais escrevi. Aliás, uma é a moção de censura construtiva, entendendo eu que o sistema português se caracteriza pelo Parlamentarismo racionalizado, em que o Presidente da República tem poderes

CC

significativos em situação de limite, mas não poderes significativos em permanência. Isto para dizer que nos anos 90 estudei um sistema que eu considero, em abstrato, um sistema correto, que é o sistema dinamarquês. Aqui há, de facto, a possibilidade de introduzir aperfeiçoamentos que permitam a compatibilidade entre eleitor e eleito, portanto a lógica da proximidade. Mas o sistema dinamarquês é inaplicável em Portugal porque exige níveis de literacia muito elevados e exige que a decisão eleitoral seja uma decisão complexa. E nós sabemos que nos países do sul as decisões eleitorais complexas têm efeitos perversos.

Mas porque é que eu digo que o sistema português neste momento é um sistema adequado? Permite que a lei ordinária tenha aperfeiçoamentos, tal como no sistema alemão, por isso talvez esse fosse o sistema mais adequado porque permitiria uma maior ligação entre eleitor e eleito e simultaneamente a proporcionalidade no círculo nacional.

Porque acho que o sistema português na lei é um sistema adequado e não deve ser modificado. Ou seja, a Constituição consagra um sistema flexível que permite unir o sistema alemão ao nosso, que é um sistema de proporcionalidade simples pelo método de Hondt. Eu, pessoalmente, considero que nos deveríamos aproximar do sistema alemão. Eu considero que os Presidentes da República têm tido uma atitude muito correta, muito sábia relativamente à alteração da legislação eleitoral, exigindo sempre que a alteração da lei eleitoral seja por maiorias alargadas.

Respondendo à sua questão, eu não mexia no quadro constitucional, aproveitando assim as virtualidades desse quadro constitucional. Eu diria que nós temos neste particular uma solução adequada, flexível, cabe no entanto ao legislador ordinário encontrar soluções. Mas, porque razões é que essas soluções não têm sido encontradas? Porque a jurisprudência dos Presidentes da República, e bem, tem sido a de exigir ao Parlamento que apresentem soluções estáveis e não soluções que representem uma maioria simples.

Porque razão é que eu considero que o nosso sistema é um sistema de Parlamentarismo Racionalizado e não um sistema Semipresidencialista? Porque o sistema que está previsto relativamente às situações de empate é que a segunda votação de empate, o Governo perder a votação no Parlamento. Ora, isto é impensável num sistema Semipresidencialista. Aqui o Governo está sempre protegido. E mais, a consequência de uma votação deste tipo é exatamente a inversa. Porque se entende que

o Governo tem duas legitimidades. A legitimidade do voto e a do Presidente da República e, por isso, não perde as votações.

Qual o modelo pelo qual optaria?

Eu optaria por um círculo nacional, onde a correção da proporcionalidade se fizesse e círculos uninominais à maneira alemã.

Gostava de perceber um pouco melhor porque razão o poder quer governar sem diálogo. Alega-se sempre que só se consegue governar com maioria? Que me pode dizer sobre isso?

Há dois polos que têm que ser conciliados. O polo do consenso e o polo da maioria. Há decisões que têm que ser tomadas por maioria. Não podem deixar de ser. São soluções que, de algum modo, têm repercussões imediatas, mas não têm repercussões plurigeracionais e há as medidas de consenso que, mesmo os Governos com maioria parlamentar, têm que adotar que são as tais soluções que se repercutem nunca a menos de 20 anos. Falo nas questões da segurança social, falo nas questões da educação, falo nas questões da saúde, que têm sempre repercussões a não menos de 20 anos. Um ciclo eleitoral, um ciclo a quatro anos, é sempre adversário destas medidas duráveis. Por isso eu diria que o diálogo democrático é absolutamente fundamental. Fala-se muito do cansaço das instituições. Mas a democracia tem uma solução para isso. Falo da alternância no poder. Agora a alternância no poder tem que ter sempre um elemento de renovação. E, lá está. A renovação não se faz na lógica constitucional. A renovação faz-se, repito, na lógica de exercício.

Eu aproximaria mais o sistema do Presidencialismo. Eu sou um defensor da moção de censura construtiva. Dar a responsabilidade a quem está na oposição para apresentar uma alternativa. Mas a moção de censura construtiva funciona sobretudo nos sistemas parlamentaristas. Por isso hoje, não sou tão taxativo.

Como acha que a democracia tem caminhado em Portugal?

Encontro uma desmotivação junto dos mais jovens para a participação na vida cívica e na vida política. Vejo isso com preocupação. A democracia não é um sistema

informal de legitimação. É um sistema de valores. Um sistema de valores baseado nos direitos fundamentais, no valor universal da pessoa humana. Muitas vezes nós temos a tentação de dizer assim: a questão fundamental é a ligação entre o eleitor e o eleito. Mas vejamos o caso de Itália. Tendo por base o argumento da proximidade, têm um sistema uninominal há mais de 15 anos e, no entanto, o eleitor continua a não conhecer o eleito. Porquê? Porque a escolha fundamental foi sempre uma escolha nacional. E, portanto, interessava era saber se era um deputado do Senhor Berlusconi ou contra o senhor Berlusconi.

Fala-se muito na diminuição da qualidade dos atores políticos e de credibilidade. Que comentário isso lhe merece?

É indispensável haver mecanismos de responsabilização. Só através dos mecanismos de responsabilização é que nós aumentamos a credibilização. Mas, há um ponto que eu não posso deixar de referir aqui que é um sistema muito rígido e perverso de incompatibilidades, que leva a que o pessoal político eleito no Parlamento tenha perdido qualidade. Porque é que perdeu qualidade? Perdeu qualidade porque se criou um sistema formal de incompatibilidades em que se afastou aqueles que tinham um envolvimento na vida do dia-a-dia. Qual é o deputado médio que temos? É o funcionário público. Isso é negativo. Isso levou a um abaixamento claro da qualidade. Porquê? Porque o sistema de incompatibilidades é um sistema errado. Porque é um sistema muito estrito porque afasta muita gente. Qual é o melhor sistema? O melhor sistema é um sistema de transparência relativamente ao conflito de interesses. A lógica das incompatibilidades é a de que só pode intervir quem não conhece os assuntos. Ora, isto é perverso. Quem tem interesses deve dizer quais são sem ter que esconder. Isto responsabiliza e sobretudo nós temos que fazer regressar ao Parlamento, eu não direi os melhores, mas aqueles que conhecem as realidades e não criar um sistema formalista em que estamos a incentivar, sobretudo, um Parlamento de funcionários. Eu devo dizer que, sempre que estive no Governo, fiz questão de ser antes eleito deputado. Sempre que tive funções no Governo, quer como secretário de Estado, quer como ministro, fiz sempre questão de antes ser eleito. Esse elemento é absolutamente fundamental. A vida parlamentar é absolutamente crucial.

O que considera um bom político?

Dois dos paradigmas. O paradigma de Péricles e o paradigma de Cícero. E porque é que eu falo de dois paradigmas da antiguidade? Porque as sociedades mais antigas valorizavam muito os cidadãos que se entregavam à causa pública. Péricles é um chefe militar, numa circunstância particularmente difícil na vida de Atenas, e é alguém que não foi ouvido. Um chefe respeitado. Hoje falamos dele. Hoje consideramo-lo como um paradigma e, no entanto, o seu último discurso é um discurso em que ele diz aos atenienses para prevenirem o futuro. E eles não preveniram o futuro e o resultado foi a terrível derrota. E estou a dar o exemplo de Péricles para dizer que um político tem sobretudo que ligar o exemplo à prática. Um bom político é sempre aquele que liga o exemplo à prática. Não é aquele que tem teorias mais interessantes. Não é o melhor cientista. É aquele que assume responsabilidades e que as assume pelo seu exemplo. Outro caso. Cícero. Um intelectual. Um dos maiores escritores da Roma antiga, mas distinguiu sempre o seu magistério intelectual e o seu empenhamento cívico. Um bom político não é aquele que tem as melhores receitas. É aquele que assume o exemplo e a responsabilidade e considera que entregar-se ao interesse público é, no fundo, um fator positivo e um fator que não pode deixar de ser valorizado.

Qual é para si a principal qualidade de um bom político?

Capacidade de antecipação. O bom político é aquele que tem a capacidade de antecipar. O mau general é aquele que discute porque perdeu hoje de manhã. O bom general é aquele que se prepara para a próxima batalha.

Considera a atividade política uma ocupação ou uma profissão?

Não é uma profissão. Eu considero que a vida política tem que ser encarada como um serviço. Eu e pessoalmente sempre considerei que nunca deveria ser um político profissional. Deveria ter a minha própria profissão. Ter sempre a possibilidade de, exercendo as funções públicas, não depender dos outros. Isto é muito importante. Não depender da política dá uma grande independência de espírito, dá uma grande independência de...há momentos em que é necessário romper. Há momentos em que é

necessário ter a liberdade suficiente para dizer não. E muitas vezes o profissionalismo, a dependência, a pessoa diz assim: se eu for por ali perco o emprego. Razão pela qual considero que quem está na vida política deve ter a sua independência para poder decidir da melhor maneira.

Não acha que se devia proteger mais quem tem a sua vida profissional e vai para a política?

A lei já prevê que não podem ser prejudicados, mas acabam por ser. Há algum aperfeiçoamento que teria que ser feito.

Concordou com a Lei da paridade?

Concordei desde o início. Eu considero que é necessário haver mecanismos de diferenciação positiva. O ideal não é que a lei imponha. O melhor sistema é o nórdico em que a diferenciação positiva é assumida pela própria sociedade. Não precisa de consagrar regras de paridade.

Deve haver equilíbrio na representação da sociedade. Também devo dizer que dentro de 20 anos, não mais, nós devemos ter os mecanismos de paridade a funcionar para proteger os homens.

O que pensa do monopólio dos partidos na escolha e apresentação de candidatos?

Isso é muito mais complicado do que à primeira vista possa parecer uma vez que a experiência local dos independentes não têm sido edificantes. Mas os formalismos simples para a constituição de partidos não nos pode levar a considerar que é difícil constituir um partido. Segunda questão tem a ver com os diretórios dos partidos. Mas aqui voltamos ao sistema eleitoral. Aqui entraria a ideia de que bastaria ter seis deputados, um por grupo parlamentar e que levantam a placa.

Eu acho demagógico dizer-se que há um número excessivo de deputados. Nós não temos um número excessivo de deputados. E para termos um Parlamento com qualidade nós temos que ter um Parlamento com um número de massa crítica mínima. Há dois

tipos de deputados que são muito importantes. Aqueles que intervêm e os deputados aguadeiros. E o que são os deputados aguadeiros? São aqueles deputados que depois quando se trata de fazer a reeleição vão ter que trabalhar no círculo eleitoral. No entanto, não são tribunos, não são especialistas.

Como acha que tem sido exercida a função fiscalizadora da Assembleia da República em relação aos Governos?

A função fiscalizadora tem vindo a melhorar. Tem-se caminhado positivamente e eu sei. Tem havido um progresso prático. Mas o que é que falta? Falta a compreensão do cidadão relativamente a este caminho positivo que tem que ser feito. Mas há uma coisa que me preocupa que tem a ver com questões europeias. O Parlamento tem que reforçar tudo aquilo que tem a ver com medidas comunitárias.

Sobre a Europa. Acha que se não seguirmos esse caminho, esta União vai desaparecer?

Só haverá paz na Europa se houver uma União de Estados livres e soberanos.

Não partiria para uma Federação de Estados?

Eu insisto muito numa União de Estados livres e soberanos. Tem um conjunto de interesses comuns, entre eles a moeda única. Mas não podemos confundir interesses comuns com interesses próprios.

Eu sou um europeísta não no domínio abstrato, mas no domínio prático. Não podemos esquecer o que aconteceu na Europa entre 1939 e 1945. Em que a Europa ficou praticamente destruída devido à incapacidade de se encontrarem soluções de estabilidade.

Já temos legislação que limita os mandatos nas Câmaras Municipais. Acha que essa legislação se deveria estender à AR e PE?

À Assembleia da República e Parlamento não pela razão que lhe referi já. Eu penso que aí devemos mobilizar as pessoas que tenham as melhores capacidades. Se estiverem 40 anos significa que os seus eleitores os continuam a legitimar.

Acha que hoje continuamos a ter uma verdadeira ideologia de esquerda e de direita?

O problema das ideologias é um problema que eu também tenho estudado. Mas há esquerda e direita neste sentido. Há maior sensibilidade para a igualdade ou não. Mas eu concordo com Daniel Bell relativamente ao fim das ideologias novecentistas ou oitocentistas.

Apesar de tudo, eu desconfio sempre daquelas pessoas que dizem que não são de direita nem de esquerda. Não. Isso não é possível. Aí temos que ver numa situação concreta como é que é.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

A abstenção em Portugal tem duas razões. A abstenção técnica, devido aos cadernos eleitorais. Eu penso que a nossa abstenção não é de 40 mas de 30%. Basta ver que temos eleitores com 110 e 115 anos.

É aconselhável criar mecanismos para que haja níveis razoáveis de participação. E a pergunta que se pode fazer é se deve existir voto obrigatório? Tenho dúvidas. Eu não digo que não. Não é uma coisa que eu diga jamais.

Acha ou não que os lugares políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos?

Essa é uma questão que tem que ser objeto de uma análise cuidadosa. Eu diria que essa ideia de serem os mesmos contraria-se através de uma renovação do pessoal político e sobretudo fazer atrair aos atos eleitorais as pessoas mais adequadas. Eu acho que o mais importante é alargar as possibilidades de recrutamento.

ENTREVISTA 19 DR. ANTÓNIO CAPUCHO

Ex. Conselheiro de Estado/Ex. Presidente Câmara/Ex. Ministro

16/06/201



Foto 19 - Dr. António Capucho após entrevista, em Cascais, dia 16 de Maio de 2011

Acha que o Sistema Político Português serve bem variáveis como a proporcionalidade, representatividade e governabilidade?

O único ponto fraco do sistema, do meu ponto de vista, é o Parlamento que se está a desprestigar porque, manifestamente, não consegue cumprir de uma forma minimamente capaz as suas obrigações, seja a legislar, seja a fiscalizar o Governo. Daí eu ser um grande defensor da diminuição do número de deputados, pelo menos para 181, e em segundo lugar para inventar um sistema misto que permite acabar com os deputados que são indicados diretamente pelas direções partidárias, sem que tenham necessidade de ter algum prestígio local. Evidentemente que nos pequenos círculos isso não é tanto assim, mas nos grandes círculos é completamente assim. O sistema que estava previsto acordado entre o atual ministro da Justiça e eu próprio (Alberto Martins)

CCVIII

era o de adotar um sistema misto. Um círculo nacional e círculos uninominais. Além disso, a proporcionalidade é corrigida através desse sistema. Evidentemente que se fosse apenas uninominal poderíamos bipolarizar à inglesa. O círculo nacional corrige a proporcionava exatamente o mesmo resultado quantitativo.

Ao nível do Governo, para mim, o essencial era tentar que na função pública os lugares fossem menos de confiança política e mais de competência profissional.

Eu também sou adepto do sistema alemão de não permitir o acesso ao Parlamento de determinada percentagem de votos...

O voto preferencial tem esta vantagem: a lista é apresentada aos eleitores por ordem alfabética e os eleitores escolhem quem muito bem entendem. São eles que colocam na ordem. Isso parece-me mais um valor acrescentado para o enriquecimento do Parlamento com aqueles que são mais capazes, pelo menos que os eleitores têm por mais capazes.

Hoje temos um sistema semipresidencialista. Optaria por alterar para um sistema puramente presidencialista ou parlamentarista?

Eu optaria por uma solução à francesa, porventura sem primeiro-ministro. Estas meias tintas não me convencem. A não ser que se opte por um mandato mais alargado e apenas por um. A experiência mostrou-me desde o 25 de Abril que o segundo mandato é, normalmente uma sequência lógica do primeiro em termos eleitorais. Não se perdem eleições presidenciais a não ser em situações extremas e que o Presidente muda completamente de estratégia, de tática e de posição no terreno no segundo mandato, em relação ao primeiro mandato, porque já não se pode recandidatar. Portanto, a minha tese é manter-se o que está mas com um mandato alargado. Mas para mim o melhor sistema é o sistema à francesa. Continua a ser um sistema assente no Parlamento, mas o Presidente da República não “tira o cavalinho da chuva”. Eu caminharia no sentido do Presidencialismo.

Como acha que a democracia tem caminhado em Portugal?

Eu acho que a evolução que tem tido é positiva a nível local, bastante participada. Nós, cada vez que saímos à rua somos confrontados com a opinião pública. Temos que

ser muito mais transparentes. Somos muito mais suscetíveis de crítica por problemas de «lana-caprina». Temos que ser muito mais rigorosos com o exemplo. A nível nacional não é tanto assim. A nível local a democracia é muito mais direta do que a nível nacional. Eu não sendo um defensor da democracia direta acho que a nível nacional têm que se encontrar mecanismos que apelem à participação das pessoas.

Redução do número de Municípios e Freguesias. O que pensa disso?

Dos grandes problemas que eu tive na Assembleia da República foi a pressão que existiu da parte de alguns grupos de freguesias que se queriam tornar Municípios e ao mesmo tempo de vilas que queriam ser cidade.

Acho que vai ser uma questão muito polémica, mas eu acho que atingimos uma tal desertificação do Interior que não se justifica a existência de determinados Municípios. Eu julgo que a solução mais fácil é através da Associação de Municípios. Ou seja, em vez de extinguir um em benefício do outro que está ao lado, juntar dois e designá-lo pelas designações anteriores. Extinguir propriamente Municípios será extremamente difícil. O mais importante ficaria com a sede do Executivo e o outro com a sede da Assembleia Municipal, por hipótese.

O que lhe parece que deveria ser mais preponderante na decisão. A área territorial ou o número de habitantes?

No interior nós temos que ser extremamente cautelosos quer em termos de Municípios, quer em termos de Freguesias, exatamente pela desertificação. É desumano numa freguesia do interior, onde já não têm correias, serviços de saúde, já não têm quase nada, aquela gente fica completamente ao Deus dará. Portanto, em matéria de reorganização do território, uma coisa são as freguesias rurais, outra as urbanas.

Fala-se muito na diminuição da qualidade dos atores políticos e de credibilidade. Que comentário isso lhe merece?

Nós acabamos por comer por tabela pelo facto de, não posso escamotear a questão, ter havido nos últimos tempos na classe política gente que não dá um bom

exemplo. Não apenas pela sua conduta e pela sua prática política, como seja o facto de altas figuras dos seus partidos ocuparem cargos para os quais não estão habilitados e dão uma imagem horrorosamente negativa ao serem despedidos ou reformados levam chorudas recompensas. Isso é absolutamente trágico. Deve acabar-se com o negócio dos «Jobs for the boys». Porque não um ministro não ter que ir buscar os seus adjuntos à função pública, podendo entre elas colocar uma ou duas pessoas da sua absoluta confiança de fora da função pública?

Hoje generaliza-se muito. Está na moda e os jornalistas gostam muito de generalizar. Generaliza-se de uma forma extremamente desagradável.

Mas acha que a qualidade tem vindo a diminuir?

A qualidade média em termos políticos não tenho dúvida nenhuma.

O que considera um bom político?

Aquele que coloca os interesses coletivos acima dos seus interesses pessoais. O bom político tem que ser fundamentalmente uma pessoa com inteligência suficiente para se aperceber dos problemas e ter inteligência suficiente para criar equipas que sejam capazes de resolver esses problemas e, para além de ter que ser honesto, tem que ser muito organizado e muito ponderado.

Considera a atividade política uma ocupação ou uma profissão?

Eu sou suspeito porque estava muito bem instalado na vida e o consultor jurídico da minha empresa, que era o Júlio Castro Caldas, que tinha escritório com o Jorge Sampaio e com o Vera Jardim, e o Júlio que estava na Comissão Política, recomendou-me ao Sá Carneiro para reorganizar o partido numa altura em que a pessoa que estava encarregue disso teve que se ausentar para o Brasil, teve que fugir para o Brasil. Eu aceitei primeiro uma hora, depois duas horas, depois as manhãs e depois de pouco tempo já era Secretário-geral, com 29 anos. E tive a sorte, ao longo destes anos, de poder variar. Três vezes membro do Governo, duas vezes líder parlamentar, deputado europeu e depois acabo a carreira como Presidente da Câmara. Tive uma experiência

muito diversificada e muito interessante. No meu caso a profissionalização veio naturalmente.

Concordou com a Lei da paridade ?

É curioso que eu estive na génese dessa lei. Se não fosse assim nunca mais avançava a participação das mulheres.

Fala-se muito que os partidos políticos estão muito fechados. O que pensa disso?

Eu acho que é um bocadinho o contrário. Eles abrem-se demais à sociedade. Hoje em dia é militante do PSD praticamente quem quer. E porquê? Os partidos têm uma quota muito baixa e qualquer pessoa pode pagar, acabamos por criar partidos que, nalguns casos, são partidos de “barrigas de aluguer” e não de militantes a sério. Não era pensável que em 1974/75 alguém se inscreve-se no PSD sem acreditar naqueles valores e princípios. Hoje em dia já não é assim. Mas é preciso lembrar que a democracia não se esgota nos partidos.

E em relação ao monopólio dos partidos na escolha e apresentação de candidatos?

Devia haver abertura para candidaturas independentes, embora com um grau de exigência mínima.

Como acha que tem sido exercida a função fiscalizadora da Assembleia da República em relação aos Governos?

A fiscalização aumentou substancialmente. Ou seja, a fiscalização política não tem nada a ver com o que era há uns anos atrás. Agora os membros do Governo têm que ir prestar contas ao Parlamento com uma assiduidade completamente diferente. O grande problema é saber se a fiscalização concreta está a ser feita pela AR.

Defende maiorias de um só partido?

Não. Acho que o povo é que se deve pronunciar. Por exemplo, neste momento, eu acho que o PSD devia ter feito um esforço, tendo em conta a conjuntura excecional que atravessamos, de agregar a colaboração do PS. Muito especialmente sabendo que no PS iam aparecer novos protagonistas.

Sobre a Europa. Acha que se não seguirmos esse caminho, esta União vai desaparecer?

Eu acho que era muito mais eficaz uma Europa a 15 do que esta Europa, que entrou no reino da confusão, nomeadamente porque não se adaptou.

Agora, a Europa Federalista que, pelo menos no domínio da política externa, e política financeira, pudesse ter uma preponderância que pudesse permitir aos países membros que partilhassem a sua soberania nessa direção... a Europa vai ter que aperfeiçoar as suas instituições.

Não partiria para uma Federação de Estados?

Neste momento é muito pouco exequível uma Federação de Estados.

Já temos legislação que limita os mandatos nas Câmaras Municipais. Acha que essa legislação se deveria estender à AR e PE?

Sim. Três mandatos seguidos acho que chega. E três porque já temos os três na autarquias e parece-me razoável.

Acha que hoje continuamos a ter uma verdadeira ideologia de esquerda e de direita?

Neste momento a ideologia está muito difusa. Vamos colocar fora desta análise os partidos que estão fora do arco governativo. Agora no centro do espectro político em Portugal (PS, PSD e CDS) as diferenças atenuaram-se significativamente com o

pragmatismo e com a adesão à Europa, que é responsável por grande parte das nossas decisões.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

A abstenção que existe de facto não é aquela que é falada na televisão. É significativamente inferior, o que se verá quando expurgarem os cadernos eleitorais. Em segundo lugar, num país com o nosso nível de desenvolvimento educativo, não me parece de admirar que haja muito boa gente que esteja verdadeiramente nas tintas. Quando as pessoas não têm as suas necessidades básicas satisfeitas compreende-se. Muitos casos têm as necessidades básicas satisfeitas mas estão-se nas tintas.

Defenderia o voto obrigatório?

Sim. Estive na Bélgica e percebi que é o melhor sistema. Não é uma multa estrondosa. O voto está muito facilitado. Pode votar-se em qualquer ponto do país e instituição. O voto eletrónico. As pessoas são obrigadas a exprimir o seu ponto de vista.

Acha ou não que os lugares políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos?

Há uma renovação importante. Por exemplo nas Câmaras vai haver uma grande renovação.

ENTREVISTA 20 DR LUÍS FAZENDA

Deputado AR

21/09/2011



Foto 20 - Dr. Luís Fazenda, na AR, após entrevista no dia 21 de Setembro de 2011

Como acha que o Sistema Político Português responde a questões como a representatividade, proporcionalidade e governabilidade e qualidade dos actores?

Aos sistemas eleitorais compete apurar a representatividade das várias correntes e candidaturas. Isso deve ser feito, preferencialmente, através de um sistema proporcional. A governabilidade é uma consequência do voto democrático das pessoas. Não é uma condicionante da organização do sistema eleitoral. Nos últimos anos tem-se defendido muito, a nosso ver mal, que a governabilidade é uma condição «sine qua none» da organização de um sistema eleitoral. Isso não é assim. Nós temos em Portugal uma diretiva constitucional, na Constituição de 1976, acerca da representação da proporcionalidade no nosso sistema eleitoral. A proporcionalidade que a Constituição

CCXV

da República defende e as leis eleitorais têm concretizado é já em si uma proporcionalidade mitigada, porquanto ela depende do método de Hondt, que é um método que tem um razoável enviesamento entre os votos expressos e a conversão de mandatos, favorecendo as candidaturas com mais votos em detrimento das candidaturas com menos votos.

Optaria por outro método?

Na Europa há Estados que têm proporcionalidade pura, aliás associados a um voto preferencial. Isso seria uma solução interessante para Portugal que, aliás, um país pequeno e onde não é necessária tanta engenharia eletrónica. Não temos problemas de duas Câmaras sequer. Temos um sistema unicameral que facilitaria bastante a utilização de um método proporcional puro. Não nos parece que a Dinamarca ou a Holanda tenham problemas de governabilidade e têm sistemas de proporcionalidade pura. Recentemente até ouvi o ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Portas, dizer na campanha eleitoral que aceitaria as propostas eleitorais do PSD, da introdução de círculos uninominais se fosse abandonado o método de Hondt, como método de conversão de mandatos. Portanto, é uma técnica e uma aspiração política que tanto se pode ver à esquerda como à direita. Na verdade, o método da média mais alta de Hondt é um método de enviesamento.

Há partidos que não chegam a eleger deputados por questões técnicas. O que o cidadão eleitor não pode aceitar é que o voto de uns valha mais do que o voto de outros. O princípio constitucional é uma pessoa um voto. O sistema deve potenciar, tanto quanto possível, a igualdade da eficácia de cada voto de cada cidadão eleitor.

Acha que este sistema aproxima suficientemente o eleitor do eleito?

Esse afastamento existe especialmente devido à prática política de alguns partidos e, em geral, daqueles que têm constituído o eixo governativo. Há uma grande distância entre aquilo que são as promessas eleitorais e aquilo que são as realizações governativas. E isso tem levado ao desencanto e a um certo afastamento da política, e há uma ideia de que os representantes políticos seriam em geral pessoas de pouca palavra e que alguns partidos não seriam pessoas de bem. Ou até um certo cinismo de que isso é

mesmo assim. A campanha eleitoral é festa, diz-se o que se quer. Depois lá vem a dura realidade. Ora, nós contestamos completamente esse modelo. Entendemos que esse afastamento deve ser superado pela prestação de contas dos partidos, pelas realizações públicas dos partidos, pelo contacto direto com os cidadãos. Em devido tempo nós propusemos que o Estado pudesse ter uma espécie de comissão de sábios, independente, eleita pela Assembleia da República, que no «términus» de cada mandato fizesse um relatório objetivo sobre a coincidência ou o desvio em relação àquilo que eram as propostas eleitorais, escritas em letra de forma, dos vários partidos. Haveria um relatório que diria o que cada partido tinha cumprido ou não. É uma proposta de monitorização. Não fez caminho. Podem até achar que é uma proposta ingénua. Seja como for, merece respeito pela transparência democrática. Agora, nós somos a favor de um sistema proporcional. Tudo o que for feito no sentido de aumentar ainda mais o esvaziamento da proporcionalidade conduz a uma sub-representação de uma parte dos cidadãos eleitores portugueses. Qual é a ideia que tem Estado sempre por trás da tese da aproximação dos eleitos aos eleitores? É a ideia da introdução dos círculos uninominais. Os círculos uninominais já têm guarida constitucional há muitos anos. Não se concretizaram até hoje devido a episódios como o do queijo limiano. Ou seja, um deputado sozinho, numa circunstância de ausência de maioria na Assembleia da República, que decide romper com o seu próprio partido e, a troco de umas benesses locais, que aliás mal se concretizaram, pois isso é a ironia da história, decidiu dar uma maioria a um Governo que era de outra orientação política. Isso foi um aviso seríssimo para os responsáveis dos partidos centrais de qual é o cenário que iriam ter a seguir se realmente aqui os deputados obedecessem em primeiro lugar a uma lógica de interesse local. Se a lógica for de interesse local não há orçamento na Assembleia da República que resista. Aliás, os desmandes madeirenses mais recentes mostram como esse perigo é um perigo real e isso pode por completamente em causa algum tipo de política nacional e da responsabilidade dos Governos centrais. Nós costumamos usar no Bloco de Esquerda alguns argumentos simples para desmistificar essa teoria de que o círculo de um só candidato é um círculo que aproxima o eleito do eleitor. Na cidade de Lisboa se se fizer um inquérito na freguesia de Benfica, na freguesia dos Olivais, que são freguesias grandes, até mesmo em termos médios europeus, e aproximados daquilo que seria um círculo eleitoral uninominal, a esmagadora maioria das pessoas não sabe quem é o presidente da Junta de Freguesia em que residem. E, no entanto, ele é o cidadão da

lista mais votada que fica presidente da Junta de Freguesia. Portanto, não pode haver coisa de maior proximidade em relação ao cidadão e a esmagadora maioria das pessoas nessa freguesia, que até terão votado naquele partido nem sabem quem é o presidente da Junta. Portanto, essa simbologia de que toda a gente conhece o político de proximidade, isso é verdade em freguesias rurais ou em freguesias muito pequenas.

Questão das listas fechadas e bloqueadas ou listas que permitam a escolha, dentro de um partido, do candidato da preferência do eleitor.

Na Dinamarca e na Holanda, países que podemos aproximar a Portugal, por variadíssimas razões, onde funciona um sistema proporcional puro, há a possibilidade do voto preferencial e portanto da escolha pelo eleitorado. Nós já defendemos isso.

Mas não será complicado em termos de apuramento de votos?

Isso tem tido pouca efetividade nesses países. Só mesmo perante um escândalo é que isso funcionou em muitas décadas nesses países. Mas eu sou muito partidário de que os regimes tenham direitos mesmo quando não são exercidos, porque sempre vai chegar um dia em que eles fazem falta. E, mesmo que não tenham grande eficácia, que não sejam recorrentemente utilizados, é importante saber que o eleitor dispõe de uma última arma para alterar qualquer coisa que lhe pareceu um atropelo do sistema partidário. Nós sempre defendemos o voto preferencial. Já o propusemos várias vezes aqui na Assembleia da República. Quanto aos círculos, nós na impossibilidade de termos um círculo nacional, defendemos os círculos plurinominais, que são aqueles que permitem uma maior aproximação à proporcionalidade pura. Não somos insensíveis à necessidade de dividir alguns círculos eleitorais que estão muito concentrados em termos de mandatos, porque houve toda esta litoralização do país e não somos insensíveis em relação à necessidade de agrupamento de alguns círculos que hoje têm muito poucos mandatos. Sendo que isso é um pouco difícil. É mais fácil seccionar os círculos eleitorais muito grandes – Lisboa, Porto, Setúbal, Braga - do que agrupar Bragança com Portalegre, com Castelo Branco, fazendo um círculo interior. Isso é muito complicado.

Optaria, em termos de círculos, por exemplo por uma solução que reduzisse o número de deputados no Litoral e aumentasse esse número no interior, como forma de discriminação positiva?

Já há um diferencial. Como o método de Hondt já é aplicado sobre a distribuição de mandatos nos círculos, aí também já há um desvio muito substancial em relação à proporcionalidade pura. Na própria distribuição dos mandatos. O que faz com que um deputado do interior seja eleito com muito menos votos em termos absolutos do que um deputado no litoral. Nós, por princípio, somos bastantes avessos, à alteração da proporcionalidade qualquer que seja o motivo. Pode até ser simpático, mas somos bastantes avessos a isso. O nosso limite é a alteração administrativa da composição de listas. Fizemo-lo em relação à paridade, por exemplo, poderemos vir a fazê-lo por outras razões, mas não propriamente mexer naquilo que é a relação do cidadão com o sistema político. A relação direta. A relação direta é o voto. Um voto tem que valer o mesmo seja em Castelo Branco, seja nas Caldas da Rainha. Nós não defendemos essa via de correção. Podemos encontrar outras vias. O agrupamento... não é fácil fazer um círculo interior norte, começando por exemplo em Portalegre e acabando em Bragança, ou começando em Castelo Branco e abrangendo a Guarda e Bragança. Ou fazer um círculo de Trás-os-Montes, com Vila Real e com Bragança. Preponderam aí questões de rivalidade regional que são bastante complexas.

Haverá mesmo falta de governabilidade, ou às vezes não haverá é falta de diálogo?

A experiência política em Portugal não é universal, mas atendendo à particularidade da experiência política portuguesa, os Governos de maioria absoluta, e já os tivemos de várias cores, em geral não dialogam coisa alguma com as oposições. É raríssimo que haja uma tentativa de entendimento seja sobre que lei for. Podemos dizer que é uma exceção em relação à regra geral que é de incomunicabilidade. Quando por qualquer motivo o Governo é minoritário, essa necessidade de discussão e de negociação é entendida como um fardo insuportável para o Executivo. E então há, obrigatoriamente, algum tipo de negociação em volta de algumas leis, em particular aquelas leis que permitem a gestão corrente. Orçamento de Estado e outras. Mas, tudo

isso, como se tem visto, é feito com muito má vontade. Diga-se de passagem que isto tem sido a história das querelas e das traições entre os partidos centrais. Há quem diga que é por falta de cultura democrática, há quem diga que é por falta de estabilidade das clientelas e por muita irreverência de quem quer ir ao pote. Na verdade aquilo que temos visto é que a Europa tem comprimido partidos como o PS e o PSD a programas muito próximos e a opções de fundos em matérias económicas e sociais que não são assim tão diferentes. E, havendo alguma lógica, PS e PSD deveriam ter entendimentos mais continuados. Agora há aqui uma questão de rivalidade política e de luta pelo poder que tem, obviamente, feito estourar esse tipo de acordos. Noutros países da Europa isso não funciona assim. Há um respeito muito mais sagrado pela duração de mandato.

Mudaria este sistema semipresidencialista para um sistema presidencialista ou parlamentarista?

A prática política em Portugal, sobretudo depois da revisão constitucional de 1982, afastou o modelo semipresidencialista. A chamada doutrina não escrita das magistraturas de influência limitaram a capacidade de intervenção dos Presidentes da República. Embora, creio que o atual Presidente da República, dentro da mesma área, tem tido um papel mais interventivo do que os seus antecessores. Mas eu chamaria ao sistema atual um Parlamentarismo moderado, mitigado, como se queira. Não mudaria de sistema. Creio que o sistema tem funcionado relativamente bem. Um sistema mais Presidencialista, Sidónio não deixou saudades. Um sistema mais Parlamentarista poderia nos conduzir, com uma adequada engenharia eleitoral a uma excessiva governamentalização do regime. Os consulados dos presidentes de Conselho também não deixaram saudades em Portugal. Houve aqui alguma sabedoria da parte dos Constituintes em encontrar um modelo, que talvez não seja perfeito, mas bastante adequado, porque há uma repartição de poderes. Uma separação e interdependência de poderes. E esse processo defende os cidadãos e defende a democracia de uma excessiva concentração de poder.

Como acha que tem evoluído a democracia em Portugal?

A democracia não é apenas um regime político. A democracia moderna é entendida como uma inter-relação entre as liberdades políticas, a capacidade de formar maiorias, de atribuir ao povo a soberania, juntamente com a chamada democracia económica e a democracia social e a democracia cultural. Estamos muito longe dos regimes republicanos. Há mais de um século a democracia era puramente formal, toda a ideia e a prática democrática evoluíram para um sistema plural e de formação de direitos. Nós temos vindo a assistir, por razões múltiplas, a um definhamento de direitos económicos, de direitos sociais e de direitos culturais. Não há verdadeiramente uma democracia política forte se os cidadãos estiverem diminuídos na sua igualdade de oportunidades. Uma pessoa que está em exclusão social, ou uma pessoa que está em desemprego de longa duração, ou com enormes dificuldades na sua vida, não tem as mesmas condições para determinar o futuro político que uma pessoa que está bem na vida, que tem um emprego estável. É abstencionista em geral. Não participa. Não tem meios de aculturação, tem dificuldade de informação. Portanto, isso tem logo uma consequência no sistema eleitoral e no sistema político. Nós vamos encontrar muita gente abstencionista que é gente que está numa condição de exclusão social. Mas há um outro lado da nossa diminuição democrática que é a máquina europeia. Que tem vindo a limitar competências de proximidade aos eleitos do respetivos países. Hoje mais de 80% da legislação económica é decidida por um conjunto de estruturas que não foram eleitas em lado algum, têm uma soberania delegada, é evidente que há uma limitação democrática muito forte.

Como vê hoje a qualidade e credibilidade da classe política? Acha que a credibilidade tem vindo a ser cada vez mais reduzida?

É preciso algum tempo para se fazer um balanço dessas observações. Alguns analistas gostam de comparar os políticos do momento revolucionário com políticos do momento que há muito que não tem ponto de contacto com essas situações revolucionárias. Nem a política funciona do mesmo modo nesses momentos revolucionários e dos outros que não são revolucionários. Agora, havia maus políticos na Constituinte e há maus políticos hoje, no sentido de que são pessoas pouco empenhadas, pouco qualificadas, pouco representativas e que estão na políticas mais para servir algumas clientelas ou para serviço próprio.

Acha que se faz notar mais isso nos últimos anos?

No regime fascista, e durante Salazar e Caetano, havia mais corrupção ou tanta corrupção como há hoje na democracia. Simplesmente ela era escondida e impronunciável. Aliás, o povo português criou o mito de que Salazar era uma pessoa que praticamente nem recebia o seu vencimento. Era uma pessoa honestíssima, humilíssima. Está mais que provado, com correção monetária, que o salário que tinha Salazar como Presidente do Conselho era superior ao Pedro Passos Coelho hoje. Mas, criaram-se mitos no país. Salazar viveria com uma côdea de pão e, portanto, era o cúmulo da retidão. Era um homem como outro qualquer, era um ditador, mas não era propriamente um frade franciscano. O que há são políticos corruptos. Eles têm existido. Há uma excessiva brandura, para não dizer inação total da parte do regime no castigo a esses políticos corruptos. Às vezes premiados pela população. Veja-se o caso de Isaltino Morais que é um caso absolutamente fantástico de longevidade político-eleitoral, independentemente das condenações sucessivas do tribunal, mas isso é premiado pela população. Veja-se o caso da Madeira, da República das bananas. Isso são realmente maus políticos e políticos corruptos, independentemente do quadrante político onde se situam. Agora, tem-se criticado muito a excessiva profissionalização dos políticos. Eu creio que ela sempre existiu. Não é novidade nenhuma.

Mas acha que política é profissão?

É absolutamente profissão, até para Cavaco Silva. É uma profissão temporária. Também se não for encarada do ponto de vista profissional, Deus nos livre dos amadores em política. É uma profissão que é realizada durante um determinado período de tempo. Alguns dos exemplos que são citados como as personalidades mais vincadas do regime não fizeram outra coisa a maior parte da sua vida. Incluindo o Prof. Cavaco Silva. Durão Barroso, o que é que ele fez toda a vida se não ser político profissional? Deu umas aulas de vez em quando. Outros trataram de uns processos em tribunal, de vez em quando. Mário Soares o que foi toda a vida se não um político profissional? Cavaco Silva, com um interregno de meia dúzia de anos, o que é que ele foi toda a vida se não político profissional? 10 anos primeiro ministro, seis anos Presidente da

República, mais uns anos ministro e secretário de Estado. Se não fossem profissionais, permita-me só mais isto, não requeriam as pensões de reforma dos políticos.

Quanto ao sistema eleitoral autárquico, acha que o atual modelo responde bem? o que pensa da possibilidade de introdução de executivos monocores?

Quando um partido tem maiorias absolutas, nalguns casos maiorias absolutíssimas os vereadores são todos do mesmo partido. Se isso resulta diretamente do voto popular, nada a dizer. A solução que tem vindo a ser preconizada pelo PS e pelo PSD que, ao que parece já acordaram num sistema eleitoral autárquico diferente, é a de que deixaremos de votar para as Câmaras Municipais. Votaremos para as Assembleias Municipais, e no âmbito das Assembleias Municipais estabelece-se uma maioria à volta do cidadão mais votado que será, por inerência, o presidente da Câmara Municipal e formar-se-á um Executivo camarário na própria Assembleia, do qual dependerá a confiança política. Enfim, isso é matéria que ainda não pode ser escrutinada porque nós não conhecemos ainda os termos desse acordo e da legislação que se lhe seguirá. Se for como o anterior acordo entre o PS e o PSD é muito mau. Porquê? Porque o presidente forma o resto do Executivo, mesmo que até não consiga maioria na lista dele, forma o Executivo com maioria simples. Demite com maioria simples os vereadores que entender demitir, que ele próprio nomeou, mas para vingar uma moção de censura numa Assembleia Municipal, para destituir o presidente, é preciso um regime qualificado de 2/3 o que é praticamente impossível nas AM. E, portanto, nós temos chamado a esse sistema, um sistema de blindagem do caciquismo. O presidente da Câmara, com este sistema, passa a ser uma pessoa toda poderosa. Faz o que quer, escolhe quem quer, despede quem quer e durante quatro anos ele é praticamente intocável.

O que pensa da possibilidade de fusão de municípios, extinção de municípios e juntas?

Isso está na linha da tentativa de criar uma lei eleitoral também para a AR onde dois partidos consigam ter mais representantes. Ou seja, é mais uma linha de engenharia eleitoral. Porque diminuindo extraordinariamente o número de membros nas Assembleias Municipais, diminuindo o número de vereadores, mesmo que sejas os

emanados dos eleitos para as AM, diminuindo radicalmente o número de membros das Assembleias de Freguesia, é evidente que diminuem a representatividade dos partidos mais pequenos.

Extinguiria Juntas de Freguesia e Municípios?

O princípio que aqui se tem que alcançar é o princípio da decisão voluntária. Há Municípios que precisam ser agrupados, porque não têm massa crítica suficiente para funcionarem por si sós. Há Municípios que precisam ser divididos porque são macroestruturas muito grandes. Nós deveríamos partilhar de experiência departamentais que existem em França ou de outro modo a Espanha. Temos Municípios mais pequenos, mas não também demasiadamente pequenos. Devíamos tentar encontrar uma média de organização, sabendo que há problemas de identidade, de determinação de entidades locais, e isso não pode ser atropelado. Portanto, o caminho é o da decisão voluntária e é o caminho da vantagem. Se se explicar bem às pessoas quais são as vantagens que elas têm e que elas possam ser palpadas e não um mero jogo político de retórica, as pessoas acabam por aderir à ideia de alterar umas estruturas administrativas, sabendo que não estão a humilhar ninguém, mas pelo contrário todos ganham daquele acordo. Isso possibilitará um aperfeiçoamento da ligação da unidade administrativa àquilo que é a dimensão desejável e razoável de um Município. Agora, extinguir a eito é uma coisa sem sentido. Fazer fusões só para a estatística também não faz sentido nenhum. Agora o que nos parece a nós é que estar a ser aproveitado este período de comoção nacional, com a intervenção externa, para pura e simplesmente fazer aprovar um conjunto de leis que visam eliminar administrativamente os partidos mais pequenos das autarquias locais, e particular das freguesias.

O que considera um bom político?

Um bom político é aquele que representa os interesses daqueles que o elegeram. Há bons políticos à direita e há bons políticos à esquerda. Eu posso não concordar, e lógico que não concordo, com o que diz um político à direita, mas sei reconhecer que aquele político realmente representa os interesses das pessoas que o elegeram. A pior coisa que existe na democracia, e a Constituição não acolheu essa ideia, é a de que o

cidadão é todo ele igual. Não há conflito social. Não há conflito de espécie nenhuma na sociedade portuguesa. A democracia é um modo de exposição dos conflitos na sociedade portuguesa. Por isso há partidos diferentes, porque representam interesses sociais diferentes. Portanto, um bom político pode existir à direita, ao centro, à esquerda. É aquele que com fidedignidade representa os interesses de quem o elegeu.

Qual seria a principal qualidade que indicaria para um bom político?

Eu não queria entrar em determinações morais, mas a fidelidade de representação é para mim uma questão essencial.

O que acha da Lei da paridade? Acha que veio melhorar a qualidade da representação?

Está demonstrado que a lei da paridade foi absolutamente crucial. Ainda há poucos dias saíram estudos que mostram que Portugal subiu bastante no ranking dos países europeus ocidentais em geral sobre a representação feminina nos Parlamentos e em Portugal só teve um crescendo com a Lei da paridade. Ela não está a ser tão bem executada ao nível autárquico onde há muitas engenharias à volta da lei. Há uma espécie de perfídia da parte de alguns partidos a candidatar mulheres que depois se demitem, entrando para o seu lugar homens. Portanto, fazendo uma engenharia negativa naquilo que é a composição originária das listas legalmente sujeitas a sufrágio. Há aí uma fraude à lei. Na AR não é bem assim porque está muito exposta e a AR tem ganho bastante com esse aumento da representação das mulheres. Mesmo assim não chega sequer a 25%.

Acha que hoje os partidos políticos estão mais fechados à sociedade? O que acha que poderiam fazer para isto ser melhorado?

Depende dos partidos políticos. Nós tal como não fazemos generalizações sobre os políticos, a política, também não fazemos sobre os partidos políticos. Há partidos políticos e partidos políticos.

O que pensa do monopólio dos partidos políticos na escolha e apresentação de candidatos?

Nós sempre defendemos listas de independentes. Continuamos a defendê-las. Para as autarquias é possível e se quiserem apresentar para a AR nós estamos absolutamente de acordo que isso possa ter acolhimento constitucional.

Acha que a Assembleia da República faz a sua função fiscalizadora em relação aos Governos?

A capacidade fiscalizadora do Parlamento tem aumentado bastante ao longo da última década. Primeiro porque passámos a ter um Governo presente no Parlamento. Nós tínhamos, genericamente, um Governo ausente do Parlamento. Com os Governos Guterres começamos a ter uma maior presença quer do primeiro-ministro, quer dos ministros. O Presidente Cavaco Silva vinha duas vezes por ano ao Parlamento. Atualmente, nós temos o primeiro-ministro de 15 em 15 dias no Parlamento. Faz uma enorme diferença. E temos os ministros 6 ou 7 vezes por ano em Comissão. Para além de outros debates a que o Governo é obrigado a vir. Portanto, a capacidade de escrutínio aumentou incomensuravelmente. Os mecanismos de resposta do Governo a perguntas, a requerimentos, tornaram-se mais efetivos. Mesmo assim, há muitas debilidades de resposta da parte dos Governos. Nós sentimos mais dificuldades do ponto de vista da fiscalização é com os regimes de segredo. Contractos que o Estado estabelece, determinado tipo de estruturas que estão sob segredo declarado ou não declarado. Aí é que há uma área nova para aumentar a fiscalização.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Os partidos que defendem a redução querem ter administrativamente uma proporção maior de lugares que lhes facilita a formação de Governos. O seu objetivo é o pote, não é exatamente o mel que é a representação democrática do país. Nós nem sequer temos uma média de lugares muito diferente daquilo que são os países e os Parlamentos dos países com menor representação do ponto de vista da soberania popular. Fazem-se contas à conveniência e esquecem-se que alguns podem até ter menos deputados no rácio por cidadão, mas depois tem senados, Parlamentos regionais,

têm toda uma série de outras estruturas com deputados eleitos que Portugal não tem. Se fizermos um estudo isento acerca das médias europeias, nós estaremos no escalão de menor número de políticos eleitos.

Defende maiorias de um só partido?

Acho que a vida em Portugal tem mostrado que as maiorias de um só partido não são benéficas para a democracia. Não posso em teoria excluir que possa haver uma maioria benéfica de um só partido. A prática não tem sido abonatória das maiorias de um só partido. Todos os vícios de clientelismo, arrogância, imposição, lei da rolha, controle indireto de comunicação social, têm vindo com as maiorias de um só partido. Teoricamente pode ser que assim não seja, na prática assim tem sido. Quando isso é ditado pelo voto popular, nada a dizer.

Como encara hoje a Europa? Acha que devemos evoluir para uma Federação de Estados?

Não. Defenderia uma comunidade de Estados em que cada país põe em comum aquilo que entende por em comum. Poremos em comum a política, aspetos essenciais de mercado, a unidade monetária, outros aspetos da política financeira, um orçamento em comum. O Federalismo, embora até pudesse ser uma estrutura mais democrática, do que a atualmente existente, para um país com a dimensão e população de Portugal é praticamente a anulação da nossa proximidade democrática interna.

Defenderia a limitação de mandatos também na Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Limitaria ao nível de Governos, Regional e da República. Aliás como já se tentou na AR. Quer o BE, quer o PS já tentaram limitar o número de mandatos do primeiro-ministro, presidente do Governo Regional e isso foi chumbado pelos partidos da direita. Para o efeito é preciso uma maioria de 2/3. Não é preciso alterar a Constituição, mas é preciso alterar as leis eleitorais. Isso foi sempre chumbado. Não fechamos completamente a porta à limitação de mandatos representativos. Agora a questão

principal é concluir a limitação de mandatos executivos, porque a questão da transparência e da perpetuação no poder é bastante mais grave e num grau infinitamente superior nos mandatos executivos do que nos mandatos representativos. Uma coisa é aquele que pode contratar com o mercado, pode contratar com a empresa privada, pode estabelecer privilégios económicos a determinados grupos sociais. Outra coisa é aquela pessoa que não tem acesso direto à administração.

Acha que hoje temos uma verdadeira ideologia de esquerda, de direita e de centro ou está muito esbatida?

Pelo contrário. Os centristas gostam sempre de dizer que as ideologias se esbateram. Porque gostam de águas turvas e pescam em águas turvas. E dizem que os partidos são todos mais ou menos parecidos. Nisso existe algum fundo de verdade porque partidos como PS e PSD estão muito próximos. Ao contrário do que tentam sempre dizer, apresentam muito poucas diferenças ideológicas. Agora isso não é de toda verdade, em geral. Tudo afasta do ponto de vista ideológico o CDS do BE.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

O fenómeno da abstenção tem uma causalidade múltipla. Tem desde logo questões técnicas muito visíveis. Há muitos eleitores fantasmas em Portugal, em parte devido à debilidade da estrutura de recenseamento e a interesses particulares das Juntas de Freguesia que promovem o recenseamento eleitoral. Enquanto não se cortar esse cordão umbilical vai ser difícil ter um recenseamento eleitoral fidedigno. Depois porque há atualmente sempre muitos portugueses migrados e, portanto, não estão nas suas localidades e não se deslocam para votar, ou porque estão mesmo emigrados, em especial na Europa. A emigração sazonal aumentou fortemente no nosso país. Isso é muito visível. E isso tem uma quota parte de abstenção eleitoral muito grande. Depois, apesar da recente legislação ter melhorado a capacidade do voto por correspondência, o voto antecipado, ele é ainda muito limitado. Depois há o indiferentismo político que tolhe muita gente. A descrença no sistema político, a descrença na sua própria participação.

Nós não temos sequer no ensino público uma disciplina sobre participação política. Sobre a Constituição. Eu tive no regime fascista uma disciplina que explicava a Constituição e as leis. Era no último ano do liceu. Já em democracia tivemos, durante dois ou três anos, uma disciplina que se chamava introdução à política. E depois acabou.

Acha que os atores políticos são quase sempre ocupados pelos mesmos?

Há uma relativa capacidade de perpetuidade nessa transição, embora isso tenha fatores de legitimação democrática, isso acontece. Creio que há realmente alguma perpetuação excessiva. Esse foi o dilema que o Dr. Mário Soares não conseguiu explicar quando voltou a ser candidato a Presidente.

De acordo com os estatutos do BE como se processa a escolha dos candidatos a eleições?

Há uma pré-proposta distrital, de acordo com os círculos, sobre alguns lugares de candidatura. A Comissão Política e a Mesa Nacional costumam fazer uma proposta para os distritos sobre os primeiros lugares das listas de candidatura dos vários círculos eleitorais. Os restantes são preenchidos pelos distritos. Tudo isso passa por um plenário de votação de base. Depois, no final, há uma ratificação final da mesa nacional. Pode acontecer que a distrital não tenha concordado com um ou outro candidato e isso é matéria de nova deliberação da parte da mesa nacional que pode homologar essa decisão da distrital ou não. As coisas são feitas em diálogo com os distritos, depois há uma proposta que vai a plenário distrital e respetiva votação e depois a ratificação da mesa nacional.

ENTREVISTA 21 DR. LUIS NORONHA NASCIMENTO

Presidente do Supremo Tribunal de Justiça/Presidente do Conselho Superior da
Magistratura/Juiz Conselheiro

17/11/2011



Foto 21 - Dr.Noronha Nascimento, Gabinete STJ, após entrevista 17 Novembro 2011

Como acha que o Sistema Político Português responde a questões como a representatividade, proporcionalidade e governabilidade e qualidade dos actores?

Eu coloco como a primeira questão do Sistema eleitoral uma coisa que não tem a ver com ele. Que é a Regionalização. Pegando na Europa dos 15, esta agora a 27, os únicos países que não estavam regionalizados eram Portugal e a Grécia. Nós temos um texto do Eça de Queirós nas “Farpas” onde ele compara Portugal à Grécia. Isto há 150 anos atrás. Nós temos três divisões administrativas, uma delas absolutamente ineficaz, que é a freguesia. O concelho e depois o Estado. Quando não temos uma divisão intermédia que é a Região e temos uma que não significa nada que é a freguesia. Isto é, nós raciocinamos, em termos espaciais, à medida da pequenez do nosso país. E o

CCXXX

problema das regiões tem a ver com o Sistema eleitoral e com o problema da governabilidade. Porque regionalizar é partilhar dinheiro e poder. Não havendo regiões, o poder e o dinheiro estão concentrados em Lisboa. Porque nós somos um país que tem uma tradição de concentração política à francesa. Provavelmente, como na Europa, um dos três países com maior concentração de poder político. Portugal, França e Polónia. A única que já superou isso foi a França. Tudo isso pelo medo do vizinho. E, porque se tinha medo do vizinho, nós de Espanha, a Polónia das grandes potências que a circundavam. Império Austro-húngaro, Prússia e Rússia. Deste modo, sempre se concentrou o poder político, no caso português em Lisboa. Hoje estamos num espaço político muito mais alargado, que tem a ver com a União Europeia, e ainda não conseguimos superar essa mentalidade pequena e de que o marialvismo é digamos uma expressão de certa maneira folclórica. E isto, penso eu, é o principal problema. Depois, é claro, podem colocar-se todo um conjunto de questões dos círculos uninominais, ou mudar o sistema atual. Nós temos $\frac{3}{4}$ da população no litoral e $\frac{1}{4}$ no interior. Isto vai levar a que o Sistema eleitoral seja distorcido, nos apareça distorcido, porque a ocupação do espaço territorial já está distorcido.

Os grandes problemas que surgem hoje nos tribunais, nos municípios, de difícil resolução, têm em grande parte a ver com a carga demográfica e excessiva em todo esse espaço.

E sobre o método da média mais alta de Hondt para apuramento de mandatos?

Eu acho que esse método não traz grandes efeitos negativos. O grande problema para mim tem a ver exatamente com a regionalização. O país tem 60 kms a partir do litoral extremamente ocupados, e depois tem o restante território bastante desertificado.

E sobre a questão da governabilidade. Acha que é uma desculpa dos políticos para não terem que dialogar?

É. A meu ver é. E depois também não sei se terá também com algum tipo de mentalidade de que aquilo que interessa é ocupar o poder. Eu acho que um dos grandes problemas das democracias europeias tem a ver com a ocupação do aparelho de Estado.

Com a necessidade de ocupação do aparelho de Estado através das suas próprias clientelas. Não clientelas profissionais, mas clientelas não profissionais. Ou seja, gente que não tem outra profissão e que é militante, e que tem depois que ocupar o aparelho do Estado. Isto muitas vezes vai levar àquilo a que se chama a gordura do Estado, porque há necessidade de satisfazer clientelas. Isto vai levar a distorções em termos de despesas e vai levar depois a problemas financeiros. Eu acho que os problemas da política hoje não se resumem aos problemas políticos estritamente considerados. Eu tenho a sensação, cada vez mais – e não é um problema exclusivamente português – de que nós pertencemos a uma civilização que já ultrapassou o cume e entrou na fase descendente. A civilização ocidental. E um dos maiores problemas que nós temos é exatamente o da queda demográfica. Quando há queda demográfica, o espaço deixa de ser ocupado. Alguém o vem ocupar. E esta questão da queda demográfica tem a ver com as reservas matemáticas das pensões de reforma de quem trabalhou toda a vida. Quando se fala que a Segurança Social está com grandes problemas, não é apenas por causa da queda demográfica. É porque a ideia de que a pensão devia ser considerada em função das reservas matemáticas, deixou de existir para certas pensões de reforma. Nós tínhamos aí casos em que ao fim de oito anos havia uma pensão de reforma. Isso aconteceu sistematicamente.

Os problemas da governabilidade hoje são problemas extremamente diversos, que vão tocar em sectores completamente diferentes da nossa sociedade, do nosso país e da nossa civilização.

Acha que este sistema aproxima suficientemente o eleitor do eleito?

É o problema do mandato que já se punha no século XIX. Naquela altura era o problema do fulanismo.

A nossa civilização está centrada na democracia representativa. A democracia representativa é um pouco isso. O eleitor elege e depois fica à espera. No Sec. XIX discutia-se muito qual era a legitimidade seis meses depois, oito meses depois. Havia muitos autores que discutiam isso. Será que este Governo ainda tem legitimidade? Será que não tem? Porque a legitimidade, eles, quase que a queriam discutir dia a dia. Isso é impensável. Hoje é possível é dissoluções a meio das legislaturas, através da dissolução por parte do Presidente da República. Alguma estabilidade tem de haver. Não é possível

que haja uma aferição, sobre a legitimidade de quem está no poder, mês a mês. O sistema de referendos não existe na nossa tradição. Isso tem a ver muito com uma questão educacional.

Questão dos Círculos uninominais ou plurinominais?

Não tenho ideias muito definidas sobre isso, mas acho que deveria haver um sistema misto, em que o próprio eleito fosse o homem que se entendesse diretamente com as populações que o elegeram, a quem presta contas e que lhas pedem.

Optaria por um círculo nacional plurinomial e círculos uninominais distritais?

A verdade é que nunca em Portugal se quis discutir isso. Nunca. Penso eu que desde o Século XIX nunca tivemos círculos uninominais. E, por alguma razão não tivemos. Exatamente para que os partidos pudessem abranger o território todo, mesmo com pessoas que não têm nada a ver com o território das zonas por onde são eleitas.

Questão das listas fechadas e bloqueadas ou listas que permitam a escolha, dentro de um partido, do candidato da preferência do eleitor.

Não respondeu

Mudaria este sistema semipresidencialista para um sistema presidencialista ou parlamentarista?

Puramente parlamentarista não iria. Os sistemas democráticos europeus nasceram todos com o parlamentarismo. E o parlamentarismo foi desaparecendo.

Eu penso que não tem sido por causa do nosso sistema político que os problemas se têm posto. O sistema presidencialista, nós não temos também uma grande tradição nisso.

Como acha que tem evoluído a democracia?

A sociedade civil europeia é relativamente rica. Em Portugal não o é. Em Portugal, talvez por sermos periféricos na Europa, e principalmente é um problema cultural. A sociedade civil portuguesa é relativamente pobre. Porque se a sociedade civil fosse forte, como é por exemplo na Alemanha, ou a França ou até no EUA...repare uma coisa, estes movimentos civis, os chamados movimentos de indignação são manifestações extremamente fortes em sociedades civis fortes. Em Portugal, normalmente, quando isso acontece é por um fenómeno de mimetismo. E eu penso que o problema da democracia portuguesa, houve algum afastamento entre partidos e a sociedade civil, mas a sociedade civil portuguesa é uma sociedade civil relativamente fraca. E eu penso que, em termos culturais, o país ainda não atingiu aquele patamar que lhe permita ter uma sociedade civil forte. A democracia depende disso.

Como vê hoje a qualidade e credibilidade da classe política? Acha que têm vindo a perder qualidade?

Eu não vou dizer que hoje são menos ou mais inteligentes. O que eu penso é o seguinte: os partidos foram-se profissionalizando. Os atores políticos foram-se profissionalizando. Ou seja, muitos acabaram por não ter experiência profissional extrapartidária porque começaram a sua vida profissionalmente já dentro do partido.

Agora vamos fazer a comparação com os juízes. Quando se diz que temos de abrir o acesso à Magistratura a áreas diferentes, e fez-se isso em 2008, para que quem venha para juiz tenha uma experiência de vida diversificada...por exemplo o acesso ao Supremo está aberto a juízes de carreira, a procuradores ou a juristas vindos de fora. Nesta graduação, que acabou agora, vêm três professores universitários. Três doutorados universitários. Qual é a justificação? É fundamental que haja visões diversificadas dentro do mesmo órgão porque o pluralismo só beneficia o órgão. Exatamente a mesma questão em relação aos partidos. Se a visão profissional de quem exerce funções políticas e partidárias for toda a mesma, desde o início da sua carreira, até ao momento em que a deixam de exercer, a vida política perde. Por isso é que eu disse que começou a haver uma certa profissionalização da própria vida político-partidária. Quem fez as grandes reformas estruturantes dos tribunais portugueses desde o 25 de Abril? Foram os homens da oposição ao antigo regime. Quem eram? Eram médicos, eram advogados, eram engenheiros. Tinham, digamos, uma experiência de

vida grande e depois foram desempenhar funções políticas. ...outra questão também é que o partido começou a ser identificado, já não pelas suas opções ideológicas, mas sim pela aquele que comanda.

O que considera um bom político?

É difícil dar-lhe uma resposta sobre isso. Eu penso que ser político é das coisas mais difíceis de ser numa sociedade. Primeiro, tem que ser um homem acima de toda a suspeita. Tem de ser uma pessoa culta. E eu quando falo em culta não quero dizer um fulano que tenha lido muitos livros. Eu estou quase, digamos, para usar, muito embora não goste dela, mas quase que usaria aqui a definição tradicional dos franceses sobre o que é ser cultura. É aquilo que fica depois de ser ter esquecido o que não era essencial. E acho que um bom político tem de ser isso. Tem de saber fazer a triagem daquilo que aprendeu e que ficou no seu subconsciente. Tem de ter uma capacidade de análise de situações sociais grande, e uma capacidade de projeção daquilo que pode vir a acontecer. Isto é, tem de ter capacidade de previsão, capacidade de análise da situação, tem de ser um homem culto neste aspeto. Tem de ser uma pessoa acima da suspeita. E tem de ser uma pessoa preparada para lidar contra suspeições que, mesmo que infundadamente, lhe sejam imputadas.

Qual seria a principal qualidade que indicaria para um bom político?

Seriedade

Acha que a política é uma profissão ou uma ocupação?

Rigorosamente não é uma profissão. Não há profissão de político. Eu acho que é o exercício de uma causa pública. Quando eu disse há pouco que os partidos se estão a profissionalizar nas sociedades europeias, o que digo é que eles começam a ter comportamentos que são típicos do exercício de profissões. Muitos políticos começam no partido e acabam no partido. Isso põe duas questões. Primeiro o afastamento entre o eleitor e o eleito. Segundo, o aparecimento ou não, uma questão em relação à qual não

se gosta de falar, de interesses corporativos dentro dos próprios partidos. Ou de interesses corporativos comuns a vários partidos.

O que acha da Lei da paridade? Acha que veio melhorar a qualidade da representação?

Por acaso é uma coisa que a mim me agrada mas não é só em relação aos lugares políticos. É em relação a muitas profissões. Eu não colocaria a questão só em termos políticos. Eu colocaria isso em relação a muitas profissões porque penso que profissões só masculinas ou só femininas, se perdem em relação a profissões exercidas de forma mista.

Acha que hoje os partidos políticos estão mais fechados à sociedade? O que acha que poderiam fazer para isto ser melhorado?

Confesso que não lhe sei responder rigorosamente a essa pergunta. O que eu penso...os partidos em princípio são, digamos, a superestrutura política que correspondem tendencialmente a classes sociais. Acho que, entretanto, com a evolução da sociedade europeia e das sociedades ocidentais, os partidos foram-se profissionalizando. Ao profissionalizarem-se criaram interesses próprios. Ao criarem interesses próprios. O corporativismo que hoje se coloca a certas profissões pode-se também colocar em relação à própria vida política. Aos partidos políticos. Repare que a pensão de reforma era a consequência normal de se trabalhar durante toda a vida, fosse no sector público, fosse no sector privado. O político do século XIX não tinha pensão. Hoje toda a gente aceita que a vida política deve levar a que quem se dedicou à causa pública tenha depois também uma pensão. Ora bem, isto é, digamos, o trazer para a vida partidária o instituto daquilo que era típico da vida profissional não partidária. E depois com as tais violações da reserva que lhe falei.

...aquilo que está a acontecer com a crise económica vai criar, penso eu, a nível ideológico, certas ruturas...o que está a acontecer neste momento é um engano da economia, com efeitos políticos...estou convencido de que política vai regressar agora em termos de repensar ideologicamente a sociedade.

O que pensa do monopólio dos partidos políticos na escolha e apresentação de candidatos?

Não respondeu

Acha que a Assembleia da República faz a sua função fiscalizadora em relação aos Governos?

Eu acho que a função fiscalizadora depende muito de haver ou não maiorias absolutas. É muito maior quando não há. Tem de haver uma consensualidade muito maior entre os partidos.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país? Ou defenderia uma redução?

Defenderia uma redução. Penso que o país não precisa de tantos deputados.

Defende maiorias de um só partido?

Não. Sabe que eu nesse aspeto acho que o sistema representativo que temos corresponde mais ou menos à defesa das minorias.

Como encara hoje a Europa? Acha que devemos evoluir para uma Federação de Estados?

Não vejo outra solução se não um Estado Federal. Simplesmente eu acho que é muito difícil porque eu acho que não há uma Europa. Aliás, escrevi um texto para um colóquio que vai ser organizado na Faculdade de Direito. Eu acho que há três europas. O grande problema da Europa é exatamente o da homogeneização cultural. Comparando com os EUA. Os EUA eram uma união, não eram uma Federação. O sul ao querer sair da união quebrou o tratado da união e houve a guerra. Foi a guerra que fez a América. O Estado Federal impôs-se como consequência da guerra.

O Federalismo é uma tendência mais ou menos inata à cultura dos povos do norte da Europa, porque ao contrário do que pensamos os EUA não só de influência saxónica,

mas também de influência alemã, holandesa. Toda essa gente do norte da Europa que emigrou para lá...havia uma tradição de descentralização muito grande, como há em Inglaterra e como há na Alemanha.

O grande problema da Europa, a meu ver, é diferente, porque a Europa tem culturas muito diferentes, tem línguas muito diferentes. Tem hábitos ancestrais que marcaram digamos o ADN de várias nações. E a Europa, basicamente, está dividida em três grandes partes.

Defenderia a limitação de mandatos também na Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Isso pode ser um pau de dois bicos. Pode haver bons deputados que vão ter de sair, o que é mau, mas também pode haver maus deputados que vão ter de sair, que é bom. Eu acho que isso tem mais a ver com a escolha de quem vai para deputado do que com a limitação de mandatos.

Acha que hoje temos uma verdadeira ideologia de esquerda e de direita?

Continuamos a ter uma ideologia de esquerda e de direita. Esbateu-se. Penso que vai regressar com a crise económica.

Eu acho que a ideologia tende a esbater-se em relação aos momentos de uma sociedade ou de uma civilização. Porque a ideologia confronta-se com o outro. Com aquele que não é tão rico. Quando os problemas se colocam dentro da sociedade, e a crise económica vai provocar problemas de coesão social.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Não tenho elementos para fazer um estudo sociológico sobre isso. Confesso que não sei. Penso que uma das coisas que acaba, por vezes, por potenciar a abstenção, acaba por ser a certeza prévia de que o sistema funciona em rotativismo. Nós temos um sistema como tem praticamente toda a Europa e os EUA. Na Alemanha são dois partidos, na França são dois partidos, cá são dois partidos, EUA são dois partidos, em

Itália eram dois partidos (entrevista ocorreu dias depois da queda a Berlusconi e entrada de Monti).

Não tenho elementos que permitam fazer uma avaliação. Agora é provável que isto faça com que algumas pessoas pensem que vai ganhar um dos dois. É provável, mas não sei.

Acha que os atores políticos são quase sempre os mesmos?

Não. Eu acho que há renovação por gerações. Se pegar nos atores políticos atuais e comparar com os que estavam no poder há quinze anos, há muito poucos que continuam. Muito poucos. A grande maioria mudou. Se comparar os de há quinze anos atrás com os de há trinta anos atrás, é exatamente o mesmo. O que eu penso é que isso é um erro de paralaxe do cidadão que tem 30 anos, 40 anos, e que vê aqueles que são da sua geração ou um pouco mais novos ou um pouco mais velhos e que se vão mantendo dez anos, doze anos.

ENTREVISTA 22 DR. MÁRIO SOARES

Ex. Presidente da República

02/03/2012



Foto 22 - Dr. Mário Soares, Fundação M. Soares, após entrevista dia 2 Março 2012

Como acha que o Sistema Político Português responde a questões como a representatividade, proporcionalidade e governabilidade e qualidade dos atores?

Essa pergunta não é uma pergunta. São várias perguntas. São dez perguntas. Dá para um livro.

Se me tem perguntado isso aqui há dois anos atrás eu podia dizer-lhe que o nosso regime é um regime seguro. Temos quatro décadas de democracia, que funciona bem, e que não temos tido problemas. Não houve revoluções, não houve atentados, não houve violências. Tudo correu lindamente. E nós tivemos um aumento extraordinário de nível de vida desde que entrámos na UE. Ainda que nem sempre todos os fundos estruturais tivessem sido bem aproveitados, mas de uma maneira geral o país é outro. E nós que eramos um país do terceiro mundo, praticamente, com analfabetos, antes do 25 de Abril, CCXL

com pessoas que nem sequer tinham dinheiro para calçar uns sapatos, e que andavam descalços na rua e que tinham dificuldades de toda a ordem. Não havia água canalizada, não havia luz elétrica nas aldeias, não havia nada.

Tudo isto foi mudado e nós passamos a ser, depois disso, um país do primeiro mundo. Um país com um desenvolvimento extraordinário. Desenvolvimento científico em primeiro lugar. Com muito líderes em todos os domínios da ciência e das técnicas, que hoje não são diferentes dos melhores de qualquer país mais desenvolvido.

Conseguimos, por exemplo, um Serviço Nacional de Saúde excelente. Conseguimos que houvesse, como realmente é necessário, um de saúde que atendesse às pessoas, independentemente de serem ricas ou serem pobres. E, portanto as pessoas sentiam-se bem e tudo estava bem. Entretanto, veio a crise. A crise não é uma crise portuguesa, como eu sempre disse. Também temos algumas culpas no cartório. É verdade. Mas, não é uma crise portuguesa. É uma crise que resulta, primeiro dos EUA e da UE e depois é que veio para Portugal.

Essa crise é uma crise bastante complexa que resultou de uma transformação que se deu, depois do fim do comunismo, nos EUA, visto que os Estados Unidos se envolveram em duas guerras insensatas. O Iraque e o Afeganistão. No que gastaram fortunas de dinheiro para nada. E que criaram uma situação política que levou até mesmo que alguns aspetos da democracia comessem a não ser respeitados.

Curiosamente essa crise veio da América. Passou da América para a Europa. A América neste momento já está a melhorar. E está a mudar outra vez. E eu espero que se ganhar o Presidente Obama, e em Novembro isso ficará muito claro, isso vai ser muito bom porque, se assim não for, os candidatos republicanos, não só são tipo fanáticos, como são incapazes e sem nenhuma experiência política nem nenhuma vontade ética de respeitar os valores das pessoas. Mas, no momento em que isto está mau e se começa a levantar nos EUA é que vêm as coisas para a Europa. E, ao contrário do que seria de prever, a Europa que poderia ter resolvido o problema da Grécia, que foi o primeiro, mais grave, facilmente, com duas penadas da Senhora Merkel. Ela não o quis fazer e é responsável pelo agravamento sucessivo. Temos vindo a assistir, há cinco ou seis cimeiras, para resolver estes problemas e, longe de os resolver, ainda os complica cada vez mais.

Portugal está, neste momento, a tentar ser, com o atual Governo, um bom aluno da Senhora Merkel e da austeridade, mas a verdade é que a austeridade, se continuar a ser

feita como está a ser feita, a recessão está a subir de uma maneira violenta e o desemprego também. E isso dá revoltas, dá insatisfação, dá um mal-estar, dá um pessimismo no nosso país que é visível de norte a sul.

Concorda com a ideia de que não há governabilidade?

Concordo. Este Governo está um pouco parado, como sabe. Essa situação de colocar um ministro a governar cinco ministérios não é fácil de fazer, nem é possível. Está tudo parado. Mas aqueles que também têm um ministério também estão parados.

Isso é uma situação que está a evoluir e que põe problemas à nossa democracia. Porque há uma certa crise democrática, não só em Portugal, mas sobretudo na Europa e com repercussões em Portugal.

E em relação à forma de encontrar os números da representação. Nós usamos o método da média mais alta de Hondt. Acha que responde ao necessário este sistema?

A verdade é que nunca foi por causa desse sistema que nós estivemos mal. Não foi. Portanto, eu acho que quando não se está mal com um sistema não vale a pena mudá-lo. E, não creio que mudar agora esse sistema pudesse ser vantajoso porque ia criar mais um problema. Eu acho que o que é preciso é defender a democracia e todos os aspetos da democracia.

Não mudaria o Sistema eleitoral agora?

Não é algo que eu ache que seja importante. O que eu acho que é importante é que é preciso que se faça... haja medidas claras para acabar com a recessão ou para acalmar a recessão e também para diminuir o desemprego. E como é que isso se consegue? É uma coisa muito simples. É preciso que os mercados deixem de mandar nos Estados e sejam os Estados a dominar os mercados. Ponto final parágrafo. Se não for assim, nós vamos entrar numa crise democrática que pode abalar por décadas a nossa civilização ocidental.

Em relação à proporcionalidade acha que o sistema responde?

Eu acho que não é altura de estarmos a pensar nesse tipo de coisas, porque isso é uma coisa que pode arranjar aqui um sarilho e discussão com esta coisa agora de tirarem algumas freguesias para ganharem dinheiro.

Não ganham nada dinheiro. Vão fazer pior. E vão arranjar um sarilho medonho. É a mesma coisa. Isso são coisas que se fazem como expediente, para evitar outras, quando é preciso é irmos às primeiras. Às grandes. É isso que eu lhe disse. Os mercados têm que ser dominados. As empresas de rating têm que terminar. Os paraísos fiscais têm que terminar. Sem isso acontecer vamos entrar numa grande decadência.

Questão da proximidade/afastamento entre eleitor do eleito?

Há um afastamento entre os eleitos e os eleitores. Porque os eleitos são pouco conhecidos e porque os próprios primeiros-ministros e ministros e os próprios responsáveis políticos, quer nos partidos, quer nos Governos, não me parecem ter a capacidade para resolver os problemas essenciais do país.

Estamos a entrar na questão dos círculos plurinominais e uninominais. Optaria por uma solução diferente daquela que temos?

Isso são coisas para estudar e para tratar e que podem ter utilidade, mas depois de vencida a crise. O objetivo principal agora tem que ser mudar o sistema. Mudar o paradigma, como diz o Obama. Mudar de sistema é o por os mercados no seu devido sítio. Sem os mercados poderem dominar a política dos países. Mas, é o que está a acontecer.

Mudaria este sistema semipresidencialista para um sistema presidencialista ou parlamentarista?

Não respondeu

Como acha que tem evoluído a democracia? Acha que ela está em perigo?

Está em perigo. É evidente que está em perigo. A democracia europeia e depois com todas as ramificações em todos os países.

Até ter surgido a crise, a democracia em Portugal tem sido perfeita. Não tem havido problemas nenhuns nessa matéria. Só agora é que os problemas se estão a colocar pela primeira vez, ao fim de 38 anos.

Fala-se muito da falta de credibilidade da classe política? O que me pode dizer sobre isso?

Eu acho que há uma falta de credibilidade porque os líderes políticos não se impõem. Não tomam medidas sérias. Não discutem com o eleitorado. Não explicam. E, portanto, as pessoas não lhes ligam importância. Isso é uma coisa que me preocupa, naturalmente.

Mas acha que hoje os políticos são menos capazes? Têm menos qualidade do que tinham há anos atrás?

Eu acho. Isso é indiscutível. Quando nós começamos a nossa democracia, em que não havia nada, via-se naquele Parlamento uma série de pessoas que eram honestas, que eram figuras de Portugal e que sabiam perfeitamente o que queriam. Uns eram socialistas, outros eram comunistas, outros eram democratas-cristãos, outros eram sociais-democratas. Cada um tinha a sua orientação política, e formatada. Hoje não existem figuras. A maior parte das pessoas que estão como deputados não são conhecidas. Agora há, cinco, seis, sete, que são conhecidos no país. Não haverá muito mais.

Quais acha que são as principais diferenças?

São os líderes. Neste momento nos partidos. Toda a gente conhece o Seguro. Toda a gente conhece mais uma meia dúzia de antigos ministros que estão agora no Parlamento. Mas, o resto não é conhecido. E quem diz isto para o PS, diz para os outros partidos.

A qualidade é atualmente muito inferior em relação há alguns anos atrás?

É. Mas, eu reconheço que se tivesse havido alguma atenção à maneira como são eleitos os deputados, isso talvez pudesse melhorar. Mas eu acho é que nesta altura não é o momento de fazer isso.

Se nós conseguirmos ultrapassar esta crise, como eu espero que se consiga, e depois de uma vitória sobre os mercados...nessa altura sim. Porque agora poderá estar-se a fazer um trabalho sem se saber se não vem um tipo da Troika que diga que isso não tem pés nem cabeça e não queremos isso.

O que considera um bom político?

Em primeiro lugar honesto. Honestidade. Primeira condição. Um político é um homem que vive para os outros e para fazer o máximo pelo país e pela terra onde vive. E, hoje, também já bater-se pelos grandes desígnios europeus e pelo mundo em geral. Pela paz no mundo. É preciso ser um homem que tenha capacidade. Que tenha interesse. Que seja um homem sério, incapaz de meter o dinheiro no bolso ou de estar ali a fazer negociatas à parte. Eu acho que um deputado não pode ser advogado ao mesmo tempo.

Acha, portanto, que há incompatibilidade?

Eu acho que há. Tanto que o acho que no dia em que eu fui pela primeira vez deputado, o Salgado Zenha e eu, nós pusemos o nosso cartão na Ordem dos Advogados. O meu ainda lá está. O do Zenha não porque ele, dois ou três anos antes de morrer, deixou a política e ainda exerceu a profissão de advogado.

Eu no outro dia fui à Ordem dos Advogados fazer uma conferência e todos me tratavam por colega, mas depois vieram-me mostrar o cartão que estava lá.

Qual seria a principal qualidade que indicaria para um bom político?

Honestidade. É uma das principais. Depois é lutar pelas suas ideias e pelas suas convicções e não se deixar dominar por interesses. A inteligência é fundamental e a habilidade política também.

O que entende por política?

Não é muitos passos adiante daquilo que nos ensinaram os gregos em matéria de democracia e de política. E depois todos os maquiavéis. Não vejo que haja muita diferença. Agora o que há é que neste momento os políticos estão desprestigiados. Há uma campanha para os desprestigiar. E isso é péssimo.

Mas também há razões para isso

Há razões. E, por isso é que a campanha tem vindo a lavar.

Acha que a política é uma profissão ou uma ocupação?

É. Eu acabo de escrever um livro que se chama “Um político assume-se”. Sempre me assumi como político. Desde o momento em que deixei de ser advogado, passei a ser só político. Antes disso fui professor fui isto, fui aquilo...mas nunca me faltaram possibilidades de ganhar a minha vida. Antes pelo contrário. Mas a verdade é que eu achei que me devia ater, como secretário-geral do partido, de ser apenas político a tempo inteiro.

Portanto, considera que é uma profissão?

Sim. Eu sou um político assumido. Profissional. Depois do 25 de Abril tenho sido um político profissional. Antes era quase profissional. Era advogado, mas realmente a política esteve sempre no meu espírito em primeiro lugar. Isso é verdade. A política como paixão e destino, é o que eu digo no meu livro.

Não é profissão no sentido de que não está lá para ganhar. Mas tem que ganhar algum dinheiro para comer. É verdade que tem. Agora, eu tive a sorte sempre de ter um

pai que fundou um colégio e que me dava o suficiente para não estar com problemas de dinheiro. Nunca tive. E isso também nem todas as pessoas podem gabar disso.

Isso não condiciona a atividade política?

Isso pode condicionar a atividade política.

Acha que o político deve ser o mais independente possível das questões financeiras?

Tem que ser o mais independente possível. E é preciso que os políticos sejam bem pagos para que isso não possa suceder.

E acha que não são bem pagos?

Bem...agora já são melhor...mas ao princípio, no tempo do Partido Comunista, e quando nós fizemos a primeira Constituição, não pagavam aos deputados quase.

O que acha da Lei da paridade?

Nunca apreciei isso. Eu sou absolutamente favorável a que as senhoras participem ativamente na política, e acho que é inevitável que participem. Porque, se elas são mais nas universidades, são melhores nas universidades que os homens, também têm que ser na política. E isso para mim é óbvio. Agora dizer que têm que ser três mulheres aqui. Vamos por uma medíocre para tapar uma grande figura? Não pode ser.

Acha que hoje os partidos políticos de hoje estão mais fechados à sociedade?

Eu acho que não estão mais fechados. Estão mais afastados da sociedade do que no tempo em que começamos. Vou dar-lhe só um exemplo. Quando eu cheguei a Portugal, depois do exílio, que foi dois dias depois do 25 de Abril, tive uma manifestação brutal – eu e os colegas que vinham comigo – logo na chegada. Foi a primeira coisa que me espantou. Um banho de multidão enorme. E eu tinha visto um

banho de multidão daqueles no tempo do Humberto Delgado. Nunca tinha visto outro. Fiquei impressionado com aquilo e achei que a situação era favorável para o partido. Mas, a verdade é que nós abrimos a sede do partido e passado um mês e meio nós tínhamos imensa gente inscrita no partido. E não sabíamos quem era o partido. Eu ia fazer intervenções em vários sítios e era o último a falar porque as regras mandavam que o secretário-geral era o último. E às vezes via camaradas meus a dizer disparates. Uma vez fui a Setúbal e o Serra estava a fazer um discurso em que pediu que era preciso matar os grandes capitalistas...eu fiquei aterrado, e dei a volta àquilo ao contrário. No final falei e disse exatamente o contrário e fui tão aplaudido como ele tinha sido.

O Partido Socialista formou-se como um grande partido quando disse não ao Partido Comunista. Quando disse: o MDP é um partido que está ali ao serviço do Partido Comunista. Não é um partido a sério. Nessa altura formou-se o PS. E os socialistas todos perceberam, nessa luta com o PCP, o que era a nossa linha política. Antes disso não tinham percebido.

O que pensa do monopólio dos partidos políticos na escolha e apresentação de candidatos?

Bem... a verdade é esta. Os partidos são essenciais, como os sindicatos, à democracia. Sem partidos não há democracia.

Concorda, portanto, com essa primazia na escolha?

Sem dúvida nenhuma. Agora os partidos devem é ser refundados. Renovados e perceber as coisas que estão em causa e como é que devem funcionar.

Acha que a Assembleia da República faz a sua função fiscalizadora?

Está-se a fazer. Tem sido feita na medida do possível.

Acha o número de deputados adequado à realidade do país?

Acho que sim. Achei sempre que nunca se devia mexer nisso.

Acha que os atores políticos são quase sempre os mesmos?

Não. Isso não é verdade porque há sempre uma grande movimentação nos Parlamentos. Cada vez que há uma eleição, há uma profunda...olhe a diferença que há entre hoje e há seis meses atrás. Nessa altura o PS tinha maioria absoluta e agora tem muito pouco.

Mas, em relação às figuras dos atores políticos, acha que há renovação?

Há. Há renovação. Uns vão para o Governo, outros não vão. Há bastante renovação. Mas é útil que houvesse outras diferenças. Que não houvesse lugares cativos. Há tipos que entram no Parlamento, gostam de ficar, não fazem nada no Parlamento e querem-se manter. Jogam dentro dos partidos para se manterem. Fazendo o quê? Sendo manteigueiros em relação aos líderes.

Como interpreta o fenómeno da abstenção?

Um certo descontentamento, sem dúvida. Não será a única causa. Há muitos tipos que querem ir ao cinema ou querem ir para a praia. Mas, de qualquer maneira, eu acho que isso pesa porque se não houver confiança nos partidos e desejo...as pessoas falham.

**Acha que hoje temos uma verdadeira ideologia de esquerda e de direita?
Alguns dizem que a ideologia está esbatida. O que me diz disso?**

Eu acho que há uma grande diferença. Quando lhe digo que é preciso mais Estado e menos recessão e menos austeridade, eu estou-lhe a dizer uma coisa que sinto profundamente.

Há um desacordo profundo entre o PS e o PSD para não falar do CDS ou do PCP.

Pode haver acordos partidários em discordância. Eu fui presidente de um Governo minoritário socialista. Depois fui presidente de um Governo com uma aliança parlamentar com o CDS. Fiz um Governo do Bloco Central com o PSD, que correu muito bem.

Defende maiorias de um só partido?

Não respondeu

Como encara hoje a Europa? Acha que devemos evoluir para uma Federação de Estados?

Sem dúvida. Eu sempre fui federalista. Fui presidente de um movimento europeu internacional e depois nacional. E o movimento europeu agora está em reconstituição. Fui eu ontem a uma reunião em que se está outra vez a tentar recolher pessoas para andarem para a frente com o movimento europeu. Quando fui deputado europeu defendi um imposto para o PE. Segundo um Governo económico e político. Não tivemos, infelizmente, até agora e é por isso que estamos nesta situação e parece que quem manda é o dinheiro e a Senhora Merkel.

Defenderia a limitação de mandatos também na Assembleia da República e Parlamento Europeu?

Não vejo inconveniente que se coloque a questão de depois de três mandatos não poderem ser de novo. Isso tem alguma dificuldade porque os líderes são mais difíceis de mudar. Eu fui líder do partido durante 13 anos. O Sócrates foi seis anos. O Guterres foi pouco tempo. O Constâncio também. Mas depois houve outros que foram bastante tempo. Cavaco foi 10 anos.

Temos atualmente um sistema semipresidencialista. Mudaria para uma solução puramente presidencialista ou parlamentarista? Quais as razões?

Não respondeu